



CARTULÁRIO DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL MEMÓRIA EM ARQUIVO

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA,
EDIÇÃO E TRANSCRIÇÃO
PAULA PINTO COSTA
JOANA LENCART



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

CARTULÁRIO DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL MEMÓRIA EM ARQUIVO

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA,
EDIÇÃO E TRANSCRIÇÃO
PAULA PINTO COSTA
JOANA LENCART

Título: ***Cartulário da Ordem do Templo em Portugal: memória em arquivo***

Coordenação científica, edição e transcrição: Paula Pinto Costa (FLUP/CITCEM; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1926-2276>), Joana Lencart (FLUP/CITCEM; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0795-5139>)

Transcrição: João Pedro Alves (IEM/NOVA-FCSH; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3603-2404>)

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: ANTT. *Ordem de Cristo e Convento de Tomar*, Documentos régios, mç. 1, n.º 1. PT/TT/OCCT/A/005/0001/00001. Imagem cedida pelo ANTT.

© 2024 Autores

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Coleção: Fontes, n.º 15

Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* (<https://ler.letras.up.pt/>) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)



ISBN: 978-989-8970-78-7

eISBN: 978-989-8970-79-4

Depósito legal: 537931/24

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-79-4/car>

COSTA, Paula Pinto, e Joana LENCART, coordenação científica, 2024. *Cartulário da Ordem do Templo em Portugal: memória em arquivo*. Porto: CITCEM. 676 pp. eISBN: 978-989-8970-79-4. ISBN: 978-989-8970-78-7.

Porto, outubro de 2024 (1.ª edição)

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Sociabilidades e Práticas Religiosas» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, NORMAS DE EDIÇÃO E DE TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL	5
1. Introdução	7
2. Normas de edição e de transcrição documental	9
2.1. Normas de edição documental	9
2.2. Normas de transcrição documental	11
CORPUS DOCUMENTAL	13
FONTES E BIBLIOGRAFIA	665

INTRODUÇÃO, NORMAS DE EDIÇÃO E DE TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL

PAULA PINTO COSTA*
JOANA LENCART**

* FLUP/CITCEM (UIDB/04059/2020; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1926-2276>. Email: ppinto@letras.up.pt.

** FLUP/CITCEM (UIDB/04059/2020; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0795-5139>. Email: jlencart@letras.up.pt.

1. INTRODUÇÃO

O quarto Marquês d'Albon, Guigues Alexis Marie Joseph *André* (1866-1912), historiador francês de finais do século XIX e inícios do século XX, marcado pela sua origem social e pela moda historiográfica dominante em França, dedicou uma significativa parte da sua atividade intelectual à elaboração do cartulário da Ordem do Templo, a que deu o título de *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple 1119?-1150: recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple* (Albon 1913-1922). Aristocrata da região francesa de Lyon, reunia as condições para alimentar um especial interesse por uma Ordem que havia tido grande prestígio no quadro do oriente latino e do mundo ocidental e também suscitado muita polémica no seu país. Inspirado, por um lado, pelos eruditos do século XVIII e pela tradição da Escola Metódica, fundada por Gabriel Monod em 1876, e, por outro, pela corrente literária e histórica do Romantismo, que conferiu uma centralidade ao estudo da Idade Média em geral e a temas muito próximos dos Templários, como as cruzadas ou o ideal cavaleiresco, o Marquês d'Albon reuniu um amplo conjunto de documentos da Ordem do Templo. Embora não tenha abrangido Portugal de forma específica, o *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple* ajuda a perceber uma parte da memória dos Templários em Portugal e a suportar a reflexão sobre a organização destas peças documentais do passado.

O famoso cartulário, incompleto na medida em que cobre apenas a primeira metade do século XII, seria publicado já a título póstumo, por empenho da viúva do Marquês d'Albon, entre os anos de 1913 e 1922 (Carraz e Chevalier 2012, pp. 107-128). Apesar do afincamento com que o seu autor trabalhou, as interrogações persistiram e decorrem do afastamento temporal em relação ao objeto de estudo. Neste caso refletem também o facto de os arquivos templários terem sido muito consultados, reorganizados e manipulados, o que constitui um problema crucial para a ação do historiador.

Por razões contextuais semelhantes, Jean (Joseph-Marie-Antoine) Delaville Le Roulx (1855-1911) assumiu em simultâneo a publicação do cartulário dos Hospitalários de São João de Jerusalém (Le Roulx 1894-1906). Formado na prestigiada *École des Chartes*, onde a paleografia, a diplomática e a filologia ocupavam um lugar central, este intelectual dedicou o seu trabalho à pesquisa documental em arquivos e à edição criteriosa de muitos documentos. Esta dimensão do seu trabalho levou-o aos arquivos da Ordem em Malta, onde se conserva uma boa parte do acervo documental dos Hospitalários. Com muitas similitudes entre ambos, estes dois cartulários refletem o carácter supranacional dos arquivos das duas ordens, o que é determinante para a reconstrução do complexo *puzzle* dos documentos.

Entre um arquivo ativo contemporâneo, daqueles que foram redigindo as peças documentais que o constituíam e que foi preservado como memória institucional voluntária por razões probatórias sobretudo do foro jurisdicional, administrativo e

judicial, convertido posteriormente num arquivo histórico, e um cartulário que resulte de um trabalho científico de compilação e de edição de documentos há uma diferença enorme. Os Templários não elaboraram um cartulário, composto por documentos por si selecionados e copiados, ao contrário do que aconteceu com outras instituições religiosas seculares e regulares, como sés episcopais e mosteiros. Pelo menos em Portugal não há evidências de que os Templários o tivessem feito. Provavelmente, a consciência de pertença a uma organização que podemos classificar como supranacional impedia o desenvolvimento de memórias escritas de espectro mais local. O facto de terem tido um percurso histórico que não chegou a 200 anos (1119/1120-1312) também pode ter alguma relevância para esta situação. O que agora consideramos ser o Cartulário dos Templários nunca foi visto como tal pelos freires. Os membros da Ordem apenas tinham acesso a partes fragmentadas da documentação, sujeita a critérios diversos de distribuição e de acomodação. Em Portugal, a documentação foi sendo dispersa pelas várias comendas e foi colocada em depósito no arquivo régio, o que lhe deu destinos e possibilidades de organização e de conservação muito distintos. Refletindo o perfil desta instituição, os arquivos dos Templários são sempre arquivos dispersos que dependem da intervenção de muitos agentes de produção e de conservação dos documentos. Paralelamente, há ações que não são dirigidas especificamente ao acervo templário, mas que o afetam, como as mudanças de instalações dos arquivos ou a sua reorganização geral, sempre determinantes para a atividade do historiador.

Na década de 2020, foi concluído o Cartulário dos Templários em Portugal, com base quase exclusivamente em documentos existentes em Portugal¹. Este trabalho insere-se na tendência de valorização da releitura das fontes documentais, disponibilizando recursos de trabalho que permitem integrar e problematizar a história de Portugal em contextos europeus mais alargados. Este Cartulário, para além de ser um instrumento de trabalho indispensável para quem pretende estudar a Ordem do Templo, constitui uma base preciosa para a abertura da historiografia portuguesa à comunidade académica internacional.

O acervo documental que agora publicamos contém elementos sobre o percurso histórico da Ordem do Templo em Portugal e é constituído sobretudo por documentos jurisdicionais, administrativos e judiciais, com origem régia e pontifícia. Em termos tipológicos, a grande maioria dos documentos é constituída por doações, seguidas de bulas e privilégios e, em terceiro lugar, pelo grupo dos acordos e composições. Do ponto de vista da distribuição cronológica, o Cartulário contém perto de 170 documentos do século XII, mais de 350 do século XIII e perto de 80 do século XIV (até 1318). Apesar de bastante extenso, fica aquém do universo dos registos escritos feitos outrora a propósito da Ordem do Templo. Com o passar dos cerca de 900 anos

¹ Foram incluídos treze documentos do Arquivo do Vaticano por terem expressa menção aos Templários de Portugal.

que nos distanciam da origem dos Templários, algumas das peças escritas foram, como é natural, voluntária ou involuntariamente, destruídas.

O conhecimento que existe hoje sobre o manancial documental dos Templários em Portugal não depende apenas dos manuscritos medievais. Depende muito das ações voluntárias e involuntárias que foram atingindo a documentação ao longo do tempo. O exemplo da ação protagonizada por Pedro Álvares Seco (1492-1581), que criou um cartulário à moda do século XVI e em cumprimento da encomenda régia a que deu resposta, é excelente. A leitura que atualmente se pode fazer sobre a Ordem do Templo em Portugal é devedora da documentação da Ordem de Cristo, na medida em que foi considerada a sua sucessora. Entre todas elas, a obra de Pedro Álvares Seco é icónica. Trata-se de um freire da Ordem de Cristo encarregado pela coroa de reorganizar a memória da instituição, razão que o levou a copiar inúmeros documentos do Templo, numa extensa obra dedicada à Ordem de Cristo. Joana Lencart atribuiu-lhe 15 livros, nos quais se identifica a criação de uma memória económico-patrimonial e de outra histórico-institucional (Lencart 2018; Lencart 2022). Desta obra destaca-se a elaboração de dois grandes códices, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, considerados o cartulário da Ordem de Cristo, onde abundam informações e inúmeros documentos copiados sobre a do Templo².

É com base neste conjunto de circunstâncias que foi feito o trabalho de identificação, seleção, transcrição paleográfica e edição dos mais de 600 documentos que constituem o Cartulário da Ordem do Templo em Portugal. Para além de contribuir para preservar o acervo documental dos Templários, este Cartulário é também uma base para proporcionar novas abordagens históricas que continuem a reabilitar a imagem da Ordem do Templo a partir de sérias bases científicas.

2. NORMAS DE EDIÇÃO E DE TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL

2.1. Normas de edição documental

O Cartulário da Ordem do Templo em Portugal reúne mais de 600 escrituras que remontam à década de 1120 e se estendem até dezembro de 1318, vésperas da criação da Ordem de Cristo (março de 1319) sua herdeira patrimonial. Dessas seis centenas de documentos, 45% estavam até agora inéditas.

A edição documental do Cartulário teve como ponto de partida a identificação do maior número possível de documentos relativos à presença templária no território português, os documentos emanados da chancelaria pontifícia dirigidos a Portugal e ainda os documentos emanados dessa mesma chancelaria, com carácter geral,

² ANTT. *Ordem de Cristo / Convento de Tomar*, liv. 234 e liv. 235.

e dos quais se conhecem diplomas em arquivos portugueses. Além da documentação pontifícia, este Cartulário inclui diplomas régios, escrituras exaradas em chancelarias episcopais, documentos cujos emissores são figuras particulares, ou mesmo outras ordens religiosas e militares, documentação proveniente de decisões concelhias e, naturalmente, documentação com origem na Ordem.

Entre estes acervos arquivísticos, os fundos régios contêm, de facto, o maior número de documentos relacionados com os freires, tendo em conta a profunda relação destes últimos com a coroa e a indiscutível capacidade desta no que toca à preservação dos documentos. As inquirições régias, nomeadamente as de carácter geral e sistemático, feitas nos reinados de D. Afonso II (1220), de D. Afonso III (1258) e de D. Dinis (1284, 1288, 1301, 1303-1304, 1307-1311), contêm muitas informações sobre a Ordem do Templo em Portugal. Não obstante, optamos por não reproduzir as inquirições gerais neste Cartulário. O extenso volume da informação, forçosamente seleccionada em função da referência, mesmo que muito pontual, à Ordem do Templo, constituiria um obstáculo à sua interpretação, porque descontextualizada da fonte escrita de que faz parte. Por outro lado, o facto de as inquirições estarem publicadas na sua globalidade facilita o acesso ao seu conteúdo e dispensa a republicação de excertos desses mesmos documentos. Em função destas questões, a nossa opção consistiu na indicação da realização das inquirições régias, remetendo o leitor para as edições documentais que se encontram disponíveis.

O critério cronológico orientou a sucessão da transcrição dos documentos e da sua apresentação. Não obstante, em primeiro lugar, foram colocados dez documentos não datados, sendo o primeiro aquele que se considera ser o documento mais antigo relativo à presença Templária no território alvo do Cartulário.

O primeiro elemento identificador dos documentos é, assim, a data, composta pelos seus elementos cronológicos e tópicos: ano, mês, dia e local. Quando a data surge entre parênteses retos significa que foi atribuída criticamente, justificando-se essa atribuição. Depois da data, segue-se o sumário do documento, mais ou menos alargado, conforme o conteúdo, e tentando dar sempre uma informação completa sobre a escritura. Neste sumário, os elementos onomásticos e toponímicos, embora não obedeçam a uma grafia uniforme, foram atualizados para a versão mais semelhante à do português atual. Depois do sumário, indica-se a(s) cota(s) arquivística(s), ordenada do exemplar mais antigo para o mais recente. Se o documento tiver sido previamente publicado, esta indicação surge depois, seguindo o mesmo critério no caso de haver mais do que uma publicação, ou seja, da mais antiga para a mais recente. As referências bibliográficas são apresentadas de forma abreviada, podendo as referências completas ser consultadas na bibliografia final. Foi feita uma pesquisa intensiva no sentido de identificar o maior número possível de publicações, embora a exaustividade deste trabalho seja comprometida pela sua

dimensão e pela publicação constante de documentos integrados em trabalhos muito diversos.

O objetivo foi sempre a localização de escrituras relativas a Portugal e em Portugal. Por isso se explica que não conste neste Cartulário, por exemplo, uma das bulas fundacionais da Ordem, de Inocêncio II, «Omne datum optimum», de março de 1139, nem a bula «Vox in excelso», de março de 1312, do papa Clemente V, que suprimiu a Ordem do Templo. Destes documentos, onde não constam referências específicas a Portugal, não foi identificado nenhum exemplar nos arquivos portugueses.

Acrescente-se que, no século XVI, Pedro Álvares Seco, freire cronista da Ordem de Cristo, compilou o primeiro cartulário das Ordens do Templo e de Cristo, tendo copiado diversas escrituras que, não mencionando a Ordem do Templo, fundamentavam direitos, privilégios e bens da instituição. Estas escrituras não foram por nós copiadas neste Cartulário por não terem qualquer referência à Ordem. O mesmo critério foi adotado nas públicas-formas integradas em documentos que mencionam a Ordem do Templo, mas cujos documentos insertos não a referem. Neste caso, os insertos não foram copiados, mas foram sumariados em nota de rodapé com inclusão da referência da publicação.

Nos últimos anos, tentámos identificar e localizar o maior número possível de escrituras relativas aos Templários em território português para elaborar o Cartulário da Ordem do Templo em Portugal. Certamente, outros documentos relativos aos Templários de Portugal existirão em arquivos públicos e privados situados fora de Portugal e, tão breve quanto possível, esperamos dá-los a conhecer.

Neste momento, conseguimos coligir seis centenas de escrituras templárias, agora reunidas e colocadas à disposição dos investigadores.

2.2. Normas de transcrição documental

De uma maneira geral, foram usadas as normas de transcrição paleográfica de Avelino de Jesus da Costa (1993). De forma a esclarecer a transcrição paleográfica, especificamos alguns desses critérios que permitem a melhor inteligibilidade do texto.

Desdobram-se as abreviaturas. Atualizou-se o uso de maiúsculas em começo de períodos, em topónimos, títulos da Divindade e de santos, bem como em nomes próprios. Generalizou-se o uso de minúsculas nos títulos nobiliárquicos e nos cargos administrativos.

Atualizou-se o uso do *i* alto, curto ou caudado, bem como do *u* ou do *v*, independentemente do seu valor de vogal ou consoante. Manteve-se o *y*. Atualizou-se o uso do *ç* (*c* cedilhado). As palavras com *ũ* foram desdobradas em *um*.

As vogais e consoantes duplas no meio das palavras mantiveram-se. As consoantes duplas no início das palavras são reduzidas a apenas uma; no caso das vogais duplas mantêm-se quando há necessidade de acentuar essa vogal (ex: *aagoa*). Uma letra

maiúscula no meio de uma palavra desdobra-se em duas minúsculas (ex: *comuMente*, foi transcrito *comummente*).

As partes ilegíveis do texto assinalaram-se entre parênteses retos com reticências [...]. Quando é possível reconstituir o texto do documento original acrescenta-se o que falta entre parênteses retos [abc], mas assinala-se essa reconstituição em itálico quando o texto foi reconstituído por nós e não fazia parte do documento original [abc].

Manteve-se a grafia original, mesmo quando o mesmo vocábulo é escrito de maneiras diferentes. Separaram-se as palavras indevidamente unidas e reuniram-se os elementos dispersos da mesma palavra. As palavras aglutinadas separam-se por apóstrofe (ex: *d'aquem e d'allem*). Entre colchetes, < >, estão indicadas partes do texto que foram escritas sobre a linha, ou à margem, acrescentos do próprio autor ou de autor posterior. Se a leitura suscita dúvidas, assinala-se (?). Aparecem também, por vezes, palavras repetidas seguidas de [sic]. Para indicar que o texto está truncado assinala-se com [...]. Atualizou-se, em alguns casos, a pontuação, tentando manter sempre o sentido original do texto.

Respeitou-se a numeração romana e árabe. Alguns documentos foram datados com recurso ao X aspado, com valor de 40. Neste caso, a transcrição é «X^L». De uma maneira geral, os tombos da Ordem de Cristo e o *Livro dos Mestrados (Leitura Nova)*, redigidos no século XVI, não transcrevem o X aspado, por desconhecimento do antigo modo de datação, o que implicou a datação errada e dúbia de vários documentos. Estes e outros casos que geram dúvida na datação estão assinalados em nota de rodapé.

A numeração dos fólhos está identificada entre parênteses retos, distinguindo-se tratar-se do lado frente ou verso (por ex.: [fl. 1r.]; [fl. 1v]).

Por fim, gostaríamos de agradecer à Professora Doutora Maria Cristina Cunha e à Doutora Maria João Oliveira e Silva, reputadas paleógrafas, o apoio dado na resolução de dúvidas de leitura e ainda ao Dr. Nuno Pereira os preciosos esclarecimentos de alguns casos de latim.

CORPUS DOCUMENTAL

1. S.d.

Afonso Eanes doa à Ordem do Templo metade da sua quintã de Vila Nova e dez casais, quatro dos quais em Sobradelo e um em Belecães. Esta doação foi recebida pelo mestre D. Guilherme Ricardo¹. Será território de Rio Frio, concelho de Arcos de Valdevez.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 7, n.º 9* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 38v*

In nomine Patrii et Filii et Spiritus Sancti. Ego Alfonsus Iohannis ignorans die mortis mee pro anime mee et parentum meorum salute. Dono et concedo Deo et fratribus Milicie Templis meam medietatem de quintana de Villa Nova sicut divisa est et partita cum decem casalibus et dimidium et cum mediam partem unius ecclesie et cum medietate unius molendi<ni> post obitum meum iure perpetuo possidendum si forte me mori contigerit sine herede bone et legitime mulieris de illis casalibus sunt in Sobradelo quatuor in Belecais unum hoc donum recepit Magistri donus Richardus. Egas Paradela testis. Melendus Venegas testis. Valasco Suari sobrinus de Dom Alfonso. Dom Nuno Suariz suus germanus testis. Pelagiu Sobrinus testis. Benedictus Pelagii testis. Nuno Suariz testis.

2. S.d.

Pedro Galego e sua mulher, Maria Martins, doam à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 48v*

<Aa dicta Ordem outra de doaçam que lhe fez Pedro Galego e Maria Martyniz da terça parte de todos seus beens>

Placuit mihi Petro Galego et uxori mee Maria Martiniz in nomine Domini Nostri Ihesu Christi facere hoc pactum inter nos scilicet ut si ego primum obiero de hoc seculo mea mulier accipiat de omni nostro mobili habere terciam partem et mei filii accipiant aliam terciam partem. Et terciam partem mando dare pro mea anima. Et mea mulier eodem modo mandat. Mando militibus Templi terciam de mea terciã. Sancto Georgio I^o bove aut I^a vaca. Nos vero supra nominati qui hanc cartam iussius facere coram his testibus roboravimus et hoc signum fecimus. Goterre Menendiz testis. Pelagius Diaz testis. Sueiro Godinci testis.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>².

¹ Segundo Viterbo, esta doação é semelhante às doações de bens em Fonte Arcada, que datam de [1126-1128], em que também D. Teresa doa a vila de Vila de Fonte Arcada aos Templários, e que D. Guilherme Ricardo terá sido o primeiro mestre templário (Viterbo, ed., 1799, p. 349). Segundo Paula Pinto Costa terá sido mestre entre 1126 e 1128 (Costa 2019, p. 145).

² Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

3. S.d.

Pedro Gomes doa à Ordem do Templo um casal em Valbom.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 9 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 85v

Ego Petrus Gomez Dei adiutorio qui in suum me adiuvet servicium mei mutavi vitam meam in societate Templariorum quibus partem quandam dedi de mea hereditate scilicet casale quoddam quod est in Valle Bono in quintana³ ubi moratur Munio Neto. Et do aliud casale quod est⁴ ubi moratur Petrus Olarius meis tribus filiis ut habeant illud pariter. Et casale istud est debitatum de VIII morabitanos et mando filiis meis ut trahant illud de istis morabitanis et habeant illud pariter. Et mando ut de presenti fructu istorum amborum casalium de illo de Valle Bono⁵ <quod do liberum fratribus> et de illo quod do filiis meis ut faciant <fratres> de ambo <casalium> cum fructu VII morabitanos quos debeo et primum <sit> morabitanum de Monio Neto <cui unam vacam accepi> et alios VI morabitanos dent meis debitoribus.

<Pretera isti sunt debitores mei>

Petrus Venegas filius de Egas Laurencii II morabitanos mihi debet. Martinus Menendi de Tavoadelo III morabitanos et cum istis <V morabitanos>⁶ et cum fructum amborum casalium soluent fratres <illos> VII morabitanos. <Et si aliquis inde remanserit habeant fratres isti>.

Donnus Ermigius de Alvarenga testis. Stephanus Ermigit filius Ermigii Hosorii testis. Et donnus Ermigius de Tomar testis. Johannes Pelagii capellanus magistri testis.

4. S.d.

Gonçalo Garcia doa à Ordem do Templo a terça parte de suas casas, entre outros bens.

ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 109v

Aa dicta Ordem do Temple outra per que lhe Gonçalo Garcia leyxou a terça de suas herdades casas vinhas etc. e das outras.

Ego Gonsalvus Garsia timeo diem mortis mee et mando dividere meum habere. In primis totam meam tertiam ad hospicium Templi de hereditatibus et de domibus et de vineis et de ganado. Ad meam sororem II morabitanos. Aliam tertiam in manus domini Alfonsi capellanus de Tomar ut det ea in missas canc. [sic]. Nominamentum de meo ganado XXX^a cabezas de porcis et de cabras. Ad donum Alfonso I porca. Fico de habere quod debent dare ad Gonsalvum Garsia. Im primis donno Ermigio II morabitanos. Donna Bona I morabitano. Gonsalvus Arias filio de Arias Cantingim III morabitanos. Joannes Perrote VI morabitanos. Gonsalvus Petri do Alferianal testis. Martinus Petri testis. Dom Garsia testis.

³ Segue-se rasurado «de Monio Neto».

⁴ Segue-se rasurado «ibi».

⁵ Segue-se riscado «quod do absque presenti fructu liberum fratribus».

⁶ Segue-se riscado «soluet fratres illas VII morabitanos fratres de Templo».

5. S.d.⁷

Perdigão doa à Ordem do Templo uma herdade no Marmelal. Presente à partição da herdade, estavam freires da Ordem do Templo e de Rocamador.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 178r-178v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 117r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 219v

In Dei nomine. Notum sit omnibus hominibus tam presentibus quam futuris que ego Perdigom [fl. 178v] placet mihi pro bona pace et voluntate ut darem unam hereditate ad mansionem Templi et habet iacentiam in Marmelario in sisino de Fleberto VIIIº astilis in lato et in longitudine quomodo alias hec que ibi iacent quomodo parte com donnus Fructuosus et alia pars cum Suerio Nuniz. Do ipsa supradicta pro remedio anime mee et habere eam in vita sua et post mortem sit semper de Templi. Et meo corpo mando ad obitum meum in ipsa sua ecclesia.

Istos sunt bonos homines que fuerunt per mandado de concilio Guarde propter de partimentum hereditate de Lamegal inter fratribus de Ordini Templi et fratres de Rocamador per graça de unos et de alios. Et posuerunt ipsos fratres de Rocamador super ipso porto de Monino frater inter ambos riparios. Pro testes Ermigius M. Feo. Martinus Johannes. Perdigom. Petro Silvaam. Donnus Bonus.

6. S.d.

L. Mendes e sua mulher fazem uma composição com L. Peres, comendador da Ordem do Templo em Santarém, relativamente a um emprazamento de uma casa em Sisirico e de uma horta no lugar chamado Paraíso, nos arrabaldes de Santarém, doando à Ordem a terça parte de seus bens⁸.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 3, n.º 13⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 48r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 86v-88r; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 129v-130r

Sciant omnes tam presentes quam futuri quod ego L. Menendi et uxor mea G. Pelagii talem compositionem fecimus cum fratre L. Petri qui tunc temporis existebat comendator Templi in domo Sanctarene de mandato L[*aurentii*]¹⁰ Costancii qui tunc temporis existebat comendator Templi in regno Portugaliae et de consensu fratrum eiusdem ordinis super intentionem unius domus que jacet in Sisirico et super intentionem unius almuine que jacet in loco qui dicitur Paradisus que domus et que almuina fuerunt de Fernando de Abuil et de Maria Pequena ut nos habeamus et possideamus in vita nostra super dictam domum et almuinam et persolvamus in uno quoque anno XX marabitanos pro festo Sancti Michaelis fratribus Templi

⁷ No *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo* (ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 117r) está transcrito após várias escrituras datadas de 1221 e a última testemunha «Donnus Bonus» aparece como doador num documento de julho de 1227.

⁸ No *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo* (ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 48r) está transcrito no arcebispado de Lisboa.

⁹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 433, está datado de 1202, mas o documento não tem data.

¹⁰ Reconstituição com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 48r.

domus Sanctarene et post mortem unius nostrum fratres Templi Sanctarene habeant et possideant in pace medietatem domus et almuine et faciant inde quidquid eis placuerit et alius nostrum qui remanserit debet habere et possidere in vita sua aliam medietatem domus et almuinie et debet persolvere in uno quoque <anno> dictis fratribus X morabitanos et post mortem amborum, fratres Templi supra dicte domus Santarene habeant et possideant in perpetuum supradictam domum et almuinam et in super tertiam partem de omnibus rebus quas nobis Deus dederit. Ideo quia receperunt nos pro suis familiaribus et ut nos semper habeamus partem in suis orationibus, sed si forte aliquis venerit qui hanc compositionem frangere voluerit, non sit ei licitum sed pro sola temptationem quantum inquisierit, tantum in duplo componat, supra dictis fratribus et domno terre tantum et in super sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore, in inferno collocatus. Qui presentes fuerunt Fernandus Suerii clericus et crientulus fratribus Templi. Domnus Vermundus clericus et canonicus Sancte Marie d'Alcazoba [sic], Petrus Vetulus de Sisirico. Donnus Egas. Pelagius Bagou. Suerius Petri Almocouvar fratribus Templi. Dominicus Johanis. Petrus Petri mancipius qui fuit de Maria Pequena. Martinus Pelagii mancipius fratribus Templi. Ferans¹¹ Mathei Boi. Donnus Monio qui moratur in Pinario. Dominicus Teliz. Johanis Dominici homo de Stephano Arridel. Petrus Michaelis ortolanus de Stephano Arridel. Et ut melius intelligatur qualiter hec compositio fuit facta supradictos frater Pellagius devicit <in consilio Sanctarene> nos de quinque partibus supra dicte domus et supra dicte almuine. Et nobis non restabat nisi sexta pars quia Fernandus d'Abiul mandaverat eis totam suam tertiam et alias duas tertias partes, mandaverat ad Mariam Pequenam suam mulierem ut haberet eas in vita sua, et post mortem eius fratres Templi reciperent eas et Maria Pequena petivit dictis fratribus illam tertiam quam Fernandus de Abeul mandaverat illis, ut haberet et frutificaret eam in vita sua et post mortem suam dicti fratres reciperent aliam tertiam com sua tertia et in super Maria Pequena mandaverat illis aliam tertiam pro anima sua quia receperant eam pro sua confrata. Qui presentes fuerunt quando devicti fuimus, scilicet, Menendus Alfonsi. Donus P[elagii]¹² Ariae et Martinus Petri filius eius et A. Petri filius eius et Martinus Petri de Coton. Et Menendus Pelagii tabaliom qui tunc erant alvaziles et donnus P. Vermudi et Menendus Joannis miles et Johannes Dominici qui erat vozarius, scilicet Menendi et G. Pelagii super intentionem istam et Martinus Sagia et Egas Martini de Alcazoba et Stephanus Antiocham qui tunc erat maiordomus.

¹¹ Em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 48r e em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 129v-130r, lê-se «Petrus».

¹² Reconstituição com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 48r.

7. S.d.

Laurentino e sua mulher, D. Elvira, fizeram um acordo com D. Simão Mendes, comendador da Ordem do Templo em Portugal, e Fr. Fernando Martins, comendador de Tomar¹³, pelo qual morrendo sem filhos a Ordem ficaria com metade de todos os seus bens, e tendo filhos a Ordem ficaria com a terça parte.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 10¹⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fl. 83v

In Dei nomine. Hoc est pactum quod Laurentinus una cum uxore sua donna Elvira fecerunt cum fratre donno Simeone Menendi tunc comendatore in Portugalia et cum fratre Fernando Martiinz tunc comendator de Tomar et cum aliis fratribus permanentibus scilicet isti ambo posuerunt et firmaverunt inter se ut si donna Elvira ante obierit Laurentinus intret in Ordine Templi cum duabus partibus de quanto ambo habuerint se semen non habuerint et se semen habuerint intret ibi cum tota eorum tercia. Si autem Laurentinus ante obierit donna Elvira cum censu amborum vivat in castitate in domo sua in omnibus diebus vite <sue> per consilium et auxilium fratrum et post mortem eius det ad mansionem Templi duas partes de quanto ambo habuerint si semen non habuerint et si semen habuerint det ibi¹⁵ totam tertiam. Si¹⁶ forte in ipso Ordine intrare voluerit ibi recipiatur cum omni suo censu supranominato quod si vero noluerit in pace in domo sua vivat sicut superius ostensum est. Post mortem unius vel alterius <qui obierit> det suam tertiam ubi ei placuerit propter hoc quod illi faciunt. Fratrem recipiunt eos in suis sancti orationibus et in suis beneficiis et ubicumque potuerint debent eis esse auxiliatores et defensores et dant eis modo unam sarracenam ut serviat eos in omnibus diebus vite eorum tali videlicet pacto ut eam non donent neque vendant alicui sed post mortem eorum reddatur ad mansionem Templi. Et comendator et fratres qui fuerint in Tomar secundum possibilitatem suam debent eos semper defendere et imparare de exercitu et de carreira et de calumnia et de toto malo et si fratres suum equum vel suas bestias voluerint accipiant eas et dent ei alteras et si equus eius obierit dent ei alterum cum quo eos serviant et sui ganati debent semper stare cum ipsis de fratribus et de ovibus habeant lanam et arietes et fratres habeant inde lactem. Et post mortem eorum habenat duas partes de omnibus suis ganatis et de omnibus suis possessionibus sicut superius est ostensum.

¹³ Citado em dois documentos de 1222.

¹⁴ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 480, está datado de 1202, mas o documento não tem data.

¹⁵ Segue-se riscado «det ibo».

¹⁶ Segue-se riscada uma letra.

8. S.d.

D. Urraca Soares doa à Ordem do Templo, por alma de seu filho Soeiro Peres, as suas herdades em terra de Santa Maria, entre Vouga e Douro.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 9¹⁷ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 36r-36v

Notum sit omnibus hominibus tam presentibus quam futuris quod ego donna Hurraca Suerii do et concedo tota hereditatem quam habui in terra Sancte Marie inter Vouga et Doyro ad Templo pro anima meum filium Subgerium Petri Eanes et quanta ibi abuit [...] meum filium Subgerius Petri. Preter una quarta de casali in Teovaldy et duas partes in Tarey. Ista est hereditate nominata in Teovaldi III casales in Moazelos II et in Pousadella I casale et in Manosi II casalia et tertia et in Scapanes quantum ibi habuit in Barrela I^a quarta de casale. Et do et concedo quantum habui in ecclesias et in vaturas. Et si aliquem homo venerit quem debita demandaverit habeat per alias hereditates <et ista carta testimonia in Templo>. Isti sunt abbadessa de Arouca testis. Dona Maria Garcia testis. Dona Giomar testis. Dona Steph[a]nia Martini testis. Gomes Laurentio frater de Avis testis. Rodrigo Petri comendador de Castel Blanco. Frater Petrus Fernandi recepit ista hereditate pro ad Templo.

9. S.d.

*Gonçalo Nunes, freire da Ordem do Templo e comendador de Mogadouro e Penas Roias, faz acordo com o concelho de Fermosele, de Castela, sobre os pastos e outros direitos*¹⁸. *Texto em galaico-português.*

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 23¹⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 96r-96v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, 160v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 309v-310r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 68-69 Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, n.º 286, p. 272

Conocoda cosa sega a los presentes e a los que am por venir que eu Gonzalvo Nonez frere do Temple e comendador de Mogadoiro e de Penas Roias faço tal preito con o concelo de Fermosele a sou prazer e a noso sobre malfeitorias que fezerom iles a nos e nos a iles²⁰ que todo ome de Fermosele que agaren in o termio dos freres do Temple pacemdo ervas com sos ganados ou tirando madiras ou casca ou carvom ou home que agarem des careirado e non der recabido como anda in o termino dos freires do Temple en o regno de Portugal como parte Miranda con Fermosele fazeren dele justicia como d'aleivos que trai castelo e mata senhor e u auer que le agar e ficar im podirio dos freres fora inde o que intrar²¹ a prazer do comendador que for no

¹⁷ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 480, está datado de 1202, mas o documento não tem data.

¹⁸ Este documento poderá estar relacionado com o de 11 de março de 1283, segundo o qual Soeiro Nunes, cavaleiro de Cambra, doou à Ordem do Templo um herdamento que recebera de seu irmão Gonçalo Nunes, que fora freire da dita Ordem, com a condição de o deixar em herança à Ordem (ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 31v-32r).

¹⁹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 436, está datado de 1202, abril, mas o documento não tem data.

²⁰ Segue-se riscado «som sabo som sabudas e in escrito metodas».

²¹ Segue-se riscado «do comenda».

logar e quando iste pleito foi firmado quitou les Gonzalvo Nonez e seu freri <que> levarom preso e que fanaro e as suas aldias e igregas que quemaro e as²² vacas dos freres que levaron e sobre aquestesto peito les LX moravidis. E distes moravidis foi fiador Pedro Seco e Juan Rei e somo ja pagados. E por iste pleito que fez Gonzalvo Nonez a lo concelo de Fermosele quitaron le iles a p[e]nora que deles overa e sobre aqueste pleito poseron tal compostora intre si de qual das partes quer que aqueste pleito qu[e]brantasem que peitasem CCCCC moravidis e tornasem suas dimandas a fondo. Diste pleito foron testemoias da Alem Doiro Pedro Seco Juan Rei sou irmano. Domingo Istevam. Garcia Lopez o cavaleiro de Laroco Pardo e outros omenes bonos que veneron con aquestes. E de tera de Lampaças Me<e>ndo Meedez e sou irmano Roi Meedez e outros omees bonos que veneron con eles e Juanete de Moas e u concelo apregonado de Fermosele e lo de Mogadoiro e o de Penas Roias e os outros que soum das aldias do tirmio de Miranda que viron e oiron quando iste pleito foi firmado.

10. S.d.

*Lopo Rodrigues, Gutier Rodrigues, Martim Rodrigues e Nuno Garcia nomeiam Afonso Gonçalves seu procurador na questão de divisão de termos com os freires da Ordem do Templo e os freires do mosteiro cisterciense leonês de Santa Maria de Moreruela*²³. *Texto em português medieval.*

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 5²⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 86r

Conoçuda cousa sea a quantos esta carta virem que nos Lope Rodriguez e Gutier Rodriguez e Martim Rodriguez e Nuno Garcia fazemos Alfonso Gunzalvez nostro personero pera partir el tiermeno que avemos con os freires del Templo e con os frades de Moreruela entre Zerzeno e Maladas e Reifega e Villa Cha e Barzeosa. E obrigamos nos sobre nos e sobre nostras bonas aver firme e a particiom que feciere Alfonso Gunzalvez sobr'el tiermeno de las villas sobredictas e que esta cosa non podiese venir en dulda. Roguemos nos Lope Rodriguez e Gutier Rodriguez e Martim Rodriguez e Nuno Garcia all arcidiagano maestre Garcia de Zamora en rogo posiese en esta <carta>²⁵ so seullo e yo maestre Garcia arcidiagano de Zamora en Toro rogado destes cavaleiros sobredictos puse a esta procracion mio seiello.

²² Segue-se riscado «suas».

²³ Na Chancelaria de D. Afonso III registam-se três cartas do dia 10 de maio de 1253, promulgadas em Bragança, relativas a bens que o mosteiro de Moreruela (na província de Zamora) tinha em Portugal. Na primeira o rei D. Afonso III confirma as propriedades que o dito mosteiro possuía na terra de Bragança (*Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. I, pp. 16-17); na segunda o mesmo rei isenta o mosteiro de Moreruela do pagamento de portagem de tudo o que comprar em Portugal, para seu sustento (*Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. I, p. 17); na terceira o rei toma sob a sua proteção tudo o que o dito mosteiro tiver em Portugal (*Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. I, p. 18). Veja-se também o trabalho de Carvalho [s.d.].

²⁴ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 433, está datado de 1202. No verso do documento lê-se era de 1240, o que seria ano de 1202, porém o documento não está datado.

²⁵ Palavra escrita sobre o orifício do pergaminho.

11. [c. 1126-1128]²⁶

*D. Teresa doa à Ordem do Templo a vila de Fonte Arcada, perto de Penafiel, com todos seus termos e benefícios. Inclui ainda dezoito doações de outros tantos doadores de heranças em Fonte Arcada*²⁷. ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 171v (cuja lição se segue)²⁸; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 329r-329v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 61 Publ. Costa 1771, n.º 3, pp. 154-155²⁹; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 19, pp. 12-13³⁰; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 77, pp. 99-100

Ego regina donna Tarasia do Deo et militibus Templi Salomonis villam que vocitant Fonte Arcada in Portugal circa Penam Fidelem cum totis suis terminis et suis beneficiis pro mea anima. Ego comes Fredinandus do ibi Sanctum Pelagium de Vega cum toto suo eximento quantum michi pertinet pro anima mea. Ego Pelagius Pelagii do ibi villam quam dicunt Porta Lama quantum michi pertinet pro anima mea. Ego Elvira et meus filius Suarius Melendiz damus ibi Celerolos quantum nobis ibi pertinet pro nostris animabus. Ego Pelagius Nuniz et Nuno Osoris et uxor mea Maria Nuniz damus ibi illas tres partes de villa quam dicunt Abonema pro nostris animabus. Ego Garcia Menendiz mando in Monte Longo in villa de Quintanella medietatem de tota illa hereditate quam ibi habeo. Ego comes Gomez et uxor mea damus ibi nostram portionem de Genestazolo quantum nobis ibi pertinet. Ego Monio Roderici do ibi uno casal in Aroca in villa de Avia. Ego Gondisalvo Moro do ibi unum casal in Cornade. Petrus Petri unum casal in Villa Nova circa pontem de Ava. Petrus Fernandi unum casal in Vaerio de Soia. Menendus Bernandi dat quantum habet in Cercieres in Pannonias. Menendus Gomez dat unum casal in Campeludes in Aguilar. Johannes Raina dat medietatem de parade de Coinolos et mediam de Vulpellares quantum ibi habet. Ego Monia Froilaz do ibi in terra de Salnes casal de Laurenz et medio de Sonorio. Ego Petrus Egareiz et uxor mea Orodona damus ibi nostram portionem de villa de Amio de Pineros. Ego comes Guterius do ibi meam portionem de villa de Sangorsa. Ego Rabinado dono ibi unam mediam curtem quam habeo in regione que est circa curtem comiti Suarii. Ego Vermundo Petriz et uxor mea damus ibi medietatem de palacio de Celtegos.

12. 1128.03.19 – Braga

D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, doa, em forma de testamento, à Ordem do Templo o castelo de Soure. ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios*, mç. 1, n.º 1 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 64v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa

²⁶ Data estabelecida com base em *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 77, pp. 99-100. Também Viterbo é da opinião que a rainha D. Teresa fez esta doação antes que «seu filho lhe contestasse o Dominio de Portugal» (Viterbo, ed., 1799, p. 349).

²⁷ Sobre este documento veja-se Costa 2013, p. 234.

²⁸ Documento transcrito no âmbito das escrituras do bispado do Porto.

²⁹ Segue-se a tradução para português, pp. 156-157.

³⁰ O autor data este documento de 1128-1130.

[B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 122r-122v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 229v-230r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 49-51
 Publ. Costa 1771, n.º 2, pp. 150-151; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 10, p. 7; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 79, p. 101

In Dei nomine. Ego regina Tarasia facio ista cartula testamenti Deo et militibus Templi Salomonis pro remedium animarum mearum et remissionem peccatorum meorum de castello scilicet quod Saurium vocatur. Damus illud castellum Deo et supradictis militibus Templi per suos terminos anticos cum aquis et pascuis terrenis cultis vel incultis cum omnibus suis directis ad supranominatum castellum pertinentibus id est cum omnibus que michi de supradicto opido vel loco solito more erant reddenda ad milites Templi Salomonis deinceps reddantur. Itaque cum quanto tunc in eo aprestitum est vel fuerit dono et concedo. Est igitur opidum illud in terretorio Colinbriensi discurrente aqua Mondego. Si quis ergo hoc factum vel scriptum irrumpere voluerit anatema sit. Et ego comite Fernandus ipso dono que michi fecit regina donna Taresa ibi ego dono et concedo Deo et Templum. Facta kartula testamenti XIII kalendas aprilis era M^a C^a LX^a VI^a. Nos supradictos hunc testamentum propriis manibus ro + + + boramus. Qui presentes fuerunt. Aldefonsus Legiononsis rex confirmo. Comes Rodrigus Gallicianus confirmo. Pelagius Suarides confirmo. Egas Gonsendiz confirmo. Gunsalvus Didaz alcaiad Colinbrie confirmo. Pelagio Nudz alcaiad de Montemaiore confirmo. Randulfus testis. Zalama testis. Zoleima testis. Menendus proprie curie notarius scripsit.

Et hanc kartam fuit roborata in manu donni Ramondi Bernardi in civitate Bracara tali modo et tali pacto ut si illud castellum ante morte nostra dederimus nullis de nostris inimicis in eo recipiant et si ibi intraverint mittant eum foras sic qui nulla contraria inde nobis exeat.

13. 1128.03.29 – Braga

D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, e D. Fernando, conde portugalense, doam à Ordem do Templo o castelo e a terra de Soure.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 5 (a seguir ao documento de [1129-1130].03.14 e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 20v e fl. 65r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 121v-122r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 229r-229v

Publ. Costa 1771, n.º 1, pp. 148-149; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 11, pp. 7-8; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 80, pp. 102-103

In nomine sancte et individue Trinitatis Patris ac Filii et Spiritus Sancti Trinitas indivisibilis que nunquam erit finienda set permaneat per infinita secula seculorum amen. Ob inde ego regina Tarasia magni regis Alfonsi filia facio kartam testamenti Deo et militibus Templi pro remedio anime mee et remissione peccatorum meorum de castello scilicet quod Saurium vocatur. Do istud castellum Deo et supradictis militibus

Templi per suos terminos antiquos et novos scilicet quomodo dividit per portum de Arias et deinde per fontem de Monte Mouri et pela barriada de Comeiros pela serra de Azoya aguas vertentes a Sayzono per portam cavalari per cimalias d'Alcouvim e pelas antas do Farrio et deinde aa cabeça de Furrio et per portum de cabeça de Benero pela serra de Barca et per Sancti Filipo usque ad portum de Arias quomodo descendunt vertentes aque istorum terminorum ad Mondecum. Do vobis castellum illud cum istis terminis cultis et incultis cum omnibus suis directis ad supranominatum castellum pertinentibus et cum omnibus que mihi de supradicto opido vel loco solito more erant reddenda ad milites Templi Salomonis deinceps reddantur cum quanto nunc in eo³¹ aprestitum est vel fuerit dono vobis et concedo. Est igitur castellum illud in territorio Colimbriensi. Si quis vero hoc factum meum vel scriptum irrumpere voluerit anathema sit quod fieri minime credo et vobis fratribus vel illi qui vocem vestram pulsaverit illud castrum pariat in quadruplum et regie potestati quomodo liber Judicum precipit. Et ego comes Fernandus donum quod donna mea regina militibus Templi donat laudo et concedo. Facta carta testamenti et confirmationis III^o kalendas aprilis sub era M C LX VI. Ego supradicta regina hanc kartam propriis manibus roboro et confirmo [SINAL] [PORTUGAL]. Qui presentes fuerunt comes Rodericus Gallicianus confirmo. Pelagius Soaris confirmo. Egas Gosendis confirmo. Bernardus Colimbriensis episcopus confirmo. Ermigius Monis curie dapifer confirmo. Egas Monis confirmo. Menendus Monis confirmo. Petrus Pai confirmo. Randulfus confirmo. Tanalama confirmo. Zuleima confirmo. Et hec carta fuit roborata in manu Reimundi Bernaldi in civitate Bracarie.

14. [1129-1130].03.14 – Guimarães

D. Afonso Henriques, ainda intitulado infante, doa à Ordem do Templo o castelo de Soure, confirmando a doação feita por sua mãe D. Teresa, no ano anterior.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 5 (cuja lição se segue, embora datado de 1130); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 20r-20v³²; ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 65v-66r³³ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 122v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 230r-230v
Publ. Costa 1771, n.º 4, pp. 157-158³⁴; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 24, p. 17³⁵; Reuter 1938, p. 22³⁶; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 96, p. 120 (datado de [1129-1130])

In nomine sancte et individue Trinitatis Patris ac Filii et Spiritus Sancti Trinitatis indivisibilis que nunquam erit finienda sed permanet per infinita secula seculorum amen. Ob inde ego egregius infans donnus Alfonsus bone memorie magni Adefonsi

³¹ Segue-se uma palavra supontada indicando tratar-se de um erro.

³² Este documento está datado de «II idus marcii sub Era .I. C. LX. VIIIª.», ano de 1130.

³³ Datado de 1129.

³⁴ Datado de 1129.

³⁵ Datado de 1129.

³⁶ Datado de 1129.03.18.

imperatoris Spanie nepos comitis Henrrici et regine Tarasie filius atque per Dei clementiam Portugalensium princeps in onore Domini Nostri Ihesu Christi do vobis militibus Templi Salomonis quodam castellum nomine Saurium. Habet iacentiam in Extramatura territorio Colimbriensi discurrente aqua Mondego. Do atque concedo illud castrum vobis cum omnibus suis locis et terminis antiquis atque cum omnibus suis foris que sunt et fuerunt ut vos habeatis illud firmiter et omnes successores vestri post vos perenniter. Et hoc facio ego non gentis imperio nec suadente articulo sed pro amore Dei et pro remedio anime mee et parentum meorum et pro amore cordis mei quem erga vos habeo et quoniam in vestra fraternitate et beneficio omni sum frater. Et si aliquis homo tam de extraneis quam de propinquis ad hoc factum meum inrunpendum venerit quod fieri minime credo vobis fratribus vel qui vocem vestram pulsaverit illud castrum Saurium pariet in quadruplum et regie potestati quod liber iudicum precipit. Facta karta donationis et firmitatis II^o idus marci sub Era M C LX VIII^a. Ego infans donnus Alfonsus hanc kartam propria manu roboro [SINAL]. Qui presentes fuerunt Vimarinis. Bernardus Colimbriensis episcopus confirmo. Egas Godesindis confirmo. Pelagius Guatierriz de Silva confirmo. Ermigio Venegas confirmo. Johannes Tania confirmo. Sudario Menendez confirmo. Gunsalvus de Sausa confirmo. Ermigius Nuniz curie dapifer confirmo. Egas Munis confirmo. Mendus Munis confirmo. Laurentius Alferice confirmo. Reimundus Garsie confirmo. Petro Pai. confirmo. Petrus testis. Pelagius testis. Egas testis. Petrus cancelarius infantis notavit.

15. 1131.07.18

D. Afonso Henriques, enquanto infante e intitulado-se «totius Portugalensis provintie princeps» doa a mestre Gualdim e aos seus freires o lugar de São João³⁷ (São João do Monte, concelho de Tondela). ANTT. Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Documentos Reais, mç. 1, n.º 4 (cuja lição se segue)

Publ. Documentos Medievais Portugueses, vol. I, n.º 118, p. 140

³⁷ Este documento coloca várias questões relacionadas com a indicação de «magister Garinus», eventualmente D. Gualdim Pais, no ano de 1131. Este homem terá nascido em Braga entre 1118-1125, o que o tornaria titular da dignidade quando ainda era criança. Gualdim Pais era da família dos Ramirão, por via paterna, e muito ligada a Braga. O ano de 1131 não nos pode passar despercebido tendo em conta a conjuntura política do Condado Portucalense e de que a mudança de D. Afonso Henriques para Coimbra é uma manifestação clara. Do ponto de vista geográfico, a doação em questão, em torno da zona de Tondela, é perfeitamente compatível com a presença dos Templários já mais a sul, nomeadamente em Soure desde 1128. Na hipótese de o mestre Gualdim, mencionado no documento de 1131, ser D. Gualdim Pais, teremos de aceitar que, embora ainda muito jovem, teria sido indicado por uma família de Braga para tão reputado cargo. Do ponto de vista da evolução global da Ordem do Templo, o final da década de 1120 é de afirmação e de um esforço notável de atração de apoiantes para a causa da Ordem. Em paralelo, há que introduzir neste raciocínio a afirmação do clero bracarense em termos de estatuto eclesiástico e de influência política. Na presunção de que Gualdim tenha sido indicado como responsável pela província de Portugal, não pode ser ignorada a pressão de adesão à Ordem que existiria nessa altura. Assim sendo, e depois de ter feito uma carreira internacional no âmbito da Ordem, só já em meados do século é que foi definitivamente escolhido como mestre em Portugal. Por outro lado, embora o documento que gera todas as dúvidas seja uma cópia feita no próprio século XII (*Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, p. 140), por alguém que não demonstra ter o domínio apurado sobre os nomes que copia, não deixa de registar que Gualdim recebeu a respetiva doação na qualidade de mestre e acompanhado pelos seus freires.

In nomine sancte et individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti Trinitas indivisa que numquam erit finienda per cuncta seculorum secula. Ego egregius infans Anfunsus [sic] gloriosissimi Ispanie imperatoris nepos et consulis domni Henrici et regine Tarasie filius Dei vero providentia totius Portugalensis provintie princeps nulla necessitate cumpulsus nulliusque perturbatus incursu sed prontim ac benivola voluntate devotus vobis magister Garinus ac fratribus vestris facio kartam de illa villa que dicitur Sancte Iohanne cum omnibus terminis suis quomodo separatur de Paramia et de Cuvello et de Macenere et de Balasterio discurrente rivulo Agada. Hoc facio mea propria voluntate pro anima mea et pro anima patris et matris mee ut simus in requiem amen. Ut ab hac die et tempore sit de iure meo ab rasum et in vestro dominio sit traditum et cunfirmatum perhenni evo amen. Facta karta XV Kalendas augusti Era M^a C^a LX VIII. Ego Ildefonsus supra nominatus hanc kartam propria manu mea r + oboro. Ermigio Muniz testis. Erio de Bridi testis. Gondisalvo Rodrigi testis. Martino Pignuniz testis. Sarrasino Espini testis. Nuno Suarii testis. Fernando Cattivo testis. Petrus notarius scripsit.

16. 1135.05.28

Mendo Moniz e sua mulher, Cristina Gonçalves, doam a Arnaldo Peres, da Ordem do Templo, a herdade de Escariz, que fora de São Miguel de Paredes, recebendo da Ordem a herdade de Oldrões. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 7 (cuja lição se segue)³⁸; ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 137r-137v (cuja lição se segue)³⁹

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 103, p. 74

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 7*

[...] Deo eterne salutem amen. Ideo placuit nobis per bona pacem et salutem ut facimus vobis Arnal[...] [...]ariz que fuit de Sancto Michael de Paredes et octo morabetis aureos et damus eam [...] enim Deus et qui servire ista hobedientia. Et si homo venerit istam kartam irrum[pere] [...] [soli]dos. Notum die quod erit V kalendas junii Era M^a C^a LXX^a III^a. Facta carta contramuta[tionis] [...] [...]lviz in hanc kartam manus nostras r + o + bo + ramus. [...] Sisnandus notavit.

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 137r-137v*

In Dei nomine. Ego Menendo Monici et uxor mea Christina Gunsalviz in Domino Deo eterne salutem. Ideo placuit nobis per bonam pacem et salutem ut facimus vobis Arnal Petri de Templum Domini kartam contramutationis de illa hereditate de Aschariz que fuit de Sancto Michael de Paredes et octo morapetis aureos et damus eam vos pro ipsa hereditate de Huldrianos tamtum nobis bene complacuit habeat

³⁸ Texto truncado na margem esquerda, que impede a correta leitura do texto.

³⁹ Manteve-se a transcrição desta versão, pois o texto do original está truncado.

enim Deus et qui servire ista obediencia. Et si homo venerit istam cartam irrumpere ut sedeat maledictus et excommunicatus et super ut pectet tercentos solidos. Notum die quod erit V kalendas junii Era MC LXX III. Facta carta contramutationis et vendicionis. Ego Menendo Moniz et uxor mea Christina Gunsalviz in hanc cartam manus nostras roboramus. Pro testes qui viderunt et audierunt Fernandus testis. Pelagius testis. Michael testis. Sisnandus notavit.

17. 1139.08

Boa Soares doa aos freires da Ordem do Templo a terça parte da herdade da Maçaneira, na vila de Ajuda.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 11, 1.º documento (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 36v-37r*⁴⁰

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 195, pp. 136-137*

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Bona Soariz facio hoc testamentum Deo et ad illos fratres Templi Salomonis de una hereditate quam habeo ex parte filia mea domna Maria in villa que vocitant Ajuda et fuit de patre eius Gundisalvo Cidiz quibus sint bona sequiet [sic] et est prenominatam quintam partem de Ajuda. Dono eam pro remedio animarum nostrarum. Et ego Mandreona similiter facio testamentum de Manzaneira Deo omnipotenti et ad ipsos fratres Templi Salomonis scilicet in mea vita quinta et post mortem meam recipiant illam totam. Nam cum Dominus dicat *Vigilate et orate quia nescitis diem neque oram* hoc nobis pro certo innuit ut nos a labentium ab renunciatione invitet et ad sectanda manu sua tardiores animos incitet nedum in amore rerum periturarum mortalis animus alligatus habetur subito miser homo ab hac vita sine fructu bonorum operum dum nondum sustinet subducatur. Igitur ego predicta Bona Soariz et filia mea Madreona damus et concedimus supradictam hereditatem sicut sursum sonat Deo et ad illos fratres Templi Salomonis ibi degentes habeant illam semper hereditario iure et sit illis in aliquod augmentum rei necessarie secundum ilorum iudicium et voluntatem. Nos autem manere usque ad nostrum obitum sient postea predicto Templo et fratribus permaneat ut divina scilicet superhabundante gratia remotis peccatorum debitis penis cum sanctis Dei electis fruar gaudiis eterne felicitatis. Hoc denique dico per attestationem sanctissimi nominis eterne et individue omnipotentissime Trinitatis divine et participatione sacratissimi corporis et sanguinis Domini nostri Ihesu Christi que nos huic nostro salubri facto numquam erimus contrarii set si quod absit contingerit liceat Templi nos severissime usque ad satisfactionem choercere. Si vero alius quilibet vir aut mulier cuiuscumque generis aut dignitatis hoc nostrum factum violare temptaverit non sit ei licitum per ullam assertionem cuiusque callide verboritatis

⁴⁰ Veja-se o documento 1140.07, imediatamente a seguir a este em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 37r.*

nequus per potentiam potestatis set pro sola preruptione sit excommunicatus a consortio christianorum fidelium et alienus ab ingressu sancte ecclesie et a corpore ac sanguine Christi que diu in hac reprobate manserit et insuper et pro seculari damno legali convictus iudicio de suis propriis facultatibus que ydem Templi quadruplo persolvat omne quod inde auferre temptaverit qui si in hac pertinacia ab hac vita temporalis viciis discesserit non accipiat a Deo respectum misericordie in futuro seculo sed perpetualiter cum diabolo mancipatus lugeat penas eterni incondii in profundo baratri et hoc meum factum plenam semper habeat stabilitatem. Facta est carta testamenti mense augusto Era M^a C^a LXX^a VII^a. Ego autem supradicta Bona Soariz et filia mea Madreona que hanc cartam testamenti iussimus fieri coram ydoneis testibus propriis manibus nostris roboravimus et signa hec + fecimus. Qui presentes fuerunt et viderunt Petrus Gaudinus testis. Nunus Menendiz testis. Petrus Garsia testis. Gundisalvus Menendis testis. Pelagius Venoron testis. Gundisalvus Martiniz testis. Johannes diaconus notuit.

18. 1140.07

Boa Soares doa à Ordem do Templo a sua herdade na vila de Ajuda.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 11, 2.º documento (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 37r*

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 210, p. 145*

In Christi nomine. Ego Bona Soariz facio testamentum Deo et fratribus Templi Salomonis de quanta hereditate <quam> habui cum meo viro in villa que vocatur Ajuda do et confirmo inde terciam partem supradictis fratribus Templi pro remedio peccatorum meorum et in super concedo illam domum cum suis quintanis et de hodie die de nostro iure sit ablata et in dominio illorum sit tradita atque confirmata. Et si aliquis homo ausus fuerit et hoc meum scriptum frangere voluerit non sit ei licitum set pro sola temptacione sit maledictus et excommunicatus et cum Juda Domini traditore habeat porcionem et quantum inquisierit tantum pariat in duplo. Et insuper semper hoc scriptum semper plenum robur obtineat. Facta carta testamenti mense julii Era M C LXX VIII. Ego supradicta Bona Soariz cum propria manu mea roboro.

19. 1140.08.26

Vermundo, clérigo, vende aos cavaleiros da Ordem do Templo uma herdade em Vila Maçada, sobre Monte Castro Recarei, perto de Santa Maria no termo do Porto.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 233, fls. 191v-192r (cuja lição se segue)⁴¹; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 167v-168r (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 322v-323r*

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 213, p. 147*

⁴¹ Não é possível conferir o final do documento, pois o fl. 192r está rasgado. A reconstituição do texto em falta foi feita com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 167v-168r.*

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Vermundus presbiter placuit michi per bone pacis et voluntas ut facio kartula venditionis et firmitudinis de hereditate mea propria que habeo in villa Macada que habeo ipsa hereditate de comparadea de filio de Coterri Suarici. Ego Vermundus vendo vobis cavaleyros do Templo VIII^a parte de ipsa hereditate de Coterri Suarici que habeo de comparadea. Damus vobis ipsa hereditate integra per suis locis et vicis et terminis antiquis cum ingressu suo et reggressu cum quantum quantumque in se obtinet et aprestitum hominis est per ubi illam potueritis invenire. Et habet iacentia ipsa hereditate in villa Macada sub monte Kastron Recarei discurrante rivulo Penas prope civitas Sancte Marie territorio Portugalensi. Vendo vobis ipsam hereditatem iam supra nominatam sano animo et bona voluntate pro precio quod de vobis [accepimus idest X bracalles tantum nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vobis nichil remansit. Ita de hodie die sit ipsa hereditate de iure nostre ab rasa et in vestro dominio sit tradita atque confirmata in perpetuum habeatis vos illam firmiter. Si quis homo venerit vel venerimus contra hanc cartam venditionis ad irrumpendum quesierit et nos in concilio auctorizare non potuerit aut noluerit aut in voce mea aut nostra devendicare eam non potuerimus que pariemus vobis ipsam hereditatem dublatam vel quantum fuerit melioratam et iudicatam. Facta carta venditionis et firmitudinis VII^o kalendas septembris Era M^a C^a LXX^a VIII^a. Nos homines supradicti Vermundus qui hanc cartam iussimus fieri coram ydoneis testibus cum propria manus nostra roboramu + + s, et signa hec fecimus +. Qui presentes fuerunt nomina eorum inferius sunt sunt scripta. [fl. 168r] Gundisalvus. Pelagius. Suarius testes. Gundisalvus presbiter notavit.]

20. 1140.09.[27]

Domingos e seus irmãos, Egas Mendes e Marco, doam a D. Pedro Froilaz e demais cavaleiros da Ordem do Templo, uma herdade na vila de Matados.

ANTT. *Gavetas, Gav.* 7, mç. 12, n.º 17 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 100r⁴²

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 214, p. 147⁴³

In Christi nomine. Ego Dominicus una cum fratribus meis Egas Menendiz et Mareco facimos kartam donacionis et firmitatis vobis militi de Templo domni Petro Froilaz ceterisque militibus tam presentibus quam successoribus de hereditate nostrea [sic] propria quam habemus in villa Matados pro remedio animarum nostrarum et parentum nostrorum. Damus itaque vobis ipsam hereditatem in qua moratur Gunsalvus Ordoniz de Matados cum omnibus suis redivitibus et cum suis directuris et cum suis calumniis rauso omicidio furto et ceteris. Quicumque igitur contra hoc

⁴² Datado de «XV^o kalendas», ou seja, 17 de setembro.

⁴³ Datado de 17 de setembro de 1140.

factum nostrum venerit ad irrumpendum componat vobis ipsam hereditatem in duplo et insuper sit maledictus et excommunicatus. Facta karta testamenti et firme donacionis V^o V^o⁴⁴(?) kalendas octobris Era M^a C^a LXX^a VIII^a. Nos superius nominati Dominicus Egas et Mareco Menendiz hanc kartam propriis manibus roboramus + +. Petrus testis. Suerius testis. Menendus testis. Ego Suerius Gunsalviz confirmo. Menendus Gunsalviz confirmo. Petrus Suarius notuit.

21. 1142.11

D. Goda, com seus filhos e sua nora, doam à Ordem do Templo, uma herdade no arrabalde de Montemor-o-Velho, na freguesia de São Miguel, chamada Infesta.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 7* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 86v-87r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 147v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 282v-283r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 60

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 274, p. 179

Sub Christi nomine et eius misericordia. Ego Goda ignorans diem mortis mee et tamen sciens illum imminere placuit michi spontanea voluntate una cum filio meo Guiam et uxore sua Ermesenda Pelaiz facere cartam testamenti ad miliciam Templi de uno terreno proprio quod habuimus in suburbio Montis Maioris in collacione Sancti Michaelis in loco qui vocatur Enfesta. Sunt autem termini eius de una parte casa de Pelagio Menendiz et de alia parte almunia de Godino Padelo et de alia parte via que ducit ad civitatem et illud est in medium. Damus et concedimus illud ad miliciam Templi Iherusalem pro animabus nostris atque parentum nostrorum. Sed si aliquis homo ex nostris propinquis vel extraneis venerit qui hoc nostrum factum pro sua mala audacitate⁴⁵ in aliquo infringere temptaverit non sit ei licitum per ullam assercionem sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et ab ecclesia catholica alienatus et cum Juda Domini traditore condempnatus et insuper quantum quesierit tantum in duplum componat. Facta carta mense novembris Era M^a C^a LXXX^a. Ego supradicta Goda que hanc cartam una cum filiis meis iussi facere cum manibus nostris coram his testibus roboravimus⁴⁶. Qui presentes fuerunt Pelagius presbiter testis. Gundisalvus Godiniz testis. Petrus Rodriguiz testis. Ermigius testis. Petrus notuit.

22. 1143

Mendo Moniz e sua mulher, [Cristina Gonçalves], doam à Ordem do Templo metade de uma herdade, que se chama Ordins, bem como outros bens⁴⁷.

⁴⁴ Pouco legível.

⁴⁵ Segue-se uma expressão «hoc nostrum facti» que está pontuada no meio das palavras.

⁴⁶ No meio da palavra foi deixada uma linha para as róboras, mas não tem qualquer marca.

⁴⁷ Segundo Viterbo, terá sido D. Hugo Martónio, mestre ou procurador dos Templários, a receber a doação (Viterbo, ed., 1799, p. 353).

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 6* (cuja lição se segue)⁴⁸; ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 136r-136v*

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 288, p. 189; Gomes 2005, n.º 1, p. 157*

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti atque Individue Sancte Trinitatis. Ego Menendus Moniz et uxor mea Disalviz precogitantes extremum diem obitus nostri sencientes pondus peccatorum nostrorum gratis pro [remissione] eorum ac pro salute animarum nostrarum damus pauperibus militibus militie Templi Dei et Salo[monis cons]titutis in Iherusalem pro defensione Sancti Sepulcri Ihesu Christi nostri redemptoris atque concedimus mediam par[tem nostro hered]itatis que nominatur Ordinis ita ut habeant potestatem faciendi ex ea quiquid voluerint [ita ut nullus predec]essor vel heres in ea interrogare possit sed firmiter milites supradicti habeant et possideant [ei nullus h]omo propinquus noster vel extraneus hoc factum nostre donationis vel confirmationis inrumpere tempta[verit sit maledict]us atque excommunicatus cum Juda preditore in profundum inferni permaneat et ipsi habeant heredita[tem supradic]tam cum suis locis terminis novis et antiquis longinquis et propinquis. Et ut hec elemosina nostra et carta rata et stabi[lis in] perpetuum permaneat cum signo crucis de nostris manibus propriis confirmamus <et in manus tuas frater Ugo de Martonio eam tradimus et quando finis mea pro nutu Dei advenerit iubeo dare fratribus> Templi equum unum et loriam et alia arma que decent militi excepto ea que debeo regi. Era M^a C^a L^a XXX^a I^a + +. Pro testes Didacus Gundisalviz testis. Arnaldo Destoles testis. Egas Osoriz testis.

23. 1143.01.06

Afonso Viegas e sua mulher, Eldara Patricio, doam à Ordem do Templo uma herdade em Canelas, junto do rio Paiva, em Alvarenga, que parte com Arouca e Rio Mau.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 1* (cuja lição se segue); ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 108r*

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 291, pp. 190-191*

In Dei nomine. Ego Aldefonsu Venegas et uxor mea Eldara Petrici placuit nobis per bona pacis et voluntas et propria nostra voluntate ut faceremus testamentum ad militem Templi Salomonis de propria nostra hereditate quem habemus in villa quos vocitant Kanelas discurente rivulo Pavia terretorio Alvarenga quo modo ex parte con Arouca et per rivolo Malo et per Sancti Martini de Spelunka et per Pavia. Damus eam ad militem Templi Salomoni pro remedium anime nostre cum suis prestationibus et locis novissimis et antiquis per ubi illa potueritis invenire cum quantum in se obtinet et aprestitum hominis est ut habeant inde servi Dei temporale subsidium et ante Deum premium inconvulsum ita ut de hodie die vel tempore de iuri nostro sit abrrasa et in iudicio

⁴⁸ Documento rasgado na margem esquerda. Reconstituição do texto com base em ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 136r-136v.*

supradicta ecclesia ait tradita adque confirmata sitam stabilire minime promittimus sed istam solandom in eternum servire mandamus. Neminem vero promittimus ex proprinquis [sic] vel extraneis neque nullu genus umanum ibi aliqua irruptione facere aut ista scriptura violare quod si fecerit et hunc factum nostrum inrumpere tentaverit sit maleditus et anatematizatus et ad finem non accipiat comunionem et cum Juda traditor sit dimersus in profundum inferni. Facta karta testamenti notum die quod erit VIII idus januarii Era M^a C^a LXXX I^a. Ego Adefonsu Venegas et uxor mea Eldara Petrici in hunc testamentum manus nostras roboramus. Qui preses [sic] fuerunt Gomet<e> testes [sic]. Egas testes. Petro testes. Bernaldus episcopus. Menendus presbiter notuit.

24. 1143.09

*Paio Adaúfes e sua mulher, Eugénia Sanches, deserdando os seus filhos, doam diversos bens a várias instituições. No caso da Ordem do Templo, doam toda a sua parte no casal de Gela, em Abraveses. ANTT. Cabido da Sé de Viseu, mç. III, n.º 8 (cuja lição se segue)
Publ. Diplomatório da Sé de Viseu (1078-1278), n.º 94, pp. 134-135*

In nomine Patris et Filii et Spiritu Sancti amen. Ego Pelagid<us> Adufiz et uxor mea Eugenia Sanchiz placuit nobis per bonam pacem et voluntatem ut faceremus sicut et fecimus cartam firmitudinis inter nos et pactum firmissimum ut sit firmum super omnes cartas quas antea fecimus. Ita dicimus ut de omnibus nostris hereditatibus non sint hereditati nec filii nec progenie nostre sed te<s>tamus eas pro remedio animarum nostrarum eciam et par[e]ntum nostrorum ad sedem Sancte Marie Visensis tota Pena Aguilera per ubi illa potuerint invenire et in Abraveses quanta ibi abemus ex parte patris et matris nostre. Et ad sedem Sancte Crucis Colinbrie quanta abemus in Travazolos per ubi illa potuerint invenire. <Et illo casal de Mido ad Sepulcrum Domini>. Ad ilum Ospitalem de Iherusalem qua[n]ta abemus in Vila Corça per ubi illa potuerint invenire. Ad illum <Templum>⁴⁹ Domini tota nostra parte de ipso casal de Gela et est in Abraveses. Sed per talem conventum ut nos semper in vita nostra inde abeamus mediam partem de pane et de vino et de lino et de omni servicio quod inde exierit et post obitum nostrum scilicet amborum remaneant liberas ad illias suprafatas sanctitates. Et si nos aut filios aut nepos aut ex nostra progenia venerit qui hunc factum nostrum rumpere voluerit non sit ei licitum se[d] pro sola tentacione sedeat excommunicatus et insuper quanutm demandaverit tantum dublet et iudicato. Facta carta mense setembris Era M. C. LXXX. I^a. Nos supranominatos qui hanc cartam iussimus facere coram idoneis testibus manus nostras roboramus. Qui presentes fuerunt et viderunt hi sunt Pelagius Pelaiz testis. Didacus Pelaiz testis. Gutierre testis. Garcia testis. Domnus O(*dorius*) prior confirmo. Ovecus presbiter confirmo. Petrus presbiter confirmo. Suerius presbiter notuit.

⁴⁹ Escrito sobre riscado «Sepulcrum».

25. 1143.10

Mendo Dias e sua mulher, Boa, doam à Ordem do Templo a sexta parte da sua herança em Azevedo e ainda outra parte de São Lourenço.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 3* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 96r*

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 309, p. 201; Gavetas (As), vol. II, pp. 491-492*

In nomine Domini. Ego Menendus Diaz et uxor mea Bona precogitantes extremum diem finis nostre damus et concedimus Deo et militibus Templi Salomonis constitutis in Iherusalem pro defensione Sancti Sepulcri hereditatem nostram quam habemus in Azevedo scilicet VI^{am} partem cum omnibus locis suis et pertinentiis terminis novis et antiquis. Similiter et terram Sancti Laurencii et ab hac die ab iure nostro sit abrasa et dominio eorum tradita ad faciendum quicquid voluerint dandi vel possidendi. Si quis hoc nostrum factum irrumpere temptaverit propinquus noster vel extraneus in primis sit maledictus et ab ecclesia separatus et cum Juda traditore in infernum dimersus. Et insuper componat eam fratribus duplatam vel quantum fuerit meliorata et domno patrie aliud tantum. Facta carta mense octobris Era M^a C^a LXXX^a I^a. Nos supradicti qui hanc cartam facere iussimus coram idoneis testibus manibus propriis roboramus et confirmamus + + s. Notum sit <quia quando hanc hereditatem dedimus frater Ugo de Martonio eam recepit et nobis unum maurum in caritate dedit.> Qui presentes fuerunt Gudisalvus presbiter Fagildiz confirmavit. Suarius Menendiz testis. Menendus Bufas testis. Egican testis. [Dominicus Abbas notavit]⁵⁰.

26. 1144

*Martim Teles vende à Ordem do Templo uma herdade no cimo de Porzel, sobre o monte Pedra Escrita, junto do rio Guandia, em terra de Santa Maria*⁵¹.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 168v* (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fl. 324r*

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 320, pp. 208-209*

In Dei nomine. Ego Martynus Telis nulla necessitate compulsus nuliusque perturbationis incurso per territus set propria ac spontanea mea voluntate facio kartam venditionis et firmitatis Deo et fratribus Templi Salomonis de hereditate mea propria quam habeo in villa quam vocant Porzeli propter unum equum apreciatum LXX^a modios tantum michi bene complacuit. Et illa hereditas venit michi ex parte patris mei. Et illa hereditas habet iacentiam in sumitate Porzeli subtus montem Petram Scriptam discurrente rivulo Guandia territorio Sancta Maria. Do Deo et fratribus Templi Salomonis quantum ibi habeo vel habere debeo ex parte patris mei de montibus in

⁵⁰ Reconstituído com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 96r.*

⁵¹ No *Livro das Escrituras* (ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 168v*) está transcrito no bispado do Porto.

fontibus per ubi illa potuerint invenire. Habeant illam firmiter usque in perpetuum. Sed si aliquis venerit et hoc factum meum irrumpere temptaverit sit maledictus et excommunicatus et habeat participium cum Juda traditore Domini in gehenna et illi perpetim habituram. Facta karta venditionis et firmitatis Era M^a C^a LXXX^a II^a. Ego Martinus Telis hanc kartam propria manu roboro. Ego Alfonsus Portugalensium rex confirmo. Suerius Midiz confirmo. Johannes Midiz confirmo. Petrus Guterris confirmo. Pellagius. Petrus. Menendus testes. Suerius notuit.

27. [1144].06⁵²

Afonso Peres doa a herdade de São João de Rio Frio à Ordem do Templo, doação esta confirmada por D. Afonso Henriques.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 170r-170v (cuja lição se segue)⁵³; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 326v-327r⁵⁴; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 60 Publ. Costa 1771, n.º 9, pp. 169-170⁵⁵; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 356, pp. 228-229⁵⁶; *Valdevez Medieval: documentos*, n.º 15, pp. 63-64

In Christi nomine. Placuit michi Alfonso Petri iussu regis dare unam hereditatem vobis fratribus Templi militie Salomonis pro remedio anime mee et regis tali pacto ut faciant ex ea quodcumque voluerint et semper me quasi fratrem habeant et in orationibus suis semper memoriam mei agant. Vocatur autem hereditas Sanctus Iohannes fluminis Rivi Frigidi. Habeatis vos illam sicuti ego a rege habui cum suis terminis positus utrinque. Do ego Alfonsus Petri vobis fratribus Templi ut me quasi fratrem teneant semper et ego vobis faciam sicuti frater illam hereditatem propriam. Et si aliquis homo ex nostris propinquis vel de extraneis contra hoc scriptum disrumpere voluerit et non actorizare noluerim ego vobis quicumque volu-[fl. 170v] erit hanc kartam disrumpere sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno sit missus et insuper quantum auferre voluerit in duplo componat. Ego Alfonsus habeo illam in vita mea post mortem vero meam illam totam habeatis. Facta karta mense junii posito Era M^a C^a LXXX^a III^a. Ego vero Alfonsus qui hanc kartam vobis fratribus iussi facere cum manibus meis ro + + boro. Ego Alfonsus rex confirmo +. Fernandus captivus testis. Alvarus alferez testis. Menendus Alfonsus testis. Egeas Muniz testis. Vilelmus Segim testis.

28. 1145.01

Gonçalo Pinto e sua mulher, Maria Pais, doam a terça parte dos seus bens à Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 47r

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 343, p. 222

⁵² Datado com base em Costa 2013, p. 239.

⁵³ Datado de 1145.

⁵⁴ Datado de 1145.

⁵⁵ Datado de 1145.

⁵⁶ Datado de 1145.

In Dei nomine. Ego Gondisalvo Pinto una cum mea <mulier> Maria Pelaiz ignorantes diem mortis nostre et tamen illum scientes esse venturum mandamus post obitum nostrum terciam partem omnis possessionis nostre tam immobilis quam immobilis militum Templi Salomonis pro remedio animarum nostrarum et parentum nostrorum. Si quis in hoc aliquid disturbare temptaverit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus et in super equum meum si mulier mea voluerit accipiat alium habere pro illo. Facta carta mandationis mense januarii Era M^a C^a LXXX III^a. Nos vero supranominatus qui hanc cartam firmitudinis iussimus facere coram bonis hominibus roboramus et hoc sig + + num facimus. Qui presentes fuerunt Petro Galego testis. Luzu Godinci testis. Pelagius Monaco. Inhere Venegas.

29. 1145.03 [A]

Mendo Peres e sua mulher, Adosinda Tructusendes, doam à Ordem do Templo, em forma de testamento, uma herdade em Ega, termo de Soure.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 122v-123r (cuja lição se segue) e fl. 137r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 231r

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 350, p. 226

In Dei nomine. Hec est carta testamenti quam iussi facere ego Menendus Petriz et uxor mea Adosinda Tructusendiz vobis fratribus Templi de herentia quam habui ex parte mee mulieris in territorio Sauri in loco qui vocatur Ega ultra flumen supra [fl. 123r] castrum. Et ego do eam vobis pro remedium anime mee et meorum parentum. Sed si forte aliquis ex meis propinquis seu de extraneis venerit aut hoc notrum factum voluerit in duplum vobis conponat et in super sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno deiectus. Facta carta testamenti mense marcio Era M C LXXX III. Nos supranominati Menendus et Adosinda qui hanc facere iussimus coram bonis hominibus roboramu + + s. Qui presentes fuerunt⁵⁷ testis. Pelagius Petris. Glulem de Barcelona. Petrus Sandis testes. Johannes Ceima Peles. Johannes Gondisalvis testes scripsit. Garcia Pelaiz.

30. 1145.03 [B]

Salvador Travesso e sua mulher, Maria Pais, e Gelvira Pais, vendem a Fr. Iterio, da Ordem do Templo, certas herdades em Ega, termo de Soure.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 136v-137r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 261v-262r

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 351, pp. 226-227

⁵⁷ Segue-se um espaço em branco.

In Dei nomine. Hec est carta venditionis quam iussi facere ego Salvador Travesu et uxor mea Maria Pelaiz tibi fratri Iterio de hereditatibus quas habuimus in territorio Sauri in loco qui vocatur Ega una jugada [fl. 137r] de Gonçalvo Ordonis et alia jugada de Pelagio Laureu et alias duas jugadas ad fontem de Froia. Et ego Gelvira Pelaiz vendo vobis unam de istas III^{or} jugadas et Salvador Travessu III^{es} pro precio quod a vobis accepimus ego Salvador Travessu II morabitanos et ego Gelvira Peliz I morabitanum et medium et una jugada ad Fracsenu [sic] iuxta castrum pro supranominato precio tantum nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vos nichil remansit. Sed si forte aliquis ex nostris propinquis seu de extraneis venerit qui hoc nostrum factum irrumpere voluerit quisquis fuerit quantum auferre voluerit in duplum vobis componat. Et nos si in concilio actorizare aut devendicare non potuerimus vel noluerimus componamus vobis ipsa hereditatem duplatam seu quantum fuerit melioratam et iudicatam. Facta carta mense marcio Era M^a C^a LXXX III. Nos supranominati qui hanc cartam facere iussimus coram bonis hominibus roboramus + + + s. Qui presentes fuerunt testes Pelagius Petriz testis. Suarius Godiniz testis. Salvador Petriz testis. Iohannes scripsit testis.

31. 1145.06

Mendo Vermuis doa à Ordem do Templo a sua parte na herdade de São Pedro de «Sindianes».

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 12, n.º 18 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 90v-91r

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 355, p. 228

In Dei nomine. Hec est carta testamenti quam iussi facere ego Menendus Vermuiz militie Templi Iherosolimis de omni mea portione illius hereditatis de Sancto Petro <Faioeis> de Sindianes que fuit parentum meorum. Do et concedo eam ut semper eam possideant hereditario iure et nullus homo habeat potestatem huic meo contradicendi precepto. Sed si forte aliquis homo de meis propinquis vel de extraneis surrexerit qui pro sua mala audacitate hoc meum factum in aliquo disturbare voluerit non sit ei licitum per ullam assertionem sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et cum Juda Domini traditore condemnatus et insuper quantum quesierit tantum in duplum componat. Facta carta mense junio Era M C LXXX III. Ego Menendus qui hanc cartam scribere iussi et confirmavi. Pelagius Martini testis. Guiam testis. Didacus Nuniz testis. Didacus Alfonsus testis. Petrus notuit.

32. 1145.06.10

*Fernando Mendes, com sua mulher, infanta D. Sancha, irmã de D. Afonso Henriques, doam à Ordem do Templo o castelo de Longroiva com todos os seus termos e pertenças*⁵⁸.

⁵⁸ Segundo Rui de Azevedo, Fernão Mendes Bragança e sua mulher, D. Sancha Henriques, doam foral aos povoadores de Longroiva, reinando em Portugal D. Afonso e sendo arcebispo de Braga D. Pedro, «Estes dados permitem-nos fixar ao primeiro foral de Longroiva a data crítica de 1128-1137» (Azevedo 1967, p. 49).

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 149r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 286r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 62
 Publ. Brandão 1650, quinta parte, p. 108; Viterbo, ed., 1799, p. 353; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 359, pp. 230-231

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris videlicet et Filii et Spiritus Sancti. Ego Ferrnandus Menendiz una cum uxore mea ifante dona Sancia et filiis meis nulla necessitate compulsus set sana atque libera voluntate videns istius mundi divitias cito labentes placuit michi ut de istis rebus transitoriis aliquid in servitio Dei expenderem. Qua propter ego Fernandus una cum conjuge mea et filiis meis cum filio regis Portugalensis donni Adefonsi pro remedio anime mee et parentum meorum facio cartam testamenti et firmitatis illis militibus qui Templo Iherusalem Deo serviunt de castello meo quod populavi in Extrematura et illud castellum vocatur Longrovia habetque iacentiam in territorio Bracarensis metropoli inter illud castellum quod vocatur Nomam et aliud quod dicitur Marialba et fluvium qui vocatur Coa. Do atque concedo hoc castelum supradictis militibus eorumquo successoribus per suos terminos antiquos cum omnibus que ad me pertinent habeant illum iure perpetuo. Quod si aliquis vel venero et hoc factum meum frangere temptaverit in primis sit excommunicatus et cum Juda traditore Domini habeat participationem insuper quantum quesierit in duplum restituere cogatur et regie potestati duo auri talenta et carta ista semper habeat firmitatem. Facta series testamenti IIII idus junii Era M^a C^a LXXX^a III. Ego Fernandus Menendiz una cum supradicta conjuge mea et filiis meis hanc kartam testamenti propriis manibus roboravimu + s. Iohannes Bracarensis archiepiscopus confirmat. Egeas Muniz curie dapifer confirmat. Fernandus Captivus confirmat. Alvarus Petri regis signifer confirmat. Menendus Moniz confirmat. Gonsalvo Roderici confirmat. Godinus presbiter notavit.

33. 1145.07

Exemena Gonçalves e seus filhos vendem à Ordem do Templo uma herdade na vila de Ajuda, em terras de Santa Maria, termo do Porto.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 168v-169r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 325r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 174r
 Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 362, p. 232

In Dei nomine. Hec est carta venditionis quam iussi facere ego Exemena Gonsalvit una cum filiis meis Petrus Luz et Bona et Martynus et Marina et Suarius vobis fratribus et militibus Templi de una nostra hereditate quam habuimus in terra de Sancta Maria de Civitate in villa que dicitur Ajuda quatinus habeatis vos eam vel quicumque vobis placuerit firmiter in perpetuum totum quot ego habeo ibi cum filiis meis ex parte meorum parentum ubicumque illud potueritis invenire pro precio quod a vobis

recepimus videlicet XV morabitanos tantum enim nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vos nichil remansit. Si quis igitur ab hac die nostri vel nostrorum supervenerit qui hoc nostrum factum irrupere presenserit in quantum temptaverit tantum vobis in duplum conponat vel quantum fuerit melioratum et domino patrie aliud tantum similiter. Si nos eam vobis in concilio actoriza<r>e vel defendere non potuerimus vel noluerimus componamus vobis illam duplatam vel quantum fuerit [fl. 169r] melioratam. Facta karta venditionis et firmitudinis mense julio Era M^a C^a LXXX^a III^a. Ego supradicta Exemena Gonsalvit simul cum filiis meis qui hanc kartam facere iussimus coram ydoneis testibus eam confirmamus et hoc signum facimu + + + + s. Qui presentes fuerunt Menendus Rutura confirmat. Pellagio Carvalio confirmat. Egas Vermuiz confirmat. Sefidino Bufas confirmat. Maiordeo Pelaiz confirmat. Garseanno presbiter notavit.

34. 1145.07.23 – Braga

No litígio entre a Sé de Braga, de um lado, e as Ordens do Templo e do Hospital com os habitantes de Dadim e Lamações, do outro, por causa das águas de Dadim, são nomeados representantes das partes D. Pedro, prior da Sé e D. P. Nunes, cavaleiro de Dadim.

ADB. Mitra Arquiepiscopal de Braga, Cartulários, Liber Fidei, fl. 218v (cuja lição se segue)

Publ. Liber Fidei, tomo II, n.º 826, pp. 1109-1110

Carta super aquis de Dadim et de Lamações

In Christi nomine. Noverint universi quod cum conquestio seu controversia esset inter reverendum patrem domnum I[ohannem] archiepiscopum Bracarensem et domnum P[etrum] priorem et conventum ex una parte et domnum Ubertum commendatorem de Rio Frio et domnum Pellagium Hospitalis procuratorem et domnum P. Nunionis militem et homines de Dadim et de Lamações ex altera super aquis et fontibus de Dadim discurrentibus in Dadim et in Lamações usque fluvium de Aliste et de Scaro tunc venerunt ad concordiam et ellegerunt inter se iudices arbitros amicabiliter domnum Petrum priorem et domnum P. Nunionis militem ut ipsi inquirerent fideliter de convicinis et morantibus in ipsis locis ad sancta Dei Evangelia iuratis et s[c]ita veritate sentenciando determinarent. Et nos omnes supradicti in simul promittimus bona fide stare et obedire sentencis suis seu sentencie. Et si quis contravenerit pectet alteri parti C aureos et remaneat sentencia in suo statu in perpetuum. Et dicti arbitri presentes in se receperunt causa ut penitus determinarent. Actum Bracare in aulla Beati Geraldii Era M^a C^a LXXX^a III^a, X^a kalendas augusti. Et nos partes supra dicte omnes in simul propriis manibus roboramus hoc compromissum regnante Portugale domno Alfonso domni Anrrici comitis et domne Tarasie regine filius et voluntate gratuita huic scripto favente et manu propria roborante atque confirmante. Et Menendus Ramiri archidiaconus confirmo. Petrus Odorii archidiaconus confirmo. Gomizo Suarii archidiaconus confirmo. Petrus Roseus archidiaconus confirmo.

Menendus Godini archidiaconus confirmo. Velascus archidiaconus confirmo. Mito precentor archidiaconus confirmo. Alvitus Cardinalis confirmo. Menendus presbiter canonicus ecclesie notuit.

35. 1145.08 [A]

*D. João Peculiar, arcebispo de Braga, e D. Afonso Henriques confirmam doação à Ordem do Templo do hospital que o bispo seu antecessor, D. Paio, havia edificado em Braga*⁵⁹.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 41 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 90v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 63-64

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 364, p. 233 (incompleto)

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Quanquam christiane religionis multa sint studia quibus eterna promereri posse creditur vita precipium tamen est pietatis officium quod ad eiusdem vite potest perducere questum militibus Christi prebere solatium. Quod non solum procurationi paupereum verum etiam protectioni proderit christianorum. Dicente autem evangelio quod uni ex minimis meis fecistis mihi fecistis ipse sibi procul dubio debitorem eterne remunerationis Christum constituit quiminis eius solatia necessitatis pie impertit. Obinde ego Ihoannes Bracharensis archiepiscopus simul et Brachare ecclesie clerus una cum regis Portugalensis Adefonsis consensu kartam testamenti facimus vobis domno Suerio milicie Templi Domini mi<ni>stro necnon et vestris fratribus eiusdem professionis militibus de illo hospitali quod bone memorie predecessor noster domnus Pelagius archiepiscopus in Brachara iussit fieri et pauperum usui preparati. Damus illud vobis atque concedimus cum omnibus pertinenciis quas modo habet vel ei obvenerint quemadmodum idem predecessor noster pietatis affectu statuerat iure perpetuo possidendum. Siqua igitur ammodo ecclesiastica secularisve persona scripti huius paginam sciens contravenire temptaverit et eam in aliquo minuere fraudare vel etiam disturbare voluerit secundo terciore commonita si non congrua emmendatione satisfecerit perpetue excommunicationis sub datur et duo auri talenta domino patrie reddere cogatur et quantum auferre voluerit in quadruplo resolvat et kartula ista semper in robore suo permaneat. Quam ego Ihoannes archiepiscopus et Brachare ecclesie clerus qui eam facere iussimus spontanea voluntate roboramus. Era M^a C^a LXXX^a III^a mense augusto. Regnante Portugalie domno Adefonso comitis Henrici et regine Tharesie filio et gratuito animo scripti istud roborante atque confirmante. Petrus condam [sic] Bracharensis prior tunc

⁵⁹ Sobre a doação deste hospital em Braga, veja-se *Liber Fidei*, tomo I, n.º 205 e n.º 206, pp. 332-335, e tomo II, n.º 767, pp. 1028-1030. Segundo o sumário do n.º 206, datado de [1145.07.19], «O arcebispo D. João Peculiar com o seu cabido doa à Ordem do Hospital o hospital que Pedro Ourives e esposa construíram em Braga e os bens a ele pertencentes. A Ordem podia aceitar doações de propriedades livres e alodiais, mas as propriedades censitárias à Igreja de Braga só podiam aceitá-las com autorização do prelado». A questão que se põe é como é que em julho o arcebispo doa o hospital aos Hospitalários e em agosto aos Templários? Segundo Erdmann, a Ordem do Templo esteve na posse deste hospital, segundo confirmação da doação por Alexandre III, de [1162].12.15.

Portugalie ecclesie electus confirmo. Gomizo Suerii archidiaconus agens vicens prioris confirmo. Menendus Ramiri archidiaconus confirmo. Petrus Odorii archidiaconus confirmo. Mito Bracharense ecclesie precentor confirmo. Ermigius archidiaconus confirmo. Menendus Godini archidiaconus confirmo. Petrus Roxius archidiaconus confirmo. Menendus prebiter notavit.

36. 1145.08 [B]

D. João Peculiar, arcebispo de Braga, e D. Afonso Henriques confirmam doação à Ordem do Templo de umas casas, feitas pelo bispo seu antecessor, D. Paio, acrescentando mais metade dos dízimos das feiras também de Braga.

ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 136v-137r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 154r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 295r-295v

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Quamquam christiane religionis multa sint studia quibus eterna promereri posse creditur vita precipuum tamen est [fl. 137r] pietatis officium quod ad eiusdem vite potest perducere questum militibus Christi prebere solacium quod non solum procurationi pauperum verum etiam protectioni proderit christianorum dicente autem evangelio quod uni ex minimis meis fecistis michi fecistis, ipse sibi procul dubio debitorem eterne remunerationis Christum constituit qui minimis eius solacia necessitatis pie impertitur. Ob inde ego Bracharensis Joannes archiepiscopus simul et Bracarensis ecclesie clerus una cum regis Portugalensis Aldefonsi consensu cartam testamenti facimus militibus Templi de Jerusalem de illa domo quam predecessor noster bone memorie donus Pelagius archiepiscopus in Bracara iussit fieri et in servicio Dei preparari. Damus vobis illam domum atque concedimus cum omnibus suis pertinentiis quas nunc habet vel amodo ei obvenerint iure perpetuo possidendam. Concedimus etiam vobis medietatem omnium decimarum nostrarum de omnibus redditibus nostris et deferiis quos habemus sive infra civitatem sive extra. Si qua igitur a modo ecclesiastica seculari sue persona scripti huius paginam sciens contra eam venire temptaverit et eam in aliquo minuere fraudare vel etiam disturbare voluerit secundo tercione commonita sine congrua emendatione satisfecerit perpetue excommunicationi sub datur et duo auri talenta domno patrie reddere cogatur et quantum auferre voluerit in quadruplo resolvat. Et cartula ista semper in robore suo permaneat quam ego Joannes archiepiscopus et Bracharensis ecclesie clerus qui eam facere iussimus spontanea voluntate roboramus et sigillo confirmamus.

Era M^a C^a LXXX^a III^a mense augusto. Regnante Portugalie domno Alfonso comitis Henrrici et regine Tarasie filio et gratuito animo scriptum istud roborante atque confirmante. Petrus quondam Bracharensis prior tunc Portugal electus comfirmo. Gomizo Sueriz archidiaconus agens vicem prioris comfirmo. Menendus Remiri archidiaconus comfirmo. Petrus Odorii archidiaconus comfirmo. Mito Bracharensis

ecclesie precentor confirmo. Ermigius archidiaconus confirmo. Menendus Godini archidiaconus confirmo. Petrus Roxius archidiaconus confirmo. Godinus presbiter notuit.

37. 1145.08[C]

D. João Peculiar, arcebispo de Braga, e D. Afonso Henriques confirmam doação à Ordem do Templo de umas casas, feitas pelo bispo seu antecessor, D. Paio, acrescentando mais metade dos dízimos das feiras, tanto dentro como fora de Braga.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 12, n.º 2 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 100v-101r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 73

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 363, pp. 232-233; *Gavetas (As)*, vol. II, pp. 490-491

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Quanquam christiane religionis multa sint studia quibus eterna promerere posse creditur vita precipuum tamen est pietatis officium quod ad eiusdem vite potest perducere questum militibus Christi prebere solacium quod non solum procurationi pauperum verum etiam protectioni proderit christianorum. Dicente autem evangelio quod uni ex minimis meis fecisti mihi fecistis ipse sibi procul dubio debitorem eterne remunerationis Christum constituit qui minimis eius solacia necessitatis pie impertit. Ob inde ego Bracarensis Iohannes archiepiscopus simul et Bracarensis ecclesie clerus una cum regis Portugalensis Aldefonsi consensu kartam testamenti facimus militibus Templi de Ierusalem de illa domo quam predecessor noster bone memorie donus Pelagius archiepiscopus in Bracara iussit fieri in et servicio Dei preparari. Damus vobis illam domum atque concedimus cum omnibus suis pertinenciis quas nunc habet vel a modo ei obvenerint iure perpetuo possidendam concedimus etiam vobis medietatem omnium decimarum nostrarum de omnibus redditibus nostris et de feriis quos habemus sive infra civitatem sive extra. Si qua igitur amodo ecclesiastica secularisve persona scripti huius paginam sciens contra eam venire temptaverit et eam in aliquo minuere fraudare vel etiam disturbare voluerit secundo terciore commonita si non congrua emendatione satisfecerit perpetue excommunicationi subdatur et duo auri talenta domino patrie reddere cogatur et quantum auferre voluerit in quadruplo resolvat et kartula ista senper in robore suo permaneat quam ego Iohannes archiepiscopus et Bracarensis ecclesie clerus <qui eam> facere iussimus spontanea voluntate roboramus et sigillo confirmamus. Era M^a C^a LXXX III mense augusto regnante Portugalie donno Alfonso comitis Henrici et regine Tharasie filio et gratuito animo scriptum istud roborante atque confirmante. Petrus condam Bracarensis prior tunc Portugalensis electus confirmo. Gomizo Suerit argidiaconus [*sic*] agens vices prioris confirmo. Menendus Remiri archidiaconus confirmo. Petrus Odorii archidiaconus confirmo. Mito Bracarensis ecclesie precentor confirmo. Ermigius archidiaconus confirmo. Menendus Godini archidiaconus confirmo. Petrus Roxius archidiaconus confirmo. Godinus presbiter notavit.

38. 1146

*D. Afonso Henriques confirma à Ordem do Templo a posse do hospital em Braga, doado pelo arcebispo D. João Peculiar à Ordem, e que havia sido construído pelo arcebispo D. Paio*⁶⁰.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 154r-154v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 296r-296v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, mc. 51, s.n.⁶¹ Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 381, p. 241; Reuter 1938, n.º 136, pp. 196-197⁶²; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 212, p. 261

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Notum sit omnibus hominibus qui hanc cartam legerint vel legere audierint quod Pelagius Bracarensis [fl. 154v] archiepiscopus quamdam domum videlicet habitaculum peregrinorum construxit pro sue anime suorumque parentum remedio in metropolitana urbe que vocatur Bracara ad cuius sustentationem domus vineas predia plurima beneficia multasque prestantias larga manu contulit. Post obitum vero eius multi caducas huius mundi divitias cupientes verasque delitias que sursum sunt obliviscentes iura predictae domus velut in partem prede sibi rapientes eam omino ad nichilum redactam destruxerunt. Postquam autem ego Alfonsus rex dictus Portugalensium supradictam domum ita destructam atque diminutam esse conspexi eam cupiens in melius reformare statui facere cartam testamenti et firmitudinis de ea una pariter cum Iohanne Bracarensi archiepiscopi necnon omnium Bracarensium canonicorum consensu Deo et militibus Templi Salomonis in Hierusalem scilicet pro defensione Sancti Sepulchri commorantibus. Do sibi atque concedo eam cum omnibus suis pertinentiis quas modo habet vel habebat in die obitus predicti Pelagii archiepiscopi ut illam habeant et possideant et de ea in servitio Templi quicquid voluerint faciant. Si qua igitur amodo ecclesiastica secularisve persona scripti huius paginam sciens contra eam venire temptaverit et eam in aliquo minuere fraudere vel etiam disturbare voluerit non sit ei licitum set sit maledictus et excommunicatus et cum Juda Domini traditore portionem habeat et quantum auferre voluerit in quadruplo resolvat et duas marcas auri domino patrie reddere cogatur et insuper hoc scriptum semper in robore suo permaneat. Quod ego Adefonsus comitis Henrriici et regine Tharasie filius qui illud facere spontanea voluntate iussi gratuitu animo roboro atque confirmo. Era M^a C^a LXXX^a llll^a.

39. 1146.02

Goesteu Froias e sua mulher, Lugundia, vendem à Ordem do Templo, uma herdade em Maçaneira, em terra de Santa Maria, termo do Porto, junto a uma praia de mar.

⁶⁰ Sobre a doação deste hospital em Braga, tanto aos Hospitalários como aos Templários, veja-se *Liber Fidei*, tomo I, n.º 205 e n.º 206, pp. 332-335, e vil. II, n.º 767, pp. 1028-1030.

⁶¹ Inseto em cópia de 1557.04.09, Convento de Tomar.

⁶² Segundo a autora, este documento trata-se de uma falsificação.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 174r-174v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 169r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 325r-325v

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 387, pp. 244-245

In Dei nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam iussi facere ego Goesteu Froia[s] et uxor mea Legundia vobis fratribus de Templo Salomonis de illa hereditate quam habemus in Mazaneyra. Damus et concedimus vobis illam hereditatem quantam habemus ibi cum suis locis per ubi illam potueritis invenire excepta illa leira quam dedi Gundisalvo Ramiriz. Et est illa hereditas circa civitatem Sancte Marie prope litus maris et habet iacentia[m] [fl. 174v] in Mazaneyra. Vendidimus vobis predictam hereditatem pro precio quod de vobis recepimus scilicet XXV bracales tantum nobis et vobis placuit et de precio apud vos nichil remansit. Habeatis vos illam hereditatem firmiter et omnes successores vestri in temporibus seculorum. Et si aliquis homo venerit vel nos venerimus tam de extraneis quam de propinquis qui hanc k[artam] irrumpere voluerit et nos vobis eam in concilio non auctorizamus vel defendere non potuerimus aut noluerimus quod pectemus vobis illam hereditatem duplatam vel quantum fuerit melioratam et ad dominum terre aliud tantum et ad iudicem suum iudicatum et insuper hec karta semper plenum robur obtineat. Facta carta venditionis mense februarii Era M C L XXX IIII. Ego predictus Goesteu et uxor mea qui hanc cartam scribere iussimus coram testibus ydoneis cum propriis manibus nostris roboramus + + +. Qui presentes fuerunt Hodario presbiter testis. Gunsalvo Ramirez testis. Pelagius Christoforz. Petrus de Gralal testis. Salvator notavit.

40. 1146.04 [A]

Gonçalo Cabeça doa à Ordem do Templo todos os bens quando morrer.

ANNT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 11, n.º 2 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 47v

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 393, p. 247

In Dei nomine. Cum sit cognitum omnibus hominibus diem postremum mortis augnoscere ego Gondisalvus Cabeza hoc suprascriptum timendo iussi facere comilitonibus Salomonis Templi cartulam de onmni posibilitate tali videlicet pacto ut si obierim sine semine totum quod habuerim post obitum meum accipiant et ex eo dent patri meo X^m morabitanos si vivus fuerit set fortassem si prolem habuerim semini meo due partes reliquantur partemque terciam milites acceptant. Facta cartula mense aprilis Era M^a C^a LXXX^a IIII^a. Ego supranominatus Gundisalvus qui hoc scriptum iussi facere. coram testibus roboro +. Munio Caval testis. Petrus Gouvinz testis. Petrus Iohannes testis. Ihoannes notavit.

41. 1146.04 [B]

Paio Tructesendis doa à Ordem do Templo a sua parte da herdade de Cadima e a terça parte de todos os seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 25* (cuja lição se segue)⁶³; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 113r-113v

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 394, p. 248

Notum sit omnibus hominibus legentibus seu audien[tibus quod ego] Pelagius Tructesindiz diem mortis mee ignorans do meam possibilitatem militibus Salomonis Templi et [insuper do eis] meam partem unius hereditatis Kadime ut habeant totam integram tali videlicet pacto ut ipsi m[ilitibus pro parte] illius hereditatis Kadime integrent filios meos in campo Montis Maioris. Et post obitum me[um mili]tes Templi accipiant terciam partem de mobili vel immobili et due partes meis filiis tribuantur et filii mei non imperciant cum militibus ipsam hereditatem Kadime quod suprascriptum est sed pro parte illorum integrentur in alio loco. Sed si quis hoc scriptum per sua mala audacitate in aliquo temptare voluerit ait maledictus et excommunicatus amen. Et insuper quantum inde auferre voluerit tantum ipsis militibus Templi in duplum componat et regi terre aliud tantum. Facta karta donacionis mense aprilis Era M^a C^a LXXX^a IIII^a. Ego supradictus qui hoc scriptum militibus Templi facere iussi coram testibus roboravi et hoc signum feci +. Martinus Pelaiz testis. Guian testis. Petrus Gallecus testis. Pelagius Godiniz testis. Pelagius Sandiz testis. Martinus notavit.

42. 1146.05.[1-30]⁶⁴

Nuno Mendes vende à Ordem do Templo uma herdade na vila de Azevedo de Soeiro, sob o monte Pedra Curva, junto do rio do Prado, em terra de Santa Maria, termo do Porto.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 169v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 325v-326r

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 399, p. 251

In Dei nomine. Ego Nunus Mendici placuit michi per bone pacis et voluntas ut facere a vobis fraires de domo Templi Salomonis de Iherusalem kartula venditionis et firmitudinis de hereditate mea propria que habeo in villa que vocitant Azevedo de Suario sub monte Petra Curvela discurrente rivulo Prados prope civitas Sancte Marie territorio Portugalensis. Do et concedo a vobis ipsa hereditate per suis locis et terminis novissimis et antiquis cum quantumcumque in se obtinet et a prestitum hominum est pro precio que de vobis accepi X bracales tantum michi bene complacuit et de precio nichil apud vos remansit in debitum pro dare. Do vobis tres partes de ipso campo quod fuit de dom Tello que ego cambiavi cum Egas Odorici et cum ipso abate

⁶³ Documento em mau estado, reconstituição do texto em falta com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 113r-113v.

⁶⁴ Datado segundo publicação.

Didacus Camelici. Et de hodie die sit ipsa hereditate de iuri meo ab rasa et in vestro dominio sit tradita atque connumerata habeatis vos illa firmiter in perpetuum. Et si aliquis homo venerit vel venero tam meis propinquis quam de extraneis qui hanc kartula venditionis ad irrumpendum quesierit et ego in concilio nolero autorizare vel divindicare que parie a vobis ipsa hereditate dublata vel quantum fuerit meliorata et iudicata et ad rex vel potestas qui illa terra imperaverit duo auri talenta. XX kalendas junii Era M^a C^a LXXX^a IIII^a. Ego Nunus qui hanc kartam iussi facere cum propria manu mea robo + ro et signa hec facio. Et qui presentes fuerunt hec nomina viderunt. Veremundus. Pelagius testes. Petrus testis. Gundisalvus presbiter notavit.

43. 1146.08

Ermesenda Viegas e seu filho Gonçalo vendem e doam à Ordem do Templo uma herdade que tinham em termo de Santa Maria de Viseu, nomeadamente em Pacinho e Gondufe.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 174v-175r⁶⁵ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 151v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 290v-291r

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 403, p. 253

In Dei nomine. Ego Ermesenda Venegas et filius meus Gunsalvus facimus cartam testamenti et venditionis de hereditate nostra quam habemus vel habere debemus in territorio Sancte Marie civitatis scilicet in Palatiolo et in Gundufe hoc est de quarta parte que accidit inter nos et germanum nostrum Petrum Venegas ex parte avi nostri Osorei Sabidici. Ilam hereditatem supranominatam damus et concedimus Deo et militibus Templi Salomonis ubi eam invenire potuerint in agris in montibus in fontibus in rivis in pascuis [pr]o remedio animarum nostrarum et pro pretio quod ab eis accepimus XV morabitanos et in debito nichil remansit. Ab hac itaque die sit illa hereditas in vestro dominio tradita et de nostro iure ab rasa. Habe[at]is vos illam firmiter et faciatis de ea quod vobis placuerit. Quod [s]i nos vel aliquis tam propinquus noster quam extraneus contra hoc factum nostrum ad irrumpendum venerit et nos in iudicio vobis auctorizare noluerimus vel non potuerimus pariamus vobis illam hereditatem [fl. 175r] duplatam cum quanto fuerit meliorata et domino terre quod leges precipiunt. Facta carta testamenti sive vendicionis mense augusto Era M^a C^a L^a XXX^a IIII^a. Nos prenominati qui eam fieri iussimus coram ydoneis testibus robor + + amus. Qui presentes fuerunt et vederunt Gunsalvus Odorici testis. Gunsalvus Suarici testis. Petrus testis. Pelagius testis. Ego Rodericus presbiter notavit.

⁶⁵ Documento truncado na margem esquerda. Reconstituição do texto com versão de ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 151v.

44. 1146.09.26 – Braga

Sentença proferida pelos árbitros nomeados no processo que opunha a Sé de Braga às Ordens do Templo e Hospital com os habitantes de Dadim e Lamações, sobre os direitos das águas de Dadim.

ADB. *Mitra Arquiepiscopal de Braga, Cartulários, Liber Fidei*, fls. 223v-224r

Publ. *Liber Fidei*, tomo II, n.º 842, pp. 1133-1135

[fl. 223v] [...] **Sentencie aquarum et foncium [sic] discurrentium de Dadim et de Lamações usque ad fluvium de Aliste et de Scarro**

[fl. 224r] In Christi nomine. Noverint universi quod nos P[etrus] prepositus Bracarensis et P. Nunionis miles iudices arbitri electi a reverendo patre domno I[ohanne] archiepiscopo Bracarensi et a suo conventu ex una parte et a domno Uberto commendatore de Ryo Frio et a domno Pellagio commendatore de Avoym et ab hominibus heredibus et commorantibus in Dadim et in Lamações ex altera super aquis et fontibus discurrentibus ad fluvium de Aliste et Scarro per quoddam compromissum per quod in vos compromiserunt inquisitione facta per Sancta Dei Evangelia scita veritate visis etiam procuratoriis Templi et Hospitalis Deum habentes pre oculis sentenciando difinimus et sentenciam seu sentencias damus in hunc modum. Quod medietas aque de Dadim sit penitus ecclesie Bracarensis usque ad penam sive petram que dicitur de Cangadi et altera medietas sit hominum hereditiorum de Dadim. Et deinde omnes aque discurrentes de Dadim sint plene et intregue ecclesie Bracarensis usque fluvios de Aliste et de Scarro si portaverit eas per canale superius quod discurrit ad fontem de Curtinhas et deinde a Peçosos et deinde portet eas ad rigandum senaras suas de Veyga et ed Arcela et ed Paredes et alias hereditates suas per ubi eas habuerit usque ad fluvium de Aliste <prout est et per ubi est asuetum>. Et si portaverit eas per canale inferius <de Vincimar> quod vadit ad casale de Outeyro sit medietas intregue continue ecclesie Bracarensis et portet eas ubi portare voluerit usque fluvium de Scarro et altera medietas simili modo sit dicti casalis et casalis de Eyra Vedra et omnium heredum senare que dicitur Agro de Cheelo et dividant eam inter se prout melius viderint secundum magis et minus. Et quelibet pars faciat de sua aqua quod facere voluerit die ac nocte. De fontibus de Fogoo et de Alvite non distinguimus ubique curant per canale et dividant prout dictum est.

De aliis fontibus sentenciando difinimus et adiudicamus fons de Cortinhas est casalis de Ardega quod est Sancti Petri de Me[re]llim et non plus de alis aquis. Et de alis aquis nil recipiat nisi per extimacionem quantitatis.

Fons de Pararia est hominum morancium in Paredes.

Fons de Carvalho est Templi et debent eum portare per hereditates ecclesie Bracarensis absque dampno ipsarum hereditatum.

Fons de Romão est hominum heredum in agro de Lamoso et dividant eum inter se ad rigandum prout melius et amicabilius potuerint secundum magis et minus prout habuerint in hereditate et secundum quod a[c]tenus consueverunt.

Nos predicti iudices et adiudicamus et sentenciando mandamus quod iste sentencie sint in perpetuum <v>alliture et usu vel lapsu temporis vel prescripcione non fragrantur sed semper in pristino statu maneant et quid contravenerit sit maledictus et ab omni communione fidelium separatus et pectet alteri parti centum aureos et sentenciis in suo robore perduraturis. Quas sentencias partes benigne receperunt et aprobaverunt. Et nos partes presentes et consecientes has sentencias recipimus et laudamus et propriis manibus confirmamus et promittimus bona fide pro nobis et successoribus nostris in posterum contra non venire.

Actum et sentenciatum <fuit> hoc processum in aula Beati Geraldi confessoris regnante rege Alfonso domni Anrrici comitis et regine Tarasie filius. Era M^a C^a L^a XXX^a IIII^a. VI^o kalendas octobri. Petrus Odorii confirmo. Mito precentor confirmo. Menendus presbiter canonicus ecclesie notuit.

45. 1147

Monio Cavaleiro doa à Ordem do Templo todos os seus bens se à sua morte não tiver filhos; se os tiver deixa à dita Ordem a terça parte dos bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 48v* Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 422, p. 265*

In Dei nomine. Ego Monio Cavaleiro factio cartam vobis militibus Templi Salomonis de meo corpore et de meo habere post meum obitum in mea vite vestre obediens post meum obitum omnia mea bona tota si non habuero semen et si habuero semen habeat duas partes militibus tertiam partem et dent ad meam ecclesiam unum morabatinum alium ad meum abate. Ego Moniu Cavaleiru qui hac carta iussi facere cum manu mea r + oboro. Era M^a C^a LXXX^a V^a. Qui viderunt hi sunt testes Salvatus Eriz testis. Gundisalvus testis. Petro Garcia testis.

46. 1147.04

D. Afonso Henriques doa o eclesiástico de Santarém à Ordem do Templo, como cumprimento do voto feito antes da conquista da mesma vila.

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 62r* (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B] e cuja lição se segue), e fls. 62r-62v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 42v-43r⁶⁶*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 77r-77v⁶⁷*; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, p. 55r*; BMV. *Mss. de Viterbo, cod. 20-I-17, fl. 181v⁶⁸* Publ. Costa 1771, n.º 6, pp. 165-166; Brandão 1632, quarta parte, pp. 225-226; Viterbo, ed., 1799, pp. 353-354; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 439, p. 275⁶⁹*; Reuter 1938, n.º 145, pp. 209-210⁷⁰; *Documentos Medievais Portugueses, vol. I, n.º 221, pp. 272-273; Monumenta Henricina, vol. I, n.º 2, pp. 3-4*

⁶⁶ Datado de «Era M^a C^a LX^a VII^a».

⁶⁷ Datado de «Era M^a C^a LX^a VII^a».

⁶⁸ «Cópia feita em Tomar sobre o original», in *Monumenta Henricina, vol. I, p. 3*, e copiada na publicação.

⁶⁹ Publica o texto de ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 62r.*

⁷⁰ Publica o texto de ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 62r.*

In nomine Sancte et Individue videlicet Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Alfonsus Dei gratia Portugalensium rex incipiens iter meum ad illud castellum quod dicitur Sanctaren propositum feci in corde meo et votum vovi quod si Deus sua misericordia illud michi attribueret omne ecclesiasticum darem Deo et militibus fratribus Templi Salomonis constitutis in Ierusalem pro defensione Sancti Sepulchri quorum pars mecum erat in eodem comitatu. Et quia Dominus michi talem fecit honorem et bene conplevit voluntatem meam ego Alfonsus supranominatus rex una cum uxore mea donna Mifalda facimus cartam supradictis militibus Christi⁷¹ de omni ecclesiastico Sancte Herene ut habeant et possideant ipsi et omnes successores eorum iure perpetuo ita ut nullus clericus in eis vel laycus aliquid interrogare possit. Sed si forte evenerit ut in aliquo tempore michi Deus pietate sua daret illam civitatem que dicitur Lixbona illi concordarentur cum episcopo ad meum consilium. Si quis autem hoc nostrum donum irrumpere temptaverit non sit ei licitum pro ulla assertione et si contradicere hoc eis voluerit aliquis a consortio sancte ecclesie sit separatus et in bonis Ierusalem non comisceatur.

Facta carta mense aprilis Era M^a C^a LXXX^a V^a. Ego Alfonsus superius rex nominatus pariter cum conjugue mea donna Mifalda qui cartam facere iussimus cum manibus nostris coram idoneis testibus roboravimus et signum fecimus. Petrus prior Vimarensis testis. Fernandus Petri curie dapifer testis. Menendus Alfonsus testis. Menendus Moniz. Macellus Venegas. Galterius Burgundiensio testes. Ugo Marcamensis⁷² [*sic*] frater Templi tunc temporis in his partibus cartulam recepit. Menendus iussi prioris in Vimarans cartulam notuit.

Vos autem summe pater procul dubio credatis nos fratres militie Templi cum Ulixbonensi episcopo consilio regis ut supra refert concordiam quesisse sed ipse noluit. Tunc rex consilio suo presentiam domini pape Eugenii nos una cum episcopo petere iussit ad quem convenissemus et in conspectu eius astaremus ita ut inter nos et illum decrevit ut in scriptis continetur.

47. [1147].04

D. Afonso Henriques doa o eclesiástico de Santarém à Ordem do Templo, como cumprimento do voto feito antes da conquista da mesma vila. Texto em português.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 125r-125v (cuja lição se segue); ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 19r-19v

Em nome da Santa e Individua Trindade Padre Filho Sprito Santo amen. Eu Afonso por graça de Deus rey dos portugueses começando meu caminho pera aquelle castello

⁷¹ No documento BMV. *Mss. de Viterbo*, cod. 20-I-17, fl. 181v lê-se «Templi».

⁷² Em BMV. *Mss. de Viterbo*, cod. 20-I-17, fl. 181v e em ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 42v-43r lê-se «Ugo Martoniensis». Trata-se de D. Hugo de Martónio, mestre templário entre 1143 e 1154 (Costa 2019, p. 145).

que se chama Santarem fiz proposito em meu coração e voto prometi que se Deus por sua misericórdia mo desse daria todo seu ecclesiastico a Deus e aos cavalleiros freires do Templo de Salamão constituidos em Hierusalem por defensão do Sancto Sepulcro parte dos quaes era comigo em minha companhia. E porque o Senhor me fez tal honrra e bem [fl. 125v] comprindo minha vontade eu Afonso acima nomeado rey juntamente com minha molher a rainha Mofalda fazemos [...] aos sobreditos cavaleiros de todo o ecclesiastico de Santarem pera que o ajão e possuão elles e todos seos subcessores por direito perpetuo em tal maneira que nenhum clerigo ou leigo lhe possa em alguma cousa ir contra isso. E se per ventura acontecer que em algum tempo Deus por sua piedade me queira dar aquella cidade que se diz Lixboa elles se concordarião com o bispo a meu conselho e se alguem este nosso dom tentar quebrantar ou ir contra elle nom lhe seja licito per nenhuma via e se alguem isto lhes quiser contradizer seja apartado do consorcio da dita egreja nos bens de Hierusalem nom aja parte. Feita a carta no mes d'abril. Eu Afonso rey acima nomeado juntamente com minha molher dona Mofalda que esta carta mandamos fazer afirmamos com nossas mãos fizemos sinal diante de ydoneas testemunhas. Ugo Martiniense freyre do Templo neste tempo em estas partes recebi a carta Mendo por mandado do prior em Guimarães a carta noteficou.

48. 1147.[05.26-06.07]

Paio Vermuice e sua mulher, Boa Soares, doam à Ordem do Templo uma herdade em Vila Maçada, perto da vila de Santa Maria, termo do Porto.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 168r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 323r-323v

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 453, p. 282

In Dei nomine. Ego Pelagio Vermuici et uxori mee Bona Suarici placuit nobis per bone pacis et voluntas sano animo et bona voluntate ut faceremus a vobis frayres de Templo Salomonis kartula firmitidinis pro remedio [*sic*] animas nostras et que defendatis nos cum facultatibus nostris aut beneficiis nostris. Damus a vobis medietate integra de ipsa hereditate que comparamus de Didagus Truitisendi et de filiis suis Godinus et Maria pro que nos defendatis et beneficiatis ut nos ibi moreremus et progenie nostre et ad vobis cum illa hereditate serviamus et non habeamus licentiam vendere nisi a vobis pro precio iusto nostra medietate sit nobis placuerit. Damus a vobis ipsa hereditate cum quantumcumque in se obtinet et aprestitum hominis est per ubi illa potueritis invenire per suis locis et terminis novissimis et antiquis. Et tu aut mulier aut filiis tuis de nostra medietate semper obediens et si scandalizaverit inde aliquid emendet nobis et si non laset nostram hereditate et post obitum nostrum dent ei radiga et non merendal. Et ipsa hereditate habet iacentia in vila que vocitant Mazada sub monte Crasto Recarei discurrante rivulo Peias prope civitas Sancte Marie

territorio Portugalensi. Et de hodie die sit ipsa hereditate de iuri nostro ab rasa et in vestro dominio sit tradita atque confirmata habeatis vos illa firmiter et omnes successores vestri in perpetuum. Et si aliquis homo venerit vel venerimus tam meis propinquis quam de extraneis qui hanc kartam ad irrumpendum quesierit et nos in concilio noluerimus auctoritare vel devendicare que parie a vobis LX modios et vos cum illo deffendatis una pariter. VII idus kalendas [sic] junii Era M^a C^a LXXX^a V^a. Nos autem supradictus scilicet Pelagio Vermuici et uxori mea Bona Suarici qui hanc kartam iussimus facere coram ydoneis testibus cum proprias manus nostras roboramus et signa hec facimus. Qui presentes fuerunt nominati Suarius. Petrus testes. Ferdinandus testis. Gundisalvus presbiter notavit.

49. 1148.06

Sentença dada por árbitros compromissórios aprovados por consentimento das partes, D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo⁷³, e Godinho Godins, pela qual é julgada à Ordem a posse da herdade de Bouça Mala, sobre a ribeira do Aliste⁷⁴.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 243r-243v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 156r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 298v-299r

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 520, p. 320

In era M^a C^a LXXX^a VI^a mense junio orta fuit controversia inter magistrum Galdinum et Godinum Godiniz ex quadam hereditate que est in ripa Aliste in loco quem apellant Bauca Mala. Godinus Godiniz dicebat hanc hereditatem esse suam. Magister Galdinus dicebat eam esse de domo Templi que est in Bracha-[fl. 243v] rensi civitate. Super hoc convenerunt in Bracharensi capitulo et dederunt sibi fideles per manus quorum starent ad inquisitionem Petri prioris Bracharensis et Gomizonis archidiachoni et Petri Odori archidiachoni et Vedasci archidiachoni et Pelagii sacriste. Isti prenominati et <a> magistro Galdino et a Godino Godiniz rogati fecerunt inquisitionem de predicta hereditate et adiudicaverunt eam magistro Galdino et domui Templi.

Qua propter ego Godinus Godiniz quia iudicio predictorum inquisitorum prenominatam hereditatem iuste amisi et quoniam magistro Galdino dederam fratrem meum Pelagium Godiniz per manum cuius starem ad predictam inquisitionem dimitto predictam hereditatem magistro Galdino et domui Templi. Et si deinceps eos de predicta hereditate inquietavero quatinus dem eis quingentos solidos et insuper quantum in prefata hereditate quesivero in duplum componam. Ego Godinus Godiniz hoc scriptum tibi fratri Ihoanni qui predictam domum Templi custodis et regis propria manu roboro.

⁷³ Segundo Viterbo (ed., 1799, p. 350), D. Gualdim era, ao tempo desta concórdia, comendador da casa de Braga.

⁷⁴ Segundo Costa (2013, p. 234), esta sentença foi desfavorável à Ordem. No *Livro das Escrituras* (ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 156r) está transcrito no arcebispado de Braga.

50. [1148].09.03⁷⁵ – Brescia

O papa Eugénio III, pela bula «Milites Templi Hierosolimitani novi», dirige-se a todos os prelados das igrejas locais para que ajudem com as suas esmolas os cavaleiros da Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 13v-14r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 25v-26r

Publ. Ferreira 1735, pp. 765-767; *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 21, p. 386 (incompleto)⁷⁶

Eugenius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis abbatibus et universis ecclesiarum prelatibus ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Milites Templi Hierosolimitani novi sub tempore gratia Machabei abnegantes secularia desideria et propria relinquentes tollentes crucem suam secuti sunt Christum. Ipsi sunt per quos Deus orientalem Ecclesiam a paganorum spurcicia liberat et christiani nominis inimicos expugnat. Ipsi pro fratribus animas ponere non formidant et peregrinos ad loca sancta proficiscentes tam in eundo quam in redeundo ab incursibus paganorum defensant. Et quam ad tam sanctum et pium opus explendum eis proprie facultates non suppetunt fraternitatem vestram presentibus litteris exhortamur quatenus unde eorum suppleatur inopia populum vobis a Deo commissum collectas facere monea-[fl. 14r] tis. Quicumque vero de facultatibus sibi a Deo collatis eis subvenerit et in tam sancta fraternitate se collegam statuerit eisque beneficia persolverit annuatim septimam ei partem iniuncte penitentie consisi de beatorum apostolorum Petri et Pauli meritis indulgemus. Si vero excommunicatus non fuerit et eum mori contingerit ei cum aliis christianis sepultura ecclesiastica non negetur. Cum autem fratres ipsius Templi qui ad collectam suscipiendam destinati fuerint in civitatem castellum vel vicum advenerint si forte locus ipse interdictus sit in iocundo eorum adventu semel in anno aperiantur ecclesie et exclusis excommunicatis divina officia celebrentur. Que vero de non excommunicatis eorumdem militum fratribus ecclesiastice sepulture tradendis et ecclesiis in eorum adventu excommunicatis exclusis semel aperiendis a nobis statuta sunt mandando vobis precipimus ut per vestras parochias faciatis irrefragabiliter observari. Preterea fraternitati vestre rogando mandamus quatenus personas eorum et bona pro charitate beati Petri et nostra manuteneatis et nullam eis irrogari lesionem vel iniuriam permittatis. Datum Brixie III nonas septembris.

51. 1148.10.17 – Braga

D. João Peculiar, arcebispo de Braga, e o cabido celebram acordo amigável com D. Guilherme, comendador-mor da Ordem do Templo, sobre o uso da água que atravessa uma herdade da Ordem e vai regar terras da Sé.

ADB. *Mitra Arquiepiscopal de Braga, Cartulários, Liber Fidei*, fl. 218v (cuja lição se segue)

Publ. *Liber Fidei*, tomo II, n.º 827, pp. 1110-1111

⁷⁵ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

⁷⁶ Datado de [1148].

Carta amicabile compositionis inter ecclesiam Bracarensem et domnum Guillerum maiorem comandatorem Templi in regno Portugalie

Noverint universi quod nos I[ohannes] archiepiscopus Bracarensis in simul cum meo conventu et nos Guillermus maior commendator Templi in regno Portugalie amicabiliter inter nos componimus et concedimus super regulum quod vadit de Scarro ad Exervanos quod ecclesia Bracarensis riguet senaram suam et lareis per ipso regulo per hereditatem Templi quando necesse fuerit. Et est sciendum quod ecclesia Bracarensis vel procurator debet dare unum servientem in adiutorio regulum fa [sic] faciendum et quis contravenerit pectet alteri parti C aureos et ussus seu prescripcio non valeat in perpetuum. Actum Bracare VI^o X^o kalendas novembris Era M^a C^a LXXX^a VI^o. Nos archiepiscopus confirmamus. Nos priol vel comandatarius supradictis confirmo. Nos Petrus Odorii archidiaconus confirmamus. Mito precentor confirmo. Petrus magister scholarum confirmo. Alvitus Cardinalis confirmo. Menendus presbiter canonicus notuit et Urbertus comandatarius de Rio Frio confirmo [SINAL].

52. [1152-1157]⁷⁷

D. Afonso Henriques com sua mulher, D. Mafalda, doam a D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo⁷⁸, umas casas e herdades que tinham em Sintra.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 134r⁷⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 66v⁸⁰ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 68v⁸¹; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 124r-124v⁸²; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 64-65⁸³
Publ. Costa 1771, n.º 15, pp. 179-181⁸⁴; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 257, pp. 318-319 (datado de 1156-1157)

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Alfonsus Portugalensium rex comitis Henrrici et regine Tharasie filius magnique regis Alfonsi nepos et uxor mea regina Mahalda facimus tibi magistro Gualdino kartam donationis et firmitudinis de domibus et hereditatibus cultis et incultis quas tibi tradidimus apud Sintriam pro beneplacito et fideli servitio quod nobis semper fecisti. Damus tibi prefatas domos cum suis hereditatibus ut habeas et possideas eas omnibus diebus vite tue. Post obitum vero tuum habeas potestatem vendendi donandi testandique et ectiam

⁷⁷ Datado com base em BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 124r-124v e em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 66v. Viterbo também data este documento de 1152 «No mesmo anno de 1152 (segundo o Documento original, que se conserva em Thomar, no qual se lê: E^a M^a C^a LXXXX)» (Viterbo, ed., 1798, p. 325). Segundo o editor dos *Documentos Medievais Portugueses*, este documento é de [1156-1157].

⁷⁸ Segundo Viterbo (ed., 1799, p. 356), D. Gualdim era, ao tempo desta doação, comandador da casa de Braga.

⁷⁹ Datado de era 1190.

⁸⁰ Datado de era 1190, o que seria ano 1152.

⁸¹ Documento datado erradamente de 1161, segundo a era MCLXXXIX.

⁸² Datado de era 1190.

⁸³ Datado de era 1190, o que seria ano 1152.

⁸⁴ Datado de 1161.

in vita tua similiter cui volueris et ubi volueris et ad quem tibi placuerit. Si forte aliqua persona cuiuslibet Ordinis aut dignitatis temerario ausu predictas domos cum suis hereditatibus tibi tolere presumpserit pro sola presumptione reddat ipsas hereditates duplatas sicut ipso tempore restaurate fuerint et regi terre D solidus purissimi argenti. Ille vero qui ex semine nostro processerit et te contra illos qui tibi has hereditates propter cordis sui nequitiam abstrahere voluerint adiuverit et defenderit omnipotentis Dei misericordiam et nostram benedictionem ipse et semen eius in secula seculorum possideat. Facta carta donationis et firmitudinis Era M C^a LXXX. Ego prefatus Afonsus Portugalsium rex et uxor mea regina Mahalda hanc kartam quam sponte fieri iussimus propriis manibus roboramus. Gunsalvus de Sausa curie regis dapiter confirmo. Santius Nuniz confirmo. Vedastus Sanchiz confirmo. Pelagius Zapata confirmo. Suerius Menendiz confirmo. Egas Fafiaz confirmo. Petrus Pai confirmo. Afonsus Venegas confirmo. Ermigius Venegas confirmo. Laurentius Venegas confirmo. Ermigius Menendiz confirmo. Petrus Randufiz confirmo. Suerius Menendiz confirmo. Rodericus Venegas confirmo. Menendus Gunsalviz confirmo. Petrus Pelaiz curie regis signifer confirmo. Rodrigus Pelaiz confirmo. Petrus Goinas confirmo. Martinus Nuniz confirmo. Martinus Zouparel confirmo. Alfonsus Rodriguiz confirmo. Fernandus Rodriguiz confirmo. Martinus Anaia confirmo. Fernandus Gunsalviz confirmo. Petrus Pelaiz confirmo. Randulfus confirmo. Petrus Silva Sancte Marie prior scripsit. [SINAL RODADO] PORTUGAL + REX AFONSUS – REGINA MAHALDA CUM FILIIS SUIS – FIAT PAX +.

53. [1152].05.31⁸⁵

D. Eicuva Aires e seus filhos vendem aos cavaleiros da Ordem do Templo uma herdade em Braga, junto do poço do hospital.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 190r-190v⁸⁶ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 153v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 294v-295r

In Dei nomine. Ego Eicuva Arie uma cum filiis meis Gumsalvo Pelaici et Menendo et Pelagio et Adosinda Pelagii facimus cartam venditionis et firmitatis vobis Iherosolimitani Templi militibus Pelagio Gontemiriz et Martino Pelagii de hereditate nostra propria quam habemus in civitate Bracara circa illum vestrum puteum de hospitali. Et [fl. 190v] iacet inter illam de Petro Guilufo et illam vestram. Damus vobis illam pro duobus marabotinis quos nobis dedistis. Habeatis itaque vos illam et omnes successores vestri iure perpetuo. Tamen si aliquis homo venerit vel venerimus

⁸⁵ Datado segundo Viterbo, ed., 1799, p. 350. Sobre este documento veja-se Costa 2013, p. 233. Viterbo data este documento de 1152: «No [ano] de 1152 Ejeuva Aires, e seus filhos vendêrão *Vobis Jerosolimitani Templi Militibus, Pelagio Gontimiris & Martino Pelagii* huma herdade, que elles têmão in *Civitate Bracara, circa illum vestrum puteum de Hospitalo* [...]. *Facta Carta II. K. Junii E. M. C. LXⁱ*. Doc. de Thomar» (Viterbo, ed., 1799, p. 350).

⁸⁶ No título que antecede a cópia do documento lê-se «Doaçom de huuma herdade em Braça. Rio Frio».

contra hoc factum nostrum ad infringendum quod nos in concilio non potuerimus autorgare vel devendicare pro vestra parte vel vos in voce nostra, tunc pariemus vobis supradictam hereditatem duplatam vel triplatam aut quantum a vobis fuerit meliorata. Facta carta II kalendas junii. Era M^a C^a LX^a. Nos superius nominati uma cum fratre nostro Suerio vobis prefatis Iherosolimitani Templi fratribus hanc cartam propriis manibus r+ + + + + oboramus.

Petrus testis Pelegius Ceivadus confirmo
 Menendus testis Nuno Pelagii confirmo
 Pelagius testis Vermundus diaconus notuit Pelagius Pinoniz confirmo

54. 1152.11.25

Guiano e sua mulher, Ermesenda Pais, doam à Ordem do Templo, uma herdade em Leiria, entre outros bens, que receberam em tempo de D. Afonso Henriques, sendo mestre D. Hugo de Martónio. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 10 (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 104r⁸⁷

Publ. Gomes 1997, n.º 1, pp. 165-166 (versão do *Livro dos Mestrados*)

In nomine Domini nostri Ihesu Christi. Hec est karta testamenti quam iussimus facere ego Guianus et uxor mea Ermesenda Pelaiz de nostra hereditate quam habemus in territorio de Leirena quam lucrati sumus in tempore domni Adefonsi Portugalensis regis. Damus eam et concedimus Deo et militibus Templi Salomonis pro remedio animarum nostrarum et parentum nostrorum ut in omni bono eorum participes simus. De supradicta hereditate habeant medietatem ubicunque invenire potuerint in palacio Randulfo in portu Martim Moniz et in senara de face de villa. Domos quas primitius fecerant fratres habeant integras et illud terrenum quod sursum infra murum habeant. Et illam almuniam quam habemus cum Jojanne Muixin similiter medietatem. Siquis autem hoc factum nostrum irrumpere temptaverit quantum quesierit tantum in duplo componat et domno terre aliud tantum et insuper sit maledictus et excommunicatus. Siqua autem donatio vel aliqua carta contra istam venerit illa sit falsa et ista stabilis et rata permaneat. Facta karta septimo kalendas decembris Era M C LX^l. Ego Guianus et Ermesenda qui hanc kartam iussimus facere nostris manibus roboramus + + et hec signa facimus. Qui presentes fuerunt alquaide Montis Maioris Menendus Pelaiz testis. Gonsalvus Teliz testis. Pelagius Monachus testis. Petrus Maurus testis. Frater Hugo magister de Saurio recepit. Petrus Goterriz frater Templi vidit. Johannes capellanus Sancti Salvatoris notuit.

⁸⁷ Datado de 1122.

55. [1153].05.01⁸⁸

Pedro Nunes vende à Ordem do Templo uma herdade em Vilar, sob monte Morgoto, termo de Braga, na margem da ribeira do Aliste, onde chamam porto de Luso, sendo mestre D. Hugo Martônio.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 190v-191r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 155r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 297r-297v

Publ. Costa 1771, n.º 7, pp. 167-168

In Dei nomine. Ego Petro Nuniz facio kartam venditionis et firmitatis vobis fratribus de Templo scilicet Petro Gralial et Martino Pelaiz qui in Bracara habitatis sub manu magistri domni Ugonis de hereditate mea propria quam habeo in villa que vocatur Villar sub montem Morgotos territorio Bracarense discurrentibus aquis in rivulum Alistet et iacet ipsa hereditas in ripa de Alistet in ipsa agra de Villar ubi vocitant Portum de Luzo inter illam de Pelagio Nuniz et illam vestram. Do vobis ipsam hereditatem scilicet quantam in isto predicto loco habeo pro precio quod accepi de vobis videlicet IIII bracales et unum puzallem de vino tantum michi et vobis bene complacuit. Idcirco habeatis vos illam firmiter et omnes successores nostri usque in perpetuum. Tamen si aliquis homo venerit vel venero contra hoc factum nostrum ad infringendum quod ego in concilio non potuero auctorgare vel devindicare pro vestra parte vel vos in voce mea tunc partam vobis ipsam hereditatem dupplatam vel tripplatam aut quantum a vobis fuerit meliorata.

Facta karta venditionis et firmitatis die kalendarum maii Era M^a C^a LX^a I^a. Ego [fl. 191r] Petro Nuniz hanc kartam venditionis et firmitatis vobis fratribus de Templo Petro Gralial et Martino Pelaiz et omnibus fratribus Templi Iherusalem propriis manibus ro + boro. Petrus testis. Pelagius testis. Gunsalvus testis. Godinus Godiniz confirmo. Petrus Vimariz confirmo. Rodericus Roderiquiz confirmo. Pelagius diaconus notavit.

56. 1153.10

Pedro Dente e sua mulher, D. Justa, doam a terça parte dos seus bens à Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 11, n.º 2⁸⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 47v⁹⁰

<Aa dicta hordem [outra de doaçam que lhe fez Pedro Dente] e sua molher da terça de todos seus beens>

In Dei nomine. Placuit michi ego Petro Dente una cum mulier mea domne Iuste ignorantes diem mortis nostre et tamen illum scientes esse venturum mandamus

⁸⁸ Datado segundo Viterbo, ed., 1799, p. 354. Sobre este documento veja-se Costa 2013, p. 233. Viterbo data este documento de 1153, transcrevendo o X aspado (Viterbo, ed., 1799, p. 354). Mário Barroca situa este mestre templário entre 1143 e 1157 (*Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalensium*, pp. 636-643).

⁸⁹ Documento com mancha de noz-de-galha que impede a correta leitura do texto. A reconstituição do texto foi feita com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 47v.

⁹⁰ Datado de 1123.

terciam partem omnium mobilium nostrorum militibus Templi Salomonis pro remedio animarum nostrarum et parentum nostrorum et quod reccipiunt nos in fraternitate et in beneficiis suis. Siquis aliquis homo venerit seus nos venerimus qui hoc nostrum scriptum frangere noluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus et in super quantum auferre potuerit tantum in duplum componat. Et domno terre aliud tantum. Facta carta mense octobris Era M^a C^a [LX^La]⁹¹ [prima. Ego Petr]us et uxor mea Iusta qui hanc cartam iussimus facere coram his testibus manibus nostris roboravimus et hoc signa + + fecimus. Suarius Godiniz testis. Scoupo testis. Mouram testis. Petrus notavit.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>⁹².

57. [1153.10]⁹³

Alvito Dias doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 11, n.º 2⁹⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 47v

<Aa dicta Ordem outra de doaçam que lhe fez Alvyto Diaz da terça parte de todos seus beens>

Sub Christi nomine. Ego [Alvito Dias] mando quomodo meum habere sit divisum post mortem meam⁹⁵ mando ut mei filii accipiant duas partes omnium mearum substantiarum et fratres Templi terciam partem sive mobili sive immobili in remissione peccatorurum meorum. Et si aliquis homo seu ego venero qui hoc factum meum frangere voluerit sit maledictus et excommunicatus. Ego supranominatus qui hanc cartam scribere iussi coram hiis testibus robor + o. Qui presentes fuerunt Petro Dente testis. Suarius Diaz testis. Vermuo Rechena testis. Martinus notuit. <Martinus Froiam confrater Templi receptus>⁹⁶.

58. 1154

Epígrafe na igreja de Santa Maria da Alcaçova de Santarém, que comemora a fundação da referida igreja por D. Hugo de Martônio, mestre da Ordem do Templo, e de cuja construção foi responsável Pedro Arnaldes.

Publ. Viterbo, ed., 1799, p. 354; *Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalensium*, n.º 116, p. 294 (cuja lição se segue)

⁹¹ Datado com base em outras doações copiadas no mesmo documento e com as mesmas testemunhas.

⁹² Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

⁹³ Data definida com base numa das testemunhas presentes, Pedro Dente, cuja doação também incluída neste Cartulário é de outubro de 1153.

⁹⁴ Documento com letra apagada. Reconstituição possível feita com base em ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 47v.

⁹⁵ Segue-se um «u» cortado.

⁹⁶ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

ANNO AB INCARNACIONE: DomiNI / • M • C • L • III • et AB VRBE ISTA CAPTA • VII • REG / NANTE DOMINO ALFONSO • REGE • COMITIS HEn / RICI FILIO • et VXORE EIVS REGINA MAHALDA HEC ECCLESIA FVN / DATA EST IN HONORE SanCtE MARIE VIRGINIS et MATRIS XPI / A MILITIBVS TENPLI IHEROSOLIMITANI • IVSSV MA / GISTRIS HVGONIS • PETRO ARNALDI • EDIFICI CVRAM / GERENTE : ANIME EORVM REOVIESCANT IN PACE AMen

59. 1154.01 [A]

Paio Velho doa a terça parte dos seus bens à Ordem do Templo.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 48v*⁹⁷

<Aa dicta Ordem outra de doaçam que lhe fez Payo Velho da terça de todos seus beens etc.>

In nomine Patris et Filii et Spiritu Sancti amen. Placuit michi Pelagio Velio divina inspirante gratia offerre Deo et militibus Templi Iherosolo<i>mitani tertiam partem omnium meorum bonorum tam mobilium quam immobilium post mortem meam ob remedium anime mee et parentum meorum. Confisus itaque auxilio omnium bonorum que a militibus Templi sine intermissione fiunt die ac nocte in quibus quamvis indignus a fratribus eiusdem Templi receptus et credens me partem habere cum illis promisi me adiutorem atque amatorem illorum bonorum operum omnibus diebus vite mee et ad obitum prefatam meo[rum portionem] ibi do. Quod si forte ex parentibus meis vel extraneis [surrexerit qui hoc meum fact]um infringere voluerit non sit ei licitum sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et cum Juda Domini traditore dampnatus et in super quantum auferre voluerit tantum in duplum componat. Facta carta mense januarii Era M^a C^a LX^{La} II^a. Ego supradictus Pelagius qui hanc cartam iussi facere cum propria manu roboravi et hoc sig + num feci. Sarracino Petriz testis. Pelagio Diaz testis. Pelagio Velio testis.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>⁹⁸.

60. 1154.01 [B]

D. Godinha Recemundes doa a terça parte dos seus bens à Ordem do Templo.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 20*⁹⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 79r*¹⁰⁰

⁹⁷ Datado de 1124.

⁹⁸ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

⁹⁹ Documento em mau estado. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 79r.*

¹⁰⁰ Datado de 1124.

In Dei nomine. Ego Godina Recemondiz pro amore Dei et remissione peccatorum meorum facio hanc cartam fratribus Templi Salomonis kartam scilicet donationis et firmitudinis. Nam me diem mortis mee ignorante et senectute meiam comprimente hoc in animo meo libenter et voluntarie decrevi facere. Ut fratres supradicti habeant tertiam partem de omnibus hereditatibus meis cultis et incultis et ubicunque scierint mea esse vire Templi conquirant sicut ego concedo in [mea vita et quic]unque hiis scripto meo voluerit exinsturbator sit ei Deus adversator. Facta carta donationis mense januarii Era M^a C^a LX^{La} II^a. Ego Godina Recemondiz que kartam facere iussi cum manibus meis roborav + + i. Menendus Petriz testis. J[ohannes Micha]elis testis. Vilelmus testis. Petrus Martiniz testis. Suario [Fravifiz testis].

61. 1154.04 [A]

Mourão doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 45v-46r*¹⁰¹

<Aa dicta Ordem outra de doaçam que lhi fez Mouraão da terça parte de todos seus bens etc.>

In Dei nomine. Hec placuit michi Mouram ob remedium anime mee et parentum meorum offerre Deo et militibus Templi terciam partem omnium bonorum meorum post obitum meum quod si filium post obitum meum non relinquo omnia mea que usque in illum diem iuste acquirere potuero ibidem erogare precipio. Confisus namque de Dei misericordia credensque me in retributione iustorum partem habere cum benefactoribus atque adiutoribus huius tam sancti loci me adiutorem atque benefactorem esse profiteor humillimunque famulum ipsius Templi sancti militum et fratrum a quibus quamvis indignus et peccator sum receptus temporibus magistri Petri Arnaldi in beneficiis ieuniis elemosinis et obsecrationibus que ibi fuerint iugiter me esse profero. Si quis autem propinquus aut extraneus surrexerit qui hoc quod ego iubeo in alio infringere vel disturbare voluerit non sit ei licitum. Sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et cum Juda Domini traditore in inferno precipitatus. Et insuper quantum auferre voluerit tantum in duplum militibus ipsius Templi componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense aprilis Era M^a C^a LX^{La} II^a. Ego Mouram qui hanc cartam scribere iussi propria manu roboravi et hoc [SINAL] signum feci. Qui presentes fuerunt. Goterre Menendiz testis. Egas Moniz testis. Petro Ooriz testis. Dom Bernaldo testis. Menendo Fulqueiro testis. Petrus notuit. <Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹⁰².

¹⁰¹ Datado de 1124.

¹⁰² Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

62. 1154.04 [B]

Paio Monge doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2*¹⁰³ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 46r*¹⁰⁴

<Aa dicta Ordem outra de doaçam que lhe fez Pay Monico da terça de todos seus beens>

[In Dei nomine]. Placuit michi Pelagio Monacho divina opitulante gratia offerre Deo et militibus Templi Iherosolimitani tertiam partem omnium bonorum [meorum] post [obitum meum]. Quod si post obitum meum filium non relinquero sperans me partem habere cum benefactoribus sive adiutoribus huius tam sancti loci ieiuniis elemosinis et orationibus aliisque bonis operibus in quibus a magistro domno Petro Arnaldo aliisque fratribus quamvis indignus et peccator sii receptus omne bonum quod usque ad diem mortis mee acquirere potuero ibidem offerri precipio. Excepto duobus morabitinos quos Hospitali attribuero comendo. Quod si forte post obitum meum aliquis parentum meorum sive extraneorum surrexerit qui hanc cartam in aliquo infringere temptaverit non sit ei licitum sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et cum Juda Domini traditore in inferno precipitatus. Et insuper quantum eis auferre voluerint tantum eisdem militibus Templi in duplum componat [et domno] terre aliud tantum. Facta carta mense aprilis Era M^a [C^a] LX^{La} II^a. Ego prefactus Pelagius qui hanc cartam iussi facere coram hiis testibus propria manu confirmavi +. Mouram testis. Vermudus Goterriz testis. Pelagius Pelaiz testis. Petrus Suariz testis. Petrus notuit.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹⁰⁵.

63. [1154.04]¹⁰⁶

Domingos Damatre, com consentimento de sua mulher, Maria Mendes, doa uma terça parte dos seus bens à Ordem do Templo e outra terça parte à Ordem do Hospital. A outra terça parte é dividida entre a mãe de Domingos Damatre, Santa Maria e os cativos.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 48r-48v*

<Aa dicta Ordem do Temple outra de doaçam que lhe fez Domingos Damatre da terça de seus beens etc.>

In Dei nomine. Ego Domingus Damatre ignoro diem mortis mee e scio illum esse venturum et mando separare meum habere pro anime mee tertia parte Auspital et

¹⁰³ Documento com letra apagada e manchas de noz-de-galha. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 46r.*

¹⁰⁴ Datado de 1124.

¹⁰⁵ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹⁰⁶ Data definida com base numa das testemunhas presentes, Mourão, cuja doação também incluída neste Cartulário é de abril de 1154.

tertia parte fratribus Templi Salomonis et alia tertia parte dividunt ea a mater mea a tertia et a Sancta Maria tertia et in captivos a tertia cum meo equo si habueri illum. Et ipsas mandationes que surssum resonat mando illas dar in aver mobile et accipiant filiis meis hereditates et cognitum facio vobis fratres Uspital et milites Templi si filiis transmigrati fuerint sine semine accipite vos singulas partes quomodo a vobis sursum resonat. Et ego Maria Menendiz auctorizo istas litteras que meo viro comendavi facere et cum manu mea roboro + +. Mouram testis. Pelagius Pelaiz testis. Petrus Menendiz testis.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹⁰⁷.

64. [1154.04]¹⁰⁸

Vermudo Guterrez e sua mulher, Maria Pais, doam à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (documento truncado, sem final, e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 49r* (documento truncado, sem final)

<Aa dicta Ordem do Temple outra de doaçam que lhe fez Vermumdo Goterrez e sua molher da terça de todos seus beens>

In Dei nomine. Placuit michi Vermudo Guterriz et uxori mee Maria Pelaiz facere cartam convencionis et firmitudinis internos tali videlicet pacto. Siquis ex nobis obierit preter quod in vita sua consensu alterius propinquis vel sanctuarii erogaverit totum qui habuerimus superstiti remaneat. Ipse autem prout potuerit victui necessaria quamdiu vixerit inde habeat et pro animabus amborum aliqua beneficia inpendat. Cum autem superstes vite terminum dederit hoc quod remanserit militie Templi ob remedium animarum nostrarum et parentum nostrorum afferat. Superstes autem quamdiu vixerit consilio et auxilio fratrum milite se contineat quod si se huius mundi contagus implicaverit et consilio fratrum se continere noluerit auferant ab eo partem primi defuncti fratres militie et sibi reservent. Sed si forte aliquis nostrorum parentum [...] ¹⁰⁹.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹¹⁰.

65. 1154.07

Pedro Mendes doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 48r*¹¹¹

¹⁰⁷ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹⁰⁸ Data definida com base numa das testemunhas presentes, Vermudo Guterres, cuja doação também incluída neste Cartulário é de abril de 1154.

¹⁰⁹ Termina aqui o documento correspondendo ao canto direito inferior do pergaminho.

¹¹⁰ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹¹¹ Datado de 1124.

<Aa dicta hordem outra de doaçam que lhe fez Pedro Menendiz da terça parte de todos seus beens>

In Dei nomine. Ego Petrus Menendiz ignorans diem mortis mee et tamen sciens illum in proximo esse venturum post occupatus si morte fuero post obitum meum ita precipio dividere bona mea si filium relinquero militibus Templi a quibus quanvis ego indignus et peccator sum receptus ieiunis orationibus et elemosinis que ibi iugiter fiunt a domno Petro Arnaldo Sancteherene eiusdem Templi militum magistro tertiam partem omnium bonorum meorum. Filio autem vel filie alias duas partes mando quod si filium non relinquero aliam tertiam pauperibus et captivus aliam vero tertiam matri mee tali videlicet pacto ut post obitum eius omnia que ad me de bonis ipius pertinebant supra memoratis militibus remaneant matre mea anuente atque assensum prebente. Quod si forte aliquis meorum parentum vel extraneorum surrexerit qui hoc factum meum in aliquo disturbare voluerit sit maledictus et excommunicatus. Et insuper quantum auferre voluerit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense julii Era M^a C^a LX^{La} II^a. Ego supradictus Petrus qui hanc cartam iussi facere coram his testibus roboravi et hoc sig + num feci. Ego Maria mater Petri Menendiz roboro + et confirmo <+>. Petro Galego testis. Petro Enfazon testis. Vermudus Goterriz testis. Petrus notuit.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹¹².

66. 1154.09

Munio Peres doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 11, n.º 2 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 45v¹¹³

<Aa dicta hordem outra de doaçam que lhe fez Munyo Pedriz da terça de todos seus beens>

In Dei nomine. Ego Munio Pedriz timens diem mortis mee mando III^{am} partem omnium bonorum meorum mobilium vel immobilium militibus Templi pro remedium anime mee et parentum meorum et quod recipiunt me in benediciis et in fraternitate illorum. Si quis vero homo seu ego hoc scriptum meum frangere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus. Facta carta mense setember Era M^a C^a LX^{La} II^a. Ego supranominatus qui hanc cartam firmitudinis iussi facere coram bonis hominibus propria manu roboravi +. Qui presentes fuerunt Pelagius Diaz testis. Scoupo testis. Sarrazino Pedriz testis. Petro Ooriz testis. Juhanne Cavaleiro testis.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹¹⁴.

¹¹² Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹¹³ Datado de 1124.

¹¹⁴ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

67. 1155.07

Paio Godinho doa à Ordem do Templo todos os seus bens móveis e de raiz e metade das suas casas. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 24* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 87v-88r*¹¹⁵

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ob amorem Dei et remissionem peccatorum meorum ego Pelagius Godiniz iussi facere hoc scriptum illud adtendens evangelicum estote parati quia qua hora non putatis filius hominis veniet. Et iterum nescitis qua hora Dominus vester venturus sit sero an media nocte an gallicantu an mane. Igitur illud dominicum vigilans preceptum confidens orationibus eorum adiuvari et bonorum hominum facta volens imitari fratribus milicie Templi Salomonis hanc scribaturam feci scilicet ut post obitum meum illi habeant totam medietatem mee pecunie tam immobilis quam mobilis preter domum quam uxori relinquo si primum obiero in vita sua et post <mortem> eius fratres habeant suam integram medietatem ipsius domus. Facta carta fraternitatis mense Iulii Era M C LX^L III. Ego Pelagius qui hanc cartam facere iussi cum manibus meis roboravi +. Qui presentes fuerunt Guian testis. Menendus Pelaiz testis. Menendus Gunzalviz testis. Pelagius Alvitiz testis. Petrus Pelaiz testis.

68. [1155].08¹¹⁶

*Egas Soares vende a D. Hugo de Martónio*¹¹⁷, *mestre da Ordem do Templo, e aos freires da Ordem uma herdade em Lourosa.*

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 233, fl. 191r*¹¹⁸

In Christi nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam ego Egeas Suariz facio vobis magister domno Ugo et fratres vestros de illo Templo per bona pacis et voluntas de hereditate mea propria quam habeo in villa Laurosa in loco non cupato Baocho subtus mons Sauto Rotundo discurrente Rivulo Maior castello Sancte Marie territorio Portugall. Do vobis in prefatam villam quantum ibi habeo vel debeo habere de avorum et parentum meorum sive de ganantia ubi ea potueritis invenire suis antiquis terminis determinatam cum omnibus prestimoniis suis et accepit de vobis precio que michi et vobis bene placuit scilicet XXIII morabetinos aureos. Dabeatis vos illam hereditatem et faciatis de ea quicquid vobis placuerit in perpetuum. Si forte ego aut propinquis meis seu extraneis adverssus hanc cartam quisquisit ad irrumpendum venerit si ego autorgare nolero aut defendere non potuero seu vos in voce mea cum quantum fuerit melioratum in duplum componam vobis et domno terre aliud tamen.

¹¹⁵ Datado de 1125.

¹¹⁶ Data estabelecida com base no mestrado de D. Hugo (veja-se nota abaixo). Viterbo, citando um original de Tomar, data este documento de 1155 (Viterbo, ed., 1799, p. 355).

¹¹⁷ O mestre D. Hugo terá administrado o mestrado da Ordem do Templo entre 1143 e 1155 (segundo as balizas cronológicas definidas por Costa 2019, p. 145).

¹¹⁸ Na margem direita foi acrescentado «parece do bispado do Porto».

Facta karta venditionis et firmitudinis mense augusto. Era M^a C^a LXIII^a. Ego Egeas Suariz qui hanc cartam scribere iussi cum ydoneis testibus confirmo et propria manu roboro.

Qui presentes fuerunt Suerio. Gunsalvo. Petro testes. Pelagio notuit.

69. 1156.06

*D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, doa foral à vila de Ferreira*¹¹⁹.

ANNT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 351* (verso) (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 385-386; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, Nova Série, vol. IX/I, pp. 92-93

In Dei nomine. Hec est carta conventionis et firmitudinis que magistro Galdino et Arnaldo da Rocha ceterisque Templi fratribus insimul iunctis cum Pelagio Fernandiz et Pelagio Petriz et uxoribus eorum videlicet Marina Soariz et Maior Soariz placuit fieri de illa nostra villa que appellatur Ferreira quam insimul habemus. Ita scilicet ut illa que olim facta fuit particio inter nos et nostra posteritatem et nostros successores firma et incommutabile permaneat. Talem igitur inter nos facimus conventionem ut quicumque huius ville habitator aliquam calumpniam fecerit unusquisque dominis suis factam calumpniam componat. Si vero clericus seu aliquis ecclesie habitator sive vir sine femina calumpniam perpetraverit hec tale calumpnia omnibus dominis ville equaliter sit componenda. Et sicuti unusquisque dominium in villa habuerit ita in clerico et in ecclesia et in omnibus que ecclesie sunt. Siquis vero montis vel fluminis cautum irrumpere ausus fuerit omnibus communiter dominis X quartarios pectet medium dominis et medium ad concilium et quicquid a monte vel flumine acceperit ei auferatur. Alias autem calumpnias que facte fuerint sive in ecclesia sive in monte sive in flumine seu aliquo alio loco ille qui fecerit domino tantum suo componat. Quod si aliquis homo extraneus sive viator vel quicumque qui non fuerit de nostris superveniens ibi calumpniam fecerit illam utique calumpniam omnibus communiter dominis componenda statuimus. Si vero aliquis nostrum super hec omnia supradicta aliquid irrumpere vel confringere ausus fuerit nullo modo sit ei licitum sed pro sola

¹¹⁹ Fr. António Brandão, na Terceira Parte da *Monarquia Lusitana* (ed., 1973, p. 82), refere-se a esta doação como estando no *Livro dos Forais Novos* («Torre do Tombo no liv. da leitura nova fol. 135»), junto da doação de D. Teresa do foral de Ferreira, em 1126, tendo também sido feita em junho de 1126. Não localizámos no *Livro dos Forais Novos* o documento a que Fr. António Brandão se refere. Todavia, o documento ANNT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 351* tem a doação de Ferreira por D. Teresa, mãe de Afonso Henriques, datada de 24 de novembro de 1136, e no verso a doação desta mesma vila por D. Gualdim, em junho de 1156. De assinalar ainda que o sumário da Torre do Tombo remete para Ferreira de Aves, sendo, na realidade, Ferreira do Zêzere, terra da Ordem de Cristo, na comarca da «Extremadura», como se lê no verso do documento da doação de D. Teresa. O foral novo de Ferreira (do Zêzere) encontra-se em ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Forais Novos da Estremadura*, fls. 107r-107v (datado de 1513.03.12), e não remete para nenhum foral antigo, apenas que se consulte o foral de Miranda relativamente aos dois últimos capítulos do foral de Ferreira. Ferreira de Aves fica na comarca da Beira. O foral novo de Ferreira de Aves está em ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Forais Novos da Beira*, fls. 101v-102v (datado de 1514.02.10), e não remete para nenhum foral antigo, apenas para o foral de Viseu, relativamente a certas penas.

temptacione quantum super hac convenientiam inquisierit tantum in duplum componat et hoc nostrum scriptum in sempiternum firmum obtineat robur. Facta conventionis carta mense junio Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Nos vero supranominati qui hanc cartam iussimus facere coram bonis hominibus confirmamus et propriis manibus hec signa facimus. Qui presentes fuerunt Petrus Oidiz testis. Didacus Toereiz testis. Gunsalvus Sanchiz testis. Gonsalvus Oidiz testis. Egas Venegas testis. Johannes dec. notuit.

70. 1156.12 [A]

Soeiro Soares doa à Ordem do Templo uma herdade para ser recebido como confrade.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2*¹²⁰ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 45r*¹²¹

<A Ordem do Temple doaçam que lhe fez Soeiro Soarez de huuma eramça>

In dei nomine. Ego Suarius Horaiz ignorans diem mortis mee facio cartam per scripturam firmitudinis propter remedium anime mee ut in cunctis diebus vite mee sim fidelis minister domus militie Templi Salomonis et obediens magistro et suis millitibus in morte autem mea quod habuero dare pro mea anima de mea hereditate vel de censu meo prius ipsi domui Templi dimitam quam alio propter beneficium suum et suam sacram fraternitatem in quibus me recipiunt et si alii homines michi deficient ipsi michi nunquam deficient sed habeam eos semper pro defensoribus et pro patribus et eis. Nullique homini sit licitum ut hoc meum factum frangat. Facta carta firmitudinis mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Ego vero supranominatus qui hanc cartam militibus Templi in illorum capitulo eis coram bonis hominibus roboro et hoc sign + um facio. Qui presentes fuerunt Pelagius Diaz testis. Pelagius Monachus testis. Gundissalvus Diaz testis. Pelagius Petri testis. Sarrazinus testis. Johannes notuit. <Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹²².

71. 1156.12 [B]

Gonçalo Dias doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 45r-45v*¹²³

<Aa dicta hordem outra de doaçam que lhe fez Gonçalo Diaz da terça parte de todos seus beens>

In Dei nomine. Ego Gondissalvus Diaz ignorans diem mortis mee et tamen sciens illum esse venturum iubeo fratribus Templi militie Salomonis tertiam partem omnis

¹²⁰ Letra um pouco apagada e com manchas de noz-de-galha. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 45r.*

¹²¹ Datado de 1126.

¹²² Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹²³ Datado de 1126.

possessionis mee quam post obitum meum donaturus sum pro mea amina mobilis vel immobilis pro remedio anime mee vel parentum meorum et quod recipiunt me in fraternitate et in beneficiis eorum. Siquis aliquis seu ego hoc factum meum frangere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus. Facta carta mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Ego vero supranominatus qui hanc cartam firmitudinis iussi facere fratribus Templi in illorum capitulo eis coram bonis hominibus roboro et hoc signum facio. Qui presentes fuerunt.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹²⁴.

72. 1156.12 [C]

Paio Dias e sua mulher, Maria Pais, confreres, doam aos freires da Ordem do Templo metade da terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 45v*¹²⁵

<Aa dicta hordem outra de doaçam que lhe fez Palaio Diaz e sua molher da metade da terça de seus beens>

In Dei nomine. Hec est carta quam iussimus facere ego Pelagius Diaz et uxor mea Maria Pelaiz a fratribus Templi Salomonis ut simus confratres illorum in vita et in morte nostra et mandamus ut post mortem nostram sit totum nostrum habere divisum in tres partes duas partes ad nostros filios tertiam vero partem sit per medium inter Hospitalem et militibus Templi preter quod ipsi milites accipiant meo cavallo et meas armas. Si vero non habuero caballum ipsi fraires Templi accipiant triginta morabitanos de ipsa tertia et quod remanserit dividant per medium inter se et Hospitalem. Si aliquis homo seu nos in aliquo hoc factum nostrum frangere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus. Facta carta mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Nos vero supra nominatus qui hanc cartam firmitudinis iussimus facere fratribus Templi in illorum capitulo eis coram bonis hominibus roboro et hoc sig + + num facio. Qui presentes fuerunt Dom Mouram testis. <Pelagius Pelaiz testis. Menendus qui notuit>.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹²⁶.

73. 1156.12 [D]

Gonçalo Teles e sua mulher, D. Vida Mendes, doam à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2*¹²⁷ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 46r-46v*¹²⁸

¹²⁴ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹²⁵ Datado de 1126.

¹²⁶ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹²⁷ Texto manchado com noz-de-galha. Reconstituição feita com ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 46r-46v.*

¹²⁸ Datado de 1126.

<Aa dicta Ordem outra que lhe fez Gonçalo Telez et sua molher da terça de todos seus beens>

In Dei nomine placuit michi Gondisalvus Teliz et uxori mee dona Vida Menendiz ut faceremus cartam donationis et firmitudinis militibus Templi ut post obitum nostrum habeant tertiam partem de omnis possessione nostra mobilis vel immobilis pro remedio animarum nostrarum et parentum nostrorum et propter quod reccipiunt nos in fraternitate sua et in beneficiis suis preter quod mando meum caballum meo filio si vivus fuit sine autem milites accipiant eum. Si vero aliquis ex nobis obierit ille qui remanserit teneat in vita sua tertiam de domibus et de hereditatibus et post obitum suum reddat militibus Templi. Si vero aliquis homo seu nos venerimus qui hoc nostrum scriptum frangere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus et quantum auferre voluerit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Nos vero supra nominatus qui hanc cartam firmitudinis iussimus facere coram bonis hominibus roboro et hoc signum facio + +. Qui presentes fuerunt Munio Pidriz testis. Martinus Castrado testis. Johane Martinci testis. Petrus notuit.
<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹²⁹.

74. 1156.12 [E]

Munio Capelão doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 46v*¹³⁰

<Aa dicta hordem outra de doaçam que lhe fez Nuno Capelam da terça de todos seus beens etc.>

In Dei nomine. Placuit michi Munio Capelam ut facerem cartam donationis et firmitudinis militibus Templi de tertia parte omnis possessionis mee mobilis vel immobilis ut post obitum meum habeant pro remedio anime mee vel parentum meorum et propter quod reccipiunt me in fraternitate sua et in beneficiis suis. Si vero aliquis homo seu ego venero qui hoc meum scriptum frangere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus et quantum auferre voluerit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense decembris Era Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Nos vero supra nominatus qui hanc cartam firmitudinis iussimus facere coram bonis hominibus roboro et hoc sign + um facio. Qui presentes fuerunt Egas Moniz testis. Domingus Damadre testis. Didaco Truiriz testis. Petrus notuit.
<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹³¹.

¹²⁹ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹³⁰ Datado de 1126.

¹³¹ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

75. 1156.12 [F]

Diogo Truitiz e sua mulher, Maria Peres, doam à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 46v*¹³²

<Aa dicta Ordem outra que lhe fez Diogo Truitiz da terça de todos seus beens>

In Dei nomine. Placuit michi Didaco Truitiz et uxori mee Maria Pedriz ut faceremus cartam donationis et firmitudinis de tertia parte omni possessione nostra mobilis vel immobilis militibus Templi. Et si non habuerimus semen totum accipiant post obitum nostrum. Si vero aliquis ex nobis obierit ille qui remanserit teneat tertiam partem de domibus et de hereditatibus in vita sua et post mortem suam reddat militibus. Si vero aliquis homo seu nos venerimus qui hoc nostrum scriptum frangere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus et quantum auferre voluerit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Nos vero supra nominatus qui hanc cartam firmitudinis iussimus facere coram bonis hominibus roboro et hoc sig + num facimus. Qui presentes fuerunt. <Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹³³.

76. 1156.12 [G]

Gonçalo Truitiz doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 47r*¹³⁴

<Aa dicta hordem outra que lhe fez Dieguo [sic] Truitiz da terça de todos seus beens etc.>

In Dei nomine. Placuit michi Gondisalvus Truitiz ut facerem cartam donationis et firmitudinis militibus Templi de tertia parte omnis possessionis mee mobilis vel immobilis ut post obitum meum habeant pro remedio anime mee vel parentum meorum et propter quod recipiant me in fraternitate sua et in beneficiis suis. Si vero aliquis homo seu ego venero qui hoc meum scriptum frangere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus et quantum auferre voluerit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Ego vero supra nominati qui hanc cartam firmitudinis iussi facere coram bonis hominibus roboro et hoc sign <+> um facio. Qui presentes fuerunt. <Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹³⁵.

¹³² Datado de 1126.

¹³³ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹³⁴ Datado de 1126.

¹³⁵ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

77. 1156.12 [H]

Pedro Falifa e sua mulher, Elvira Pais, doam à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.
 ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 47r*¹³⁶

<Aa dicta Ordem outra de doaçam que lhe fez Pedro Falifa e sua molher da terça de todos seus beens>

Sub Christi nomine et misericordia. Hec est carta mandationis quam iussi facere ego Petrus Falifa una cum uxore mea Elvira Pelaiz. Ignorantes diem mortis nostre et tamen scientes illum esse venturum mandamus et concedimus tertiam partem omnis possessionis nostre mobilis vel immobilis militibus Templi Salomonis post obitum nostrum accipiant pro remedio anime nostre. Si vero aliquis homo venerit qui hoc factum nostrum irrumpere voluerit non sit ei licitum sed sit maledictus et excommunicatus et insuper quantum auferre voluerit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum. Facta carta mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Nos vero supra nominatus qui hanc cartam firmitudinis iussimus facere coram his testibus roboravimus et hec sign + + a facimus. Qui presentes fuerunt Pelagius Pedriz testis. Martino Felizes testis. Sarrazino Pedriz testis. <Gondisalvus notuit.>

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹³⁷.

78. 1156.12 [I]

Soeiro Ordonhez doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.
 ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 11, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 47v-48r*¹³⁸

<Aa dicta hordem do Temple outra de doaçam que lhe fez Soeiro Ordonez da terça de todos seus beens>

Sub Christi nomine. Hec est carta que iussi facere Soeiro Ordoniz timens dum diem mortis mee et scio illum esse venturum mando pro remedium anime mee tertia parte de meo habere ad milites Templi et tertia Auspital et tertia parte ad pater meus. Si vero fuero transmigratus et pater meus fuerimus ambo mortuus dividant per medium Ospital et milites Templi et de meo habere dent a meo abbate I^o morabitorio et a Sancta Maria duos morabitorios. Si aliquis homo seu ego venero qui hoc meum scriptum frangere voluerit sit maledictus et excommunicatus et quantum auferre voluerit tantum duplet et domno terre aliud tantum. Facta carta mense decembris Era M^a C^a LX^{La} IIII^a. Ego supra nominatus qui hoc scriptum iussi facere coram his testibus roboravi et hoc signum feci +. Petro Galego testis. Pelagius Velio testis. Sueiro Beringel testis. Petrus notuit.

<Martinus Froiam confrater Templi receptus>¹³⁹.

¹³⁶ Datado de 1126.

¹³⁷ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

¹³⁸ Datado de 1126.

¹³⁹ Esta frase encontra-se na margem inferior do documento e parece aplicar-se às 22 doações copiadas.

79. [1157].04.01

*Sancha Viegas e seus filhos vendem a D. Pedro Arnaldes*¹⁴⁰, *procurador da Ordem do Templo, uma herdade que possuem no Sovereiro, sob o monte Ferroca, junto do rio Cávado, no termo de Braga*. ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 155v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 298r-298v
Publ. Costa 1771, n.º 12, pp. 176-177¹⁴¹

In Christi nomine. Ego Sancia Venegas una pariter cum filius meis Gunsalvus Suariz et aliis in Domino Deo etiam ne salutem amen. Placuit nobis per bona pacis et voluntas ut feceremus tibi Petrus Arnaldus p. do Templo karta venditionis et firmitatis de hereditate nostra propria quam habemus in exsati de Sovereiro subtus mons Ferrocam territorio Bracara discurrentis aquas Cavado. Damus vobis ipsa hereditate prenominata uno casale qui iacet cum ipso vestro qui dedit vobis donna Tharasia S. intus et foris per suis locis et terminis antiquis per ubi illam potueritis invenire et aprestitum hominis est pro que accepimus de vobis precium uno mulu et una mula. Et quantum illa hereditate plus valet sedeat pro nostras animas tantum nobis et vobis bene complacuit. Et de precio non remansit in debitum pro dare habeatis vos illa firmiter et omnes sucesores vestri iure perhenni. Sed siquis tamen quod fieri non credimus et aliquis homo venerit vel nos venerimus tam proprinquis quam extraneis qui hunc factum nostrum irrumpere temptaverit. In primis sit medictus et excommunicatus et pariat illa hereditate duplata vel hereditate illam quantum fuerit meliorata in simile tali loco in ipso continuo et in super D^{os} soldos et iudicato. Facta carta venditionis et firmitatis die quod erit kalendas aprilis Era M^a C^a XC IIIII^a [*sic*]. Ego Sancia Venegas una cum filiis meis tibi Petrus Arnaldo in hac carta manus nostras roboramus. Petrus testis. Menendus testis. Pelagius testis. Johannes presbiter scripsit.

80. [1157].07¹⁴²

D. Afonso Henriques doa a D. Gualdim, mestre da Ordem do Templo, e à Ordem oito moinhos em dois açudes na ribeira de Pernes, concelho de Santarém, sendo os lucros metade para o rei e metade para a Ordem.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 48v¹⁴³ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 88r-88v¹⁴⁴; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 51-52¹⁴⁵

¹⁴⁰ Segundo Viterbo, Pedro Arnaldes teria ascendido a mestre do Templo, em 1157, após D. Hugo de Martónio (Viterbo, ed., 1799, p. 355). Todavia, Mário Barroca aponta que Pedro Arnaldes surge apenas como procurador do Templo e que já em 1157 surge D. Gualdim como mestre da Ordem do Templo (*Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalsium*, pp. 293-299). Paula Pinto Costa, com base na documentação conhecida, aponta como balizas do mestrado de Pedro Arnaldes os anos de 1154-1156 (Costa 2019, p. 145). Acrescente-se que em junho de 1156, D. Gualdim Pais, já como mestre, concede foral à vila de Ferreira.

¹⁴¹ Datado de 1157.

¹⁴² Datado segundo Reuter 1938, n.º 182, pp. 261-262. Também Viterbo data este documento de 1157, escrevendo a data com X aspado (M. C. LX^l. V. in Viterbo, ed., 1798, p. 326).

¹⁴³ Datado de 1127.

¹⁴⁴ Datado de 1127.

¹⁴⁵ Datado da era de 1165, ano de 1127.

Publ. Costa 1771, n.º 24, pp. 202-203; Reuter 1938, n.º 182, pp. 261-262¹⁴⁶; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 262, p. 325

In Dei nomine. Ego Alfonsus Portugalensium rex et uxor mea regina Mahalda una cum filiis nostris fecimus cartam testamenti atque donationis tibi magistro Gaudino et ceteris Templi militibus de illis octo molendinis qui sunt in duobus azudes de Touvede de Alvenela et de omnibus aliis quos in ipsis duobus azudes hedificare potueritis. Damus itaque atque concedimus Deo et vobis ipsos molendinos tali pacto et conditione ut eos edificandi curam habeatis ex eo quicquid idem molendini lucrati fuerint et quod remanserit per medium habeamus. Habeatis vos ipsos molendinos firmiter et successores vestri nec nos nec filii nostri in ipsis habeant potestatem nisi in iure nostro superius determinato. Si quis vero quod fieri non credimus hoc nostrum factum irrumpere vel diminuere voluerit non sit ei licitum sed et scriptura semper maneat sub robore suo. Facta carta testamenti et firmitudinis mense julii Era millesima C^a LX^[L]^a V^a. Nos supra nominati qui hanc kartam iussimus facere coram ydoneiis testibus roboravimus et hec signa fecimus. Qui presentes fuerunt Gundisalvus curie dapifer confirmo. Petrus Pelaiz signifer confirmo. Magister Albertus cancellarius. Petrus testis. Pelagius testis. Dominicus testis.

81. [1157].08.21

Pedro Godinho e sua mulher, Adosinda Pais, vendem a Fr. Pedro Dias, freire da Ordem do Templo, uma herdade em Vilar, termo de Braga, junto da ribeira do Aliste sob o monte Espinho.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 191r-191v¹⁴⁷ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 155r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 297v-298r

In Dei nomine. Ego Petrus Godini et [fl. 191v] uxor mea Adosinda Pelaiz facimus cartam venditionis et firmitatis vobis fratri Petro Didaz et militibus Templi de hereditate nostra propria quam habemus in Villar territorio Bracarensis discurrentibus aquis ad fluvium Aliste subtus mons Spino. Damus vobis ipsam hereditatem pro precio quod accepimus de vobis VIII solidos tantum nobis et vobis bene complacuit. Itaque habeatis vos ipsam hereditatem et omnes successores vestri usque in perpetuum. Si quis tamen venerit vel venerimus contra hoc factum nostrum ad irrumpendum et nos in concilio non potuerimus autorgare vel devendicare aut vos in voce nostra pariamus vobis ipsam hereditatem duplatam vem triplata aut quantum a vobis fuerit meliorata.

¹⁴⁶ A autora transcreve o documento com o X aspado. E está datado de julho de 1156, mas tratar-se-á de erro tipográfico, visto estar datado da era de 1195 (ano de 1157).

¹⁴⁷ Na margem direita foi acrescentado «parece no arcebispado de Braga».

Facta karta venditionis et firmitatis XII kalendis septembris. Era M^a C^a LX^a V^a¹⁴⁸. Ego Petrus Godini et uxor mea Adosinda Pelaiz vobis fratri Pedro Didaz hanc cartam propriis manibus r + + oboravimus. Petrus testis. Pelagius testis. Gunsalvus testis. Martino subdiachonus notuit. Petrus Vimaraz confirmo. Pelagius Nuniz confirmo. Suerius Menendiz confirmo.

82. 1158

Aires Pais e sua mulher, Gontroda Mendes, vendem a Fr. Gonçalo Camba Torta e Fr. Pedro Magro, da Ordem do Templo, uma herdade que obtiveram por presúria, na vila de Pinheiro.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 16, n.º 2* (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 27r*¹⁴⁹ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A])

In Dei nomine. Ego Arias Pelagii et uxor mea Gontrede Menendiz a vobis fratres Gonsalvo Camba Torta et Petro Magro facimus a vobis karta de hereditate nostra propria quod habemus de apresuria in illa villa que vocitant Pinheyro nostro casal cum suo aral et cum vineas et cum hereditate et cum montes et cum fontes cum quantum potueritis invenire damus a vobis pro precio prenominato VII^{em} morabitini et medio tantum nobis et vobis bene complacuit et apud vos nichil remansit in debitum prodare. Et si ho moveverit vel venerimus qui hanc cartam corumperit et ego in concilio non potuerimus actorizare pariat illa duprata vel quantum fuerit meliorata et iudicata. Era M^a C^a LX^{La} VI. Ego Arias Pelagii et uxor mea Gontrode Menendi a vobis fratribus in hanc cartam manus vestras roboramus. Qui preses fuerunt et viderunt et audierunt Petrus testis. Menendo testis. Pelagio testis.

83. 1158.04.05

D. Afonso Henriques envia carta a D. Pedro Arnaldes¹⁵⁰, procurador da Ordem do Templo, pela qual toma sob a sua guarda e proteção todas as terras adquiridas e por adquirir pela Ordem, bem como todos os servidores da Ordem. Segundo Rui de Azevedo, trata-se de uma falsificação¹⁵¹.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios, mç. 1, n.º 3*¹⁵² (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 34* (3.º documento); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios, mç. 1, n.º 2*; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 17v-18r*¹⁵³,

¹⁴⁸ O escrivão não reproduziu o X aspado.

¹⁴⁹ Datado de 1128.

¹⁵⁰ Veja-se anotação relativa a este procurador da Ordem do Templo no documento 1157.04.01.

¹⁵¹ *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, tomo I, p. 342. No vol. I, tomo II, pp. 758-761, o autor expõe os motivos para a referida classificação, apesar de Abiah Reuter, por sua vez, o considerar fidedigno, bem como Erdmann.

¹⁵² Documento com um rasgão na margem direita. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 34*.

¹⁵³ Nos documentos do *Livro dos Mestrados*, na data diz: «Facta carta kalendas nonas aprilis. In era millesima centesima sexagesima sexta. Ego Alfonsus Portugalensium rex una cum uxore mea regina Mahaldæ et filiis meis hanc cartam vobis Petro Arnaldi Militie Templi in istis partibus», o que seria ano de 1128, mas neste ano D. Afonso Henriques não era casado nem tinha filhos e D. Pedro Arnaldes não era mestre do Templo. Segundo Viterbo, «Em 5 de abril de

fls. 60r-60v¹⁵⁴ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]) e fls. 60v-61v¹⁵⁵ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 1v-2r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 2r-3r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 25-26¹⁵⁶; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 52-54¹⁵⁷
 Publ. Costa 1771, n.º 11, pp. 171-173; Reuter 1938, n.º 180, pp. 257-259; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, tomo I, n.º 270, pp. 342-344

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus amen. Ego Alfonsus Portugalensium rex comitis Henrici et regine Tarasie filius magni quoque regis Alfonsi imperatoris Yspanie nepos a summo pontifice per apostolica scripta sum coactus ut vobis Petro Arnaldi militie Templi in istis partibus procuratori et fratribus vestris cautis et ecclesiis et villis et hominibus atque possessionibus quascumque habetis et deinceps habere potueritis piam tribuam libertatem atque immunitatem sicut in Romano privilegio quod ab eodem summo pontifice impetrasti plene consistit videlicet ut vos ipsos et omnes res quas sub meo dominio habetis providenter ab omnibus injuriis vobis illatis protegam ac defendam et etiam vobis inde kartam propriis manibus roborem et confirmem. Cauto igitur et confirmo omnes vestras possessiones tam adquisitas quam acquirendas de ecclesiis de villis de hereditatibus de redditibus de servis de ancillis de iunioribus et de quibuscumque regio dominio subiugatis in vestris cautis vel hereditatibus vel ecclesiis morantibus ita quod nulla persona unquam audeat vestros cautos vel hereditates vel domos irrumpere vel vestros homines capere vel aliquem vestrum <molestare> nec de calumpnia quam vestri homines fecerint quicquam audeat aliquid exigere. Preterea omnes homines in vestris hereditatibus commorantes ab omni servili negotio et ab omni tributo absoluo. Si vero aliquid vestrorum hominum in aliis vestris hereditatibus extra cautos vestros morans furtum fecerit vel hominem occiderit aut raptum comiserit et legitime convictus fuerit omnibus aliis exactionibus remotis iuxta possibilitatem suam componat ita quod causam non perdat et de his que pro compositione persolverit medietatem mihi vel meo su<ce>ssori reddat medietas vero in ipsa hereditate remaneat. Istud quoque concedo quod nunquam portagium nec pedagium de vestro censu vel de quibuslibet rebus quas vestri homines emerint vel vendiderint ab aliquo requiratur. Quicumque igitur hanc paginam istius cartule quam apostolica preceptione confirmare a roborare compellor ausu temerario infringere ac diminuere voluerit pro certo me sibi iratum credat ac postquam domino suo quicquid abstulerit ex intrego restituerit D solidos probate monete componat

1158 estava sendo *Mestre*, ou *Procurador da Ordem do Templo* entre nós, e na Hespanha D. Pedro Arnaldo» (Viterbo, ed., 1799, p. 355).

¹⁵⁴ Segundo este documento a data é: «Facta carta nonas aprilis in era M C LXª VIª».

¹⁵⁵ Segundo este documento a data é: «Facta carta nonas aprilis in era M C LXª VIª».

¹⁵⁶ O documento ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 25 diz, na data, o seguinte: «Facta carta kalendas nonas aprilis in era milissima centesima sexagesima sexta», o que seria ano de 1128.

¹⁵⁷ Datado da era de 1166.

ex quibus solidis ego mediam partem illi domui Dei et Templo Salomonis concedo et insuper ipse temerator sit maleditus usque ad septimam generationem nec in die iudicii mereatur habere resurrectionem sed luat penas in inferno cum Juda traditore et cum Simone Mago et cum Datan et Abiron quas terra absorbit. [Preterea adicio quod] nunquam fratres militie Templi vel eorum res pro qualibet causa pignorentur nisi prius in mea presentia causa pignorandi prolata fuerit et causa eorum semper ex inquisitione bonorum virorum terminetur. Facta karta nonas aprilis in Era M^a C^a [LX^{La} VI^a]. Ego Alfonsus Portugalensium rex una cum uxore mea regina Mahalde et filiis meis hanc kartam vobis Petro Arnaldi militie Templi in istis partibus procuratori et vestris fratribus tam presentibus quam futuris et religioso Templo Salomonis propriis manibus roboro et hoc signum + + + + facimus. Ego quoque Iohannes Dei gratia Bracarensis archiepiscopus una cum communi canonicorum consensu hanc kartam semper stabilem illibatam et inviolatam permanere concedo. Et qui ea in suo tenore et suo robore servaverit benedictionibus repleatur et benedicat eum qui benedixit Abraham Isaac et Iacob et habitet in celis cum sanctis angelis et electis viris. Et contra qui eam perturbare inquietare aut infringere voluerit sit maleditus et anatematizatus et cum Juda traditore in gehennali pena cruciatus.

Ego Petrus Pelagi signifer regis confirmo +. Petrus Portugalensis episcopus confirmo +. Menendus Lamecensis episcopus confirmo +. Odorius Visensis episcopus confirmo +. Gilbertus Lixbonensis episcopus confirmo +. Iohannes testis. Pelagius testis. Sancius Muniz testis. Domnus Mozus testis. Menendus Alfonsi testis. Gonsalvus de Sausa testis. Petrus Fernandi testis. Rodericus Moniz testis. Valascus Sancii testis. Egeas Faville testis. Laurencius Egee testis. Pelagius Zapata testis. Magister Albertus <regalis> curie cancellarius notuit.

[SINAL RODADO] REX ALFONSVS + CVM FILIIS SVIS. PORTUGAL.

84. [1158].06.18¹⁵⁸ – Sutri [A]

O papa Adriano IV, pela bula «Quantum sacra Templi Militia», dirige-se às autoridades eclesiásticas para que considerem sacrilegos aqueles que ousarem reter as esmolas destinadas à Ordem do Templo. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 235, 4.ª parte, fl. 34r (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 738, fl. 60v-61r; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 45-36 Publ. Ferreira 1735, pp. 859-860

Adrianus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et aliis sancte Ecclesie prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Quantum sacra Templi militia ecclesie Dei et toti fere Christianitati sit utilis et necessaria tam vicini quam longe positi non ignorant. Per ipsos namque orientalis Ecclesia ab inimicis Christiani nominis defensatur et peregrinis

¹⁵⁸ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 61.

locum sanctum in quo pedes Domini nostri Jesu Christi steterunt visitantibus tam in securo conductu quam in aliis eorum necessitatibus multa beneficia ministrantur. Et quoniam sumptus armorum et cetera necessaria eis usquequaque non suppetunt necessarium est ut eleemosinis ac beneficiis bonorum hominum sustententur et in suis necessitatibus adiuventur. Verumtamen quidam perversi homines sicut accepimus ea que ipsis a peregrinis vel aliis Dei fidelibus conferuntur retinere presumunt et in suis usibus applicare. Per apostolica itaque scripta universitati vestre precipiendo mandamus ut si qui de parochianis vestris ausu temerario id attentare presumpserint de ipsis tanquam de sacrilegis plenam iustitiam eisdem militibus faciatis. Datum Sutrii XIV kalendas julii.

85. [1158].06.18¹⁵⁹ – Sutri [B]

O papa Adriano IV, pela bula «Militia Dei que dicitur», concede à Ordem do Templo o direito de escolher sacerdotes, edificar oratórios e igrejas para enterrar os seus freires e servidores.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 36r-36v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 64r-64v

Publ. Ferreira 1735, pp. 868-869

Adrianus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus patriarchis archiepiscopis episcopis abbatibus clericis et laicis Dei fidelibus ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Militia Dei que dicitur Templi quam sit orientali Ecclesie commoda meritis digna Deo grata fraternitatem vestram credimus non latere. Exhortatur igitur nos fraterna charitas ut eis in quantum possumus optata solatia ministremus. Et quoniam religiose vivunt et divinis interesse affectuose curant officiis liberam facultatem eis concedimus undecumque idoneos presbiteros ad suum servitium assumere qui bene sint ordinati et licentiam proprii episcopi habeant. Ad hec eisdem fratribus commodius prospicere cupientes nullius tamen vestrum ius parochiale volentes minuere decimas sive oblationes aut sepulturas auferre in locis sibi collatis ubi videlicet sua familia habitat oratoria construere ipsis licentiam dedimus in quibus divina audiant officia et ibidem si quis de fratribus aut servientibus mortuus fuerit tumuletur. Indecens enim est et animarum periculo proximum religiosos fratres adeunde occasione Ecclesie se virorum turbis et mulierum frequentationibus immiscere. Huius rei gratia fraternitati vestre mandamus atque precipimus ut cum ab eisdem fratribus requisiti fueritis eadem oratoria absque pravitate aliqua consecretis atque pro sepultura eiusdem familie sue in prefatis locis cimiteria benedicatis. Presbyteros quoque quos ipsi pro exhibendo sibi divino servitio sociaverint permittatis in pace manere. Ad hoc igitur complendum vestra fraternitas opem et consilium atque assensum prebeat neque eos ad oratoria constru-[fl. 36v] enda impediatur aut impediri permittat. Datum Sutrii XIII kalendas julii.

¹⁵⁹ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 61.

86. 1159.02 [A]

D. Afonso Henriques doa à Ordem do Templo o castelo e terra de Ceras (Tomar), em compensação do eclesiástico de Santarém, que lhes havia prometido em 1147.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 8* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 7, n.º 16*¹⁶⁰; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios, mç. 1, n.º 3A*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 5, n.º 10* (inserto em documento de 1405.10.30 – Lisboa); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 19v-20r; fls. 52r-52v*¹⁶¹ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]), fls. 52v-53r¹⁶² (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]) e fls. 53v-54r¹⁶³ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 9r-9v, fls. 19v-20r* (inserto em documento de 1405.10.30 – Lisboa); BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 16r-17r e 35v-36r* (inserto em documento de 1405.10.30 – Lisboa); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 232, fls. 12v-13r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 2, fls. 7v-8v*; ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar, liv. 1, fl. 20r*; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 56-57* Publ. Costa 1771, n.º 16, pp. 182-184; Baião 2008 [1918], n.º 1, pp. 3-4; Reuter 1938, n.º 187, pp. 270-271¹⁶⁴; *Documentos Medievais Portugueses, vol. I, n.º 271, pp. 344-345*; *Monumenta Henricina, vol. I, n.º 4, pp. 10-12*

In nomine Sancte et Individve Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Hec est pax et concordia quam ego Alfonsus Dei gratia Portugalensium rex comitis Henrici et regine Tharasie filius magni quoque regis Alfonsi nepos una cum filiis meis facio inter episcopum Ulixbonensem et fratres milites Templi Iherosolimitani pro amore Dei et remissione peccatorum meorum meorumque parentum. Do et concedo Deo et militibus Templi illud castrum quod dicitur Cera pro ecclesiis illis de Sanctaren quas eis prius dederam preter ecclesiam Sancti Iacobi. Do et concedo illud castrum quomodo dividit per flumen Ozezar ubi vocatur portus de Kaiis et inde per mediam stratam usque ad monasterium de Murta et inde per aquam de Murta quomodo descendit in Fraxineta et inde venit ad portum de Thomar qui est in strata de Colimbria que vadit ad Sanctaren et inde per mediam stratam per portum de Ourens et inde per mediam stratam quomodo vadit per sumitatem de Beselga et inde per lumbum de contra Sanctaren quo vertit aquam ad Beselga et quomodo descendit ad Thomar et inde descendit in Ozezar et inde ad portum de Kaiis. Do illis illud castrum ut habeant hereditario iure ad populandum sed ut homines ultra flumen Modecum usque ad Tagum in meis populationibus habitantes sine mea spontanea voluntate

¹⁶⁰ Este documento da *Gaveta* é um traslado, onde a data figura como «Era Mª Cª LXª VIIª», desconhecendo o copista o X aspado do original. Porém, no documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 8*, tratando-se do original, podemos ver o X aspado.

¹⁶¹ Segundo este documento, a data é: «Facta carta mense febroario era millessima centessima sexagesima septima», pois o copista não terá atentado no X aspado.

¹⁶² Segundo este documento, a data é: «Facta carta mense febroario era millessima centessima sexagesima septima», pois o copista não terá atentado no X aspado.

¹⁶³ Segundo este documento, a data é: «Facta carta mense febroario era millessima C LXª VIIª». Trata-se de um erro, pois o X deveria ser aspado, o que seria era 1197, ano de 1159.

¹⁶⁴ Publica o documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 8*.

ad inhabitandum illo non recipiant. Quod si aliquis ex interdictis hominibus ibi venerit fratribus ignorantibus non imputetur inde aliqua occasio super fratres sed mox eo cognito foras expelli cogatur. Habitatores etiam ipsius castrum iure et moribus de Sanctaren utantur. Ego Alfonsus supra nominatus rex una cum filiis meis facio kartam firmitudinis supradictis militibus Christi de illo castro quod dicitur Cera cum terminis supra nominati cum toto meo iure ut habeant illud ipsi et omnes successores eorum iure perpetuo. Et nulli sit licitum hoc meum factum irrumpere. Facta karta mense februario Era M^a C^a LX^{La} VII^a. Ego Alfonsus predictus rex pariter cum filiis meis qui hanc kartam firmitudinis facere iussi manibus propriis coram idoneis gratuita voluntate roboravimus et hoc signum + + + + fecimus. Ego Gonsalvus curie dapifer confirmo +. Ego Petrus Pelaiz signifer regis confirmo +. Ego Iohannes Bracarensis archiepiscopus confirmo +. Ego Petrus Portugalensis episcopus confirmo +. Ego Menendus Lamegocensis episcopus, confirmo +. Ego Odorius Visensis episcopus confirmo. Ego Guilibertus Ulixbonensis episcopus confirmo +. Fernandus Alfonsus testis. Domnus Velascus Sanchiz testis. Laurentius Venegas testis. Petrus Pater testis. Rodericus Moniz testis. Velascus Fernandiz testis. Rodericus Venegas testis. Comes Rodericus testis. Martinus Anania testis. Martinus Gunzalvis testis. Martinus Iohannis testis. Petrus Gaudinas testis. Martinus Nuniz Colimbrie princeps testis. Petrus Nuniz testis. Petrus Randulfiz testis. Petrus Pelaiz testis. Magister Albertus regalis curie cancellarius notuit. Magister Gualdinus Portugalensis tunc temporis apud Colimbriam kartam recepit.

[SELO RODADO] + REX ALFONSVS CUM FILIIS SUIS.

87. [1159].02 [B]

D. Afonso Henriques doa à Ordem do Templo o castelo e terra de Ceras (Tomar), em compensação do eclesiástico de Santarém, que lhes havia prometido em 1147. Texto em português.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 20r-20v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 126r-126v

Em nome da Sancta et Individua Trindade Padre et Filho et Spiritu Sancto amen. Esta he a paz e concordia que eu Afonso por graça de Deus rey dos portugueses filho do conde Anrique e da rainha Tareja e neto do grande rey Afonso juntamente com meus filhos faço antre o bispo de Lixboa e os freires cavaleiros do Templo de Jherusalem por amor de Deus e remissão de meus pecados e dos de meu pay e may dou e concedo a Deus e aos cavaleiros do Templo aquele castelo que se chama Cera por aquelas egrejas de Santarem que primeiro lhe dera afora a igreja de São Tiaguo dou e concedo lhe aquele castelo como parte pelo rio do Zezere onde se chama porto de Cains e dahy por meo da estrada atee o moesteiro da Murta e dahy pola agoa da Murta como dece na Freixeanda e dahy vem ao porto de Tomar que he em estrada de Coimbra que vay a Santarem e dahy por meo da estrada pelo porto d'Ourem

e dahy pelo meo da estrada como vay pela altura de Beselgua e dahy pelo lombo contra Santarem por onde verte agoa a Beselgua e como dece a Tomar e dahy dece em o Zezere e dahy ao porto de Cains. Dou lhe aquele castelo pera que o tenha de direito hereditario pera o povoarem mas em tal maneira que os homens d'alem do rio Mondeguo atee o Tejo que em minhas povoações morarem sem minha vontade nom sejam recebido pera hy morar. E se alguns destes homens defesos que ahy nom morem ahy vier sem o saberem os freires nom seja impitada culpa alguma sobre os freires mas logo tanto que o souberem seja constringido sair fora. E os moradores dese castelo usem do direito dos costumes de Santarem. Eu Afonso rey acima nomeado juntamente com meus filhos faço carta de firmeza aos sobreditos cavaleiros de Cristo daquele castelo que se diz Cera com os termos acima nomeados com todo nosso direito pera que o ajão elles e todos seus subcesores por direito [fl. 20v] perpetuo e a nenhum seja licito quebrantar este meu feito. Feita a carta no mês de fevereiro. Era M^a C^a LXVII¹⁶⁵.

Eu Affonso sobredito rey juntamente com meus filhos que esta carta de firmeza fazer mandey por nossas proprias mãos a corroboramos de nossa graciosa vontade diante de idoneas testemunhas e este synal fizemos.

88. 1159.02 [C]

O bispo D. Gilberto, e o cabido de Lisboa, de acordo com o rei D. Afonso Henriques, doam à Ordem do Templo o direito e jurisdição eclesiásticos da terra do castelo de Ceras e terra de Tomar, bem como a igreja de Santiago de Santarém.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 2 (cuja lição se segue), mç. 1, n.º 3¹⁶⁶, mç. 1, n.º 5, mç. 3, n.º 4¹⁶⁷ e mç. 3, n.º 17¹⁶⁸; ANTT. *Gavetas, Gav. 7*, mç. 7, n.º 16¹⁶⁹; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 63r-63v¹⁷⁰ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]) e fls. 63v-64r¹⁷¹ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 9v-10r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 17r-17v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fls. 13r-13v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 8v-9v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 58-59

Publ. Costa 1771, n.º 5, pp. 160-162; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 3, pp. 5-9

¹⁶⁵ O escrivão não copiou o X aspado.

¹⁶⁶ Inserto em documento de 1282.07.08, Tomar.

¹⁶⁷ Inserto em documento de 1359.06.05.

¹⁶⁸ Inserto em documento de 1374.02.10, Santarém.

¹⁶⁹ Este documento da *Gaveta* é um traslado, onde também a data figura como «Era M^a C^a LX^a VII^a», desconhecendo o copista o X aspado do original.

¹⁷⁰ Neste documento a data é diferente: «Era millessima centessima sexagessima septima». Veja-se nota que segue a data no documento.

¹⁷¹ Neste documento a data é diferente: «Era millessima centessima sexagessima septima». Veja-se nota que segue a data no documento.

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Guilibertus Ulixbonensis episcopus una cum consensu omnium canonicorum meorum facio kartam firmitudinis Deo et militibus Christi de illa ecclesia Sancti Iacobi de Sanctaren que est in suburbio de Sesirigo cum omni parrochia sua liberam ab omni episcopali debito. Et ego et successores mei non habeamus potestatem aliquam perturbandi in aliquo vel diminuendi ecclesiam illam sed tantum exsolvamus illi ecclesie episcopale debitum quando et ad quod a predictis militibus in vita fuerimus. Huius ecclesie ergo Sancti Iacobi de Sanctaren donum sit firmum ratum et in perpetuum valiturum sub nulla controversia sub nulla condicione deinceps ponendum. Addo etiam et indissolubili pacto firmo et scripto roboro de omnibus illis ecclesiis quas hedificaverint a portu de Thomar qui est in strata de Colimbria et inde per portum de Houren et inde ad sumitatem de Beselga et inde per lumbum de contra Sanctaren quomodo vertit aquam ad Beselga et quomodo desendit ad Thomar et inde pervenit ad stratam de Colimbria per portum de Tomar qui vadit de Fraxineda scilicet ut habeant eas iure perpetuo. Et ego Guilibertus Ulixbonensis episcopus una cum canonicis meis <et> illustrissimo rege domno Alfonso Portugalensium concedente do atque concedo omnis illas supradictas ecclesias fratribus Templi Iherosolimitani ab omni episcopali debito liberas iure perpetuo. Et hoc facio pro illis ecclesiis de Sanctaren quas eis rex dederat et ego concesseram et nunc mihi ipsi relinquunt excepto ecclesiam Sancti Iacobi quam supra nominavimus. Et predicti milites exsolvant michi <et> successoribus meis V^e solidos per singulos annos apud ecclesiam Sancte Marie de Sanctaren de illa scilicet ecclesia Sancti Iacobi de Sanctaren et de una quaque ecclesia que hedificata fuerint infra terminos ipsos supra nominatos eo tamen tenore et ea condicione si ecclesie infra predictos terminos de Cera¹⁷² constructe ad ius meum spectare noscentur et eas ego iudicio ecclesiastico vindicare potuero adversus illum qui michi questionem <facere> voluerit. Aliter enim de predicto censu V^e solidorum ipsi milites mihi non tenentur in ecclesiis hedificatis in terminis de Cera. Facta karta firmitudinis mense februario Era M^a C^a LX^{La} VII^a. Ego Guilibertus Ulixbonensis episcopus qui hanc kartam una cum canonicis meis domno rege Alfonso consentiente facere iussi propria manu roboro et hoc signum facio. Ego Robertus eiusdem ecclesie decanus confirmo. Bartolomeus eiusdem ecclesie archidiaconus confirmo. Benedictus eiusdem ecclesie preceptor confirmo. ¹⁷³Menelaus eiusdem ecclesie thesaurarius confirmo. Harbertus canonicus¹⁷⁴ confirmo. Gualterius Flandrensis confirmo. Pelagius presbiter canonicus confirmo. Gualterius Hastingsiensis confirmo. Magister Petrus confirmo. Jacob confirmo. Magister Arnulfus confirmo. Regnaldus confirmo. Nicholaus confirmo. Gunsalvus Gunsalviz testis. Petrus Gunsalviz testis. Arias Diaz. Jocelinus de Baius.

¹⁷² Segue supontado «de Cera».

¹⁷³ Antes está supontado «Melalus eius».

¹⁷⁴ No documento «canoenicus», mas o «e» está riscado.

Hua de Selesia. Alferedus de Caranton. Dominicus Feriol testes. Didacus Moniz. Martinus Faliz testes. Petrus Silva notuit.

[SELO RODADO] SIGNUM GUILIBERTI ULIXBONENSIS EPISCOPI ULIXBONA¹⁷⁵

89. [1159].02

O bispo D. Gilberto e o cabido de Lisboa, de acordo com o rei D. Afonso Henriques, doam à Ordem do Templo o direito e jurisdição eclesiásticos da terra do castelo de Ceras e terra de Tomar, bem como a igreja de Santiago de Santarém. Texto em português.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 20v-21r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 126v-127r

Em nome da Santa e Individua Trindade Padre e Filho e Spiritu Sancto amem. Eu Giliberto bispo de Lixboa juntamente com consentimento de todos meus coneguos faço carta de firmeza a Deus e aos cavaleiros de Cristo daquela igreja de São Tiaguo de Santarem que estaa sob o arrebalde de Sesyriguo com toda sua parochia livre de toda divida episcopal. E eu e meus sucesores¹⁷⁶ nom ajamos poder algum de pertorvar em alguma cousa ou deminuir aquela igreja mas somente paguemos a esa igreja o debito episcopal quando e pera aquelas cousas pera que pelos ditos cavaleiros formos convidados. E este dom que fazemos da igreja de São Tiaguo de Santarem seja firme e perpetuamente valedouro sem lhe ser posta daquy em diante nenhuma contradição nem condição. Acrecento mais e firmo per pacto que nunca se desfaça e roboro per escripto de todas aquelas igrejas que edificarem des o porto de Tomar que he na estrada de Coimbra e dahy pelo porto d'Ourem e dahy aa altura de Beselga e dahy pelo lombo de contra Sanctarem e como verte agoa a Beselgua e como dece a Tomar e dahy como torna a vir aa estrada de Coimbra pelo porto de Tomar que vay da Freyxeanda, a saber, pera que as elles ajão per direito perpetuo. E eu Giliberto bispo de Lixboa juntamente com os meus conegos e outorgando o illustrisymo senhor Dom Afonso rey dos [p. 21] portugueses dou e concedo todas aquelas igrejas sobreditas aos freires do Templo de Jherusalem livre perpetuamente de todo o direito episcopal. E isto faço por aquelas igrejas de Santarem que lhes el rey dera e eu lhe concedera e agora mas deixou tirando a igreja de Santiago que acima nomeamos. E os sobreditos cavaleiros paguem a mim e a meus sucesores cada anno cinco soldos na igreja de Santa Maria de Santarem daquela igreja de Santiago de Santarem e de cada huma igreja que edificadas forem dentro nos termos acima nomeados. E isto em tal maneira e com tal comdição se as igrejas que se ouverem de fazer dentro nos sobreditos termos de Cera se achar que pertencem a meu direito e eu por juizo eclesyastico as posso vencer contra quem sobre ellas me mover demanda

¹⁷⁵ Os documentos ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mc. 1, n.º 3 e n.º 5 acrescentam a frase «Frater Gualdinus Magister Portugalie apud Ulixbonam kartam recepit».

¹⁷⁶ No documento «subcesores», mas o *b* está cortado.

porque em outra maneira estes cavaleiros nom me serão obrigados a pagar os cinco soldos nas egrejas edificadas nos termos de Cera.

Feita a carta no mes de fevereiro Era M. C^a LX VII¹⁷⁷. Eu Giliberto bispo de Lixboa que esta carta juntamente com meus conegos e de consentimento d'el rey Dom Afonso mandey fazer a roboro por minha propria mão e faço este synal.

90. 1159.02.26

D. Godinha Soares doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 1* (cuja lição se segue); ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 93r-93v*¹⁷⁸

Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple, n.º 23, p. 16*¹⁷⁹

In nomine Patris et Filii et Spiritu Sancti amen. Ego Godina Soarit timeo diem mortis mee statui facere cartam testamenti et firmitudinis Deo et militibus Templi Salomonis scilicet terciam partem de meo habere mobili et immobili pro remedio anime mee et parentum meorum et post mortem meam habeant ei possideant si quis autem homo venerit tam propinquus quam extraneis qui hoc meum factum irrumpere voluerit non sit ei licitum nec mihi sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et quantum inquisierit tantum in duplo componat et iudicato. Facta paginola testamenti III^o kalendas martii Era M^a C^a LX^{La} VII^a. Ego Godina Soarit qui hanc cartam iussi facere coram testibus idoneis cum propriis manibus meis roboro et hec signa + facio. Qui presentes fuerunt Diagu Cendonit testis. Tostum testis. Petro Monteiro testis. Petro Penedo testis. Salvador Pelait testis. Johanne Cendonit testis. Petrus Pelait notuit.

91. 1159.06

D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, doa foral à vila de Redinha.

ANNT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 363* (cuja lição se segue); ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 1, n.º 4*; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 233, fls. 248r-248v*¹⁸⁰; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 135v-136r*¹⁸¹; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 269v-270r*¹⁸²

Publ. Costa 1771, n.º 25, pp. 204-206; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges, vol. I, p. 386*; Soares, org., 1942, pp. 28-29; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges, Nova Série, vol. IX/I, pp. 108-110*

In nomine Sancte et Individue Trinitatis. Ego magister Gualdinus una cum conventu fratrum nostrorum Templi militum facimus kartam firmitudinis de bono foro hominibus in Rodina habitantibus tam presentibus quam futuris de iure et foro quod

¹⁷⁷ No documento ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 2, fls. 126v-127r* o X é aspado, lendo-se era de 1197.

¹⁷⁸ Datado de 1129.

¹⁷⁹ Datado de 1129.

¹⁸⁰ Datado de 1129.

¹⁸¹ Datado de 1129.

¹⁸² Datado de 1129.

populatores habere debent iure perpetuo. De omni labore quod laboraverint decimam partem domino fideliter tribuant. Et in areaticam unam talecam tritici. Et in servicio unam fugazam de duobus alqueires tritici et unum caponem. Clericus de sua hereditate similiter forum faciat. Siquis hereditatem suam vendere voluerit vendat suo vicino tali videlicet pacto ut forum domino suo integrum tribuat. Nulli homini de Rodina sit licitum alicui suam hereditatem dare vel testamentum facere nisi ad nostram ecclesiam aut militibus Templi ita ut kasal nec forum dominus perdat. Laborator non faciat forum de montaria. Montarius qui in monte unam noctem vel plus manserit det unum conelium cum sua pelle sin autem nichil det. Et de omni venatu lumbum costale det. Mellitor mediam libram cere tribuat. Non sit inter vos calumniam nisi raussum et homicidium et stercus in ore et casa disrupta cum armis aut cum feridas aut fregerit portas et intraverit domum per vim in cauto ville D solidos pectet. Et furtum. Omnes istas calumnias sint pectadas per forum terre Palumbaris. Siquis aliquid tortum alicui fecerit coram iudice et iusticiis illi satisfaciat sine pecto. Iudex honorem debitum habeat et suum signum stabile sit. Facta karta confirmationis et roborationis mense junio in Era M^a C^a LX^{La} VII^a. Ego magister G. una cum fratribus meis qui hanc kartam sive forum facere iussimus propriis manibus roboramus. Siquis vero hoc forum frangere voluerit sit maledictus. Frater Arnaldus confirmo. Frater Suerius confirmo. Frater Petrus Rivus Frigidus confirmo. Frater Mancius confirmo. Petrus testis. Fromaricus testis. Martinus Fromarici testis. Egeas clericus notuit¹⁸³.

92. [1159].06.12¹⁸⁴ – Anagnie [A]

O papa Adriano IV, pela bula «Iustis petentium desideriiis», e dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, estabelece que as igrejas que forem edificadas em terras de Tomar e Ceras fiquem sujeitas à Santa Sé.

ANNT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 1 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 10v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 18r-18v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 131v-132r; ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fl. 25r

Publ. Costa 1771, n.º 18, pp. 188-189; Erdmann 2009 [1927], n.º 58, pp. 227-228; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 5, pp. 12-13

Adrianus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desideriiis dignum est facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu sunt prosequente complenda. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu fundos ecclesiarum que in terra de Cera auxiliante Domino constructe fuerint vobis beato Petro devotionis intuitu offerentibus in ius

¹⁸³ O sinal de D. Gualdim Pais encontra-se ao centro entre as listas dos confirmantes e das testemunhas e da identificação do notário.

¹⁸⁴ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 45.

et proprietatem beati Petri suscipimus et presentis scripti patrocinio communimus in eodem loco ecclesias construendi liberam vobis concedentes auctoritate apostolica facultatem. Statuimus siquidem ut ecclesie ipse sicut que ad ius sacrosancte romane ecclesie pertinent nulli nisi tantum romano pontifici subiacere debeant aut in aliquo respondere. Sane crisma oleum sanctum consecrationes altarium seu basilicarum ordinationes etiam clericorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi a quocumque malueritis suscipietis episcopo. Qui nostra fultus auctoritate quod postulatur indulgeat. Ad iudicium autem huius a sede apostolica percepte libertatis unam libram cere nobis nostrisque successoribus annis singulis persolvets. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et institutionis ausu temeritatis infringere vel ei aliquatenus contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit secundo terciove commonitus nisi presumptionem suam congrua satisfactione correxerit potestatis honorisque sui dignitate careat reumque se divino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore et sanguine Dei alienus fiat atque in extremo examine districte ultioni subiaceat. Datum Anagnie II idus junii.

93. [1159].06.12¹⁸⁵ – Anagnie [B]

O papa Adriano IV, pela bula «Milites Templi Hierosolimitani novi», confirma todas as graças, liberdades e privilégios concedidos à Ordem do Templo por Eugénio III.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 14r-14v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 26v-27r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 44-45 Publ. Ferreira 1735, pp. 767-769

Adrianus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Milites Templi Hierosolimitani novi sub tempore gratie Machabei abnegantes secularia desideria et propria relinquentes tollentes crucem suam secuti sunt Christum. Ipsi sunt per quos Deus orientalem Ecclesiam a paganorum spurcicia liberat et Christiani nominis inimicos expugnat. Ipsi pro fratribus animam ponere non formidant et peregrinos ad sancta loca proficiscentes tam in eundo quam in redeundo a paganorum incursibus defensant. Ea quamvis ad tam sanctum et pium opus explendum eis proprie facultates non suppetunt fraternitatem vestram presentibus litteris exhortamur quatenus unde eorum suppleatur inopia populum a Deo vobis commissum collectas facere moneatis. Quicumque vero de facultatibus sibi a Deo collatis eis subvenerit et in tam sancta fraternitate se collegam statuerit eisque beneficia persolverit annuatim septimam ei partem iniuncte penitentie consisi de beatorum Petri et Pauli meritis indulgemus. Si vero excommunicatus non fuerit

¹⁸⁵ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

et eum mori contingerit ei cum aliis christianis sepultura ecclesiastica non negetur. Cum autem fratres ipsius Templi qui ad collectam suscipiendam destinati fuerint in civitatem castellum vel vicum advenerint si forte locus ipse interdictus sit in iocundo [fl. 14r] eorum adventu pro Templi honore et eorumdem militum reverentia semel in anno aperiantur ecclesie et exclusis excommunicatis divina officia celebrentur. Que vero de non excommunicatis eorumdem militum fratribus ecclesiastice sepulture tradendis et ecclesiis in eorum adventu excommunicatis exclusis semel aperiendis a nobis statuta sunt vobis archiepiscopis et episcopis mandando precipimus ut per vestras parochias faciatis irrefragabiliter observari. Preterea fraternitati vestre rogando mandamus quatenus personas eorum et bona pro charitate beati Petri et nostra manuteneatis et nullam eis irrogari lesionem vel iniuriam permittatis. Datum Agnatie II idus junii.

94. [1159].06.15¹⁸⁶ – Anagnie

O papa Adriano IV, pela bula «Ea que pro bono pacis», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, confirma a paz e concórdia feita entre eles e o bispo de Lisboa sobre as igrejas de Santarém e a terra de Ceras (Tomar), com mediação de D. Afonso Henriques.

ANNT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 7, n.º 16¹⁸⁷ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 10v-10r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 18r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fl. 13v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 40 Publ. Costa 1771, n.º 17, p. 187; Erdmann 2009 [1927], n.º 59, pp. 228-229; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 6, p. 14

Adrianus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Ea que pro bono pacis inter litigantes rationabiliter statuuntur nullius debent in probitate conuelli nulla occasione mutari sed ad maiorem in posterum firmitatem habendam que statuta sunt apostolico debent presidio communiri. Eapropter dilecti in Domino filii iustis postulationibus vestris gratum inpertientes assensum pacem atque concordiam que inter vos et venerabilem fratrem nostrum Ulixbonensem episcopum super ecclesiis de Sancta Hirene et super terra de Cera mediante Alfonso Portugallensium duce rationabili providentia facta est nos ratam habemus et eam auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus statuentes ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ey aliquatenus contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dey et beatorum Petri et Pauli se noverit incursum. Datum Anagnie XVII kalendas julii.

¹⁸⁶ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 40.

¹⁸⁷ Cópia posterior.

95. 1162.11 [A]

*D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, e os freires da Ordem concedem foral à vila de Tomar*¹⁸⁸. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 9* (inserto em documento de 1317.12.24 – Tomar e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Forais Velhos*, fl. 89

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 388-389; Conde 1996a, pp. 23-24 e 32-33 (tradução); *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, Nova Série, vol. IX/I, pp. 115-117

[...]

In Dei nomine amen. Ego Magister Gaudinus una cum fratribus meis vobis qui in Thomar estis habitanty maioribus et minoribus cuiuscumque Ordinis sitis et filis vestris et progeniis fratribus Temply Salomonis in fide permanentibus placuit nobis facere kartam firmitudinis de iure hereditatum vestrarum quas ibi populatis et de foro atque servicio. In primis ut nunquam facyatis nobis senaram. Et de perda de fossado non detis nisi ad zagan duas partes et vobis remaneant due. Et de azaria et de tota illa cavalgada in qua non fuerit reyx nobis quintam partem vobis quatuor partes absque ulla alkaidaria. Siquis millitum emerit vineam a tributario sit libera. Et si acceperit in coniugium uxorem tributarii omnis hereditas quam habuerit sit libera. Et si tributarius potuerit esse milles habeat moren millitum. Millites habeant suas hereditates liberas. Et siquis militum venerit in senectute ut non possit millitare quandiu vixerit sit in honore millitum. Et si milles obierit uxor que remansserit sit honorata ut in diebus marity suy. Et nullos eam vel filliam alicuius accipiat in coniugium sine voluntate sua et parentum suorum. Saihon non eat domum alicuius sigillare. Et si aliquis fecerit aliquid illicitum veniat in concillium et iudicetur recte. Et iudex et alcaide sint vobis posity sine ofrecione. Clericy Thomar habeant in omnibus honorem millitum in vineas et terris et domibus. Et si alicuy millitum obierit equos et non potuerit emere alterum nos dabimus ey. Et si non dederimus stet honoratus donec possit habere unde emat. Infançon et aliquis homo non habeat in Thomar domum neque hereditatem nisi qui voluerit habitare nobiscum et servire sicuty vos. In illas acenias non detis plusquam quartam decimam partem sine ofrecione. Pedites dent de racione quantum solent dare pedites de Colimbria per quartarium de XVI alqueres sine brachio posito et tabullam. De vino et lino dent octavam partem. Et de madeira que aducunt pro vendere dent octavam partem. Et in lagaradigam de vino de quinque quinalles inferius dent almude et si super fuerit dent quartam sine ofrecione et jantare. Nullus milles extraneus intret domum alicuius syne voluntate dominy domus. Si aliquis laborator habuerit iuicionem non faciat cum ea aliquod fiscum. Almoqueveres faciant unum servicium in anno. Et inter nos non sit ulla manaria. Et si aliquis vestrum voluerit transsire ad alium dominum vel ad aliam terram habeat potestatem donandy seu vendendy suam hereditatem cuiuscumque voluerit qui in ea habitet et sit noster homo

¹⁸⁸ Sobre este foral veja-se Conde 1996b.

sicut unus ex vobis. Atalhaias ponamus nos medietatem anni et vos medietatem. Non detis portaticum vel alcavallam aut cibariam custodibus civitatis vel porte. Thomar nunquam damus per alcavallam alicuy. Hoc forum et hanc consuetudinem coram probis hominibus Deo donante. Statuimus atque concedimus et tam a nobis quam a successoribus nostris perpetuo et illibitate tenendum firmamus. Siquis vero quod fieri non credimus aliquis sucessorum nostrorum magister sive fratres seu allienus hoc nostrum statutum infringere voluerit iuxta Dey ulcionen confringatur et pereat cum diabollo et angelis eius sine fine puniendus nisi digna satis se emendacione correxerit. Facta firmamenty karta mense novembro Era M^a CC^a. Regnante domno Ildefonso Portugallensium rege comitis Henricy et regine Tarasie fillio magny regis Ildefonsy nepote. Pellagius deconus notavit. Petrus Pelagii. Gondisalvus de Sausa dapifer. Donus Rodericus comes. Donus Ticion alcaide de Colimbria. Donus Guiam alkaide de Sanctarem.

96. 1162.11 [B]

*D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, e os freires da Ordem concedem foral à vila de Tomar*¹⁸⁹. *Em português.*

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 18v-19r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 32v-33v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fls. 14v-15r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 19r-20r

Publ. Costa 1771, n.º 20, pp. 190-192; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 388-389; Conde 1996a, pp. 27-29

Em nome de Deus amen. Eu mestre Gualdim em sembra com os meus freyres a vos que em Thomar sodes moradores grandes e pequenos de qualquer Ordin que sejades e aos vossos filhos e aas vossas gerações prougue a nos freires do Temple permesentes na fee de Salamon fazer a vos huma carta de firmidoen do direito dos vossos herdamentos os quaes hi povoades do foro e do serviço. Item primeiramente que nunca a nos façades seara e de roubo e de forçado non dedes senon a ho adail as duas partes e a vos fiquem has duas e d'açaria e de toda aquella cavalgada em que el rey non for a nos a quinta parte e a vos as quatro partes sem nenhuma alcaidaria. Se alguns dos cavaleiros comprar vinha ao peon seja libre e se casar com a molher do peom toda que ouver seja livre e se o peom poder seer cavaleiro aja foro de cavaleiro. Cavaleiros ajam sas herdades livres e se algum dos cavaleiros veer a vilice e non posa servir em cavalaria emquanto viver aja homrra de cavaleiro e se o cavaleiro morrer a molher que ficar seja homrrada como em dias de seu marido e nenhum filhe esta ou filha doutro qualquer por molher sem vontade sua e de seus parentes. Sayom non vaa seelar casa de nenhum cavaleiro e se algum cavaleiro fezer alguma cousa desconvenhavel venha ao concelho e seja julgado dereitamente o juiz e o alcaide

¹⁸⁹ Sobre este foral veja-se Conde 1996b.

sejam a vos postos sem ofreçon. Clerigos de Thomar ajam em todallas cousas homrra de cavaleiros em vinhas em terras e em casas e se a algum dos cavaleiros morrer o cavallo e não poder aver omde compre outro nos lho daremos e se lho non dermos este homrradamente atee que possa aver onde compre outro. Emfançon nem algum homem nam aja em Thomar casa nem herdade salvo quem quiser morar vosco e servir come vos. Em nenhuma asenhas non dedes mais ca de XIII partes huma sem offreçom peoes dem de raçom quanto soen dar os peoes de Coimbra per quartoeiro de XVI alqueires sem braço posto e sen tavao de vinho e de linho de a oitava parte de madeira que tragam pera vender de a oitava parte. En lagaradiga de vinho de cinco moyos a fundo dem hum almude e se mais for de huma quarta sen ofreçon e sen jantar. Nenhum cavaleiro estaynho entre em casa d'algum sen vontade do senhor da casa se algum lavrador ouver eiviçon nom faça com elle foro. Almocreves façam huum serviço em no anno e antre vos non seja nenhuma ameaça e se algum dos vosos quiser yr a outro senhorio ou a outra terra aja poder de doar ou de vender o seu herdamento a quem quiser que en elle more e seja nosso homem assy come huum de vos. Atalayas ponhamos ameadade do anno e vos ameadade non dedes portagem nem alcavala nem de comer aas guardas da cidade ou da porta. Thomar nunca a damos por alcavalla algum. Aqueste foro e aqueste custume com boos homens Deus querente stabelecemos e outorgamos assy a vos come aos vossos sucessores perduravelmente e firmamente teer o firmamos sem nenhum corrompimento se alguem a qual cousa ser feita non cremos dos nossos sucessores o mestre ou os frades ou outro estrainho aqeste nosso stabilicimento quebrantar quiser da vingança de Deus seja quebrantado e pereça con o diaboo e con os seus anjos e sem fim seja atormentado salvo se correger as cousas dignas a sas per emenda. [fl. 19r] Feita a carta de firmidoen no mes de novembro Era mil CC. Reynante dom Afonso rey de Portugal filho do conde dom Anrique e da rainha dona Tareja neto do gram rey dom Afonso. Dom Payo dayam a notou. Testimunhas dom Tiçom alcaide de Sanctarem. Pedro Pirez alferez. Gonçalo de Savial. Dom Rodrigo conde.

97. [1162].12.15¹⁹⁰ – Tours

O papa Alexandre III, pela bula «Iustis petentium desiderii», dirigida à Ordem do Templo, confirma doação feita à Ordem de uma casa para um hospital em Braga, cedida pelo arcebispo D. João Peculiar. ANTT. Coleção Especial, cx. 1, n.º 8 (cuja lição se segue); ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 154v; BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 296v-297r; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, p. 38

Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 60, p. 230

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desiderii dignum est

¹⁹⁰ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 57.

facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu sunt prosequente complenda. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu hospitale a venerabili fratre nostro Johanne archiepiscopo et universo capitulo Bracarensi in ipsa Bracarensis civitate rationabiliter vobis concessum sicut in autentico scripto eiusdem archiepiscopi facto exinde continetur devotioni vestre auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Statuentes ut nulli hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei aliquatenus contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Turon. XVIII kalendas januarii.

98. [1163].01.07¹⁹¹ – Tours

O papa Alexandre III, pela bula «Omne datum optimum», aprova e confirma as novas linhas orientadoras da milícia do Templo, constituindo, esta bula, uma nova versão da regra primitiva. Em 29 de março de 1139, Inocêncio II, por uma bula com o mesmo nome, privilegia a Ordem do Templo, aperfeiçoando a sua regra¹⁹².

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 15v-17v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 29r-32r; ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 9¹⁹³
Publ. Ferreira 1735, pp. 774-784

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Bertrano magistro religiose militie Templi quod Ierosolimis situm est eiusque successoribus et fratribus tam presentibus quam futuris in perpetuum. Omne datum optimum et omne donum perfectum de sursum est descendens a Patre luminum apud quem non est transmutatio nec vicissitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii de vobis et pro vobis omnipotentem Dominum colaudamus quoniam in universo mundo vestra religio et veneranda institutio nunciatur. Cum enim natura essetis filii ire et seculi voluntatibus dediti nunc per aspirantem gratiam Evangelii non surdi auditores effecti relictis pompis secularibus et rebus propriis dimissa etiam spatiosa via que ducit ad mortem arduum iter quod ducit ad vitam humiliter elegistis atque ad comprobandum quod in Dei militia computemini signum vivifice Crucis in vestro pectore circumfertis. Accedit ad hoc quod tanquam veri Israelite atque instructissimi divini prelii bellatores vere charitatis flamma succensi dictum Evangelicum operibus adimpletis quod dicitur 'Maiorem hac dilectionem nemo habet quam ut animam suam ponat quis pro amicis suis' unde etiam iuxta summi pastoris vocem animas vestras pro fratribus ponere eosque ab incursibus paganorum defensare minime [fl. 16r] formidatis et cum nomine censeamini milites Templi constituti estis a Domino catholice Ecclesie defensores et

¹⁹¹ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

¹⁹² Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 5, pp. 375-379.

¹⁹³ Cópia do século XVIII.

inimicorum Christi impugnatores. Licet autem vestrum studium et laudanda devotio in tam sacro opere toto corde et tota mente desudet nihilominus tamen universitatem vestram in Domino exhortamur atque in peccatorum remissionem autoritate Dei et beati Petri apostolorum principis tam vobis quam servitoribus vestris iniungimus ut pro tuenda catholica Ecclesia et ea que est sub paganorum tyrannide de ipsorum spurcitia eruenda expugnandos inimicos crucis invocato Christi nomine intrepide laboretis. Ea etiam que de eorum spoliis ceperitis fidenter in usus vestros convertatis et ne de his contra velle vestrum portionem alicui dare cogamini prohibemus. Statuentes ut domus seu templum in quo estis ad Dei laudem et gloriam atque defensionem suorum fidelium et liberandam Dei Ecclesiam congregati cum omnibus possessionibus et bonis suis que in presentiarum legitime habere dignoscitur aut in futurum concessione pontificum liberalitate regum vel principum oblatione fidelium seu aliis iustis modis prestante Domino poterit adipisci perpetuis futuris temporibus sub Apostolice Sedis tutela et protectione consistat. Presenti quoque decreto sancimus ut vita religiosa que in vestra domo a divina inspirante gratia instituta ibidem inviolabiliter observetur. Et fratres in ibi omnipotenti Domino servientes caste et sine proprio vivant et professionem suam dictis et moribus comprobantes magistro suo aut quibus ipse preceperit in omnibus et per omnia subjecti et obedientes existant. Preterea quam admodum domus ipsa huius sacre vestre institutionis et ordinis fons et origo esse promoverit ita nihilominus omnium locorum ad eam pertinentium caput et magistra in perpetuum habeatur. Ad hec adiicientes precipimus ut obeunte te dilecte in Domino fili Bertanne vel tuorum quolibet successorum nullus eiusdem domus fratribus proponat nisi militaris et religiosa persona que vestre conversationis habitum sit professa nec ab aliis nisi ab omnibus fratribus insimul vel a saniori ac puriori eorum parte qui proponendus fuerit eligatur. Porro consuetudines ad vestre religionis et officii observantiam a magistro et fratribus communiter institutas nulli ecclesiastice secularive persone infringere vel minuere sit licitum. Eisdem quoque consuetudines a vobis aliquanto tempore observatas et scripto firmatas non nisi ab eo qui magister est consentiente tamen saniori parte capituli liceat immutari. Prohibemus autem et omnimodis interdiciamus ut fidelitates hominia sive iuramenta vel reliquas securitates que a secularibus frequentantur nulla ecclesiastica secularive persona a magistro et fratribus eiusdem domus exigere audeat. Illud autem scitote quoniam sicut vestra sacra institutio religiosa militia divina est providentia stabilita ita nihilominus nullius vite religiosoris obtentu ad locum alium nos convenit transvolare. Deus enim qui est incommutabilis et eternus mutabilia corda non approbat sed potius sacrum propositum semel inceptum perducere vult usque in finem debite actionis. Quot et quanti sub militari cingulo et clamide terreni imperii Domino placuerunt sibi que memoriale perpetuum reliquerunt. Quot et quanti in armis bellicis constituti pro testamento Dei et paternarum legum defensione suis temporibus fortiter dimicarunt atque manus suas in sanguine

infidelium Domino consecrantes post bellicos sudores eterne vite bravium sunt adepti. Videte itaque vocationem vestram fratres tam milites quam servientes atque iuxta apostolum unusquis que vestrum in qua vocatione vocatus est in ea permaneat. Ideoque fratres vestros semel devotos atque in sacro collegio receptos post factam in vestra militia professionem et [fl. 16v] habitum religionis assumptum revertendi ad seculum nullam habere precipimus facultatem. Nec alicui eorum fas sit post factam professionem semel assumptam crucem dominicam et habitum vestre professionis abiicere vel ad alium locum seu etiam monasterium maioris religionis obtentu invitis seu inconsultis fratribus aut eo qui magister extiterit liceat transmigrare nullique ecclesiastice secularive persone ipsos suscipiendi aut retinendi licencia pateat. Et quoniam qui sunt defensores Ecclesie de bonis Ecclesie debent vivere ac sustentari de rebus mobilibus vel se moventibus seu de quibuslibet que ad vestram venerabilem domum pertinent a vobis decimas exigi contra voluntatem vestram omnimodis prohibemus. Ceterum decimas quas consilio et consensu episcoporum de manu clericorum vel laicorum studio vestro extrahere poteritis illas etiam quas consentientibus episcopis et eorum clericis acquiretis vobis actoritate apostolica confirmamus. Ut autem ad plenitudinem salutis et curam animarum vestrarum nihil vobis desit et ecclesiastica sacramenta et divina officia vestro sacro collegio commodius exhibeantur simili modo sancimus ut liceat vobis honestos clericos et sacerdotes secundum Deum quantum ad vestram scientiam ordinatos undecumque ad vos venientes suscipere et tam in principali domo vestra quam etiam in obedientiis et locis sibi subditis vobiscum habere. Dummodo si evicino sunt eos a propriis episcopis expetatis idemque nulli alii professioni vel ordini teneantur obnoxii. Quod si episcopi eosdem vobis concedere forte noluerint nihilominus tamen eos suscipiendi et retinendi actoritate sancte romane Ecclesie licenciam habeatis. Si vero aliqui horum post factam professionem turbatores religionis vestre aut domus vel etiam inutiles apparuerint liceat vobis eos cum saniori parte capituli amovere eisque transeundi ad alium ordinem ubi secundum Deum vivere voluerint licenciam dare et loco ipsorum alios ydoneos substituere. Qui etiam unius anni spatio in vestra societate probentur. Quo pacto si mores eorum hoc exegerint et ad vestrum servitium utiles inventi fuerint tunc demum professionem faciant regulariter vivendi et magistro suo obediendi ita ut eumdem victum et vestitum vobiscum habeant necnon lectisternia excepto eo quod clausa vestimenta portabunt. Sed nec ipsis liceat de capitulo vel cura domus vestre se temere intromittere nisi quantum a vobis eis fuerit iniunctum. Curam quoque animarum tantum habeant quantum a vobis fuerint requisiti. Preterea nulli persone extra vestrum capitulum sint subiecti tibi que dilecte in Domino fili Bertrane tuisque successoribus tanquam magistro et prelato suo in omnibus et per omnia obedientiam deferant. Precipimus insuper ut ordinationes eorundem clericorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi a quocumque malueritis catholico suscipiatis episcopo si quidem catholicus fuerit et gratiam Apostolice Sedis habuerit. Qui nimirum

nostra fultus actoritate quod postulatur indulgeat. Eosdem autem pro pecunia predicare aut lucro vosque pro huiusmodi causa eos ad predicandum mittere prohibemus nisi forte magister Templi qui pro tempore fuerit certis ex causis id faciendum esse providerit. Quicumque sane ex his in vestro colegio suscipientur stabilitatem loci conversionem morum seque militaturos Domino diebus vite sue sub obedientia magistri Templi posito scripto super altare in quo contineantur ista promittant. Salvo quoque episcopis iure episcopali tam in decimis quam in oblationibus et sepulturis nihilominus concedimus facultatem in locis sacro templo collatis ubi familia vestra habitat oratoria construere in quibus utique ipsa divina officia audiat ibique si quis ex vobis vel ex eadem familia mortuus fuerit tumuletur. Indecens enim est et animarum periculo proximum religiosos fratres occasione adeunde Ecclesie se virorum turbis et mulierum frequen-[fl. 17r] tie inmiscere. Decernimus insuper actoritate apostolica ut apud quemcumque locum vos venire contigerit ab honestis atque catholicis sacerdotibus penitentiam unctiones seu alia quelibet sacramenta ecclesiastica suscipere liceat ne forte ad perceptionem spiritualium bonorum vobis quippiam de esse valeat. Quia vero omnes in Christo unum sumus et non est personarum differentia apud Deum tam remissionis peccatorum quam alterius beneficentie atque apostolice benedictionis que vobis indulta est etiam familia et servientes vestros volumus esse participes. Quicumque vero de facultatibus sibi a Deo collatis vobis subvenerit et in tam sancta fraternitate se collegam statuerit vobisque beneficia persolverit annuatim septimam ei partem iniuncte penitentie confisi de beatorum Petri et Pauli meritis indulgemus. Si vero excommunicatus non fuerit et cum mori contigerit ei cum aliis christianis sepultura ecclesiastica non negetur. Cum autem fratres vestri qui ad collectam suscipiendam destinati fuerint in civitatem castellum vel vicum advenerint si forte locus ipse interdictus sit in iucundo eorum adventu pro Templi honore et eorumdem militum reverentia semel in anno aperiantur ecclesie et exclusis excommunicatis divina officia celebrentur. Nulli ergo hominum liceat prefatum locum temere perturbare aut eius possessiones auferre vel ablatas retinere minuere aut aliquibus vexationibus fatigare. Sed omnia integra conserventur vestris atque aliorum Dei fidelium usibus omnimodis profutura. Si quis igitur huius nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere venire tentaverit secundo tertiove commonitus nisi reatum suum congrua satisfactione correxerit potestatis honorique sui dignitate careat reumque se divino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac Sanguine Dei et Domini redemptoris nostri Jesu Christi alienus fiat atque in extremo examine districte ultioni subiaceat. Conservantes autem hec omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius benedictionem gratiam consequentur. Amen. [SINAL RODADO]

Ego Alexander catholice Ecclesie episcopus bene.
Ego Hubaldus Hostiensis episcopus confirmo.
Ego Bernardus Portuen. et Sancte Rufine episcopus confirmo.

Ego Gualterius Albanensis episcopus confirmo.
 Ego Hubaldus presbiter cardinalis tit. Sancte Crucis in Iherusalem confirmo.
 Ego Henricus presbiter cardinalis tit. Sanctorum Nerei et Achillei confirmo.
 Ego Joannes presbiter cardinalis tit. Sancte Anastasie confirmo.
 Ego Albertus presbiter cardinalis tit. Sancti Laurentii in Lucina confirmo.
 Ego Guilhelmus presbiter cardinalis tit. Sancti Petri ad Vincula confirmo.
 Ego Jac. diaconus cardinalis Sancte Marie in Cosmidin. confirmo.
 Ego Oddo diaconus cardinalis Sancti Nicolay in Carcere Tull. confirmo.
 Ego Ardicio diaconus cardinalis Sancti Theodori confirmo.
 Ego Boso diaconus cardinalis Sanctorum Cosme et Damiani confirmo.
 Ego Cinthius diaconus cardinalis Sancti Adriani confirmo.
 [fl. 17v] Ego Joannes diaconus cardinalis Sancte Marie in Porticu confirmo.
 Ego Manfredus diaconus cardinalis Sancti Georgii ad Velum Aureum confirmo.
 Datum Turon. per manum Hermani Sancte Romane Ecclesie subdiaconus et notarii VII
 idus januarii Indictione X. Incarnationis Dominice anno M^o C^o LX^o II^o. Pontificatus
 vero domini Alexandri pape tertii anno quarto.

99. [1163-1164].12.03¹⁹⁴ – Siena

O papa Alexandre III, pela bula «Quantum sacra Templi», dirigida aos arcebispos, bispos e demais eclesiásticos, impõe a pena prevista para quem cometa sacrilégio aos que retiverem esmolos ou legados destinados à Ordem do Templo.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 7 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 33v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 60r-60v

Publ. Ferreira 1735, pp. 858-859

Alexander episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et aliis sancte Ecclesie prelatis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Quantum sacra Templi militia ecclesie Dei et toti fere christianitati sit utilis et necessaria tam vicini quam longe positi non ignorant. Per ipsos namque orientalis Ecclesia ab inimicis christiani nominis defensatur et peregrinis locum sanctum in quo pedes Domini Nostri Jesu Christi steterunt visitantibus in securo conductu quam in aliis eorum necessitatibus multa beneficia ministrantur. Et quoniam sumptus armorum et cetera necessaria eis usque quaque non suppetunt necessarium est ut elemosinis ac beneficiis bonorum hominum sustententur et in suis necessitatibus adiuventur. Verum tamen quidam perversi homines sicut accepimus ea que ipsi a peregrinis vel aliis Dei fidelibus conferuntur retinere presumunt et suis usibus applicare. Per apostolica itaque scripta universitati vestre precipiendo mandamus ut si qui de parochianis vestris ausu temerario id attemptare presumpserint de ipsis tanquam de sacrilegis plenam iustitiam eisdem militibus faciatis. Datum Senon. III nonas decembris.

¹⁹⁴ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 57.

100. 1165.01

D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, vende ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra as casas que a Ordem possuía nos subúrbios de Coimbra, num terreno dos cruzios, chamado Almuíña do Rei, junto à igreja de Santa Cruz, por 60 morabitanos.

ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 101 (Livro de D. João Teotónio), fls. 75r-75v (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 1, p. 55

Venditio domorum militum Templi iuxta ecclesia Sancte Crucis

In dei nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam iussi facere ego Galdinus magister militum Templi una cum meis fratribus vobis domno Iohanni monasterii Sancte Crucis priori et fratribus ibidem commorantibus de nostris domibus quas habuimus in suburbio Colimbrie in vestro terreno in loco qui dicitur Almunia Regis iuxta ecclesiam vestram. Quarum isti sunt termini in oriente via puplica in ocidente via puplica in aquilone casa Dominici Feirol in Affrica vero domus de Petro Grano de Milio. Vendidimus vobis has domos sic terminatas opus scilicet quod ibi in vestro terreno fecimus pro precio quod a vobis accepimus LX^a morabitanos. Tantum enim nobis et vobis bene complacuit et de precio apud nos nichil remansit in debitum. Habeatis igitur vos eas et omnes sucessores vestri sicuti nos eas habuimus suis parietibus propriis [fl. 75v] circumquaque inclusas et faciatis de illis quicquid vobis placuerit im perpetuum. Quod si forte nos aut sucessores nostri vel alius aliquis extraneus hanc cartam infringere aut in aliquo diminuere voluerit non sit ei licitum sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus quicumque fuerit et cum Juda Domini traditore dampnatus. Et quantum inde auferre temptaverit tantum in duplum componat et domino terre aliud tantum. Et si nos eam vobis in concilio auctorizare noluerimus aut non potuerimus similiter componamus. Et in super hoc nostrum factum semper plenum robur obtineat. Facta vendicionis et firmitudinis carta mense januarii Era M^a CC^a III^a. Ego vero magister Galdinus qui hanc cartam iussi facere cum meis fratribus coram infra scriptis testibus propriis manibus roboravimus et hec signa fecimus. Qui presentes fuerunt.

101. 1165.11.30

D. Afonso Henriques doa a D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, a terra de Idanha-a-Velha e Monsanto, limitada pelos rios Elga, Tejo e Zêzere, com a condição de esta milícia servir o monarca e o seu filho.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 82v-83r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 150r-150v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 66 e 68¹⁹⁵
Publ. Costa 1771, n.º 23, pp. 199-201; Reuter 1938, n.º 203, pp. 296-297¹⁹⁶; Pimenta 1940, n.º 2, p. 17; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 288, p. 370

¹⁹⁵ Datado da era de 1207, ano de 1169.

¹⁹⁶ Datado de 29 de novembro.

Alfonsus [e]gregius Portugalensium rex Henrrici comitis atque regine Tharasie filius et magni atque illustrissimi Alfonsi imperatoris Yspanie nepos vobis magistro Galdino et universis fratribus Templi quod Hierosolimis situm est et omnibus ipsius Templi qui sunt in meo regno facio kartam donationis et firmitudinis de Ydania et de Monte Sancto cum istis terminis scilicet quomodo currit aqua Elgie inter regnum meum et regnum Legionis et intrat in Tagum et ex alia parte quomodo currit aqua Uzezaris et similiter intrat in Tagum. Do igitur vobis terram istam que iacet inter hec tria flumina tali videlicet conditione ut eam omni tempore hereditario iure firmiter habeatis et mihi et filio meo cui meam terram mandabo cum ea serviatis. Ex hac enim die hoc meum factum robur habeat perpetuum et neque filius meus nec filia mea nec aliquis licentiam habeat hoc scriptum meum confringendi et ille filius meus vel filia mea qui vobis benefecerit a Deo sit benedictus et meam habeat benedictionem. Mando siquidem atque concedo vobis predictam terram ut quomodo eam divideritis aut quos ibi hereditabitis [sic] vel quale forum in eam dederitis stabile sit hac firmum et ratum semper omni tempore permaneat. Fac<ta> carta donationis et firmitudinis secundo kalendarum decembris Era M^a CC^a III^a. Igitur ego supra dictus rex Alfonsus et filius meus rex Santius atque filia mea regina Therasia hanc kartam propriis manibus roboramus. Qui presentes fuerunt [fl. 83r] comes donus Valascus confirmo. Gunsalvus de Sousa regis prepositus confirmo. Petrus Pelagii alfaraz confirmo. Petrus Fernandi de Bragantia confirmo. Suerius Egege confirmo. Hermigius Moniz confirmo. Garsia Fernandi confirmo. Johannes Bracarensis archiepiscopus confirmo. Michael Colimbriensis episcopus confirmo. Alvarus Ulixbonensis magister. Ambertus curie regis cancelarii confirmo. Menendus Captivus confirmo. Petrus Amarelus notuit.

102. [1166-1179].04.13¹⁹⁷ – Latrão

O papa Alexandre III, pela bula «Relatum est auribus nostris», confirma à Ordem do Templo as igrejas de Pombal, Redinha e Ega, isentando-as de qualquer jurisdição, ficando apenas sujeitas à Santa Sé. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 35¹⁹⁸ (cuja lição se segue); ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 17¹⁹⁹; ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 115r

Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 74 e n.º 75, pp. 247-250

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis fillis²⁰⁰ magistro et fratribus milicie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Relatum est auribus nostris quod cum illustris memorie mater carissimi in Christo filii filii [sic] nostri illustris

¹⁹⁷ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 40. Segundo Erdmann, este documento é uma falsificação (cf. Marques 1986, p. 360, nota 68). O visconde de Santarém (*Quadro Elementar*, tomo IX, p. 12) não lhe atribui ano.

¹⁹⁸ Com selo de chumbo. No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 483, está datado de «1179 (?), Abril, 13». O verso do documento regista a data 1162. Erdmann (2009 [1927], p. 40) identifica este documento como original.

¹⁹⁹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 436, está datado de «Latrão, 1163, Abril, 13». Erdmann (2009 [1927], p. 40) identifica este documento como *Spurium* (bastardo).

²⁰⁰ Segue-se um espaço em branco separado por dois pontos que corresponderia à inicial do nome do mestre templário.

Portugalensium regis quamdam silvam domui vestre in perpetuam elemosinam contulisset eam cum difficultate maxima de sarracenorum manibus liberantes per vos et homines vestros studiosius coluistis ibique tres ecclesias Polumbar videlicet Rodina et Egam fundantes ab omni servitio et censu liberas per triginta annorum curricula et amplius tenuistis. Ne igitur quisquam prescriptas ecclesias novis presumat et indebitis exactionibus pre gravare eas cum omni libertate quam a sui fundatione usque modo habuisse noscuntur vobis et domini vestre auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio comunimus. Statuentes ut preter romanum pontificem nullus episcopum aliquam sibi in eisdem ecclesiis potestatem usurpet. Ad iudicium autem percepte huius a Romana ecclesia libertatis unam auri unciam annis singulis nobis nostrisque successoribus persolvatis. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre protectionis et confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Laterani idus aprilis.

103. [1168-1169].06.27²⁰¹ – Benevento

O papa Alexandre III, pela bula, «Iustis petentium desideriiis», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, concende-lhes a faculdade de construirem igrejas em terras de Tomar e Ceras e que fiquem sujeitas à Santa Sé.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 5 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 10v-11r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 18v-19r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 36

Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 8, pp. 16-18

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desideriiis dignum est nos facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu sunt prosequente complenda. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu fundos ecclesiarum que in terra de Cera auxiliante Domino constructe fuerint vobis beato Petro devotionis intuitu offerentibus in ius et proprietatem beati Petri suscipimus et presentis scripti patrocinio comunimus in eodem loco ecclesiarum construendi liberam vobis concedentes auctoritate apostolica facultatem. Statuimus siquidem ut ecclesie ipse sicut que ad ius sacrosancte romane ecclesie pertinent nulli nisi tantum romano pontifici subiacere debeant aut in aliquo respondere. Sane crisma oleum sanctum consecrationes altarium seu basilicarum ordinationes etiam clericorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi a quocumque malueritis suscipietis episcopo qui nostra fultus auctoritate quod postulatur indulgeat. Ad indicium autem huius a sede apostolica percepte

²⁰¹ Data atribuída com base em *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 16 e em Erdmann 2009 [1927], p. 58.

libertatis unam libram cere nobis nostrisque successoribus annis singulis persolvētis. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et institutionis ausu temeritatis infringere vel ei aliquatenus contraire. Siquis autem hoc attemperare presumpserit secundo terciove commonitus nisi presumptionem suam congrua satisfactione correxerit potestate honorisque sui dignitate careat reumque se divino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore et sanguine Dei alienus fiat atque in extremo examine districte ultioni subiaceat. Datum Beneventi V kalendas julii.

104. 1169.09 – Lafões

D. Afonso Henriques faz promessa de doação a Godofredo de Fouchier, procurador da Ordem do Templo nas terras de aquém-mar, a Garcia Romeu, superior dos cavaleiros da Ordem nos campos e nos castelos, e a D. Gualdim Pais, procurador da Ordem do Templo em Portugal, da terça parte de tudo quanto conquistasse na região do Alentejo, com a condição de que todos esses bens fossem gastos no esforço de guerra, ratificando ainda a doação da Casa de Évora que então se chamava Mendo Marques.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 34* (1.º documento e cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 6* (inserto em documento de 1313.06.05 – Lisboa); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 16v-17r, fls. 50v-51r (inserto em documento de 1313.06.05) e fl. 68r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 173r-173v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 332r-332v
 Publ. Costa 1771, n.º 21, pp. 193-194 e n.º 27, pp. 212-213; Reuter 1938, n.º 213, pp. 318-319²⁰²; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 295, pp. 384-385

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Fide memorie custos est scriptura. Hec enim antiqua innovat nova confirmat confirmata conservat conservata ne posteriorum noticie oblivioni tradantur representat. Idcirco ego Alfonsus Dei Portugalis rex gratia Deo et militibus qui dicuntur de Templo Salomonis tam presentibus quam futuris et vobis fratri Gaufrido Fulcherii citramare tocius militie predicti Templi discreto procuratori et vobis fratri Garcie Romeo in Campis et in Castella militum predictorum ministro et vobis fratri Gualdino in Portugalis rerum Templi procuratori vestrisque successoribus in futurum promovendis facio scriptum et pactum donationis et firmitudinis de omni tercia parte quam per Dei gratiam acquirere et populare potuero a flumine Tago et ultra tali videlicet conditione ut quicquid vobis modo do et modo sum daturus expendatis in servicio Dei et meo et filii mei et totius progeniei mee usque dum guerra sarracenorum cum christianis duraverit ita videlicet ut de rebus quas usque modo vobis dederam nichil in his expendatur sed totum ad utilitatem Templi Ierosolimitani custodiatur et conservetur. Illud vero quod modo vobis do

²⁰² Segundo a autora, este documento é uma falsificação, bem como o documento de outubro do mesmo ano. Porém, António Cruz (1968-1969), no seu estudo sobre *A Corte Portuguesa em Alafões (1169)*, não põe em causa a autenticidade destes documentos.

et daturus sum in servitio Dei et meo et filiorum meorum in regno Portugalis volo expendi usque dum duraverit guerra sarracenorum. Preter hec omnia do vobis etiam domum de Elbora quam olim dederam magistro Galdino. Facta scriptura mense septembris apud Alaphoen Era M^a CC^a VII^a. Ego predictus rex Alfonsus una cum filio meo rege Santio et filiabus meis regina Urraca et regina Tharasia hanc kartam propriis manibus roboramus. Petrus Fasion regis confirmo. Petrus Salvadori confido [sic]. Comes Velascus curie regis dabifer [sic] confido. Petrus Fernando regis Sancius dabifer confido. Rex Alfonsus. Rex Sancius.

105. 1169.10 – Lafões

D. Afonso Henriques doa a Godofredo de Fouchier, procurador da Ordem do Templo, a Garcia Romeu, superior nos campos e nos castelos, e a Gualdim Pais, os castelos do Zêzere e da Cardiga e uma vinha junto do castelo do Zêzere. A carta confirma ainda a doação do castelo de Tomar, com os termos indicados na carta de doação de Ceras, feita anteriormente.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios*, mç. 1, n.º 4 (cuja lição se segue) e n.º 5; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 55r-55v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]) e fls. 55v-56r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 52r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 95r-95v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 134v

Publ. Costa 1771, n.º 22, pp. 196-197; Reuter 1938, n.º 214, pp. 320-321²⁰³; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, n.º 297, pp. 388-389; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 7, pp. 15-16; Dias 1989, n.º 1, pp. 51-52

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Quoniam antiqua temporis institutione iuris debito racionabilis consuetudo penes omnes emerit ut factorum series successuum numerus fortunarum eventus scripto commendentur ut commendata ab hominum memoria non decedant et omnibus preterita presentialiter consistant. Iccirco ego Alfonsus Portugalensium rex una cum filiis meis facio cartam donationis et firmitudinis Deo et militibus Templi Salomonis tam presentibus quam futuris et vobis fratri Gaufrido Fulcherii scitra mare totius militie predicti Templi discreto procuratori et vobis fratri Garssie Romeo in campis et in castella militum predictorum ministro et vobis fratri Galdino in Portugali rerum Templi procurator vestrisque successoribus in futurum promovendis scilicet de illo castello de Ozezar sicut dividitur terminis inferius scriptis. In primis per fozem de Beselga et inde per ipsam stratam que vocatur de Penela usque Alfeigiadoa et inde per cimam de monte de Alfeigiadoa aquis vertentibus contra Tanchos et inde quomodo intrat mons ad fundum de pelago de Almourel et inde per medium Tagi usque ad fozem de Ozezar et inde per medium de Ozezar usque ad fozem de Thomar et inde per Thomar quomodo vadit ad focem de Beselga unde primam fecimus

²⁰³ Segundo a autora trata-se de uma falsificação, tal como o documento anterior. Porém, António Cruz (1968-1969), no seu estudo sobre *A Corte Portuguesa em Alafões (1169)*, não põe em causa a autenticidade destes documentos.

inchoationem. Do siquidem vobis ipsum castellum de Cardica cum omni hereditate quam ibi rupistis et fecistis. Do etiam vobis ipsam vineam quam fecistis ultra Tagum iuxta illud castellum de foce de Ozezar quomodo clauditur suo vallo. Et adhuc do atque concedo vobis ipsum²⁰⁴ castellum de Thomar cum ipsis terminis quos in carta de Cera continentur prius vobis dederam. Habeatis itaque supradictos castellos sicuti superius determinantur iure hereditario. Facta carta donationis et firmitudinis mense octobris sub Era M^a CC^a VII^a. Ego predictus rex Alfonsus una cum filio meo rege Sancio et filiabus meis regina domna Orracha et regina domna Tharasia hanc cartam propriis manibus roboramus. Petrus Faison notarius regis confirmo. Petrus Portugalensis episcopus confirmo. Gonsalvus Visiensis episcopus confirmo. Iohannes Bracharensis archiepiscopus confirmo. Comes Valascus curie regis dapifer confirmo. Fernandus Alfonsus signifer confirmo. Petrus Fernandi regis Sancii dapifer confirmo. Facta carta apud Alafoen. [SINAL] REX ALFONSUS. REX SANCIVS.

106. 1171 [A]

Epígrafe existente na parede exterior da sacristia velha do convento de Tomar com inscrição comemorativa da atuação de D. Gualdim Pais.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 10v-11r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fl. 6v; ANTT. *Manuscritos da Livraria*, n.º 1050, p. 318

Publ. Brandão 1672, sexta parte, p. 114; Costa 1771, n.º 14, p. 178; Viterbo, ed., 1799, p. 356; *Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalensium*, n.º 157, p. 417 (cuja lição se segue)

E(ra) : M : CC : VIII : MAGISTER : GALDINVS : NOBILI : SIQVI / DEM :
 GENERE : BRACARA : ORIVNDVS i EXTITIT : TEMPO / RE : AVTEM : ALFONSI
 : ILLVSTRISSIMI : PORTVGALIS : RE / GIS : HIC : SECVLAREM : ABNEGANS :
 MILICIAM : IN i/ BREVI : VT : LVCIFER : EMICVIT : NAM : TEMPLI : MILES
 : GEROSO / LIMAM : PECIIT : IBIQ(u)E : Per : Q(u)INQ(u)ENNIVM : NON :
 IN : HERMEN : VITAM : /DVXIT : CUm : MAGISTRO : ENIM : SVO : CVm :
 FRATRIBVSQ(u)E : IN PLERISQ(u)E : / PRELIIS : con(tr)a : EGIPTI : ET i SVRIE
 : INSVRREXIT : REGEM : CUMQ(u)E : ASCALONA : CAPERETVR : / PRESTO
 : EVm : IN : ANTIOCHIAM : PerGENS : SEPE : con(tr)a : SVLDAN : DE COINE :
 DIMICAVIT : POST : Q(u)INQ(u)E / NNIVm : VerO : AD : PREFATVM : Q(u)I :
 EVm : EDVCAVERAT i:ET : MILITEM : FECERAT : REVerSVS : EST : REGEm/ :
 FACTUS : DOMVS : TEMPLI : PORTVGALIS : PROCURATOR : HOC : conSTRVXIT
 : CASTRVM : PALVmBAR : THOMAR : / OZEZAR : ET : HOC : Q(u)OD : DiciturR
 : ALMORIOL : ET : EIDANIAM : ET : MONTEM : SANCTVM :

²⁰⁴ No documento «ipsam», mas supontado por baixo do «a» assinalando o erro.

107. 1171 [B]

Epígrafe existente na parede exterior da sacristia velha do convento de Tomar com inscrição comemorativa da atuação de D. Gualdim Pais. Documento em português.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 28r-28v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 135v-136r

Era de M. CC VIII foy o mestre Gualdim de nobre geração natural de Bragua e em tempo de Afonso illustrisimo rey de Portugal renunciando este Gualdim a cavalaria secular em breve tempo como estrela d'alva resplandeceo porque feyto cavaleiro do Templo se foy a Jherusalem e ahy por cimquo annos não desarmada vida passou porque foy com seu mestre e irmãos em muitas batalhas contra el rey de Egipto e de Syria e quando Ascalona se tomou foy presente e indo em Antiochia sempre contra o soldaom [fl. 28v] fermosamente pelejou e passados cinco annos ao sobredito rey que o criara e fizera cavaleiro se tornou feito procurador da casa do Templo de Portugal. Edificou este castelo de Pombal, Tomar, o do Zezere e o que se chama Almoiro e Idanha e Monsancto.

108. 1174.06 – Tomar [A]

*Os moradores da vila de Tomar viciam foral com o objetivo de ficarem isentos do pagamento da jugada do pão, vinho e linho*²⁰⁵.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 27v-28v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 50r-52r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fls. 16v-17v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 22v-24v (inserto em documento de 1408.09.20 – Tomar²⁰⁶)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, vol. I, pp. 399-401; Dias 1989, n.º 2, pp. 53-57; Conde 1996a, pp. 24-27 e pp. 33-36 (tradução)

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Quoniam Deus omnipotens iustus iudex omnibus in terra potestatem exercentibus precepit populum sibi subditum in iustitia et equitate regere ut in Salomone legitur diligite iustitiam qui indicatis terram. Ideo ego magister G. una cum fratribus meis divino oraculo eruditus necessarium duximus rapinas et injurias a populo nobis subdito misericorditer removere meditates maius et melius in animarum salute quam in caducarum rerum acquisitione lucrum nos esse consequuturos. Unde in terra sub potestate nostra constituta talia damus decreta. Siquis ergo rausam vel homicidium vel disrumperit domum cum armis vel cum feridas vel fregerit portas

²⁰⁵ Sobre este foral veja-se Conde 1996b.

²⁰⁶ Neste documento podemos ler que o foral foi trasladado de um instrumento público de 1317.12.28: «A qual carta era sem sello e mostrada e perluda Stevam Martinz clerigo do dicto senhor rey que se dizia seu procurador pidio a Airas Perez juiz da dicta villa e companho do dicto Stevam Perez juiz que mandase a mym dicto tabaliam que me dese sua autoridade que tornase a dicta scriptura em puprica forma [...] fecto foi esto na dicta villa de Thomar em o logo que chamam o Poombal XXVIII dias de dezembro era de mill CCC LV annos testemunhas Martim Gill de Lamego vasallo del rey [...] e eu Joham Perez [...] a rogo do dicto Stevam Martinz esta scriptura de verbo a verbo treladey [...]».

intrans in domum in cauto ville pectet V^c solidos. Siquis rausam vel homicidium extra villam LX solidos petet. Mando ut unusquisque accipiat uxorem suam quam habeat recabedadam vel filiam suam que adhuc non fuit nupta ubi eam invenerit sine pecto. Et filium quem pater suus in domo sua tenet pro suo maladio accipiat eum ubique preter ut non frangat super eum portas vel percutiat aliquem sine pecto. Pro estercore in ore misso LX solidos ubique petet. Siquis percusserit cum armis molutis de suo grado et per iram in cauto ville LX solidos petet et si foras XXX solidos petet. Feridas consulendas istas sanet et non alias qui querit amicos vel parentes vel arma vel troços cum quibus vadit ferire et percusserit per veram exquisitam LX solidos petet. Pro membro abciso 60 solidos petet. Pro omnes feridas de quibus satisfacere debet intret in fustem secundum veterem forum Colimbrie aut comparet eas cui satisfacere debet. Sinal d'alcaide aut iudicis cum testimonio teneat. Domus alicuius non sigelletur nisi antea vocetur ad directum. Siquis ab aliquo aliquid quesierit ante justitias respondeat et ante comendatorem domus per directum. Siquis debitor alicui rebellis extiterit ab illo quod suum est habere nom potuerit et composuerit se cum maiordomo tamen maiordomus non habeat nisi decimam de quo traxerit de habere rebellis nisi si fuerit de usura sed de usura accipiat quantum pepigerit cum eo. Omnes vero intentiones nostri maiordomi sint per inquisitionem de illis rebus unde potuerit habere exquisam directam. Qui sciuerit veritatem et eam negaverit in exquisita componat quantum perdere fecit illi et domino terre aliud tantum et ultra in testimonium non recipiatur. Si aliquis vozarius se cum maiordomo composuerit causa inde aliquid habendi si probatus fuerit quod talis est per exquisam secundum quantitatem calupnie quam obiecerit in corpore puniatur. Si vero habuerit quod pectet non audiatur nisi prius dederit fideiussorem in manibus justitie prohibemus omnes huiusmodi qui se faciunt vozarios falsos et non habent cartam per tales enim omnis terra perdita est. Quamvis maiordomus et iustitie sint presentes et aliquid in concilio conqueratur de aliqua re maiordomus non recipiat illa querimonia pro voce nisi ille qui querimoniam fecerit dixerit ma-[fl. 28r] iordomo do tibi istam querimoniam pro voce. Si aliquis in defensione sui agri aut vinee vel orti damnatorem expoliaverit quamvis damnator sit percusus aut vulneratus tantum domnus vinee non petet quod si damnator domnum percusserit satisfaciat ei quantamque calupiam fecerit petet. Defendimus ut nullus in villa arma trahat quod si traxerit et non percusserit perdat ea. Siquis mensuras aut cubitos falsaverit D solidos petet. Siquis de domo alterius aut extra domum se per vim acceperit et domnus suus venerit eum rancura ad comendatorem domus vel ad alcaide vel ad iusticias vel ad maiordomum in duplum componat. Siquis uxorem suam iusto iudicio suo adulteram fecerit res sue sint in potestate domini terre. Defendimus ut nullus audeat talliar cum vallo carreiras vel stratas publicas de concilio nec mutet marcos qui vero hec fecerit sanet per forum terre. Jugada sit per quarteirum de XVI alqueires per alquer de direito. Almotace sit

de concilio maiordomus et sayon et justitie et portitor de alcaide sint cautati in D solidos. Siqui fecerint furtum petent sicut mos est terre vel condenetur. Quicumque vero latronem vel malefactorem invenerit prenda eum secundum suum posse sine calupnia suorum parentum et homicidio. Siquis intraverit in vinea vel almoynia alicuius furtim in die causa comedendi vel cum manu sua bestias in ferragine alicuius miserit V solidos petet. Si aliquid de vinea vel de almoynia in gremio vel in taleiga vel in cesta attulerit vel ferraginem segaverit unum maravedilum petet. Si in nocte deprehensus fuerit furtive in vinea aut in ferragine vel in almoynia LX solidos petet et quod vestierit et de isto pecto dominus laboris habebit medietatem. Si vero non habuerit quod petet clavigetur in porta per unum diem deinde flagelletur. Si maurus alicuius fuerit solutus et fecerit calupniam dominus eius respondeat pro eo secundum calupniam quam fecerit vel dimittat eum in manu maiordomi. Maiordomus non recipiat maurum alicuius qui fuerit in vinculis vel mauram solutam pro quacumque calupnia quam fecerit sed si dominus terre et concilium viderint quod talem causam fecit pro qua debet lapidari vel cremari lapidetur vel cremetur. Si vero talem causam fecerit pro qua debet flagelari et in corpore exterminari flagelletur et postquam flagellaverint eum vel eam domino suo reddatur. Quamcumque fiadariam quisquis fecerit si eam non compleverit secundum directam eandem petet. Et qui vendiderit vinum in relego LX solidos petet et per quantas vices invenerit vinum vendere per tantas vices petet LX solidos. Et tota illa bestia que vadit ad eiram vel ad lagarem pro aluguer faciat forum de almocreve. Iestas calupnias mandamus pectare et non alias. De molinis non accipiat nisi de XIII alqueires unum sine ofreçone. Cambe sint quales justicia et concilium viderint pro directo. Et si molinarius inde aliter fecerit ipse cum omni habere suo sit in potestate magistri. Si autem maiordomus vel justicia hoc nostrum directum irrumperit pro ofreçone aut amore alicuius ipse et res eius sint in potestate magistri et fratrum. Facta carta firmitudinis mense junio Era M CC XII. Anno ab incarnatione Domini M C LXX IIII. Ego Magister Gualdinus qui hanc cartam facere iussi una cum omnibus fratribus nostris habitantibus in Thomar et filiis vestris et progenis roboro et confirmo. Regnante domno Alfonso Portugalensi rege comitis Enrrici et done Tharasie filio magni regis Alfonsi nepote eiusque filio rege Sancio uxoreque ipsius regina Dulcia. Joannes presbiter notavit. Arnaldus de Rochis confirmo. Frater Suerius Vermundi confirmo. Frater Elias confirmo. Frater Martinus confirmo. Frater Manicius confirmo. Frater Petrus. Frater Joannes Garcie confirmo. Comes donus Fernandus testes [sic]. Comes donus Alfonsus testis. Petrus Garsie pretor Colimbriensis testis. Petrus Fernandis dapifer testis. Magister [fl. 128v] Fernandus vidit. Pelagius Romeu testis. Martinus de Roma testis. Petrus Caldelas testis. Pelagius Nuniz testis. Petrus Garsie testis. Salvator Menendi testis. Donus Santius testis. Garsias Vermundi Banita testis. Petrus Muniz testis. Petrus Menendi testis. Pelagius Arias justitia testis. Petrus Roderici justitia testis. Gunsalvus Borona. Petrus Gunsalvi anolanus testes.

109. 1174.06 – Tomar [B]

*Os moradores da vila de Tomar viciam foral com o objetivo de ficarem isentos do pagamento da jugada do pão, vinho e linho*²⁰⁷. *Em português.*

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fls. 15r-16v (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, vol. I, pp. 399-401; Rosa 1965, pp. 49-50; Conde 1996a, pp. 29-31

Em nome da Santa Trindade Padre e Filho e Espiritu Sancto amen. Porque Deos todo poderoso direito juiz encomendou a todollos usantes poderio na terra reger o povoo a si some [fl. 15v] tudo em justiça e em igualdade assi como o leem em Salomon 'Amade justiça aquelles que julgades terra'. Porem eu meestre Gandin ensembra con os meus freires encinado pella merce de Deus enduzemos de necessidade remover as injurias e as roubas do povoo sojugado a nos consirantes mais e melhor en saude das almas ca en engano e prol das cousas temporaes seremos conseguidores porende em a terra soo nosso poderio estabelecuda taes damos degredos. Se alguem rouso ou homezio ou romper casa com armas ou com feridas ou quebrantar portas ou entrar casa no couto da villa peite quinhentos soldos. Se alguem rouso ou homezio fora da vila fezer sesenta soldos peite. Mando que cada huum filhe sa mulher que aja recabedada ou filha sua que ainda nom foi casada hu quer que a achar sen coonha e o filho que seu padre tem em sa casa por seu mancebo filhe o hu quer que o achar tirado que non brite sobrello portas ou feira alguem sem coonha. Por merda em boca metuda em qualquer lugar que o faça peite sesenta soldos. Se algum ferir com armas mundas de seu grado e per yra no couto da villa peite sesenta soldos e se for fora da villa peite trinta soldos. Feridas concelhadas estas son e non outras. Quem demandar amigos ou parentes com armas ou tochos com os quaes vaa ferir e feira se o provar per verdadeira inquisa peite sesenta soldos. Por membro talhado peite sesenta soldos por todallas feridas das quaes deve satisfazer entre en fustan segundo foro velho de Coimbra ou as compre a aquelle a que deve satisfazer. Sinal d'alcaide ou de juiz com testimoyo seja teudo. A casa d'alguem nam seja seellada se ante nom for chamado a dereito. Se alguem a outro demandar alguma cousa ante justiças responda e ante o encomendador da casa per direito. Se algum divedor for revel a alguem e aquel a que devem o seu nom poder aver e composer com o mordomo o mordomo nom aja senom a dizima do que tirar do aver do revel salvo se for de usura e se for de usura filhe quanto preitejar com elle. Todallas entensões do nosso mordomo sejam per inquisa daquellas cousas onde poder aver inquisa dereita. Quem souber verdade e a negar na inquisa componha quanto faz perder aaquelle e ao senhor da terra outro tanto e jamais nunqua seja recebido em testimoinha. Se algum vozeiro se composer com o mordomo que lhi de ende alguma cousa se provado

²⁰⁷ Sobre este foral veja-se Conde 1996b.

for per inquisa que tal he componha segundo a quantidade da conha que demandar e se non ouver que peite em o corpo seja atormentado e nom seja ouvido salvo se der fiador nas mãos da justiça. Defendemos a todos aquellos que se fazem vozeiros falsos e não hão carta por taes certamente toda a terra he perduda. Se alguem se queixar en concelho dalguma cousa pero que o mordomo e a justiça sejam presentes o mordomo nom filhe aquel queixume por voz salvo se aquel que o queixume fizer disser ao mordomo dou a ti este queixume por voz. Se alguem em defendimento do seu agro ou de sa vinha ou de sa almoinha esbulhar o danador pero que o danador seja ferido ou chagado o senhor da vinha non peite e se o danador ferir o dono satisfaça lhi e qualquer conha que hi fizer correga lha. Defendemos que nenhum tire armas em villa ca se as tirar e non ferir perca as. Se alguem medidas ou cobados falsar [fl. 16r] peite cinco soldos. Se alguem de casa doutro ou de fora cousa per força filhar e seu senhor veer con rancura ao comendador ou ao alcaide ou aas justiças ou ao mordomo en dobro o componha. Se alguem sa molher en juizo fezer puta as sas cousas sejam en poder do senhor da terra. Defendemos que nenhum ouse terçar com vallo carreiras ou estradas pubricas do concelho nem meta marcos. Quem aquesto fezer correja o por o foro da terra. Jugadas sejam per quartoiro de dezaseis alqueires per alqueire de dereito. O almotacel seja do concelho mordomo e sayam e justiças e o porteiro do alcaide sejam coutados em quinhentos soldos. Quem fezer furto peite assi come custume da terra ou seja condenado. Quem achar ladram ou malfeitor prenda o segundo sa posse sem omezio e sem conha de seus parentes. Se alguem entrar em vinha ou em almoinha d'alguem furtivamente de dia per razam de comer ou com sa mão besta em ferraem dalguem meter peite cinco soldos. Se alguem de vinha ou d'almoinha em regaço ou em taleiga ou em cesta trovuer alguma cousa ou farraem segar peite hum maravedil. Se alguem de noite for preso furtivamente em vinha ou em ferraem ou em almoinha peite sesenta soldos e o que trouver vestido e disto que peitar aja o senhor do lavor a meadade e se nom ouver que peite preguem no na porta per hum dia e demais açoutem no. Se mouro d'alguem for solto e fezer conha o senhor responda por el segundo a conha que fizer ou o deixe na mão do mordomo. Ho mordomo nom filhe mouro dalguem que traga prison ou moura solta por qualquer conha que faça mais se o senhor da terra e o concelho vir que tal cousa fez per que deva ser apedrada ou queimada apedrem na ou a queimen. Se tal cousa fez per que deva ser açoutada açoutem na e depois que for açoutada tambem o mouro come a moura dem nos a seu dono. Qualquer fiadoria que alguem fezer se a nom cumprir segundo dereito peitea e quem vender vinho em relego peite sesenta soldos e per quantas vezes achar vinho vender per tantas vezes peite sesenta soldos e toda aquella besta que vai a eira ou a lagar por aluguel faça foro d'almocreve. Estas conhas mandamos peitar e nam outras. Dos moinhos nom filhem senon de quatorze alqueires hum sen ofreçon. As cambas sejam quaes as

justiças e o concelho vir por dereito e se o moleiro ende outra cousa fazer esse con todo o aver seja en poder do mestre. Se o mordomo ou a justiça este nosso dereito britar per ofreçon ou por amor dalguem esse e as sas cousas sejam em poder do mestre e dos freires. Feita a carta de firmidoen no mes de Junho Era mil e duzentos e duze anos. Era da encarnaçam de Deus mil cento e setenta e quatro. Eu mestre Gandin que esta carta fazer mandei en sembra com todolos meus freires morantes en Tomar aos vosos filhos e aos vosos sucesores a fortalego e confirmo. Reinante dom Afonso rey de Portugal filho do grande rey dom Afonso neto do conde don Anrique e de dona Tareija e seu filho rey dom Sancho com elle e sa molher rainha dona Doce. Joanne clerigo de missa a fez. Testemunhas frey Arnardo da Ronchis. Frey Soeiro Vermuiz e frey Elias e frey Manço e frey Martinho e frey Pedro e frey Joane de Gassia clerigo de missa. O conde dom Fernando. O conde dom Afonso. Pedro Garsia alcaide de Coimbra. Pedro Fernandiz. Meestre Fernando a vio. Salvador Meendiz. Dom Sancho. Pay Romeu. Martim de Roma. Pedro de Calderas. [fl. 16v] Pedro Muniz. Pedro Cassia. Garsia Vermuiz. Pedro Meendiz. Pedr'Airas justiça. Pay Rodriguez justiça. Gonsal Boroa. Pedro Gonçalviz testemunhas.

110. 1174.06 – Tomar [C]

*D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, concede foral aos moradores de Pombal*²⁰⁸.

ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 362* (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 398-399; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, Nova Série, vol. IX/I, pp. 141-142

In Dei nomine. Ego magister Gaudinus una cum fratribus meis vobis qui in Palumbare estis habitaturi maioribus et minoribus cuiuscumque Ordinis sitis e filis vestris et progeniis fratribus Templi Salomonis ibidem permanentibus. Placuit nobis facere kartam firmitudinis de iure hereditatum vestrarum quas ibi populatis et de foro atque servitio. In primis ut nunquam faciatis nobis senaram. Et de preda de fosado non detis nisi ad zagam duas partes et vobis remaneant due. Et de azaria et de tota illa cavalgada in qua non fuerit rex nobis quintam partem vobis quatuor partes absque ulla alkaidaria. Siquis militum emerit vineam a tributario sit libera. Et si acceperit in coniugium uxorem tributarii omnis hereditas quam habuerit sit libera. Et si tributarius potuerit esse miles habeat morem militum. Milites habeant suas hereditates liberas et si aliquis militum venerit in senectute ut non possit militare quandiu vixerit sit in honore militum. Et si miles obierit uxor que remanserit sit honorata uti in diebus mariti sui. Et nullus eam vel filiam alicuius accipiat in coniugium sine voluntate sua et parentum suorum. Saion non eat domum alicuius sigillare. Et si aliquis fecerit aliquid illicitum veniat in concilium et indicetur recte.

²⁰⁸ Veja-se o estudo diplomático sobre este foral em Gomes 2009, pp. 131-134.

Judex et alcaide sint vobis positi sine offretione. Clerici Palumbaris habeant morem et honorem militum in vineis et terris et domibus. Et si alicui militum obierit equus et non potuerit emere alterum nos dabimus ei et si non dederimus stet honoratus donec possit habere unde emat. Infanzon et aliquis homo non habeat in Palumbare domum nec hereditatem nisi qui voluerit habitare vobiscum et servire sicuti vos. In illos molinos non detis plusquam quartam decimam partem sine offretione. Pedites dent de ratione quantum solent dare pedites de Colimbria per quartarium de XVI alqueires sine brachio posito et tabula. De vino et lino dent octavam partem. Et de madeira quam adducunt pro [ven]dere dent octavam partem. In lagaradiga de vino de quinque quinales inferius dent almude et si super fuerit dent quartam sine offretione et iantare. Nullus miles extraneus intret domum alicuius sine voluntate domni domus. Si aliquis laborator habuerit iuitionem non faciat cum ea aliquid fiseum. Almuqueveres faciant unum servitium in anno. Et inter vos non sit ulla manaria. Et si aliquis vestrum voluerit transire ad alium dominum vel ad aliam terram habeat potestatem donandi seu vendendi suam hereditatem cuicumque voluerit qui in ea habitet et sit noster homo sicut unus ex vobis. Atalaias ponamus nos medietatem anni et vos alteram medietatem. Et si nos atalaiam non tenuerimus nec vos teneatis nec pro tenenda aliquid detis. Non detis portaticum vel alcavalam aut cibariam custodibus civitatis vel porte Palumbare nunquam damus alicui per alcavalam. Hoc forum et hanc consuetudinem coram probis hominibus Deo donante statuimus atque concedimus et tam a nobis quam a successoribus nostris perpetuo et illibate tenendum firmamus. Siquis vero quod fieri non credimus aliquis sucessorum nostrorum magister sive fratres seu alienus hoc nostrum statutum infringere voluerit iuxta Dei ultione confringatur et pereat cum diabolo et angelis eius sine fine puniendus nisi digna satis se [emen]datione correxerit. Facta firmamenti karta a constructione opidi anno decimo octavo mense junio Era millesima ducesima XII^a. Regnante domno Ildefonso Portugalensium rege comitis Henrici et regine Tarasie filio magni regis Ildefonsi nepote et cum eo rege Sanchio filio suo et uxore eius domna regina Dulci nomine. Anno ab incarnatione Domini millesimo centesimo septuagesimo quarto. Ego magister Gaudinus cum fratribus meis roboro atque confirmo. Frater Arnaldus de Rochis confirmo. Frater Helias confirmo. Frater domnus Mancius confirmo. Frater Petrus Gonsalvi confirmo. Frater Martinus Petri confirmo. Magister Fernandus vidit. Frater Johannes Garsiei capellanus in Tomar confirmo. Alfonsus Roderici testis. Pelagius allius testis. Pelagius Nuniz alcaide de Tomar testis. Pelagius Roderici iusticia de Tomar testis. Petrus Meendiz de Porta testis. Martinus de Roma testis. Gonsalvus Gallecus testis. Data fuit karta apud Thomar concilio de Polumbari per manus Salvatoris Monachini maiordomi eiusdem castelli et Menendi Rauvani militis ipsius met castri qui cum magistro domno Gaudino venerunt ad Tomar pro ipsa karta concedente omni concilio atque rogante. Martinus notuit.

111. 1174.06 [D]

D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, dá carta de foral à povoação do castelo junto à foz do Zêzere.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 72⁰⁹ (cuja lição se segue)

Publ. Costa 1771, n.º 28, pp. 215-218; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 402-403

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris [et Filii] et Spiritus Sancti amem. Quoniam Deus omnipotens iustus iudex omnibus in terra [...]entibus subditum sibi populum in iusticia et equitate regere ut in Salomone legitur diligite iusticiam qui iudicatis terram. Ideo ego Magister G. una cum fratribus meis necessarium duximus rapinas et iniurias a populo nobis subdito misericorditer removere meditates maius et melius in animarum salute quam in caducarum rerum acquisitione lucrum nos esse consecuturos. Unde in terra sub potestate nostra constituta talia damus decreta scilicet habitantibus in castello nostro de Ozezar. Siquis ergo raussum vel homicidium f[e]cerit vel diruperit domum cum armis vel cum feridas et fregerit portas intrans per vim domum in cauto ville D solidos pectet. Si raussum vel homicidium extra villam fecerit LX solidos pectet. Pro stercore in ore misso ubique L<X> solidos pectet. Qui percusserit cum armis molitatis in cauto ville LX solidos pectet. Si foras XXX^a solidos pectet. Feridas consiliadas per vera exquisita LX solidos pectet. Pro membro obsciso LX solidos pectet. Pro feridas pro quibus satisfacere debet intret in fustam secundum veterem forum Colimbrie au[t] comparet eas cui satisfacere debet²¹⁰. Sinall de alkaide aut iuditis com testimonio testicum domus alicus non sigilletur nisi antea vocetur ad directum peci erit etiam ey respondere voluerit et illum pignoraverit pinorator sit victus non pectet. Siquis ab aliquo aliquid quesierit ante iustitias et comendatorem domus respondeat per directum. Siquis debitor alicui rebellis extiterit et ex illo quod suum²¹¹ est habere non potuerit et composuerit se cum maiordomo cum maiordomo non habeat nisi decimam de quo traxerit de abere rebellis nisi fuerit de usura. Set de allis accipiat quantum pepigerit cum eo. Omnes intentiones tam nostri maiordomi quam nostrorum hominum sint per inquisitionem bonorum hominum de illis rebus unde potuerint habere exquisam et non per iudicium. Qui sciverit veritatem et eam negaverit in exquisita componat quantum alicui perdere fecerit et domino terre aliud tantum et ultra in testimonium non recipiat. Esy aliquis vozeiro se composuerit cum maiordomo causa inde aliquid habendi si probatus fuerit perexquisam quod talis est [secundum quantitatem] calumpnie quam obiecerit in corpore expuniatur in corpore si non habuerit quod pectet et non audiatur nisi prius

²⁰⁹ Documento em papel rasgado na margem superior onde ainda se lê «Trelado ...», tratando-se de uma cópia provavelmente do século XIV.

²¹⁰ Segue-se riscado «intret in fustam», o que parece demonstrar que o copista estava a copiar o documento e ter-se-á enganado na linha.

²¹¹ Segue-se uma palavra riscada.

dederit fideiussorem in manus de iusticiis. Prohibemus omnes huiusmodi qui se faciunt vozeiros falsos et non tortum. Per tales enim omnis terra perdita est. Quamvis aliquis conqueratur in concilio de aliqua re non accipiat a maiordomo pro voce nisi ille qui conqueritur pro voce dederit id est quamvis maiordomus et iusticie presentes sint et aliquis homo coram eis in concilio de aliqua re querimoniam fecerit maiordomus non accipiat querimoniam²¹² pro voce nisi ille qui querimoniam fecerit proprio ore dixerit moiordomo do tibi istam querimoniam pro voce. Siquis in defensione sui agri aut vinee vel orti dampnatorem invenerit quamvis dampnator sit percussus aut vulneratus tamen dommus vinee non pectet. Quod si dampnator dominum agri percusserit satisfaciat ei et calumpniam quam ibi fecerit. Ponimus ut nullus in villa arma trahat sed si traxerit et non percusserit perdat illa. Siquis measuras vel cubitos falsaverit V solidos pectet. Siquis de domo alterius vel extra domum rem aliquam per vim acceperit illam in duplo componat. Siquis uxorem suam iusto iudicio adulteram fecit res adultere sint in potestate domini terre. Defendimus ut nullus audeat taliar cum vallo carreiras vel stratas auctorizadas de [con]cilio vel mutet marchio. Qui vero hoc fecerit satisfaciat per forum terre. Almotace sit de concilio. Maiordomus saion et iusticie et portarius de alcaide sint cautati in D solidos. Qui fecerit frutum [sic] pectet vel comdampnetur secundum forum terre. Quicumque latronem vel malefactorem deprehenderit mittat in manu nostri maiordomi absque calumpnia et homicidio suorum parentum. Siquis intraverit vineam vel agrum vel ortum alicuius furtim in die causa comedendi vel cum manu sua bestia in ferraginem et ius miserit V solidos pectet. Si aliquis inde in gremio vel in taleiga vel in cista adtulerit I morabtinum pectet. Si in nocte L solidos pectet et quod vestierit et de isto pectu domine laboris habeat medietatem. Quod si non habuerit unde pectet clavifigatur in porta usque tercium diem te IIII^o die flagelletur. Quamcumque fiaduriam quisque fecerit si eam non compleverit secundum directum eandem pectet. Si maurus alicuius etiam solutus et fecerit respondeat pro eo secundum calupniam quam fecerit vel dimittat eum in manu maiordomi. Si vero fuerit in vinculis vel etiam maura soluta pro aliqua re quam faciat non perdat eum vel eam dominus eius nisi talem rem fecerit pro qua dominus terre et cucilium iudicet quod morte puniatur set in corpore exterminetur et postea domino suo reddatur. Istas coimas mandamus pectare et non alteras. Jugada sit per quartarium de XVI alqueires per alqueire de direito. De uno iugo de bobus dent I quartarium medium de tritiquo et medium de secunda quale venerit de eira. Cavon det medietatem de illo quod solent dare cavones in alia terra. De vinea dent decimam ex eo tempore quo habuerint X puzaes. De piscato decimam abs[...] tazaria et alqueidaria. Qui fecerit molinos in ribeiros habeat illos. De molinis non accipiant nisi de XIII alqueires I sine offretione. Cambe sint quales iusticie et concilium dederint

²¹² Segue-se uma palavra riscada.

pro direito. Et si molinarius inde aliter fecerit concilium det illi quale inditium voluit sine querimonia magistri et fratrum suorum. Quod si forte maiordomus ex malicia hoc nostrum decretum irruperit pro offretione aut pro amore alicuius ipse et res eius sint in potestate domini terre. Qui habuerit hereditatem post unum anum habeat potestatem vendendi. Facta karta firmitudinis mense junio Era [M^a] CC^a XII^a anno secundo a constructi opidi populacionem. Ego magister G. cum fratribus meis²¹³ roboro et confirmo. Binaldus de Rochis confirmo. Rivache confirmo. Egas Moniz confirmo. Domnus Giralduus presbiter vidit. Monio Gonsalviz testis. Petrus Ciluricu testis. Johannes Ciluricu testis. Arlore testis. Meem Pelaiz testis. Martinus Pelaiz testis. Martinus Meendiz testis. Piouvas testis. Martinus Pelagii notuit.

112. 1176.04 [A]

*D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, concede foral aos moradores de Pombal*²¹⁴.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 248v e ss²¹⁵ (inserto em documento de 1336.01.02 – Pombal); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 131r-132r (inserto em documento de 1336.01.02 – Pombal e cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 251r-251v (inserto em documento de 1336.01.02 – Pombal)

Publ. Costa 1771, n.º 26, pp. 207-212; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 404-405

[...]

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti Amen. Quoniam Deus omnipotens justus iudex omnibus in terra potestatem exercentibus precepit subditum sibi populum in justicia et equitate regere ut in Salomone legitur diligite justiciam qui iudicatis terram. Ideo ego magister G. una cum fratribus meis divino oraculo eruditus necessarium duximus rapinas et injurias a populo nobis subdito misericorditer removere meditates maius et melius in animarum salute quam in caducarum rerum acquisitionem lucrum nos esse consequuturos. Unde in terra sub potestate nostra constituta talia damus decreta. Siquis rausum vel homicidium vel disruperit domum cum armis vel cum feridas vel fregerit portas intrans domum vi in cauto ville pectet D solidos. Sed mando ut unusquisque accipiat mulierem suam quam habet recabedadam vel filiam suam que adhuc non fuit casada ubicumque eam invenerit sine pecto. Et dico de filio hominis quem pater tenet in domo sua pro suo malado ut accipiat eum ubique preter ut non frangat portas super eum vel aliquem percutiat sine pecto. Si rausum vel homicidium extra villam LX solidos pectet. Pro stercore in ore misso LX solidos ubique pectet. Siquis percusserit cum armis molictis de suo grado et per iram in cauto ville LX solidos pectet si foras XXX solidos pectet. Feridas consiliadas per veram exquisam et istas sunt et non alias. Qui quesierit ami-

²¹³ Segue-se riscado «robros».

²¹⁴ Veja-se o estudo diplomático sobre este foral em Gomes 2009, pp. 134-135.

²¹⁵ Não é possível conferir o final do documento pois está mutilado.

[fl. 131v] cos aut parentes vel arma vel cochos cum quibus vadat ferire et percusserit LX solidos pectet. Pro membro absciso LX solidos pectet. Pro omnes feridas de quibus satisfacere debet intret in fustam secundum veterem forum Colimbriensis aut comparet eas cui satisfacere debet. Sinal de alcaide aut iudicis cum testimonio teneatur. Domus alicuius non sigiletur nisi antea vocetur ad directum. Siquis ab aliquo aliquid quesierit antea justicias et comendatorem domus respondeat per directum. Siquis debitor alicui rebelis extiterit ab illo quod suum est habere non potuerit et composuerit secum maiordomo tamen maiordomus non habeat nisi X de quo traxerit de habere rebellis nisi fuerit de usura. Sed de usura accipiat quantum pepegit cum eo. Omnes vero intentiones nostri maiordomi sint per inquisitionem de illis rebus unde potuerit habere exquisam directam. Qui sciverit veritatem et eam negaverit in exquisita componet quantum perdere fecerit illi et domino terre aliud tamen et ultra in testimonium non recipiatur. Si aliquis vozarius se cum mayordomo composuerit causa inde aliquid habendi si probatus fuerit quod talis est per exquisam secundum quantitatem calumpnie quam obiecerit in corpore puniatur si non habuerit quod pectet. Et non audiatur nisi prius dederit fideiussorem in manibus de iustitiis. Prohibemus enim omnes qui se faciunt vozarios falsos et non habent cortum per talles enim omnis terra perdita est. Quamvis maiordomus et justicie sint presentes et aliquis in concilio conqueratur de aliqua re maiordomus non accipiat querimoniam illam pro voce nisi ille qui querimoniam fecerit dixerit maiordomo do tibi istam querimoniam pro voce. Siquis in defensione sui agri aut vinee vel horti damnatorem expoliaverit quamvis dampnator sit percussus aut vulneratus tamen domnus vinee non pot [sic]. Quod si dampnator domni vinee percusserit satisfaciatur ei et quamcumque calumpniam fecerit pectet. Deffendimus ut nulus in villa arma trahat quod si traxerit et non percusserit perdet ea. Siquis mensuras aut cubitos falsaverit V solidos pectet. Siquis de domo alterius rem aut extra domum per vim acceperit si dominus suus venerit cum rancura ad comendatorem vel alcaide vel iudices vel maiordomo in duplo componat. Siquis uxorem suam justo iudicio adulteram fecerit res sue sint in potestate domini terre. Deffendimus ut nullus audeat taliar cum vallo carreiras vel stratas autorizadas de concilio et si hoc fecerit sanet per forum terre. Jugada sit per quartarium XVI alqueires per alqueire de directo. Almotace sit de concilio. Maiordomus et seyom et justicie et portitor de alcaide sint cauti in D solidos. Qui fecerit furtum pectet sicut mos est terre vel comdempnetur. Quicumque latronem vel malefactorem invenerit prenda eum secundum possa suum sine calumpnia suorum parentum et homicidio. Siquis intraverit vineam vel almoynham alicuius furtim in die causa comedendi vel cum manu sua bestiam in ferraginem alicuius miserit V solidos pectet. Si aliquid de vinea vel de almoynia in gremio vel in taleiga vel in cesta attulerit vel ferraginem seccaverit I morabitinum pectet. Si in nocte deprehensus fuerit furtive in vinea vel in ferraginem vel almoynam LX solidos pectet et quod vestierit et de isto pecto

dominus laboris habeat medietatem. Et si non habuerit quod pectet clavificatur in porta per unum diem deinde flageletur. Si maurus alicuius fuerit solutus et fecerit calumpniam dominus eius respondeat pro eo secundum calumpniam quam fecerit vel dimitat eum in manu maiordomi. Maiordomus non accipiat maurum alicuius qui fuerit in vinculis vel mauram solutam pro quecumque calumpnia quam fecerit sed si dominus terre et concilium viderint quod talem causam fecerit unde debet lapidari vel cremari lapidetur vel cremetur. Si vero talem causam fecerit pro qua debet flagellari vel in corpore exterminari flagelletur deinde domino suo reddatur. Quamcumque fiduciam quisque fecerit si eam non compleverit secundum dire-[fl. 132r] ctum eandem pectet. Et quicumque venderit vinum in relego LX solidos pectet. Et per quantas vices invenerit vendere tantas vices pectet LX solidos. Et tota illa bestia que vadit ad aream et ad lagar pro aluger faciat forum de almuquever. Ista calumnias mandamus pectare et non alias. De molendinis non accipiat nisi XIII alqueires unum sine offretione. Kambe sint quales iusticie et concilium viderint pro direito. Et si molinarius inde aliud fecerit ipse cum habere suo sit in potestate mea. Si autem maiordomus vel iusticia hoc nostrum irrumperit pro offretione aut amore alicuius ipse et res eius sint in potestate mea et fratrum. Facta carta firmitudinis mense aprilis M CC XIII. Ego magister G. qui hanc cartam facere iubssi una cum fratribus meis habitantibus omnibus in Palumbar vobis et filiis vestris et progeniis vestris roboro et confirmo. Regnante domno A. Portugalensis rege comitis Henrrici et regine Tharasie filio magistri regis Alfonsi nepote eiusque filio cum eo rege Sancio uxoreque ipsius regina domna Dulcia. Domnus Arnaldus comendator de Thomar confirmo. Suerius Vermundi comendator de Palumbar confirmo. Menendus Gunsalvi signifer regis confirmo. Valascus Fernandi dapifer regis confirmo. Suerius Petri. Johannes presbiter confirmo. Gunsalvus presbiter confirmo. Frater Martinus. Salvator Monachus. G. Pelagii. P. Corvus confirmo. G. abbas testis. Martinus Nuniz testis. P. zapatarius testis. Suerius Perna testis. Donnus Godinus. Fernandus Panchia testis. G. Tedoniz testis. Johannes presbiter notuit.

113. 1176.04 [B]

*D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, concede foral aos moradores de Pombal*²¹⁶. Documento em português.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 8²¹⁷

Carta de costumes de Poombal

En nome de Deus e da Sancta e non departida Trindade e do Padre e do Filho e do Spiritu Sancto. Porque Deus poderoso de totalas cousas juiz dereito mandou a

²¹⁶ Veja-se o estudo diplomático sobre este foral em Gomes 2009, pp. 134-135.

²¹⁷ Documento em português.

todos aqueles que na terra aviam poder reger seu poboo em justiça e en igualdade segundo disse Salamom Amade justiça aqueles que julgades a terra. Porem eu meestre Gualdim emsenbra com meus freyres emssinado polo sancto oragoo de necessidade quisemos remover do nosso poboo as ronhas e enjurias cuidando a aver mayor e melhor gaanho em saude das nossas almas ca ende mandado gaanho as cousas que non som perduraviis. Porem damos taaes estabelecimentos e degredos en na nossa terra. Se algum roussar ou matar ou romper casa com armas ou com feridas ou britar portas entrando na casa per força en no couto da vila peyte quinhentos soldos. Mais manda que cada huum filhe sa molher e recadea ou sa filha solteyra hu quer que a achar sem peyta nenhuma. E esso meesmo digo do filho que o padre tiver em sa casa a seu mandado que o tome hu quer que o achar sem peyta. Salvo que nom brite portas sobre el nem feyra nenguum. E en outra parte se algum fezer rouso ou omezio fora da vila peyte sasseenta soldos. Por esterco metudo em boca peyte sasseenta soldos em qualquer logar. Se alguem ferir com armas movudas per seu grado e per sanha no couto da vila peyte sasseenta soldos se fora peyte triinta soldos. Feridas per verdadeyra demanda as quaaes som estas e nom outras. Quem demandar com parentes e com amigos ou armas ou tochos com que vaa ferir e ferir peyte sassenta soldos. Por membro talhado peyte sasseenta soldos. Por todas feridas de que devem satisfazer as varas segundo o foro velho de Coinbra ou as compare ao que deve satisfazer. Sinal d'alcaide ou de juiz com testimonio seja theudo. Casa de nenhum nom seja seelada se antes nom for per dereyto. Se alguem demandar alguma cousa d'alguem demande o perdante a justiça ou perdante o comendador da casa per dereyto. Se algum devedor for revel a alguem e nom poder del aver o que lhi deve e aveer se com o moordomo nom aja senom a dizema do que tirar da devida do revel salvo d'usura e da husura leve quanto com ele preytejar. Todas as enxenças do nosso moordomo sejam per enqueraçom daquelas cousas onde pode aver esquisa dereyta quem souber verdade e a negar na esquisa quanto lhi fezer perder e outro tanto ao senhor da terra conponha e de mais non seja valioso seu testamento. Se algum vozeyro composer com o moordomo per razom d'aver ende alguma cousa e lhi for provada per esquisa dereyta peyte lhi. Segundo a quantidade da calunpnia que referir aja pena no corpo senom ouver que peyte e nom seja ouvido se ante nom der fiadores nas mãos das justiças. Defendemos todos aqueles que se fazem vozeyros falsos e nom ham torto per taaes toda a terra he perduda. Pera o que o moordomo e as justiças sejam presentes e se algum queyxar no concelho por alguma cousa o moordomo nom filhe aquel queyxume por voz salvo se aquel que o queyxume fezer disser ao moordomo dou te este queyxume por voz. Se algum en defendimento de seu agro ou de sa orta ou de sa vinha esbulhar o danador e o danador for ferido ou chagado o senhor da vinha nom peyte nem migalha. E se o danador ferir o senhor do agro satisfaça lhi e peyte lho segundo a calonia que lhi

fezer. Defendemos que nenhum nom tire arma em na vila e se a tirar e com ela nom ferir perca a. Se alguem falsar medidas ou covedos peyte V soldos. Se alguem filhar a alguma cousa per força da casa d'outrem ou de fora da casa e o senhor da casa veer com queyxume ao comendador ou ao alcaide ou ao juiz ou ao moordomo componha o en dobro. Se alguem fazer sa molher puta per dereyto em juizo o senhor da terra filhe todas as cousas. Defendemos que nenhum nom talhe com valo carreyras ou estradas outorizadas do concelho nem mude marcos e se o fezer correaga as pelo foro da terra e jugada seja per quatro de dez e seix alqueires per alqueir dereyto. Almotace seja do concelho e moordomo e sayom e justiças e o porteiro do alcayde sejam coutados en quinhentos soldos. Quem fezer força peyte segundo o costume da terra ou seja condampnado. Qualquer que achar ladrom ou malfeytor prendao se poder sem coomha de seus parentes e sem omezio. Se alguem entrar furtivamente vinha ou almuyinha dalguum per razom de comer ou meter com sua mão sua besta en ferradem dalguum peyte V soldos. Se alguma cousa tirar da vinha ou da almuyinha no regaço ou na teeiga ou na cesta ou segar ferraaem peyte huum morabitino. Se o acharem de noite furtivamente em na vinha ou na ferraaem ou na almuyinha peyte sasseenta soldos e o que vestir. E dest [sic] peyte ao senhor do trabalho leve a meadade e se nom ouver que peyte preguem no na porta por huum dia e des hi açoutem no. Se mouro dalguum fezer coomha seu senhor responda por el segundo a coomha que fezer ou o leyxe em mão do moordomo. O moordomo nom filhe mouro d'outrem se trazer adoua nem moura solta por qualquer comha que faça mais se o senhor da terra e o concelho jurem que tal cousa fez per que deva seer queymado ou arrastado queymem no ou o arrastem. Se for tal cousa per que deva seer atormentado ou estremenhado no corpo atormentem no e dem no a seu senhor. Se alguum fezer fiudaria e a nom conprir peyte a segundo dereyto. Se alguum vender vinho no tempo do relego per quantas vezes for achado que o vende tantas vezes peyte sasseenta soldos. Toda besta que vay a eyra ou a lagar por aluguer faça for d'almocreve. Estas coomhas mandamos peytar e nom outras. Dos muynhos nom filhem se nom de XIII^e alqueires huum sem outra offreçom as canbas sejam quaaes as justiças e o concelho virem por dereyto. E se o molleyro ende fezer al a si el come seu aver seja en poder do meestre se o moordomo e a justiça este nosso degredo ronper por offreçom ou por amor dalguum el e todas as sas cousas sejam en poder do meestre e dos freyres. Facta a carta da fermidoem no mes d'abril Era de mil e duzentos e quatorze anos. Eu meestre Gualdim que esta carta mandey fazer com meus freyres em senbra aos moradores em Poombal e a vossos filhos e a vossas gerações a fortelezo e confirmo. Reynante rey dom Affonso de Portugal filho do conde dom Anrrique e da raynha dona Tareyja neto do gram rey dom Affonso reynante com el dom Sancho seu filho e sa molher raynha dona Doce. Testemunhas dom Arnaldo comendador de Thomar. Sueyro

Verm²¹⁸ comendador de Poombal. Meem Gonçalves alferes. Vasco Fernandiz que servia ante el rei e confirmarom Sueyro clerigo de missa. Jhoanee. Gonçalves. Frey Martim clerigos de missa. Salvador Moozinho. Gonçalves Paaez. Pedro Corva. Gonçalves alcaide. Martim Muniz. Pero çapateyro. Sueyro Perna. Dom Godinho. Fernam Perna. Gonçalves Redomi. Johanne clerigo de missa o notou.

114. [1177].04.28²¹⁹ – Ferrara

O papa Alexandre III, pela bula «Milites Templi Iherosolimitani novi», confirma todas as graças, liberdades e privilégios concedidos à Ordem do Templo, concedendo indulgências a quem fizer esmolas à Ordem.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 4 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 14v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 27r-27v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 46-47

Publ. Ferreira 1735, pp. 769-771

Alexander episcopus servus servorum Dei. Venerabilis fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus et universis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Milites Templi Ierosolimitani novi sub tempore gratie Machabei abnegantes secularia desideria et propria relinquentes tollentes crucem suam secuti sunt Christum. Ipsi sunt per quos Deus orientalem Ecclesiam a paganorum spurritia liberat et christiani nominis inimicos expugnat. Ipsi pro fratribus animas ponere non formidant et peregrinos ad sancta loca proficiscentes tam in eundo quam in redeundo a paganorum incursibus defensant. Et quamvis ad tam sanctum et pium opus explendum eis proprie facultates non suppetunt universitatem vestram presentibus litteris exhortamur quatinus unde eorum suppletur inopia populum vobis a Deo commissum collectas facere moneatis. Quicumque vero de facultatibus sibi a Deo collatis eis subvenerit et in tam sancta fraternitate se collegam statuerit eisque beneficia persolverit annuatim septimam ei partem iniuncte penitentie confisi de beatorum Petri et Pauli meritis indulgemus. Si vero excommunicatus non fuerit et eum mori contigerit ei cum aliis christianis sepultura ecclesiastica non negetur. Cum autem fratres ipsius Templi qui ad collectam suscipiendam destinati fuerint in civitatem castellum vel vicum advenerint si forte locus ipse interdictus sit in iocundo eorum adventu pro Templi honore et eorumdem militum reverentia semel in anno aperiantur ecclesie et exclusis excommunicatis divina officia celebrentur. Que vero de non excommunicatis eorumdem militum fratribus ecclesiastice sepulture tradendis et ecclesiis in eorum adventu excommunicatis exclusis semel aperiendis a nobis statuta sunt vobis archiepiscopis et episcopis mandando precipimus ut per vestras parochias faciatis inviolabiliter observari. Preterea fraternitati

²¹⁸ Palavra corrigida.

²¹⁹ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 57.

vestre rogando mandamus quatinus personas eorum et bona pro caritate beati Petri et nostra manuteneatis et nullam eis irrogari lesionem vel iniuriam permittatis. Datum Ferrare IIII kalendas madii.

115. 1179.02

Odo de Saint Amand, grão-mestre da Ordem do Templo, e Roger de Moulins, grão-mestre da Ordem do Hospital elaboram, por ordem do papa Alexandre III, um instrumento de paz e concórdia entre os membros das duas Ordens.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 12, n.º 20 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 17v-18r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 33r-33v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 58-59; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 86r-86v Publ. Ferreira 1735, pp. 785-788; *Gavetas (As)*, vol. XII, pp. 463-464²²⁰

Notum sit omnibus tam futuris quam presentibus quod per voluntatem omnipotentis Dei et per domini pape Alexandri cui soli post Deum obedire tenemur preceptum <cuius> et ammonitionem <observare> ego frater Odo Sancti Amantii humilis magister militie Templi et ego Rogerius de Molinis humilis minister Hospitalis Jerusalem consilio et voluntate capitulorum nostrorum firmam pacem et gratam concordiam fecimus de omnibus querelis que inter domum Templi et domum Hospitalis fuerant usque ad hanc diem ventilate tam de terris et possessionibus quam etiam de pecuniis vel quibuslibet aliis rebus sopitis ita cunctis querelis tam citra mare quam ultra quod nulla deinceps suscitari possit vel repeti. Hanc autem pacem et concordiam et universarum querelarum terminationem necnon et ad invicem fraternam dilectionem universis fratribus Templi et Hospitalis tenere conservare et fovere statuimus et precipimus salvis ab hinc in perpetuum quiete quis ac pacifice remansuris utriusque domni rebus et possessionibus quas hodie domus utraque tam ultra mare quam citra noscitur tenere. Si qua vero querela deinceps internos vel successores nostros seu etiam inter fratres nostros citra mare vel ultra surrexerit per tres utriusque parvis fratres sicut in mandatis a domino papa percepimus eam statuimus terminari taliter videlicet quod preceptores illarum domorum vel provinciarum inter quas orta fuerit questio assumptis quisquis discretionibus fratribus suprascriptis querelam illam dissolvere et pacem inter se studeant conservare sine fraude et sine gravamine alterius partis quantum poterunt cavere. Si vero per se nequiverint fratres illi querele finem imponere aciscant sibi de suis amicis communiter quorum consilio et mediatione questio valeat terminare sic scilicet quod in quo maior pars fratrum illorum convenerit vel amicorum in eo finis querele ponatur et inter fratres pax semper integra et dilectio firma consistat. Si autem nec ad id pacis ad huc poterint pervenire querelam ad nos scriptam transmittant et nos illam Deo volente terminabimus ipsi vero fratres

²²⁰ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 493, está datado de «1141, Fevereiro», mas no texto publicado no vol. XII, já lhe foi atribuído o ano de 1179.

nichilominus pacem et benivolentiam inter se teneant. Si quis autem fratrum quod absit ab hac pace pacis qui ac dilectionis conservatione dissiluerit se contra magistri sui preceptum et capituli Ierosolimitani constitutionem sciat egisse reatum que huiusmodi nullatenus poterit expiare quosque magistri sui et capitoli Ierosolimitani conspectus se presentet his autem duximus ad nectendum quod fratres utriusque domus se ubique diligant et honorent et alter conmodum alterius mutua caritate et unanimitate fraterna perquirant et observent ut duarum domorum existentes per professionem unius autem esse pareant per dilectionem. Facta est autem pax illa et concordia anno Dominice Incarnationis mille C LXX VIII mense february indictione XII. Coram domino Baldus rege in sancta civitate Ierusalem latinorum VI^o. Coram domino Boumindo principe Antiochie. Coram domino Raimundo Tripolis comite et coram ceteris baronibus orientalis christianitatis. Ut autem hec pacis et dilectis inter domum Hospitale et domum Templi constitutio firma permaneat et in concussa sigillis utriusque domus hanc paginam communiri fecimus et corroboramus.

116. [1180].02.26²²¹ – Velletri

O papa Alexandre III, pela bula «Ad vestram non dubitamus», dirigida aos arcebispos, bispos e demais eclesiásticos, ordena que se cumpra a proteção apostólica dada ao mestre e freires da Ordem do Templo, em virtude de os seus bens terem sido danificados e terem sido perdidas muitas vidas em ataques inimigos.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 3 (cuja lição se segue)

Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 76, pp. 250-251

Alexander episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Ad vestram non dubitamus audientiam pervenisse qualiter hoc anno Dominus orientalem ecclesiam visitaverit permittens iusto iudicio nobis occulto inimicos crucis Christi contra defensores christiani nominis et fidei triumphare. Accepimus sane ab his qui de partibus illis ad sedem apostolicam accesserunt quod cum princeps ille paganorum contra christianos infinitam multitudinem congregasset dilecti filli nostri fratres militie Templi et alii defensionei orientalis ecclesie insudantes murum se posuerunt pro domo Israel et potius animas ponere pro Christo quam dare terga hostibus decreverunt. Unde factum est quod multis fidelium gladio interfertis bone memorie magistri et senescalcus et complures predictorum fratrum diem clausurunt extremum. Castrum quoque quod idem fratres cum labores multo et expensis construxerant captum est ab hostibus et subversum tantamque orientalis ecclesie iacturam sustinuit quantam a longis temporibus non recolitur pertulisse. Quia igitur omnes qui christiana professione censentur convenit in defensione christiane fidei exerceri et illos qui ad hoc specialiter deputati sunt tanto

²²¹ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 57.

debemus propensius confortare quanto pagani occasione retentis victoriae maiorem videntur audaciam recepisse monemus universitatem vestram attentius et precipimus quatinus predictos fratres recipiatis benignius solito et amplius honoretis. Subietis quoque vestris presentis necessitatis articula exponentes ut habundantius quam consueverant hoc tempore illis subveniant in remissionem peccatorum districtius iniungatis cum per ipsos fratres Hospitalis principaliter christianitas ibi sine dubio conservetur. Provideatis autem ut ita in his mantum apostolicum exequamini quod predicti fratres spiritum in vobis compassionis inveniant et vos de opere caritatis indeficiens possitis non inmerito premium expectare.

Datum Velletri V kalendas Martii.

117. [1180].07.15²²² – Tusculum

O papa Alexandre III, pela bula «Audivimus et audientes vehementi», esclarece o privilégio atribuído à Ordem do Templo de isenção da dízima nas terras conquistadas e das que à custa da Ordem fossem lavradas.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 6 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 18v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 34r-35r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 10-11

Publ. Ferreira 1735, pp. 789-791

Alexander episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus archidiaconis decanis presbiteris et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Audivimus et audientes vehementi sumus admiratione commoti quod cum dilectis filiis nostris fratribus militie Templi a patribus et predecessoribus nostris concessum sit et a nobis ipsis postmodum confirmatum ut de laboribus quos propriis manibus aut sumptibus excolunt nemini decimas solvere teneantur quidam ab eis nihilominus post celebrationem Lateranensis Concilii contra indulgentiam Apostolice Sedis decimas exigere et extorquere presumunt et prava et sinistra interpretatione apostolicorum privilegiorum capitulum pervertentes afferunt de novalibus debere intelli[gi] ubi noscitur de laboribus esse inscriptum. Quoniam igitur manifestum est omnibus qui recte sapiunt interpretationem huiusmodi perversam esse et intellectui sano contrariam cum secundum capitulum illud a solutione decimarum tam de terris illis quas deduxerunt vel deducunt ad cultum quam de terris etiam cultis quas propriis manibus vel sumptibus excolunt liberi sint penitus et immunes ne ullus contra eos materiam habeat malignandi vel quomodolibet ipsos contra iustitiam molestandi vobis per apostolica scripta precipiendo mandamus et mandando precipimus quatenus omnibus parochianis vestris auctoritate apostolica prohibere curetis ne a memoratis fratribus de novalibus vel de aliis terris quas propriis manibus vel sumptibus excolunt

²²² Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 57.

seu de nutrimentis animalium suorum nullatenus decimas presumant exigere vel extorquere. Nam si de novalibus tantum vellemus intelligi ubi ponimus de laboribus de novalibus ponemus sicut in privilegiis quorundam aliorum apponimus. Quia vero non est conveniens vel honestum ut contra instituta Sedis Apostolice veniatur que obtinere debent inviolabilem firmitatem mandamus vobis firmiterque precipimus ut siqui canonici clerici monachi vel laici contra privilegia Sedis Apostolice predictos fratres decimarum exactione gravaverint canonicos et clericos sive monachos contradictione dilatione et appellatione cessante ab officio suspendatis laicos excommunicationis sententia percellatis et tam excommunicationis quam suspensionis sententiam faciatis usque ad dignam satisfactionem inviolabiliter observari. Ad hec presentium vobis auctoritate precipiendo mandamus quatinus si quis in predictos fratres manus violentas iniecerit eum accensis candelis publice excommunicatum denuntietis et faciatis ab omnibus excommunicatum cautius evitari donec congrue satisfaciat predictis fratribus et cum litteris dioecesani episcopi rei veritatem continentibus apostolico se conspectui representet. Datum Tusculan. idus julii.

118. [1181-1182].09.22²²³ – Velletri

O papa Lúcio III, pela bula «Apostolice sedis», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, confirma as indulgências e privilégios concedidos pelo papa Alexandre III e seus sucessores aos Templários.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 15; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 22r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 40r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 14
Publ. Ferreira 1735, p. 805

Lucius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis²²⁴ magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Apostolice Sedis benignitate inducimur et officii nostri debito provocamur iustas filiorum preces clementer admittere et vota ipsorum effectu prosequente complere. Hac itaque ratione inducti libertates et immunitates et indulgentias a felicis memorie Alexandro pape predecessore nostro et aliis romanis pontificibus rationabiliter vobis indultas et scriptis eorum autenticis roboratas auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocínio communimus. Statuentes ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Velletri decimo kalendas octobris.

²²³ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

²²⁴ Segue-se um espaço em branco correspondente à inicial do mestre templário.

119. [1182-1183].04.26²²⁵ – Velletri

O papa Lúcio III, pela bula «Audivimus et audientes», confirma à Ordem do Templo, o privilégio de isenção da dízima sobre as terras lavradas pela Ordem, já anteriormente concedido por outros pontífices.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 14; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 19r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 35r-35v

Publ. Ferreira 1735, pp. 791-793

Lucius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus archidiaconis decanis presbiteris et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Audivimus et audientes mirati sumus quod cum dilectis filiis nostris fratribus Militie Templi a patribus et predecessoribus nostris concessum sit et a nobis ipsis postmodum indultum et confirmatum ut de laboribus quos propriis manibus aut sumptibus excolunt nemini decimas solvere teneantur quidam ab eis nihilominus contra indulgentiam Sedis Apostolice decimas exigere et extorquere presumunt et prava et sinistra interpretatione apostolicorum privilegiorum capitulum pervertentes asserunt de novalibus debere intelligi ubi noscitur de laboribus esse inscriptum. Quoniam igitur manifestum est omnibus qui recte sapiunt interpretationem hominum perversam esse et intellectui sano contrariam cum secundum capitulum illud a solutione decimarum tam de terris illis quas deduxerint vel deducunt ad cultum quam de terris etiam cultis quas propriis manibus vel sumptibus excolunt liberi sint penitus et immunes ne ullus contra eos materiam habeat malignandi vel quomodolibet ipsos contra iustitiam molestandi vobis per apostolica scripta precipiendo et mandando precipimus quatenus omnibus parochianis vestris auctoritate nostra prohibere curetis ne amemoris fratribus de novalibus vel de aliis terris quas propriis manibus vel sumptibus excolunt seu de nutrimentis animalium ullatenus decimas presumant exigere vel quomodolibet extorquere. Nam si de novalibus tantum vellemus intelligi ubi ponimus de laboribus de novalibus ponemus sicut in privilegiis quorundam aliorum apponimus. Quia vero non est conveniens vel honestum ut contra instituta Sedis Apostolice veniatur que obtinere debent inviolabilem firmitatem mandamus vobis firmiterque precipimus ut si qui monachi canonici clerici vel laici contra privilegia Sedis Apostolice predictos fratres decimarum exactione gravaverint laicos excommunicationis sententia percussis canonicos et monachos clericos sine contradictione dilatione et appellatione cessante ab officio suspendatis. Et tam excommunicationis quam suspensionis sententia faciatis usque ad dignam satisfactionem inviolabiliter observari. Ad hec presentium vobis auctoritate precipiendo mandamus quatenus si quis in predictos fratres manus violentas iniecerit eum accensis candelis publice excommunicatum denuntietis et faciatis ab

²²⁵ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 58. No *Quadro Elementar*, tomo IX, p. 19 este documento está datado de «6 das kalendas de Maio» e na margem tem a data «An. 1182 a 1183(?) Abril 26».

omnibus excommunicatum cautius evitari donec congrue satisficiat predictis fratribus et cum litteris diocesani episcopi rei veritatem continentibus apostolico se conspectui representet. Datum Velletri VI kalendas maii.

120. [1182-1183].09.19²²⁶ – Velletri

O papa Lúcio III, pela bula «Ad vestram potest notitiam», dirigida aos bispos e prelados, determina que guardem inteiramente os privilégios, liberdades e indulgências concedidos à Ordem do Templo, pelos seus antecessores.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 22r-22v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 40r-40v

Publ. Ferreira 1735, p. 806

Lucius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Ad vestram potest notitiam pervenisse qualiter Apostolica Sedes fratres militie Templi ab ipsa domus institutione dilexerit consideratione laboris quem ad defensionem christianitatis sustinent in partibus transmarinis. Quantam etiam illis libertatem contulerit et per privilegium confirmaverit nonnulli vestrum plenius agnoverunt. Quia igitur temerarium cuique ac periculosum existit privilegiis apostolicis obviare universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quati-[fl. 22v] nus privilegia fratribus memoratis indulta illibata fervetis ita quod ex hoc nec indignationem Dei vos oporteat neque reprehensionem apostolicam formidare. Grave quidem nobis et molestum existeret si libertatem illis indultam quisquam perturbare persumeret neque id possemus relinquere diutius incorrectum. Datum Velletri XIII^o kalendas octobris.

121. [1182-1184]²²⁷ [A]

D. Godinho, arcebispo de Braga, e D. Fernando Martins, bispo do Porto, como juizes delegados do papa na causa que opunha os Templários ao bispo de Coimbra, impõem a D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, e aos seus freires, que, se não pagarem os direitos episcopais reclamados, no prazo de vinte dias, incorrerão em interdito nas igrejas de Ega, Redinha e Pombal.

AUC. *Cofre*, n.º 51A (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 2, p. 56

G[odinus] Dei gratia Bracarensium archiepiscopus et F[erdinandus] Portugalensis episcopus R. magistro et fratribus milicie Templi salutem. Cum ex mandato domini papa causam que inter vos et Colimbriensem episcopum vertitur absque appellacionis difugio cognoscendam suscepissemus nos freti auctoritate apostolica tam vos quam illis statuta die apud Portugalim [sic] in presentia nostra fecimus convenire. Ubi

²²⁶ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

²²⁷ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 287.

cum a parte predicti episcopi coram nobis querimonia fuisset proposita videlicet de ecclesiis de Palumbario et de Rudina et de Ega quas ad se pertinere pleno diocesano iure asserent vos in vocem appellationis prorupistis et iudicio nostro contumaciter obedire contra tenorem litterarum domini pape neglexistis. Nos vero eius mandato obtemperantes apostolica freti auctoritate qua in hac causa fungimur mandamus vobis atque precipimus quatinus es in presentia nostra de predictis ecclesiis vicesimo die post subceptionem harum litterarum plenam iusticiam exhibeatis aut ei tamquam proprio episcopo omnia iura episcopalia persolvatis. Quod si facere contempseritis nos auctoritate apostolica qua in hac parte fungimur ab illa die ecclesias predictas et in eis divina officia omnino celebrari interdiciamus. Si vero parrochiani deinceps in ecclesiis illis divina officia audire presumpserint sint excommunicati. Valet.

122. [1182-1184]²²⁸ [B]

D. Godinho, arcebispo de Braga, e D. Fernando Martins, bispo do Porto, como juizes delegados do papa na causa que opunha os Templários ao bispo de Coimbra, determinam a D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, e aos seus freires, que, se não pagarem os direitos episcopais reclamados, no prazo de vinte dias, incorrerão em interdito nas igrejas de Ega, Redinha e Pombal e excomunhão de todos os paroquianos.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Particulares*, mc. 8, n.º 36²²⁹ (cuja lição se segue)

Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 98, pp. 287-288; Gomes 1999, n.º 3, pp. 56-57

G[*odinus*] Dei gratia Bracarensis episcopus et F[*erdinandus*] Portugalensis episcopus omnibus clericis et laicis in Palumbario Rodina et Ega commorantibus salutem. Volumus scire firmitatem vestram nos mandatum suscepisse a domino papa ut de causa que vertitur inter Colimbriensem episcopum et milites Templi de ecclesiis in vestris locis constitutis cognosceremus et eam remota appellatione debito fine terminaremus. Quod nos facere volentes utramque partem statuta die apud Portugal in presentia nostra fecimus convenire. Et cum a parte episcopi dictum esset illas ecclesias ad se multis rationibus pertinere ipsi milites qui tunc aderant scilicet magister R. cum quibusdam aliis in voce appellationis contra tenorem licterarum domini pape proruperunt. Nos vero apostolica freti auctoritate quam in hac causa fungimus eis mandavimus atque precepimus quatinus eis in presentia nostra de predictis ecclesiis vicesimo die post susceptionem nostrarum licterarum plena iusticiam exhiberent aut ei tamquam proprio episcopo omnia iura episcopalia persolverent. Quod si facere contempserint nos auctoritate apostolica quam in hac parte fungimur ab illa die ecclesias predictas et in eis divina officia omnino celebrari proibemus. Vobis vero precipimus ut visis his licteris in predictis ecclesiis divina officia non audiatis nec ibi corpora defunctorum vestrorum

²²⁸ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 287.

²²⁹ Documento copiado em espelho. Trata-se de dois originais não cortados.

sepeliatis neque ex decimas primicias sive morturias persolvatis. Quod si et vos mandatis nostris in his obedire neglexeritis et in contumacia cum illis perseverare volueritis nos ex auctoritate apostolica quam in hac delegatione pungimur vos excommunicamus. Valet.

123. [1184].12.16²³⁰ – Verona

O papa Lúcio III, pela bula «Non absque dolore cordis», ordena a todos os prelados de Portugal que excomunguem todos aqueles que provocassem dano à Ordem do Templo, tanto nos seus bens como aos seus cavaleiros.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 30* (inserto em documento de 1291.03.23 – Tomar [B] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 89v-90r* (inserto em documento de 1291.03.23 – Tomar [B])

Lucius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus decanis aliisque ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerit salutem et apostolicam benedictionem. Non absque dolore cordis et plurima turbacione didicimus quod ita in plerisque partibus ecclesiastica censura dissolvitur et canonicè sententiæ severitas enervatur ut viri religiosi et hii maxime qui per sedis apostolicæ privilegia maiori donati sunt libertate passim a malefactoribus suis iniurias sustinent et rapines dum vix invectur qui congrua illis protectione subveniat et pro fovendo pauperum innocentia murum defensionis opponat. Specialiter autem dilecti filii nostri fratres militie Templi tam de frequentibus iniuriis suis quam de ipso cotidiano defectu iustitiæ conquerentes universitatem vestram per litteras petierunt apostolicas excitari ut ita videlicet eis in tribulationibus suis contra malefactores eorum prompta debeamus magnanimitate consurgere quod ab angustiis quas sustinent et pressuris vestro possint presidio respirare. Ideoque universitati vestre per apostolica scripta mandamus et in obedientie virtute districte precipimus quatinus illos qui in aliquem de fratribus ipsis instigante diabolo manus violentas iniecerint vel res seu domos Templi vel hominum suorum irreverenter invaserint aut ea que predictis fratribus ex testamento decedentium relinquuntur contra iusticiam retinuerint vel decimas laborum seu nutrimentorum suorum spiritualis privilegii apostolicæ sedis extorserint si laici fuerint eos candelis acensis excommunicationis sententiæ percellatis. Clericos autem appellatione remota ab offitio et beneficio suspendatis neutram relaxaturi sententiæ donec predictis fratribus plenarie satisfiant et hii precipue qui pro violenta manuum iniectioe vinculo fuerint anathematis innodati com diocesani episcopi litteris ad sedem apostolicam venientes ab eodem vinculo mereantur absolvi. Villas autem in quibus bona predictorum fratrum seu hominum suorum per violentia detenta fuerint quamdiu ibi sunt interdicti sententiæ supponatis. Datum Verone XVII kalendas januarii.

²³⁰ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 40. No *Quadro Elementar*, tomo IX, p. 20, este documento está datado de «Verona 14 das kalendas de Janeiro» e na margem tem a data «An. 1184 Dez.º 19», e na nota remete para ambas as fontes citadas acima. Porém, no documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 30*, lê-se «XVII kalendas januarii».

124. 1184.12

D. Garcia, mestre da Ordem do Templo²³¹, afora a Salvador Penício e sua mulher, Maria Peres, e a Paio Mouro e sua mulher, Columba Gonçalves, uma herdade da Ordem em Currais das Éguas, em Tomar.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 14* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 91v

Ego magister domnus Garsia una cum fratribus meis do Salvatori Penisio et uxori sue Marie Petri et Pelagio Mauro et uxori sue Columbre Gonsalvi quamdam nostram hereditatem quam habemus in Tomar in loco qui dicitur Currales Equarum. Isti sunt termini eius. In oriente flumen Tomar. In occidente Petrus Calvus et Nunus Carpentarius. In aquilone Menendus Penesius. Ex africa parte flumen Tomar et Pelagius Suerii et Suerius Alvariz. Damus et concedimus vobis ipsam hereditatem firmiter per talem pactum ut detis inde quintam partem de pane et de leguminibus et octavam de vino et de oleo et de lino in eira. Et ad huc si ibi fecerint molendinum dent inde quintam partem fratribus sicut de pane. Et semper pro Sancto Michaeli quisquam illorum det fratribus singulos capones et singulas fogaças de duobus alqueires. He unquam eant in fossatum nec veniant ad facere murum et in super mandamus istis hominibus ut²³² inde faciant istud forum semper fratribus et non aliud. Et nunquam isti homines potestatem habeant super ipsam hereditatem vendedi nec donandi nisi fratribus aut hominibus de Tomar qui faciant inde istud forum quod prediximus. Et si forte homines isti calumpniam fecerint coram fratribus veniant ad emendationem. Facta karta mense Decebr[i] *[sic]* sub Era M^a CC^a XX^a II^a. Nos supra nominati qui hanc cartam iussimus facere coram idoneis testibus roboramus et hec signa + + facimus. Regnante rege Alfonso. Qui presentes fuerunt. Ego Magister domnus Garsia confirmo. Domnus Suarius Vermudi confirmat. Frater Bernaldus de Maneira confirmat. Frater Helias confirmat. Petrus Riachus confirmat. Gonsalvus Penalva confirmat. Menendus Suerii alcaide de Ourem testis. Donnus Romanus testis. Johannes Petri Picadonas testis. Laurentius Adalil testis. Pelagius Nuniz testis. Frade Balistarius testis.

125. [1186-1187].01.28²³³ – Verona

O papa Urbano III, pela bula «Iustis petentium desideriis», dirigida ao mestre e cavaleiros da Ordem do Templo, estabelece que as igrejas que forem edificadas em terras de Tomar e Ceras fiquem sujeitas à Santa Sé, mas acrescenta também isenção para a capela de Santa Maria do Zêzere.

ANNT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 22 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 11r-11v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 19v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 132r-132v; ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria*

²³¹ Segundo Viterbo, D. Garcia era comendador de Tomar e como tal «não lhe era improprio o Titulo de Mestre por urbanidade, e costume» (Viterbo, ed., 1799, p. 362).

²³² Segue-se supontado «istud» assinalando tratar-se de um erro.

²³³ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 58. Em *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 22, está datado [1185-1187].01.28.

dos Olivais de Tomar, liv. 1, fls. 25r-25v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 17-18 Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 107, pp. 300-301; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 10, pp. 22-25; Dias 1989, n.º 4, pp. 58-60

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis²³⁴ magistro et fratribus domus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desideriis dignum est nos facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu fundos ecclesiarum que in terra de Cera in castro quod dicitur Thomar auxiliante Domino constructe fuerint et capellam de Ozizara vobis beato Petro devotionis intuitu offerentibus in ius et proprietatem beati Petri ad instar felicitis recordationis Adriani pape predecessoris nostri suscipimus et presentis scripti patrocínio communimus in eodem loco ecclesias construendi liberam vobis concedentes auctoritate apostolica facultatem statuentes siquidem ut ecclesie ipse sicut que ad ius sacrosancte Romane ecclesie pertinent nulli nisi tantum Romano pontifici subiacere debeant aut in aliquo respondere. Sane crisma oleum sanctum consecrationes altarium seu basilicarum ordinationes etiam clericorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi a quocunque malueritis suscipietis episcopo qui nostra fultus auctoritate quod postulatur indulgeat. Ad inditium autem huius a sede apostolica percepte libertatis unam libram cere nobis nostrisque successoribus annis singulis persolvētis. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre protectionis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit secundo tertioque commonitus nisi presumptionem suam congrua satisfactione correxerit potestatis honorisque sui dignitate careat reumque se divino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dei et Domini redemptoris Nostri Ihesu Christi alienus fiat atque in extremo examine districte ultioni subiaceat. Datum Verone V kalendas februarii.

126. [1186-1187].01.29²³⁵ – Verona [A]

O papa Urbano III, pela bula «Intelleximus ex autentico», dirigida ao mestre D. Gualdim, e freires da Ordem do Templo isenta a Ordem da jurisdição episcopal das igrejas de Pombal, Redinha e Ega, tornando-as sujeitas à Santa Sé.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 6, n.º 12²³⁶ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 19r-19v e fl. 164v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 130v-131r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 249r-249v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 54v-55r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 27; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 44r-44v

Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 108, p. 301

²³⁴ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos que corresponderia à inicial do mestre templário.

²³⁵ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 40.

²³⁶ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 446, está datado de 1186.

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis G. magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Intelleximus ex autentico scripto felicis recordationis Alexandri pape predecessoris nostri quod cum bone memorie D. quondam Portugalensium rex quondam silvam domui vestre in perpetuam elemosinam contulisset eam cum difficultate maxima de sarracenorum manibus liberantes per vos et homines vestros studiosius coluistis ibique t[er]res ec[clesi]as²³⁷ Polumbar videlicet Rodine et Ega fundantes ab omni servitio et censu liberas tenuistis. Ne igitur quisquam prescriptas ecclesias novis presumat et indebitis exactionibus pregravare eas cum omni libertate quam a sui fundacione usque modo abuisse noscuntur vobis et domui vestre ad instar predicti antecessoris nostri autoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communitur statuantes sicut dictus predecessor noster noscitur statuisset ut preter Romanum pontificem nullus episcoporum aliquam sibi in eisdem ecclesiis postestatem usurpet. Ad indicium autem percepte huius a Romana ecclesia libertatis unam auri unciam annis singulis nobis nostrisque successoribus persolvatis. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Veronii IIII kalendas februarii.

127. [1186-1187].01.29²³⁸ – Verona [B]

O papa Urbano III, pela bula «Audivimus et audientes», confirma a isenção concedida por pontífices anteriores à Ordem de Templo, sobre as dízimas das terras conquistadas e trabalhadas.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 23; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 19v²³⁹; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 35v-36v²⁴⁰

Publ. Ferreira 1735, pp. 793-795

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis abbatibus prioribus archidiaconis decanis presbiteris et aliis ecclesiarum prelatibus ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Audivimus et audientes vehementi sumus admiratione commoti quod cum dilectis filiis nostris fratribus militie Templi a patribus et predecessoribus nostris concessum sit et a nobis ipsis postmodum confirmatum ut de laboribus quos propriis manibus aut sumptibus excolunt nemini decimas solvere teneantur quidam ab eis nihilominus

²³⁷ Orifício no pergaminho. Reconstituição com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 19r-19v.

²³⁸ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60. Nesta mesma página, o autor refere a mesma bula datada de 2 de fevereiro, com a indicação de que o original ostenta a data de 29 de janeiro. No *Quadro Elementar*, tomo IX, p. 24, este documento está datado de «4 das kalendas de Fevereiro», na margem a data indica «An. 1186 a 1187 Jan.º 29», e remete para o documento ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 23.

²³⁹ Datado de 2 de fevereiro.

²⁴⁰ Datado de 2 de fevereiro.

post celebrationem Lateranensi concilii contra indulgentiam Apostolice Sedis decimas exigere et extorquere presumunt et prava et sinistra interpretatione apostolicorum privilegiorum capitulum pervertentes asserunt de novalibus debere intelligi ubi noscitur de laboribus esse inscriptum. Quoniam igitur manifestum est omnibus qui recte sapiunt interpretationem huiusmodi perversam esse et intellectui sano contrariam cum secundum capitulum illud a solutione decimarum tam de terris illis quas deduxerunt vel deducunt ad cultum quam de terris etiam cultis quas propriis manibus vel sumptibus excolunt liberi sint penitus et immunes ne ullus contra eos materiam habeat malignandi vel quomodolibet ipsos contra iustitiam molestandi vobis per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus omnibus parochianis vestris auctoritate apostolica prohibere curetis ne a memoratis fratribus de novalibus vel de aliis terris quas propriis manibus vel sumptibus excolunt seu de nutrimentis animalium suorum ullatenus decimas exigere vel extorquere presumant. Nam si de novalibus tantum vellemus intelligi ubi ponimus de laboribus de novalibus poneremus sicut in privilegiis quorundam aliorum apponimus. Quia vero non est conveniens vel honestum ut contra instituta Sedis Apostolice veniatur que obtinere debent inviolabilem firmitatem mandamus vobis firmiterque precipimus ut si qui canonici clerici monachi vel laici contra privilegia Sedis Apostolice predictos fratres decimarum exactione gravaverint canonicos clericos sive monachos contradictione dilatione et appellatione cessante ab officio suspendatis laicos excommunicationis sententia percellatis et tam excommunicationis quam suspensionis sententiam faciat usque ad dignam satisfactionem inviolabiliter observari. Ad hec presentium vobis auctoritate precipiendo mandamus quatinus si quis in predictos fratres manus violentas iniecerit eum accensis candelis excommunicatum publice nuntietis et faciat ab omnibus sicut excommunicatum cautius evitari donec congrue satisfaciatur predictis fratribus et cum litteris dioecesani episcopi rei veritatem continentibus apostolico se conspectui representet. Datum Verone IIII kalendas februarii.

128. [1186-1187].01.30²⁴¹ – Verona [A]

O papa Urbano III, pela bula «Apostolice sedis», ordena aos bispos e prelados que respeitem integralmente os privilégios concedidos aos cavaleiros da Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 22v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 40v-41r

Publ. Ferreira 1735, p. 807

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Apostolice Sedis benignitate inducimur et officii nostri debito provocamur iustas filiorum preces clementer admittere et

²⁴¹ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

vota ipsorum affectu prosequente complere. Hac itaque ratione inducti libertates et immunitates et indulgentias a felicis memorie Alexandro papa predecessore nostro et aliis romanis pontificibus rationabiliter vobis indultas et scriptis eorum roboratas autenticis auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Statuentes ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Verone III kalendas februarii.

129. [1186-1187].01.30²⁴² – Verona [B]

O papa Urbano III, pela bula «Quanto maiora pro defensione», concede ao mestre e freires da Ordem do Templo o direito de edificar igrejas nos lugares conquistados aos mouros, as quais apenas ficam na dependência da Santa Sé.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 24 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 26v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 37v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 16

Publ. Ferreira 1735, pp. 823-824; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 11, pp. 25-26

Urbanus episcopus, servus servorum Dei. Dilectis filiis²⁴³ magistro et fratribus militie Templi, salutem et apostolicam benedictionem. Quanto maiora pro defensione christianitatis discrimina sustinetis tanto benigniori vos debemus oculo intueri et libentius ubi cum iustitia possumus vestris et vestrorum commodis providere. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus annuentes ad exemplar felicis recordationis Alexandri et Lucii predecessorum nostrorum romanorum pontificum presentibus obis litteris indulgemus ut in locis que de sarracenorum manibus poteritis cum auxilio celestis gratie liberare si non fuerint sedes episcopales in eis ecclesias construatis que soli romane ecclesie debeant subiacere ita ut a nullo prelatorum ecclesie post romanum pontificem aliquid iuris in eis valeat vendicari. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Verone III kalendas februarii.

130. [1186-1187].02.10²⁴⁴ – Verona

O papa Urbano III, pela bula «Religiosos viros», determina que os cavaleiros da Ordem do Templo não paguem portagem nem quaisquer outros direitos nas coisas que precisem para comer e vestir.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 1, n.º 10 (inserto em documento de 1291.03.23 – Tomar [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 3, n.º 27 (inserto em documento de 1304.05.25 – Pombal);

²⁴² Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

²⁴³ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos que corresponderia à inicial do nome do mestre templário.

²⁴⁴ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 40.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 34* (inserto em documento de 1304.06.01 – Coimbra); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 31r-31v* (inserto em documento de 1304.06.01 – Coimbra) e fl. 49v (inserto em documento de 1304.05.25 – Pombal)
 Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 109, p. 302

[...]

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopus et episcopis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Religiosos viros fratres domus militie Templi pro religione et honestate sua tanto propensio a malignorum incurssibus protegere volumus et tueri quanto puriorem devotionem circa nos et Romanam ecclesiam exhibere noscuntur. Inde est quod vobis per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus universis parrochianis vestris sub interminatione anathematis prohibere curetis ne a prefatis fratribus vel eorum hominibus de victualibus vestimentis pecudibus seu de aliis rebus eorundem fratrum usibus deputatis passagium vendam pedagium caucagium seu aliam quamlibet consuetudinem exigere vel extorquere presumant. Si qui autem contra prohibitionem nostram temere venire presumpserit eos a presumptione sua non differatis per excommunicationis sententiam appellatione postposita coercere et in terris eorum siquas habent donec presentes fuerint omnia divina preter penitencias et baptismum prohibeatis officia celebrari. Ad hec quia sicut predicti fratres asserunt quidam presbiteri et alii clerici vestre iurisdictionis in ecclesiis illis que pro excessibus in domum predictorum fratrum commissis sub interdicto tenentur divina celebrare presumunt eos si res ita habet a sue presumptionis audacia per suspensionis et excommunicationis sententiam nichilominus conpescatis. Datum Verone IIII idus februarii.

131. 1186.08.01 – Verona

O papa Urbano III, à imitação do papa Alexandre III, na bula «Omne datum optimum», dirigida a D. Gerard de Ridefort, mestre da Ordem do Templo, aprova a milícia, tomando-a sob a sua proteção, e confirmando todos os privilégios concedidos à Ordem pelos pontífices anteriores.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 235, 4.ª parte, fls. 24r-25v* (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral, n.º 738, fls. 43r-46v*

Publ. Ferreira 1735, pp. 811-821

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Gerardo magistro religiose militie Templi quod Iherosolimis situm est eiusque fratribus tam presentibus quam futuris in perpetuum. Omne datum optimum et omne donum perfectum desursum est descendens a Patre luminum apud quem non est transmutatio nec vicissitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii ad exemplar felicitis memorie Alexandri et Lucii papæ antecessorum nostrorum de vobis et pro vobis omnipotentem Dominum collaudamus quoniam in universo mundo vestra religio et veneranda institutio nunciatur. Cum enim natura effectis filii iræ nunc per aspirantem gratiam evangelii

non surdi auditores effecti relictis pompis secularibus rebus propriis dimissa etiam spatiosa via que ducit ad mortem arduum iter quod ducit ad vitam humiliter elegistis atque ad comprobandum quod in Dei militia specialiter computemini signum vivifice crucis assidue in vestro pectore circumfertis. Accedit ad hec quod tanquam veri Israelite atque instructissimi divini prelii bellatores vere charitatis flamma succensi dictum evangelium operibus adimpletis quo dicitur 'Maiorem hac dilectionem nemo habet quam ut animam suam ponat quis pro amicis suis'. Unde cum juxta summi pastoris vocem animas vestras pro fratribus ponere eosque ab incursibus paganorum defensare minime formidetis cum nomine censeamini milites constituti estis a Domino catholice Ecclesie defensores et inimicorum Christi impugnatores. Licet autem vestrum studium et laudanda devotio in tam sacro opere toto corde et tota mente desudet nihilominus tam universitatem vestram exhortamur in Domino atque in peccatorum remissionem auctoritate Dei et beati Petri apostolorum principis tam vobis quam servientibus vestris iniungimus ut pro tuenda catholica ecclesia et ea que est sub paganorum tyrannide de ipsorum spurcicia eruenda expugnando inimicos crucis invocato Christi nomine intrepide laboretis. Et etiam que de ipsorum spoliis ceperitis fidenter in usus vestros convertatis et ne de his contra velle vestrum portionem alicui dare cogamini prohibemus. Statuentes ut domus seu templum in quo estis ad Dei laudem et gloriam atque defensionem suorum fidelium et liberandam Dei Ecclesiam congregati cum omnibus possessionibus et bonis suis que in presentiarum legitime habere cognoscitur aut in futurum concessione pontificum liberalitate regum vel principum oblatione fidelium seu aliis iustis modis prestante Domino poterit adipisci perpetuis futuris temporibus sub Apostolica Sedis tutela et protectione consistat. Presenti quoque decreto sancimus ut vita religiosa que in vestra domo est divina inspirante gratia instituta ibidem inviolabiliter observetur et fratres inibi omnipotenti Domino servientes caste et sine proprio vivant et professionem suam dictis et moribus comprobantes magistro suo aut quibus ipse preceperit in omnibus et per omnia subjecti et obedientes existant. Preterea quem admodum domus ipsa huiusmodi facte vestre institutionis et ordinis fons et origo esse promeruit ita nihilominus omnium locorum ad eam pertinentium caput et magistra in perpetuum habeatur. Ad hec adiicientes precipimus ut obeunte te dilecte in Domino fili Gerarde vel tuorum quolibet successorum nullus eiusdem domus fratribus proponatur nisi militaris et religiosa persona que vestre conversationis habitum sit professa nec ab aliis nisi ab omnibus fratribus insimul vel a saniori ac puriori eorum parte qui proponendus fuerit eligatur. Porro consuetudines ad vestre religionis et officii observantiam a magistro et fratribus communiter institutas nulli ecclesiastice secularive persone infringere vel minuere sit licitum. Easdem quoque consuetudines a vobis aliquanto tempore observatas et scripto firmatas nisi ab eo qui magister est consentiente tam saniore parte capituli liceat immutari. Prohibemus

insuper et omnimodis interdicimus ut fidelitates hominia sive iuramenta vel reliquas securitates que a secularibus frequentantur nulla ecclesiastica secularisve persona a magistro et fratribus eiusdem domus exigere audeat. Illud autem scitote quoniam sicut vestra sacra institutio et religiosa militia divina est providentia stabilita ita nihilominus nullius vite religiosoris obtentu ad locum alium vos convenit transvolare. Deus enim qui est incommutabilis et eternus mutabilia corda non approbat sed potius sacrum propositum semel inceptum perducere vult usque in finem debite actionis. Quot et quanti sub militari cingulo et clamide terreni imperii Domino placuerunt sibique memoriale perpetuum reliquerunt. Quot et quanti in armis bellicis constituti pro testamento Dei et paternarum legum defensione suis temporibus fortiter dimicarunt atque manus suas in sanguine infidelium Domino consecrantes post bellicos sudores eterne vite bravium sunt adepti. Videte itaque vocationem vestram fratres tam milites quam servientes atque iuxta apostolum unusquisque vestrum in qua vocatione vocatus est in ea permaneat. Ideoque fratres vestros semel devotos atque in sacro collegio vestro receptos post factam in vestra militia professionem et habitum religionis assumptum revertendi ad seculum nullam habere precipimus facultatem. Nec alicui eorum fas sit post factam professionem semel assumptam crucem dominicam et habitum vestre professionis abiicere vel ad alium locum seu etiam monasterium maioris sive minoris religionis obtentu invitis sive inconsultis fratribus aut eo qui magister extiterit liceat transmigrare nullique ecclesiastice secularive persone ipsos suscipiendi aut retinendi licentia pateat. Sane laborum vestrorum quos propriis manibus vel sumptibus colitis sive de nutrimentis vestrorum animalium nullus a vobis decimas exigere vel extorquere presumat. Ceterum decimas quas consilio et assensu episcoporum de manu clericorum vel laicorum habere poteritis illas etiam quas consentientibus episcopis et eorum clericis acquiretis vobis auctoritate apostolica confirmamus. Ut autem ad plenitudinem salutis et curam animarum vestrarum nihil vobis desit atque ecclesiastica sacramenta et divina officia vestro sacro collegio commodius exhibeantur simili modo sancimus ut liceat vobis honestos clericos et sacerdotes secundum Deum quantum ad ves- [fl. 25r] tram scientiam ordinatos undecumque ad vos venientes suscipere et tam in principali domo vestra quam etiam in obedientiis et locis sibi subditis vobiscum habere dummodo si evicino sint eos a propriis episcopis expetatis. Idemque nulli alii professioni vel ordini teneantur obnoxii. Quod si episcopi eosdem vobis concedere forte noluerint nihilominus tamen eos suscipiendi et retinendi auctoritate sancte romane Ecclesie licentiam habeatis. Si vero alicui horum post factam professionem turbatores religionis vestre aut domus vel inutiles apparuerint liceat vobis eos cum saniori parte capituli amovere eisque transeundi ad alium ordinem ubi secundum Deum vivere voluerint licentiam dare et loco ipsorum alios idoneos substituere qui etiam unius anni spatio in vestra societate probentur. Quo peracto si mores eorum

hoc exegerint ad vestrum servitium utiles inventi fuerint tunc demum professionem faciant regulariter vivendi et magistro suo obediendi ita tamen ut eundem victum et vestitum vobiscum habeant necnon lectisternia excepto eo quod clausa vestimenta portabunt. Sed nec ipsis liceat de capitulo vel cura domus vestre se temere intromittere nisi quantum a vobis fuerint eis iniunctum. Curam quoque animarum tantum habeant quantum a vobis fuerint requisiti. Preterea nulli persone extra vestrum capitulum sint subiecti tibi que dilecte in Domino fili Gerarde tuisque successoribus tanquam magistro et prelato suo statuta ordinis vestri deferant. Consecrationes vero altarium seu basilicarum ordinationes clericorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi et cetera ecclesiastica sacramenta a diocesanis suscipiatis episcopis siquidem catholici fuerint et gratiam atque communionem Apostolice Sedis habuerint et ea gratis et absque pravitare aliqua vobis voluerit exhibere alioquin liceat vobis catholicum quemcumque malueritis adire antistitem qui nostra fultus auctoritate quod postulatur indulgeat. Clericos autem pro pecunia predicare aut lucro vosque pro huiusmodi causa eos ad predicandum mittere prohibemus nisi forte magister Templi qui pro tempore fuerit certis ex causis id faciendum esse decreverit. Si quando vero loca deserta fuerint eidem venerabili domui ab aliquo pia devotione collata liceat vobis ibidem villas edificare ecclesias et cimiteria ad opus hominum ibidem manentium fabricare ita tamen ut in vicinia illa abbatia vel religiosorum virorum collegium non existat que ob hoc valeant perturbari. Cum autem terre culte vobis quolibet iusto titulo conferentur facultatem et licentiam habeatis ibidem oratoria construendi et cimiteria faciendi ad opus transeuntium et eorum tantummodo qui de vestra fuerit mensa. Indecens enim est et animarum periculo proximum religiosos fratres occasione adeunde ecclesie se virorum turbis et mulierum frequentie immiscere. Quicumque sane in vestro collegio suscipientur stabilitatem loci conversionem morum seque militaturos Domino diebus vite sue sub obedientia magistri Templi posito scripto super altare in quo contineantur ista promittant. Decernimus ergo ut receptores vestrarum fraternitatum sive collectarum salvo iure dominorum suorum in beati Petri et nostra protectione consistant per terras in quibus fuerint pacem habeant. Simili modo sancimus ut quicumque in vestra fraternitate fuerit receptus si forte ecclesia ad quam pertinet a divinis officiis erit prohibita eumque mori contigerit eidem sepultura ecclesiastica non negetur nisi excommunicatus vel nominatim fuerit interdictus. Preterea si qui fratrum vestrorum qui ad recipiendas easdem fraternitates vel collectas a vobis fuerint missi in quamlibet civitatem castellum vel vicum advenerint si forte locus ipse a divinis officiis sit interdictus pro omnipotentis Dei reverentia semel in anno aperiantur ecclesie et exclusis [fl. 25v] excommunicatis divina officia celebrentur. Statuimus etiam ut nulli episcopo in ecclesiis vobis utroque iure subditis interdicti vel excommunicationis sententiam liceat promulgare. Verum tamen si generale interdictum fuerit in locis illis prolatum exclusis excommunicatis

et nominatim interdictis clausis ianuis absque signorum pulsatione plane divina officia celebretis. Decernimus insuper auctoritate apostolica ut apud quemcumque locum vos venire contigerit ab honestis atque catholicis sacerdotibus penitentiam unctionem seu alia quelibet sacramenta ecclesiastica suscipere liceat ne forte ad perceptionem spiritualium bonorum vobis qui piam deesse valeat. Quia vero omnes in Christo unum sumus et non est personarum differentia apud Deum tam remissionis peccatorum quam alterius beneficentiae atque apostolice benedictionis que vobis indulta est etiam familiam et servientes vestros volumus esse participes. Nulli ergo omnino hominum liceat predictum locum temere perturbare aut eius possessiones auferre vel oblatas retinere minuere aut aliquibus vexationibus fatigare. Sed omnia integra conserventur vestris atque aliorum Dei fidelium omnimodis profutura salva in omnibus Apostolice Sedis autoritate. Si quis igitur huius nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere venire tentaverit secundo tertio commonitus nisi reatum suum congrua satisfactione correxerit potestatis honorisque sui dignitate careat reumque se divino officio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dei et Domini redemptoris Nostri Jesu Christi alienus fiat atque in extremo examine districtae ultioni subiaceat. Conservantes autem hec omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius benedictionem et gratiam consequantur. Amen.

[SINAL RODADO] Ego Urbanus catholice Ecclesie episcopus.

Ego Henricus Albanen. episcopus.

Ego Paulus Prenestinus episcopus.

Ego Joann. presbiter card. tit. Sancti marci confirmo.

Ego Petrus de Hon. presbiter card. tit. Sancte Susane confirmo.

Ego Laborans presbiter card. Sancte Marie Trans Tiberim tit. Calixti confirmo.

Ego Pandulfus presbiter card. tit. XII Apostolorum confirmo.

Ego Albanus presbiter card. tit. S. Crucis in Ierusalem confirmo.

Ego Melior presbiter card. S.S. Johannis et Pauli tit. Lamachi confirmo.

Ego Jacinctus diaconus card. S. Marie in Cosmidius confirmo.

Ego Gracianus sanctorum Cosme et Damiani diaconus card. confirmo.

Ego Tobo Sancti Angerli diaconus card. confirmo.

Ego Octavianus sanctorum Sergii et Tachi diaconus card. confirmo.

Ego Ganfredus S. Marie in Via Lata diaconus card. confirmo.

Ego Petrus S. Nicolai in carcer Tullianum diaconus card. confirmo.

Datum Verone per manum Alberti Sancte Romane Ecclesie presbiteri cardinalis et cancellarii kalendas augusti indictione IV. Incarnationis Dominice anno M. C. LXXXVI. Pontificatus vero Domini Urbani pape 3 anno primo.

132. [1187].05.22²⁴⁵ – Verona

O papa Urbano III, pela bula «Cum pro defensione fidei christiane», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, confirma as doações de vilas, lugares e bens, feitas por D. Afonso Henriques, sua mãe, D. Teresa, e por seus vassallos.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 29²⁴⁶* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 32v²⁴⁷*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 178v-179r*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 341r-341v*; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 12-13* Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 118, pp. 333-335²⁴⁸

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Dilecti filiis magistro et fratribus domus milicie Templi quod Iherosolimis situm est salutem et apostolicam benedictionem. Cum pro defensione fidei christiane contra inimicos crucis Christi assidue decertetis et interdum extrema pericula subeatis ex officio nostri debito conservationi domus vestre specialiter volumus ut debemus intendere et eius iura pastorali sollicitudine conservare ut magis ac magis proposito possitis insistere quod sumpsistis cum apostolice sedis gratiam circa vos et domum vestram senseretis habundare. Eapropter dilecti in domino filii huius consideracione rationis in ducti et vestris postulacionibus inclinati universas possessiones et redditus quos de pia deliberacione et racionabili concessione bone memorie Anfossi [*sic*] quondam Portugalensis regis matris et vassalarum suorum videlicet terram desertam ex dono regis memorati in marchia sarracenorum cum omnibus suis terminis ubi oppidum fecistis quod Palumbar nominatur et oppidum Thomar cum omnibus suis terminis oppidum Ozezar et oppidum Almoriol la Cardica la Pigneria domum de Efra [*sic*] domum Sintre domum de Ulixbona cum omnibus pertinentiis suis domum Leirene domum Rodin cum omnibus pertinentiis suis domum de Sancto Ereno cum omnibus pertinentiis suis terram desertam in loco qui dicitur Penna cum omnibus pertinentiis suis ubi oppidum ad illius terre custodiam construxistis. Ex dono matris regis ipsius Soriam cum omnibus suis terminis et domum de Ega et ex dono vassalorum duo oppida Longroviam scilicet et Mugadoyro et alias terras <et domos> quas pacifice possidetis vobis et domum vestre actoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus sub intermi<na>cione anathematis inhibentes nequis nos aliquando superhiis maliciosis vexationibus inquietet vel eos minue[re] [...] ²⁴⁹ aut vobis temere auferre presumat. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc

²⁴⁵ Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 40.

²⁴⁶ No sumário da Torre do Tombo está datado de 1186, segundo o verso do documento.

²⁴⁷ Na margem esquerda, escrito a lápis vermelho: «Segundo Erdmann, é de 22 de maio de 1187».

²⁴⁸ Erdmann (2009 [1927], p. 333) e Abranches (ed., 1895, p. 5) citam a cota ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 25. Porém, este documento não foi localizado, conforme informação fornecida pelos técnicos do Arquivo Nacional [16.11.2023].

²⁴⁹ Rasgão no pergaminho.

[attemptare]²⁵⁰ presumserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum [eius se noverit incursum]²⁵¹. Datum Veronii XI kalendas junii.

133. [1187].05.25²⁵² – Verona

O papa Urbano III, pela bula «Quanto maiora dilecti», ordena às autoridades eclesiásticas que não procedam à cobrança da quarta parte das esmolas deixadas à Ordem do Templo pelas pessoas enterradas nas igrejas paroquiais. Manda ainda que os bispos consagrem as igrejas e oratórios dos religiosos da milícia e benzam os seus cemitérios, sempre que isso lhes for solicitado.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 26r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 46v-47r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 19-20
Publ. Ferreira 1735, pp. 821-823

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus et aliis ecclesiarum prelatis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Quanto maiora dilecti filii nostri fratres militie Templi pericula sustinent pro defensione christiani nominis in partibus transmarinis tanto benigniori eos oculo debemus intueri et in suis iusticiis propensius nostrum illis presidium exhibere ut eo fortius propositum suum observetur quo de gratia Sedis Apostolice fuerint certiores. Accepimus autem quod quidam ex vobis quartam partem ab eis exigunt de helemosinis que pro animarum salute a decedentibus memoratis fratribus relinquuntur. Quia igitur inhonestum est vobis eos gravare indebite quos in sua iustitia debetis contra alios sustentare nos omnem volentes querelandi materiam tolerare universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatinus de his que memoratis fratribus relinquuntur ab illis qui apud eos non sepeliuntur vel aliis qui apud eos eligunt sepeliri et specialiter vobis aliquid congruum legant quartam ulterius vel aliam partem minime requiratis nec propter hoc aliquam eis inferatis molestiam vel gravamen de parochianis autem vestris qui laborantes in extremis apud illorum ecclesias eligunt sepulturam nec statuunt quid vobis specialiter debeatur quartam testamenti vobis precipimus sine difficultate prestari. Ad hec fratres archiepiscopi et episcopi fraternitati vestre presentium auctoritate iniungimus ut ecclesias vel oratoria ipsorum fratrum cum ab eis fueritis requisiti invocata Spiritus Sancti gratia consecretis et munus benedictionis eorum cimiteriis impendatis. Datum Verone VIII^o kalendas junii.

134. [1188.03.24, após]²⁵³

Excerto do codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho I, onde o monarca manda entregar ao mestre templário o dinheiro respetivo que estava depositado no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

²⁵⁰ Reconstituição com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 32v.

²⁵¹ Reconstituição com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 32v.

²⁵² Datado segundo Erdmann 2009 [1927], p. 60.

²⁵³ Datado segundo *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, n.º 176, pp. 196-197.

ANTT. *Gavetas, Gav.* 16, mç. 2, n.º 14 (cuja lição se segue); ANTT. *Cabido da Sé de Viseu, Régios,* mç. 1, n.º 7

Publ. *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, n.º 176, pp. 196-197

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Sancius Dei gratia Portugalensium rex considerans novissima mea et diem mortis me metuens sic pecuniam meam pro anima mea mando partiri. [...] Et tota pecunia que est in Sancta Crucis que fuit Templi et Hospitalis detur unaquaque dominis suis [...].

135. 1188.07 [A]

*D. Sancho I concede foral a Valhelhas, declarando que tinha dado esta vila de juro e herdade ao mestre da Ordem do Templo e aos freires que aí residiam*²⁵⁴.

ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 431*²⁵⁵ (inclui confirmação de 1217; e cuja lição se segue); ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 430* (inclui confirmação de 1217; inserto em documento de 1421.07.01)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 467-469; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, pp. 51-55; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges, Nova Série*, vol. IX/I, pp. 235-239

[In nomine Sante et Indi]vidue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus amen. Unius summi Dei facimus istam cartam in ipsius nomine Trinitatis. Ego Rex S. Portugalensis pariter cum uxore mea r[egina domna Dulcia et cum filiis et filiabus meis vobis homines de Valelias qui ibidem populatores estis per mandatum meum et de uxore mea et de filiis et filiabus meis sive qui venerint ad populandum quomodo [isti qui modo ibi sunt faci]mus vobis cartulam sicut et fecimus per scripturam et per preceptum nostrum ut firmiter teneatis. Et habeatis forum bonum sicut habent homines de Salamanca. Et non detis mihi n[eque ad progeniem meam ne]que ad aliquem hominem pro homicidio nisi VII^o ad palacium de CCC^{tis} solidis apreciadura per concilium et per manum de iudice. Et nullo pecto neque ulla calumpnia non intret [ibi nullo meirino nisi] iudex de concilio. Et faciant fossadum la tercia de los cavaleiros et las duas partes stent in Valelias. Et de illa una parte qui habuerit a andar in fossadum et non fuerit [quomodo det in fossadeira V] solidos in apreciadura. Et non faciant fossadum nisi cum nostro senior una vice in anno aut sicut vestra voluntas fuerit. Et peones non faciant fossadum nec clerici. Et [non intret ibi nuncius nec manaria] de nullo quoque homine per forum de Valelias. Et qui in termino de Valelias filiam alienam rossar extra suam voluntatem quomodo pectet ad palacium XXX solidos et [exeat homizieiro de suis pare]ntibus. Siquis inter vos in mercato aut in ecclesia vel in concilio plecato a pregon feridam fecerit ad suum vicinum pectet LX solidos ad concilium et VII^a ad palacium [per manum de iudice. Et de] furto quodlibet sedeat colligat suo dono suum cabdal et de illa calumpnia dividat

²⁵⁴ Ref. Viterbo, ed., 1799, pp. 361-362.

²⁵⁵ Documento em mau estado. Reconstituição do texto com base na publicação.

per medium cum iudice. Et qui domum edificaverit aut vineas aut [suam hereditatem honor]averit et uno anno in illa sederit et postea ad aliam terram fuerit quomodo serviat illi tota sua hereditas ubi ille habitator fuerit. Et si quesierit illas vende[re] vendat [ad quem voluerit per forum de] Valelias. Et homines de Valelias qui habuerint iudicium sive in iuramento quomodo in iudicio et passent super illos cum duobus iuratoribus. Et illos peones de Va[lelias quod passent super illos cav]aleiros villanos de totas alias terras in iudicio et in iuramento cum duobus iuratoribus. Et homines qui de suis terris exierint cum homicidio aut cum muli[ere raussada aut cum alia ca]lumpnia quelibet sedeat nisi quod non adducat mulierem alienam de benedictione et tornet se ad seniore[m] de Valelias et sedeat solto et defeso per forum de Valelias. Et [siquis homines de quacumque terra cum ini]micitate aut cum pignore venerit et in termino de Valelias intraverit et nullus inimicus post illum venerit et pignora tollerit aut male illi fecerit quomodo pectet ad [seniore[m] de Valelias D solidos et duplet] illa pignora aut illos livores. Et qui homines de Valelias pignoraverit et in concilio non pecierit ad directum quomodo pectet ad seniore[m] de Valelias LX solidos et duplet [ipsa pignora ad suum dominum]. Et homines de alis terris qui cavaleiro de Valelias descavalgar quomodo pectet illi LX solidos. Et homines de Valelias qui los prisier et in prison illos miserit quomodo pectent illi [CCC solidos. Et si homines] de Valelias prendiderint alios homines de aliis terras et in prison illos miserit quomodo pectent illi V solidos. Et si homines de Valelias qualibet fiadoria a medio anno non requisierit quod sedeat solto [et si migratus fueri]t sint filii et uxor sua liberi et non solvant homines de Valelias pignora pro seniore nec pro meirino nisi pro suo vicino. Et non donent pausadam per forum de Valelias in casa de cavalei[ro nec de] viduis nec de clericis nisi per manum de iudice in casa de peones. Et homines de Valelias qui homines tenuerint in suis hereditatibus aut in suis solares et non fuerit ibi suus senior veniat ad sinal de iudice et det fiador ad venidam de suo senior et faciat quod mandaverint et calumpnia qualibet fecerit sit de suo senior et det VII^a ad palacium et non serviat a nullo homine nisi ad suo senior in cuius solar sederit et sua senara aut suas vineas d'el rei tal couto habeant quomodo de vicino de Valelias. Et qui vicinum occiderit et in suam casam fugerit qui post illum intraverit et in sua casa illum mactaverit pectet CCC solidos ad parentes de mortuo. Et qui mulierem afforciaverit et illa voces mittendo venerit et ille cum XII non potuerit se salvare pectet CCC solidos ad [mulierem et ad suos] parentes. Et qui mulierem alienam feruerit pectet ad suum maritum XXX^a solidos et VII^a ad palacium. Et homines de Valelias qui fiador parar pro qua calumpnia illum pecierint et el fia[dor otorgar cum] duobus vicinis et ille non quesierit colligere fiador et super ipsum occiderit nos totum concilium pectabimus ipsum homicidium. Et palacium regis aut de episcopo habeant calumpniam et tota alia [villa habeat unum] forum et aliud palacium non habeat calumpniam. Et homo de Valelias qui

fiador intrar et contentorem non habuerit qualem fiadoriam fiar talem pectet. Et si contentorem h[abuerit mittat illum] in manus et exeat de illa fiadoria. Et de suspecta de X solidos ad ribam cognominet XII vicinos in redor sua casa et iuret cum duobus et exeat de calumpnia et de X solidos ad [iuso iuret sive e ou]tro quales affiar quod vicinos sedeant. Et toto homine de Valelias qui se tornaverit ad alium seniore[m] qui ei benefecerit sue cause et sue hereditales et uxor sua et filii sui sint liberis [et soluti per forum de Vale]lias. Et toto homine de Valelias qui desardado fuerit et per suam manum illud non pectaverit quomodo se torner ad suam hereditatem ubi illa fuerit sine calumpnia. Et toto homine de Vale[lias qui hereditatem habue]rit in alia terra non faciant fossadum nisi per forum de Valelias. Et toto homine de Valelias qui habuerit mulierem ad benedictionem et laxaverit illam quomodo pectet ad iudicem I [denarium. Et si mulier suum mari]tum laxaverit quem habuerit ad benedictionem quomodo pectet CCC solidos medios ad palacium et medios ad suum maritum. Et de casa derrota cum scudos et cum lanceas qui illam [derrumperit pectet CCC solidos medios] ad dominum de casa et medios ad palacium. Et qui dederit ad suum vicinum cum spada pectet X^L solidos et VII^a ad palacium. Et qui dederit cum lancea ad suum vicinum et exierit de [una parte ad aliam pecet] XX solidos et VII^a ad palacium. Et si non exierit pectet X solidos et VII^a ad palacium. Et de plaga unde os exierit cada os X solidos et VII^a ad palacium et de alia plaga V solidos [et VII^a ad palacium. Et] pro tota pignora sive de concilio vel de palacio colligat fiador super illa pignora pro ad forum. Et do vobis ut non habeat nulla defesa nec nullo monte nec [nullo pelago nisi de toto concilio. Et illud] montadigum de termino de Valelias monten lo cavaleiros de Valelias cum suo seniore et prendant inde terciam et nullum ganadum de Valelias non [sit montadum. Et de portadigo] de pane et de vino de carrega III mealias. Et de cavalo et de mulo qui lo vender I solidum. Et de bove et de asino VI denarios. De carneiro et de capra et de [porco III mealeas. Et de portadigo qui ad Va]lelias venerit prendat suos hospes terciam. Facta karta in mense julio sub Era M^a CC^a XX^a VI^a. Regnante Rege domno Sancio. Capta terra [Iherusalem a rege Sallaadim et in ipso anno mor]tuus rex F. Menendus presbiter notavit. Ego S. Dei gratia Portugalium rex qui magistro domno Gomecio et fratribus eius Valelias iure hereditario in perpet[uum possidendam dedi vobis populatoribus de Valelias] hanc cartam una cum uxore mea et filiis et filiabus meis roboro et confirmo. Et homines de Valelias qui habuerint iudicium vel aiuntam cum [hominibus de alis terris habeant illos in cabo de suis terminis. Et do] vobis forum quod stet cavaleiro de Valelias pro infanzon de totis aliis terris sive in iuramento quomodo in iudicio et passent super illos cum [duobus iuratoribus. Et ego magister domnus G. una cum fratribus meis hanc] cartam roboro et confirmo. In die sancte Marie de auguste. Ochavas. Et açoges et almudes almonedarent semper.

136. 1188.07 [B]

D. Sancho I concede foral a Valhelhas, declarando que tinha dado esta vila de juro e herdade ao mestre da Ordem do Templo e aos frades que aí residiam. O mestre D. Gomes confirma a receção do documento a 15 de agosto. Texto em português.

ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 429* (cuja lição se segue).

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 470-472

Em nome da non partida Trindade Padre e Filho e Spirito Sancto de huum muy alto Deus fazemos carta en nome desa Triindade eu rey dom Sancho de Portugal emsembra com minha molher dona Doce e com meus filhos e filhas a vos homens boos de Valhelhas que hy soees probadores per meu mandado e da minha molher e de meus filhos e filhas ou que vierem a poboar e que agora hy som per qualquer guisa fazemos vos carta asi como fizemos per scriptura e per mandado nosso que firmemente tenhades e ajades bom foro asy como homens de Salamanca. E nom dedes a mym nem a minha geraçom nem alguum homem por omizio senom a seitema ao paaço de trezentos soldos apreçada per concelho e per mão de juiz. E nenhuum peyto nem alguma coima nem entre hi nenhum meirinho senom o juyz do concelho. E façam fosado a terça parte dos cavaleiros e as duas estem em Valhelhas. E daquella huma parte que ouver d'andar en fosado e nom for hy de en fosadeira cinco soldos em apreçadura. Non façam fosado senom com nosso senhor huma vez no ano ou asy <for> como vossa vontade. E piõeas nem crerigos non façam façam [sic] fosado e non entrem hy mesajeiro nem maneira de nenhum homem per foro de Valhelhas. E o que en termo de Valhelhas rousar filha alhea contra sua vontade peite ao paaço trezentos soldos e saia omezeiro de seus parentes. E se algum antre vos em mercado ou en açougue ou en concelho chamado per pregom fezer ferida a seu vezinho peite sasenta soldos ao concelho e a seitema ao paaço per mão de juiz. E de furto qualquer aja seu dono o seu cabedal e de sa coima parta per meo com o juiz. E aquel que fezer casa ou vinhas ou onrrar sua erdade e huum ano em ella se ver e depois se for a outra terra sirva ele sua erdade onde ele for morador. E se quiser vender la venda a a quem quiser pelo foro de Valhelhas. E os homens de Valhelhas que ouverem juizo ou en juramento come en juizo passe sobre ella com juradores. E os piõeas de Valhelhas passem sobre os cavalleiros villaãos de todas outras terras en juizo e en juramento com dous juradores. E os homens que de suas terras sairem com²⁵⁶ omizio ou com molher rousada ou com outra qualquer coima que seja senom que non adugam molher alhea de beençom tornesse ao senhor de Valhelhas e seja solto e deffeso pello foro de Valhelhas. E se algum alguum [sic] homem de qual terra vier com imizade ou com penhor e entrar em termo de Valhelhas e nenhuum imigo vier depos elle e lhos penhores tolher ou lhe mal fezer peite ao senhor de Valhelhas

²⁵⁶ Segue-se riscado «juizo».

quinhentos soldos e dobre esses penhores. E quem penhorar os homens de Valhelhas e em concelho non pidir a dereito peite ao senhor de Valhelhas sesenta soldos e dobre esses penhores a seus donos. E os homens das outras terras que cavaleiro de Valhelhas descavalgar peitem lhe sesenta soldos. E os homens de Valhelhas quem os prender e em prisão meter peitem lhes trezentos soldos. E se os homens de Valhelhas prenderem outros homens doutras terras e en prisom os meterem peitem lhes cinco soldos. E se os homens de Valhelhas de cada huma fiaduria ata meo ano non for requerido seja solto e se for morto sejam seus filhos e sua molher livres. E nom paguem os homens de Valhelhas penheros [sic] por senhor nem por vezinho senon por seu vezinho. E nom dem pousada per foro de Valhelhas em casa de cavaleiro nem de crerigo nem de viuvas senon per mão de juiz em casa de piões. E os homens de Valhelhas que tiverem homens en suas herdades ou en seus solares e nom for hy seu senhor venha ao sinal do juiz e de fiador ataa a vinda de seu senhor e faça o que mandar e coima que fezer seja de seu senhor e de a seitema ao paço e nom serva a nenhum homem senon a seu senhor en cujo solar sever. E sua seara ou suas vinhas d'el rey tal couto ajam como de vezinho de Valhellas [sic]. E qualquer que vezinho matar e a sua casa fugir o que apos ell entrar e en sua casa o matar peite trezentos soldos aos parentes do morto. E aquel que forçar molher e ella vier metendo vozes se elle com doze se nom poder salvar peite trezentos soldos a molher e a seus parentes. E quem molher alhea ferir peite a seu marido trezentos soldos e a seitema ao paaço. E os homens de Valhelhas que parar fiador e lho pidirem pola coima e o fiador outorgar polla coima com dous vezinhos e elle nom quiser colher o fiador e sobre iso o matar nos todo o concelho e o paço d'el rey ou dos bispos ajam coima e toda a outra villa aja huum foro e outro paaço nom aja coima. E homem de Valhelhas que fiador entrar e contentor nom ouver qual fiaduria fiar tal peite e se contentor ouver meta o nas mãos e saia daquela fiaduria e de sospeita de dez soldos arriba nomee doze vezinhos da aredor de sua casa e jure com dous e saia se da coima de dez soldos a juso jure sy e os outros quaees fiar que vezinhos sejam. E todo homem de Valhelhas que se tornar a outro senhor que lhe bemfezer suas casas e sua molher e suas herdades e seus filhos sejam livres e soltos polo foro de Valhelhas. E todo homem de Valhelhas que deserddado for e per sua mão o nom peitar e sua herdade se tome [sic] hu ella for sem coima. E todo homem de Valhelhas que erdade ouver en outra terra nom faça fosado senom per foro de Valhelhas. E todo homem de Valhelhas que ouver molher de beençom e a leixar peite ao juiz hum soldo. E se a molher o marido leixar que ajam de beençom peite trezentos soldos meatade ao paaço e meatade a seu marido. E de casa derrota com escudos e com lanças o que a romper peite trezentos soldos meos ao senhor meos ao paaço. E quem der ao seu vezinho com espada peite X soldos e a seitema ao paaço. E quem der ao seu vezinho com lança e sair de huma parte a outra peite vinte soldos e seitema ao paaço e se nom sair peite dez soldos e a seitema ao paço. E chagua onde

sair osso cada osso dez soldos e a seitema ao paço. E da outra chagua cinco <soldo> e ao paaço a seitema. E por toda penhora ou de concelho ou de paaço tomem fiador sobre aquella penhora pera o foro. Dou vos que nom aja nenhuum deffesa <nem> nenhuum monte nem nenhuum pego senom de todo o concelho. E aquelle montado do termo de Valhelhas monte no cavaleiros de Valhelhas com seu senhor e ajam ende ha terça. E nenhuum de Valhelhas nom seja montado. E de portajem de pam e de vinho da carrega tres mealhas. E do cavalo e do muu que o vender huum soldo. E do boy e do asno seis dinheiros. E de carneiro e da cabra e do porco tres mealhas. E do portadego quem a Valhelhas vier aja ende seu ospede a terça. Feita a carta em o mes de julho so Era de mill II^c e XXVI anos. Regnante ell rey dom Sancho tomada a terra de Jerusalem d'el rey Saladim e em esse ano foy morto el rey Fernando Meendo crerigo o matou [sic]. Eu Sancho pella graça de Deos rey de Portugal que ao maestre dom Gomez e a seus frades Valhelhas per dereyto erdadeiro pera senpre posoidoiro dei a vos poboadores de Valhelhas esta carta emsenbra com minha molher e meus filhos e minhas filhas afortelezo e confirmo. E os homens de Valhelhas que ouverem juizo ou juramento contra homens doutras terras ajam <as> em cabo de seus termos. E dou a vos foro que este cavaleiro de Valhelhas por ifançom de totalas outras terras asy en juramento como en juyzo e passem sobre elles com dous juradores. Eu mestre dom Gomez com meus frades esta carta afortalezo e confirmo en dia de Santa Maria d'agosto. Oitavas e açougues e almudes almoedarem senpre.

137. 1190 – Coimbra

O rei D. Sancho I ordena a compra de certas casas junto das torres da cerca do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra para aí se construir uma igreja para se guardarem as ossadas da família real e serem reforçadas as defesas do mosteiro, em virtude dos ataques dos Sarracenos. Estiveram presentes à avaliação das casas D. Pedro Soares e D. Pedro Guterres, freires da Ordem do Templo.

ANNT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 101 (Livro de D. João Teutónio), fl. 165v (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 4, pp. 57-58

Scriptum de domibus quas comparavimus intra urbem

Notum facimus presentibus et advenientibus fratribus ad monasterium Sancte Crucis quod dominus rex S[ancius] utilitatem monasterii Sancte Crucis considerans mandavit et proprio ore comendavit decano Colibriensi domno Petro Suarii et domno Petro Goteriz fratri Templi et domno Stephano Martini et domno Roderico. Origuiz et Johanni Heimirum maiordomo eo tempore Colibrice ut apreciarentur quasdam domos circa tures monasterii Sancte Crucis. Et prior Sancte Crucis domnus Petrus et fratres darent pro illis precium predicti vero boni homines cum aliis multis bonis hominibus et cum priore domno P[etro] et cum quibusdam de fratribus suis ad domos predictas

perexerunt et relicto priore cum fratribus suis ipsi domos intus et extra viderunt²⁵⁷ et diu inter se certantes dixerunt priori et fratribus ut darent pro domo Johannis Suarii et uxoris eius Columbe XX morabitanos. Et pro domo Elvire et filiorum suorum XVI morabitanos. Et pro domo Gon[*salvo*] Dabuiz et uxoris Juste XXV morabitanos. Et pro domo domne Juste Nutrix que erat regis I morabitano. Et pro domo Petri Iohannis et uxoris eius domne Hemie XIII morabitanos. Et pro domo Petri Abolaaz et uxoris eius Susanne XVIII morabitanos. Et pro domo Susanne Gonsalvi et filiorum suorum XVI morabitanos. Et pro domo Marie Ouro et filiorum eius XIII morabitanos. Et pro domo Gonsalvi Manios et uxoris eius XVI morabitanos. Et pro domo Menendi Suarii et uxoris eius X morabitanos. Et pro domo Johannis Pelagii XVI morabitanos. Pro domibus Marie Pelagii et filiorum eius I morabitano. Pro domibus Johannis Moniz et filiorum eius X^l morabitanos. Postea dixit dominus rex S[*ancius*] priori et fratribus ut fecerent ecclesiam et domos ibi ad tuicionem patris sui domni<nus> A[*lfonsi*] et matris sue et ad tuicionem fratrum et rerum suarum. Hoc autem dominus rex mandavit propter saracenos qui nostrum eo tempore regnum intrabant. In Era M^a CC^a XX^a VIII^a. Qui presentes fuerunt Johannes Froile Sancte <Crucis> prepositus afuit. Pelagius Miranus prior claustris afuit. Magister Johannes frater afuit. Julianus frater. Johannes presbiter cancelarius Sancte Crucis afuit. Johannes Fol testis. Munio testis. Martinus Petri testis. Domnus Furtadus testis. Pelagius Lupus testis. Fernandus Martini testis. Johannes Gonsalvi affuit. Gonsalvus Didaci affuit. Pelagius Minor Miranus affuit.

138. [1190].01²⁵⁸

*Durão e Domingos Mendes, com sua mulher, Elvira, vendem a D. Gualdim, mestre da Ordem do Templo, e a D. Lopo*²⁵⁹, *comendador de Tomar, uma casa fora da muralha de Tomar, num lugar chamado «Balistenis». ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.^a parte, fls. 31r-31v*²⁶⁰ (cuja lição se segue); *BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 57r-57v*²⁶¹
Publ. Costa 1771, n.º 29, pp. 219-220

In Dei nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam iussimus facere ego Duranus et donus Menendus cognatus meus cum uxorem suam donna Elvira vobis domino magistro Galdino et donno Lupo preceptoris de Thomar et omnibus fratribus Templi tam presentibus quam futuris de illa nostra domo quam habuimus extram murum Thomar in loco qui dicitur Balistenis. Vendidimus vobis ipsam domum sicut melius eam habuit Gonsalvus Borona et uxor eius pro precio quod a vobis accepimus scilicet XIII morabitanos quia tantum nobis et vobis bene complacuit. Et de precio

²⁵⁷ Segue-se repetida e supontada a palavra «viderunt».

²⁵⁸ Viterbo data este documento de 1190 «Facta Carta mense Ianuarii E. M. CC. XX. VIII» (Viterbo, ed., 1799, p. 362).

²⁵⁹ Viterbo afirma ainda tratar-se de D. Lopo Fernandes, que sucedeu a D. Gualdim como mestre da Ordem do Templo, em 1197 (Viterbo, ed., 1799, p. 362).

²⁶⁰ Datado de 1187.

²⁶¹ Datado de 1187.

apud vos nichil remanssit in debitum. Igitur ab hac die habeatis vos ipsam domum in perpetuum et a jure nostro sit abserta et in vestro dominio sit tradita. Se si forte [fl. 31v] aliquis homo nostrorum vel extraneorum venerit parentum vel venerimus qui hanc kartam irrumpere temptaverit vel temptaverimus quisquis aut nos aut alius sit pro sola temptatione quantum quesierit tantum bis duplum vobis componat et quantum domus illa insuper fuerit meliorata. Et adhuc sit excommunicatus et cum Juda traditore in inferno condenatus. Facta carta in mense januarii Era M CC XX V [sic]. Nos supranominati qui hanc karta iussimus facere coram ydoneis testibus roboravimus et hec sig + + + na fecimus. Qui presentes fuerint. Suer Maurus testis. Donnus Herinus testis. Petrus Petenus testis. Petrus Menendi testis. Menendus Muniz testis. Petrus Iohanis testis. Menendus Crespus testis. Petrus Menendi testis. Gonsalvinus testis. Petrus Pelagii testis. Presbiter Iohanes notavit.

139. 1190.07.05 [A]

Epígrafe encastrada na parede dos paços designados por henriquinos, segundo a qual a edificação do castelo de Tomar começou no ano de 1160.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fl. 21r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 1r-1v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fl. 12r e fl. 127v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 1v

Publ. Costa 1771, n.º 19, pp. 189-190²⁶²; *Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalensium*, n.º 215, pp. 585-586 (cuja lição se segue)

E(ra) : M: C: LX⁷ : VIII: REGNANTE : ALFONSO : ILLVSTRISSIMO REGE
 PORTVGALIS: MAGISTER GALDI / NVS : PORTVGALENSI : VM [Sic] : MILITVM
 : TEMPLI : CVM FRATRIBVS SVIS PRIMO : DIE : MARCII: CE / PIT : EDIFICARE
 : HOC : CASTELLV_m : NomiNE : THOMAR : QuOD : PREFATVS : REX : OBTVLIT
 : DEO : ET: MiLITIBVS : TEM / PLI: E(ra) : M : CC : XX : VIII : III : NoNaS : IVLI
 : VENIT : REX : DE : MAR(r)OQ(u)IS : DVCENS : CCCC: MILIA: EQ(u)ITVM
 / ET : Q(u)INGENTA : MILIA : PEDITVM : ET OBSEDIT : CASTRVM ISTVD :
 PER : SEX : / DIES ET DELEVIT : OVANTVM : EXTRA : MVRVM: INVENIT : /
 CASTELLV_m : ET PREFATVS : MAGISTER : CV_m FRATRIBVS : SVIS : LIBERAVIT
 : DEVS : DE MANIBVS : SVIS : IPse : REX / REMEAVIT: IN PATRIA SVA : CV_m:
 INNVMERABILI DETRIMENTO : HOMINV_m : ET BESTIARVM :

140. 1190.07.05 [B]

Texto traduzido da epígrafe encastrada na parede dos paços designados por henriquinos, segundo a qual a edificação do castelo de Tomar começou no ano de 1160.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fl. 21v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fl. 128r

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalensium*, n.º 215, p. 587

²⁶² Datado de 1130. O autor não leu o X aspado.

Era de M C^o LXVIII^o reinando Afonso illustrisimo rey de Portugal Gualdim mestre dos cavaleiros do Templo portugueses com seus frades em o primeiro dia de março começou edificar este castelo por nome Tomar que o sobredito rey ofereceo a Deus e aos cavaleiros do Templo.

141. 1190.07.05 [C]

Segunda parte do texto traduzido da epigrafe segundo a qual o castelo de Tomar foi cercado pelo rei de Marrocos no dia 28 de junho de 1190 durante seis dias, tendo destruido tudo à volta do castelo, tendo este sido poupado. Em português.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fl. 22v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fl. 128v

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalensium*, n.º 215, p. 587

E na era de mil e duzentos e vinteito a XXVIII^o dias de junho veyo el rey de Marrocos trazendo quatrocentos mil de cavalo e cincoenta [sic] mil de pee e cercou este castelo por seis dias e distruyo quanto fora do muro achou e ao castelo e sobreditos mestre com seus frades livrou Deos de suas mãos e ese rey se tornou a seus senhorios com inumeravel detrimento de homeens e de bestas.

142. 1190.08.30

Paio Gonçalves vende a Mendo Peres, cónego de Braga, um pedaço de terra em Braga que confrontava com terras da Ordem do Templo.

ADB. *Gaveta das Propriedades Particulares*, n.º 195

In Christi nomine. Ego Pelagius Gunsalvi cognomino Boeiru facio kartam venditionis et firmitatis tibi Menendo Petri Bracarensi canonico de uno terreno quod habeo in civitate Bracara et istud terrenum iacet inter casale Menendi Bulfardi et casale Templensium fratrum do tibi atque concedo istud terrenum quomodo illud in presentia bonorum hominum tibi assignavi atque divisi et in super si ibi magis habeo magis tibi do atque concedo. Habeas itaque tu istud terrenum cum tota mea parte ipsius ficulnee pro VII solidis et duobus denariis quos mihi pro precio et pro rovora dedisti. Tantum mihi et tibi bene complacuit et de precio et de rovora non remansit in debito pro dare et habeas licentiam faciendi quodcumque volueris de illo omne perenum. Siquis vero venerit vel venero qui hoc factum meum infringere temptaverit quod ego pro tua parte tibi in concilio non potero auctorgare vel devindicare aut noluero aut tu in voce mea tunc partam tibi memoratum terrenum duplatum et in super quantum a te fuerit melioratum et in super C solidos probate monete. Facta karta III^{tio} kalendas September Era M^a CC^a XX^a VIII^a. Ego predictus Pelagius Gunsalvi tibi Menendo Petri Bracarensis ecclesie canonico hanc kartam propria manu robor + o. Petrus testis. Pelagius testis. Johannis testis. Menendus subdiaconus notuit.

143. 1190.09

*Pedro Cativo e seus filhos vendem a D. Martinho Formarigo e aos freires do Templo, que estavam sob o poder de D. Gualdim, uma casa fora dos muros do castelo de Tomar, num lugar chamado Várzea, que tem limite a norte com a rua da Corredoira*²⁶³.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 31v-32r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 57v-58r

In Dei nomine hec est karta venditionis et firmitudinis quam iussimus facere ego Petrus Captivus una cum filiis meis vobis donno Martino Fromarici et omnibus fratribus Templi sub potestate domni magistri Gualdini de uma propria domo quam habuimus in castello Thomar extra murum in loco qui dicitur Varzena cuius isti sunt termini. In oriente Schachia. In occidente Suarius Abelia. In aquilone rua publica que vocatur Corredoira. In Affrica pa<r>te cum netro mozo. Vendimus vobis ipsam domum pro precio sic terminata sed non vendo vobis partem que ibi habet meus antenos, scilicet, de medietate de ipsa domo VI pars. Vendimus vobis ipsam domum pro precio quod de vobis accepimus, scilicet, IIII morabitanos quia tantum nobis et vobis placuit. Et de preci<o> apud vos nihil remansit in debitum. Igitur ab hac die habeatis vos ipsam domum et omnes vestri posesores. Sed siquis de nostris propinquis vel de extraneis venerint qui hoc nostrum factum infringere temptaverit quantum inquisierit tantum vobis in duplum componat et quantum fuerit melioratam et domino terre aliud tamen. Et si nos in concilio auctorizare noluerimus aut non potuerimus similiter componamus.

Facta carta mense september Era M^a CC XX VIII^o. Nos supranominati qui hanc karta facere iussimus coram ydoneis testibus roboramus et confirmamus et hac sig+ + + + +na facimus. Qui presentes fuerunt.

Suarius Abelia testis.

Gonsalvus Garcia testis.

Suarius Alvares testis.

Garcias notuit.

Et vendidit Menendo Goupelete Antenado de Petro Captivo ista sexta pa<r>te domino Martino de quanto ibi habet pro VI solidos.

[fl. 32r] Suerius Abelia testis.

Vincentius Martino testis.

Egeas Fernandi testis.

Menendus Espada testis.

144. 1192.08

Pedro Peres vende a D. Martinho Pais, a D. Martinho Formarico e a D. Estêvão, freires da Ordem do Templo, a herdade de Cerzedo no termo de Tomar.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 178v-179r²⁶⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 32r (cuja leitura se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 58r-58v

²⁶³ Viterbo (ed., 1799, p. 361) refere-se a este documento.

²⁶⁴ Fólio rasgado, impossibilitando a leitura.

In Christi nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam iussi facere ego Petrus Petri vobis fratribus de ospitio Templi Salomonis de Thomar nomine fratri domno Martino Pelagii et fratri domno Martino Formarici et fratri Stephano et aliis fratribus presentibus et futuris de uma mea propria hereditate quam habui in termino Thomaris in loco qui dicitur Cerzedo iuxta domum Frendum et in alia parte Longora. Sunt autem termini eius. In oriente fratres. In occidente os Iducos. In aquilone freires. Ex Affrica parte Mendo Cesconiz. Vendo vobis ipsam hereditatem pro precio quod a vobis accepi, scilicet, IIII morabitanos. Quia mihi et vobis bene complacuit et de preci<o> apud vos nihil remansit in debitum pro dare. Habeatis vos ipsam hereditatem firmiter in perpetuum et illi qui post vos venerint. Etsi forte aliquis homo venerit vel ego venero tam de meis quam de extraneis qui hoc meum factum irrumpere voluerit aut frangere et non potuero actorizare vel divindicare quomodo pariam hereditatem istam duplatam et quantum fuerit melioratam et domno terre aliud tantum. Facta carta mense augusti Era M^a CC XXX. Ego supranominatus qui hanc kartam iussi facere coram ydoneis testibus roboravi et hoc signum feci. Martinus Petri diaconus notuit.

145. 1194.02

Maria Mendes doa aos freires da Ordem do Templo os seus bens, com condição de a manterem na casa do Templo enquanto fosse viva.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 12, n.º 22 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 104v

Publ. Gomes 2005, n.º 2, p. 158 (versão do *Livro dos Mestrados*)

Notum sit quod ego Maria Menendi mitto me cum omni meo habere in domo fratrum Templi. Tali pacto ut sit contenta usque ad mortem meam. Concedo et bene confirmo vobis fratribus de Templo omni meo habere tam de hereditate quam de vinea similiter de omnia de hinc hodie. Set si forte imgrata fuerit ab hoc seculo nullus sit hausus de meis parentis vel extraneis quatinus haudeat temptari vel irrumpere. Sed pro sola temptatione sit maledictus et cum Juda traditor Domini in inferno demergatur. Facta confirmationis et roborationis karta mense februarii in Era M^a CC^a XXX^a II^a. Ego vero supranominata qui hanc kartam iussi facere coram bonis hominibus roboravi et hoc signum feci. Qui presentes fuerunt Johannes Petri subdiaconus filius Petrus Fabris notavit. G. Petri Cesar testis.

146. 1194.05.26 – Roma

O papa Celestino III, pela bula «Omne datum optimum», e à imagem dos papas Alexandre III e Urbano III, na bula dirigida a D. Gilbert Horal, mestre da Ordem do Templo, aprova e confirma a Ordem e os seus privilégios.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 28 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 27r-29v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 48v-52r

Publ. Ferreira 1735, pp. 827-838

Celestinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Girberto magistro religiose militie Templi quod Ierosolimis situm est eiusque fratribus tam presentibus quam futuris in perpetuum. Omne datum optimum et omne donum perfectum desursum est descendens a patre luminum apud quem non est transmutatio nec vicissitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii ad exemplar predecessorum nostrorum felicitatis recordationis Alexandri Lucii Urbani et Clementis romanorum pontificum de vobis et pro vobis omnipotentem Dominum collaudamus quoniam in universo mundo vestra religio et veneranda institutio nuntiatur. Cum enim natura essetis filii ire nunc per aspirantem gratiam evangelii non surdi auditores effecti relictis pompis secularibus et rebus propriis dimissa etiam spatiosa via que ducit ad mortem arduum iter quod ducit ad vitam humiliter elegistis atque ad comprobandum quod in Dei militia specialiter computemini signum vivifice Crucis in vestro pectore assidue circumfertis. Accedit ad hec quod tanquam veri Israhelite atque instructissimi divini prelii bellatores vere caritatis flamma succensi dictum evangelicum operibus adimpletis quod dicitur 'Maiorem hac dilectionem nemo habet quam ut animam suam ponat quis pro amicis suis'. Unde cum iuxta summi pastoris vocem animas vestras pro fratribus ponere eosque ab incursibus paganorum defensare minime formidetis cum nomine censeamini milites constituti estis a Domino catholice Ecclesie defensores et inimicorum Christi impugnatores. Licet autem vestrum studium et laudanda devotio in tam sacro opere toto corde et tota mente desudet nihilominus tamen universitatem vestram exhortamur in Domino atque in peccatorum remissionem auctoritate Dei et beati Petri apostolorum principis tam vobis quam servientibus vestris iniungimus ut pro tuenda catholica Ecclesia et ea que est sub paganorum tirampnide de ipsorum spurcicia eruenda expugnando inimicos crucis Christi invocato Christi nomine intrepide laboretis. Et etiam que de ipsorum spoliis ceperitis fidenter in usus vestros convertatis et ne de his contra velle vestrum portionem alicui dare cogamini prohibemus. Statuentes ut domum seu templum in quo estis ad Dei laudem et gloriam atque defensionem suorum fidelium et liberandam Dei Ecclesiam congregati cum omnibus possessionibus et bonis suis que in presentiarum legitime habere cognoscitur aut in futurum concessione pontificum liberalitate regum vel principum oblatione fidelium seu aliis iustis modis prestante Domino poterit adipisci perpetuis futuris temporibus sub Apostolice Sedis tutela et protectione consistent. Presenti quoque decreto sancimus ut vita religiosa que in vestra domo est divina inspirante gratia instituta ibidem inviolabiliter observetur et fratres inibi omnipotenti Domino servientes caste et sine proprio vivant et professionem suam dictis et moribus comprobantes magistro suo aut quibus ipse preceperit in omnibus et per omnia subiecti et obedientes existant. Preterea quemadmodum domus ipsa huiusmodi facte vestre institutionis et ordinis fons et origo esse promeruit ita nihilominus omnium locorum ad ea pertinentium caput et magistra in perpetuum

habeatur. Ad hec adicientes precipimus ut obeunte te dilecte in Domino fili Girberte vel tuorum quolibet successorum nullus eiusdem domus fratribus preponatur nisi militaris et religiosa persona que vestre religionis habitum sit professa nec ab aliis nisi ab omnibus fratribus insimul vel a saniori ac puriori eorum parte qui proponendus fuerit eligatur. Porro consuetudines ad vestre religionis et officii observantiam a magistro et fratribus communiter institutas nulli ecclesiastice secularive persone infringere vel minuere sit licitum. Eisdem quoque consuetudines a vobis aliquanto tempore observatas et scripto firmatas nisi ab eo qui magister est consentiente tamen saniori parte capituli non liceat immutari. Prohibemus insuper et omnimodis interdicens ut fidelitates hominia sive iuramenta vel reliquas securitates que a secularibus frequentantur nulla ecclesiastica secularisve persona a magistro et fratribus eiusdem domus exigere audeat. Illud autem scitote quoniam sicut vestra sacra institutio et religiosa militia divina est providentia stabilita ita nihilominus nullius vite religiosoris obtentu ad locum alium vos convenit transvolare. Deus enim qui est incommutabilis et eternus mutabilia corda non approbat sed potius sacrum propositum semel inceptum perducere vult usque in finem debite actionis. Quot et quanti sub militari cingulo et clamide terreni imperii Domino placuerunt sibique memoriale perpetuum reliquerunt. Quot et quanti in armis bellicis constituti pro testamento Dei et paternarum legum defensione suis temporibus fortiter dimicarunt atque manus suas in sanguine infidelium Domino consecrantes post bellicos sudores eterne vite bravium sunt adepti. Videte itaque vocationem vestram fratres tam milites quam servientes atque iuxta apostolum unusquisque vestrum in qua vocatione vocatus est in ea permaneat. Ideoque fratres vestros semel devotos atque in sacro collegio vestro receptos post factam in vestra militia professionem et habitum religionis assumptum revertendi ad seculum nullam habere precipimus facultatem. Nec alicui eorum fas sit post factam professionem semel assumptam crucem dominicam et habitum vestre professionis abicere vel ad alium locum seu etiam monasterium maioris sive minoris religionis obtentu invitis sive inconsultis fratribus aut eo qui magister extiterit liceat transmigrare nullique ecclesiastice secularive persone ipsos suscipiendi aut retinendi licentia pateat. Sane laborum vestrorum quos propriis manibus vel sumptibus colitis sive de nutrimentis vestrorum animalium nullus a vobis decimas exigere vel extorquere presumat. Ceterum decimas quas consilio et assensu episcoporum de manu clericorum vel laicorum habere poteritis illas etiam quas consentientibus episcopis et eorum clericis acquiretis vobis auctoritate apostolica confirmamus. Ut autem ad plenitudinem salutis et curam animarum vestrarum nihil vobis desit atque ecclesiastica sacramenta et divina officia vestro sacro collegio commodius exhibeantur simili modo sancimus ut liceat vobis honestos clericos et sacerdotes secundum Deum quantum ad vestram scientiam ordinatos undecumque ad vos venientes suscipere et tam in principali domo vestra quam

etiam in obedientiis et locis sibi subditis vobiscum habere dummodo si e [sic] vicino sint eos a propriis episcopis expetatis. Idemque nulli alii professione vel ordini teneantur obnoxii. Quod si episcopi eosdem vobis concedere forte noluerint nihilominus tamen eos suscipiendi et retinendi auctoritate sancte romane Ecclesie licentiam habeatis. Si vero aliqui horum post factam professionem turbatores religionis vestre aut domus vel inutiles apparuerint liceat vobis eos cum saniore parte capituli amovere eisque transeundi ad alium ordinem ubi secundum Deum vivere voluerint licentiam dare et loco ipsorum alios idoneos substituere qui etiam unius anni spatio in vestra societate probentur. Quo peracto si mores eorum hoc exegerint et ad vestrum servitium utiles inventi fuerint tunc demum professionem faciant regulariter vivendi et magistro suo obediendi ita tamen quod eundem victum et vestitum vobiscum habeant nec non lectisternia excepto eo quod clausa vestimenta portabunt. Sed nec ipsis liceat de capitulo vel cura domus vestre se temere intromittere nisi quantum a vobis fuerit eis iniunctum. Curam quoque animarum tantum habeant quantum a vobis fuerint requisiti. Preterea nulli persone extra vestrum capitulum sint subiecti tibi que dilecte in Domino fili Girberte tuisque successoribus tanquam magistro et prelato suo secundum statuta ordinis vestri deferant. Consecrationes vero altarium seu basilicarum ordinationes clericorum qui ad sacros ordines fuerint promovendi et cetera ecclesiastica sacramenta a diocesanis suscipiatis episcopis si quidem catholici fuerint et gratiam atque communionem Apostolice Sedis habuerint et ea gratis et absque pravitate aliqua vobis voluerint exhibere. Alioquin liceat vobis catholicum quemcumque malueritis adire antistitem qui nostra fultus auctoritate quod postulatur indulgeat. Clericos autem pro pecunia predicare aut lucro vosque pro huiusmodi causa eos ad predicandum mittere prohibemus nisi forte magister Templi qui pro tempore fuerit certis ex causis id faciendum esse decreverit. Si quando vero loca deserta fuerint eidem venerabili domui ab aliquo pia devotione collata liceat vobis ibidem villas edificare ecclesias et cimiteria ad opus hominum ibidem manentium fabricare ita tamen ut in vicinia illa abbatia vel religiosorum virorum collegium non existat que ob hoc valeant perturbari. Cum autem terre culte vobis quolibet iusto titulo conferentur facultatem et licentiam habeatis ibidem oratoria construendi et cimiteria faciendi ad opus transeuntium et eorum tantummodo qui de vestra fuerint mensa. Indecens enim est et animarum periculo proximum religiosos fratres occasione adeunde ecclesie se virorum turbis et mulierum frequentie immiscere. Quicumque sane in vestro collegio suscipientur stabilitatem loci conversionem morum seque militaturos Domino diebus vite sue sub obedientia magistri Templi posito scripto super altare in quo contineantur ista promittant. Decernimus ergo ut receptores vestrarum fraternitatum sive collectarum salvo iure dominorum suorum in beati Petri et nostra protectione consistant et per terras in quibus fuerint pacem habeant. Simili modo sanccimus ut quicumque in vestra fraternitate fuerit receptus

si forte ecclesia ad quam pertinet a divinis officiis erit prohibita eumque mori contigerit eidem sepultura ecclesiastica non negetur nisi excommunicatus vel nominatim fuerit interdictus. Preterea si qui fratrum vestrorum qui ad recipiendas easdem fraternitates vel collectas a vobis fuerint missi in quamlibet civitatem castellum vel vicum advenerint si forte locus ipse a divinis officiis sit interdictus pro omnipotentis Dei reverentia in eorum iucundo adventu semel in anno aperiantur ecclesie et exclusis excommunicatis divina officia celebrentur. Statuimus etiam ut nulli episcopo in ecclesiis vobis utroque iure subditis interdicti vel excommunicationis sententiam liceat promulgare. Verumtamen si generale interdictum terre fuerit in locis illis prolatum exclusis excommunicatis et nominatim interdictis clausis ianuis et absque signorum pulsatione plane divina officia celebretis. Decernimus insuper auctoritate apostolica ut apud quemcumque locum vos venire contigerit ab honestis atque catholicis sacerdotibus penitentiam unctionem seu alia quolibet ecclesiastica sacramenta suscipere liceat ne forte ad perceptionem spiritualium bonorum vobis quippiam deesse valeat. Quia vero omnes in Christo unum sumus et non est personarum differentia apud Deum tam remissionis peccatorum quam alterius beneficentie atque apostolice benedictionis que vobis indulta est etiam familiam et servientes vestros volumus esse participes. Nulli ergo omnino hominum liceat predictum locum temere perturbare aut eius possessiones auferre vel ablatas retinere minuere seu aliquibus vexationibus fatigare sed omnia integra conserventur vestris atque aliorum Dei fidelium usibus omnimodis profutura. Salva in omnibus Apostolice Sedis auctoritate. Si quis igitur huius nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere venire temptaverit secundo tertiove commonitus nisi reatum suum congrua satisfactione correxerit potestatis honorisque sui careat dignitate reumque se divino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dei et Domini redemptoris Nostri Jesu Christi alienus fiat atque in extremo examine districte subiaceat ultioni. Conservantes autem hec omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius benedictionem et gratiam consequantur. Amen. [SINAL RODADO]

Ego Celestinus catholice Ecclesie episcopus confirmo.

Ego Albinus Albanensis episcopus confirmo.

Ego Octavianus Hostien. Vellenen. Episcopus confirmo.

Ego Joannes Prenestinus episcopus confirmo.

Ego Petrus Portuen. et Sancte Rufine episcopus confirmo.

Ego Pandulfus Basil. XII. Apostolorum presbiter card. confirmo.

Ego Johanes tit. Sancti Clementis card. Vitterbien. et Tuscanen. Episcopus confirmo.

Ego Romanus tit. Sancte Anastasie presbiter card. confirmo.

Ego Hugus Sancti Martini tit. Equitii presbiter card. confirmo.

Ego Soffredus tit. Sancte Praxedes presbiter card. confirmo.

Ego Bernardus Sancti Petri ad Vincula presbiter card. tit. Eudoxie confirmo.
 Ego Joannes tit. Sancte Prisce presbiter card. confirmo.
 Ego Bran. Sanctorum Cosme et Damiani diaconus card. confirmo.
 Ego Gregorius Sancte Marie in Porticu diaconus card. confirmo.
 Ego Gregorius Dei gratia Sancti Georgii ad Velum Aureum diaconus card. confirmo.
 Ego Lotarius Sanctorum Sergii et Bacchi diaconus card. confirmo.
 Ego Petrus Sancte Marie in Via Lata diaconus card. confirmo.
 Ego Cencius Sancte Lucie in Orthea diaconus cardin. confirmo.
 Datum Rome apud Sanctum Petrum per manum Egidii Sancti Nicolai in Carcere
 Tulliani diaconus cardin. VII kalendas junii indictione XII. Incarnationis Dominice
 anno M^o C^o XC^o IIII^o. Pontificatus vero Domini Celestini pape III anno quarto.

147. 1195.04.22 – Latrão

O papa Celestino III, pela bula «Venerabilis frater noster», dirigida ao bispo de Orense, ao abade do mosteiro de Bouro, na diocese de Braga, e ao chantre de Braga, ordena que sejam restituídos ao bispo de Coimbra os dízimos das igrejas de Soure, Ega, Redinha e Pombal que tinham sido usurpados pela Ordem do Templo.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Eclesiásticos*, mç. 1, n.º 20 (cuja lição se segue)

Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 140, p. 360²⁶⁵

Celestinus episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri²⁶⁶ Auriensi et dilectis fillis²⁶⁷ abbati de Burio in Bracarensi diocesi constituto et²⁶⁸ cantori Bracarense salutem et apostolicam benedictionem. Venerabilis frater noster Colimbriensi episcopus suam ad nos querimoniam destinavit quod dilecti filii Templarii in Portugalensi regno constituti decimas de Ega Rudina et Palumbari licet per iudices a Sede Apostolica delegatos ei adiudicate fuerint licet etiam dilectus filius noster G[regorius] Sancti Angeli diaconus cardinalis tunc Apostolice Sedis legatus pro eadem episcopo super hiis eorundem sententiam confirmarit sicut in eius scripto autentico continetur contra iustitiam detinere presumunt. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus si vobis ita esse constiterit prefatos Templarios ad restitutionem decimarum illarum vel exhibitionem iustitie ne lites penes fiant immortales per censuram ecclesiasticam sublato dilationis contradictionis et appellationis obstaculo compellatis. Quod si omnes hiis exequendis nequiveritis interesse duo vestrum ea nichilominus exequantur. Datum Lateranum X kalendas maii pontificatus nostri anno quinto.

²⁶⁵ A cota indicada por Erdmann é «Torre do Tombo, Coll. Especial Pte II Cx. 21», pelo que não nos foi possível identificar o original mencionado.

²⁶⁶ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Orense.

²⁶⁷ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do abade do mosteiro de Bouro.

²⁶⁸ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do chantre de Braga.

148. 1195.10.13 – Tomar

Epígrafe da sepultura de D. Gualdim Pais na igreja de Santa Maria do Olival.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fl. 24v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fl. 14r e fl. 131r

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Corpus Epigraphicum Portugalensium*, n.º 231, p. 636 (cuja lição se segue)

+ : OBIIT : FRATER : GVAL / DINVS : MAGISTER : MI / LITVM: TEMPLI : PORTV / GALie : Era : M^a : CC^a : XXX^a : III^a : III^o : / IDVS : OCTOB(r)IS : HIC : CAS / TRVM : TOMARIS : CVM : / MVLTI : ALIIS : POPVLAVIT : / REQUIESCAT : In PACE : AMen :

149. 1196.08.08 – Latrão

O papa Celestino III, pela bula «Iustus petentium desiderii», dirigida à Ordem do Templo, isenta de jurisdição episcopal as igrejas de Pombal, Redinha e Ega.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 34²⁶⁹* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 18v-19r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 130v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 248v-249r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 54r-54v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 26-27; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 43v-44r

Publ. Erdmann 2009 [1927], n.º 150, pp. 372-373; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 15, pp. 31-32

Celestinus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus milicie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desiderii dignum est nos facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus annuentes silvam quam quondam illustris Portugalensium regina in perpetuam elemosinam domui vestre concessit quam silvam cum difficultate maxima de sarracenorum manibus liberantes per vos et homines vestros studiosius coluistis ibique tres ecclesias Columbam videlicet Rodinam et Egam fundantes ab omni servicio et censu liberas per triginta annorum curricula et amplius tenuistis vobis et domui vestre auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus districtius inhibentes ne quisquam prescriptas ecclesias novis et indebitis exactionibus aggravare presumat vel episcoporum aliquis preter romanum pontificem in eisdem ecclesiis aliquam sibi potestatem seu iurisdictionem usurpet. Ad indicium autem percepte huius a romana ecclesia libertatis unam auri unciam annis singulis nobis nostrisque successoribus persolvete. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum licitum sit hanc paginam nostre confirmationis et inhibitionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Laterani VI idus augusti pontificatus nostri anno sexto.

²⁶⁹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 486, está datado de 1197.

150. 1197.01.23 – Porto do Douro

D. Sancho I confirma a D. Lopo Fernandes, mestre da Ordem do Templo, a doação feita por seu pai, de Idanha-a-Velha, com seus termos, em atenção aos bons serviços prestados e à cedência, durante a sua vida, dos castelos de Mogadouro e Penas Roias, no arcebispado de Braga.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 135r-135v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 83r-83v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 150v-151v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 71-72

Publ. Costa 1771, n.º 30, pp. 221-223; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 100, pp. 160-161; Pimenta 1940, n.º 3, p. 28

In Dei nomine. Quoniam et consuetudine que pro lege suscipitur et legis actoritate didicimus quod acta regum et principum scripto comendari debeant ut commendata ab hominum memoria non decidant et omnibus preterita presentialiter consistant. Idcirco ego Santius Dei gratia Portugalensium rex una cum uxore mea regina domna Dulcia et filis et filiabus meis facio cartam donationis et perpetue firmitudinis vobis magistro domno Lopo et universis fratribus Militie Templi presentibus et futuris de civitate illa que vocatur Egítania quam pater meus illustrissimus rex domnus Alfonso bone memorie fratribus vestris olim populandam dederat que sita est inter Covelianam et Montem Sanctum et fluvium qui vocatur Tagus et serra de Velesa. Hanc dictam civitatem damus Deo et domui Militie Templi et vobis magistro domno Lopo et fratribus Militie Templi iure hereditario in perpetuum habendam eo modo quo habetis et possidetis cetera castra Templi in meo regno quod iunctum est regnis aliorum regum Yspanie. Et concedimus vobis firmiter ut eam habeatis atque possideatis in perpetuum cum suis terminis et finibus novis et veteribus sicut eos melius potueritis invenire et habere et cum omni integritate iuris ad nos in ipsa expectantis. Hoc quidem facimus pro Deo et pro bono servitio quod a vobis et a fratribus Militie Templi recepimus et cotidie recipimus et pro duobus castris que a vobis habemus scilicet Mugatorio et Pennis Rubeis. Quicumque igitur hoc factum nostrum vobis et cunctis successoribus vestris integrum observaverit benedictus sit a Deo amen. [fl. 135v] Qui vero illud infringere attemptaverit iram Dei omnipotentis incurrat et quicquid fecerit ipse eius successor in irritum deducat. Facta fuit carta hec apud Portum Dorii X kalendas februarii Era M^a CC^a XXX^a V^a anno regni nostri XI et a populatione eiusdem civitatis anno III. Nos reges qui hanc cartam perpetue donationis et concanbii fieri precepimus coram subscriptis eam roboramus et in ipsa hec signa fecimus. Qui affuerunt Martinus Bracarensis archiepiscopus confirmo. Martinus Portugalensis episcopus confirmo. Petrus Lamecensis episcopus confirmo. Nicolaus Visensis episcopus confirmo. Petrus Colinbriensis episcopus confirmo. Pelagius Elborensis episcopus confirmo. Suarius Ulixbonensis episcopus confirmo. Gunsaluus Menendi maiordomus curie confirmo. Rodericus Menendi signifer regis confirmo. Gunsalvus Gunsalvi confirmo. Rodericus Valasquiz confirmo. Rodericus Suarii confirmo. Reumundus Pelagii tenens

Covelianam confirmo. Iohannes Fernandi dapifer regis confirmo. Martinus Fernandi confirmo. Suarius Suarii testis. Petrus Nuniz testis. Fernandus Nuniz testis. Egeas Pelagii testis. Petrus Guomiz testis. Martinus Nuniz testis. Iulianus notarius curie. Gonsalvus canonicus Portugalensis scripsit. [SINAL RODADO]²⁷⁰: REX DOMNUS SANTIUS. REGINA DOMNA DULCIA. REX DOMNUS ALFONSUS. REX DOMNUS PETRUS. REX DOMNUS FERNANDUS. REGINA DOMNA TARASIA. REGINA DOMNA SANTIA. REGINA DOMNA MAHALDA.

151. 1197.07 – Coimbra

D. João Froila, prior de Santa Cruz de Coimbra, com o consentimento de seus cónegos, faz escambo com D. Lopo Fernandes, mestre da Ordem do Templo, recebendo este duas leiras de terra em Montarroio (Coimbra), e ficando, em troca, com um quinchoso (pequeno quintal ou curral) e uma adega situados juntos de uma vinha de Santa Justa de Coimbra.

ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Documentos Particulares*, mç. 14, n.º 5²⁷¹ (cuja lição se segue); ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 101 (Livro de D. João Teotónio), fls. 42r-42v

Publ. Gomes 1999, n.º 5, p. 58

Notum sit omnibus hominibus hoc scriptum legentibus vel audientibus quod ego Iohannes Froyle Sancte Crucis prior cum consensu fratrum meorum feci cartam de concambio cum magistro domno Lopo et cum fratribus suis de quibusdam nostris hereditatibus videlicet de illo terreno in quo ipsi fecerunt unam apotecam et de illo conihosio [*sic*] qui est ultra domos ipsorum et ipsa hereditas est circa vineam Sancte Iuste et in sumitate ipsius est via puplica. Damus igitur vobis freyres istas nostras hereditates pro illis duabus nostris leiris quas habetis in Monte Rubeo. Que sic terminantur. Una ipsarum est circa vineam nostram et de alia parte est leira Hospitalis Iherosalem. Ad affricum vero est via puplica. Alia vero leira est circa vineam hospitalis Sancte Crucis et de alia parte est hereditas Sancte Crucis. Et in cima de ipsis leiris est vinea Sancte Crucis et ad affricum est via puplica. Habeatis ergo ipsas nostras hereditates. Et nos similiter habeamus ipsas vestras quia sic nobis et vobis complacuit. Quicumque igitur contra hoc scriptum nostrum comuni intencione factum venire attemptaverit sit maledictus et excommunicatus et quantum inquisierit tantum cum inquisierit in duplum componat et quantum ipse hereditates fuerint meliorate. Facta karta concambii mense julii Era M^a CC^a XXX^a V^a. Qui presentes fuerunt in roboracione magister domnus Lopus confirmo. Menendus Strema pretor confirmo. Martinus Pelagii Fereiroo confirmo. Domnus Stephanus confirmo. Pelagius Pigeiro eo tempore tenebat bailliam de Colinbrie et [*sic*] confirmo. Nuno Fafiz confirmo.

²⁷⁰ O documento copia o sinal rodado do rei, rainha e infantes.

²⁷¹ Documento quirógrafo. Documento com letra apagada na parte final tendo a reconstituição do texto sido feita com base em ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 101 (Livro de D. João Teotónio), fls. 42r-42v.

Johannes Sancte Crucis [prior] confirmo. Gonsalvus [Garsie prior] claustrum confirmo. Garsia [Pelagii prepositus] confirmo. [Pelagius Nuniz tenebat hospitale] pauperum confirmo. Johanes presbiter notuit.

152. 1198.05.14 – Roma

O papa Inocêncio III, pela bula «Innotuit nobis», dirigida ao bispo e ao prior de Évora, incumbem os de examinarem a queixa do bispo de Coimbra sobre a cedência de parte da diocese aos Templários e ao mosteiro de Santa Cruz.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Eclesiásticos*, mç. 1, n.º 24 (cuja lição se segue)

Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 5, pp. 7-8

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri²⁷² episcopo et dilecto filio²⁷³ priori Elborensibus salutem et apostolicam benedictionem. Innotuit nobis venerabili fratre nostro²⁷⁴ Colimbriensi episcopo conquerente quod cum olim magna pars Colimbriensis diocesis ab inimicis crucis teneretur invasa bone memorie Innocentius papa predecessor noster Lamecensem et Visiensem ecclesias Colimbriensi sicut ex privilegio eius apparet concessit tamdiu detinendas donec amissam partem diocesis rehaberet. Cum autem A[lphonsus] quodam rex Portugalie diocesim illam liberasset a manibus paganorum quandam partem ipsius dilectis filiis fratribus militie Templi quandam vero monasterio Sancte Crucis motu proprio assignavit et in predictis ecclesiis episcopos optinuit ordinari. Ne igitur dicta Colimbriensis ecclesia se doleat suo iure privatam discretionem vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vocatis illis qui propter hoc fuerint evocandi audiatis que hinc inde duxerint proponenda et quod canonicum fuerit super his appellatione postposita statuatis facientes quod statueritis firmiter observari non obstante privilegio vel rescripto in prejudicium Colimbriensis ecclesie per subreptionem obtento nullis litteris veritati et justitie prejudicantibus a Sede Apostolica impetratis. Quod si ambo his exequendis nequiveritis interesse tu frater episcopo ea nichilominus exequaris. Datum Rome apud Sanctum Petrum II idus maii pontificatus nostri anno primo.

153. 1198.05.21 – Roma

O papa Inocêncio III, pela bula «Exposuit nobis», dirigida ao abade e prior de Alcobaça e a Fernando Mendes, monge de Alcobaça, incumbem os de resolverem a questão entre o bispo de Coimbra, D. Pedro, e a Ordem do Templo, sobre as igrejas de Ega, Redinha e Pombal.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Eclesiásticos*, mç. 1, n.º 26 (cuja lição se segue)

Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 8, pp. 10-11

²⁷² Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo.

²⁷³ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do prior.

²⁷⁴ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo.

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis²⁷⁵ abbati²⁷⁶ priori et F[ernando] Menendi monacho de Alcutatia salutem et apostolicam benedictionem. Exposuit nobis venerabilis frater noster²⁷⁷ Colimbriensis episcopus quod cum causa que inter eum et dilectos filios fratres Militie Templi super ecclesiis de Ega et de Rodina et Palumbaria vertebatur, a bone memorie Lucio papa predecessore nostro venerabilibus fratribus²⁷⁸ Bracarensi archiepiscopo et²⁷⁹ episcopo Portugalensi fuisset a Sede Apostolica delegata iudices ipsi partibus convocatis et in eorum presentia constitutis sicut in litteris eorum accepimus dictis fratribus mandaverunt ut de predictis ecclesiis vel eidem episcopo vicesimo die post receptionem litterarum ipsorum iustitiam exhiberent vel ei tamquam diocesano suo iura episcopalia in integrum persolvere procurarent predictis ecclesiis interdicto subjectis et parrochianis earum excommunicationis sententia innodatis nisi dicti fratres mandatis parerent ipsorum vel idem parrochiani eis non parentibus in predictis ecclesiis divinis officiis interessent aut decimas eis primitias sive mortuaria solverent vel in ipsis corpora mortuorum sepelirent. Verum predictis fratribus sententiam eorumdem iudicum nullatenus observantibus a felicitis recordationis Urbano papa predecessore nostro primo ad Johanem quondam vice dominum Brixiensem et magistrum Johannem Bergamensem subdiaconum Apostolice Sedis sub forma predictis iudicibus delegata ac deinde ad venerabilem fratrem nostrum²⁸⁰ Tudensem episcopum et dilectos filios²⁸¹ de Ref[l]orio et²⁸² Alcobatie priores fuerunt littere inpetrate quarum auctoritate non fuit usque ad calculum diffinitive sententie processum nec interdicti ecclesiarum aut excommunicationis parrochianorum sententia relaxata. Tandem vero cum dilectus filius noster G[regorius] Sancti Angeli diaconus cardinalis tunc Apostolice Sedis legatus intrasset Hispaniam eandem causam venerabili fratri nostro²⁸³ episcopo et dilecto filio²⁸⁴ archidiacono Ulixbonensibus delegavit qui priorum iudicum sententiam confirmantes interdicti et excommunicationis sententias in ecclesias ipsas et earum parrochianos latam a primis iudicibus innovarunt ac postmodum idem cardinalis quod ab eis factum fuerat confirmavit. Quia vero nobis ad plenum non constitit de premissis discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus recepta ab eisdem Templaris parendi coram vobis iustitie legitima cautione partibus convocatis inquiratis de predicta sententia diligentius veritatem. Et si eam inveneritis iuste latam

²⁷⁵ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do abade.

²⁷⁶ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do prior.

²⁷⁷ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Coimbra.

²⁷⁸ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do arcebispo de Braga.

²⁷⁹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo do Porto.

²⁸⁰ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Tui.

²⁸¹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do prior de Refojos.

²⁸² Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do prior de Alcobaca.

²⁸³ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Lisboa.

²⁸⁴ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do arcebispo de Lisboa.

faciatis mandari executioni et usque ad satisfactionem a partibus per censuram ecclesiasticam inviolatiter observari. Eodem modo per omnia processuri si forsan fratres ipsi noluerint quod stent et pareant iuri cavere. Alioquin partibus convocatis audiatis causam ex integro et ipsam appellatione remota mediante justitia terminetis non obstante privilegio in prejudicium Colimbriensis ecclesie per subreptionem obtento. Quod si omnes his exequendis nequiveritis interesse duo vestrum ea nichilominus exequantur. Datum Rome apud Sanctum Petrum XII kalendas junii pontificatus nostri anno primo.

154. 1198.[07].07²⁸⁵ – Roma

O papa Inocêncio III, pela bula «Quanto dilecti», dirigida aos arcebispos, bispos, arqui-diáconos e diáconos, ordena que os prelados confirmem os clérigos que a Ordem do Templo apresentar para as suas igrejas e não os excomunguem.

ANNT. *Colecção Especial*, cx. 3, n.º 3²⁸⁶ (cuja lição se segue)

Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 22, pp. 24-25

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus et dilectis filiis archidiaconi et decani ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Quanto dilecti filii nostri fratres militie Templi propriis derelictis ferventius pro christianitatis commodo iugiter elaborante nec ponere pro fratribus animas reformi[ant tanto ipsis in suis manutenendis justiciis diligentius adesse nos convenit et eorum incommoditatibus paterna sollicitudine providere ne, si fuerimus, quod absit, in eorum manutenenda justitia negligentes²⁸⁷ a sarracenorum impugnatione qui christianum nomini insufflant et fidelium effundere sanguinem moliantur desistere compellatur et amplius adversus christianos illorum [vio]lencia convalescat. Cum autem prenomnatis fratribus de indulgentia Sedis Apostolice misericorditer sit indultum ut fructus ecclesiarum que ad illorum donationem pertinent assignato vicariis unde congrue valeant sustentantari et diocesano episcopo eiusque officialibus de suis possit iustitiis responderi debeant in subventionem Terre Jherosolimitane convertere quidam episcopi archidiaconi et decani ad quos illarum ecclesiarum investitura pertinet clericos quos idem fratres idoneos representant recipere pro sua voluntate contempnant nisi easdem ecclesias clericis que de illorum mensa fuerint seu aliis licet minus existant idonei largiantur. Si vero idem fratres easdem ecclesias prout desiderant non assignentur ut libere possint a redditus earum percipere illas per longa tempora faciunt a divinatorum celebratione

²⁸⁵ Datado segundo *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 22, pp. 24-25. Em Abranches (ed., 1895, p. 17, n.º 116) esta bula está atribuída a Inocêncio IV, 1243 ou 1244.

²⁸⁶ Na margem superior direita, escrito por mão recente, lê-se «De 25 de Junho de 1243 ou 1244 [...]». No verso lê-se «[...]encio III».

²⁸⁷ Pergaminho rasgado do lado esquerdo. Reconstituição com base em *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 22, pp. 24-25.

cessare ut sic fratres ipsi voluntates eorum exequi compellantur. Nos igitur tante predictorum fratrum incommoditati prospicere cupientes ne tantam iacturam maliciose cogantur de cetero sustinere universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatenus clericos idoneos quos idem fratres ad ecclesias suas vobis duxerint presentandos a modo benignus admittatis alioquin noveritis quod ipsis auctoritate apostolica liberam indulsimus facultatem ut fructus earundem ecclesiarum donec predicta occasione vacaverunt in subventionem Iherosolimitane terre convertere et eos libere valeant retinere. Preterea quia quidam vestrum fratres ipsos et eorum clericos contra privilegia Sedis Apostolice ipsis indulta sicut dicitur interdicere et excommunicare presumunt nichilominus districtius inhibemus ne ipsos fratres vel eorum clericos de cetero taliter interdicere vel excommunicare aliquatenus attemptaris. Quod si amodo quod non credimus fuerit attemptatum eadem sententiam volumus non teneri. Datum Rome apud Sanctum Petrum nonas [julii]²⁸⁸ pontificatus nostri anno primo.

155. 1198.07.09 – Roma

O papa Inocêncio III, pela bula «Dilectii filii nostri», ordena às autoridades eclesiásticas que não peçam aos capelães das igrejas da Ordem do Templo juramento de fidelidade e obediência, pois apenas o devem ao Santo Padre.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 36v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 64v-65r

Publ. Ferreira 1735, pp. 870-871; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 23, pp. 25-26

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus et aliis ecclesiarum prelatis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Dilecti filii nostri fratres Militie Templi post concilium multipliciter fatigati ut asserunt graves querimonias coguntur in nostro auditorio replicare a capellanis quidem illorum fidelitatem et obedientiam preter solitum queritis. Et quia vestre nolunt satisfacere voluntati eos pro vestre voluntatis arbitrio molestatis non attendentes quantum sit iam dictis fratribus consideratione obsequii quod christianitati in partibus transmarinis exhibent deferendum. Quia igitur gravamen ipsorum sustinere in patientia non debemus quibus quantum cum Deo possumus prescripti obsequii et sue devotionis intuitu in sua tenemur justitia providere universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatinus a capellanis ecclesiarum que pleno iure iam dictis fratribus sunt concessae nec fidelitatem nec obedientiam exigatis quia Romano tantum pontifici sunt subjecti. Ab aliis vero juramentum fidelitatis non queratis sed obedientie sitis promissione contenti scituri quod si eos post prohibitionem nostram indebite gravaveritis non

²⁸⁸ Pergaminho cortado no lugar do selo pendente. Reconstituição com base em *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 22, pp. 24-25.

sine rubore vestro ipsorum curabimus actore Domino iustitie providere. Privilegium quidem meretur ammittere qui permissa sibi abutitur potestate. Datum Rome apud Sanctum Petrum VII idus julii pontificatus nostri anno primo.

156. 1198.07.15 – Roma

O papa Inocêncio III, pela bula «Omne datum optimum», à imitação dos seus antecessores, aprova a milícia, tomando-a sob a sua proteção, e confirmando todos os privilégios concedidos à Ordem.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 29v-31r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 52v-56r

Publ. Ferreira 1735, pp. 838-849; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 24, pp. 26-30

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro religiose militie Templi quod Jerosolimis situm est eiusque fratribus tam presentibus quam futuribus in perpetuum. Omne datum optimum et omne donum perfectum desursum est descendens a Patre luminum apud quem non est trasmutatio nec vicissitudinis obumbratio. Proinde dilecti in Domino filii ad exemplar felicis recordationis predecessorum nostrorum Alexandri, Lucii, Urbani, Clementis Romanorum pontificum de vobis et pro vobis omnipotentem Dominum collaudamus quoniam in universo mundo vestra religio et veneranda institutio nunciatur. Cum enim natura essetis filii ire nunc per aspirantem gratiam Evangelii non surdi auditores effecti relictis pompis secularibus et rebus propriis dimissa etiam spatiosa via que ducit ad mortem arduum iter quod ducit ad vitam humiliter elegistis atque ad comprobandum quod in Dei militia specialiter computemini signum vivifice crucis in vestro pectore assidue circumfertis. Accedit ad hec quod tanquam veri israelite atque instructissimi divini prelii bellatores vere caritatis flamma succensi dictum evangelicum operibus adimpletis quo dicitur 'Maiorem hac dilectionem nemo habet quam ut animam suam ponat quis pro amicis suis'. Unde cum iuxta summi pastoris vocem animas vestras pro fratribus ponere eosque ab incursibus paganorum defensare minime formidetis cum nomine censeamini milites constituti estis a Domino catholice ecclesie defensores et inimicorum Christi impugnatores. Licet autem vestrum studium et laudanda devotio in tam sacro opere toto corde et tota mente desudet nichilominus tamen universitatem vestram exhortamur in Domino atque in peccatorum remissionem autoritate Dei et Beati Petri apostolorum principis tam vobis quam servientibus vestris iniungimus ut pro tuenda catholica ecclesia et ea que est sub paganorum tyrannide de ipsorum spurcitia cruenda expugnando inimicos crucis Christi invocato Christi nomine intrepide laboretis. Et etiam que de ipsorum spolis ceperitis fidenter in usus vestros convertatis et ne de his contra velle vestram portionem alicui dare cogamini prohibemus. Statuentes ut domus seu templum in quo estis a Dei laudem et gloriam atque ad defensionem suorum fidelium et liberandam Dei ecclesiam congregati cum omnibus possessionibus et bonis suis que in presentiarum legitime

habere cognoscitur aut in futurum concessione pontificum liberalitate regum vel principum oblatione fidelium seu aliis iustis modis prestante Domino poterit adipisci perpetuis futuris temporibus sub Apostolice Sedis tutela et protectione consistant. Presenti quoque decreto sancimus ut vita religiosa que in vestra domo est divina inspirante gratia instituta ibidem inviolabiliter observetur et fratres inibi omnipotenti Domino servientes caste et sine proprio vivant et professionem suam dictis et moribus comprobantes magistro suo aut quibus ipse preceperit in omnibus et per omnia subiecti et obedientes existant. Preterea quemadmodum domus ipsa huius facte vestre institutionis et ordinis fons et origo esse promeruit ita nichilominus omnium locorum ad eam pertinentium caput et magistra in perpetuum habeatur. Ad hec adiicientes precepimus ut obeunte te dilecte in Domino fili²⁸⁹ vel tuorum quolibet successorum nullus eiusdem domus [fl. 30r] fratribus preponatur nisi militaris et religiosa persona que vestre religionis habitum sit professa nec ab aliis nisi ab omnibus fratribus insimul vel a saniori ac puriori eorum parte qui preponendus fuerit eligatur. Porro consuetudines ad vestre religionis et officii observantiam a magistro et fratribus communiter institutas nulli ecclesiastice secularive persone infringere vel minuere sit licitum. Easdem quoque consuetudines a vobis aliquanto tempore observatas et scripto firmatas nisi ab eo qui magister est consentiente tamen saniore parte capituli non liceat immutari. Prohibemus insuper et omnimodis interdicens ut fidelitates hominia sive juramenta vel aliquas securitates que a secularibus frequentantur nulla ecclesiastica secularive persona a magistro et fratribus eiusdem domus exigere audeat. Illud autem scitote quoniam sicut vestra sacra institutio et religiosa militia divina est providentia stabilita ita nichilominus nullius vite religiosioris obtentu ad locum alium vos convenit transvolare. Deus enim qui est incommutabilis et eternus mutabilia corda non approbat sed potius sacrum propositum semel inceptum perducere vult usque in finem debite actionis. Quot et quanti sub militari cingulo et clamide terreni imperii Domino placuerunt sibique memoriale perpetuum reliquerunt. Quot et quanti in armis bellicis constituti pro testamento Dei et paternarum legum defensione suis temporibus fortiter dimicarunt atque manus suas in sanguine infidelium Domino consecrantes post bellicos sudores eterne vite bravium sunt adepti. Videte itaque vocationem vestram fratres tam milites quam servientes atque iuxta appellationem unusquisque vestrum in qua vocatione vocatus est in ea permaneat. Ideoque fratres vestros semel devotos atque in sacro collegio vestro receptos post factam in vestra militia professionem et habitum religionis assumptum revertendi ad seculum nullam habere precipimus facultatem. Nec alicui eorum fas sit post factam professionem semel assumptam crucem dominicam et habitum vestre professionis abiicere vel ad alium locum seu

²⁸⁹ Segue-se um espaço em branco.

etiam monasterium maioris vel minoris religionis obtentu iniustis sive inconsultis fratribus aut ei qui magister extiterit liceat transmigrare nullique ecclesiastice secularive persone ipsos suscipiendi aut retinendi licentia pateat. Sane laborum vestrorum quos propriis manibus aut sumptibus colitis sive de nutrimentis vestrorum animalium nullus a vobis decimas exigere vel extorquere presumat. Ceterum decimas quas consilio et assensu episcoporum de manu clericorum vel laicorum habere poteritis illas etiam quas consentientibus episcopis et eorum clericis acquiratis vobis autoritate apostolica confirmamus. Ut autem ad plenitudinem salutis et curam animarum vestrarum nihil vobis desit atque ecclesiastica sacramenta et divina officia vestro sacro collegio commodius exhibeantur simili modo sancimus ut liceat vobis honestos clericos et sacerdotes secundum Deum quantum ad vestram scientiam ordinatos undecumque ad vos venientes suscipere et tam in principali domo vestra quam etiam in obedienciis et locis sibi subditis vobiscum habere dummodo sic vicino sint, eos a propriis episcopis expetatis. Idemque nulli alii professioni vel Ordini teneantur obnoxii. Quod si episcopi eosdem vobis concedere forte noluerint nihilominus tamen eos suscipiendi et retinendi autoritate Sancte Romane Ecclesie licentiam habeatis. Si vero aliqui horum post factam professionem turbatores religionis vestre aut domus vel inutiles apparuerint liceat vobis eos cum saniore parte capituli, amovere eisque transeundi ad alium ordinem ubi secundum Deum vivere voluerint licentiam dare et loco ipsorum alios idoneos substituere qui etiam unius [fl. 30v] anni spacio in vestra societate probentur. Quo peracto si mores eorum hoc exegerint et ad vestrum servicium utiles inventi fuerint tunc demum professionem faciant regulariter vivendi et magistro suo obediendi ita tamen quod eundem victum et vestitum vobiscum habeant necnon lectisternia excepto eo quod clausa vestimenta portabunt. Sed nec ipsis liceat de capitulo vel cura domus vestre se temere intromittere nisi quantum a vobis fuerit iniunctum. Curam quoque animarum tantum habeant quantum a vobis fuerint requisiti. Preterea nulli persone extra vestrum capitulum sint subiecti tibi que dilecte in Domino fili²⁹⁰ tuisque sucessoribus tanquam magistro et prelato suo secundum statuta Ordinis vestri deferant. Consecrationes vero altarium seu basilicarum ordinationes clericorum qui ad sacros Ordines fuerint promovendi et cetera ecclesiastica sacramenta a diocesanis suscipiatis episcopis si quidem catholici fuerint et gratiam atque communionem Apostolice Sedis habuerint et ea gratis et absque pravitate aliqua vobis voluerint exhibere. Alioquin liceat vobis catholicum quemcumque malueritis adire antistitem qui nostra fretus autoritate quod postulatur indulgeat. Clericos autem pro pecunia predicare aut lucro vosque pro huiusmodi causa eos ad predicandum mittere prohibemus nisi forte magister Templi qui pro tempore fuerit certis ex causis id faciendum esse decreverit. Si quando vero loca

²⁹⁰ Segue-se um espaço em branco.

deserta fuerint eidem venerabili domui ab aliquo pia devotione collata liceat vobis ibidem villas edificare ecclesias et cimiteria ad opus hominum ibidem manentium fabricare ita tamen quod in vicinia illa abbatia vel religiosorum virorum collegium non existat que ob hoc valeant perturbari. Cum autem terre culte vobis quolibet iusto titulo conferentur facultatem et licentiam habeatis ibidem oratoria construendi et cimiteria faciendi ad opus transeuntium et eorum tantummodo qui de vestra fuerint mensa. Indecens enim est et animarum periculo proximum religiosos fratres occasione adeunde ecclesie se virorum turbis et mulierum frequentie immiscere. Quicumque sane in vestro collegio suscipientur stabilitatem loci conversionem morum seque militaturos Domino diebus vite sue sub obedientia magistri Templi posito scripto super altare in quo contineantur ista promittant. Decernimus ergo ut receptores vestrarum fraternitatum sive collectarum salvo jure dominorum suorum in beati Petri et nostra protectione consistant et per terras in quibus fuerint pacem habeant. Simili modo sancimus ut quicumque in vestra fraternitate fuerit receptus si forte ecclesia ad quam pertinet a divinis officiis erit prohibita eumque mori contigerit eidem sepultura ecclesiastica non negetur nisi excommunicatus vel nominatim fuerit interdictus. Preterea si qui fratrum vestrorum qui ad recipiendas easdem fraternitates vel collectas a vobis fuerint missi in quamlibet civitatem castellum vel vicum advenerint si forte locus ipse a divinis officiis sit interdictus pro omnipotentis Dei reverentia semel in anno aperiantur ecclesie et exclusis excommunicatis divina officia celebrentur. Statuimus etiam ut nulli episcopo in ecclesiis vobis utroque iure subditis interdicti vel excommunicationis sententiam liceat promulgare. Verum tamen si generale interdictum terre fuerit in locis illis prolatum exclusis excommunicatis et nominatim interdictis clausis ianuis absque signorum pulsatione plane divina officia celebretis. Decernimus insuper autoritate apostolica ut apud quemcumque locum vos venire contigerit ab honestis atque catholicis sacerdotibus penitentiam unctionem seu alia quelibet ecclesiastica sacramenta suscipere liceat ne forte ad perceptionem spiritualium bonorum vobis quippiam deesse valeat. [fl. 31r] Quia vero omnes in Christo unum sumus et non est personarum differentia apud Deum tam remissionis peccatorum quam alterius beneficentie atque apostolice benedictionis que vobis indulta est etiam familiam et servientes vestros volumus esse participes. Nulli ergo omnino hominum liceat predictum locum temere perturbare aut eius possessiones auferre vel ablatas retinere minuere seu aliquibus vexationibus fatigare sed omnia integra conserventur vestris atque aliorum Dei fidelium usibus omnimodis profutura salva in omnibus Apostolicæ Sedis autoritate. Si quis igitur huius nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere venire temptaverit secundo tertiove commonitus nisi reatum suum congrua satisfactione correxerit potestatis honorisque sui careat dignitate reumque se iudicio divino existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dei et Domini redemptoris nostri Jesu Christi

alienus fiat atque in extremo examine districe subjaceat ultioni. Conservantes autem hec omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius benedictionem et gratiam consequantur. Amen.

[SINAL RODADO]: Fac mecum Domine signum in bonum.

Beate.

Ego Innocentius Catholicae Ecclesiae episcopus confirmo.

Ego Octavianus Hostiensis et Velletrensis episcopus confirmo.

Ego Petrus Portuensis et Sancte Rufinae episcopus confirmo.

Ego Petrus titulo Sancte Ecclesie presbiter cardinalis confirmo.

Ego Jordanus Sancte Pudentiane titulo Pastoris presbiter cardinalis confirmo.

Ego Guido Sancte Marie Transtiberim tituli Calixti [*presbiter*] cardinalis confirmo.

Ego Hugus presbiter cardinalis Sancti Martine tituli Equitii confirmo.

Ego Berardus Sancti Adriani diaconi cardinalis confirmo.

Ego Gregorius Sancte Marie in Porticu diaconi cardinalis confirmo.

Ego Gregorius Sancte Marie in Aquiro diaconi cardinalis confirmo.

Ego Gregorius Sancti Georgii ad Velum aureum diaconi cardinalis confirmo.

Ego Gregorius Sancti Angeli diaconi cardinalis confirmo.

Ego Petrus Sancte Mariae in Vulata diaconi cardinalis confirmo.

Datum Rome apud Sanctum Petrum per manum Raynandi domini papae notarii cancelarii vicem agentis. Idibus julii indictione prima Incarnationis dominicae anno M^o C^o XC^o VIII^o, pontificatus vero domni Innocentii papae III anno primo.

157. 1198.08.24 – Spoleto

O papa Inocêncio III, pela bula «Oblata nobis», dirigida aos deães de Lisboa e Viseu e ao arcebispo de Santarém, incumbem os de resolverem a queixa do bispo de Coimbra contra clérigos seculares contratados, que celebravam ofícios divinos nas igrejas de Ega, Redinha e Pombal, interditas pela Igreja Romana.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Eclesiásticos*, mç. 1, n.º 32 (cuja lição se segue)

Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 28, p. 38

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis²⁹¹ Ulixbonensi et²⁹² Visensi decanis et²⁹³ Santeranensi archidiacono salutem et apostolicam benedictionem. Oblata nobis ex parte venerabilis fratris nostri²⁹⁴ Colimbriensis episcopi petitio continebat quod Suerius monachus de Palumbario clericus secularis et alii conducticii clerici seculares in castris et villis fratrum Militie Templi degentes in tantam audaciam sunt erecti quod apud Egam Rodinam et Palumbar in ecclesiis per Romanam Ecclesiam interdictis

²⁹¹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Lisboa.

²⁹² Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do deão de Viseu.

²⁹³ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do arcebispo de Santarém.

²⁹⁴ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Coimbra.

divina presumunt officia celebrare. Quia vero tantus excessus non sine contemptu Sedis Apostolice relinquitur impunitus discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus si premissa veritate nituntur predictis contemptoribus appellatione remota penam canonicam infligatis ut et ipsi sciant pena magistra quanta reverentia Sedi Apostolice ab omnibus debeatur et eorum exemplo alii debeant a similibus abstinere. Nullis litteris veritati et justicie prejudicantibus a Sede Apostolica impetratis. Quod si omnes his exequendis nequiveritis interesse duo vestrum ea nichilominus exequantur. Datum Spoleti IX kalendas septembris pontificatus nostri anno primo.

158. 1198.12 – Lageosa

Soeiro Fromarigues doa a D. Lopo Fernandes, mestre da Ordem do Templo, e à milícia, cinco casais em Moreira de Senhorim, entre outros bens.

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 43v-44r

In Dei nomine notum sit tam presentibus quam fucturis quod ego donnus Suerius Fromarici divino amore tactus et meor peccatorum condolens do Deo et Ordini militie Templi corpus meum ut sine vivus vel mortuus meo Ordine et non in alio sit michi concessum intrare. Nunc enim do Deo et magistro domno Lupo Fernandi et omnibus fratribus eiusdem militie quinque casalia que sunt in Mo-[fl. 44r] reira de Seniorim cum omnibus suis terminis et suis hereditatibus ruptis et inruptis pascuis omnibus et suis aquis et quamtum ego in ea habebam ut vos et omnis fratres eiusdem militie hereditario iure habeant. In super do vobis unum molendinum in Covelliana et unam hereditatem in qua laborabunt vobis unum iugum de bobus per totum annum. Ista siquidem supradicta tali pacto in presenti nobis do ut postea numerentur in tertia de toto meo habere quam debetis habere. Igitur ab hac die hoc meum scriptum sit concessum a Deo et a me roboratum amen. Era millessima duocentessima trigessima sexta in mense decembris hec carta apud Lageosam fuit scripta. Qui affuerunt domnus Petrus Guterriz de Covelliana. Filii ipsius Suerii Fromarici scilicet Garsia Soariz. Et Arrizadus. Et de fratribus Alfonsus Menendiz dictus Lageosa. Domnus Vilelmus. Donnus Pelagius. Domnus Astrarius. Johannes Pelagii capellanus magistri notavit.

159. 1199.04.24 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Militia Dei», concede à Ordem do Templo o direito de escolher sacerdotes, edificar oratórios e igrejas para enterrar os seus freires e servidores. Ordena ainda aos bispos que consagrem as igrejas da Ordem e benzam os seus cemitérios, se para isso forem requeridos.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 33 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 35v-36r²⁹⁵; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 63v-64r

Publ. Ferreira 1735, pp. 866-868²⁹⁶; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 40, p. 54²⁹⁷

²⁹⁵ Datado de 23 de abril, IX kalendas maii.

²⁹⁶ Datado de 23 de abril, IX kalendas maii.

²⁹⁷ Datado de 24 de abril.

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis fillis abbatibus clericis et laicis Dei fidelibus ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Militia Dei que dicitur Templi quam sit orientali ecclesie commoda meritis digna Deo grata universitatem vestram credimus non latere. Exhortatur igitur nos fraterna caritas ut in quantum possumus ei optata solacia ministremus. Et quam religiose vivunt et divinis interesse curant officiis ad exemplar felicitatis recordationis Alexandri pape predecessoris nostri liberam facultatem eis concedimus undecumque idoneos presbiteros ad suum servitium assumere qui bene sunt ordinati et licentiam proprii episcopi habeant. Ad hec eisdem fratribus commodius prospicere cupientes nullius tamen vestrum ius parochiale volentes minuere decimas sive oblationes aut sepulturas auferre in locis sibi collatis ubi videlicet sua familia habitat oratoria construere ipsis licentiam dedimus in quibus divina audiant officia et ibidem si quis de fratribus aut servientibus mortuus fuerit tumuletur. Indecens enim est et animarum periculo proximum religiosos fratres ad eundem occasione ecclesie se virorum turbis mulierum frequentationibus immiscere. Huius rei gratia universitati vestre mandamus atque precipimus quatinus cum vos fratres archiepiscopi vel episcopi ab eisdem fratribus fueritis requisiti eadem oratoria absque pravitate aliqua consecretis atque pro sepultura eiusdem familie sue in prefatis locis cimiteria benedicatis. Presbiteros quoque quos ipsi pro exhibendo sibi divino servitio sociaverint permittatis in pace manere. Ad hoc igitur complendum vestra fraternitas opem et consilium atque assensum prebeat neque eos ad oratoria construenda impediatur aut impediri permittat. Datum Lateranum VIII Kalendas maii pontificatus nostri anno secundo.

160. 1199.06.22 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Cum ex suscepte», ordena aos bispos e prelados que não intentem contra os privilégios concedidos à Ordem do Templo pela Santa Sé, nem interditem a celebração dos officios pelos seus capelães, e os defendam na justiça contra aqueles que os quiserem ofender.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 34 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 38v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 67v

Publ. Ferreira 1735, pp. 877-878; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 43, p. 65

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus et aliis ecclesiarum prelatibus ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Cum ex suscepte administrationis officio debeatis viros religiosos a pravorum malignitate defendere et ipsos a gravaminibus relevare nequaquam ipsis graves esse debetis nec exactiones novas imponere nec aliquas injurias irrogare. Pervenit autem ad nos quod quidam ex vobis dilectos filios nostros fratres militie Templi contra tenorem privilegiorum eis a Sede Apostolica indultorum crebris procurationibus et aliis exactionibus

graviter inquietant et bona ipsorum que ad defensionem orientalis terre necessaria plurimum esse noscuntur pro sue voluntatis arbitrio minuere non formidant et eorum capellanis pro illicitis talliis et exactionibus aliis divina officia interdunt. Quapropter universitatem vestram attentius duximus admonendam per apostolica scripta precipiendo mandantes quatinus fratres ipsos contra privilegia eis ab Apostolica Sede indulta de cetero ullatenus aggravetis nec eorum capellanos propter memoratas causas prohibeatis de cetero divina officia celebrare. Verum ipsos a presumptione malignantium in eorum bona presumentium debachari quociens ad vos querela pervenerit taliter defendatis et suam faciatis iusticiam obtinere quod ex hoc vobis a Deo premium augentur et ipsi liberius valeant inimicis crucis Christi resistere et etiam illis resistentibus gratia subsidia ministrare. Datum Laterani X kalendas julii pontificatus nostri anno secundo.

161. 1199.07

Fr. Martinho Formarigo, outrora comendador de Tomar, os freires da Ordem do Templo e Pedro Alvo alcaide de Tomar emprazam a Pedro Garcia a albergaria de Ourém, mediante certas condições. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 15* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 37*²⁹⁸; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 49r e fl. 136v*
 Publ. Gomes 1997, n.º 4, pp. 171-172 (versão do *Livro dos Mestrados*)

Ego frater donnus Martinus Formariguiz qui erat tunc comendator de Tomar una cum fratribus et ego pretor Petrus Albus una cum concilio de Tomar facimus tibi Petro Garsie cartam de albergaria de Aurem que fuit de Pelagio Romeo et de uxore eius <Maria Soariz> et de [...] Deo et fratribus de Templo et nobis modo damus tibi tali videlicet pacto ut stes in eam dum fueris vivus et benefeceris et post obitum tuum relinquo in eam tertiam partem de tuo censu et si forte antea dum fueris <vivus> inde dicesseris relinques in eam quartam partem de quanto ganato <quod> in eam criaveris et de pane de gallinis similiter et mediam partem de quanto fueris lucrare per terras scilicet ganat aut bestias et medietatem habeas tu et alibi si forte omnipotens Deus dederit tibi in eam obitum et tu filius talis habueris ut merear hanc albergariam ipse mandamus et concedimus ut stet in eam antequam alius et tu reliques in eam tertiam partem sicut tibi prius diximus et si aliquis homo ibi adduxerit ganatum aut bestias hoc vidimus pro bono et concedimus ut non habeas inde partem ergo de quo lucraveris per terras terras. Et hoc decretum in eam posuimus et decretamus si aliquis de villa nostra malum fecerit in albergariam istam aut ad albergueiro pectet mille solidos. Et si dampnaverit agrum aut almunia aut acceperit vicinus noster pomas vi pectet sexaginta solidos. Facta karta mense julii Era M^a CC^a XXX^a VII^a. Nos supranominatos qui hanc cartam iussimus facere cum nostris propriis manibus roboravimus et hoc

²⁹⁸ Documento em muito mau estado.

signum fecimus. Qui presentes fuerunt et qui viderunt et audierunt. Pretor donnus Fernandus Menendiz de Ablantis. Frater eius Garcia Menendiz. Gonsalvus Gonsalviz testes. Laurentius Pelagii. Gonçalvus Menendiz. Martinus Menendiz testes. Martinus presbiter notuit.

162. 1199.07.05 – Covilhã [A]

*D. Sancho I faz escambo com D. Lopo Fernandes, mestre da Ordem do Templo, entregando à Ordem a vila de Rodão (Açafa) e recebendo as igrejas de Mogadouro e Penas Roias*²⁹⁹. *Trata-se de uma falsificação.*

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios*, mç. 1, n.º 7 e mç. 1, n.º 8 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 135v-136r; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 73r-73v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]) e fls. 73v-74r³⁰⁰ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 73-75; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 91r-91v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 165r-166r

Publ. Costa 1771, n.º 31, pp. 225-227; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 117, pp. 181-182

In Dei nomine. Quoniam et consuetudinem que pro lege suscipitur et legis auctoritate didicimus quod acta regum et principum scripto commendari debeant ut commendata ab hominum memoria non decident et omnibus preterita presencialiter consistant iccirco ego Sancius Dei gratia Portugalensium rex una cum filio meo rege domno Alfonso et ceteris filiis et filiabus meis facio cartam vobis domno Lupo Fernandi magistro milicie Templi in regno nostro et fratribus vestris tam presentibus quam futuris de Açafa quod vobis et cunctis successoribus vestris damus iure hereditario in perpetuum pro Deo et pro bono servicio quod a vobis et fratribus milicie Templi recepimus et cotidie recipimus et pro ecclesis de Mugadorio et Pennis Rubeis quas nobis dedistis bene paratas de omnibus que pertinent ad ecclesiasticum officium. Cuius isti sunt termini partitur cum Belveer quomodo intrat aqua de Uclesa in Tagum et quomodo aqua de Paracana in Uclesam deinde quomodo vadit aqua de Paracana ad viam de Egítania et quomodo venit via de Egítania ad capud de Saxo et exinde ubi intrat aqua de Saxo in Bostelim deinde ad Fontem de Carvalio deinde ad Racefe Mauris cum quomodo intrat in aquam de Isna deinde ad capud quod est inter Isnam et Tamolliam ad Paradeneiros Veteros deinde per magnam serram que est inter Isnam et Tamolliam. Deinde descendit ad focem de Oleiros ad viam que venit de Covilliana et quomodo vadit per viam Covilliane ad focem de Cambas deinde capud de Moncaval deinde ad capud de Asina quomodo vadit ad Alpreadam que est terminus de Egítania. Partitur namque cum Egítania a Tago usque flumen de

²⁹⁹ D. Sancho I outorgara foral a Penas Roias («vobis concilio de castro Pena Rubea») em [1187 maio-junho], segundo Leontina Ventura e António Resende de Oliveira (*Chancelaria de D. Afonso III*, livs. II e III, 2011, p. 62).

³⁰⁰ Neste documento a data é a seguinte: «Era M CC XXX VI.».

Ponsul deinde ad capud de Merones quomodo vadit ad capud de Cardosa. Partitur enim ultra Tagum per focem de Figueiroo quomodo intrat in Tagum deinde intrat ad rostrum ed Merlica et vadit ad Mongaret deinde ad cimalias de aqua de Vida deinde ad castellum de Terrom quomodo vadit ad monasterium de Alpalantri deinde ad semederium ed Bensayam deinde ad portum de Mola de Salor quomodo vertuntur aque de Tagum. Damus igitur vobis et Ordini vestro hereditario iure predictum locum sit determinatum pro Deo et predictis ecclesiis quas supra nominavimus et concedimus vobis ut eum populetis sicut melius poteritis. Et ratum atque concessum habemus ut quod forum populatoribus in eo dabitur libere habeant et quos ibi hereditabitur hereditentur. Vos vero nos et cunctos qui de genere nostro nobis in regno successerint quodcumque voluerimus tanquam reges et dominos vestros in ipso loco recipiatis. Quicumque igitur hoc factum nostrum vobis et cunctis successoribus vestris integrum observaverit a Deo sit benedictus amen. Qui vero illud in irritum ducere temptaverit sit maledictus et quicquid fecerit in irritum deducatur. Facta fuit hec carta apud Covillianam V^o die Iulii. Era M^a CC^a XXX^a VI^a. Nos reges qui hanc cartam fieri precepimus coram subscriptis eam roboramus et hec signa fecimus. Qui affuerunt. Domnus Gunsalvus Menendi maiordomus curie confirmo. Domnus Pelagius Moniz signifer regis confirmo. domnus Reimundus Pelagii dominabatur Cuvill*>*ane³⁰¹ confirmo. Domnus [Martinus] Lopiz Troncoso confirmo. Domnus Laurencius Suarii Lameco confirmo. Domnus Egas Alfonsi Alafone confirmo. Domnus Iohannes Fernandi dapifer regis confirmo. Domnus Osereus testis. Rodericus Petri testis. Bernadus Nuniz testis. Martinus Bracharensis archiepiscopus confirmo. Martinus Portugalensis episcopus confirmo. Petrus Lamecensis episcopus confirmo. Nicholaus Visensis episcopus confirmo. Petrus Colibriensis episcopus confirmo. Suarius Ulixbonensis episcopus confirmo. Pelagius Elborensis episcopus confirmo. Petrus Nuniz testis. Suerius Suerii testis. Iulianus notarius curie. [SINAL RODADO] REX DOMNUS SANCIVS. REX DOMNUS ALFONSUS. REX DOMNUS PETRUS. REX DOMNUS FERNANDUS. DEUS MISEREATUR NOSTRI ET BENEDICAT NOS.

163. 1199.07.05 – Covilhã [B]

*D. Sancho I faz escambo com D. Lopo Fernandes, mestre da Ordem do Templo, entregando à Ordem a vila de Idanha e recebendo os castelos de Mogadouro e Penas Roias*³⁰². *Trata-se de uma falsificação.* ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mc. 3, n.º 34* (2.º documento e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 17r-17v
 Publ. Costa 1771, n.º 33, pp. 232-236; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 118, pp. 183-184³⁰³

³⁰¹ No documento lê-se «Cuvillanie», mas o segundo «i» está supontado assinalando o erro.

³⁰² Veja-se documento de 1199.07.13.

³⁰³ Segundo os autores do estudo, trata-se de uma falsificação.

In Dei nomine. Quoniam consuetudinem que pro lege suscipitur et legis auctoritate didicimus quod acta regum et principum scripto comendari debeant ut comendata ab hominum memoria nec decendant. Iccirco ego Sancius Dei gratia Portugalensium rex una cum filio meo rege domo Alfonso et ceteris filiis et filiabus meis facio cartam firmissimi concambii vobis domno Lopo Fernandi magistro Militie Templi in regno nostro et fratribus vestris tam presentibus quam futuris de civitate que vocatur Egitani<a>³⁰⁴ quam vobis damus pro duobus castellis que vobis in Bregantia dedistis, scilicet, Pennis Rubeis et Mugatorio. Damus igitur vobis et Ordinis vestro supra dictam civitatem pro Deo et pro iam dictis castellis et concedimus vobis et cunctis successoribus vestris ut eam habeatis atque possideatis cum suis terminis novis et veteribus sicut eos melius habere potuistis iure hereditario im perpetuum sicut alia castella que in regno nostro habetis videlicet quod nos et cunctos qui de genere nostro nobis in regno successerint quandocumque voluerimus tamquam reges et dominos vestros in ipsa civitate et in ipso castello recipiatis. Concedimus et vobis ut habeatis cuncta que in ea ad ius nostrum pertinent salvo iure episcopi. Damus adhuc vobis et iure hereditario habendum concedimus portum de Exartiqui cum terminis d'Azzaffa et sicut aqua de Uclesa intrat in Tago et per serram de Uclesam ad Talladias de Suoario manus aquile. Quicumque igitur hoc factum nostrum vobis et cunctis successoribus vestris integrum observaverit sit benedictus a Deo amen. Qui vero illud in irritum ducere temptaverit sit maledictus et quicquid fecerit in irritum deducatur. Facta fuit hec karta apud Covilianam V^a die julii Era M^a CC^a XXX^a VII^a. Nos reges qui hanc cartam fieri precipimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa fecimus. Qui affuerunt Domnus Gonsalvus Menendi maiordomus curie confirmo. Domnus Pelagius Moniz signifer regis confirmo. Domnus Reimondo Pelagil qui dominabatur Coviliane confirmo. Domnus Martinus Lopiz Trancoso confirmo. Domnus Lourentius Soariz Lomego confirmo. Domnus Egeas Alfonsi Alafeon confirmo. Domnus Iohannes Fernandi dabifer regis confirmo.

164. 1199.07.13 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Cum a nobis», dirigida ao arcebispo de Braga, confirma a doação que D. Sancho I lhe fizera dos dízimos que a Ordem do Templo recebia das igrejas de Mogadouro e Penas Roias, antes de as permutar com o rei.

ADB. *Gaveta das Rendas da Mitra*, n.º 10 (cuja lição se segue); ADB. *Livro das Cadeias*, n.º 62, fl. 40v
Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 53, pp. 95-96

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri Martino Bracarensi archiepiscopo salutem et apostolicam benedictionem. Cum a nobis petitur quod iustum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo exigit rationis ut id per

³⁰⁴ Corrigido de «Egistanie».

sollicitudinem officii nostri ad debitum perducatur effectum. Sane significasti nobis in nostra presentia constitutus quod cum karissimus in Christo filius noster³⁰⁵ [*Sancius*] Portugalie rex illustris quasdam possessiones dilectis filiis fratribus militie Templi concesserit receptis ab eis in permutassonem duobus castris scilicet Mugatorio et Petras Roias que idem fratres habuerant in diocesis Bracarensi rex ipse tertiam partem decimarum quas dicti fratres prius perceperant in ecclesiis castrorum ipsorum pietatis intuitu concessit ecclesie Bracarensi. Nos igitur [tuis preci]bus annuentes decimas ipsas sicut [...] ³⁰⁶ legitime contulit ecclesie Bracarensi et tu eas iuste possides et quiete tibi et per te ipsi Bracarensi ecclesie auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Laterani III idus iulii. Pontificatus nostri anno secundo.

165. 1199.10.14 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Referente venerabili fratre», dirigida a D. Martinho Pires, arcebispo de Braga, ao prior de Grijó e a Fernando Mendes, monge de Alcobaça, para julgarem a questão entre o bispo de Coimbra e a Ordem do Templo sobre as igrejas de Ega, Redinha e Pombal e a intromissão dos bispos de Lamego, Lisboa e Viseu na diocese de Coimbra.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Eclesiásticos*, mç. 1, n.º 34 (cuja lição se segue) e n.º 35

Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 65, pp. 108-110

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri³⁰⁷ Bracharensi archiepiscopo et dilectis filiis³⁰⁸ priori Ecclesiole et F[ernando] Menendi, monacho Alchobatie salutem et apostolicam benedictionem. Referente venerabili fratre nostro³⁰⁹ Colimbriensi episcopo apud Sedem Apostolicam constituto nostris est auribus intimatum quod cum questio dudum inter Colimbriensem ecclesiam et Templarios agitata super ecclesiis de Palumbario Rodina et Ega ex conquestione ipsius Colimbriensis ecclesie ad felicis recordationis Luci pape predecessoris nostri audientiam pervenisset bone memorie G[odino] Bracharensi archiepiscopo et F[erdinando] Portugalensi episcopo eam commisit fine canonico terminandam ut si dicti Templarii ad eorum presentiam non accederent aut eorum iudicio contempnerent obedire absque appellationis diffugio in eos severitatem canonicam exercerent. Cum autem iudices ipsi partes tandem edicto peremptorio citavissent Templarii obtentu appellationis

³⁰⁵ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do monarca.

³⁰⁶ Orifício no pergaminho.

³⁰⁷ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do arcebispo de Braga.

³⁰⁸ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do prior de Grijó.

³⁰⁹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Coimbra.

in prima citatione ad Sedem Apostolicam interposite licet in commissoriis litteris remedium esset appellationis sublatum ad diem preemtorium nec venerunt nec pro se miserunt aliquem responsalem quos infra certum tempus coram se juri stare mandarunt alioquin jura episcopalia in dictis ecclesiis adiudicarunt Colimbriensi ecclesie iudices antedicti et nisi sententie eorum pareretur tam ecclesias quam earum parrochianos supposuerunt ecclesiastico interdicto christiana sepultura etiam interdicta. Consequenter vero Templariorum nuntius a bone memorie Urbano pape predecessore nostro sub ea forma commissorias litteras impetravit ut ante ingressum cause a Templariis sufficienti cautione recepta quod super hiis juri parerent delegati solverent interdictum et si alterutra pars duceret appellandum usque ad diffinitivam sententiam procedentes gesta omnia transmitterent sigillorum suorum munimine roborata et diem partibus assignarent quo venirent ad Sedem Apostolicam sententiam recepture ex quarum nimirum litterarum tenore non fuit processum quoniam pars que rescriptum impetraverat illud iudicibus non ostendit unde in ecclesiis memoratis interdictum postea non extitit relaxatum quod Templarii sicut dicitur non servarunt. Cumque processu temporis dilectus filius noster G[regorius] Sancti Angeli diaconus cardinalis in Ispanie partibus legationis officio fungeretur³¹⁰ episcopo et³¹¹ archidiacono Ulixbonensibus suis dedit litteris in mandatis ut aut causam eandem fine debito terminarent vel sententias a prioribus iudicibus promulgatas vice sua ratas habentes que continebantur in eis facerent a partibus firmiter observari. Sed responsalibus ecclesie Colimbriensis ad diem preemtorium venientibus coram eis et Templariis sicut prius fecerant venire contempnentibus vel mittere responsalem iudices latas a prioribus sententias confirmarunt ne scilicet divina celebrarentur officia in ecclesiis ante dictis neque sepelirentur in eis corpora defunctorum nec primicie decime vel mortuaria milicie Templi fratribus solverentur excommunicationi subdentes qui contra hoc facere attemptarent sed dicti fratres in sua contumacia nequiter permanente observare prefatas sententias penitus contradicunt. De venerabilibus quoque fratribus nostris³¹² Lamecensi³¹³ Ulixbonensi et³¹⁴ Visensi episcopis ecclesie Colimbriensis afflicte afflictionem addentibus quorum primus ecclesias supradictas alter ecclesiam de Thomar in Colimbriensi diocesi constitutam tercius vero ecclesias de Larena presumpsit spreta prohibitione Colimbriensis ecclesie consecrare memoratus Colimbriensis episcopus gravem in auditorio nostro proposuit questionem obnixè deprecans ut tam ipsorum quam aliorum predictorum excessus animadversione vellemus canonica castigare per quos sepe dicta Colimbriensis ecclesia enormem sustinuerat lesionem. Nos igitur ab

³¹⁰ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Lisboa D. Soeiro.

³¹¹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do arcebispo de Lisboa.

³¹² Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Lamego D. Pedro.

³¹³ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Lisboa D. Sueiro.

³¹⁴ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente ao nome do bispo de Viseu D. Nicolau.

ipsius clamoribus qui apud nos sicut vestra novit discretio moram fecerat longiorem auditum avertere non valentes et de prelatiis delegatorum sententiis quantum patuit per autentica scripta certiores effecti sed utrum observate fuerint ignorantes quamvis iam dictus Colimbriensis episcopus eas constanter assereret non servatas discretioni vestre per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus solum Deum habentes pre oculis gratia quoque ac timore postpositis inquirentes super hiis que premissa sunt diligentius veritatem si iam dictis delegatorum sententiis auctoritate postmodum apostolica minime relaxatis inveneritis paritum non fuisset Templarios in legitimis expensis vestre discretionis arbitrio moderandis factis ob hanc causam Colimbriensis ecclesie condempnetis ad quarum prestationem eos per excommunicationis sententiam appellatione remota cogi volumus et mandamus a quibus sufficienti cautione recepta quod coram vobis iuri parebunt interdicto soluto audiatis causam et eam appellatione cessante fine canonico decidatis. Si vero nominati fratres premissam prestare noluerint cautionem vos sublato cuiuslibet contradictionis et appellationis obstaculo in possessionem earumdem ecclesiarum causa rei servande Colimbriensem mittatis ecclesiam et tueamini per districtiorem ecclesiasticam introductam. Sacerdotes quoque et alios clericos quos in illis ecclesiis interdictis inveneritis officia celebrasse divina excommunicationis gladio percellatis et tamdiu faciatis sicut excommunicatos arctius evitari donec cum vestrarum testimonio litterarum nostro se conspectui presentarint. Episcopus autem predictos si juxta quod superius est expressum ecclesias illas inveneritis temere consecrasse appellatione cessante a pontificali officio suspendatis. Sic autem in premissis articulis iuxta rescripti nostri continentiam non ostante rescripto aliquo veritate tacita per surreptionem lite pendente a Sede Apostolica impetrato fideliter ac prudenter appellatione postposita procedatis nec processum cause impediatis si super hoc se dixerint certum nuncium ad nostram presentiam transmisisse quod protractas diutius controversias per vestram gaudeamus sollicitudinem terminatas. Testes autem qui nominati fuerint si se gratia odio vel timore subtraxerint ut testimonium perhibeant veritati per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compellatis. Quod si omnes hiis exequendis nequieveritis interesse tu frater archiepiscopo cum eorum altero ea nichilominus exequaris. Datum Laterani II idus octobris pontificatus nostri anno secundo.

166. [c. 1200 – Coimbra]³¹⁵

Notícia sobre as contendas entre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e a Ordem do Templo acerca das propriedades dos Crúzios em Soure e das casas dos Templários junto a Santa Cruz.

ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 101 (Livro de D. João Teotónio), fls. 14r-14v (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 7, p. 60

³¹⁵ Datado com base em Gomes 1999, n.º 7, p. 60.

Habuimus etiam maximas concertationes cum militibus Templi qui tenebant domos suas in atrio ecclesie nostre et emebant sibi multas alias domos in parrochia nostra. Fecimus itaque querimoniam regi nostro domno Alfonso pro eo quod ipsi nolebant ut nos³¹⁶ haberemus hereditatem in castello de Saurio quod erat illorum. Nam quidam miles nomine Petrus Roderici qui iacet tumulatus in nostro monasterio fecit nobis cartam testamenti de sua propria hereditate quam ibi habebat de avolengo ex parte coniugis sue et noluerunt ipsi milites ut eam ibi haberemus. Similiter et quidam homo Julianus nomine incola et heres ipsius castelli effectus est frater noster et socius et dedit nobis secum hereditatem quam ibi habebat de avolengo <et> de apresuria et eiecerunt nos inde foras. Aliam quoque hereditatem quam nobis testatus fuerat quidam noster amicus et germanus fratrum nostrorum nomine M[enendu]s Fernandus abstulerunt nobis. Et aliam hereditatem quam nobis ibi dederat quedam amita nostri prioris domni Iohannis. Cum itaque faceramus de hoc querimoniam regi domno Alfonso mandavit et iuste iudicavit ut sicut ipsi nolebant ut nos haberemus hereditatem in suo proprio castello neque ibi hereditaremur ita nec ipsi haberent ullam hereditatem in nostra possessione nec in nostra parrochia quam ipse rex nobis dederat per privilegium tanquam in possessionem. Misit ergo portarium suum qui funditus a fundamento dirueret domos illas et tendas illorum que stabant in atrio et ad ostium ecclesie nostre quod et fecit. Et precepit ut restituerent domos si quas emerant in parrochia nostra dominis suis et reciperent precium illarum quod eis dederant. Fecimus etiam inquisitionem cum eis de domibus illis quas habent in monte Rubeo ubi morantur et inventum est quod paries orientalis cum toto suo outone stabat in nostro terreno qui fuit de Petro de Alpoey et privatas quales fecerunt in nostro terreno et terrenum quod est ultra domum versus aquilonem et columbare quod adheret domui sue. Et debent [fl. 14v] nobis dare de renda in uno quoque anno unum soldum pro illo pariete de domo tantum que fecerunt in nostro terreno. De ceteris vero nullam conventionem fecimus eis aliquando.

167. 1200.03.31 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Cum vos tamquam», determina que as letras apostólicas por si expedidas contra os privilégios da Ordem do Templo não tenham efeito.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 38v-39r (cuja lição se segue);

BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 68r³¹⁷; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 22

Publ. Ferreira 1735, p. 879³¹⁸; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 70, p. 115

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Cum vos tanquam speciales ecclesie filios religionis intuitu et consideratione obsequii quod in ultra marinis partibus in

³¹⁶ Segue-se espaço rasurado.

³¹⁷ Datado de III kalendas aprilis, 30 de março.

³¹⁸ Datado de III kalendas aprilis, 30 de março.

defensione nominis christiani Deo ferventer impenditis semper Apostolica Sedes charitate sincera dilexerit et specialia curaverit privilegia indulgere nostro imminet offitio providendum ut si per falsam subiectionem aut tacendi fraudem littere a nobis contra vestra privilegia ema-[fl. 39r] naverint nullum ex eis libertas vestra sustineat detrimentum. Ea propter actoritate vobis apostolica indulgemus ut si contra privilegia vestra littere fuerint ad cuiusquam suggestionem obtente contra privilegiorum ipsorum tenorem iuditio alicuius non teneamini diceptare. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Laterani II^o kalendas aprilis pontificatus nostri anno tertio.

168. 1200.06

Lourenço Gomes e sua mulher, Estevaninha, com seu irmão Gonçalo Gomes, e com consentimento de sua mãe Maria Mendes, vendem a D. Simão Mendes, comendador de Tomar, uma herdade em Lousã, termo de Tomar.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 40r-40v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 73r-73v

Publ. Costa 1771, n.º 55, pp. 269-270 (parcialmente)

In Dei nomine. Hec est karta venditionis et firmitudinis quam ego Laurentius Gomesci uma cum uxore mea Sthephanina et cum fratre meo Gonçalo Gomesci per consensum matris nostre Marie Mendez iussimus facere com fratre donno Simeone Mendiz tunc commendatori de Thomar et omnibus aliis fratribus Templi de uma nostra hereditate quam habuimus in termino de Thomar in loco qui dicitur Lausana vendidimus vobis ipsam hereditatem liberam et sine ullo impedimento cum omnibus suis terminis et possessionibus veteribus et novis sicut eam habuit Menendus Sourianus cum uxore sua et posmodum pater noster cum mater nostra vel melius si eam melius habere potueritis vendidimus eam vobis pro precio numerato quod a vobis accepimus silicet X morabitanos quia tantum nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vos nihil remansit in debito pro dare igitur ex hac die habeatis vos integram ipsam hereditatem cum omnibus suis directis et possessionibus et pertinentiis et omnis vestra posteritas et eam vendatis et donetis et plantetis et hedificetis et laboretis et de illa faciatis quod vobis placuerit. Sed si forte aliquis venerit qui hoc nostrum factum frangere voluerit quantum inquisierit et quantum hoc fuerit melioratum tantum vobis in duplum componat et donno terre aliud tantum. Similiter nos eam vobis componamus si illa in concilio vobis octorizare [*sic*] vel divindicare noluerimus aut non poterimus.

Facta fuit hec karta mense junii sub Era millessima ducentessima trigessima octava³¹⁹. Nos supranominati qui hanc kartam iussimus facere coram bonis hominibus vobis

³¹⁹ Palavra corrigida.

eam roboravimus et confirmavimus et hec signa [fl. 40v]³²⁰ facimus. Qui presentes fuerunt donnus Tomas presbiter. Magister frater donus Petrus Nunis. Frater Fernandus Nunis et frater Martinus Fernandiz, frater Gomesci affuerunt. Nuno Moniz testis. Johannis Martiz Barraca et frater eius Petrus Martiniz testes. Donnus Duranus testis. Pedrouchius et donus Vicentius qui tenebant gafos testes. Donus Jurdanus eiusdem fratris testis.

169. 1200.08

Teresa Mendes faz um escambo com a Ordem do Templo, em particular com Mendo Guterres, entregando o casal de Cabroelo, na terra de Penafiel, e recebendo uma mula boa.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 12, n.º 7 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 39v e fls. 164r-164v³²¹

In Dei nomine. Ego Tarasia Menendi mea spontanea voluntate nullo cogente facio kartam perpetue firmitudinis ad mansionem de Templo et vobis Menendo Guterrri de hereditate mea propria quam habeo de patre meo de illo kasale de Cabroelo cum suis terminis novis et antiquis habeatis vos ipsam hereditatem firmiter per ubi illam poteritis in venire. Et ipsa hereditas est subtus mons de Cadeadi discurrente rivulo Arivedelo in terra de Penafiel. Do vobis ipsam hereditatem et accipio de vobis unam mulam bonam. Concedo vobis ipsam hereditatem iure quieto cunctis temporibus seculorum. Et qui hoc factum meum concesserit sit benedictus et habeat meam benedictionem. Et si aliquis homo venerit tam de meis quam de extraneis qui hoc factum meum irrumpere presumpserit in primis sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in infernum sit perditus et condempnatus. Et in super pariat illam hereditatem duplatam vel triplatam et quantum fuerit meliorata. Et in super D solidos de puro argento et iudicatum domno terre. Facta karta perpetue firmitudinis mense augusto sub Era M^a CC^a XXX^a VIII^a. Ego Tharasia Menendi que hanc kartam iussi facere coram idoneis testibus propriis manibus roboro. Pro testibus Mouram. Menendus Diaz. Petrus Nuni testes. Qui presentes fuerunt et viderunt Menendo. Johane. Martinus. Menendus notavit.

170. 1200.11

Pedro Gonçalves e sua mulher, D. Godinha, doam aos freires de Tomar da Ordem do Templo, uma aldeia.
ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 31 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 38r

In nomine Domini. Ego Petrus Gunsalviz et uxor mea donna Godina damus tota ipsa aldeia cum arbores et cum sua chousa fratribus de Thomar et donna Godina

³²⁰ Espaço em branco.

³²¹ Erro na datação: «Facta karta perpetue firmitudinis mense augusti sub era millessima ducentessima XIX^a VIII^a [sic] [...]».

sit semper contenuda de veiza et de poina et porro et de quantum ibi steterit. Et quando fuerit mortua sit toto in potestate de fratribus de Thomar. Et de alias hereditates et de habere et de casas et de vineas et de quantum habeo tercia parte de quantum habeo in tale que vos michi bene faciatis et me defendatis de male ubi vos potueritis et responder ego pro vestra vasala et vos pro meos seniores. Ego Petrus Gunsalviz do cum meo corpo a Deus et fratribus de Thomar medium de quantum habeo et molinos et de sauto mea parte et de mea mulier tertia parte. Et ex isto die pensade vos de totum et de ista mulier quomodo acabedes de illa bene et illa de vos. Et si vos videritis pro bene mittite michi meliore serviente vel pensate quomodo non perdatis istam mauram quia non vult facere nichil. Era M^a CC^a XXX^a VIII^a mense novenbris.

171. 1201

*Aires Dias e sua mulher, Maria Mendes, doam a D. João Domingues, comendador de Almourol, e aos freires da Ordem do Templo em Almourol, a terça parte dos seus bens, para serem recebidos por familiares e quinhoeiros de suas orações*³²².

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 13* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 104v-105r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 49v*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fl. 90r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, p. 74*

Publ. Dias 1989, n.º 5, pp. 60-61

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Arias Diaz et uxor mea Maria Mendiz fecimus hanc kartam domui Templi et vobis fratri Johane Dominguiz una cum fratribus vestris de Almoriol pro remedio animarum nostrarum damus vobis atque concedimus ad obitum nostrum tertiam partem de nostro abere mobilem atque immovilem sive hereditate sive ganatum sive pane et vinum preter sua roupa et in quocunque promitimus in anno dare in vestro capitulo unum marabitinum videlicet quando fuerit capitulo vestro. Et ego Johane Dominguiz comendator de Almoriol facimus cum eis hoc pactum ut sint nostri familiares et sint nobiscum in nostra oratione et in domibus Templi.

In Era M^a CC XXX^a VIII^a. Nos supranominati qui hanc kartam iussimus facere coram testibus manus nostras roboramus. Qui presentes fuerunt et viderunt.

Martinus Gunçalviz frater testis. Martinho Cambas testis.

Martinus Charles frater testis. Petrus Zidis testis.

Gonçalo Tavira frater testis. Suerius Menendis testis.

Martinus Torrom frater testis. Petrus Celeiro testis.

³²² Documento referido em Viterbo, ed., 1799, p. 350.

172. 1201.12.08 – Anagnie

O papa Inocêncio III, pela bula «Querelam dilectorum», dirigida ao arcebispo de Braga e seus sufragâneos, ordena a defesa dos privilégios da Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 166v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 321

Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 81, p. 157

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopus Bracarensis et sufraganeis eius salutem et apostolicam benedictione. Querelam dilectorum filiorum fratrum militie Templi accepimus continentem quod vos eis iuxta privilegiorum suorum tenorem de suis malefactoribus denegatis iusticie plenitudinem exhibere. Nolentes igitur ut predicti fratres ab aliquibus molestentur in iuste fraternitati vestre per apostolica scripa precipiendo mandamus quatenus eos iuxta privilegiorum nostrorum tenorem et malefactorum suorum incursibus defendatis et faciatis eis a malefactoribus suis iusticie plenitudinem exhiberi. Datis Anagnie VI idus decembris. Pontificatus nostri anno IIII.

173. 1202

D. Justa doa à Ordem do Templo os bens que tinha dentro do castelo de Tomar.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 30* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 43v³²³

Era M^a CC^a X^{La}. Ego donna Justa dolens meorum peccatorum dedi mansioni Templi in vita mea domos meas quas habeo intus castellum de Tomar iuxta murum ut ipsi eas habeant in perpetuum. Sed hoc tali pacto eis eas domos do ut sue sorores semper in eis habitent aut suas bestias in eis teneant aut quod eis fuerit neccessarium. Sed si forte alicui in prestimonio eas dare voluerint vel eas vendere voluerint non habeant inde posse et si hoc facere penitus voluerint filii vel parentes donne Juste accipiant eas domos et nullus magister vel frater super eas eis aliquid impedimenti faciat. Sed si filii vel parentes eius vel extranei ad fratrem easdem domos tenentes et habitantes sicut donna Justa mandat eas eis auferre voluerint non habeant inde posse et eas in duplo eis componant septies et domino terre aliud tamtum fratres vero [...] si eas supradicte domus venderint aut in prestimonio alicui dederint et ad [...] eas [...] super eas eis fecerint et dare aut defendere eis eas volverint ita ad filios meos vel ad parentes meos eas pectent sicut mando ut filii mei vel parentes meus ad eas pectent. Facta huius pacti in eis domibus a me et a filiis meis Pelagio Pelagii et Gonsalvo Petri. Confirmata et roborata coram hiis fratribus qui presentes fuerunt Johanes Pelagii presbiter notavit. Donnus Pelagius diachonus vidit. De laicis Petrus de Elbora. Gonçalo Carne Azeda testes. Frater Pelagius Pigeiro tunc comendator de Tomar.

³²³ Datado de 1172.

Donnus Didacus. Frater donnus Gonçalo capellanus vidit. Frater Fernandus Didaci. Frater Petrus Gonçalviz carpenteirus vidit.

174. 1202.03

Fr. Paio e os restantes freires da Ordem do Templo, em Tomar, compram a Pedro Dias, e a sua mulher, uma herdade na Mata de Casais.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 11, fl. 297

In Dei nomine. Hec est karta vendicionis et firmitudinis quam iussimus facere ego frater Pelagius Pigeirus <comendator Martinus Pelagii> una cum fratribus de Tomar qui ibi tunc erant tibi Petro Didaci de tota illa hereditate quam nobis eveniebat de Pelagius Miranda et se dua uxore dona Elvira que est in mata de casalis vendimus tibi ipsam totam hereditatem quam inde nobis eveniebat pro precio quod a te accepimus scilicet X morabitanos quia nobis et tibi bene complacuit et de precio apud te nihil remansit in debitum pro dare igitur ex hac die habeas tu totam ipsam hereditatem et omnis posteritas tua. Sed si forte aliquis homo venerit vel nos venerimus tam de nostris quam de extraneis qui hoc nostrum factum frangere volverit et nos eam tibi obtorizare vel divindicare noluerimus aut nom potuerimus componamus tibi ipsam hereditatem duplatam et quantum fuerit meliorate. Sed semper de ea simus defensores tibi ut nullus homo impediet eam tibi. Facta karta mense martii Era M^a CC^a X^{La}. Nos supra nominati qui hanc kartam fieri iussimus coram idoneis testibus roboramus et hec signa fecimus. Qui presentes fuerunt et viderunt et audierunt Salvator Soariz confirmavit. Donus Suerius capellanus confirmavit. Frater Gonsalvus confirmavit. Frater Petrus Gonsalviz confirmavit. Frater Petrus Zapateirus confirmavit. Martinus Petriz. Martinus Petriz. Gonsalvus Petriz. Petrus Mourus. Gonsalvus Louzanus. Petrus Pelagii testes. Donnus Tomas notavit.

175. 1202.04 [A]

Mourelino deixa à Ordem do Templo todos os seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 23* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 80r-80v³²⁴

In Dei nomine et Individue Trinitatis. Ego Mourilinus timens diem mortis mee facio hac kartam Deo et milicie Templi et donno Martino Pelagii qui erat tunc commendator et fratri Pelagio Pigeiro et fratri M. Fromarici commendator de Palombar et omnibus fratribus quatinus post obitum mei habeant totum meum censum tam mobile quam immobile preter III^{or} morabitanos quos mando in alio loco pro mea anima. Igitur ab hac die habeant fratres Templi hoc super scriptum firmissimum et hec manda

³²⁴ Datado de 1172.

in perpetuum. Si quis autem parentum meorum aut extraneorum venerit qui hoc meum factum irrumpere voluerit no sit ei licitum sed pro sola inquisitione quantum inquisierit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum. Et in super sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno condempnatus. Facta karta in mense aprile Era M^a CC^a X^{La}. Ego qui hanc kartam fieri iussi coram idoneis testibus meis proprius manibus roboravi et hec signa feci. Qui presentes fuerunt et hoc audierunt. Frater Iohannes Dominici. Frater Petrus Extraneo. Frater Gonsalvus Pelagii vidit. Donnus Tomas notuit. Petrus Mourus. Martinus Gonçalviz testes.

176. 1202.04 [B]

Gonçalo Martins, morador em Olalhas, deixa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.
 ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 22* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 80v*³²⁵

In Dei nomine et Individue Trinitatis. Ego Gonsalvus Martini qui moror in Oolalia in Carvaliales de Roucos timens diem mortis mee facio kartam Deo et milicie Templi Salomonis et donno Martino Pelagii qui erat tunc comendator de Portugalia et fratri Pelagio Pigeiro de Tomar et fratri M. Fromarici de Palombar et omnibus fratribus quatinus post obitum mei habeant tertiam partem de toto meo censu tam mobile quam immobile. Igitur ex hac die habeant fratres Templi hoc super scriptum firmissimum et hec manda im perpetuum. Si quis autem parentum meorum aut extraneorum venerit qui hoc meum factum irrumpere voluerit non sit ei licitum sed pro sola inquisitione quantum inquisierit tantum in duplum componat et donno terre aliud tantum. Et in super sit maledictus et excomunicatus et cum Juda traditore in inferno condepnatus. Facta karta in mense aprile Era M^a CC^a X^{La}. Ego supra nominatus qui hanc kartam fieri iussi coram idoneis testibus roboravi meis propriis manibus et hec signa feci. Qui presentes fuerunt et hec audierunt.

177. 1202.04.01 – Lyon

O papa Inocêncio III, pela bula «Dilecti filii magister et fratres militie Templi», dirigida a D. Martinho Peres, arcebispo de Braga, e seus sufragâneos, ordena que não obriguem os Templários da Hispânia ao pagamento do subsídio para a igreja de Roma.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 167r* (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fl. 322r*

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopo Bracharensi et eius sufraganeis salutem et apostolicam benedictionem. Dilecti filii magister et fratres militie Templi in Hispania nobis exponere curaverunt quod vos occasione subsidii Romane ecclesie impendendi ab eis et domibus eorum ac ecclesiis

³²⁵ Datado de 1172.

parrochialibus et capelis ipsorum usibus deputatis certam exigitis pecunie quantitatem. Unde nobis humiliter supplicarunt ut consulere super hoc eis misericorditer curaremus. Volentes itaque ipsis in hac parte gratiam facere spetialem fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatinus ab huiusmodi exatione, presertim cum dictos magistrum et fratres pro substentationem militum Christi et Terre Sancte succursum oporteat facere graves sumptus penitus desistentes sententias si quas excommunicationis in ipsarum ecclesiarum clericos vel interdicti in illas forssitam promulgastis sine difficultate qualibet relaxetis. Non permittentes prefatos magistrum et fratres huiusmodi pretextu subsidii ab aliquibus de cetero molestari. Non obstantibus quibuscumque litteris super hoc a sede apostolica impetratis. Datum Lugdunum kalendis aprilis pontifici [*sic*] nostri anno quinto.

178. 1202.06

D. Teresa Mendes, freira Templária, doa à Ordem do Templo e a Mendo Guterres, uma quintã, um casal e uma vinha em Silvares, abaixo de Monte Grande.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 25 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 41v-42r³²⁶ e fl. 164r

In Dei [*nomine*]. Ego Tarasia Menendi flaira do Templo mea spontanea voluntate facio kartam perpetue firmitudinis ad mansionem de Templo et vobis Menendo Guterri de hereditate mea quam habeo de conparadela scilicet que conparavi de Maria Alvariz et ipsa hereditas est per nomina una quintana et Iº kasal in illa et Iª vinea in Silvares subtus mons Moarino discurrente ribulo Dorio territorio Penafiel de Canas. Do et concedo vobis ipsam hereditatem pro beneficiis que accipio de Templo et pro remedio anime mee. Quod si aliquis homo venerit vel venero tam de meis quam etiam de extraneis qui hoc factum meum irrumpere quesierit in primis sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in infernum sit condempnatus. Et in super quomodo pariat ipsam hereditatem duplatam vel triplatam et quantum fuerit meliorata et in super D solidos de puro argento et iudicatum domno terre. Facta karta perpetue firmitudinis mense junii sub Era Mª CCª XLª. Ego Tharasia Menendi flaira do Templo qui hanc kartam iussi facere coram idoneis testibus propriis manibus ro + bo + r + o. Pro testibus. Menendus notuit. Johanes. Pelagius. Egeas testes. Michael Garsea. Monius testes.

179. 1205.01

D. Pedro Guterres, alcaide, faz doação, em testamento, à Ordem do Templo da terça parte dos seus bens, tanto móveis como imóveis, que tinha em Castelo Novo.

³²⁶ Datado de 1172.06.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 36* (cuja lição se segue); ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 80r*; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 182v-183r*³²⁷; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 201r-201v*; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, p. 117*

Sub Christi nomine et eius misericordia. Placuit ad me alcaide dom Petro Goterri in mea salute de testamentum facere corde bono et animo volenti scilicet ad fraires Templi tam presentis quam futuris terciam partem de totum meum habere post obitum meum tam de mobile quam de immobile ita de Castello Novo qui dicitur sive de omnibus rebus que prestitum est hominibus pro remissione anime mee et pro anima uxor mea. Et propter bona qui mihi fecerint. Filios meos accipiant duas partes et nutriam eos et defendant sed ante partitione post morte mea solvant meas debitas et dent ad meos crientulos ipsum quod ego mandavero. Deinde omni habere mobile et immobile, dividant sicut sursum sonat scilicet per tertias tertia ad fraires duas partes ad filios meos et ego in diebus vita mee servire illos et honorare secundum posse meum illos adiuvent et preparent ad me cum has res que fuerunt guisadas inter me et illos. Et si aliquis homo venerit qui hoc scriptum irrumpere voluerit sit maledictus usque in septimam generationem et cum diabolus pateat penam. Et insuper quantum quesierit tantum in duplum componat. Insuper stet pactum firmiter et testamentum. Facta carta mense januario Era M^a CC^a XL^a III^a. Ego dom Petro Goterri alcaide qui hanc cartam testamenti ad fraires Templi iussi facere cum manu mea roboravi et confirmavi. Qui presentes fuerunt Iohanne testis. Menendo testis. Martino testis. Gonsalvus testis. Magister im Portugal F. Didaci. Comendator. I. Dominici. Regnante rex. S. Alcaide in Covilianna dom Pedro Goterri supranominato. Alcaldes Pelagio Suarii. Martino G. Iohanne Penesino. Petro Sobrino. G. da Equa. G. Goteri iudex. Petro Iohannis. Menendus notuit.

180. [1205.01]³²⁸

D. Pedro Guterres, alcaide, faz doação, em testamento, à Ordem do Templo da terça parte dos seus bens que tinha em Castelo Novo, aquém e além da serra.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 23*³²⁹ (cuja lição se segue); ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 34v-35r*

In nomine Domini. Hec est plauzum quod ego facio Petro Goteris per bona pacis et voluntas a vobis flaires de Templo. Facio carta de tertia de Castel Novo et de quantum habeo alem de a sera ea que de a sera pro anima mea si placuit michi pos obitum meum. Et si alius homo venerit tantum de meis quam de extraneis qui hanc

³²⁷ Documento copiado no âmbito das escrituras do bispado da Guarda.

³²⁸ Data atribuída com base nos documentos ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 182v-183r* e ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, p. 117*, cujo conteúdo é o mesmo.

³²⁹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 433, está datado de 1202, mas o documento não está datado. De assinalar que este documento da *Gaveta* está escrito em duplicado, sem ter sido partido.

scriptum isrumpere voluerit sid maledictus et quantum inquisierid tamtum un duplo componat in tali loco et pectet C morabitinus ad fleires de Templo et star la manda. Pro testibus Soeiro Fromarigis testis. Fernam Petriz testis. Petro Gaviz testis. Freire Stephano testis. Diago Petriz testis. Duram testis. Martino Capia testis et notuit.

181. 1205.05.25 – Roma

O papa Inocêncio III, pela bula «Sicut venerabilis», dirigida ao bispo do Porto e ao prior de São Jorge de Coimbra, ordena que mandem cumprir a sentença de excomunhão contra os Templários. ANTT. Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Particulares, mç. 20, n.º 30 (inserto em documento de [1205.05.25, após – Roma] e cuja lição se segue); ANTT. Cabido da Sé de Coimbra, 2.ª incorporação, mç. 100, n.º 4807 (inserto em documento de [1205.05.25, após – Roma]) Publ. Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216), n.º 105, pp. 221-224; Gomes 1999, n.º 8, p. 61

[...]

Innocencius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri Portugalensi episcopo et dilecto filio priori Sancti Georgii Colimbriensis diocesis salutem et apostolicam benedictionem. Sicut venerabilis frater noster archiepiscopus Bracarensis et dilecti filii S. prior Ecclesiole et F[ernandus] Menendi Alcobacie monachus suis nobis litteris intimarunt cum dicta causa que vertitur inter venerabilem fratrum nostrum Colimbriensem episcopum et fratres Milicie Templi in regno Portugalensi morantes ex nostra delegatione cognoscerent in eosdem fratres ex sua contumacia iuri parere nolentes excommunicationis sententiam promulgarunt scilicet illi iam elapso triennio in sua pertinacia persistentes et ecclesiasticam sententiam habentes contentui nec postularunt absolvi nec a divinatorum celebracione abstinere curarunt. Quoniam igitur tantum ecclesie Dei contentum remanere non convenit impunitum discreptioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus si rem inveneritis ita esse eis pro tanta presumptione canonica pena imposita tandiu predictam sententiam sicut rationabiliter est prolata per totum Portugalense regnum faciais inviolabiliter observari donec de tante presumptionis excessu satisfatiant competenter. Datum Rome apud Sanctum Petrum VIII kalendas junii pontificatus nostri anno octavo.

[...]

182. [1205.05.25, após – Roma]³³⁰

D. Martinho, bispo do Porto, e o prior do mosteiro de São Jorge de Coimbra, juizes delegados pelo papa Inocêncio III na causa que opunha os Templários ao bispo de Coimbra, informam o pontífice que renovaram a excomunhão decretada contra os freires da Ordem do Templo, em Portugal, dada pelos juizes anteriores (D. Martinho, arcebispo de Braga, o prior de Grijó e Fernando Mendes, monge de Alcoaça), visto a mesma não ter sido acatada pelos sobreditos freires. Insere bula do papa Inocêncio III, «Sicut venerabilis», de 1205.05.25³³¹.

³³⁰ Datado com base na data da bula inserta na sentença.

³³¹ Sobre esta questão veja-se Veloso 1988, pp. 443-455.

ANNT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Particulares*, mç. 20, n.º 30 (cuja lição se segue); ANNT. *Cabido da Sé de Coimbra, 2.ª incorporação*, mç. 100, n.º 4807; ANNT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Particulares*, mç. 20, n.º 31³³²
 Publ. *Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, n.º 105, pp. 221-224; Gomes 1999, n.º 8, pp. 61-62

Sanctissimo patri ac domno I[nnocentio] Dei gratia sacrosancte Romane Ecclesie summo pontifici M[artino] Portugalensis ecclesie minister humilis et J. prior Sancti Georgii Colimbriensis diocesis tam necessariam obedientiam quam debitum famulatum super causa que vertitur inter Colimbriensem episcopum et Templarios in regno Portugalensi constitutos sanctitatis vestre sub hac forma litteras recepimus.

[*Insero o traslado do documento de 1205.05.25 – Roma*]

His igitur sanctitatis vestre literis inspectis et allegacionibus et rationibus hinc inde propositis plenissime prout Dominus nobis concessit sententiam sub timore Domini tulimus in hunc modum. Licet utrumque latus non inmerito sedens in medio pertimescere possit et debeat cum ad proferendam sententiam a iure cogitur et a partibus invitatur bone tamen consciencie suffulti sufragio tacto prius processu negotii prout permissum fuerit tanquam intrepidi iam volumus in nomine Trinitatis per sententiam diffiniri quod compositionis desiderata tranquillitas non admisit sed fortasis temeritatis gladio ledi poterit verbum forte non maturitatis clipeo communitum quia diximus intrepidi et certe intrepidi in nomine Trinitatis ut diximus accedemus tanquam rescriptis apostolicis et instrumento de communi consensu partium condito et advocatorum allegacionibus communiti. Ecce ad instanciam domini Colimbriensis ad nos scilicet Portugalensem episcopum et priorem Sancti Georgii contra Templarios rescriptum fuit apostolicum devolutum in quo Templariorum in regno Portugalensi constitutorum contumacia a nobis denuntiationis vinculo puniri precipitur si querelam inveniremus prout fuit proposita se habere. Quibus ad diem prefixum et locum nominatum per suos procuratores occurrentibus prout eis fuerunt nostris litteris intimatum obiectum fuit eos ratione contumacie quia iuri parere noluerunt a quondam iudicibus delegatis veteri esse excommunicationis vinculo innodatos. Ad quod responderunt duos tantum de Templariis excommunicatos fuisse quorum unus ut asserebant a summo fuerit pontifice absolutus alius vero fuit remissus ad iudices et prestita captione parendi iudicio absolutionis beneficium impetravit. Et licet circa hunc articulum advocatus Templariorum se quibuscumque allegationibus diucius involuisset ni tantum rescriptum apostolicum quondam ab ipsis Templariis impetratum restitit ut eo coacti ni quo non de Te[m]plario sed de Templariis vehementer in regno Portugalensi constitutis fiebat mencio concesserunt se de mandato summi pontificis a sententia excommunicationis quam Colimbriensis episcopus dicebat in eos fuisse latam a domino Bracarensi et priore Ecclesiole et F[ernando] monacho

³³² Este documento começa na frase «Licet utrumque latus non inmerito» e não copia o documento de 25 de maio de 1205.

fuisse postmodum absolutos. Ad quod probandum cum a nobis inducias postulassent obiectum fuit ex parte episcopi nos eis non dare inducias sed potius eos denunciare pro excommunicatis debere cum nobis constaret ex rescripto apostolico et ipsorum confessione eos esse excommunicationis vinculo innodatos et ipsi non probarent se absolutiois beneficium impetrasse. Nos tamen deliberacione cum viris prudentibus habita ut amabilius posse sopiri negocium ad probandam absolutioem si quam habuerant inducias dedimus competentes sicut in instrumento inter eos condito manifestissime declaratur. Et cum ad diem induciarum ultimum se nostro conspectui presentassent institit Colimbriensis episcopus ut absolutioem probarent quam se promiserant probaturos. Et cum in meliori advocato in induciarum spacio sibi Templarii providissent voluit ipsorum advocatus indirecte probare quia non poterat alias eos absolutos esse ut pote illos qui non fuerant illa excommunicati sententia quam Colimbriensis episcopus ostendebat. Dicebat enim Bracarensem et priorem Ecclesiole et F[ernandum] monacum quondam delegatos iudices sub alia forma sententiam protulisse quod quidem licet se probare sepius promisisset non probavit. Recurrebat et enim ad testimonium F[ernandi] monachi quondam in hoc negocio iudicis delegati et convellemus ipsius testimonium recipere ut moris est dixit quod pretermissa omnis sollempnitate que solet in recipiendis testibus adhiberi nobis in aure diceret quicquid inde noverat veritatis. Colimbriensis vero advocati dicebant nos testimonium recipere non debere sollempnitate debita denudatum. Et cum super hoc diu fuisset multipharie disputatum sicut in allegacionibus ex parte domini Colimbriensi propositis quas tamen penes nos reservavimus quia allegaciones suas adversa pars nobis ostendere neglexit est luce clarius manifestum allegacionibus abrenunciantes petiverunt negocium sentencialiter diffiniri. Et cum postmodum advocatus Templariorum a nobis adhuc in negocio cuius allegacionibus ab eo abrenunciatum fuerat audiri peteret et sibi audientiam ad instantiam adverse partis nostra deliberatio denegasset ad summum pontificem appellavit. Unde post maturiorem ut credimus deliberacionem cum viris prudentibus habitam nos scilicet Portugalensis episcopus et prior Sancti Georgii sedentes in medio habito respectu ad allegaciones hinc inde propositas prout eas capere potuimus et non solum rescriptorum apostolicorum sed etiam instrumenti de consensu partium conditi tenoribus diligenter inspectis denunciamus Templarios in regno Portugalensi constitutos excommunicationis vinculo innodatos. Habemus enim luce clarius manifestum per rescriptum quod ipsi Templari impetraverunt eos a domino papa absolutiois beneficium postulasse et eos a summo pontifice ad iudices qui eos absolverent fuisse remissos. Unde cum non constet nobis ipsos fuisse absolutos eos in excommunicatione credimus permanere. Preterea in rescripto apostolico nobis misso iudicum in quorum testimonium recurrebant nobis occurrit confessio qua profitentur se in Templarios in regno Portugalensi constitutos excommunicationis sententiam protulisse. Et miramur admodum quare in ipsorum testimonium concurrebant

Templarii cum ipsi iudices suis litteris summo pontifici intimassent se in Templarios in regno Portugalensi commorantes excommunicationis sententiam protulisse. Nec est verum certe nec verisimile quod contrarium periberent his que summo pontifici intimarunt. Unde cum per testimonium eorum ad quos recurrebant probari non posset eorum intencio sed pocius improbari et ad probandam suam absolutionem inducias postulassent ut instrumento inter eos confecto luce clarius est manifestum et non probaverunt quia eis parcere vel defferre nos ulterius equitas non permittitur eos ut diximus denuntiamus excommunicationis vinculo innodatos.

183. 1205.06.25 – Roma

O papa Inocência III, pela bula «Cum inter vos», determina que as letras apostólicas por si expedidas contra os privilégios da Ordem do Templo, não fazendo menção dos cavaleiros da Ordem, não tenham qualquer efeito.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 39r (cuja lição se segue); BNP.

Fundo Geral, n.º 738, fl. 68v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 23

Publ. Ferreira 1735, p. 880; *Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, n.º 107, pp. 225-226

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis fillis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Cum inter vos et clericos seculares super decimis et pluribus aliis questio sit sub orta ipsi contra vos litteras a Sede Apostolica impetrantes domos vestras litigiis sicut significantibus vobis accepimus et expensis difficilibus inquietant. Volentes igitur sollicite providere ne contra tenorem privilegiorum vestromus possitis qualibet temeritate vexari auctoritate vobis apostolica indulgemus ut si contra vos super decimis vel aliis que vobis specialiter Apostolica Sedes indulsit contra tenorem privilegiorum nostrorum non facta mentione fratrum militie Templi littere fuerint a Sede Apostolica impetrate eis minime teneamini respondere. Datis apud Sanctum Petrum septimo kalendas julii pontificatus nostri anno octavo.

184. 1205.07.09 – Roma

O papa Inocência III, pela bula «Venerabilis frater noster», dirigida a D. Pedro, bispo de Lamego, e aos abades de Salzedá e Tarouca ordena aos párcos das igrejas dos Hospitalários e Templários que obedeam ao arcebispo de Braga e lhes paguem os dízimos e outros direitos.

ADB. *Gaveta das Rendas da Mitra*, n.º 25 (cuja lição se segue)

Publ. *Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, n.º 108, pp. 226-227

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri³³³ [Petro] episcopo Lamecensi et dilectis filiis³³⁴ Sancti Johannis de Tarauca et³³⁵ de Salzedá abbatibus Lamecensis diocesis salutem et apostolicam benedictionem. Venerabilis frater

³³³ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do bispo.

³³⁴ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do abade.

³³⁵ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do abade.

noster³³⁶ [*Martinus*] archiepiscopus Bracharensis coram nobis fecit exponi quod cum Hospitalarii et Templarii ius in ecclesiis patronatus acquirant que consueverunt habere seculares clericos in prelatos in eis instituunt clericos sui Ordinis vel conversos ipso archiepiscopo et aliis episcopis inrequisitis penitus et contemptis illisque obedientiam debitam denegant exhibere et interdicti vel excommunicationis sententiam prolatam ab ipsis in aliquo non observant decimas et alia iura que ab illis ecclesiis antea solvebantur eis ex integro denegantes. Excommunicatos quoque a interdictos eorum ad communionem accipere non formidant nec per ipsos levis ab illis ac passis iniuriam volunt satisfactionem aliquam exhibere mandatum vel monitiones eorum in omnibus contempnent. Nolentes igitur presumptiones huiusmodi sine correctione [*dimittere*](?)³³⁷ discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus predictos Hospitalarios et Templarios ne ultra gratiam [*sublato*](?)³³⁸ Apostolica Sede concessam manus extendant sed eo precipue sint contenti quod eis ex liberalitate apostolica est indultum monitione [*premissa*]³³⁹ per distractionem ecclesiasticam, appellatione remota cogatis sicque prefato archiepiscopo et episcopis suis satisfaciant de predictis et de cetero caveant ne in consimilibus illos offendant quod nos moveri non possimus merito contra ipsos quod obtinuerunt ex gratia eis ingratitude auferentes cum privilegium mereatur ammittere qui concessa sibi aducitur potestate. Quod si non omnes his exequendis potueritis interesse tu ea frater episcopo cum eorum altero nichilominus exequaris. Datum Rome apud Sanctum Petrum VII idus julii. Pontificatus nostri anno octavo.

185. 1205.11

D. Urraca Peres doa à Ordem do Templo, na pessoa do seu mestre D. Fernando Dias, seis casais, entre outros bens.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 28³⁴⁰ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 43r-43v

Publ. Gomes 1997, n.º 5, p. 172 (versão do *Livro dos Mestrados*)

In Dei nomine. Sciant omnes homines qui hanc cartam legere audierint quod ego Orraca Petri mando et co[ncedo] fratribus Templi de illa tercia de hereditate de quanancia [*sic*] et quinta de patrimonio que fuit iudicata [*per*] iudices regis donni Sancii scilicet per alcaide Petrum Garsie et Monium Garsie partire cum filiis meis et [*de*] illa mea tercia et quinta accipianr inde VI casales meliores quibus invenerint et medietatem de omni meo habere m[obili] et II^{os} mauros vetulos et unam mauram cum suo filio quos dedi

³³⁶ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do arcebispo.

³³⁷ Orifício no pergaminho. Reconstituição com base na publicação.

³³⁸ Orifício no pergaminho. Reconstituição com base na publicação.

³³⁹ Orifício no pergaminho. Reconstituição com base na publicação.

³⁴⁰ Documento cortado na margem direita o que impede a leitura correta do final das linhas. Reconstituição feita com base em ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 43r-43v.

in Palumbari similiter eos fratribus concedo et tres maurus quas fratres mihi dederunt accipiant post mortem meam cum suo semine si invenerint eas vivas sint autem quietes sint et hoc facio propter remedium anime mee et peccatorum meorum. Et ut mihi valeant in mea necessitate et in vita et in morte sint semper mihi boni. Facta carta mense novembrio sub Era M^a CC XL III. Ego nominata supra que hanc cartam conventionis et firmitudinis facere iussi coram idoneis testibus propriis manibus roboravi. Donus Fernandi Didaci qui tunc erat magister una cum fratribus suis et cum donna Orraca spontanea voluntate confirmaverunt hoc. Frater donnus Petrus Straneus commendator in Palumbari affuit. Frater donus Suerius capellanus affuit. Frater donus Petrus Nuniz affuit. Donus Monocus. Donus Suer Monocus affuit. Suer Nuniz tribunus. Martinus Pelagii iudex. Martinus Bonialbus testes. Dominicus Pelagii diaconus notuit.

186. 1206.01.23 – Coimbra

D. Sancho I doa a D. Fernando Dias, mestre da Ordem do Templo, e aos freires da Ordem, a terra de Idanha-a-Nova, confirmando também a doação de Idanha-a-Velha, feita por seu pai.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 173r (inserto em documento de 1218.04 – Santarém e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 58v-59r³⁴¹ (inserto em documento de 1218.04 – Santarém, que está inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 83v-84r (inserto em documento de 1218.04 – Santarém); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 151v-152v (inserto em documento de 1218.04 – Santarém); ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 77-78 (inserto em documento de 1218.04 – Santarém)

Publ. Costa 1771, n.º 33, pp. 232-234; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 162, pp. 250-251

[...]

In Dei nomine. Ego Santius Dei gratia Portugalie rex una cum uxore mea regina domna Dulcia cum filiis et filiabus meis facio cartam donationis concessionis et perpetue firmitudinis vobis magistro domno Fernando Didaci et universis fratribus milicie Templi presentibus et futuris de civitate illa que vocatur Egitania quam pater meus illustrissimus rex domnus Alfonsus bone memorie fratribus vestris olim populandam dederat que sita est prope Montem Sanctum et inter Covelianam et fluvium de Elgia et intra serram de Velesa et Tagum. Hanc dictam civitatem damus Deo et domui milicie Templi et vobis magistro domno Fernando Didaci et fratribus Templi iure hereditario ut eam habeatis firmiter atque possideatis in perpetuum cum suis terminis novis et veteribus sicut eos melius potueritis invenire et habere et cum omni integritate iuris ad nos in ipsa expectantis. Preterea damus vobis magistro domno Fernando Didaci et fratribus Templi presentibus et futuris pro Deo et remissione peccatorum nostrorum

³⁴¹ Este documento está datado da seguinte forma: «Facta fuit hec carta apud Colimbriam decimo kalendas februarii. Era millessima duocentessima quarta decima». A expressão *quarta decima* está supontada e foi acrescentado à margem «Era de 1244».

et parentum nostrorum et pro bono servicio quod a vobis recepimus quamdam villam que vocatur Egitania Nova quam ego populavi cum suis terminis novis et veteribus sicut eos melius potueritis invenire et habere et cum omni integritate iuris ad nos in ipsa expectantis. Quicumque igitur hanc confirmationem et donationem nostram vobis et cunctis successoribus vestris integras observaverit benedictus sit a Deo amen. Qui vero illas infringere vel minuere attemptaverit iram Dei omnipotentis incurrat et ipse et eius progenies sint maledicti a Deo amen. Facta fuit hec carta apud Colimbriam X kalendas februarii Era M^a CC^a R^a IIII^a anno regni nostri XX^o. Nos reges supra nominati qui hanc cartam perpetue donationis et confirmationis fieri precepimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa fecimus + + + + + + + + + +. Qui affuerunt domnus Iohannes Fernandi maiordomus curie. Domnus Martinus signifer regis confirmo. Domnus Laurentius Suarii confirmo. Domnus Iohannes Fernandi confirmo. Domnus Fernandus Fernandi confirmo. Domnus Nuno Santii confirmo. Domnus Martinus Petri confirmo. Domnus Rodericus Menendi confirmo. Domnus Laurentius Egee confirmo. Martinus Bracharensis archiepiscopus confirmo. Martinus Portugalensis episcopus confirmo. Petrus Colimbriensis episcopus confirmo. Nicholaus Visensis episcopus confirmo. Suarius Ulixbonensis episcopus confirmo. Petrus Lamencensis episcopus confirmo. Martinus Egitaniensis episcopus confirmo. Suarius Elborensis episcopus confirmo. Petrus Gomez. Suarius Suarii testes. Petrus Nuniz. Iohannes Reimundi. Petrus Menendi testes.

187. 1206.04

D. Pedro, bispo de Coimbra, e D. Fernando Dias, mestre da Ordem do Templo em Portugal, elaboram composição, estabelecida com o apoio do rei, e feita por árbitros delegados, sobre as colheitas nas freguesias de Pombal, Redinha e Ega. Os Templários ficam obrigados a entregar ao bispo 50 áureos anualmente e a recebê-lo em visitaçào a essas vilas uma vez por ano. Em contrapartida, apresentam os clérigos nessas igrejas³⁴².

ANNT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1^a incorporação, Documentos Particulares*, mç. 9, n.º 21 (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 10, mç. 5, n.º 9³⁴³* (inserto em documento de 1293.06.06 – Tomar); BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 45v-46r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 56r-57r³⁴⁴

Publ. Costa 1771, n.º 32, pp. 230-231; Gomes 1999, n.º 9, p. 63 e n.º 15, pp. 68-69 (inserto em documento de 1293.06.06 – Tomar)

In Dei nomine. Hec est compositio que facta est inter domnum P[etrum] episcopum Colimbriensem et eius canonicos et domnum F[erdinandum] Didaci magistrum Templi Portugaliae et fratres eius per domnum S[uerium] Ulixbonensem episcopum et domnum S[uerium] Elborensis electum et magistrum Menendum Ulixbonensem

³⁴² Sobre este assunto veja-se Marques 1986, pp. 349-366 e Veloso 1988, pp. 443-455.

³⁴³ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, pp. 598-599, está datado de «1186, Abril».

³⁴⁴ Neste documento a data é «M CC IIII».

archidiaconum et domnum J[*ohannem*] Fernandi maiordomum curie regis domini S[*ancii*] et domnum Julianum cancellarium regis in quorum arbitrio se obligaverunt sub pena quingentorum aureorum. Positum siquidem fuit ut magistri Templi Portugalie et ejus fratres annuatim persolvant Colimbriensi episcopo. Et eius successoribus im perpetuum quinquagina aureos hoc modo de Ega X morabitanos de Rudina X morabitanos de Palumbari XXX^a morabitanos. Et recipiant Colimbriensem episcopum in unaquaque predictarum villarum in procuratione more aliarum ecclesiarum sui episcopatus semel in anno quando venerit in propria persona predictas ecclesias visitare. Si autem in propria persona non venerit nichil ei detur nomine procurationis et isti aurei persolvantur episcopo Colimbriensi et successoribus suis a magistro Templi et a fratribus suis annuatim in festo omnium sanctorum. Et si magister Templi Portugalie et eius fratres predictos morabitanos in iam dicto festo et procuraciones ut superius dictum est non persolverint Colimbriensis episcopo sententia quas propter hoc episcopus Colimbriensis in sepedictas ecclesias tulerit magister et eius fratres observent et faciant inviolabiliter observari. Et concedimus magistro Templi et eius fratribus et universis successoribus suis ut quoscumque clericos sui ordinis vel seculares in iam dictis ecclesiis instituere voluerint instituant et destituant. Et si hec omnia supradicta magister Templi Portugalie et eius fratres observare noluerint mandamus firmiter et concedimus ut Colimbriensis episcopus habeat in iamdictis ecclesiis plenum ius sicut in aliis ecclesiis sui episcopatus. Excessus vero clericorum secularium in prefatis ecclesiis de gentium relinquimus Colimbriensi episcopo corrigendos et mandamus episcopo et eius successoribus ut clericis et laicis in iam dictis villis commorantibus tamquam proprius episcopus ministret spiritualia. Preterea coram nobis super hoc negocio ab utraque parte arbrenunciatum est omnibus actionibus et rescriptis a sede apostolica tam impetratis quam impetrandis. Ut autem hec compositio firmum robur obtineat sigillis nostris facims communiri. Facta karta convencionis et compositionis mense aprilis regnante rege Sanctio et ad hanc compositionem laborante sub Era M^a CC^a X^{La} IIII^a.

188. 1206.06

Sentença sobre uma questão entre o prior da igreja de Santiago de Santarém e os seus beneficiados sobre dúvidas relativas à repartição das rendas, oblações, obvenções e outros.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, mç. 78, n.º 1³⁴⁵ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 47r-47v³⁴⁶; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 85v-87r³⁴⁷

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint universi tam presentes quam posteri quod cum clerici Sancti Jacobi Sanctarene Ulixbonensis diocesis contra

³⁴⁵ Neste documento (original com uma inicial ornada com motivos fitomórficos, em vermelho, verde e azul) é visível o X aspado.

³⁴⁶ Datado de 1176.

³⁴⁷ Datado de 1176.

prelatum suum movissent super suis beneficiis questionem omnibus instrumentis hinc inde et rationibus resignatis pro bono pacis atque scandali removendi utrique parti complacuit in donnum Suerium Petri et Froiam Petri canonicos Sancte Marie de Alcazova et magistrum Vincencium canonicum Portugalense compromittere tanquam in arbitros iuramento hinc inde prestito ac mille solidorum penna aposita quod per omnia eorum arbitrio comprarerent. Qui compromisso sub penna recepto perjurii ac pene ut predictum est pecumarie arbitrati sunt inter eos in hunc modum. Prior debet dividedere cum clericis per medium predia vineas et domos et supperlectilem et cetera que intuitu ecclesie conferuntur.

Item de anniversariis usque in hodiernum diem habitis scilicet de vinea Pelagii Martini et de vinea Petri Sangalios et de vinea domne Susanne et de XII^{cim} aureis quos donnus Gonçalvus Gonçalvi presbiter dedit nobis in quibus tenemur emere aliquam hereditatem pro aniversario ipsius prout ipse nobis iniunxit unicam tanquam ex eis unus percipiat porcionem de habendis vero portionem percipiat duplicatam. Item sumptus qui comunem utilitatem respiciunt per medium exsolvantur, excepto quod ad regis vel cardinalium vel Templariorum honera prelati penitus astringatur. Item ad restaurationem fabrice et eorumque fabricam contingunt similiter teneatur dato tamen ei quicquid fabrice ab aliquo legatum fuerit vel relictum.

Item clerici prelo suo reverentiam et obedientiam exhibeant ut tenentur et prior eis se mansuetum exhibeat et qualem prelatum esse concedet in subiectis.

Item in omnibus quidem que in hoc arbitrio expresse ac distincte non comprehenduntur iura volumus observari.

Item si aliquis super hiis que in hoc arbitrio continentur scrupuli vel dubietatis emerit ad interpretationem predictorum arbitratorum modis omnibus recurratur et qualem interpretationem dederint utraque pars observare per sacramentum prestitum ac penam alteram compellatur. Si autem aliquid de novo super hiis que ibi non continentur emerit³⁴⁸ sub eisdem penis per eosdem arbitros sopiatur.

Item quicumque contra hoc arbitrium venerit post trinam ammonitionem a predictis arbitris factam pennam perjurii se noverit incurrisse et pena predicta peccuniaria per eosdem arbitros puniatur.

Item si aliquid legatum fuerit sacerdoti cui peccata quis propria confitetur totum et integre possideat.

Item in aureis legatis clericis hoc breviter difinimus ut si quatuor quis sepulture sue legaverit dimidium relinquat clericis de hoc dimidio duas prelati percipiat porciones. Si autem dimidii metas testator excesserit id quod amplius est per medium prelati et clerici partiantur. Si autem VI sepulture legaverit et unum clericis duas ex eo prelati percipiat porciones. Si autem amplius eis legatum fuerit quod amplius est per medium

³⁴⁸ Segue-se supontado «utraque pars», assinalando o erro.

partiatur. Si autem X legaverit sepulture duos autem clericis ex hiis duobus duplicatam tantum prelati percipiat portionem. Si autem amplius fiat quod predictum est in summa minori. Et hoc de parrochianis eiusdem ecclesie Sancti Jacobi intelligimus. Si autem parrochiam aliarum ecclesiarum extiterint et aliquid eis relictum vel legatum fuerit per medium partiantur.

Item de annalibus susceptis a sacerdotibus promissis cantandis veruntamen si pallium tunicam vel capam vel talem aliquid sacerdoti legaverit ut missam pro eo celebret de defunctis idem sacerdos in pace totum id³⁴⁹ habeat. Tricesima in carnibus pane et vino et ceteris collata per medium partiantur. Si autem de confraria vel numpciis priori vel clericis ensenia missa fuerint utraque pars habeat quod sibi fuerit de mandatum. Item de oblationibus ad altare provenientes, hoc breviter diffinimus. Sacerdos quidem habeat quartam partem et quod residuum fuerit prior et clerici per medium partiantur. Exceptis octo festis in quibus sacerdos qui missam cantaverit de oblationibus octo numos accipiat ceterum per medium dividatur.

[*Item*] hoc etiam diffinimus, ut clerici a festo beati Johannis usque ad annum accipiant quicquid eis in vaccis et bobus intra parrochiam et extra collatum fuerit dum tamen consciencias conferentium et suscipientium illesas procurent modis omnibus conservare. Ab illo anno in antea quocumque titulo res ad ecclesiam devolvantur intuitu tamen ecclesie per medium partiantur.

Item tesaurarius percipiat prout percipere consuevit. Quod autem de clericis diximus que usque ad annum et cetera idem intelligimus de prelato. Quod autem diximus in precedenti clausula si autem aliquid de novo et cetera quod per eosdem arbitros sopiatur intelligimus si omnes presentes fuerint. Alioquin quod duo statuerint ratum penitus habeatur nec litere vel nuncium ab arbitro tercio expectentur.

Item si aliquis ex eisdem decesserit arbitris duo secundum formam compromissi eligendi tertium habeant potestatem.

Item si duo decesserint superstes potestatem habeat reliquos eligendi et ab utraque parte eorum mandato per omnia pareatur.

Et quia nos sigilla propria non habemus sigillo Ulixbonensi episcopi fecimus communiri. Facta carta mense junii sub Era M^a CC^a X^L^a IIII^a.

189. [1206].06

D. Urraca Soares de Espadanido doa a Fr. Fernando Mendes, da Ordem do Templo, quatro leiras de herdade no termo de Braga.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 156r³⁵⁰ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 299r-299v

³⁴⁹ No documento «idem», mas as letras «em» estão supontadas, assinalando tratar-se de um erro.

³⁵⁰ Documento copiado no âmbito das escrituras do arcebispado de Braga.

In Dei nomine. Ego Orraka Suariz de Spadanido do quatuor leiras de hereditate ad ipso maison de Templo pro anima mea in dies de fraire Fernando Mendi in loco que dicitur Revoira et in Nevrigio et Longora et de via vetera per medio de eas subtus mons Karabubosa disorrentis aquas Pontelias, in territorio Brachara. Do ipsa hereditate propter anima mea, et accepit inde pro robora I^a spatula de porco, et unus zapatos. Habeat ipsa hereditate ipso maison pro anima mea et faciat de ea quicquid placuer in perpetuum. Sed si forte aliquis homo venerit tam de propinquis quam de extraneis qui hoc factum irrumpere voluerit quantum quesierit tantum in duplo componat in simili loco.

Facta karta mense junii Era M^a CC^a X^a IIII^a³⁵¹. Ego Orraka Suariz in hac karta maus meas robor + o. Qui presentes fuerunt.

Petro testis.

Joanne testis. Alfonsus notuit.

Pelagio testis.

190. [1207].07³⁵²

Pedro Baragão e sua mulher, Sancha Soares, vendem a João Domingues, comendador da Ordem do Templo, a parte que tinham do poço de Salinas, em Rio Maior.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 175r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 52v-53r³⁵³; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 96r-96v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 69³⁵⁴

In Dei nomine. Hec est carta vendicionis et firmitudinis quam iussimus facere ego Petrus Baragam et uxor mea Sancia Suariz tibi Joham Dominici comendatori Templi et omnibus fratribus de Thomar tam presentis quam futuris de uno puzo quem habemus in Rio Mayor quantum ad nos pertinet, scilicet, quinta de aqua pro marinis. Sunt autem termini eius. In oriente albergaria regis, in ocidente donnus Pardus et Espital, in aquilone marinas de Espitalle, ex Africa parte marine de donno Pardo. Vendidimus vobis ipsam quintam de ipso puteo pro precio quod a vobis accepimus, scilicet, V morabitini mihi quia nobis et vobis tamen bene complacuit et nichil remansit in debitum pro dare. Habeatis aquam de ipso puteo quam nos habemus firmiter et omnes fratres qui venerint post vos. Sed si forte aliquis venerit vel nos venerimus tam de nostris quam de extraneis qui hoc nostrum factum frangere voluerit non sit

³⁵¹ O autor não copiou o X aspado.

³⁵² Datado com base nos documentos seguintes de 1207.08, segundo os quais João Domingues é comendador da Ordem do Templo, como se pode ler no texto de ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mc. 3, n.º 31* («frater Johanes Domini qui tunc erat comendator Templi»). Viterbo data este documento de 1177, referindo-se a D. João Domingues apenas como comendador de Tomar, mas no texto acima ele é referido como comendador do Templo (Viterbo, ed., 1799, p. 363).

³⁵³ Documento copiado no âmbito das escrituras do arcebispado de Lisboa.

³⁵⁴ Datado da era de 1215.

ei licitum sed pro sola temptacione quam inquisierit tam in duplum componat et quantum fuerit meliorata et donno terre aliud tamen.

Facta carta mense julii Era M^a CC^a XV^a [*sic*]. Nos supranominatiqui hanc karta iussimus facere coram ydoneis testibus roboramus et hec sig+ +na fecimus. Qui presente fuerunt frater Petrus Sever qui dedit morabitanos testis. Martinus Longo testis. Petrus Onorici testis. Johannes Trilia Cacos testis. Jhoanio genus de mater Coredoira testis. Johanes Monaco [*testis*]. Petrus Molazino testis. Pelagius Garcia testis. Pelagius Gunsalviz testis. Menendus Managete testis. Menendus Petri testis. Dominicus Petri testis. Petrelinus subdiaconus notavit.

191. 1207.08

D. Pedro Guterres doa ao mestre e Ordem do Templo a herdade de Vide, termo de Covilhã, e uma igreja de outra herdade dentro da Covilhã.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 3, n.º 31 (1.º documento e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 21r³⁵⁵; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 28³⁵⁶

Notificetur tam presentibus quam futuris que ego Petrus Goterriz divino spiraculo eruditus ideo in mea bona salute et nullo me cogente sed spontanea mea voluntate do et concedo ad manssionem Templi ipsam meam hereditatem da Vide cum tota cangusta quam habui in termino Coviliane tam populatam quam inpopulatam et ruptam et irruptam per terminos scilicet per sumitatem montis quomodo currunt aque ad Castellum Novuum de inde ad vitem. Do ibi eam pro anima mea atque remissionem peccatorum meorum et pro bono quod mihi sempre fratres eiusdem mansionem fecerunt. Tali videlicet pacto ut in suis beneficiis me recipiant etsi forte ivero in romaria et inde vivus rediero teneam ipsam hereditatem in prestimonium cum omnibus suis directis usque ad obitum meum. Post autem mortem meam remaneat ad mansionem Templi cum ipsa ecclesia et cum omnibus suis directis. Do etiam et concedo ibi ipsam meam hereditatem de Manta in Colo que est iustus in Coveliana ita populatam quam inpopulatam per omnes suos terminos scilicet per ipsam viam que currit iusta Sanctum Stephanum usque ad domum que fuit de Fernando Galego deinde sicut dividit per ipsam viam que vadit ad gafos etiam persursum sicut dividit per ipsam viam que currit de Sancto Stephano ad albergariam de Santo Petro deinde sicut dividit cum Garsia Pelagium. Igitur ex hac die mansio Templi habeat integras ipsas supranominatas hereditates et ecclesiam supranominatam cum omnibus suis directis et facient inde ibi forum quod mihi facere solebant. Aduc post mortem mea mando ibi dare centum maravedis quos debeo ibi date. Etsi forte aliquis venerit tam

³⁵⁵ Neste documento a data é: «Facta hec carta mense augusti. Era M. CC. X^a. V^a». Provavelmente, no original, o X seria asgado, o que faria era de 1245, ano de 1207.

³⁵⁶ Comentário na margem esquerda (aparado), de outra mão: «Achou se no cartorio do convento a mesma doação por outras palavras e na [...] era diferente e que parece que foi erro».

de meis quam de extraneis vel ego venero aut filii mei venerint qui hoc meum factum et hanc cartam irrumpere voluerint sint maledicti usque in septimam generationem et cum diabolo pereant sine fine. Insuper quantum inquisierit tantum ad mansionem Templi in duplum conponant et quantum totum hoc fuerit melioratum et iudicatum et pro sola temptatione pectent centum maravedis. Et hoc donum et hec manda stet firmiter in perpetuum.

Facta hec carta mense Agusti Era M^a CC^a X^{La} V^a. Ego supranominatus qui hanc kartam fieri iussi coram bonis hominibus eam propriis meis manibus roboravi et confirmavi. Qui presentes fuerunt. Menendus notavit. Frater Iohannes Dominici qui tunc erat comendator Templi Portugalie affuit. Frater Stephanus affuit. Frater Petrus Nuniz. Frater Petrus Petri affuit. Regnante rege S[ancio]. Menendus Petri Calvus testis. Ihoanes Bofino testis. Pelagius Retura testis. Petrus Garcia testis. Petrus Petri testis. Rubeo Menendi testis. Garcia testis. Martinus testis.

192. [1207].08³⁵⁷

D. Pedro Guterres doa ao mestre e Ordem do Templo a herdade de Vide, termo de Covilhã, e uma igreja de outra herdade na Covilhã.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 109r-109v³⁵⁸ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 202r³⁵⁹

Sub Christi gratia et eius misericordia. Ego Petrus Goterris timeo mortis mee et mando pro mea anima et pro pec-[fl. 109v] catis meis ad maison do Templo ipsa mea hereditate de Viti quam habeo in ipso termino Covelliana scilicet per omnes terminos Viti tam populatam quam inpopulatam ruptam et inruptam ita et ecclesiam et cum omnibus rebus suis que prestitum est et ad hominis de ipsa populatione et hereditates eorum sicut sursum sonat pro anima mea et pro bona quod mihi fecere ad ipsa maison do Templo et erat comendator Johane Dominici et cum fraires suos donno Stephano et Petro Nuniz et Petro Petri tali pacto ut quando fuero ego in mea romaria et vino venerit tenere ego ipsam hereditatem ad mihi prestandum cum omnibus eius usque obitum meum ita interdum ego vivus fuero. Post mortem mea remaneat ad maison semper et insuper de hodie die do in ipsa maison hereditate intus Covelliana scilicet populatam et inpopulatam per terminos scilicet per ipsa via que currit iuxta Sancti Stephani usque currit iuxta casa de Fernando Gelego [sic] que fuit inde sicut dividit per ipsa via que currit ad gafos. Deinde per sursum sicut dividit per ipsa via que currit de Santo Stephano ad alvergaria de Sancto Petro inde sicut dividit cum Garsia Pelagium. Ista hereditatem habeat a maison de hodie die ut dent ibi totum forum sicut mihi dabant et ad mea morte dent ad maison C morabitos

³⁵⁷ Foi atribuída esta data com base no documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 31* (veja-se documento anterior).

³⁵⁸ Datado de 1177.

³⁵⁹ Datado de 1177.

quos debeo ibi dare. Et si aliquis ho venerit de meis proprinquis vel ego vel filii vel extraneis qui hanc cartam irrumpere voluerint sit maledictus usque in septima generationem et cum diabolis pateat penam. Et in super quantum quisierit tantum ad ipsam maison do Templo emponat et quantum fuerit melioratum et iudicatum. Et pro sola temptationem C morabitos insuper stet manda.

Facta carta mense augusto Era M^a CC^a X^a V^a [*sic*]. Ego Petro Goterri supranominatus qui hanc cartam facere cum manu mea roboravi. Qui presentes fuerunt Menendus notavit. Regnante rex S[*ancio*]. Menendo Petri Calvo testis. Johane Bofino testis. Pelagio Retura testis. Petrus Garsia testis. Petrus Petri Rubeo testis. Menendo Garsia testis. Martino testis.

193. 1207.08

Soeiro Fromarigues doa à Ordem do Templo a herdade de Casegas, no termo de Covilhã.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 31* (2.º documento e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 21r-21v*

Notificetur tam presentibus quam fucturis que ego Sueiru Fromariguiz divino spiraculo eruditus ideo in mea bona salute et nullo me cogente sed spontanea mea voluntate do et concedo ad mansionem Templi ipsam meam populationem que dicitur Casegas que est in termino Coviliane do eam populatam et inpopulatam ruptam et irruptam per omnes terminos sicut currit Aurondo de ipso rivulo quomodo vertit aquas ad Ozezar deinde sicut dividit cum Aerada et etiam sicut tendit ad serram de Zebola usque ad sumum. Do ibi eam pro anima mea atque remissionem peccatorum meorum et pro bono quod mihi sempre fratres eiusdem mansionem fecerunt et ut me in suis beneficiis recipiant. Igitur ex hac die mansio Templi habeat ipsam supranominatam populationem cum omnibus suis terminus sicut superius sunt ostensi et cum omnibus suis directis. Etsi aliquis venerit tam de meis quam de extraneis vel ego venero aut filii mei venerint qui hoc donum et hanc cartam violare voluerint sint maledicti usque in septimam generationem et cum diabolo pereant usque in sempiternum. Insuper quamtum inquisierit tantum ad mansionem Templi in duplum componant et quantum fuerit melioratum et iudicatum et pro sola temptatione pectent centum morabitini. Insuper hoc donum et hec manda stet firmiter in perpetuum.

Facta hec karta mense augusti Era M^a CC^a X^{la} V^a. Ego supranominatus qui hanc kartam fieri iussi coram bonis hominibus eam propriis meis manibus roboravi et confirmavi. Qui presentes fuerunt. Menendus notavit. Frater Iohannes Dominici qui tunc erat comendator Templi Portugalensi affuit. Frater Stephanus affuit. Frater Petrus Nuniz affuit. Frater Petrus Petri. Frater donnus Laurentius affuit. Regnante rege S[*ancio*]. Menendus Petri testis. Ihoanes testis. Pelagius Retura testis. Petrus Garcia testis. Petrus Petri Rubeo testis. Petrus Goterriz testis. Menendus Pelagium testis. Menendus testis. Johanes testis. Gonçalo testis.

194. [1207].08³⁶⁰

Soeiro Fromarigues doa à Ordem do Templo a herdade de Casegas, no termo de Covilhã.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 109v³⁶¹ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 203r

Sub Christi nomine. Ego Suario Fromariguiz timeo mortis mee et do pro anima mea et pro peccatis meis ad maison do Templo illa mea populatione de termini Coveliana scilicet villa qui dicitur Casegas populatam et inpopulatam ruptam et inruptam per terminos scilicet sicut currit Aurondo ad Uzezar et deinde sicut tendit ad serra de Cebolla usque ad summum. Ita de hodie do ipsa villa ad maison do Templo pro anima mea et pro omnia bona quod inde mihi fecere et erat comendator Johane Dominici et fraires suos donno Stephano et Petrus Nuniz et Petrus Petri et donno Laurentio habeat Templo qui diem da maison ipsam villa et faciant inde quicquid placuerint semper suos fraires et comendatores et cum omnia bona sua sursum terminant per omne girum de ipso rivulo Anrudo sicut vertent aquas ad Uzezar inde sicut dividit cum Aerada et inde sicut tendit ad serra de Cebolla. Etsi alliquis homo venerit de meis propinquis vel filiis vel ego vel extraneis qui hanc cartam irrumpere voluerit sit maledictus usque in septimam generationem et cum diabolis pateat penam in super quantum quesierit tantum in ad maison do Templo componat et iudicatum ita et melioratum et pro sola temptatione C morabitini in super stet manda.

Facta carta mense augusti Era M^a CC^a X^a V^a [*sic*]. Ego Suario Fromariguiz supra nominatus qui hanc karta iussi facere cum manu mea roboravi. Qui presentes fuerunt. Menendus notavit. Regnante rex S[*ancio*]. Menendo Petri testis. Johane Pelagio Retura testis. Petrus Garsia testis. Petrus Petri Rubeo testis. Petrus Goterri testis. Menendo Pelagii testis. Gonçalo testis.

195. 1207.08

Paio Retura e sua mulher, Marina Gonçalves, doam à Ordem do Templo uma herdade no termo de Covilhã, onde nasce o rio de Vide.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 31* (3.º documento e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 21v

Sciant omnes quod ego Pelagius Retura uma cum mea uxore Marina Gonsalviz damus ad mansionem Templi pro animabus nostris ipsam nostram hereditatem quam habemus in termino Coviliane ubi nascitur rivulus Vitis sicut dividit de aqua ad aquam et quomodo dividit cum hereditate de Petro Mozo damus ibi eam ruptam et inruptam cum omnibus suis directis ut nos recipiant fratres eiusdem mansionis in suis beneficiis et faciant de ea quicquid <eis> placuerit. Igitur ex hac die habeant

³⁶⁰ Documento datado com base em ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 31* (2.º documento) cujo conteúdo é muito semelhante.

³⁶¹ Datado de 1177.

eam in hereditario. Sed si aliquis venerit vel vos venerimus tam de nostris quam de extraneis qui hoc factum nostrum et scriptum frangere voluerit sit maledictus usque in septimam generationem et cum diabolo pereat in eternum. Et insuper quantum ad mansionem Templi <inquisierit tantum> in duplum componant et quantum fuerit melioratum et iudicatum et pro sola temptatione pectet centum morabitanos. Facta hec carta mense augusti Era M^a <CC^a> X^{La} V^a. Ego supranominatus qui hanc kartam fieri iussi coram bonis hominibus eam propriis meis manibus roboravi et confirmavi. Qui presentes fuerunt. Menendus notavit. Frater Iohannes Dominici qui tunc erat comendator Templi Portugalsensi affuit. Frater Stephanus affuit. Frater Petrus Nuniz affuit. Frater Petrus Petri. Frater donnus Laurentius affuit. Regnante rege S[ancio]. Menendus Petri testis. Ihoanes testis. Pelagius Retura testis. Petrus Garsie testis. Petrus Petri Rubeus testis. Petrus Goterriz testis. Menendus Pelagiz testis. Menendus testis. Gonçalo testis. Johane testis.

196. [1207].08³⁶²

Paio Retura e sua mulher, Marina Gonçalves, doam à Ordem do Templo uma herdade no termo de Covilhã, onde nasce o rio de Vide.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 110r³⁶³ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 203v

Sub Christi nomine. Ego Pelagio Retura vivente uma cum uxora mea Marina Gunsalviz demus pro animas nostras ad mayson do Templo ipsa hereditatem quam habemus in termino Covelliana scilicet ubi nascit rivulo Viti sicut dividit de aquam ad aqua sicut dividid [sic] cum hereditate de Petro Mozo. Damus ad maison do Temple de hodie die ruptam et inruptam ipsam hereditatem cum omnibus rebus suis quod prestitum est ad hominis habeat ipsa hereditate ipsa maison et omnes fraires eius et faciant de ea quicquid ipsis da maison placuerit semper. Sed si aliquis homo venerit de nostris propinquis vel nos aut de extraneis qui hoc scriptum nostrum irrumpere voluerit sit maledictus usque in septimam generationem et cum diabolis pateat penam et in super quantum quesierit tantum in duplum ad ipsa maison componat et et melioratum et iudicatum et pro sola temptatione C morabitini.

Facta carta mense agosto Era M^a CC^a X^a V^a [sic]. Ego Pellagio Retura supra nominatus qui hanc karta unam per mandatum uxor mea dum erat viva iussimus facere cum manu mea roboravi. Qui presentes fuerunt. Menendus notavit. Regnante rex S[ancio]. Menendo Petri testis. Johane testis. Petrus Petri Rubeo testis. Menendo testis. Ihoane Bofino testis. Menendus testis. Gonçalo testis. Martino testis.

³⁶² Data atribuída com base no documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7*, mç. 3, n.º 31, onde se pode ler o X aspado.

³⁶³ Datado de 1177.

197. [1208].04³⁶⁴

D. João Domingues, comendador de toda a Ordem do Templo em Portugal, com Fr. Fernando Gonçalves e Fr. D. Martinho, comendadores de Tomar, dão foral a dez povoadores do lugar de Carvalhal de Ceras. ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 77v-78r (cuja lição se segue); ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.^a parte, fls. 29v-30r; BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 54r-55r; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 48-49

In Dei nomine. Hec est carta donationis et firmitudinis quam iussimus facere ego dominus Joannes Dominici tunc comendator Templi totius Portugalis una cum fratre Fernando Gonsalviz et frater dono Menendo Tio [sic] tunc comendadores de Tomar et cum omni conventu Portugalensi de ipsa nostra hereditate quam habuimus in Tomar in loco qui dicitur Carvaliar de Cera quam damus vobis decem populatoribus scilicet Suerio Pelagiiz. Martinus Gunsalviz. Gonçalves Gunsalviz. Donno Nuno. Petro Pequeno. Pelagio Faria. Donno Thome et super hoc tenet Suerio Pelagiz unam quairelam et remanent duas quas isti populatores debent dare alteris duobus populatoribus qui faciant inde forum sicut isti. Isti sunt termini ipsius hereditatis. In oriente per aquam de Cera. In occidente per carreira de Torviscal. In aquilone Petrus de Elbora. In Affrico per foz de Torviscal. Damus vobis ipsam hereditatem in hereditario ad populandum ut eam laboretis et plantetis et vendatis et donetis hominibus de Tomar qui inde nobis faciant forum sicut unus ex vobis et vos et filii vestri et posteritas vestra habeatis eam imperpetuum. Sed istum forum inde nobis faciatis. Detis nobis quartam tam de pane et de vino quando venerit ad lagar et ita de lino et de alvones et quintam de oleo et detis nobis pro Natale Domini singulas fugazas et singulos capones de ipsis decem populatoribus qui ibi populatis. Et de ista hereditate nichil aliud inde nobis detis nec alterum forum nullo faciatis inde. Sed propterea sitis imparati de carreya sicut sunt ipsi populatores de Fonte de Bogas et de Carregueyra. Maiordomi non eant ad vestras domos nec pectetis ullam calumpniam nisi rauxum [sic] furtum et homicidium et de totis aliis foribus vos et filii vestri et posteritas vestra sitis liberi sed vos et successores vestri semper istud supradictum forum inde nobis et successoribus nostris faciatis. Etsi aliquod illicitum feceritis sitis constricti per nostrum portitorem quousque coram nobis directum faciatis et nullus super vos habeat potestatem nisi nos. Ego supranominatus comendator una cum omnibus fratribus Portugal vobis et successoribus vestris istam hereditatem et istud forum coram bonis hominibus dedimus et confirmavimus. Siquis surrexerit qui hoc nostrum factum frangere voluerit non sit ei licitum sed prosola temptatione sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno precipitatus.

³⁶⁴ Data atribuída com base em Viterbo (ed., 1799, p. 237) (*Preceptor*): «No [ano] de 1208 se intitula D. João Dominguez *Commendator Templi totius Portugalis* no Foral, que deu no mesmo anno aos dez povoadores do *Carvalhal de Cera*. Doc. de Thomar»; e p. 363 (*Tempreiros*): «Em huma carta de Fôro que deo aos dez Povoadores do Carvalhal de Cêra na Era M. CC. X. VI. se intitula *Commendator Templi totius Portugalis*».

Facta hec carta mense aprilis Era M^a CC^a X^a VI^a [sic]. Qui presentes fuerunt comendator J. Dominici confirmo. Frater Fernandus Gunsalviz confirmo. Frater donnus Menendo Tio confirmo. Frater Petrus Nuniz confirmo. <Frater Petrus Pelagiz confirmo>. Frater donnus Gometius confirmo. Pelagio Luz testis. Suerio Companheiro. Donnus Simeon Acorredoira. Martinus Suariz de Suerio Petriz. Joannes Martiniz Cendoiz. Suerio Mendiz de Carvalial. Suerio Suariz Palentia testes. Donnus Thomae diachonus notavit.

198. 1208.05

D. João César, prior do convento de Santa Cruz de Coimbra, faz composição e concórdia com D. Martinho Fromarigues, comendador de Pombal, sobre os caneiros do Zêzere e bocais, engenho e barca, no lugar chamado Martinchel.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 22 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 98r-98v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 30v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 56r-56v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 70-71 e pp. 107-108³⁶⁵; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 445-447

Notum sit tam presentibus quam futuris quod ego donnus Johannes Cesar prior Sancte Crucis cum consensu canonicorum meorum facimus kartam conventionis et perpetue firmitudinis cum donno Martino Fromariguiz comendatore in Palumbari et cum fratribus eiusdem de nostris <et suis> canariis que habemus in flumine de Ozezar in loco qui dicitur Martinchel scilicet que sunt in portu de caballariis usque ad pelagum de capris de illis que ibi modo habemus vel cum eo et fratribus eius facere potuerimus et de molinis si in ipso flumine cum eo et suis fratribus hedificare potuerimus et de barcha que in ipso flumine ambulaverit et de armaturis ad pisces capiendos que ibi facere potuerimus. Post multas vero altercationes ita positum est inter vos et ipsos videlicet <que> ipsa canaria que modo sunt in supradicto loco et per nos et ipsos ibi fecerimus equali expensa per medium habeamus et molendinos si ibi cum eis fecerimus et barcham que in ipso flumine ambulaverit et armatura ad capiendos pisces que ibi fecerimus per nos et ipsos totum hoc per medium habeamus. Etsi aliquis nostrum non potuerit per propriam expensam implere quod in supradictis fuerit implendum alius qui ibi fecerit quod faciendum fuerit ad utilitatem omnium recipiat totam expensam quam ibi fecerit et integret se de habere quod ibi habuerit et quod remanserit dividamus per medium. Quod si forte aliquis de nostris vel de extraneis voluerit contradicere hoc nostrum factum quod inter nos componimus pro bono pacis non habeat inde potestatem et quantum ibi quesierit quisquis fuerit tantum parti que impetita fuerit in duplum componat et donno terre aliud tantum

³⁶⁵ Do lado esquerdo do sumário que antecede este documento, comentário da época, de outra mão: «Esta mesma escriptura de composição antre a Ordem e Santa Cruz de Coimbra fica ja atraz scrita as folhas 69 na volta por incuria do escrivão que a treladou duas vezes».

et quantum factum fuerit melioratum et in super sit maledictus per omnia secula seculorum amen.

Facta karta conventionis et perpetue firmitudinis mense mayo sub Era M^a CC^a X^{La} VI. Qui presentes fuerunt. <Est autem sciendum que ista canaria sunt in ripa circa Avuarantes>. Donnus Gomez comendator Colimbrie testis. Frater Gonsalvus testis. Gonsalvus Petri testis. Suerius Petri testis. Donnus Pelagius Sancte Crucis prepositus affuit. Donnus Vincentius presbiter affuit. Magister Petrus Michael affuit. Fernandus Petri presbiter affuit. Martinus Alfonsi testis. Menendus Petri Serodenus testis. Menendus Petri testis.

199. [1208].05³⁶⁶

D. Domingos e sua mulher, D. Sancha, vendem a D. Martinho Fromarigues, comendador de Pombal, uma herdade chamada Olival de Pombal, no termo da vila de Tomar.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 30r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 55r-55v

In Dei nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam iussimus facere ego donnus Dominicus et uxor mea donna Sancha vobis donno Martino Formarici tunc comendator Palumbaris et totis fratribus tam presentis quam futuris de uma nostra hereditate quam habuimus in Thomar in loco qui dicitur Olivetum Palumbaris. Sunt autem termini eius. In oriente Pleagius Cognatus et donnus Dominicus. In occidente frayres. In aquilone Suarius Vaccarius. Ex Affrica Ospedrelones. Vendidimus vobis ip[s]am hereditatem pro precio quod a vobis accepimus scilicet duas vaccas paridas optimas et I capa de burello et I quarta tritici et I zapatos cervunos optimos I alferce I ferro de aratro quia nobis et nobis bene complacuit. Et de precio apud vos nichil remansit in debitum. Habeatis vobis ipsam hereditatem et ipsi qui post vos venerint. Etsi forte aliquis venerit tam de nostris quam de extraneis, vel nos venerimus, qui hoc nostrum factum voluerit irrumpere aut temptare, et nos in concilio non potuerimus auctorizare vel divindicare quomodo pariamus hereditatem istam duplatam, et quatum fuerit melioratam et donno terre aliud tamen.

Facta carta mense Magii Era M^a CC^a XVI [*sic*]. Nos supranominati qui hanc kartam iussimus facere coram bonis hominibus roboravimus et hoc signum fecimu+ + + +s. Qui presentes fuerunt. Frater donnus Fernandus affuit. Frater Martinus affuit. Gonsalvus Catelanus testis. Johannes Mecal testis. Pelagius Lausana testis. Suerius Galego testis. Menendo Crispo testis. Fernandus Colimbrianus testis. Pelagius Petri testis. Dominicus Pelagii testis. Donnus Thomas clericus testis. Pelagius Albo testis. Stephanus magistro testis. Martinus presbiter notavit.

³⁶⁶ Documento datado com base no documento anterior, onde D. Martinho Formarigues é comendador de Pombal.

200. 1208.05

D. Maria Martins doa à Ordem do Templo e, em particular, a D. Martinho Fromarigues, duas partes de todos os seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 7* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 113v*³⁶⁷

In Dei nomine. Ego Maria Martiniz iubeo facere hanc cartam Deo et fratribus Templi Salomonis et fratri donno Martino Fromariguiz qui tunc erat comendator Palumbaris das duas partes de meo censu tam mobile quam immobile ubi potuerint eum invenire et facio hanc kartam in mea salute et bona voluntate et pro bono quod semper ad me fecerunt et faciunt. Sed si forte aliquis venerit de meis parentibus aut de extraneis qui hoc factum meum frangere voluerit aut temptare non sit ei licitum sed pro sola temptacione quantum inquisierit tantum in duplo componat et donno terre aliud tantum et in super excommunicatus et cum Juda traditore condempnatus. Facta karta mense maii Era M^a CC^a X^{La} VI^a. Ego supra nominata qui kartam iussi facere das II^{oas} partes de meo censu tam mobile quam immobile Deo et fratribus Templi coram domno Martino Fromarici et bonis hominibus roboravi et hoc sig + + + num feci. Qui presentes fuerunt Donnus Johannes Moniz capellanus ecclesiarum Palumbaris affuit. Martinus Pelagii. Petrus Taqui testis. Martinus Boralbo iudex. Gonçalo Petri iudex. Dominicus Pelagii Tavila testis. Frater Pelagiu Iohanis. frater Menendus Petri affuerunt. Matheus Zepulla testis. Martinus Poldrarius. Petrus Gonsalviz clavarius testis. Donnus Suarius monachus affuit. Salvator Perdigarus. Gonsalvus Gonsalviz Fessus testis.

201. [1208].09³⁶⁸ – Coimbra

D. Sancho I doa a D. Martim Fernandes e a D. Estevaninha, sua mulher, a albergaria de Mações de Caminho (concelho de Alvaiázere), entre Murta e Penela. Refere D. Gomes Templário, D. Rodrigo Peres de Penela e Martinho Cerarius.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 233, fls. 137r-137v*³⁶⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 67r-67v*³⁷⁰ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 146v-147r*³⁷¹; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 281v-282r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, p. 41*³⁷² (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 70-71* Publ. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 239, pp. 351-353

In Dei nomine. Hec est carta donacionis et perpetue firmitudinis quam iussi fieri ego Santius Dei gratia Portugalensium rex una cum filio meo rege domno Alfonso et

³⁶⁷ Datado de 1178.

³⁶⁸ Datado com base na publicação. Em 1178 ainda reinava D. Afonso Henriques.

³⁶⁹ Datado de 1178.

³⁷⁰ Datado de 1178.

³⁷¹ Datado de 1178.

³⁷² Datado de 1178.

ceteris filiis et filiabus meis vobis domno Martino Fernandiz et uxori vestre domne Stephanie de illa albergaria de Mazanis que est inter Murtam et Penelam cuius isti sunt termini. In oriente per Crucem Veterem quomodo vertit aquam ad aquam de Lapa et vadit per aquam et intrat in Rivulo de Mazanis et inde quomodo vadit per aquam ad focem de aqua de A<l>bergaria et vadit per ipsam aquam usque ad hereditatem de Michaelae Didaci. In africo quomodo vertit aquam ad Albergariam per comeneiram et vadit ad viam que venit de Alveiezera per Pausafoles quomodo vadit ad ipsam stratam et inde quomodo dividit cum hereditate que fuit de Gunsalvo Rege cum sua aqua et [fl. 137v] vadit per directum ad supradictam Crucem Veterem. Quicquid autem infra terminos isto concluditur damus vobis et cunctis successoribus vestris et iure hereditario habendum im perpetuum concedimus tali modo quod faciatis inde quicquid facere volueritis. Adhuc addimus quod cautamus vobis predictam albergariam per supra dictos terminos et per illos cautos quos iussione nostra ibi erexit domnus Gometius Tenplarius et Rodericus Petri de Penela et Martinus Cerarius. Et sciendum est quod hoc totum facimus pro bono et fideli servitio quod nobis semper fecistis et facitis. Quicumque ergo hoc nostrum factum vobis integrum observaverit sit benedictus a Deo amen. Qui vero illud infringere attemptaverit ira Dei veniat super eum. Facta fuit hec carta apud Colimbriam mense septenbri Era M^a CC^a X VI^a [sic]. Nos reges qui hanc kartam fieri precepimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa fecimus + + + + +. Qui affuerunt domnus Gunsalvus Menendiz maiordomus curie confirmo. Domnus Nuno Sancii confirmo. Domnus Rodericus Roderici confirmo. Domnus Gometius Suarii confirmo. Domnus Laurentius Suarii confirmo. Domnus Pontius Alfonsi confirmo. Domnus Lopus Alfonssi confirmo. Martinus Bracharensis archiepiscopus confirmo. Martinus Portugalensis episcopus confirmo. Petrus Lamecensis episcopus confirmo. Nicolaus Visensis episcopus confirmo. Petrus Colinbriensis episcopus confirmo. Suarius Ulixbonensis episcopus confirmo. Suarius Elborensis episcopus confirmo. Petrus Nuniz testis. Petrus Gomez testis. Rodericus Petriz testis. Iohannes Reimundi testis. Iulianus cancelarius domini regis. [SINAL RODADO] REX DOMNUS ALFONSUS. REGINA DOMNA SANTIA. INFFANS DOMNUS FERNANDUS. REGINA DOMNA BLANCA. INFFANS DOMNUS PETRUS. REGINA DOMNA BERENGARIA. REGINA DOMNA MAHALDA. REGINA DOMNA TARASIA.

202. 1209.01

D. João Domingues, que fora comendador da Ordem do Templo em Portugal, recebe, para a Ordem, de D. Simão, cavaleiro, um casal na Maia, metade de uma quintã em Vilarinho, entre outros bens. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 26³⁷³ (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 80v³⁷⁴

³⁷³ Documento com letra apagada. Reconstituição com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 80v.

³⁷⁴ Datado de 1179.

Era M^a CC^a. X^{La} VII^a mense januarii. Donnus Johannes Dominici tunc comendator in Portugalie placente Deo et suis fratribus fecit fratrem eos donnum Simeonem militem et ipse donnus Simeon misit secum in Ordinem Templi in primis in Amaia unum casalem cum media de una quintana de Vilarino in couto de Varzena unum casalem et unam domum et est in rial inter Arouri et Sanctam Ouvai de Rivo Covo.

203. 1209.02

D. Oiro e sua mulher, Toda Mendes, doam à Ordem do Templo uma herança que tinham de Moinhos do Prado, que haviam sido feitos pela dita Ordem, assim como animais e instrumentos agrícolas.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 44³⁷⁵ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 34r³⁷⁶; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 31r³⁷⁷; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 30³⁷⁸; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 56v-57r

In Dei nomine. Notificetur tam presentibus quam futuris quod ego donnus Ooiro una cum uxore mea Toda Mendez timentes diem mortis nostre damus Deo et mansioni Templi totam nostram hereditatem quantam inde habemus iusta eos in molinis de Prato. Tali pacto eam damus ut si ego donus Ooiro vincero meam uxorem de vita isiti supranominati fratres me in suum consorcium recipiant cum ipsa hereditate et cum quanto habere potuero et dum ego vixero cum mea uxore in mea vita habeamus medietatem de fructu de ipsa hereditate quae est sub via et fratres aliam medietatem preter quod habemus in nostra vita totum fructum de ipsa queirela in qua est cidral plantatus et laboremus in nostra vita ipsam hereditatem que est super viam et ad mortem nostram quantam inde habemus ibi sub via et super via remaneat ad mansionem Templi. Etsi dona Toda vincerit donnum Ooiro de vita ita compleatur ei hoc pacto quomodo dono Ooiro. Et propter hoc quod illi faciunt fratres debent eos imparare et honorare de carreira et de fossado et in molinis de Prato semper molant eis suam ceveiram post ipsam que iacuerit in moega nullus habeat potestatem hoc nostrum factum frangendi. Facta hec karta mense februarii Era M^a CC^a X^{La} VII^a. Nos supranominati qui hanc kartam fieri iussimus coram bonis hominibus hoc pactum concedimus et confirmamus. Qui presentes fuerunt donus Thomas notavit. Ista carta fuit facta per mandatum Johanne Dominici comendatoris Portugalie et doni Reimondi et doni Martino Fromarici comendatoris de Thomar et Joannes Moniz capellanus ibi. Siquis surrexerit qui hoc nostrum factum frangere voluerit quantum inquisierit in duplum componat et donno terre aliud tantum et insuper sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno precipitatus. Pelaius Gonçalves presbiter testis. Gonçalves

³⁷⁵ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 487, está datado de «1203, Fevereiro», mas no documento lê-se «Era M^a CC^a X^{La} VII^a», o que representa o ano de 1209. Documento em mau estado, leitura completada com as cópias.

³⁷⁶ Datado de 1179. Veja-se nota anterior.

³⁷⁷ Datado de 1179, porém a data correta é o ano de 1209, como se pode ler no texto da *Gaveta*, onde diz: «Era M^a C^a X^{La} VII^a», cujo X é aspado, sendo era de 1247, ano de 1209.

³⁷⁸ Datado de 1179. Veja-se nota anterior.

Diaz <aurives> testis. Petrus Mendiz testis. Petrus Alfonsi almiveiro de Almugade testis. Dominicus Pelaius armiger de Martino Fromarici. Mendus Salvatori armiger de Johanne Moniz capellano testis. Super hoc si dona Toda obierit antequam donus Ooiro mandant ambo per medium ad faciendum et ad laborandum ipsam senaram duos boves et duas exadas et duos alferces et duas palas de ferro.

204. 1209.03.11 – Latrão [A]

O papa Inocêncio III, pela bula «Religiosos viros», ordena aos prelados que procedam com censuras eclesiásticas e outras penas contra as pessoas que obrigarem os religiosos da Ordem do Templo a pagar portagem, ou outros tributos, sobre os bens que adquirirem para seu uso e necessidade.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 31v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 56v-57r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 21-22

Publ. Ferreira 1735, pp. 849-850; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 136, pp. 267-268

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis prepositis et aliis ecclesiarum prelati salutem et apostolicam benedictionem. Religiosos viros fratres militie Templi pro religione et honestate sua tanto propensius a malignorum incursibus protegere volumus et tueri quanto puriorem devotionem circa nos et Romanam ecclesiam habere noscuntur. Inde est quod universitati vestre per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus universis parrochianis vestris sub interminatione anathematis prohibere curetis ne a prefatis fratribus vel eorum hominibus de victualibus vestimentis pecudibus seu de aliis rebus eorundem fratrum usibus deputatis pedagium vendam passagium cautagium seu aliam quamlibet consuetudinem exigere vel extorquere presumant. Siqui autem contra prohibitionem vestram venire presumpserint quod a presumptione sua monitione premissa non differatis per excommunicationis sententiam coercere et in terris eorum siquas habent omnia divina preter baptismum parvulorum et penitentias morientium prohibeatis appellatione remota officia celebrari. Ad hec quia sicut predicti fratres asserunt quidam presbiteri et alii clerici vestre iurisdictionis in ecclesiis illis que pro excessibus in domum predictorum fratrum commissis sub interdicto tenentur divina celebrare presumunt eos si res ita se habet a sue presumptionis sententiam appellatione postposita compescatis. Datis Laterani V Idus martii pontificatus nostri anno duodecimo.

205. 1209.03.11 – Latrão [B]

O papa Inocêncio III, pela bula «Militum Templi professio», ordena aos bispos e prelados que excomunguem os religiosos da Ordem do Templo, e quem os receber, se saírem sem licença do mestre ou capítulo e forem encontrados nas paróquias³⁷⁹.

³⁷⁹ A 14 de março de 1151 Eugénio III, pela bula com o mesmo nome, dirigida a arcebispos e bispos decretara a pena de excomunhão para os cavaleiros que abandonassem a Ordem do Templo após fazerem a profissão (*Cartulaire Général de l'Ordre du Temple*, n.º 25, pp. 388-389).

ANNT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 38³⁸⁰ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 38r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 67r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 48

Publ. Ferreira 1735, pp. 876-877; *Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, n.º 135, pp. 266-267

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis prepositis et aliis ecclesiarum prelati salutem et apostolicam benedictionem. Militum Templi professio sicut in scriptis eorum et privilegiis continetur est talis ut ne cui post factam professionem semel assumptam crucem dominicam et abitum ipsius abicere vel ad alium locum seu etiam monasterium maioris sive minoris religionis obtentu invitis sive inconsultis fratribus aut eo qui magister extiterit liceat transmigrare nullique ecclesiastice secularive persone ipsos suscipere liceat vel tenere. Cum enim ipsi ad defendendam orientalem ecclesiam et paganorum sevitiā reprimendam relictis pompis secularibus Dei sint servitio mancipati si transeundi ad alia loca et sumptum habitum relinquendi daretur eis licentia magnum ecclesie Dei posset exinde contingere detrimentum. Ideoque universitati vestre per apostolica scripta precipiendo mandamus ut siquis ex ipsis in parrochiis vestris vel locis vobis commissis id attemptare presumpserit tam ipsum quam qui eum ausu temerario retinere temptaverit omni occasione remota excommunicationis vinculo innodetis. Datum Laterani V idus martii pontificatus nostri anno duodecimo.

206. 1209.04

Pedro Galego doa a D. Martinho Fromarigues e freires do convento de Tomar metade dos seus bens. ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 32 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 92v-93r³⁸¹

In Dei nomine. Sciant omnes homines qui hanc cartam audierint vel viderint legere quod ego Petrus Galego timens diem mortis mee et in tempore mee salutis et nullus me cogente sed divina gratia inspirante in me do fratri donno Martino Fromarici et totis fratribus de Thomar et mansioni Templi Salomonis medietatem de toto meo censu tam mobile quam immobile et si forte dum vixerit in hoc mundo et filius vel filiam habuero habe<a>nt fraires terciam partem tocuis mei censi supra nominati et si voluero mutare vitam meam ab hoc seculo prius sit in suam si me voluerint et non vadant ad aliam sine iussu eorum. Et si forte aliquis venerit qui hoc meum factum de propinquis meis aut de extraneis voluerit corrumpere vel frangere non sit eis actorizatum sed pro sola temptacione quantum que sierit tantum in duplum componat et domno terre aliud tantum et in super centum libras auri purei et sit

³⁸⁰ Com selo pendente de chumbo.

³⁸¹ Datado de 1179, mas pode ver-se o X aspado no texto da *Gaveta*.

maledictus et excommunicatus et Judas traditore in inferno collocatus. Facta carta mense aprilis Era M^a CC^a X^l VII. Ego supra nominatus qui hanc cartam iussi facere coram bonis hominibus roboravi et hoc signum feci. Qui presentes fuerunt donus Thomas cancellarius. Martinus Pelagii alfaiate testes. Michael alfaiate et Johannes Menendiz. Stephanus Faber testes. Martinus Petri presbiter notuit. Et mandamus dum vixeritis nobiscum non deditis iugadam et faciamus vobis bonum sine cesse fuerit.

207. 1209.07.15 – Anagni

O papa Inocêncio III, pela bula «Cum dilecti filii», ordena às autoridades eclesiásticas que não excomunguem os membros da Ordem do Templo, nem interditem as suas igrejas, por estarem na dependência da Santa Sé.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 32r-32v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 57v-58r

Publ. Ferreira 1735, pp. 852-853; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 138, p. 269

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis archidiaconis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Cum dilecti filii fratres militie Templi Jerosolimitani nullum habeant episcopum vel prelatum preter Romanum pontificem et speciali prerogativa gaudeant libertatis non decet vos in eos vel clericos aut eorum ecclesias in quibus potestatem ecclesiasticam non habetis absque mandato nostro excommunicationis vel interdicti sententiam promulgare. Sed si quando vos vel subditos vestros idem fratres iniuste gravaverint per vos vel per nuntios vestros id Romano pontifici significare debetis ac per ipsum de memoratis fratribus justitiam obtinere. Inde est quod universitati vestrae per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus in predictos fratres sive clericos aut ecclesias eorum in quibus auctoritatem nequaquam habetis excommunicationis vel interdicti sententiam promulgare nullatenus presumatis nec alias eos indebita vexatione gravetis sed erga ipsos vos taliter habeatis quod non habeant adversum vos materiam querelandi. Scituri quod si mandatum nostrum neglexeritis in hac parte dimittere [fl. 32v] non poterimus quin eisdem fratribus in sua iustitia si apud nos querelam iterum deposuerint efficaciter providere curemus. Datum Anagnie idibus julii pontificatus nostri anno duodecimo.

208. [1210-1214]³⁸²

Gomes Pais doa à Ordem do Templo, no tempo em que D. Gomes Ramires, mestre da Ordem do Templo, fez capítulo em Tomar, dez casais em Benavila com as suas casas, entre outros bens, com condição de os freires lhe cantarem para sempre uma missa³⁸³.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 25³⁸⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 105v-106r

Hec est manda que ego Gomecius Pelagii fecit in capitulo de Tomar in tempore de donni Gomez Ramiriz magistri et obtorizo in primis X casales in Benevela cum ipsas meas casas com suas [...] novitates et com suas perfias(?). Et mando ad Ordine Templi una hereditate mea que habeo in Benavela ubi dicitur Texeira de medio et medietate de ipsa mea vineas in tali pacto ut donna Urraca habeat ipsos decem casales cum ipsa vinea et cum ipsa hereditate da Texeira et cum ipso socto in vita sua et ipsas casas. Et ad obitum suum sint integratas ipsas hereditates Ordini Templi. Et mandamus assi que quas de nos ficar de mi vel de donna Urraca que teneat ista hereditate cum ipsa vinea et cum ipso socto ut faciat cantare quotidie missa pro nostras animas. Et post mortem de uno et altero sit ipsa hereditate integrata ad Templum et illos faciant faciam cantare usque in perpetuum missa quothidie pro animas nostras. A Santa Maria da See I casal que façam ende alumear una lampada ante altare usque im perpetuum o casal de Mendo Iohanni. Et si ego Gometius Pelagii ante obiero mando a donna Urraca indoni(?) ipsas casas da Guarda antegradadas(?) comquanto se e en elas. Et si aliquis homo venerit que alqua rem a donna Urraca super isto dom demandar sit maledictus et pectet CC morabitanos ad quod vocem suam dederit et donno terre D morabitanos et de as casas duplatas. Mandamus u kasal de Dominicus Ribeiro a Santa Maria de Rocamador e a Rocasvales. Mando a Santo Petro II morabitanos. Ad fratres minores II morabitanos. A gafus I morabitano. Mando a Fernando meo criado III casales de post obitum donna Urraca. Dominicus Mamon et M. Martini et M. Louçao mando aquestes casaes cumuus heu ei emteiros com suas arroteas. Et mando que donna Urraca segia emtegrada de toda esta manda em sua vida et ela a emtregue toda. Istos sunt casales nominatos que donnus Gometius mandavit ad Templum. In primis filo Martio et Martinus Petri de Tauro. Dominicus Pestana. Dominicus Cortes. Martinus Senestro. Pelagius viguairo et Dominicus Barva. Pelagius Mendi Pelagius Moniz d'Avieiro [...] vinea. Et super ista manda comparum eles a mi IIII^{or} casales. Petris Manquatipa(?) et Micahel Pelagii. Gunsalvus Viola. Pelagio(?) Calvo. Mandu a meu passamentu C soldos aos clericus da Guarda que me venam onrrar.

³⁸² Data definida com base em Fernandes 2009, pp. 132-133, e nos documentos do Cartulário, em particular o documento [1210].10.

³⁸³ Em outubro de 1210, o mesmo Gomes Pais de Benavila doou à Ordem do Templo metade de uma herança e quinze casais em Benavila.

³⁸⁴ Documento com letra apagada na margem direita, que impede a correta leitura do texto.

209. 1210.03.12³⁸⁵ – Santarém

Fernando Sanches doa a D. Gomes Ramires, mestre da Ordem do Templo, e a seus freires, metade de Vila Franca da Cardoso (Castelo Branco), com todos os seus termos, igrejas, direitos e pertenças. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 14, n.º 9* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 109r-109v³⁸⁶; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 85v³⁸⁷; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 154v-155r³⁸⁸; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 76-77³⁸⁹ Publ. Costa 1771, n.º 34, pp. 236-237³⁹⁰

In Dei nomine. Hec est carta donationis et perpetue firmitudinis imperpetuum valitura quam ego Fernandus Santii facio vobis magistro domno Gomecio Ramiri et omnibus vestris fratribus de Portugalie super ipsam populationem de Villa Franca de Cardoso. Ita quod do vobis inde medietatem integram et de omnibus suis terminis et de omnibus ecclesiis cum omnibus suis directuris et pertinentiis et vos debetis populare eam mecum. Et ego nunquam in ista villa debeo facere rem unde contrarium crescat vobis nec vestre mansioni nec etiam progenies mea sed semper debemus vobis exhibere servicium et reverentiam quia concedo ego quod si in aliquo tempore voluerim accipere Ordinem vestrum accipiam et non alium et quandocumque obiero mando vobis corpus meum cum omni parte mea ecclesiarum quia ego debeo tenere in vita mea medietatem ecclesiarum et ad obitum meum omnes ecclesie sunt vestre integre. Ego etiam debeo habere alcaydariam de vestra medietate ipsius ville. Ego vero et omnis progenies mea nunquam debemus mittere alios religiosos in predicta villa. Etsi forte in aliquo tempore ego aut proles mea voluerimus vendere aut donare aut impignorare nostram medietatem antea vendamus aut donemus aut impignoremus vobis quam aliis hominibus tam pro tanto aut vos nobis et vos debetis in hi bene facere et honorare. Quicumque igitur hoc integre servaverit sit benedictus a Deo amen. Et qui irrumpere presumserit sit maledictus a Deo amen et pectet mille aureos. Facta fuit hec carta in Sanctarene quarto idus martii Era M^a CC^a XL VIII. Ego Fernandus Sancii pro me et pro omni genere meo hanc cartam propriis manibus et robore confirmo et hac signa appono [SINAL]. Qui fuerunt presentes. De fratribus domnus Laurentius comendator de Tomar. Frater Arnal Salomon. Frater Petrus Zamorensis. Frater Petrus Aguliario. Frater Munio. Frater Johannes. De clericis Suerius Monogo. Domnus Silvester. Domnus Mames. Petrus Alfonso presbiter. Petrulinus. De laycis domnus Alfonsus. Suerius Crispo. Petrulinus. Johannes Martini. Pelagius notuit.

³⁸⁵ Viterbo data este documento de 1209 (Viterbo, ed., 1799, p. 363).

³⁸⁶ Datado de 1181.

³⁸⁷ Datado de 1181.

³⁸⁸ Datado de 1181.

³⁸⁹ Datado de 1172.

³⁹⁰ Datado de 1172.

210. 1210.08.07 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Auidimus et audientes», confirma a isenção concedida por pontífices anteriores à Ordem de Templo, sobre as dízimas das terras conquistadas e trabalhadas.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 20r (cuja lição se segue); BNP.

Fundo Geral, n.º 738, fls. 36v-37v

Publ. Ferreira 1735, pp. 796-798; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 147, pp. 285-286

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Auidimus et audientes mirati sumus quod cum dilectis filis fratribus militie Templi a patribus et predecessibus nostris concessum sit et a nobis ipsis postmodum indultum et etiam confirmatum ut de laboribus quos propriis manibus aut sumptibus excolunt nemini decimas solvere teneantur. Quidam ab eis nihilominus contra Apostolice Sedis indulgentias decimas exigere et extorquere presumunt et prava ac sinistra interpretatione apostolicorum privilegiorum capitulum pervertentes asserunt de novalibus debere intelligi ubi noscitur de laboribus esse inscriptum. Quoniam igitur manifestum est omnibus qui recte sapiunt interpretationem huiusmodi perversam esse et intellectui sano contraria cum secundum capitulum illud a solutione decimarum tam de terris illis quas deduxerunt vel deducunt ad cultum quam de terris etiam cultis quas propriis manibus aut sumptibus excolunt liberi sint penitus et immunes. Ne ullus contra eos materiam habeat malignandi universitati vestre per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus omnibus parrochianis vestris actoritate apostolica prohibere curetis ne a memoratis fratribus de novalibus vel de aliis terris quas propriis manibus vel sumptibus excolunt seu de nutrimentis animalium ulatenus decimas presumant exigere vel quomodolibet extorquere. Quia vero non est conveniens vel honestum ut contra Apostolice Sedis indulgentias temere veniant que obtinere debent inviolabilem firmitatem mandamus vobis firmiterque precipimus ut si qui monachi clerici vel laici contra privilegia Sedis Apostolice memoratos fratres super decimarum exactione gravaverint laicos excommunicationis sententia percelentes monachos canonicos sive clericos contradictione dilatione et appellatione cessante ab officio suspendatis et tam excommunicationis quam suspensionis sententiam faciatis usque ad dignam satisfactionem inviolabiliter observari. Ad hoc presentium vobis actoritate precipimus quatinus siquis eorundem parrochianorum vestrorum in sepe dictos fratres manus violentas iniecerit cum accensis candelis excommunicatum publice nuncietis et tanquam excommunicatum faciatis ab omnibus cautius evitari donec eisdem fratribus congrue satisfaciatur et cum litteris diocesani episcopi rei veritatem continentibus apostolico se conspectui representet. Datum Laterani a VII^o idus augusti pontificatus nostri anno XIII.

211. 1210.10

Gomes Pais de Benavila doa à Ordem do Templo metade de uma herança e quinze casais em Benavila. ANTT. *Gavetas, Gav.* 7, mç. 10, n.º 26 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 99v³⁹¹

Publ. Fragmenta Historica. História, Paleografia e Diplomática 2022, pp. 95-96

In Dei Nomine. Sciant omnes tam presenti quod futuri quae hanc kartam viderint vel legere audierint quod ego Gomescius Pelagi de Benavela timens diei mortis mee et scio esse venturum et in mea salute et nullus me cogente do Deo et mansioni Templi propter remedium anime mee ipsam medietatem de quanto pertinet ad sanctam³⁹² ecclesiam in omni termino de Benavela de quo est factum et debet fieri insuper do ibi XV quasales ut eos habeant per suum forum melius quod potuerint et insuper habeant fratres ipsius mansionis quantum ibi lucrare et comparare voluerint et potuerint et insuper do ibi totam ipsam meam senaram de Gouvias et totum hoc ibi do et concedo liberum et sine nullo impedimento ut habeat in perpetuum et ipsi fratres debent me recipere in sua societate quoniam ibi intrare potuero et si itaque ego mortuus fuero faciant mihi sicut suo fratri et me diligente sicut sui et si quis surrexerit qui hoc nostrum factum frangere voluerit sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno precipitatur et insuper quantum inquisierit tantum in duplo componat et domino terre aliud tantum et quantum totum hoc facere melioratum et insuper pectet C morabitanos ubi fratres voluerint et ista manda et hoc donum stet in perpetuum. Facta hec karta mense Obtobris Era CC^a X^{La} VIII^a. Ego qui hanc kartam fieri iussi coram fratribus et laicis mansioni Templi hoc donum do et concedo. Magister <domnus> Gomescius Ramiriz. Frater domnus Laurencius comendator de Tomar. Frater Fernandus Martiniz et alter frater Fernandus Martiniz de Tamial. Frater Johannes Dominici. Frater F. Menendiz. Frater Martinus Pelaiz. Frater Martinus Gundisalviz. Frater domnus Simeon. Frater Petrus Nuniz. Frater Johannes Alfonsi. Frater Gui de Changi. Frater Bernal Gasco. Frater Arnal de la Foria. Frater Vuilelmus. Frater Martinus Sanchinz. Frater Roi Fernandi. Frater Martinus Fromarici. Frater Stephanus. Frater Munio. Frater Gundizalus Pelaiz presbiter. Frater Johannes Moniz presbiter. Frater Petrus de Bracara.

212. [1211.07]³⁹³

Fernando Eanes e Godinho Peres e outros, com suas mulheres, doam à Ordem do Templo a igreja de Vilar de Cide, com todo o seu couto e pertenças.

ANTT. *Gavetas, Gav.* 7, mç. 7, n.º 20³⁹⁴

³⁹¹ Datado de 1180.

³⁹² Segue-se uma palavra riscada.

³⁹³ Datado com base no verso documento onde se lê «Feito em Julho da era de 1249». Porém, segundo o sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, n.º 1043, p. 468 a data seria «1210, Junho».

³⁹⁴ Documento praticamente ilegível devido à noz-de-galha.

In Christi nomine. Ego Fernandus Ihoanis et ego Godinius Petri [...] uxor mea donna Orraca et ego Gomez Gunsalvi et uxor mea Maior Alfonsi et ego Vincentius Gunsalvi [...] et ego Petrus Gunsalvi et ego Egeas Gonezonil et uxor mea Martina Petri et ego Nunus Mendi et uxor mea Sancia Suariz et ego Gunsalvus [...] et ego Lurentius [*sic*] Gunsalvi cum fratre meo [...] Petrus Ihoanis de Cervanes et ego Rodericus Mendi et uxor mea Marina Roderici et ego Petrus Mendi [...] mea Maria Suariz et ego Gunsalvus [...] et uxor mea Tharasia Mendi et ego Auroana Suariz facimus kartam testamenti [...] de Vilar de Cide [...] et cum omnibus suis per[...] de montibus et [...] Bracara erat commendator et facimus pro remedio animarum [...]. Tamen si aliquis de nostris propinquis [...] Juda traditore Domini in inferno dampn[...] [...]. Facta karta testamenti [...].

213. 1212.01

Mendo Pais, com seus irmãos e irmãs, vendem a D. Gomes Ramires, mestre da Ordem do Templo, o lugar de Paleão, termo de Soure.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 19* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 91r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 123r*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 213v-232r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 62-63*

Publ. Costa 1771, n.º 35, pp. 237-238³⁹⁵

In Dei nomine. Hec est karta venditionis et firmitudinis quam iussimus facere ego Menendus Pelagiz et Martinus Pelagiz et Pelagius Ramiriz et Ramirus Dominici et ego Maior Iohannis una cum omnibus meis fratribus atque sororibus vobis magistro domno Gomescio Ramiriz et omnibus fratribus Templi Portugalie de ipsa nostra hereditate de Palaion que est apud Souri vendidimus vobis ipsam hereditatem quantam inde habuimus ex parte patris et avi nostri domni Georgii Nunoniz pro precio quod a vobis accepimus scilicet CC LX VII morabitanos. Quia tantum vobis et nobis bene complacuit et de precio apud vos nihil remansit in debitu pro dare. Igitur et hac die habeatis vos ipsam hereditatem liberam et sine ullo impedimento et omnis vestra posteritas. Sed si forte aliquis venerit vel nos venerimus tam de nostris quam de extraneis qui hoc nostrum factum frangere voluerit et nos eam vobis in concilio octorizare vel de iudicare noluerimus vel non potuerimus componamus vobis ipsam hereditatem <duplatam> et quantum fuerit meliorata et domno terre aliud tantum. Facta hec karta mense januarii Era M^a CC^a L^a. Nos supra nominati qui hanc kartam fieri iussimus coram idoneis testibus eam roboravimus. Qui presentes fuerunt. Isti sunt testes de Pelagius Ramiriz comendator domnus Laurentius affuit. Frater Iohannes Alfonsi affuit. Frater Munio Fernandi affuit. Frater Suer Gomesci affuit. Martinus Fernandi testis. Iohannes Pelagiz presbiter testis. Frater Martinus Pelagiz affuit. Iohannes Gonsalviz testis. Petrus Menendiz testis. Domnus Matheus

³⁹⁵ Datado de 1222.

testis. Donnus Thomas notavit. Isti sunt testes de Menendo Pelagiz et de Martino Pelaiz et de Maiorem Iohannis et de suis sororibus et fratribus comendator domnus Laurentius affuit. Frater Johannes Alfonsi affuit. Frater domnus Salvator affuit. Isti sunt testes de Ramiro Dominici comendator domnus Laurentius affuit. Frater domnus Martinus Pelagiz affuit. Frater Munio Fernandi affuit. Gonsalvus Godiniz Aznar testis. Petrus Menendiz testis. Frater Suer Gomesci affuit. Frater Stephanus affuit. Frater Johannes de Castello affuit. Johannes Crispo testis. Suer Acha testis. Ciguilim testis. Martinus Fernandi miles. Joanes Gonsalviz. Petrus Iohannis. Cidi testis. Pelagiz Menendiz testis. Donus Tomas testis. Petrus Menendiz. Petrus Martiniz. Johannes Salgado. Hec est karta de Palaioim.

214. 1212.03.21

D. Soeiro Raimundo e sua mulher, D. Urraca Viegas, fazem doação remuneratória a D. Gomes Ramires, mestre da Ordem do Templo, de quatro casais menos a terça, e de três casais menos a terça, em Gondomar, e na vila de Gear, e de um casal no vale de Coronado em Santa Cristina, dando-lhes a Ordem o usufruto, em suas vidas, da herdade do Couso.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 170r³⁹⁶ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 326r-326v

Publ. Costa 1771, n.º 36, pp. 238-239³⁹⁷ e n.º 37, pp. 239-240

In nomine Domini nostri Jesu Christi. Iste est plazum que fecit magister dominus Gomiz Ramiriz cum domnus Suarius Reimundus et uxor sua donna Orracha Venegas. Hoc est pariter per plazer dos fratres et de capitulo. Damus vobis ipsa hereditate de Couso que fuit de Nuno Fafiiz in vossa vida a vos et uxor vestra per altal pactum que nos recepimus de vobis C morabitini et IIII casales minus tercia. Et de istos casales sunt inde os tres minus tercia in Gondemar in a villa de Gear et uno in valle de Cornado in Sancta Crispina. Et ista hereditate una cum altera seer d'ambos in seus dias. Et quando domnus Suarius et donna Orracha fuerint mortus hereditate una et altera debet a ficar tota livere a meison do Templo. Et si donna Orracha plus viver ca domnus Suarius et se non casar tenet istas hereditates in quanto fur viva. Et si illa casar lisi istas hereditates quites aa meison do Templi. Et domnus Suarius et donna Orracha fecerunt tali pacto cum magister domnus Gomiz Ramiriz si Ordinem quiserem perder a do Temple sedeat. Et si outra Ordin prenderem estas hereditates que in ista carta sunt nominatas sedeant quites aa meison do Templo. Et nos attendendo isto prectu e buscando pro da meison debent aillis in suas casas a fazer quomodo em suos fratres. E quin esto plazum quesierit conrumpere sit maledictus et excomunicado et quanto buscar tantum duplet et senior de terra mille morabitinos. Era M^a CC^a L^a horum die quo erit XII kalendas aprilis. Pro testibus Petrus. Suarius. Martynus. Johannes. Isti sunt testes.

³⁹⁶ Documento copiado no âmbito das escrituras do bispado do Porto.

³⁹⁷ Datado de 1222.

215. 1212.12.04 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Iustus petentium», confirma à Ordem do Templo todos os privilégios, liberdades e imunidades concedidos por D. Afonso Henriques.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 22v-23r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 41r-41v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 15-16 Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 185, pp. 336-337

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi de Portugalia salutem et apostolicam benedictionem. Iustus petentium dignum est nos facilem prebere assensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu immunitates et libertates domibus vestris a carissimo filio nostro in Christo illustri rege Portugalie pia liberalitate concessas quibus cavetur ne [fl. 23r] coloni vestri a regiis vilicis impetantur nec aliquibus ex actionibus aut vexationibus subiiciantur nisi homicidium furtum vel raptum commiserint sicut in autentico inde confecto dicitur contineri vobis et per vos predictis domibus vestris actoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocínio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Paulo apostolorum eius se noverint incursurum. Datis Lateranum II^o nonas decembris. Pontificatus nostri anno quinto decimo.

216. [1213-1227]³⁹⁸

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, elabora composição com os clérigos e beneficiados da igreja de Santiago de Santarém sobre a terça das rendas que a Ordem tem na dita igreja.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 43³⁹⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 40r-40v

Cum inter donnum Petrus Alviti magistrum Milicie Templi in partibus Yspaniarum ex una parte donnum rectorem et clericos ecclesie Sancti Iacobi de Santarem ex altera controversia verteretur super tertia prestimoniorum ipsorum clericorum super tertia de centeno et oleo super divisione frumenti ordei milii quam ipsi clerici antequam iam dictus magister suam tertiam deduceret faciebant super procuratione. Etiam quam idem magister a supra dictis priore et clericis exigebat. Placuit eidem eandem controversiam potuis compositione amicabilem quam per iudicium terminari que qualis intervenerit inferius declaratur. De prestimoniis omnibus qua modo habeant clerici et magister debet habere sextam partem sine aliqua diminutione sed si de cetero fuerit aliquod prestimonium alicui clerico sine ei qui nunc habet prestimonium sive ei qui

³⁹⁸ Data definida com base no mestrado de D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo (Costa 2019, p. 145).

³⁹⁹ Documento em mau estado. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 40r-40v.

non habeat assignatum magister percipiat integram terciam. De eodem de centeno et oleo dabunt de cetero rector et clerici tertiam partem sicut dabant hactenus de milio ordeo et frumento de lino vino et morturiis. Divisio autem eorum de quibus magister debet tertiam percipere preterquam de vino non fiat inter rectorem et clericos antequam magister suam terciam precipiat sed de vino solvatur tertia sicut hactenus fuit soluta. Sententias quas capellanus de Tomar tulerit in rectorem et clericos vel in ecclesiam Sancti Iacobi observabunt preterea coram eo tam rector quam clerici eiusdem ecclesie [satisfaciant conquerenti]. Si controversia fuerit orta inter priorem et clericos terminabitur per⁴⁰⁰ eundem capellanum nisi per se amicabiliter portuerint convenire. Preterea idem capellanus causa visitationis semel in anno veniat ad ecclesiam Sancti Iacobi et ea que invenerit corrigenda corrigat si per se poterit si [vero corrigi] non potuerint nisi per episcopum vel superiorem tunc corrigantur per illum episcopum vel superiorem quem idem capellanus ad hoc [invitaverit verum quia idem] capellanus non debet cum exequitur visitationis officium suis istipendiis militare debet percipere a rectore et clericis tres aureos pro expensis tertiis omnibus quas magister debet percipere ab honore istorum trium aureorum exemptis. Cum quis ex parte magistri venerit ad tertiam dum debet percipere V solidos de comuni panis et vini mensuratio cum tertiatur fiat per quendam bonum hominem iuratum sic mensurare pro una parte sicut pro alia cuius labori respondebitur de comuni. Quicquid superius dictum est in persona magistri intelligatur esse dictum de quolibet qui vices magistri gesserit in Sanctarem de aliis decimis magister de cetero tertiam non requirat. Preterea rector et clerici usquam ad octavam diem Assumptionis Beate Virginis in qua debet fieri divisio decimarum comedant de pane non vendentes de eodem et inde aliud ematur ad usum pulmenti vel vini vel alterio rei. Est preterea sciendum quod hec conpositio debet servari inviolabiliter ex parte magistri vel successoris eius in persona domne nunc rectoris ecclesie Sancti Iacobi quantum ad prelaturam suam in persona cuius libet clerici beneficiari in ecclesia Sancti Iacobi quantum ad beneficium suum ita [scilicet quod] personas eorum hec conpositio non egrediatur.⁴⁰¹ Presentes qui viderunt et audierunt domnus episcopus d'Ebora. Magister Petrus Roderici.

217. 1213.01

D. Lourenço, comendador da Ordem do Templo em Portugal, junto com os freires da Ordem, faz escambo com Pedro Silva e sua mulher, D. Sancha, recebendo a Ordem todas as herdades que estes tinham aquém do rio Beselga e dando em troca a herdade do Freixial.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 14, n.º 8 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 108r-108v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 32r-32v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 59r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 75-76

⁴⁰⁰ Segue-se uma palavra riscada.

⁴⁰¹ Frase de outra mão.

Noscant omnes qui hanc kartam viderint vel legere audierint quod ego frater donnus Laurentius tunc comendator Portugalie una cum nostris fratribus in Tomar permanentibus damus ad Petrum Silvam et sue uxori donne Sancie nostram hereditatem de Freyxenal quomodo dividit cum aqua de Cerzedo erga estratam de Turribus et per ista illi dant nobis quantam hereditatem habebant citra flumen de Beselga quomodo dividit cum aqua de Cerzedo. Igitur ex hac die totum hoc nostrum factum sit firmum et stabilis in perpetuum et nullus ex nobis vel ex successoribus nostris potestatem habeant hoc nostrum pactum frangendi. Etsi forte aliquis illud frangere voluerit pectet ad ipsos de altera parte D morabitanos et quantum inquisierit tantum in duplum componat et donno terre aliud tantum et quantum hoc fuerit melioratum. Facta hec karta mense januarii Era M^a CC^a L^a I^a. Nos omnes ex utraque parte totum hoc concedimus. Qui presentes fuerunt frater donnus Stephanus affuit. Frater Petrus Zapateirus affuit. Petrus Gomescis testis. Menendus Silva testis. Martinel testis. Donnus Thomas diachonus notuit.

218. 1213.10

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, e o convento da Ordem concedem foral à vila de Castelo Branco, segundo o modelo de Elvas. Veja-se o documento 1214.11.01.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. [...]–252v⁴⁰² (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 86v–87v (inserto em documento de [1335–1344] e cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 156v–159r (inserto em documento de [1335–1344])

Publ. Costa 1771, n.º 40, pp. 244–249⁴⁰³; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 566–567; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, Nova Série, vol. IX/I, pp. 415–420

[...]

In nomine Sancte Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego magister Militie Templi Petrus Alviti cum omni conventu Portugalis volumus restaurare atque populare Castelbranco. Damus vobis foro et costume de Elbis tam presentibus quam futuris ut duas partes dos cavalleiros vadant in fossado et tercia pars remaneat in villa et una vice faciant fossado in anno. Et qui non fuerit a fossado peite pro foro V solidos pro fossadeira. Et pro omicidio peyte C solidos et pro casa derrota com armas escutos et espadas peitet CCC solidos et seitima a palatio. Et qui furtaret peite pro uno novem et habeat intentor duos quiniones et VII partes a palatio. Et qui mulier aforciar et illa clamando dixit quod ab illo est afortiada et ille negat det illa auctorgamento de tres homines tales qualis ille fuerit. Ille iuret cum XII. Et si non habuerit outorgamento iuret ipse solus. Et si non potuit iurare peite ad illa CCC

⁴⁰² Não é possível conferir o início do documento pois está truncado. A reconstituição foi feita com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 86v–87v.

⁴⁰³ Datado de 1164 (era millesima CCII).

solidos et septima a palacio et testimonia mentirosa et fidele mentiroso peite LX solidos et septima a palacio et duplet el aver. Et qui in concilio aut in casa vel in ecclesia ferit pectet LX solidos medios ad palacio et medios ad concilio et de medio de concilio septima a palacio. Et de homine qui fuerit gentille aut erodoro que non seat merino. Et qui in villa pignos afflando fiador et ad montem fuerit pindrar duplet la pindra et pectet LX solidos et septima a palacio. Et qui non fuerit a sinal de iudice et pinos sacudir ad sayam pectet I solidum a iudici. Et qui non fuerit ad apelido cavalleiros et pedones exceptis his qui sunt in servitio alieno miles pectet X solidos et pedom V solidos ad vicenos. Et qui habuerit aldea et uno iugo de bois et X oves et uno asino et duos leccos comparet cavallo. Et qui crebaverit sinal con sua mulier pectet I solidum a iudice. Et mulier que leixaverit maritum suum de benedictione pectet CCC solidos et septima a palacio. Et qui leixaverit mulierem suam pectet I denarium ad iudice. Et qui cavalo alieno cavalgar pro uno die pectet I carneiro et si magis pectet las angueiras pro uno die VI denarios et pro una nocte I solidum. Et qui ferir de lancea aut de spada pectet X solidos. Et transiret ad altera parte pectet XX solidos al rancuroso. Et qui quebrantaverit oculum aut brachium aut dente pro uno quoque membro pectet C solidos a lisiado et ille septima a palacio. Qui mulier aliena ante suo marito ferir pectet XXX solidos et septima a palacio. Qui moion alieno in suo hero mudar pectet V solidos et septem a palacio. Qui linde alieno quebrantar pectet V solidos et septem a palacio. Qui conducteiro aleno matar suo amo coligat homicidio et septem a palacio. Similiter de suo ortelano et de quarteiro et de suo moleiro et de suo solarego. Qui habuerit vassalos in suo solar aut in sua hereditate non serviant ad altero homine de tota sua hacienda nisi a domino de solar. Lindas [*sic*] et molinos et fornos de homines de Castelbranco sint liberi de foro. Milites de Castelbranco sint in iudicio pro podestades et infanzones de Portugal. Clerici vero habeant mores militum. Pedones sint in iudicio pro cavaleiros vilanos de altera terra. Qui venerit vozero ad suo vicino pro homine de foras ville pectet X solidos et septem a palacio. Ganato de Castelbranco non sit matado in nulla terra. Et homine a qui se anafragaret suo adextrado quamvis habeat illium sedeat excusado usque ad caput anni. Mancebo que matar hominem foras ville et fugerit suo amo non pectet homicidio. Por totas querelas de palacio et iudice sedeat vozeiro. Qui in villa pindrar cum saione et sacudirent ei pignos outorguet el sayon et prendat concilio de tres collaciones et pindret pro LX solidos medios ad concilio et medios al rancuroso. Barones de Castelbranco non seam in prestamo dados. Et si homines de Castelbranco habuerint iudicium cum homines de alia terra non currat inter illos firma sed currat per esquisa aut reto. Et omnes qui quesierint pousar cum suo ganado in terminos de Castelbranco prendant de illis montadigo da grege das oves IIII ca<r>neiros et de busto das vacas I vaca. Isto montadigo est de concilio. Et omnes milites qui fuerint in fossado vel in guardiam omnes cavalos qui se perdiderint in

algara vel in lide primus erecent eos sine quinta et postea detis nobis quintam directam. Et toto homine de Castelbranco qui invenerit homines de aliis villis in suis terminis tallando aut levando madeira de montes prendant tamen quod invenerint sine calunia. De azarias et de guardias quintam partem nobis date sine ulla offretione. Quicumque ganatum domesticum pignorare vel rapere fecerit pectet LX solidos ad palatio et duplet ganatum a suo domino. Testamus vero et perhenniter firmandum quicumque pignoraverit mercatores vel viatores christianos iudeos sive mauros nisi fuerit fideiussorum vel debitor quicumque fecerit pectet LX solidos ad palacio et duplet ganatum quod prendiderit a suo domino. Et insuper pectet C marabitanos pro cauto quod fregit magister habeat medietatem et concilium medietatem. Siquis ad nostram villam venerit per vincibos aut aliqua res accipere et ibi mortuus vel percussus fuerit non pectet pro eo aliqua calumnia nec suorum parentum homicide habebatur. Et si cum querima de ipso ad magistrum vel ad dominum terre venerit⁴⁰⁴ pectet C morabitanos medietatem magistri et medietatem concilii. Mandamus et concedimus quod si aliquis fuerit latro et si iam per unum annum vel duos furari vel rapere dimisit si pro aliqua re repetitus fuerit quam comisit salvet se tanquam latro et si latro est et latro fuit omnino perat et subiaceat pena latronis. Et si aliquis repetitur pro furto et non est latro neque fuit respondeat ad suos foros. Si aliquis homo filiam alienam rapere extra suam voluntatem donet eam ad suos parentes et pectet illis CCC morabitanos et septem a palacio et insuper sedeat homicida. De portagem foro de trosel de colo de pano de lino vel de lana I solidum de trosel de lana I solidum. De trosel de fustaanis V solidos. De trosel de panos de coor V solidos. De carrega de pescado hum solidum. De carrega de asno V denarios. De carrega de christianos de conelios V solidos. De carrega de mauros de conelios I morabitanum. Portagem de cavalo que vendiderint in azouge I solidum. De mulo I solidum. De asno VI denarios. De boy VI denarios. De carneiro III medalias. De porco II denarios. De carrega de pam et de vino III medalias. De carre[ga] de peom I denarium. De mauro qui vendiderint in mercado I solidum. De mauro qui se redimerit decima. De mauro que talia cum suo domino a decima. De coyro de vaca et de zevra II denarios. De coyro de cervo et de gamo III medalias. De carrega de cera V solidos. De carrega de azeite V solidos. Iste portagem est de homines foras villam tercia de suo hospite et duas partes magistri et fratrum. Ego frater Petrus Alviti Dei miseracione magister militie Templi in quibusdam partibus Hyspanye una cum omni conventu nostro Portugalis hanc cartam confirmamus ut semper nos habemus dominium et omnes ecclesias istius ville. Et quicumque cartam istam fregerit a summo Deo sit maledictus. Facta mense octobris sub Era M^a CC^a L^a I^a. Magister domnus Petrus Alvitiz. Comendator frater Arnaldus Salamonis. Pretor frater Martinus Gonsalviz. Frater

⁴⁰⁴ A partir daqui a leitura é de ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 252r.

donnus Petrus Pelles confirmant. Frater Fernandus Garssie. Frater Str.^{us} Pelaiz comendator de Castel Branco. Frater Petrus de Bracara capelanus. Frater Vincentius Martiniz presbiter. Frater Suerius Gonsalviz confirmant. Donnus Thomas. Donnus Stephanus alcaide de Castelbranco. Rodericus Iohannis. Donnus Tome affuerunt. Frater Munio de Alconeita. Frater Guio Changim. Frater donnus Examenus comendator Thomaris. Frater Johannes Menendiz confirmant. Donnus Str.^{us} Albo pretor de Castelbranco affuit. Stephanus Garsie presbiter. Gometius Gonsallviz. Petrus Martinis iudex de Thomar superiudex da Radina. Gonsalvus Cathalan. Johannes Pelaiz de Balesteiros. Dominicus Porcarizo. Menendus Galego. Donnus Nunio. Pelagius Jugadeyro affuerunt. Martinus Michaelis diaconus scripsit. [SINAL RODADO] MAGISTER PETRUS ALVITI.

219. 1214.11.01 – Covilhã

D. Afonso II doa ao mestre da Ordem do Templo a terra da Cardoso, onde os freires fundaram e povoaram a vila de Castelo Branco, na condição de que a Ordem lhe desse a colheita devida quando visitasse a dita terra.

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 75r-76r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B] e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 85v-86r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 155r-156r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 83-84

Publ. Costa 1771, n.º 39, pp. 242-244

[...]

In Dei nomine. Quoniam consuetudine que pro lege suscipitur et legis auctoritate didicimus quod acta regum et principum scripto comendari debeant ut comendata ab hominum memoria non decidant et omnibus preterita presentialiter consistant. Iccirco ego Alfonsus Dei gracia Portugalensium rex una cum uxore mea regina donna Urraca et filiis nostris infantibus donno Sanctio et donno Alfonso et filia nostra infante donna Alionore facio cartam donationis et perpetue firmitudinis domui Templi Iherosolimitani magistro et fratribus eiusdem Ordinis de illa hereditate que vocatur Cardoso cuius isti sunt termini. Dividit enim cum Coveliana per vallen de Frexeno quomodo intrant in Alpreadam et vadit ad matam de Poias et inde vadit ad caput de Gosendo et dividit per ipsam [fl. 75v] partem cum Sancto Vincentio quomodo vadit de capite de Gosendo ad aquam de Ucresa et inde vadit ad vivarium de Penedo de Carvaliar de Gavino et inde vadit per petras et per signa que ibi posuit per mandatum nostrum domnus Rodericus Menendi cum Menendo Anaie et cum aliis bonis hominibus quos cum eis ibi misimus per ipsum Carvaliar de Gavino et inde vadit ad paredeneyram de rivulo de molinis ubi supradictus Menendus Anaie fecit unam crucem et quomodo vadit ad fontem de Rabaciis et inde vadit ad caput de Borbardi et inde ad aquas de Mazanida et inde vadit per medium de varzena de Azinal et vadit per aquas de Mazanida quomodo intrat in Hucremam. Dividit et cum Rodano quomodo vadit Hucrema ad tabladas de capuibus

et inde vadit ad capitas de Ullelas. Et inde ad cimam de Henveandos quomodo intrant in Ponsur et quomodo intrat Ponsur in Tagum et inde vadit ad focem de Sever. Et inde pertiniam de aqua de Vide et inde vadit per Marvam ad Gurgudos et inde ad cimam de Ourela et vadit per rostrum de Abanel quomodo vadit ad Tagum et inde ad Margales et inde vadit ad Mormoso que et inde ad focem de Esqualos quomodo curruat aque in Esqualos. Et inde vadit ad vallem de Fraxeno. Quicquid infra terminos istos concluditur damus et iure hereditario imperpetuum habendum concedimus domui Templi Iherosolimitani et supra scriptis magister et fratribus eiusdem Ordinis tam presentibus quam illis qui eis successuri sunt. Hoc autem facimus causa Dei et amore quem erga domum Templi et magistrum et fratres eius habemus et ut in orationibus et benediciis eorum partem habeamus. Et sciendum est quod comendator et fratres qui ibi fuerint debent dare nobis collectam prout nobis visum fuerit quocienscumque ibi venerimus. Quicumque igitur hoc nostrum factum vobis integrum observaverit sit benedictus a Deo amen. Qui autem illud infringere attemptaverit ira Dei omnipotentis veniat super eum. Facta fuit hec carta apud Covillianam prima die novenbris Era M^a CC L II. Nos regis supranominati qui hanc cartam fieri precipimus coram subscriptis eam roboravimus et ut maiorem semper obtineat firmitudinem sigillo nostro plunbeo fecimus communiri mea hec signa apponi precipientes. Qui affuerunt Stephanus Bracharensis archiepiscopus affuit. Joannes Pelagii thesaurarius ecclesie Bracharensis affuit. Laurentius Suarii affuit. Martinus Sancii affuit. Rodericus Menendi affuit. Pontius Alfonsi affuit. Lopus Alfonsi affuit. Petrus Ioannis daffier [sic] regis affuit. Fernandus Peregrini affuit. Alfonsus Petri affuit. Gometius Venegas Alfonsi affuit. Gunsalvus Venegas Anrriqui affuit. Menendus Anaie affuit. Martinus Portugalensis episcopus confirmo. Bertholomeus Visensis episcopus confirmo. Pelagius Lamecensis episcopus confirmo. Martinus Egitanensis episcopus confirmo. Petrus Colinbriensis episcopus confirmo. Suarius Ulixbonensis episcopus confirmo. Suarius Elborensis episcopus confirmo. Petrus Alvitiz magister Templi in quibusdam partibus Hyspanie. Symeon Menendi comendator Templi in Portugalia confirmo. Vincentius Menendi. Martinus Petri. Petrus Roymondi testes. Jullianus cancellarius curie. Gunsalvus Menendi scripsit.

220. [1215].10.02⁴⁰⁵ – Latrão

O papa Inocêncio III, pelas letras «Iustis petentium», a pedido do mestre e cavaleiros da Ordem do Templo, confirma-lhes a instituição da vila de Castelo Branco na terra da Cardoso que lhes havia sido dada por D. Afonso II.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 86v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 156v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 37

⁴⁰⁵ O XVII ano do pontificado de Inocêncio III (eleito a 8 de janeiro e coroado a 22 de fevereiro de 1198) corresponde ao ano de 1214. Viterbo data este documento de 1215, referindo-se expressamente ao XVII ano do pontificado de Inocêncio III (Viterbo, ed., 1799, p. 364). Na realidade, esta confirmação pontifícia tem de ser posterior à doação que D. Afonso II fez ao mestre da Ordem do Templo da terra da Cardoso, que data de 1 de novembro de 1214.

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustus petentium desideriis dignum est nos facilem prebere assensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Cum igitur in frontaria sarracenorum erexisse dicammi quandam vilam que Castelbranco vulgariter appellatur nos vestris iustis precibus inclinati villam ipsam cum pertinentiis suis sicut eam iuste ac pacifice possidetis vobis et per vos domui vestre auctoritate apostolica confirmamus et presens scripti patrocínio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infregere vel ei ausu temerario contra ire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum.

Datum Lateran VI nonas octobris. Pontificatus nostri anno XVII.

221. 1215.12

Pedro Pais doa à Ordem do Templo a terça parte de seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 28* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 111r*

In Dei nomine. Ego Petrus Pelagii facio kartam ad mansionem de Templo de tercia pars de quantum ego habeo quando ego morierit prendant los freires de Templo terciam partem de totas meas casas et de vineas et hereditates et de ganatis et de haberes mobiles et immobiles. Et si aliquis homo venerit qui hoc factum nostrum irrumpere voluerit quantum quesierit tantum duplet et pectet ad los freires C morabitos. Facta karta mense decenbri. Era M^a CC^a L^a III^a. Regnabat rex Alfonsus Portugalensis. Sub manu eius in Queyriz. Donnus Fernandus Petri [...] alkaide. Menendus Anaia maiordomo Joanne Narizes iud[...]. Dominicus Rubeo. Ego Petrus Pelagii in ac carta manus meas roboro quia facio istum pro remedium anima mea. Et nos freires facimus tale pactum ad vobis Petrus Pelagii qui moretis in vostra vita in ipsa nostra hereditate de Queyriz quantum nobis placuerit et faciatis nobis forum quale directum est. Et solent dare sed non faciatis forum de chousa. Et est comendador in Trancoso Martinus Fernandi et cum illo freire Gunzalo.

222. 1216.03.12 – Latrão

O papa Inocêncio III, pela bula «Significavit nobis», dirigida ao deão, chantre e ao cônego de Braga, incumbe-os de resolverem a questão entre D. Paio, bispo de Lamego, e a Ordem do Templo.

ANTT. *Sé de Lamego, Breves, cx. 1, mç. 1, n.º 2⁴⁰⁶*

Publ. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 212, p. 374 (cuja lição se segue)

⁴⁰⁶ Não foi possível fazer a leitura pelo documento original, dado que não vem à leitura no arquivo nacional por se encontrar em mau estado.

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filis⁴⁰⁷ decano⁴⁰⁸ cantori et P., dicto Fratri, canonico Bracarensi salutem et apostolicam benedictionem. Significavit nobis venerabilis frater noster [*Pelagius*] Lamecensis episcopus quod cum inter ipsum ex una parte et commendatorem et Templarios de Longovria Lamecensis diocesis ex altera super jure episcopali et rebus aliis coram venerabili fratre nostro [*Martino*] episcopo Civitateni et conjudicibus suis delegatis a nobis questio verteretur, idem episcopus, sentiens se gravari, nostram audientiam appellavit cujus appellationi dicti iudices detulerunt. Ideoque discretioni vestre, de assensu partium, per apostolica scripta mandamus quatinus, si est ita, partibus convocatis audiatis causam et appellatione remota sine debito terminetis, facientes quod statueritis per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Alioquin partes ad priorum iudicium remittatis examen, impetranter in expensis legitimis condemnantes. Testes autem qui fuerint nominati, si se gratia, odio vel timore subtraxerint, per distractionem eandem, appellatione remota, cogatis veritati testimonium perhibere. Quod si non omnes hiis exequendis potueritis interesse, duo vestrum ea nichilominus exequantur. Datum Laterani IIII Idus Martii, pontificatus nostri anno nonodecimo.

223. 1216.05

Martim Peres e sua mulher, Elvira Peres, doam a D. Simeão, comendador da Ordem do Templo em Portugal, e a todos os freires da Ordem, uma herdade chamada Santa Maria de Folgosa, em terra de Sena.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 7, n.º 18 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fl. 107r

In Dei nomine. Ego Martinus Petriz una cum uxore mea Elvira Petriz nullo nos cogente sed divino spiraculo eruditi in nostra bona salute et ex nostra propria voluntate dedimus Deo et fratri donno Simeoni tunc comendatori Templi in Portugalia et omnibus aliis fratribus eiusdem Ordinis totam ipsam nostram hereditatem quam habuimus in terra de Sena in loco qui vocatur Santa Maria de Felgosa. Dedimus eis illam iure hereditario habendam in perpetuum propter remedium animarum nostrarum atque parentum nostrorum. Et in super Deo et illis bona fide convenimus ut fideliter eos et Ordinem illorum diligamus et omnibus viribus nostris eam adiuvemus et obedientes eis simus et sine licentia eorum potestatem non habeamus intraiendi in alio Ordine nisi in sua propria. Ideo nos illi receperunt pro confratribus in sua fraternitate et in suo sancto beneficio ut participes eiusdem beneficii sempre simus. Igitur ex hac die hoc nostrum pactum inter nos et illos firmissimum et stabile sit in perpetuum. Et nec nos nec aliquis propincus aut extraneus potestatem habeamus hoc nostrum factum frangendi nec minuendi. Et si forte aliquis surrexerit qui hoc frangere vel contradicere

⁴⁰⁷ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁴⁰⁸ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

voluerit sit maledictus et pereat in eternum. Et in super quantum inquisierit tantum in duplum vobis componat et donno terre aliud tantum. Facta fuit hec karta mense maii Era M^a CC^a L^a IIII^a. Nos supra nominati qui hanc kartam fieri iussimus coram bonis hominibus eam roboravimus. Qui presentes fuerunt.

224. 1216.05.31 – Perugia

O papa Inocêncio III, pela bula «Te filii magister», promulga sentença sobre a isenção das igrejas de Ceras e Tomar em favor da Ordem do Templo, e contra o bispo de Lisboa.

ANNT. *Colecção Especial*, cx. 1, n.º 43 (cuja lição se segue); ANNT. *Colecção Especial*, cx. 2, n.º 2 (inserto em documento de 1217.01.30); ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 11v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 20r-20v; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 133r-134r; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fls. 14r-14v; ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 26r-26v

Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 19, pp. 38-40; *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, n.º 217, pp. 387-388

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁴⁰⁹ magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Te fili magister⁴¹⁰ in nostra presentia conquerente quod venerabilis frater noster⁴¹¹ Ulixbonensis episcopus te ac domum Templi super ecclesiis de Tomar molestabat iniuste in illis iura episcopalia exigendo cum felicis memorie Adrianus, Alexander et Urbanus romani pontifices fundos ecclesiarum ipsarum beato Petro intuitu devotionis oblatos in ius et proprietatem ipsius beati Petri susceperint concedentes vobis liberam facultatem construendi ecclesias in eisdem ac statuentes ut ecclesie ipse nulli nisi tantum romano pontifici subiacerent vel tenerentur in aliquo respondere sicut per ipsorum privilegia liquido demonstrabas. Prefatus episcopus ex adverso respondit privilegia ipsa sibi nocere aliquatenus non debere utpote que tacita veritate subrepta de compositione super hoc facta inter domum vestram et bone memorie Gilibertum Ulixbonensem episcopum et a prefato Adriano romano pontifice confirmata nullam penitus faciunt mentionem adiciens quod cum pro ecclesiis ipsis in recognitionem iurisdictionis episcopalis continue solueritis quinque soldos annuos sibi et predecessoribus suis iuxta tenorem compositionis predicte tacite renuntiassent videbamini privilegiis memoratis que si etiam essent alias valitura prescriptionem tamen contra eadem allegabat ad eam probandam indutias et iudices postulando ac petendo restitutionem iuris episcopalis sibi subtracti in eisdem ecclesiis ut dicebat. Nos igitur hiis et aliis hinc inde propositis diligenter auditis attendimus quod prefati romani pontifices quando in ius et proprietatem ecclesie

⁴⁰⁹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos onde deveria estar escrita a inicial do nome do mestre da Ordem do Templo.

⁴¹⁰ O documento ANNT. *Colecção Especial*, cx. 2, n.º 2 acrescenta aqui «P. militie Templi in Hyspania».

⁴¹¹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos onde deveria estar escrita a inicial do nome do mestre da Ordem do Templo.

romane fundos recepere predictos minime ignorabant territorium illud ad aliquam diocesim pertinere. Unde patet quod ecclesias construendas ibidem ex certa scientia exemerunt quibus si facta fuisset mentio de compositione predicta aut non obstante illa penitus exemissent ecclesias supradictas aut predictos quinque soldos dumtaxat iuxta tenorem compositionis eiusdem in illis Ulixbonensi episcopo reservassent quare petitiones ipsius episcopi super restitutione vel probatione prescriptionis contra privilegia memorata non duximus admittendas e quod etsi hoc vobis posset forte nocere ipsi tamen episcopo prodesse non poterat cum factum vestrum ecclesie romane preiudicare nequiverit contra quam sola centum annorum prescriptio locum habet sed equitate servata quinque annuos soldos adiudicantes Ulixbonensi episcopo in ecclesiis sepredictis illas cum populo sibi subiecto ab omni iurisdictione ipsius decernimus omnino liberas et exemptas. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre diffinitionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Perusii II kalendas junii pontificatus nostri anno nonodecimo.

225. 1216.09 – Coimbra

Guilherme Gonçalves doa a D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, e à Ordem, a sua quintã do Juncal e três casais.

ANNT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 24 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 113v-114r

In Dei nomine. Ego Vilelmus Gonsalviz divino spiraculo erudictus in mea bona salute et nullo me cogente sed spontanea mea voluntate do Deo et milicie Templi Salomonis et magistro donno Petro Alviti in partibus⁴¹² Yspanie et fratri donno Simeoni comendatori in Portugalie et aliis fratribus eiusdem Ordinis per hoc pactum hoc eis do et concedo ut si⁴¹³ obiero et <ante> uxorem de benedictionibus non duxero⁴¹⁴ et semen <nom> habuero de uxore bona recabedada isti supradicti fratres habeant et possideant in perpetuum ipsam meam quintanam de Junzal cum omnibus suis senaribus et defesis et cum omnibus suis direitis et cum tribus casalis et medio quos ibi habeo et unum casalem in Paacios et alterum in Nugueiredo. Et si forte nuxero et quod in hoc obire illi habeant omne directum de mea anima. Et propter hoc illi me recipiant in suo sancto beneficio. Et ego potestatem non habeo intrandi in altero Ordine nisi in suo. Et ubicumque ego obiero illi me ducant ad suam sepulturam <si potuerint>. Igitur ex hac die ipsi fratres totum hoc habeant in perpetuum et nec ego nec alter potestatem habeamus hoc frangendi nec minuendi. Et si forte aliquis

⁴¹² Segue-se riscado um «s».

⁴¹³ Segue-se riscada uma palavra.

⁴¹⁴ Segue-se riscada uma palavra.

frangere voluerit non sit ei licitum et pro sola temptatione pectet domno terre M morabitanos et pactum suum adnichilatur. Facta karta mense setembris Era M^a CC^a L^a III^a. Ego supra nominatus qui hanc kartam fieri iussi coram bonis hominibus⁴¹⁵ ipsis fratribus hoc dono et concedo. Qui presentes fuerunt comendator Portugalie frater Simeon Menendiz affuit. Frater Fernandus Martiniz comendator de Tomar <affuit>. Frater Petrus Nuniz comendator de⁴¹⁶ Colimbria affuit. Frater Martinus decimarius affuit. Petrus Martiniz gener de donno Iuliano. Martinus Vivas. Gonsalvus Petriz falconarius regis testes. Fernandus Soariz alvazil de Colimbria. Martinus Tomas. Pelagius Fernandi de Tentugal testes. Martinus Iohanis. Stephanus Romani. Petrus Fernandi testes. Hec karta fuit facta in Colimbria in domum fratrum et roborata in Sancta Maria de Diocesi. Donnus Thomas diachonus notuit.

226. 1217 – Santarém

D. Afonso II, à semelhança de seu pai e avô, toma à sua guarda as pessoas e bens da Ordem do Templo em Portugal.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 12, 1.º documento (inserto em documento de 1290.12.18 e cuja lição se segue – Tomar); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 101v-102r (inserto em documento de 1290.12.18 – Tomar)*

[...]

Alfonsus Deu gratia Portugalensis rex universis de reyno suo ad quos littere iste pervenerint salutem. Vos scitis bene debitum quod fratres milicie Templi in Portugalia habuerunt cum avo meo et cum patre meo et mecum habent et quantum eos semper amaverunt et amparaverunt ipsos et omnes res suas. Unde sciatis quia ego recipio ipsos incomenda et quantum habent in toto meo regno. Et mando firmiter ut nullus sit in toto regno qui audeat male facere eis neque ad homines suos neque ad omnes alias res suas. Et quicumque eis ibi male fecerit pectabit mihi mill morabitanos et eius emendabit ad plendum dampna quod illi fecerit et insuper habebitur pro meo inimico. Et propter hoc do eis istam meam cartam apertam meo sigillo plumbeo sigillatam ut per illa defendant se et quantum habent in meo regno.

Et fuit facta apud Sanctarene VIII^a rege mandante Era M^a CC^a L^a V^a.

227. 1217.01.16 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Cum apostolica sedes», ordena aos bispos e prelados que deixem enterrar os religiosos da Ordem do Templo na sua jurisdição, e que recebam os freires da dita milícia nas suas igrejas quando estes pedirem esmolos, e que apliquem censuras eclesiásticas a quem o impedir.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 235, 4.ª parte, fl. 41v (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 738, fls. 72r-72v*

Publ. Ferreira 1735, pp. 890-891

⁴¹⁵ Segue-se riscado um «h».

⁴¹⁶ Segue-se riscado «Tomar».

Honorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Cum Apostolica Sedes dilectis filiis fratribus militie Templi indulserit ut corpora confratrum suorum ecclesiastice possint tradere sepulture dignum est ut super hoc apostolica statuta serventur. Mandamus itaque vobis atque precipimus quatenus memoratis fratribus nullam molestiam inferatis vel a subditis vestri permittatis inferri quo minus confratres suos nisi excommunicati vel nominatim interdicti decesserint libere more aliorum fidelium quandocumque ipsos mori contigerit valeant sepelire. Eisdem quoque fratres ad querendas helemosinas pauperum iuxta indulgentiam predecessorum nostrorum in ecclesiis vestris faciatis recipere. Et si quis subditorum vestrorum eis super hoc impedimentum prestiterit ipsos sublato appellationis obstaculo censura canonica compescatis. Datis Lateran. XVII kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

228. 1217.01.17 – Latrão [A]

O papa Honório III, pela bula «Dilecti filii nostri fratres», ordena às autoridades eclesiásticas que não peçam aos capelães das igrejas da Ordem do Templo juramento de fidelidade e obediência, pois apenas o devem ao pontífice.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 37r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 65r-65v

Publ. Ferreira 1735, pp. 871-872

Honorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Dilecti filii fratres militie Templi post concilium multipliciter fatigati ut asserunt graves querimonias coguntur in nostro auditorio replicare. A capellanis quidem illorum fidelitatem et obedientiam preter solitum queritis. Et quia vestre nolunt satisfacere voluntati eos pro vestre voluntatis arbitrio molestatis non attendentes quantum sit iam dictis fratribus consideratione obsequii quod christianitati in partibus transmarinis exhibent deferendum. Quia igitur gravamen eorum sustinere in patientia non debemus quibus quantum cum Deo possumus prescripti obsequii et sue devotionis intuitu in sua tenemur iustitia providere ad exemplar bone memorie Celestini pape predecessoris nostri universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatinus a capellanis ecclesiarum que pleno iure iam dictis fratribus sunt concessa nec fidelitatem nec obedientiam exigatis quia romano tantum pontifici sunt subiecti. Ab aliis vero iuramentum fidelitatis non queratis sed obedientie sitis promissione contenti. Scituri quod si eos post prohibitionem nostram indebite gravaveritis non sine rubore vestro ipsorum curabimus actor[itat]e Domino iustitie providere. Privilegium quidem miretur amittere qui permissa sibi abutitur potestate. Datis Lateranum XVI kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

229. 1217.01.17 – Latrão [B]

O papa Honório III, pela bula «Dilecti filii magister», ordena aos bispos e prelados que não impeçam os freires da Ordem do Templo de enterrar os seus freires nas suas igrejas e de aí pedir esmola. Manda ainda que apliquem censuras eclesiásticas a quem o impedir.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 42r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 73r

Publ. Ferreira 1735, pp. 891-892

Honorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Dilecti filii magister et fratres militie Templi nobis graviter sunt conquesti quod quidam vestrum confratres suos et eligentes in eorum cimiteriis sepulturas ab ipsis non permittunt fratribus sepeliri et eisdem exhibere iustitiam de suis malefactoribus negligentes in suis non patiuntur ecclesiis fratres ipsos helemosinas querere nec ad largiendum eis pias helemosinas populum exhortari. Quo circa universitati vestre per apostolica scripta in virtute obedientie districte precipiendo mandamus quatinus et vos ipsi ab impedimentis huiusmodi penitus desistatis et vestros subditos taliter per censuram ecclesiasticam appellatione remota cogatis desistere ab eisdem quod dicti fratres super his non possint de cetero querelari. Datis Lateranum XVI kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

230. 1217.01.18 – Latrão [A]

O papa Honório III, pela bula «Cum vobis secundum apostolum», ordena aos freires da Ordem do Templo que, sem licença do mestre, não pratiquem mais abstinência do que aquela prevista nas observâncias regulares.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 42r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 73r-73v

Publ. Ferreira 1735, p. 893

Honorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Cum vobis secundum apostolum cor unum et anima debet esse una. Volentes ut ex diversitate votorum vestre religionis identitas pati valeat sectionem auctoritate vobis presentium inhibemus ne aliquis fratrum vestrorum absque sui magistri licentia speciali abstinentiam vel observantiam faciat preter illam que a capitulo domus vestre regulariter observatur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre inhibitionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Lateranum XV kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

231. 1217.01.18 – Latrão [B]

O papa Honório III, pela bula «Vestris piis postulationibus», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, concede-lhe o direito de edificar povoações, castelos, igrejas, oratórios e cemitérios nas terras conquistadas, as quais ficam sob a proteção da Sé Apostólica.

AV. Reg. Vat. 9, fl. 51v

Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 20, pp. 40-41 (cuja lição se segue)

[Honorius etc.].

Magistro et fratribus militie Templj. Uestris piis postulationibus inclinatl, auctoritate uobis presentium indulgemus ut in terris quas, concedente Domino, populus christianus a sarracenorum eripuerint manibus, si ad uos postmodum, iusto titulo, fuerint deuolute ac eis etiam quas uos ipsi eisdem auferre poteritis sarracenis, uillas et castra uobis edificare liceat, ecclesias, oratoria et cimiteria fabricare, ad opus hominum commorantium in eisdem, statuentes insuper ut predicta omnia sub apostolice sedis et nostra protectione consistant.

Nulli ergo etc. nostre concessionis, contitutionis et protectionis etc. Si quis autem etc. Datum Laterani, XV kalendas februarij, pontificatus nostrj anno primo.

232. 1217.01.20 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Cum dilecti filii fratres», proíbe as autoridades eclesiásticas de excomungarem os membros da Ordem do Templo e de interditar as suas igrejas, pois são competências da Santa Sé.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 32v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 58r-58v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 26-27

Publ. Ferreira 1735, pp. 853-854

Honorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Cum dilecti filii fratres militie Templi nullum habeant episcopum vel prelatum preter romanum pontificem et speciali prerogativa gaudeant libertatis non decet vos in eos vel clericos aut ecclesias eorum in quibus potestatem ecclesiasticam non habetis absque mandato nostro excommunicationis vel interdicti sententiam promulgare. Sed si quando vos vel subditos vestros idem fratres iniuste gravaverint per vos aut nuntios vestros id romano pontifici significare debetis ac per ipsum de memoratis fratribus iustitiam obtinere. Inde est quod universitati vestre per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus in predictos fratres sive clericos aut ecclesias eorum in quibus auctoritatem ne quaquam habetis excommunicationis vel interdicti sententiam promulgare nullatenus presumatis nec eos alias indebita vexatione gravetis. Sed erga ipsos vos taliter habeatis quod non habeant adversus vos materiam querelandi. Scituri quod si mandatum nostrum neglexeritis in hac parte dimittere non poterimus quin eisdem fratribus in sua iustitia si apud nos querelam iterum

deposuerint efficaciter providere curemus. Datum Lateranum XIII kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

233. 1217.01.21 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Iustis petentium», confirma à Ordem do Templo as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, isentando-as da jurisdição ordinária⁴¹⁷.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 6, n.º 7 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fl. 19v

Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 21, pp. 41-42

Honorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desideriis dignum est nos facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus annuentes silvam quam⁴¹⁸ quondam illustris Portugalensis regina in perpetuam helemosinam domui vestre concessit quam silvam cum difficultate maxima de sarracenorum manibus liberantes per vos et homines vestros studiosius coluistis ibique tres ecclesias Columbam videlicet Rodinam et Egam fundantes ab omni servitio e censu liberas per triginta annorum curricula et amplius tenuistis ad exemplar felicitatis recordationis Celestini pape predecessoris nostri vobis et domui vestre auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus districtius inhibentes ne quisquam prescriptas ecclesias novis et indebitis exactionibus aggravare presumat vel episcoporum aliquis preter romanum pontificem in eisdem ecclesiis aliquam sibi potestatem seu iurisdictionem usurpet. Ad indicium autem percepte huius a romana ecclesia libertatis unam auri unciam annis singulis nobis nostrisque successoribus persolvatis. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum licitum sit hanc paginam nostre confirmationis et inhibitionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Laterani XII kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

234. 1217.01.28 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Paci et quieti religiosorum», ordena aos prelados que publiquem o nome dos excomungados por agressão aos membros da Ordem do Templo até estes obterem a absolvição do papa. São igualmente excomungados todos aqueles que se apoderarem dos bens dos Templários e só serão absolvidos quando devolverem o que tiraram.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 2, n.º 1 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 40v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 70r-70v

Publ. Ferreira 1735, pp. 885-886

⁴¹⁷ Veja-se sobre este tema Veloso 1988, pp. 443-455.

⁴¹⁸ Segue-se um espaço entre dois pontos que corresponderia à inicial de um nome.

Honorius episcopus servus Servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Paci et quieti religiosorum virorum fratrum militie Templi apostolica nos convenit sollicitudine providere et tam ipsos quam eorum bona tanto sollicitudinis a malignorum incursibus et rapinis protegere tenemur quanto pro fide christiani nominis se diuturnioribus exponunt periculis et adversus pravas et exteris nationes labores subeunt graviores. Inde est quod tam fortes athletas Christi in suo sancto proposito volentes attentius confovere ad defensionem sui sollicitudinem vestram duximus commonendam ut magis ac magis possint ad promovendum propositum quod sumpserunt intendere cum fuerint sollicitudine prelatorum ecclesiarum a malignantium inquietatione securi. Monemus itaque universitatem vestram atque precipimus quatinus si quando clerici vel laici parochiani vestri in aliquem predictorum fratrum capiendo vel de suis equitaturis deiciendo aut alias inhoneste tractando violentas manus iniciunt huiusmodi presumptores sublato appellationis obstaculo publice candelis accensis dilatione et occasione postposita excommunicatos denunciatis et tandiu faciatis sicut excommunicatos arctius evitari donec passo iniuriam congrue satisfaciant et pro absolutionis beneficio impetrando apostolico se conspectui representent. Eos vero qui in predictos fratres manus non iniciunt violentas set eos contumeliosis verbis afficiunt et equitaturas aut alia eorum bona violenter deripiunt si a vobis commoniti ablata eis noluerint restituere et de illatis iniuriis satisfactionem congruam exhibere vinculo anathematis adstringatis quo ipsos usque ad dignam satisfactionem teneatis adstrictos. Datum Lateranum V kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

235. 1217.01.30 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Quoniam labentium temporum», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, confirma e transcreve a sentença dada por Inocêncio III, pela bula «Te filii magister»⁴¹⁹, que resolvera a questão entre a Ordem e o arcebispo de Lisboa sobre as igrejas de Tomar, ordenando que elas não fossem sujeitas ao prelado, mas à Santa Sé.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 2, n.º 2 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 12r-12v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 20v-21v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fl. 14v⁴²⁰; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 24-26 Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 22, pp. 42-43

Honorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁴²¹ magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Quoniam labentium temporum

⁴¹⁹ Datado de 1216.05.31.

⁴²⁰ Este documento não transcreve a bula de Inocêncio III «Te filii magister». O autor refere que a mesma está transcrita atrás, não havendo necessidade de duplicar o documento. Junto a esta referência está uma nota na margem esquerda, de mão posterior que indica: «Esta bulla de confirmação esta tresladada ad longum na compilação 2 parte fol 12».

⁴²¹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos onde deveria estar escrita a inicial do nome do mestre da Ordem do Templo.

cursus eorum que geruntur memoriam secum rapit contra oblivionis incomodum necessarium est remedium scripturarum ne lites concordia vel iudicio terminate in recidive questionis scrupulum relabantur. Cum igitur questio que inter vos ex parte una et venerabilem fratrem nostrum⁴²² Ulixbonensem episcopum super ecclesiis de Tomar vertebatur per sententiam felicitis memorie Innocentii pape predecessoris nostri fuerit terminata sicut in eius prospeximus litteris contineri nos eandem sententiam auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocínio communimus. Ad maiorem vero firmitatem tenorem ipsius sententie presentibus iussimus annotari qui talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1216.05.31 – Perugia*]

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Laterani III kalendas februarii pontificatus nostri anno primo.

236. 1217.02.10 – Latrão [A]

O papa Honório III, pela bula «Iustis petentium desideriis», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, concede isenção episcopal e sujeição à Santa Sé das igrejas de Pombal, Redinha e Ega⁴²³. ANTT. Coleção Especial, cx. 2, n.º 3 (cuja lição se segue); ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 130r-130v; BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 247v-248r; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 11, fls. 53v-54r; BNP. Fundo Geral, n.º 739, fls. 43r-43v Publ. Monumenta Henricina, vol. I, n.º 23, pp. 43-44

Honorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁴²⁴ magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desideriis dignum est nos facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus annuentes silvam quam⁴²⁵ quondam illustris Portugalen regina in perpetuum elemosinam domui vestre concessit quam silvam cum difficultate maxima de sarracenorum manibus liberantes per vos et homines vestros studiosius coluistis ibique tres ecclesias Columbrie videlicet Rodinam et Egam fundantes ab omni servitio et censu liberas per triginta annorum curricula et amplius tenuistis vobis et domui vestre auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocínio communimus districtius inhibentes ne quisquam prescriptas ecclesias novis et indebitis exactionibus aggravare presumat vel episcoporum aliquis preter romanum pontificem in eisdem ecclesiis aliquam sibi potestatem seu iurisdictionem usurpet. Ad indicium autem

⁴²² Segue-se um espaço em branco entre dois pontos onde deveria estar escrita a inicial do nome do bispo de Lisboa.

⁴²³ Veja-se sobre este tema Veloso 1988, pp. 443-455.

⁴²⁴ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos onde deveria estar escrita a inicial do nome do mestre da Ordem do Templo.

⁴²⁵ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos.

percepte huius a romana ecclesia libertatis unam auri unciam annis singulis nobis nostrisque successoribus persolvetis. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum licitum sit hanc paginam nostre confirmationis et inhibitionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Laterani IIII idus februarii pontificatus nostri anno primo.

237. 1217.02.10 – Latrão [B]

Honório III, pela bula «Cum a nobis petitur», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, na Hispania, toma sob a sua proteção os castelos fundados pelos Templários no Rodão e Castelo Branco, impondo-lhes o pagamento do censo anual de uma onça de ouro.

AV. Reg. Vat. 9, fl. 61v

Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 24, pp. 44-45 (cuja lição se segue)

[Honorius etc.]. Magistro et fratribus militie Templi in Hispania. Cum a nobis petitur etc. usque inclinatj, castra Rodan [i] et Castelblanc, que in frontaria sarracenorun, in regno Portugalie, auxiliante Domino, statuistis, cum ecclesijs, possessionibus et rebus alijs ad ipsa de iure spectantibus, sub beatj Petrj et nostra protectione suscipimus et ea castra cum omnibus supradictis, sicut ipsa iuste ac pacifice possidetis, uobis et per uos domuj uestre, auctoritate apostolica, confirmamus et presentis scripti patrocínio communimus. Ad indicium huius protectionis a nobis suscepte, unam unciam aurj nobis nostrisque successoribus, annis singulis, census nomine, persoluetis. Nulli ergo etc. nostre protectionis et confirmationis etc. Si quis autem etc. Datum Laterani, iiij idus februarii, pontificatus nostrj anno primo.

238. 1217.02.14 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Quanto dilecti filii», determina que os bispos e prelados devem admitir nas suas igrejas os clérigos que lhe forem apresentados pela Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 21r-21v (cuja lição se segue);

BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 38r-39r

Publ. Ferreira 1735, pp. 800-802

Honorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelatibus ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Quanto dilecti filii fratres militie Templi propriis derelictis serventius pro christianitatis commodo iugiter elaborant nec ponere pro fratribus animas reformidant tanto ipsis in suis manutenendis justitiis diligentius adesse nos convenit et eorum incommoditatibus paterna sollicitudine providere. Ne si fuerimus quod absit in eorum manutenenda iustitia negligentes a Sarracenorun impugnatione qui christianum nomen insuflant et fidelium effundere sanguinem moliuntur desistere compellantur et amplius adversus

christianos illorum insolentia convalescat. Cum autem prenominatis fratribus de indulgentia Sedis Apostolice misericorditer sit indultum ut fructus ecclesiarum que ad illorum donationem pertinent assignato vicariis unde congrue valeant sustentari et dicesano episcopo eiusque officialibus de suis possit iustitiis responderi debeant in subventionem terre Ierosolimitane convertere quidam episcopi archidiaconi et decani ad quos illarum ecclesiarum investitura pertinet clericos quos idem fratres idoneos representant recipere pro sua voluntate contemnunt nisi easdem ecclesias clericis qui de illorum mensa fuerint seu aliis licet minus existant ydonei largiantur. Si vero idem fratres easdem ecclesias pro ut desiderant non assignant ut libere possint redditus earum percipere illas per longa tempora faciunt a divinorum celebratione cessare ut sic fratres ipsi voluntates eorum exequi compellantur. Nos igitur tante predictorum fratrum incommoditati prospicere cupientes ne tantam iacturam malitiose cogantur de cetero sustinere. Universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque præcipimus quatinus clericos ydoneos quos idem fratres ad ecclesias suas vobis duxerint presentandos a modo benignius admittatis. Alioquin noveritis quod ipsis ad exemplar predecessorum nostrorum autoritate apostolica liberam indulsumus facultatem ut fructus earumdem ecclesiarum donec predicta occasione vacaverint in subventionem terre Ierosolimitane convertere et illos libere valeant retinere. Preterea quoniam quidam vestrum fratres ipsos et eorum clericos contra privilegia Sedis Apostolice ipsis indulta sicut dicitur interdiceret et excommunicare presumunt districtius inhiemus ne ipsos fratres vel eorum clericos de cetero taliter inter-[fl. 21v] dicere et excommunicare aliquatenus attemptetis. Quia si amodo quod non credimus fuerit attemptatum eandem volumus sententiam non tenere. Datum Lateranum XV^o kalendas marcii pontificatus noftri anno primo.

239. 1217.10 [A]

D. Afonso II confirma foral de Valhelhas concedido por D. Sancho I ao mestre da Ordem do Templo e aos freires que aí residiam. Documento copiado após a concessão de D. Sancho I.

ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo* 431⁴²⁶ (e cuja lição se segue); ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo* 430 (inserto em documento de 1421.07.01).

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 467-469; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, pp. 51-55; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges, Nova Série*, vol. IX/I, pp. 484-485; pp. 497-498

[...]

Ego Alfonsus dei gratia Portugalium rex una cum uxore mea regina domna Urraca et filiis nostris infantibus domno Sancio et domno Alfonso et domna Alionor [concedo et confirmo vobis populatoribus de Valelias] istam cartam et istud forum quod vobis dedit pater meus rex domnus Sancius. Et ut hoc meum factum in perpetuum firmum

⁴²⁶ Documento em mau estado. Reconstituição do texto com base na publicação.

robur optineat precepi fieri istam cartam [et eam feci meo sigillo plumbeo commu]niri. Facta fuit hec carta mense octobris sub era M^a CC^a L^a V^a. Nos reges supranominati qui hanc cartam fieri precepimus coram subscriptis eam roboravimus [et in ea hec signa fecimus + + + +]. Qui affuerunt domnus Martinus Iohannis signifer domini regis. Domnus Petrus Iohannis maiordomus curie. Domnus Laurencius Suarii. Domnus Johannes Fernandiz. Domnus Fernandus Fernandiz. Domnus Gomecius Suarii. Domnus Gil Valasquiz. Domnus Rodericus Menendiz. Domnus Poncius Alfonsi. Domnus Lopus Alfonsi confirmant. Vincencius Menendiz. Martinus Petriz. Johannes Pelagii testes. Domnus Stephanus Bracarensis archiepiscopus. Domnus Martinus Portugalensis episcopus. Domnus Petrus Colimbriensis episcopus. Domnus Suarius Ulixbonensis Episcopus. Domnus Suarius Elborensis episcopus. Domnus Pelagius Lamecensis episcopus. Domnus Bartolomeus Visensis episcopus. Domnus Martinus Egitanensis episcopus confirmant. Magister Pelagius cantor Portucalensis. Petrus Garsie. Petrus Petriz testes. Gunsalvus Menendi cancellarius curie. Fernandus Suarii scripsit.

Hec vidit o Magister domnus Gomez Sanchiz et comendatori domnus L. Petriz et concilio et alcaldes de Valelias viderint por bene por salute dos maiores e dos menores. Toto vicino de Valelias et de suo termino qui voluerint vendere hereditate calva aut plantada vel casa vendat tali homo qui faciat forum quomodo vicino de Valelias. Et coutamus qui non vendat a cabalario de linaien neque ab episcopo nec hominem de hordinem de altera parte et si vendiderit super nostram defensione pectet C morabitanos et non prestet sua venda neque alio sua compara et faciat de illo iustitia quomodo de hominem traditore.

Hec est collecta quod debet concilio dare de Valelias ad rex Sancio per foro una vice in anno quando venerit ad Valelias. In primo I vaca VI carneros et unum ad alferas III porcos VI cabritos VI leitones X^{La} gallinas CC ovos I alqueire de mantega aliud tanto de mel I alqueire de vinagre altero tanto de sal I almude de farina triga I quartero de farina milaza II^{as} restres d'aliis II^{as} restres de cebolas III modios de lino I morabitanum por a cera e por pimenta VI modios de cevada quinentos panes III fogazas III modios de vino. Hoc totum sit per medida de Valelias. Hanc collecta vidit Iohane Fernandiz por directo. Autorizante rex S. et nunqua seja desoctogada.

240. 1217.10 [B]

D. Afonso II confirma foral de Valhelhas, declarando que tinha dado esta vila de juro e herdade ao mestre da Ordem do Templo e aos freires que aí residiam. Texto em português.

ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 429* (cuja lição se segue).

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 470-472

Eu Afomso pella graça de Deus rey de Portugal ensenbra com minha molher a raynha dona Oraca e meus filhos os ifantes dom Sanho [sic] e dom Afomso e dona Lionor

outorgo e confirmo a vos poboadores de Valhelhas esta carta e este foro que vos deu meu padre ell rey dom Sancho por<que> este meu feyto seja pera senpre firme e forte mandey ende ser feita esta carta e seelada com meu seelo de chumbo. Feita foy esta carta en o mes d'Oitubro so a Era de mill e II^c LV anos. Nós reis sobre nomeados que esta carta mandamos fazer dos soescriptos afortalezamos estes sinaees fizemos. Estas cousas viu o maestre dom Gomez Sanches. E o comendador dom Lourenço Periz e o concelho e alquaides de Valhelhas virom por bem e por saude dos mayores e dos meores todo vezinho de Valhelhas e de seu termo que quiser vender herdade calva ou prantada ou casa vende a a tal homem que faça o foro como o vezinho de Valhelhas e coutamos que a nom venda a cavaleiro de linhagem nem a bispo nem a homem d'Ordem doutra parte e se a vender sobre a nossa defesa peyte cem marcos e nom lhe preste sua venda nem a outro su compra e façam dele justiça como d'omem treedor.

Esta he a coleyta que a de dar o concelho de Valhelhas a ell rey dom Sancho por foro uma vez no ano quando vier a Valhelhas primeiramente huma vaca seis carneiros e hum ao alferez tres porcos e seis cabritos e seis leitões quarenta galinhas II^c ovos hum alqueire de manteiga outro tanto de mel e hum almude de vinagre outro tanto de sal e hum almude farinha e agua e hum quartoiro de farinha e duas restes d'alhos e duas restes de cebolas tres molhos de linho hum maravidi por cera e por pimenta seis moyos de cevada V^c paees tres fogaças tres moyos de vinho e esto todo seja per medida de Valhelhas. Esta colheyta vio Joham Fernandes por dereyto e autoridade d'el rey dom Sancho e que nunca [...] ⁴²⁷.

[...] Garcia [...]Periz [...]. Dom Marti Anes alferez d'el rey. Dom Pedr'Eanes moordomo da corte. Dom Lourenço Soeiro. Dom Joham Fernandez. Dom Fernando Fernandez. Dom Gomez Soeiro. Dom Gil Vaasquez. Dom Rodrigo Meendez. Dom Poncio Afomso. Dom Lopo Afomso. Testemunhas Vicente Meendez. Martim Periz. Joham Paez.

241. 1217.10.27

D. Pedro Alvo doa à Ordem do Templo as suas herdades em Cardiga, Torres Novas, Zêzere e Castelo Branco, entre outros bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 6* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 104r-104v

Publ. Gomes 2005, n.º 3, pp. 158-159 (versão do *Livro dos Mestrados*)

Era M^a CC^a L^a V^a in mense⁴²⁸ octobris in vigilia Simonis et Jude ego donnus Petrus Albus ita mandavi de meo censu ad mansionem Templi pro mea anima in primis mandavi ibi dare totam meam hereditatem quantam habui in toto termino de Cardica

⁴²⁷ Documento rasgado que impede a leitura final do texto e o nome dos confirmantes e testemunhas.

⁴²⁸ Segue-se riscado «septembris».

et de Turrubis Novis et totas meas vineas de Ozezar et meas domos et omnes cupas que ibi sunt et quantum fructum ibi invenerint et quantum habeo in termino d'Ozezar cum quanto fructu ibi invenerint. Et mandavi ibi dare meam hereditatem de Castel Blanco que est circa Turrem ad Sanctam Mariam de Tomar meum olivetum quod fuit de Pelagio Nuniz ut ardeat ibi inde semper oleum in meam lampada quam faciant de mea tagara maiore quam ibi mando et ibi pro frontal V morabitanos ad alpenderos cooperiendum IIII morabitanos ad meam sepulturam X morabitanos ad domum mansionis meum caballum inselatam et infrenatum et meam lorica⁴²⁹ meliorem et meas caligas de ferro et meum scutum et meam lanceam et meam spatam et meum elmu et omnes meos perpontos de meo equo et corporis mei et meum temptorium ad Sanctum Michaellem cooperiendum II morabitanos. Totas meas mandas mitto in potestate fratris mei donni Tome et rogo attentius dominum magistrum et omnes sui fratres ut Dei amore eum taliter adiuvent ut possit totas <mandas> meas complere et nullus ei inde faciat super eas.

242. 1218.01.12 – Latrão

O papa Honório III, pelas letras «Intellecta ex vestris litteris» dirigidas aos bispos de Lisboa e Évora, ao mestre da Ordem do Templo em Espanha, ao prior da Ordem do Hospital e ao comendador-mor da Ordem de Santiago em Portugal, dá-lhes a conhecer que não pretende desviar os cruzados da Terra Santa. Concede plenária remissão dos pecados aos cruzados que estavam na Península e defendiam Alcácer do Sal.

AV. Reg. Vat. 9, fl. 201v.

Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 28, pp. 52-54 (cuja lição se segue)

Honorius etc. Vlixbonensi et Elborensi episcopis et magistro militie Templj in Yspania, priori Jerosolimitan, Hospitalis et commendatorj militie Sancti Jacobi in Portugalia. Intellecta ex uestris litteris gloria, quam Dominus nomini suo dedit gloriosam, fidelibus suis dando uictoriam, et antiqua signorum suorum miracula innouando, gauisi sumus gaudio magno ualde et exaltauit spiritus noster in Deo salutarj nostro, qui dignatus est uobis mittere auxilium de sancto et facere uobiscum signum in bonum, quod identes qui os et christianum nomen oderant, confusi sunt, conteritj et contriti. O ineffabilis pietas. O immensa clementia. O inextimabilis benignitas Dei nostri, qui a seruis suis offensis continuis prouocatur, continuo adest ipsis in ueritate, inuocantibus nomen eus, breuis et quasi momentanee deuotionis obtentu offensas longi temporis obliuiscens et, iuxta uocem propheticam, ad eos qui ad ipsum conuersi fuerunt se conuertens. Licet, autem, credamus quod uestre deuotionis humilitas predictae uictorie gloriam humanis iuribus non attribuit, sed eam operationj diuine uirtutis ascribit, ex habundanti tamen discretionem uestram monemus attente et hortamur quatenus ex hoc nullus uobis spiritus elationis obrepit, ne, quod absit, inueniaminj in numero dicentium:

⁴²⁹ Segue-se riscado «maioirem».

manus nostra excelsa et non Deus fecit hec omnia, sed cogitantes potius et dicentes: quomodo persecutus fuisset unus mille et duo fugassent decem millia, nisi quia Deus subdidit illos et Dominus tradidit illos ad agendas gratias illi qui signo crucis, quod in celo apparuit, prefigente exit in salutem populi sui ut saluos faceret christos suos pro uestre possibilitatis modulo assurgatis, quod et nos, receptis uestris litteris, fecimus in affluentia lacrimarum ad exoluendas Deo, pro tante dignationis gratia, dignas laudes, vrbem, clerum et populum adunantes. Porro, cum Terre Sancte succursum impediri, occasione aliqua, non uelimus, petitionem qua rogastis ut cruce signatos, qui ad ipsius Terre Sancte succursum, propter corporum infirmitatem aut rerum inopiam procedere non ualentes, arma uel alia bona sua conferrent ad reparandum castrum Alcazar, iuberemus ad propria libere remeare, concessa es plena suorum indulgentia peccatorum, non duximus admittendam, ne forte, per hoc, contra uos ipsos Dominum contingeret prouocari, qui, sicut credimus, merito deuotionis quam ad ipsam Terram Sanctam habent cruce signati predicti uictoriam contulit antedictam, dignius existimantes ut, cum idem cruce signati arma et alia bona que secum habent Terre Sancte subsidio deputarunt, si qui eorum ad iter non sufficiunt inchoatum, illa per socios suos transmittant ad Terre subsidium sepedicte. Volentes, autem, alias uobis ad reparandum dictum castrum et ad expugnandum inimicos nominis christiani fauorem apostolicum exhibere, fideles per Yspaniam constitutos, nostris litteris exhortamur, eis in remissionem peccaminum iniungentes ut, ad reparationem et tuitionem castrj predicti et ad expugnationem illorum, uobis auxilium personarum et rerum impendant uiriliter et potenter. Ad hec ipsis cruce signatis per litteras nostras iniungimus ut, dum eos in partibus uestris morarj contigerit, mauros in uestro circuito positos studeant expugnare, illis quos in huiusmodi pugna maiori contigerit plenam suorum peccatorum ueniam indulgentes, ac si ultra mare morerentur in seruitio Terre Sancte. Datum Laterani, ij jdus januarij, anno secundo.

243. 1218.01.28 – Santarém

Segundo testamento de D. Afonso II segundo o qual o monarca ordena que uma das treze cópias do diploma seja entregue ao mestre templário. Os Templários estão igualmente contemplados no testamento do monarca.

ADB. *Gaveta dos Testamentos*, n.º 11 (cuja lição se segue⁴³⁰); ANTT. *Cabido da Sé de Viseu, Régios*, mç. 1, n.º 9

Publ. *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, n.º 226, pp. 230-233

In Dei nomine, Ego Alfonsus Dei gratia Portugalie rex timens mortis mee incolumis existendo ad salutem anime mee et utilitatem uxoris mee regine domne Urrace et filiorum meorum et tocuis regni mei et vassalorum meorum condidi testamentum

⁴³⁰ Dada a natureza particular do documento — testamento régio —, apenas se transcreveram as partes respeitantes aos Templários. Documento em muito bom estado com cordão de fios amarelos e castanhos e com selo de chumbo.

[...] in illis XI.^m cartis quarum una tenent Bracarensis archiepiscopus secundam abbas Alcupacie terciam prior Sancte Crucis quartam magister Templi quintam prior Hospitalis sextam meus signifer septimam meus maiordomus octavam meus cancellarius nonam meus capellanus decimam ille qui tenuerit quartum librum de recabedo mei regni undecimam ego penes me conservo. [...] de residuis vero fiant tres partes de quibus duas partes habeant filii mei et filie et dividantur inter ipsos equaliter de tertia parte Bracarensis archiepiscopus Portugalensis Colimbriensis et Ulixbonensis et Eborensis et Visensis et Lamecensis et Egitaniensis episcopi et abbas Alcupacie et prior Sancte Crucis et magister Templi et prior Hospitalis et cantor Bracarensis faciant ali modo quod ubicumque me morti contigerit sive in regno meo sive extra regnum meum faciant corpus meum duci ad Alcupaciam per meas expensas. [...] Et si ego in vita mea aliquid dedero de ista mea manda mando quod post mortem meam non requiratur et illud quod remanserit de ista mea tertia mando quod dividatur equaliter in V^e partes de quibus una detur monasterio Alcupacie ubi corpus meum sepelire iubeo alia detur monasterio Sancte Crucis terciam Templariis quarta Hospitalariis et quinta dentur pro anima mea archiepiscopus Bracarensis et VII episcopi supranominati et abbas Alcupacie et prior Sancte Crucis et magister Templi et prior Hospitalis et cantor Bracarensis secundum dictum [...]. Ut autem hec mea manda melius possit adimplere precepi fieri XIII cartas meo sigillo plumbeo munitas quarum unam tenet Bracarensis archiepiscopus secundam Portugalensis episcopus terciam Colimbriensis episcopus quartam Ulixbonensis episcopus quintam Elborensis episcopus sextam Visensis episcopus septimam Lamecensis episcopus octavam Egitaniensis episcopus nonam abbas Alcupacie decimam prior Sancte Crucis undecimam magister Templi XII^a prior Hospitalis XIII^a ego penes me facio conservari. Que fuerunt facte apud Sanctarem V^a kalendas februarii in Era M^a CC^a L^a VI^a.

244. 1218.04 [A]

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, doa foral à vila de Proença, segundo o modelo de Idanha-a-Nova.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 11, mç. 8, n.º 47⁴³¹ (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 577-579; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, Nova Série, vol. IX/I, pp. 429-435

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritu Sancti amen. Ego fraire domnus Petrus Alvitz per gratia Dei magister de cavalaria de Templo una cum fratribus nostris volumus restaurare atque populare villa de Prohencia. Et damus vobis populatores foros et custumes de Egittania Nova tam presentibus quam futuris ut due partes militum vadant in fossado regis et tertia pars remaneat in villa cum omnibus

⁴³¹ Documento de grande beleza decorativa.

peditibus et una vice faciant fossado in ano. Et cavaleiro qui non fuerit in fossado cum rege pectet pro fossadeira X soldos. Et pro homicidio pectet homicida XXX^a morabitanos rancuroso et ipse det inde VII^a palatio. Et si pro iustitia fuerit occisus nichil pectet. Et pro casa derota que passet liminare cum armis scutos et spadas cuitelos et porras vel pedras pectet D soldos rancuroso et VII^a palatio. Et qui furta pectet pro uno novem et intentor recipiat suum integrum et cetera dividat cum iudice per medium. Et qui mulier aforciauerit et illa clamando dixerit quod ab illa est aforcia et ille negaverit iuret cum XII^m et salia de ipsa calumpnia et si non potuerit iurare pectet ad illa CCC solidos et VII^a palatio. Testimonia mentirosa et fiel mentiroso pectet LX^a solidos et numquam sit in alium portellum et VII^a palacio. Et qui non fuerit a apilido cavaleiros et pedones exceptis his qui sunt in servicio alieno miles pectet X solidos et pedon V solidos ad suis vicinis. Qui habuerit aldeiam et uno iugo bovum et X^{La} oves et uno asino et duos leitos emat caballum. Mulier qui dimiserit virum suum de benedictione pectet marito suo CCC solidos VII^a palatio. Qui invenerit uxorem suam in adulterium cognitum relinquet eam et habeat omnia bona sua et pectet iudicem I denarium. Et si alguno homine vel parentem demonstraret illi maliquerencia pectet I solidos ad concilio et exeat pro traditor da vila et VII^a palacio. Quicumque caballum alienum sine mandato domini sui equitaverit pro uno die pectet I carneiro. Et si plus equitaverit pro I^o die VI denarios et pro nocte I solidum. Qui percusserit cum lancea aut com spada por la entrada vel cum cuctelo pectet XX solidos. Et si transierit ad aliam partem et magister posuerit super se pectet XII^m morabitanos rancu[ro]so et VII^a palacio. Quicumque fregerit oculum aut brachium aut dentem pro unoquoque membro et lisiaverit cara pectet XII morabitanos ad rancuroso VII^a palacio. Qui mulierem alienam de recabedos percusserit pectet LX solidos et si non habuerit recabedos pectet XXX^a solidos et sedeat inimico de suis parentibus et VII^a palacio. Qui marcum mutaverit in aliena hereditate pectet V solidos et VII^a palacio. Qui limidem alienum fregerit pectet V solidos et VII^a palacio. Qui conductarium alienum occiderit dominus eius accipiat inde homicidium VII^a palacio. Similiter de ortolano et de suo quartario et de suo molendinario et de suo solarengo. Qui habuerit vasalos in suo solar aut in sua hereditate non serviant altero homini de tota facienda nisi domino suo. Quicumque in toto regno Portugalis habuerit hereditatem atque possessiones qualescunque non serviant neque persolvant aliquod ius aliqui nisi dominis suis per forum Prohencie. Et si calumpnia fecerit non pectet nisi dominus suus per forum Prohencie. Vicinos Prohencie qui habuerint hereditates fora de termino Prohencie non sit ausus nullus homo accipere eam per tortum. Et si prendiderit per tortum pectet ad fratribus D solidos et duplet hereditatem domino suo. Tendas et molinos et fornos de Prohencia sint liberi de toto foro. Milites Prohencie sint in iudicio pro podestades et infanzones de Portugal. Clerici de Prohencia sint liberi ab omni fisco laicali et habeant honorem atque hereditates sicut milites et non respondant nisi

per archidiaconum et horam primam usque ad terciam. Nullos homo Prohencie non respondeant sine rancuroso. Ecclesias de Prohencia accipiant primicias de panibus singulas fanigas de omni pane et decima de omni peccora. Decime dividantur in tribus partibus una episcopo alia clericis ecclesie altera parrochiani ecclesie et expendatur per manus episcopi et clerici ecclesie ubi rectum fuerit. Clerici ecclesie pro suas primicias dent incensum. Omnis parrochianus qui se voluerit expedire expediat se in festum Natalis Domini in concilio suo et clericis et in eodem instanti comendet se ecclesie ubicunque voluerit coram testibus nisi fecerit non potestatem in illo anno alibi decimam dare. Morador de Prohencia non sit servicialis neque maiordomus absque propria voluntate. Alcaldes et iudice mittantur de placito et voluntate concilii. Pedones sint in iudicio pro cavaleiros vilanos de altera terra. Qui venerit vozeiro suo vicino pro homine alterius terre pectet X solidos VII^a palacio. Vicinos de Prohencia non dent pausadam extra suam voluntatem. Morador de Prohencia si inimicus eius super eum venerit sine tregua occidat eum sine calumpnia. Montes et fontes et flumina sint concilii. Domos Prohencie habeant unum forum exceptis domus fratribus aut episcopo. Morador de Prohencia qui in ea per unum annum suum forum impleverit et faciat de suas hereditates qui ibi habuerit quicquid voluerit usque in perpetuum. Ganado Prohencie non sit montado in ulla terra. Homines Prohencie non dent portadigo in toto Portugalie. Homo de Prohencia qui perdiderit suum caballum sit excusatus usque unum annum. Mancipo de homine de Prohencia qui calump<niam> fecerit vel homicidium non pectet dominus suus pro illo. Pro totas querelas de palatio iudex sit vozeiro. Qui tulerit pignus iudici pectet I^o solido. Qui percusserit in ecclesia aut in concilio aut in mercado pectet LX^a solidos rancuroso VII^a palacio. Si homines Prohencie habuerint iuditium cum homines alie terre non currat inter eos firma sed currat inter illos exquisita aut roto qualem voluerint moradores Prohencie. Qui milites Prohencie exhornaverint de suos caballos per forciam pectet D solidos ad fratribus et duplet caballum domino suo. Homines qui voluerint pausare in terminis Prohencie cum suis ganatis dent montadigum de grege ovium et de grege porcorum IIII carneiros vel IIII porcos. De busto de vacas I^a vaca. Istud montadigum est concilii. Omnes milites qui fuerint in fossado vel in garda omnes caballos qui se perdiderint in algara vel in lide primum erectis eos sine quinta et postea detis nobis quintam directam. Omnis homo Prohencie qui invenerit homines alienarum terrarum in suis terminis scindendo aut levando madeira de montibus prenda totum quod invenerit sine calumpnia. Iudice Prohencie de omnis calumpniis vel de quintas que sacar septimam partem habeat et si forte preso ei fugierit unde suspectus fuerit salvet se cum uno vicino. De azarias et de guardas quintam partem nobis date sine ulla offrectione. Siquis ad vestras villas per vim cibos aut aliquam rem accipere et ibi mortuus fuerit vel percussus non pectent pro eo nichil neque suis parentibus sint homicide et si fuerint ad regem cum querimoniam illius vel ad dominum terre pectet C morabitos

et fratribus habeant medietatem et concilium medietatem. De omnes armas non dent quinta usque X morabitanos nec de pannos vel corios que scissus fuerint. Mandamus et concedimus quod si aliquis fuerit latro et si iam per unum annum vel duos furari vel rapere dimiserit si pro aliqua re reppetitus fuerit salvet se tamquam latro et si latro est et latro fuit subeat penas latro. Si aliquis homo filiam alienam rapuerit donet eam suis parentibus et pectet suis parentibus CCC morabitanos VIII^a palacio et insuper sit homicida. Caseiro de freires et boves et ganado habeant forum quomodo vicinus. Homines de Prohencia qual fiadoria fiaverit tal pectet si suum intemptorem non habuerit et si habuerit eum paret in concilio et sit liber. Homine de Prohencia qui fecerit manda cum uxore sua usque medietatem stet et qui fregerit eam pectet C morabitanos VII^a palacio. Et si habuerit subitaneam mortem dent quinta de < suo > abere vel de hereditate pro anima eius. Toto homine de Prohencia qui prendiderit suo vicino vel alius homo de alia terra in suo furto vel in suo dampno paret eum ante alcaldes et pro ipsum non pectet calumpnia. Et qui habuerit filios vel parentes qui calumpnias faciant non respondeant pro eis si noluerint. Junior vel servus qui unum annum in Prohencia habitaverit nullus habeat potestatem super eos neque in semine eorum. Toto homine qui prendiderit homine de Prohencia pectet D solidos medios ad fratribus et medios ad rancuroso. De tota compara que venerit ad Prohencia de comer vel de beber quando la vila fuerit minguada nullos homines non comparent sine mandato de alcaldes nin senior nin alcaide et qui hoc fecerit pectet LX^a solidos ad alcaldes et concilio VII^a palacio. De portagines et de passagines et de decimas de mouros et de christianos tercia parte detur suo hospite et duas partes ad fraires. Si ferir alcalde pro iusticia faciendo pectet L^a morabitanos vel perdat manu. Toto homine que manferirent pro alcalde et non quesierit sedere pectet V morabitanos ad concilio. Homines de Prohencia non respondeant ad alias calumpnias nisi ad eas quas scripta sunt in carta ista. Foro de portagines de trousel de caballo vel mulo vel mula I^o solido de burel vel de lino. De carrega de fustanes V solidos. De carrega de pannos de color V solidos. De carrega de piscato I^o solido. De carrega de asino VI denarios. De carrega de christianos de conilios V solidos. De carrega de conilios de pelles de mauros I morabitanum et quantum vendiderint vel comparaverint dent decimam et I^o corio vermilio ad alcaide. De portagen de caballo qui vendiderint in mercato I^o solido. De mau<ro> qui se redimerit decima. De mauro qui cum suo domino pepigerit X^a. De porco II denarios. De foron II denarios. De corio de vacca vel de zevra II denarios. De corio de cervo vel de gamo III medalias. De carrega de azeite V solidos. De carrega de pane vel de vino III medalias. De bove VI denarios. De asino VI denarios. De mulo vel de mula I solidum. De carrega de peon I denarium. De morabitanos cambiar II denarios. Omnes que levarent peissotas vel corios in alio regno da carrega V solidos et de azeite V solidos. De sardinas III solidos et de sal I solidum. De carrega de asino de peissotas vel congros II solidos et medio. De carrega de azeite de asino V solidos.

Istas portagines dent homines christianos sive mauros que non morant in Prohencia nec in terminis suis. Fraires habeant duas partes et hospes terciam partem. Homines de Prohencia non sint datos in aprestamo. De carrega de cera de christianos V solidos. Homines de Prohencia qui habuerint iuditium cum homines de alias terras non dent directum neque prendant nisi in termino Prohencie. Collecta de rege de cada casa III medalias et non sit data extra villa. Et cum omnes custumes qui in hac carta sonant non se erigant nisi ad forum Prohencie. Era M^a CC^a L^a VI^a. Facta carta mense aprilis. Iudice qui manferirent concilio vel sesmo vel alcaldes et non quesierit sedere pectet V morabitos. Ego donnus Alfonsus per Dei gratia Portugalem rex et domna regina Orracha una cum filiis et filiabus meis placet nobis et concedimns hanc cartam. Ego fraire donnus Petrus Alvitiz per gratia Dei magister milicie Templi una cum fratribus nostris scilicet fraire donnus Menendus Gunsalvi comendatore de Tomar et fraire Fernando Martini comendatore Egittanie que populavit Prohencia et habeat benedictionem Dei et obitum suum im pace requiescat. Amen. Comendator Colinbriensis Petrus Nuniz. Fraire donnus Simeon Menendi. Fraire Fernam Gil comendator Castelli Candidi. Ego magister donnus Petrus Alvitiz una cum fratribus nostris qui hanc cartam iussimus facere cum manibus nostris roboramus. Et insuper qui hanc cartam irrumpere quesierit sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno collocatus. Archiepiscopus Bracara Stephanus Suerii testis. Martim episcopus Egittanie testis. Bartholomeus episcopus Visensis testis. Petrus episcopus Colimbriensis testis. Pelagius episcopus Lamecensis testis. Ponzo Alfonso qui tenebat Cuviliana testis. Laurencius Suerii testis. Gil Velasquiz testis. Gomez Suariz testis. Rodericus Menendi testis. Johannes Fernandi testis. Fernandus Fernandi testis. Martinus Petri testis. Donno Abril Petri filius Petri Alfonsi testis. Petro Iohannis maiordomus de casa de rege. Alcaide Heboensis Gunsalvus Godini. Alcaide Colinbriensis Martinus Gunsalvi testis. Alcaide Cuvilliana Johannes Egee testis. Alcaide de Penamocor Johannes Martini testis. Alcaide de Monte Sancto Stephanus Iohannis testis. Gunsalvus Menendi chanceler de casa regis testes.

245. 1218.04 [B]

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo em Portugal, Leão e Castela, doa a Paio Farpado e a seus sucessores o lugar da Asseiceira (Tomar) com obrigação de aí edificarem uma albergaria.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 6, n.º 6 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 81v⁴³²; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 147r⁴³³; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 108-109⁴³⁴

Publ. Costa 1771, n.º 38, pp. 240-241⁴³⁵

⁴³² Datado de 1178.

⁴³³ Datado de 1178.

⁴³⁴ Datado de 1178. No sumário que antecede este documento refere que esta escritura foi «achada in huum almario na Torre do Tombo» (p. 108).

⁴³⁵ Datado de 1178.

In Dei nomine. Sciant omnes qui hanc cartam viderint vel legere audierint quod ego frater domnus Petrus Alvitiz tunc dictus magister militie Templi in partibus Portugalie et Legionibus atque Castelle una cum omnibus nostris fratribus im Portugalia permanentibus damus et concedimus tibi Pelagio Farpado in hereditario et filiis et omnis progenie tue ipsum locum de Zaiceira ut illud cum tuo genere imperpetuum liberum et integrum habeas per ubi tibi inde diviserit terminum frater Gonsalvus Suariz tunc pretor de Tomar et cum eo frater domno Stephano et de altera parte fratre domno Egidio tunc comandatores de Almouriol et cum eo fratre domno Martino Gonsalviz et Nuno Menendi <et iudiei Pelagius Cabeza> et Petro Gomesci de Tomar hunc supradictum locum tibi damus ut ibi construas albergariam ad servicium Deo et ibi recipientur et ospicientur diures et pauperes transeuntes per eam et tu illam plantes et hedifices et labores et facias in ea melius quam potueris et habeas et possideas illam imperpetuum tu et omnis qui de genere tuo fuerit qui eam valebit et meruerit sed tu et omnis qui eam tenuerit sit noster vassalus et in nostra potestate et in nostro termino et nunquam ista albergaria nec sui termini convertetur ad alium dominum. Igitur ex hac die nullus potestatem habeat hoc nostrum factum frangendi nec minuendi sed firme et stabile sit imperpetuum et qui illud bene observaverit benedictus a Deo. Facta fuit hec karta mense aprilis Era M^a CC^a L VI. Nos qui hanc kartam tibi fieri iussimus et omnibus hominibus fratribus et laicis tibi et successoribus tuis eam concedimus qui presentes fuerunt.

246. 1218.04 – Santarém

D. Afonso II confirma carta de seu pai D. Sancho I da doação que fizera a D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, das vilas de Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha, datada de 1206.01.23.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 173r-174v (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 58v-59v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 83v-84r⁴³⁶; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 153v-154r⁴³⁷; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 78-79
Publ. Costa 1771, n.º 41, pp. 250-251 (parcialmente)⁴³⁸; Pimenta 1940, n.º 4, p. 5

Per hoc presens scriptum volo fieri omnibus manifestum quod ego Alffonsus secundus Portugalie rex vidi cartam illustrissimi patris meis regis Santii bone memorie in hunc modum.

[*Insero o traslado do documento de 1206.01.23 – Coimbra*]

⁴³⁶ Datado da era de 1216, ano de 1178.

⁴³⁷ Datado da era de 1216, ano de 1178.

⁴³⁸ Publica apenas a confirmação de D. Afonso II. Datado de 1178.

Ego Alfonsus supradictus Dei gratia Portugalensis rex una cum uxore mea regina donna Urraca et filiis meis concedo et confirmo vobis magistro donno Petro Alviti et universis fratribus militie Templi presentibus et futuris pro Deo et remissionem peccatorum nostrorum illas supradictas villas que vocatur Egitanie scilicet Vetus et Nova cum suis terminis novis et veteribus sicut dividunt per fluvium Elgie et quomodo Elgia intrat in Tagum et quomodo dividunt cum Coveliana et Montesanto quas pater meus excelentissime memorie rex donnus Santius vobis dedit et concessit iure hereditario in perpetuum posidendas. Et ut hec mea concessio et confirmatio in perpetuum firmissimum robur obtineat precepti fieri istam cartam et eam feci meo sigillo communiri.

Facta carta mense aprili apud Sancatarene. Era M^a CC^a L^a VI^a. Nos supranominati qui hanc kartam fieri precipimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa fecimus + + + + +. Qui affuerunt. Donnus Martinus Ihoannis signifer domini regis confirmo. Donnus Petrus Iohannis maiordomus curie confirmo. Donnus Laurentius Suarii confirmo. Donnus Gil Vasquiz confirmo. Donnus Johannes Fernandiz confirmo. Donnus Fernandus Fernandiz confirmo. Donnus Gometius Suarii confirmo. Petrus Garsie confirmo. Donnus S. Bracharensis episcopus confirmo. Donnus M. Portugalensi episcopus confirmo. Donnus P. Colimbriensi episcopus confirmo. Donnus S. Ulixbonensi episcopus confirmo. Donnus S. Elborensis episcopus confirmo. Donnus P. Lamecensis episcopus confirmo. Donnus B. Visensis episcopus confirmo. Donnus M. Egitarianense episcopus confirmo. Ihoanninus testis. Martinus Petri testis. Gunsalvus Menendi cancelarius curie. Fernandus Suarii scripsit.

247. 1219.11

João Soares e Soeiro Gonçalves fazem um acordo com D. Pedro Alvito e os freires da Ordem do Templo acerca de dois casas em Álvares, ficando um para a Ordem.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 17 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 105r

In Dei nomine. Hoc est plazum quod fecit Iohannes Suariz et Suarius Gunsalviz cum magistro donno Petro Alvitiz et cum suis fratribus de ipsis duobus casalibus de Alvares unus casas qui fuit de Gonçalo Pelagiz qui modo debet habere mansio Templi et alter ubi Cabreiro habitat et duobus [...] habere Johannes Suariz et uxor eius Tarasia Gunsalviz et quando unus eorum primitus obierit modo mansio Templi illum sine contrario habeat. Preterea quantum frater donnus Gonsalvus Gonsalviz pater eorum habebat in Sancto Martino de Mauris in loco qui dicitur Cardoso Johannes Suariz et uxor eius Tarasia Gonsalviz debent totum per medium habere cum Suario Gonsalviz et cum uxore eius Tota Gonsalviz et quando Johannes Suariz et uxor eius Tarasia Gonsalviz obierint suam medietatem totam mansio Templi illam liberam in perpetuum habeat. Similiter quando Suarius Gonsalviz et uxor eius Tota Gonsalviz

obierint alteram totam medietatem mansio Templi illam liberam in perpetuum habeat. Et si forte aliquis existis supra nominatis inde aliter facere voluerit vel contrarium ad mansionem Templi super hoc dare voluerit ad mansionem Templi pectet CCC morabitanos et hereditatem duplatam. Et ut magis plazum istud robur suum teneat cartam istam per alfabetum cum fratribus Templi dividunt. Facta fuit hec carta mense novenbris sub Era M^a CC^a L^a VII^a. Isti supra nominati qui hanc cartam fieri iusserunt coram bonis hominibus eam confirmaverunt. Qui presentes fuerunt frater donnus Menendus Gonsalviz comendator de Tomar affuit. Frater Petrus Pelos affuit. Frater Suarius Suariz affuit. Frater Petrus Venege affuit. Donnus Egidius Valasquiz testis. Martinus Fernandi eius miles testis. Petrus Gonsalviz Nogueira testis. Petrus Gonsalviz filius de Gonçalo Laurentii testis. Donnus Tomas presbiter notuit.

248. 1219.12.08

D. Pedro Alvito, juntamente com os freires da Ordem do Templo, doa a Fernando Eanes e a sua mulher, D. Maria Rodrigues, uma herdade chamada Rossio do Freixial, em Tomar.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 13*⁴³⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Estremadura, liv. 11, fl. 276v*

In nomine Domini. Ego magister Petrus Alvitiz Dei gratia procurator militie Templi in quibusdam partibus Expanie una cum fratribus nostris scilicet Menendus Gonçalviz comendator de Tomar et Petrus Peloso et Soerius Soariz et Petrus Egee et Petro capellano domni magistri et Pelagio Macaneira capellano de Tomar et dono Vicentio circa comendatore et Vicentio clavigero et Menendo Moniz et Monio Nuniz et Fernando Colimbriano et Petrus Gondissaluz et Johane Petri et Petrus Vermudi et cum aliis qui presentes erant quos ad presens non nominare [et cum consensu] nostri concilli de Tomar scilicet Gondisalvo Gonsalvi Bezera pretore et cum iudicibus Petrus Menendi et Petrus Pelagius Cabeza et [Johannes Menendi et Petrus] de Elbora et Petrus Faber et Nuno Menendi et Petrus Sarrano et Laurencino et donno Cipriano et Petrus Salvatore et Petrus [Sequira et Soero] Rodericiz et Petrus Gomecius et Johanne Boto Martinus Soariz Johanne Velio Martinus Iohanes donus Mateus presbiter Stephanus Rome[u] Mendo Pelaiz Soero Martiniz Pelagius Gondisalvi presbiter Dominicus Petris Fernando Diaz Petro Fernandi et cum aliis multis quos ad presens nom possumus nominare et concilio consideratione et in die concilii scilicet in dominica die. Damus et concedimus tibi Fernando Johanis et tue mulieri donne Maria Rodericiz et omni posteritatem vestre illam hereditatem quam vocitant o ressidio do Freixial quantum nos fratres Templi cum nostro concilio habebamus de Tomar. Igitur ex hac die habeas tu Fernandus Johanis et tua mulier donna Maria Roderici et omis posteritas vestra <hanc hereditatem> et si aliquis venerit qui hoc nostrum

⁴³⁹ Documento com texto apagado em algumas zonas. Reconstituição com base em ANTT. *Leitura Nova, Estremadura, liv. 11, fl. 276v.*

factum frangere voluerit non sit ei licitum et quantum inquisierit tantum in duplum componat et quantum fuerit meliorata et donno terre aliud tantum et in super tibi Fernandus Johannis et tue muliri Marie Roderici M morabitanos. Hoc fuit factum VIII^o diebus transactis decembrii sub Era M^a CC^a L^a VII^a. Hanc cartam vobis roboramus qui presentes fuerunt supradicti.

249. 1220

D. Afonso II ordena Inquirições Gerais, onde se incluem as terras e os direitos pertencentes à Ordem do Templo. Conservam-se as inquirições feitas no termo de Guimarães, Terra de Penafiel de Bastuço, Terra do Prado, julgado de Bouro, Terra de Penela, Terra de Neiva, Terra de Faria, Terra de Nóbrega, Terra de Panóias, Terra de Aguiar de Pena, Terra de Aguiar de Riba de Lima, Terra da Ponte, Terra de Santo Estêvão de Riba Lima, Terra de Montelongo, Terra de Celorico de Basto, Terra de Lanhoso, termo de Vieira, Penafiel de Suaz, termo de São João de Rei, julgado de Pradalvar, julgado de Travassos, Santa Cruz de Sousa, Terra de Santa Maria de Gestaçõ, Terra de Vermoim, termo do Couto de Braga, termo de Refoios de Monte Córdova, termo de Ferreira, termo de Aguiar de Sousa, termo de Felgueiras e termo de Lousada.

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, vol. I.

250. [1220]

D. Afonso II ordena uma inquirição no Entre Douro e Mondego dirigida às instituições religiosas com bens e direitos na Terra de Santa Maria e nos julgados do Porto, Maia, Refojos, Aguiar de Sousa, Penaguião, Baião e Soalhães, e parte do de Benviver (incompleto). Inclui terras e direitos pertencentes à Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas*. Gav. 1, mç. 7, n.º 20 (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Nova Série, vol. XIII

[fl. 1] **De hereditatibus ordinum in Terra de Sancta Maria**

[...] Et in fregesia de Laureiro habet Templum I casal.

[...] Et in villa de Azevedo habet Tenplum III casalia.

[...] Et in Maceeira habent fratres Tenpli I casal.

[...] Et in fregesia de Pereira habet [...] Templum XIII casali [...].

[...] Et in frigisia de Madanil habet [...] Templum II [*casalia*].

[...] Et in vila de Laurosa est inde quarta de Citofacta et quarta de tota <ipsa> ecclesia et alia quarta est de Templo com quarta de Ecclesia.

[...] [fl. 1v] [...] In frigigia de Souto habet Templum I casal [...].

[...] In Vila de Feira [...] habet Hospital VIII casalia et Templum I [...].

[...] In frigisia de Sancto Iohane de Vaer habet [...] Templum II casalia [...].

[...] **De Judicato Portucalensis**

[...] [fl. 2r] [...] In fregesia de Sancta Marina de Portu [...] Templum I^a casa et I^a almoia.

[...] **De Judicato de Maya**

[...] In freegesia de Sancto Martino de Nandim [...] casalia Templum I [...].
 [...] [fl. 2v] [...] In freigesia de Sancto Iohanne de Foz de Sousa [...] Templum II casalia.
 [...] Et in freigesia de Sancto Cosmede de Gondemar habet Templum I casal [...].
 [...] [fl. 3r] [...] In freigesia de Sancto Vereisemo [...] Templum III casalia [...].
 [...] [fl. 3v] **De Penaguiaim**
 [...] In frei[gesia] de Sancta Maria de Sedoelus habet [...] Tenplum II casalia [...].
 [...] In frigisia de Sancto Petro de Penagaiam habet [...] Templum media [casalia] [...].
 [...] [fl. 4r] **De Baiam et de Sinlanes**
 [...] In fregesia de Sancta Crux habet [...] Templum I casal.
 In freigesia de Sancto Iohanne de Gestazoo habet Spital XII casalia et Templum IIII [...].
 [...] [fl. 4v] [...] In frei[gesia] de Sancta Maria de Zopelus(?) habet [...] Templum I^a vinea.

251. [1220]⁴⁴⁰

Rol das propriedades que tinham na cidade de Lisboa as Ordens do Hospital, Templo, Santiago e Avis, e os mosteiros de Santa Cruz, Alcobaca, São Vicente de Fora, de Oya⁴⁴¹ e Balneo, e dos direitos, fintas e colheitas, que os mordomos, prefeitos e prelados de Lisboa, Sacavém, Torres Vedras e Sintra haviam de dar ao rei quando este fosse presente.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 1, mç. 2, n.º 18⁴⁴² (cuja lição se segue)

Publ. Ribeiro 1815, n.º II, pp. 9-16; Vargas 1999, pp. 119-120

De possessionibus ordinum.

[...] **A Ordem do Temple as posisoes que tem nesta cidade e seu termo.**

Hec sunt possessiones quas habent fratres Templi in Ulixbona et in terminis suis. In primis in collatione Sancti Jacobi habent ibi unas casas cum suo currale et alias duas casas et in Exebregas unam almoniam cum vinea bona et in Conchia unam vineam et multas oliveiras in diversis locis et in Tornadiza unam vineam et in Arruios aliam vineam et in Liminare unam bonam grangiam cum duobus casalibus et in Udivela aliam grangiam cum duobus molendinis et in Alpriati aliam grangiam cum salinis suis et in collatione Sancti Stephani habent tres tendas et unos torculares olei et alia parte unas casas et unos torculares vini et in Trigochi unam pezam hereditatis et unam vineam in Malapados.

Hec sunt possessiones quas habent Templi in Sintria. In primis in villa unas bonas casas et tendas et duas vineas et unam almoniam et unum molendinum aque et in

⁴⁴⁰ Datado com base na argumentação apresentada por Vargas 1999, pp. 105-129.

⁴⁴¹ Mosteiro de Santa Maria de Oya, Galiza. Inquirição de bens deste mosteiro em Portugal, 1235 – Alfândega da Fé (ANTT. *Gavetas*, Gav. 1, mç. 6, n.º 21).

⁴⁴² São cerca de 11 linhas de texto relativas à Ordem do Templo. No sumário de *Gavetas (As)*, vol. I, p. 4, este documento está datado de 1440. Trata-se, na realidade, de um traslado cuja grafia poderá ser do século XV.

loco qui dicitur Almoſter unum pomarium et in Mazanaria unam bonam grangiam cum IIII caſalibus et aliam hereditatem in Viminario et in Almoſaieme aliam et aliam in Nadruga et in Ravanqui duobus caſalibus.

[...]

252. 1220.03

Pedro Ferreiro e ſua mulher, Maria Vasques, doam à Ordem do Templo uma herdade em Porto de Caiſ, que haviam recebido de D. Sancho e de ſua mulher, a rainha D. Dulce, pelos bons ſerviços preſtados. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 28 (cuja lição ſe ſegue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Meſtrados, fls. 37v-38r

Publ. Baião 2008 [1918], n.º 2, pp. 4-5

In Dei nomine. Ego Petrus Faber et uxor mea Maria Valasquiz divino ſpiraculo eruditi et nullo nos cogente ſed ſpontanea noſtra voluntate et in noſtra bona ſalute dedimus Deo et mansioni Templi Salomonis ipſam noſtram hereditatem quam habuimus in portu de Caiis quam rex donus Sanccius cum uxore ſua regina domina Dulcia et cum omnibus filiis eorum nobis in hereditario dederunt pro bono ſervicio quod eis fecimus et faceremus in perpetuum. Iſta hereditas dividit per portum veterum de Caiis deinde per Arracefe et ex inde ad Barriadas de Caiis aquis vertentibus ad Ozezar deinde ad liziram de Taaliis et inde advenam de fluvio Ozezaris. Hanc hereditatem ibi dedimus pro animabus de omnibus iſtis ſupranominatis qui eam nobis dederunt et pro noſtris animabus et de noſtris parentibus et filiorum noſtrorum ut mansio Templi illam liberam et ſine ullo impedimento habeat in hereditario in perpetuum. Igitur ex hac die nec nos nec alteri poteſtatem habeamus frangendi nec minuendi hoc noſtrum donum ſed firme et ſtabile ſit omni tempore. Sed ſi forte aliquis ſurrexerit qui illud frangere voluerit non ſit ei licitum ſed pro ſola temptatione pectet mansione Templi ipſam hereditatem duplatam et quantum fuerit meliorata et domino terre aliud tantum et in ſuper ſit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in inferno precipitatus niſi ante ſe correxerit ſatisfacione. Facta fuit hec karta mense marcii Era M^a CC^a L^a VIII^a. Nos ſupranominati qui hanc cartam fieri iuſſimus coram bonis hominibus eam roboravimus et conſeſſimus et hec ſigna fecimus. Qui preſentes fuerunt frater donus Menendus Gonsalviz tunc comendator de Tomar affuit. Frater Vincencius affuit. Frater Petrus Venege ibi pretor <affuit>. Frater Pelagius Mazaneira ibi capellanus⁴⁴³ affuit.

253. [1220.06-1223.03]⁴⁴⁴

D. Afonso II ordena inquirição ſobre os direitos régios nas fregueſias da diocese de Coimbra. Inclui um rol de bens detidos pelas inſtituições ecleſiásticas e pelo rei na região de Coimbra.

⁴⁴³ Segue-ſe riscado «ibi».

⁴⁴⁴ Datado ſegundo *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Nova Série, vol. XIII [no prelo].

ANNT. *Gavetas. Gav.* 3, mç. 10, n.º 17 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Direitos Reais*, liv. 2, fl. 47v

Publ. Gomes 1999, n.º 12, pp. 64-65 (doc. datado de [1248]); *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Nova Série, vol. XIII [no prelo]

[...] [fl. 1v] [...] De Palmaz. [...] Templum V [*casalia*].

[...] [fl. 3r] [...] De Valongo. [...] Interrogati de hereditatibus ordinum dixerunt quod villa de Aguieira est de Templo et faciunt forum sicut alii.

[...] [fl. 6r] [...] De Erada. [...] Templarii habent in Vaagos I casale [...].

[...] [fl.7v] [...] De hereditatibus de Templo. Vincencius et Petrus Gomez iurati dixerunt quod habent domos in Colimbria in quibus ipsi morant et tres casas alias in <quibus> morant sui mauri. Et alias duas tendas et I fornum et I^a almonia in Cozelias et in Maiza IIII olivales. In Ravaal habet III pezas de hereditate <et> I ferrageal in monte Rubeo et unam hereditatem in Arnado et I in Lagoa Casta. Et dant inde decimam domino regi et quantum habent in Murta dant inde domino regi X^a. Et castellus de Palumbar est de Templo cum suis terminis et dant inde collectam domino regi et vadunt in fossado et in anuduva. Et habent villam de Redina et quando venit ibi dominus rex ducunt ei collectam de Palumbar. Et habent villam de Souri cum suis terminis et dent inde collectam domino regi et vadunt in fossado et in anuduva et dominus rex est patronus de ecclesia de Souri. Et villa de Ega est de Templo et dant inde collectam domino regi et faciunt predictum forum. Templarii sunt patroni de ipsa ecclesia. Et in termino Montis Maioris habent unam grangiam cum suis hereditatibus et habent terciam de portagine in Colimbria de habere mourisco et dedit eis domina regina Tarasia pro anima sua Templo. Interrogavimus Templarios et noluerunt nobis dicere inde aliquid sed scripsimus inde quod intelleximus de veritate.

[...]

254. 1220.11

O concelho da Guarda doa a D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, e a seus freires, o padroado e dízimo de certas igrejas que os doadores tinham nas herdades entre o rio Ariorde e a Guarda e que o concelho deu à Ordem, na condição desta edificar um castelo em Touro para proteger os habitantes. Ficavam, no entanto, resguardados os direitos episcopais.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 178v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 117r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 220r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 85-86

Publ. Costa 1771, n.º 42, pp. 251-252

In Dei nomine. Nos de sismo de feria II^a et de feria III^a et feria IIII^a vobis magistro Templi dono Petro Alviti pro salutem tam anime quam corporis nostri facimus pactum firmum et stabile ut nos habeatis ecclesias ius patronatus et decimas de cunctis ipsis hereditatibus quas habemus inter rivolum de Ariorde et dividit in hoc que vobis dedit

concilio salvo tamen omni iure episcopali tali videlicet pacto ut quicquid habuerint vel laboraverint sint semper sub vestra defensione tanquam vestri homines de ipso castelo de Tauro. Etiam et doceatis ibi filios nostros et detis eis portionem in ecclesiis que in prefato termino nostro edificare fuerint. Et faciatis castelum in Tauro et ut semper adveniat honor et utilitas et amor concilio de Guarda ex vestra parte et totius vestri Ordinis. Pretera dicimus quod filii nostri qui clerici fuerint habeant portiones in prefatis ecclesiis velut illas habetis prout convenit. Facta scriptura firmitudinis mense november sub Era M^a CC^a L^a VIII^a.

255. 1220.11.30 – Guarda

D. Martinho, bispo da Guarda, doa a D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, uma igreja em Cabeça de Touro, no bispado da Guarda. E D. Pedro Alvito reconhece ao bispo da Guarda os direitos episcopais em Idanha-a-Nova e Proença.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 14, n.º 6 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 33r-33v

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris presentem paginam inspecturis quod ego M. Egítaniensis episcopus una cum capitulo meo damus et concedimus Petrus Alviti magistro milicie Templi in quibusdam partibus Yspanie in Gardia unam ecclesiam quod habeat ipse et successores sui eandem ecclesiam et in pace possideant de qua ecclesia nobis et ecclesie nostre omnia iura episcopalia persolvant prout in aliis ecclesiis eiusdem ville nobis persolvunt vel a modo persolverint. Preterea damus et concedimus eidem magistro potestam et eiusdem successoribus acquirendi in Egítaniensi episcopatu ecclesias quascumquam de iure acquirere potuerint et ab eis qui easdem ecclesias eisdem de iure potuerint conferre. De quibus nobis et ecclesie nostre omnie iura episcopalia cum terciis mortuariorum plene et sine diminutione aliqua persolvere debent. Et ego Petrus Alviti supra memoratus magister milicie Templi in quibusdam partibus Yspanye una cum consensu omnium fratrum nostrorum recognoscimus Egítaniensi ecclesie omnia iura episcopalia in Egítania Nova et in Proentia cum terminis et pertinentiis suis et in ecclesia de Gardia et in villa que vocatur Caput Tauri sive Bovis cum terminis et pertinentiis suis et in omnibus aliis ecclesiis et villis sive castris quis in Egítaniensi episcopatu citra Tagum a modo populaverimus excepto Castello Blanco cum terminis suis super quo habemus cum episcopo a summo pontifice iudices delegatos. Preterea concedimus et promittimus in omnibus ecclesiis quas de cetero in Egítaniensi episcopatu adquisiverimus omnia iura episcopalia cum terciis omnium mortuariorum Egítaniensi ecclesie plene et fideliter nos soluturos. Capellanos etiam ad supra memoratas ecclesias regendas episcopus Egítaniensi que pro tempore fuit pro <ut> in iure cavetur representabimus. Et ut maior fides huic instrumento adhibeatur sigillo mei magistri et Egítaniensi episcopi hoc fecimus communiri. Datum Gardie pridie kalendas decenbris Era M^a CC^a L^a VIII^a.

256. 1220.12.01 – Guarda [A]

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, concede carta de foral à vila de Touro.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 2, n.º 19 (inserto em documento de 1335.05.16 e cuja lição se segue – Santarém); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 252v-254v (inserto em documento de 1335.05.16 – Santarém); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 114r-115v (inserto em documento de 1335.05.16 – Santarém); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 214r-215v

Publ. Costa 1771, n.º 43, pp. 252-257; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 586-589 (em latim e português); *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, Nova Série, vol. IX/I, pp. 459-463

[...]

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Hec est carta de foro quam iussimus facere ego Petro Alvitz pro gratia Dei magister do Tenplo una cum conventu meo vobis populatoribus de Tauro tam presentibus quam futuris. In primo concedimus vobis ut non detis pro homicidio nisi CCC solidos in apreciadura. Et de istis trecentis solidis detis septimam ad palatium per concilium et per manum iudicis. Et in aliquo pactu vel in aliqua calumpnia non intret meus merinus nisi iudex de vestro concilio. Et tertia pars de vestro concilio faciat fossatum et alie due partes stent in vestra villa. Et de illa tertia que debuerit facere fossatum ille qui ibi non fuerit pectet pro fossadeira V solidos in apreciadura. Et non faciatis fossatum nisi cum domino vestro una vice in anno nisi fuerit per beneplacitum nostrum. Et clerici et pedones non faciant fossatum et non intret ibi nuncium neque manaria de aliquo homine de Touro. Et qui in termino de Touro filiam alienam rapuerit contra suam voluntatem pectet ad palacium CCC solidos et exeat pro homicidia. Et si aliquis inter vos in mercato aut in ecclesia aut in concilio apregonato percusserit suum vicinum pectet LX^a solidos ad concilium et sit inde septima de palatio per manum iudicis. Et de quolibet furto dominus furti recipiat suum cabium et alie octo partes dividat cum iudice per medium. Et ille qui domum fecerit aut vineam ad suam hereditatem honoraverit et uno anno in illa sederit si postea in alia terra habitare voluerit serviat ei tota sua hereditas ubicunque habitaverit. Et si voluerit illas vendere vendat cui voluerit per forum de vestra villa. Et homines de Touro qui debuerint habere iudicium aut juncta cum hominibus de vestris terris habeant illud in capite suorum terminorum. Damus vobis pro foro quod miles de Touro stet pro infanzone de toto vestro regno in iudicio et in iuramento et vincat ipsum cum duobus iuratoribus. Et pedones de Touro stet pro milite villano de totis terris nostris in iudicio et in iuramento et vincat cum duobus iuratoribus. Et homines qui de suis terris exierint cum homicidio aut cum muliere rauxada vel cum alia qualibet calumpnia exceperit ducat mulierem alienam et fecerit se vassalum de aliquo homine de Touro sit liber et deffensus per forum de Touro. Et si homo de alia qualibet terra venerit cum inimicia aut cum pignore postquam in termino de Touro intraverit si inimicus eius post ipsum introierit et ei pignus abstulerit

aut aliquod ei malum fecerit pectet domino qui tenuerit Touro D solidos et duplet pignus ei cui abstulerit et livores quos fecerit. Et qui hominem de Touro pignoraverit et antea non pecierit directum in concilio vestro pectet ad palacium LX^a solidos et duplet pignora cui acceperit. Et homo de alia terra qui militem de Touro descavalgar pectet LX^a solidos. Et homo de Touro qui milite de alia terra descavalgar pectet V solidos. Et si homo de alia terra apreheenderit hominem de Touro et eum in prisonem miserit pectet CCC^a solidos. Et si homo de Touro apreheenderit hominem de alia terra pectet V solidos. Et si homo de Touro pro aliqua fiaduria per medium annum non fuerit requisitus sit liber de illa. Et si mortus fuerit mulier et filii eius sit liber de illa. Et homines de Touro non solvant pignora pro domino Touro neque pro meirino neque sint pignorati nisi pro suo vicino. Et milites de Touro neque mulieres vidue non dent pousatam per forum de Touro nisi pedones per manum iudice. Et homines de vestris terminis qui sederint in vestras hereditates aut in vestros solares et domini eorum non fuerint ibi veniant ad signum iudice et dent fideiussores qued respondeant ad directum quando venerint domini sui. Et si fecerint calumpniam pectent illam dominis suis I [sic] VII^a palacium. Et non serviant ad aliam hominem nisi ad dominos suos in quorum solare sederint. Et senare et vinee domini magistri habeant tale forum quale senare et vinee vestre habuerint. Et qui vicinum suum occiderit et in domo sua fugerit qui post illum intraverit et ibi eum magtaverit [sic] pectet CCC solidos. Et qui mulierem aforciaverit et ipsa voces mictendo venerit si ipse cum duodecim non potuerit se salvare pectet III^C solidos. Et qui mulierem alienam percuserit pectet ad suum maritum XXX solidos et septem a palacio. Et homo de Touro qui fideiussores dare voluerit pro intentione de qua <eum> inquietaverit et dederit II^{os} homines fideiussores et ipse sit tercius si ille qui eum inquietaverit non voluerit recipere fideiussores et eum postea magtaverit totum concilium pectet homicidium suis parentibus. Et palacium domini magister et palacium⁴⁴⁵ episcopi habeat calumpniam et tota villa habeat unum forum. Et homo de Touro qui fideiussor intraverit si contentor eum non liberaverit qualem fideiussoriam fecerit talem pectet. Et si habuerit illum suum inceptorem mictat illum pro se et ipse exeat de fiaduria. Et de suspecta de X solidos et supra iuret cum II^{os} de suis vicinis et de decem solidos ad minus iuret cum uno vicino qualem habuerit. Et homo de Touro qui se tornaverit ad dominum alium ut ei beneficiat sua casa et sua hereditas et uxor sui et filii sui sint liberi et soluti per forum de Touro. Damus etiam vobis pro foro ut nom habeatis alium dominum nisi nos magister et suo conventu et quem concilium voluerit. Et homo de Touro qui fuerit exerdatus et per manum suam non pectaverit suam hereditatem vadat illam accipere sine aliqua calumpnia. Et totus homo de Touro qui habuerit hereditatem in alia terra non faciat fossatum nisi per forum de Touro. Et homo de Touro qui habuerit

⁴⁴⁵ Segue-se supontada a palavra «domini».

mulier ad benedictiones si eam lexaverit pectet unum denarium ad iudicem. Et si mulier leixaverit suum maritum quem habuerit ad benedictiones pectet III^C solidos medietatem ad palacium et medietatem ad suum maritum. Et qui disrumperit casam cum lanceas et cum scutis de la porta adentro pectet III^C solidos medietatem ad dominum de ipsa casa et aliam medietatem ad palacium. Et qui percusserit suum vicinum cum spata pectet X solidos et VII^a ad palatium. Et qui percuserit suum vicinum cum lancea et exierit de una parte ad aliam pectet XXⁱ solidos et VII ad palacium. Et si non exierit ad aliam partem pectet dez solidos et VII^a ad palacium. Et de plaga unde ossa exierint pro I^o quoque osso pectet dez solidos et septem ad palacium. Et de alia plaga V solidos et VII^a ad palacium. Et pro tota pignora sive de concilio sive de palacio recipiant fideiussorem pro ad forum. Et concedimus vobis quod non habeamus devesam neque montem neque pelagum nisi de toto concilii. Et montadicum de extremo de Touro accipiant illud milites de Touro⁴⁴⁶ cum domino suo et habeant inde terciam partem. Et nullus accipiat montaticum de ganatis de Touro. Nullo vicino de Touro nom respondeat sine rancuroso. Et de carrega de portatico de pedone tres miaalias. Et de cavalo I^o solidum. Et de mullo I^o solidum. Et de asino et de bove VI^o denarios. Et de toto portatico quod venerit de Touro hospes ubi⁴⁴⁷ pousaverit terciam partem et portarius accipiat duas et homines de Touro non dent portaticum in toto regno et concilio de Touro⁴⁴⁸ dent pro collecta duodecim morabitanos ad magister unusquisque anno. Et magister cum suo convento serviant domino rege. Et faciat domino magistro suo castello et molendinos et fornos veiros et bareiros habeatis per foro de a Guarda. Totas istas intenciones judicent alcayde de vila vestra per suam cartam. Et alias intenciones judicent secundum suum sensum sicut melius potuerit. Ego Petro Alvitiz magistro do Templo una cum conventu meo et cum domino Alfonso rege vobis populatoribus de Touro tam presentibus quam futuris damus a vobis quantum de domino rege Alfonso et de concilio da Guarda de hereditates et quantum plus poterimus ibi ganare. Et de istas hereditates habeatis vobis concilio V^e partes et ego habeo VI^{ta} partem. Et vos detis ad nos decimam de pane et de vino de lino et de crianca de ganatos ad sancta ecclesia. Facta fuit apud Gardam kalendas decembris Era M^a II^C L^a VIII^a. Ego magister una cum domino rege et cum conventu meo qui hanc kartam fieri precepimus coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa facimus. Quicumque igitur hoc nostrum factum vobis integrum observaverit sit benedictus a Deo amen.
[...]⁴⁴⁹.

⁴⁴⁶ Segue-se supontada a palavra «accipiant».

⁴⁴⁷ Segue-se supontada a palavra «ubi».

⁴⁴⁸ Segue-se supontado «de Touro».

⁴⁴⁹ O documento ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 254v, após o final da transcrição da pública-forma, acrescenta: «No original foi achado isto, convem a saber. Isti sunt termini assignati et quos dominus Petrus Alvitiz magister Templi militie in Hyspania dedit populatoribus de Tauro tam presentibus quam futuris qui

257. 1220.12.01 – Guarda [B]

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, concede carta de foral à vila de Touro. Texto em português.

ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 426* (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 586-589 (em latim e português)

[I]n nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Esta he a carta do foro a qual mandamos fazer eu Pedro Alvitis pela graça de Deus maestre do Templo ensembra cum ho convento meu a vos poboadores de Touro assy aos presentes come aos que am de viinr. In primeyramente outorgamos a vos que nom dedes por homezyo senom CCC soldos in estymadura. E destes CCC soldos dedes a septima parte ao paaço pelo conselho e pela mão do juiz. E en algum peyto ou en alguma coomha nom entre o meu meyrro senom juyz de vosso conselho. E a terça parte do vosso concelho faça fossado e as outras duas partes estem na vossa villa. E daquela terça parte que dever fazer foçado aquel que hy nom for peyte por fossadeyra V soldos in apreciadura. E nom façades fossado senom cum vosso senhor o maestre senom huma vez no anno se nom for per prazer vosso. E os clerigos e os peunes nom façam foçado. E nom entre hy mandadeyro en nenhuma maneyra de nenhum homem de Touro. E quem no termho de Touro filla alhea filhar ou rossar contra sa voontade peyte ao paaça [sic] III^c soldos e siya e fique pro homezyam. E se alguem antre vos en mercado ou en eygreja ou en concelho apregunado ferir seu vezyno peyte LX soldos ao concelho e seja ende a septima parte do paaço per mão do juyz. E de cada huum furto o senhor do furto receba sa parte e as outras VIII^{to} partes parta con o juyz per meyo. E aquel que casa fezer ou vynha ou sua herdade honrrar e huum anno en ella sever se depouys en outra terra morar quiser servha a el toda sua herdade hu quer que morar. E se as quiser vender venda as a quem quiser pelo foro da vossa villa. E os homees et vezynos de Touro que deverem a aver juyzo ou junta cum homees doutra terra ajan o na cabeça dos seus termhos. Damos a vos por foro que o cavaleyro de Touro este por infançum de todo nosso reyno en juizo e en juramento e vença esse cum dous juradores. E o peum de Touro este por cavaleyro villãao de todalas vossas terras en juyzo e en juramento e vença cum dous juradores. E os homees que das sas terras sayrem cum homezyo ou cum molher roussada ou cum outra qualquer coomha salvando que nom duga molher alhea e fezer se vassalo dalguum homem de Touro seja livre e emparado pelo foro de Touro. E se homem doutra qualquer terra veher cum homezyo ou cum penhor depouys que no termho de Touro entrar se o enmiigo del depos ele entrar e o penhor lhy filhar ou alguum

ibi habitaverint per mandatum domini regis Alfonsi de Portugalie et per placitum concilii civitatis Guardie. In primo per aquam de Boi et inde per gargantam de Saguarzales et inde per Cumieyra quomodo vadit ad Cornudela et inde quomodo vadit terminum civitatis Guardie contra Elgiam et de alia parte per rivolum de Cola». O documento ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mc. 2, n.º 19 não tem esta adição, nem na frente nem no verso do documento.

mal lhy fezer peyte ao senhor que tener Touro V^o soldos e dubre o penhor aaquel a que o filhou e as desunrras que lhy fez. E quem ho omem de Touro penhorar e ante nom pedir deryto no concelho vosso peyte ao paaço LX soldos e dubre os penhores a quem nos filhou. E o homem doutra terra que o cavaleyro de Touro descavalgar peyte LX soldos. E o homem de Touro que cavaleyro doutra terra descavalgar peyte V soldos. E se o homem doutra terra prender homem de Touro e o em prizum meter peyte III^c soldos. E se o homem de Touro prender <homem> doutra terra peyte V soldos. E se o homem de Touro por alguma fiadurya e per meyo dano nom for demandado seja livre dela. E se morto for a molher e os filhos dele sejam livres dela. E os homees de Touro nom paguem penhores polo senhor de Touro nem polo meyrino nem sejam penhorados senom por seu vyzyno. E nem cavaleyros de Touro nem molheres vyvoas nom dem pousada per foro de Touro senom per mão do juyz. E os homees de vossos termos que severem nas vossas herdades ou nas vossas casas e os senhores delas nom forem hy venham ao sinal do juyz e dem fiadores que respondam ao deryto quando veherem os senhores seus. E se fizerem coomha peytem na a seu senhor e a septima parte ao paaço. E nom se vam a outro senhor senom aos senhores seus nos quaes terreno severem. E as searas e as vinhas do maestre ajam tal foro qual as searas e as vynhas vossas ouverem. E quem vyzyno seu matar en sa casa fugir aquel que pos el entrar e o aly matar peyte III^c soldos. E quem molher forçar e ella vozes metendo viindo se esse cum XII nom se poder salvar peyte III^c soldos. E quem molher feryr alheya peyte a seu marido XXX^a soldos e a septima parte ao paço. E o homem de Touro que fiadores dar quiser pola entençum de qual a elle fazerem ou demandarem de II homees por fiadores e elle seja ho terceyro e se aquel que demandar nom quiser receber fiadores e el depoyz o matarem todo ho concelho ho omezyo a seus parentes. E ao paço do senhor meestre e ao paço do bispo aja a comha e toda a vylla aja huum foro. E o homem de Touro que por fiador entrar se o demandador el nom livrar qual fiadoria fezer a tal peyte. E se elle ouver seu contentor meta o ele por sy e saya elle da fiadorya. E de sospeyta de X soldos e de mais iure cum dous de seus vezinos. E de X soldos e obmeos iure com huum vizino qual ouver. E o homem de Touro que se tornar a outro senhor que a ele bem faça sa casa e sa herdade e sa molher e os seus filhos sejam livres e soltos polo foro de Touro. Damos ainda a vos por foro que vos non ajades outro senhor senom nos maestre e o seu convento e quem o concelho quizer. E o homem de Touro que for exerdado e per sa mão nom peytar sua herdade vaa ela filhar sem nenhuma coomha. E todo homem de Touro que ouver herdade em outra terra nom faça foçado senom polo foro de Touro. E o homem de Touro que ouver molher a beenções se a leixar peyte huum dinheiro ao juiç. E se a molher leixar seu marido o qual ouver a beenções peite CCC soldos a meyadade ao paaço e a meyadade a seu marido. E quem deromper casa com lanças e com escudos de

la porta adentro peyte CCC soldos a meyadade ao senhor dessa casa e a outra meyadade ao paaço. E quem [ferir seu vizino]⁴⁵⁰ com espada peyte XL soldos e a ceptima parte ao paaço. E quem firir seu vizino com lança e sair duma parte aa outra peyte XX soldos e a septima parte ao paaço. E se nom sair aa outra parte peyte X soldos e a VIIª parte aao paaço. E da chaga onde ossos sairem por cada huum osso peyte X soldos e a septima parte ao paaço. E da outra chaga V soldos e a VIIª parte ao paaço. E por todolos penhores assi do concelho come do paaço recebam fiador pera o foro. E outorgamos a vos que nom ajamos devesa nem monte nem peego senom de todo o concelho. O montadigo destrema de Touro filhem esse cavaleiro de Touro com seu senhor e aja ende a terça parte. E nenhuum nom filhe montadigo de gaados de Touro. Nenhuum vizino de Touro non responda sem rancuroso. E de carrega de portadigo de peon III^{es} mealhas. E de cavallo huum soldo. E de muu I soldo e d'asno e de boy VI dinheiros. E de todo o portadigo que vier a Touro o ospede hu pousar a terça parte e o porteiro filhe as duas partes. E os homens de Touro nom dem portadigo en todo o reyno. E o concelho de Touro de por colheyta XII maravedis ao meestre en cada huum ano. E o maestre com seu convento servam a nosso senhor el rey e faça ao senhor o meestre seu castello. E os moynhos e os fornos veeiros e barreyros ajades por foro de Guarda. Todas estas entençaes juygem alcades da vila vossa per sua carta. E as outras entençaes iuygem segundo o seu entendimento assi como melhor poderem. Eu Pedro Alvitis maestre do Templo enembra con o convento meu e com nosso senhor rey don Afonço a vos poboadores de Touro assi aos presentes come aos que am de viir damos a vos quanto do senhor rey Dom Afonço e do concelho da Guarda e das herdades e quanto chus podermos hi guaanhar. E destas herdades ajades vos concelho as V partes e eu aja a VIª parte. E vos dedes a nos a dizima do pam e do vinho e do linho e a crianssa dos gaados aa santa Eygreja. Feita foy esta carta na Guarda nas queendas de dezenbro Era Mª CCª L VIIIª. Eu maestre en senbra com nosso senhor el rey e con o convento meu que esta carta mandar fizemos com estes scritos a firmamos en ela este sinal fizemos. Quemquer que este nosso factio a nos entregamente guardar seja bento de Deus amen. Estes som os termos assinados os quaaes don Pedro Alvaris maestre do Templo da cavalaria em Espanha deu aos poboadores de Touro tamben aos presentes come aos que am de viir que hi morar quizerem per mandado de nosso senhor el rey dom Afonço de Portugal e a prazimento do concelho da cidade da Guarda. In primeiramente pela agua de Boy e dezende pela garganta de Saguarzales e dezende pela Comeeyra como vay a Cornudela e dezende como vay ao termo da cidade da Guarda contra Elgiam e doutra parte pelo rio de Cola.

⁴⁵⁰ Dobra no pergaminho.

258. 1220.12.22 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Cum enim scias», dirigida a D. Afonso II, acusa o rei de não defender os privilégios e bens da Ordem do Templo em Portugal e de os atacar, tendo tomado conhecimento da situação pelo arcebispo de Braga, que se queixara ao papa de abuso do rei.

ANTT. *Bulas*, mç. 27, n.º 2 (cuja lição se segue) e mç. 35, n.º 31⁴⁵¹

Honorius episcopus servus servorum Dei.⁴⁵² illustri regi Portugalensi spiritum confilii sanioris. Quod solite salutationis alloquuius(?)⁴⁵³ tibi salutius proprie contemptori subtrahimus tua culpa merenda meretur que te iam a comunione fidelium seperavit. Cum enim scias vel scire debeas quod omnes est ab omnipotente potestas qui solus habet in regno hominum postestatem et quecumque vult suscitatur super illud regie dignitatis potentiam quam gratius a Domino accepisti debueras in eius beneplacitis exercere servando iustitiam que reges exaltat et sectando que valet ad omnia pietatem ut de gratia in gratiam et de virtute proficiens in virtutem regnum terrenum commutares felici commertio in eternum quod Deus eum diligentibus repromisit. Sed quod multis clamantibus dolentes audivimus et referimus nitens penitus in contrarium tuum vertisti contra Dominum potentatum erumque contempnens eidem publice rebellare contendis dum inter alia gravia et enormia quibus ipsum audacter provocas sacrosanctam ecclesiam sponsam suam liberam utpote sanguine Christi redemptam in regno tuo impie niteris ancillare tam cathedralibus quam aliis ecclesiis monasteriis hospitalibus domibus militie Templi et aliis locis religiosis et clericis collectas et alia importabilia gravamina imponendo ac donationes a te factas ecclesiis et personis ecclesiasticis perperam revocando. Cumque venerabilis frater noster⁴⁵⁴ archiepiscopus Bracharensi tamquam tue salutis amator et zelator ecclesiastice libertatis te nollet sicuti nec debebat in impietatibus huiusmodi comfovere timens ne si esset in ore ipsius verbum Domini alligatum et iniquitatis tuas tibi minime nuntiaret tu in vus iniquitatibus morereris de manu autem eius requireretur a Domino sanguis tuus te pluries affectu paterno communuit in spiritu lenitatis et tandem coram episcopis et aliis religiosis personis extitit obtestatus ut a pravitate huiusmodi respiscens ecclesias et personas ecclesiasticas gaudere promitteres debita libertate aliasque mores tuos in melius reformares quos enormiter deformaras adulterinos amplexus coniugalibus quasi publice preferendo. Sed tu qui verba vite debueras delectabiliter amplexari et illius monitis acquiescere qui lucrari animam tuam Domino cupiebat ut esset maius gaudium angelis Dei super uno peccatore penitentiam agente quam supra nonaginta novem iustos qui se autumant penitentia non egere non solum monita et correptiones

⁴⁵¹ Documento em português e em latim.

⁴⁵² Espaço em branco separado por dois pontos que corresponderia ao espaço para inscrever a inicial do rei.

⁴⁵³ Palavra corrigida não sendo claro o sentido.

⁴⁵⁴ Espaço em branco separado por dois pontos que corresponderia ao espaço para inscrever a inicial do arcebispo de Braga.

dampnabiliter respuisti quod est signum hominis peccatoris sed habens odio correptorem in ecclesias et res ecclesiasticas apposuisti acrius debachari. Unde idem archiepiscopus rectitudinis zelo feruens nolensque vereri faciem hominis plus quam Dei ne medicinalis Petri gladius in manu eius torpere rubigine videretur ipsum cum debita exerens gravitate in tuam et P. Johannis G. Menendi dicti cancellarii et aliorum complicum tuorum qui te in iniquitatibus tuis lactant personas excommunicationis et in terram tuam sibi lege metropolitana et diocesana subiectam interdicti sententias promulgavit si forte vel sic percussus doleres et ad percutientem te rediens sanari a Domino merereris. Sed quod gravissime ferimus quod multorum stupefecit auditum quod multos multipliciter scandalizat cor tuum ne timeres Dominum indurasti et malleum velut stipulam reputans non solum predictas contempnis sententias tamquam in profundum veneris peccatorum verum etiam spiritu ad superbiam obfirmato contra predictum archiepiscopum et suos inique connunotur patrimoniales domos ipsius funditus per E. Velasci et homines suos M. Bigal pretorum et concilium Colimbriensi subverti fecisti et ad ecclesiam suam sathane satellites videlicet S. Suerii M. Gonsalvi milites R. iudicem M. Stephani J. Petri et concilium Vimaransensi destinans cellaria et alia bona eius post appellationem ad sedem apostolicam interpositam per eos non sine nota forsitam sacrilegii occupasti propter quod et in eos idem archiepiscopus excommunicationis sententiam promulgavit. Nec hiis contemptus ut ex ascendente superbia tua quod Deum oderis latius divulgares manus tuas ad insolita extendisti eiusdem archiepiscopi vineas et arbores non solum succidi sed eradicari faciens et comburi. Et nunc rex intellige sunt hec opera catholici principis an tirampnius. Utinam saltem exemplo pharaonis regis Egipti qui veri Dei notitiam non habebat inter sanctum discerneres et prophanum ne ad subiugandas tibi res ecclesiasticas inhiareres cui cum per Joseph tota terra Egipti fuerit subiugata sola terra sacerdotum remansit libera et exempta quin etiam sacerdotibus statuta cibaria ex orreis publicis prebebantur. Vel utinam Oze pena te ne ad sancta manum extenderes terruisset qui pro eo quod arce inclinate manum apposuit ut substentaret eandem percussus obiit Domino ulciscente cum ex culpa simili similem immo ex graviore graviorem debeas formidare vindictam. Sed ad hec cur in archiepiscopum virum utique litteratura et honestate conspicuum desevisisti. Non ne Nathan propheta David regem corripuit increpando et Isaias Ezechie dixit morieris tu et non vives. Et tamen neuter ex inde invictam pertulit sed honorem. Et quidem quanto eundem archiepiscopum intendis gravius persequi tanto sibi causam das gratie ac glorie portioris cum beati sint qui persecutionem propter iustitiam patiuntur. Sed preter periculum anime quod quasi serio tibi paras famam tuam enormius dehonestas multis dicentibus ecce homo que sibi Deum non posuit adiutorem sed speravit in multitudine divitiarum suarum et in sua prevaluit vanitate. Ut autem vel nunc fosso pariete incutis tue illuminet Dominus cor tuum radio rationis et visis abhominatibus tuis pessimis abhominatus easdem

reicias et ad salutaria dirigaris celsitudinem regiam rogamus monemus et hortamur attente obsecrantes per aspersionem sanguinis Ihesu Christi quatinus culpas tuas humiliter recognoscens converti festines ad Dominum qui libenter ignoscit avertetis faciem a peccatis quas penitens peccator advertit et ab ecclesiarum seu ecclesiasticarum personarum gravamine omnino desistens memorato archiepiscopo et ecclesie Bracharense de dampnis et injuriis sive ante excommunicationem sive post eidem illatis plenarie satisfacere non postponas ita quod offensam redimas precedentem et in gratiam te adveas potioem et nos te quasi admonita nostra conversum debeamus non immerito carius amplexari. Alioquin quantumcumque tibi tamquam precellenti deferre velimus quia tamen non debemus deferre homini contra Deum qui magnum ut parvum iudicare tenemur nolentes tantos excessus relinquere incorrectos ne videremur quasi auctoritatem prestare aliis excedendi. Venerabilibus fratribus nostris ⁴⁵⁵ Palentiensi ⁴⁵⁶ Astoricensi et ⁴⁵⁷ Tudensi episcopis nostris damus litteris sub pena officii et beneficii firmiter in preceptis ut predictas excommunicationis et interdicti sententias quas ratas habemus et firmas per totum regnum tuum et provinciam Bracharensi sollempnum publicantes et revocantes singulis diebus dominicis et festivis eas faciant firmiter observari et reliquam terram tuam supponant ecclesiastico interdicto. Et quia per annum et amplius diceris in excommunicatione durasse nisi forsitan infra competentem ab eis terminum prefigendum post monitionem eorum ad ecclesiasticam redieris unitatem poteris non immerito formidare ne omnes vassallos tuos a fidelitate tua penitus absolventes et quoslibet qui tibi adhererint excommunicationis vinculo innodantes exponamus occupandam regibus et magnatibus ac aliis quibuslibet terram tuam ita quod cedat in ius perpetuum occupantium ut tandem sera tibi sit penitentia post ruinam qui noluisti eam cum potueris evitare. Datum Lateranum XI kalendas januarii. Pontificatus nostri anno quinto.

259. 1220.12.22 – Latrão

O papa Honório III, pela bula «Cum enim scias», dirigida a D. Afonso II, acusa o rei de não defender os privilégios e bens da Ordem do Templo em Portugal e de os atacar, tendo tomado conhecimento da situação pelo arcebispo de Braga, que se queixara ao papa de abuso do rei. Documento em português. ANTT. Bulas, mç. 35, n.º 31⁴⁵⁸

Esta é a carta de papa Honório

Honório bispo servo dos servos de Deus. Ao nobre rey de Portugal spirito de são conselheiro etc. Rey tu sabes ou deves a saber que todo poder é dado de Deus tam solamente ca el soo a poder en o reyno dos homens e faz o que quer sobre todo.

⁴⁵⁵ Espaço em branco separado por dois pontos que corresponderia ao espaço para inscrever a inicial do bispo.

⁴⁵⁶ Espaço em branco separado por dois pontos que corresponderia ao espaço para inscrever a inicial do bispo.

⁴⁵⁷ Espaço em branco separado por dois pontos que corresponderia ao espaço para inscrever a inicial do bispo.

⁴⁵⁸ Documento em português redigido após o documento em latim.

Porem devyas a husar do poder real que ty Deus deu a prazer del aguardando justiça per que os reys son exalçados e segundo piadade que val sobre todas as que indo de graça en graça e de vertude en vertude canbes o reyno terreal pelo reyno do Ceo o qual Deus prometeu aos que o amam. Mays nos com graça do o dizemos o que nos disserom muytos e braadarom que tu tornasti o teu poderio contra Nostro Senhor e desprezando o affaçanhadamente reve las contra el. E antre os outros agravamentos per que o assanhas sen medo trabalhaste sen piadade de sujar con teu reyno a Sancta Eygreja sa sposa quitamente que el remiui pelo seu sanguy enponendo colheyas e outros agravamentos que se nom podem sofrer aas eygrejas cathedraes e aas outras e aos moesteyros e aos spitaes e aa cavalaria do Tenpre e a outros logares religiosos e aos crerigos. E outrossy revogando sen guisa as doações que fezisty aas eygrejas e aas pessoas eclesiasticas. E porque o honrrado nosso hirmão arcebispo de Braga assi come homem que ama a ta saude e quer livredoem de Sancta Eygreja non te queria affaagar em estas cruizas nem devya temendo que se a paravra de Deus tevesse legada na boca e ty nom demostrasse as tas maldades e tu en tas maldades morresses demandar lh'ia Nostro Senhor o teu sangui <pecado>. Amoestou te muytas vezes assi como padre que ama filho en spirito de manssidoem. E depouys frontou te ante bispos e outras religiosas pessoas que tu partindo te desta maldade leixasses as eygrejas e as pessoas eclesiasticas husar de sa livredoem. E corresses melhor teus costumes que deseasti muy sen guisa com putas <maas molheres> leixando ta molher leedima. May tu a que deavya prazer das boas paravos e deavyas arreceber os moestamentos da qual que queria dar ta alma a Deus en tal que fosse mayor prazer aos angyos de Deus sobre huum pecador que peendencia fizesse ca sobre noveem et justos que com soberilha <loucura> dizem que nom am mester peendencia. E tu nom endeytasty tan solamente os amoestamentos e os castigos a qual cousa e sinal d'omem pecador. Mays despreçando o castigo e o corregimento braverasty contra as eygrejas e contra as cousas das eygrejas. Porende esse arcebispo amator de deryto nom querendo mays amar a pessoa do homem ca a de Deus nem querendo que a spada da meeziã de San Pedro lhi colhesse furrugem en a mão husando dela assi como devya scomungou ty e Pedro Eanis e Gonçalo Meendez teu chanceler e outros teus conselheyros que te affagavam en tas maldades e pos entredicto en seu arcebisnado que tu ferido de taes sentenças saasses e te te tornasses a Deus. E o que nos e muy grave per que muytos son scandalizados esforçasti <corrigentasty> teu coração por nom temeres. E semelhando ti este malha leve come aa resta depreças as dictas sentenças assi como a qual que en e con fundo dos pecados e firmando teu coração a sobervha movendo te mal contra esse arcebispo e contra os seus fezisty derribar as casas do seu patrimonyo de pee per Gil Vaasquez e per seus homens e per Martim Bigal alcaide e pelo concelho de Coynbra e mandando aa sa eygreja os sergentes do demo, convem a saber, S. Soarez e M. Gonçalviz cavaleiros e R. juyz

M. Stevez J. Perez e o concelho de Guymaraaes filhasty per eles depoys que apelou aa corte de Roma seus celeyros e outros seos beens non sen magoa de sacrelegyo e por esto scomungou vos o arcebispo. E tu non te teendo por avondando desto con ta sobervha affaçonhares mays que a desamares Deus estendesty tas maaos ao que non soyas e talhasty as vinhas e as arvores desse arcebispo e fezisty as derreygar e queymar. E rey son estas obras de princepe catolico ou de princepe cruevil. E mandasse Deus que tu soubesses de partir antre a santidade e a heresia al meos pelo exenpro de faarom rey do Egipto que non conhocia o verdadeyro Deus que tu non quisesse sujugar pera ty as cousas da Eygreja. E como quer que afaarom toda a terra do Egipto fosse sujugada a terra se o dos sacerdotes foy livre e exenta e os manjares stabeleçudos davam aos sacerdotes das talhas do comum. Ou mandasse Deus que a pena de Oze te spantasse en tal maneyra que non estendesses ta mão contra a santidade. Ca Oze por que pos a maaos na arca da santidade que queria caer que a sofresse pola sa maldade caeu a arca sobr'el e matou o e assi se vingou Deus del. Porem debes tu a temer que nom ajas per tal culpa tal vendita mays por muy mayor mayor [sic] vendita. E dy porque braveasty assi contra o arcebispo que e tam leterado e tam honesto. Dy non castigou Natam o profeta el rey Davi doestando o. E Isayas disse a Ezechiel tu morreras e nom viveras e pero nenhuum deles non no teve por deshorrta mays por honrra. E quanto entendes mays perseguyr esse arcebispo tanto lhi mays das de graça e de groria ca beentos son os que padecem pesseguição por justiça. E tu en perigo o de ta alma doestas ta nomeada. Ca dizem muytos ey lo homem que nom quis Deus en sa ajuda mais pos sa asperança en acrecentar sas riquezas e valeu en sa vaydade. Por esto acrecente Deus e alumee teu coraçom de razom en guysa que avorresces as maes que fezisty e que os deytes de ty e que te derences a saude de ta alma. Rogamos te amoestamos te afficadamente pelo sangui que Nostro Senhor espargeu por nos que conhoscas tas culpas homildosamente e te convertas a Deus que de boa mente perdoa e volve seu rosto dos pecados que o pecador tolhe de sy e te quites de todo en todo d'agravar as eygrejas e as pessoas eclesiasticas e corregas compridamente aa Eygreja de Braga os danos e as perdas e as forças que lhi fezisty assi ante a scomunhom come depoys en tal guisa que o mal que lhi fezisty tornes en graça e nos que te deajamos a amar come aquel que se volve de mal a beem per nossas moestações. E en outra guisa como quer que te nos queiramos honrrar assi come rey pero por que non devemos a honrrar homem contra Deus que assi devemos a julgar a grande come o pequeno non queremos tantos maaos feytos leixar sen corrigimento nem nos digam que damos aos outros poder de pecar. Damos aos honrrados nossos hirmãos bispo de Palença e d'Astorga e de Tuy en mandado per nossos letras so pena d'officio de beneficio que eles publiquem as sobredictas sentenças de scomunção e d'interdito as quaes nos firmes avemos per todo teu reyno pela provincia de Bragaa e a renovem cada domingo e cada festa e as façam

firmemente aguardar e que ponham eclesiastico interdito en toda a outra ta terra. E porque dizem que a ja huum ano e mays que eu durar en a scomungaçom se per ventura te non tornares <volveres> aa Sancta Eygreja ata huum termho convenavil que eles assiinaram con dereyto poderas temer que nos assolveremos teus vassallos da fieldade <vassalagem> que ti fezerom e quem quer que te servha scomunga lo emos e mandaremos filhar ta terra a reys e a grandes homens e a outros quaesquer en tal guisa que a ajam pera sy pera sempre e depouys que te repeedas e por que non quisisty screver esto depouys non no possas recobrar.

260. 1221.05

O concelho da Guarda doa a D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, e seus freires, o lugar de Cabeça de Touro, ficando montes, fontes e rios comuns ao concelho e à Ordem, e que suas bandeiras não juntas no exército do rei.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 176r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 113v-114r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 212v-213r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 86-87
Publ. Costa 1771, n.º 44, pp. 258-259

In Dei nomine et eius gracias. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod nos concilium de Guarda nostra spontanea voluntate pro remissione nostrorum peccatorum offerimus et damus et concedimus Deo et Ordini Templi et vobis donno Petrus Alviti magistro eiusdem Ordinis et vestris successoribus Capud Tauri cum terminis videlicet per capud de Cornudela deinde ad Pinal et per Cacumina montis aqua vertente ad Sagaizales deinde ad portam de Sagaizalibus et per riparium donec intrat in Bovem et per aquam Bovis donec cadit in Colam et deinde ad sursum quantum nos ibi habemus et vos aquirere potueritis. Montes et fontes et flumina sint omnia inter nos et vos. Et in exercitum domni regis ubi fuerit nostrum concilium de Guarda eat vestrum concilium nobiscum et vestrum vexillum cum nostro. Siquis igitur de nostra parte vel de vestra venerit vel venerimus qui hoc factum irrumpere temptaverit pectet alteri parti mile aureos et in super inquisierit tantum alteri parti in duplo componat et pactum stabile in perpetuum. Facta carta mense madii sub Era M^a CC^a L^a IX^a. Regnante domno rege A. domnus Guarda. Gunsalvus Menendi pretor. Menendus Anaia alcaides ipsius temporis. Domnus Dominicus. Gussalvarius. Johannes Martini. Egeas Gunsalviz. Gunsalvinus. Petrus Iohannes iudice. Domnus Paiam. Nos supranominati pretor alcaides et concilium qui hanc kartam iussimus facere illam coram ydoneis testibus nostris manibus roboramus. Et pro robora de illa C aureos a vobis accepilus. Qui presentes fuerunt testes. Pretor et alides et omne concilium citatis Guarde et Petrus Fernandi domni regi capelani et Petrus Petri zaquitarius et Vicentius Martiniz et Stephanus Petri pretor Leyrene et concilium eiusdem ville qui stabant faciendo castellum civitatis Guardie per mandatam domni regi. Cantor J. Gonsalvi.

261. 1221.06 [A]

Fernando Eanes e sua mulher, D. Odrozia, doam à Ordem do Templo vários bens no termo de Linhares, sob certas condições.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 176r-176v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 115v⁴⁵⁹; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 216v-217r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 87-88

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego donnus Fernandus Ihoannis et uxor me donna Odrozia in nostre salute et pro remedio animarum nostrarum offerimus Deo nos et Ordini Templi in huc modum ut quando transierimus ab hoc mundo mediatis nostre hereditatis integra et nostris scensus mobilis remaneat Ordini Templi preter vineam da Dorna cum sua hereditate et preter almuniam de casa leprosororum cum sua hereditate et preter hoc de Guimaranes das Charnichas et ipsas de Avilanas et ipsas de Alvarado et ipsas de Texera de Sancto Antonio et ipsas de domo factas et infactas super corredora et sub corredora. Et ipsas capimus ut demus aliis ordinibus et nostris parentibus et preter ipsos terrenos quos habemus ubi fuit Turris Maior primum ubi fuerunt nostre domus tali pacto ut vestiant nos ambos de brunetis aut de verdis, mantos et sayas et calcias et dent nobis porziones velud aliis fratribus quando voluerimus et recipiant nos quasi alios fratres et doceant et faciant nostros filios esse milites qui aucti fuerint ad faciendum et dent nobis de aliis pecuniis quibus indigerimus. Et mandamus tres molinos et unum casale in Mazinas post obitum nostrum Ordini pro quanto acceperimus ex illo et accepimus sine medietate. Et nullos sit ausus hoc contradicere etsi forsitam contradixerint sit maledictus et pectet mile aureos Ordini. Et ipse Ordo habeat vineas do zerro de Figueroa sine particione. Et istas hereditates sunt in termino Linares.

Facto plazo mense junii Era M^a CC^a L^a IX^a. Ego Fernandus Ihoannes et uxor mea Odrozia in isto plazo manus nostras roboramus. Pro testes Petrus. Ihoannes. Pelagius. Gonsalvo Menendi ricomem. Judice. Gonsalvo Martiniz. Vicario. Furtado. Pretore. Menendo Anaia.

262. 1221.06 [B]

Mendo Peres e sua mulher, Maria Ordonhes, doam à Ordem do Templo metade da sua herança.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 176v⁴⁶⁰ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 115v-116r⁴⁶¹; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 217r-217v

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint homines tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Menendus Petri et uxor mea

⁴⁵⁹ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

⁴⁶⁰ Documento incompleto, fólio seguinte rasgado.

⁴⁶¹ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

Maria Ordoniz in nostra salute et pro remedio animarum nostrarum offerimus nos Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transierimus ex hoc secculo veniant due partes de quanto haberimus in hereditate et in censu ad Ordine Templi. Facto plazo mense junii. Era M^a CC^a L^a IX^a. Et nos supradicti in isto plazo manus nostras roboramus. Pro testes Johanne. Martino. Suerio. Gonsalvo Menendi ricomem. Judice. Gonsalvi [Martini. Pretor. Menendo Anaia. Vicario. Furtado]⁴⁶².

263. 1221.06 [C]

Pedro Peres doa à Ordem do Templo metade da sua herança.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116r⁴⁶³ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 217v

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Petrus Petri in mea salute et pro remedio animarum mearum ofero me Deo et Ordini Templi in hunc modum ut quando transiero ex hoc mundo medietas integra de quanto habuero remaneat Ordini Templi. Facta carta mense junii sub Era M^a CC^a L^a IX. Ego Petrus Petri in isto plazo manus mea roboro. Pro testes Petro. Johanne. Martino. Gonsalvo Menendi ricomem. Iudex. Gonsalvo Martini. Precter. Menendo Anaia. Vicario. Furtado.

264. 1221.06 [D]

Pedro Ruivo doa à Ordem do Templo metade da sua herança.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116r⁴⁶⁴ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 217v-218r

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Petrus Rubeus in mea salute et pro remedio anime mee ofero me Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transiero ex hoc seculo medietas integra de quanto habuero remaneat Ordini Templi.

Facta plazo mense junii sub Era M^a CC^a L^a IX^a. Ego Petrus Rubeus in mea salute in isto plazo manus mea roboro. Pro testes Petrus. Et Johannis. Martinus. Gonsalvo Menendi ricomem. Iudex. Gonsalvo Martiniz. Menendus Anaia. Alcaide. Vicario. Furtado.

265. 1221.06 [E]

Martinho Atalaero doa à Ordem do Templo uma meia herança em Valongo (bispado da Guarda).

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 178r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116v⁴⁶⁵; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 219

⁴⁶² Reconstituição do texto com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 115v-116r.

⁴⁶³ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

⁴⁶⁴ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

⁴⁶⁵ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Martinus Atalaero in mea salute et pro remedio anime mee offero me Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transiero ad hoc seculo medietas integra de quanto habuero in Val Longo remaneat Ordini Templi.

Facta karta mense junii sub Era M^a CC^a L^a IX. Ego Martinus Atalaero in isto plazo manus meas roboro. Pro testes Petrus. Johannes. Martinus. Gonsalvo Menendo ricomem. Iudex. Gonsalvo Martiniz. Menendo Anaia. Pretore.

266. 1221.07 [A]

Pascal e sua mulher doam à Ordem do Templo metade da sua herança.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116r⁴⁶⁶ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 218r

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Pascalis et uxor mea in nostra salute et pro remedio animarum nostrarum offerimus Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transierimus ex hoc seculo medietas integra de quanto habuerimus remaneat Ordini Templi.

Facta karta mense julii sub Era M^a CC^a L^a IX. Nos supranominati in isto plazo manus nostras roboramus. Pro testes Petro. Johanne. Martino. Gonsalvo Menendi ricomem. Iudex. Gonsalvo Martiniz. Preter. Menendo Anaia.

267. 1221.07 [B]

Pedro de São Tiago da Teixeira doa à Ordem do Templo metade da sua herança.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116r⁴⁶⁷ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 218r

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Petrus de Sancto Iacobo da Texeira in mea salute et pro remedio anime mee offero me Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transiero ex hoc seculo medietas integra de quanto habuero remaneat Ordini Templi.

Facto plazo mense julii sub Era M^a CC^a L^a IX^a. Ego Petrus supradictus in isto plazo manus meas roboro. Pro testes Petro. Johanne. Martino. Gonsalvo Menendo ricomem. Iudex. Gonsalvo Martini. Menendo Anaia. Alcaide.

⁴⁶⁶ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

⁴⁶⁷ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

268. 1221.07 [C]

Lopo da Teixeira doa à Ordem do Templo uma vinha.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116v⁴⁶⁸ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 218v

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Lubo da Taxeira in mea salute et pro remedio anime mee offero me Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transiero ex hoc mundo una bona vinea quam habe contra Azina remaneat Ordini Templi integra. Facto plazo mense julii sub Era M^a CC^a L^a IX^a. Ego donnus Lopus in isto plazo manus meas roboro. Pro testes Petro. Johanne. Martino. Gonsalvo Menendo ricomem. Iudex. Gonsalvo Martiniz. Menendo Anaia. Alcaide.

269. 1221.07 [D]

D. Bom doa à Ordem do Templo um terço da sua herança e bens móveis.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116v⁴⁶⁹ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 218v

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego donnus Bonnus in mea salute et pro remediis peccatorum meorum offero me Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando ego transiero tercia pars totius mee hereditatis integra et mei census mobilis remaneat Ordini de Templo.

Facta karta mense julii sub Era M^a CC^a L^a IX^a. Ego donnus Bonnus in isto plazo manus meas roboro. Pro testes frater Ihoannis. Petrus Alcaides. Dominico Martiniz. Egeas Gorizo. Et Petro Unoriguid cum sociis suis. Iudex. Gonsalvo Martiniz. Vicario. Furtado. Gonsalvo ricomem. Menendo Anaia. Pretore.

270. 1221.07 [E]

D. Lopo de Afirero e sua mulher doam à Ordem do Templo duas partes da sua herança.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 177v-178r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 116v⁴⁷⁰; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 219r

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego donnus Lopus da Afirero et uxor mea in nostra salute et pro remedio animarum nostrarum offerimus nos Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transierimus ex hoc seculo due partes de quanto habuerimus remaneant Ordini Templi.

⁴⁶⁸ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

⁴⁶⁹ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

⁴⁷⁰ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

Facta carta mense julii sub Era M^a CC^a L^a IX^a. Nos supradicti in isto plazo manus nostras roboramus. Pro testes Petrus. Johannes. Martinus. Gonsalvo Menendi ricomem. Iudex. Gonsalvo Martini. Menendo Anaia pretor.

271. 1221.07 [F]

João Calvo doa à Ordem do Templo meia vinha em Valongo e outros bens.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 178r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 116v-117r⁴⁷¹; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 219r-219v

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Noverint tam presentes quam futuri presentem paginam inspecturi quod ego Johannes Calvus in mea salute et pro remedio anime mee offero me Deo et Ordini Templi in hunc modum. Ut quando transiero ex hoc seculo una media vinea que iacet inter Petrum Gomecii et Johanne Gordum et una cuba de VI palmis et duas pezas de hereditate in Val Longo remaneant Ordini Templi.

Facto plazo mense julii sub Era M^a CC^a L^a IX^a. Ego Johannes Calvus in isto plazo manus meas roboro. Pro testes Petro. Johanne. Martino. Gonsalvo Menendo ricomem. Iudice. Gonsalvo Martini. Menendo Anaia pretore.

272. 1221.09

Pedro Gomes doa à Ordem do Templo os seus bens em Valadares.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 3* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 95r-95v

Sciant omnes homines tam presentibus quam futuris qui hanc kartam audierint vel viderint legere quod ego Petrus Gomecii nullus me cogente et in tempore salutis mee et expontanea mea voluntate facio Deo et mansioni Templi Tomaris comendatori donno Martinus Gunsalvi et fratribus eiusdem mansionis kartam de tota tertia mea hereditate quam habeo in Valadares et ubi potuerint invenire. Et si forte aliquis venerit qui hoc meum factum et mandatum voluerit irrumpere quantum quesierit tantum in duplum componat et donno terre aliud tantum et in super C libras⁴⁷² auri puri. Facta carta mense setembris Era M^a CC^a L^a VIII^a. Qui presentes fuerunt frater P. Manzanaria testis. Frater Vincentius testis. S. Gometii frater eius testis. Donnus Thomas presbiter testis. Martinus Petri presbiter testis. Martinus Martini testis. Martinus clerici testis. Donnus Vermudus et donnus Matheus testes.

⁴⁷¹ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado da Guarda.

⁴⁷² Palavra corrigida.

273. 1222.08

D. Mendo Gonçalves, comendador da Ordem do Templo e comendador de Pombal, vende a Fr. Fernando Martins, comendador de Tomar, e a todo o convento, uma herdade, caneiros e bocais que a comenda de Pombal tinha acima do rio Zêzere, que é Alvarangel, termo de Tomar.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 19*⁴⁷³ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 100v*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 32v*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 59v-60r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, p. 72*

In Dei nomine. Hec est karta venditionis venditionis [sic] et firmitudinis quam iussimus facere ego frater donnus Menendus Gunsalvis tunc comendator Templi in Portugalie et de Palombar quam tunc tenebam pro baulia unam cum omnibus fratribus qui ibi tunc erant permanentes vobis fratri donno Fernando Martiniz tunc comendatori de Tomar et toto vestro conventui de tota ipsa nostra hereditate et de caneiros et de bocaes quos habuimus in tota ripa de Ozezar. Vendidimus eos vobis pro precio quod a vobis accepimus scilicet unum mantum quia tantum nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vos nichil remansit in debito pro dare. Igitur ex hac die totum hoc vos liberum et sine ullo impedimento habeatis et omnis vestra posteritas in domo de Tomar. Sed siquis surrexerit qui hoc nostrum factum frangere voluerit non sit ei licitum et quantum inquisierit tantum in duplum componat et quantum totum hoc fuerit melioratum.

Facta karta firmitudinis mense augusti Era M CC LX. Nos supranominati qui hanc kartam fieri iussimus coram bonis hominibus vobis eam octoriza<vi>mus et confirmavimus et hec signa [SINAL] fecimus. Qui presentes fuerunt. Donnus Menendus Tio. Pelagius Mazaneira capellanus. Petrus Menendiz decimarius affirmant. Frater Vincencius. Frater Martinus de Olival. Frater Menendus Zapateirus testes. Frater Johannes de Castello. Frater Martinus Pequeno. Frater Munio Nuniz affirmant. Pelagius Calieza. Gunsalvus Menendiz. Andreas Petriz teste. Donus Tomas presbiter notuit.

274. 1222.12

D. Fernando Martins, que fora comendador de Tomar, e os seus freires, aforam a Mendo Ruivo a herdade de Fonte de Carvalho, no termo de Beselga.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 6* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 42r*

In Dei nomine. Sciant presenti ac futuri qui hanc kartam viderint vel legere audierint quod ego donnus Fernandus Martinz tunc temporis comendator de Tomar una cum omnibus nostris fratribus tunc ibi permanentibus damus per hoc forum ad Menendum Rubeum ipsam nostram hereditate de Fonte de Carvalio que est in termino de Beselga circa Carrapatosum quomodo dividit cum ipsis de Carregueira

⁴⁷³ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 480, está datado de 1252, provavelmente por ter sido lido era de 1290, o que seria ano de 1252, mas o X não é apado.

per aquam de Calvo et de altera parte quomodo dividit per aream veteram de Mouta et per Espiga de Monte de Valle de Olival et ex inde quomodo divit per aquam cum ipsis de Turribus Novis hanc hereditatem ei et posteritati sue damus iure et in hereditario ut semper annuatim nobis et successoribus nostris de ipsa que modo rupta est det inde nobis quartam partem de pane et de vino et de oleo <et de lino> et de leguminibus et de ipsa quam rumperit ad primum annum det inde nobis sextam partem et ad secundum annum quintam partem et ad tertium et iam semper quartam sicut facit de tota altera rupta et semper pro natale Domini det nobis unam fugazam de duobus alqueires de tritico et unum capom vel unam bonam gallinam et X ovos et semper debet esse iudicatus de alteris foris sicut sunt iudicati ipsi de Carregueira. Concedimus etiam ut istam hereditatem labore et plantet et edificet et faciat in ea melius quam potuerit et vendat et donet eam cuicumque voluerit qui sit noster homo et in nostra potestate et qui semper hoc supranominatum forum faciat nobis et successoribus nostris. Igitur ex hac die nullus potestatem habeat hoc nostrum factum frangendi nec minuendi sed firme et stabile sit in perpetuum. Facta fuit hec carta mense decembris sub Era M^a CC^a LX^a. Ego supra nominatus comendator una cum omnibus nostris fratribus hoc pactum et hanc kartam confirmamus qui presentes fuerunt frater donnus Johannes Nuniz. Frater Suarius Martiniz tunc pretor in Tomar. Frater donnus Menendus Tio. Frater Nunio Nuniz. Frater Menendus zapateiro. Frater Simeon faber. Frater Dominicus clavivularius. Frater Fernandus portitor. Frater Stephanus capellanus afirmaverunt.

275. 1222.12.26

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, doa a Pedro Ferreiro e a sua mulher, Maria Vasques, a albergaria de Asseiceira (Tomar).

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 4⁴⁷⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 12, fls. 128v-129v

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritu Sancti amen. Ego frater Petrus Alviti in quibusdam partibus Ysphanie [*sic*] Milicie Templi magister una cum omnibus fratribus nostris in Portugalie permanentibus divina gratia in nobis spirante et nullis causis nobis cogentibus sed integra et bona voluntate ad servitium et ad honorem Dei Patris omnipotentis et Beate virginis Marie et omnium sanctorum et mansionis Templi et ad salutem animarum nostrarum et omnium fidelium christianorum damus Deo et tibi Petro Ferrario et uxori tue Marie Valasquiz ipsam nostram albergariam de Saiceira liberam et sine ullo impedimento quam iam aliis ad populanda dederamus qui eam inheremo depopulatam relinquerit et quia tibi multi in ospitio deficiebant et alatronibus et perversis hominibus periclitabantur

⁴⁷⁴ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 494, está datado de «1252, Dezembro, 26», porém o X não é aspadado.

qui multos ibi expoliabant et vulnerabant et occidebant et locum ipsum tantum erat necessarium ad populandum transeuntibus qui ibi karitative preciperentur. Nam intelligimus quod vos ibi melius et magis Dei servitium facere poteris quam omnes alii quibus locum ipsum antea ad populandum declaramus qui illud de populatum relinquerit. Ideoque vobis et suscesoribus vestris illud concedimus cum omnibus suis terminis quos per nostrum preceptum vobis divisit frater Fernandus Martinz tunc preceptor de Tomar cum pretore frater Suario Martinz et cum nostris iudicibus Pelagio Cabeza et Gunsalvo Menendiz et maiordomo Romeo Pelagiz et notario domno Toma presbitero et Gometio Gonsalvez et Nuno Menendiz et Andrea Petriz et Iohanne Barata et Iohanne Valasquiz silicet per conchaadam de Beselga quomodo vadit estrada Colimbriana ad Sanctarene et deinde ad capud de inter ambabus lagonis ubi ipsi supranominati unum marchum in estrada firmaverit et ex inde ascendente ad cumem montis ubi alterum marchum fixerunt deinde ad Barosam directe ad cumem de Capite Caneire que vadit ad collum de Almoiriol et per ipsum vallem de Proantem quomodo inde intrat aqua in Camolina et per ipsam aquam quomodo trascendit per viam que vadit ad Ablantes et per viam que venit ad primam estratam Colimbrianam ubi ipsi inceperunt dividere istos terminos et ubi confirmaverunt unum marchum inter ambas stratas. Per istos terminos supranominatos cum omnibus nobis ibi pertinentibus vobis liberam et franquidam ipsam albergariam damus et concedimus ut iure et in hereditario in perpetuo habeatis et possideatis et populetis et plantetis et hedificetis melius cunque volueritis et potueritis ad Dei servitium faciendum et ad honorem et ad <h>utilitatem mansionis Templi et concilii de Tomare. Si autem aliqui homines ad ipsam albergariam accedere voluerit et ibi vivere ut habitare et laborare et plantare et hedificare voluerint sint defensi et imparati ut nullus eis injuriam nec malum faciat et per consilium et auxilium Dei atque nostri senper illam teneat homo de genere vestro qui eam magis valuerit et qui ibi melius servicium Dei et hutilitatem ipsius albergarie fecerit et karta vel donatio que contra vos veniat. Nihil valeat. Sed ista permaneat in eternum. Si forte aliquis surrexerit tam de nostris quam de suscessoribus nostris quam de extraneis qui hoc nostrum factum frangere voluerit et super hoc locum vobis contrarium dare voluerit quod minime credimus contrarium eius nihil valeat nec sit ei licitum et ultione Dei confringatur et cum diabulo pereat in eternum nisi se prius correxerit satisfacione. Et hec donatio <et> karta nostra senper suum robur teneat. Facta fuit hec karta mense decembris in die Sancti Stephani in obtavis [sic] Natalis Domini sub Era M^a CC^a LX^a nos supranominati qui hanc kartam fieri iussimus coram fratribus et laicis vobis eam obtorizavimus et confirmavimus et hec signa [SINAL] fecimus et ut hec karta et donatio nostra melius suum robur obtineat in pressione sigilli nostri muniri fecimus. Qui presentes fuerunt et hoc viderunt et audierunt frater Gunsalvus Suariz comendator de Castello Blanco affuit. Petrus Sugerii notarius magistri. Frater Vincencius ibi capellanus affuit. Frater Gunsalvus

Martiniz manescallus magistri affuit. Frater Vincencius subcomendator ipsius loci affuit. Frater Petrus Iohannis pretor ipsius loci affuit. Frater Martinus Menendi cavincularis ipsius loci affuit.

276. 1223.05 – Lisboa

*D. Sancho II doa à Ordem do Templo o padroado da igreja de Soure*⁴⁷⁵.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 3* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 14, n.º 5*⁴⁷⁶; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 57r-57v⁴⁷⁷, fl. 81r⁴⁷⁸ e fl. 130r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 123v⁴⁷⁹; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 232r-232v⁴⁸⁰; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 65r-66r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 38-39⁴⁸¹ e p. 52⁴⁸²; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 52r-52v
Publ. Costa 1771, n.º 47, pp. 262-263; Bernardino 2003, n.º 1, pp. 163-164

In Dei nomine. Hec est carta donationis et perpetue firmitudinis quam iussi fieri ego Sancius Dei gratia Portugalie rex Ordini Templi de iurepatronatus quod habebam in ecclesia de Sauri. Et concedo ut habeat ipsam iuspatronatus iure hereditario in perpetuum. Hoc autem facio pro amore Dei et Beate virginis Marie et pro rogatu et amore domni Petri Alvitiz quondam magistri Templi. Quicumque igitur hoc factum meum integrum observaverit sit benedictus a Deo amen. Qui vero illud infringere attemptaverit iram Dei omnipotentis incurrat et quicquid ipse fecerit successor eius totum in irritum deducat. Facta fuit hec carta apud Ulixbonam mense maio Era M^a CC^a LX^a I^a. Ego supranominatus qui hanc cartam fieri precepi coram subscriptis eam roboravi et in ea hoc sig + num feci. Qui affuerunt donus Petrus Iohannis maiordomus curie confirmo. Donnus Martinus Iohannis signifer domni regis confirmo. Donus Gunsalvus Menendiz confirmo. Donnus Iohannes Fernandiz confirmo. Donnus Garsia Menendiz confirmo. Donnus Rodericus Menendiz confirmo.

⁴⁷⁵ Segundo Viterbo, D. Sancho faz «esta Doação pro Amore Dei, & Beatæ Virginis Mariæ, & pro rogatu & amore D. Petri Alviti, quondam Magistri Templi», D. Pedro Alvito já teria renunciado ao mestrado da Ordem do Templo nesta data (Viterbo, ed., 1799, p. 366).

⁴⁷⁶ Inseto no documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

⁴⁷⁷ Inseto no documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

⁴⁷⁸ Inseto no documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]. Inseto também em 1316.09.25 (ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 52-53; ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 14, n.º 5*; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 81r-81v).

⁴⁷⁹ Inseto em documento não datado «a qual vay emcorporada nhum instrmento publico». Inc. fl. 123r: «Post hec in supra dicto die et era idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit coram predicto domno Olisbonensi et aliis episcopis et personis superius et inferius nominatis alias duas cartas diversorum temporum et locorum sigilatas sigillis cereis pendentibus in cordis sericis quæ videntur domni regis Santii super donatione iuris patronatus ecclesie de Soure quarum una continet in se prellatos et barones seu nobiles confirmantes et quosdam alios testes testificantes quæ in alia quæ est scripta in minori forma minime continentur quarum litterarum unius tenor talis est [...]». [*Insere o traslado do documento de 1223.05 – Lisboa*] «Item tenor alterius cartæ de minori forma dignoscitur esse talis» [*Insere o traslado do documento de 1245.01.20 – Tomar*]. Des. fl. 124r: «tam longitudinis quam amplitudinis». Trata-se do documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

⁴⁸⁰ Inseto num instrumento público não datado, trata-se do documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

⁴⁸¹ Inseto num instrumento público não datado, trata-se do documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

⁴⁸² Inseto num instrumento público não datado, trata-se do documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

Donnus Henricus Menendiz confirmo. Donnus Iohannes Petriz confirmo. Petrus Petri Dominicus Scribanus Fernandus Gunsalvus testes. Donnus Stephanus Bracharensis archiepiscopus confirmo. Donnus Martinus Portugalensis episcopus confirmo. Donnus Petrus Colimbriensis episcopus confirmo. Donnus Suerius Ulixbonensis episcopus confirmo. Donnus Suarius Elborensis episcopus confirmo. Donnus Pelagius Lamecensis episcopus confirmo. Donnus Martinus Egitanienensis episcopus confirmo. Donnus Egidius Visensis electus confirmo. Fernandi Petri Alfonsus Martiniz Garcia Ordoniz testes. Gunsalvus Menendi cancellarius. Dominicus Petri scripsit.

277. 1223.07

Os moradores do concelho de Mogadouro fazem acordo com D. Pedro Eanes, mestre da Ordem do Templo, ficando obrigados a pagar à Ordem os dízimos.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 17⁴⁸³ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 82v e fls. 96v-97r⁴⁸⁴; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 157r-157v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 301r-301v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 158r-158v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 54; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 176v-177r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 447-448 Publ. Costa 1771, n.º 48, pp. 263-264

Sciant presenti ac futuri quod nos concilium de Mogadoiro Deo in nobis spirante et nullo nos cogente sed spontanea nostra voluntate posuimus cum fratre domno Petro Joannis tunc temporis magistro in Portugalia et cum suis fratribus ut semper adnatum bene et fideliter demus decimam de pane et vino et de lino sicut dare semper consuevimus et etiam de racione de vacis et de ovibus et de capris et de porcis et de equabus et de asinis et de comelnis et de alter causa non debemus dare decimam nisi quam voluerimus et pro ista decima non debet ire nec inquirere maiordomus nec saiom sed unusquisque nostrum totam suam decimam de istis supranominatis causis det Deo et mansioni Templi bene et fideliter sine ullo fraude pro remedium animarum nostrarum sic debemus dare pro tota istam supranominata creatione. Scilicet de poldro I solidum de mula unum solidum de mulo unum solidum de joldra femina VI denarios de burra III denarios de bezerro III denarios de cordeiro VII denario de

⁴⁸³ Não escreve o nome dos presentes no ato.

⁴⁸⁴ Nestes fólhos, o texto é um pouco diferente, mas o conteúdo é o mesmo. E tem o nome de todos os presentes. Inc. fl. 96v: «Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod nos consilium de Mogadoiro deo in nobis spirante et nullo nos cogente sed spontanea nostra voluntate posuimus cum fratre domino fratre Petro Johannis tunc temporis magistro Templi in Portugalia et cum suis fratribus ut semper [...]». Des. fl. 97r: «Facta fuit carta mense Julii. Sub era M^o CC LX I^o. Qui presentes fuerunt frater Martinus Roderici afuit. Roy Petriz afuit. Frater Menendus Suariz afuit. Frater Pelagius Gago afuit. Frater Petrus Petriz afuit. Frater Vincentius manescalua domini magistri afuit. Frater Petrus Moniz afuit. Frater Suarius testis. Dominicus Joannis presbiter testis. Donnus Felix presbiter testis. Joanne Mendiz presbiter testis. Donus Egeas diachonus testis. Alcaldes Pelagius Mendiz et Menenduz Gosendiz et Michael Michaelis. Et Joannes Michaelis Tibouba(?) testis. Petrus Laurentius et Dominicus Oveleiro de Penis Rubeis testis. Donnus Stephanus testis. Michael Fernandi testis. Pelagius Mendiz minor testis. Frater Petriz testis. Joannes Oseu testis. Dominicus Michaelis testis et omne concilium de Mogadoyro testis.»

cabrito VII denario de lectone unam mealiam de VIII cordeiros usque ad XV^{cim} debemus dare unum et de magis usque ad XX^{ti} debemus dare nostrum directum quantum ibi advenerit de XX^{ti} debemus dare duos et si magis habuerimus debemus dare similiter de colmenis de X^{cem} unam et si minus habuerimus demus per discretionem nostram quod voluerimus. Nos omne concilium pariter cum domno magistro et cum suis fratribus totum hoc concedimus et confirmamus ut nullis postestatem hoc frangendi nec diminuendi sed firme et stabile sit imperpetuum et quis illud frangere voluerit a Deo omnipotenti sit fractus et pereat in eternum nisi ante se correxerit satisfacione. Facta fuit hec karta mense iulii sub Era M^a CC^a LX^a I^a. Qui presentes fuerunt.

278. 1225.02

Gonçalo Domingues e sua mulher, D. Domingas, doam à Ordem do Templo a herdade de Vencaro, junto de Nossa Senhora de Ceiça, termo de Ourém.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 22⁴⁸⁵ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 80v-81r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 182r-182v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 149r-149v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 51-52

Publ. Gomes 1997, n.º 6, p. 173 (versão do *Livro dos Mestrados*)

In Dei nomine. Sciant omnes quod ego Gonsalvus Dominici una cum uxore mea dona Dominica damus Deo et militie Templi Salomonis ipsam nostram hereditatem de Vencaro que est circa Santa Maria de Ceiça in termino de Ourem et in oriente de illa donnus Egeas et in occidente uxor et filii de Pelagio Moniz in aquilone et in africo estratas. Damus eam spontanea nostra voluntate et nullo nos cogente ut in eternum partem habeamus de omnibus beneficiis que ibi semper facta fuerint et ut ipsa mansio semper eam in hereditario habeat et nullus potestatem habeat ex hac die eam contradicere nec inquirendi et siquis fecerit quod non credimus sit maledictus et excommunicatus et nihil ibi pactum suum valeat et quantum inquisierit tantum in duplo componat et quantum fuerit melioratam et dono terre aliud tantum.

Facta fuit hec carta mense februarii sub Era M^a CC^a LX^a III^a. Nos supranominati qui hanc cartam fieri iussimus coram comendatore fratre donno Laurencio Menendiz et aliis fratribus Templi eis illam damus et concedimus. Qui presentes fuerunt frater donnus Fernandus Martiniz de Tomar affuit. Frater Martinus Gunsalviz comendator de Palombar affuit. Frater Roy Venege affuit. Frater Petrus Roderici affuit. Frater Andreas affuit. Didacus Fartus de Albergaria de Pelagio Romeo testis. Alfonsus Laurentius testis. Martinus filius testis. Garsia Roderici testis. Petrus Pelagiiz de Leirena testis. Fernandus Ioannis testis. Menendus Maramon de Aurem testis. Jullianus Pelagiiz filius de Pelagio Moniz testis. Gunsalvus Gunsalviz testis. Petrus Pelagiiz testis. Menendus Salvatoris testis. Abadinus testis. Donnus Tomas presbiter notuit.

⁴⁸⁵ Documento em mau estado. Leitura feita com o auxílio das cópias.

279. 1225.05

Pedro Ferreiro e sua mulher, Maria Vasques, doam à Ordem do Templo uma herdade em Vale de Orjães e uma outra em Vila Verde.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, mç. 78, n.º 2⁴⁸⁶ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 41r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 74v-75r

In Dei nomine. Sciant omnes homines quod ego Petrus Faber una cum uxore mea Maria Valasquez in nostra bona salute nullo nos cogente sed [spontanea nostra volunta]te dividimus [...] [firmiter] propter remedium a[nimarum nostrarum et filiorum et parentum nostrorum] damus] inde Deo et mansioni Templi cum filia nostra Maria Petri totam [nostram hereditatem de Ordialis] et de Villa Viride et vineas et domos et lagar et cubas cum [...] et semper propter hoc donum quod ibi damus filia nostra ibi magistro [...] [...]ficient tali videlicet pacto hoc ibi damus ut nunquam hereditas ista donetur [...] sed semper sit in servitio Dei et mansionis Templi et nos in nostra vita totum [...] et si aliquis ex nobis obierit ille vel illa qui remanserit [totum hoc supra nominato in vita] sua teneat et post mortem suam totum mansio Templi habeat. In super mandamus ibi maiorem bestiam quam tunc habuerimus et nostram loricam et nostras caligas ferreras et capellum ferreum et scutum et lanceam et spatam et perpuntum et duas baleitas de corno cum suis [carcaxes plenis de sagi]tis et nostrum temptorium et ad sepulture Sancte Marie XX morabitos et quis ex nobis [in hoc seculo remanserit] nostram mandam compleat. Si forte aliquis eam contradicere vel contrarium super eam dare voluerit ab inimico Dei contrarietur et cum illo pereat in eternum et ista nostra ma[n]da firmis et stabilis sit in perpetuum et nullus mihi magis habeat de quanto nos damus et mandamus.

Hoc totum supranominatum Deo et mansioni Templi damus propter remedium animarum nostrarum sicut superius est hostensium et ut semper partem habeamus de omnibus beneficiis que ibi facta fuerint et ut semper omnis ipsius Ordinis ubicumque potuerint adiuvent et consilient et honorent et imparent et deffendant [ab omni] malo omnes de nostra parte qui in hoc seculo remanserint et vixerint. Nullus potestatem habeat hoc [nostrum fac]tum frangendi nec minuendi nec adiciendi sed firme et stabile sit in perpetuum. Et qui illum frangere voluerit ab omnipotenti Deo fractus sit et qui fideliter illud observaverit benedictionem Dei omni tempore habeat.

Facta fuit hec karta in mense madii sub Era M^a CC^a LX^a III^a. Qui presentes fuerunt⁴⁸⁷.

⁴⁸⁶ Documento em mau estado, com manchas e letra apagada. Reconstituição possível do texto com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 41r, que já tem espaços em branco correspondentes a dificuldades na cópia.

⁴⁸⁷ O documento termina aqui, sem acrescentar nomes de presentes.

280. 1226.10

Fr. Fernando Gonçalves, freire do Templo e antigo confreire, doa à Ordem do Templo, na pessoa do mestre D. Pedro Alvito, um casal em Magusto e outro em Mós, além de outros bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 9* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 42r-42v*

In Dei nomine. Ego Fernandus Gunsalvi frater Templi facio kartam de hereditate quam dedi Templo prius unum casalem in Magustim quando me feci confratrem et postea alium casalem in Moos quamdo accessi ad suam fraternitatem cum suis iuribus in montem et in fontem et postea quod me feci fratrem partitus fui cum mea muliere et illa elegit meam naturam sibi ac dimisit michi suam naturam cum suis hereditatibus in montem et in fontem. Et ego do tertiam de ipsis hereditatibus Templo nominatim in Mocud[...] unum casalem qui fuit de Momo Roderici et in Soveroso alium casalem qui fuit de Suerio Petri et in Barcos palacium de Eroo cum suis exitibus et cum suis terrenis qui inde fuerunt rupti et cum linare de Tavoço et cum tereno de Lagona et cum molino de Barcos et in Tavoço unum casalem in quo habitat Dominicus et Brigida et in Chaviaes unum casalem in quo habitat Pelagius Gunsalvi et in Longa unum casalem in quo habitat Monio Gudiid(?) et in Gouguim unum casalem in quo habitat Martinus Sendiit et in Moimenta unum casalem qui fuit de donno Alvitu cum a comenda de Menendo Fabro et in Loymir casalem de Ponte qui fuit de Menedino et in toto cocto de Loymir usquam ad Doirum de mea parte do ad Templum terciam de quanto ibi habeo ex parte Fernandi L[...]⁴⁸⁸ et pro isto quod do ad Templum dimitto meis filiis turrem de Belmonte cum sua quintana et cum suo termino et cum XX^{ti} casales hereditatis in cocto de Loymir et in Vilar in terra de Neira quintanam cum suis senaris et cum duobus casalibus et in Naci terciam de quintana cum quanto ibi habeo et in Fradres unum casalem habeat istam hereditatem Templum cum suis directis de ecclesiis et cum aliis rebus laicalibus in cuntis temporibus seculorum et si aliquis venerit qui hoc favetum frangere voluerit quantum quesierit tantum duplet et in super pectet CCC morabitanos Templo vel cui mansio Templi dederit vocem suam. Facta karta mense octubri sub Era M^a CC^a LX^a IIII^a. Regnante in Portugalia rege Sancio secundo et sub eius manu magister Templi Petrus Alvitiz et comendator Longobrie Petrus Roderici et Petrus Lamecensis episcopus et decanus A. et domnus terre donnus Aprilis. Ego supranominatus Fernandus Gunsalvi qui hanc kartam iussi facere in ea manus meas roboro coram idoneis testibus qui presentes fuerunt et viderunt Petrus Pelagius et Johanes et si de hoc meis filiis non placet de hereditate ista quam eis dimitto mox Templo dent medietatem et sibi reccipiant istam [et casalem de Moos] in quo habitat Iohanes Pelagii quem dedit donnus Fernando mansioni sit pro anima de donno Suerio suo fratre unde fuit.

⁴⁸⁸ Mancha no pergaminho que impede a correta leitura da palavra. No documento ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 42r-42v* tem um espaço em branco a seguir a «Fernandi».

281. 1227.01.21

D. Soeiro Rodrigues doa à Ordem do Templo, na presença de D. Pedro Alvito, a terça parte de todos os seus bens.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 14, n.º 10 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 85v-86r

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego donnus Suerius Roderici mitto me sub confraternitate Dei et beate Marie et Ordinis Templi et promitto quod si Ordinem accipere voluero quod accipiam Ordinem Templi et sepultura mea sit in cimiterio Sancte Marie de Thomar et do ibi mecum post obitum meum tertiam de omnibus bonis meis que habuero tam mobilia quam inmobilia tam de hereditatibus quam de pecuniis quam de omnibus aliis rebus meis quas habuero vel habere de buero sine omni contradictione.

Si quis vero contra istud factum meum addirrupendum venerit vel ex parte mea vel de extranea quisquis fuerit sit maledictus et cum iuda traditore pereat in eternum et eius violatio nichil valeat et in super duplet illud quod que si verit. Facta carta mense januarii in die Sancte Agnetis sub Era M^a CC^a LX V^a. Qui presentes magister donus Petrus Alviti. Donnus Laurentius comendator de Thomar. Frater Fernandus Iohannis. Frater Suerius Gomecii. Frater Rodericus Gometii. Frater Martinus Gunsalvi. Frater Ioannes Saboridus. Donnus Gometius Gunsalvi miles. Laurentius Gomecii miles. Petrus Sancii capellanus magistri. Pelagius Cabecia. Ego Johannes Petri iacobitanus scripsit

282. 1227.02 – Braga

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo⁴⁸⁹, faz composição com D. Estêvão Soares da Silva, arcebispo de Braga, pela qual o arcebispo fica apenas com a procuração das igrejas de Mogadouro e Penas Roias e recebe menos dízimo, e a Ordem apresenta os capelães.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 12, n.º 4 (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 12, n.º 13; ADB. *Livro das Cadeias*, n.º 111, fl. 85r; ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 18r-18v
Publ. Sá-Nogueira 2005, pp. 128-130

Cum dominus Stephanus Bracarensis archiepiscopus exigeret procuraciones et tercias sibi debitas de ecclesiis de Mogadoiro et de Pena Roias magister donnus Petrus Alviti de consilo fratrum suorum non iudicium sed misericordiam postulavit scilicet ut domnus archiepiscopus intuitu ordinis et servicii ab eodem Ordine percepti quo ad aliquid petitionem suam temperaret. Unde considerans dominus archiepiscopus humilitatem eorum et servicia multa et maxima se ab eisdem pluries percepisse habuit consilium cum decano et capitulo et de consensu eorum in tantum precibus

⁴⁸⁹ Segundo Viterbo, nesta data Pedro Alvito já não era mestre da Ordem do Templo, apesar de ainda ser intitulado mestre em alguns documentos, tendo renunciado em 1223 (Viterbo, ed., 1799, p. 366). Em julho de 1223 já surge na documentação D. Pedro Eanes, como mestre da Ordem do Templo em Portugal: «domino Petro Johanis tunc temporis magistro in Portugalia» (ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 157r).

eorum adquevit quod voluit esse contentus una procuratione nomine illarum duarum ecclesiarum semel in anno sibi et successoribus suis honorifice et sufficientes exhibenda et tertiam commutavit in quintam ut de cetero sibi et successoribus suis per vicarium ipsius archiepiscopi quinta pars omnium decimarum utriusque ecclesie sine diminutione in pace solvatur et ea sit contentus salvis cera et votis que solvenda sunt domino archiepiscopo quia et ante solvebantur. Idem magister dominus Petrus Alviti cum consensu comendatorum et fratrum de regno agendo gratias domino archiepiscopo et capitulo super hoc promisit se de cetero in pace procurationem et quintam decimarum prout supradictum est et alia supradicta in pace <se> solutum capellanos preterea ad dictas ecclesias presentabit magister qui pro tempore fuerit vel comendator castrorum domino archiepiscopo et ipse instituet eos in eisdem ecclesiis prestito sacramento quod de spiritualibus et de temporalibus quantum spectat ad archiepiscopum prout supra tractatum est et scriptum respondebunt archiepiscopo et venient ad sinodum suam semel in anno. De aliis vero temporalibus respondebunt magistro vel comendatori castrorum et isti capellani instituentur et destituentur per archiepiscopum et tam ad hoc quam alia omnes successores suos de consensu fratrum suorum in perpetuum obligavit. Et ut hoc quod actum est in perpetuum firmum robur obtineat utraque pars promisit sub pena centum aureorum firmum et inviolabile tenere et observare. Et si qua pars contravenire tentaverit solvat penam alteri parti et factum nichilominus in suo robore permaneat. Preter etiam supradictam penam centum aureorum utraque pars coram Deo et multis testibus promisit bona fide et sine malo ingenio set supradicta omnia irrefragabiliter observare. Acta sunt hoc per manum Pelagii Pelagii tabellio Bracarenis civitatis mense februarii Era M CC LX V. Et ut hoc quod actum est maius robur obtineat sunt inde facte due carte per alphabetum divise quarum una est in thesauro Bracarenis et alteram supradictus magister penes se retinet observandam et licet instrumentum confectum sit per manum meam tunc ad maiorem cautelam de consensu parcium sigilla domini archiepiscopus et capituli et domni Petri Alviti <magistri> apposita fuerunt. Qui presentes fuerunt donnus Menendus Noguera comendator de Palunbar. Donnus Laurentius Menendi comendator de Tomar. Donnus Durandus Martini comendator de Rio Frio. Frater Fernandus Johannis de Toronio. Frater Martinus Muniz de Regaladus et predictus donus Petrus Alviti magister hoc fecit de consensu istorum fratrum qui erant presentes et omnium aliorum absencium qui erant in Portugalia. Petrus. Johannes. Menendus testes. Magister S[ilvester] decanus. Johannes Pelagii cantor. Magister Michael magister scholarum. Garsias Menendi archidiaconus. Menendus Menendi thesaurarius et totum capitulum bracarense.

283. 1227.05.21 – Latrão

O papa Gregório IX, pela bula «Cum a nobis», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, confirma os privilégios e indulgências concedidas pelos papas anteriores, da posse de bens, isenções e liberdades concedidas pelos reis, príncipes e outros cristãos, a terras e bens pertencentes à Ordem do Templo.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 2, n.º 36

Gregorius episcopus servorum [sic] servorum Dei. Dilectis filiis⁴⁹⁰ magistro et fratribus domus militie Templi Jerosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Cum a nobis petitur quod vistum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo exigit rationis ut id per sollicitudinem officii nostri ad debitum perducatur effectum. Ea propter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus inclinati omnes libertates et immunitates a predecessoribus nostris Romanis pontificibus per privilegia et alias indulgentias domui vestre concessas necnon libertates et exemptiones secularium exactionum a regibus et principibus ac aliis Christi fidelibus rationabiliter vobis indultas. Terras quoque possessiones et alia bona vestra sicut ea omnia iuste ac pacifice obtinetis vobis et per vos eidem domui auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hec attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Lateranum XII kalendas junii. Pontificatus nostri anno primo.

284. 1228.02

Martim Gonçalves e sua mulher, Maria Soares, doam à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 1⁴⁹¹ (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 106v

Sciant omnes quod ego Martinus Gunsalviz de Olalia et uxor mea Maria Soariz damus Deo et mansioni <Templi> totam tertiam de omni nostro censu mobili et immobili propter remedium animarum quia ibi nos fratres receperunt in sua sancta confraternitate et in suo sancto beneficio talimodo ut qui magis ex nobis duraverit teneat nostram domum cum suo com chouso in sua vita et post mortem amborum nostrorum mansio tempore Templi habeat inde suum directum et post mortem nostram terciam de hoc et de omnibus aliis causis que habemus et habere potuerimus ipsi fratres totam tertiam recipiant in pace et nullus ex nobis vel ex propinquas aut de extraneis potestatem habeat hoc nostrum factum fragendi nec minuendi sed firme

⁴⁹⁰ Segue-se um espaço em branco separado por dois pontos que corresponderia à inicial do nome do mestre da Ordem do Templo.

⁴⁹¹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 484, está datado de «1258, Fevereiro». No verso do documento lê-se era de 1296, o que seria ano de 1258, porém o X não é aspadado. Pelas testemunhas presentes, o mesmo se poderá dizer.

et stabile sit im perpetuum. Facta hec karta mense februarii sub Era M^a CC^a LX^a VI^a. Qui presentes fuerunt frater donnus Laurentius comendator de Tomar et cum eo frater donnus Menendus Tio et capellanus frater donnus S. de Baucis. Johannes Pelagiz de Balesteiros et Petrus Salvatoris forcado et Fernandus Didaci.

285. 1228.05 – Castelo Branco

*D. Froila Ermiges doa a D. Martinho Sanches, mestre da Ordem do Templo em Portugal, Leão e Castela, a sua vila de Vila Franca de Xira e os lugares de Torrados, Freandi, Ravais e Cária*⁴⁹².

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mc. 9, n.º 13 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 33v-34r e fls. 72r-72v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]); ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 81-82; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 70v-71r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 127v-128r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 29⁴⁹³ e pp. 46-47

Publ. Costa 1771, n.º 49, pp. 265-266

In Dei nomine. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod ego dona Fruila Ermigii divino spiraculo erudita in mea bona salute et nullo me cogente sed spontanea mea voluntate do Deo et fratribus Militie Templi Salomonis totam meam hereditatem de Cira cum totis suis terminis novis et veteribus et cum aquis et pascuis et montibus et fontibus et cum quanto ego habebam et cum Torrados et cum Freandi et cum Ravaez et cum Caria et cum totis aliis meis hereditatibus et eclesiariis et cum totis alteris meis possessionibus et directis quos modo habeo et de inceptis habere potuero in regno Portugalis et Legione et Castelle et in totis aliis partibus. Ita eis dono de Arris quomodo de compara et quomodo de toto altero lucro ut totam meam possessionem liberam et integram iure et hereditario tam et in perpetuum habeant et possideant sicut eam melius habere potuerint. Hoc eis dono et concedo propter remedium anime mee atque mariti et filii mei et parentum meorum et propter multa et magna beneficia que semper ab eis recipi et recipiam et quoniam ipsi me receperint in sua sancta confraternitate et in omnibus suis bonis orationibus et ideo ubicumque potuero fideliter eos et suas mansiones et totas suas causas debeo diligere et adiuvere et honorare et servire. Igitur ex hac die totam meam possessionem liberam et integram habeant et eam in pace possideant in perpetuum. Siquis surrexerit qui hoc meum factum frangere voluerit quod minime credo hoc ei non sit licitum sed pro sola temptatione quantum inquisierit et quantum fuerit

⁴⁹² Segundo Viterbo, esta ampla doação aos Templários também se justifica pelo facto de ter sido recebida na «Confraternidade» (Viterbo, ed., 1799, p. 367).

⁴⁹³ Neste documento um comentário marginal, da época, refere o seguinte (ilegível em algumas zonas devido à encadernação do manuscrito): «Esta doação foy feita na era de 1266 [...] a era [...] esta errada [...] que consta per que a este tempo ainda estas erdades não erão de Dona Fruila, como se pode ver pola doação que el rey Dom Sancho fez aa dita Donna Fruile destas heranças que ella despois dotou a Ordem. Esta doação d'el rey a Dona Fruila foy feita na era de 1244 a qual esta nos livros [...] a fl. 172 e ella a fez depois aa Ordem no dito ano de 1266, como se mostra polo theor desta propria carta que adiante vay a fol 46 cuja data diz ser na era sobredita de 1266».

melioratum tantum eisdem fratribus in duplum componat et domino terre aliud tantum et insuper sit maledictus et excommunicatus vel excommunicata et cum Juda traditore in inferno precipitata aut precipitatus nisi ante se correxerit satisfactione et semper hoc meum factum suum robur inviolatum obtineat. Facta fuit hec carta et concessa et roborata mense madii apud Castellum Blancum sub era M^a CC^a LX^a VI^a. Ego donna Fruila Ermigii que hanc cartam fieri iussi et coram idoneis testibus vobis fratri domno Martino Sancii magistro Templi in istis tribus regnis Portugalie et Legione et Castelle et ceteris fratribus Templi et omnibus successoribus vestris hanc cartam vobis propriis meis manibus in vestro capitulo generali quod tunc celebratum fuit apud Castellum Blancum eam roboravi et confirmavi et hec signa feci [SINAL]. Qui presentes fuerunt isti magister cum suis fratribus qui tunc ad capitulum ibi convenerant de Portugalie et de Legione et de Castella. Dominicus Petriz presbiter de donna Fruili Ermigii testis. Petrus Fernandi de Sandi testis. Petrus Martiniz filius de dono Martino Mugudo testis. Petrus Laurencii testis. Gomescius Pelagiz de Benavela testis. Roi Martiniz filius de Samez testis. Donus Tomas presbiter de Thomar notuit.

286. 1229.06

Pedro Ferreiro e sua mulher, Maria Vasques, doam à Ordem do Templo o lugar de Asseiceira (Tomar), mais um olival em São Martinho, uma vinha em São Fins e um forno em Tomar, com obrigação de sustentarem uma lâmpada na igreja de Santa Maria de Tomar. Esta doação foi aceite e confirmada por D. Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem do Templo em Portugal, Leão e Castela, e que em troca lhe deu um lugar para construir um moinho.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 185r-185v (inserto em documento de 1284.09.23 – Tomar e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 82r-82v (inserto em documento de 1284.09.23 – Tomar); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 148r-148v (inserto em documento de 1284.09.23 – Tomar)

[...]

In Dei nomine. Sciant presentes atque futuri quod ego Petrus Faber una cum uxore mea Maria Valasquez et cum filia nostra Maria Petriz in auxilio Sancte Terre Hierusalem damus Deo et vobis et fratribus milite Templi ipsum locum quem vos nobis dedistis qui locis dicitur Sayceyra. Damus illum vobis cum omnibus suis terminis et cum totis pertinentiis et cum cunctis suis possessionibus quas nos et vos et alteri ibi dedimus et daturi habuerimus et cum quanto ibi acquirere potuerimus. Tali videlicet pacto hoc donamus ut in omnibus diebus vite trium nostrorum illum teneamus et possideamus et semper ad vivum vel ad vivam remaneat et similiter illum integrum in vita sua teneat. Post mortem autem trium nostrorum mansi[o] Templi et vos cuncti fratres et successores vestri illum cum omnibus bonis et possessionibus et pertinentiis suis in pace et integrum habetis et possideatis in eternum. Et ex quo illum receperitis semper eum cum clericis contineatis qui semper pro animabus vestris et nostris et filiorum nostrorum divinum officium ibi celebrent. Post mortem autem unius ex nobis que

vivus vel qui viva remanserit Ordinem et habitum Templi recipiat. Et propter hoc quod vobis donamus nos recipistis in vestram sanctam fraternitatem et in vestris beneficiis et orationibus. Et semper debetis nos amare et honorare et consiliare et adiuvare et de malo et periculo defendere ubi pouteritis. Ego Petrus Faber et ego Maria Valasquiz et Maria Petriz nostra filia una cum omnibus vobis fratribus militie Templi totum hoc concedimus et confirmamus. Et nullus tam de nostra parte quam de vestra quam de extraneis potestatem habemaus hoc factum frangendi nec minuendi sed firme et stabile sit in perpetuum. Et qui illud frangere voluerit ab omnipotenti Deo frangatur et in inferno cum diabolo pereat in eternum nisi ante se correxerit satisfactione. Et qui illud bene observaverit corpus et anima a boni malo observetur et Dei omnipotenti benedictionem habeat et cum suis sanctis fidelibus in sancto eius regno collocetur. Amen.

Facta fuit hec carta mense junii Era M^a CC^a LX^a VII^a. Et ut factum nostrum stabile sit et robur suum inviolatum obtineat imprecisione sigilorum nostrorum cartam istam munire fecimus. Ego frater Stephanus de Belmonte in istis tribus regnis Portugalie et Legionis atque Castelle preceptor cum nostris fratribus in nostra baiulia permanentibus hoc factum et hanc cartam confirmamus et sigillo nostro eam munire fecimus. Et in roboratione istius carte ad ipsum locum supra nominatum dedimus locum et sessegam de uno molendino quem donnus Petrus Faber debet facere cum aliquo nostro adiutorio qui semper debet esse ad continendum clericos qui in ipso loco vexerint et habitaverint. Mandamus et⁴⁹⁴ concedimus que donnus Petrus et donna Maria Valasquiz et Maria Petriz in ipso loco faciant quantum bonum potuerint et sapuerint quod non sit ad nostrum dampnum nec nostre Ordinis et nostre mansionis. In super mandamus et concedimus que semper comendator qui in Thomar extiterit ad istum locum det et proficiat de utilitatibus quibus potuerit et de quibus et Petrus Faber et Maria Valasquiz et Maria Petriz inquisierint. Propter hoc que nobis donus magister et frater eius faciunt et pro salute animarum nostrarum damus nos modo ad ipsum locum nostrum olivetum de Sancto Martino preter ut semper inde contineant unam lampadam in Sancta Maria de Thomar et nostram vineam Sancti Felicis cum duabus cupis et X vacas cum suo tauro et L oves et capas que ibi sunt et nostrum furnum de Thomar. Frater donnus Laurentius Mendiz tunc comendator de Thomar confirmo. Frater donnus Menendus Tio subcomendator confirmo. Frater Stephanus ibi capelanus confirmo. Frater Petrus Roderici. Frater Laurentius presbiter confirmo. Frater Rodericus Roderici confirmo. Frater Petrus Johannis confirmo. De laicis Gometius Gunsalvis testis. Martinus Fernandiz testis et Gunsalvus Menendiz iudices de Thomar testes. Andreas Petriz testis. Vivas Pelagiz testis. Rodericus Pelagiz testis. Donnus Thomas presbiter notuit.

⁴⁹⁴ No documento «et et», mas a segunda preposição está cortada.

287. 1230.02.10

D. Pôncio Afonso e sua mulher, D. Maior Martins, doam a D. Estêvão Belmonte, mestre da Ordem do Templo, a vila de Bemposta (concelho da Guarda), Lourosa e seu termo, e metade da igreja de Santiago de Alhariz.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 112r-112v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 208r-209; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 90-91

In Dei nomine. Notum sit omnibus presentem kartam inspecturis quod ego donnus Pontius Aldefonsi et uxor mea donna Mayor Martiniz ambo insimul considerantes fragilitatem carnis cupienties salute<m>⁴⁹⁵ animarum nostrarum ac patrum et matrum si<v>e⁴⁹⁶ parentum nostrorum damus et concedimus et in presenti tradimus perpetua elemosina Deo et vobis fratri Stephano de Belmonte magistro militie Templi in Ispania aliquisque fratribus Templi presentibus et futuris quandam villam nostram que vocatur Bemposta cum omnibus terminis suis novis et veteribus heremis et populatis rivis et aque ductis cum omni illa hereditate quam dederunt nobis concilium civitatis Egitanie et Lardosam cum omnibus terminis suis heremis et populatis pascuis et aquis. Hec omnia dicta offerimus Deo et fratribus milite Templi ut dictum est bona fide sine fraude et grata voluntate pro remissione peccatorum nostrorum ac parentum. Et istam elemosinam facimus in nostro pleno sensu per nos et omnes nostros et quod amodo dare sive alienare alteri non valea-[fl. 112v] mus. Adhuc autem offerimus et damus Deo et vobis dicto fratri Stephanus de Belmonte magistro et fratribus milicie Templi medietatem ecclesie Sancti Iacobi de Aylbariz cum omnibus iuribus suis. Quam medietatem ecclesie ego donna Mayor specialiter offero Deo et milite Templi asensu et voluntate et voluntate donni Poncii viri mei quia illa medietas era<t> proprie mea. Et hoc facio in remissione peccatorum meorum. Et qui istud nostrum factum concesserit sit benedictus a Deo et de Sancta Maria. Et qui contravenerit et frangere voluerit itera de nostris quam de extraneis sit maledictus et cum Juda traditore in inferno missus et in super in duplum componat et domino regit pectet decem milia mirabitorum. Actum est hoc IIII idus februarii sub Era M^a CC^a LX^a VIII^a. Huius facti sunt testes visores et auditores donnus Stephanus Johanes pretor de Covilliana. Egras [sic] Gomecii. Martinus Pelagii. Fernandus Johannis. Presentes frater Laurentius comendator de Thomar. Frater Simeon comendator de Sanctarene et frater Gonsalvus Gunsalvi. Regnante rege Sancio 2^o. Archiepiscopi Silvestri in Bracara. P. Johannis maiordomus regni. M. Iohannis dapifer.

Ego donnus Pontius et uxor mea donna Mayor hanc cartam scribi mandamus testes scriptos rogamus et nostris manibus roboramus. V. S. sigilloque nostro munimus. Egeas Michaelis diaconus per mandatum donni Pontii uxorisque eius donni Mayoris hanc kartam scripsit.

⁴⁹⁵ No documento «sal'ter», mas foi adicionado um «m» por cima do «r».

⁴⁹⁶ No documento «sine», mas por cima do «n» foi acrescentado um «v».

288. 1230.04

Fernando Melendi e Teresa Melendi vendem a Fr. Garcia Peres, comendador de Penas Roias, e à Ordem do Templo, uma herdade em Atenor (Miranda do Douro).

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 162r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 312v-313r

In Christi nomine. Ego Fernando Melendi et ego Tarasia Melendi a vos Garcia Petri comendatori de Penas Royas et aliis fratribus de Templo facimus cartam venditionis et firmitudinis vobis de hereditate nostra propria que habemus in Natanor de nostra avolentia quantumcumque ibi habemus et debemus habere cum suis terminis novos et antiquos aquas terras casas ruptas et non ruptas montibus et fontibus per ubicumque illa poteritis invenire pro precio quod recipimus a vobis scilicet XVII morabitanos et de rovora XVIII de tantum nobis et vobis bene complacuit. De precio et de rovora nihil remansit pro dare. Habeatis itaque supradicta he[re]ditate usque in perpetuum. Et si aliquis homo venerit tam de nostris quam de extraneis qui hoc factum nostrum infringere voluerit quantum quesierit tantum duplet et pectet voci regi D morabitanos. Et insuper hoc sit semper ista carta confirmata usque in perpetuum.

Facta carta mense aprilis sub Era M^a CC^a LX^a VIII^a. Reg[*n*]ante in Portugal rex Sancius. Magister no Templo fratre Stephano de Belmonte. Comendatori in Mugadoro Melendo Furtunis. Ego Fernandus Melendi et ego Tarasia Melendi a vos Garsia Petri et alliis fratribus Templi ista carta cum manus nost[*r*]as roboramus. Tenente Bragancia donno Fernando Fernandi. Donno Fernam Garcia Monte Negro. In Bracara exlecto magister Silvester. Testes qui presentes fuerunt. Petro Monteiro. Frater Gunsalvo. Petrus testis. Menendus testis. Johannes testis.

289. 1230.07.29

D. Gil, bispo de Viseu, e o cabido fazem composição com D. Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem do Templo, e D. Simão, comendador de Tomar, doando aos Templários o padroado da igreja de Santiago de Trancoso e recebendo as dízimas das terras que a Ordem tinha em Trancoso e seus termos.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 24 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 37v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 152r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 291v-292r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 31

Cum ea que aliquando inter partes fiunt diuturnitate temporis soleant in dubium revocari. Ideo nos E. Dei gratia episcopus et G. decanus et S. cantor et P. thesaurarius et universum capitulum Visensis et nos donnus S. de Bellomonte magister milicie Templi in Portugalia Legione et Castella et donnus Simon comendator de Thomar et donnus L. Menendi et frater Poncius socius magister et frater Michael capellanus magistri una cum conventu milicie Templi in Portugalia notum fieri volumus omnibus presentem paginam inspecturis quod nobis inspecta utilitate tam Visensis ecclesie quam etiam Ordinis milicie Templi placuit quod Ordo milicie Templi habeat ius

presentandi prelatum in ecclesia Sancti Iacobi de Trancoso episcopo Visensis qui pro tempore ibi fuerit et ipse prelatum qui ab eis fuerit presentatus prestat iuramentum episcopo Visensis pro obedientia et reverentia et omni iure suo exhibendis sicut et alii prelati faciunt de Trancoso et quod ad concilium episcopi veniat et si quando fuerit vocatus ab eo super re aliqua vel iure alicui exhibendo et suum vel sui archidiaconi si aliquando positum fuerit recipiat interdictum et si in aliquo istorum contumax vel rebellis extiterit. Et magister in Portugalia constitutus vel eius locum tenens requisitus ab ecclesia Visensis de eo non satisfecerit usque ad IIII^{or} menses secundum iudicium capituli Visensis. Ordo milicie Templi amictat ex tunc ius sibi superius co[n]cessum itaque numquam super eo movere possint aliquam questione. Placuit preterea ut secundum constitutionem generalis concilii de possessionibus quocumque titulo post generale concilium adquisitis sive excolantur propriis sumptibus milicie Templi sive dentur aliis excolende quod decime de eis integre solvatur ecclesiis quibus antea solvebantur vel solvi debebant taliter quod Visensis ecclesia ex ipsis decimis debitam possit percipere portionem de aliis vero possessionibus quas ante concilium prefatus ordo adquisierat vel habebat si eas aliis excolendas dederit similiter ecclesiis quarum cultores fuerint parrochiani decime persolvantur. Ut autem hoc factum nostrum de comuni consensu partum inscriptis redactum robur optineat firmitatis duas inde cartas per alphabetum divisas fieri facimus quas sigillis nostris scilicet Visensis episcopi et magistri milicie Templi in supradictis tribus regnis consilio et autoritate tam capituli Visensis quam conventus milicie Templi in Portugalia facimus comuniri quarum unam penes se habeat prefatus magister et alia debet in Visensis ecclesia custodiri. Ego Martinus Michaelis notarius donni Visensis episcopi mandato predictorum scripsi. Istud fuit factum quarto kalendas Agusti sub Era millessima CC^a LX^a VIII^a.

290. 1230.09 – Bouças

A rainha D. Mafalda, irmã de D. Afonso II, doa à Ordem do Templo uma herança que possuía em Breteande, diocese de Lamego.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 16, n.º 2 (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 138r-138v; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 27v-28r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 150v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 288v-289r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 88-89

[...]

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Ego donna Mafalda Dei gratia regina ex meo bono placito nullo me cogente et timendo diem mee mortis do Deo et Ordini militie Templi tam presentibus quam futuris illam totam meam hereditatem quam habeo in villa de Breteandi Lamecenensis diocesis cum omnibus domibus suis et

cum suis terminis novis et antiquis ruptis et inruptis fontibus montibus et pascuis cum ingressu et egressu et cum omnibus rebus quas ibi de cetero potuero adipisci do et confirmo perpetuo iure remissione peccatorum meorum quod nullus veniens ex genere meo nec ex alio sit ausus eidem Ordini contradicendi. Siquis autem contra hoc meum factum roboratum confirmatum temptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum apostolorum Petri et Pauli et omnium sanctorum senoverit incursum et cum Iuda traditore in inferno se noverit condepnatum et quantum quesierit tantum in duplum conponat et quantum fuerit melioratum et in super cui vocem pusalverit pectet mille morabitanos.

Facta carta donationis et perpetue confirmationis in Bauciis mense september sub Era M^a CC^a LX^a VIII^a. Ego supradicta regina que hanc cartam facere iussi illam meis propriis manibus roboro et confirmo ac sigillo meo feci muniri. Qui presentes fuerunt viderunt et audierunt donus Gonsalvus Petri frater Ordinis Hospitalis. Laurentius Garsie et Johannes Petri frater Ordinis Calatravensis testes. Menendus Garsie. Johannes Garsie. Rodericus Gomecii. Johannes Petri. Laurentius Pelagii. Pelagius Gonsalvi milites testes. Donus Martinus Sancii. Donus Symeon Menendi. Frater Sancius. Frater Johannes fratres milicie Templi testes. Martinus Roderici canonicus Auriensis. Petrus Pelagii. Martinus Gonsalvi clerici iam dicte regine testes. Johannes notavit.

291. [1230.12.26, após – Elvas]

Martim Mendes e sua mulher, D. Domingas, doam à Ordem do Templo a torre de Alfarofe (Elvas). ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 12 (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 108v

Notum sit omnibus hominibus tam presentibus quam futuris quod Martinus Menendii una cum uxore mea donna Dominica damus et concedimus fratribus Templi turrem de Alfarofe cum suis terminis sicut habemus confirmatos per litteras concilii de Elvis in die Sancti Stephani mense decembris Era M^a CC^a LX^a VIII^a et quis venerit super hoc factum sit maledictus a Deo amen. Et pectet CCC morabitanos predictis fratribus Templi et hoc fuit cosam pretore G. Martini Egidio Rodericii Johanne Martini fratre pretoris Dominico Tavira Pelagio Martini consanguíneo Egidii Rodericii Menendus Chanelia Stephano carpentario Gonsalvus Pelagii balestrario Martinus Pelagii mauriz Martinus Garsie homine pretoris Joham Martini.

292. [1231].01.03 – Coimbra [A]

D. Mendo Gonçalves, prior da Ordem do Hospital, e D. Simão Mendes, comendador-mor da Ordem do Templo, fazem um acordo pelo qual esta Ordem recebe as duas partes do eclesiástico e secular em Vila Chã de Braciosa e a Ordem do Hospital a terça parte, e que em Atenor tivesse cada uma metade. Tem dois selos pendentes de cera.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 8* (cuja lição se segue); ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 14, n.º 11*; ANNT. *Gavetas, Gav. 15, mç. 11, n.º 46*⁴⁹⁷; ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 39r-39v*; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 161r*⁴⁹⁸; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 310r-310v*⁴⁹⁹; ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 32-33*⁵⁰⁰; ANNT. *Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 449-451*
 Publ. Gomes 2005, n.º 4, pp. 159-160 (versão do *Livro dos Mestrados*)

In Dei nomine. Notum sit omnibus presentem paginam inspecturis quod cum frater donnus Menendus Gunsalvi prior Hospitalis in Portugalia cum partim de suis fratribus et frater donnus Simeom Menendi comendador Templi in Portugalia et tenens locum sui magistri cum partim de suis fratribus convenerint apud Colimbriam IIIº die januarii per Dei gratiam inter se causa pacis et amoris huiusmodi concordiam et convenienciam celebrarunt videlicet predicti prior et fratris Hospitalis et comendator et fratres Templi iuramentum per professiones quas utrique mansioni fecerant pro se et pro omnibus suis successoribus prestiterunt quod ipsi et sui successores semper fideliter procedant et agant in omnibus tam bene pro una mansione quam pro alia se se in cumtis necessariis utrique mansioni ad invicem ad vivantes. Idem etiam et Suerius Gomiz et Fernandus Nuniz Pinaza fratres Templi et Laurentius Nuniz et Petrus Horigui fratres Hospitalis iudices a fratre Stephano de Belmonte preceptore Templi in tribus regnis Yspanie et a predicto priore Hospitalis constituti super intentionibus demandis querelis seu discordiis que habebantur in Portugalia inter utramque domum excepto super scriptis ultramare illuc diffiniendis per iudicium et sententialiter diffinierunt quod de Villa Plana Barceosa domus Templi habeat duas partes in ecclesiastico et laicali et domus Hospitalis de ipsa Villa Plana habeat alteram terciam partem in ecclesiastico et laicali et quod de Atenor domus Templi habeat mediam partem in ecclesiastico et in laicali et domus Hospitalis habeat alteram mediam partem in ecclesiastico et laicali que ville sunt in Miranda. Iudicaverunt etiam quod domus Hospitalis habeat casam et almuniam de Troncoso que fuerunt Martini Egee. Iudicaverunt autem quod prior Hospitalis reponat crucem Templi in casali de Villa Nova Orrace Egee unde eam ipse derribavit et de eorumdem iudicio prior ibidem ab renunciavit ipsi casali. Fecerunt enim inter se cambium habens vicem rei iudicate scilicet prior et fratres Hospitalis dederunt comendatori et fratribus Templi casale de Monte Rotundo et comendator et fratres Templi dederunt priori et fratribus Hospitalis casale de Tavoazoo que casalia magister Templi donnus Petrus Alvitiz et dictus prior olim cambiaverant hoc eodem modo. Presertim ab renunciaverunt omnibus demandis

⁴⁹⁷ «Este documento se acha na Gav. 7 mç. 6 num.º 8 e no Livro dos Mestrados a fol 39».

⁴⁹⁸ Datado de «era millessima ducentessima sesagessima octava», o que seria ano de 1230, mas no documento ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 8* lê-se «MCCLXVIII».

⁴⁹⁹ Datado de «era millessima ducentessima sesagessima octava», o que seria ano de 1230, mas no documento ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 8* lê-se «MCCLXVIII».

⁵⁰⁰ Datado de 1230.01.30. Provavelmente erro do copista.

quas contra se de utraque mansione super rebus mobilibus faciebant excepto quod omnes demande et querele hominum vassallorum utriusque mansionis debent sanari corrigi et emendare. Statuerunt item sentencialiter quod frater utriusque mansionis neque prosternat neque tollat crucem alterius mansionis de loco ubi positam eam invenerit sed prius inde petat directum alteri mansioni. Ut autem supradicta omnia in perpetuum robur obtineant preceperunt duas consimiles cartas inter se inde fieri per alphabetum divisas quarum unam prior Hospitalis penes se reservavit et alteram comendator Templi sigillorum suorum munimine communitas que facte fuerunt dicto loco et die sub Era M^a CC^a LX^a VIII^a.

293. [1231].01.03 – Coimbra [B]

Esclarecimento de algumas dúvidas relativamente ao acordo feito entre D. Mendo Gonçalves, prior da Ordem do Hospital, e D. Simão Mendes, comendador-mor da Ordem do Templo, na mesma data, acerca dos direitos que cada um deveria haver em Vila Chã de Braciosa.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 6, n.º 14⁵⁰¹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 41r-41v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 161v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 311v-312v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 33-34 Publ. *Cartulaire Général de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem*, vol. II, n.º 1972, pp. 413-414

Memoria de rebus que inter domum Templi et Hospitalis ex III^o die januarii sub era M^a CC^a LX^a VIII^a quando prior et comendator et fratres utriusque partis apud Colimbriam convenerunt statim sunt penitus terminate. In primis positum fuit de Maladas et iudicatum quod si fratres Templi non habueri[n]t qui eis Maladas autorizet et deffendat de priore et fratribus Hospitalis sic quod non debent ibi habere dominium regale ipsi vendant seu baratent eam et quitent se et⁵⁰² exeant de illa. Item si fratres Hospitalis de Villa Plana levaverunt magis quam tertiam partem de fructu debent integrare fratribus Templi et si fratres Templi magis inde levaverunt quam duas partes de ipso fructu debent integrare Hospitali. Item frater Fernandus Nuniz Pinaza et frater. P. Horiguiz debent cum alis viris sibi adiunctis dividere Villam Planam et Atenor et terminos de inter Ylgosum et Pennaroyas et si Paradela remanserit in termino de Ylgoso fratres Templi debent integrare Hospitali fructum ab eis inde levatum. Item predicti duo fratres debent inquirere bona fide de duobus casalibus de Bagueissy que fuerunt fratri Fernandi de [...] cui parti Hospitalis et Templi primitus data fuerunt et in cuius possessione primum fuerunt. Item fratres Templi abrenuntiaverunt medietati

⁵⁰¹ Este documento está em mau estado, com tinta apagada, nomeadamente no ano. A reconstituição do texto foi feita com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 41r-41v. Em *Gavetas (As)*, vol. II, p. 447 foi datado da era de 1299, o que seria ano de 1261, mas não poderá ser, visto o documento com o mesmo teor, anterior a este, ser de 1231. Referimo-nos ao texto do documento ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 6, n.º 8, que na data diz: «Sub era M^a CC^a LX^a VIII^a», manifestamente sem X aspado.

⁵⁰² Segue-se uma palavra riscada.

ecclesie Sancti Jacobi de Alariz pro parte domni P. Alfonsi ad Hospitale et si dona Maior Martini non auctorizaverit et non defenderit per directum alteram suam partem ipsius ecclesie fratribus Templi de priore et fratribus Hospitalis fratres Templi debent se quitare et exire de illa. Item de medietate casalis de Pamos(?) domnus Simeon Menendi et frater qui eam tenet debent bona fide querere veritatem et si invenerint quod sint Hospitalis et non habuerint qui eis eam deffendat debent eam dimittere Hospitali. Item de casali Marine Ramiriz prior Hospitalis debet bona fide scrutare directum et si noluerit querere illud fratres Templi debent ei de illo respondere et complere directum. Item super villam de Cira comendator Templi et prior Hospitalis debent ire ad domna Froyli Ermigiz et si domna Froyli defenderit ipsam hereditatem de priore et fratribus Hospitalis Templum debet eam habere in pace et si domna Froyli eam non defenderit prior si voluerit debet inde tollere crucem Templi et post hec pars que habuerit possessionem hereditatis debet facere et complere directum inde alteri parti. Item fratres Rodericus comendator de Castello Blanco et J. Menendi comendator de Belveer debent bona fide ponere [...] dati et Anundolam et Rodanum et inter Castellum Blancum et Sartaginem et Anundolam quomodo de utraque parte laborent in pace et absque impedimento quousque mandatum super hoc veniat de ultramari. Item ipsi duo fratres debent indicare et diffinire totas intentiones que sunt inter D. Calvii et M. Suariz. Item comendator de Belveer debet ducere ad capitulum Templi fratrem et homines qui fuerunt in morte hominis de Castello Blanco et capitulum Templi de illis inde capiat emendam et ipse comendator de Belveer debet emtegrare omnia spolia que ad mortem dicti hominis facta fuerunt sicut dixerit dictus comendator de Castello Blanco et si cognoverit quod magis debet emtegrare magis emtegret. Statuerunt firmiter inter se quod omnia suprascripta cito citius finem habeant ita quod capitula utriusque mansionis in presenti anno facienda eadem sciant esse et sentiant terminata [...] fratris M. Egee remansit per iudices terminandum.

294. 1231.04

D. Pôncio Afonso e sua mulher, D. Maior Martins, doam à Ordem do Templo uma herança no termo de Covilhã, a que chamam Aldeia Nova, e a Ordem terá de manter um capelão, para sempre, em Santa Maria do Pinheiro.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 11 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 32r-32v

Principium scripti fiat sib nomine Christi. Quoniam quidem rara est fides immortalibus et amicitias temporalis multociens in rixa convertuntur oportet nos scribere et pactum confirmare quidquid indissolubile perseverare desideramus hinc est enim quod ego donnus Poncius una cum uxore mea donna Mayore Martini placuit nobis per bonam voluntatem quod faceremus elemosinam Ordini et milicie Templi amore Dei et remedio animarum nostrarum de una hereditate nostra propria quam habemus

in termino de Covilliana scilicet unam vilam nomine Aldeolam Novam cum quanto nos ibi habemus et cum suis terminis novis et veteribus et cum suo introitu et cum exitu suo per montes et per fontes et cum suas senaras de Aldeola d'Abade et de ipsa predicta villa et cum suis molendinis et cim labore de suis bovis et ita munita quo modo illam invenerint post mortem nostram ita remaneat libera et immunis Deo et Ordini et militie Templi. Damus igitur supra dicti Ordini et militie Templi hanc hereditatem tali pacto quod ipsa ecclesia beatissime virginis Marie de Pineiro sit semper contiuda de uno clerico presbitero de ipso Ordine Templi qui celebret missam pro anima donni Poncii et pro anima uxoris sue donne Mayoris Martini usque in perpetuum et propter hoc dimittimus nostros ganatos predictae ecclesie et nostram hereditatem Ordini Templi quod istud pactum sit semper firmum et stabile usquam in sempiternum et quod ista albergaria quam nos ibi volumus facere sit semper continua per istam hereditatem quam nos reliquimus Ordini Templi et per nostros gana<tos> et per nostras utilitates quas ibi de cetero faciemus possidamus nos hanc hereditatem predictam in vita nostra et post mortem nostram remaneat libera sine contrario nullo Ordini et milicie Templi per istud pactum. Et si aliquis homo venerit vel nos venerimus tam de propinquis quam de extraneis qui hoc factum nostrum frangere vel temptare voluerit sit maledictus maledictione perpetua et de Deo Patri omnipotenti et sue matris Sancte Marie et omnibus sanctis et ista maledicio sit illi concessa usquam ad septimam generationem et quantum quesierit tamtum Ordini et milicie Templi in duplo componat et in super pectet mil morabitanos cui vocem suam Ordo Templi adtenendum dederit. Et si aliquis filiorum nostrorum istud factum nostrum contrariare quesierit habeat supradictam maledictionem et det terciam partem Ordini et milicie Templi de quanta hereditate nos obtinuimus preter Palacios quod dedimus monasterio de Ansedí. Facta karta mense aprilis Era M^a CC^a LX^a VIII^a. Regnante rege Sancio in Portugalie. Archiepiscopo in Bracara donno Silvestre. Mayordomus domni regis donnus Paschaliis. Dapifer curie donnus M. Iohannis. Nos supra nominati qui hanc kartam iussimus facere illam propiis manibus coram idoneis testibus roboramus. Pro testibus Petrus testis. Martinus testis. Ioannes testis Egeas testis⁵⁰³.

295. 1231.05.03 – Sertã

Os freires da Ordem do Templo fazem composição e avença com os freires da Ordem do Hospital acerca de dois casais em Bagueira, termo de Castelo Rompar.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 8* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 6, mç. 1, n.º 211*; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 114v-115r*

⁵⁰³ No final do documento foi acrescentado «Aqui son as cartas da divida do tezouro d'el rey».

In Dei nomine. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris istam paginam inspecturis quod talis compositio fuit facta inter fratres mansionis Templi et fratres mansionis Hospitalis per fratres iudices ab utraque parte constitutos. Donnum S. Gomecii et F. Nuniz Pinaca ex parte mansionis Templi et donum L. Nuniz et P. Umrici ex parte mansionis Hospitalis super duobus casalibus que fratres Hospitalis tenebant in Bageisi in termino Castri Roupar. Compositio talis est fratres Templi debent habere unum de istis casalibus in posesione et iure hereditario et fratres Hospitalis debent habere aliud casale iure hereditario. Et fratres Templi debent acquirere alia duo casalia in villa iam dicta et si inde non potuerint vincere filios F. Fernadi fratres Hospitalis debent inde habere medietatem de ipsis casalibus et fratres Templi aliam medietatem. Facta compositio in capitulo apud Sartaginem et si fratres Templi ipsam hereditatem iam dictam non potuerint vincere usque ad unum annum completum liceat fratribus Hospitalis eam ganare et integram habere et possidere. Facta compositio apud Sartaginem in capitulo generali in prima dominica mense maii sub era M^a CC^a LX^a VIII^a.

296. 1231.07.16 – Rieti

O papa Gregório IX, pela bula «Quoties a nobis», confirma à Ordem do Templo todos os seus bens, ficando os mesmos sob proteção apostólica.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 43r-43v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 75r-75r

Publ. Ferreira 1735, pp. 897-899

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filio magistro et fratribus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Quoties a nobis petitur quod religioni et honestati convenire dignoscitur animo nos decet libenti concedere et petentium desideriis omnium suffragium impertiri. Ea propter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus clementer annuimus et domum vestram seu Templum in quo estis ad Dei laudem et gloriam atque defensionem suorum fidelium et liberandam Dei ecclesiam congregati cum omnibus possessionibus et bonis suis que in presentiarum legitime habere cog- [fl. 43v] noscitur aut in futurum concessione pontificum liberalitate regum vel principum oblatione fidelium seu aliis iustis modis prestante Domino poterit adipisci tam transmare quam cismare felicis recordationis Alexandri Urbani Clementis et Celestini predecessorum nostrorum romanorum pontificum vestigiis inherentes vobis autoritate apostolica confirmamus ut perpetuis futuris temporibus sub Apostolice Sedis tutela et protectione consistant. Ut autem vobis ad curam animarum vestrarum et salutis plenitudinem nihil desit atque ecclesiastica sacramenta et divina officia vestro sacro collegio commodius exhibeantur statuimus ut liceat vobis honestos clericos et sacerdotes secundum Deum quantum ad vestram scientiam ordinatos undecumque ad vos venientes

suscipere et tam in principali domo vestra quam etiam in obedientiis et locis sibi subditis vobiscum habere dummodo si evicino sint eos a propriis episcopis expetatis idemque nulli alii professioni vel ordini teneantur obnoxii. Preterea nulli persone extra vestrum capitulum sint subjecti tibi que dilecte in Domino filii, N, tuisque successoribus tanquam magistro et prelato suo deferant secundum vestri ordinis instituta. Quicumque vero in cimiterio vestro elegerint sepeliri et sepulturam recipiendi educendi et sepeliendi nisi forte excommunicati vel nominatim fuerint interdicti aut etiam publice usararii [*sic*] facultatem liberam habeatis salva tamen justitia illarum ecclesiarum a quibus mortuorum corpora assumuntur. Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis et concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datis Reate XVII kalendas augusti pontificatus nostri anno quinto.

297. 1231.07.23 – Rieti

O papa Gregório IX, pela bula «Quanto maiora pro defensione», concede à Ordem do Templo o privilégio de edificar igrejas nos locais onde não exista culto cristão.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 26v-27r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 48r

Publ. Ferreira 1735, pp. 824-825

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Quanto maiora pro defensione christianitatis discrimina sustinetis tanto benigniori nos debemus oculo intueri et libentius ubi cum iustitia possumus vestris et vestrorum commodis providere. Ea propter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus annuentes ad exemplar felicis recordationis Alexandri Lucii et Urbani predecessorum nostrorum romanorum pontificum presentibus vobis litteris indulgemus ut in locis qui de Sarracenorum manibus poteritis cum auxilio celestis gratie liberare in quibus non dum cultus christiane religionis fuerit introductus ecclesias construatis que soli romane ecclesie debeant subiacere. Ita quod a nullo prelatorum ecclesie post romanum pontificem aliquid iuris in eis valeat vendicari. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se nove-[fl. 27r] rit incursum. Datum Reati X^o kalendas augusti pontificatus nostri anno quinto.

298. 1231.08

João Seara, ao entrar na Ordem do Templo, doa-lhe todos os seus bens.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 3, n.º 5⁵⁰⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 78v-79r

Sciant omnes qui hanc kartam viderint et audierint quod ego Johannes Seara intravi in sancta confraternitate mansionis Templi et ideo quia ipsi fratres me receperunt in ea et in suis beneficiis et orationibus ego propter remedium anime mee atque parentum meorum mea spontanea voluntate et nullo me cogente et in mea bona salute do et concedo ibi totum meum censum tam mobilem quam immobilem ut post mortem meam totum integrum et liberum ipsi fratres habeant et ex hac die nullus potestatem habeat hoc meum factum fragendi nec minuendi sed firme et stabile sit im perpetuum. Facta fuit hec karta mense Agusti sub Era M^a CC^a LX^a VIII^a. Qui presentes fuerunt frater donnus Simeon Menendiz tunc temporis comendator in Portugaliae affuit. Frater S. donnus Stephanus⁵⁰⁵ tunc capellanus in Tomar et frater Fernandus Pinaza tunc ibi pretor et frater Petrus de Ulveyra et frater Petrus Menendiz decimarius et frater Nuno Johannis.

299. 1231.09.01 – Tomar

D. Fr. Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem do Templo nos três reinos de Espanha, doa foral à vila de Ega.

ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo* 349 (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. 1, pp. 621-622; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, Nova Série, vol. IX/I, pp. 633-636

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Quoniam Deus omnipotens iustus iudex omnibus in terra potestatem exercentibus precepit populum sibi subditum in iusticia et equitatem regere ut in Salomone legitur ‘Diligite iusticiam qui iudicatis terram’. Ideo ego frater Stephanus de Belmonte magister in tribus regnis Ispanie una cum fratribus meis divino spiraculo eruditus necessarium duximus rapinas et iniurias a populo nobis subito misericorditer remove. Meditantes maius et melius in animarum salute quam in caducarum rerum acquisitione lucrum nos esse consecuturos. Unde in terra de Ega tale forum et talia damus decreta. In primis omnes habitatores de Ega tam presentes quam futuri de omnibus vestris hereditatibus [*sic*] quas ibi populatis hoc forum nobis faciatis, scilicet, detis nobis octavam de pane et lino et de leguminibus et de vino similiter et pedem de uvis ponatis V^e vices deinde alterum obis remaneat et de isto casale quando vinum vestrum feceritis detis nobis unam gallinam que sit pagada per heredes de casale. Deinde de via de asinis inferius

⁵⁰⁴ Datado, no verso do documento, de 1261. Vendo com atenção o documento o X não é aspado. Não é portanto era de 1299, ano de 1261, mas sim era de 1269, ano de 1231. Também em *Gavetas (As)*, vol. II, p. 432, está datado de 1261.

⁵⁰⁵ Segue-se uma palavra riscada.

totam nostram portionem et totam nostram decimam levetis ad palatium per vestram custam et annuatim de omnibus vestris casalis detis nobis unam fugazam triticam de duabus duabus alqueires et unum capom et decem ovos omnes heredes de casale hoc forum solum nobis faciant et si unus remanserit in casale hoc forum nobis solum faciat. Pro eiradiga si triticum laboraveritis detis inde <nobis> II alqueires et de secunda similiter et ista eiradiga sit pagada per heredes de casale et pro eiradiga de vino detis nobis I almude. Siquis <ex> vobis ire voluerit habitare ad alteram terram vel ad alterum dominum vendat et donet totam suam hereditatem ad hominem talem qui nobis faciat forum sicut unus ex vobis. Siquis arma saccaverit in rua per iram et cum eis fecerit aliquid malum perdat ea et sint domini terre. Pro rausso vel pro homicidio aut pro stercore in ore misso LX solidos pectet. Siquis forciaverit maiordomum vel vicinum de suo censu vel de sua hereditate in duplum componat. Preço domini terre teneatur. Et decretum⁵⁰⁶ de villa comentor [*sic*] ponat cum concilio et teneatur. Siquis disrumperit domum de suo vicino XXX solidos pectet. Siquis fecerit furtum pro uno novem pectet. Si aliquis invenerit aliquid ganatum in suo dampno prenda et ducat illud sine calumpnia. Vestrum vinum incipiatis colligere pro S. Cipriano. Siquis vendiderit vinum in relego V solidos pectet et si vendendo perseveraverit usque ad duas vices frangant ei arcus ad ipsam cubam et per tres menses relegum teneatur. Homo de foris qui voluerit vendere <aut comparare> de poldro pro portatico V solidos det et de X morabitanos superius detur I morabitanum et de egua II solidos det de bove vel de vacca VI denarios de coirio bovis vel vacce VI denarios de corio bezerruno I denarium et toto raixelo II denarios et de pellis de totis raixelos singulas melias de carrega de pane et de vino et de frutas IIII denarios de colono de homine vel de muliere I denarium de cuba vel de arca francisca VII denarios de leito aut de escano II denarios de carrega de escudelas IIII denarios de colono II denarios. De carrega de piscato I solidum de colono II denarios de panelas decimam de morabitinada de tegula IIII denarios⁵⁰⁷ et de quanta levaverit sic pague de manta vel de pelle cordeira VI denarios. De feltro vel de pelle facta cabritina vel de morabitinada de burello aut de zudero vel de bragale de panno lineo II denarios de maseira I denarium de tota madeira preter de apeiro de bobus de carrega IIII denarios. De carrega cavalari de ferro vel de ferramenta I solidum et de asino VI denarios. De pannis coloris quos duxerint ad vendendum de I morabitano IIII denarios. De par de zapatis I denarium de carrega cavalari de sal IIII denarios et de asnar II denarios de colono II denarios. De cabrito vel de agno I denarium. De carrega cavalari de nozes vel de castaneis I alqueire et de asnar I medium alqueire. Bofon qui aliquid vendiderit in villa det cotidie I denarium de morabitinada de lana vel de lino IIII denarios. Hoc portaticum sit datum de hominibus de homini

⁵⁰⁶ Palavras corrigidas.

⁵⁰⁷ Palavra corrigida.

[sic] foris secundum quomodo comparaverint vel vendiderint et istud portaticum sit in electione domini terre de quibus in villa comparaverint vel vendiderint. Homo de foris qui comparaverit coelunum de morabitinada VI denarios det. Vicinus de Ega qui vendiderit vineam vel hereditatem aut domum dominus terre habeat inde octavam partem precii. Siquis percusserit hominem vel mulierem cum aguilon vel cum esporis LX solidos pectet. Sigillum de maiordomo teneatur. Et qui illud fregerit pectet V solidos. Et si aliquis maiordomum percusserit vel occiderit D solidos pectet. Pro iudice directum faciendo si eum percusserint vel occiderint mille solidos pectent et medietas sit inde de iudice et altera medietas de comendatore. Similiter pro almotace faciendo iusticiam si eum percusserint vel occiderint comendatori C morabitanos pectent. Omnes res qui non sunt scripta in carta ista iudicentur per bonos homines nostre ville. Et si per se non potuerint iudicare iudicent per comendatorem terre vel per magistrum. Calumpnie que non sunt scripte in ista carta sint venzudas per inquisam directam. Facta carta firmitudinis mense setembrius primo die intus in domo fratrum Templi terre Thomaris sub Era M^a CC^a LX^a VIII^a. Ego magister Stephanus de Belmonte qui hanc cartam facere iussi una cum omnibus fratribus meis vobis habitantibus in Ega et filis et filiabus vestris et progenis roboravi et confirmavi. Regnante domno Sanchio secundo Portugalensium regi. Qui presentes fuerunt frater domnus Simeon Menendi tunc comendator Thomaris et Portugalis. Et frater domnus Petrus Costam comendator Palumbaris. Frater Gobert comendator Saurii. Frater Gonsalvus Gonsalvi comendator de Ega. Frater Laurencius Espinel comendator Sanctaren. Frater Beltradus comendator de Almorio. Frater Fernandus Pinaz ibi pretor. Frater Petrus Vulneira ibi clavicularius. Frater domnus <M.> Otio [sic] comendator de Dornis. Frater domnus Petrus Iohanni comendator de Faro⁵⁰⁸. Frater Menendus Moniz comendator de Savugal. Frater domnus Petrus Nuni. Frater Iohannes Dominici. Frater Iohannes Jordani capellanus domini magistri. Frater Petrus Iohanni marascalcus. Frater Stephanus capellanus Thomaris. Frater Petrus Fernandi. Frater Martinus Nuniz. De laicis Gonsalvus Menendi iudex Thomaris. Iohannes Barata. Iohannes de Calazon. Thomaz presbiter notuit.

300. 1232.06

D. Martim Gonçalves de Santa Olaia vende a D. Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem do Templo, a Soeiro Mendes, comendador de Tomar, a Martinho Rodrigues, comendador de Castelo Branco, e a Fr. P. Costent, comendador de Pombal, a sua quinta de Santa Ovaia, com onze casais e suas pertenças. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.^a parte, fls. 148r-148v⁵⁰⁹ (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 284r-284v; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 91-92⁵¹⁰

⁵⁰⁸ Poderá tratar-se da comenda de Faro, localizada em Burgo de Faro, no município de Cambre, na Corunha (Galiza) (Martínez Díez 2010, pp. 34-35).

⁵⁰⁹ Documento copiado no âmbito das escrituras do bispado de Coimbra.

⁵¹⁰ Datado de julho.

In Christi nomine et eius gratia. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam ego dampno [sic] Martinus Gozaliz de Sancta Ovaya iussi facere vobis fratri S. de Belomonte in tribus regnis Hispanie magister Templi et fratri S. Menendiz comendatori de Thomar et fratri Martinus Roderici comendatori Castri Candidi et fratri P. Costent comendatori Palumbar et omnibus aliis fratribus militie Templi presentibus et futuris de una mea quintana quod vendo vobis que vocatur Sancta Ovaya cum XI casales quomodo parte o rego contra a quintana. Et do unum casalem ecclesie Sancte Ovaye qui vocatur de Mariota. Vendo vobis predictos casales cum predicta quintana pro precium quod placuit mihi et vobis S. pro unum equum et duas lorigas et una mora et D morabitanos et pro remedium anime mee et patris et matris mee meorumque parentum. Et de predicto precio confestim fui peccatus ad meam voluntatem et nichil remansit in debitum pro dare. Et vos prenominato magistro et vestris successoribus et omnibus fratribus militie Templi habeatis predicta quintana cum predictis XI casalibus cum egressibus et regressibus cum pratis et cum aquis et cum omnibus pertinentiis suis sicut melius illam habeo nec habere debeo sicut melius dici nec utilius intelligi potest ut habeatis et possideatis illam nunc et in perpetuum. Etsi forte ego venio vel aliquis veniat tam de nostris quam de extraneis quod factum nostrum temptare vel irrumpere voluerit pro sola temptatione pectet II mil morabitanos et hereditate duplata et quantum fuerit meliorata fratribus Templi vel qui suam vocem tenuerit. Et ego dompno Martinus Gozaliz supra nominatus qui hanc cartam iussi facere cum propriis meis manibus munimine roboro et confirmo.

Facta carta mense junii Era M^a CC^a LXX^a. Testes qui hoc viderunt et audierunt. Dompno Martinus Diaz. Guilhelme de Saas. Diago Martini. Diego Gozalez. Pero Gozalez testes. Ferram Yanes testis. Fratribus qui presentes fuerunt fratri Laurenço Pedriz. Fratri Ferram Pinaza. Fratri J. Bellidanes. Stevam Pedris d'Alcabichel testis. Ego Rodericus Martinus notarius donni magistri qui hanc cartam [fl. 148v] scripsi pro mandato suo et pro mandato dompni Martini Gozalis de Sancta Ovaya die et anno quo supra.

301. 1232.08

D. Pôncio Afonso e sua mulher, D. Maior Martins, doam à Ordem do Templo, a D. Fr. Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem, uma albergaria no Pinheiro e a Aldeia Nova.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 29 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 79v-80r

In Dei nomine et eius gratia. Notum sit omnibus hominibus presentibus et futuris quod ego dompnus Pontius Alfonsi et uxor mea dompna Maior Martiniz bono animo et spontanea voluntate in nostra memoria et salute permanendo volumus construere et hedificare unam albergariam in Pineiro quod nos tenemus de magistro et de fratribus Templi Portugalie in vita nostra et volumus ipsam facere et hedificare ad

servicium et ad honorem Dei et beate Marie et ad utilitatem pauperum qui nocte ac die ibi venerint tam sani quam infirmi ut semper habeant in ipso loco omne opus suum de ipsis causis quas ibi habere potuerint. Et ego donnus Pontius Alfonsi et uxor mea donna Maior Martiniz in vita nostra volumus continere et gubernare predictam albergariam de omnibus nostris helemosinis et post obitum nostrum damus et concedimus Deo et beate Marie et domui Templi et vobis fratri Stephano de Belmonte magistro in tribus regnis Hyspanie et omnibus aliis vestris fratribus presentibus et futuris predictam albergariam cum omnibus pertinentiis suis habitis et habendis et cum omnibus bonis quas ibi nos facimus et faciemus in vita nostra. Item ad huc damus et concedimus vobis predicto magistro et fratribus Portugalie quamdam villam nostram que vocatur Aldeia Nova cum omnibus terminis et pertinentiis suis sicut nos ipsam melius habuimus nec habere deberemus talimodo ut post obitum nostrum predicta albergaria de ipsa contineatur et gubernetur et propter hoc damus vobis predictam Aldeiam ut ad honorem et ad servicium Dei et beate Marie et ad utilitatem pauperum iam dictam albergariam contineatis et pro remedio animarum nostrarum et patrum et matrum nostrorumque parentum hanc albergariam construximus et hedificamus quia si forte aliquis venerit ul nos venerimus tam de nostris quam de extraneis qui hoc factum nostrum infringere vel temptare voluerit pro sola temptatione pectet mille morabitos magistro et fratribus Templi Portugalie. Et in super sit excommunicatus et maledictus et cum Juda Domini traditore et cum Datam et Abiron quos vivos terra absorbit in inferno eternas lugeat penas. Item si forte ego frater Stephanus de Belmonte magister in tribus regnis Hyspanie magister Templi vel aliquis comendator sive fratri tam presentes quam futuri qui contra hoc nostrum factum venire voluerit vel infringere et predictam albergariam continere noluerit sicut superius dictum est sit excommunicatus et a Domino maledictus et inobediens sicut fuit Adam. Facta fuit hec carta mense Agusti sub Era M^a CC^a LXX^a. Nos supra nominati qui hac cartam iussimus [*facere*] per alfabetum eam dividimus et coram bonis hominibus roboravimus et confirmavimus

302. 1233.04

*Lopo Pais, Pedro Veloso e sua mulher, Maria Martins, doam à Ordem do Templo, uma parte da vila de Pereña*⁵¹¹, que receberam de herança.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 179v-180r⁵¹²; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 162r-162v (cuja leitura se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 313r-313v

⁵¹¹ No *Livro das Escrituras* (ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 162r-162v) este documento diz respeito ao arcebispado de Braga e terá tido lugar em Mogadouro. Do outro lado da fronteira, em Espanha, existe uma localidade chamada Pereña.

⁵¹² O fl. 179v está rasgado. Leitura feita com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 162r-162v.

In Dei nomine amen. Notum sit omnibus hominibus tam presentibus quam futuris quod ego Lopi Pelagii do et concedo mea hereditare propria que habeo in villa que vocant Perenina pro remedium anime mee et pro benefacto que accepi de eos ad istos fratres militie Templi et illa hereditate nominata Quarta de illa villa que vocant Perenina. Et do ea cum aquas cum practis cum montis cum vallis cum intradas et salidas gresu et regresu usque ad miniam petram. Et de hodie in iuro vestro sit tradita et de meo ab rasa. Ego Lopi Pelagii do et concedo mea hereditate propriam nominata tibi frater J. Vilidanis et aliis fratribus militie Templi. Et si aliquis venerit vel venierimus qui hoc meum factum frangere voluerit sit maledictus et cum Juda in inferno dampnatus et pectet C morabitanos domino terre et C donno voci et duplet quantum demandaverit. Et ego Petro Veloso et uxor mea Maria Martyniz similiter facimus. Et nos fratres militie Templi damus ad istum hominem dom Lopi de mercede nostra que comedat in tota vita sua propter amorem Dei quia vidimus in posibilitatem eius quia est decrepitus. Ego Lopi Pelagii et Petro Veloso et uxor mea Maria Martini hanc cartam roboramus et manus nostras in ea iussimus et hoc signum in ea fecimus [SINAL]. Facta carta in mense aprili sub Era M^a CC^a LXX^a I^a. Portugalensi rex Sancius. Archiepiscopus in Bracara magister S. Preceptor in Mogadoyro et in Penas Rubias frater J. Vilidanis. Homines qui viderunt et audierunt Alvezom Martym confirmo. Dominico Andres confirmo. Mel. Faber. Pelagius Mel. Dom Martim. Dom Fernando et alios multos de Mogadoyro. Fernam Pelagi notavit et confirmavit.

303. 1235.05

D. Pedro Costa, comendador de Tomar, com os freires do convento, recebe de Pedro Saião e sua mulher, Godinha Saião, confreires, a terça parte de seus bens, após a morte de ambos, exceto uma sua vinha. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 3⁵¹³ (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 109v-110r

Notificetur quod ego frater donnus Petrus Costam tunc comendator de Tomar una cum nostris fratribus tunc ibi permanentibus recepimus pro nostro confratre et in nostro beneficio Petrum Saiam et uxorem suam Gotinam Saiam et similiter illi nos receperunt in suo beneficio et pro suis animabus nobis dant post mortem suam tertiam partem de omni suo censo tam mobili quam immobili preter suam vineam que est in careiram de Lousana quam ambo tenent implazada inter se tali modo ut quando unus ereis obierit ille vel illa qui remanserit debet eam tenere in vita sua. Et post mortem amborum nos debemus inde habere totam tertiam partem sicut debemus habere de toto altero suo censu. Igitur ex hac die hoc pactum debet esse firme et stabile im perpetuum. Et nos et illi non habeamus potestatem illud frangendi nec minuendi. Facta fuit hec kartam [mense maii sub era M^a CC^a LXX^a III^a]. Qui

⁵¹³ Documento em mau estado, com noz-de-galha, o que impede a correta leitura do texto em algumas passagens. A reconstituição possível foi feita com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 109v-110r.

presentes fuerunt comendator supra nominatus frater donnus Petrus Costam et sub comendator frater Johannes clavicularius. [...]. Frater Petrus Johannis et capellanus frater donnus Stephanus et fratres de conventu donnus Petrus Nuniz et donnus Suarius Gomecii et donnus Nuno et Laurentius Menendiz et Rodericus Petri comendator de Palombar et alii quam plurimi.

304. 1235.05.28 – Perugia

O papa Gregório IX, pela bula «Evangelice doctrine», limita o privilégio de pousada a prelados e outras pessoas religiosas nas casas da Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 42v-43r (cuja lição se segue);

BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 74r-74v

Publ. Ferreira 1735, pp. 895-896

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis fillis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste per-[fl. 43r] venerint salutem et apostolicam benedictionem. Evangelice doctrine que prohibet alterum alteri facere quod sibi nollet et honestati ecclesiastice contradicit aliquam religiosam domum in immensa multitudine visitare et lautas epulas querere illum qui in domo propria procuraciones sobrias vix interdum sine scandalo aliis exhiberet. Accepimus autem quod quidam vestrum domos dilectorum filiorum fratrum militie Templi in magna multitudine equorum et hominum adeuntes in eis fratribus hospitantur et expensis gravissimis inquietant quos deberent ob reverentiam nostram ad cuius defensionem spetialiter pertinent et considerationem obsequii quod defensione christianitatis exhibent in partibus transmarinis contra alios sollicitate adiuvarere. Quod igitur non debemus in patientia tolerare ut in diebus nostris onera predictis fratribus imponantur que antea non portarunt universitati vestre auctoritate apostolica districtius inhihemus ne in domibus eorum ipsis queratis renitentibus hospitari nisi forte id in concessione domorum ipsarum vobis vestris successoribus manifeste apparuerit reservatum sed ea potius reverentia et obsequio contenti sitis quod prescriptum autenticum declaratur. Datum Perusii V kalendas junii pontificatus nostri anno nono.

305. 1235.05.29 – Perugia [A]

O papa Gregório IX, pela bula «Dilecti filii fratres», ordena aos prelados que proibam os seus oficiais de lançar penas pecuniárias aos membros da Ordem do Templo por excessos cometidos, aplicando-lhes outras penas.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 2, n.º 56 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 42v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 73v-74r

Publ. Ferreira 1735, pp. 894-895

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Dilecti filii fratres militie Templi transmissa nobis petitione monstrarunt quod vos et officiales vestri archidiaconi archipresbiteri et decani in vestris episcopatibus constituti ac officiales ipsorum homines predictorum fratrum pro excessibus suis ad ecclesiasticum iudicium trahitis ut eorum potius tollatis pecuniam quam ut dignam eis pro peccatis penitentiam iniungatis. Cum igitur indignum sit ut predicti fratres qui ad defensionem orientalis Ecclesie pias elemosinas petunt dispendium aliquod vel gravamen in rebus que ad ipsos pertinent patiantur fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatenus vos ab huiusmodi dictorum fratrum gravamine desistentes supradictos official[es vestros]⁵¹⁴ archidiaconos archipresbiteros et decanos seu quoslibet officiales eorum appellatione ac excusatione cessantibus per censuram ecclesiasticam compescatis ne homines predictorum fratrum pro excessibus suis pena pecuniaria puniant sed alia eis imposita penitentia bona eorum ad usus predictorum fratrum in ac quiete dimittant. Datum Perusii IIII kalendas junii pontificatus nostri anno nono.

306. 1235.05.29 – Perugia [B]

O papa Gregório IX, pela bula «Paci et quieti», ordena aos prelados que publiquem o nome dos excomungados por agressão aos membros da Ordem do Templo até estes obterem a absolvição do papa. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 35, fls. 35r-35v (cuja lição se segue); ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 235, 4.ª parte, fls. 40v-41r⁵¹⁵; BNP. Fundo Geral, n.º 738, fls. 71r-71v

Publ. Ferreira 1735, pp. 887-888

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Paci et quieti religiosorum virorum fratrum militie Templi apostolica nos convenit solitudine providere et tam ipsos quam eorum bona tanto sollicitius a malignorum incurisibus et rapinis tenemur protegere quanto pro fide christiani nominis se diuturnioribus exponunt periculis et adversus pravos et exteris nationes labores subeunt graviore. Inde est quod tam fortes athletas Christi in suo sancto proposito vollentes attentius confovere ad defensionem sui vestram solitudinem duximus commovendam ut magis ac magis possint ad promovendum propositum quod sumpserunt intendere cum fuerint solitudine prelatorum ecclesie a malignantium inquietatione [fl. 35v] securi. Monemus itaque universitatem vestram atque precipimus quatinus si quando clerici vel laici parochiani vestri in aliquem predictorum fratrum capiendo vel de suis

⁵¹⁴ Orificio no pergaminho.

⁵¹⁵ Datado de «tertio kalendas Junii».

equitaturis deiciendo aut alias inhoneste manus tractando violentas manus iniciunt huiusmodi presumptores sublato appellationis obstaculo accensis candelis dilatione ac occasione postpositis excommunicatos publice nuncietis et tandiu faciatis sicut excommunicatos arctius evitari donec passo iniuriam congrue satisfaciant et pro absolutionis beneficio impetrando apostolico se conspectui representent. Eos vero qui in predictos fratres manus iniciunt violentas sed equitaturas aut alia eorum bona violenter diripiunt si a vobis commoniti ablata eis restituere noluerint vinculo anathematis adstringatis quo ipsos usque ad satisfactionem condignam teneatis adstrictos. Datum Perusii IIII kalendas junii pontificatus nostri anno nono.

307. 1235.08.01

Sancha Esteves, confreira da Ordem do Templo, doa à dita Ordem a terça parte de seus bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 10* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 112r-112v*

Sciant omnibus qui hanc kartam viderint vel legere audierint quod ego Sancia Stephani sum confreira et recepta in toto beneficio mansionis Templi et ideo spontanea mea voluntate et nullo me cogente in mea vita et in mea bona salute ibi libenter do et concedo tertiam partem totius mei census tam mobilis quam immobilis ut post mortem meam fratres Templi totam illam integram inquirent et habeant et possideant in perpetuum de quanto fuerit meum directum et post mortem meam inde in venerint. Et nec ego nec alter propincus nec extraneus potestatem habeamus hoc meum factum frangendi nec minuendi sed firme et stabile sit in perpetuum. Et qui illud frangere volverit a diabolo frangatur in eternum visi ante se correxerit satisfacione. Et qui illud bene observaverit a Domino Deo sit benedictus et partem habeat cum suis sanctis fidelibus in suo sancto regno amen. Facta fuit hec karta prima die Agusti sub Era M^a CC^a LXX^a III^a. Ego donna Sancia supra nominata que hanc kartam iussi facere cosam bonis hominibus eam fratribus Templi concedo et confirmo. Qui presentes fuerunt.

308. 1236.04 [A]

Mendo Afonso doa à Ordem do Templo uma herdade, uma albergaria e uma igreja em Casével, entre outros bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 37* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 16*⁵¹⁶; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 35r*⁵¹⁷, fl. 40v e fls. 213r-213v⁵¹⁸

In Dei nomine. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris qui hanc cartam legere audierint quod ego Menendus Alfonsi do et concedo Ordini milicie Templi

⁵¹⁶ O sumário deste documento (*Gavetas (As)*, vol. II, p. 493) refere-se a Martim Afonso, nome que consta do verso do documento, já que na frente do documento o nome não é visível devido a mancha de água. O outro documento de ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 37* diz *Menendus*.

⁵¹⁷ Com espaços em branco.

⁵¹⁸ Com espaços em branco.

amore Dei et pro remedio anime mee hereditatem quam habeo in Caseval et ecclesiam et albergariam preter quartam partem de ecclesia que est fratrum meorum et etiam do eis hereditatem que fuit Dominici Michaelis et omnia predicta ista do et concedo eis cum totis suis pertinenciis et cum hereditate quam habeo in Toyxim et mando ut in albergaria de Caseval sit refecta de lectis et de liteira pro pauperibus. Et do eis videlicet sub tali conditione ut ipsi nunquam habeant potestatem donandi omnia supradicta vel pignorandi sive in prestimonio dandi sed usque in finem ipso Templo serviendi. Et si forte aliquis vel aliqui aliud facere voluerit vel voluerint mando quod Petrus Nuniz filius donni Nononis Sancii vel filii eius vel aliquis consanguineus meus propinquior capiant omnia ista supra dicta et dent ea pro anima mea. Et si aliquis vel aliqui vel aliqua contra hoca meum factum venire voluerit vel voluerint sit maledictus vel maledicti et cum Juda traditore in infernum dimersus vel dimerssi et eciam pectet domno terre D morabitanos et etiam sua inquisicio non valeat sibi. Facta carta mense aprilis sib Era M^a CC^a LXX^a IIII^a. Et ut carta ista robur habeat firmitudinis sigillo meo feci eam sigillari et omnia predicta ista debeo tenere in vita mea. Ego vero supra nominatus qui hanc cartam iussi fieri coram bonis hominibus concessi. Qui presentes fuerunt Petrelinus canonicus ecclesie Sancte Marie de Alcaxoba de Sanctarena notuit et hoc signum fecit [SINAL]. Donus Simeon Menendi. Frater Pelagius comendator Templi in Sanctarena. Frater Rodericus. Johannes Jordanis cappellanus. Donnus Vincentius cellerarius Alcobacie. Petrus Petri Pinto. Martinus Pelagii Saia.

309. 1236.04 [B]

Martinho Egeu, comendador de Pouves⁵¹⁹, com consenso de D. Pedro Costa, comendador-mor da Ordem do Templo, e de todos os freires, afora a Martim Mendes e a seu irmão uma herança em Portelo, termo de Parada, para sempre.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 5 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 110v

In Dei nomine. Ego Martinus Egee comendatori de Paves per consensu de donno Petrus Costam comendatori do Templo et fratrum nostrorum facimus kartam tibi Martinus Menendi et fratres tuus de hereditate nostra quam habemus in termino de Parada in loco nominato ubi vocant Portelo quantum est ruptum cum suas testadas quantum rumpebat Menendus Pelagii vestro patre. Damus vobis ipsam hereditatem ut faciatis inde foro nominato VIII^{am} partem de qualem fructum ibi habeat habeatis vos et omnis vestra per hoc forum incumptis temporibus seculorum. Et clametis nostro maiordomo de ipsa villa et levetis nostrum directum ad uno nostro casale in ipsa villa. Et clametis nostrum maiordomum tribus vicibus in tribus diebus etsi noluerio venire faciatis testimonia de bonos homines et guardetis vos in vestras casas

⁵¹⁹ Bernardo de Sá-Nogueira identifica a vila de Pouves no termo de Lafões (Sá-Nogueira 2005, p. 186).

nostrum directum. Si aliquis homo venerit vel venerimus tam de nostris quam aliis extraneis qui hanc cartam rumpere volverit quantum quesierit tantum vobis duplet et in super D soldos componat ad quem vox data fuerit. Facta karta mense aprilis in Era M^a CC^a LXX^a III^a. Regnante rex Santius. Archiepiscopus in Brachara Silvester. Domnus terre R. Sancii. Nos qui in hanc cartam supra sumus nominatos et iussimus facere cum manus nostras proprias roboramus et pro roboram I^o medio morabitino. Testes Johannes testis. Petrus testis. Pelagius testis. Martinus scripsit.

310. 1237.05.03 – Tomar

D. Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem do Templo em Portugal, e todo o convento doam a D. Urraca Ermiges, uma herdade que receberam de D. Alda, e que após a sua morte reverterá novamente para a Ordem, e D. Urraca doa à Ordem dois casais em Freande e metade de uma quintã que tinha com sua irmã D. Froila Ermiges.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 151r⁵²⁰ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 289r-289v

Notificetur tam presentibus quam futuris hanc paginam inspecturis quod ego magister donnus Stephanus de Belmonte una cum omnibus nostris fratribus in Portugalia permanentibus damus vobis donne Urrace Ermigii ipsam nostram hereditatem quam habuimus ex parte donne Alde ut eam habeatis et possideatis et fructificetis in omnibus diebus vite vestre et semper inde nobis annuatim et successoribus nostris detis pro noticia VI marabitanos velios in auro. Et post mortem vestram totam liberam et integram nobis permaneat sine altero labore et contrario cum ipsis duobus casalibus quia sunt Freande in ripa Dovelis et cum ipsa media de quintana quam habeatis cum vestra sorore donna Fruilli Ermigii quam nobis et mansioni Templi datis pro anima vestra. Et post mortem vestram totum hoc liberum et integrum nos et omnes successores in perpetuum habeamus et possideamus.

Hoc plazum fuit factum et confirmatum in nostro capitulo quod prima dominica madi celebratum fuit apud nostram domum de Thomar sub Era M^a CC^a LXX^a V presente omne capitulum Templi Portugalis.

311. 1238.05

Pedro Novais e sua mulher, Toda Ramos, doam a D. Soeiro Gomes, comendador da bailia de Braga, e à Ordem do Templo, o casal da Fonte da Dona, abaixo do mosteiro de Refoios, e uma herdade.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 162v-163r⁵²¹ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 313v-314r

In Dei nomine et eius gratia. Hec est carta donationis et firmitudinis quam iussi facere ego Petro Novales frater Templi per obturgatione de uxor mea Toda Nuniz et

⁵²⁰ Documento copiado no âmbito das escrituras relativas ao bispado de Lamego.

⁵²¹ Documento copiado no âmbito das escrituras do arcebispado de Braga.

de filiis meis vobis Sugerio Gomez comendatori de bailia de Bracara et ad fratribus de mansione Templi de mea hereditate que habeo in villa de Reflorius per nominato ipso casale da Fonte da Dona cum allia hereditate quod dedit afforo qui fuit de ipso casale. Et habet iacentia sub monasterio de Reflorius et parte cum ipso casale quod dedit ad leposus [sic]. Do vobis et concedo usque in perpetuum per ubi potueritis invenire in montem et in fontem in pascuis inruptis et pro rumpere intus et foris cum suis terminis novis et veteris cum ingressibus et egressibus et cum suas aquas et cum tota sua debita quantum aprestitum hominis est. Do vobis et concedo pro anima mea et pro remissione omnium peccatorum meorum. Igitur ab hac die sit ista carta confirmata et semper valeat. Et si quis homo venerit tam de mea parte quam de aliena qui ista carta irrumpere voluerit quantum callumpnaverit tantum in duplo componat in tali loco et C morabitanos cui vocem vestram dederitis et insuper sit maledictus et excommunicatus et cum Judas traditori in infernum condempnatus.

Facta carta donationis in mense maii sub Era M^a CC^a LXX^a VI^a. Regnante rege Sancii 2 in Portugalie dominus terre. Magister Gil episcopus in Tude. Dominus Stephanus Venegas iudici in Valle Vice. Roderico Olario iudici in Ponte Fernandi Pellagii. Nos supranominatos qui hanc cartam iussimus facere ante [fl. 163r] bonos homines roboramus et hec signa facimus. Qui presentes fuerunt qui viderunt et audierunt. Petro testis. Pellagio testis. [SINAL] Joanne testis. M. presbiter qui notavit.

312. 1239.03

D. Guilherme de Galach e sua mulher, D. Estefânia, fazem contrato de emprazamento com D. Rodrigo Peres, comendador de Santarém, de uma herdade que a Ordem tinha em Monte do Trigo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 180v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 53v⁵²²; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 97r-98r Publ. Costa 1771, n.º 56, p. 270 (incompleto)

Notum sit omnibus presentibus et futuris qui hanc cartam viderint aut legere audierint quod in mense Martio sub Era M^a CC^a LXX^a VII^a ego donnus Villelmus de Gallach et uxor mea donna Stephania facimus talem implazamentum cum donno Roderico Petri comendatori domus Templi in Sanctarene per mandatum donni Villelmi Fulques magistri militie Templi cum consilio et consensu donni Petri Costam comendatoris de Thomar et donni Alfonsi Ermigii comendatoris de Castelo Blanco et Petri Arie qui erat compagnon ipsius magistri et fratris sui capellanni et fratris Aan Suarii qui erat menescal magistri de quibusdam vineis nostris quas in ipsa sua hereditate habemus scilicet in bacellis que sunt iuxta Montem Tritici. Sunt autem termini earum. In oriente via publica. In occidente aqua de Aazoya. In aquilone ipse alie vinee quas habemus per auctorgationem magistri donni Stephani de Belmonte de quibus debemus dare

⁵²² Documento copiado no âmbito das escrituras do bispado de Lisboa.

annuatim Hordini II modios vini. In Affrico Martinus Johannis. Sub tali pacto quod nos demus inde Hordini militie Templi annuatim tres modios vini in nostra vita ad bicam de lagare. Etsi forte ego donnus Villelmus obiero antequam uxor mea donna Stephania debent habere fratres domus militie Templi totam medietatem et decimam vini ad bicam de lagare in vita ipsius donne Stephanie. Et post mortem eius debent ipse vinee libere remanere Ordini. Sed si forte donna Stephania uxor mea obierit antequam ego debeo tenere in vita mea totas ipsas vineas sicuti [sic] sunt determinate et dare predictos III modios vini tamen. Et post mortem meam debent remanere ipse vinee libere Ordini. Et insuper debemus relinquere ad mortem nostram eidem Ordini ipsum lagare nostrum novuum quod est in directo de ipsis vineis. Et ut hoc factum nostrum sit firmus et magis stabile fecimus inde fieri duas cartas per alphabetum divisas. Qui presentes fuerint donnus Martinus Egee frater Templi. Donnus Petrus Pelagii de Lamazaaes. Gunsalvus Nuniz de Penela. Dominicus Johannis probator. Fernandus Martini capelanus Sancti Bartholomei. Martinus Simeoni aurificiz. Stephanus Peneyra. Dominicus Menendi scriba domini regis. Bartholomeus scriba testes.

313. 1239.06 – Fonte Arcada

D. Froila Ermiges doa a D. Guilherme Fulques, mestre da Ordem do Templo, nos três reinos, vários bens enumerados no documento, provenientes de heranças e doações régias.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 15 (inserto em documento de 1280.11.13 – Lisboa e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 213v-214r (inserto em documento de 1280.11.13 – Lisboa); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 163v (inserto em documento de 1280.11.01 – Lisboa); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 115-116 (inserto em documento de 1280.11.13 – Lisboa); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 9, n.º 27 (inserto em documento de 1280.11.13 – Lisboa, que está inserto em documento de 1572.06.21 – Lisboa)

Publ. Costa 1771, n.º 57, pp. 271-272

[...]

In Christi nomine. Notum sit omnibus⁵²³ tam presentibus quam futuris quod ego donna Froylhy Ermigii timens diem mortis mee in mea sanitate non vicoata nec dolo circumventa sed bono animo et grata voluntate ob remedium anime mee et patris ac matris mee et mariti mei et filii meis et aliorumque proprinquorum et pro servicio quod semper mihi fecistis dono et ofero Deo et vobis Guylermo Fulchonis preceptorum domorum milicie Templi in tribus regnis in Spanie et omnibus fratribus successoribusque vestris omnes meas hereditates quas habeo hodie vel de inceptis Deo adiuvante acquirere potero in regno Portugalie nominati Sancta Ovaya et Cinfaens cum suo ecclesiario et cum suis terminis et cum suis pertinentiis et possessionibus et aliis melioramentis que ibi habebam et lucravi postea et omnem hereditatem meam quam

⁵²³ Seguem-se as letras «ho», mas estão supontadas, assinalando tratar-se de um erro.

habeo in Lauredo propre Caldas de Aregos et in Caldis et omnem hereditatem meam quam habeo in Ruvaes quia lucrata fui de domno rege Alfonso et de donna regina donna Mafalda cum omnibus suis terminis novis et veteribus eremis et populatis et omnem meam hereditatem de Caria scilicet Thoutão de Susão et Thoutão de Jusão et quantum habeo in Grangia ubi moratus fuit Egas Ermigii et quantum habeo in Faya et omnem meam hereditate quam habeo in Freandi cum suis terminis novis atque veteribus eremis et populatis. Et quantum habeo in Uldraos cum suo ecclesiario et quantum habeo in Novaelos et quantum habeo in Rivo de Molendinis cum omnibus suis ecclesiariis. Et quantum habeo in Sancta Marina de Pedraria cum suis terminis et ecclesiario. Et omnem meam hereditatem de Carazedo cum suo ecclesiario cum ripis et cum Sancta Maria de Eymares et cum Avarenca et cum Frechas et quantum habeo in terra de Bragança et de Monte Negro et de Leedra qui mihi advenerunt ex parte matris mee cum omnibus suis terminis atque ecclesiariis in cuius rei testimonium ego dona Froylhy Ermigii supradicta feci fieri hanc cartam apud Fontem Arcatam mensis junii Era M^a CC^a LXX^a VII^a. Presentibus Martino Dominici de Mourit. Stephano Diat de Mourit. Valasco Mauro. Martino Sancii das Medaas. Martino Leytom militibus. Fratre Benedicto qui ambulabat cum donna Froylhy. Johanne Petri clerico de donna Froylhi. Menendo Egee home de donna Froylhy.

314. 1239.07.22

D. Pedro Costa, comendador-mor da Ordem do Templo, estabelece composição com D. Vasco Gonçalves, pela Ordem do Hospital, acerca de direitos a cobrar pelos comendadores de Mogadouro e de Algozo. ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 112v-113r (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 2005, n.º 5, pp. 160-161

A Ordem do Temple outra d'avemça e composiçam que fez com a Ordem do Espitall per que a dicta Ordem do Temple ha de dar das comendas do Mogadoyro e de Pennas Royas ao comendador d'Ulgosso CC XXX III maravidis e tres soldos e o comendador d'Ulgosso ha de dar ao de Pennas Royas etc.

In Dei nomine. Notificetur omnibus tam presentibus quam fucturis quod ego frater domnus P. Constem [*sic*] et frater A. Monini fratres Ordinis Milicie Templi ex una parte et frater domnus V. Gunsalvi et frater domnus P. Origuiz fratres Hospitalensis Ordinis ex parte altera cum essemus positi per fratrem A. de Monbru Maximum comendatorem Hospitalensis cum concessu prioris et generalis capituli quod fuit factum in Garda et cum concessu fratris donni G. Fulco magister Templi et generalis capituli quod fuit factum in Civitate Roderici super intenciones et malefecturas atque in honores que fuerant facte in Portugalia inter predictos Ordines ex capitulo quod fuit factum in Sactagine in Era M^a CC^a LXX^a VI^a usque vesperam Sancte Marie Magdalene in secundo anno ipsius Ere supradicte. Nos prefacti quatuor fratres cum comuni concordia mandamus atque concedimus componendo iudicando arbitrando ut tote malfetorie intenciones

atque in honores que fuerunt facte inter duos Ordines supradictos in termino ipso prefacto ut omnes sint dimittute ex una parte scilicet tali conditione quod comendator de Mogadoiro et de Pennis Rubeis dent comendatori de Ulgoso et fratribus Hospitalis in ipso loco permanentibus CC XXX II morabitanos et tres solidos. Et comendator de Ulgoso debet dare comendatori de Mogadoiro et de Pennis Rubeis et fratribus Templi ibidem permanentibus mille et DC LV morabitanos et II luricas et I lorigom. Et istud habere mandavimus pagare in Mogadoiro in primo venturo die Sancti Martini. Et si forte comendator de Mogadoiro et de Penis Rubeis prefactum habere non pagaverit comendatori de Ulgoso in predicto praso Ordo Templi cadat in pena quinque mille morabitanorum Alfonsis qui fuerunt positi in paginis divisus per alphabetum que fuerunt facte in Samora. Preterea comendator de Ulgoso pignorandi habeat potestatem in Mogadoyro et in Penis Rubeis et in suis aldeis et in grangiis fratrum Templi. Et ut comendator et concilium de Mogadoiro et de Penis [fl. 113r] Rubeis non tollant eis pignora nec exant cum ipsis armis nec apelido. Et si forte aliquis hominum fratrum vel de conciliis contra illos convenerit perdat quantum habuerit. Et si forte comendator de Ulgoso habere prefactum comendatori de Mogadoiro et de Penis Rubeis in supradicto praso non pagaverit Ordo Hospitalensi im pena quinque mille morabitanorum Alfonsis cadat sicut positi fuerunt in cartis per alphabetum divisus que fuerunt facte in Samora. Et in super comendator de Mogadoiro et de Penis Rubeis potestatem in Ulgoso et in grangiis et in aldeis fratrum Hospitalensium habeant pignorandi. Et comendator et concilium de Ulgoso non sint ausi tollere eis pignora nec exire contra illos armis nec apelido. Et si aliquis hominibus fratrum Hospitalensium vel de suo concilio exierit perdat quamtum habuerit. Et toti fratres quatuor communiter mandamus ut de supradicto habere quod comendator de Mogadoiro et Penis Rubeis dare debet comendatori de Ulgoso ut concilium de Frexeo det comendatori de Mogadoiro et de Penis Rubeis CXX VIII morabitanos et tres solidos quos levaverit de hominibus Hospitalensium fratrum de⁵²⁴. Et de bovis fratrum eiusdem. Qui presentes fuerunt et viderunt et audierunt. Frater M. Gunsalvi comendator de Mogadorio. Frater Joannes Joannis comendator de Ulgoso. Frater Stephanus Garsie testes. De Mogadoiro domnus Menendus alcalde. Joannes Michaeli alcalde testes. Domnus Pariz de Frexeo. Petrus filo de Frexeo. Petrus Pelagii de Frexeo testes. De Penis Rubeis Pelagius Petri alcalde. Domnus Nicholas alcalde testes. De Moos Fernandus Iohanis Familiaris. Pelagius Vermudi testes. Julianus Dominici de Palumbari qui has cartas composuit et notavit. Testes. Et ut hoc factum sit firmitus et concesum duas cartas per alphabetum divisas fieri fecimus et cum sigillis domni R. Egidii prioris Hospitalis im Portugalia et domni P. Costem comendatoris Templis Ordinis in Portugalia eas fecimus communiri. Facta carta mense jullii in die Sancte Marie Magdalene. Era M^a CC^a LXX VII.

⁵²⁴ Segue-se um espaço em branco.

315. [1240]⁵²⁵

Inventário de bens que a Ordem do Templo tinha em Leiria e seu termo.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 4, n.º 2 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 129v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 246v-247r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 35-36; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 50r-50v Publ. Gomes 1997, n.º 7, pp. 173-174 (versão do *Livro dos Mestrados*)

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Hoc est memoriale de hereditatibus quas habet bailia Templi in terminis Leirene.

In primo in plano qui dicitur de fratribus Sancte Crucis citra Sanctum Sebastianum in loco qui vocatur de Fidalgos. Quomodo dividitur cum via puplica [*sic*] et cum Martino Cabalario qui sedit com muliere que fuit de Martino Badaloixi et cum fidalgos. Et levat istas hereditas VI queires seminatura.

Item aliam hereditate in loco qui vocatur ribeiro das Nevyas. Quomodo dividitur cum ipso ribeiro et cum Martino Badalouxi et cum Casquenynos. Et levat quinque queires seminatura.

Item aliam hereditatem que fuit fratris Petri qui se freygravit in Templo. Et iacet ipsa hereditas apud in Clusilas que vadunt pro reganego et pro Sancto Sebastiano quomodo dividitur cum ribeyro das Nevyas et cum via puplica et cum Martino Badalouxi et cum Casquenynos. Et levat ipsa hereditas II queires.

Item in testa ipsius hereditatis iacent due coyrele que dicuntur de Cortinis et dividitur cum ribeiro das Nevyas et cum dicta hereditate fratris Petri et cum Martino Badalouxi et cum Casquenynos. Et levant ipse due coyrele II queires.

Item in ribeiro dos Heirigos duos thalios de vineis que fuerunt fratris Petri et dividitur una cum ribeiro et cum Martino Badalaouxi et cum Dominico Teleyro.

Item aliam quomodo dividitur cum Martino Baladouxi et cum Fernando Martini.

Item quartam partem de lagare quod stat ibi.

Item in testa de lagare unam coyrelam que vadit ad ribeyrum et dividitur cum ribeyro et cum Martino Badalouxi et cum via puplica.

Item ibidem unum cumchousum et fuit fratris Petri et dividitur cum via puplica et cum ribeyro et cum Petro Iohannis de Barreyra et cum Martino Badalouxi.

Item aliam hereditatem in Alpentendi et fuit de Martino Scamaz et dividitur cum donna Constancia et cum Maria Dominici et cum Rivo et cum Stephano Suerii almoxarifo.

Item ibidem sub Frexeo aliam et dividitur cum via puplica et cum leprosis et vadit ultra Rivum. Et levat ipsa hereditas I queire et ipsa que fuit de Martino Scamaz levat III modios.

⁵²⁵ Data definida com base em Gomes 1997, p. 173, segundo o qual a data foi estabelecida com base na análise interna do documento, que transcreve na p. 174 (doc. 7).

Item aliam in Palatio et dividitur cum fratribus Sancte Crucis et cum ribeyro et cum carraria et vadit ad caput de athalaya et per finem capitis de athalaya fratres Sancte Crucis et Maria Roderici et venit ad carrariam.

Item ibidem aliam et dividitur cum Maria Roderici et cum Garsia rege et cum donna Pequena et cum Dominico Iohannis genero Martino Salidi et cum Martino Iohannis. Item aliam in Obpena et fuit de fratre Petro et dividitur cum Martino Badalouxi et cum Dominico Pichom et cum donno Juliano. Et levat ipsa hereditas VI queires. Item unum olivetum in rego travesso et fuit fratris Petri et dividitur cum Martino Badalouxi et cum Iohanne Terrom et cum Petro consiliario.

Item in Oupena in loco qui dicitur Caput de Freyre dua casalia et dant inde quartam partem.

316. 1240

D. Teresa Martins doa a seu filho, Obrano Martins, cavaleiro da Ordem do Templo, e à Ordem, a aldeia de Vila Boa (Jejua), no termo de Celorico da Beira.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 180r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 112v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 210r-210v

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod ego donna Tharasia Martini in mea salute et in mea bona voluntate do et intrego donno Obranno Martini filio meo mea aldeia de Villa Bona que est circa Celoricum cum suis terminis veteribus et novis corruptus et incorruptos in monte et in fonte ut habeat illam Ordo Templi pro particione vestra quam debetis habere et pro DC morabitanos veteros et L^a quos michi dedistis et pro remedio anime mee et donni Martini Petri coniugis meis et pro vestra particione quam debetis habere a parte vestro et a me et pro multo bono quod michi fecistis de Ordine Templi exceptis VIII casalibus et uno molino quos dedi ad Sarzeda et uno casale ad Rocasvales et altero ad Sanctam Mariam de Rocamador. Etsi aliqui venerint de mea parte quod istum factum noluerit concedere mando quod orto Templi veniat ad totam particionem donni Martini filii mei in omnibus locis et ad quintam de mea avoenga et ad tertiam de mea ganadea. Et pagent ad Ordinem Templi istos D C et L^a morabitanos veteros. Et omnes illi qui post me venerint et istum factum meum concederint habeant benedictionem meam usque in perpetuum. Era M^a CC^a LXX^a VIII.

317. 1240.03

Paio Soares vende a Pedro Froias, freire da Ordem do Templo, a sua parte e a parte de sua irmã, Sarracina, de uma herdade e casas que tinham em Coimbra ou seu termo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 181v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 147r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 282r-282v

In Dei nomine. Hec est carta venditionis quam iussi facere ego Pelagio Suariz vobis fratres Templi Salomonis et Petro Froiaz meam hereditatem propria quam habeo inter Colimbria vel in territorio eius. Vendo vobis mea partem et de mea soror Sarrazina quanto nos convenit de parentela nostra de casas et de campo nominata de Mea pro precio de vobis accepi I morabino et me tantum michi placuit et de apud vos nichil remansit indebitum. Habeat vos eas firmiter usque in finem. Et si aliquis homo de meis vel aliorum extraneorum qui hoc scriptum infringere voluerit quantum inde auferre voluerit in quadruplum conponat et donno terre aliud tantum.

Facta carta mense marcii Era M^a CC^a LXX^a VIII^a. Ego supranominati qui hanc carta venditionis iussi facere et cum propria manum mea robor + o. Petro. Gargalu. Petro Gauvinas testes. Ranolso. Martius testes. Michael diaconus. Salvatus presbiter. Menendo presbiter confirmant. Suario presbiter notuit.

318. [1242-1245] – Zamora

D. Martinho Martins, mestre da Ordem do Templo nos três reinos de Espanha, com os freires do convento, concedem a igreja de Santa Maria do Pinheiro, do arcebispado de Braga, a Fernando Eanes, cónego da dita diocese e capelão de Tomar.

ADB. Gaveta 1.^a das Igrejas, doc. 191

Notum sit omnibus presentes litteras inspecturis quod nos Martinus Martini in tribus regnis Yspanie Militie Templi magister humilis de comunii fratrum nostrorum consilio ecclesiam Sancte Marie de Pineiro que ad presens vacat et cuius donatio ad nos pleno iure dignoscitur pertinere. Conceddimus Fernando Johannis canonico Bracarenis in vita sua et capellanum de Thomar nostrum perpetuo fecimus comendari concedentes eidem in ipsa dicta ecclesia plenariam potestatem. Et predicta ecclesia predicto capellano in omnibus obediens post mortem prelibati Fernando Iohanis ordini nostro libere relinquatur et ut hec perpetuo concessio non possit in dubium revocari predicto Fernando Iohanis hanc cartam nostram apertam concedimus sigilli nostri munimine roboratam. Datum Zamore.

319. 1242.09 – Porto

D. Vicente, bispo da Guarda, faz uma composição com a Ordem do Templo sobre os direitos eclesiásticos em Castelo Branco, Rodão e seus termos.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 20⁵²⁶ (cuja lição se segue) e mç. 1, n.º 18 (inserto em pública-forma sem data); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 210v-211v⁵²⁷; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 88r-88v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 159v-160v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de*

⁵²⁶ Documento com manchas de água. A reconstituição da leitura foi feita com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 88r-88v.

⁵²⁷ Não é possível localizar com exatidão o início do documento, pois existem vários fólhos mutilados.

Tomar, liv. 11, fls. 106r-107v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 91v-92v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 93-95

Publ. Costa 1771, n.º 71, pp. 288-289 (parcialmente)⁵²⁸

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Cum causa verteretur inter magistrum et fratres militie Templi ex una parte et episcopum et ecclesiam Egitanensis ex altera super iure episcopali et subiectione que petebat idem episcopus in ecclesiis de Castello Blanco et termini suis et de Rodono et terminis suis sicut dividitur citra Tagum versus Covilliana et causa fuisset diutius sub diversis iudicibus delegatis a summo pontifice ventilata ad ultimum talis inter eos amicabile compositio intervenit. Convenerant siquidem inter se quod magister et fratres de decimis et mortuariis ecclesiarum et aliis iuribus episcopalibus de quibus canonica portio debetur solvant episcopo quartam in Castello Blanco et Rodono cum terminis eorum ita quod ad oblationes minutas que cotidie fiunt in ecclesia vel ad ea de quibus secundum consuetudinem generalem canonica portio non prestatur hec quarta minime extendatur. [Nec] hec quarta solvi debet [aut] peti potest nisi de illis rebus de quibus solvitur tertia in eodem episcopatu. [Et debent] in Castello Blanco dare et concedere locum competentem episcopo in quo [possit facere domum ad conservandum panem vinum et res suas] et ad pausandum cum suis quod accipiendum est iuxta sanum [intellectum. Debent etiam in Rodono dare sibi locum] competentem in [quo faciat sibi domum episcopus ad conservandum panem vinum et res suas]. In aliis vero locis scilicet in terminis de Castelo Blanco et Rodono liceat [episcopo conducere sive dono] recipere a donnis suis domos sive [loca in quibus reponat panem vinum et res suas] dum tamen sibi perpetuo non concedantur. Et comendatores locorum mandabunt populis et rogabunt ut in hoc iuvent episcopum. Procuraciones autem habebit episcopus tres in anno computato anno a festo nativitate Sancti Iohannis Baptiste usque ad aliud festum Sancti Iohannis Baptiste duas in Castello Blanco et unam in Rodono et hec quando accesserit ad officium episcopale expediendum. Etsi non fuerint ei date quando iverit ut supradictum est non perdat eas procuratio autem quelibet erit talis VI quartaria de tritico VI puzales de vino VI quartaria de cevada I vaca I porcus tres arietes XX^{ti} galine C ova una uncia de pipere I reste de alleis I de cepis I alquer de manteyga I alquer de melle I libra de cera I afusal de lino tres carregas de lignis sal acetum pousadas et I morabino panis vinum et annona et omnia enumerata alia in procuracione dabuntur bene et competenter per rectam mensuram de Covilliana. Capellani autem ecclesiarum presentabuntur episcopo ydonei et iurabunt utilitatem et fidelitatem [et] profectum suum et Ordinis. Capellani vero si fuerint religiosi in ingressu sue capellanie et egressu requiratur assensus episcopi et ipse legitimum et debitum prestat assensum salvo fratrum privilegio ampliorum.

⁵²⁸ Datado de 1270.09: «Acta sunt hæc apud Portum civitatem. Mense septembris era M CCC VIII. Qui presentes fuerunt Domnus Petrus episcopus Portuensis D. Joannes Scriptor magister Templi [...]».

Si autem fuerint conducticii expleto tempore suo si eis non placuerit eos secum amplius retinere alios episcopo representent. Etsi a predictis capellanis episcopo de iuribus suis non fuerit satisfactum capellanus qui pre fuerit et ecclesie episcopo satesfacere teneantur. Comendatores vero presentent terciarios episcopo vel eius vicario qui iurabunt fideliter querere et conservare et presentare episcopo et comendatoribus omnia que invenerint. Et magister et fratres et populus receperunt domni Egitanensis in episcopum suum salvis privilegiis sui Ordinis ita quod si contra dicta privilegia vel eorum aliquod per errorem vel surreptionem vel alliquo alio modo aliquid est positum in hoc instrumento compositionis nullum habeat effectum sed nec pro convento nec pro scripto habeatur compositione quo ad alia in suo robore permanente. Et utraque pars se obligavit sub pena CC marcarum argenti hanc compositione perpetuo observare. Renunciatis ex utraque parte omnibus instrumentis exceptis privilegiis ut supradictum est rescriptis fructibus dampnis expensis et cathedratico in Castello Blanco et terminis suis et Rodono et terminis suis citra Tagum versus Covillianam. Renunciatis etiam sententiis excommunicationum vel suspensionum vel depositionum latis in populos vel in fratres excepto quod iudices delegati scilicet episcopi Auriensis et abbas Celle Nove compositionem istam auctoritate apostolica confirmabunt et facient inviolabiliter observari. Et ut hec compositio maius robus obtineat fecerunt inde fieri duas cartas per alphabetum divisas quarum una est penes domnum Egitanensis et alia penes magistrum et fratres milite Templi in Portugalia. Et earum transcriptum remansit penes publicum notarium civitatis Portugalensi et eas duxerunt sigillis propriis sigillandas. Acta sunt hec apud Portugalensi civitatem mense septembris Era M^a CC^a LXXX^a. Qui presentes fuerunt domnus P. episcopus Portugalensis. M. decanus. D. magisterscolarum. Ihoannes Petri. Stephanus Godini. Iohannes Dominici. Petrus Maurus canonici Portugalensis. Gonsalvus Facundi canonicus Lamacensis. Michael Roderici canonicus Egitanensis. Gonsalvus Gonsalvi. Martinus Sanctii. Petrus criado et frater Pelagius fratres militie Templi. Johannes scriptor magistri Templi. Vincentius Martini. Fernandus Martini milites. Gilbertus iudex civitatis Portugalensis. Stephanus Dominici. Dominicus Gonsalvi. Pelagius Vermundi. Menendus Niger. Petrus Cavaco. Martinus Petri cives Portugalensis. Ego Martinus Ihoannis publicus notarius civitate Portugalensis omnia supradicta fideliter scripsit et meum signum aposui [SINAL NOTARIAL].

320. [1242.09, após – Porto]

Domingos Peres, tabelião público de Castelo Branco, a pedido de Vicente Gonçalves, capelão de Castelo Branco, passa pública-forma do documento de 1242.09, segundo o qual D. Vicente, bispo da Guarda, faz uma composição com a Ordem do Templo sobre os direitos eclesiásticos em Castelo Branco, Rodão e seus termos.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 18⁵²⁹

⁵²⁹ Documento em mau estado na margem direita, que impede a correta leitura do texto.

Conoscam todos quantos este instrumento virem que eu Dominicus Petris pubrico tabeliom de Castel Branco per [...] testemunyas adeante escritas frey Vicente Gonçalvi capelam de Castel Branco mostrou e fez leer [...] huum compromisso non corrompido en nenhuma guisa mays boom e são e seelado dos seelos do [...] abade de Cela Nova e do bispo d'Eydana e do maestre do Temple do qual ho teor de verbo [...].

[*Insero o traslado do documento de 1242.09 – Porto*]

Eu Domingos Peres tabaliom de suso dicto a rogo do dicto frey Vicente Gonçalvi capellam este tenor deste compromisso escrevi e meu signal pugy que tal e [SINAL]. Eu Lourenço [...] publico thabaliom de Castel Branco que este compromisso vi e lii e a rogo do dicto frey Vicente Gonsalvi capelam e este tenor do dicto compromisso e meu signal pugy que tal e [SINAL].

321. 1242.[09, após]⁵³⁰

D. Sancha Martins, mulher de D. Pedro Martins, confreres da Ordem do Templo, doa a D. Martinho Martins, mestre da Ordem do Templo nos três reinos, vários bens em Montemor-o-Novo, oito casais no couro de Louredo, a herdade do castelo de Benabrei, e ainda quatro casais de uma herdade em Loure e a quinta de um casal em Ulveira. Manda que a sua herdade da Romeira em Santarém seja vendida para pagar uma dívida de trezentas e cinquenta libras. Deixa ainda a indicação que quer ser enterrada na igreja de Santa Maria de Tomar.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 18 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 88r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 173v-174r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 332v-333r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 61-62

Publ. Costa 1771, n.º 58, pp. 272-273

In nomine Dei. Notum sit omnibus hominibus quam presentis quam futuris quod <donno> Petrus Martini et donna Sancia Martini sunt confreres in Ordine de pauper cavalaria de Templo de Salomon. Et manda donna Sancia Martini suum corpus ad Sancta Maria de Thomar et suum leito et suum manto et manda VIII casales in cauto de Lauredo et manda in Monte Maior Novo hereditate de castello de Benabici. Et post mortem de dona Sancia Martini manda ista hereditate <ad Ordine> de Templo. Et manda dona Sancia Martini IIII casales de hereditate in Louri et <quintana> et uno casali in Ulveira et manda isto casales et ista quintana ad Ordine de Templo. Et habeat <donno> Petrus Martini ista hereditate in sua vita et post sua mortem ad Ordine de Templo. Et donna Sancia Martini manda CCC L libras pro debitas et pro mandas et istas debitas manda hereditate de Santarem da Romeira com suas voluntates et quanto ibi habet. Et si donno magister <com suos freires> volens pagare istas libras remaneat hereditate ad Templo et sciatis quod ista hereditate dant pro illa mill libras. Et si donno magister com suos fraires non volens pagar ista debita madem [*sic*] uno

⁵³⁰ Este documento tem de ser posterior ao documento de setembro de 1242, assinado por D. João Escritor, mestre do Templo. Viterbo enuncia este documento também após o do mestre D. João Escritor, de setembro de 1242 (Viterbo, ed., 1799, p. 368).

freire com donno Petrus Martini et vendat ista heredita[te] et pague ista debita et remansit fique ad Templo. Et ista manda⁵³¹ de dona Sancia Martini receipt frater Gonsalo Godini de Templo comendator de Cabo de Monte quamdo ista carta⁵³² fuit facta era magister⁵³³ per gratia Dei in tres regnos de Spania⁵³⁴ donno Martini Martini de Ordine de pauper cavalaria de Templo de Salomon.

Era M^a CC^a LXXX^a. Rodericus Dias. Frater Gundisalvus Godini. Fernandus Nuniz. Petrus Gonsalvit. Don Velo testes. Frater Petris. Petrus Martini. Valascho Menendi. Johanne Fernandiz. Fernandus Petris. Arias Petris testes. Magister testis.

322. 1244.03.25

D. Martinho, mestre da Ordem do Templo, e D. Pedro Salvadores, bispo do Porto, fazem composição a respeito do que este deveria haver pela visitaç o da igreja de Santiago de Fonte Arcada, junto do mosteiro de Paço de Sousa.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 19*⁵³⁵; ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 21*⁵³⁶ (cuja lição se segue); ADP. *Cabido da Sé do Porto, Censual do Cabido*, fls. 92v-93r⁵³⁷; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 83r-83v e fls. 107v-108r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 172r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 329v-330r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 55 Publ. Costa 1771, n.º 59, p. 274

Noverint universsi presentem paginam inspecturi quod cum inter donnos P. episcopum Portugalensis ex una parte et M. magistrum et fratres Ordinis militie Templi ex altera questio verteretur super procuratione ecclesie Sancti Iacobi de Fonte Archato que est iuxta monasterium de Palacio de Sausa quam procurationem episcopus predictus petebat a suprascriptis magistro et fratribus ratione iam dicte ecclesie tandem inter eos talis compositio amicabile intervenit videlicet ut cum episcopus qui pro tempore fuerit personaliter accesserit ad prefatam ecclesiam causa visitationis a predicta ecclesia ei procuratio semel in anno tantum ministretur tali modo. Dentur ei tres quartarii anaone per buzenum mensuram de Portu quinque buzenum frumenti per eadem mensuram in panne coto et duo puçales de vino per mensuram de Vimaranes et una libra cere et una reste de aliis et una de cepis et due uncie piperis et dimidium alquere butiri et quadraginta ova et dimidium aurei servientibus episcopi pro foro. Item debent dari carnes unius vacce tempore estatis vel duorum porcorum precii unius morador et dimidii tempore hyemis. Preterea debent dari tres arietes tempore estatis vel tempore hyemis quatuor edi et quatuor anseres et in utroque tempore

⁵³¹ Segue-se rasurado «Petrus».

⁵³² Palavra corrigida.

⁵³³ Palavra corrigida.

⁵³⁴ Rasurado «donno fr.».

⁵³⁵ Documento em mau estado.

⁵³⁶ Documento original. Os documentos ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 19* e ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 21* parecem tratar-se do mesmo documento feito em duplicado, pois a letra é a mesma.

⁵³⁷ Documento datado de junho de 1144. Tratar-se-á de um erro do copista do censual, pois o conteúdo é o mesmo. Em 1144 o mestre templário era Hugo Martónio (Costa 2019, p. 145) e não Martinho.

debent dari duodecim galline hiis tantum debet esse contentus episcopus et non amplius exigere quod su ultra hec exigerit ei possit impune denegari et ipse teneatur in quadruplum hec autem episcopo debet hinc inde perpetuis temporibus observari quamtumcunque etiam contiget in posterum sepe face ecclesie excrescere facultates. In cuius rei testimonium tam dictus episcopus de assensu sui capituli quam supra nominatus magister de assensu fratrum fecerunt hanc cartam sigillis propriis communiri. Actum est hec VIII^o kalendas aprilis sub Era M^a CC^a LXXX^a II^a.

323. 1244.12.16 – Coimbra

D. Sancho II concede a D. Martinho, mestre da Ordem do Templo, e à Ordem, os direitos reais que tinha em Idanha-a-Velha e em Salvaterra do Extremo, exceto o da anúduva, exército, colecta (colheita e jantar) e moeda.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 84r-84v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 152v

Publ. Costa 1771, n.º 60, pp. 274-275; Bernardino 2003, n.º 82, p. 351; Pimenta 1940, n.º 6, p. 46

In Dei nomine Domini amen. Notum sit omnibus has literas inspecturis quod ego donnus Sancius 2^{us} Dei gratia rex Portugalie qui totum direitum quod habeo et habuit in Egitania Veteri et in Salvaterra Ordini Templi et hoc facio pro remedio anime mee et pro amore domni Martini mei collacii magistri Ordinis Templi in tribus regnis Hispanie [fl. 84v] exceptis iuribus regalibus videlicet quod recipiant monetam meam et quod dent inde mihi collectas et quod eant in exercitum meum et in meam anuduvam et allia jura secundum quod habeo et illa habere debeo in aliis castelis et villis que predictis Ordo Templi in regno meo habet. Et ut hoc factum meum valet dedi predicto magistro istam meam cartam meo sigillo sigillatam. Que fuit facta in Colimbria XVI die decembris Era M^a CC LXXX II.

324. 1245.01.20 – Tomar

D. Sancho II doa a D. Martinho Martins, mestre da Ordem do Templo, o padroado da igreja de Santa Maria de Soure.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7*, mç. 9, n.º 3 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 57v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [B]) e fl. 106r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 123v⁵³⁸; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 233r-233v⁵³⁹;

⁵³⁸ Inserto em documento não datado «a qual vay emcorporada nhum instrumento publico». Inc. fl. 123r: «Post hec in supra dicto die et era idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit coram predicto domno Olisbonensi et aliis episcopis et personis superius et inferius nominatis alias duas cartas diversorum temporum et locorum sigilatas sigillis cereis pendentibus in cordis sericis quæ videntur domni regis Santii super donatione iuris patronatus ecclesie de Soure quarum una continent in se prellatos et barones seu nobiles confirmantes et quosdam alios testes testificantes quæ in alia quæ est scripta in minori forma minime continentur quarum litterarum unius tenor talis est [...]». [*Insere o traslado do documento de 1223.05 – Lisboa*] «Item tenor alterius cartæ de minori forma dignoscitur esse talis» [*Insere o traslado do documento de 1245.01.20 – Tomar*]. Des. fl. 124r: «tam longitudinis quam amplitudinis». Trata-se do documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

⁵³⁹ Inserto num instrumento público não datado, trata-se do documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 39⁵⁴⁰; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fl. 66r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 52v-53r
 Publ. Costa 1771, n.º 61, p. 275; Bernardino 2003, n.º 83, pp. 351-352

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Notum sit omnibus has litteras inspecturis quod ego domnus Sanctius secundus Dei gratia illustris rex Portugalie pro remedio anime mee et amore domni Martini Martini magistri Ordinis Militie Templi in tribus regnis Yspanie do et concedo de mea libera et spontanea voluntate totum iuspatronatus quod habeo in ecclesia Sancte Marie de Sauri ipsi Ordini militie Templi ut habeant ipsum iuspatronatus iure hereditario in eternum. Ut autem istud meum factum maioris roboris obtineat firmitatem et deinceps non possit in dubitum revocari istam cartam donationis et perpetue firmitudinis feci meo sigillo proprio sigillari. Actum in Thomar XIIIº kalendas februarii Era M^a CC^a LXXX^a III^a.

325. 1245.06.27

D. Paio Gomes, mestre da Ordem do Templo, com seus freires, e João Gomes, com sua mulher, aforam a herdade de Casével aos seus moradores.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 9* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 157r

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod presentem cartam inspecturis quod nos frater Pelagius Gomecii milicie Templi in tribus regnis Ispanie magister humilis simul cum fratribus nostris et ego J. Gometii simul cum uxore mea donna S. Petri damus hereditatem nostram de Caseval illis qui eam voluerint populare ad tale forum quod dent nobis decimam partem de totis causis suis et de hereditate lavradia dent nobis quintam et de hereditate de Monte quem laboraverunt in primo anno dent sextam et in aliis quintam et nos quitamus illos et nos quitamus illos [*sic*] de tota alia fazendaria si non de fogacia et de capones quos debent dare de singulis casis et ipsis populatores non debent vendere illam hereditatem talibus sicut nos sumus nec melioribus et qui illam hereditatem comperavint debet facere istud forum et ista hereditas debet tota ficare Templo post mortem dompne S. Petri uxoris dompni J. Gometii. Era M^a CC^a LXXX^a III^a. Vº kalendas julli.

326. 1247.06

D. Maria Pais, freira, doa à Ordem do Templo todos os bens que possuía em Trancoso e seus termos. D. P[ai]o Gomes, mestre da Ordem do Templo, recebe a doação.

ANNT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 36r

A dicta Ordem do Temple outra de doaçam feyta a ella per huuma dona Maria Paez de todos os beens que tinha em Tramcoso e em todos seus termos etc.

⁵⁴⁰ Inseto num instrumento público não datado, trata-se do documento de 1318.09.30 – Lisboa [B].

Notum sit omnibus qui presentem cartam viderint quod ego dona Maria Pelatii fratris Ordinis Templi existens meemorie de mea voluntate bona do offero et concedo Ordini Templi me et omnia mea que habeo et habere debeo in villa de Troncoso et in toto suo termino tam mobilia quam inmobilia in remedio anime mee et nunc et in perpetuum possidenda et do et concedo Ordini Templi et fratribus illud placium quod habebam cum Petro Menendi quondam marito meo quod sicut ego debebam bona sua possidere in vita mea ita per illud placitum vos fratres Templi illa teneatis et possideatis in mea vita et post mortem meam heredes mariti veniant ad partem suam. Siquis huius modi factum meum frangere vel in mutare volerit pectet regie potestati C morabitanos et fratribus C morabitanos et hereditatem duplicatam et in quantum fuerit meliorata. Facta carta mense junii Era millessima duocentessima octuagessima quinta. Regnante rege Sancio secundo in Portugalie. Procuratore eius fratre A. bonomen comiti. Gumsalvo Petri pretori in Troncoso. Alcaldibus P. Semente S. Gardes. A. Menendi cum sotiis suis. Iudice J. Porcalo vicario Martinus Jardim ambulatoribus. D. Sober et Stephano. Ego donna Maria que istam cartam precepi facere illam manibus meis roboro et pro testes Petrus et J. et Pelagius testes. F. scripsit. Nos frater P. Gomecii milicie Templi in tribus regnis Hyspanie magister de consensu fratrum nostrorum damus et concedimus eidem donne Marie victum et vestitum in tota vita sua sicut uni de fratrisibus Templi.

327. 1248.03.05 – *Ispolinus*

D. Paio Gomes, mestre da Ordem do Templo, estando no cerco de Sevilha com o rei de Castela, e a pedido de João Fernandes que servia no exército do rei de Castela, concede-lhe as herdades de Fontela, de Dade Real e de Dade Tenosa que o seu avô tinha da Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, mc. 11, n.º 14

Ego P[*elagius*] Gumici milles Ordinis Templi regni in tribus Spanie magister humilis omnibus hominibus quos viderint istam cartam salutem in Domino Ihesu Christo. Notum sit vobis quod Johannes Fernandi venit nobis apud Sibia nos iacens com nostro domno regi Castelle in sua hoste et demandavit nobis hereditatem quod erat sui avoo J. Nuniz que tenebat Templum a penores pro D morabitanos velos. Et nos clamamus nostris fratribus quibus erant de ipso tempore et scimus veritatem ideo et invenimus quod eramus pagatos predictus morabitanos per fructus quos habuimus de hereditate Fontela et Dadi Rial et Dade Tenosa. Et postea scimus de nostris fratribus quod habemus iam nostrum directum et obtorizamus ad Ihoannem Fernandi ipsam hereditatem qui est neto J. Nuniz et filius Fernandi Ihoannis et iste debet habere ipsam hereditatem et isti obtorizamus eam quod faciat de sua hereditate suum comodum. Et rogamus ad Sugerium Menendi filius Menendi Pelagii de Tedim quod recedat de hereditate Fontele ad Ihoannem Fernandi quia iste debet habere eam et quanto tenet illam tenet sine directo et postulavit ad Templum hereditatem in qua non habebat

directum esendi filius et netos Ihoannis Nuniz vivos. Data fuit V dias andados martii circa Ispolinus. Era M^a CC^a LXXX^a VI annos.

328. 1248.04.08 – Lyon

O papa Inocência IV, pela bula «Attendentes quod ex constitutione», dirigida ao arcebispo de Braga, e seus sufragâneos, ordena que não obriguem os Templários a pagar para o subsídio do imperador. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.^a parte, fl. 166v (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 321r-321v

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopo Bracharensi et eius sufraganeis salutem et apostolicam benedictionem. Attende[ntes] quod ex constitutionem quam pro subsidio imperii Romani in concilio Lugdunensi edidimus illi qui personaliter in Terre Sancte proficiscuntur succursum eximuntum aprestatione subventionis que de proventibus benefitiorum in quibus per beneficiatos sex menses ad minus non residetur persoliter annuatim prefato imperio per constitutione eadem extitit deputata. Considerantes ectiam quod dilecti filii fratres domus militie Templi memorate succursum Terre insistunt continue pro ipsius defessione in defesso brachio decertantes ac nolentes ex hoc ut de proventibus prebendarum ecclesiarum et benefitiorum suorum teneantur eidem imperio subvenire fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus eosdem fratres a quoquam in hac parte non obstantibus quibuscumque litteris super hoc a sede apostolica impetratis per quas presentium efectus impediri valeat vel diferri vel de quibus oporteat in eisdem fieri mentionem molestari minime permittatis revocantes in irritum si quid contra ipsos super hiis occasione litterarum nostrarum est forssitam atemptatum. Molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam appellatione post posita compescendo. Datis Lugdunensis VI idus aprilis. Pontificatus nostri anno quinto.

329. 1248.08.30 – Coimbra

Acordo celebrado entre D. Paio Gomes, mestre da Ordem do Templo, e D. Egas, bispo de Coimbra, pelo qual a Ordem recebe a prelatura da igreja de Soure e o comendador da vila de Soure jura ao bispo que entregará os direitos episcopais.

ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 11, fls. 67v-69v (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 739, fls. 53r-54v

Noverint universi presentem paginam inspecturi quod super contentione que erat inter Colimbriensi ecclesiam ex una parte et fratres militie Templi ex altera super ecclesia de Sauri tandem inter eos talis amicabile compositio intervenit videlicet. Quod ipsi fratris habent prelaturam ipsius ecclesia ita quod comendator qui pro tempore positus fuerit in villa de Sauri iura in manibus episcopi quod fideliter facia dari capitulo Colimbriensi annua iura sua pro sensu et iuribus suis videlicet terciam decimarum panis vini et ganati omnium aliorum que pro decima dantur ecclesia et mortuariorum

et eiradega scilicet scilicet unum modium de tritico et alium de vino et ista eiradega dabitur de communi. Etsi capitulum voluerit suum tertiarum ponium in quam ponere ad iura sua colligenda comendator ipsum recipiat et adiuvet et manuteneat et defendat quod iura capituli integre et sine diminutione recipiat et comendator dabit tertiaro domum aptam ad panem et vinum et alias sua iura reponenda. Cappellanus frater vel secularis qui ibi pro tempore fuerit⁵⁴¹ infra quartum diem presentabitur episcopo vel eius vicario et de manu ipsius recipiat curam animarum si idoneus repertus fuerit et promitat similiter in manibus episcopi vel eius vicarii fidelitatem et obedientiam in his que tangunt ipsam ecclesiam et licitum [fl. 68r] sit ipsis fratribus remove cappellanum sive fratrum sive secularem et ponere alium ad voluntatem suam sub predicta forma. Cappellanus qui ibi pro tempore fuerit veniat ad sinodum episcopi vel eius vicarii auditurus et servaturus ea quae ibi posita fuerint quantum ad illam ecclesiam pertinuerit et ducet unam libram de cera et servitia. Episcopo vel eius [sic] vicario et capelano videlicet episcopo vel eius vicario duos fogatias et duos anseres et capitulum ecclesie parebunt iuri coram episcopo vel eius vicario in causis ecclesiasticis conquerentibus de eis quantum ad ipsam ecclesiam spectat. Item subibunt pro parte sua onera tam super petitionibus domum pape quam legatorum ipsius quam etiam episcopi sicut aliae ecclesiae episcopatus Colimbriensi secundum quod inter eos fuerit convenienter taxatum sententias episcopi vel eius vicarii servabunt secundum quod aliae ecclesiae episcopatus et etiam capituli properibus suis. Item recipiant episcopum quando rationis visitationis everit et dabunt ei procuracionem quantam ei dant in Palumbario semel in anno. Etsi episcopum alia vice in anno venire contingerit recipient eum honorifice prelati campanis et dabunt ei duos quartarios de tritico de pani cocto et unum puzalem de vino et unum porcum et unum carnarium et quindecim galinas et triginta ova et duas untias de pimenta et ligna et butirum et acetum et duos quartarios de ordeo. Et [fl. 68v] quando contingerit decanum vel aliquam personam vel canonicam Colimbriensi facere inde transitum faciant ei servitium secundum quod decet personam vel canonicum Colimbriensi ita quod ultra duas vices in anno alicui non teneantur huiusmodi servitium exhibere. Pro luctuosa et cadenatico et aliis multis servitiis quae capitulo praelatus facere consueverat dabunt annuatim in festo Omnium Sanctorum decem marabitanos in anno vel equivalentiam capitulo supradicto de possessionibus omnibus quas acquisierunt vel aquisierint post concilium generale sive per se sive per alios axcoluerint tertiam decimarum inde fideliter persolvent capitulo nominato. Per haec itaque quae facimus non inteligimus alicui prejuditium generare. Hec omnia supradicta juravit donus Egeas electus Colimbriensi ad sancta Dei evangelia se servaturum pro se et successoribus suis et P. cantor et P. thesaurarius similiter juraverunt pro se et pro capitulo Colimbriensi qui erant dati

⁵⁴¹ Palavra corrigida.

procuratores in isto facio ex parte capituli. Ex parte capituli ex parte Templariorum juraverunt similiter se servaturos bona fide ea que superius continentur Laurentius Mendi commendator de Thomar tenens vices magistri in Portugaliar Garcias Fernandi comendator de Palumbari P. Fernandi comendator de Sauri fratri Pelagius comendator de Ega Johannes Plagii [sic] cappelanus de Thomar Alfonsus Mendi cappelanus [sic] de Ega frater Rodericus Roderici frater Johannes commendator de Leirena [fl. 69r] frater Petris Mendi et obtulerunt cartam magistri quae talis est.

Viro venerabili et honesto donno Fabius electus Colimbriensi et capitulo eiusdem loci frater P. Gometii magistri militiae Templi in tribus regnis Hispaniae salutem in Christo. Sicut amicis quos amamus et de quibus multum confidimus facimus vobis scire quod mittimus vobis fratrum L. Mendi commendatorem de Thomar et tenentem nostrum locum in regno Portugaliae super factum ecclesiae de Saurii et super aliis rebus quas vobiscum habuerit decidubar et nos concedimus quantum ipse vobiscum posuerit tam in compositione quam in aliis rebus et rogamus vos quod placeat vobis et nos tenemus vobis attendere quantum ipse vobiscum posuerit in super obligavit se utraque pars ad penam duorum milium aureorum quod pars quae contravenerit solvat alteri parti supradictos aureos si legitime monita noluerit eandem dare. Monitio autem predicta debet ⁵⁴² commendatori de Thomar vel tenenti vices suas similiter episcopo vel eius vicario et soluta pena nihil omnibus dicta compositio debet in suo robore permanere. Et ut hoc factum firmiter habeatur duas cartas fecimus inde confici per alfabetum divisas quarum unam dicti fratres debent tenere et alia debet in Colimbriensi ecclesia remanere. Et has cartas sigilli fratris desidii penitentiarii et legati domini papae que fuit auctor et coadjutor istius compositionis et domni episcopi Colimbriensi et capituli eiusdem ecclesiae et magistri Templariorum [fl. 69v] scilicet domni P. Gometii et Laurentii Mendi commendatoris de Thomar tenentes vices magistri in Portugalia facimus communiri.

Actum Columbriae in domo fratrum minorem Era M CC LXXX^a VI^a mense augusti III kalendas septembris regnando rege Afonço 3^o et comiti Voloniae. Et hec cartae senprae fuerunt per manus meas Dominici Gonçalvi tenentis vices Petri Jorge tabellionis Colimbriae et hoc sig + + + + + gnum appono.

330. 1250

D. Paio Gomes, mestre da Ordem do Templo, com os freires do convento, afora aos lavradores das vinhas do Lumiar duas courelas de vinha. Texto em português.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mc. 2, n.º 17 (inserto em documento de 1334.09.30 – Lisboa)

⁵⁴² Espaço em branco.

[...]

Em nome de Deus. Esta he a carta que frei Martinho comendador da casa do Tenple de Lixboa em senbra con nos seus freyres mandou fazer per mandado do meestre dom Paii Gomez e do cabido que foii fecto en Thomar quando Lourenço Mendez Garsia era comendador de Thomar e de regno e Lourenço Peres Spinel comendador de Fonte Arcada e Gonçalo Fernandez comendador de Riio Frio e Stevam Fernandez comendador da Ega e frei Paaiio comendador de Soiire e de [...] e frei Guilherme Arnaao comendador de Pombal a ti Petro Soares e a dom Domingos em senbra con nos lavradores das vinhas do Lumear damos e outtogamos a vos essas courelas per tal condiçom que os lavradores desas vinhas dem ende cada anno a dizima e a meiadade de totalas cousas que Deus em essas courelas der e tres geiras a huma en cavar e duas em podar e huma booa gualinha e dous alqueires de trigo. Porem desse dia esses lavradores ajam essas dictas courelas pera filhos e pera netos e non possam essas vinhas venderem nem darem a nenhuum homem senom per mandado do comendador que estiver na terra a que façam o dicto foro e quantas forem as courellas tantos foros ende façam. E se per ventura o comendador que estiver na terra quiser conprar as sobredictas vinhas se as gisa(?) venderem quiserem vender dem nas ao comendador tanto preço tanto ante que a outro homem. E se as o comendador non quiser comprar vendem nas ao tal homem que faça ende bem e fielmente todo o sobredito foro. E se as alguuns dos lavradores quiser vender vendam nas ao tal homem que faça ende fielmente todo o sobredicto foro e que porem o lagar e que cada huum faça casa em sa testeira e devem seer dez e oito courellas e tantas casas e demais devem ende fazer dez e oito foros e nom mais. Era de mil e duzentos e oiteenta e oito.

331. 1250.04 – Tomar [A]

D. Paio Gomes, mestre da Ordem do Templo, e D. Rodrigo Fernandes, bispo da Guarda, celebram composição sobre os direitos eclesiásticos de Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha, e outras vilas e lugares do dito bispado.

ANTT. *Gavetas, Gav. 19, mç. 13, n.º 39* (inserto em documento de 1534.08.15 – Tomar e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 211v-212v⁵⁴³; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 84v-85r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 153r-154v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 99v-101v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 85r-86v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 452-455

[...]

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Cum controversia esset inter magistrum et fratres militie Templi in Portugal ex una parte et episcopum et capitulum Egitanense ex altera super ecclesiis decimis procurationibus et quibusdam aliis articulis inferius

⁵⁴³ Título que antecede o documento: *Composição com o bispo da Guarda sobre has egrejas de seu bispado convem a saber Touro, Ydanha Nova e Velha, Segura, Salvaterra e outras.*

adnotatis talis ad ultimum inter eos compositio intercesit. In primis in Egítania Veteri ubi est episcopalis sedes ipsa ecclesia sit episcopi et capituli et fiat ibi alia ecclesia a Templariis que sit ipsorum Templariorum et ponantur comuniter duo receptores vel una pars ponat unum et alteram alium qui recipiant que obvenerint de ipsa civitate tamen ratione predicte sedis episcopalis et alterium ecclesie sive ecclesiarum ipsius civitatis et dividantur per medium per predictos collectores. Et medietatem recipiant Templarii medietatem episcopus et capitulum Egítaniensis. Et istam medietatem recipiant tam pro tertia quam pro aliis omnibus iuribus episcopalibus.

Pro procuratione autem recipiat episcopus semel in anno cum visitaverit XVI alqueires de tritico in pane cocto VI almudes de vino XX alqueires de cevada I porcum unius anni et supra II carneiros VIII galinas XL ova IIII uncias de pipere XVI uncias de cera quartam partem unius alquer de butiro acetum lign<a> alias cepas sicut in procuratione de Salvaterra. Et episcopus et capitulum serviant in divinis predicte ecclesie cathedrali et provideant servitoribus et fratres Templi alteri ecclesie similiter. Item in ecclesia de Mameleiro [sic] omnes proventus ipsius ecclesie recipiantur et dividantur per medium sicut in Egítania Veteri eodem modo et serviatur in divinis ipsi ecclesie et provideatur ipsis servitoribus abutraque parte comuniter. Pro procuratione vero recipiat episcopus semel in anno cum visitaverit I quartarium de farina in pane cocto IIII quartas de vino et duos quartos de cevada I porcum unius anni ut supra VI gallinas II cabritos et XXX ova et IIII uncias de pipere et mediam partem unius alqueire de butiro et X uncias de cera ligna acetum sal allia quantum sufficit ad coquinam. Item in omnibus ecclesiis de Salvaterra constructis et construendis percipiat episcopus et capitulum terciam partem omnium decimarum preter decimas de almoinha<s> de quibus non percipiant aliquid. Episcopus et capitulum cedunt petioni ecclesie Sancte Marie eiusdem ville quam ecclesiam dicebant esse suam cameram. Ita tamen quod recipiant de ea terciam sicut de alliis ecclesiis ipsius ville pro procuratione. Et recipiat episcopus semel in anno cum visitaverit pro Salvaterra et terminus suis II quarteiros tritici in pane cocto et X almudes de vino et II quarteiros de cevada et I porcus unius anno et ultra et III carneiros et XII gallinas et IIII cabritos LX ova et medietatem unius alqueire de butiro VI uncias de pipere XXV uncias de cera et reste de alliis et II cepis sal acetum ligna que sufficiant.

Item de Segura recipiant episcopus et capitulum quartam partem omne decimarum preter decimas de almuyas de quibus non recipiant aliquid pro procuratione vero de Segura et terminis suis recipiat episcopus semel in anno cum visitaverit XXIII alqueires de tritico in pane cocto VIII almudes de vino II quarteiros de cevada I porcum unius anni et ultra II carneiros X gallinas II cabritos et omnia alia sicut in procuratione de Salvaterra.

Item episcopus et capitulus cedunt questioni super ermitagio sive ermida Sancti Bartholomei de Tauro et dimitunt eam libera ipsis fratribus dum fuerit ermida. Etsi

ipsi fratres aliquas ecclesias adquisierint in episcopatus Egitaniensi a patronis sine pravitate sive per donationem sive alio modo episcopus et capitulum firmum habent et concedunt quod ipsas acquirant et habeant et persolvant de eisdem integre iura episcopalia sicut antea solvebantur.

Item episcopus et capitulum pro debito vel demanda alterius ecclesie aliam alias ecclesias ipsorum fratrum non debent supponere interdicto.

Item episcopus et capitulum pro tertia parte omnium mortuorum quam petebat in ecclesiis quas magister et fratres habent in Rodono Castello Branco Egitania Nova Proentia Salvaterra Segura Tauro et eorum terminis recipiant tamen XV morabitos annuatim in festo Pasche de bailia de Castello Branco.

Item episcopus in Egitania Nova recipiat semel in anno cum visitaverit pro procuratione V teigas de tritico in pane cocto VI almudes de vino VI teigas de cevada I porcun unius anni et ultra II carneiros IIII cabritos XII gallinas XL ova VI uncias de pipere XXV uncias de cera quartam partem unius alquer de butiro et omnia alia sicut in procuratione de Salvaterra.

Item episcopus in Proentia pro procuratione semel in anno cum visitaverit debet recipere tres carneiros et omnia alia sicut in Egitania Nova.

Item in Tauro debet episcopus recipere semel in anno cum visitaverit II quarteiros de farina in pane cocto XII almudes de vino III quarteiros de cevada et omnia alia sicut in Egitania Nova. Et episcopus de gratia remisit ipsis fratribus tertiam partem panis vini et anone de procuratione quam annuatim debebat habere de ecclesia de Rodano et terminis eius et pro una vaca quam in illa collecta debeat habere debet recipere XX fr^o cum venerit visitare.

Item episcopus et capitulum concesserunt quod faciat ecclesia in Zevre et quod ipsi habeant inde quartam partem decimarum sicut debent percipere de Segura.

Item capellam tam religiosi quam seculares quos Templarii ponere voluerint in ecclesiis supradictis curam animarum recipiant ab episcopo vel eius vicario. Et quando cumque ipsos removerrint alii quos induxerint similiter faciant. Ut autem hec compositio firmum robur obtineat et in perpetuum inviolabiliter observetur.

Facte sunt due carte inde per alphabetum divise et utraque per apositionem sigilli. P. Gomecii magistri militie Templi in tribus regnis Yspanie de consensu sui conventus et sigillorum episcopi et capituli Egitaniensi roboratur. De consensu et utriusque partis aposita est pena duorum milium aureorum. Quod si altera partium contra venerit et ammonita ingra triginta dies non correxerit persolvat alteri parti II milia aureorum compone in robore suo nichilominus permanente.

Actum apud Tomar mense aprilis in capitulo generali. Era M^a CC^a LXXX VIII. Pretera volumus nichilominus et mandamus quod compositio alia que facta fuit inter nos super iuribus ecclesiasticis in Castelum Blanco et Rodano et terminis eorum super omnibus aliis permaneat illibata.

332. 1250.04 – Tomar [B]

O bispo D. Martinho e o cabido de Évora celebram acordo com a Ordem do Templo sobre os direitos respetivos em Nisa, Montalvão, Alpalhão e Ares e seus termos.

ASE. *Cabido da Sé de Évora*, CEC-3-III, fls. 30v-31r; CEC-3-IV, fls. 26r-26v; CEC-3-V, fl. 20v

Composiçom antre o bispo e cabido d'Evora e a Ordem do Temple sobre Nisa, Montalvam, Alpalham e Ares e seus termhos

Notum facimus universis quod nos frater Pelagius Gomecii milicie Templi in tribus regnis Yspanie magister eiusdem Ordinis conventus in Portugalie facimus cum domino Martino Elborensis episcopo et eius capitulo talem advenienciam sive compositionem quod ipse in Nisa et Montalbam et Alpalham et Ares et eorum terminis exercent episcopalia tam in sacramentis conferendis quam in aliis causis ecclesiasticis audiendis et quod pro omnibus iuribus episcopalibus de supradictis locis demus ei annuatim XXX^a morabitini tantum XX^a in Nisa et X^{em} in Montalbam et duas procuraciones sicut inferius declarantur semel in anno cum venerit visitare procuracionum vero quantitatem ad maiorem cautelam duximus exprimendam. In Nisa duos quartarios de farina et II puzaes de vino et II quartos de cevada et II porcos et tres carneiros et XV galinas et LX ova et I libriam [sic] de cera Colimbrianam et I libram de pigmenta et I quartam de manteiga et hum afusal de lino et I restem de alliis et duas restes de cepis et I quartam de melle.

Item de Montalbam I porcum et II carnarios et de allis rebus sicut de Nisa debet solvi. Capellani vero religiosi sum seculares quos posuerimus in locis predictis recipiant curam animarum ab episcopo Elborensis vel eius vicario et quodocunque amoverimus eos vide alii quos posuerimus similiter faciant. Et nos M[artinus] episcopus et capelam supradicti pro nobis et successoribus nostris predicta omnia promittimus observare et nom amplius in predictis locis petere quam superius est expressum. In super statuimus quod pars que contra hec venerit solvat parti que hec observaverit CC marcas et nominus post solutionem pene va-[31r] leant universa. Et ut hec indubium non veniant presentes literas sigillis nostris facimus sigillari. Et quia nos conventus sigillum proprium non habemus sigilla apposita aprobamus.

Actum fuit hoc apud Tomar mense aprilis sub Era M^a CC^a LXXX^a VIII^a.

333. 1250.10.01 – Guarda

D. Paio Gomes, mestre da Ordem do Templo nos três reinos de Espanha, com consentimentos dos freires reunidos em capítulo na Guarda, faz doação em préstamo a D. João Peres de Aboim da quintã de Oleiros, que outrora pertencera a Rodrigo Viegas, com tudo o que a Ordem possuía no local, acrescentando um casal em Otero e outro em Covas.

ANTT. *Documentos Particulares do Núcleo Antigo 201*, fls. 42r-42v (cuja lição se segue)

Publ. *Livro dos Bens de D. João de Portel*, doc. 51, p. 55

Esta e a carta d'Oleiros in prestamo que foy de Roy Veegas

Notum sit omnibus presentes licteras inspecturis quod nos frater P. Gomecii milicie Tenpli in tribus regnis Ispanie magister humilis cum consilio fratrum nostrorum apud Guardiam existencium considerantes utilitatem nostri Ordinis damus et [fl. 42v] concedimus in prestimonium vobis domno Johani Petri de Avoym nostram quintanam de Oleiros que fuit quondam Roderici Egee et quantum ibi habemus in ipso loco. Damus etiam vobis unum casale de Otero et damus aliud casale vobis in Covas sicut nos modo ipsa casillia habemus et damus vobis illam encensoriam quam habemus ibi in Covas que valet anuatim VI solidos Legionis et omnia ista supradicta damus vobis quod habeatis eam quiete et pacifice et possideatis libere in vita vestra et ad mortem vestram remaneant nostro Ordini cum sua melioratione. Et ut actum predicta donationis robur obtineat firmitatis presentem inde cartam fieri fecimus nostri sigilli munimine roboratam. Dante Gardie prima die octobris. Era M^a CC^a LXXX^a VIII^a.

334. 1251

D. Tomás doa à Ordem do Templo a herdade das Vesadas, com as suas casas, e as casas que tinha na rua de São João.

ANNT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 19 (cuja lição se segue); ANNT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 36⁵⁴⁴; ANNT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 90r-90v e fls. 97v-98r⁵⁴⁵

Notum sit hominibus tam presentis quam futuris qui pera com viderint quod ego dom Thomas meo sensu et per mea bonam voluntatem et pro multa bona quod accepit manssionem Templi et sum accenturus et pro remissione peccatorum meorum do a die mortis mee ad manssion do Templi ac meam hereditatem das Vessadas com sua cassa et com sua defessa sicut ego melior habeo et meas casa que habeo in rua de Sancti Johannis sicut ego melius habeo et lectum com sua cossodra et com una almossalla et com uno jumasseo et X morabitanos ac Sancta Maria et X ad Sancti Johannis pro uno libero et X morabitanos ac conventum pro pictancie et pro hoc fratribus sunt cenutus pro [...] ⁵⁴⁶ preparare michi benedictione ac rationi et ipsas chussas que michi habent pro dare et magis sic magis mestrareque for [*sic*] et super hoc facit inde duobus cartas per alphabetum devisas que nulum hominem non possit istum nostrum factum frangere et sic aliqui homo venerit tam de nostris quam de estraneis qui istum nostrum factum quera conrompere non sit ey lic[i]tum sed pro

⁵⁴⁴ Documento em muito mau estado, tornando-se impossível verificar se o texto é igual. Apenas o sumário indicado sugere tratar-se do mesmo documento. O sumário (*Gavetas (As)*, vol. II, p. 484) indica o ano de 1261. Porém, no verso do documento está indicada a era de 1289, o que seria ano de 1251.

⁵⁴⁵ O texto destes fólhos é sensivelmente diferente, nem estando sequer datado, contudo o conteúdo é o mesmo: Inc. fl. 97v: «Notum sit omnibus hominibus tam presentis quam futuris que istas litteras providerint que ego Dom Thomas dou a mayson do Templi a ma morte ac hereditatem das Vessadas sicut ego habeo devisatam et as meas casas que ego habeo in rua de Santo Joannis [...] istum facio inde duobus cartas partitas per alfabetum que nulo hominem non possa iste factu traspassar [...]». Des.: «et Petrus Martini scrivano».

⁵⁴⁶ Letra apagada no manuscrito.

solla temptatione quantu inquisierit tantum in duplo conpona et domno terre aliud tantum et super hoc sit Deo maledictus de Deus et de Santa Maria virgine sub Judas in profundum inferni. Qui presentis fuerunt et audierunt Pelagio Johannis presbiter. S. Martiny presbiter. Johane Martini presbiter. Dominicus Abade presbiter. Martinus Menendi garfo. Johanne Martini Valladanus. Martinus Petri genus de Martinus Tinoca. Stephano Pessas. Frater Martinus Gunsalvi per manes in illo tempore comendator. R. Cebolla. Frater P. Cafete. Frater P. Vallasqui pretor frater Johanes Pelagii chapellanus. Petrus Martini notavi sub Era M^a C^a C^a L^a XXX^a nove.

335. 1251.05.09 – Castelo Branco

D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo nos três reinos de Espanha, juntamente com os freires reunidos em capítulo em Castelo Branco, doa a D. João Peres de Aboim, em préstamo, a herdade de Oleiros.

ANTT. *Documentos Particulares do Núcleo Antigo 201*, fl. 42v (cuja lição se segue)

Publ. *Livro dos Bens de D. João de Portel*, doc. 49, p. 53

Como deron a don Johan a herdade d'Oleiros en aprestamo o maestre do Tenple

Notum sit omnibus presentes licteras inspecturis. Quod nos frater M. Nuni Milicie Tenpli in tribus regnis Yspanie magister una cum consilio tocius nostri capituli in Castello Branco generaliter celebrati damus vobis Johani Petri de Avoyno in vestra vita in prestimonium nostram hereditatem de Oleiros quod non possitis ipsam hereditatem vendere nec inpignorare nec aliquo alia modo alienare. Et si vos illam forte alienaveritis quod nos ipsam recipiamus pro ad Ordinem et vos nunquam magis illam recuperetis sed debetis ipsam hereditatem tenere senper ad manum vestram in vestra vita et ad mortem vestram cum tota sua melioratione remaneat predicta hereditas nostro Ordini quomodocumque ipsam melius invenerit nostri fratres tam de mobili quam de immobili sine aliquo impedimento. Et ut actum nostrum maius robur obtineat presenti carte sigillum nostrum duximus ad pedendum. Dante apud Castellum Blancum in concilio generali VIII die madii. Era M^a CC^a LXXX Nona.

336. 1251.12.14 – Perugia

O papa Inocêncio IV, pela bula «Significarunt nobis dilecti», manda ao bispo de Coimbra e ao mestre da Ordem do Templo que restaurem as igrejas, pensões e rendas alienadas pela Ordem.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.^a incorporação, mç. 40, n.º 1703⁵⁴⁷

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri⁵⁴⁸ episcopo Colimbriensi salutem et apostolicam benedictionem. Significarunt vobis dilecti filii⁵⁴⁹ magister et fratres domus milicie Templi in tribus regnis Yspanie quod predecessores eorum

⁵⁴⁷ Com selo pendente em chumbo. Documento sumariado em Linehan 2013, vol. 1, p. 302.

⁵⁴⁸ Segue-se um espaço separado por dois pontos correspondente à inicial do bispo de Coimbra.

⁵⁴⁹ Segue-se um espaço separado por dois pontos correspondente à inicial do mestre templário.

ecclesias pensiones redditus maneria domos vineas terras possessiones et res alias domus ipsorum non nullis clericis et laicis quibusdam eorum ad vitam aliis ad non modicum tempus et aliquibus perpetuo concesserunt datis super hiis litteris penis adiettis et interpositis iuramentis in eiusdem domus non modicam lesionem quorum quidam in forma comuni dicuntur a sede apostolica confirmationis litteras impetrasse. Quare dicti magister et fratres petierunt sibi super hoc a nobis salubri remedio subveniri. Quo circa fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus ea que de bonis ipsius domus per concessionem huiusmodi alienata inveneris illicite vel distracta non obstantibus predictis penis iuramentis et litteris ad ius et proprietatem eiusdem [le]gitime⁵⁵⁰ revocare procures contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo non obstante constitutione de duabus dietis edita in concilio generali dummodo ultra terciam vel quartam aliquis extra suam dicta auctoritate presentium ad iudicium non trahatur. Datum Perusii XVIII kalendas januarii. Pontificatus nostri anno nono.

337. 1252.04 – Longroiva

Fr. Martinho Gonçalves, comendador de Longroiva e Meda, pela Ordem do Templo, faz composição com D. Egas, bispo de Lamego, sobre os direitos episcopais das comendas de Longroiva e Meda, pela qual os comendadores dos ditos lugares têm de dar ao bispo cada ano dez moios de centeio e dez moios de vinho, e a paga da visitaçāo, quando o bispo a fizesse.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mc. 12, n.º 12 (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mc. 13, n.º 10; ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 137v⁵⁵¹

Noverint universi presentem litteram inspecturi quod cum controversia fuisset diu inter domnum E. episcopum Lamecensi ex una parte et Martinum Gondisalvi comendatorem de Longrovia et de Meda et fratres milicie Templi ex altera super iuribus episcopalibus predictorum locorum que predictus episcopus a predictis fratribus exigebat tandem de beneplacito utriusque partis et de mandato Martini Nunionis tunc temporis magistri milicie Templi in tribus regnis Yspanie amicabilem compositio intervenit in hunc modum scilicet quod comendator de Longrovia et de Meda et successores sui debent anuatim reddere predicto episcopo et successoribus suis pro Longrovia et pro Meda et pro omnibus terminis suis apud Medam decem modios de centeno ategatos et decem modios de vino et quindecim quartas in torculari et pro procuracione quando contingerit domnum episcopum visitare predicta loca sex quartarios de pane tritico cocto et sex pusales de vino et sex quartarios de cevada per mensuram loci unum porcum de uno morabitino veteri duos arietes quatuor edes quatuordecim gallinas duos leitonis unum brachium de cepis et unum brachium de alliis alquerium de butiro alquerium de melle almudium de aceto unciam de pipere quinquaginta ova duo honera equina de lignis duo honera equina de paleis alquerium

⁵⁵⁰ Orificio no pergaminho correspondente ao lugar da fita do selo.

⁵⁵¹ Datado de 1222.

de sale unam libram de cera de decem et sex unciis in libra. Ista procuracio debet dari pro Meda et consimilis procuratio debet dari pro Longrobia et ista compositio debet vallari sub pena ducentorum aureorum scilicet quod pars que noluerit obedire obedienti debet alteri parti reddere ducentos morabitanos compositione nichilominus in suo robore permanente et de hoc due carte per alphabetum divide debent fieri quarum unam sigillatam sigillo episcopus supradicti debem tenere comendator de Longrobia penes se et alteram sigillatam sigillo supra dicti magistri debet tenere episcopus supradictus. Acta sunt hec apud Longrobiam Era M^a CC^a LX^a mense aprili.

338. 1252.07.15 – Perugia

O papa Inocêncio IV, pela bula «Cum nuper», determina que todos os acusados de delitos respondam perante as justiças locais, exceto se forem membros da Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 43v-44r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 75v-76r

Publ. Ferreira 1735, pp. 899-900

Innocentius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Cum nuper duxerimus statuendum ut exempti quantacumque gaudeant libertate nihilominus tamen ratione delicti seu contractus aut rei de qua contra ipsos agitur rite possint coram locorum ordinariis conveniri et illi quo ad hoc suam in ipsos iurisdictionem prout ius exigit exercere vos dubitantes ne per constitutionem huiusmodi libertatibus et immunitatibus vobis et ordini vestro per privilegia et indulgentias ab Apostolica Sede com-[fl. 44r] censis prejudicare valeat nobis humiliter supplicastis ut providere super hoc indemnitati vestre paterna sollicitudine curaremus. Quia vero eiusdem ordinis sacra religio sic apud nos dignos vos favore constituit ut nobis votivum existat vos ab omnibus per que vobis possent provenire dispendia immunes libenti animo preservare auctoritate vobis presentium indulgemus ut occasione constitutionis huiusmodi nullum eisdem libertatibus et immunitatibus in posterum preiudicium generetur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Perusii idus julii pontificatus nostri anno decimo.

339. [1252.11.04]⁵⁵²

D. Paio Gomes, mestre da Ordem do Templo, e Fr. Paio Peres, comendador de Pombal, fazem composição com o concelho de Pombal acerca da arrecadação dos direitos das igrejas de São Pedro, de Santa Maria e de São Martinho.

⁵⁵² Datado com base no documento publicado em Costa 1771, n.º 62, p. 276 e em Costa 2019, p. 145 (lista dos mestres da Ordem do Templo).

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 59r-61r (inserto em documento de 1336.02.06 – Santarém e cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 47v-49r
 Publ. Costa 1771, n.º 62, p. 276⁵⁵³

[...]

Notum sit universis presentem paginam inspecturis quod cum olim esset contentio et controvertia inter preceptorem et fratres de Palumbar ex una parte et concilium eiusdem loci ex altera super testamenti decimis et allis rebus multis tandem per Dei gratiam ad compositionem amicabilem inter se convenerunt nullo alio mediante. Et ut compositio esset stabilis in eternum frater Pelagius Petri preceptor de Palumbar venit ad domnum fratrem Pelagium Gomecii magistrum militie Templi in tribus regnis Hispanie ut ipso compositioni tractaret suum daret ascensum et pro concilio de Palumbar comparuerunt coram predicto magistro et fratribus apud Petrus Petri et Dominicus Mendi procuratores [fl. 60r] concilii de Palumbar portantes voces et voluntatem totius concilii de Palumbar super concessione predictae componis. Que compositio talis est quod preceptor et fratres de Palumbar presentes et futuri semper teneant ecclesias suas bene ornatas de omnibus necessariis et quod ipsi preceptor et fratres teneant unum sacerdotem et unum scolarem in Sancto Martino qui procurent ibi quotidie divina officia celebrare. Et in Sancto Petro unum sacerdotem et unum scolarum et in Sancta Maria unum sacerdotem et unum scolarum qui celebrent ibi divina officia. Et preceptor et fratres predicti de predicti debent mictere in uno quoque sabbato ad ecclesias de montibus unum sacerdotem et unum scolarum qui celebrent ibi divina officia. Item preceptor et fratres predicti debent recipere clericos naturales de Palumbar pro consueta soldada ante quam extraneos si clerici de Palumbar fuerint idonei et bone vite. Et si frater capelanus de Palumbar dixerit quod clerici de Palumbar non sunt suficientes vel honesti dicat et probet rationem quare non sunt suficientes vel honesti. Item si homo vel mulier fecerit testamentum suum coram bonis hominibus et capelano si habere potest illum valeat ei. Et si forte convalescit de illa infirmitate veniat capelanus post mortem defuncti ad domum eius et si ponit provero quod magis habet tempore mortis sue quam haberet quando fecit primum testamentum acrescat in testamento et si habet [fl. 60v] minus minuat in illo. Et si forte moritur intestatus preceptor et fratres debent habere terciam tercie omnium bonorum defuncti mobilium et immobilium et non magis. Et omnis puer qui citra XII annos morietur debet facere testamentum secundum consuetudine episcopatus Colimbriensi. Et si ipse nescit facere parentes eius debent facere testamentum pro eo consuetudinem episcopatus Colimbriensi. Et omnes ministrales de Palumbar

⁵⁵³ O autor copia um documento mais pequeno e datado «Quarta die mensis Novembris Era MCCIC»; o teor é o mesmo, mas o conteúdo é diferente.

cujos cumque ministerii sint debent dare cognoscentiam ecclesiis suis secundum consuetudinem episcopatus predicti.

Ad huc filii militum de Palumbar debent stare in honore militum sicut est consuetudo de Thomar.

Item quilibet de concilio de Polumbar debet dari preceptor et fratribus quoniam olei pro decima ecclesia. Et pro lagare olei et de narios musti sicut semper consueverunt. Et debet dare quilus de concilio tintam colleciam in vinea sua. Item preceptor et fratres predicti debent dare suum decimarium cognitum cui homines de Palumbar reddant integram decimam de omnibus ganatis. Et decimarius predictus quando vult decimare debet vocare domnum ganatorum et non debet decimare sine ille et debet accipere decimarius de X unum qualemcumque ad fortunam suam sicut evenerit computando et de V debet dare domnus ganati secundum consuetudinem episcopatus Colimbriensi et de V inferios debet dare dus ganati decimario predicto de vitelo XVIII decimario de poldro V soldi de asno XVIII decimario de agno IIII decimario de edo IIII decimario de bacoro IIII decimario.

[61r] Et frater P. Petri preceptor de Palumbar et fratres eiusdem loci promiserunt in bona fide sine malo engano pro se et pro successores suos que istam compositionem superius nominatam semper teneant et observerint et numquam evenient contra illam. Et Petrus Petri et Dominicus Mendi predicti procuratores concilii de Polumbar promiserunt eodem modo per se et per successores suos servare semper compositionem superius nominatam et numquam venire contra.

Et nos frater Pelagius Gomesii predictus videntes quod compositio erat bona de concilio fratrum eam concessimus et mandavimus quod semper in suo robore perduraret et quod nullus possit contra illam venire. In cuius rei testimonium presentem paginam fecimus sigilli quo utimur munime roborari. Huius rei sunt testes⁵⁵⁴.

[...]

340. 1253.04.18

Fr. Martim Pais, comendador de Mogadouro e Penas Roias, afora o lugar de Parada (Mogadouro) aos seus moradores.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 24 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 157r-157v

Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, n.º 287, pp. 272-273

In dei nomine amen. Conozoda cosa sega aus presentes e aus que am por venir. Que eu frei Martin Pelaiz comendador de Mogadoiro e de Penas Roias fago tal preito per conselo de fre Fernando Arias e de frei Agos que som in a balia con os vasalos que a u Temple in Parada pera iles e pera sos fillos e pera sos netos. Im primo se fezeren casas de lodo e de p[e]dra seeren nosas as mias e suas as mias de vinas e d'arvores que

⁵⁵⁴ Em Costa 1771, n.º 62, p. 276 lê-se no final «Quarta die mensis Novembris Era MCCXC».

ponan e ganten im terra feítias seerem nosas as mias e suas as mias. E se poseren vinas e ganteren arvores in terra brava que dereigen con sous bracos e com sos esadones seer nosas a tircia e suas as do<a>s partes. E toda irdade que aromperen con bois e con aradro seer do casar. E da irdade que fezeren con eisadon seer nosa a tircia e suas as duas partes. E de todo lavor que façan sobre rio ser nosa a miatade e sua a miatade. E de istas cosas que aco suso seim ditas se de vender ou eren convidaren inde a nos e se a nos non quisermos conprar non na vendan a cavalero nen outra religion nen a doni fora inde a quem faça iste foro V soldos de lioneses de cada casal e isto non posemos in a outra carta ca nos iscaicio e posemos que o posemos in a postrimera e que vale se. E quando o comendador ou sou freire for ou sou ome for in o logar per qual for o dia daren le a comer e cevada per as bistias que troiser. Qui presentes fueron Pilai Virmoiz de Parada firma. Pedro Fernandez o Piquino firma. Pedro Pedrez clerigo filo de Pedro Fernandez o Grande firma. Garcia Rodrigex de Morais firma. Juan Lourenço firma. Dom Viroino filo de Pedro Moran firma. Don Juan Juanes da Touca firma. Juan Migea alcalde de Mogadoiro firma. Isto foi in tempo d'el rei don Afonso in Portogal. Ricome in Bregancia don Fernan Lopez. Maistre do Temple don Martin Nonez tenente in sou logar in Portogal Gonçalvo Fernandez. E ista carta fui feita in dia de Pasquela XVIII dias andados d' abril sub Era M^a CC^a. LXXXX e I ano. E Pedr[o] Nonez notuiz. E ista carta deve aseer firme per seelo do maaistre.

341. 1253.05.04 – Castelo Branco

D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, e o convento, reunidos em capítulo em Castelo Branco, fazem emprazamento a Gil Martins e a sua mulher, Maria Eanes, da aldeia de Pinheiro e quatro casais em Travanca. Gil Martins e sua mulher doam à Ordem bens em Benavente, na Mata, Catar e Alcongosto, termo de Covilhã.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 181r-181v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 110r-110v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 204r-204v

Publ. Costa 1771, n.º 63, pp. 277-278

Universis presentem inspecturi litteram innotescat quod nos frater M. Nunii militie Templi in tribus regnis Hyspanie magister humilis cum consensu et consilio totius nostri capituli apud Castellum Blancum generaliter celebrati facimus emplazamentum cum domno Egidio Martini et uxore sue domna Maria Ihoannis tale videlicet quod damus eis nostram aldeolam de Pinarío cum suis terminis et pertinenciis et cum quanto ibi habemus tali pacto quod teneant eam in vita sua. Et quando aliquis eorum obierit alter qui remancerit teneat ipsam aldeolam in vita sua. Et similiter tali pacto damus eis IIII casalia que habemus in Travanca. Post mortem amborum dictam aldeola et casalia cum quanto meloramento ibi donnus Egidius et domna Maria Ihoanis fecerint et cum quanto ibi emerint et lucrati fuerint et concambierint

et cum quanto habent inter fluvium de Mondego et flumen da Aon et in Travanca et quantum ibi emerint et lucrati fuerint et concambierint debent mansioni Templi libero remanere. Et nos supradicti donnus E. Martini et donna Maria Ihoanis pro istis bonis quod recepimus de Ordine Templi et pro remedio animarum nostrarum damus eidem Ordini quantum habemus et habere debemus et quantum emerimus et lucrati fuerimus et concambierimus in Benavento iuxta Matam et in Catrom et in Alcongosta que sunt in termino de Coviliana. Et mandamus dictis magistro et fratribus quod ponant modo in eis cruces. Ita videlicet quod nos ambo teneamus in vita nostra illud quod modo damus predicto Ordini cum predicta aldeola et predictis casalibus. Et post mortem nostram omnes supradicte hereditates tam ille quas predicti magister et fratres nobis modo dant quam iste alie quas nos modo illis damus eidem Ordini libere remaneant. Etsi forte filii vel filie vestre vel aliquis ex parte nostra voluerint veneri contra istud nostrum implazamentum mandamus quod magister Templi qui pro tempore fuerit et fratres eiusdem Ordinis veniant ad totam quintam de nostro avolengo et ad totam tertiam de quanto comparaverimus et insuper ipse vel ipsi qui istud demandaverint integrent predicto Ordini omnes fructus quos nos receperimus de supradictis hereditatibus de quanto tempore nos predictas hereditares tenuerimus. Si qua vero partium contra venire temptaverit mill libras Portugalie pectet scilicet alteri parti medietatem et parti regie alteram medietatem plaso isto in suo robore nichilominus perdurante. Et quod hoc non possit in dubium revocari nos predicti magister et domnus Egidius Martini et domna Maria Ihoannis iussimus inde fieri duas cartas per alphabetum divisas nostrorum sigillorum munire roboratas. Actum est hoc in capitulo Castellum Blancum generaliter celebrato. Quarto nonis maii Era M^a CC^a XC^a prima.

342. 1253.05.09 – Castelo Branco

*D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo nos três reinos de Espanha, com o consenso dos freires reunidos em capitulo em Castelo Branco, confirma a doação feita pelo seu antecessor D. Paio Gomes, a 1 de outubro de 1250, da herdade de Oleiros e Covas a D. João Peres de Aboim, em sua vida. ANTT. Documentos Particulares do Núcleo Antigo 201, fls. 42r-42v (cuja lição se segue)
Publ. Livro dos Bens de D. João de Portel, doc. 48, p. 53*

Aquesta e a carta in como o maestre outorgou a don Johan a herdade de Oleiros et de Covas

Universis presentem inspecturis licteram innotescat quod nos frater M. Nuni milicie Tenpli in tribus regnis Hyspanie magister humilis vidimus cartam domni Johannis Petri de Avoyno in qua dicebat quod frater Pelagius Gomecii noster antecessor dederat illi hereditatem in [fl. 42v] Oleiros et in Conis [sic]. Et nos de consensu et consilio tocius nostri capituli apud Castellum Blancum generaliter celebrati concedimus ei ipsam hereditatem secundum quod predictus frater P. Gomecii dedit eam illi quando erat

magister et frater Roucilinus concessit earn ei ita videlicet quod teneat eam in vita sua. Et post mortem eius predicta hereditas remaneat libera cum suo melioramento Ordini Templi. In cuius rei testimonium presentem cartam facimus nostri sigilli munimine consignari. Dante in capitulo apud Castellum Blancum generaliter celebrato. VII^o Idus madii. Sub Era M^a CC^a LXXXX prima.

343. 1253.05.13 – Guarda

Gomes Martins outorga o testamento de seu pai, Fr. Martim Gonçalves, e doa a D. Martim Nunes, mestre da Ordem do Templo, e à milícia, quatro casais nos locais nomeados.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 14* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 110v-111r*

Universis presentem inspecturis litteram innotescant quod ego Gomecius Martini concedo illiam mandam quam frater M. Gondisalvi pater meos fecit et do vobis donno M. Nuni milicite Templi in tribus regiis Yspanie magistro et ordini vestro III^{or} casalia in Lapa et unum casale de Laurencio in Sancta Eolalia et alterum casale de Martino Martini ibi et alterum casale de Fernando Gundisalvi ibi et alterum de Fonte ibi et duo casalia in Felgosa et unum in Paramis. Et quic quid iuris habeo in eadem ecclesia Sancte Eolalie tali pacto quod ego teneam in vita mea quantum modo vobis dono tamen quod non habeam potestatem illud vendendi nec donandi neque alicui subpignorandi. Et post mortem meam dictam casaliam et quicquid iuris habeo in predicta ecclesia cum omnibus pertinentiis suis vobis dicto magistro et vestro Ordini libera remaneant sine aliquo impedimento. Et quod hoc non possit imposterum revocari facio inde vobiscum duas cartas per alphabetum divisas vestri sigili et sigilli domini R. Egitanienise episcopi cum ego sigillum proprium non habeam munimine sigillatas. Datum apud Guardiam III^o idus Mardii sub era M^a CC^a LXXXX^a prima.

344. 1253.05.19 – Entre os rios Sabor e Douro

D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, doa foral aos habitantes de Vila Franca de Numão, segundo o costume de Longroiva, com exceções.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 1, n.º 36* (inserto em documento de 1307.10.04)

Noverint universi presentem paginam inspecturi quod nos frater M. Nuni milicie Templi in tribus regni Hispanie magister humili de consensu et consilio nostrorum fratrum omnibus moratoribus de Villa Franca que est inter Longroviam et Nomam tam presentibus quantos futuris damus et concedimus foros et consuetudines de Longroiva excepto quod morator eiusdem ville qui habuerint de uno bove asursum det nobis annuatim II quartarios de pane et si habuerint V^e modios vini det nobis annuatim unium puçale vini et si magis habuerint et non det nobis magos. Et in omnibus aliis foros et consuetudinibus vivant secundum moratores de Longroviam.

Et quod hec senper sit firmum et stabile damus eis istam nostram cartam nostri sigilli munimine sigillatam.

Datam inter Saavor et Dorium X^o III^a kalendas junii Era M^a CC^a L^a XXXX^a prima. Qui presentes fuerunt et concesserunt frater L. Alfonsi comendator de Xeres. Frater Suarius Petri de Viseo. Frater Arias Iohanis. Frater Fernandus Petri Navarrus. Frater Pero Roderici. Frater Dominicus capellanus magister. Frater Pelagius comendator de Longrovia. Frater Guilhelmus de Ballis. Frater Laurentius marescalcus magister. Gomecius Midi scriptor magister qui notuit.

345. 1253.09.29 – Coimbra

D. Martim Nunes, mestre da Ordem do Templo, e D. Soeiro Pais, da Ordem de Santiago, aceitam o acordo estabelecido por juizes arbitrários, acerca dos bens, direitos e jurisdições sobre o lugar da Bemposta, entre Monsanto e Proença.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 38⁵⁵⁵ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 82r-82v

Publ. Gomes 2005, n.º 6, p. 162 (versão do *Livro dos Mestrados*)

Noverint universsi presentem paginam inspecturi quod cum orta esset contentio inter domnum M. Nuni magistrum milicie Templi in tribus regnis Hyspanie et fratres eiusdem Ordinis ex una parte et domnum Suerium Pelagii fratrem Ordinis Sancti Iacobi ex altera super de beneposita que est sita inter Monsanctum et Proenciam cum omnibus suis iuribus et pertinentiis et super homicidiis et aliis discordiis que inter eos erant de mandato domni A. illustris regis Portugalie et comitis Bolonie et de beneplacito utriusque partis compromiserunt in nos scilicet domnum M. Egidii et domnum Egidium Martini domni regis Portugalensis maiordomum et domnum Menendum Suerii sub pena mille librarum quod starent mandato nostro compositioni dicto iudicio et arbitrio et quod in omnibus et per omnia facerent mandatum nostrum. Nos vero iudices supradicti auditis causis et racionibus et confessionibus utriusque partis et inquisita diligencius veritate invenimus quod beneposita cum suis iuribus et pertinentiis est de Ordine milicie Templi et adiudicamus predictam benepositam cum omnibus suis iuribus et pertinentiis predictis magistro et fratribus et pro aliis dampnis et homicidiis sibi factis adiudicamus quod dictus domnus Suerius Pelagii det predictis magistro et fratribus mille libras Portugalensis. Preterea adiudicamus quod prefectus domnus Suerius Pelagii det uxorem suam et filios et filias suas ad concedenda omnia supradicta et donnus S. Pelagii dat domnum Egidium Martini pro fide iussore predictis magistro et fratribus quod det mulierem suam et filios et filias ad concedenda omnia supradicta. Et omnes discordie et homicidia que inter dictos

⁵⁵⁵ O sumário (*Gavetas* (As), vol. II, p. 487) remete para um conteúdo diferente. O sumário do documento ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 40 remete para o conteúdo aqui descrito, porém o conteúdo do n.º 40 é diferente: Fr. Paio, comendador de Tomar, afora a Mendo Monge e a Gonçalo Peres uma herdade em Sentim (1255).

magistrum et fratres et domnum S. Pelagii acthenus fuerant in pacem et amorem et bonam concordiam convertuntur. Et omnes demande quias sibi adinvicem faciebant sunt quite ita quod non se possint super predictis de cetero demandare. Et quod non possit in dubium revocari nos predicti iudices iussimus inde fieri presentem cartam apertam nostrorum sigillorum munimine consignatam.

Actum est hoc apud Colimbriam in die Sancti Michaelis de setembro. Era M^a CC^a LXXXX^a prima.

346. 1253.10 – Santarém

D. Afonso III troca com D. João Peres de Aboim o direito que tinha na lezíria de Alcoelha por uma herdade em Chão de Couce. Este ato contou com a presença do comendador de Tomar.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 11, mç. 7, n.º 28⁵⁵⁶ (cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 3v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 138v-139r (inserto em documento de 1255.11.06 – Santarém); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 53v-54r (inserto em documento de 1255.11.06 – Santarém); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 98r-99r (inserto em documento de 1255.11.06 – Santarém); ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 96-97

Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 1, n.º 16, pp. 28-29

In Dei nomine et eius gratia. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris presentem paginam inspecturis quod ego Alfonsus Dei gratia rex Portugalie et comes Bolonie una cum uxore mea regina donna Beatrice filia regis Castelle et Legionis concedimus et confirmamus liziram de Alconela donno Johanni Petri de Avoyno quam ei concilium de Sanctarene unanimes spontanea voluntate libere prebuerunt. Et si nos aliqui jus in iam dicta hereditate habemus damus et concedimus illud donno Johanni Petri de Avoyno pro sua hereditate de Couze quam ibi habebat et quam nobis propterea tribuit. Si aliquis quicumque sit contra hoc factum venire presumpserit non sint ei licitum et pro sola temptatione pectet mihi quinque mille morabitanos in aureo aut illi qui post me venerit et donno Johanni Petri de Avoyno alios tantos aut illi qui post eum venerit. Et omnia predicta facimus per rogum et per concessum pretoris et alvazilium et concilii de Sanctarene. Et ut hoc factum nostrum maius robur obtineat firmitatis et in dubium non possit venire in posterum hanc cartam meam sigillo meo facio communiri. Facta carta apud Sanctarene mense octobris Era M^a CC^a LX^{L3} prima. Qui presentes fuerunt donnus Egidius Martini maiordomus curie. Donnus Fernandus Lupiz. Donnus Didacus Lupiz. Donnus Petrus Poncii. Donnus Ramirus Didaci. Donnus Stephanus Johannis cancellarius. Donnus Matheus capellanus. Menendus Suerii de Merloo. Johannes Suerii Conelio. Fernandus Cogomino. Gunsalvus Roderici Navalha. Laurentius Martini de Avrantes. Gometius

⁵⁵⁶ Inserto em documento de 1263.11.06 que está inserto em documento de 1305.10.22: Domingos Peres, tabelião, a pedido de D. Marinha Afonso, ordena o traslado do documento de 1263.11.06, Santarém, que insere documento de 1253.10.22, Santarém.

Petri. Alfonsus Dominici. Durandus Pelagii cancellarius regine. Pelagius Corrigia. Lupus Roderici de Rodeyro. Martinus Dade pretor Sanctarene. Fernandus Curitelo. Fernandus Petri de Alvarenga. Laurentius Petri <Espinel> comendador de Thomar. Lupus Roderici de Guardia. Laurentius Martini de Anhafrica. Fernandus Velaci. Geraldus Suerii. Martinus Petri. Johannes Petri alvaziles Sanctarene.

347. 1253.10.13 – Santarém

D. Afonso III ordena que seja entregue à Ordem do Templo uma herdade que o concelho de Portalegre lhe havia tomado.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 13⁵⁵⁷ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 107v⁵⁵⁸

Alfonsus Dei gratia rex Portugalie et Comes Bolonie vobis pretori et iudicibus et concilio de Portualacri salutem. Sciatis quod super demanda que erat inter vos et magistrum Templi de hereditate et de aqua quam vos sibi filiastis assignata fuit vobis dies et dicto magistro ad quam veniretis ante me super dicta demanda et dies assignata fuit festum Sancti Michaelis proximo preteritum et ipse magister Templi venit ad dictum diem et stetit per ipsum diem et per alium et vos non venistis ad dictum diem nec pro vobis misistis sed post hoc misistis Martinum Martini procuratorem pro vobis super ipsa demanda et venit perante me cum Laurencio Petri comendatore de Tomar qui veniebat pro magistro Templi et auditis rationibus utriusquam partis iudicium quod vos integraretis dictum magistrum de hereditate et de aqua quam vos filiastis sibi. Unde mando vobis quod vos integretis dicto magistro vel cui ipse mandaverit dictam hereditatem et aquam sicut stabat integratus quando sibi filiastis ipsa que supradicta sunt. Et si nolueritis ipsum integrare mando quod iste meus portarius Dominicus Valasci integret ea sibi et postquam fuerit integratus faciat directum si aliquis demandaverit ipsum. Unde aliud non faciatis sin autem habebo de vobis queyume et pectabitis michi quingentos quingentos solidos. Et mando quod dictus magister teneat istam meam cartam in testimonio. Datum apud Sanctarenam XIII^a die octobris. Rege mandante per V. Didaci superiudicem. Era M^a CC^a LX^{La} I^a.

348. 1254.02

D. Martinho Martins, antigo mestre da Ordem do Templo, faz partilhas com seus irmãos cabendo-lhe a aldeia de Jejuia e a herdade de Guilharei.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 16 (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 27⁵⁵⁹; ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 41r⁵⁶⁰

⁵⁵⁷ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 503, lê-se «Este documento não se encontra na coleção».

⁵⁵⁸ Datado de 1223.

⁵⁵⁹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 485, está datado de «1224, Fevereiro».

⁵⁶⁰ Datado de 1224.

Noverint universi hanc paginam inspecturi quod hec est carta partitionis inter domnum Martinus Martini quondam magistrum Templariorum et fratres suos scilicet donnum J. Martini et donnam Elviram Martini et donnam Guimar Martini tali pacto quod predictus donnus Martinus Martini haberet aldeam Jeunam et hereditatem de Guilarei que fuit patris sui et alii fratres sui scilicet donnus J. Martini et donna E[lvira] Martini et donna Guimar Martini habeant alias hereditates inter se et istam partitionem concedimus omnes in simul et approbavimus et precipue ego donna Elvira Martini quicumque igitur tam ex filiis meis quam ex filiabus hoc factum approbaverint et concesserint uberiores benedictionem a me recipiant in presenti et a domno in futuro. Si vero contra venire presumpserint domno regi mille morabitos persolvere compellantur et idem rex hoc faciat irrevocabiliter adimplere. Facta carta mense februarii in Era M^a CC^a LX^{La} II^a. Et ut factum maius robur obtineat apositione mei sigilli et matris mee et abbatis de Palaciolo qui presentes erant feci paginam comuniri. Qui presentes fuerunt Martinus Suerii de Canelis. Johanes de Pavia. Gil Babilon et Martino Faram milites. Silvester Martini. Petro abbate. Donnus Dominicus capellanus de domna Tarasia prior de Vilarino. Rodericus Fernandi et Dominicus Martini monachi de Palatiolo. Dominicus monachus eiusdem loci notavit.

349. 1254.03.21

D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, faz acordo com D. Egas, bispo de Lamego, pelo qual, o dito bispo renuncia, a favor da Ordem, a todos os direitos episcopais de Meda e Longroiva com seus termos. Segue-se a composição sobre o que deveria receber o dito bispo pela visitaçào de Meda e Longroiva.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 20* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 21*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 231r-231v (inserto em documento de 1293.03.09 – Repolos); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 83v-84r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 149v (inserto em documento de 1293.03.09 – Repolos); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 287r-287v (inserto em documento de 1293.03.09 – Repolos); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 145v-146v (inserto em documento de 1293.03.09 – Repolos); BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 166r-166v (inserto em documento de 1293.03.09 – Repolos)

Publ. Costa 1771, n.º 64, p. 279

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris presentem paginam inspecturis quod cum controversia esset inter dominum E. episcopum et capitulum Lamecensis ex una parte et fratrem M. Nuniz magistrum milite Templi in tribus regnis Hispanie et fratres eiusdem milicie ex altera super iuribus episcopalibus que dicti episcopus et capitulum Lamecensis de ecclesiis de Meda et de Longrobria et earundem terminis exigebant ad ultimum inter eos ex utriusque partis beneplacito talis compositio amicabile intervenit videlicet quod comendator de Longrovia qui pro tempore fuerit debet episcopo Lamencensis et eius successoribus annuatim apud Medam reddere X

modios de centeno per mensuram terre atteगतos. Et X modios de vino in torculari de XVII quartis modium. Ita quod episcopus vel aliquis pro eo in torculari recipere teneatur. Et ipse comendator quando contigerit episcopum semel in anno predicta loca visitare ratione procurationis que ratione visitationis debetur debet idem episcopo dare VI quartarios de tritico cocto et VI quartarios de annonia. Et VI puzales de vino et unum porcum de uno veteri morabitanos. Et duos arietes bonos. Et quatuor cabritos et duos letones. Et XIII gallinas. Et L ova cum una untia piperes. Et duas braceas de aleis et II de cepis I alquer de butiro et I de melle et II honera equina de lignis et II de palleis sal et acetum sufficienter et XIII uncias de cera. Ista collecta debet dari pro Meda et alia consimilis pro Longrovia et pro omnibus suis terminis tam populatis quam non populatis annuatim. Et predicti episcopus et capitulum ab renunciant omnibus iuribus episcopalibus que habent vel habere debent in predictis ecclesiis cum suis terminis ita quod neque per se neque per aliquam alium predictas ecclesias de Meda videlicet et de Longrovia cum omnibus suis terminis et ecclesiis populatis et non populatis super iuribus que ad ecclesiam de iure pertinent cathedralem valeant in aliquo molestare salva tamen iurisdicione quam de iure debet in seculares episcopus exercere. Et secundum quod homines de Meda et de Longrovia cum suis terminis extra predictos terminos consueverunt hactenus laborare et aliis parrochiis reddere iura sua ita de cetero facere tenentur. Et ista omnia supradicta debent ab utraque parte bona fide et sine fraude fideliter observari. Si qua vero partium contra hanc compositionem venire presumpserit parti alteri nomine pene mille marchas argenti solvere teneatur plazo isto in suo robore nichilominus valituro. Et quod istud non possit imposterum revocari. Nos predicti scilicet episcopus et capitulum Lamecensis et magister prenomatus facimus inde fieri duas cartas per alfabetum divisas nostrorum sigillorum munime consignatas. Facta carta mense aprili XII^o kalendas Era M^a CC^a XC^a II. Herveo scribente notatore episcopi Lamecensi.

350. 1254.04.10 – Lisboa

D. Afonso III isenta o mestre e freires da Ordem do Templo do pagamento da lenha, que estes eram obrigados a pagar quando o rei estava em Santarém, e da coleta da herdade de Moreiras, recebendo em troca a herdade de Codisseiro.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 16, n.º 2 (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 8r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 137v-138r⁵⁶¹; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 23v⁵⁶² (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 49v⁵⁶³; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 90v

Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 1, n.º 53, p. 57

⁵⁶¹ Datado de 1224.

⁵⁶² Datado de 1224.

⁵⁶³ Datado de 1224.

Notum sit omnibus presentes litteras inspecturis quod ego Alfonsus Dei gratia rex Portugalie et comes Bolonie quitavi et quito in perpetuum magistro et fratribus Ordinis Templi lignam que de domo Templi michi dare consueverant in Sanctarena quandocumque ibi eram et quitavi et quito in perpetuum collectam quam michi dare consueverant de hereditate de Moreyras que fuit de Arrizado que est in termino de Seniorim super qua hereditate feci fieri inquisitionem per meum meyrinum et per iudicem de terra et inveni quod de eadem hereditate nullum aliud forum michi debebant facere nisi collectam secundum forum terre ilius et hoc feci et facio eis pro reconpensatione et pro cambio hereditatis de Codesseyro quam dicti magister et fratres Templi ibi habebant tam in villa et in terminis suis quam in ecclesia cum ingressibus et regressibus suis quam michi dederunt integre per ubicumque eam in eadem villa et in terminis suis potero invenire libere quiete et pacifice possidendam et faciendam de ea quicquid mee placuerit voluntati. Et si aliquis tam de mea parte quam ex parte Ordinis Templi hoc factum irrumpere voluerit non sit ei licitum et pro sola temptacione quantum quesierit tantum inde duplo componat et pectet alteri parti vel cui vocem suam dederit mille morabitanos et insuper maledictionem et iram Dei omnipotentis habeat in eternum. In cuius rei testimonium presentem cartam eisdem magistro et fratribus Templi feci fieri et mei sigilli munimine roborari. Facta carta apud Ulixbonam X^a die aprilis rege mandante per donnum Egidium Martini maiordomum curie. Dominicus Vincenti scripsit Era M^a CC^a LX^{La} secunda.

351. 1254.05.13 – Guarda

Gomes Martins, filho de Fr. D. Martim Gonçalves, vendedor da quintã de Santa Ovaia, aprova a venda de seu pai e faz declaração dos lugares onde se encontram os casais.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 148v⁵⁶⁴ (inserto em documento de 1306.05.08 e cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 285r-285v (inserto em documento de 1306.05.08)

[...]

Universsis presentem inspecturi litteram innotescat. Quod ego Gomecius Martini concedo illam mandam quam frater Martinus Gundisalvi pater meus fecit et do vobis domnus M. Nuni milite Templi in tribus regnis Yspanie magistro et Ordini vestro IIII casalia in Lapa et unum casale de Laurencio in Sancta Eolalia et alterum casale de Martino Martini ibi et alterum casale de Fernando Gonsalvi ibi et alterum de fonte ibi et duo casalia in Felgosa et unum in Paramis et quicquid iuris habeo in eadem ecclesia Sancte Eolalie tali pacto quod ego teneam in vita mea quantum modo vobis duno tamen quod non habeam proprietatem illud vendendi nec donandi

⁵⁶⁴ Documento transcrito no âmbito das escrituras do bispado de Coimbra.

nec alicui sub pignorandi. Et post mortem meam dicta casalia et quicquid iuris habeo in predicta ecclesia cum omnibus pertinentiis suis vobis dicto magistro et vestro Ordini libera remaneant sine aliquo impedimento. Et quod hoc non possit in posterum revocari facio inde vobiscum duas cartas per alphabetum divisas nostri sigilli et sigili domni E. Egiptaniensis episcopi cum ego sigillum proprium non habeam muninime sigillatas.

Datis apud Guardiam III idus madii sub Era M^a CC^a LXXXX^a II.

352. 1254.05.19 – Évora

O bispo D. Martinho e cabido de Évora fazem acordo com o comendador de Castelo Branco, Gonçalo Fernandes, lugar-tenente de D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, e com o comendador de Pombal, Martim Gonçalves, sobre a herdade de Mendo Marques, delimitando o que pertence às partes. É estabelecido que os colonos deveriam pagar a ambas as partes.

ASE. *Cabido da Sé de Évora, A/Constituição e Regulamentação*, SR:004-Composições, doc. 3 (cuja lição se segue)

Publ. Tarouca 1946, p. 70

Notum sit omnibus presentibus et futuris quod nos M[artinus] episcopus decanus et capitulum Elborenses cum comendatore de Castello Branco domno Gunsalvo Fernandi tenente vices magistri et Martino Gunsalvi comendatore de Palumbario qui venerunt ad nos de mandato magistri Templi domni Martini Nunionis talem facimus compositionem super hereditate que dicitur Menendi Marchiz quod Ordo Templi de cetero habeat ipsam hereditatem secundum quod divisa est inter nos et eos per caput de Gevolamenendo quomodo vertit aqua contra campum Menendi Marchiz. De inde quomodo vadit per zimalias moncium qui sunt supra campum Menendi Marchiz. De inde quomodo descendit ad campum contra castellum dicti Menendi Marchiz et sicut divisata est per marcos contra Gevolamenendo. Ita tamen quod si forte coloni ibi fuerint solvant nobis decimas et mancipia et omnes ibidem laborantes solvant similiter nobis decimas excepta cultura fratrum quam per se et non per alios fecerint. Et si forte eos contingerit ecclesiam construere de nostra licencia et mandato tercia pontificalis nobis solvatur sicut soluunt ecclesie civitatis Elborensi et presentatum per eos idoneum recipiemus ad ecclesiam supradictam. Et ut hec in dubium non veniant de compositione inter nos habita fecimus fieri duas cartas sigillis scilicet episcopi capituli Elborensi et dicti comendatoris domni Gunsalvi Fernandi consignatas. Acta sunt hec apud Elboram sub Era M^a CC^a LX^L secunda. X^oIIII^o kalendas junii.

353. 1254.08.01 – Zamora

O bispo de Zamora profere sentença favorável a Fr. Martim Pais, comendador de Mogadouro e Penas Roias, contra o concelho de Penas Roias, a respeito das dízimas dos moinhos, lãs e queijos.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 46* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 79r-79v*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 160r*⁵⁶⁵; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 309r-309v*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 11, fls. 158v-159r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 50-51*; BNP. *Fundo Geral, n.º 739, fls. 177r-177v*; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 459-460*

Conocida cousa seja per aqueste scripto como nos frey Martin Paiz comendador de Mogadoyro e de Penas Roas duna parte e don Adriano personeyro del concello de Penas Roas de la outra parte fumos ajuntados en Zamora ante el bispo sabado primero dia d'agosto sobre demanda que nos Martin Paiz davandito faziamos al conceyo de Penas Roas de diezinos que nos non davan de molinos e de leyche e de lana e de quesos e de manteyga e de cera e de mel. De tecederas e de menesterales de los merchanes e de las soldadas de los mancebos e de los que traen bestias em carreira e de los que viven per menester de suas manos. Sobre esta demanda Martin Pelaiz por si e por la Orden e dom Adriano per el conceyo dieron ajudgar al bispo de Zamora. E el bispo con acuerdo de seus prelados judegou que desen el dizemo de totalas de las cosas sobreditas e de los que andan en carrera con bestias e de merchanes e de menesteriales e de todos quantos vivieren per menester de suas manos mager que lavrem⁵⁶⁶ com bois e den diezino de pan e de vino por lo lavor de suas manos e por lo que ganam em suas mercaduras. Cada uno destes deven a dar sennas quartas en dezino. E los mancebos que lavran por pan mager que el diezino sea dado del molo todo entrega mientre. E los mancebos deven dar diezino del pan que recibem en soldada. E outrosi ellos que estan por maravedis a soldadas dar el diezino de los maravedis. Esta sentencia dio el bispo de Zamora sabado primero dia d'agosto en Zamora dante el chantre mestre Gil e el arcediagano mestre Pedro e mestre Martin e Joan <Dominguez>⁵⁶⁷ canoligo Alfonso Nunez canoligo e dom Alfonso maordomo del bispo e don Diago. Estos e outros mais estavan delante quando el bispo diou esta sentencia. So la Era de mil e [duzentos]⁵⁶⁸ e nonaenta e dous annos.

354. 1254.09 – Santarém

A Ordem do Templo faz escambo com Lourenço Dias, recebendo a Ordem uma herdade em termo de Óbidos, entre Carvalhal e Bombarral, em troca de cinco estins de terra em Toxe, termo de Santarém. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 5* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 34r-34v*⁵⁶⁹

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod fratres Templi demandabant Laurencio Didaci quamdam hereditatem in termino de Obidos que iacet inter

⁵⁶⁵ Documento em português.

⁵⁶⁶ Palavra corrigida.

⁵⁶⁷ Corrigido sobre «Diaz».

⁵⁶⁸ Reconstituição com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 160r.*

⁵⁶⁹ Datado de 1224.

Carvallar et Monbarral que fuit de dona Amada sua freyra. Super qua hereditate dictus Laurentius Didaci alzavit se ad curiam domni regis et partibus assignata fuit dies a pretore et alvazilibus de Obidus ad quam diem partes recurrerent et in curia domni regis talis compositio devenit inter eos de beneplacito utriusque partis coram super iudice videlicet predictus Laurentius Didaci recognovit predictam hereditatem fratribus Templi tali conditione quod donnus Gueda et Dominicus Petris essent iudices et appreciatores inter eos et venirent ad locum et viderent predictam hereditatem quanta et qualis erat et ponerent ei precium quantum valebat et predictus Laurentius Didaci debuit dare predictis fratribus Templi aliam hereditatem in termino Sanctarene pro cambio illius hereditatis quantum et qualem predicti iudices appreciarent et viderent pro bono. Et supradicti iudices de consensu utriusque partis iverent ad predictam hereditatem de Obidus partibus presentibus et de consillio bonorum hominum appreciaverunt predictam hereditatem in CC libras que hereditas remansit predicto Laurentio Didaci postea venerunt ad terminum Santarene ubi dicitur Tooxi in quo loco ipse Laurentius Didaci hadebat VI^{ex} hastilia hereditatis et de consillio bonorum hominum appreciaverunt eam et dederent inde predictis fratribus Templi V^e hastilia pro illis CC libras pro quibus supradicta hereditas de Obidus fuerat apreciata. Et supra dicta compositio fuit tali conditione quod si Maria Iohannis uxor prefacti Laurentii Didaci noluerit concedere predictum concambium predicti fratres Templi post mortem Laurentii Didaci debent remanere cum ipsa sua hereditate de Obidos et Laurentius Didaci vel posteritas sua et uxor sua Maria Iohannis debent remanere⁵⁷⁰ similiter cum ipsa alia hereditate sua de Tooxi et ut hoc factum perpetuum obtineat firmitatem supra dicti iudices fecerunt fieri inter partes duas cartas per alphabetum divisas quarum fratres Templi unam teneant et aliam predictus Laurentius Didaci teneat. Ut autem iam dicta compositio firmiter observetur Martinus Dade tunc temporis pretor Sanctarene et Menendus Gonsalvi et Iohannis Petri alvaziles rogatione partum apposuerunt sigillum concili Sanctarene in testimonio huius rei. Actum fuit hoc apud Sanctarene mense septembris Era M^a CC^a LX^{La} II^a. Et ego Menendus Petri publicus tabellio domni regis hoc sig-[SINAL NOTARIAL] num propria manu mea apposui.

355. 1255

Fr. Paio, comendador de Tomar, afora a Mendo Moniz e a Gonçalo Peres uma herdade em Sentim. ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 40⁵⁷¹ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 9, n.º 29 (inserto em documento de 1572.06.28 – Lisboa); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 213v

⁵⁷⁰ Segue-se supontada a palavra «cum», assinalando tratar-se de um erro.

⁵⁷¹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 487, lê-se «Sentença pela qual foi julgada à Ordem do Templo o lugar da Bemposta, entre Monsanto e Proença. Coimbra, 1253, Setembro, 29». Porém o conteúdo não é este.

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod ego frater Pelagius comendator de Tomar per consilium et per outorgamento de nostris fratribus de Tomar dedimus et concedimus ac nostram hereditatem quale nos habemus in loco qui dicitur Sintim ac tibi Menendi Monice et tibi Gunsalvo Petri usque talis pactum quod detis ac domo de Tomar per cada um anni quarto et dicima de quanto ibi laborabitis et dicima de quanto ganato ibi diabitis et singulas focasas et singulos caponis. Igitur hac die habeatis vos et possideatis et posteritas vestra ipsa hereditatem pro filius et pro nectis et faciunt vobis isto foro. Et si vobis ipsa hereditate volueritis vendere vendeatis usque talis hominis quod faciunt nobis ipso foro quod vos facitis et sedeant nostris hominis et pobrent ipsa hereditate et si alius pobradores ibi venerint moradi ac nostrum pagamento et ac vestri den nobis singulas fogassas et singulos capones et por istum nostrum facutm sedendi magis stabiliter fecimus inde duabus cartas per alfabetum divisas. Sub Era M^a CC^a L^a X^a X^a X^a X^a III^a. Qui presentes fuerunt frater P. Zametes. Joham Farto. Frater D. comendatori. Frater D. Iaverio. Frater Johannes Faber. Frater Petrus Corvo.

356. 1255.03.02 – Nápoles

O papa Alexandre IV, pela bula «Cum felicitatis recordationis», determina que apenas os freires da Ordem do Templo estão dispensados de serem julgados pelas autoridades locais.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 44r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 76v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 29-30

Publ. Ferreira 1735, pp. 901-902

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro fratribus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Cum felicitatis recordationis Innocentius papa predecessor noster olim duxerit statuendum ut exempti quantacumque gaudeant libertate nihilominus tamen ratione delicti seu contractus aut rei de qua contra ipsos agitur rite possint coram locorum ordinariis conveniri et illi quo ad hec suam in ipsos iurisdictionem prout ius exigit exercere vos dubitantes ne per constitutionem huiusmodi libertatibus immunitatibus vobis et ordini vestro per privilegia et indulgentias ab Apostolica Sede concessis preiudicari valeat nobis humiliter supplicastis ut providere super hoc indemnitati vestre paterna sollicitudine curaremus. Quia vero eiusdem ordinis sacra religio sic apud nos dignos vos favore constituit ut nobis votivum existat vos ab omnibus per que vobis possent provenire dispendia immunes libenti animo preservare ad instar predecessoris eiusdem auctoritate vobis presentium indulgemus ut occasione constitutionis huiusmodi nullum eisdem libertatibus et immunitatibus in posterum preiudicium generetur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datis Neapoli VI nonas marcii pontificatus nostri anno primo.

357. 1255.03.19 – Santarém

D. Afonso III envia carta a D. Martim Nunes, mestre da Ordem do Templo, informando que jurou nas mãos do bispo de Évora, que não faria venda de moeda. Do mesmo dia datam documentos enviados também ao abade de Alcobaça, aos mestres das ordens de Santiago e Avis, ao prior da Ordem do Hospital e ao bispo de Évora⁵⁷². Do dia 16 de março data uma carta com o mesmo teor enviada ao pontífice⁵⁷³.

ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 150r (cuja lição se segue)

Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 2, n.º 705, p. 278

Karta juramenti quod dominus rex fecit super moneta non exigenda

A[*lfonsus*] Dei gratia rex Portugalie et comes Bolonie dilecto amico suo viro religioso donno Martino Nuniz magistro Templi in tribus Regnis Hyspanie salutem et sincere dilectionis affectum. Dilectioni vestre notum facio quod cum necesse haberem monetam meam frangere pro ut predecessores mei usque ad tempus mei regiminis eam consueverunt frangere maior pars cleri et populi regni mei humiliter et instantissime michi supplicarunt quod illis solitam et consuetam monetam facerem usque ad proximum septennium in suo pondere conservari et unusquisque michi pro conservatione ipsius monete solveret certam pecunie quantitatem quo per me concesso et michi maiori parte dicte pecunie iam soluta vos et quidam alii de regno meo clerici et layci michi super hoc consulentes asserebatis solutionem predictam pro conservatione ipsius monete cedere in maximum cleri et populi et tocius regni prejudicium et in meum non modicum detrimentum supplicantes ut nunquam de cetero pro conservatione monete ab hominibus Regni Portugalie per me vel per alium aliquid exigerem vel exigi facerem vel permitterem nisi quod in fractione monete predecessores mei recipere consueverunt. Tandem ego pro justicia et bona regni consuetudine conservandis petitionem vestram et ipsorum gratanter admisi et in manibus venerabilis patris donni Martini episcopi Elborensis iuravi et iuro ad sancta Dei evangelia prestita fide corporali quod nunquam monetam regni Portugalie vendam nec vendi faciam nec aliquid exigam vel exigi permittam vel faciam pro eadem nisi quod in fractione et pro fractione monete offerri predecessoribus meis vel per eosdem exigi consuevit. Ad que omnia predicta et singula me et successores meos omnes generaliter et specialiter obligavi et obligo. Et hec omnia et singula promitto sub debito prestiti juramenti me bona fide et sine dolo ac fraude vel terrore in omnibus et per omnia servaturum. Et quicumque contra predicta vel aliquid predictorum venire temptaverit iram et indignationem omnipotentis Dei et maledicionem meam incurrat.

⁵⁷² De destacar, porém, que na Chancelaria de D. Afonso III consta a carta enviada ao mestre da Ordem do Templo, enquanto que para o abade de Alcobaça, para os outros mestres das demais Ordens Militares e para o bispo de Évora apenas está indicado que receberam cartas semelhantes («habuerunt consimiles cartas in testimonium huius rey»). ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, fl. 150r, publicado em *Chancelaria de D. Afonso III*, livro I, vol. 2, n.º 706, p. 279).

⁵⁷³ ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, fl. 150r, publicado em *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 2, n.º 707, pp. 279-280.

In cuius rei testimonium vobis presentes litteras feci fieri et mei sigilli munimine communiri. Data apud Sanctarenam XIII^o kalendas aprilis rege mandante sub Era M^a LX^{La} III^a ano Dominici M^a CC^a L^a IIII^a.

358. 1255.06

Sentença dada contra Gonçalo Mendes e sua mulher a favor de Martinho Peres, comendador de Santarém, sobre a metade dos rendimentos que a Ordem do Templo tinha na herdade de Monte do Trigo. Os primeiros ficam obrigados a dar à Ordem metade dos rendimentos e a dízima da herdade que fica na testeira dos bacelos de Monte do Trigo, termo de Santarém.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 2 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 106r⁵⁷⁴; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 53r⁵⁷⁵; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 75; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 96v-97r

Sub Era M^a CC^a LX^{La} III^a in mense junii venit frater Martinus Petri comendator domus Templi de Sanctarene ad concilium cum Gunsalvo Menendi et uxore sua donna Stephania coram Martino Dade pretore Sanctarene et Martinis Petri et Johanne Petri eiusdem ville alvazilibus super demanda de medietate fructus illius hereditatis que est in testeyra de bacellis de Monte Tritici quam ipsa donna Stephania tenet amplazatam quam medietatem dictus frater Martinus Petri illis demandabat. Et predicti Gunsalvus Menendi et donna Stephania dicebant de alia parte quod nihil debebant ei dare de fructibus predictae hereditatis. Et supra dicti pretore et alvaziles super hoc locuti fuerunt cum bonis hominibus et cum consilio bonorum hominum dederunt pro iudicio quod Gunsalvus Menendi et donna Stephania dent comendatori domus Templi de Sanctarene annuatim medietatem et decimam omnium fructuum tam de predictis vineis quam de predicta hereditate de quanto Deus ibi dederit. Qui presentes fuerunt in iudicio Gunsalvus Navalia. Martinus Gunsalvi miles. Rodericus Menendi miles. Fernandus Johannis miles. Petrus Fernandi miles. Pelagius Garsie. Martinus Valasci miles. Johannes Gometii filius Gomecii Tendeyro. Menendus Cazapo et Stephanus Cazapo. Dominicus Bartelus maiordomus. Dominicus Egidii scribanus. Domnus Ysidorus. Donus Clemens portarius qui fuit integrator.

359. 1255.11

Gonçalo Martins e sua mulher, Maria Eanes, doam à Ordem do Templo uma herdade em Moreira, termo de Senhorim.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 11⁵⁷⁶ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 38v-39r⁵⁷⁷

⁵⁷⁴ Datado de 1225.

⁵⁷⁵ Datado de 1225.

⁵⁷⁶ Documento em mau estado. No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 484, está datado de «1245, Novembro».

⁵⁷⁷ Datado de 1225.

Notum sit presentibus et fucturis quod ego donnus G. Marti una cum uxore mea donna Maria Iohanis recepimus de Ordine Templi hereditatem que vocatur Moreiras que est in termino de Seniorim tali pacto quod nos donnus G. Marti et uxor eius donna Maria Iohanis teneamus istam hereditatem superius nominatam in nostra vita et post mortem amborum cum quanto melioramento et cum quanto circa istam hereditatem comparavimus et lucrati fuerimus totum remaneat Ordini Templi liberam et exentam et sine aliquo inpedimento in cuius rei testimonium dedimus fratribus Templi nostram cartam apertam de nostris sigillis propriis sigilatam. Facta carta mense novenbris Era M^a CC^a LX^{La} III^a.

360. 1256

A rainha D. Mafalda, filha de D. Sancho I, deixa em testamento à Ordem do Templo uma herdade em Britiande (c. Lamego). Ao mosteiro de Arouca deixa vários bens móveis e imóveis, entre os quais um pequeno crucifixo que recebera do mestre templário, D. Martinho Martins. Apenas se copiam os excertos relativos às doações.

ANTT. *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, mç. 3, n.º 2 (cuja lição se segue)
Publ. *Cartulário de D. Maior Martins*, pp. 163-164; Veloso 1980, pp. 226-229

In Dei nomine. Sub Era M^a CC^a LXXXX^a IIII^a ego regina dona Maphalda pleno sensu meo precognoscens finem meum concedo hoc testamentum meum sive mandam [...]. et crucifixum de ebore parvum quem dedid mihi magister Templi M[artinus] Martini. [...] Item do et dimitto Ordini de Templo illam hereditatem quam habeo in Breteande.

361. 1256.02

Fr. Pedro Fernandes, comendador de Mogadouro e Penas Roias, a mando do mestre da Ordem do Templo, afora a herança de Calvilhe.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 26* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 97^v⁵⁷⁸

Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, n.º 295, pp. 279-280

In Dei nomine amen. Cunuzuda cousa sia a todus aqueles que ista carta virem que frey Petrus Fernandi comendatur de Mogadoiru e de Penaroyas per mandadu du maestre e per consellu dos freiris damus a nossa erdade de Calvilhi in que vivam e in que se mantenham conven saber a vos dom Vicente e a vossa mulher dona Agada e a vos Joaniu e a vosa mulher Ilvira Gareia e a vos dom Pedru e a vosa mulher Maria Genes e a Maria Fernandi e a tudus aqueles que venerim de vossa geraçam damus a eles por foro do casal de don Vicente I morabitino e do casal de Ioaniu I morabitino e do casal de dom Pedro e de Maria Fernandez IIII soldus cada annu por festa de Santo Martinho eylis dem a comer ou freiri ou ao comendatur que di fur alu cevada

⁵⁷⁸ Datado de 1226.

eilis vendam e doem aa tal home que sia vasalu do Temple e que faga iste foro ao Temple. Fecta a carta in mense februarii Era M CC LXL IIII. Qui presentes furum e virum frater Petrus Fernandi comendatur. Frater Fernandu Aras. Frater Agu frater Fernandiz. Frater S. capellanus notavit.

362. 1256.02.02

Fr. Pedro Fernandes, comendador de Mogadouro e Penas Roias, por indicação de D. Martim Nunes, mestre da Ordem do Templo, afora metade do lugar de Vilar de Coeloso aos seus moradores, estabelecendo normas que regulam a comunidade.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mc. 7, n.º 21* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 157v*
Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII, n.º 294, p. 279*

Cunuçada cousa sega a todosos [*sic*] aqueles que son presentes e an de ser que eu <frei> Pedro Fernandet comendador de Mogadoiro e de Penas Roias facio chartam aos nosos pobradores do meo do Vilar de Coeloso per mandado de noso mastre don Martin Nunet e per mandado de don Martin Sanchet comendador d'Alchanizas e tenente en locho de maistre en os III^{es} regnos d'Espania e per conselio de nossos freires et conven na saber o foro que eles an a fazer V soldos quada casal de qual moeda I andar e os pobradores son VIII e iles se⁵⁷⁹ a vender ouveren non vendan a freyre ne a frade ne a cavaleiro neun. E se a vender over venda a tal ome que faza este foro a Orden do Temple e sega seus vasalos e iles den vida ezenda o comendador e a todo freire da Orden do Temple e ista erdancia sega sua e de sos filios e de sos netos e de sua jeneracio tada per en secula cunta. E iles segan poder os de venderen e donaren a quen faga este foro e se i tal ouver que i sou amigo quiser meter en estes casares que segan pagados per este foro V soldos de leoneses cada sa Martino vot e inliza e co una se a fezeren omezio avengan se con o senhor de Mogadoyro. Facta charta II dias andados de febreiro sub Era M^a L XXXX IIII anos. Regnante el rei don Afonso en Portugal e don Afonso Tellet en Bregancia. Arcbispo en Bragaa don Marti Jheraldet arcidiago don Jheraldo. Frei Fernand'Arias testis. Frei Agus testis. Frei Pedro testis. Domingo Muniz capela testis. Pai Vermuez de Parada testis. Son capelam Lourenzo Pedret firma. Martim Vermuet juiz en Bregancia. Pedrelino juiz en Bregancia. Meen Junzalvet que ten a Tore firma. Todo ome que esta charta pasar peite L moravidis.

363. 1256.02.04 – Latrão

O papa Alexandre IV, pela bula «Felicis recordationis Honorio», ordena que ninguém sem mandato apostólico excomungue religiosos e cavaleiros da Ordem do Templo e seus servidores.

⁵⁷⁹ Palavra corrigida.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 35, fls. 35v-36v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 33r-33v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 59v-60r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 42-43
 Publ. Ferreira 1735, pp. 856-858

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus et universe familie domus militie Templi salutem apostolicam benedictionem. Felicis [fl. 36r] recordationis Honorio pape predecessori nostro ex authentico bone memorie Innocentii pape predecessoris sui constitit evidenter eundem Innocentium in felicitis recordationis Alexandri pape predecessoris sui perspexisse contineri rescripto quod monebatur et plurimum gravabatur super eo quod Ierosolimitanus patriarcha in presbiteros et laicos vestros quorum alii vobis gratis alii vero ad solidos serviebant excommunicationis sententiam protulit et vos etiam excommunicatos esse fateri presumpsit cum vos et servientes vestri ea libertate de clementia Sedis Apostolice gaudeatis quod anemine nisi a romano pontifice excommunicari vel interdicti possitis. Ne igitur vobis si milia in posterum contingere possint authorita te apostolica interdixit ut nemini liceat sine speciali mandato romani pontificis vos vel servientes vestros clericos sive laycos donec in servitio domus vestre fuerint excommunicationi vel interdicto subicere. Et si qua sententia in vos vel in servientes vestros aliter lata fuerit eam irritam censuit et inanem. Nihilominus tamen vobis et eisdem servientibus vestris indulisit ut pro excommunicationis vel interdicti sententia si quando ab Iherosolimitano patriarcha vel ab alio quolibet in vos vel in eos sine mandato romani pontificis lata fuerit non omittatis ecclesias frequentare aut servicio domus vestre vel divinis officiis interesse cum huiusmodi sententia irrita sit penitus et inanis. Nos autem predecessorum [fl. 36v] eorumdem nostrorum vestigiis inherentes que prescripta sunt actoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocínio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Lateranum II^o nonas februarii pontificatus nostri anno secundo.

364. 1256.03.07

D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, faz um acordo com D. Joana doando-lhe a aldeia da Lousã e D. Joana doa a D. Martinho Nunes, e à Ordem, a vila da Lardosa, uma herdade na Currica, umas herdades em Castelo Novo e seu termo e uma outra herdade em Silvaes, com exceção da parte que pertencia a seu filho, João Raimundo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 21 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 99v-100v⁵⁸⁰; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 182r-183v⁵⁸¹

Publ. Costa 1771, n.º 65, pp. 280-281 (parcialmente)

⁵⁸⁰ Datado de 1226.

⁵⁸¹ Datado de 1226.

In Christi nomine. Notum sit omnibus hominibus tam presentibus quam futuris quod nos frater Martinus Nuni magister militie Templi in tribus regnis Yspanie de consilio et consensu fratrum nostrorum fecimus tale pactum cum donna Iohana scilicet quod illi dedimus in vita sua et Martini Petri aldeyam nostram de Lousa cum omnibus redditibus suis ita cum decimis sicut cum omnibus reditibus suis ita cum decimis sicut cum aliis rebus ea que nos ibi habemus. Et simili modo damus eis medietatem reddituum et decimarum et calumpniarum et omnium que sunt iuris nostri apud squalos devisanos hoc interposito quod frater noster teneatur recipere omnia et redditus et decimas predictae aldee et Martinus Petri cum eo vel procurator eius et donne Iohanne extrahat et recipiat predicta iura cum nostro fratre qui ibi missus fuerit. Et postquam predicta iura fuerint extracta frater noster nostram medietatem iuxte recipiat et donne Iohanne et Martino Petri suam medietatem iuxte impendat omnium predictorum. Insuper damus eis hereditatem ad usum duorum vigorum bonum in prediis Sancte Marie de Decures⁵⁸² et in Castello et [sic] Blanco dedimus eis tendas nostras quas nos simul habemus in calle mercatorum. In super damus eis in Castello Blanco almuinam nostram de Columbari excepta domo alcazarie. Item damus eis vineam que fuit Petri abbatis. Et in super damus annuatim donne Iohanne et Martino Petri mantos et garnachias et tunicas staminis fortis de raiz et Martino Petri caligas de panno anglico. Et vestes iste debent dari in festo Sancti Michaelis quod est in mense septembris aut per bauiliam Castelli Blachi aut per decimam magistri secundum quod ipse iusserit. Et si ipsi potius voluerint XXX^a libras numorum Portugalensis quam predictas vestes dentur eis. Omnia ista suprascripta possideant in vita sua donna Iohanna et Martinus Petri et post obitum amborum omnia prenominata ad magistrum et fratres Templi penitus redigantur. Et dona Iohanna et Martinus Petri non habeant potestatem ullo tempore donandi vel alienandi nec cambiendi vel vendendi nec ponendi in possessione alicuius donni predictas possessiones nisi in potestate magistri et fratrum Templi. Et nos magistri et fratres Templi tenemur deffendere donnam Ioannam et Martinum Petri cum istis que illis dedimus in iure et ratione. Et ego donna Iohana pro multis bonis que mihi fecistis et pro multo reffugio quod mihi fecistis et propter istas possessiones et vestes et propter predicta bona que recepi a predicto magistro et fratribus Templi do predicto magistro Templi et fratribus eiusdem Ordinis illis qui sunt et eis qui erunt do pro iure hereditario totam villam Lardusie que sita est inter Castellum Novum et Castellum Blancum cum omnibus suis terminis novis et veteribus cum suis omnibus derecuris que pertinent eidem ville. Ita in ecclesiario sicuti et in aliis rebus que pertinent predictae ville excepto octavo quod est mihi filii Iohannis Reymomdi et de

⁵⁸² No documento ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos particulares*, mç. 1, n.º 21 (1256.06), está referido como «Sancte Maria de Mercures», podendo tratar-se da ermida de Santa Maria de Miercoles.

sexdecim partibus una predicte ville que erat antea fratrum Templi. Et iterum do quartam hereditatem habebam in Curricam sicuti ego eam melius habebam in iure et in posse quando dedi vobis Lardusiam. Et do vobis omnes casas et omnes vinei<s> et omnes hereditates cultas et incultas quas ego habebam in villa Castelli Novi sicut ego melius habui quando dedi vobis Lardusiam ita dedi vobis omnes possessiones quas ego habebam in Castello Novo et in suo termino excepto octavo quod est mihi filii Iohannis Reymondi et de sexdecim partibus una que erat antea fratrum Templi. Et do vobis omnem hereditatem quam habebam in Silvares et in toto suo termino et tenebam in iure et in manu quando dedi vobis Lardusiam excepta de sexdecim partibus una que est mihi filii Iohannis Reymondi. Et ego donna Iohanna teneor pro me et pro omnibus meis hereditatibus cultis et incultis mobilibus et immobilibus deffendere cum isto hereditamento quod superius scriptum est in ista carta contra omnem virum et mulierem que vobis illud voluerit contrariare vel impedire. Et vos debetis me ab omni fortia deffendere. Si forte filius meus aut filia vel homo partis mee vel mee progeniei aut alveride fuerit qui hoc factum meum contrariare voluerit vel temptare sit maledictus vel maledicta quisquis fuerit usque ad septimam generationem et pro sola temptationem pectet mill morabitanos dimidios fratribus Templi et dimidios voci domni regis. Insuper dent fratribus Templi mill et D libras quas ego recepi ab eis et me ab illis confiteor habuisse et eas in magna necessitate et paupertate quam habui expendidisse. Iterum dent fratribus Templi C et L^a libras quas ego cognosco quod recepi ab eis et habui annuatim de aldeis et vestibus et redditibus et de omnibus que ab ipsis tenui ab Era istitus carte usque in diem quo contra factum hoc nostrum aliquis aliquid inquirere voluerit. Item istud meum donum et istud factum meum et istud implazamentum quod habeo cum fratribus Templi sit semper constans stabile et incorrupte. Et nos magister Templi supradictus concedimus una cum nostris fratribus omnia ista sicut in hac carta sunt superius nominata. Et ego dona Iohana in meo sensu et in mea bona memoria sine vi quam aliquis mihi faceret pro multis bonis superius nominatis que ego recepi ab Ordine Templi concedo et confirmo ista omnia sicut in presenti pagina continentur. Et nos magister predictus una cum nostris fratribus. Et ego dona Iohanna concedimus ista omnia sicut sunt prenominata superius. Et ut factum nostrum magis firmum sit et stabile fecimus fieri duas cartas divisas per litteras alfabeti robore perpetuo valituras quarum unam tenent fratres Templi in custodiam et testimonium apud se alteram tenent dona Iohanna et Martinus Petri eodem modo.

Facta carta prima feria III^a martii in hora VI^a setem diebus transactis mensis predicti in Era M^a CC^a L^a X^L III^a. Regnante rege Alfonsus in Portugalie et comite Bolonensis domno terre. Fratre Martini Nuni magistro militie Templi in tribus regnis Yspanie. Comendatore in Castello Blanco et tenente vices magistri in Portugalie. Fratre G. Fernandi. Hii sunt qui presentes fuerunt viderunt et audierunt quando donna Iohanna

presentem cartam suis manibus roboravit. Frater G. Fernando comendador predictus in cuius manibus fuit roborata. Frater Suerius Fernandi de Turre. Frater G. Nuni. Frater M. Egee comendator in Provincie(?). Frater N. Petri comendador in Castello Novo. Frater Martinus Ordinis Avisensis. Isti omnes sunt testes Ioham Andree alcaldus Salzede. Suerius Suerii clericus eiusdem Salzede. Geraldus Stephani Colimbriensi. Ioham Petri Boulla Vimarani. Martinus Iohannis bonus cristianus Egitanie Nove. Dominicus Menendi Vimarani. Ioham Palumbarius de Cortizada. Alfonsus Laurentii barcarius. Ioham Petri scutifer. Martinus Petri Temphao Colimbriensi. Martinus de Turribus. Durandus Petri mercator Castelli Bianchi. Martinus Mochacho. Petrus de Veyga alcaldus Castelli Bianchi. Dominicus Iohannis al. [sic]. Alfonsus Faber al. [sic]. Andreas Iohannis. Pelagius Queixada. L. Eanes Sancti Vincencii. Martinus Petri pretor ipsius loci. Menendus de Sena. Ioham Ayolus de Sancto Vincencio. Suerius porcaricus ipsius loci. Dominicus Gosendi Castelli Novi. R. Iohannis clericus et treballianus Castelli Bianchi. P. Gonsalvi notuit.

365. 1256.04

D. Martim Peres, comendador da Ordem do Templo em Santarém, com consentimento do convento e de D. Martinho Nunes, mestre da Ordem, afora a Domingos Durão e a sua mulher, Maria Eanes, e seus sucessores, uns moinhos em Freiria, Rio Maior, termo de Santarém.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 8 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 81v-82r⁵⁸³

In Dei nomine. Notum sit omnibus presentibus et futuris quod ego frater Martinus Petri comendator domus Templi in Sanctarena simul cum conventu eiusdem loci de mandato et consensu donni Martini Nuniz nostri magistri et Gonsalvi Fernandi comendatoris de Castello Blanco et tenentis tunc locum eiusdem magistri in Portugalie et mandato et consensu fratris Pelagii comendatoris de Thomar et Martini Gonsalvi comendatoris de Palumbari et Savarigui Petri comendatoris de Nisa et Egee Alfonsi socii magistri et donni Arie capellani magistri damus et concedimus vobis Dominico Durandi et uxori vestre Maria Iohannis et omnibus vestris successoribus quosdam nostros molendinos quos habemur [sic] in termino Sanctarene in Rivo Maiori ubi dicitur Freyria cum ingressibus et egressibus et omnibus iuribus et pertinentiis suis iure hereditario in perpetuum possidendos tali videlicet conditione quod vos preparetis et adubetis ipsos molendinos per vestram custam et detis inde vos et sucessores vestri nobis et nostris successoribus annuatim cunctis temporibus seculorum medietatem totius redditus ipsorum molendinorum in salvo et in pace et sine alio impedimento. Et vos et omnes sucessores vestri habeatis perpetuo predictos molendinos ad predictam forum et non sitis ausi nec potentes eos vendere vel cambiare sine donare alii ordini

⁵⁸³ Datado de 1226.

nec militi nec domine generose. Et si ipsos molendinos vendere voveritis debetis nobis et nostris successoribus illos vendere tanto pro tanto et si illos noluerimus comparare vendatis eos et donetis tali homini qui supra dictum forum nobis faciat pro ut superius est expressum. Et si forte vos vel successores vestri propter negligentiam vel paupertatem dimiseritis ipsos molendinos aut nolueritis eos preparare vel non potueritis debemus nos tunc vel successores nostri filiare ipsos molendinos qualescumque eos invenerimus et facere de illis nostram voluntatem prout nobis placuerit. Et ut hoc factum nostrum sit firmum inperpetuum nec possit in dubium devenire fecimus inter nos et vos duo plaza per alphabetum divisa quorum unum apud nos remanet et aliud apud vos. Actum fuit hoc mense aprilis Era M^a CC^a LXL^a IIII^a. Qui presentes fuerunt Martinus Egee presbiter naturalis de Benviver. Petrus Fernandi portarius concilii Johannis Martini alfayate. Rodericus Leygado de Thomar. Johannes de Guim. Menendus Petri. Michael Fernandi notator et ego Menendus Petri publicus tabellio Sanctarene hoc sign-[SINAL NOTARIAL] um meum apposui in testimonium huius.

366. 1256.06

D. Joana com seu filho, João Raimundo, sua filha, Ousenda Raimundo, e seu genro fazem nova carta de acordo com D. Martim Nunes, mestre da Ordem do Templo, pela qual o seu filho, João Raimundo, faz doação da sua parte dos bens que a mãe havia dado anteriormente à Ordem, em março do mesmo ano.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 22 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 100v-101v⁵⁸⁴; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 183v-185r⁵⁸⁵; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 129v-131v⁵⁸⁶; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 114r-115v⁵⁸⁷

In Christi nomine. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod nos frater Martinus Nuni magister militie Templi in tribus regnis Hyspanie de consilio et consensu fratrum nostrorum facimus tale pactum cum donna Iohana et filius suis Ioham Remondi et Ousenda Reymondi et suo genro R. Martini scilicet quod dedimus donne Ihoanne et Martino Petri in vita illorum aldeam nostram de Lousa cum omnibus redditibus suis ita cum decimis sicut cum aliis rebus ea que nos ibi habemus. Et simili modo damus eis medietatem reddituum et decimarum et calumpniarum et omnium que sunt iuris nostri apud Squalos devisanos. Hoc interposito quod frater noster teneatur extrahere et recipere omnia iura et redditus et decimas predictae aldeae et Martinus Petri cum eo vel procurator eius et donne Ihoanne extrahat et recipiat predicta iura cum nostro fratre qui ibi missus fuerit. Et postquam predicta iura fuerint extracta frater noster nostram medietatem iuste recipiat et donne Iohanne

⁵⁸⁴ Datado de 1226.

⁵⁸⁵ Datado de 1226.

⁵⁸⁶ Datado de 1226.

⁵⁸⁷ Datado de 1226.

et Martino Petri suam medietatem iuste impendat omnium predictorum. Insuper damus eis hereditatem ad usum duorum vigorum bouini in prediis Sancte Marie de Mercuris et in Castello et Blanco damus eis tendas nostras quas nos simul habemus in calle mercatorum. Insuper damus eis in Castello Blanco almuniā nostram de Columbari excepta domo alcazarie. Item damus eis vineam que fuit Petri abbatis. Et insuper damus annuatim domne Iohanne et Martino Petri mantos et garnachias et tunicas staminis fortis de rayz et Martino Petri caligas de panno anglico. Et vestes iste debent dari in festo Sancti Michaelis quod est in mense septembris aut per bauiliam Castelli Blachi aut per decimam magistri secundum quod ipse iusserit. Et si ipsi potuis voluerit XXX^a libras numorum Portugalensis quam predictas vestes dentur eis. Omnia ista suprascripta possideant in vita sua donna Iohanna et Martinus Petri et post obitum amborum omnia prenomina ad magistrum et fratres Templi penitus redigantur. Et dona Iohanna et Martinus Petri non habeant potestatem ullo tempore donandi vel alienandi nec cambiendi vel vendendi nec ponendi in possessione alicuius donni predictas possessiones nisi in potestate magistri et fratrum Templi. Et nos magistri et fratres Templi tenemur deffendere donnam Iohannam et Martinum Petri cum istis que illis dedimus in iure et ratione. Et ego donna Iohanna pro multis bonis que mihi fecistis et pro multo reffugio quod mihi fecistis et propter istas possessiones et vestes et propter predicta bona que recepi a predicto magistro et fratribus Templi do predicto magistro Templi et fratribus eiusdem Ordinis illis qui sunt et eis qui erunt do pro iure hereditario totam villam Lardose que sita est inter Castellum Novum et Castellum Blancum cum omnibus suis terminis novis et veteribus cum suis omnibus drecturis que pertinent eidem ville. Ita cum ecclesiaro sicuti in aliis rebus que pertinent predicte ville excepta de sexdecim partibus una predicte ville que erat antea fratrum Templi. Et iterum do quantam hereditatem habebam in Corricam sicuti ego eam melius habebam in iure et in posse quando dedi vobis Lardosam. Et do vobis omnes casas et omnes vineas et omnes hereditates cultas et incultas quas ego habebam in villa Castelli Novi sicut ego melius habui quando dedi vobis Lardosam ita dedi vobis omnes possessiones quas ego habebam in Castello Novo et in suo termino excepta de sexdecim partibus una que erat antea fratrum Templi. Et do vobis omnem hereditatem quam habebam in Silvares et in toto suo termino et tenebam in iure et in manu quando dedi vobis Lardosam. Et ego donna Iohanna teneor pro me et pro omnibus hereditatibus meis et filiorum meorum cultis et incultis mobilibus et immobilibus deffendere cum isto [hereditamento quod superius scriptum]⁵⁸⁸ est in ista carta contra omnem virum et mulierem que vobis illud voluerit contrariare vel impedire. Et vos de<be>tis me ab omni forcia deffendere. Si forte filius meus aut filia vel homo partis mee vel mee progeniei aut aliunde fuerit [qui

⁵⁸⁸ Reconstituição com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 100v-101v.

hoc factum nostrum] contrariare voluerit vel temptare sit maledictus vel maledicta quisquis fuerit usque ad septimam generationem et pro sola temptationem pectet mill morabitos dimidios fratribus Templi et dimidios voci domni regis. Insuper dent fratribus Templi mill et D libras quas ego recepi ab eis et me ab illis confiteor habuisse et eas in magna necessitate et paupertate quam habui expendidisse. Iterum dent fratribus Templi C et L libras quas ego cognosco quod recepi ab eis et habui annuatim de aldeis et redditibus et vestibus et de omnibus que ab ipsis tenui ab Era istius carte usque in diem quo contra factum hoc nostrum aliquid aliquis inquirere voluerit. Item istud meum donum et istud factum meum et istud implazamentum quod habeo cum fratribus Templi sit semper constans stabile et incorrupte. Et nos magister Templi supradictus concedimus una cum nostris fratribus omnia ista sicut in hac karta sunt superius nominata. Et ego dona Iohanna in meo sensu et in mea bona memoria sine vi quam aliquis mihi faceret pro multis bonis superius nominatis que ego recepi ab Ordine Templi una cum filiis meis Ioham Reymondi et Ousenda Reymondi et genrro meo R. Martini concedimus et confirmamus ista omnia sicut in presenti continentur. Et nos magister predictus una cum nostris fratribus. Et ego donna Iohanna una cum filiis meis superius nominatis et genrro meo concedimus ista omnia sicut sunt prenominata superius. Et ut factum nostrum magis firmum sit et stabile fecimus fieri duas cartas divisas per litteras alfabeti robore perpetuo valituras quarum unam tenent fratres Templi in custodiam et testimonium apud se alteram tenent dona Iohanna et Martinus Petri eodem modo.

Facta karta ultima dominica junii in Era M^a CC^a L^a XL^a IIII^a. Regnante rege Alfonsus in Portugalie et comite Bolonensis. Comendatore in Castello Blanco frater G. Fernandi. Pretore frater Iohannes Gomecii. Alcaidus(?). Pelagius Petri. Ioham Egee. Martini Suariz. Donno Nuno iudice. Ioham Petri de Porta. Isti sunt testes qui presentes fuerunt. F. Fernandi miles. Gonçalo Ayres cavaleyro. Domnus Apparicius de Auvrantes. Domnus Calvus de Salzeda. Martini Petri de Castello. Ioham Egee al. [sic]. Pelagius Petri de Sovereyra al. [sic]. Domnus Nunus al. [sic]. Martinus Suariz al. [sic]. Domnus Paschasius. Petrus da Veyga. Joham Cabelos d'Oleyros. Domnus Iohannis eiusdem loci. Iohannes Menendi de Salzeda. R. Iohannis testis et notuit. Hii omnes testes fuerunt adnotati quando domna Iohanna et filii eius predicti et gener eius presentem cartam in concilio roborarunt.

367. 1257.03

Egas Velho do Tojal doa à Ordem do Templo a terça parte dos seus bens.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 4 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 108v-109r⁵⁸⁹

⁵⁸⁹ Datado de 1227.

Sciant omnes qui hanc kartam viderint vel legere audierint quod ego Egeas Velio de Tojal propter remedium anime mee do Deo et omnibus fratribus Templi tertiam partem de omni meo censu tam mobili quam immobili ut illi indirecto ubique potuerint sint semper mei adiutores et defensores et ut me receperunt in sua sancta confraternitate et in suis sanctis orationibus et ego illos in meis et ut semper eis sim fidelis in omnibus et nec ego nec alter potestatem habeamus hoc meum factum frangendi nec minuendi sed firme et stabile in perpetuum. Facta fuit hec karta mense marcii sub Era M^a CC^a LX^{La} V^a. Qui presentes fuerunt frater Laurencius Mendiz tunc temporis comendator de Tomar et frater Martinus Roderici de Sanctarene. Frater Fernandus Martiniz de Sintra. Frater Simeon Mendiz de Sauri. Frater Martinus Gonsalviz miles. Frater Nunio Nuniz. Frater Martinus Romeus. Donnus Thomas presbiter notuit.

368. 1257.03.31 – Latrão

O papa Alexandre IV, pela bula «Meritis vestre devotionis», autoriza a Ordem do Templo a nomear um freire sacerdote para a igreja de Santiago de Santarém e a usufruir dos rendimentos dela.

ANNT. *Colecção Especial*, cx. 3, n.º 34 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 8, n.º 28 (inserto em documento de 1527.05.22 – Évora que está inserto em documento de 1537.05.23); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 43r-43v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 78r-78v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fl. 202r (inserto em documento de 1527.05.22 – Évora que está inserto em documento de 1537.05.23); ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 39

Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 53, pp. 82-83

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi in Ispania salutem et apostolicam benedictionem. Meritis vestre devotionis inducimur ut quam digne possumus vobis libenter gratiam faciamus. Sane petito vestra nobis exhibita continebat quod ecclesia Sancti Jacobi Sanctaranensis Ulixbonensis diocesis ad vos in spiritualibus et temporalibus pertinet pleno iure ita quod in ea vel ipsius rectoribus diocesanus episcopus non consuevit iurisdictionem vel iura aliqua exercere hoc excepto dumtaxat quod eidem diocesano pro dicta ecclesia quandam summam pecunie tenemini annis singulis exhibere. Nos itaque vestris supplicationibus inclinati auctoritate vobis presentium indulgemus ut cedente vel decedente ecclesie predictae rectore possitis in ea premissis veris existentibus per aliquem presbiterum idoneum vestri ordinis facere deserviri ita tamen quod huiusmodi pecuniam eidem episcopo annis singulis persolvatis. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Laterani II kalendas aprilis, pontificatus nostri anno tertio.

369. 1257.04.25 – Latrão

O papa Alexandre IV, pela bula «Meritis vestre devotionis», autoriza a Ordem do Templo a nomear um freire sacerdote para a igreja de Santiago de Santarém e a usufruir dos rendimentos dela. Trata-se de um documento igual ao anterior, apenas com data diferente.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 3, n.º 37 (cuja lição se segue)

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁵⁹⁰ magistro et fratribus domus militie Templi in Ispania salutem et apostolicam benedictionem. Meritis vestre devotionis inducimur ut quam digne possumus vobis libenter gratiam faciamus. Sane petitio vestra nobis exhibita continebat quod ecclesia Sancti Jacobi Sanctaranensis Ulixbonensis diocesis ad vos in spiritualibus et temporalibus pertinet pleno iure ita quod in ea vel ipsius rectoribus diocesanus episcopus non consuevit iurisdictionem vel iura aliqua exercere hoc excepto dumtaxat quod eidem diocesano pro dicta ecclesia quandam summam pecunie tenemini annis singulis exhibere. Nos itaque vestris supplicationibus inclinati auctoritate vobis presentium indulgemus ut cedente vel decedente ecclesie predictae rectore possitis in ea premissis veris existentibus per aliquem presbiterum idoneum vestri ordinis facere deserviri ita tamen quod huiusmodi pecuniam eidem episcopo annis singulis persolvatis. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Laterani VII kalendas maii pontificatus nostri anno tertio.

370. 1258

D. Martim Peres, comendador da Ordem do Templo em Santarém, declara que recebeu de Domingos Pires e sua mulher, Ausenda Martins, cinco estins de terra em Monçães.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 35 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 96v⁵⁹¹

Noverint universi quod ego frater Martinus Petri comendator Templi in Sanctarena de consensu fratrum eiusdem loci recepimus Dominicum Petri Fer de Cultello et uxorem eius Ausendam Martini in confratres ut ipsi habeant sempre partem de bonis que facta fuerunt ab initio ordinis usque ad finem mundi et nostri ordinis et nos similiter simus participes in bonis que dictus Dominicus Petri Fer de Cultello et dicta Ausenda Martini semper fecerunt ad huc facient. Et hoc fecimus quoniam intelligimus semper de ipso quia dilexit multum Ordinem milicie Templi et promulto servitio quod semper fecit comendatoribus et aliis fratribus. Et dictus Dominicus Petri et uxor illius Ausenda Martini dederunt et concesserunt <pro remedio animarum illorum> Ordini Templi post mortem eorumdem V stilia hereditatis quam habent in

⁵⁹⁰ Segue-se um espaço em branco correspondendo ao nome do mestre.

⁵⁹¹ Datado de 1228.

Monquam apud illam hereditatem Templi. Testes qui presentes fuerunt et viderunt Johannes Suerii mercator testis. Johannes Johannis suus gener testis. Johannes de Gyn testis. Stephanus de Gyn suus germanus testis. Frater Johannes de Ganado testis. Frater Johannes de Monquam testis. Frater Petrus Cerdo testis. Garsia Pelagii notauit. Et ut hoc in dubium non veniat fecimus istud plazum divid per alfabetum Era M^a CC^a LX^{La} VI.

371. 1258.01.07 – Viterbo⁵⁹²

O papa Alexandre IV, pela bula «Iustis petentium desiderii», ordena aos bispos que recebam e sustentem, se for caso disso, os membros da Ordem do Templo, que devem estar isentos do pagamento dos direitos episcopais.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 20v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 37v-38r

Publ. Ferreira 1735, pp. 798-800

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desiderii dignum est nos facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Ex parte siquidem vestra fuit propositum coram nobis quod cum ad ecclesias ad vos spectantes cum eas vacare contingit interdum fratres vestri ordinis plerumque vero ydoneos clericos seculares qui vobiscum in vestris domibus commorantes in mensa vestra comedant et dormiant in vestro dormitorio diocesanis episcopis prout ad vos pertinet presentetis quidam ipsorum eos admittere pro sue voluntatis arbitrio contradicunt nisi tantum eis de ipsorum proventibus assignetur quod sibi et suis extra domos vestras morantibus plene sufficiat hospitalitatem observent et de iuribus episcopalibus diocesanis episcopis integre studeant respondere quanquam vos hospitalitatem servetis. Ac illis de ipsis iuribus sitis respondere parati. Quare fuit pro vobis nobis humiliter supplicatum ut cum propter hoc eidem ecclesie debitis obsequiis defraudentur et vobis magnum immineat detrimentum providere super his misericorditer dignemur. Vestris igitur supplicationibus benignum impertientes assensum presentium vobis actoritate concedimus ut huiusmodi personas ydoneas prefatis dioecesanis ad easdem ecclesias vobis liceat presentare dummodo dicte ecclesie nullum defectum in divinis officiis patiantur et de premissis iuribus faciatis locorum episcopis plenarie responderi. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem

⁵⁹² Data atribuída com base em Fernandes 2009, p. 315. Segundo Ferreira 1735, p. 800, a bula é de Alexandre III, mas Cristina Fernandes sustenta que Alexandre III, no quarto ano do seu pontificado, estava em Ferrara e não em Viterbo. Informação que pode ser conferida em *Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*, tomo III.

omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum.
Datum Viterbi VII^o idus januarii pontificatus nostri anno quarto.

372. 1258.01.26 – Viterbo

O papa Alexandre IV, pela bula «Gloriosus Deus in sanctis suis», confere quarenta dias de indulgência aos que visitarem a igreja de Santa Maria do Olival no dia de Nossa Senhora da Assunção a 15 de agosto.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 3, n.º 41 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 12v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 22r; ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 26v-27r

Alexander episcopus servus servorum Dei. Universis Christi fidelibus presentes litteras inspecturis salutem et apostolicam benedictionem. Gloriosus Deus in sanctis suis in ipsorum glorificatione congaudens in veneratione beate Marie semper virginis eo iocundius delectatur quo ipsa ut pote mater eius effecta meruit altius sanctis ceteris in celestibus collocari. Cum igitur sicut dilecti filii⁵⁹³ magister et fratres militie Templi in tribus regnis Yspanie sua nobis petitione monstrarunt eorum ecclesia de Tomar Ulixbonensis diocesis ipsius virginis sit vocabulo insignita et in ea dominus multa miracula operetur nos cupidentes ut eadem ecclesia congruis honoribus frequentetur omnibus vere penitentibus et confessis qui prefatam ecclesiam in festo Assumptionis ipsius virginis annis singulis venerabiliter visitarint de Omipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius auctoritate confisi centum illuc vero infra octavas eiusdem festi accedentibus quadraginta dies de iniuncta sibi penitentia misericorditer relaxamus. Datum Viterbum [VII]⁵⁹⁴ kalendas februarii pontificatus nostri anno quarto.

373. 1258.06.23 – Fonte Arcada (Celorico da Beira)

D. Teresa Martins e seus filhos fazem um escambo com a Ordem do Templo, no qual doam a aldeia de Jejua, perto de Celorico e a herdade de Guilharei.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 7, n.º 2⁵⁹⁵* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 101r-101v

Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, n.º 300, p. 284

Conoscida cosa sea a quantos esta carta viren como eu donna Taresa Martiiz ensenbla con meus fillos e con meas fillas que posiemos con don Martim Martiniz meu fillo que era maestre do Tenple e apartamos le herdad conven a saber la aldea que dicen Jejuna que jaz preto de Celorico e ha herdad que avemos en Guillarey e deviemos aver e yo pedi ante meu fillo don Johan Martiiz e ante mias fillas a meu fillo don

⁵⁹³ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos que corresponderia à inicial do nome do mestre templário.

⁵⁹⁴ Rasgão no pergaminho. Reconstituído com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 12v.

⁵⁹⁵ Tem dois selos pendentes.

Martim Martiiz que me diesse IIII casaes en aldea Jejua que desse por mi alma e un molino e non mas e destes IIII casaes dey un casal aa Sancta Maria de Rocamador e non mas e otro casal aa Rezasuales e non mas e II casaes aas Sacedas e non mas con I molino e todo o al quanto eu e meus fillos e meas fillas hi aviemos e deviemos todo otorgamos a meu fillo don Martim Martiiz que o da ao Temple assi la aldea Jejua como ha herdad de Guillarey. E poer DC morabitanos vellos en ouro que nos deu meu fillo don Martim Martiiz de lo do Temple para quitar la alma de don Martim Pedrez meu marido hos quaes moravidis eu connozco que recebi a mia mao. E quite delos ha alma de don Martim Pedrez mio marido. E eu outorgo estos lugares devanditos a la Orden do Temple ha aldea Jejua assi como de suso dito he e ha herdad de Guillarey que ayan estos lugares por siempre por herdamento e se dalguna carta seellada de meu seello o de outro veer contra este feyto que eu fiz con meus fillos e con meas fillas non vala ca non he dereyta nin verdadeyra. E se dalgu ome o muler veer contra este feyto o contra esta mia carta aya ha maldicion de Deus e ha mia assi de meu linagen como de otros estraeos como de orden quinquen que seya que en tal demanda veesse e peche mil moravidis ha meatad au rey e ha outra meatad ao Temple e quanto demandar compona ho doblado. E este pleyto e este feyto sempre permanezca firme. E que esto non venna en dulda do esta mia carta seellada do meu seello al maestre e aos freyres do Temple. E eu donna Elvira Martiiz outorgo quanto diz en esta carta e outorgo que ho oudi e que hovi e en testimonio desto ponno en ella meu seello colgado. E eu donna Teresa Martiiz e eu donna Elvira Martiiz pidimos por merced a nosso señor el rey don Alfonso e aos outros herdeyros que del veeren que garden sempre o Temple con na aldea Jejua assi como diz en esta carta. Feyta foy la carta en Font'Archada vespera de Sam Johan. Era M^a CC^a LXXXX^a sexta. Hos omees que son testimonio desta carta Domigos Fagundez capellan de donna Teresa. Martim Meendez capelam de donna Elvira Martiniz. Joham Gonzalvez. Silvestro Martiniz Farraz.

374. 1258.08-12

D. Afonso III ordena inquirições gerais no reino. Foram visitadas as circunscrições de Entre Cávado e Minho; Entre Douro e Ave; Seia, Gouveia, bispados de Lamego e Viseu até ao Douro; Entre Douro e Tâmega, Bragança e seus termos; Entre Cávado e Ave, Terras de Barroso, e Chaves.

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, vols. II-IX

375. 1258.09

Nuno Viegas, cavaleiro, e sua mulher, Froila Lourenço, vendem aos freires da Ordem do Templo um casal em termo de Caria.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 17⁵⁹⁶

⁵⁹⁶ No verso lê-se «Não se sabe onde esta».

In Dei nomine. Notum sit hominibus tam presentis quam futuris quod ego Nonus Venegee cabellario et uxor mea Froili Laurencii facimus cartam vobis fratres do Temple de uno casal que habemus in termino de Caria ubi vochat Natapa(?). Damus et concedimus vobis ipso casal pro nostras animas et pro precio quod de vobis recipimus scilicet XX milia libras tantum nobis et vobis bene placuit et precio nichil non remansit pro dare abeatibus vobis eam pro in tantis temporibus et si aliquis homo venerit tam de nostris quam de extraneis quiam carta frangere voluerit quantum demandet tantum duplet et qui vocem tuam dederit pectet C morabitanos.

Facta cartam in mense setember sub Era M^a CC^a L^a X^{La} VI. Regnante in Portugaliae regem Alfonsus et comitis Bolognie. Electus Lamecensis P. Mestre do Templo fratre Martinus Nuniz commendator fratre Langrobia frater S. Pelagii et nos supernominati quiam cartam iussimus facere manibus nostris eam roboramus. Qui presentes fuerunt et viderunt testis P. Testis J. Testis M. Testis G. Vicentius testis. D. testis. Ego Pelagii J. quiam cartam tabaliom notavi et hoc signum nostri [SINAL NOTARIAL] PELAGI IOHANES ibi aposuit.

376. 1259.01.25 – Toledo

O capelão e reitor da igreja de Santiago de Santarém renuncia aos direitos dessa igreja em favor de D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 8 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 43v

Noverint universsi quod ego S. decanus Sanctarene domni pape capellanus et rector ecclesie Sancti Iacobi Sanctarene renuntio ipsi ecclesie domno Martino Nuni milicie Templi in tribus regnis Yspanie magistro et eiusdem fratribus quod ipsi de cetero ipsam ecclesiam habeant et possideant et de ipsa faciant velle suum et rogo Martinum Gonsalvi presbiterum de Tomar quod ipsos supradictos magistrum et fratres ponat in corporalem possessionem ecclesie memorate in cuius rei testimonium concedo eisdem hanc meam patentem litteram sigilli mei munimine roboratam. Datum Toleti VIIIº kalendas februarii Era M^a CC^a nonagesima septima.

377. 1259.02.01 – Anagnie

O papa Alexandre IV, pela bula «Desideriis vestris», isenta o mestre e freires da Ordem do Templo do pagamento das despesas com as procurações, feitas pelos legados e nuncios da Sé Apostólica que passam nas terras da Ordem.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 44v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 77r-77v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 28-29
Publ. Ferreira 1735, pp. 902-904

Alexander episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Desideriis vestris

in his effectu benevolo debemus annuere que vos digne possint a dispendiis preservare. Sane petitio vestra nobis exhibita continebat quod sepe contigit quod venerabiles fratres nostri archiepiscopi et episcopi ac dilecti filii abbates priores et clerici suarum civitatum et diocesis asserentes se in procurationibus legatorum et nuntiorum Sedis Apostolice nimium aggravari ab eadem sede ad certos executores litteras impetrant ut alios archiepiscopos episcopos abbates priores clericos religiosos et alios cuiuscumque ordinis ad contribuendum cum eis super huiusmodi procurationibus sublato appellationis obstaculo autoritate nostra compellant. Non obstantibus quibuscumque apostolicis litteris vel indulgentiis cuicumque loco et persone concessis quo ad contributionem huiusmodi minime teneantur vel non possint per litteras ipsas cogi. Quare nobis humiliter supplicatis ut providere vobis super hoc paterna sollicitudine curaremus. Cum autem non sit intentionis nostre ut ad vos vel domos vestras aut ecclesias vobis subiectas littere huiusmodi extendantur devotioni vestre auctoritate presentium indulgemus ut vos vel domus aut ecclesie ipse ad contribuendum in huiusmodi procurationibus per tales litteras que de hac specialiter indulgentia et ordine vestro plenam et expressam fecerint mentionem minime teneamini nec compelli aliquatenus valeatis. Sententias quoque si quas in vos vel domos aut ecclesias ipsas autoritate litterarum huiusmodi promulgari contigerit decernimus irritas et inanes. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Anagnie kalendas februarii pontificatus nostri anno quinto.

378. 1259.03.02

O mestre da Ordem do Templo e o mestre da Ordem de Avis elaboram acordo acerca dos termos de certas terras acima do Guadiana.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 4, mç. 1, n.º 24⁵⁹⁷

Publ. *Gavetas (As)*, vol. XII, pp. 447-448 (cuja lição se segue)

[...] nom podiam medir a terra por corda fezeram suas divisões [...] d'Alfornel junto a Agua de Benalcalde e desi poserom outro marco em a carreira que val [...] de Benalcalde e des i outro marco em direito em a carreira que vai [...] e outro [...] des i a huma carreira que está no cume vertente agua a Valdiego e vertente agua [...] diretamente ao cume por sobre da Seiceira hu poserom o marco e des aly a Val Assopee [*sic*] como [...] de outra parte do termo sobredito de Fornel contra o d'Oliveença e desse termo de Fornel [...] Fornel todo em direito e des aly aa corte da Eichara hu esta o paço feito da pedra e des aly a huma [...] em direito a humas arceas ao canto da porsom e des aly contra a Guadiana a huma cabeça [...] sobre la carreira que vai

⁵⁹⁷ Documento em muito mau estado devido às manchas por noz-de-galha.

de Jurumeña pera Alvalade e dest aa pedra do Azambugueiro que esta [...] totalas demandas ou queixumes que foram a terra aqui da huma parte a outra sobre este [...] devem pera que se as quitas e perdas e cartas se forem achadas sobre este pleito nom devem valar [sic] senom estas e todo esto deve ser feito e aguardado d'ambalas partes [...] e nenhuma destas partes nom deve passar contra a outra sobre estas cousas sobreditas e a qualquer que o fizesse deve peitar mil marevedis tentes a outra parte e o placo ficar firme e valer pera sempre [...] e porque estas cousas sobreditas sejam firmes e estavees pera sempre jamais nos devanditos maestros do Templo e d'Aviz de conselho e de outra parte de nossos freires outorgamo las e confirmamo las e facemos ende fazer duas cartas partidas per A B C em as quaes fizemos por nosso sello [...] das quaes cartas nos devandito maestre do Temple devemos teer huma carta e nos maestre d'Aviz a outra. Feita a dous dias andados de março em a era de mil duzentos e noventa e sete anos que presentes foram Lourenço Affonso commendador [...] que fui partidior Martim Gonçalves comendador de Thomar que fui partidior dom Pedro Arias que fui cellareiro d'Aviz que fui partidior dom Martim [...] que fui comendador de Estremoz [...] partidior Fernam Rodrigues freire do Tempie Gonçalvo Fernandes commendador de Xeres Joham Annes freire do Temple e Domingos [...] Gomes Mendes que o escrevi d'outorgança d'ambalas partes.

379. 1259.03.16 – Santarém

*D. Afonso III promulga sentença entre a Ordem do Templo e os moradores de Povos*⁵⁹⁸, pela qual estes moradores ficam isentos do pagamento da colheita à Ordem, tendo de a pagar ao rei, enquanto os moradores de Vila Franca de Xira pagam a colheita à Ordem.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 16, n.º 2 (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 23r-23v⁵⁹⁹ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 75r⁶⁰⁰; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 135v-136r

Alfonsus Dei gratia rex Portugalie et comes Bolonie universis presentem litteram inspecturis notum facio quod magister Templi ex parte una et homines [de Poboos ex altera]⁶⁰¹ venerunt ante me super demanda quam sibi homines de Poboos sibi faciebant dicentes quod homines moratores de Cira debebant cum eis dare [me mea collecta]. Et idem magister dicebat quod ipsi homines de Cira non debebant cum eis dare in ipsa collecta et promissit probare per ante me quod erant duodecim anni elapsi quod ipsi homines de Cira non dederant in ipsa collecta cum ipsis hominibus de Poboos et quod vixerunt inde in pace per ipsos duodecim annos et ambe partes alçaverunt inter se suos inquisitores et nominati fuerunt testes ad probandum hoc

⁵⁹⁸ Povoação do concelho de Vila Franca de Xira.

⁵⁹⁹ Datado de 1229.

⁶⁰⁰ Datado de 1229.

⁶⁰¹ Reconstituição do texto feita com base em ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 23r-23v.

et facta ipsa inquisitione super hoc monstrata fuit mihi. Et ego vidi eam et diligenter inspexi illam et inveni per ipsam inquisitionem quod magister Templi probavit illud quod per ante me probare promisit. Unde secundum ipsam inquisitionem mando et iudicio quod ipsa villa de Cira stet in pace de ipso foro ipsius collecte et de cetero non teneatur. Cum ipsis homines de Poboos dare in ipsa collecta. In cuius rei testimonium dedi dicto magistro Templi istam meam cartam apertam.

Datum apud Sanctarenam XVI^o die marcii. Rege mandante per Alfomsum Martini superiudicem. Rodericus Petri fecit. Era M^a CC^a LX^{La} VII^a.

380. [1259].03.31⁶⁰²

D. João Peres de Aboim e sua mulher, D. Marina Afonso, vendem a D. Martim Nunes, mestre da Ordem do Templo, e à Ordem, umas casas com quintais na vila de Portalegre.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 99r⁶⁰³ (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 180r-180v⁶⁰⁴

Publ. Costa 1771, n.º 66, p. 281

In Dei nomine. Hec est carta venditionis et perpetue firmitudinis quam iussimus fieri ego Johannes Petri de Avoino et uxor mea donna Marina Alfonsi vobis donno Martino Nuniz magistro militie Ordinis Templi in tribus regnis Ispanie et vestro Ordini Templi de quibusdam nostris domibus quas habemus in villa de Portualacri que fuerunt Johannis Fernandi dicti Petaro vendimus vobis et concedimus ipsas domos cum suis quintanis et cum ingressibus et egressibus et omnibus juribus et pertinentiis suis pro precio quod a vobis recepimus scilicet quingentas libras monete Portugalie quia tantum nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vos nichil remansit pro dare. Habeatis vos et vester Ordo Templi predictas domos firmiter in perpetuum et omnes successores vestri post vos et faciatis de eis et disponatis quicquid vobis placuerit in eternum. Et si aliquis venerit tam de nostris propinquis quam de extraneis qui hoc factum nostrum frangere vel temptare voluerit non sit ei licitum sed pro sola temptationem quantum quesierit tantum vobis in duplum componat. Et nos si in concilio vobis predictas domos concedere noluerimus vel non potuerimus componamus vobis eas duplatas et quantum fuerint meliorate et donno terre aliud tantum.

Facta carta pridie kalendas aprilis Era M^a CC LX VIII [*sic*]. Nos supranominati qui hanc cartam iussimus fieri eam coram bonis hominibus propriis manibus roboramus. Qui presentes fuerunt donnus Andreas de Quintanali donnarum. Johannes Menendi homo predicti donni Johannis Petri de Avoino. Johannes Vincentii clericus Sancte Marie de Alcazova Sanctarene. Et ego Michael Fernandi publicus tabellio Sanctaren hiis omnibus interfui et scripsi et hoc si ⁶⁰⁵ gnum meum apposui in testimonium huius rei.

⁶⁰² Datado com base nas datas do mestrado de D. Martim Nunes e da vida de D. João Peres de Aboim.

⁶⁰³ Datado de 1229.

⁶⁰⁴ Datado de 1229.

⁶⁰⁵ Espaço em branco.

381. 1259.12 [A]

Domingos Martins, galego de Orjães, doa aos freires do Templo, em Tomar, as suas propriedades em Vale de Orjães.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 39* (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 9, n.º 28* (inserto em documento de 1572.06.26 – Lisboa); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 28v-29r*⁶⁰⁶

Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII, n.º 306, pp. 290-291*

Conuçudaa cousa seya a todos aqueles que esta kartaa virem e ouvirem que eu Domingo Martiit galego d'Oryaes dey e outorgey aos freires do Temple de Tomar per crianzan e per muit'algo que me fecerum e per ma alma quanto que ey no Val d'Oryaes salvo meu haver movil e dey le lo aa tal pleito que o tenam em ma vida e depoyos ma morte se o meu filo ou ma fila teer quiser den lo aa tal pleito que den en duas dezimas e fugaza e capon cada ano. E que meu feito fosse estavil fez lys ma karta per a b c partida. Quando andava Era M^a CC LX^L VII. Os quaes presentes foron no mes de dezembro. Dom S. Perit comendador de Tomar e teente lugar do Maestre em Portugal. Frey Paaiio comendador de Souri. Frey Affonso Meendit capelam de Tomar. Frey Duram capelam das Pias. Frey Fernando Simom camareiro. Estevam Garsia prior d'Aguas Belas. Michael Zaadam e Joam Martiit d'Oryaes.

382. 1259.12 [B]

Martim Viegas, comendador de Mogadouro e Penas Roias, elabora convenção com Lopo Fernandes de Bagueixe, pela qual fica à Ordem do Templo a quarta parte de uma herança que herdara de seu pai, em Bagueixe.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 7, n.º 19* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 97r-97v*⁶⁰⁷

Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII, n.º 305, p. 290*

In Dei nomine amen. Scient presentes et futuris quod ego M[artim] Venegas comendador de Mogadoyro et de Penas Roas fazo a tal preyto con Lope Fernandez de Bagueyxe de ipsa hereditatem que avia F[ernan] F[ernandez] en Bagueyxe que aja o Temple a quarta parte de ipsa hereditatem que foy de F[ernan] F[ernandez] padre de Lope Fernandez salvo as casas de de [sic] Lope Fernandez con sou coral e con sua cortina como fer en a terra de Martin Johannis e a vina que jaz sobre la eclesia e o horto de sola fonte e sou saydo como avia usado. E est preyto foy per don M[artin] Venegas ja dicto per lo Temple e pelo Espital. E Joham Martiiz e Joham Dominguez polos outros erdeyros. E foron avinidores don Payo d'Ezeda abade de Sancta Maria d'Ezeda. E Rodrigo Fernandez abade de Sancta Maria Castro Roupar. Facta carta in mense dezembro sub Era M^a C^aC^a LX^La V^a II^a. Regnante rex Alfonso en Portugal.

⁶⁰⁶ Datado de 1229.

⁶⁰⁷ Datado de 1229. No documento da *Gaveta* pode ler-se o X aspado.

Tenente Bragancia domnus Martinus Alfonso. Archiepiscopo en Bracara domnus Martinus. Homines qui viderunt et audierunt Pay Rodriguez. Pay Petri. Domingo Negro. Joham Frolez. Martin Meendez. Rodrigo Petrez. Domingo Longo. Don Mathia. Martinus Iohannis jenro de Joham Dominguez. Petro Martiiz. Don Cibriano capellan de sancta Maria de Castro. Dominicus Petri notavit.

383. 1260.08.15 – Coimbra

Fr. Soeiro Peres de Viseu, comendador de Tomar e lugar-tenente do mestre da Ordem do Templo em Portugal, perante João Vicente, cônego e vigário diocesano de Coimbra, estabelece acordo com Lourenço Peres, reitor da igreja de São Pedro de Condeixa-a-Velha sobre as décimas de «Palhacã», ficando metade para a igreja de Ega e a outra para a de Condeixa-a-Velha.

ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Documentos Particulares*, mç. 20, n.º 7 (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 13, pp. 65-66

Notum sit presentem paginam inspecturis quod tam coram me Johanne Vincencii canonico et vicayro Colimbriensis questio verteritur inter fratrem Suerium Petri de Viseu comendatorem de Thomar et tenentem locum magistri milicie Templi in regno Portugaliae ex una parte et Laurentium Petri rectorem ecclesie Sancti Petri de Condexa ueteri ex altera super decimis hominum et casalium de Palacana qui locus iacet inter Condexam Veterem et Egam quas predictus comendator dicebat ad se pertinere ratione ecclesie sue de Ega et Laurentius Petri similiter ad se pertinere dicebat ratione ecclesie sue de Condexa. Tandem predictus comendator de assensu fratrum suorum et Laurentius Petri pro se et successoribus suis nomine ecclesiarum suarum inter se amicabile compositione taliter convenerunt videlicet quod ecclesia de Ega debet recipere decetero in perpetuum integre et libere medietatem decimarum hominum et casalium de Palacana et habere ius percipiendi et predicta ecclesia de Condexa debet similiter decetero aliam medietatem decimarum ipsorum hominum et casalium de Palacana recipere. Et tam comendator predictus pro se et successoribus suis tam Laurentius Petri pro se et successoribus suis renunciantes omnibus instrumentis seu cartis habitis et habendis inpetratis et inpetrandis super predictis decimis promiserunt sibi ad invicem bona fide servare supradictam compositionem nec umquam venire contra eam sub pena C morabitos soluendorum ab ea parte que contra eam venerit alteri parti que ipsam servaverit et solita ipsa pena compositione nichilominus in suo robore permanente. Et ut hoc factum in dubium non vertitur fecerunt inde fieri duas cartas per alphabetum divisas per manum Petri Ihoannis publici tabellionis sedis Colimbriensis sigillatas sigillis predictorum comendatoris et Laurencii Petri predicti et mei Iohannis Vincencii canonici et vicarii Colimbriae prestantis assenssum huic compositioni et sigillo concilii Colinbriae quarum pars quelibet servat suam.

Actum Colimbriae X^o VIII^o kalendas septembris Era M^a CC^a LX^{La} VIII^a. Presentibus Godino Godini pretore. Domno Petro Pelagii. Petro Pelagi nigro. Petro Martini. Stephano David civibus Colinbriensibus. Martino Gunsalvi comendatore de Palumbari. Petro Fernandi comendatore de Ega. Fratre Gomecio Martini. Fratre Martino Michaelis. Et ego Petrus Iohannis porcionarius et publicus tabellio sedis Colinbrie rogatus a partibus his omnibus interfui et manu propria conscripsi et in publicam formam redegii et signum meum apposui in testimonium huius rei.

Et ego Stephanus Petri publicus tabellio Colimbrie rogatus a partibus omnibus hiis interfui et sig-[SINAL NOTARIAL] num meum posui in testimonium huius rei.

[*Sinal rodado*] Petrus Iohannis porcionarius Colimbriensis.

384. [1260].10.07⁶⁰⁸

Fr. Martim Pais, comendador de Mogadouro e Penas Roias, afora o lugar de Vilar de São João aos seus moradores.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 11⁶⁰⁹* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 157v-158r⁶¹⁰*

Publ. *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII, n.º 288, pp. 273-274*

In Dei nomine amen. Conoçada cosa sega aus presentes e aus que am por venir que eu frei Martim Pelaiz comendador de Mogadoiro e de Penas Roias faço tal preito per conselo dos freres que som in a balia com Juan Diaz o Pilitero e con Domingo Pedrez que iles pobrem o Vilar di Sa Joane de XVI foreros consigo e istes pobradores soso ditos istes e os outros que i forem desde III anos in denamte darem I so<l>do de leoneses por foro cada ano por Sa Martino e nino pobrador non aver sua herdade vengada minos de pasar per III anos in deamte e se i tal for que sua herdade aga vengada e a quiser vender por tanto quanto l'outrre der recibirom na os freres se la quiserem e se nom vendan a qui sega sou vasalo e faça sou foro e se tal for que filo ou fila aga darem le sua quadrela in bravo e istes pobradores de Sa Joane e los outros qui i veneren apos eles daren dizimo e primicia de todalas cosas que les Deus der a ganar e aver e au comendador que for in o logar daren le cada ano sou gantar e iles in todala[s] outras cosas averem foro de Penas Roias e istes pobradores e os outros que i veneren de contra a nosa parte per iste foro seerem quitos. Qui presentes fuerom frei Fernando Arias firma. Frei Agos firma. Juan Migeel firma. Juam Rei firma. Roso alcalde e firma. Domingo Ferero alcalde e firma. Pedro Ferero alcalde e firma. E nos damos vos nomiadament o Vilar de Sa Joane como parte com Travanca e con

⁶⁰⁸ Ano atribuído com base na data do verso do documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 11*. Na frente do documento o final da data está rasurado: «Sub era M^a CC^a LXXXX [...]».

⁶⁰⁹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 446, está datado de «1260, Outubro».

⁶¹⁰ Datado de 1152.

Saldaia e con a Penas Roias e con Castanera e con Bronosino e con Telo. Sub Era M^a CC^a LXXXX^a e [...] anos ista carta foi feita in o mes d'Oitobro primero lones. Pedro Nonez notuiz.

385. 1261.02.01 – Guimarães

D. Afonso III, em carta dirigida ao mestre da Ordem do Templo, pretende defender as populações contra os abusos das ordens militares. Esta carta também será entregue aos mestres da Ordem do Hospital, de Calatrava e de Santiago.

ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 49r (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, p. 201; *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 1, n.º 237, pp. 262-263

Qualiter debent recipere montaticum Templarii Hospitalarii et de Calatrava

A[*lfonsus*] Dei gratia rex Portugalie. Religiosis et honestis viris magistro milicie Templi vel comendatori tenenti locum magistri et omnibus comendatoribus de bayliis eiusdem Ordinis in regno Portugalie salutem et sincere dilectionis affectum. Sciatis quod ego habui consilium cum curia mea super montatico quod accipiebant in terminis de meis villis et vestris et aliorum fratrum in regno meo immoderate ad magnum dampnum meum et vestrum et aliorum de regno meo. Et habito consilio cum curia mea ita hoc duxi corrigendum quod vos et alii religiosi regni mei eligatis unam villam de vestris quam volueritis in qua tantummodo filietis montaticum et non in aliis et filietis ipsum montaticum de ganatis hominum regni mei ita sicut ego mando illud filiare in meis villis videlicet de busto vaccarum unam vaccam et de grege ovium quatuor carnarios et non filietis montaticum de porcis nec de equabus nec de aliis ganatis nisi de illis de quibus ego mando illud filiare in meis villis et non aliter. Item mando vobis quod non filietis portagium de rebus nec de hominibus transeuntibus per loca vestra nisi in illis locis tantum in quibus nobis concessum est per cartas donationum regum. Unde aliter non faciatis. Et quicumque contra hoc mandatum meum venerit pectabit mihi quingentos soldos et insuper pagabit custas et expensas illi qui mihi inde conquestus fuerit quantas fecerit super hoc. Et si super hoc aliquod ius intenditis habere veniatis ad me et ego faciam vobis inde habere iusticie complementum. Datum in Vimarane prima die februarii rege mandante per domnum Egidium Martini et per cancellarium et per domnum Johanem Petri de Avoyno et per alios de consilio domini regis. Dominicus Petri fecit Era M^a CC^a LX^{La} VIII^a.

Item consimiles habuerunt magister et Ordo Hospitalis et magister et Ordo Calatravensis et magister et Ordo Ordinis Sancti Jacobi de Ocles.

386. 1261.05.20 – Tomar

D. Fr. Afonso Gomes, mestre da Ordem do Templo, com consenso do convento reunido em capítulo em Tomar, faz acordo com Maria Peres (mulher de Estêvão Peres Espinhel, ambos confrades da Ordem), doando a herdade do Pinheiro em sua vida; e Maria Peres doa à Ordem a sua herdade e quintã de Pussos.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 181v-182v⁶¹¹ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 143r-143v⁶¹²; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 274r-275r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 99-100⁶¹³

Noverint universi presentis scripti seriem inspecturi quod nos frater Alfonsus Gomecii magister militie Templi in Portugalia de consilio et consensu nostri capituli apud Thomar generaliter celebrari facimus pactum et implazamentum cum Maria Petri uxore quondam Stephani Petri Spinel nostris fratris. Et hoc per outorgamento maioris nostri magistri de Ultramar qui tales implazamentos mandavit secundum dispositionem et arbitrium magistri et fratres Portugalie faciendos. Videlicet quod nos concedimus dicte domine [fl. 182r] fratrisse nostre pro mantinentia et ⁶¹⁴ provisione sua hereditatem nostram do Pineyro cum pertinenciis suis tenendam in vita sua. Et ego supradicta Maria Petri recipio de manu in nomine Ordinis Templi supradictam hereditatem do Pineyro in vita mea tantum modo tenendam. Et do et concedo predicto Ordini Templi hereditatem meam et quintanam de Puzos cum pertinenciis suis et terminis suis omnibus novis et antiquis ad montes et ad fontes et cum iuribus suis omnibus que ad me pertinent et pertinere possunt et cum aliis iuribus possessionibus et hereditatibus quas habeo extra dictum locum de Puzos et circuitu per suos terminos secundum quod melius ipsos habeo et habere poteram cum direito. Ita quod in vita mea teneam ipsam hereditatem supra nominatam de Puzos et ad mortem meam recipiant fratres Templi ipsam hereditatem de Puzos cum iuribus suis omnibus et pertinenciis et cum illa supra dicta fratrum. Videlicet do Pineyro et cum voontades et vasis que ibi tempore mortis mee in ipsos hereditatibus fuerint et cum tercia partr de ganato et cum tota plata vel argento meo. Ganatum vero quod de decimis de illo loco do Pineyro pervenerit debeo ego recipere et servare. Et ad mortem meam debet integrum fratribus remanere. Excepto illo quod ego inde expendero comedendo vel alias mortuum fuerit vel amissum bona fide. Et statim transffero ius possessionis et proprietatis ipsis hereditatis et quintane de Puzos cum pertinenciis suis tam ecclesiasticis quam alias laicalibus et cum aliis iuribus prout superius dictum est in ipso Ordine Templi retento michi tamen modo uso fructuum in vita mea. Ita quod sine aliqua contradictione et impedimento dicte hereditates de Puzos videlicet et do Pineyro cum pertinenciis et iuribus suis omnibus prout superius exprimuntur

⁶¹¹ Datado de 1231.

⁶¹² Datado de 1231.

⁶¹³ Datado da era de 1299, ano de 1261.

⁶¹⁴ Orifício no pergaminho.

libere et quiete transeant et remaneant Ordini supra dicto. Siquis autem contra istud nostrum pactum vel implazamentum venire temptaverit tam ex parte mea quam de extranea maledictione Dei incurrat implazamento isto et pacto nochilominus in suo robore duraturis. Et hoc in dubium non veniret feci inde cum dicto magistro et fratribus hoc instrumentum fieri per alphabetum divisum. Et ipsi fratres habuerunt inde unum et ego alterum sigillis dicti magister et meo sigillatum utrumque.

Actum est hoc in Thomar XIII kalendas junii sub Era M^a CC^a XC^a IX^a. Huius rei testes fuerunt frater donnus Pelagius Gomecii. Frater donnus Gonsalvus Fernandi. Gometius Martini. [fl. 182v] Savarigus Petri. Gracias Rodericus. Martinus Gonsalvi fratres. Gonsalvus Gomecii. Valascus Martini de Avrantes milites. Suerius Martini. Dominicus Petri. Martinus Garsia. Iohannes Zoudo. Iohannes Martini mercator. Martinus Stephani moratores de Thomar et alii multi boni homines.

387. 1261.11.29 – Santarém

*D. Afonso III profere sentença em caso que opõe D. Afonso Gomes, mestre da Ordem do Templo, e D. Fernando Eanes, deão de Braga, pela qual foi julgada à Ordem a igreja de Santiago de Santarém*⁶¹⁵. ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 12*⁶¹⁶ (cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fls. 55v-56r; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 38r-38v⁶¹⁷
Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 1, n.º 273, pp. 294-295

Alfonsus Dei gratia rex Portugalie universis scripti seriem inspecturis notum facio quod cum inter donnum Alfonsum Gomecii magistrum et fratres Ordinis milicie Templi in regno Portugalie ex una parte et domnum Fernandum Johannis decanum Bracarensis ex altera questio verteretur super eo quod idem magister et dicti fratres dicebant quod dictus decanus eis ecclesiam sancti Jacobi Sanctarene contra voluntatem ipsorum detinebat que ecclesia ad ipsos magistrum et fratres pleno jure spectat ego dedi eis auditores domnum Egidium Martini maiordomum et domnum Johannem de Avoyno et Petrum Martini meum superiudicem qui magistro et fratribus supradictis in predicta ecclesia totum suum directum adiudicarent et eisdem super ea removerent forciam laycalem et domnus Egidius Martini et domnus Iohannes de Avoyno et Petrus Martini superiudex supradicti sciverunt veritatem per confessiones partium et per easdem confessiones invenerunt pro certo quod ipsa ecclesia Sancti Jacobi est magistri et fratrum predictorum et quod pertinet ad ipsos pleno iure. Invenerunt etiam per confessionem dicti decani quod magister et fratres milicie Templi in regno Portugalie dederant dicto decano ecclesiam supradictam et quod de manu ipsorum eandem ecclesiam idem decanus tenuerat usque modo. Et ego auditis et intellectis omnibus rationibus supradictis adjudico predictam ecclesiam Sancti Jacobi in perpetuum Ordini

⁶¹⁵ Veja-se também o documento [1261].12.10, sobre este assunto.

⁶¹⁶ Tem selo pendente em cera vermelha.

⁶¹⁷ Datado de 1230.

milicie Templi et magistro et fratribus memoratis et mando quod nec ipse decanus nec aliquis alius eis faciat forciam super ea. In cuius rei testimonium dedi magistro et fratribus memoratis istam meam cartam apertam mei sigilli robore consignatam. Data Sanctarene III^o kalendas decembris rege mandante per domnum Egidium Martini maiordomum et per domnum Johannem de Avoyno et per Petrum Martini superjudicem. Rodericus Petri fecit. Era M^a CC^a LX^{La} VIII^a.

388. 1261.12.10 – Santarém

D. Afonso Gomes, mestre da Ordem do Templo, e o capelão de Tomar fazem acordo sobre o número de beneficiados da igreja de Santiago de Santarém. Veja-se o documento seguinte com tradução em português.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 24 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 40r-40v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 43v-44v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 74r-76r

Publ. Costa 1771, n.º 73, p. 290

In Christi nomine et eius gratia. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod Era M^a CC^a LX^{La} IX^a quarto idus decembri. Cum inter venerabiles et religiosos viros domnum Alfonsum Gomecii magistrum et fratres Ordinis militie Templi in regno Portugalie veros patronos ecclesie Sancti Iacobi Sanctarenem in Sisirigo et capellanum de Thomar eiusdem Ordinis qui in predicta ecclesia Sancti Iacobi est et imperpetuum debet esse loco episcopi ex una parte et portionarios ipsius ecclesie ex altera super quibusdam articulis aliquantula contentio esset orta tandem talis amicabilis compositio seu ordinatio intercessit inter ipsos quod novem sint portionarii et decem portiones et quod numerus porcionariorum predictorum et portionum nec possit diminui nec augeri. Et quod unus ex ipsis portionariis sit huiusmodi vicarius in istis tantummodo que secuuntur successive scilicet qui de portionibus supradictis duas tantummodo recipiat portiones qui etiam auctoritate dicti capelam de Thomar per subtractionem benefitiorum compellat portionarios supradictos ut serviant ecclesie memorate et recipiat et custodiat proventus clericorum predictorum. Nullam tamen aliam jurisdictionem habeat vel exerceat idem vicarius in clericis et portionariis vel parrochianis ecclesie memorate. Quando vero decesserit huiusmodi vicarius vel aliquis seu aliqui ex portionariis memoratis capellanus de Thomar cum eiusdem portionariis et idem portionarii cum eodem capellano ponant alium vicarium et portionarium vel portionarios in ecclesia memoarata. Et capellanus de Thomar qui in dicta ecclesia Sancti Jacobi tenet locum episcopi non possit conferre portionem nec beneficia nec etiam et instituere predictum vicarium sine portionariis memoratis nec ipsi portionarii sine capellano supradicto sed conferat idem capellanus cum eisdem portionariis et idem portionarii cum eodem capellano. Item presbiter portionarius qui in dicta ecclesia tanquam ebdomadarius

celebraverit recipiat quartam partem oblationum et denariorum qui in eadem ecclesia offeruntur exceptis octo festivitibus scilicet festo Paracenes et Sabbato Maiori et festo Pasche et festo Penthecostes et Sancti Jacobi et Assumptionis Beate Marie et Omnium Sanctorum et Natalis Domini. Et in quolibet festo predictorum recipiat presbiter predictus octo denarios. De aliis autem oblationibus portionarii percipiant medietatem et fratres memorati aliam medietatem. Et similiter tricesima per medium dividantur. De anniversariis autem fratres habeant duas portiones exceptis anniversariis donne Susane Pellagii. Martini clerici. Gonçalvi Gonçalvi clerici et Fernandi de Manta. De quibus fratres debent habere unam portionem tamen. Residuum autem de iam dictis anniversariis habeant clerici supradicti. Item decime de lana et de denariis piscatorum fossorum putatorum sutorum et texticum culminariorum inter fratres et clericos per medium dividantur de omnibus aliis autem decimis. Item de mortuariis magister et fratres predicti habeant duas partes et clerici predicti tertiam. Item si dominus papa vel eius legatus vel nuntius vel dominus rex aliquam petitam fecerint in ecclesia memorata et predicti magister et fratres non potuerint se defendere per suum privilegium vel per usum vel per aliquid ius fratres memorati teneantur persolvere duas partes huiusmodi petite tertiam clerici memorati. Item fabricam ecclesie predicte fratres facere teneantur. Item unus ex portionariis tenent thesaurum cui dicti capellanus et portionarii duxerint committendum. Item thesaurarius ius suum habeat sicut huiusque habuit in ecclesia memorata. Item dicta ecclesia Sancti Jacobi habeat decimas primicias oblationes et mortuaria et omnes alias obventiones ecclesie de Pigneyro quicumque vacaverit de donna Maria que tenet ipsam ecclesiam. Et dicti clerici debent ipsi ecclesie de Pigneyro per deservire vel facere in suis propriis sumptibus congrue deserviri. Item de decimis primiciis mortuariis et aliis obventionibus ipsius ecclesie de Pigneyro et de decimis bacellorum de Alvisquer et de decimis possessionum Fernandi Colos et lizire donne Sancie post mortem suam debent habere fratres predicti duas partes et clerici tertiam. Omnes vero oblationes ipsius ecclesie de Pigneyro inter fratres et clericos supradictos per medium dividantur. Item de decimis de hereditate de Valada que fuit adquisita ante concilium generale per domni Innocencium papam tercium celebratum quam tenuit Martinus Gonsalvi miles dictus Charamela si dicti fratres eandem hereditatem propriis manibus vel sumptibus excolverint ex ipsa hereditate decimas integre recipiant et habeant. Si autem eam alii vel aliis dederunt ex colendam ipsi habeant duas partes decimarum ipsius hereditatis et clerici tertiam. Item de decimis de orto Marie Pequene quando vacaverit a cancellario et de decimis omnium possessionum confratrum presentium et futurorum etiam Sanctarene predictorum magistri et fratrum debent habere fratres predicti duas partes et clerici tertiam. Item magister et fratres memorati ponant et mictant auctoritate dicti capellani de Thomar in dicta ecclesia Sancti Jacobi unum fratrem

eiusdem Ordinis qui sit loco prioris et curam habeat animarum et recipiat partem ipsorum fratrum in ecclesia memorata. Item vineas domos sicut dicti portionarii habuerunt de iure et consuetudine usque modo ita habeant et possideant de cetero pacifice et quiete in perpetuum cum magistro et fratribus memoratis. Similiter magister et fratres predicti Ordinis habeant et possideant in perpetuum domos vineas et possessiones et omnia alia iura pacifice et quiete de cetero in ecclesia memorata sicut priores qui usque modo in dicta ecclesia fuerunt habuerunt et possederunt hactenus in eadem. Item Gonsalvus Menendi Vermundus Gonsalvi Iohannes Martini Petrus Fernandi Martinus Velio Michael Iohannis et Antonius Petri habeant et possideant in vita sua prestimonia sua in eadem ecclesia sicut hactenus habuerunt. Item quando deceserit aliquis ex novem portionariis supra dictis habeat portionem suam integre per unum annum sicut quilibet defunctus portionarius habere hactenus consuevit in ecclesia memorata. Item utraque pars scilicet magister capellanus et fratres Ordinis memorati et clerici ecclesie supradicte promittunt omnia supradicta et singula bona fide in omnibus et per omnia observare. Et si altera istarum partium contra hanc compositionem seu ordinationem venerit vel venire temptaverit vel infringere voluerit si ipsa pars primo secundo tertio ammonita non resiperuit usque ad triginta dies post ultimam admonitionem et emmendare noluerit pro qualibet attemptionem alteri parti compositionem istam seu ordinationem servanti pectet centum marchas puri et examinati argenti. Compositione seu ordinatione ista nichilominus semper suo robore permanente. Et ut omnia et singula supradicta in dubium non veniant et perpetuam obtineant firmitatem fecerunt inde fieri duo instrumenta per alphabetum divisa per manum mei Michaelis Fernandi publici tabellionis Sanctarene quorum unum magister et fratres Ordinis memorati debent tenere et clerici supradicti aliud in testimonium huius rei. Et ambe partes fecerunt predicta instrumenta sigillari sigillo predicti magistri et sigillo communi predictorum clericorum et sigillis concilii Sanctarene et episcopi Elborensi ad perpetuam memoriam rei geste. Et ego Michael Fernandi publicus tabellio Sanctarene rogatus a partibus interfui compositioni seu ordinationi predicte et ad instantiam earundem confeci et scripsi insuper hiis propria manu duo instrumenta publica per alphabetum divisa et in quolibet eorundem hoc sig- [SINAL NOTARIAL] num meum apposui in testimonium huius rei.

Actum Sanctarene die mense et era supradictus. Presentibus donno Egidio Martini. Donno Johanne Petri de Avoino. Petro Martini superiudice domni regi. Fernando Martini Curutelo. Martino Martini Dade pretor Sanctarene. Iohanne Petri de Ulixbona eius genero. Iohanni Stephani alvazile Sanctarene. Magistro Thoma thesaurario Bracarensi. Suerio Menendi. Stephano de Avoino. Alfonso Navaes. Stephano de Freytas. Roderico Valasci dicto Quaraesma. Petro de Layans. Iohanne Dade. Iohanne Egee. Roderico Menendi. Michaele Suerii. Fernando Suerii Vargalom. Fernando

Petri Cardiga. Geraldo Suerii. Stephano Navalía. Martino Gomecii consuprino donni Iohannis de Avoyno. Petro Fernandi. Geraldo Gonsalvi filio pretoris de Atouguia. Donno Bernaldo. Menendo Iohannis dicto Cazapo. Donno Isidoro de Alcazova. Dominico Mocharro. Martino Iohannis dicto Sangalio. Gunsalvo Iohannis de Sisirigo milite. Donno Pelagio Gomecii comendatore de Castello Blanco. Donno Gonsalvo Fernandi comendatore de Thomar. Donno Stephano Petri Spinel comendatore de Sanctarena. Martino comendatore de Ulixbona. Fratre Pelagio comendatore de Soure. Donno Alfonso capellano.

389. [1261].12.10⁶¹⁸ – Santarém

D. Afonso Gomes, mestre da Ordem do Templo, e o capelão de Tomar fazem acordo sobre o número de beneficiados da igreja de Santiago de Santarém. Cópia do século XVI. Texto em português.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 29r-32r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 25r-27r

Em nome de Christo e sua graça seja noto a todos assi presentes como vindouros que na era de 1269 [*sic*] aos des dias do mes de dezembro como antre os veneraveis e religiosos varoes D. Afonso Gomes mestre e freires da Ordem da cavalaria do Templo no reino de Portugal verdadeiros padroeiros da igreja de Sanctiago de Santarem em Sisirigo e o cappelão de Thomar da mesma Ordem que na mesma igreja de Thomar hé e pera sempre deve ser em lugar de bispo de huma parte e os raçoeiros da mesa igreja doutra sobre huns artigos se levantase algum tanto de contenda finalmente se fes e ordenou antre elles tal amigavel composição. Que na dita igreja aja nove raçoeiros e dez rações e que este numaro [*sic*] de raçoeiros nem de raçoens nom se possa diminuir nem acrescentar. Que hum destes raçoeiros seja vigairo nestas couzas somente que se seguem successivamente a saber que haja duas rações das asima ditas, e por autoridade do [fl. 29v] cappelão de Thomar per subtração dos beneficios com pela aos raçoeiros asima ditos a servirem a dita igreja e receba e guarde as rendas e proventos dos ditos clerigos. E todavia nom tenha nem exercite o dito vigairo outra jurisdição nos clerigos e raçoeiros ou parrochianos da dita igreja. Que quando morrer este vigairo ou algum ou alguns dos raçoeiros acima ditos o cappelão de Thomar com os mesmos e os raçoeiros com o mesmo cappelão ponhão outro vigairo ou raçoeiro ou raçoeiros na dita igreja. Que o cappelão de Thomar que na dita igreja de Sanctiago tem vezes de bispo não possa dar ração nem beneficios nem instituir o dito vigairo sem os ditos raçoeiros nem os ditos raçoeiros sem o dito cappelão, mas juntamente o deem o dito cappelão com os raçoeiros e os raçoeiros com o mesmo cappelão. Que o clerigo raçoeiro que na dita igreja celebrar como domairo receba a quarta parte das oblaçoens e dinheiro que na dita igreja

⁶¹⁸ Datado com base no documento anterior.

se oferecem tiradas oito festas, a saber, a festa da Cea do Senhor e Sabado Maior, a festa da Paschoa, do Spirito Santo e de Santiago, da Asupção de Nossa Senhora, e Todos os Santos e do Natal. E que nestas festas leve o dito clerigo oito dinheiros e das outras oblações os raçoeiros ajão ametade e os frades asima ditos outra maetade, e da mesma maneira se parta pollo meio a tricessima e dos aniversarios os freires hajão duas rações tirando os aniversarios de D. Suzana, de Payo Martins clerigo e de Gonsalo Gonsalvez clerigo [fl. 30r] e de Fernando de Manta dos quaes os freires hão de aver os dos ditos digo aver os os [sic] ditos raçoeiros. Item que as dizimas da laa e dos dinheiros dos pescadores, dos cavões, dos podadores, dos sapateiros, dos tecelões, dos colmieiros se partão pollo meio entre os freires e clerigos e de todas as mais dizimas e assi dos murtuarios o mestre e freires ajão duas partes e os ditos clerigos a terça. Item que sendo cazo que o papa ou seu legado ou nuncio ou el rey fação algum pedido na dita igreja e os ditos mestre e freires nom possão defender se por seu privilegio ou por costume ou por algum direito, os ditos freires sejião obrigados a pagar as duas partes do pedido e os ditos clerigos a terça parte. Que os freires sejião obrigados aa fabrica da dita igreja. Que hum dos ditos raçoeiros tenha o thezouro qual parecer ao dito cappelão e raçoeiros que o deve ter. Item que o thezoureiro tenha seu direito assi como até qui o teve na dita igreja. Item que a dita igreja se Sanctiago aja os dizimos e primicias e oblações e mortuarios e todas as mais obvenções da igreja do Pinheiro quando vagar por D. Maria que agora tem a dita igreja. E os ditos religiosos devem de servir por si a dita igreja do Pinheiro ou faze la servir á sua propria custa. Item das dizimas primicias e [fl. 30v] e mortuarios e outras obvenções da mesma igreja do Pinheiro e das dizimas dos bacelos d'Alvisquer e das dizimas das pcessões de Fernando Celos e da liziria de D. Sancho depois de sua morte hão de aver os freires asima ditos as duas partes e os clerigo a terça. E porem que todas as oblações da mesma igreja do Pinheiro entre os ditos freires clerigo sejião partidas polla ametade. Item das dizimas da herança da Valada que foi adquirida antes do concilio geral que foi celebrado polo papa Inocencio 3º a qual teve Martim Gonçalvez soldado dito Charamela, e se os mesmo freires lavrarem por suas maos ou a sua custa esta herdade della levem as dizimas inteiramente e se a lavrar outrem ou elles a derem a outrem pera que a lavre elles levarão duas partes das dizimas dessa herança e os clerigos a terça. Item das dizimas da orta de Maria Pequena quando vagar e das dizimas de todas as poções dos confrades que ora são e depois forem e das do mestre e freires de Santarem asima ditos hão de levar os freires duas partes e os clerigo a terça parte. Item o mestre e freires asima ditos ponhão por autoridade do dito cappelão de Thomar na dita igreja de Sanctiago hum frade da mesma Ordem que seja em lugar de prior o qual tenha a cura das almas e aja a parte dos freires na mesma igreja. Item que os ditos raçoeiros assi tenham e possuão daqui por diante pacífica e quietamente pera [fl. 31r] sempre com o mestre

e seus freires acima ditos as vinhas e cazas como de direito as tinham e possuhião ate agora. E polla mesma maneira o mestre e freires da mesma Ordem tenham e possuão pera sempre as cazas vinhas e pcessões e todos os mais direitos na dita igreja assima como os tiverão e possuirão os priores que atêgora forão della. Item que Gonçalo Mendes, Vermudo Gonsalvez, João Martins, Pero Fernandes, Pero Fernandes [*sic*], Martim Velio, Miguel João e Antonio Pires ajão e pessão em sia vida na mesma igreja seus prestimonios como atêgora os tiverão. Que quando falecer algum dos nove raçoeiros aja sua ração inteiramente por todo o anno como atêgora costumou haver qualquer raçoeiros que falecia nos dita igreja. Item que ambas as partes, a saber, mestre cappelão de Thomar freires das ditas Ordens e os clerigos da dita igreja prometem em boa fe de guardar todas e cada hum das ditas couzas em todo e por todo. E se alguma destas partes vier contra esta composição e ordenação ou tentar vir contra ella ou quebra la sendo polla segunda e terceira ves amoestada se dentro em trinta dias contados da derradeira amoestação se nom quizer emendar, cada ves que isto intentar pagara aa parte que guardar esta composição e ordenação cem marcos de prata pura e examinada e a composição e ordenação não por isso deixara de ficar em sua forma. E pera que nunhuma das sobreditas [fl. 31v] couzas venha em duvida e tenham perpetua firmeza fizerão disso fazer dois instramentos divididos por a b c por mão de mim Miguel Fernandes publico tabelião de Santarem dos quaes ha de ter hum o mestre e freires da dita Ordem e os clerigos asima ditos outro em testemunho desta couza. E ambas as partes fizerão que os ditos instramentos se selassem com o sello do dito mestre e com o sello comum dos ditos clerigos e com os selos do conselho de Santarem e do bispo d'Evora pera perpetua memoria deste factio. E eu Miguel Fernandes publico tabelião de Santarem rogado polas partes fui presente aa dita composição e ordenação e a instancia dellas fis e escrevi por minha mão dois instramentos publicos divididos por a b c e em cada hum delles pus meu sinal [SINAL NOTARIAL] em testemunho desta couza.

Feito em Santarem no dia mes e era acima dito sendo presente D. Gil Martins, D. João Pires de Avoino, Pero Martins sobrejuis do senhor rey, Fernão Martins Curutelo, Martim Martinz preto[r] de Santarem, mestre Tomas thezoureiro de Braga, Sueiro Mendes, Estevão de Avoino, Afonso Navais, Estevão de Freitas, Rodrigo Vasques dito Coresma, Pero de Layas, João Dade, João Egee, Rodrigo Mendes, Miguel Soeiro, Fernão Soeiro, Vargalom, Fernão Pires Cardiga, Geraldo Soeiro, Martim Gomes sobrinho de D. João de Avoino, Pero Fernandez, Geraldo Fernandez filho do pretor d'Atouguia, Dom Bernardo, MendoJoão dito Cazapo, D. Isidoro d'Alcaçova, Domingo Mocarro, Martim João dito Sangalio, Gonçalo João de [fl. 32r] Sisirigo soldado, D. Payo Gomes commendador de Castelo Branco, D. Gonsalo Fernandez commendador de Thomar, Dom Estevão Peres Spinel commendador de Santarem, Martinho commendador de Lisboa, Frei Payo commendador de Soure, D. Afonso capelão.

390. 1262.02.14 – Braga [A]

Paio Mendes, cônego de Braga e vigário do arcebispo, emite sentença, a instância do cabido de Braga, da citação que ele e Pedro Julião fizeram a Gomes Martins, comendador de Rio Frio, acerca de dois casais em Tebosa, Braga.

ADB. Gaveta 1.^a das Propriedades do Cabido, doc. 99

Pelagius Menendi canonicus Ecclesie Bracarensis eiusdem archiepiscopi vicarius. Dilecto suo Stephano Petri portionario et tabellioni Bracarense salutem in Domino Ihesu Christo. Noveritis quod ad instantiam capituli Bracarensis Gomecium Martini comendatorem de Rivo Frigido ego et donnus Petrus⁶¹⁹ Iuliani convicarius meus peremptorie citari fecimus mandantes eidem ut aut super duobus casalibus de Tevoosa uno videlicet in quo moratur Petrus Petri et altero in quo moratur donnus Durandus que Fernandus Gomecii quondam canonicus Colimbriensi legasse dicitur Ecclesie Bracarense taliter componeret cum eadem capitulo quod ad nos non redirent super hiis iterum cum querela aut decima dia anteriorum receptione litterarum computanda compareret Bracare coram nobis iam dicto capitulo super premissis respondere paratus. In quo termino eodem comendatore pro se et donno Johanne Petri canonico pro eodem capitulo in nostra presentia constitutis ex parte capituli fuit libellus oblati et parti adverse ponettus quo facto idem comendator peciit cum instancia sibi indutias indulgeri ad habendum cum magistro militie Templi consilium et ad habendum super hiis madatum ad eodem magistro speciale in quo per ipsum in hoc negocio ageretur valeret potius quam periret quibus induciis concessis eidem alium terminum sibi duximus prefigendum in quo cum mandato eiusdem magistri pro ut ipse peciit speciali compareret Bracare coram nobis ad procedendum ulterius in hac causa pro ut de iure foret procedendum. Ad quem terminum dictus comendator pro ut debebat occurrere non curavit propter quod ego ob ipsius comendatoris contumaciam deterno idem capitulum in corporalem possessionem ipsorum casalium causa custodie inducendum vero quia nil obedientia prodesse videretur humilibus si contemptus contumacibus non ob esse vobis in virtute obedientie distrute precipio quatinus ob ipsius comendatoris contumacia iam dictum capitulum vel eorum procuratorem in corporalem possessionem predictorum duorum casalium causa rei servande inducere non tardetis contradictores si qui fuerint et rebelles per censuram ecclesiasticam compescendo. Datum Bracare X^oVI^o kalendas marcii Era M^a CCC^a.

391. 1262.02.14 – Braga [B]

Paio Mendes, cônego de Braga e vigário do arcebispo, em missiva dirigida a Estêvão Peres, tabelião e porcionário de Braga, informa que, a instância do cabido de Braga, ele e Pedro Julião citaram Gomes Martins, comendador de Rio Frio, acerca de dois casais em Tebosa, Braga. O referido tabelião redigiu público instrumento do ato.

ADB. Gaveta 1.^a das Propriedades do Cabido, doc. 98

⁶¹⁹ Seguem-se duas letras riscadas.

Pelagius Menendi canonicus Ecclesie Bracarensis eiusdem archiepiscopi vicarius. Dilecto suo Stephano Petri portionario et tabellioni Bracarense salutem in Domino Ihesu Christo. Noveritis quod ad instantiam capituli Bracarensis Gomecium Martini comendatorem de Rivo Frigido ego et donnus Petrus Iuliani convicarius meus peremptorie citari fecimus mandantes eidem ut aut super duobus casalibus de Tevoosa uno videlicet in quo moratur Petrus Petri et altero in quo moratur donnus Durandus que Fernandus Gomecii quondam canonicus Colimbriensi legasse dicitur Ecclesie Bracarense taliter componeret cum eadem capitulo quod ad nos non redirent super hiis iterum cum querela aut decima dia anteriorum receptione litterarum computanda compareret Bracare coram nobis iam dicto capitulo super premissis respondere paratus. In quo termino eodem comendatore pro se et donno Johanne Petri canonico pro eodem capitulo in nostra presentia constitutis ex parte capituli fuit libellus oblatus et parti adverse ponettus quo facto idem comendator peciit cum instancia sibi indutias indulgeri ad habendum cum magistro militie Templi consilium et ad habendum super hiis madatum ad eodem magistro speciale in quo per ipsum in hoc negocio ageretur valeret pocius quam periret quibus induciis concessis eidem alium terminum sibi duximus prefigendum in quo cum mandato eiusdem magistri pro ut ipse peciit speciali compareret Bracare coram nobis ad procedendum ulterius in hac causa pro ut de iure foret procedendum. Ad quem terminum dictus comendator pro ut debebat occurrere non curavit propter quo ego ob ipsius comendatoris contumaciam deterno idem capitulum in corporalem possessionem ipsorum casalium causa custodie inducendum vero quia nil obedientia prodesse videretur humilibus si contemptus contumacibus non ob esse vobis in virtute obedientie distrute precipio quatinus ob ipsius comendatoris contumacia iam dictum capitulum vel eorum procuratorem in corporalem possessionem predictorum duorum casalium causa rei servande inducere non tardetis contradictores si qui fuerint et rebelles per censuram ecclesiasticam compescendo.

Datum Bracare X^oVI^o kalendas marcii Era M^a CCC^a. Ego vero Johannes Petri publicus tabellio Bracarensis civitatis adhibitus interfui omnibus et singulis supradictis et ad instantiam procuratoris capituli supradicti feci inde propria manu hoc publicum instrumentum et signum meum in testimonium in eodem apposui quo est tale. Actum Bracare Era et die supradictis. Johannes Martinus Dominicus testes. [SINAL NOTARIAL]

392. 1262.12.08 – Santarém

Sancha Peres empraza a D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, todos os seus bens que possuía em Casével, termo de Santarém.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 3, n.º 29 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 30v-31r

In Christi nomine et eius gratia. Notum sit omnibus presentem litteram inspecturis quod ego donna Santia Petri de mea spontanea et libera voluntate do et concedo donno Martino Nunionis magistro milite Ordinis Templi in tribus regnis Ispanie et fratribus eiusdem Ordinis omnes possessiones meas quas habeo in Caseval quod est in termino Sanctarene cum cupis et terminis et omnibus iuribus et pertinentiis suis quas possessiones ego debebam possidere tantummodo in vita mea et post mortem meam debebant eisdem fratribus remanere et modo in vita mea do et concedo dicto magistro et fratribus omnes dictas possessiones et quicquid iuris habeo vel de iure habere debeo in dicto loco de Caseval totum do et concedo eisdem magistro et fratribus Templi iure hereditario in perpetuum possidendum et de cetero prefati magister et fratres Templi et successores eorum faciant et disponant de omnibus supradictis tamquam de propria hereditate quicquid eis placuerit cunctis temporibus seculorum. Tali videlicet conditione quod predicti magister et fratres Templi et successores eorum persolvant michi toto tempore vite mee quolibet anno in die Pasche centum et viginti libras usualis monete Portugalie in salvo et in pace in villa Sanctarene. Et dicti fratres debent incipere ad persolvendum mihi dictam pecuniam in die Pasche de Era M^a CCC^a secunda proximo ventura. Et si forte moneta Portugalie que nunc habetur in usu fracta fuerit aliquo casu dicti magister et fratres Templi tenentur mihi persolvere tales morobitinas quales dominus rex acceperit de suis ovencialibus. Et nos supradicti magister et fratres Templi debemus persolvere dicte domne Sencie Petri in vita sua predicta pecuniam quolibet anno in festo Pasche in salvo prout superius est expressum. Et obligamus eidem domne Sencie Petri pro nobis et nostris successoribus nostram bayliam de Sanctarena per quam habeat pecuniam supradictam. Si quis vero tam ex parte nostra quam ex parte predictae domne Sencie Petri contra hoc factum nostrum venire presumpserit vel voluerit illud observare prout supradictum est pectet sive persolvat alteri parti observanti illud mille libras usualis monete nomine pene. Hoc facto nichilominus in suo robore perhenniter valituro et ut omnia et singula supradicta perpetuam obtineant firmitatem nos supradicti magister et fratres Templi et donna Sancia Petris fecimus inde fieri inter nos duo plaza per alphabetum divisa per manum Michaelis Fernandi publici tabellionis Sanctarene quorum nos supradicti magister et fratres unum retinimus penes nos et ego dicta donna Sancia aliud retinui penes me in testimonium veritatis. Et ego Michael Fernandi publicus tabellio Sanctarene rogatus a partibus supradictis hiis omnibus interfui et duo plaza inter ipsas partes propria manu conscripsi et in quolibet eorum hoc sig-[SINAL NOTARIAL] num meum apposui in testimonium huius rei. Actum Sanctarene VIII^a die decembris Era M^a CCC^a. Presentibus istis fratribus Templi et concedentibus omnia supradicta donno Gonsalvo Fernandi comendatore maiore in regno Portugalie. Donno Pelagio Gomecii comendatore de Castello Blanco. Martino Gonsalvi comendatore de Palumbari.

Petro Fernandi comendatore de Souri. Fratre Pelagio comendatore de Ega. Roderico Petri dicto Cebola comendator de Elvis. Donno Stephano Petri Spinel comendatore de Sanctarena. Martino Petri comendatore de Alanquer. Fratre Alfonso Menendi priore ecclesie Sancti Jacobi Sanctarene. Fratre Martino de Vigas. Fratre Durando Stephani et fratre Andrea Bracarense de Ordine Preicator. Fernando Suerii dicto Vargalo milite. Menendo Stephani milite. Petro Fernandi milite. Vincentio Egidi de Ulixbona milite. Petro Menendi et Iohanne Petri clericis portionariis ecclesie Sancte Marie de Alcazova. Petro Virga. Martino Michaelis cursore. Petro Fernandi corrigiario.

393. 1263.04.20 – Sevilha

Afonso X de Leão e Castela nomeia D. Paio Peres, mestre de Santiago, e D. Martim Nunes, mestre do Templo, seus procuradores para negociarem os limites do Algarve com D. Afonso III de Portugal. ANTT. Chancelaria de D. Afonso III, liv. 3, fls. 13v-14r (cuja lição se segue)

Publ. Chancelaria de D. Afonso III, livs. II e III, n.º 24, pp. 266-267

Procuracom de firmidoe de rey de Castela pelo maestre d'Ocres e maestre Fernando sobre qual postura posessem do reyno de Leon e de Portugal e do Algarve

Sepan quantos esta carta vieren como nos don Alfonso por la graça de Dios Rey de Castella de Toledo de Leon de Galliza de Sevilha de Cordova de Murça e de Jahen fazemos nostros personeros e nostros procuradores don Pelay Perez maestre de la Ordin de la Cavalaria de Santiago e don Martim Nuniz maestre de la Orden de la cavalaria del Temple en los tres reynos de Hespanha e don Alfonso Garcia nostro adalamtrado mayor del regno de Murça e de toda la⁶²⁰ frontera e don Fernad Yuanes dean de Braga nostro notario e maestre Fernando nostro clerigo e arcediano de raynha. Et damos a esses nostros procuradores e nostros personeros complidamient nostro poder que podam em nostro nomble e em nostra vez tractar e poner e firmar com don Alfonso rey de Portugal aveniença e paz e amor assy sobre los castellos e sobre la tierra del Algarbe como sobre lo partimiento de los regnos de Leon e de Portugal como sobre todas las otras contendas e queixumes e danos e mortes de homees e robos e entregas que acaecieron fata aqui entre nos e nostras gentes e nostros vasallos e nostra terra de la una parte e entre esse rey de Portugal e sus gentes e sus vasallos e su tierra de lha otra. Et damos poder a esses nostros procuradores de perdonar e de quitar em nostro nombre e em nostra v<e>z⁶²¹ todas queixummes e todo desamor que nos por estas cosas sobredichas o por otras quales quer que fata aqui aviemos o poderiamos aver desse don Alfonso rey de Portugal e de sus vasallos e de sus gentes e assinaladamient lis damos poder que sobre todas estas cosas que de suso som dichas que podan em nostro nombre e

⁶²⁰ Segue-se supontada a palavra «terra».

⁶²¹ Corrigido de «voz».

em nostra vez fazer e firmar abeniença e pleyto estable e firme qual eles entendiren por bem com esse rey don Alfonso de Portugal sobre todas las cosas de suso dichas e sobre cada huma delhas. Et mandamos les assinaladamient que en las cartas de la abeniença e del pleyto que ellos fizieren com esse rey de Portugal en nostro nombre que a siellen de nostro siello. Et prometemos a bona fe e sin engano que nos averemos por firme e por estable e que gardaremos todas aquelas cosas que elles com esse rey de Portugal posieren e firmaren em nostro nombre por firmes e por estables. Et promete-[fl. 14] mos que nunca contra essas cosas sobredichas vennamos ni contra nenguna dellas. Et que esto non venga em dubda e sea firme pera sempre fiz ende fazer esta carta seelada de mio siello. Dada em Sevilha el rey la mando veinte dias andados del mes de abril. Sancho Sanchis la fizo. Era de mil e CCC^a e un ano.

394. 1263.06.29 –Civittà Vecchia

O papa Urbano IV, pela bula «Dilectii filii nostri», ordena às autoridades eclesiásticas que não peçam aos capelães das igrejas da Ordem do Templo juramento de fidelidade e obediência, pois apenas o devem ao pontífice.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 37r-37v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 65v-66r

Publ. Ferreira 1735, pp. 873-874

Urbanus episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Dilecti filii fratres militi Templi post concilium multipliciter fatigati ut asserunt graves querimonias coguntur in nostro auditorio replicare a capellanis quidem illorum fidelitatem et obedientiam preter solitum queritis. Et quia vestre nolunt satisfacere voluntati eos pro vestre voluntatis arbitrio molestatis non attendentes quantum sit iam dictis fratribus consideratione obsequii quod christianitati in partibus transmarinis exhibent deferendum. Quia igitur gravamen eorum sustinere in patientia non debemus [fl. 37v] quibus quantum cum Deo possumus prescripti obsequii et sue devotionis intuitu in sua tenemur justitia providere. Universitati vestr ad instar felicitis recordationis Alexandri pape predecessoris nostri per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatinus a capellanis ecclesiarum que pleno iure iam dictis fratribus sunt concessae nec fidelitatem nec obedientiam exigatis quia romano tantum pontifici sunt subjecti. Ab aliis vero iuramentum fidelitatis non queratis sed obedientie sitis promissione contenti. Scituri quod si eos post prohibitionem nostram indebite gravaveritis non sine rubore vestro ipsorum curabimus auctore Domino iustitie providere. Privilegium quidem meretur amittere qui concessa sibi abutitur potestate. Datum apud Urbem Veterem III kalendas julii pontificatus nostri anno secundo.

395. 1264.06.24 – Leiria

D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, afora a herdade de Cabeça de Freires, junto de Leiria, aos povoadores desse local.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 4* (inserto em documento de 1301.05.15 – Leiria e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 91v-92r* (inserto em documento de 1301.05.15 – Leiria)

Publ. Gomes 1997, n.º 14, pp. 181-182 (versão do *Livro dos Mestrados*)

[...]

Conhoçuda cousa seja a todolos presentes que esta carta virem e ouvirem como nos frey Gonçalo Martiiz omildoso mestre da cavalaria do Temple em Portugal veemos a Leyrea en o tempo que frey Martinus Pelagius era comendador e veerom hy a nos os pobradores da nosa erdade da Cabeça do Freyre e diserom nos que a tiinam aforo e que ouverom emde carta e perderon a e pedirom nos graça que lhe la recobrassemos. E a sobredicta erdade parte com Domingo Palmeyro. Item com Martinus Dominguiz filho de Camponheyro. Item com Martinus Galego e com seu germaão Sabordo. Item com Martinus Milheyro. E este pobradores teem a sobredicta erdade com este foro, convem a saber, que dem en quada huum ano ao Temple a quarta parte do pam e do vino e de todalas cousas que Deus hy der salvo ferraee que comerem com seus bois e favas novas que comerem en sas casas e devem adar os davandictos pobradores em quada huum ano ao Temple de cada cassa senhas fogaças de II II alqueires de trigo e senhos capoes e XII XII ovos e darem esto pro festa de San Miguel. E os davandictos pobradores devem aseer enparados de oste e de fosado e de jugada e de todas coomhas salvo tres de rouso e de merda em boca e d'omem morto. E se per ventura esta coomha fezerem aver o Temple ameyadade e o senhor da terra ameyadade. E nos frey Gonçalo Martiiz omildoso meestre da cavalaria do Temple em Portugal per outorgamento e per booa voontade de nosos freyres damos e outorgamos aos sobredictos pobradores a sobredicta erdade com este foro que o ajam pera senpre pera filhos e pera netos e pera os que vierem despos eles per tal preyto que non vendam nem enprazem nem doem a cavaleyros nem a crerigos nem a outras ordiis e se per ventura quizerem vender seja aa tal home que faça o sobredicto foro ao Temple. E per que seja firme e stavel damus aos davandictos pobradores esta carta aberta com nosso seelo pendiente em testemunya. Feyta esta carta em Leyrea VIIIº kalendas julii sub Era Mª CCCª IIª. Os que presentes foram Martinus Pelagius comendador de Leyrea. Joam Pirez Vilela. Frey Gonçalo Martiiz. Frey Pelagius Iohannis capellam do maestre. Frey Pedro Vicente manascal do meestre. Frey Stevam geral comendador da casa do Spital de Leyryea. Martinus Afonso cavaleyro de Leyrea. Meend'Afonso. Pedro Steveez. Pero Martiiz filho de Joam Martiiz Cangado. Gil Maduro. Joam Dominguiz o crerigo. Antonio Dominguiz. Lourenço Anes escrivam do maestre.

[...]

396. 1264.10.21 – Sevilha

D. Paio Gomes, freire da Ordem do Templo, dá ao mestre e à Ordem seis aldeias em Castela, que recebeu do rei, em Valladolid, a 9 de julho de 1255⁶²².

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 182v-183r

Sepan todos los que esta carta vieren como yo don Pay Gomez freyre de la Orden del Temple de my bona voluntat otorgo et conosco que do al maestre e a la Orden de la cavalleria del Temple aquellas seys aldeas que el rey me dio con so privilegio plomato que son en termino de Arcos e de Lebrixa. Las quales altrás a nombre Lacaden e Lacedenero e Effe e Sotrana e Tobrar e Xarana. Et estas seys aldeas sobredichas do e otorgo al maestre e a la Orden del Temple asy como sobredicho es. Donacion bona e sana e derecha e sin entredicho ninguno con todos sus terminos e con todos sus herdamentos e con montres e con fontes e con sus entradas e con sus salidas e con todas sus pertencias quantas an e aver deven. Et desapodero me del poder e del derecho e de la tenencia que yo he en estas aldeas sobredicha<s> e en todos sus herdamientos e en todos sus terminos de guisa que no retengo en ello derecho ni poder ni tenencia nenguna salvo todavia que retengo por mi que en todos los mios dias que sea yo ende señor porque todos los fruytos e las rendas que y vinieren en todos myos dias que sean pora mi e pora qui yo mandare. E depues de myos dias que sea todo libere e quito del sobredicho maestre e de la Orden del Temple. Et yo que non pueda daqui adelante enagenar estas sobredichas aldeas todas ni nenguna cosa dellas por ninguna manera. Et por mas firmidumbre do vos el privilegio que me el rey dio con estas aldeas sobredichas en Valladolid em IX dias del mes de Iulio en Era de mil CC XC III annos. Las quales aldeas con el privilegio yo entrego luego oy dia que es fecha esta carta asi como sobredicho es a don Arias Yanes e a don Per Yanes comendador de lo que a la horden del Temple en Sevilha e en so termino en voz e en razon del sobredicho maestre e de la Orden del Temple. [fl. 183r] Et yo don Arias Eanes e yo don Martin Rodriguiz freyres desta horden del Temple e yo don Peer Yanes el comendador sobredicho nos todos tre<s> otorgamos que avemos recebido de vos don Pay Gomez por mandado del maestre e de la horden de la cavalleria del Temple estas seis aldeas<s> sobredichas asy como sobredicho es. Et por que todo esto sea firme e non venga en dubda yo don Pay Gomez e yo don Martin Rodriguiz e yo don Aryas Yanes e yo don Per Yanes otorgamos esta carta ante las firma<s> que escrevieron sus nombres en ella en testimonio. Et yo dom Pay Gomez mande poner en ella mio sello colgato. E rogamos a don Rodrigo Estevan alcalde del rey e de Sevilla que mandasse otrosi poner en esta carta so sello en testimonio. Et yo Rodrigo Estevan el alcalde sobredicho por ruego destes omes bonos sobredichos mande poner en esta carta mio sello colgato em testimonio.

⁶²² Título que antecede o documento: «Doaçom de seis aldeas em Castella».

Fecha la carta em Sevilla martes XXI dia del mes de octubre Era de mil e trezentos e dos annos. Testigos que fueron presentes frey Iohan Bivas de la horden de Ucles e Pero Martinez cavallero del rey e Vicente Iohannes e Diego Martinez vezinos de Sant Vicent. Et yo Iohan Fernandez escrivano publico de Sevilla so testigo. Et yo Estevan Thomas escrivano publico de Sevilla so testigo. Et yo Remon Perez escrivano publico de Sevilla escrevi esta carta e so testigo.

397. 1265 – Castelo Branco

D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo em Portugal, e seus freires doam a D. Teresa Afonso uma aldeia chamada Sardacha, no termo de Folgosinho. D. Teresa Afonso faz doação remuneratória a D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo em Portugal e aos seus freires, de um casal em Melo, em troca da dita aldeia e de outros bens, ficando por sua morte para a Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 147v-148r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 283-284

Publ. Costa 1771, n.º 67, pp. 282-283

In nomine Domini amen. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris qui hanc cartam viderint vel legere audierint quod nos frater dominus Gonsalvus Martini militie Templi in regno Portugalie magister humilis de consilio et ascensu fratrum nostrorum et per capitulum generale quod factum fuit in Castelo Branco damus et concedimus donne Tharesie Alfonsi de Melivi quondam nostram aldeam que dicitur Sadarcha que est in termino de Felgosino quod teneat et possideat eam cum omnibus directis suis et foris omni tempore vite sue sub tali pacto quod ipsa dona Tarasia Alfonsi det inde comendatori de Ferraria XXV libras in kalendis madii pro ipsa aldea annuatim. Et predicta dona Tarasia Alfonsi dedit nobis in presenti promisit unum casale in Melivi pro anima domni Menendi viri sui et pro sua quod fuit Martini Hooris cum omnibus foris suis et directis. Et insuper dicta donna Tharaia Alfonsi debet facere unum molinum in Mondego in hereditate ipsius aldee et debet possidere illud in diebus vite sue cum ipsa aldea et cum alio molendino et cum omnibus foris suis et directis. Preterea donna Tharasia Alfonsi non debet eam vendere nec pignorarare nec alienare nec atiam male parare predictam aldeam ipsi Ordini Templi. Et nos magister Templi simul cum capitulo nostro supra dicto promittimus bona fide quod non implazemus nec demus nec donemus [fl. 148r] nec vendamus nem alienemus ullo modo alicui predictum casale nobis dedistis in Mello nisi vobis vel filiis vestris et domini Menendi vel alicui de genere domini Menendi. Et post mortem ipsius donne Tarasie supradicte predicta aldea debet remanere Ordini Templi libera et desimbargata cum omnibus meliorationibus suis et cum omnibus acrescentamentis suis et cum comparationibus suis quas ibi fecerit et debet ambulare pactum bona fide. Et ut hoc factum nostrum nec a nobis nec ab ipsa possit modo aliquo revocari fecimus inde fieri duas cartas per alfabetum divisas nostrorum sigillorum munimine roboratus.

Quarum unam debemus nos tenere et aliam ipsam donna supradicta in testimonium huius rey. Datis apud Castelblancum Era M^a CCC^a III^a.

398. 1265.03

Fr. Rui Soares, comendador de Mogadouro e Penas Roias, com autorização de D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, e do Capítulo Geral reunido em Castelo Branco, dá a Antão Peres a igreja de Tau de Miranda, assim como a ração da igreja de Ventoselo.

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 133r⁶²³

A Ordem do Temple outra per que deu a Amtam Piriz a ygreja de Taho de Miranda assi como mamda dar raçam da dicta igreja com Ventoselo etc. Com declaração da maneira que seha de repartir a remda dela

In Dei nomine. Sabuda cousa seja a quantos esta carta virem como eu frei Rui Soaris comendador de Mogadoiro e de Penarroyas per mandado e per carta aberta de dom Gonçalo Martiiz maestre da cavalaria do Temple em Portugal e per otorgamento do cabidoo geeral que foy feyto em Castel Branco dou a Antom Perez a nossa ecclesia de Taho de Miranda como anda essa raçom dessa dicta ecclesia com Ventoselo e competencia(?) e dou a el essa raçom por cura per tal preito que nos ajamos ende os nossos dereitos que emde soemos a aver dessa dicta raçom coven de o saber que de V^o quiniones aver a Ordim os tres quiniones e o arcebispo ende I e Antom Perez o outro e que el seja obediente ou Temple en sa vida e a sa morte fique a terça parte de quamto el ouver ou Temple. E eu Antom Perez so tal condiçom reçoço essa sobredicta raçom. E por este feito seer firme e estavil fesemos emde estas cartas partidas per a.b.c. das quaaes este emde una em Mogadoiro e a outra tenha Antom Perez as quaaes foram feitas en o mes de março em Era M^a CCC^a III^a. Testemunhas frey Pedro Soariz. Frey Diogo. Frei Martinho Pedro Spinio. Pedro Eanes çapateiro. Pedro Martinz de Penarroyas. Joam filio. Amtom Pascual. Dom Mouro. Joam Martinz. Clerigo. Dom Pedro clerigo. Joam Dominguz qui a fes.

399. 1265.05.17 – Perugia

O papa Clemente IV, pela bula «Merito incongruum censeri», isenta os cavaleiros da Ordem do Templo de pagar a vigésima ou a centésima para sustento da Terra Santa.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 46v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 80v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 30-31

Publ. Ferreira 1735, pp. 911-913

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis preceptori et fratribus domus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem. Merito incongruum censeri

⁶²³ No Livro do Índice da Chancelaria de D. Afonso III (ANTT. *Instrumentos de Descrição*, Índice da Chancelaria de D. Afonso III: próprios e comuns, liv. 24, fls. 2v, 133r e 160v), esta doação remete sempre para o Livro dos Mestrados, fl. 133r.

posset et absonum si vos aliis aliquam exhibere de vestris vel domorum vestrarum proventibus cogere mini pro Terre Sancte subsidio solvere portionem que eos totaliter in operibus convertitis pietatis et pro ipsius Terre Sancte tutela cui perpetuum religionis vestre obsequium dedicastis et fervore charitatis intrepide sub devota Sedis Apostolice obedientia prudenter exponitis contra impetus infidelium res et vitam. Hinc est quod nos volentes vos in capite et in membris adversus huiusmodi gravamina premunire devotionis vestre precibus inclinati auctoritate vobis presentium indulgemus ut ad exhibendum aliquid de vestris vel domorum vestrarum proventibus pretextu vicesime vel centesime a Sede Apostolica Terre Sancte subsidio deputate vel in posterum deputande non teneamini nec ad id possitis vos seu fratres vestri domorum ipsarum per ipsius sedis impetratas vel impetrandas litteras coartari nisi huiusmodi impetrande littere fecerint expressam de Ordine vestro ac specialem de hac indulgentia mentionem. Nos in super processus si quos contra vos vel fratres aut domos predictas huiusmodi occasione vicesime vel centesime apostolica vel alia quavis auctoritate haberi et excommunicationis suspensionis et interdicti sententias si quas forsitan contigerit promulgari contra indulgentie presentis tenorem decernimus penitus non tenere ac nullius existere firmitatis. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Perusii XV kalendas junii pontificatus nostri anno primo.

400. 1265.05.29 – Perugia [A]

O papa Clemente IV, pela bula «Cum a nobis petitur», confirma os privilégios, liberdades e indulgências concedidas à Ordem do Templo pelos pontífices seus antecessores.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 3, n.º 68 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 23v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 42r-42v

Publ. Ferreira 1735, pp. 809-810

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁶²⁴ preceptori et fratribus domus militie Templi in Hispania salutem et apostolicam benedictionem. Cum a nobis petitur quod iustum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo exigit rationis ut id per solitudinem officii nostri ad debitum perducatur effectum. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu omnes libertates et immunitates a predecessoribus nostris romanis pontificibus sive per privilegia seu alias indulgentias vobis vel domui vestre concessas necnon libertates et exemptiones secularium exactionum a regibus et principibus aliisque Christi fidelibus rationabiliter vobis aut domui predictae indultas sicut eas juste ac pacifice obtinetis vobis et per

⁶²⁴ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondendo à inicial de um nome.

vos eidem domui auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Perusii IIII kalendas junii pontificatus anno primo primo.

401. 1265.05.29⁶²⁵ – Perugia [B]

O papa Clemente IV, pela bula «Non absque dolore cordis», proíbe as autoridades eclesiásticas e seus serviçais de forçar a entrada nas casas e terras da Ordem do Templo, de deter injustamente os membros da Ordem, de excomungá-los ou de lhes exigir o pagamento de dízima sobre a terra e animais. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 235, 4.ª parte, fls. 34v-35r (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 738, fls. 61v-62r; ANTT. Coleção Especial, cx. 3, n.º 69⁶²⁶
 Publ. Ferreira 1735, pp. 862-864

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis archipresbiteris et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Non absque dolore cordis et plurima turbatione didicimus quod itaque in plerisque partibus ecclesiastica censura dissolvitur et canonicè sententiè severitas enervatur ut viri religiosi et hi maxime qui per Sedis Apostolicè privilegia maiori donati sunt libertate passim a malefactoribus suis iniurias sustineant et rapinas dum vix invenitur qui congrua illis protectione subveniant et pro fovenda pauperum innocentia se murum defensionis opponant. Specialiter autem dilecti filii preceptor et fratres domus militie Templi Ierosolimitani tam de frequentibus iniuriis quam de ipso quotidiano defectu iustitiè conquerentes universitatem [fl. 35r] vestram litteris petierunt apostolicis excitari ut ita videlicet eis in tribulationibus suis contra malefactores eorum prompta debeatis magnanimitate consurgere quod ab angustiis quas sustinent et presuris vestro possint presidio respirare. Ideoque universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatinus illos qui possessiones vel res seu domos predictorum fratrum vel hominum suorum irreverenter invaserint aut ea iniuste detinuerint que predictis fratribus ex testamento decedentium relinquuntur seu in fratres ipsos vel ipsorum aliquem contra Apostolicè Sedis indulta sententiàm excommunicationis aut interdicti presumpserint promulgare vel decimas laborum de terris habitis ante concilium generale quas propriis manibus aut sumptibus excolunt seu nutrimentis animalium ipsorum spretis Apostolicè Sedis privilegiis extorquere si de his vobis manifeste constiterit canonica monitione premissa si laici fuerint publice candelis accensis singuli vestrum in dioecesibus ecclesiis vestris excommunicationis

⁶²⁵ No *Quadro Elementar*, tomo IX, pp. 185-186, este documento está datado de «5 das kalendas de Junho», e na margem a data «An. 1265 Maio 28», remetendo para o documento ANTT. *Coleção Especial*, cx. 3, n.º 69.

⁶²⁶ Trata-se de uma cópia, muito posterior, em papel. Também datada de «IIIIº kalendis», e, no final, a indicação «esta bulla está lançada na compilação das escrituras 4ª parte fol. 34 na volta».

sententia percellatis. Si vero clerici vel canonici regulares seu monachi extiterint eos appellatione remota ab officio et beneficio suspendatis neutram relaxaturi sententiam donec predictis fratribus plenarie satisfaciant. Et tam laici quam clerici seculares qui pro violenta manuum iniectioe in fratres eosdem vel ipsorum aliquem anathematis vinculo fuerint innodati cum dioecesani episcopi litteris ad Sedem Apostolicam venientes ab eodem vinculo mereantur absolvi. Datum Perusii IIII^o kalendas junii pontificatus nostri anno primo.

402. 1265.06.08 – Perugia [A]

O papa Clemente IV, pela bula «Quanto maiora pro defensione», concede à Ordem do Templo a possibilidade de edificarem igrejas nos lugares conquistados aos muçulmanos.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 27r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 48r-48v

Publ. Ferreira 1735, pp. 825-826

Clemens Episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militiae Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Quanto maiora pro defensione christianitatis discrimina sustinetis tanto benigniori vos debemus oculo intueri et libentius ubi cum iustitia possumus vestris et vestrorum commodis providere. Eapropter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus annuentes ad exemplar felicitatis recordationis Alexandri Lucii et Urbani predecessorum nostrorum Romanorum pontificum presentibus vobis litteris indulgemus ut in locis qui de sarracenorum poteritis manibus cum auxilio celestis gratie liberare in quibus nondum cultus christiane fidei fuerit introductus ecclesias construatis qua soli Romane ecclesie debeant subiacere. Ita ut a nullo prelatorum Ecclesie preter Romanum pontifice aliquid juris in eis valeat vendicari. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumperit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Perusii VI Idus junii pontificatus nostri anno primo.

403. 1265.06.08 – Perugia [B]

O papa Clemente IV, pela bula «Cum dilecti filii fratres», proíbe as autoridades eclesiásticas de excomungarem os membros da Ordem do Templo e de interditar as suas igrejas, pois estão sob a proteção da Santa Sé.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 32v-33r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 58v-59r

Publ. Ferreira 1735, pp. 855-856

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis archidiaconis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. [fl. 33r] Cum dilecti filii fratres militiae Templi

Ierosolimitani nullum habeant episcopum vel prelatum preter romanum pontificem et speciali prerrogativa gaudeant libertatis non decet vos in eos vel clericos aut ecclesias eorum in quibus potestatem ecclesiasticam non habetis absque mandato nostro excommunicationis vel interdicti sententias promulgare. Sed si quando vos subditos vestros idem fratres iniuste gravaverint per vos vel nuntios vestros id romano pontifici significare debetis ac per ipsum de memoratis fratribus iustitiam obtinere. Inde est quod universitati vestre ad instar felicitatis recordationis Innocentii et Urbani predecessorum nostrorum romanorum pontificum per apostolica scripta precipiendo mandamus quatinus in predictos fratres sive clericos aut eorum ecclesias in quibus actoritatem nequaquam habetis excommunicationis vel interdicti sententiam promulgare nullatenus presumatis nec eos alias indebita vexatione gravetis sed erga ipsos vos taliter habeatis quod non habeant adversus vos materiam querelandi. Scituri quod si mandatum nostrum neglexeritis in hac parte dimittere non poterimus quin eisdem fratribus in sua iustitia si apud nos querimoniam iterum deposuerint efficaciter providere curemus. Datum Perusii VI idus junii pontificatus nostri anno primo.

404. 1265.06.08 – Perugia [C]

O papa Clemente IV, pela bula «Cum abbates», manda que os religiosos da Ordem do Templo não paguem dízimo das terras que lavrassem e utilizassem.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 18⁶²⁷ (inserto em documento de 1289.08.17 – Tomar e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 35v-36r (inserto em documento de 1289.08.17 – Tomar)

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis archipresbiteris et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Cum abbates Cisterciensis Ordinis tempore generalis concilii congregati ut occasione privilegiorum suorum ecclesie ulterius minime gravarent ad commocionem felicitatis recordationis Innocentii pape predecessoris nostri statuerint ut de cetero fratres ipsius Ordinis nisi pro monasteriis de novo fundandis non emant possessiones de quibus decime debentur ecclesiis et si pro monasteriis de novo fundandis tales possessiones pia fidelium devotione eis collate fuerint aut empte comittantur aliis excolende a quibus ecclesiis decime persolvantur dictus predecessor noster statutum huiusmodi gratum habens et ratum decrevit ut dicti fratres de alienis terris et ab eo tempore acquirendis etiam si eas propriis manibus aut sumptibus excolant decimas persolvant ecclesiis quibus racione prediorum antea solvebantur nisi cum ipsis ecclesiis aliter ducerent componendum quod et ad alios regulares qui similibus gaudent privilegiis extendi voluit et mandavit ut ecclesiarum prelati promptiores et efficaciores existerent ad

⁶²⁷ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 485, está datado de «1289, Junho, 8».

exhibendum eis de suis malefactoribus iusticie complementum eorumque privilegia deligentius et perfectius observarent. Sed quod dolentens referimus in contrarium res est versa quia sicut ex gravi querela dilectorum filiorum magistri et fratrum domus milicie Templi Jerosolimitani frequenter audivimus nonnulli ecclesiarum prelati et alii clerici eorum privilegia temere contempnentes et contententes malitiose eorum pervertere intellectum eosdem multipliciter inquietant. Nam cum sit ipsis indultum ut de novalibus que propriis manibus aut sumptibus excolunt sive de ortis virgultis et piscationibus suis vel de suorum animalium nutrimentis nullus ab eis decimas exigere vel extorquere presumat quidam perverso intellectu conficto dicentes quod hec non possunt nec debent intelligi nisi de hiis que sunt ante generale concilium acquisita ipsos super hiis multiplici vexatione fatigant. Nos igitur eorum quieti paterna sollicitudine providere volentes universitati vestre per apostolica scripta et mandamus quatinus dictos fratres a prestatione decimarum tam de possessionibus habitis ante concilium memoratum quam de novalibus sive ante sive post idem concilium acquisitis que propriis manibus aut sumptibus excolunt de quibus novalibus aliquis hactenus non percepit nec non de ortis virgultis piscationibus suis et de suorum animalium nutrimentis singuli vestrum omnino servetis inmunes contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. Datum Perusii VI idus junii pontificatus nostri anno primo.

405. 1265.06.28 – Perugia

O papa Clemente IV, pela bula «Paci et quieti religiosorum», ordena às autoridades eclesiásticas que mandem publicar o nome dos excomungados por agressão aos membros da Ordem do Templo. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 235, 4.ª parte, fls. 41r-41v (cuja lição se segue); BNP. Fundo Geral, n.º 738, fls. 71v-72r; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, liv. 297, pp. 41-42 Publ. Ferreira 1735, pp. 888-890

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis archipresbiteris et aliis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Paci et quieti religiosorum virorum fratrum militie Templi apostolica nos convenit sollicitudine providere et tam ipsos quam eorum bona tanto sollicitius a malignorum incursibus et rapinis tenemur protegere quanto pro fide christiani nominis se diuturnioribus exponunt periculis et adversus parvas et exteris nationes labores subeunt graviores. Inde est quod tam fortes athletas Christi in suo sancto proposito volentes attentius confovere ad defensionem sui sollicitudinem vestram duximus commonendam ut magis ac magis possint ad promovendum propositum quod sumpserunt intendere cum fuerint sollicitudine prelatorum ecclesie a malignantium inquietatione securi. Monemus igitur universitatem vestram atque precipimus quatinus si quando clerici vel laici parochiani vestri in aliquem predictorum fratrum capiando

vel de suis equitaturis eiicienda aut alias inhoneste tractando violentas manus iniiciunt huiusmodi presumptores sublato appellationis obstaculo accensis candelis dilatione et occasione postposita excommunicatos publice nuntietis et tamdiu facia-[fl. 41v] tis sicut excommunicatos arctius evitari donec passo iniuriam congrue satisfaciant. Et pro absolutionis beneficio impetrando apostolico se conspectui representent. Eos vero qui in predictos fratres manus non iniiciunt violentas sed equitaturas aut alia eorum bona violenter diripiunt si a vobis commoniti ablata eis noluerint restituere et de illatis iniuriis satisfactionem congruam exhibere vinculo anathematis adstringatis quo ipsos usque ad dignam satisfactionem teneatis astrictos. Datum Perusii III^o kalendas julii pontificatus nostri anno primo.

406. 1265.06.30 – Perugia

O papa Clemente IV, pela bula «Devotionis vestre promeretur affectus», isenta os membros da Ordem do Templo de responderem aos documentos provenientes da Santa Sé.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 39v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 68v-69r

Publ. Ferreira 1735, p. 881⁶²⁸

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Devotionis vestre promeretur affectus ut quod a nobis suppliciter petitis ad exauditionis gratiam quantum cum Deo possumus favorabiliter admittamus. Ea propter dilecti in Domino filii vestris supplicationibus inclinati ut ab aliquibus in causam trahi per litteras apostolicas nisi plenam et expresam de hac indulgentia et ordine vestro fecerint mentionem minime valeatis auctoritate vobis presentium indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Perusii II^o kalendas julii pontificatus nostri anno primo.

407. 1265.07.04 – Perugia [A]

O papa Clemente IV, pela bula «Cum a religiosorum», ordena às autoridades eclesiásticas que as sentenças a favor da Ordem do Templo sejam executadas de forma célere.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 35r-35v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 62v-63r

Publ. Ferreira 1735, pp. 865-866

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis abbatibus prioribus decanis archidiaconis et aliis ecclesiarum prelatibus ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem.

⁶²⁸ Datado de III kalendas Julii, 29 de junho.

Cum a religiosorum virorum presuris et molestiis illi quorum pedes veloces sunt ad malum severitate debeant ecclesiastica cohiberi et inferiorum culpe merito ad prelatos desides referantur quia facientis culpam habet qui quod potest corrigere negligit emendare miramur sicut possumus de ratione mirari quod sicut dilectis filiis fratribus militie Templi Iherosolimitani significantibus accepimus parochianos vestros de quibus apud vos querelam deponunt non compellitis ad iustitiam exhibendam. Si vero aliquos interdum excommunicationi vel interdicto supponitis sententiam vestram re-[fl. 35v] mittitis fratribus inconsultis satisfactione congrua pretermissa. Quia igitur sustinere nolumus incorrectum quod in vestrum et subiectorum vestrorum periculum attemptatur universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus cum a iam dictis fratribus de parochianis vestris querellam acceperitis eos ad exhibendam iustitiam omni gratia et timore postposito contradictione quoque et appellatione remota ecclesiastica districtione cogatis attentius provisuri ne sententiam quam tuleritis fratribus ignorantibus absque satisfactione congrua relaxetis. Scituri a nobis damno ipsorum districtius requirenda si preceptum nostrum neglexeritis quod non credimus adimplere. Datis Perusii quarto nonas julii pontificatus nostri anno primo.

408. 1265.07.04 – Perugia [B]

O papa Clemente IV, pela bula «Iustis petentium desideriis», autoriza os freires da Ordem do Templo a serem testemunhas nas suas causas, desde que não sejam obrigados a fazê-lo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 47r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 81r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 32

Publ. Ferreira 1735, pp. 913-914

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Iustis petentium desideriis dignum est nos facilem prebere consensum et vota que a rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Ea propter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu ad exemplar felicitis recordationis Alexandri pape predecessoris nostri auctoritate vobis apostolica duximus indulgendum ut in causis vestris fratres vestros possitis ad testimonium ferendum producere nec pro eo quod fratres vestri sunt si alia causa rationalis non obstat et manifesta a ferendo testimonio repellantur dummodo sicut censura canonum et legum censet auctoritas velint testimonium perhibere. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Perusii IIIIº nonas julii pontificatus nostri anno primo.

409. 1265.07.21 – Perugia

O papa Clemente IV, pela bula «Dilectii filii fratres», ordena às autoridades eclesiásticas que não peçam aos capelães das igrejas da Ordem do Templo juramento de fidelidade e obediência, pois apenas o devem ao Santo Padre.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 37v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 66r-66v

Publ. Ferreira 1735, pp. 874-875

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Dilecti filii fratres militie Templi post concilium multipliciter fatigati ut asserunt graves querimonias coguntur in nostro auditorio replicare a capellanis quidem illorum fidelitatem et obedientiam preter solitum queritis et quia vestre nolunt satisfacere voluntati eos pro vestræ voluntatis arbitrio molestatis non attendentes quantum sit iam dictis fratribus consideratione obsequii quod christianitati in partibus transmarinis exhibent deferendum. Quia igitur gravamen eorum sustinere in patientia non debemus quibus quantum cum Deo possumus prescripti obsequii et sue devotionis intuitu in sua tenemur iustitia providere. Universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatinus a capellanis ecclesiarum que pleno iure iam dictis fratribus sunt concesse nec fidelitatem nec obedientiam exigatis quia romano tantum pontifici sunt subiecti. Ab aliis vero iuramentum fidelitatis non queratis sed obedientie sitis promissione contenti. Scituri quod si eos post prohibitionem nostram indebite gravaveritis non sine rubore vestro ipsorum curabimus actore Domino iustitie providere. Privilegium quidem meretur amittere qui permissa sibi abutitur potestate. Datum Perusii XII kalendas augusti pontificatus nostri anno primo.

410. 1265.08.29 – Perugia

O papa Clemente IV, pela bula «Dignum esse conspicimus», isenta o mestre e freires da Ordem do Templo do pagamento das despesas com as procuações, feitas pelos legados e nuncios da Sé Apostólica que passam nas terras da Ordem, exceto se forem cardeais.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 45r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 77v-78r

Publ. Ferreira 1735, pp. 904-906

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Dignum esse conspicimus et necessarium arbitramur ut hi favore Sedis Apostolice foveantur qui sanguineorum suorum affectu deposito Dei non hominis prelium preliantur. Sane porrecta nobis ex parte vestra petitio continebat quod vos in exhibendis procurationibus legatis et nuntiis Apostolice Sedis ex eo gravamini quod ipsi non contenti procurationibus quas in victualibus decenter illis estis exhibere parati a vobis et ecclesiis ac domibus vestris

occasione procurationum huiusmodi frequenter non modicam pecunie summam exigunt et extorquent. Propter quod vestrum quandoque pium propositum impediri et negotio Terra Sancte noscitur deperire. Quare nobis humiliter supplicastis ut providere vobis in hac parte misericorditer curaremus. Volentes igitur indemnitati vestre super hoc quantum cum Deo possumus precavere devotioni vestre auctoritate presentium indulgemus ne legati Sedis Apostolice vel nuntii cardinalibus Ecclesie Romane dumtaxat exceptis procuraciones pecuniarias a vobis et domibus vestris exigere vel extorquere presumant sed cum ad domos ipsas accesserint eosdem a vobis precipimus benigne recipi et decenter ibidem sublato contradictionis obstaculo procurari. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Perusii IIII^o kalendas septembris pontificatus nostri anno primo.

411. 1265.09.01 – Assis

O papa Clemente IV, pela bula «Quieti vestri providere volentes», isenta os membros da Ordem do Templo de responderem aos documentos provenientes da Santa Sé.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 3, n.º 75 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 39v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 69r-69v

Publ. Ferreira 1735, p. 882

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁶²⁹ magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Quieti vestre providere volentes ad instar felicitis recordationis Alexandri et Urbani predecessorum nostrorum romanorum pontificum auctoritate vobis presentium indulgemus ut si contra vos super hiis que ordini vestro a Sede Apostolica sunt indulta contra tenorem privilegiorum vestrorum apostolicas litteras impetrari contigerit que de ordine vestro non fecerint mentionem per eas minime teneamini respondere. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Assisii kalendas septembris pontificatus nostri anno primo.

412. 1265.09.04 – Assis [A]

O papa Clemente IV, pela bula «Quanto dilecti filii», impõe aos bispos e prelados que admitam nas suas igrejas os clérigos que lhe forem apresentados pela Ordem do Templo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 21v-22r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 39r-39v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 33-34

Publ. Ferreira 1735, pp. 802-804

⁶²⁹ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente à inicial do mestre templário.

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis archidiaconis et decanis ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Quanto dilecti filii nostri fratres militie Templi propriis derelictis serventius pro christianitatis commodo iugiter elaborant nec ponere pro fratribus animas reformidant tanto ipsis in suis manutenendis iustitiis diligentius ad esse nos convenit et eorum incommoditatibus paterna sollicitudine providere. Ne si fuerimus quod absit in eorum manutenenda iustitia negligentes a sarracenorum impugnatione qui christianum nomen insufflant et fidelium effundere sanguinem moliantur desistere compellantur et amplius adversus christianos illorum insolentia convalescat. Cum autem prenominitis fratribus de indulgentia Sedis Apostolice misericorditer sit indultum ut fructus ecclesiarum que ad illorum donationem pertinent assignato vicariis unde congrue valeant sustentari et dioecesano episcopo eiusque officialibus de suis possit iusticiis responderi debeant in subventionem terre Ierosolimitane convertere. Quidam episcopi archidiaconi et decani ad quos illarum ecclesiarum investitura pertinet clericos quos idem fratres ydoneos representant recipere pro sua voluntate contemnunt nisi easdem ecclesias clericis qui de eorum mensa fuerint seu aliis licet minus existant ydonei largiantur. Si vero idem fratres easdem ecclesias prout desiderant non assignant ut libere possint redditus eorum percipere illas per longa tempora faciunt a divinum celebratione cessare ut sic fratres ipsi voluntates eorum exequi compellantur. Nos igitur tante predictorum fratrum incommoditati prospicere cupientes ne tantam iacturam malitiose cogantur de cetero sustinere universitati vestre ad instar felicitis recordationis Innocencii pape tercii predecessoris nostri per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatinus clericos ydoneos quos idem fratres ad ecclesias suas vobis duxerint presentandos a modo benignius admittatis. Alioquin noveritis quod ipsis actoritate apostolica liberam indulsumus facultatem ut fructus ecclesiarum donec predicta occasione vacaverint in subventionem Ierosolimitane terre convertere et eos libere valeant retinere. Preterea quia quidem vestrum fratres ipsorum et eorum clericos ydoneos contra privilegia Sedis Apostolice ipsis indulta sicut dicitur interdiceret et excommunicare presumunt nihilominus districtius inhibemus ne ipsos fratres vel eorum clericos de cetero taliter interdiceret vel excommunicare aliquatinus at-[fl. 22r] temptet. Quod si ammodo quod non credimus fuerit attemptatum eandem volumus sententiam non tenere. Datum Assisii II^o nonas septembris pontificatus nostri anno primo.

413. 1265.09.04 – Assis [B]

O papa Clemente IV, pela bula «Quanto devotionis divino», concede à Ordem do Templo a isenção do pagamento de certos impostos.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 31v-32r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 57r-57v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, p. 35
Publ. Ferreira 1735, pp. 851-852

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Quanto devotius divino vacatis obsequio personas et bona vestra pro Terre Sancte subsidio totaliter exponendo tanto quieti vestre libentius providemus. Hinc est quod nos vestris devotis supplica-[fl. 32r] tionibus inclinati ad instar felicitis recordationis Urbani pape IIII predecessoris nostri auctoritate vobis presentium indulgemus ut ad contribuendum in aliquibus taliis collectis seu pecunie summis aut exactionibus aliis quocumque nomine censeantur aut ad exhibendum vel prestandum easdem pro quavis persona ex quacumque causa ipsas imponi contingat ratione ecclesiarum domorum seu quarumcumque possessionum vestrarum minime teneamini nec ad id compeli aliquatenus valeatis auctoritate litterarum Apostolice Sedis vel legatorum ipsius impetratarum vel etiam impetrandarum absque mandato speciali sedis eiusdem faciente plenam et expressam de indulto huiusmodi mentionem. Nos enim excommunicationis et interdicti sententias si quas in vos vel aliquem vestrum contra tenorem indulti huiusmodi a quoquam promulgari contigerit decernimus irritas et inanes. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Assisii II^o nonas septembris pontificatus nostri anno primo.

414. 1265.09.04 – Assis [C]

O papa Clemente IV, pela bula «Meritis sacre vestre religionis», isenta os membros da Ordem do Templo de responderem aos documentos provenientes da Santa Sé.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 40r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 69v-70r

Publ. Ferreira 1735, pp. 883-884

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Meritis sacre vestre religionis inducimur ut favoris benigni gratia vos iugiter prosequentes paci et tranquillitati vestre ne iurgiorum concutiatur procellis in posterum consulamus. Lecta siquidem nobis universitatis vestre petitio continebat quod licet ordini vestro a Sede Apostolica sit indultum ne per litteras sedis eiusdem conveniri possitis que de ordine vestro non fecerint mentionem. Nonnulli tamen ecclesiarum prelati et iudices vestris libertatibus invidentes cum aliquas litteras sedis predictae ad eos impetrari contingit in quibus generaliter continetur quod non obstantibus aliquibus privilegiis seu indulgentiis tam exemptis quam non exemptis cuiuscumque ordinis existant a sede nominata concessis per que attribuet ipsi iurisdictionis explicatio impediri valeat vel differri et de quibus oporteat fieri mentionem et commissis eis

negociis per litteras ipsas procedant in vos jurisdictionem indebitam vindicare nec non litterarum ipsarum pretextu vos evocare coram se ad iudicium non verentur in totius vestri ordinis magnum preiudicium et gravamen. Super quo subveniri vobis per Apostolice Sedis auxilium humiliter supplicando postulatis. Nos igitur vestris devotis supplicationibus favorabiliter annuentes ne huiusmodi littere ad predictum extendantur indultum nec per eas eidem indulto in aliquo derogetur ad instar felicitis recordationis Alexandri et Urbani predecessorum nostrorum romanorum pontificum auctoritate vobis presentium indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Asisii II^o nonas septembris pontificatus nostri anno primo.

415. 1265.09.08 – Assis

O papa Clemente IV, pela bula «Eo vobis quilibet», isenta o mestre e freires da Ordem do Templo do pagamento de coimas pelos prejuízos causados pelos seus animais nas terras por onde andarem ou passarem, apenas devendo pagar uma estimativa dos danos.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 45v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fl. 78v

Publ. Ferreira 1735, pp. 906-907

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi Ierosolimitani in Yspania salutem et apostolicam benedictionem. Eo vobis quilibet christianus favorabilior esse debet quo vos specialius contra impugnatores nominis christiani pro fidei defensione sub religionis habitu dimicando personas vestras morti exponere non timetis. Sane sicut nobis exponere curavistis contingit interdum vestra animalia per aliena territoria transeundo vel pascendo in eis illis quorum sunt huiusmodi territoria damnare quorum occasione damnorum post congruam satisfactionem prestatam de eisdem locorum Domini bannum a vobis exigunt et extorquent. Nos itaque vestris precibus inclinati ut postquam a vobis de huiusmodi damnis sufficiens satisfactio fuerit prestat ea passis pretextu banni propter hoc aliquid alicui domino vel alii solvere non teneamini nec ad id compelli ab aliquo valeatis ad instar felicitis recordationis Innocentii et Alexandri predecessorum nostrorum romanorum pontificum auctoritate vobis presentium indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datis Asisii VI idus septembris pontificatus nostri anno primo.

416. 1265.09.30 – Perugia

*O papa Clemente IV, pela bula «Eis precipue ac specialiter», dirigida aos prelados das igrejas, manda que façam justiça sobre aqueles que ousarem reter as esmolas ou os benefícios feitas à Ordem do Templo. ANTT. Coleção Especial, cx. 3, n.º 76 (cuja lição se segue); ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 235, 4.ª parte, fls. 34r-34v; BNP. Fundo Geral, n.º 738, fls. 61r-61v
Publ. Ferreira 1735, pp. 861-862*

Clemens episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis ac dilectis filiis ecclesiarum prelati ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Eis precipue ac specialiter imminet religiosorum virorum iura defendere quibus sollicitudinis pastoralis onus nescitur superna dispensatione commissum. Inde est quod religiosos viros fratres militie Templi qui pro fratribus suis animas ponere non formidant volentes ab incursibus improborum sollicitudine pastoralis defendere ac eorum iura conservare integra penitus et illesa ad instat felicis recordationis Alexandri III Innocentii III et Alexandri III romanorum pontificum predecessorum nostrorum universitati vestre per apostolica scripta mandamus atque precipimus quatenus siqui parochianorum vestrorum servientes predictorum fratrum capere seu verberare vel eorum animalia seu possessiones deripere iniqua temeritate presumpserit et a vobis commoniti ablata iam dictis fratribus noluerint restituere et de illatis iniuriis dignam satisfactionem prestare eos vinculo anathematis innodetis et tam diu sub sententia teneatis donec iam dictis fratribus ea que ipsis iniquiter abstulerunt cum integritate restituant et de illatis iniuriis satisfactionem exhibeant competentem. Datum Perusii IIº kalendas octobris pontificatus nostri anno primo.

417. 1265.12.20 – Pinheiro

D. Fernando Pais e sua mulher, D. Sancha Peres, quitam à Ordem do Templo a herdade de Cornagã, chamada Xira, renunciando aos direitos que aí possuíam. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 14⁶³⁰ (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 109r

Nouverint universi presentem paginam inspecturi quod ego donnus [Fernan]dus Gomecii et ego dona Sancia Pelagiz uxor ipsius donni Fernandi Gomecii quitamus [nos Ordini Templi de Cornagaa que] vocatur Sira que est sua propria ipsius Ordinis Templi quam nos tenuimus alio tempore de ipso Ordine et renunciamus omni actioni et omni iuri si quod habemus vel debemus habere in ipso loco qui vocatur Sira quia nos recognoscimus quod ipsa Sira est ipsius Ordinis Templi et quod nullum directum in ea habemus. Et mandamus et concedimus quod ipse Ordo faciat de ea et disponat tamquam de propria hereditate quicquid sibi placuerit in eternum. In cuius rei testimonium fecimus inde fieri ipsi Ordini Templi istam cartam per manum Salvatoris

⁶³⁰ Documento em mau estado. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 109r. No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 433, está datado de «1265, Dezembro, 18».

Didaci publici tabellionis Sanctarene et sigilli concilii eiusdem ville et nostrorum munimine roborari. Et ego Rodericus Menendi alvazilis Sanctarene ad rogatum predictorum donni Fernandi Gometii et donne Sancie Pelagiz huic carte sigillum Sanctarene concilii apponi feci. Et ego Salvator Didaci publicus tabellio Sanctarene rogatus hiis omnibus interfui et hanc cartam propria manu subscripsi et in ea presens si-[SINAL NOTARIAL] gnum meum apposui in testimonium premissorum. Actum [est hoc] apud Pigneyrum XIII^a kalendas januarii Era M^a CCC^a III. Qui presentes fuerunt Iohanes de Gollegana. Egeas Laurentii filius quondam Laurencii Iohannis de Azinaga miles. Alfon[sus Piriz]. Petrus Iohannis clericus. Domni Fernandi Gometii. Petrus Iohannis laicus et Petrus Laurentii [homines domni Fernandi] Gomecii. Frater Iohannes Ordinis Templi qui tunc temporis stabat in Pignario.

418. 1266.05.23 – Castelo Branco

D. Diogo Lopes e sua mulher, D. Urraca Afonso, doam a D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, Alpedrinha com seus termos, uma vinha em Castelo Novo, bens na Mata e Torre do Arrizado, dando-lhes a Ordem, em suas vidas, bens no Marmeleiro, Reichoso, Avelãs, Eira, Tiares, Freixo, Antas de Penedono e em Gestaçô.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 110v-111r (cuja lição se segue);

BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 205-206

Publ. Costa 1771, n.º 68, pp. 283-286

In nomine Domini. Conhoçuda cousa seja a todos aqueles que esta presente karta virem ou leer ouvirem assy aos presentes como aos que am de viir como nos frey dom Gonçalo Martins maestre da cavallaria do Temple no regno de Portugal de consello e d'outorgamento de nossos freyres em nosso cabido geeral feyto em Castelblanco damos e outorgamos a vos dom Diago Lupiz e a vossa moler donna Urraca Affonso todo o nosso herdamento que nos avemos no Marmeleiro e devemos aver de dereito e no Rechouso e em Avelãs as quaes forom de dom Boom e na Ereyra e em Tiares e no Freyxeo e nas Amtas de Pena de Dono e em Gestaçoom. E a questo vos damos e outorgamos que nos dom Diago e vossa muler donna Urraca Afonso o tenades da Ordim do Temple e que o logredes e defruytedes em todolos dias de vossa vida d'ambos. E sub tal condiçom que estas cousas de suso dictas que as nom possades vender nem dar nem doar nem alcar nem cambar nem empenhorar. E se per ventura avem que donna Urraca Affonso nossa moler ante morre ca vos dom Diago que dom Diago tenha todas estas cousas de suso dictas em todolos dias de sua vida. E se per ventura avem que dom Diago ante morre ca donna Urraca Affonso sua moler que donna Urraca Affonso outrosi tenha todas estas cousas de suso dictas em todolos dias de sua vida. E depois de morte d'ambos estos herdamentos de suso dicto e todas estas cousas ya de suso dictas devem aficar livres e quites aa Ordim do Temple com todos seus meloramentos e com todas suas gaanadeas e com todas suas compras e

com todos seus refazimentos e com todolos outros beens que hi ouuer moviles e nom moviles a sua morte d'ambos de dom Diago e de donna Urraca [fl. 111r] sua moler. E eu dom Diago Lupiz em sembla com ma moler donna Urraca Affonso nos ambos em sembla de nossa livre volumptade fazemos nos comfreyres da Ordim do Temple d'Ordim e sepultura e prometemos a booa fe a gardar e a deffender e ajudar a Ordim per hu nos podermos. E eu dom Diago Lupiz em sembla com ma moler donna Urraca Affonso por estes beens e por estes herdamentos e por todas estas cousas ya de suso dictas que nos recebemos e teemos da Ordim do Temple damos e outorgamos aa Ordim do Temple por direito herdamento que a Ordim do Temple daqui adiante aya pera todo sempre Alpriadia com todos seus termos e com todas suas perteenças e com todo seu jur e com seu padroado. E outrossy vos damos e outorgamos huma vinam que avemos em Castel Novo com totalas outras cousas que avemos hi em Castel Novo e em seu termo e quanto avemos na Mata e em seu termo e damos vos e outorgamos todo aquilo que avemos na Torrae que chamam d'Arrizado e em seu termo com padroado e com todollos outros dereitos e com todallas outras pertenças que pertencem a esse davandicto logo que chama a Torrae d'Arriçado. E eu dom Diago Lupiz em sembla com ma moler donna Urraca Affonso mandamos e outorgamos per quanto avemos e aver devemos que estes herdamentos de suso dictos que nos avemos a Ordim do Temple que se alguem veer demandar estes herdamentos de suso dictos ou alguun delles nos outorgamos a defende los per quanto avemos. E que aquestas que aqui som scriptas e aqueste feyto possa seer mais firme e mais stavil e que nunca em nenhuum tempo possa vir a duvida nos davandito frey Gonçalo Martiiz meestre da cavallaria do Temple em Portugal em sembla com nossos freyres em nosso cabiido geral asemlados e eu dom Diago Lupiz em sembla com ma moler donna Urraca Affonso nos todos em sembla outorgamos e damos por firmes e por staviles todas estas cousas que aqui som scriptas e esta karta. E nos davanditos em sembla chamamos e rogamos Rodrigo Eanes publico tabaliam de Castel Blanco que daquestas cousas de suso dictas nos fizesse duas kartas partidas per letras de a b c das quaes huuma tem a Ordim do Temple em testimonyo e dom Diago e sua moler donna Urraca outra tal in testimonyo. E eu Rodrigo Eanes publico tabaliam de Castel Blanco per rogo e per mandado d'ambas as partes estas kartas com ma mao scrivi e meu sinal pusi em testimonyo. E por estas cousas ainda mais seerem firmes per mandado e per rogo dos freires pusi em estas kartas seu seelo do maestre por testimonio. E outrossy per rogo e per mandado de dom Diago e de sua moler dona Urraca Afonso pusi seus saellos delles ambos e estas kartas por testimonio. Facta karta no mes de mayo XXIII dias andados do mes em era M^a CCC^a IIII^a. Qui presentes forom virom e ouvirom dom Fernam Gomez testimonha. Dom Lopo Affonso Gato testimonha. Dom Joham Lourenço de Cuya testimonha. Gonçalo Palares testimonha. Gonçallo de Bayro testimonha. Fernam Anes d'Elvas testimonha.

Roi Mendiz de Sanctarem testemunha. Joham Fernandiz filo de dom Fernam Gomez testemunha. E eu Rodrigo Eanes tabaliom ya de suso dicto esta karta fizi e meu sinal pusi.

419. 1266.12.01 – Soure

Fr. João, abade do mosteiro de Santa Maria de Seiça, e o mestre da Ordem do Templo celebram composição amigável feita perante juiz sobre a abertura das águas em Migalhó. Inseto em pública-forma de 1286.05.17.

ANTT. *Ordem de Cister/ Mosteiro de Santa Maria de Seiça*, mç. 3, n.º 83 (inseto em documento de 1286.05.17 – Montemor-o-Velho)

[...]

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod cum questio esset inter magistrum et fratres Milice Templi ex una parte et abbatem et conventum Ceycie ex altera super apertis que facte erunt ab ambus partibus in Migaloo et super decursibus aquarum de fluentium pareas(?) tandem ipse ambe partes de consensu et beneplacito suo inter se iudices statuerunt scilicet magistrum Stephanum decanum Colimbriensi et Gonsalvum Fernandi commendatorem maiorem Templi in Portugalia et Laurentium Martini priorem Alcobatie statuerunt inter se fideiussorium quod illa pars que non staret vel non reciperet iudicium vel compositionem quam ipsi iudices statuerunt inter eos pectaret alteri parti centum mirabitus [sic] iudicio vel compositionem nihil hominus in suo robore permanente. Et nos predicti tres iudices venimus cum ambabus partibus ad ipsum locum de Migaloo in die quam ipse partes inter se assignaverant. Et auditis omnibus(?) et questionibus amborum partium de concessu et beneplacito ipsorum partium facimus talem compositionem inter eos. Et rogati ab ambobus partibus pro iudicio damus videlicet quod predicti abbas et conventus Ceycie faciant unam apertam per barrarium quod est ultra portum ubi est paries et recipiant per ipsam apertam totam aquam que venit de Ceycee et vadit per illam apertam que vadit iuxta montem usque Cuveyros et ut(?) ipsam aquam melius recipiant contra se debent facere unam apertam sive sepem de ipso barrario in directo versus montem silvarum que est in Palude. Et si vocem fuerit quod ipsa aperta magis extendatur cuiuscumque fuerit hereditas in qua fuerit aumentata habeat eam. Et debent recipere totam ipsam aquam taliter quod Templum non recipiat inde dampnum. Item ipsi abbas et conventus debent claudere ipsum portum ubi est paries prout melius potuerint. Item ipsi abbas et conventus debent facere medietatem aperte que incipit in ipso loco et vadit inter hereditatem Tenpli et hereditatem Ceycie versus Ameal et aliam medietatem debent facere comendatores de Sauri et de Rodina. Et ipsi abbas et comendatores debent facere taliter ipsam apertam quod aqua decurrat versus Ameal sive Ançum et per cuiuscumque hereditatem aperta fuerit aumentatas habeat eam. Et quocienscumque

ipse aperte quas⁶³¹ abbas et conventus facere debent frate [sic] fuerint vel emendande debent ipsi facere et emendare eas quod si non fecerint assignato sibi termino quod id possint facere comperetur pectent fratribus Templi CC^a libras et in super faciant ipsas apertas. Item dicti comendatores de Sauri et de Rodina debent facere unam sebezadam in principio aperte que decendit de Amço per inter hereditatem baylie de Rodina et hereditatem de balie de Sauri ubi iam ipsa sebezada facta fuit et debet fieri bona et firma et alt[er]a super terram quinque palmis. Et quoscienscumque ipsum sebezada vel medietas aperte quas ipsi comendatores debent facere fracte fuerint vel emendande dicti comendatores debent facere et emendare eas. Quod si non fecerint assignato sibi termino quo id possint facere comperetur pectent dicto abbati et conventui CC libras. Et in super faciant ipsam sebezadam et apertam. Et ut hoc in dubium non vertetur nos tres dicti iudices fecimus inde fieri duas cartas per alfabetum divisas et eas sigillamus sigillis nostris quarum unam damus abbati et conventui Ceycie et alteram comendatori de Sauri in testimonium huius rey. Et <si> aliqua partium contra hanc compositionem et iudicium venire temptaverit pectet alteri parti CC libras compositione et iudicio in suo robore permanente. Et si forte super istis compositione et iudicio dicte partes venerint ad iudicium carta que ibi fuerit ostensa si altera pars cartam suam noluerit ostendere valeat pro ambabus partibus.

Actum apud Sauri kalendas decembris Era M^a CCC^a III^a. Presentibus domno Suerio Petri et domno Martino Gunsalvi et Gomecio Martini et Alvaro Petri et Petro Fernandis et fratre Pelagio. Domno Martino Lupiz abbate Ceycie. Alfonso Petri monaco et fratre Dominico Alcobacie. Fratre Stephano de Vouga. Andrea Ihoannis scriptor. Gonsalvo Johannis de Sauri. Petro Petri de Tomar. Juliano Pelagii Colimbriensi. Suerio Petri de Sauri.

420. 1267.05.15 – Castelo Branco

*D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo em Portugal, com o consenso dos freires reunidos em capítulo geral celebrado em Castelo Branco, doa a D. João Peres de Aboim e à sua mulher, vitaliciamente, a bailia de Sintra com todas as suas pertenças, situadas quer na vila quer no termo. ANTT. Documentos Particulares do Núcleo Antigo 201, fls. 39v-40r (cuja lição se segue)
Publ. Livro dos Bens de D. João de Portel, doc. 45, pp. 50-51*

Esta e a carta in como outorgaron a don Johan a baylia de Sintra

In nomine Domini amen. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod nos frater domnus Gonsalvus Martini milicie Tenpli in regno Portugalie magister per consilium et outorgamentum fratrum nostrorum in capitulo nostro generali in Castello Branco celebrato de mandato et licencia et outorgamento magni nostri

⁶³¹ Seguem-se umas letras supontadas, assinalando tratar-se de um erro.

magister de ultramare damus et concedimus vobis domno Johani Petri de Avoyno et uxori vestre domne Marine Alfonsi toto tempore vite vestre et ipsius integre bailiam nostram de Sintria cum omnibus hereditatibus domibus vineis pomariis matis molendinis zenniis almunis et omnibus iuribus et pertinenciis suis que et quas habemus et de iure debemus habere tam in villa de Sintria quam in suis terminis et cum omnibus directis que ad ipsam bayliam tam in dictis locis quam in illis pertinet et que possunt evenire toto tempore vite vestre et dicte uxoris vestre. Et cum omnibus mauris ganatis cupis et omnibus superlectilibus que in dicta bailia in presenti habentur. Et volumus et mandamus quod vos habeatis et possideatis dictam bailiam cum omnibus suprascriptis sicut intellexeritis quod est vestra proles sicut superius est expressum. Et quis primo vestrum adimpleverit debitum conditionis humane alter qui supervixerit debet habere tenere et possidere omnia superius memorata integre et in pace. Et post mortem anborum dicta bailia cum omnibus hereditatibus domibus vineis et iuribus suis et cum omnibus factoria quam in ea feceritis debet remanere mansioni Tenpli integre et in pace⁶³². Hoc addito quod si vos domne Johannes Petri dominus vocaverit primo quam dictam uxorem vestram et ipsa voluerit ducere alium virum quod tam cito ipsa baylia cum omnibus post nominatis debet remanere Ordini Tenpli integre et in pace. Et vos debetis continere domos dicte bailie et laborare bene possessiones vineas et pomeria. Et hoc facimus et damus vobis domne Johannes Petri de Avoyno et uxori vestre pro multo servicio et [fl. 40r] ajuda quam vos Ordini Tenpli facitis et fecistis. Et quod vos quantum cum Deo poteritis de cetera iuветis et defendatis Ordinem et iura Ordinis. Et nec vos nec dicta uxor vestra debetis nec potestis vendere nec inpingorare nee aliquo modo alienandi alienare dictam bayliam nec aliquid de suis possessionibus vel vineis vel pomeriis sed omnia integre conservare salvis fructibus de omnibus supradictis quos vos debetis habere et recipere et facere voluntatem vestram de eis sicut superius est expressum. Et ne hoc factum nostrum possit per aliquem in dubium evenire damus inde vobis patentem licteram nostram nostri sigillii munimine communitam in noticia veritatis. Dante in Castello Blanco tercia dominica mensi madii. E^a M^a CCC^a V^a. Ego Stephanus Iohannis notarius prefati magistri de mandato eiusdem et fratrum eam notavi. Presentibus domno Johannes Petri de Barvosa. Domno Pelagio Gomecii comendatore de Castello Branco. Frater Suerio Petri de Viseo comendatore in Polumbario. Frater Stephano Petri Spinello comendatore in Nisa. Frater Martino Gonsalvi comendatore in domo Tenpli Sanctarene. Frater Petro Fernandi comendatore in Saure. Frater domno Alfonso Gomecii comendatore in Magadoiro. Frater Gonsalvo Gonsalvi comendatore in domo Tenpli Ulixbone. Frater Roderico Fernandi comendatore de Fonte Arcata.

⁶³² Segue-se riscado “Hoc addito quia si vos domne Johannes”.

421. 1267.06.24 – Santarém

*D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, por consenso do capítulo reunido em Castelo Branco, no terceiro domingo de maio, faz um escambo com D. Martim Martins Dade e a sua mulher, D. Urraca Lourenço, de uma herdade em Rio Maior, termo de Santarém, e um casal no «Vulturarie», e recebe de D. Martinho e sua mulher uma herdade no termo de Santarém, perto de Monte Alvo, em Alboia. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 15⁶³³ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 102v-103r*

In Christi nomine amen. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod nos frater donnus Gonsalvus Martini milicie Templi in regno Portugalie magister per consensum et outorgamentum fratrum nostrorum et per capitulum nostrum generale quod factum fuit in Castello Branco tertia dominica mensis maii damus et concedimus vobis donno Martino Martini Dade et uxori vestre donne Urrace Laurentii toto tempore vite vestre et ipsius donne Urrace integre hereditatem nostram et universa que habemus in loco qui dicitur Rivus Maior in termino Sanctarene que ad bauilia domus Templi Sanctarene pertinent cum omnibus hereditatibus et pertinentiis quas in dicto loco habemus et de iure debemus habere et que possunt evenire toto tempore vite vestre et dicte uxoris vestre. Item damus vobis et concedimus unum casale nostrum quod habemus in termino Sanctaren in loco qui dicitur Vulturarie quod fuit Michaelis Egee si illud expedire potuerimus et si forte illud vobis expedire non potuerimus debemus dare vobis de bailia nostra Sanctaren quantum preditum casale reddiderit annuatim. Et volumus et mandamus quod vos habeatis et possideatis dictam hereditatem nostram de Rivo Maiori cum omnibus suprascriptis et cum predicto casali de Vulturariis si illud vobis potuerimus expedire pro ut dictum est et faciatis inde sicut voluntati vestre placuerit pro ut superius est expressum. Et quis vestrum primo impleverit debitum naturale alter vestrum qui super vixerit debet habere tenere et possidere omnia superius memorata integre et in pace. Et post mortem vestram ambos dicta hereditas et predictum casale si illud tenueritis cum omnibus iuribus et pertinentiis suis et cum omni benefactoria quam ibi feceritis debent remanere mansioni Templi libere integre et in pace. Et nec vos donne Martine Martini Dade nec dicta uxor vestra donna Urraca Laurentii debetis nec potestis vendere nec impignorare nec aliquo modo alienare dictam hereditatem nec dictum casale nec aliquid de possessionibus ipsorum hereditatum set omnia conservare debetis salvis fructibus de omnibus supradictis quos vos [debetis habere et recipere] et facere voluntatem vestram de eis sicut superius est expressum. Et ego donnus Martinus Martini Dade tunc temporis p[retor Sanctarene] et uxor mea donna Urraca Laurentii pro remedio animarum nostrarum et pro multo bono et adiutorio quod de Ordine [Templi recepimus de] nostra spontanea voluntate damus et concedimus Ordini Templi hereditatem nostram quam

⁶³³ Documento com letra apagada em certas zonas do pergaminho. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 102v-103r.

habemus in termino Sanctarene [prope Montem Album] in loco qui dicitur Albويا cum ingressibus et egressibus et omnibus iuribus et pertinentiis suis. Et mandamus et concedimus quod [dictus Ordo faciat et] disponat de predicta hereditate quicquid sibi placuerit in eternum. Et comendator domus Templi Sanctarene qui pro tempore fuerit debet dare nobis de ipsa hereditate septem modios de pane mediato de XVI alqueires queires [sic] et tringinta petras de lino canavo [annuatim toto] tempore vite nostre. Et quando aliquis nostrum decesserit ab hoc seculo alter qui super iuxerit debet habere dictum panem et dictum linum toto tempore vite sue. Et post mortem amborum non debent dare nobis panem nec linum supradictum nec alicui alii ex parte nostra et omnia supradicta hereditamenta debent remanere dicta Ordini Templi libere et in pace sine aliqua contradictione cum omnibus iuribus et pertinentiis suis. Et ut hoc factum nostrum in dubium non veniat et perpetuam obtineat firmitatem nos predictus magister et donnus Martinus Martini Dade et donna Urraca Laurentii uxor donni Martini Dade fecimus fieri inter nos duas cartas per alphabetum divisas per manum Salvatoris Didaci publici tabellionis Sanctarene et sigillorum nostri predicti donni Gonsalvi Martini magister et concilii Sanctarene munimine comuniri quarum unam nos magister et fratres predicti penes nos retinere debemus et ego Martinus Martini Dade et uxor mea donna Urraca aliam penes nos et nos Geraldus Roderici et Petrus Menendi alvasiles Sanctarene ad rogatum predictorum donni Gonsalvi Martini magister et fratrum Templi et donni Martini Martini Dade et uxoris sue donne Urrace presenti carte sigillum concilii Sanctaren apponi fecimus. Et ego Salvator Didaci publicus tabellio Sanctarene rogatus a partibus supradictis hiis omnibus interfui et hanc cartam scripsi et in ea presens sig-[SINAL NOTARIAL] num meum [apposui in testimonium huius rei. Actum Sanctarene octavo] kalendas julii Era M^a CCC^a V^a. Presentibus et concedentibus hanc cartam et omnia supradicta donno Suerio Petri de Viseo comendatore in Palumbario. Fratre Martino Gonsalvi comendatore domus templi in Sanctarena. Fratre Petro Fernandi comendatore in Sauri. Fratre Roderico Fernandi comendatore Fontis Arcata. Fratre Martino Roderici comendatore in Proencia. Fratre Gonsalvo Martini pretore in Thomar. Fratre Martino Valasci socio magistri. Fratre Pelagio comendatore in Almoiral. Fratre Martino de Vigas. Fratre Martino Petri capelano dicte domus Templi Sanctarene. Item aliis laicis presentibus donno Petro Martini dicto Caseval. Martino Johannis dicto de Fremosili militibus. Donno Johanne Petri quondam alvazile Ulixbone. Menendo Johannis dicto Caçape.

422. 1267.08.01 – Santarém

D. Sancha Peres reconhece ter em sua posse seis estins de terra, pertencentes à Ordem do Templo, em Toxe, termo da vila de Santarém, perto de Almonda.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 16 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fl. 95v

Notum sit omnibus presentibus et futuris quod ego donna Santia Petri recognosco atquam confiteor quod teneo in prestimonio et tenere debeo toto tempore vite mee de Ordine Templi unam hereditatem de sex hostilibus in termino Sanctarene in loco qui dicitur Tooxi prope Almonda que circa Dominicus Iohannis fabularium iacet et ad mortem meam debet remanere dicta hereditas dicta Ordini libere integre et in pace. In cuius rei testimonium presens intrumentum ipsi Ordini de hac recognicione fieri feci per manum Salvatoris Didaci publici tabellionis Sanctarene quam dictus Ordo debet tenere in testimonium huius rei. Actum Sanctarene prima die augusti Era M^a CCC^a V^a. Qui presentes fuerunt frater Andreas Petri. Frater Dominicus Pelagii. Frater Johannes Martini. Frater Vincentius Ordinis Predicatorum. Petrus Iohannis Pelliparius. Petrus Gonçalvi et ego Salvator Didaci publicus tabellio Sanctarene rogatus hiis omnibus interfui et hoc instrumentum propria manu constripsi et presens sig-[SINAL NOTARIAL] num meum apposui in eadem.

423. 1267.10 – Leiria

D. João Soares Coelho e sua mulher, D. Maria Fernandes, doam à Ordem do Templo uma herdade em Leiria.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 8 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 43r

Publ. Gomes 1997, n.º 10, p. 178 (versão do *Livro dos Mestrados*)

In nomine Domini amen. Noverint universi tam presentes quam futuri quod ego Iohannez Suerii dictus Coelo et uxor mea Maria Fernandi concedimus et damus magistro et fratribus militie Templi in regno Portugalie constitutis tam presentibus quam futuris hereditatem nostram quam habemus in villa de Leirena que hereditas iacet in mediate cum almuina Templi quam hereditatem cambiavimus cum Johanne Sardo. Et hanc hereditatem donacionem damus et facimus supradictis magistro et fratribus pro remedio animarum nostrarum et pro multa ajuda et prole quam de dictus magistro et fratribus reccipimus et statim intregavimus eis prefactam hereditatem. Et volumus et mandamus quod habeant et possideant eam iure hereditario in eternum. Si quis vero tam de nostris quam de extraneis contra hanc donacionem venire temptaverit non sit ei licitum et pro sola temptacione eis prenominatam hereditatem conponat et quantum fuerit meliorata. Et insuper pectet eis vel cui ipsi vocem suam dederint quingentos morabitanos. Ista donacione nostra nichilominus in perpetuum valitura. Et ne hoc lapsu temporis posset in dubium per aliquem evenire presentem cartam fecimus sigillorum nostrorum munimine consignari in notitia veritatis. Datum Leirene mense octobris Era M^a CCC^a quinta. Et rogamus per istam cartam quam damus magistro et fratribus supradictis de donacione istius hereditatis quod faciat et tradat inde eis publicum instrumentum in memoria rei geste.

424. 1267.11.22 – Viterbo

O papa Clemente IV, pela bula «Desiderio desiderantes vos et ordinem», proíbe os cavaleiros da Ordem do Templo de darem preceptorias e comendas da Ordem a outros religiosos, mesmo que esse pedido seja feito por reis.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 16, n.º 2* (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 26v-27r (inserto em documento de 1290.11.04 – Acre que está inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 47v (inserto em documento de 1290.11.04 – Acre); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 81v-82r (inserto em documento de 1290.11.04 – Acre)
Publ. Ferreira 1735, pp. 914-916 (inserto em documento de 1290.11.04 – Acre)

[...]

Clemens episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁶³⁴ magistro et fratribus domus militie Templi Iehrosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Desiderio desiderantes vos et ordinem vestrum qui Romane Ecclesie in omni opportunitate <viriliter affuit> et potenter imperturbate quietis et pacis gaudere tranquillo vobis et eidem ordini ab his qui pacem vestram turbare valeant libenti animo et diligenti studio precavemus. Sane sicut accepimus sepe contingit quod aliqui ex vestris fratribus a regibus et principibus secularibus ad vos litteras obtinent et preces armatas ut aliquibus domibus seu provinciis in preceptores preficiatis eosdem. Et sic super hoc eorumdem regum et principum qui libenter contra vos et alios religiosos occasionem inveniunt malignandi non acquiescitis voluntati ex inde indignationem et inimitias ipsorum incurritis. Et ex hoc eos vobis molestos experimini et infestos. Nos igitur volentes vestre quieti prospicere in hac parte vobis ad instar felicitis recordationis Alexandri pape predecessoris nostri auctoritate presentium sub pena excommunicationis districtius inhibemus ne ad preces seu petitiones aliquorum regum principum vel quorumcumque magnatum secularium aliquos ex vestris fratribus aliquibus domibus seu provinciis in preceptores preficere presumatis. Statuentes ut si aliquis ex vestris fratribus preces et petitiones huiusmodi a quibuscumque regibus principibus seu magnatibus vobis procuraverit porrigi eo ipso sententiam excommunicationis incurrat et tamquam excommunicatus a vobis et aliis arctius evitetur nec possit per alium preter romanum pontificem ab excommunicatione huiusmodi absolutionis beneficium obtinere. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre inhibitionis et constitutionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Viterbii X kalendas decembris pontificatus nostri anno tertio.

[...]

⁶³⁴ Segue-se um pequeno espaço entre dois pontos correspondente à inicial do mestre templário.

425. 1268.02.08 – Santarém

D. João Peres de Aboim e sua mulher, D. Marina Afonso, doam a D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, e à Ordem uma vinha que tinham em Alvisquer, termo de Santarém.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 25 (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 14*; ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 5, n.º 3*⁶³⁵; ANTT. *Documentos Particulares do Núcleo Antigo 201*, fls. 39v-40r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 183r-183v; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 106v-107r⁶³⁶ e fls. 115r-115v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 54v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 99r-99v

Publ. *Livro dos Bens de D. João de Portel*, doc. 46, p. 51

In Christi nomine. Noverint universi quod ego donnus Johannes Petri de Avoyno et uxor mea donna Marina Alfonsi damus et concedimus religioso fratri donno Gonsalvo Martini milicie Templi in regno Portugalie magistro et omnibus fratribus eiusdem Ordinis ibidem constitutis et omnibus successoribus eorundem unam vineam quam habemus in Alvisquer in termino Sanctarene in loco qui dicitur Bacellos de Leite Coyto. De qua vinea nos debebamus vobis dare medietatem fructus et decimam fructus alterius medietatis pro foro quod inde debebamus vobis facere. Et eam vobis tam cito intregamus et hanc vineam damus et concedimus vobis pro remedio animarum nostrarum et pro multa aiuda quam de Ordine Templi recepimus et habemus quam etiam vineam totam vos magister et fratres nobis dedistis in prestimonio toto tempore vite utriusque nostri possidendam. Et confitemur et recognoscimus quod eam de manu vestra et pro vestra recipimus et tenemus. Et si forte quod Deus avertat contigerit me donnum Johannem mori antequam dictam uxorem meam et ipsa nupserit alii ipsa vinea cum omni benefacto[ri]a⁶³⁷ quam in ea fecerimus debet remanere statim Ordini Templi integre et in pace. Et magister Templi qui pro tempore [fuerit]⁶³⁸ in regno Portugalie sive comendator domus Templi in Sanctarena debet eam recipere pro ad Ordinem sine calumpnia alicuius. Et volumus et mandamus quod si aliquis tam de nostris quam de aliis contra hanc donationem nostram venire presumpserit non sit ei licitum sed pro sola temptatione ipsam vineam nobis componat et quantum fuerit meliorata et insuper pectet vobis vel cui vocem vestram dederitis mille marabitanos

⁶³⁵ Este texto não está datado, mas o conteúdo é semelhante. Trata-se do documento inferior de uma carta partida por ABC.

⁶³⁶ O texto destes fólhos é um pouco diferente, nem está datado, mas o conteúdo é semelhante: Inc. fl. 106v: «In Christi nomine. Noverint universi quod ego Donnus Joannes Petri de Avoyno et uxor mea donna Marina Alfonsi damus et concedimus religiosissimo fratri Donno Gonsalvo Martini Militie Templi in regno Portugalie magistro et omnibus fratribus eiusdem ordinis ibidem [...] vineam nostram quam habemus in Alvisquer in termino Sanctarene in loco qui dicitur os bacellos de Leite Coyto [...]». Des. fl. 107r: «fecimus inde fieri duas cartas per alphabetum divisas quarum unam tenet Templum et Donnus Joannes Petri et uxor mea Donna Marina Alfonsi alteram [...]». Este texto do *Livro dos Mestrados* terá sido copiado do texto de ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 5, n.º 3*, que é igual.

⁶³⁷ Pergaminho rasgado. Reconstituição com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 54v.

⁶³⁸ Pergaminho rasgado. Reconstituição com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 54v.

donatione ista in perpetuum valitura. Et ne hoc factum nostrum et donacio possit in posterum per aliquem in dubium evenire fecimus inde fieri duas cartas per alfabetum divisas per manum Salvatoris Didaci publici tabelionis Sanctarene quarum unam tenet Templum et alteram nos dictus Iohannes Petri de Avoyno et uxor mea dona Marina Alfonsi. Et ad maiorem firmitudinem rei geste presentem cartam fecimus nostris sigillis sigillari in testimonium veritatis. Et ego Salvator Didaci publicus tabelio Sanctarene rogatus a partibus supradictis hiis omnibus interfui et hanc cartam propria manu conscripsi et in ea presens sig-[SINAL NOTARIAL] num meum apposui in testimonium premissorum.

Actum est hoc Sanctarene VIII^o die februarii Era M^a CCC^a VI^a. Presentibus magistro Stephano Iohannis de Vasconcelos. Johanne Menendi de Sisirico. Nicholao Dominici scriptore predicti donni Iohannis de Avoyno.

426. 1268.03.08 – Montpellier

D. Egas Fafe, arcebispo de Compostela e antigo bispo de Coimbra, deixa em testamento 100 libras à Ordem do Templo. Excerto.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Particulares*, mç. 18, n.º 3

Publ. *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, n.º 2.28, pp. 299-315 (p. 304) (cuja lição se segue)

In nomine Domini nostri Jhesu Christi Creatoris et Rede[m]ptoris nostri amen. Nos Egeas Dei gratia Compostellanus archiepiscopus per gratiam Jhesu Christi [...] ordinamus, disponimus et nostram in hunc modum exprimimus voluntatem. [...] Fratribus Templariis centum libras [...]. Actum apud Montem Pesulanum VIII Idus martii de Era CCC^a sexta [...].

427. 1268.04.06 – Tomar

D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, faz escambo com D. Mateus, bispo de Lisboa, de um casal que a Ordem tinha no termo da vila de Santarém, por outro em Casével, situado no termo da mesma vila.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 37*⁶³⁹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 98r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 55v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 101r-101v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 69-70 Publ. Costa 1771, n.º 69, pp. 286-287

Notum sit omnibus quod nos frater Gonsalvus Martini magister milicie Templi in regno Portugalie cum consensu fratrum nostrorum qui sunt nobiscum apud Tomar damus et concedimus et intevis nostrum transferimus ex causa permutationis vobis domno Matheo Ulixbonensis episcopo quodam casale quod habemus in simul cum quintana vestra de Caseval quod casale fuit donni Menendi Alfonsi et uxoris sue cum

⁶³⁹ Documento com letra apagada na margem direita. Leitura apoiada em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 98r.

domibus et edificiis et arboribus vineis terris cultis et incultis montibus pascuis fontibus et aliis aquis ingressibus et egressibus et cum omnibus aliis iuribus et pertinentiis suis a vobis et a successoribus vestris perpetuo iure hereditario possidendis pro quodam casali quod nobis dedistis quod fuit quondam Joannis Pacheco filii Petri Pelagii de Lamezaes quod est situm in loco qui dicitur Caseval circa hereditatem filiorum Petri Salido quod vos similiter nobis dedistis ex eadem causa permutationis cum domibus et edificiis et arboribus terris cultis et incultis montibus pascuis fontibus et aliis aquis ingressibus et egressibus et cum omnibus aliis iuribus et pertinentiis suis a nobis et a successoribus nostris perpetuo iure hereditario possidendis. Et actum fuit inter nos et vos quod Petrus Martini de Caseval et donnus Ordonius ex timent valorem dictorum casalium etsi invenerint quod casale quod vobis damus plus valet quam casale quod a vobis recepimus illud plus nobis restituatis in pecunia numerata et eodem modo si supradictum casale quod a vobis recepimus plus valet quod casale quod vobis damus illud plus vobis restituamus in pecunia numerata secundum extimationem ipsorum. Et nos M. miseratione divina Ulixbonensis episcopus recognoscimus nos recepisse dictum casale a magistro et fratribus Templi et aliud casale dedisse eisdem sicut superius est expressum. In cuius rei testimonium fecimus inde fieri duas cartas sigillorum nostrorum munimine consignatas. Acta sunt hac apud Tomar in die Passionis Domini Era M^a CCC^a sexta.

428. 1268.05 [A]

D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, com os freires da Ordem, e D. Mateus, bispo de Lisboa, fazem carta de transação sobre os direitos episcopais e os da Ordem nas igrejas de Pinheiro e Casével, termo de Santarém.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 230r-231r⁶⁴⁰ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 56r-56v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 101v-103r

Publ. Costa 1771, n.º 70, pp. 287-288

[In nomine Domini amen. Cum inter venerabilem patrem domni M. Ulixbonensis episcopum nomine ecclesie]⁶⁴¹ Ulixbonense ex una parte et religiosum virum fratrem domnum Gonsalvuum Martini magistrum militie Templi in regno Portugalie et fratres eiusdem Ordinis ex altera orta esset materia questionis super eo quod idem episcopus dicebat se spoliatum per dictos magistrum et fratres iuribus episcopalibus ecclesie de Pineyro site in termino de Sanctarene Ulixbonensis diocesis addens ipse episcopus quod idem magistro antecessorum suos et fratres auctoritate sua eiecerant rectorem in ipsa ecclesia per predecessorem suum Ulixbonensis episcopum institutum. Conquerabatur eciam [*sic*] idem episcopus de dictus magistro et fratribus super eo

⁶⁴⁰ O início deste documento está truncado, não sendo possível estabelecer com exatidão o texto.

⁶⁴¹ Reconstituição com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 56r.

quod non permittent ipsum instituere rectorem in ecclesia de Caseval sita in termino de Sancterenam Ulixbonensis diocesis que ut ipse episcopus dicebat tanto tempore vacant quod collatio ipsius ecclesie erat ad ipsum per temporis spacium devoluta. Insuper dicebat idem episcopus quod cum dicti magistri et fratres acquisivissent post generale concilium possessiones seu hereditates que fuerunt quondam domni Menendi Alfonsi militis Sancterenam et uxoris sue donne Sancie Petri que site erant in parrochia dicte ecclesie de Caseval decimas de fructibus et proventibus ipsarum possessionum prefate ecclesie post mortem dicti militis solvere denegarunt cum eas solvere tenerentur sive per se sive per alios eas excolerent tam de parte sua quam de parte colonorum solvere tenerentur et hoc redundaret in injuriam ipsius episcopi cum eidem in eisdem decimis postificalis tercia debentur. Magistro et fratribus contrarium asserentibus quod predictis eidem episcopo non injuriabantur. Tandem inter eosdem episcopum magistrum et fratres talis amicabile compositio intervenit videlicet quod predicti magister et fratres de cetero presentent episcopo fratres sui Ordinis seu clericos seculares qui ab eodem episcopo in eisdem ecclesiis curam recipiant animarum et qui eidem episcopo de iuribus episcopalibus respondeant ut est iuris. Qui postquam ab ipso episcopo instituti debent iurare ad sancta Dei evangelia quod fideles et obedientes erunt ipsi episcopo et suis successoribus iuxta canonica instituta. Et quod sententias et mandata iusta ipsius episcopi observabunt et quod iura sua integre sibi solvant et quod ad sinodum suam venient statuta ipsius sinodi servaturi. Cum vero fratres predicti Ordinis fuerint ad regimen ipsarum ecclesiarum presentati et per episcopum instituti debent [fl. 230v] ratione ipsarum ecclesiarum esse episcopo obedientes et subiecti. In aliis vero debet esse obedientes et subiecti magistro Templi predicto et successoribus suis sicut fratres sui non obstante contrario privilegio vel indulgentie Ordini Templariorum concessa. Quoniam vero visum fuerit magistro Templi vel illi qui in loco eius fuerit quod instituti in dictis ecclesiis per episcopum Ulixbonensis ammoveantur ab administratione dictarum ecclesiarum ipse magister vel ille qui loco sui fuerit pro libito ammoveat ipsos et alios ad presentationem ipsius magistri vel illius qui loco sui fuerit in dictis ecclesiis episcopus vel eius vicarius instituat in eisdem sicut superius est expressum. Debet etiam episcopus habere in dictis ecclesiis integre tertiam omnium decimarum que dicte ecclesie percepint intuitu decimarum et mortuorum. Preterquam de decimis leguminum ceprarum et alliorum ansarum et pullorum et ovorum. Item quando episcopus ipsas ecclesias visitaverit debet habere XV libras usualis monete pro procuratione ecclesie Sancte Marie de Caseval vel eidem episcopo una die in anno in omnibus necessariis provideri ita quod rector ipsius ecclesie eligat alter istorum. Et VII libras et dividiam pro procuratione ecclesie de Pineyro. In ecclesia vero de Pineyro debent fratres tenere in domo sua cupam vel cupas episcopi cum vino suo vel dare ei ibidem solum sive campum competens in quo domum hedificet ad colligendum tertiam de vino suo. De decimis vero possessionum

acquisitis et acquirendis per dictos magistrum et fratres in parrochiis dictarum ecclesiarum debet habere episcopus de cetero terciam pontificalem preterquam de rebus supradictis de quibus episcopus non debet habere terciam sicut superius est expressum tam de parte sua quam de parte colonorum sive per se sive per alios eis excoluerint dicti magister et fratres salvis decimis possessionum si quas acquisierint in dictis locis ante concilium generale et per se excoluerint. Pro tertia vero pontificali decimarum hactenus eidem episcopo in dictis ecclesiis et possessione subtracta debet episcopus integre percipere hoc anno tantummodo omnes fructus et proventus quos percepturi erant magister et fratres de dicta possessione seu quintana que fuit quondam supradictorum domni Menendi Alfonsi et uxoris sue de quibus episcopus debet habere terciam. Preter hoc autem dictus episcopus debet assignare prefate ecclesie de Pineyro [fl. 231r] pro parochia limitata possessiones ipsas do Pineyro et possessiones de Moreira et alia loca circumadiacentia que viderit opportuna ita quod de ipsis possessionibus percipiat decimas prediales. Ecclesie vero Sancte Marie de Caseval debet episcopus assignare et limitare parrochiani sicut dicitur assignata seu limitata per domni Egidium quondam archidiaconi Sanctarene. Si non placuerit episcopo ponere terciarios in dictis ecclesiis ad colligendum iura sua rectores ipsarum ecclesiarum debent eos recipere. Hec autem omnia supradicta et singula promiserunt partes bona fide inviolabiliter observare et contra in aliquo non venire. In cuius rei testimonium nos prefatus episcopus Ulixbonensis cum consensu capituli nostri et nos dictus magister cum consensu capituli nostri fecimus inde fieri duas cartas per alphabetum divisas quarum quilibet nostrum teneat unam et eas fecimus sigillorum nostrorum munime communiri. Actum mense maii. Era millesima CCC^a sexta.

429. 1268.05 [B]

D. Gonçalo Martins, mestre da Ordem do Templo, com os freires da Ordem, e D. Mateus, bispo de Lisboa, fazem carta de transação sobre os direitos episcopais e da Ordem nas igrejas de Pinheiro e Casével, termo de Santarém. Texto em português.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 44r-46r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 36r-37v

Em nome de Deos amen. Como antre o veneravel padre D. M. bispo de Lisboa em nome da igreja de Lisboa de huma parte e o religioso barão frei Dom Gonçalo Martins mestre da cavalaria do Templo no reino de Portugal e os freires da mesma Ordem da [fl. 44v] outra ouvesse questão e duvida sobre dizer o mesmo bispo que os ditos mestre e freires o tinham esbulhado da posse dos direitos episcopaes da igreja do Pinheiro situada em termo de Santarem da diocese de Lisboa ajuntando mais o dito bispo que o mestre que antes delle fora na dita Ordem e seus freires por sua propria autoridade tirarão hu reitor da mesma igreja que hera instituido pelo bispo seu antecessor e queixavam o mesmo bispo dos ditos mestre e freires por não quererem consentir que elle instituisse

reitor na igreja de Cazevel situada no termo de Santarem da diocese de Lisboa a qual segundo o mesmo bispo dezia havia tanto tempo que estava vaga que lhe hera devoluta a collação da dita igreja polo espaço do tempo que havia que era vaga. Dezia mais o dito bispo que posto que os ditos mestre e freires adquirirão depois do concilio geral as possessoes e herdades que o tempo passado forão de Dom Mendo Afonso Pirez as quaes estão situadas na parochia da dita igreja de Cazevel lhe negavão, e não querião dar as dizimas, e proventos das poçoens das ditas igrejas, depois da morte do dito soldado, sendo elles obrigados a paga las ou por si, ou por outras pessoas as lavrassem assi da sua parte como da parte dos lavradores. E que o agravavão nisto porque se lhe devia nas ditas dizimas a terça pontifical. O que os ditos mestre e freires contradizião, dizendo que nom [fl. 45r] lhe fazem aggravo algum nas ditas couzas. Finalmente entre o dito bispo, mestre e freires vio fazer se tal amigavel composição, convem a saber, que o dito mestre e freires dahi em diante apresentassem ao dito bispo freires da sua Ordem ou clericos seculares, que delle bispo hajão a cura das almas nas ditas igrejas, e que lhe rondão com os direitos episcopais como hé de direito. Os quaes depois de instituidos polo dito bispo jurem aos sanctos evangelhos que serão fieis e obedientes a elle e a seus successores conforme aas instituições canonicas, e que guardarão as sentenças e mandados justos do dito bispo e lhe pagarão seus direitos inteiramente, e virão a seu sinodo pera guardarem os statutos delle. E como os freires da dita Ordem forem presentados pera curas das ditas igrejas, e instituidos polo bispo devem ser lhe obedientes e subditos por razão das ditas igrejas. E em todas as mais couzas devem ser obedientes e subditos ao dito mestre do Templo e seus successores assi como seus freires, nom obstante o privilegio em contrairo concedido aa Ordem do Templo. Que quando parecer ao mestre do Templo ao aaquelle que suas vezes tiver que os instituidos nas ditas igrejas polo bispo de Lisboa devem ser tirados da administração dellas o dito mestre ou quem estiver em seu lugar os possa tirar, e apresentados o dito mestre ou seu logo tentem outros nas ditas igrejas o dito bispo, ou seu vigairo os institua como atras hé dito e declarado. Item que o bispo ha de aver [fl. 45v] nas ditas igrejas inteiramente a terça de todas as dizimas que as ditas igrejas ouverão por razão de dizimas, ou de mortuarios, tirando as dizimas dos legumes, cebolas, e alhos, e patos, e frangos e ovos. Item que quando o bispo vizitar as ditas igrejas deve aver quinze livras da meoda costumada de procuração da igreja de Santa Maria de Cazevel ou ha de ser provido o bispo de todas as couzas necessarias huma ves no anno de maneira que fique em escolha do reitor da mesma igreja fazer qual destas couzas quizer. E da igreja do Pinheiro sete livras e meio de procuração. Item na igreja do Pinheiro devem ter os frades em sua caza huma cuba ou cubas dos bispo com seu vinho ou dar lhe ahi terra competente pera nella edificar huma caza pera recolher seu vinho. Das dizimas das poçoções adquiridas e que se adquirirem polo dito mestre e freires nas parrochias das ditas igrejas deve aver o bispo daqui em diante a terça pontifical tirando as couzas asima

ditas de que o bispo nom deve haver a terça como asima se declarou assi da sua parte como dos lavradores, ou por si, ou por outras pessoas, as cultivem e lavrem os ditos mestre e freires tirando as dizimas das poceções adquiridas antes do concilio geral se algumas tinhão adquiridas, e as cultivarão per si. Item que polla terça pontifical levada ate qui nas dias igrejas ao dito bispo e assi pola dita possessão leve o bispo inteiramente este anno [fl. 46r] todos os frutos e proventos que o mestre e freires ouverão de levar da dita possessão ou quinta que foi dos ditos Dom Mendo Afonço e sua mulher. Dos quaes o bispo deve de aver a terça e alem disto o mesmo bispo ha de assignar aa dita igreja do Pinheiro por parrochia limitada as poceções do Pinheiro e de Moreira e outros lugares ao redor que lhe parecer que convem de tal modo que dessas poceções leve as dizimas prediaes. E que á dita igreja de Santa Maria de Cazevel deve o dito bispo de assignar e limitar a parrochia assi como se diz ser assignada e limitada por D. Gil arcediago que foi no tempo passado de Santarem. E se o bispo quizer por certos, digo, por terceiros nas ditas igrejas pera recolherem seus direitos que os reitores dellas lhe nom vão a mão e os recebem. Estas couzas todas e cada huma dellas prometerão as partes em boa fé de guardar inviolavelmente e de nom vir em maneira alguma contra ellas. Em testemunho da qual couza nós dito bispo de Lisboa com consentimento do nosso cabido e nos dito mestre com sonsentimento do nosso capitulo fizemos disso ser feitas duas cartas divididas por a b c da qual cada hum de nos tenha sua e as fizemos sellar de nosso sello. Feito no mes de mayo de mil trezentos e seis.

430. 1268.08.29 – Casével

D. Mateus, bispo de Lisboa, confirma composição feita entre as igrejas de Santa Maria e de São Vicente de Casével, da Ordem do Templo, sobre as dízimas que tinham de pagar.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 18 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 92r-92v

Matheus miseratione divina Ulixbonensi episcopus universis presentes litteras inspecturis salutem in Domino sempiternam universitati vestre. Notum facimus per presentes quod cum controversia esset inter ecclesias Sancte Marie et Sancti Vincentii de Caseval super limitationes et quibusdam aliis iuribus parrochialibus tandem inter fratrem Dominicum comendatorem predicte ecclesie Sancte Marie et Gunsalvum Gunsalvi comendatorem domus Templi in Sanctarena ex una parte et Petrum Menendi rectorem predicte ecclesie Sancti Vincentii ex altera talis inter eos de beneplacito utriusque partis amicabile composicio intervenit scilicet quod communiter et fideliter dividerent per medium inter se decimas et alia iura parrochialia que evenirent a parrochianis commorantibus inter duas vias que vie sunt hec videlicet quomodo exit via de molendinis de super vineas de Santia et intrat ad vallem Colubris [*sic*] et deinde vadit directe per super fontem Pelagii Martini remanente dicto fonte a dextris versus Sanctarenam deinde vadit per vallem de Cardal et vadit ad finem vallis de Francela iuxta caput quod dicitur Conelosum remanente

dicte capite a dextris versus Sanctarenam et vadit iuxta marcum qui est inter hereditatem donni Hordoni et donni Petri Martini remanente ipso marco a dextris versus donnum Petrum Martini quomodo vadit super fontem de Macenaria remanente fonte a dextris versus donum Petrum Martini et vadit intrare in estratam que venit de Fonte Sancto. Item in eodem loco incipit alia via que vadit per aliam partem et vadit iuxta logonam et remanet ipsa lagona a sinistris versus Sanctarenam et vadi per varsenam de Veiram deinde vadit ad Soveral qui est inter Petrum⁶⁴² Fernandi et Dominicum Michalis et remanet Petrus Fernandi de dextro versus turrim de Veiram et Dominicus Michaelis de sinistro versus Sanctarenam et vadit per finem de Emcruzeladis da Aroeyra in fine de cume et vadit descendendo per vallem que est inter vineam Dominici Roderici et Dominici Michaelis et intrat in porto qui vocatur de Inferno et vadit per sumitatem predictae vallis Colubris et vadit per viam ad molendinos de Santia. Predicti vero parrochiani debent percipere ecclesiastica sacramenta rectoribus dictarum ecclesiarum alternis annis et predicti frater Dominicus comendator predictae ecclesie Sancte Marie et Gunsalvus Gunsalvi comendator domus Templi in Sanctarena pro se et successoribus suis et pro suo Ordine promiserunt bona fide predictam compositionem inviolabiliter observare et dictus Petrus Menendi rector ecclesie Sancti Vincentii pro se et successoribus suis dictam compositionem promisit bona fide inviolabiliter observare. Acta sunt her in Caseval in loco supra dicto IIII^o kalendas september. Era M^a CCC^a sexta. Presentibus donno Petro Martini milite. Dono Hordonio alvazile Sanctarene. Dominico Menendi canonico Ulixbonensi. Dono Egea canonico monasterii Sancti Vincentii Ulixbone. Dominico Pelagii mercatore Sanctarene. Martino Petri capellano nostro et Menendo Dominici clerico nostro. Petro Fernandi homine donne Stephanie Pontii. Suerio Pelagii et Johanne Vincentii parrochianis predictae ecclesie Sancti Vincentii. Et nos prefectus episcopus ad maiorem rei evidentiam fecimus inde facere duas cartas per alfabetum divisas sigillo nostro sigillatas quarum unam predictus frater Dominicus habet penes se et dictus Petrus Menendii aliam ut hoc factum in posterum in dubium minime reducat.

431. 1268.09.15

D. Sancha Peres confirma que traz aforada à Ordem do Templo uma vinha em Alvisquer, termo de Santarém.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 31⁶⁴³ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 37r

Noverint universi presentem cartam inspecturi quod ego donna Sancia Petri de mea spontanea et libera voluntate recognosco et confiteor quod teneo de Ordine Templi

⁶⁴² Segue-se riscado e supontado «Petrum».

⁶⁴³ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 483 está datado de 1278. Documento em muito mau estado, não sendo possível conferir a data. Contudo, no verso do documento está indicada a era de 1306, o que seria ano de 1268. A reconstituição do texto foi feita com base em ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 37r.

in prestimonio unam vineam quod ipse Ordo habet in termino Sanctarene ubi dicitur Alvisquer que iacet propre vineam que fuit Johannis Nunionis de Fraginali quam vineam ego debeo tenere et possidere toto tempore vite mee et ad mortem meam mando et concedo quod dicta vinea remaneat dicta Ordine Templi libere et in pace sine aliqua contradictione et diminutione. In cuius rei testimonium presentem cartam dicte Ordini Templi fieri per manum Salvatoris Didaci publici tabellionis Sanctarene. Facta carta XV die setembris Era M^a CCC^a VI^a. Qui presentes fuerunt frater Durandus Stephani. Frater Dominicus Pelagii Ordinis Predicatorum. Rodericus Mendi miles. Martinus Martini. Johanes Dominici dictus Gantxo portionarii ecclesie Sancte Marie de Alcazovam. Vincentius Petri Mancafavas. Johannes Petri Cabrita mercator. Johannes Egee sororius canonicus. Et ego Salvator Didaci publicus tabellio Sanctarene rogatus hiis omnibus interfui et hanc cartam scripsi et mea pressens sig-[SINAL NOTARIAL] num meum apposui in testimonium huius rei.

432. 1269.05.07 – Coimbra

João Vicente, arquiácono de Penela e vigário de Coimbra, durante o período de sé vacante recebe carta de apresentação de D. Rodrigo Fernandes, comendador de Tomar e lugar-tenente do mestre da Ordem do Templo em Portugal, para a igreja paroquial de Santo Estêvão de Pussos, de Fr. João Pais. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 21⁶⁴⁴ (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 42v-43r; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 143v; BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 276r-276v; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 11, fl. 88r; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 34-35; BNP. Fundo Geral, n.º 739, fl. 70v

Noverint universsi presentem cartam inspecturi quod ego Johannes Vincencii archidiaconus in Penella et vicarius Colimbriensi vacante ecclesia Sancti Stephani de Puços per mortem Menendi Martini recepi cartam presentationis a religioso viro frater donno Roderico Fernandi comendatore de Tomar et tenente in regno Portugalie locum magistri militie Templi per quam presentabat ad predictam ecclesiam dilectum fratrem suum Johannes Pelagii presbiterum virum religiosum et honestum rogans quod ipsum in predicta ecclesia instituerem vel eadem ipsam ecclesiam comendarem et quoniam certum est et notum quod presentatio ipsius ecclesie ad Ordinem milicie Templi pertinet ideo ego predictus vicarius ad presentationem prefacti comendatoris supradicto fratri Johanni Pelagii prefactam ecclesiam Sancti Stephani de Puços comendo eidem administrationem in temporalibus et spiritualibus concedendo quousque nostre ecclesie Colimbriense plenarie de episcopo sit provisum salvo nichilominus per omnibus et per et omnia iure ecclesie Colimbriensi quod archidiachoni ecclesie memorate. In cuius rei testimonium do eodem Johanni Pelagii presentem cartam mei sigilli munimine consignatam. Datis Colimbrie nonas maii Era M^a CCC^a VII^a.

⁶⁴⁴ No sumário (*Gavetas (As)*, vol. II, p. 503) está datado de 1267, mas lê-se no documento: «Era M^a CCC^a VII^a», o que representa ano de 1269.

433. 1269.09.06 – Santarém

Fr. Gonçalo Gonçalves, comendador da Ordem do Templo em Santarém, celebra contrato com Domingos Peres e sua mulher, Maria Esteves, sobre a água de Alviela, para que fizessem duas azenhas, que ficariam para a Ordem ao fim de cinco anos.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 21* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 114r-114v*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 48v-49r*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 88v-89v*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 78-79*

In nomine Domini amen. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod ego frater Gunsalvus Gunsalvi comendator domus Ordine Templi in Sanctarena cum consilio fratrum eiusdem domus et amicorum Ordinis nostri do et concedo Dominico Petri et uxori sue Marie Stephani nostram aquam de Alveela scilicet ex aqua de Pernas usque ad pontem ubi filiant aquam pro ad molendinum de Çayato tali videlicet conditione et pacto quod ipsi faciant in ipsa aqua duas casas cum molendinis scilicet unam cum duobus molendinis et aliam cum uno molendino bene preparatis et bene molentibus sicut viderint pro bono duo molendinarii. Et unam casam cum pisonibus suis et ipsi D. Petri et uxor sua debent facere dictas casas de molendinis cum bonis archibus de petra et de calce scilicet a die Sancti Michaelis september mensis currentis usque ad unum annum. Et casam de pisionibus debent facere similiter de petra et de calce scilicet a die Sancti Michaelis proxima ventura mensis currentis usque ad duos annos et ipsi debent facere omnia predicta per omnia bona sua mobilia et immobilia. Et si predicti D. Petri et uxor sua potuerint fecere piones in dicto loco ita quod sit sine dampno et periculo de aliis molendinis quos Ordo Templi habet in dicta riparia de Alveela debent ipsi tenere dictos molendinos et ipsos piones a die Sancte Marie de augusto proximo preterita usque ad quinque annos. Et si contigerit quod dictus D. Petri moriatur antequam ipsi quinque anni sint transacti debet dimittere pro anima sua Ordini nostro unum annum de ipsis quinque annis. Et dicta uxor sua et successores sui debent tenere dictos molendinos et piones per alios annos qui remanserint. Et si predictus D. Petri et uxor sua non potuerint facere dictos piones in dicto loco debent tenere dictos molendinos per quatuor annos. Et si ipse D. Petri mortuus fuerit ante quam ipsi IIII^{or} anni sint elapsi debet leyxare pro anima sua Ordini nostro unum annum de ipsis IIII^{or} annis et residuum debent tenere uxor sua et successores sui. Et dicti molendini et piones debent fieri sine dampno et sine mascabo de aliis molendinis quos Ordo Templi habet in dicto logo. Et si aliquid dampnum vel mascabum per eos ibi evenerit debet corrigi et emmendari sicut comendator qui pro tempore fuerit in dicta domo Templi Sanctarene viderit pro bono cum duobus bonis hominibus in talimodo quod dicti molendini Ordinis Templi qui erant ante ibi facti in dicto logo non valeant minus in ulla maneyra. Et si forte aliquis impederit dicto D. Petri et uxori sue predictos molendinos et piones dum eos tenuerit comendator qui pro tempore fuerit in dicta domo Templi debet eos iurare

quantum potuerit bona fide ad expediendum sibi eos. Et postquam predicti D. Petri et uxor sua et successores sui tenuerint dictos molendinos et pisones per iam dictum tempus sicut superius continetur debent remanere Ordini Templi libere et in pace et sine aliquam contradictionem et diminuicionem cum omnibus meliorationibus suis. Et debent eos leyxare bene preparatos cum suis casis factis et cum bonis molis et cum omnibus suis appareliis que pertinent ad molendinos et ad pisones sicut viderint pro bono duo molendinarii et ipsi D. Petri et uxor sua debent facere et complere omnia supra dicta per omnia bona sua mobilia et immobilia. In cuius rei testimonium fecimus inde fieri inter nos duo plaza per alphabetum divisa per manum Michaelis Fernandi publici tabellionis Sanctarene quorum ego dictus comendator unum retinui penes me et nos predicti Dominicus Petri et Maria Stephani aliud retinuimus penes nos quod plazum concedimus et approbamus et omnia supradicta. Actum Sanctarene VI^a die septembris Era M^a CCC^a VII^a. Qui presentes fuerunt Rodericus Menendi miles. Dominicus Suerii filius de Suerino de Porta. Petrus Gunsalvi de Puncho. Dominicus Niger. Fernandus Menendi dictus Macarca. Dominicus Dominici dictus Valadao. Stephanus Martini. Laurentius Suerii. Et ego Michaelis Fernandi publicus tabellio Sanctarene rogatus a partibus supradictis hiis omnibus interbui et hoc plazum scripsi et aliud sibi consimile et in quolibet eorum hoc sig-[SINAL NOTARIAL] num meum apposui in testimonium premissorum.

434. 1270.03.12

Fr. Rui Soares, comendador da bailia de Lisboa da Ordem do Templo, entrega a Lourenço Peres Lamelas, em representação de D. João Peres de Aboim e de sua mulher, umas propriedades no termo de Sintra, bem como o padroado da igreja de São Miguel de Alcainça.

ANTT. *Documentos Particulares do Núcleo Antigo 201*, fls. 61r-61v (cuja lição se segue)

Publ. *Livro dos Bens de D. João de Portel*, doc. 119, p. 85

Como frei Roy Soarez-entregou a Lourenço Perez aquilo que os freires aviam en Sintra per mandado de <don Johan>

En nome de Deus. Saban todos aqueles que este strumento viren ou ouviren que eu frey Roy Soarez comendador da baylia de Lixboa da Ordin do Tenple entreguei a Lourenço Perez dicto Lamelas per nome de don Johan Perez d'Avoym et de donna Marina Afonso sa moller tres casaes de herdade que sum en termho de Sintra. E os dous destes tres casaes sum en a Alcaynça Pequena e o outro e en logo que dizen Germuleira a par da Lagena e parte con herdamento que foy de Pedro Romeu. Item entreguei ao davandicto Lourenço Perez per nome de don Johan Perez e de donna Marina Afonso sa moller una vina con sas figueiras et cum sas arvores assi como departe cum Meen Martiiz cavaleiro dicto Pipaloz e cum Petrus Eanes dicto Dente mercador de Lixbona.

Item entreguei o padroado assi como y avia e ouve don Pedro Fernandiz de Sandi ante que morresse cujo foron os herdamentos de suso dictos e o padroado. Eu de suso dicto comendador entreguei ao davandicto Lourenço Perez de suso dicto per nome de don Johan e de sa moller Marina Afonso entradas e saidas e ressios e perteenças e dereitos de todos os herdamentos de suso dictos e outrossi o padroado da-dauandicta igreja de San Miguel da Alcaynça que o referte e o barale e o uze e o tenha per nome da Ordin do Tenple.

Item o padroado e os herdamentos e o herdamento de suso dictos don Johan e sa moller donna Marina Afonso deuenos a ter en sa vida assi como llis foi dada a baylia de Sintra da Ordin do Tenple e despos morte deles deven a ficar sen contenda en salvo aa Ordim do Tenple. E se per ventura don Johan morrer ante ca dona Marina e dona Marina se casar deven a ficar os herdamentos de suso dictos con o padroado aa Ordin do Tenple en salvo e sen contenda.

Eu frey Roy Soarez comendador de suso dicto roguei Johan menendiz publico tabellion de Sintra per rogo e per chamamento de frey Roy Soarez comendador e per rogo de don Johan e de Lourenco Perez dicto Lamelas en todas estas cousas de suso dictas presente fui e vi e ouvi e este strumento per ma mao fiz e meu sinal en ele pusi en testemoyno que tal he [SINAL NOTARIAL].

Feito no mes de março feria IIII^a ante cena XII dias andados de março. Era M^a CCC^a VIII^a. Que presentes forom e virom e ouvirom Meen Martiiz Pipaloz cavaleiro. Pedro Paez dicto Carvalho. Gonçalo Soarez. [fl. 61v] Martinus Stephaniz capelam da Alcaynça. Afonso Perez fillo de Pero Reymundiz. Domingos migueliz. Afonso Lourenço fillo de Lourenço França. Domingos Iohanis screwam de don Johan. Johan Perez morador da freeguesia de Santiago. Martinus Ribeira da Alcaynça. Pero Rodriguiz morador de Santiago. Vicente Martiiz. Miguel Dominguiz criado do Tenple. Pedro franco da Alcaynça. Sadornio fillo de don Nicholas. Domingos Nicholas. Vicente Fernandiz Canaval.

435. 1271.03.15 – Elvas

*O concelho de Elvas em carta dirigida ao concelho de Castelo Branco declara que os foros, usos e costumes de Moncarche, ou Castelo Branco, e Moncarchino, entre outras localidades, foram outorgados pela Ordem do Templo, no capítulo geral reunido em Zamora a 4 de março*⁶⁴⁵.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 23 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Beira, liv. 3, fl. 80v

Cognozuda cousa seja a quantos esta carta virem e ouvirem que nos juyzes e concelio e tabelliam de Elvas vimos cartas seelladas com seellos pendentes e confirmadas que ho maenstre dom frey Guilan de Pontens cum conselio de seus freyres. Item vimos carta cum seello pendente de frey dom Joam Eanes teente en logo do maenstre de

⁶⁴⁵ Também Viterbo se refere a este documento, mas citando «na T. do T. Gav. 6. maç. 10. N. 23» (Viterbo, ed., 1799, p. 371), porém a *Gaveta* 6 só tem um maço único, pelo que terá sido um lapso.

Ultramar da Ordin da cavalaria do Temple dada en cabidoo genaral que foy fecto em Zamora IIII dias por andar do mes de marcio cum conselio e com outorgamento de seus freyres en esse cabidoo e nas quaes cartas andava escripto e confirmado que octorgavam e davam e confirmavam a todollos pobladores assi aos presentes como aos que an veintr [sic]⁶⁴⁶ poblar a Moncarche vel Castell Branco et de Moncarchino todolos boos foros e os boos usus e os boos custumes de Elvas. E nos juyzes e concelio e tabellion dessa meesma villa de susodicta per octorgamento desas carta que vimos de susodictas demos aos mandadeiros dessa villa de susodicta de Moncarche per nome Domingos Dominguiuz alcalde en esse tempo e a Joan Periz capellan en esse tempo e a Domingos Fernandiz sesmeiro portadores destas soprascritas cartas de susodictas todo nosso foro e nossa carta. Fecto e emendado per mandado e per outorgamento do tabellion e por que isto nan venia ende en duvida demos a esses pobladores de Moncarche esta carta aberta de noso seello pendiente seelada. Dada em Elvas XV dias andados de marcio Era M^a CCC^a IX^a.

436. 1272.05.21 – Latrão

O papa Gregório X, pela bula «Cum a nobis petitur», confirma os privilégios, liberdades e indulgências concedidas à Ordem do Templo pelos pontífices seus antecessores.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 23v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 42v-43r

Publ. Ferreira 1735, pp. 810-811

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Ierosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Cum a nobis petitur quod iustum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo exigit rationis ut id per sollicitudinem officii nostri ad debitum perducatur effectum. Ea propter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus inclinati omnes libertates et immunitates a predecessoribus nostris romanis pontificibus per privilegia et alias indulgentias domui vestre concessas necnon libertates et exemptiones secularium exactionum a regibus et principibus et aliis Christi fidelibus rationabiliter vobis indultas terras quoque possessiones et alia bona vestra sicut ea omnia iuste et pacifice obtinetis vobis et per vos eidem domui actoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum. Datum Lateranum XII^o kalendas junii pontificatus nostri anno primo.

⁶⁴⁶ Segue-se riscado «todolos boons foros».

437. 1272.08.29 – Lisboa

D. Rodrigo Garcia de Penha e sua mulher, D. Berengária Aires, outorgam o consentimento que fizeram da doação a D. Afonso Gomes, lugar-tenente do mestre da Ordem do Templo, do emprazamento de três casais em Vale de Soeiro Tição, termo de Santarém.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 184v-185r (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 29v-30r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 63r-63v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 115

In Dei nomine amen. Noverint universi quod nos donnus Rodericus Garsie de Panha et donna Beringaria Arie uxor dicti donni Garsie Roderici concedimus et aprobamus et habemus firmum et stabile emprazamentum illud quod facti vel fecerit donna Santia mater mei predictae donne Berengarie Arie cum donno Alfonso Gomecii tenente vices magistri et cum fratribus Ordinis militie Templi in regno Portugalie super illo herdamento et de illo herdamento quod dicta donna Sancia habet in illo loco de termino de Sanctarene qui dicitur Val de Soeyro Ticom. Et habemus et stabile et firmum ipsum inprazamentum et omnia que instrumentis que inde facta fuerint continentur vel continebunt. In cuius rey testimonium hanc cartam per manum Vincencii Martini publici tabelionis civitatis Ulixbonensis iussimus et concessimus fieri. Et ego Vincentius Martini tabelio supradictus adhibitus et rogatus a supradictis donno Roderico Garsie de Panha et dona Beringaria Arie uxore sua de omnibus supradictis hanc cartam meam manu conscriptam confecian qua hoc [SINAL NOTARIAL]⁶⁴⁷ meum signum apposui in testimonium premissorum. Facta Ulixbone III kalendas septembris Era M^a CCC^a X^a. Presentibus Stehpano Iohannis vicepretore Ulixbonense. Geraldo Vincencii vicepretore de Turribus Veteribus. Gunsalvo Martini scribano dicti donno Roderici Garsie. Dominico Iohannis Iardo clerico et Petro Avelleada laico et aliis.

438. 1272.09.06

D. Afonso Gomes, comendador de Tomar e lugar-tenente do mestre da Ordem do Templo, faz um emprazamento na vila de Rodão a D. Sancha Peres, confreira, que em troca do benefício concede à Ordem do Templo três casais que tem no vale de Soeiro Tição, termo de Santarém.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 183v-184v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 54v-55v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 100-101

Em nome de Deus amen. Conhocida cousa seja a todolos presentes e aos qua ham de viir que nos frey dom Afonso Gomez comendador de Thomar e teente ho logo do maestre da cavalaria do Temple no regno de Portugal per mandado e per outorgamento de frey Franco de Bort geeral visitador e per conselho e per outorgamento dos freyres e

⁶⁴⁷ O copista copiou o sinal do tabelião que é muito interessante: em forma de peixe com o escudo régio, uma estrela e o nome do tabelião «Vincentius».

do cabido geeral que foy fecto em Thomar em dia de Sancta Maria d'agosto emplazamus [fl. 184r] e daamos e outorgamos aa muito honrrada dona Sancha Periz nossa freyra ha nossa villa do Rodaão com todos seus termos e com todas suas entradas e com suas saydas e com todas suas perteenças asy como ha nos de longo tempo usamos e possuimos como parte com Castelbranco e com Nisa e com Montalvom per tal preyto e per tal condiçom que ha sobredicta dona Sancha Periz tenha e posuya e defruyte ha de susodicta villa do Rodaão em todollos dias de sua vida. E deve teer na igreja desa villa huum capelam. E deve dar dessa igreja ao bispo sua colheita ou se a viir com elle. E despos morte da sobredicta dona Sancha Periz ha de suso dicta villa do Rodaão deve ficar livre e quite e em paz e em salvo e sem nenhuuma contenda ao Temple com quanta benefytoria ella hi fezer. E hos homens das nossas villas de redor usem hos termos do Rodaão com dona Sancha Periz asy como usavam antes connosco. E ha sobredicta dona Sancha Periz daa e outorga ao Temple por este emplazamento e por esmola tres casaes que ella haa no Valle de Soeyro Ticom no termo de Sanctarem, convem a saber, ho casal que foy de Domingos Estevaez do qual estes som hos termos. In oriente Baryholomeu. In occidente Pedro Salgueyro. In aguiom carreyra pulvega da Arrifana. In avrego carreyra pulvega de Alanquer. E ho casal de Val da murta que foy de Pedro Nuniz do qual estes som hos termos. In oriente Domingos Fortes. In occidente casal que foy de Pero Salgueyro. In aguyom carreyra de Arrifana. In avrego carreyra de Alanquer. E ho casal que tem Domingos Conchino do qual estes som hos termos. In oriente Joham Periz da Gaga. In occidente dom Joham Periz que foy alvazil de Lixbona. In aguyom carreyra da Arrifana. In avrego ha madre d'aagoa. E ha de suso dicta dona Sancha Periz deve teer e possuir hos casaes de suso dictos em todollos dias de sua vida. E despos sua morte devem ficar livremente e em paz e sem nenhuuma contenda ao Temple. E que este nosso feyto aja duas cartas semelhavees de huum theor per a b c partidas per mão de Salvador Diaz Pulvego tabeliom de Sanctarem e seellar dos seelos de nos sobredicto frey dom Afomso Gomez e de dona Sancha Periz. Das quaaes ha hordem do Temple deve a teer huuma e ha sobredicta dona Sancha Periz outra em testemunho desta cousa. Feyta ha carta a VI dias andados de setembro [fl. 184v] Era M^a CCC^a X^a. Que presentes foram frey Martim Paez Bugalho alcaide de Thomar. Frey Joham Paez capelam. Frey Andreu Soayrez. Frey Domingo das Pias dezimeyro. Frey Domingo çapateyro. Frey Joham das Vacas. Pedro Pedriz dicto Moogo. Joham de Calasanz. Paay Johannes seu jenrro. Lourenço Periz do Castelo. Matheus Simoez. Pedro Bernaldiz tabaliam de Thomar. E eu Sancha Periz sobredicta outorgo e louvo este emplazamento e estas cartas e todalas cousas hi contheudas. Que foram presentes Estevam Johannes dicto de Nevha. Joham Vicente prior d'Almoester. Joham Dominguis e Fernam Periz homens do dicto Joham Periz. Domingo Cardiga e Bartholomeu Iohannes do Valle. Lourenço Juyaez do Valle. Geral Veegas. E eu Salvador Diaz publico tabaliam de Sanctarem

rogado do sobredito frey dom Afonso Gomez e da sobredicta dona Sancha Periz a todas estas cousas fuy presente e duas cartas ende partidas per a b c com mha mão escrevi e em cada huuma dellas este meu sin-[SINAL NOTARIAL] al pusi en testimonyo. E vy carta feyta per mão de Vicente Martinz publico tabaliam de Lixboa em que era contheudo que dom Ruy Garcia de Panha e dona Berengueyra Airas sua molher filha da sobredicta dona Sancha Periz outorgavam e aviam firme e estavel ho emplazamento que ha sobredicta dona Sancha Periz fizesse dos sobredictos casaaes do Val de Soeyro Ticom com ho dicto dom frey Afonso Gomez e com hos freyres da hordem da cavalaria do Temple.

439. 1272.09.09 – Lisboa

*D. Afonso III profere sentença contra a Ordem do Templo, pela qual são adjudicadas ao rei as vilas de Mogadouro e Penas Róias, com todos os direitos e pertenças que a Ordem reivindicava*⁶⁴⁸.

ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 116v (cuja lição se segue)

Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 2, n.º 526, pp. 115-116

Karta de contenda inter dominum regem et magistrum et fratres de Templo super castellis et villis et terra plana

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbi universis presentem cartam inspecturis notum facio quod cum ego intellexissem quod magister et fratres de Templo tenebant michi filiatam multa de mea terra tam ni castris quam in villis quam in alia terra plana et ego vellem super hoc esse certus curia mee fecit quod magister et fratres de Templo ostenderent perante se privilegia sua quod habent super castris et possessionibus que habent in meo regno et ipsi ostenderunt in iudicio coram mea curia privilegia sua inter que privilegia ostenderunt quoddam privilegium in quo continebatur quod antecessor meus dederat eis Egitaniam Veterem in concanbium pro Mugadoyro et pro Penas Royas et tunc magister et fratres dixerunt quod de predictis duobus castris, scilicet, de Mugadoyro et de Penas Royas credebant quod habebant privilegia donationis et pecierunt curie mee quod eis terminum assignaret infra quem ostenderent ipsa privilegia si ea habebant alias quod possent se deffendere cum suis rationibus et curia mea ut sibi facere justicie complementum assignavit eis terminum tantum in quo possent ire et redire comode pro dictis privilegiis ad partes ultramarinas vel ad curiam romanam vel ad alias partes ad quem terminum venerunt coram mea curia. Verumptamen nulla duxerunt privilegia super predictis castris. Et pecierunt terminum in quo possent habere advocatum de meo regno vel de extra meum regnum super deffensionibus predictorum castrorum. Et curia

⁶⁴⁸ A 27 de dezembro de 1272, D. Afonso III concede foral aos habitantes de Mogadouro, referindo que o território pertencera aos freires do Templo (*Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, vol. 2, n.º 538, p. 125; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, p. 725). A 12 de maio de 1273, o rei envia carta aos pretores de Mogadouro e Penas Róias informando-os sobre a sentença dada (ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 122v e publicado em *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, vol. 2, n.º 563, pp. 147-148).

mea assignavit eis terminum peremptorium nonaginta dierum super defensionibus predictorum castrorum ad quem terminum dicti magister et fratres nec aliquis pro eis non venerunt et curia mea expectavit predictum magistrum et fratres per tres dies secundum consuetudinem curie mee et magister et tunc procurator meus peccavit curie mee super dictis castris michi iusticiam fieri. Curia vero mea requisivit comendatorem baylie Ulixbone si volebat dictos magistrum et fratres supradictis castris defendere. Respondit quod non habebat mandatum nec defendere volebat. Requisivit eciam et preconizari fecit iuxta consuetudinem curie mee si aliquis erat qui vellet defendere magistrum et fratres superdictis castris memoratis. Et nullus venit qui eos superdictis castris defendere voluisset. Item fecit preconizari si aliquis erat qui vellet audire sententiam pro dictis magistro et fratribus et nullus venit pro eisdem. Tunc procurator meus cum instancia peccavit curie mee michi fieri iusticiam super castris memoratis, scilicet, ut michi dicta castra per sententiam adjudicarent. Et curia mea viso processu et habito consilio et plena deliberatione super predictis adjudicavit michi predicta castra de Mungadoyro [*sic*] et de Pena Royas cum omnibus iuribus et pertinenciis suis et dederunt michi donnum Nunum Martini meyrinum maiorem executorem iudicii supradicti qui me cum Stephano Petri portario latore presencium integraret. In cuius rei testimonium dederunt michi inde istam cartam. Data Ulixbona nona die septembris rege mandante per donnum Johannem de Avoyno suum maiordomum et per Stephanum Johannis cancellarium et per Rodericum Garsie de Pavya et per Johannem Suerii Conelium et per Fernandum Fernandi Cogominum et per Martinum Johannis de Vinali et per Alfonsum Petri Farinam et per Alfonsum Suerii superiudicem et per Rodericum Gomecii superiudicem et per Rodericum Menendi superiudicem et per Petrum Alfonsi de Çamora et per Petrum Johannis decanum Silvensem et per magistrum Petrum phisicum et per magistrum Bolonil et per Martinum Petri et Dominicum Vincentii et Alfonsum Garsie clericos suos. Jacobus Johannis notuit. Era M^a CCC^a X^a.

440. 1272.12.06 – Tomar

Sancha Pais dá quitação da bailia de Cabomonte à Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas, Gav.* 7, mç. 14, n.º 12 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 12, fl. 167

Publ. Gomes 1997, n.º 11, p. 179 (versão do *Livro dos Mestrados*)

Conoçuda cousa seja a quantos esta carta virem que eu Sancha Paez me quito e me renuncio da bayliam de Cabo do Monte a qual eu tinha do Temple em dias de mha vida e do a ao Temple e meus filhos derum aho Temple mil e quinhentas libras as quaes frey Franco de Boort geeral visitador levou da baylia de Portugal en conto dos quinentos marcos [...] e ho Temple quitou e renunciou quanto directo avia e atendia aver dos erdamentos de Leyrea e de Lixboa. Os quaes forum de donna Costança Paez

avoo de meus filhos. E que esto seja firme e estavil dei a elles mia carta aberta seelada de meu seelo pendente. Data em Thomar VI dias do mes de dezenbro. Testemunhas Egas Laurenço. Nuno Gonçalvez. Martim Estevaez de Avrantes. Stevam Fernandez. Gil Fernandez. Dom Johan Paez capellanus de Tomar. Petrus Vaasquez. Andre Soarez companum do comendador. Frey Martim Gonsalvez. Petrus de Quayres seu companum. Garcia Paez. Don Afonso Menendez capellam. Dom Petrus Eanes. Martim Afonso. Era M^a CCC^a X^a.

441. 1272.12.27 – Santarém

*D. Afonso III concede o primeiro foral aos moradores de Mogadouro, referindo no texto que a terra pertencera em tempos aos freires templários. Refere-se ainda que no mesmo dia o rei atribuiu foral a Penas Roias*⁶⁴⁹.

ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fls. 118r-118v (cuja lição se segue)

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, vol. I, p. 725; *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 2, n.º 538, p. 125; Marques 2010, p. 101; *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, Nova Série, vol. II, pp. 252-253

Carta de foro de Mugadoyro

Noverint universi presentem cartam inspecturi quod ego A. Dei gratia rex Portugalium et Algarbii una cum uxore mea regina domna Beatrice illustris regis Castelle et Legionis filia et filis et filiabus nostris infantibus domno Dionisio domno Alfonso domna Blanca et domna Sancia do et concedo vobis populatoribus de Mugadoyro et de suis terminis presentibus et futuris forum de Çamora tali pacto quod vos fatiatis mihi et omnibus meis successoribus quantas et quales foros et custumes moratores de Çamora faciunt regi Castelle tam in pedidis quam in martinega quam in moneta quam in omnibus alis foris. Et quantum est o pedido si rex domnus Fernandus illud levavit de Castella aut de Legione [fl. 18v] in usibus aut in custumes ego et successores mei debemus illud de vobis levare. Et super hoc salvo et retineo mihi et omnibus meis successoribus quantum freyres de Templo tenebant ad suam manum in Mugadoyro et in terminis suis. In cuius rei testimoniam do vobis istam meam cartam meo sigillo sigillatam. Datum Sanctarene VI^o kalendas januarii rege mandante. Jacobus Iohannis notuit. Era M^a CCC^a X^a. Domnus Johannes de Avoyno maiordomus confirmo. Domnus Stephanus Iohannis cancellarius confirmo. Domnus Martinus Alfonsi confirmo. Domnus Petrus Poncii confirmo. Testes Rodericus Garsie

⁶⁴⁹ «Item eadem die et era dedit dominus rex consimilem cartam de foro populatoribus de Penas Royas et de terminis suis» (ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 118v, publicado in *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, vol. 2, n.º 539, p. 127). Cerca de um ano depois, a 18 de novembro de 1273, D. Afonso III renova a concessão do foral aos moradores de Mogadouro, especificando alguns aspetos, mas sem fazer qualquer referência aos freires templários (publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, vol. 2, n.º 588, pp. 168-170; Marques 2010, pp. 104-105; *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, Nova Série, vol. II, pp. 254-256).

de Pavya. Martinus Dade pretor Sanctaren. Alfonsus Suerii superiudex. Rodericus Menendi superiudex. Frater Geraldus Dominici. Petrus Martini Caseval. Dominicus Iohannis Iardus clericus testes.

Memoriale de carta de foro de Penas Royas

Item eadem die et Era dedit dominus rex consimilem cartam de foro populatoribus de Pena Royas et de terminis suis.

442. 1274.01.08

D. Afonso Gomes, comendador de Santarém, a mando de D. Beltrão de Valverde/Pedraverde, mestre da Ordem do Templo, afora a Pedro Domingues Piliteiro uma vinha no termo de Santarém, num lugar chamado Hortalagoa.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 20* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 95r*

In nomine Domini amen. Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod ego donnus Alfonsus Gometii comendator Sanctarene de mandato et concessu domni magistri fratris Beltrandi de Pedraverde et fratruum eiusdem balive do et concedo Petro Dominici Pilitario genero quondam Pedrouchos unam nostram vineam quam habemus intermino Sanctarene in loco qui dicitur Ortalagona que vinea fuit done Sancie Petri mulieris quondam Iohannis Gometii dicti Barreto militis Sanctarene que vinea vadit de via ad viam videlicet pro tribus annis proximis venturis et predictus Petro Dominici debet secundum <Deum> et animam suam dictam vineam bene et fideliter excellere cavare podare amgulare et preparare sive eam adubare secundum quod vicine sue fuerint melius et non deterius adubate. Et supradictus Petrus Dominici debet dare comendatori vel alio comendatori qui pro tempore fuerit vel aliquo qui in dicta baliva fuerit loco sui silicet in primo anno tertiam partem de vino in lagari et terciam partem de tinta intus in vinea et in aliis duobus annis sequentibus dictus Petrus Dominici debet dare medietatem de vino in torculari et medietatem de tinta intus in vinea. Et si dictus Petrus Dominici non laboraverit dictam vineam vel non servaverit omnia que superius continentur ipse Petrus Doninici debet corrigere et emendare supra dicto comendatori vel tenenti loco sui secundum quod pretor et alvazilles Sanctarene sibi preceperint faciendo per quantum habet mobile et immobile. Et in fine illorum trium annorum dicta vinea dicte balive cum omni suo melioratu et sine contradictione aliqua debet remanere libere et in pace. Facto plaso VIII^a die januarii Era M^a CCC^a XII^a. Presentibus Fernando Alfonsi comendatore de Poonbal. Stephano Martini de Monteforte. Gonsalvo Martini scutifero. Fernando Petri et ego Dominicus Martini dictus de Alpram publicus tabellio Sanctarene rogatus a partibus supradictis hiis omnibus interfui et hoc plazum notavi et meo hoc presens si-[SINAL NOTARIAL] gnum meum apposui in eodem.

443. 1274.01.09 – Santarém

*Pedro Martins, de Casével, doa à Ordem do Templo, um casal em Casével, no termo de Santarém, que tinha comprado a Martim Fernandes e a Maria Eanes, sua mulher*⁶⁵⁰.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 14, n.º 7 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 30r-30v

In nomine Domini amen. Noverint universi presens instrumentum inspecturi quod ego Petrus Martini dictus de Caseval amore Dei et beatissime Marie virginis matris eius et in remissione peccatorum meorum et Sancie Stephani quondam uxoris mee do et concedo Ordini Templi quoddam casale quod habeo in loco qui dicitur Caseval in termino Sanctarene quod ego emi de Martino Fernandi dicto de Rego et de Maria Iohannis uxore sua quod casale dicta Maria Iohannis habuerat cum Laurentio Didaci quondam marito suo. Do et concedo dicta Ordini Templi predictum casale scilicet casas et hereditates ruptas et non ruptas cum montibus fontibus pascuis et cum ingressibus et egressibus et omnibus iuribus et pertinentiis suis iure hereditario habendum et in perpetuum possidendum. Et ut magister et fratres dicti Ordinis Templi qui pro tempore fuerunt posint facere et disponere de predicto casal tamquam de suo hereditamento proprio quicquid eis placuerit libere et in pace do et concedo eis plenariam potestatem. Et predictam donationem dicta Ordini Templi facio amore Dei et beatissime Marie virginis eius et in remissione peccatorum meorum et dicte uxoris mee ut dictum est et pro multo bono quod dictos Ordo Templi mihi fecit et quod fratres eiusdem Ordinis qui pro tempore fuerunt faciant quolibet anno in mense januarii mediato pro anima mea et dicte uxoris mee in ecclesia Sancte Marie de Thomar unum aniversarium cunctis temporibus seculorum. Siquis autem ex parte mea contra hos factum meum venire pressumpserit non sit ei licitum sed pro sola temptatione pectet predicto Ordini Templi nomine pene quingentas libras Portugalie monete vel cui dederit vocem suam et in super iram et maledictionem Dei et beatissime Marie virginis matris eius et meam habeat in eternum facto isto nichilominus in suo robore perheniter valituro. In cuius rei testimonium presens iustrumentum dicto Ordini Templi fieri feci per manum Salvatoris Didaci publici tabellionis Sanctarene. Actum fuit hoc Sanctarene IX^a die januarii. Era M^a CCC^a XII^a. Qui presentes fuerunt Martinus Stephani de Avrantes miles. Petrus Iohannis clericus donni Egidii Martini. Pelagius Menendi maiordomus donne Sancie Pelagii in Sanctarene. Dominicus Barcalos homo domni regis. Et ego Salvator Didaci publicus tabelliom Santarene rogatus hiis omnibus interfui et ad instantiam supranominati domni Petri Martini presentem cartam sive instrumentum propria manu scripsi et in eo presens si-[SINAL NOTARIAL] gnum meum apposui in testimonium huius rei.

⁶⁵⁰ Veja-se documento 1272.08.28 (ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 29v-30r).

444. 1274.09.09 – Lyon

O papa Gregório X, pela bula «Vite perennis gloria», concede indulgência aos que visitarem a igreja de Santa Maria do Olival, em Tomar, nos dias das festas de Nossa Senhora.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 12v-13r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 22v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 134v-135r; ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 27r-27v

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Universis Christi fidelibus presentes litteras inspecturis salutem [fl. 13r] et apostolicam benedictionem. Vite perennis gloria qua mira benignitas conditoris omnium beatam coronat aciem civium supernorum a redemptis precio sanguinis fusi de precioso corpore redemptoris meritorum debet acquiri virtute interque illud esse preg[...]⁶⁵¹ dinoscitur quod ubique magestas altissimi sed precipue in sanctorum ecclesiis collaudetur. Cupientes igitur ut ecclesia dilectorum filiorum magister et fratrum militie Templum Hierosolimitani de Thomar diocesis Ulixbonensi congruis honoribus frequentetur de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius auctoritate confisi omnibus vere penitentibus et confessis qui ad ecclesiam ipsam in singulis festivitatibus beate Marie virginis cuius est vocabula insignita quadraginta dies. Illis vero qui usque ad ad [sic] octavas earumdem festivitatem causa devotionis accesserint annuatim decem dies de iniunctis sibi penitentiis misericorditer relaxamus. Datum Lugdunum V idus septembris pontificatus nostri anno tertio.

445. 1274.09.10 – Lyon

O papa Gregório X, pela bula «Exhibita nobis», dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, isenta os clérigos da Ordem de se apresentarem em Roma quando tiverem incorrido em sentença de excomunhão, ou outra qualquer irregularidade, mas recomenda que se reconciliem perante os irmãos.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 4, n.º 1

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁶⁵² magistro et fratribus domus militie Templi Jerosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Exhibita nobis vestra petitio continebat quod nonnulli fratres domus vestre aliquando miciedo manus in se ipsos et alias excedunt in casibus in quibus excommunicationis sententiam et qui ex eisdem fratribus clerici sunt notam irregularitatis incurrunt. Quare a nobis supplicatione humili postulastis ut cum propter viarum pericula eisdem fratribus ad nostram presentiam impediatur accessus super hoc providere de benignitate solita curaremus. Nos itaque pie volentes quod vestra devotio in hiis que digne possumus sedem apostolicam repperisse gaudeat gratiosam ut fratres vestri presbiteri predictis

⁶⁵¹ Espaço em branco, palavra incompleta. Em ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fl. 27r, a leitura possível é «preg[...]ande».

⁶⁵² Segue-se um espaço em branco entre dois pontos onde deveria ser colocada a inicial do nome do mestre da Ordem do Templo.

fratribus absolutione et dispensatione indigentibus de consilio fratrum vestrorum qui litterati sint et Deum timentes impertiri valeant absolutionis beneficium et dispensare cum eis prout secundum Deum viderint expedire vobis auctoritate presentium concedimus facultatem nisi a Deo gravis fuerit et enormis excessus quod merito sint ad sedem apostolicam destinandi presentibus post quinquennium minime valituris. Datum Lugdunum IIII idus septembris pontificatus nostri anno tertio.

446. 1274.10.14 – Lyon⁶⁵³

*O papa Gregório X, pela bula «Ipsa nos cogit pietas», isenta o mestre e freires da Ordem do Templo do pagamento da dízima sobre bens eclesiásticos, atendendo a que eles se ocupam principalmente da defesa da Terra Santa e ainda na luta contra o infiel*⁶⁵⁴.

ANTT. *Colecção Especial*, cx. 2, n.º 48⁶⁵⁵ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 45v-46r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 79r-79v

Publ. Ferreira 1735, pp. 907-909; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 34, pp. 59-60⁶⁵⁶

Gregorius episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis⁶⁵⁷ magistro et fratribus domus militie Templi Jerosolimitani salutem et apostolicam benedictionem. Ipsa nos cogit pietas honestis petitionibus vestris exauditionis gratiam non negare quibus efficax ex eo patrociniū suffragatur quod pro christiane fidei tutela cui perpetuum religionis vestre obsequium dedicastis in fervore caritatis intrepide ac prudenter exponitis contra infidelium impetus res et vitam. Sane petitio vestra nobis exhibita continebat quod nuper nos in concilio generali volentes Terre Sancte que ab inimicis nominis Christi detinetur miserabiliter occupata remedia procurare per que posset de ipsorum inimicorum manibus liberari decimam omnium proventuum ecclesiasticorum proventibus quorumdam religiosorum dumtaxat exceptis pro ipsius Terre subsidio duximus deputandam. Quare nobis humiliter supplicastis ut cum vos ad hoc principaliter laboretis ut uos pariter et omnia que habetis pro ipsius Terre Sancte defensione ac christiane fidei exponatis vos eximere a prestatione huiusmodi decime de benignitate apostolica curaremur. Nos igitur attendentes discrimina que pro defensione predictae Terre Sancte continue sustinetis ac volentes vos, propter hoc speciali prosequi gratia et favore vobis quod de proventibus vestris decimam huiusmodi soluere minime teneamini nec ad id compelli possitis auctoritate presentium indulgemus nolentes quod occasione ipsius decime aliquam excommunicationis sententiam iam latam vel proferendam de cetero incurratis. Et si in vos vel vestrum

⁶⁵³ Datada segundo Linehan 2013, vol. 1, p. 469.

⁶⁵⁴ A 6 de agosto desse mesmo ano de 1274, o papa Gregório X, pela bula com o mesmo nome, «Ipsa nos cogit pietas», dirigida ao mestre e freires da Ordem de Calatrava, isentara-os do pagamento da dízima dos seus proventos eclesiásticos para a Terra Santa, para se ocuparem na defesa da fé cristã contra os muçulmanos (ANTT. *Cartório de Avis*, n.º 17, publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, pp. 83-84; *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, pp. 136-137).

⁶⁵⁵ Em *Abranches* (ed., 1895, p. 14, n.º 95) esta bula é atribuída a Gregório IX (1229.10.14).

⁶⁵⁶ Bula datada de 1229.10.14 e atribuída a Gregório IX.

⁶⁵⁷ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos correspondente à inicial do nome do mestre templário.

aliquem nominatim ferri contigerit eam vires decernimus non habere. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Lugduni II idus octobris pontificatus nostri anno tertio.

447. 1274.12.18 – Lisboa

D. Afonso III manda efetuar demarcação dos termos de Montemor-o-Velho, de Soure e de Ega, sobre os quais pendia contenda com a Ordem do Templo.

ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 131r (cuja lição se segue) e fls. 136v-137r (inserto em documento de 1276.03.01)

Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 2, n.º 617, pp. 192-193

Karta de contenda inter dominum regem et magistrum do Templo super terminis de Monte Maioris Veteris et Souri et de Ega

Alfonsus Dei grata rex Portugalie et Algarbii universis presentem cartam inspecturis notum facio quod cum causa esse inter me ex una parte et magistrum et fratres Ordinis Templi de meo regno ex altera super terminis de inter Montem Maiorem Veterem ex una parte et de Souri et de Ega ex alia ego dixi quod magister et fratres tenebant unam peciam de terminis Montis Maioris Veteris et ipsi dixerunt quod non. Et de voluntate mea et eorum fuit positum inter nos quod Rodericus Gomecii pro me et frater Pelagius pro Ordine supradicto et abbas Alcobatie de comuni in quo ambe partes advenimus irent ad predictos terminos et iuisi privilegiis que Ordo habebat super dictis terminis quelibet pars adduceret suos testes coram inquisitoribus supradictis ad probandum per que loca dividibantur termini supradicti et quod supradicti inquisitores reciperent ab eis testibus conjuratis ad sancta Dei evangelia super hoc veritatem. Qui testes producti fuerunt coram inquisitoribus supradictis et in termino prefixo partibus ipse partes coram mea curia comparverunt. Et de beneplacito partium dicta curia attestaciones dictorum testium aperierunt. Et super eis diligenti habita examinatione a predicta curia ut est de consuetudine ipsius curie sententia dilata fuit quia curia fuit pluribus aliis negociis impedita. Elapsu temporis ad instanciam mei procuratoris dicta mea curia fecit magistrum et fratres Ordinis de Templo citari ad sentenciam audiendam super terminis supradictis. Qui magister et frater in itermino sibi prefixo coram mea curia comparverunt audire sentenciam noluerunt et contumaciter recesserunt. Instante vero et petente dicto meo procuratore dictos Templarios contumaces mea curia iudicavit et visis et diligenter intelectis attestacionibus supradictis et eis que ad divisionem predictorum terminorum faciebat mea curia iudicando diffinivit divisionem predictorum terminorum esse debere per portum de Ayras qui portus stat directe de Campo Astroso qui portus est magis achegatus ad Egam et per fontem de Monte Mouri qui fons est magis achegatus ad

Souri. Eh hanc divisionem mandavi dicta mea curia per dicta loca perpetuo observari. In cuius rei testimonium curia mea mandavi inde hanc cartam fieri et meo sigillo sigillari. Data Ulixbona XVIII die decembris rege mandante per donnum Johannem de Avoyno suum maiordomum e per cancellarium et per donnum Alfonsum Petri Farinam et per Martinum Johannis de Vinali et per Johannem Suerii Conelium et per Fernandum Fernandi Cogomino et per Dominicum Johannis suum clericum et per Alfonsum Suerii et per Rodericum Menendi superjudices. Jacobus Johanniis notuit. Era M^a CCC^a XII^a.

448. 1275.04.19 – Lisboa

D. Afonso III ordena a Pedro Esteves, seu almoxarife em Santarém, que entregue ao mestre da Ordem do Templo umas casas em Santarém que haviam sido de Fernando Colos.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 4, n.º 6* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 100r

Alfonsus Dei gracia rex Portugalie et Algarbii vobis Petro Stephani meo almoxarifo et meo scribano Sanctarene salutem. Mando vobis quod integretis magistro de Templo vel illi qui pro eo vobis istam cartam dederit domos que fuerunt Fernandi Colus que sunt in Sanctarene quas sibi mandavi filiare per rationem donni Egidii Martini. Unde aliter non faciatis. Datis Ulixbone XVIII die aprilis. Rege mandante per curiam suam Joannes Petri notuit Era M^a CCC^a XIII^a.

449. 1275.08.01 – Beaucaire

O papa Gregório X, pela bula «Petitio dilectorum filiorum», ordena aos legados apostólicos e cobradores da dízima destinada à Terra Santa que não a cobrem aos freires da Ordem do Templo, uma vez que estavam dispensados atendendo aos perigos a que seu mestre e freires estavam expostos em defesa da mesma Terra Santa.

ANTT. *Colecção Especial, cx. 4, n.º 3* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 33* (inserto em documento de 1275.12.06 – Braga que está inserto em documento [1275.12.06 – Braga, após]); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 87r-87v (inserto em documento de 1275.12.06 que está inserto em documento [1275.12.06 – Braga, após]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fls. 46r-46; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 79v-80r
Publ. Ferreira 1735, pp. 909-911; *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 55, pp. 84-85

Gregorius episcopus, servus servorum Dei. Dilectis filiis legatis apostolice sedis et universis collectoribus decime proventuum ecclesiasticorum Terre Sancte subsidio deputate ad quos littere iste pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Petitio dilectorum filiorum⁶⁵⁸ magistri et fratrum domus militie Templi Jerosolimitani nobis exhibita continebat quod licet nos in generali concilio Lugdunensi volentes Terre Sancte que ab inimicis christiani nominis detinetur miserabiliter occupata procurare

⁶⁵⁸ Segue-se um espaço em branco entre dois pontos que corresponderia à inicial do nome do mestre templário.

remedia per que posset de illorum manibus liberari decimam omnium proventuum ecclesiasticorum ipsius Terre subsidio duxerimus deputandam. Attendentes tamen discrimina que dicti magister et fratres pro defensione dicte Terre Sancte continue sustinent ac volentes eos propter hoc gratia speciali prosequi et favore ipsis magistro et fratribus quod de proventibus suis huiusmodi decimam soluere minime teneantur nec ad id compelli valeant per nostras litteras duximus indulgendum decernentes sententias suspensionis interdicti et excommunicationis sique in ipsos vel aliquem aut ecclesias seu domos eorum propter hoc late fuerint irritas et inanes. Volentes igitur ut eisdem magistro et fratribus de huiusmodi concessione nostra votivus producat effectus vobis et singulis vestrum per apostolica scripta mandamus quatinus ab eisdem magistro et fratribus aut domibus et ecclesiis suis decimam huiusmodi per vos vel alium aut alios nullatenus exigatis. Non obstantibus quibuscumque litteris apostolicis vobis aut aliquibus vestrum sub quacumque forma vel expressione verborum directis hactenus eo pretextu quod continetur in eis quod ab exemptis et non exemptis cuiuscumque ordinis conditionis vel dignitatis existant predictam decimam exigatis seu etiam in posterum dirigendis nisi huiusmodi littere dirigende nominatim de domo predicta et concessione huiusmodi de verbo ad verbum fecerint mentionem. Nos enim nichilominus excommunicationis interdicti aut suspensionis sententias sique in personas dictorum magistri fratrum priorum et preceptorum aut ecclesias domos loca seu hospitalia eorum per vos aut alium vel alios vobis mandantibus occasione huiusmodi hactenus sunt prolate vel in posterum promulgari contigerit ex nunc irritas decernimus et inanes. Datum Bellicadri kalendis augusti pontificatus nostri anno quarto.

450. 1275.09.27 – Santarém

D. Beltrão de Valverde/Pedraverde, mestre da Ordem do Templo, e freires da Ordem fazem composição com Gonçalo Mendes, vigário da igreja de Santiago de Santarém.

ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 1, n.º 26

Noverint universi presenti instrumenti seriem inspecturi quod in presentia mihi Dominici Martini publici tabellionis Sanctarene et testium subscriptorum donnus Dominicus Petri clericus et portionarius ecclesie Sancti Martini Sanctarene et archipresbiter eamdem et Gonsalvus Suerii clericus loci eiusdem Ulixbonensis diocesis dicti iudices arbitri arbitratores seu amicabile compositores a religiosis viris ac honestis donno fratre Beltrando de Petraviridi magistro militie Templi in regno Portugalie et a fratre Laurentio Fernandi milite fratre Martino comendatore baliue Sanctarene fratre Martino Petri Garsia religiosii clericis fratre Silvero fratre Petro Veyram scilicet ratione Ordinis Templi et a Gonsalvo Menendi vicario ecclesie Sancti Jacobi de Sisirico Sanctarene et a Pelagio Moogo Martino Dominici Iohanne Petri Michaele Iohannis Iohanne Martini Bortalho Petro Mogo clericis et porcionariis

ecclesia supra⁶⁵⁹ in causa seu causis que inter eos super quibusdam articulis dubiis seu dubitationibus et rebus aliis coram predictis iudicibus adinvicem vertebantur sicut in quadam compositione et inquadem compromisso mittis inter eos plenius continetur supranominati donnus Dominicus Petri et Gonsalvus Suerii tulerunt inscriptis diffinitatem suam in hunc modum. Visis et intellectis meritis seu causarum que vertebantur inter donnum Beltrandum magistrum milicie Templi in regno Portugalie et fratres supradictos eiusdem Ordinis ratione Ordinis Templi ex una parte et Gonsalvi Menendi vicarius ecclesie Sancti Jacobi de Sisirico Sanctarene Ulixbonensi diocesis et clericos supradictos porcionarios eiusdem ecclesie ratione ipsius ecclesie ex altera. Coram nobis Dominico Petri clerico porcionario ecclesie Sancti Martini Sanctarene Ulixbonensi diocesis et Gonsalvo Suerii clerico loci eiusdem sunt quibusdam articulis dubiis seu dubitationibus contentis in quodam compromisso seu inquadem compositione mita inter donnum magistrum et fratres Ordinis Templi et vicarum et clericos supranominatos super facto ecclesie Sancti Jacobi superius nominate sicut in dicta compositione plenius continentur. Quorum articulorum primus incipit in hunc modum videlicet. Item si domnus papa vel eius legatus vel nuncius vel donnus rex aliquam petitam fecerint in ecclesia memorata et cum ratione cuius articuli donnus magister et fratres superius nominati petebant a dictis clericis et vicario terciam partem de viginti duabus unciis boni et puri auri quas asserebant se soluisse domino pape ratione ecclesie Sancti Jacobi superius nominate et ratione petite sive petitionis quam dominus pape eis fecerat de XX^{ti} duobus annis in quibus cessaverant et non soluerant quandam unciam quam debebant soluere in quolibet anno. Item dicti vicarius et clerici supradicti petebant a domno magistro et fratribus de Ordine Templi terciam partem decimarum hereditatis de Valada quam tenuit a Duranus Gonsalvi miles dictus Charamella secundum quod continetur in dicta compositione in illo loco videlicet. Item de decimis de hereditate de Valada et cetera quam tenuit Martinus Gonsalvi miles dictus Charamella et cetera si autem eam alii vel aliis dederint excolendam ipsi habebat duas partes decimarum ipsius hereditatis et clerici terciam et cetera. Item dicti magistri et fratres dixerunt quod dicti vicarius et clerici non debebant percipere quicquam de hereditate de Requeyada de Thooxe vel quam ratione percipere debebant et dicti vicarius et clerici dicebant quod percipiebant ratione illius articuli contenti in dicta compositione in illo loco videlicet. Et de decimis omnium possessionum confratrum presencium et etiam fructorum Sanctarene predictorum magistri et fratrum debent habere predicti duas partes et clerici terciam. Et ex parte dictorum magister et fratrum licem contescando fuit negatum quod donna Sancia Petri non erat confreyra de Ordine Templi coram nobis Dominico Petri et Gonsalvo

⁶⁵⁹ Orificio no pergaminho.

Sueri supradictis datis iudicibus arbitris amicabilis compositoribus in hac cum a domno magistro et fratribus et Gonsalvo Menendi vicario et clericis supradictis et ipsi vicarius et clerici se obtulerunt probaturos. Et quia nobis Dominico Petri et Gonsalvo Sueri legitime constitit predictis viginti duas uncias fuisse solutas Ecclesie Romane ratione census et non ratione petite et ratione census solvitur et se igitur in quo censu magistro et fratres Ordinis Templi tenentur solvere ipsi Romane Ecclesie scilicet quandam unciam bona et puri auri inquolibet anno. Presertim cum non tantum ratione ecclesie Sancti Iacobi supradicti ymo ratione ecclesiarum de Thomar et de Ozezar opidorum Ulixbonensis diocesis et de Ordine Templi predictus census debet solvi Ecclesie Romane secundum quod inter alia nobis legitime constitit uncia bona et puri auri que debebat solvi Ecclesie Romane imo quolibet anno et ab legato sedis apostolice retebatur et solvebatur. Idcirco habito consilio fratris Valasci Egee et fratris Stephani Martini filii quondam donne Amate de Ordine Fratrum Minorem et alias habito consilio peritorum prehabita deliberacione per diffinitivam sententiam provinciamus absolucionem supradictarum vigarii duarum unciarum vel de cetero ad solucionem predicti census silicet illius unius uncie supradictos Gonsalvum Menendi et clericos porcionarios ecclesie Sancti Iacobi supradicti domno magistro vel fratribus supradictis im parte vel in toto soluere non teneri. Et absolvimus supradictos Gonsalvum Menendi vicarium et clericos et dictam ecclesiam Sancti Iacobi perpetuo ab im petitione supradictorum domini magistri et fratrum de Ordine Templi et successorum suorum super predictis viginti duabus unciis et super predicto censu scilicet super illa uncia boni et puri auri quam magister et fratres de Ordine Templi quolibet anno debet solvere Romane Ecclesie ratione census et ut superius est iam dictum. Pretera super decimis hereditatis supradicte de Valada quam tenuit Martinus Gonsalvi miles dictus Charamela sicut in articulo predicte ecclesie compositionis plenius continetur per hanc diffinitivam sententiam pronunciamus quod dupradicti vicarius et clerici porcionarii ecclesie memorate per iam dictum compositionem debent percipere terciam decimarum predicte hereditatis de Valade cum nobis constitisse legitime quod ex parte domni magistri et fratrum de Ordine Templi dederunt dictam hereditatem excolendam et implazatam. Domno Arie Petri pretorum de Avrantes Egitanensis diocesis et secundo predictam compositionem vicarius et clerici supradicti ratione ecclesie Sancti Iacobi debent habere terciam decimarum. Et idcirco mandamus domno magistro et fratribus supradictis quod dent vicario et clericis supradictis ratione dicte ecclesie Sancti Iacobi terciam decimarum predicte hereditatis de Valada. Item super hereditate de Requeyxada de Tooxi per hanc diffinitivam sententiam pronunciamus quod dicti vicarius et clerici non debent percipere quicquam de decimis pridicte hereditatis quia licet dicte vicarius et clerici memorati per plures testes omni excepcione maiores legitime probavissent scilicet quod donna Sancia Petri mulier quondam donni

Menendi Alfonsi de Sanctarene erat confreyra de Ordine Templi et ideo dicti vicarius et clerici petebant terciam decimarum predictae hereditatis ratione illius articuli contenti in dicta compositione scilicet in illo loco de decimis omnium possessionum confratrum presencium et etiam futuroum Sanctarene et cetera. Ex parte supradictorum domni magistri et fratrum fuit probatum legitime quod ante tempus mortis donne Sancie Petri ipsa contulit dictam hereditatem de Requeyxada. Laurentio Didici militi et donne Marie Iohannis uxoris sue de Sanctarene cum quibus post donacionem sicut factam Ordo Templi fecit concilium et sic per comcambium pervenit ad Ordinem Templi medietas dicte hereditatis de Requeyxada ad Ordine Templi quia aliam medietatem dimisit ipsi Ordini supradictus donnus Menendus Alfonsi. Et idcirco mandamus donno magistro et fratribus de Ordine Templi quod nos dent quicquam de decimis predictae hereditatis vicario et clerici memoratis et ipsis clericis perpetuum silentium imponimus sicut eis. Super decimis vero quas dominus magister et fratres predicti de dicta hereditate de Valada hactenus non solvere vicario et clericis memoratis. Item de tercia decimarum quas supradicti clerici insuste(?) hactenus perceperunt de hereditate predicta de Requeyxada sic inter eos amicabiliter et de voluntate paucius diffinimus videlicet quod donnus magister et fratres non teneantur restitutionem facere de predictis decimis de hereditate de Valada quas hactenus perceperunt vicario et clericis memoratis. Item ipsi clerici similiter non teneantur restituere quicquam de decimis quam insuste perceperunt de dicta hereditate de Requeyxada donno magistro et fratribus supradictis. De cetero vero mandamus similiter et inviolabiliter observari hanc inde omnia supradicta et singula per penam in compromisso appositam scilicet C marchas boni et pueri auri. Sicut per nos in hoc sententia vel in hiis sentenciis est per nos perius diffinitum. Et hec mandamus salvis aliis questionibus vel demandis siquas Ordo Templi habet supranominatam compositionem contra vicarium et clericos memoratos. Et similiter siquas supranominati vicarius ratione dicte ecclesie Sancti Iacobi habent contra domnum magistrum et fratres vel Ordinem Templi superius nominatos. Quia cum sibi adiuntate coram nobis plures vellant movere questiones me et inde nos non potuimus eos audire cum nos essemus et supradicti fratres pluribus negociis prepedicti et ideo nolimus alicui preiudicium generare. Quid ipsi possint si et quoniam viderint expedire secundus pena aliqua vis suum prosequi consequi et habere per hanc autem sententiam vel sentencias non intendimus contra predictam compositionem mitam inter eos in aliquo contraire. In cuius rei testimonium et omnium supradictorum nos supranominati magister et fratres et Gonsalvus Menendi vicarius et clerici supradicti rogum ite Dominicum Martini dictum de Alpram publicum tabellionem Sanctarene quod de omnibus supradictis facias nobis duo consimilia instrumenta quorum unum nos a magister et fratres superius nominati apud nos teneamus. Et nos Gonsalvus Menendi vicarius et clerici supradicti aliud instrumentum consitale

apud nos similiter tenenamus in testimonium premissorum. Et ego tabellio memoratus regoatus et requisitus de mandato domni magistri et fratrum de Ordine Templi et Gonsalvi Menendi vicarii et clericorum porcionariorum supradictorum omnibus supradictis interfui et de mandato eorundem et auctoritate Dominicus Petri et Gonsalvi Suerii supradictorum iudicum et similiter de mandato fratres Martini Petri de Ordine Templi prioris dicte ecclesie Sancti Iacobi et fratris Martini comendatoris domus Templi in Sanctarene procuratorum domni magistri et predictorum fratrum ratione Ordinis Templi super premissis hoc presens instrumenti propria manu confeci et in eo hec presens signum meum apposui in testimonium premissorum quod est tale [SINAL NOTARIAL]. Actum Sanctarene XX^a VII die septembris Era M^a CCC^a XIII^a. Presentibus Iohanne Villelmi rectorem ecclesie Sancti Martini Sanctarene. Petro Iohannis rectore ecclesie de Voyturariis. Fernandi Iohannis porcionario ecclesie Sancte Herene Sanctarene. Iohanne Martini Martino de Anaya porcionariis ecclesie Sancte Crucis Sanctarene. Bartholomeo Dominici porcionario ecclesie Sancti Martini Sanctarene. Iohanne Suerii presbitero. Stephano Martini presbitero. Iohanne dicto Velho. Iohanne Martini dicto Madeyra. Fernando Petro dicto da Costa açorariis domni regis Portugalie. Benedicto Petri homine domni regis. Martino Alfonsi sucore Iohanne Petri dicto Cabrita. Dominico Petri clerico. Petro Pelagii formado Iohanne Martini de Villa Veridi. Vincencio Suerii clerico. Fratre Iohanne de Ordine Minorum. Iohanne Iohannis dicto Gato sucore testibus et aliis multis.

451. 1275.12.06 – Braga

D. Geraldo, arceidiago de Braga, dá conhecimento da bula «Petitio dilectorum filiorum» do papa Gregório X, de 1275.08.01, pela qual mandava que os cavaleiros do Templo não pagassem as décimas que tinha posto nas rendas eclesiásticas para defesa da Terra Santa.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 33 (inserto em documento [1275.12.06 – Braga, após] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 87r-87v (inserto em documento [1275.12.06 – Braga, após])

Viris venerabilis ac discretis decime terre sancte deputate subsidio [...] convectoribus per regnum Portugalie constitutis. Geraldus archidiaconus executor solucionis et recepcionis eisdem decimes in eodem regno a summo pontifice constitutus salutem in salutis auctore. Noveritis me recepisse summi pontificis sub hac forma.

[*Insere o traslado do documento de 1275.08.01 – Beaucaire*]

Quod carta discretionem nostram duce presencibus exortandam Martinus aprefactis magistro et fratribus ac domibus et ecclesiis suis prefectam decimam nullatenus exigatis nec eosdem ipsius decime occasione aliquatenus molestetis. In cuius rei testimonium sigillo meo presentem literam sigilavi. Datum Bracare VIII^o idus decembris Era M^a CCC^a XIII^a.

452. [1275.12.06, após]

João Eanes, tabelião público de Tomar, a pedido de D. Afonso Gomes⁶⁶⁰, faz publicar uma carta de D. Geraldo, arcediogo de Braga, de 1275.12.06.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mc. 10, n.º 33* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 87r-87v

Conhoscam quantos esta carta virem que eu Joham Eanes publico tabeliom de Thomar vi e lii huma carta de Dom Giraldo arcediogo de Bragaa e seelada do seu seelo verdadeiro de qual o teor tal e de vervo a verbo.

[*Insere o traslado do documento de 1275.12.06 – Braga*]

Et eu dicto tabelliom a rogo do dicto don Affonssso Gomez esta carta com mha mão propria escrevii e meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal y pusi en testimonyo de verdade.

453. 1276.02.11 – Aljazedede

D. Fr. Fernando Afonso, comendador de Soure, e D. Pedro, abade de Alcobaça, juízes eleitos para a resolução de uma questão entre os mosteiros de Santa Cruz e Santa Maria de Seíça, definem, com acordo das partes, os limites e direitos de certas propriedades dessas instituições junto à granja de Aljazedede. Inclui procurações de 8 e 9 de fevereiro.

ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 42, n.º 41 (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 14, pp. 66-68

In Dei nomine amen. In Era M^a CCC^a XIII^a. Cum inter venerabiles ac religiosos domnum P. Dei gratia prior et conventum monasterii Sancte Crucis Colimbriensis ex parte una et domnum D. abbatem et conventum monasterii de Seicia ex altera super divisionibus terminorum existencium inter Seyciam ex parte una et grangiam de Alyazedede et alia loca monasterii Sancte Crucis circumadiacencia monasterio de Seicia ex altera questio verteretur me Stephano Iohannis publico tabellione de Monte Maior Veteri adhibito et presente coram venerabilibus a religiosis predicto priore monasterii Sancte Crucis et domno P. abbate Alcobacie et domno Fernando Alfonsi comendatore de Sauri arbitris seu arbitratoribus communiter ecletis sub pena quigentarum librarum usualis monete eorum arbitrio seu laudo nihilominus duraturo ut mihi tabellioni predicto per confesionem et assercionem predictus prioris monasteri Sancte Crucis et Stephani Iohannis procuratoris monasteri supradicti et predicti domni D. abbatis de Seycia et Petri Menendi monachi et procuratoris monasteri de Seycia constitit eidenter procuracionum vero ipsorum procuratoribus tenor talis est.

Noverint universi quod nos conventus monasteri Sancte Crucis Colinbriensis constituimus procuratorem nostrum S. Ihoannis nostrum liberum clericum de Leirena in causa que vertitur vel verti speratur inter onasterium nostrum ex una parte et monasterium de Seicia ex altera super divisionibus terminorum existencium

⁶⁶⁰ Poderá tratar-se de D. Afonso Gomes, comendador de Tomar, em 1272.09.06.

inter Seyciam ex parte una et grangiam de Alyazedi et alia loca monasteri nostri circumadiacencia monasterium de Seycia ex altera coram reverendo patre ac domno P. Dei gratia priore nostro et venerabilibus ac religiosis domno P. abbate Alcobacie et domno Fernando Alfonsi comendatore de Sauri arbitris seu arbitratoribus communiter electis ad agendum defendendum excipiendum contradicendum et privilegia testes et probacione ostendendum et etiam producendum et producta seu productos a parte adversa reprobandum et etiam impugnandum componendum et ad omnia alia faciendum que verus et legitimus procurator facere potet et debet habemus etiam ratum quicquid per eundem procuratorem procuratum et per predictos dominum priore et coarbitros supradictos ordinatum seu difinitum fuerit in premissis et prestamus predicto anno priori auctoritatem et assensum constituendi nomine suo et nostro procuratorem predictum. In cuius rei testimonium presentem procuracionem sigillo nostro fecimus communiri. Actum apud monasterium nostrum VI^o idus februarii Era M^a CCC^a XIII^a.

Nos vero supradictis prior nomine nostro et conventus predicti supradictum procuratorem aprobamus et etiam constituimus ad omnia et singula supradicta. In cuius rei testimonium huic procuracioni sigillum nostrum duximus apponendum. Actum apud Alyazedi V^o idus februarii de Era superius memorata.

Item. Noverint universi quod nos frater D. abbas monasterii de Seicia et conventus eiusdem loci constituimus procuratorem nostrum P. dilectum in Christo monachum et socium nostrum in causa que vertitur vel verti speratur inter monasterium nostrum ex una parte et monasterium Sancte Crucis Colimbriensis ex altera super divisionibus terminorum existencium inter monasterium nostrum ex parte una et grangiam de Alyazedi et ac religiosis domno P. Dei gratia priore Sancte Crucis Colimbriensis et domno P. abbate Alcobatiae et domno Fernando Alfonsi comendatore de Sauri arbitris seu communiter electis ad agendum defendendum excipiendum contradicendum et privilegia testes et probationes ostendendum et etiam producendum et producta seu productos a parte adversa reprobandum et etiam impugnandum componendum et ad omnia alia faciendum que verius et legitimus procurator facere potet et debet ratum habentes quicquid per ipsum constitutum seu substitutum constitutos seu substitutos a eodem ordinatum fuerit in premissis. In cuius rei testimonium presentem procuracionem sigillis domini abbatis Alcobatiae et mei de Seicia fecimus communiri et nos dictus conventus quia sigillum proprium non habemus appositiones sigillorum domini abbatis Alcobatiae et nostri de Seicia predictorum duximus concedendas. Et nos dictus abbas de Alcobatia ad instanciam conventus de Seycia huic procuracioni sigillum nostrum duximus apponendum. Datum Seycie V^o idus februarii Era M^a CC^a XIII^a.

Tandem post multas utriusque partis altercaciones predicti arbitri seu arbitratores tale arbitrium laudum sue amicabilem compositionem tulerunt videlicet quod totum

heredamentum de Clavo quod est monasterii de Seicia nunquam debeat popular et si Monasterium de Seicia voluerit excolere ac frutificare dictum heredamentum non faciendo ibi domum sive populacionem facere posit ita tamen pro bestie vel ganata seu animalia monasterii Sancte Crucis introierint vel damnum fecerint in predicto heredamento de Clavo monasterium de Seicia vel aliquis pro e non possint demandare ex recepcionem seu emendam de ipso damno nec prendere nec levare ipsas bestias vel ganata seu animalia nec facere sibi malum sed possit eas vel ea expellere de cultura.

Item quod portus de Clavo sit monasterii Sancte Crucis hoc tamen adiecto quod si monasterium de Seicia necessarium fuerit habeant ad opus sui portum ipsum per tres menses scilicet decembrem januarium et februarium.

Item que monasterium Sancte Crucis suum et alia sibi necessaria ad portum predictum. Item quod currus de Seycia non ducatur ultra cautos sive terminos versos Alyazede contra voluntatem comendatoris de Alyazede.

Item quod monasterium de Seycia non extendatur aldeola sive casalia que dicuntur de mata de Seycia et sunt iuxta iam venientem de Lavaos ultraquam modo sunt posita nec aliquid ultra illam viam accipiat seu etiam populet.

Item quod per istam divicionem seu terminacionem cessarent omnes questiones que hactenus fuerunt vel posent esse divisionibus inter monasterium de Seicia et grangiam de Alyazede.

Adicentes quod si aliqua partium predictarum venerit contra huiusmodi compositionem arbitrium sive laudum solveret nomine pene parti non contravenienti quingentas libras usualis arbitrio sive laudo nihilominus duraturo que omnia et singula supradicta partes prehabite acceptarunt. In cuius rei testimonium nos arbitri supradicti duas cartas consimiles fecimus fieri per manum predicti tabellionis nostrorum sigillorum munimine communitas. Quarum unam monasterium Sancte Crucis et aliam monasterium de Seicia duximus concedendam. Ego vero prefatus tabellio hiis omnibus rogatus interfui et hanc cartam propria manu conscripsi et mea hoc [SINAL NOTARIAL] signum meum aposui in testimonium rei geste. Presentibus Roderico Navaes fratre milicie Templi. Fratre Martino abbate de Burio. Fratre domno Stephano Martini quondam abbatem Alcobacie. Fratre Petro de Nevia quondam abbate de Seicia. Fratre Johanne dicto Romeu et fratre Andrea monachis Alcobacie. Petro Iohannis. Domno Sabastiano. Bartolomeo Dominici cancellario predicti prioris. Dominico Iohannis Leyrenensis et Martino Iohannis canonicis predicti monasterii Sancte Crucis. Petro Fernandi cogomino Milite. Petro Laurencii pretore Montis Maioris Veteris. Petro Petri de Tomar. Gonsalvo Dominicis de Sauri et allis quamplurimus. Acta sunt hec in grangiam de Alyazede III^o idus februarii de Era superius memorata.

454. 1276.03.01 – Lisboa

D. Afonso III ordena que se efetue a demarcação dos termos de Montemor-o-Velho, de Soure e de Ega, sobre os quais havia contenda entre o rei e a Ordem do Templo, dando cumprimento a uma sentença proferida pela corte, em 1274.12.18.

ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fls. 136v-137r (cuja lição se segue)

Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 2, n.º 640, pp. 218-220

Carta iudicii dat per terminis de Monte Maiori Veteri et de Sauri et de Ega

Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii universis presentem cartam inspecturi notum facio quod cum curia mea contra magistrum et fratres Templarios de regno meo daret sententiam quod termini de inter Montem Maiorem Veterem et Egam et Sauri dividantur per illa loca que continentur in una mea carta de iudicio cuius tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1274.12.18 – Lisboa*]

Dicta mea curia kalendis marci mandavit magistrum et fratres supradictos citare in domo sua quam hunc Ulixbone civitate ubi ipsi tunc erant quod comparerent coram dicta curia sequenti die scilicet feria secunda secunda die marcii dictam sententiam audituri et facturi super ea pro ut de iure esset faciendum et magister et fratres comparerunt in dicta die coram curia supradicta quibus presentibus coram ipsa curia dictum fuit qualiter dicta sententia lata fuerat et cum mandaret dicta curia eam legere magistro et fratribus supradictis ipsi magister et fratres eam audire noluerunt et recesserunt et curia mea videns quod ita recedebant mandavit pretori et almoxariffio et alvazilibus et tabelioni Colimbrie quod irent ad loca supradicta et ponerent marcos et facerent divisiones per predicta loca pro ut in dicta sententia continetur. In cuius rei testimonium dicta mea curia mandavit hanc cartam fieri et meo signo sigilari. Data Ulixbona III^a die marcii rege mandante per donnum Johannem de Avoyno suum maiordomum et per donnum Menendum Roderici et per cancellarium et Johannem Roderici de Briteyros et per Johannem Suerii Conelium et per Lupum Roderici et per fratrem Geraldum et per Stephanum Petri de Ratis et per Domnicium Johannis et per magistrum Alfonsum clericos suos. Jacobus Johannis notuit Era M^a CCC^a XIII^a.

455. 1278.01.15 – Lisboa

D. Afonso III promulga carta de sentença sobre os termos de Montemor-o-Velho, julgados em corte, devido a contenda com a Ordem do Templo.

ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 144r (cuja lição se segue)

Publ. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. I, vol. 2, n.º 687, pp. 254-255

Karta de juizo sobre los termos de Monte Maior o Velho per u partem

Alfonsus Dei gratia rex Portugalie et Algarbii universis presentem cartam inspecturi notum facio quod cum olim esset questio inter me et fratres de Templo super divisione de terminis de inter Montem Maiorem Veterem et Sauri et de inter Montem Maiorem

et Eguam de beneplacito nostro fuit ibi facta quedam inquisitio. Et curia mea visa ipsa inquisitione et habito super ea consilio fuit michi iudicatum pro termino de Monte Maiore quod terminus de Monte Maiore dividatur per portum de Ayras qui portus stat magis directe ad Campo Astroso qui portus est magis chegatus ad Egam et per fontem de Monte Moyri qui fons est magis chegatus ad Sourí. Et ego do et concedo donne Brance mee filie dictum terminum quod habeat et teneat et possideat illum et habeat inde totos directos sicut habet de villa de Monte Maiore Veteri. In cuius rei testimonium do et concedo ei istam meam cartam. Data Ulixbona XV^a die januari rege mandante per donnum Johannem de Avoym suum maiordomum. Jacobus Johannis notuit. Era M^a CCC^a XVI^a.

456. 1278.04.30

D. Gomes Domingues, cónego de Braga, deixa em testamento uma casa à Ordem do Templo. Excerto. ADB. Livro I dos Testamentos, n.º 23, fls. 11v-13r

Publ. Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325), n.º 1.35, pp. 151-157 (p. 156) (cuja lição se segue)

Testamentum domni Gomecii Dominici canonici Bracarensis

In nomine Domini Nostri Jhesu Christi amen et in honore Sancte Marie matris ejusdem. Ego Gomecius Dominici canonicus Bracarensis sana mente et sensu concedo testamentum meum de rebus meis mobilibus et immobilibus quas nunc habeo. [...] Item mando mansioni Templi domum quam comparavi de Dominico Martini [...]. Sub Era M^a CCC^a XVI^a, II^o Kalendas maii [...].

457. 1279.08.22 – Guarda

D. Dinis, a pedido do mestre da Ordem do Templo, ordena que ninguém maltrate os freires e cavaleiros da dita Ordem, nem roube os seus bens.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 12, 2.º documento (inserto em documento de 1291.06.19 – Marialva e cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 102r-102v (inserto em documento de 1291.06.19 – Marialva)

[...]

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todos os alcaides e meyrinhos e alcaides e alvaziis e juizes e justiça de meu reyno que esta carta virem saude. Sabede que o maestre da cavalaria da Ordim do Temple em meu reyno mi mandou dizer que ricos homeens e cavaleiros e escudeiros e outros homeens pousam en as aldeias e nas casas e nos logares da Ordim do Temple e fazem hy muyto mal e muita força e filham emde o pam e o vino e a carne e a cevada e as outras cousas per força e contra voontade sua e daqueles que hy moram. E vos bem sabedes ou devedes a saber que nenhuum ricomem nem cavaleiros nem escudeiro nem outri nenguum non he herdeiro nem padrom da Ordim do Temple se non eu soo. Unde vos mando firmemente que vos non sofrades a ricome a cavaleiro nem a escudeiro

nem a outri nemguum que faça mal nen força a essa Ordim en sas aldeias nem en sas casas nem en seus logares nem lhis filhem ende nehua cousa nem pousem hy salvo si pasar per hi come per camino e o que hy for mester pera comer compre o muy bem. E quem quer que o em outra guisa filhar ou lhis fezer mal ou força ficara por meu enmigo e peitar me ia o meu emcouth. E vos fazede entregar e caregar a esa Ordim todalas cousas que lhy filharem e o mal e a força que lhy fezerem per quanto lhis achardes aaqueles que lho fezerem. Und'al non façades se non peitar mi ades quinhentos quinhentos soldos e tornar mi a poremde a vos meirinhos. Em testimoio desta cousa dou ende esta mha carta ao sobredicto maestre. Datum na Guarda XXII dias de agosto el rey o mandou per sa corte. Affonso Martiinz a fez Era M^a CCC^a XVII.

458. 1280.02.02 – Tomar

D. Lourenço Martins, lugar-tenente do mestre e procurador-geral da Ordem do Templo em Portugal, com consentimento dos freires da Ordem, faz aforamento em três vidas a João Clemente, morador em Dornes, de uma parte da ribeira de Murta, onde edificará três moinhos, que deverá restituir à Ordem ao fim de três anos.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 145v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 278v-279v

Conhecida cousa seja asi aos que am de viir como aos presentes como nos frei Lourenço Martinz tenente logo de meestre e geeral procurador da cavalaria do Temple no regno de Portugal de conselho e per outorgamento de nossos freres [*sic*] daamos e outorgamos a vos Joam Crementezinho e morador em Dornes que vos façais tres moynhos na agoa da Murta, a saber, no lugar que nos avemos sem contenda so tal condiçom que vos dedes ao Temple a meatade de hum dos moynhos qual nos quisermos do que ganhar e dos dous a terça parte do que gaanharem por foro e por dizimo. E vos Johão Clemente nos devedes dar feito hum moynho atee este primeiro Natal que vem da era so scripta. E desse Natal nos devedes dar feito o outro moynho atee o primeiro Natal. E do segundo Natal nos devedes dar feito o outro moynho atee o terceiro Nata. E esto da a entender que nos devedes dar os ditos tres moynhos feitos a cabo dos tres annos. E cada huum dos ditos moynhos nos devedes a dar feito em cada huum dos ditos annos assi e como he se duso dito. E nos vo lo damos pera filho e pera neto. E vos e os que depois veerem os devedes sempre teer aparelhados pera moerem. E se pella ventura per vos ou per aquelles erees que depois vos vierem algum dos moynhos for deseparado ou todos atee huum anno que vos ou aquelles erees que depois de vos veerem percaades aquelle direito que vos nos hi damos daquelle ou daquelles moynho ou moynhos que for ou forem deseparado ou deseparados. E que o moynho ou moynhos que for ou forem deseparados se torne ou tornem aa Ordem do Temple. E se pella ventura a vos aveer que vos

em alguom tempo queirades ir morar a outra parte ou aquelles erees que depos vos veerem fora da terra da Ordem que a Ordem aja sempre compridamente o seu direito assi com<o> he de suso dito. E vos nem hos erees que depos vos vierem nos sejades poderoso de hos vender nem dar nem emprazar nem apenhar nem caymbar nem enhalear a clerigo nem a cavaleiro nem a Igreja nem ha outra Ordem nem a nenhm homem unde nos nom possamos aver o nosso direito ou que nom seja vasalo da Ordem do Templo. E se vos ou os que depos vos veerem quiser quebrantar cada huma das sobreditas posturas ou todas nom valha. E os sobreditos moynhos fiquem aa Ordem do Temple. E em testemunho desta cousa fizemos ende fazer duas cartas partidas per a b c per mão de Estevão Martinz tabaliam de Tomar. E por ser mais firme e stavel pera todo tempo e que nom possa viir em duvida seelamos cada huma do seelo da baylia de Tomar das quais vos devedes de teer ha huuma e nos a outra. Feita a carta feria VI^a dous dias de fevereiro Era de mil CCC XVIII. Que presentes foram. Frei Dom Afonso Gomez comendador de Pombal. Frey Lourenço F. Frey Lourenço Gomez alcaide de Tomar. Frey Martim Gonçalvez capellão. Frey Martim Gouda. Frey Johão Suariz. Frey Johão Çapateiro. Frey Pero Sam Vicente. E frey Martim Gomez chaveiro. Stevão Johannis escrivão. Johão Dominguis clerigo. E eu Estevão Martinz tabaliam de Tomar esta carta escrevi e este meu signal hi pus em testemunho de verdade.

459. 1280.11.13 – Lisboa

D. Domingos Martins, público tabelião de Lisboa, a pedido de Fr. João Soeiro, comendador da bailia de Lisboa, faz publicar uma carta de doação de bens de D. Froila Ermiges à Ordem do Templo de 1239.06.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 15* (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 9, n.º 27* (inserto em documento de 1572.06.21 – Lisboa); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 213v-214r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 163v*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 315r-316r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 115-116*

In Dei nomine amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturis quod sub Era M^a CCC^a XVIII^a idus novembris apud Ulixbone in presentia mei Dominici Martini publici tabalionis civitatis Ulixbone ad hoc adibiti et rogati et testium subscriptorum ad hoc similiter specialiter vocatorum et rogatorum religiosus vir frater Johannes Suerii comendator bailiue Templi Ulixbone ostendit et publicari fecit quandam litteram quam ego dictus tabelio vidi legi et diligenter inspexi non rasam non cancellatam non interlineatam nec in aliqua parte sui abolitam cuius tenor talis est.

[*Insere o traslado do documento de 1239.06 – Fonte Arcada*]

Ego vero Dominicus Martini taballiom memoratus adhibitus et rogatus a predicto comendatore tenorem supradicte littere de verbo ad verbum nichil addito nichilque remoto in hanc publicam formam redegi et ex inde istud instrumentum propria manu conscripsi et hoc si-[SINAL NOTARIAL] gnum meum apposui in eodem in testimonium promissorum. Datum Ulixbone mense die et era possitis in principio instrumenti. Qui presentes fuerunt Petrus Johannis. Petrus Martini. Johannes Dominici layci et quidam aliis testes. Testes.

460. 1281.01.12 – Pegueiras

Afonso Pires Ribeiro, perante Estêvão Peres, tabelião régio, reconhece ter da Ordem do Templo cinco casais na Agueira, e que após a sua morte ficarão para a Ordem.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 105r-105v*

Conoscam quantos este estromento virem e leer ouvirem que em presenxa de mi Stevam Periz tabelliom d'el rey no termho de terra de Sancta Maria e das testemoyas hy escriptas dom Affonssso Periz Ribeyro disse e reconoceo que ele teneya e devia teer em sa vida cinque casaes en a Agueyra os quaes casaes eram do Tempre. E disse esse dicto dom Affonssso Periz e deu por testemoya que esses dictos V casaes da Agueyra que ele os avia de teer em sa vida e despos sa morte ficarem com sua melhoria e com sua bemfeytoria ao Tempre sem outra contemda e em como os acharem. E que esto non veesse poys em duvida o dicto dom Affonssso Periz rogou mym Stevam Periz dicto tabelliom que destas cousas de susodictas desse hum estromento a frey Alvaro Periz comendador da Ega e de Cabo de Monte em testemoyo desta cousa. Foy feyto este estromento em Pegeyras XII dias do mes de janeyro de Era M^a CCC^a XVIII^a. Os que presentes forum o abade de Canedo. Joham Paaiz clerigo. Pedro Eanes clerigo. Pedro Periz prelado de Pegeyras. Pedro Dominguez. Afonssso Meendiz. Lourenzo Meendiz e eu Stevam Periz dicto tabelliom rogado do dicto dom Affonssso Periz Ribeiro este estromento per mha mão propria escrevi e meu sinal hy pugi em testemoyo destas cousas de susodictas que tal est [SINAL NOTARIAL].

461. 1281.04.13 – Tomar

D. Estêvão Peres Espinhel manda exarar um documento em que reafirma a sua vontade e a de sua mulher D. Maria, quando se fizeram confrades, de doarem à Ordem a sua quintã de Travanca e todos os seus herdamentos que tinham em Lafões e seu termo, com condição que o freire capelão da igreja de Santa Maria de Tomar cante para sempre uma missa na igreja de Santo Ildefonso.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 42*⁶⁶¹ (inserto em documento de 1281.11.22 – Travanca e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 29r-29v e fls. 116v-117r* (inserto

⁶⁶¹ No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 487, está datado de «1271, Abril, 13».

em documento de 1281.11.22 – Travanca); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 179v-180r (inserto em documento de 1286.10.31 – Tomar)
Publ. Brandão 1650, quinta parte, p. 92 (excerto)

[...]

Conhoscam quantos este estromento virem que eu frey don Stevam Perez Espinel em meu siso e em minha memoria e de minha booa voontade recognosco e outorgo que quando entramos en Ordim do Temple eu e mha molher dona Maria que nos demos en doaçom a essa Ordim a nossa quintaa de Travanca e todolos herdamentos que nos aviamos e de dereito deviamos aver em Allafões e em todos seus termhos com todas suas perteenças e com todolos dereitos que nos y aviamos e deviamos aver de dereito pro asalvamento de nossas almas e en remimento de nosso pecados per tal condiçom que o freire capelham de Sancta Maria de Thomar faça cantar pera senpre huma missa na eygreja de Sancto Ildafonso de Thomar pro mha alma e da dita mha molher. O mais que ficar das rendas dos dictos herdamentos deve o dar o freyre capelam de Sancta Maria de Thomar a mim que pague ende mhas dividas e mhas falhas e a mha morte fiquem todolos sobreditos beens e rendas e herdamentos aa Ordim do Temple como sobredito é e sen nenhuma contenda pera senpre. E que esto nunca possa viir em dovida roguey e outorguey a Stevam Martini publico tabaliom de Thomar que fezesse ende huum stromento o qual tenha a Ordim do Temple pera senpre en testemoyo desta cousa. Feyto en Thomar domingo XIII dias d'abril Era M^a CCC^a XIX^a. E outrosi eu sobredito frey dom Stevam Perez roguey e outorguey a Jhoane Estevaez juiz de Thomar que o seelasse do seelo do concelho de Tomar. Os que presentes forom Fernam Fernandiz cavaleyro. Jhoan'Eanes dito Tordo. Dioguo Martini clerigo. Frey Alvaro Salido da Ordim dos Frades Menores e seu companhom frey Jhoam Lobato. Diogo Paes vogado. Pero Dominguez dito Perrim. Vasco Martini. Jhoam Fernandiz. Martym Mateus. E eu sobredito tabaliom a rogo e per outorgamento do dito frey dom Stevam Perez este estromento com mha mão propria escrevi e nas sobredictas cousas fuy presente e este meu sinal hy pusi em testemoyo de verdade. E eu Jhoam Stevaez juiz sobredito a roo e per outorgamento do dito frey dom Stevam Perez seeley este estromento do seelo do concelho de Thomar en testemoyo de verdade.

462. 1281.11.12 – Guarda

D. Dinis profere sentença acerca da contenda entre D. Lourenço Martins, mestre da Ordem do Templo, e Soeiro Nunes, cavaleiro, sobre certos herdamentos, atribuindo à Ordem dois casais, um no Comado e outro na vila de Macinhata.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 4*⁶⁶² (inserto em documento de 1285.01.05 – Tomar [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 99r-99v (inserto em documento de 1285.01.05 – Tomar [A])

⁶⁶² Documento em mau estado. Reconstituição feita com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 99r-99v.

[...]

Dom Dinis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a todos que esta mha carta virem faça saber que como contenda fosse antre dom Lourenço Martinz maestre da cavalaria da Ordin do Tenple en Portugal da huma parte e Soer Nunez cavaleiro da outra sobre herdamentos hermos e pobrados os quaes son estes logares dous casaes no Comhado e huum casal na vila de Matinaca e huum casal na vila de Melhães e tres casaes na vila de Cabanas e huum casal na vila de Padastes os quaes casaes o dicto maestre demandava pera a Ordim Joham Suarez freyre da dicta Ordim comendador em Lixboa procurador avondoso sobr'esta demanda do dicto maestre veeo aa tal composiçom com esse dicto Soer Nuniz que o dicto Soer Nunez aja e posoya os dictos herdamentos ou casaes em todo tempo de sa vida sem contenda. E a sa morte que fiquem os dictos herdamentos ou casaes aa dicta Ordim sen contenda se o dicto maestre prouguer e outorgar a dicta composiçom se non o feyto seer tornado ao stado en que era o dia em que esta composiçom foy feyta. E o dicto Joham Suarez prometeo a fazer saber ao dicto Soer Nunez se prazia ao dicto maestre ou se outorgava a dicta composiçom ata dia de Sam Martinho este ja passado ao qual termho poserom as partes antresi que parecessem perante mim das quaes cousas de susudictas eu vi huum testimyo feyto per mão de Domingos Martinz pubrico tabelliom de Lixbona. E com termho devisado veerom as partes perante mi e Stevam Lourenço freyre da dicta Ordim comendador no Touro procurador avondo do dicto maestre e neste feyto per procuraçom seelada de seu seelo outorgou a dicta composiçom en nome do dicto maestre. E outrosi o dicto Soer Nunez outorgou a dicta composiçom e poserom antresi que fosem perante o dicto maestre ata oyto dias andados de dezembro este primeyro que vem a cumprir e a guardar o dicto maestre a dicta composiçom per carta seelada de seu seelo ou per stromento feyto per mão do tabellion em testimunyo desta cousa dei ende a esses sobredictos esta mha carta aberta. Dada na Guarda XII dias de novembro el rey o mandou per Stevam Eiriz de Ratis seu clerigo e per Roy Gomez. Martim Martinz a fez. Era M^a CCC^a XIX^a.

463. 1281.11.22 – Travanca

João Martins, público tabelião em Lafões, a pedido de Fr. Domingos Martins, capelão de Santa Maria de Tomar, publica carta de 1281.04.13, pela qual D. Estêvão Peres Espinhel e sua mulher, D. Maria, quando se fizeram confrades da Ordem do Templo, doaram à Ordem a sua quinta de Travanca e todos os seus herdamentos que tinham em Lafões e seu termo, com condição que o freire capelão da igreja de Santa Maria de Tomar cante para sempre uma missa na igreja de Santo Ildelfonso.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mc. 10, n.º 42 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 116v-117r

Conhoçuda cousa seja a quantos estes estromento virem e ouvirem que na Era M^a CCC^a XIX^a domingo XXII dias de novembro en Travanca dante mim Joham Martiinz

publico taballiom de nosso senhor el rey en Alafoes e dante outras testemunhas avante escritas pera aquesto specialmente chamadas e rogadas frey Domingo Martini da Ordim do Temple capelam de Santa Maria de Thomar mostrou huuma carta aberta seelada do seelo pendente do comcelho de Thomar e com sinal de Stevam Martinz tabelliom de Thomar non rasa non borrada nem amtrelhinhada o teor da qual he de vervo a vervo.

[*Insero o traslado do documento de 1281.04.13 – Tomar*]

O qual estromento mostrado e leudo o dito frey Diago Martini recebeu per a Ordim do Templo a quintaa de Travanca per colmo e per chave e per telha e dizia que assi recebia todalas cousas que a essa quintaa perteciam e pos en ela cruz e comeu y e bebeu e mandou em como fizessem e faziam y seu mandado. Testemunhas que a aquisto presentes foram. Gomez Lourenço juiz de Alafoes. Egas Martini de Campia. Martinus Saarom de Ventosa. Soeyro Martini seu filho. Vaasco Stevaez seu criado. Pedro Sam Johanne. Dom Bertolameu de Travanca. Domingos Soarez dito Margaça. Martinus Johannis de Travanca. Petrus Paez. Johaam Martini e outro Johanni Martini. Item e esse dia foy esse frey Diago Martini de suso dicto a Zerores esteve esse dia e feira II^a en outro dia e fez leer per mi taballom de suso dicto o dicto estromento o qual leudo recebeu Serores per colmo e per chave e pos y cruz pera a Ordim do Temple e mandou e os omees desse logo faziam seu mandado e faziam lhy serviço per senhor quaes presentes foram aaquisto. Gomez Lourenço juiz de suso dito. Dom Bertolameu de Travanca. Domingos Johannis Dade Cidi. Joham Dominguis d'Alvetilhy e Joham Johannis. Domingos Paez de Silvares. Domingos Menendi e Pero Migaez e Meem Martinz de Serores. Pedro Menendi de Revordyo. En aqueste logares de suso ditos que recebeu frey Diago Martini nenguum non o embargou per pesoa nem per carta. E eu Johanni Dominguis tabalium de suso dito a todas estas cousas de suso ditas e a cada huma presentes fuy e a rogo do dito frey Diago Martini este estromento cum mha mão propria escrivi e pugi en el este [SINAL NOTARIAL] sinal meu em testemoyo de verdade.

464. 1281.12.19 – Torres Novas

A rainha D. Beatriz, viúva de D. Afonso III, perante queixa de D. Lourenço Martins, mestre da Ordem do Templo, ordena que a albergaria de Asseiceira (Tomar), que Pedro Ferreiro e a mulher tinham dado à Ordem do Templo, seja entregue à esta mesma Ordem.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mc. 9, n.º 26 (inserto em documento de 1281.12.31 e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 85r (inserto em documento de 1281.12.31)

[...]

Dona Beatriz pela graça de Deus rainha de Portugal e do Algarve a vos alcaide e juyzes e concelho de Thorres Novas saude e graça. Sabede que don Lourenço Martiinz meestre do Tempre mi mandou dizer que vos lh'embargavades a albergaria de Pedro

Ferreyro com todos seus direitos e com todas sas perteenças. Et esse meestre emvyou a mim mostrar huma carta en que era contehudo que Pedro Ferreyro e sa molher deram essa albergaria com totalas cousas davanditas aa Ordim do Tempre unde vos eu mando que des aqui adeante non embarguades nem filhedes essa albergaria nem nas perteenças dela e lexade esse meestre e os freyres do Tempre com essa albergaria estar en paz. Datum em Torres Novas XIX dias de dezembro a reyna o mandou per Martim Paez seu sobrejuyz Pedro Vicente a fez Era M^a CCC^a XIX^a.

465. 1281.12.31

Fr. Martinho, comendador de Tomar, perante Estêvão Martins, público tabelião de Tomar, toma posse da igreja e albergaria de Asseiceira (Tomar), que a rainha D. Beatriz havia dado à Ordem do Templo, por carta de 1281.12.19, aqui inserta.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 26 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 85r-85v

Presente mi Stevam Martiinz publico tabelliom de Thomar e as testemonhas adeante scriptas frey Martinho come[n]dador de Tomar filhou a egreia e a albergaria da Ceyceyra com todos seus direitos e perteenças pera a Ordim do Tempre per carta da muy nobre senhor reinya dona Beatriz de Portugal e do Algarve a qual eu vi e lii da qual o tenor e tal.

[*Insero o traslado do documento de 1281.12.19 – Torres Novas*]

E a sobredicta carta lehuda o sobredicto comendador lexou na sobredicta albergaria por tenedor e por tenedor [*sic*] e guardador dela e de todas sas perteenças Joham de Tui seu homem e entregou o ende. Fecto este estromento XXXI dia de dezembro Era M^a CCC^a XIX^a. testemunhas. Joham Suydade juyz de Thomar Diego Martiinz Joham Steveez Joham Tordo mercadores. Gil Vicente. Frei Diago Martiinz capelam de Thomar. Frei Martim Perez. Frei Stevam. Et eu sobredicto tabelliom a petiçom do dicto comendador de Thomar este estromento com mha mão propria scrivi e este meu signal hy pusi em testemnonho de verdade.

466. 1283.03.08 – Sevilha

O rei Afonso X de Castela doa ao mestre e freires da Ordem do Templo em Portugal os lugares de Jerez de los Caballeros, Badajoz e Freigenal, em Castela, por o comendador-mor Gomez Garcia e os cavaleiros templários daquele reino se terem levantado contra o monarca.

ANTT. Gavetas, Gav. 1, mç. 5, n.º 6 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, liv. 37 (*Livro dos Extras*), fls. 188r-188v

Publ. *Gavetas (As)*, vol. I, pp. 9-10; *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, n.º 509, pp. 539-540

Sepan quantos esta carta vieren commo yo don Alfonso por la gracia de Dios rey de Castilla de Leon de Toledo de Galliza de Sevilla de Cordova de Murça de Jahen et del Algarve por que Gomez Garcia que se llamava comendador tenente logar del maestre

en las cosas que el Temple avia en Castilla et en Leon con los freyres desa Orden de los regnos sobre dichos fueron en mio desserviço com don Sancho alvoroçando los regnos contra mi e faziendo me guerra de los castillos et de los logares de la Orden por la qual razon la Ordem por derecho avie perdido quanto avie en mis regnos et fincava en mi por la razon sobredicha et por el desagradecimiento que me fezieron assi commo contra su rey et contra su señor natural de que avien e ouveran lo mas de quanto avien. Pero por que dom Johan Fernandez tenente logar del maestre mayor en las cosas que la cavallaria del Temple ha en Castilla en Leon et en Portugal que aaquella sazón que se las otras contra mi levantaron non viniera a en d'ultramar. Et luego que llego a mi terra de trabajo de me servir quanto pudo et estrañado mucho el mal et la deslealdad que contra mi avian fecho et se vengo para mi a Sevilla et don Pay Gomez Barreto et otros freres buenos de Portugal con el et me pidieron merced por la Orden del Temple que non quisiessen que perdesse mi merced por los freyres de Castilla et de Leon que contra mi fueran tan errados. Et por que el maestre sobredicho me prometio de venir a mio serviço assi commo a su rey et a su señor natural et fazer mio mandado de todos los castillos et de todos los logares de la Ord[en]⁶⁶³ que el maestre a et podier cobrar et aver et me pediron merced que des diese Xerez Badajoz et el Frexeal. Tove lo por bien et doge los con todos sus terminos segund se contiene en el privilegio que el rey don Alfonso mio avuelo dio a don Estevan de Belmonte et a la Orden sobredicha por que los dio Burgos et Alconcher que las ayan por juro de herdad para sienpre ia mas assi commo la mejor et mas compridamente ouveron en ningun tiempo comprinde lo el maestre et sus freres asi commo sobredicho es. Et de mas les otorgo et prometo de les confirmar et de les otorgar luego sus privilegios que an de mi et de los otros reyes et dege los comprir en todo. Et por que esto sea cierto et non venga en dubda mande fazer ende esta carta abierta seellada con mio seello colgado en testimonio de verdad. En Sevilla ocho dias de março Era de mill et CCC et XXI annos. Presentes don Garcia Fernandez maestre d'Alcantara. Don Martyn Gil de Portugal. Alfonso Fernandez mayordomo del rey. Suero Perez de Barvosa. Pero Andres alcalde. Et don Pelay Perez chanceller del rey et abad de Valladolid que la mando fazer por mandado del rey. Et yo Pero Fernandez que la escrivy.

[ASSINATURA] Pelay Perez.

467. 1283.03.11 – Lourosa do Campo

Geraldo Eanes, público tabelião, atesta que Soeiro Nunes, cavaleiro de Cambra, doa à Ordem do Templo um herdamento que recebera de seu irmão Gonçalo Nunes, que fora freire da dita Ordem, com a condição de o deixar em herança à Ordem.

⁶⁶³ Orificio no pergaminho.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 2* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 33* (inserto em documento de 1285.01.05 – Tomar [B]); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 31v-32r e fls. 110r-110v* (inserto em documento de 1285.01.05 – Tomar [B])

Conoscam todos aqueles que este instrumento virem e ouvirem que na presença de mi Girald'Eanes poublico tabaliom pela actoridade real in terra de Pavha en a presença das testemoyas depois scriptas Soer Nuniz cavaleyro de Gaanbra dixe e reconheceu que elle tragia u herdamento que fora de seu hyrmao Gunçalo Nuniz que fora freyre do Tenple e que a sa morte que leyxava u herdamento de Caanbra que tragia do de susodicto seu hyrmao ao Tenple e rogou mi de susodicto tabaliom que desse ende hum instrumento aos freyres do Tenple us que presentes forom Dom Domingos Periz abbade do mosteyro de Paaçoo Martim Annes Martim Domingiz munges do mosteyro de Paaçoo Fernam Gunçalviz de Fonte Arcada Martim Periz dicto Mourel Pero Vaasquiz escudeyro de Abruella Pero Stevam leygo de Paaçoo e otras muytos testemunhas aquisto foi a prees de Loorosa do Campo. XI dias andados de março Era M^a CCC^a XXI^a. E eu de susodicto tabaliom a rogo do dicto Soer Nuniz u presente instrumento cum mha mao propria escrivi e hi meu sinal pugi in testemoyo desta cousa u que tal e [SINAL NOTARIAL].

468. 1283.12.19 – Coimbra

D. Dinis profere sentença contra a Ordem do Templo, pela qual foram julgados à vila de Tomar certos direitos.

ANNT. *Gavetas, Gav. 3, mç. 8, n.º 9* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Estremadura, liv. 11, fls. 288r-288v*

Dom Denis pella graça de Deos rey de Portugal e do Algarve a vos Martim Estevez meu porteyro saude. Sabede que sobre contenda que era perante mim antre o concelho de Tomar per Domingos Martinz seu procurador da huma parte e Afonso Gomez freyre comendador de Santarem e teente vezes do mestre do Tenple no Reyno de Portugal da outra sobre mal e sobre forças e sobre agravamentos e desaforamentos que esse Afonso Gomez e os freyres do Tenple de Tomar faziam a esse concelho e o mal e as forças e os agravamentos e os desaforamentos que esse concelho diziam que lhy faziam esses Afonso Gomez e os freyres davandictos son aquestes. Primeiramente fazem lys força que fezerom defesa que nenhum homem doutro termho nom venha por seus bureens nem nos leve pera adubar os quaaes soem a levar. Item fazem ly força que fezerom outra tal defesa sobre las olyvas. Item fazem ly força que vezinos de Tomar nom tenham moos em sas casa que moam pam e que lhas mandam britar. Item fazem ly força que nas sas herdades livres queren fazer moyos e que os embargam e ameaçam e nom les leyxam fazer. Item fazem li força por que nas aguas que veem pellas sas herdades livres ou pellas testeyras delhas queren fazer moyos de pam e os embargam e ameaçam que os nom façam nem lhos leyxam fazer. Item fazem li força que os embargam e ameaçam

em cada huma destas coussas e no ryo de Tomar mais ainda os embargam e ameaçam que os nom façam nas herdades nem nos regatos nem nas fontes nem nos rybeyros que am no termho de Tomar e lhes hy nom leyxam fazer. Item fazem li força por que deentro nas sas casas que am na villa queren fazer lagares d'azeyte assy como os fazem os outros do reyno e os embargam e ameaçam que os nom façam nem lhos leyxam fazer. Item fazem lis força que os embargam e ameaçam que nom adugam vinho de fora do termho pera seu beber no tempo do relego e se ho aduzem fillam lho. Item fazem li força que os embargam e ameaçam e costrengem que os seus vinhos nom mandem nem levem fora de Tomar em relegagem nem lho leixam levar no tempo do rellego. Item fazem li força que o tempo do rellego que dizem que devem a aver sasiine certo tempo em que o fillem que seja a prol do concello e da Ordim. Item fazem li força por que os embargam e ameaçam que nom façam fornos elles nom leyxam fazer nas sas casas livres. Item fazem lis força por que contra seu foro e sa carta levam e fillam alcavalla de vezinos de Tomar. Item fazem lis força por que contra seu foro e sa carta levam e fillam portagem dos vezinos de Tomar. Item fazem lis força que os joyzes que o concello elleger que sejam confirmados per el rey e nom pella Ordim per cujo medo e ameaça hos joyzes nom ousam nem podem fazer dereyto. Item fazem lis força per que el rey ou seu chancellor lis deve a dar taballioes em Tomar ca os que novamente ora a Ordim posse nom ousam nem podem com medo e com meação da Ordim dar nem fazer as escrituras que son de dereyto pedem que llos de el rey ou seu chancellor. Item fazem lis força por que hos ressiios do concelho lys fillam e embargam livredoem que o concello e cada huum do concello a neeses resios. Item fazem lis força por que nas sas casas livres e nas sas herdades embargam e ameaçam que nom façam banhos. Item fazem lis força por que embargam e ameaçam que no pesquem no ryo nas testeyras das sas herdades livres nem nos ressyos do concello. Item fazem li força por que nom vam pollas ollivas do dizemo aos olivaaes assy como soiam ir ca os constrengem que las levem a sas casas. Item fazem lis força por que nom fillam dizemo de vinho dos mostos assy como soyam a fillar ca os costrengem que lys dem os dinheyros. Item fazem lis força por que os embargam e ameaçam que nas cassas e nas sas herdades livres nom façam heyrados nem poonbaaes. E esse Afonso Gomez estando perdante mi em seu preyto per Joham Martiinz seu procurador eu dey ende joyzo que esse comendador nom se escussava que nom respondesse aos primeyros dous artigos e os artigos eram estes o dos burees e o das olivas. E estando assy o feyto o davandicto procurador renuçou perdante mim a procuraçom quanto era sobrèsses dous artigos e sobre lhos outros disse que se queria defender e eu julgey o por revel sobre todos esses artigos e ell apellou e depoy er veeo e renuçou a apellaçom e fez testar a carta da revellia e dise que queria estar a dereyto e el nom veeo depoy perdante mim. E eu er julgey o outra vez por revel e por saa revelya mandey e mando que esse concello usse de todalas coussas de suso dictas que ante nom usavam. Unde vos eu mando que

vos vaades a Thomar entregar esse concello em logo de revellya de todallas coussas de suso dictas das quaaes ante nom husavam e defendede da mha parte que nenguum nom seja ousado de lis fazer mal nem força sobr'aquesto e alçades ly medo e meaça. Unde al nom façades se nom tornar m'ia por ende a vos. E esse concello ou outrem por ele tenha esta carta. Dada em Coinbra XIX dias de dezembro el rey o mandou per Paay Domjnguis sobrejoiz. Duram Periz a fez. Era M^a CCC^a XXI^a.

469. 1284.07-08

D. Dinis ordena inquirições gerais no reino. Aqui encontram-se referências aos bens e direitos da Ordem do Templo no território. Estes inquéritos foram dirigidos aos julgados de Fervedo, Sever, Cambra e Figueiredo e executados por Estêvão Lourenço, clérigo e procurador régio.

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Nova Série, vol. III

470. 1284.03.06 – Alcáçova de Santarém

D. Dinis faz carta de aforamento a Pedro Mendes, cónego de Santa Maria de Alcáçova de Santarém e freire da Ordem do Templo, da quintã de Horta Lagoa.

ANTT. *Corpo Cronológico*, parte III, mç. 1, n.º 2

In Dei nomine amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod ego donnus Dionisius Dei gratia rex Portugalie et Algarbii de meo beneplacito et libera volumtate do et concedo Pero Menendi quondam canonico seu portionario ecclesie Sancte Marie de Alcaçova qui modo est frater Ordinis Templariorum quamdam meam quintanam ad forum quam ego habeo in termino Sanctarene in loco qui dicitur Orta Lagoam cum ingressibus et egressibus et omnibus iuribus et pertinentiis suis et cum omnibus suis usibus quibus ipsam quintanam fungi(?) consuevit excepta apoteca ipsius quintane quam ego debeo habere. Et debeo habere cupas et tinas et alia omnia que sunt in ipsa apoteca contenta scilicet illa que necesse fuerint pro ad colligendum vinum meum. Et dictus Petrus Menendi debet habere alias cupas et tinas que remanserit pro ad colligendum vinum suum et debet habere lagare isto modo. Quod det inde mihi et pro die et pro nocte quantus ibi fecerit vinum quinque soldos Portugalie monete excepta inde parte mea secundum quod habuero de vino et debet habere Palumbare ipsius loci scilicet isto modo quod contineat et preparet illud binus [sic] et comedat de palumbis novis sine calumpnia moderantur et alias custodiat pro ad me et debet iurare ad sacrosancta Dei evangelia quod in toto faciat bene et fideliter. Do etiam et concedo predicto Petro Menendi predictam quintanam ad forum tali pacto videlicet et conditione quod ipse debet dare mihi in quolibet anno de vino de tinta et de olivis que Deus dederit in vineis et in olivetis predictae quintane scilicet de quinque quinionibus duos videlicet vinum ad bicam de lagari et tintam et olivas in area. Et omnes olive debent colligi per se et de omnibus pomis que fuerint vendita debent mihi dari de quinque quinionibus duo exceptis illis que Petrus Menendi et

sua familia comederint et debet dare mihi tertiam partem de toto pane quem Deus dederit in herdamento dicte quintane in area. Et ipse Petrus Menendi debet adubare bene et fideliter predictas vinneas cum suis olivetis in quolibet anno et debet plantare totum illum campum qui est ultra valladum intus cum vinea et debet ipse mihi dare tertiam partem de toto fructu quem Deus dederit in alio herdamento predicte quintane quod est extra vineas supradictas. Et dictus Petrus Menendi debet habere et possidere predictam quintanam cum omnibus iuribus suis pro ut iam superius est expressum firmiter in perpetuum et omnis successores sui post se et debet facere et disponere de eadem et de omnibus ad eam pertinentibus quicquid sue placuerit voluntati exceptis omnibus illis que iam superius sunt excepta. Et ad mortem suam non debet dictam quintanam nec aliquam partem inde alicui relinquere set debet eam dimittere tali persone que tribuat mihi mea iura et compleat omnia et singula supradicta pro ut superius continetur. In cuius rei testimonium mandavi inde fieri duo instrumenta consimilia per manum Geraldi Petri publici tabellionis Sanctarene quorum ego et dictus Petrus Menendi penes nos debemus singula retinere.

Actum fuit hec in Alcaçova Nova Sanctarene superius in muro ante portam de turre de Almazem VI die martii Era M^a CCC^a XXII^a. Qui presentes fuerunt donnus Dominicus Ihoannis electus Ulixbonensi et cancellarius predicti domni regis. Magister Petrus de Sancto Laurencio Ulixbone. Magister Dominicus de Antis. Magister Gonsalvus phisici dicti domni regis. Valascus Alfonsi pretor Colimbriensi. Suerius Menendi petite. Gometius Laurentii de Curya. Gonsalvus Fernandi de Alcaçar vice maiordomus. Johannes de Alpram clericus dicti domni regis.

Item in predicti die in atrio ecclesie Sancte Marie de Alcaçova Veteri Sanctarene coram me Geraldo Petri tabellione predicto et testibus infra scriptis supradictos Petrus Menendi concessit laudavit et etiam approbavit predicta instrumenta et omnia et singula supradicta. Presentibus magistro Matheo suprino quondam domni Mathei episcopi Ulixbone. Dominico Fernandi de parochia Sancti Johannis de Alfanxi. Dominico Ihoannis clientulo dicti Petri Menendi. Simheone Menendi dicto Cazapo. Et ego Geraldus Petri publicus tabellio iam prefatus de mandato dicti domni regis et ad rogatum dicti Petri Menendi de premissis duo instrumenta consimilia quorum hoc est unum manu propria conscripsi et signum meum quod tale [SINAL NOTARIAL] est in quolibet eorundem apposui in testimonium premissorum.

471. 1284.09.23 – Tomar

Estêvão Martins, tabelião público de Tomar, a pedido de Fr. Diogo Martins, capelão de Tomar, confirma doação feita por Pedro Ferreiro à Ordem do Templo em 1229.06.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 185r-186r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 82r-82v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 147v-149r

Conhescam quantos este estormento virem que presente mim Estevam Martinz publico tabeliam de Thomar e as testemunhas adiante escriptas ho muy religioso barom Frey Diogo Martinz capelam de Thomar mostrou huuma carta e fez leer per mym nom conrompida em nenhuuma maeyra mas booa e lidima seellada de verdaeyro seello de Pedro Ferreyro segundo como he contheuso no theor desa carta da qual ho theor he tal.

[*Insero o traslado do documento de 1229.06*]

Ha qual carta liida ho sobredicto capelam pediu me que em minha forma publica ha tras-[fl. 186r] ladase e que lha deese em huum estormento publico.

Feyto em Thomar a XXIII dias de setembro. Era M^a CCC^a XXII^a. Testes Johane Annes juiz de Thomar. Diogo Martinz clerigo. Dominico Tinoco. Cibom Matheus. Setembro Dominguis. Martim Pelagiz clerigo. Pedro Moogo. Joham Botelho. Domingos Fernandez alfayates e outros. E eu Estevam Martinz tabaliam sobredicto a petiçom do sobredicto capelam ha sobredicta carta em minha forma publica retorney e em este estormento per minha mão propria escrevi e este meu sinal hi pus em testemunho de verdade.

472. 1284.11.10

D. Dinis ordena que se faça inquirição na freguesia de Rio Frio, pela qual se mostram os direitos que o rei tinha nessa freguesia. Tinha ainda como objetivo saber quais os direitos da Ordem do Templo em Quintães, Lágea, Madrinhas, Vila Nova, Vila Nova de Suzão, entre outros lugares; e os direitos da Ordem do Hospital em Camunãos, Rebordões de Suzão, Talho, entre outros.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 17, n.º 1*⁶⁶⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 6, mç. 1, n.º 210*;

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 117r-120v*

Publ. *Valdevez medieval: Documentos, n.º 75, pp. 178-196*

In Dey nomine. Conhoscamos todos aqueles que este estormento virem e leer ouvirem que [...] Stevão Lourenço clerigo d'el rey e Paay Eanes de Valença e pobrador de Camya fezerom apregonar a freyguesia de Ryo Frio pera saber verdade dos dereitos e das coussas que el rey hy avya en alleadas e mal paradas e per como e per quem eram mal paradas e dos dereictos outrosy que en essa freeyguesia avya conhecidos. E os demaes dos homees dessa freeyguesia vierom per mandado dos dictos Stevão Lourenço e de Paay Eanes aos Arcos de Vez e eles fillarom XXV omes dessa freeyguesia que souberom pelo prestameyro e pelo mordomo da terra e per omes boos da terra pelos quaes el rey podia ser mellor desenganado de todolos seus dereictos tambem dos conhecidos como dos en allenados. Os nomes destes XXV homees son estes que se seguem. Pero Salvadoriz de Ranhados. Pay Periz do Agueyro. Pay Martinz de Pigamarçal. Martim Verdugos. Gonçalo Martinz Mourinho. Pay Meendiz Piliteyro. Lourenço Martinz do Ramo. Joham Nuniz do Ramo. Joham Fruytosso. Domingos

⁶⁶⁴ Documento composto por várias folhas de pergaminho cosidas. No início de cada folha cosida lê-se «pugi aqui meu sinal [SINAL] que e tal».

Peliz d'Eyra d'Onega. Meendo Afonso das Quintas. Martim Salvadoriz da Costa. Pero Gonçalviz de Vila Nova. Pero Rodriguiz. Joham Afonso d'Eyra Vedra. Martim Periz do Ramo. Martim Iohanes do Ramo. Martim Martinz das Aveleeyras. Joham Pelaiz fillo de Pay Mendiz. Pedro Duraes da Cima. Domingos Iohanes das Maadinhas. Affonso Nuniz. Meem Fruytosso. Pero Iohanes de Ranhados. Pero Martinz do Espital testes. Os quaes todos foram ajuramentados sobre los sanctos avangellos que dissessem verdade dos dereictos d'el rey tambem dos conhoçudos como dos allenados assi come de susso devissado. E forom perguntados segundo como parece en fondo nos dictos en as respostas que essas testemunhas derom aas perguntas que llis fez Stevão Lourenço. As quaes todas primeyramente diserom que o termho de Rio Frio que o virom trager e usar pela portela de Gacim e ende aa Cabeça de Lagares e ende ao Corno de Bico e ende ao espinheyro do Couto e ende ao penedo de Penouços ende aa cruz do mangoeyro ende ao fogo da galiha ende aa raposseyra e ende ao foyo de Guillelme e ende ao porto de torneyros ende aa eyra do Coto ende ao carvallo do signo ende ao porto do juiz ende aa corona de chão de monte ende ao porto de Ruvaes ende aa cruz do vilar ende aa pya de maçeyra ende a pena redonda ende torna se aa portela de Gacim unde primeyro começou.

E disserom que dentro en as devissoes primeyras de Rio Frio ha herdamentos o Espital e o Tenple e erdadores Duram Martinz de Guey e Martim Periz Carneyro cavaleyros e Pero Rial clerigo.

Item foy leudo <perante as testemunhas> per mim Stevão Martinz tabaliom de Valdevez e por Stevão Lourenço o registro que fala dos dereitos que el rey ha e de derecho deve a aver o Templo e o Espital en sa dita freeyguessia e as dictas testemoyas dixerom e derom en testimonho todalas coussas que son conteudas ensse registro que tal he. Item in collacionem Sancti Johanis de Rivolo Fregido Alfonsus Suariz iudex. Martinus Dereixto. Alfonsus Pelaiz. Martinus Martiniz. Pelagius Petri. Johannes Carneyro. Martinus Pelaiz. Pelagius Iohannis. Martinus da Costa Martimnus da Cima. Joane Gonçalvi. Petrus Gonçalvi que in Rio Frio a o Tenple huma bayllia e que ouvirom dizer que fora regaenga e que a dera el rey dom Alfonso Iº a Affonso Barco e que la coutara per suas divissões, scilicet, pela ponte de Vila Nova e ende pelo rio dos Moyos dos freyres e ende como vay per este rio ataes aquaa delo do selo e ende pela agoa de Vyariz e ende per Silvaes e ende ao Seixo e ende como fiince in Penacova. Item dixerom que in esta collaçone de Rio Frio fora destas divissoes moram omees erdadores que fazyam cada ano foro al rey, scilicet, dam al rey per kalendas januaris de fossadeyra XVIII bragaes e dan al rey per Nathal de cada fogo senhos caraziis e senhos meynos alqueires de vino e dam por San Oane senhas fugaçãs de centeo de senhas teigas pela regaenga e peitam voz e cooima e vam en anudova e a entroviscada no mes d'agosto III vezes e vam correr monte com el rey ou con o ricomem da terra e dam vida ao moordomo d'el rey senhas vezes cada mes de qual tiverem e dam

luytossa quando morrerem II maravedis polo aver movil e quando fazem o castelo de Santa Cruz duzem a vara pora a poya con os de Soutelo e con os de Santa Christina. Item dixerom que a y el rey seu regaengo, scilicet, o monte que e chamado Chão de Monte com todas sas devisões e com seus defirmentos e quantos lavram in este d'avandito regaengo dam do fructo que Deus hy da quarto e de delo dam quinta e chamam o mayordomo d'el rey de Peroselo quando queren coller o pam e este pam levam o a vila de Grovelas u llis manda o moordomo d'el rey.

Item dixerom que in Grovelas ha el rey I leyra in Pomarinho e dam ende al rey por censoria cada ano III puzais de vinho pela regaenga.

Item in Grovelas u morou Nuno Martinz I leyra e dam cada ano al rey por censoria I puzal de vinho pela regaenga.

Item en Pomedino I leyra de que dam cada ano al rey de censoredria VII alqueires de vinho.

Item in Pigamarçal a el rey hum regaengo e trage o viuyam o porteyro e nom serve al Rey.

Item dixerom que in Goterri jaz I leyra de vina demarcada.

Item dixerom que no cassal de Joam Mendiz jaz I vinha demarcada regaenga e dam destas II leyras cada ano al rey meyo de vino e este davandito regaengo obedece a quintaa de Peroselo.

Item dixerom que en quintaas do Souto da foz dan al rey cada ano II alqueires de castanhas pissadas pela de ponte.

Item da erdade de Cascharedera I alqueire de castanhas pissadas pela de ponte.

Item do souto do forno de Maria Baralla I alqueire de castanhas pissadas.

Item do souto do forno das esporas I alqueire de castanhas pissadas per alqueire de ponte e isto obedece aa serviçaria de Peroselo.

Item dixerom que o monte que chamam vila d'Onega e regaengo per seus desiimentos(?) e per seus marcos e quantos o lavram dan en cada ano al rey quarto de todo fructo e senhos frangãos com X. X. ovos e quando queren coller o pam chamam o moordomo de pardeeyro e dan lle a comer dementres que y anda e levam lli o pam a eyra de Santa Christina.

Item dixerom que os que duzem a agoa pelo regaengo dan cada ano al rey I frangão com XX ovos.

Item domnus Fructuosus e Martinus Laurentii e Alfonsus Menendi iurati dixerom que virom enquerer per mandado d'el rey Dom Affonso II a Laurentio Petri iudex de Valle de Vice e Fernando Suariz de Pausada e Silvestre Cabeça portario desse rey e acharom per inquisa d'omees boos que o Espital nom devya a aver in termio de Rio Frio ergo II cassaes scilicet o Casal que foy de Pero Guimariz e o Casal que foy de Pero Barva.

Item dixerom que o Tenple nom deve i aver fora destas devisões de suso nomeadas que forom de Alfonso Barco maes do cassal que foy de don Requia.

Item Alfonsus Suariz iudex dixit tali vieram carta d'el rex dom Afonso de Portugal e Conde de Bolonha que enquerese estes davanditos logares de Rio Frio do Tempre e do Espital e que achou y verdade d'omees boos jurados sobre santos Evangellos que e assi verdade como estes davanditos dom Fruytosso e Martim Lourenço Alfonso Menendi dixerom e Sueyro Martinz e Martim Martinz. Joam Gonçalviz. Alfonsus Petri. Martinus Petri. Lourencio. Petrus Anriquiz dixerom que estederom [*sic*] presentes quando esse juiz Alfonso Soariz filou essa enquisa d'omees boos jurados sobre los santos Evangelios e que llis virom e ouvirom dizer que o Tempre e o Espital nom avyam a aver esta collaçõe de Rio Frio maes destes III cassaes davanditos e dixerom por enquisa e per verdade ca sabem per si que nom devem y maes a aver disto. Et in esta davandita herdade unde fazem al rey estes davanditos foros meterom se en ela o Tenple e o Espital e fezerom y poblas e chantadorias e cassas e vinhas e nom servem al rey.

Item disserom que concordavam en totalas cousas que no registro son conteudas mays disserom que nom acordavam con o registro ali unde o registro diz que devem acorrer monte com el rey e con o ricomem porque dixerom que virom correr monte ao ricomem e nunca os chamou nem ussaram a la a yr com ele e por isto dizem que nom sabem se xi an a la a ir se nom. E ali o dis o registro que devem a dar XVIII bragaes dixerom eles que nom dam nem ussaram a dar senom XVI bragaes. E ali u o registro diz que o Espital e o Tenple nom deve a aver en Ryo Frio maes e ao cassal de don Requia e o de Pero Barvas e o de Pero Guimariz dixerom ca tiinham⁶⁶⁵ <e criiam> que era aquel testemoyo verdadeyro que derom aquelas enquisas que forom ante eles o qual testemoyo jaz no registro.

Item aderom maes ca diz o registro en como se segue e disserom que en o cassal do Tenple que chamam de don Requia que foy de vedro que nom tem hy o Tenple maes duu omem e nom defende maes per razom desse cassal. E Joham Dominguez que mora eensse cassal de don Requia e frey Lourenço disserom que rende cada ano ao Tenple desse cassal meyo maravedi e I espadoa e frangao com X ovos e huu mollo de linho e VII alqueires antre pam e vinho de terço de pam e de meyo de vinho de cabedal a anos comunaes pela medida ferrada. E disserom que o Tenple ha hy herdamentos maes [...] desse cassal e da o do Couto de susso ditos primeyramente an en logar que chamam as quintaas ham hy huma vinha e fezerom hy cassas e mora hy huu omem escussam esse omem que nom faz os foros al rey per razom dessa vinha e dessa cassa e disseram que essa vinha fora ganhada de duas molleres herdadores desse herdamento foreyro e desse herdamento nom fazem o foro al rey.

⁶⁶⁵ Palavra corrigida.

Domingos Iohanes que mora eense logar disse que dere ende o gano de dereituras meio maravedi e dous capões e Iª espadoa e VIII alqueires de vino de cabedal.

Item disserom que ganhou o Tenpre erdamento na Lageam a monte e a fonte e fezerom y vinha e cassas e defenderom pera huu omem e ora moram hy molheres e defenden as que nom fazem foro al rey. Affonso Johanes que trage esse logar disse que dera o gano huu esto duuas da meya da vinha e XV soldos de novos.

Item gaanhou o Tenple herdamento en Maadinhas en vinhas en cassas en herdamentos e mora hi huu omem e gaanharom esse herdamento duu herdador que se freyrou e defendem per i esse omem que nom faz foro al rey. Domingos Iohanes que mora en esse logar disse que dera o gano VIII alqueires de vinho e VIII soldos de dereituras e huma fugaça centeam e duas galinhas e huma cabaça de vino e luytosa e jeyra.

Item ganhou o Tenple erdamento en Vila Nova en que ha vinhas e cassas e defende per i huu omem ee tanto que ha hy hum casal comonal e gaanhoou de Meendo Moogo que foy clerigo desse moesteyro e poys confreyrou se e este herdamento comprou esse clerigo d'erdadores. Pero Periz que mora esse logar disse que dera o gano I moyo de pam e tres puças de vinho de cabedal e IIII alqueires de castanhas e meio maravedi e luytossa e jeyra.

Item disserom que ganhou erdamento en Vila Nova u chamam a Ferreyra en que an cassas e vinhas e herdamentos de lavoyra en tanto en que ha huu cassal comonal e diserom que nom sabem onde o avyam e defenden hy huu omem que nom faz foro al rey e diserom que eense cassal morou Pay Soariz e ante que se viessem pera esse cassal fazya foro al rey d'erdamento que tragia e despois que se veom pera esse cassal feze o per razom desse herdamento que tragia ante e despoys morreu esse omem e feze o a sa moller per razom dese casal en que see Marina Iohanes que mora esse logar disse que dera o gano X alqueires de pam pela ferrada e III puças de vinho e meio maravedi e quarazil e hua cabaça de vinho e jeyra e luytosa.

Item disserom que ganhou herdamento en Vila Nova de Sussaa de Pero Soariz seu merceeyro e de Meem Paiz do Canpo en que ha casas e vinhas e mora y Domingos Johanes e defende no dos foros d'el rey. E dise esse Domingos Johanes que mora hy que dera o gano hum maravedi e espadoa e III alqueires e meio de vino de cabedal. Item disserom que gaanou o Temple erdamento en quintaas en que a vinha e cassa e defendem per i huu omem de foro d'el rey. E disserom que o ganhara de Marina louvada e que era erdeyra e que o dera per sa alma e Martim Stevaiz fillo do omem que mora essa erdade disse que da dela I espadoa e I cabrito e XVI soldos de dereituras. Item disserom que ganhara huma cassa en Caschareda e defendem per essa cassa huu omem dos foros d'el rey e que ouviram dizer que a ganhara essa cassa duma moller que a dera por sa alma que era erdador. E Paay Fruytosso disse que mora en esse logar que dava dela IIII soldos.

Item disserom que o Tenple defende Pero Periz en logar que chamam Outeyro e defende o per razom da cassa en que mora a qual mandou ao Tenple huma moller erdador por sa alma e esse Pero Periz disse que dava desse logar IIII soldos e II capões. Item disserom que ganhou o Tenple en Revordãos dos Jussãos terreno en que fez huma cassa huu omem e defende se per i dos foros d'el rey e a sesega desta cassa fora ganhada dum erdador que se freyrou. Affonso germao do que mora ensse logar disse que davam dela IIII soldos e II cabritos.

Item diserom que gaanhou o Tenpre erdamento no Barral en Revordãos de Jussãos en que a cassas e vinhas e entradas e saydas pelo monte e pela vila e decessas e defendeu y huu omem e ora defendem y hia moller com sas fillas e o erdamento foy duma moller que avya nome a Royxa(?) que era erdador. E frey Lourenço dixeu que davam dela X soldos e I cabritoo.

Item disserom que gaanhou o Tenple en Revordaos de Sussaos erdamentos en erdades en cassas duma moller que avya nome Ouroso e duum seu sobrinho Pero Lourenço que foy freyre do Tenple e estes anbos foram erdadores e per esse erdamento defende o Tenple IIII omees e hua moller de senhos fogos dos foros d'el rey. E diserom que se este erdamento fosse partido per que se defendem estes V fogos que poderia lavar huu omem XX tanto. E Pero Iohanes que e quinhoeyro esse herdamento disse que dam dele meio maravedi e I cabrito e II capões e meyo de vino e quarta de pam e avia a dar antre todos VI alqueires de pam que montam a sa parte deste I alqueire e meio de pam.

Item ganhou o Tenple de Pero Onriguiz de quartas hua leyra d'erdade que foy ja pobrada e defendia el rey per i huomem e ora esta erma e perde el rey dela os foros. Item diserom que ganhou o Tenple nas Aveleeyras erdamento de Gonçalo Mendiz clerigo que est ainda vivo en casas en quintaas en cortinha que esse clerigo fez ende Pero Abril confreyre e de Johanino de Monte Redondo que era erdador com esses dous de ssusso ditos. E esse Pero Abril deu o seu quinhoncino que avya na vila e Johanino deu o seu quinhoncino da cortina e per este erdamento defende o Tenple III homees dos foros d'el rey e nom rende este herdamento ao Tenple senom hum meio maravedi.

Item dixerom que gaanho o Tenple herdamento en Caschaufu que foy de Paay Moogo que se confreyrou e foy erdador en que ha cassas e vinhas e soutu e herdade d'avoenga e moram hy IIII omees que defendem dos foros d'el rey. Domingos Martinz quinhoeyro eensse logar dise que davam dese logar II maravedis e meio e espadoa e fugaça e de dereituras e antre todos V queires de pam pela ferrada.

Item ganhou o Tenple en a Seadoria huma meya leyra de vinha de Paay Soariz que foy erdador e soya y o Tenple a defender huu omem dos foros d'el rey quando y morava e ora esta erma. Joham Salvadoriz que trage essa vinha disse que dera dela III alqueires de vino.

Item dixerom que gaanhou o Temple en Caschaufe en o casal do mato en que esta casas e almuyña duma moller que avya nome dona Euva que era erdador e mora hy huu omem e defende o o Temple des foros d'el rey. Petrus Martinz que mora esse logar disse que dera I fugaça e duas galinhas.

Item dixerom que ganhou o Tenpre eense cassal do mato quinhom de duas cassas en que mora huma moller com seu genrro e com sa filla e enpara os o Tenple dos foros d'el rey per razom da morada. Pero Martinz que mora eense logar disse que davam II soldos.

Soma dos homees que defende o Tenple dos foros d'el rey XXIII e V mo[[lles].

Item dixerom que ha y o Tenple erdades que ganhou d'erdadores onde le[va em] raçom e nom defenden per elas nenguum per razom de que nom son pobradas.

Scilicet primeyramente en Grovelas en logar que chamam a Varzea huma peça d'erdade a [qual man]dou frey Pedro que foy erdador e leva ende o Tenple en raçom a meydade e nom f[azem] dela foro al rey e enallea se al rey a foraria dessa erdade. E Pay Martinz que trage essa leira disse que dera quanto era pola sa parte IIII alqueires de pam.

Item dixerom que ganhou o Tenple huma peça d'erdade eense logar de Pigamarçal e quinhom de cassas e d'eyra e d'eyra [sic] e de vina e de quintaa de frey Duram que e neto dese frey Pero que foy erdador e enallea se al rey a foraria dessa erdade. E disse Pay Martinz que dera dela VIII soldos quanto e pola sa parte.

Item dixerom que mandou en Grovelas huu linhar e castanhas e avoenga frey Lourenço e Stevão Reymondo cavaleyro. E esse Stevão Reymondo⁶⁶⁶ comprou a⁶⁶⁷ d'erdadores e mandaro na a Santa Maria pera azeyte pera a lampada e perde el rey o seu derecho.

Item dixerom que ganhou o Tenple meya dua cassa com huma eyra e quinhom duu agro de Petrus Midiz en logar que chamam a Vya Cova e foy erdador e perde el rey os seus derechos que lli devyam a fazer dessas cousas. E frey Lourenço disse que davam dele V soldos.

Item dixerom que ganhou o Tenpre de Martim Lourenço que era erdador en as Tortas huma vinha que mandou por sa almha e perde el rey os seus derechos. E Martim Martinz disse que dava dela I soldo.

Item dixerom que ganhou o Tenple en quintaas de Paay Johanes que foy erdador e foy confreyre e deu lli per sa alma terça de seu erdamento e perde el rey os seus derechos. E frey Lourenço disse que vyo dar hum odre de vino de VI alqueires com esta outra erança de fondo de Elvira Gomez.

⁶⁶⁶ Segue-se riscado «com ese frey Lourenço».

⁶⁶⁷ Seguem-se letras riscadas.

Item dixerom que ganhou o Tenple en quintaas e en Revordãos de Sussãos de Elvira Gomez que era erdador en monte e en vila e en vinhas e en chantados en sa avoenga e deu a por sa almha porque lli davam raçom e perde el rey dela os seus direitos.

Item dixerom que das erdades foreyras mandaram ao Tenple os erdadores castineiros e arvores por sas almas.

Item dixerom que o Tenpre ha herdamento fora do couto grande e apartado no monte e derom no a lavrar e a chantar aos herdadores d'el rey aos seus omees e do Espital a raçom de quarto e de quinto e dixerom que esse herdamento que llo sabem trager des que se acordom o qual erdamento parte como se começa pelo marco do Rabinhoso e ende aa era de Baralha e ende pela agoa d'Azeveyro e ende a escusalla de penalta e ende a Cova da galiha ende a agoa de Rio Frio ende aos poços do Outeyro da Egoa ende ao porto das Chedas pela agoa a so pee pela de Pero Alvitz ende como se vem das Chedas a so pee como vem fiincer ao marco de Rabinhoso u primeiro começamos. E dixee <frey Lourenço> que rendeu este ano este erdamento com este outro de Jussãa demarcado XVI libras de novos con as castanhas. E este erdamento nom e pobrado e nom defenden nenguum per ele maes levam a raçom desse monte. Item dixerom que ham o Tenple outro erdamento e dan o a lavrar assi como este e começa se esse herdamento no porto do Fogoo e vai se as pedras de Rabadeeyra como se vay a dereito a foyo lobal ende aa Cabeça de Lagares ende a Bragadelas e torna se ao porto de Seixos ende torna se ao porto do Fogoo u primeyro começamos. E dixerom que este erdamento nom e tam boo como este primeyro.

Item dixerom que todolos omees que moram no couto do Tenple que de susso e divissado que tragem ou an herdamento fora do couto dez erdamentos que veem dos erdadores dan cada ano al rey por esse erdamento que tragem fora do couto cada omem senhos frangãos com X. X. ovos por dia de San Oane e pagam na fossadeyra per razo desse erdamento.

Item dixerom que se usou des longo tenpo aca que o erdador que se quiser ir pera erdamento dos freyres ou doutro logar qualquer coutado se o mordomo o achar ante que leve todo o seu deve lli a dar hum carneyro ao senhor da terra.

Ata aqui falaram e dixerom dos erdamentos do Tenple.

Aqui o Espital.

E ora começam a falar e a dizer dos herdamentos e dos direitos per que el rey est enganado do Espital.

In primeyramente dixerom todalas testemunhas que o Espital ha en Ryo Frio dous cassaes que son conteudos no registro convem a saber o cassal de Pero Guimariz e o casal de Petrus Barvas e dixerom que o Espital defende XVIII omees lavradores eensse cassal de Pero Barva que nom fazem foro al rey e lavram os herdamentos foreyros e eles son erdadores e nom pagam al rey de todolos foros que jazem no registro senom na fossadeyra e en huus poucos d'alqueires de castanhas que son conteudos

no registro. E de maes defenden ese cassal duas molleres que teen sigo [*sic*] dous fillos lavradores. E defenden [...] maes eense cassal hum omem e VIII molleres e hum clerigo que teen per si senhos fogos e cada huu deles trage dos erdamentos foreyros e pagam na fossadeyra e nas castanhas de susso ditas e nom pagam nos outros foros que devyam a fazer al rey per razom dos herdamentos foreyros que tragem. E forom perguntadas estas testemunhas se sabyam onde o Espital ouvera este cassal ou que foro devyam a fazer dele ao Espital de começo ou se fora d'erdadores e que foro fazyam ora estes omees ao Espital que se defendem per esse cassal dos foros d'el rey. E dixerom que ouviram dizer que esse Pero Barva fora cassado com dona Euva Saamiriz que foy erdador cuyo fora este casal e dixerom que ouviram dizer que Pero Barva fora omem da raynha dona Tareyga e pidira lli por mercee que lhi coutasse esse cassal que avya de parte da moller que nom fezesse dele foros al rey e que daria dele cada ano obrada ao Espital por sa alma e de sa moller e da rayna e dos rex que senpre viessem a Portugal. E a raynha deu llo livre dos foros que avya a fazer dele al rey. E esse Pero Barva asinoou cada ano ao Espital per esse casal pera obrada e pera candea II maravedis e meyo e dous pucaes de vino pela regaenga que faz huu puçal pela de Ponte. E dixerom que ganhou o Espital maes de foros desse casal hum meyo maravedi en Caschamondino e huma espadao e hum cabrito e terça de vinho e outro meyo maravedi en Fiscaynho e <terça de v[inho]> e que o deram por sas almas hum neto de Petro Barva ao Espital e outros que del decendiam que eram erdadores dese cassal e a por seer de nove quinhoes hum desse casal o que mandou o neto e dixerom que aquestas cousas que ouviram dizer a seus padres e omees vedros e VII omees que decendem de Petro Barva que tragia desse erdamento dixerom que era assi.

Item dixerom totalas testemoias que o Espital defende dos foros d'el rey VIII omees lavradores que todos teem senhos fogos per si e son erdadores no cassal que o registro chama de Petrus Guimariz e VII molleres e huma pobre e cada huma delas dem fogo per si e tragem do erdamento foreyro d'el rey e nom dan o quarazil e a fugaça nem os outros foros que som conteudos no registro d'el rey salvo que dan nos bragaes e nas castanhas que dan per razon dos erdadores foreiros que tragem assi como dan do cassal de Pero Barvas que de suso e nomeado. E dixerom as maes das testemoyas que esse cassal que fora dos Ramirãos que eram fillos d'algo e que o mandarom ao Espital e o Espital que o encartara a hum omem per nome Mido Pelaiz assi como parecia en huma en huma [*sic*] carta vella que fala do enprazamento que dom Paayo priol com o cabido de Leça e com todo o convento que encartarom esse cassal a esse Mido Pelaiz que desse cada ano ao Espital terço de vinho e hum moyo de pam por todo fructo que Deus y desse na qual carta jaz que foy feyta na Era de Mil e cento e LXXX^a e IX anos. E dixe Pero Martinz que era quinheyro eense casal que pagavam esse moyo desse pam en dinheyros e terça de vinho en como diz a carta con os outros que son quinhoeyros e esse casal. E Meendo Mindiz mordomo dise que davam por

aquele moyo quinto de maravedi e dise que a terça do vinho que valya huum moyo a anos comunaes. E todalas outras testemoyas dixerom que dam de mays ca diz a carta luytosa e fazem as jeyras e fazem serviço ao comendador e son serventes e obedientes ao Espital.

Ata aqui falou dos dous cassaes de susso ditos e de quantos homees defende per eles e dos foros que fazem ao Espital deses casaes.

Item agora ha de falar de quantos homees defende o Espital en herdamentos que ganhou d'omees erdadores e d'outros ganhadeos.

Item dixerom que o Espital trage huum erdamento en logo que chamam Camouços que soya seer dos herdamentos foreyros d'el rey e dixerom que desse herdamento ganhou o Espital de Martim de Vez fillo de Johan Pelaiz de Caschareda que foy freyre e era erdador e de frey Martino que e vivo e foy erdador e de Marina Batalla que foy freyra e era erdador e de dona Ousenda que foy freyra e era erdador e Martim Espadeyro e seu fillo vierom se y meter primeyro eense logar e fizerom valos e tapamentos e chantarom vina e arvores e fillarom agoa dos erdadores e per razom destes quinhoes que hy gaanhou o Espital fillarom todo o erdamento que y avyam os homees dos erdadores de Rio Frio e esse erdamento nom era partido e andavam se dele todos de lenha e de pacigoo de gaandos e de castanhas e de lavoyra e das outras cousas que aviam mester eense logar e ensarrarom no por do Espital e pos y o Espital sa cruz e ata aqui defendeu hy o Espithal dous homees que devyam a fazer foro al rey. E ora defende duas molleres que y moram desses omees que morrerom e huma tem sigo hum fillo lavrador e a outra tem fogo que avya com seu marido e mantem se per si e per esta razom defenden se dos foros d'el rey per razom do Espital⁶⁶⁸.

E Mayor Afonso e Meendo Mendiz moordomo disserom que dan ende meio maravedi e II capoes e terça de vino que val almude.

Item dixerom que o Espital trage de XII quinhoes huum de Revordãos de Susaos e de Revordaos de Jussãos eense herdamento de Revordaos que trage o Espital de XII quinhoes huu dele e partido e en daquele que e partido fez y o Espital pobraçam convem a saber Martim Afonso de Revordaos de Jusãos tem hy huma cassa no Espital en que mora e as outras casas tem no erdamento foreyro d'el rey e pela cassa que tem no Espital defende se que nom faz os foros al rey per razom dessa cassa e dixerom que nom sabyam onde o ouvera o Espital e dixerom que sabyam tempo que nom morava y nenguu por do Espital e pobrarom no des poco aa ca. Martim Afonso tem erdamento do Espital emprazado que gaanhou de dom Viuyam e de Marina Batalla que forom freyres e eram erdadores e ese Martim Afonso diz que da ende meyo maravedi e II capões.

⁶⁶⁸ Segue-se riscado «Item dixerom que o Espital trage de doze quinhoes huum de Re». Mudança de folha de pergaminho.

Item dixerom que o Espital gaanhou en Revordaos de Sussãos erdamento de Marina Muruya que foy erdador e confreyra erdamento d'avoenga en vila e en monte e en souto e defende per ela o Espital. Joham Duraez e Marina Periz e Maria Fruitosa molleres viuvas a que morerom os maridos e defendian se per i quando eram vivos dos foros d'el rey. E ese Joham Duraez dixे que dava ele ao Espital com esses outros omees quando eram vivos hua espadoa e dous capões e terça de vino e meio maravedi e quarto de pam e antre o terço do vinho e o quarto do pam nom rendera per todo ao Espital I alqueire de pam e de vino e dam luytosa e este herdamento era foreyro dos herdamentos sobreditos.

Item defende o Espital en Revordaos de Sussaos en Eyra Vedra Joham Afonso e dous seus fillos cassados en parte do erdamento sobredito que hy a o Espital de XII quinhoes huu. E esse Joham Afonso dixे que tem ele e seus fillos as cozinhas da morada no erdamento do Espital de ssuso dito e as outras no erdamento foreyro d'el rey e per esta razom defende os o Espital dos foros d'el rey. E esse Joham Afonso disse que dava com seus fillos de foro ao Espital II capões e meio maravedi e terço de vino e quarto de pam e dixे que per esse terço de vino e per o quarto de pam nom da cada ano ao Espital II alqueires antre pam e vino e dam luytosa.

Item dixerom que o Espital defendeu Afonso Cabeça dos foros d'el rey e ora defende sa moller e dous fillos que son cassados que teem as cassas e tragem erdamento do Espital de suso ditos de XII quinhoes huu. E dixerom que todos estes teem as cassas no Espital salvo duas cassas que teen no erdamento foreyro. E Pay Martinz que see casado com filla desse Affonso Cabeça dixе que davam cada ano ao Espital dese logar huma espadoa II capoes e meio maravedi hum cabrito e huma fugaça centea e huma galina e terça de vino e quarto de pam que nom passam huns anos per outros VI alqueires antre pam e vino <pela regaenga> e dan luytosa e partiçom quando morrem e iren se deytar ao Espital quando morrerem per prazo que fezerom.

Item dixerom que o Espital defende no Tallo eense herdamento de XII quinhoes hum Martim Martinz do Chão tem as casas no Espital e da cada ano ao Espital de renda III soldos e II capões e quarto de pam que nom rende cada ano I alqueire de pam.

Item defende o Espital no Tallo Domingos Pelaiz e Afonso Pelaiz e Orrac'Afonso que morreu ora o marido dos foros d'el rey en herdamento de XII quinhoes huu de suso dicto e esse herdamento nom e aynda partido con os erdeyros e dixerom que ha y demaes o dereito que y avya Oraca Johanes que lha canbhou o Espital per outro e os maes que a y ainda o quinhom de dona Ousenda que foy sa freyra e as cassas desses omees estan en herdamentos das erdades e do Espital que nom est ainda partido e defende os o Espital dos foros d'el rey. E o dito Afonso Pelaiz disse que dava cada ano ao Espital dese herdamento meio maravedi e II capões.

Item dixerom que o Espital defende no Ramo Joham do Monte en erdamento de Joham Moogo que foy clerigo e pois freyre e foy erdador e overom dele o erdamento

e o Espital e e ese Joham Moogo nom partirom ainda todo esse erdamento con os quinhoeyros e pero defende ja o Espital esse omem per razom dua cassa que y tem dos foros d'el rey. E dixerom que dam ende ao Espital cada ano IIII soldos d'Alfonso e dous capões.

Item dixerom que o Espital defende no Ramo esse herdamento de XII quinhões hum Martim Iohanes e Martim Salvadoriz e teem as cozinhas no Espital e as outras casas estam no er [sic] erdamento foreyro d'el rey e o dito Martim Iohanes dixe que el e Martim Salvadoriz dam cada ano ao Espital de foro per prazo meio maravedi e dous capões espadoa e luytosa e terça de vino e quarto de pam e antre o vino e o pam pode render VI alqueires pela de ponte.

Item dixerom que o Espital defende no Ramo Martim Periz e Marina dona moller viuva que mantem fogo per si en herdamento de XII quinhões hum e teem as cozinhas e huma corte en que teem o gaando no Espital e as outras casas estam no erdamento foreyro d'el rey e dam de foro per prazo cada ano ao Espital II capões e huma espadoa e I cabrito e meio maravedi e luytosa e terça de vino que monta cada ano ao Espital VIII alqueires de vino pela de ponte hos anos per outros.

Item dixerom que o Espital ganhou huma leyra de vina en Grouvelas en o cassal que chamam os Furees e tragian a os herdadores e davam dela meyo de vinho ao Espital e nom avyam hy outro herdamento e Affonso Periz enprazou essa vinha ao Espital e esse Afonso Periz foy se e leixou esa vina e o Espital fillou desse herdamento d'Affonso Periz que era foreyro e que fez casa e deu a per prazo e defende y I omem e da ao Espital II capões e espadoa e cabrito e meyo de vinho que rendera a anos comonaes VI alqueires de vino e luytosa e jeyra.

Notar. Ata aqui falou dos herdamentos e dos homees que defende o Espital dos foros d'el rey.

Soma dos homees que o Espital defende dos foros e dos direitos d'el rey X^{Lta} VI omees e XX e duas molleres.

E ora a de falar d'erdamentos que trage o Espital que ganhou d'erdadores e doutros homees que nom defendem per eles homees.

In primeiramente dixerom que o Espital a huma vinha no cassal do Outeyro que foy d'erdadores e nom fazem ende o foro al rey e Mendo Mendiz dixe que dan dela I alqueire de vino.

Item dixerom que o Espital comprou huma booa devessa e grande en Tavarela d'erdadores e dela comprarom e dela fillarom per sa outoridade e Domingos Pelaiz de Grovelas dixe que avya y quinhom e nom lla comprarom.

Item dixerom que comprarom outra devessa en San Martinho dos herdadores foreyros que foy de Martim do Areyro. E outra devessa d'Elvira Pelaiz que era erdador.

Item dixerom que ganhou o Espital herdamento quinhom de Pero da Cana en monte e en fonte que deu por sa alma e Pero Mendiz dixe que dera ende meio alqueire de pam.

Item gaanhou o Espital quinhom de Pero Johanes do Barro e de Moor Johanes sa irmaa que eram erdadores que deu por sa alma a monte e a fonte. Meendo Mendiz dixे que nunca recebera en rem.

Item ganhou de Maria Periz rilla [sic] quinhom da cabeça de cassal do Barral que deu por sa alma e Mendo Mendiz dixे que recebera en X ovos e I frangão.

E dixerom que os omees do Espital de Tavara fazem camyos per herdamentos d'el rey e nom podem os de Rio Frio aver ende a força alçada.

Notar. E atra aqui se acabham todolos direitos que as testemonhas se acordavam dos direitos que o Espital a en Rio Frio e dixerom totalas testemoyas que todolos omees que defende o Espital e o Tenple e os cavaleiros que todos lavram en herdamentos foreyros d'el rey e en seus regaengos e an ende os soutos e os chantados e os pacigoos e os montados e as entradas e as saidas de guisa que nom poderiam y guarir se nom fosse o de el rey.

Notar. Aqui se começam os herdamentos e os direitos que os cavaleiros ham en Ryo Frio e quantos omees eles defendem dos foros d'el rey e quaes cavaleiros e como e onde os ouverom. Primeyramente dixerom que Martim Perez Carneyro cavaleiro avya y hua leyra d'erdade que lhi ficara de Rodrigo Martinz dito Reixelo e dizem que essa leyra que vem de fillos d'algo. E esse Martim Carneyro deu essa leyra a foro a Joham Salvadoriz erdador que ora een la see e fez een la I^a cassa en que tem o fogo e huma almuya e I^a eira e as outras casas tem no erdamento foreyro e por essa casa e por essa almuyinha e por essa eyra da cada ano ao dito Martim Periz per prazo I^a espadoa e dous capoes e III soldos de Leon vellos e luytosa e quando se quiser sair desse logar dar a sesta do que y gaanhou por esses foros que esse Joham Salvadoris faz ao dito Martim Periz defende o que nom faz os foros al rey.

Item dan en Ryo Frio omees tallados a esse Martim Carneyro de foro XII alqueires de castanas pelo alqueire de Godio luz.

Item esse Martino Carneyro an Caschareda erdamento en monte e na vila e quinhom de soutos e mora e ele Martim Maça e dava lli cada ano XVIII soldos por toda cousa e defendia ele dos foros d'el rey e ora mora hy sa moller e defende a do foros d'el rey.

Item esse Martim Carneiro defende dos foros d'el rey en Pigamarçal Pero Johanes e Pero Soariz Domingos Martinz e dona Maria sa ama com huum fillo lavrador e Maria Martinz que tem fogo per si.

E dixerom que sabem que esse cavaleyro nom ha hy outro herdamento senom que essa Maria Martinz lli criara huma filla per razom d'amadigo. E dixerom totalas testemoyas que se acordavam que esse Martim Carneyro nem outro fillo d'algo nom defendia esses omees ante que y criassen essa filla de Martim Carneyro. E Domingos Pelaiz e Pero Johanes e Martim Johanes e Joham Fruitoso e Pay Periz e Joham Bugallo e Pero Gonçalviz testemonhas de suso ditas dixerom que Martim Corço que morava na erdade que fora de Viuyam Corço que dizyam que a dera el rey erdamento regaengo

que llo servisse e que llo onrrara quanto era o seu quinhom que virom ir estar na anudova de Valença e Martim da Lageam que entom tragia esa eradade virom no na anudova de Melgaço e depois que a esse Martim Carneyro criarom essa filla defendeu esses omees dos foros d'el rey e dixerom que os defendia pelo serviço que lli fazyam maes nom por outro foro que lli en façam.

Item dixerom que Duram de Geey cavaleiro a quinhom en Caschareda en monte e en vila e en soutos e est outra tanta como a de Martim Periz Carneyro e defendia per ela hum omem e que lli dava XI soldos Alfonsus e II capões e esse omem gafou se e deytou fora e ora esta ermo e dan lli ende XI soldos e esta o logar despobrado e quando e pobrado perde el rey os seus foros. E dixerom que nom sabyam onde xi ouvera esse herdamento ele nem o dito Martim Carneyro.

Item dixerom que Vaasco Martinz de Vilarino e Roy Martinz d'Antas e Pero Fernandiz cavaleyros compraram senhas peças de devesa en Tavarela d'omees herdadores.

Aqui se acabam as herdades dos cavaleyros que han en Ryo Frio.

Aqui se começa os logares que se defenden per amadigos dos cavaleyros.

Item dixerom que da quintaa do Ramo defenden hy huum omem dos foros d'el rey per razom que criarom hy huu fillo d'algo dos de Jorlla e defende se ora per razom dessa quintaa Lourenço Martinz neto de don Lourenço que foy juiz.

Item dixerom que en Ranhados criou don Salvador Stevão Reymondo cavaleyro e ora defende se per razom dese amadigo Pero Salvadoriz seu fillo dos foros d'el rey.

Item dixerom que criarom Maria Fernandiz filla de Fernam Reymondo en Eira d'Onega e que a criara Meem Pelaiz e dona Domingas e mora y neta deses amos e seu marido e dan o quarazil e a fugaça e o bragal e escussa se dos outros foros per razom desse amadigo.

Item dixerom que Martim Rial que ganhou huu herdamento en Eira d'Onega en doaçom de Domingos Falagueyro que foy jogar e ficou a Pero Rial seu fillo clerigo e defende per i hum omem que nom faze os foros al rey e rende a el cada ano XVI soldos de dereituras e III capões e huum sesteyro de vinho.

Item dixerom que esse Pero Rial comprou y quinhom de vinhas e de canpos e de casas e de castanhas do erdamento foreyro d'el rey e nom faz esse Pero Rial ende foro al rey. Soma dos que se defendem dos foros d'el rey pelas herdades dos cavaleyros e de Pero Rial e per amadigos scilicet X homees e duas molleres.

Item todalas testemunhas de suso dictas disserom que todolos homees coutados de susso ditos pagam todos o bragal per razom da fossadeyra.

Estes som os que fazem XII foros al rey en Ryo Fryo. In primeyramente Pay Martiiz de Pigamarçal. Joham Afonso do Outero. Pay Periz do Estremadoyro. Joham Bugallo. Duram Perez. Pero Gonçalviz. Petro Iohanes de Ranhados. Martim Salvadoriz da Costa. Meendo Afonso das Quintaas. Domingos Pelaiz d'eyra d'Onega. Estes homees moram em Grovelas.

Estas son as as [sic] molleres que pagam meyo foro al rey. Maria Johanes dita Gaga. Mayor Iohanes das Quintaas. Stevaya do Outeyro. Marina Periz do Agueyro. Dona Domingas d'eyra d'Onega. Maria Mendiz sa filla. Dona Orraca. Dona Duraça. Mayor Periz d'Eixerto. Gaanha Bem. Marina Gomez. Maria Domiguiz de Vya Cova. Maria Mendiz de Vila Nova. Marina Johanes de Vila Nova.

Estes homees de fondo moram aalem do rio que fazem XII foros al rey. Martim Verdugos. Martim Afonso. Gonçalo Martinz. Affonso Nuniz. Pero Bravo. Joham de Coyra. Joham Peliz. Pay Mendiz. Estes fazem XII foros.

Pero Rodriguiz. Joham Perez. Joham Nuniz. Joham Fruytoso. Martim Johanes seu filho. Joham Duraez. Pero Simoyz. Mee Fruytoso.

Estas som as molleres que pagam meyos foros al rey. In primeyramente Stevaynha. Marina Gonçalviz. Moor do Lagar. Domingas da Cima. Domingas Monteyra. Maria Gonçalviz. Marinha Johanes da Devesa. Dona Tareyga. Mayor do Cassal. Ouroana. Item dixerom que da herdade dos Calvos do Estremadoyro dam cada ano ao mosteiro d'Azer de manda que lli fez hum erdador d'el rey vi almudes de vino no lagar e por Natal I fugaça duu alqueire e meio de centeo pela regaenga e I galina e I alqueire de vino.

Item dan lli II alqueires antre pam e vino pela de ponte do herdamento que foy de don Mido J (?).

Isto foy VI^a feyra X dias andados de Novebro Era M^a CCC^a XXII^a. Testemunhas que presentes forom Pero Rodriguiz abade de Santyago de Pias. Pedr'Anes mirinho de Pena da Rayna. Paay Anes pobrador de Camya. Domingos Johanes juiz de Valdevez. E eu dicto juiz de Valdevez a estas cousas presente fui e fix seelar este instrumento de meu seelo.

E eu Stevão Martinz tabaliom de Valdevez a estas cousas presente fui e este instrumento escrevi estes meus sig-[SINAL NOTARIAL] naes pugi en testimonho que taes sam.

473. 1285.01.05 – Tomar [A]

João Eanes, tabelião de Tomar, a pedido de Fr. Gonçalo Gonçalves, comendador de Soure e comendador-mor da Ordem do Templo em Portugal, faz trasladar uma carta de D. Dinis, de 1281.11.12, pela qual o rei atribui à Ordem dois casais.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 4 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 99r-99v

Feria VI. V dias andados de janyero Era M^a CCC^a XXIII^a frey Gonçallo Gonçalviz comendador de Soure e comendador mayor do que Ordim do Temple a en Portugal mostrou a mim Joam Eanes tabelliom haa carta do mui noble senhor don Dinis rei de Portugal e do Algarve e seelada do seu seelo verdadeyro da qual a mim tabelliom o dicto frei Gonsallo Gonsalviz pidiu o tehor dela o qual tehor tal e.

[*Insere o traslado do documento de 1281.11.12 – Guarda*]

Feyto este traslado no dia de sususcrito. Presentes frey Lopo Rodriguez Stevam Martinz tabelliom de Thomar e eu Joham Eanes publico tabelliom de Thomar a petiçom do dicto frey Gonsallo Gonsalviz este traslado com mha mão propria escrivi e meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal y pusi que tal e.

474. 1285.01.05 – Tomar [B]

Estêvão Martins, tabelião público de Tomar, faz publicar um documento de 1283.03.11, pelo qual se mostra que Soeiro Nunes, cavaleiro de Cambra, doa à Ordem do Templo um herdamento que recebera de seu irmão Gonçalo Nunes, que fora freire da dita Ordem, com a condição de o deixar em herança à Ordem.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 33* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 110r-110v*

Eu Stevam Martiinz publico tabellion de Thomar vi e lii huum estromento feyto per mão de Girald'Eanes publico tabelliom de terra de Pavya e assinado de seu sinal segundo como contem esse estromento do qual o teor he tal.

[*Insero o traslado do documento de 1283.03.11 – Lourosa do Campo*]

E o dicto estromento lehudo frey dom Gonçalo Gonçalviz comendador mayor do que ha o Tempre em Portugal peudi mi que lhi desse huum traslado do sobredicto estromento o qual no e raso non cancellado nem borrado nem antrelinhado nem em nenhuma maneyra conrronpudo mays boom e ludimo. Fecto o traslado em Tomar V dias de janeyro Era M^a CCC^a XXIII^a. Testemunhas. Joham Eanes tabelliom de Tomar Stevam Martiinz juyz de Tomar Joham Eanes dicto Calçaperra Pedro Diaz dicto Perrim Affomso Alvariz et eu Stevam Martiinz tabelliom de susodicto a petiçom do sobredicto frey dom Gonçalo Gonçalviz este sobredicto traslado com mha mão propria screvi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hi pusi em testimonho de verdade.

475. 1285.05.04 – Lisboa

D. João Peres, outrora alvazil de Lisboa, doa à Ordem do Templo duas tendas ou casas na vila de Santarém, na freguesia de Santa Maria de Marvila, na rua dos Mercadores, e uma vinha em Valada, entre outros bens.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 18* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 5, n.º 4* (inserto em documento de 1285.05.18 – Lisboa); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 39v-40r e fls. 214r-214v* (inserto em documento de 1285.05.18 – Lisboa)

Noverint universi presentem instrumentum scripte inspecturi quod ego donnus Johannes Petri alvazil Ulixbonensi pro multa gratia et pro tam boom adiutorio quod mihi fecit Ordo Templi et pro Cira quam de ipso Ordine tenui pro eo do dono et concedo predicto Ordini perpetuo duas tendas seu domos quas ego habeo in villa Sanctarene in collatione Sancte Marie de Marvilla in rua Mercatorum cum omnibus iuribus et pertinenciis suis et concedo Deo Ordini quandam bonam vineam

labrusquam quam iam sibi dederanus que est in Valada que fuit Martini Azeyteyro et per dicte tende fuerint Johannes Stephani et donne Mattis uxoris sue. Habant dictus Ordo predictas tendas et vineas prout iam dictum est et faciat de ipsis et in ipsis quicquid sue placuerit voluntati tamquam de sua propria possessione ab hac die usque in perpetuum iure hereditario possidendas et hoc bona fide pro me et pro omnibus successoribus meis promitto attendere et inviolabiliter conservare et in contrarium non venire. Actum est Ulixbone IIII die madii in Era M^a CCC^a XXIII^a. Presentibus ad hoc adhibitis et rogatis Dominico de Crispis tabellione Ulixbonense. Domno Stephano Iohannis archidiacono Sanctarene. Fratre Martino Iohannis. Fratres Dominico de Sanctarene de Ordinum Minorum et Petro Iohannis Caramaros. Et ego Dominicus Suerii publicus tabellio Ulixbonensi de mandato et consensu supradicti domni Ihoannes Petri huic donationis presens fui et ex inde hoc instrumentum manu propria confeci et in eo signum meum in testimonium apposui quod tale [SINAL NOTARIAL] est.

476. 1285.05.18 – Lisboa

Pedro Aires, tabelião público de Lisboa, confirma que verificou quatro documentos relativos a bens na praça dos Mercadores, na paróquia de Santa Maria de Marvila, em Santarém, e em Valada, e que mais tarde reverteriam em favor da Ordem do Templo.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 5, n.º 4 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 214r-215v

In Dei nomine. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod ego Petrus Arie publicus tabellio civitatis Ulixbonensis vidi legi et diligenter inspexi in presencia tabellionum et testium subscriptorum quatuor instrumenta quarum inde duo erant confecta per manum Dominice Martini publici tabellionis Sanctarene et eius signo consignata et aliorum duorum erat unum confectum per manum Salvatoris Didaci tabellionis predictae ville et eius signo consignatum et aliud erat confectu per manum Dominici Suerii tabellionis civitatis Ulixbonensis et eius signo consignatum. Quorum tenorem succesive tale sunt.

[*Insero o traslado dos documentos de 1285.01.29 [A]⁶⁶⁹, 1285.01.29 [B]⁶⁷⁰, 1285.03.06⁶⁷¹ e de 1285.05.04 – Lisboa*]

⁶⁶⁹ D. Mater, outrora mulher de João Esteves, com Pedro Eanes e Maria Eanes vendem a Pedro Eanes «Caramelho» e a sua mulher, Maria Domingues, a sua parte de duas tendas que têm na praça dos Mercadores, na paróquia de Santa Maria de Marvila, em Santarém. Documento não transcrito neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

⁶⁷⁰ D. Mater confirma que vendeu a Pedro Eanes «Caramelho» e a sua mulher, Maria Domingues, a sua parte de duas tendas que tem na praça dos Mercadores, na paróquia de Santa Maria de Marvila, em Santarém. Documento não transcrito neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

⁶⁷¹ Pedro Eanes «Caramelho» e a sua mulher, Maria Domingues, confirmam que compraram a D. Mater duas tendas que esta tinha na praça dos Mercadores, na paróquia de Santa Maria de Marvila, em Santarém. Documento não transcrito neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

Quorum instrumentorum tenores ego Petrus Arie supradictus tabellio de verbo ad verbum nichil addens nichil diminuens per quod littera vel sensus mutetur in hanc publicam formam redegī et de mandato et rogatu religiosi viri fratris Gunsalvi Gunsalvi comendatoris de Sourī gerentis locum magister Ordinis militie Templi in regno Portugalie exinde hoc publicum instrumentum manu propria confeci et in eo meo signum quod est [SINAL NOTARIAL] tale apposui in testimonium premissorum. Actum fuit hoc Ulixbonensis XVIII^a die madii Era M^a CCC^a XXIII^a. Presentibus ad hoc adhibitis et rogati tabellionibus infrascriptis. Fratre Laurentio Martini comendatore de Poombal. Fratre Johanne Suerii comendatore de Castello Novo. Fratre Martino Fernandi comendatore de Ega. Fratre Luppō Roderici comendatore de Faro. Fratre Alfonso Pelagii comendatore de Fonte Arcato. Fratre Roderico Pelagii comendatore de Ponte Ferrato. Fratre Johanne de Ornedā e fratre Arias Iohannis dicti Ordinis. Domno Johanne Petri et domno Stephano Iohannis archidiacono Sanctarene et Petro Carameros mercatore Sanctarene.

Et ego Dominicus Suerii publicus tabellio Ulixbonensis rogatus a predicto domno Gunsalvo Gunsalvi comendatore de Sourī hiis omnibus interfui et in isto instrumento signum meum apposui in testimonium hius [sic] rei quod est [SINAL NOTARIAL] tale. Actum Era mense die et loco superius nominatis.

Et ego Petrus Iohannis publicus tabellio Ulixbonensis rogatus a predicto domno Gonsalvo Gunsalvi comendatore de Sourī hiis omnibus interfui et in isto instrumento signum meum apposui in testimonium premissorum quod est [SINAL NOTARIAL] tale. Actum Era mense die et loco superius nominatis.

Et ego Dominicus Petri Ulixbonensis tabellio rogatus a predicto domno Gunsalvo Gonsalvi comendatore de Sourī hiis omnibus interfui et in isto instrumento signum meum apposui in testimonium hius [sic] rei quod est [SINAL NOTARIAL] tale. Actum Era mense die et loco superius nominatis.

477. 1285.05.31 – Lisboa

D. Dinis confirma à Ordem do Templo todos os seus privilégios e costumes.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 16, n.º 2 (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 23v-24r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A])

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todos aqueles que esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee aa Ordin do Temple en meu reyno outorgo a essa Ordin seus boons privilegios e seus boos usos. En testemonyo da qual cousa dey a essa Ordin esta carta aberta seelada do meu seelo de chumbo. Datum en Lixboa prostumeyro dia de mayo el rey a mandou Francisqu'Eanes a fez Era M^a CCC^a XXIII^a.

478. 1285.06.01 – Lisboa

D. Dinis profere sentença sobre nove casais a favor da Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 1* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 95v-96r*

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a Joham Paiz meu porteyro saude. Sabede que sobre contenda que era peran [sic] antre don Gonçalo Gonçalviz teente as vezes do meestre da Cavalaria do Tenple en Portugal da huma parte e Rodrigo Afonso Ribeyro per seu procurador da outra sobre herdamentos hermos e pobrados en que dizia esse don Gonçalo Gonçalviz que lhi fazia força o dicto Rodrigo Afonso os quaes foram de Gonçalo Nuniz que foy seu freyre os quaes son estes que se seguem, convem a saber, dous casaes no Canado e huum casal na Macinata e huum casal em Merlaens e huum casal no Picoto e huum casal hermo e esse Picoto e tres casaes em Cabanas que he em termo de Caambra muytas razões perante mi rezoadas da hua parte e da outra e avudo comselho sobre todo julguey os dictos casaes cum todas sas perteenças aa dita Ordin e o dito don Gonçalo Gonçalviz quitou ao dicto Rodrigo Afonso todas las cousas e fruytos e renovos que ata aqui ouve dos ditos casaes e herdamentos. Porque vos mando que vista esta carta vaades aos ditos logares e entregade os dictos casaes cum todas sas perteenças ao dito don Gonçalo Gonçalviz ou a seu procurador en nome da dita Ordin do Tenple. Unde al non façades se non tornarmos por ende a vos. E esse don Gonçalo Gonçalviz ou outrim por el tenha esta carta. Dada em Lixboa primeyro dia de junyo el rey o mandou per Paay Dominguiuz sobrejuiz. Joam Vicente a fez. Era M^a CCC^a XXIII^a.

479. 1285.07.13 – Lisboa

D. Dinis profere sentença no pleito entre a Ordem do Templo e o concelho de Tomar, sobre certas dúvidas que havia sobre os direitos dos fornos de pão e lagares de azeite, entre outras questões.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 16, n.º 2* (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 139r-140v⁶⁷²; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 24r-25r⁶⁷³ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 33v-34v⁶⁷⁴; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 61v-63r⁶⁷⁵

Publ. Rosa 1965, pp. 52-53⁶⁷⁶

En nome de Deus amen. Porque per aveença e per concordia parten se muytas contendas demandas e desaveenças que som antre muytos homens que ham desvayrados corações

⁶⁷² Datado de 1295.

⁶⁷³ Datado de 1285: «Dada em Lixboa [fl. 25r] treze dias de Julho. El rey o mandou Francisqu'Eanes a fez. Era millessima CCC^a XXIII^a».

⁶⁷⁴ Datado de 1295.

⁶⁷⁵ Datado de 1295.

⁶⁷⁶ Datado da «Era 1295».

e desvayrados prepoymentos e sol entrar amor e paz antre elles per que veem a boom stado e a booa cima. Porem como contendas e demandas fossem perante mim dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve antre a Ordin do Temple per dom Gonçalo Gonçalviz seente em logo de maestre en meu reyno da huma parte e os juizes e o concelho de Thomar per Domingos Martiiz seu procurador avondoso da outra per partir contendas demandas e desaveenças tivi per bem de saber a verdade e de filhar o feito en mim e de partir essas contendas e demandas per juizo em como se segue en estes artigos adeante scriptos.

Primeiramente os juizes e o concelho demandavam que deviam a aver e a fazer lagares d'azeite em Thomar. E eu ouvvy conselho com mha corte sobre esto e sobre as cousas que se seguem. E julgo e mando que a Ordin aja e faça os lagares d'azeite em como sempre husarom e non os aja o concelho e a Ordin faça o mais cedo que poder os dictos lagares que se non percam as olivas per mingua de lagares e deve o factio a andar aa booa fe.

Item demandavam que a Ordin non lhis leixava fazer moynhos de farinha nos regatos. E eu julgo que os vezinhos de Thomar faça cada huum en testeyras dessas herdades os dictos moynhos sen contenda nos dictos regatos e non no rio grande de Thomar. Item demandavam que a Ordin non lhis leixava fazer fornos en essa villa. E eu julgo que a Ordin aja os fornos em como os ham e husarom ata aqui e non os aja o concelho. Item demandavam que a Ordin levava delles alcavala contra seu foro e contra sa carta. E eu catey o foro e a carta e achei que a non deviam a dar e julgo que a non levem delles des aqui adeante.

Item demandavam que a Ordin levava delles portajem contra seu foral contra sa carta. E eu catey o foro e a carta e achei que a non devia a dar e julgo que a non levem delles daqui adiante.

Item demandavam que deviam ameter o concelho os juyzes con na Ordin. E eu julgo que o comendador chame dos homens boons do concelho quaes vir per bem quando se deverem a fazer os juizes e faça esses quaes per ben tener juizes con conselho desses homens.

Item demandavam que a Ordin deffende que nenhum homem doutro termho non vehesse polos seus burrens nem nos levasse pera adubar.

Item demandavam que a Ordin lhis fazia força per que fezerom deffesa outrisi sobre sas olivas. E eu julgo que cada huum dos do concelho leve seus burens e sas olyvas livremente pera hu quiser. E outrossi os homens dos outros termhos venham polas olyvas se lhes mester fezerem e levem nas per hu quiser seu dono dellas dando a dizima aa Ordin.

Item demandavam que a Ordin non lhis leixava aduzir vinho pera seu beber de fora do termho no tempo do relego. E a Ordin querendo fazer graça ao concelho outorgou que cada huum vezinho de Thomar possa per si e non con outros aduzir

onde quer vinho no relego pera seu beber e non pera vender e se o vender peytar seseenta soldos. E se for homem sospeyto e non lhy poderem provar que o vendeu salve se assi como o comendador e os juizes virem per ben. E eu outrossi essa graça que lhis fez a Ordin que a ajam per juizo assi como jaz pera todo sempre.

Item demandava o concelho que a Ordin lhi fazia força sobre los ressios que lhos embargava e non os leixava usar delles. E eu julgo que os ressios da terra sejam da Ordin e do concelho sem malicia como sempre foram.

Item demandavam que a Ordin lhis fazia força non lhis leixando teer moos en sas casas en que moesem o pam e mandavam lhas britar e outrossi non lhis leixava aver fornhalhas en que cozessem o pam. E eu julgo que cada huum vezinho de Thomar aja sa fornhalha se lhi prouger e coza en ela seu pam e non coza por poya. E outrossi mando que cada huum que quiser aver moos que as aja livremente e sen contenda en que moa seu pam e non moa por maquia.

Item demandavam que non queriam tomar o dizimo dos mostos se non en dinheiros e outrossy que os constrengiam que levassem a dizima das olyvas aa casa da Ordin. E eu julgo que o dizimo dos mostos que os den en dinheros ata Sam Cibraão e tirem das dizimas as custas aa boa fe como sempre husarom e julgo que levem a dizima aa casa da Ordin das olyvas ca achei que a Ordin lhys leixou dos dereytos que aviam d'aver e que lhis fez graça em outras cousas por darem o dizimo dos mostos en dinheiros assy como suso e dito e por a levarem as ditas olyvas assy como contheudo en huma composiçom que as partes dizem que hi ha.

Item demandavam que a Ordin non lhis leixava fazer poombaes nem eyrados nem banhos. E eu julgo que todo vezinho de Tomar que quiser fazer poombaes e eyrados que os faça e os aja sen contenda. E dos banhos julgo que os faça tam solamente a Ordin se os quiser fazer e sejam da Ordin.

Item demandavam que lhis non leixava a Ordin levar no tempo do relego os seus vinhos fora de Thomar. E eu julgo <que se guarde> o huso e o costume que ata aqui antressy ouverom e husarom sobre esta demanda.

Item julgo e mando que as composições que ha antre a Ordin e o concelho que se guarden todas aa boa fe.

Item julgo e mando que todalas contendas e demandas que a Ordin e o concelho antressi avyam ata aqui que sejam quites e non se demandem mays. E dos juizes de suso dictos e de todalas cousas que suso son postas prouge ende aas partes e prometerom as aa guardar aa boa fe. En testimonio destas cousas dey ende aas partes senhas cartas. Dada em Lixboa XIII dias de julho el rey o mandou Francisqu'Eanes a fez Era M^a CCC^a XXIII^a.

480. 1286.04.08 – Pombal

Martim Peres, cavaleiro da Ordem do Templo, entrega a D. Lourenço Martins, comendador de Pombal, vários bens nos termos de Pombal e Leiria.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 132r-132v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 252r-253r

In Dei nomine amen. Conhoscam quantos esta carta virem e leer ouvirem que em presença de mym Dominguos Paez publico tabaliam de Poombal Martim Periz cavaleiro do Aliten deu e entregou a frey dom Lourenço Martinz comendador de Pombal casal da Galageira e hos moynhos que foram de Jannete [*sic*] hos quaaes ho sobredito Martim Periz tiinha da hordem do Temple e com todo o al se el hi avia ou de direito deve aver. E outrosy lhe entregou quantos herdamentos avia em termo de Pombal [fl. 132v] rotos e por romper com todos seus direitos. E outrosy lhe foy entrega has casas que avia em termo de Leyrea per chave e per telha e ho seu quinhom dos moynhos e dos pisões e todolos outros herdamentos assy vinhas como matas rotas e por romper que avia em termo de Leyrea. E esta entreega fecta o sobredito Martim Periz disse ao sobredito comendador e hos outros freyres que hi estavam comendador, eu fuy criado do Temple e fezerom me muyto bem da hordem eu por Deus e por minha alma salvar e nomeadamente por mil libras que eu ouve da hordem em dinheiros em boas dieiradas estando en na saude e com todo meu siso comprido em meu bom entendimento nembrando me da morte ha qual a nenhuum non he perdoada dou a hordem do Temple pera ha bailia de Poombal todallas cousas que som de sobredictas que vos ora entreguey e todallas outras cousas que eu hy e hu quer que ho aja ouver ou de direito deve aver asy movel como de raiz que ho aja ha hordem do Temple des aqui em diante quite e libre pera todo sempre sem contenda e sem nula condiçom que nem eu nem outrem que depos mym veer que ho non possam demandar. E por esta cousa seer mais firme e mais estavel e que nunca possa viir em duvida rogo a Domingos Paez tabaliam de Poombal que vos faça ende huuma carta de todas estas cousas a que foy presente assy da entrega que vos fiz como da doaçom. E rogo Domingos Johannes e Pero Cerveyra juizes de Poombal que ponham em esta carta ho seelo do concelho. E eu Domingos Paez tabaliam de Poombal a rogo do sobredito Martim Periz cavaleiro do Alynte esta carta escrevi e este meu sigal [*sic*] hi pus que tal he em testemunho de verdade. E nos juizes de Poombal a rogo do sobredito Martim Periz possemos em esta carta ho seelo do concelho de Poombal. Hos que presentes foram a esta entrega e doaçom hos sobreditos Domingos Johannes e Pero Cerveira juizes de Pombal e Fernam Martinz. Francisco Soayres do Alqueydom Doriivos. Domingos Ihoannes. Joham Johannes. Feyta em Poombal feria IIII^a, VIII dias andados de abril Era M^a CCC^a XX^a IIII^a annos.

481. 1286.05.17 – Montemor-o-Velho

Martim André, público tabelião de Montemor-o-Velho, faz copiar uma composição amigável celebrada entre Fr. João, abade do mosteiro de Santa Maria de Seiça, e o mestre da Ordem do Templo sobre a abertura das águas em Migalhó, datada de 1266.12.01.

ANTT. *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Seiça*, mç. 3, n.º 83

In Dei nomine amen. Noverint universi presens instrumentum inspecturi quod in presentiae mihi Martim Andree publici tabellionis Montis Maioris Veteris et testium subscriptorum frater Johannes abbas Ceycis ostendit et legi fecit quandam litteram sigillatam sigillis veris et integris venerabilium virorum magister Stephani decani Colimbriensi et Gonsalvii Fernandi comendatoris maioris Templi in Portugalia et Laurentii Martini prioris Alcobacie iudicum arbitrum inter magistrum et fratres Militie Templi et abbatem et conventum de Ceycea super apertis que fuisse erevit ab ipsis in Migaloo cuius litteris de verbo ad verbum talis est tenor.

[*Insero o traslado do documento de 1266.12.01 – Soure*]

Huius autem littere tenoris transcriptum supradictum abbas ante supradicte tabellione peciit cum instancia sibi dari. Et ego supranominatus tabellio ad instancia supradicti abbatis predictam litteram manu propria transcripsi et in hoc scripto signum meum apposui in testimonium veritatis quod tale est [SINAL NOTARIAL]. Qui presentes fuerunt Dominicus Ihoannis de Valada. Durandus(?) Regnaldi. Iohannes Amigo. Martinus Magro. Alfonsus homo abbatis. Frater Martinus de Alanquerie monachus Alcobacie. Ihoannes Martini monachus Ceycie. Actum fuit hoc in Monsmor XVII die madii Era M^a CCC^a XX^a IIII^a.

482. 1286.07.10 – Lisboa

D. Dinis ordena aos concelhos da Ordem do Templo para que usem das suas alçadas como sempre o fizeram.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7*, mç. 16, n.º 2 (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 25r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 2r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 3r-3v

Dom Denis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a todolos concelhos do que a Ordem do Tempre ha em meu regno que esta carta virdes saude. Mando vos que as alçadas que filhardes que as filhedes asy como ante husavades a filhar ata que vos eu mandey que totalas alçadas que as filhassedes pera mim. Unde al nom façades. E mando que a dita Ordem ou alguem por ela tenha esta carta. Datum en Lixboa X dias de julho el rey o mandou per Pero Martins da Romeeyra seu vassalo. Domingos Perez a fez Era M^a CCC^a XXIII^a.

483. 1286.10.31 – Tomar

Estêvão Martins, público tabelião de Tomar, a pedido de D. Diogo Martins, capelão de Tomar, e de Setembro Domingues, clérigo de Tomar, faz publicar uma doação de Fr. D. Estêvão Peres Espinhel e sua mulher, D. Maria, de 1281.04.13.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 179v-180r

Conoscão quantos este estromento virem que eu Estevão Martinz publico tabalião de Thomar presente e as testemunhas adiante escritas Septembro Domingues clerigo de Thomar em nome e por mandado de frey dom Diogo Martinz capellão de Thomar assi como esse Septembro Dominguez disse mostrou e fez ler per mym hum instrumento sellado do sello do concelho de Tomar o qual eu fiz em outro tempo não raso não borrado não entrelinhado não cancelado nem em nenhuma maneira corrompido mas boom e lidimo do qual o teor de verbo a verbo tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1281.04.13 – Tomar*]

E o dito estromento leudo per mym o suso dito Estevão Martinz dei ende o treslado. Feito em Thomar postumeiro dia d'outubro Era de mil CCC XX IIII. Testemunhas Gil Martinz. Estevão Dominguez clerigo. João Martinz alfaiate. E eu tabalião sobredito a petiçom do dito Septembro Dominguez este treslado em nha forma publica retornei. E este estromento com nha mão propria escrevi e asinei em testemunho de verdade.

484. 1287.04.16 – Castelo Branco

D. João, bispo da Guarda, e D. João Fernandes, mestre da Ordem do Templo em Espanha, e os freires da Ordem em Portugal fazem uma composição sobre os direitos episcopais das vilas e termos de Nisa, Alpalhão e Montalvão, terras da Ordem.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 213v-214v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 95v-96r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 173v-174v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 155vr-156r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 462-464

Publ. Costa 1771, n.º 72, p. 289⁶⁷⁷

Noverint universi presentis compositionis seriem inspecturi quod cum inter nos fratrem Iohannem Dei gratia Egitanie episcopum et capitulum eiusdem ecclesie ex una parte et nobilem et religiosum virum donnum Iohannem Fernandi magistrum militie Templi in Yspania et fratres ipsius Ordinis in regno Portugalie ex altera [fl. 214r] super iuribus episcopalibus de Nisa Alpalham et Montalvam cum terminis suis questio verteretur seu verti speraretur pro bono pacis et concordie inter nos tandem super ipsis iuribus episcopalibus de consensu utriusque partis huiusmodi amicabile composio intervenit. In primis videlicet quod nos magister et fratres et populi de Nisa de Alpalham et de Montem Alvom recipimus vos dom fratrem Iohannem Egitanie episcopum et successores vestros in nostros episcopos. Item

⁶⁷⁷ Datado de 16 de maio; o autor por lapso não terá copiado a palavra *Kalendas*.

quod vos donne episcopo et capituli et successores vestri habeatis seu percipiatis integre quintam partem nomine tertie pontificalis de omnibus decimis falis et mortuariis prefatorum trium locorum et terminorum suorum scilicet de Nisa de Alpalham et de Montalvom exceptis oleribus almuynarum. Et quod comendatores ipsorum locorum teneantur presentare quolibet anno vobis donno episcopo seu procurationibus vestris vel capituli vestri terciarios ydoneos qui decimas omnes falas et mortuaria fideliter erigant colligant et conservent. Et de eisdem vobis donno episcopo et capitulo vestrisque successoribus ac nobis magistro vel comendatoribus ipsorum locorum dent inde suum directum prout superius est expressum. Item quod comendatores ipsorum locorum teneantur vobis donno episcopo presentare vel vicariis vestris capellanos ydoneos ad regendum ecclesias ipsorum locorum et populos quolibet anno qui a vobis adhoc presentare in curam recipiant animarum. Jurantes quod tam iura Egítaniense ecclesie quam Ordinis nostri diligenter exquirent et fideliter procurabunt. Item placet nobis magistro et fratribus quod in uno ipsorum locorum ubi vos donne episcopo magis videritis oportunum ad conservandum panem vinum et res vestras et ad pousandum cum vestris domos proprias habeatis. In aliis vero duobus conductitiis vel acomodatas domos habeatis ad conservandum panem vinum et res vestras. Ad quas habendum comendatores ipsorum locorum teneantur iuvare vos. Et cum vos donne episcopo semel in anno visitaveritis loca ipsa recipiatis vos vel successores vestri in Nisa pro procuratione ecclesie ipsius loci tantum in victualibus quantum secundum compositionem recipitis in Salvaterra. Et panis et vinum dentur vobis per mensuram per quam dantur in Salvaterra. Item in Alpalham recipiatis pro procuratione semel in anno cum veneritis ad visita dum tantum in victualibus quantum secundum compositionem recipistis in Tauro et hoc per mensuram ipsius loci de Tauro. Et similiter tantundem pro procuratione de Montalvam. Et placet nobis magistro et fratribus quod tam in colectis istis quam in ceteris quas per episcopatum debetis accipere in ecclesiis Ordinis vinum et omnia alia victualia de ut decet dentur vobis bona. Item quod comendatores ipsorum locorum teneantur [fl. 214v] providere vobis donne episcopo et familie vestre cum veneritis ad visitandum de ospiciis congruentibus quod etiam in ceteris locis nostris observari volumus et mandamus. Et utruque pars se obligat sub pena centum marcarum argenti soluendarum parti observanti hanc compositionem perpetuo observare. Et nos magister et fratres petimus a vobis donno episcopo et capitulo pro gratia quod relevetis interdictum quod actenus posuistis predecesores vestri et vos in locis supradictis quod absolvatis nos donne episcopo tam fratres quam clericos et laycos a sententiis excommunicationis quas in eis predecesores vestri et vos occasionem contradictionis huiusmodi posuistis. Remittentes nobis quicquid de iuribus episcopalibus in tribus locis prefatis actenus habuimus. Et nos predicti episcopus et capitulum omnes ipsas interdicti et excommunicationis sententias relevamus et removentes remittimus vobis

pro nobis et sucesoribus nostris quicquid de iuribus episcopalibus nostris in locis predictis actenus habuistis de gratia speciali. Et ut hec compositio maius robur obtineat firmitatis fecimus inde fieri duas literas per alphabetum divisas quarum una remanear penes nos episcopum et capitulum alia penes vos magistrum et fratres et eas fecimus sigilorum nostrorum scilicet episcopum capituli et magistri minime roborari. Actum fuit hoc apud Castellum Blancum dum ibi celebratur capitulum ipsorum fratrum XVI kalendas maii Era M^a CCC^a XX V^a.

485. 1287.11.02 – Santarém

*Filipe Guilherme e Luzia Afonso, sua mulher, doam à Ordem do Templo vinte e três estins de terra em Santarém, no lugar chamado Monção. Esta terra fora comprada a Vicente Julião a 28 de fevereiro de 1287*⁶⁷⁸.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 4, n.º 5 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 32v-33v

In Dei nomine. Cognoscan quantos virem a ordiança do presente scripto que eu Philippe Guillelme e eu Luzia Affonso moller do davandicto damos e octorgamos de nossa livre vootade a Ordin do Temple viinte e tres astiis de herdade que havemos em ternho de Sanctaren em loco que en dicto Monçan por nossas almas e por criança e por bem e mercee que recebemos da Ordin do Temple. Da qual herdade estes sun os termhos en oriente Alpearça in occidente Tejo in aquilone a Ordin d'Ocles in avrego Santa Maria da Alçaova. Que presentes foram Pedro Periz Faler. Martim Gunçalvis clerigo de San Juyão. Petrus Martiinz dicto Macho. Joham Paiz alfajeme. Domingos Rosto. Martim Alvana. Stevam Iohanis Arrodo. Pedro Diaz. Joham Martiinz Mathei ricohon. Joham Fernandiz çapateyro. Joham Periz porteiro do concello. Dum Afonso Gomez comendador. Frey Martim Gumçalviz capelam. Frei Johane e Martim Soariz clerigo d'el rey. E que esta nossa doaçon seja mais firme e mais stavil pera sempre demos nos davandictos Philippe Guillelme e Luzia Affonso a davandicta Ordin do Temple aquesta nossa carta aberta seelada do garnimento do seelo de mi Philippe Guillelme e eu davandicta Luzia Affonso louvo e octorgo o ponimento do seelo e esta doaçon e aquesta carta e totalas cousas y conteudas. Fecto fuy aquesto em Sanctaren dous dias andados do mes de novembro Era M^a CCC^a XXV^a. Item aquestas sum as testimoyas que presentes stavam quando o davandicto Philippe Guillelme entregou a davandicta herdade a dum Affonso Goniz [*sic*] comendador da casa da cavalaria do Temple en Sanctaren. Martin Soariz priol de Sanctiago de Monsaraz. Leonardo Periz raçoeiro de Sam Juyão. Affonso Periz. Frei Andreu Soariz. Frei Johane. Dum Symon. Martim Periz laboradores de Monçam e Petrus Dominguis.

⁶⁷⁸ Segundo o sumário de ANTT. *Gavetas*, Gav. 12, mç. 9, n.º 15 (*Gavetas (As)*, vol. II, p. 765).

486. 1288.01.09 – Montemor-o-Novo

D. Dinis, a pedido de D. Paio Gomes, comendador de Castelo Branco, envia uma carta ao alcaide da vila, alertando que só o juiz ordinário, ou o juiz do paço, possam citar pessoas.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 89r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 161v

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaldes de Castelo Branco saude. Sabede que dom Pay Gomez comendador dessa villa se m'enviou dizer queixar que perde moyto dos seus direitos dizendo que quando eu mando minhas cartas a essa villa pera chegar alguém a dereito ou pera costrenger que vos mando as minhas cartas que costrengades ou acheguedes alguém a dereito ou arreiguedes alguém ou que façades outras penhoras que per vos as devedes affazer se nom pelo juiz do paço ou per aquel que anda hy en logo do senhor da terra caminha entençom non e deu a el tolher o seu dereito porque vos mando que des aqui adiante leixedes usar esse juiz do paço de seu officio como deve per vosso mandado ou aquel que andar en seu logo do senhor da terra ca vos non avedes porque penhorar nem costrenjer nem arraygar nem vender se nom quando ele non quisesse ou non podesse daquel seu officio usar. Porque vos mando que compradres encontro de quinhentos soldos. E esse dom Paay Gomez ou outros por el tenha esta carta. Datum en Montemoor o Novo IX dias de janeiro el rey o mandou per Paay Dominguis sobrejuiz Johanne Andre a fez Era M^a CCC^a XXVI^a.

487. 1288.03.30 – Santarém

João Martins, chamado Bordalo, vigário, João Peres, Martinho Soeiro, Paio Mogo e Mateus Domingues, porcionários da igreja de Santiago de Santarém, com o consentimento de D. Afonso Gomes, comendador da Ordem do Templo em Santarém, doam a Domingos Eanes, chamado Bordalo, e a sua mulher, Domingas Eanes, umas propriedades em Lepas, termo de Santarém, sob determinadas condições.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 28

Noverint universi quod ego Johannes Martini dictus Bordalo perpetuos vicarius Johannes Petri Martinus Suerii Pelagius Moogo Petrus Moogo et Matheus Dominici portionarii ecclesie Sancti Jacobi Sanctarene de mandato et assensu donni Alfonso Gomecii comendatoris Ordinis Templiar Sanctarene presentis et consentientis damus ad forum vobis Dominico Iohannis dicto Bordalo et uxori vestre Dominice Johannis domos vineas olivetum et totum herdamentum de pane quod dicta ecclesia habet in terminis Sanctarene in loco qui dicitur Lepas quod herdamentum sint donni Didaci Garsie olim rectoris eiusdem ecclesie. Damus inquam vobis ad forum dictum herdamentum quod illud habeatis et possideatis in perpetuum et omnis posteritas vestra post vos sub hiis conditionibus quod tam vos quam successores vestri detis inde annuatim dicte ecclesie quartam partem totius fructus quod Deus ibi dederit et decimam spiritualem et fugaciam de duobus alqueires de forma et decem ova salvo

tantum ganato de quo nil debetis dare nisi solam decimam spiritualem et hec debetis dare de casali de palacio quod de aliis dobus casualibus debetis respondere secundum tenorem carte vestre quam inde tenetis. Et si dictum herdamentum vel herdamenta vos vel successores vestri vendere volueritis tanto pro tanto debetis ea vendere dicte ecclesie. Et si dicta ecclesia illam vel illud comparare noluerit debetis ea vendere tali persone de qua dicta ecclesia habeant suum directum libere et in pace. Nec tantum abii Ordini nec militi nec clerico nec persone religiose nec generose nec mauro nec judeo nec debitori domni regis nec alicui potenti. Et ego supradictus Dominicus Iohannis laudo et concedo omnia et singula supradicta. In cuius rei testimonium fecimus ex inde fieri duo instrumenta per manum Stephanuo Iuliani publici tabellionis Sanctarene quorum quelibet partium suum teneat. Actum Sanctarene XXX die marcii Era M^a CCC^a XX^a VI. Presentes Dominco Iohannis tabellione. Fratre Andrea. Fratre Martino Gonsalvi capellano. Fratre Johanne. Dominico Gonsalvi et ego Stephanus Iuliani publicus tabellio Sanctarene rogatus a pertibus supradictis concessioni dicti fori interfui et eidem dictum comendatorem consentire vidi et duo instrumenta quorum unum hoc est ex inde scripsi et hoc si-[SINAL NOTARIAL] gnum meum appoui in utroque.

488. 1288.06.02 – Tomar

D. Dinis profere sentença sobre a contenda que havia entre D. Lopo Rodrigues, comendador de Tomar, e D. Margarida, procuradora de seu marido D. Aparício, acerca de uns moinhos na ribeira de Ceras, entre Pias e Gontigeira, no termo de Tomar. Por esta sentença a Ordem recebe metade do que rendiam os moinhos, exceto o quarto que leva o moleiro.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 7, n.º 1 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 100r-100v

Sob contenda que era antre frey don Lopo Rodriguiz comendador de Thomar da huma parte e Dona Margarida procurador de seu marido dom Aparisso da outra sobre huuns moynhos que son em termho de Thomar na agua de Cera antre as Pias e a Gontigeyra louvarom se as partes que Joham Suydade e Domjnguiz Lopez juyzes de Thomar e Stevam Martiinz tabelliom desa vila fosen ao logar hu os muynhos eram e soubessem a verdade de qual dereito hi a Ordim devia aver e os dictos juyzes e tabelliom forom ala e acharom en verdade per omeens boons que os moynhos severam ja en tres logos e que a Ordim ouvera ende senpre a meydade salvo o quarto que leva ende o molleyro senpre. E os dictos juyzes julgarom que a Ordim ouvese a meydade dos moynhos salvo o dicto quarto que leva o molleyro. Fecto em Thomar dous dias de juyngo. Era M^a CCC^a XXVI^a. Testemunhas Stevam Martiinz genrro de Calçapera. Domingos Paez Calvo. Domingos Pesaz. Joham Eanes Calçapera. Migael çapateryro. Egas Pegeyro. Pero Aceyro. Frey Paay Moniz. Frey Ayras Eanes alcaide de Thomar. Frey Joham Bechacho. Et eu Setembro Diaz publico tabellion de Thomar a estas cousas prezente fuy e a petiçom e a rogo do dicto comendador este

estromento com mha mão propria escrivi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hi pusi em testimonho de verdade. Et nos juyzes susodictos a rogo e a petiçom do dicto comendador seelamo la do seelho [*sic*] do concelho de Thomar.

489. 1288.08-12

D. Dinis ordena inquirições gerais em todo o reino e nas quais se encontram referências aos bens e direitos da Ordem do Templo. Dois anos depois, em 1290, são emitidas as sentenças, também publicadas pela coleção dos Portugaliae Monumenta Historica.

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Nova Série, vol. IV, tomos 1 e 2

490. 1289.06.18 – Lisboa

D. Domingos Eanes Jardo, bispo de Évora, e D. Afonso Gomes, mestre da Ordem do Templo em Portugal⁶⁷⁹, fazem composição amigável, segundo a qual a cobrança dos direitos episcopais e dízimos da igreja de Arez⁶⁸⁰ e seu termo ficaria reservada ao bispo, enquanto a Ordem ficaria com o direito de padroado da dita igreja.

ASE. *Cabido da Sé de Évora*. CEC-3-III, fl. 31r (cuja lição se segue); CEC-3-IV, fls. 26v-27r; CEC-3-V, fls. 20v-21r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 214v-215r⁶⁸¹; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 174r-174v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 333v-334r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 103-105

Publ. Costa 1771, n.º 74, pp. 290-291

Composição entre o bispo e cabido d'Evora e a Ordem do Temple sobre Ares e seu termo

Conhoscam todos quantos esta carta virem e ouvirem que como contenda fosse entre nos D. pela mercee de Deus bispo e o cabido d'Evora de huma parte e dom Afonso Gomez meestre do que ha hordem do Temple ha em Portugal e os freyres dessa meesma Ordem da outra sobre los direitos bispaaes que nos bispo e cabido d'Evora deviamos a aver en a eigreja d'Ares e de seu termo acima a prazer d'ambalas partes vehemos aa tal amigavil composicom, convem a saber, nos sobredictos meestre e freires da davandita Ordem por nos e por nossos successores prometemos e obrigamos nos a dar a vos sobredits bispo e cabidoo e a vossos sucessores pera todo sempre a quarta parte das dizimas da sobredicta eigreja e de seu termho e que demos a vos bispo e a cada huum de vossos successores a vossa colheita quando hy veherdes visitar qual a eigreja poder sofer segundo as rendas e as riquezas da sobredita eigreja. E nos

⁶⁷⁹ D. Afonso Gomes, como mestre da Ordem do Templo, confirma vários documentos em 1261, e é comendador de Tomar em 1272 e comendador de Santarém em 1274 e 1288.

⁶⁸⁰ Sobre Arez, que foi parte integrante da vigararia de Tomar no tempo dos Templários e posteriormente comenda da Ordem de Cristo, veja-se o trabalho de Leitão 2008.

⁶⁸¹ No título que antecede o documento diz: *Composição entre ha hordem e ho bispo d'Evora sobre ha egreja d'Areens*. O fl. 115 está cortado na margem externa o que impede a leitura do final das linhas, tendo a reconstituição sido feita com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 174r-174v. Viterbo alude a este documento como uma escritura original com três selos pendentes, estando no cartório do convento de Tomar (Viterbo, ed., 1798, p. 335).

sobre dicto bispo por nos e por nosso cabidoo quitamos a vos sobredito meestre e freires da dicta Ordem tod'aquele dereito que da dicta eigreja deveramos a aver ata aqui. Et vos mestre e freires da dicta Ordem deveades a nos e a nossos sucessores presentar aa dita eigreja cada que vagar clerigo freyre ou segral ydoneo que nos faça obedeencia e nos pare bem hos nossos dereitos. E devemos ele a confirmar na dita eigreja aa vossa presentaçom pera sempre ou per tempo. E que esta composiçom non possa viir em dulta e seja firme e stavil pera todo <sempre feze>mos ende fazer duas cartas semelhaviis de huum theor das quaaes cada huma das partes deve ter huma. E nos sobreditos bispo e cabidoo d'Evora fazemos poer os nossos seelos nas sobreditas cartas. Et nos frey Afonso Gomez d'outorgamento dos freyres da nossa Ordem fazemos as ditas cartas seelar do nosso seelo.

Feita foy esta carta em Lixbooa dez e oito dias de junho da Era de mil e trezentos e viinte e sete anos.

491. 1289.08.17 – Tomar

Estêvão Martins, tabelião público em Tomar, a pedido de D. Lourenço Martins, comendador de Pombal, passa público instrumento da bula «Cum abbates», de 1265.06.08, pelo qual concede à Ordem do Templo isenção do pagamento de dízima das terras que lavrassem e utilizassem.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 18 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 35v-36r

Presente eu Stevam Martiinz publico tabelliom de Thomar e as testemunhas adeante scriptas frey don Lourenço Martiinz comendador de Poombal mostrou hum privilegio do padre santo Clemente papa o qual eu vi e o melhor que pudi esguardey non raso non antrelinado non cancellado no[n] borrado nen em nulha outra maneyra corrompudo do qual o teor he tal.

[*Insero o traslado do documento de 1265.06.08 – Perugia [C]*]

Et o dicto frey Lourenço Martiinz pediu mi que volvesse o dicto privilegio en mha forma publica e que lhi desse ende huum estromento. Fecto em Thomar XVII dias de agosto Era de mil e trezentos e viinti e sete. Testemunhas frey dom Afonso Gomez maestre do Tempre en Portugal. Frey dom Gonçalo Gonçalviz comendador de Souri. Frey Soeyr'Eanes. Frey Diego Paez capellam. Joham Eanes dicto Calçaperra e eu dicto tabelliom a petiçom do dicto frey dom Lourenço Martiinz este estromento com mha mão propria scrivi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hi pusi en testimonio de verdade.

492. 1290.10.08

Estêvão Fernandes, Gil Fernandes e Martim Fernandes, filhos de D. Fernando Gomes e de D. Sancha Pais, confirmam que os seus pais tinham doado à Ordem do Templo uma vinha e uma almoinha em Abrantes.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 4 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 83r

Conhoscam todos aqueles que esta carta virem e leer ouvirem que eu Stevam Fernandez e eu Gil Fernandez e eu Martin Fernandez filhos em outro tempo de dom Fernam Gomez e de dona Sancha Paez conhecemos e outorgamos e vimos de maenfeito que os dictos nosso padre e nossa madre derom e outorgaram a Ordim do Tenple huma vinha e huma almoyna que aviam em Avrantes por muyto bem e por muyto algo que da dicta Ordim receberam. Et nos dictos Stevam Fernandez e Gil Fernandez e Martim Fernandez outorgamos e confirmamos a dicta doaçom que o dicto noso padre e a dicta nossa madre derom a dicta Ordim. Et nos outrosi damos e outorgamos a dicta vinha e a dicta almuina a dicta Ordim. Et renunçamos a dicta Ordim todo direito que nos avemos ou speramos aver na dicta vinha e na dicta almuyna tambem por nos como por nossos successores. Fecta esta carta oito dias de octubro Era M^a CCC^a XX^a VIII^a. Et por esto seer mays firme e nom viir e nom viir [*sic*] em duvida nos susodictos Stevam Fernandez e Gil Fernandez e Martim Fernandiz fizemos seelar esta carta dos nosos seelos pendentis a qual a dicta Ordim tenha em testimonho dista cousa.

493. 1290.11.04 – Acre

O patriarca de Jerusalém, e legado da Sé Apostólica, faz publicar em pública-forma uma bula de Clemente IV, pela qual os cavaleiros da Ordem do Templo não podem dar preceptorias e comendas da Ordem a outros religiosos, mesmo que esse pedido seja feito por reis.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 16, n.º 2 (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 26v-27r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fls. 47r-47v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 81v-82r

Publ. Ferreira 1735, pp. 914-916

Universis Christi fidelibus presentes litteras inspecturis. Frater N. de Ordine Predicatorum permissione divina sacrosancte Iherosolimitane ecclesie patriarcha Acconensis ecclesie minister humilis et Apostolice Sedis legatus salutem in Domino Jesu Christo. Noverit universitas vestra nos vidisse litteras felicis memorie Domini Clementis pape IIII sanas et integras vera bulla et vero filo serico bullatas pro ut verissimiliter apparebat. Quarum tenor sequitur in hec verba.

[*Insere o traslado do documento de 1267.11.22 – Viterbo*]

In cuius rei testimonium presentes litteras sigilli nostri munimine fecimus roborari. Datum Accon anno Nativitatis Domini millesimo ducentesimo nonagesimo indictione tertia die IIIIº mensis novembris.

494. 1290.12.18 – Tomar

Setembro Dias, tabelião público de Tomar, a pedido de D. Lourenço Martins, comendador-mor da Ordem do Templo em Portugal, fez publicar uma carta de D. Afonso II de 1217, pela qual o rei toma à sua guarda as pessoas e bens da Ordem do Templo em Portugal.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 12, 1.º documento* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 101v-102r*

In Dei nomine. Conhoscam quantos esto estormento virem que o religioso onesto barom e sage frey don Lourenço Martinz comendador moor do que a o Temple no reyno de Portugal mostrou e fez leer per mi Setembro Dominguez publico tabelliam de Tomar huma carta do mui nobre senhor don Affonso pela graça de Deus en outro tempo rey de Portugal non rasa non antrelinada non borrada nem en outra maneyra nenhuma coruta mays boa y ledima e seelada do seu seelo verdadeiro do chumbho pendente da qual o teor e tal.

[*Insero o traslado do documento de 1217 – Santarém*]

Et a dicta carta mostrada e lehuda o comendador susodicto pediu a mim taballiam susodicto o traslado da dicta carta. Fecto en Thomar XVIII dias de dezembro Era M^a CCC^a XX^a VIII^a. Que presentes foram Joham Eanes Calça Perra. Joham Dominguez dicto Cortes. Domingos Perez clerigos. Et eu Setembro Dominguez tabelliam susodicto a rogo e a petição do dicto comendador este estormento com mha mão propria scrivi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hi pusi en testimonho de verdade.

495. 1291.03.20 – Coimbra

D. Dinis envia carta aos seus juizes da Guarda para que a comenda de Touro volte a ficar da Ordem do Templo, como era antes de ser devassada por um seu porteiro aquando das inquirições.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 114r* (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 213-213v*

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos juizes da Guarda saude. Sabede que o meestre do Tempre e os freyres me disserom que quando ora eu mandey publicar as inquisições que foram feitas sobrelas outras que que hum meu porteyro foy a Touro e deitoo todo em devasso a pos ende fora o comendador e os freyres que hi estavam. Por que eu mando que todo esse logar de Touro quanto o meu porteiro deitou em devasso que ste agora ssy como stava ate que o esse meu porteyro deitasse em devasso. E pero esto não tolho eu que non avya o meu deryto que hi ey quando demandar quiser. E vos o vosso soo hi avedes e o comendador do Touro tenha ende esta carta. Datum em Coimbra viinte dias de março el rey o mandou per Lourenço Scola. Stev'Eanes a fez Era de mil trezentos viinte e nove annos.

496. 1291.03.23 – Tomar [A]

Estêvão Martins, público tabelião de Tomar, a pedido de D. Lourenço Martins, mestre da Ordem do Templo, procede à transcrição da bula de Urbano III de [1186-1187].02.10.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 1, n.º 10*

Eu Stevam Martiinz publico taballiom de Thomar presente dante o muyto onrrado barom religioso honesto e saje frey don Lourenço Martiinz maestre da Ordim da

cavallaria do Temple en o reyno de Portugal mostrou a mim esse maestre huum privilegio do padre sancto Urbão papa terceyro o qual vi e lii e o melhor que eu pudi esguarday non raso non borrado non cancellado non antrelinado non en outra nhuma maneyra conronpido mays são boom e entrego seelado do verdadeyro saelo do dicto padre sancto en verdadeyro fio do qual o teor é tal.

[*Insero o traslado do documento de [1186-1187].02.10 – Verona*]

E o dicto privilegio leudo o de suso dicto maestre pediu mi ende o traslado. Fecto em Thomar viinte tres dias de março en a Era de mil e trezentos e viinte nove anos. Testemunhas Septembro Dominguis tabelliom de Thomar. Frey Pedro Meendiz cappellam de Thomar. Martim Anes hirmão de Ayras Johannes. Martim Silvestre scrivam e eu Stevam Martiinz publico tabelliom iam de suso dicto a petiçom e de mandado do dicto maestre o dicto privilegio en mha forma publica retorney e ende este estromento com mha mão propria scrivi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hi pusi en testimonio de verdade.

497. 1291.03.23 – Tomar [B]

D. Lourenço Martins, mestre da Ordem do Templo, faz ler por Estêvão Martins, tabelião público de Tomar, a bula «Non absque dolore cordis», do papa Lúcio III, pela qual ordena a todos os prelados de Portugal que excomunguem todos aqueles que provocassem dano à Ordem do Templo, tanto nos seus bens como nos cavaleiros.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 30 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 89v-90r

O muy noble saje e muy religioso barom frey dom Lourenço Martiinz maestre da Ordim do Tenple en o reyno de Portugal mostrou e fes leer per mim Stevam Martiinz publico tabelliom de Thomar huum privilegio do padre sancto Lucio papa terceyro non raso non cancellado non antreliado nem en outra maneyra de nenhuma parte conrronpido mays são e entrego [*sic*] e selado do verdadeyro seelo do dicto padre sancto en verdadeiros fios do qual o teor he tal.

[*Insero o traslado do documento de [1184].12.16 – Verona*]

E o de suso dicto privilegio leudo o maestre de suso dicto pediu mi ende o traslado. Fecto en Thomar viinte tres dias de março Era de mil e trezentos e viinte nove anos. Testemunhas Septembro Dominguis tabelliom de Thomar. Frey Pedro Meendiz capellam de Thomar. Martin Anes hirmão de Ayras Eanes. Martim Silvestre scrivam. Eu Stevam Martiinz tabelliom ia dicto a petiçom e de mandado do de suso dicto maestre o dicto privilegio en mha forma publica retorney e ende este estromento com mha mão propria strivi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hy pusi en testimonio de verdade.

498. 1291.04.05 – São Martinho do Couto

D. Américo, bispo de Coimbra, e Fr. Soeiro, comendador de Pussos, com autorização de D. Lourenço Martins, mestre da Ordem do Templo, fazem acordo sobre a visitação e a prelazia da igreja de Santo Estêvão de Pussos.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 7, n.º 22*⁶⁸² (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 51r-51v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 144r-144v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 276r-277r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 88v-89v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 36-38; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 71r-71v

Publ. Costa 1771, n.º 75, p. 292

Conoscam quantos esta carta virem que nos dom Aymeric pela graça de Deus bispo de Coymbra querentes a procuraçom da eygreja de Sant'Estevam de Puçus da Ordem do Temple per razom da visitaçom que a nos de dereyto deve seer dada certa e taxada seer que nom venha duvida depouys entre nos e nossos successores e o comendador que polo tempo for posto dos freyres do Temple fazemos tal composiçom com frey Sueyro comendador em esse tempo de Puçus e capelam dessa eygreja de Puçus aveendo special mandado sobr'aquesto do religioso barom dom Lourenço Martinz maestre da cavalaria da Ordem do Temple no reyno de Portugal per letras de procuraçom abertas e do seelo verdadeyro desse Lourenço Martinz segundo que parecia seeladas e en nenhua parte de si sospeytas feytas per mao de Johan'Eanes publico taballiom de Tomar e do seu synal sinaadas assi como em essas letras apparecia as quaes letras de vervo a vervo conpridamente son escriptas pela autoridade da qual procuraçom e em nome e en logo dessa eygreja de Puçus tal procuraçom por si e por seus successores quando aa dicta eygreja formos per razom de visitar hua vez no ano a nos e aos bispos que depos nos venherem am de dar compridamente e sem contradita segundo como se segue. Eu frey Sueyro pom mi e polos comendadores que despoys mi venherem e em nome e en logo da dicta eygreja e por razom da dicta procuraçom primeyramente III quarteyros de farina de trigo peneyrada. Item III quarteyros de cevada. Item II puçaes de vino. Item II carneyros vivos. Item um porco que valha quarenta soldos. Item XI galhinas e quatro capoes. Item IIII cabritos. Item L^a ovos. Item meya onça de çafram. Item duas onças de pimenta. Item meyo alquer de manteyga. Item meyo alquer de mel e una reste d'alhos e hua de cebolas. Item I libra de bona cera e belha e hum affusal de linho. Item I alquer de milho pera a lavandeyra. Item I libra pera os sergentes. Sal e vinagre e lenha que avonde. Estas cousas e cada huma promete a boa fe por mi e por meus successores e por sempre a gardar compridamente. E nos bispo dom Aimeric por amor que avemos aa Ordem do Temple e que duvida da procuraçom que nos devem dar na eygreja removamos e que certa e detremeada procuraçom des aqui recebamos a dicta procuraçom taxamos assi come de suso dito

⁶⁸² No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 469, está datado de «1290, Abril, 5».

louvamos e outorgamos. E mandamos que esses freyres do Temple ajam o prelado da dicta eygreja e que possam poer capelaes assi segraes come de sa Ordem e cada que eles quiserem hy poer e o capelam deve arreceber a cura de nos ou de nosos vigayros. E nos outorgamos por nos e por nossos successores a darmos la cura se forem ydoneos. E nos sobredicto frey Lourenço Martinz maestre por nos e pola nossa Ordem e polo dicto frey Sueyro capelam o nosso seelo posemos em fermidume de verdade e em testimonyo e do tenhor da dicta procuraçom e de todas las outras cousas sobredictas salvo en todas las outras cousas o deryto vosso e da eygreja de Coymbra, convem a saber, devem hyr a nosso synodo o capelam e de nos dar a terça e de gardar e fazer agardar as sentenças do bispo de Coymbra e de conteer a dicta eygreja e de aministrar ela. E que esto seja mais firme e non posa vehyr em duvida nos dom Aymeric bispo de suso dicto posemos esta carta nosso seelo em testimonyo de verdade. Feyto foy esto en San Martinho do Couto V dias andados de abril. Era M^a CCC^a XXIX^a.

499. 1291.06.19 – Marialva

Afonso Martins, tabelião régio em Marialva, a pedido de D. João Soares, comendador de Castelo Novo, procede ao traslado do documento de 1279.08.22, pelo qual D. Dinis, a pedido do mestre da Ordem do Templo, ordena que ninguém maltrate os freires e cavaleiros da dita Ordem, nem roube os seus bens.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 12, 2.º documento (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 102r-102v

Conhoscam todos quantos este estormento virem e ouvirem que eu Affonso Martiinz tabaliom d'el rey en Marialva e perante as testimonhas adeante scritas vi e lii e esguardey huma carta do noso senhor el rey aberta e seelada do seu seelo pendente e era a cera vermelha e a corda branca a qual carta non era rasa nem corrupta da qual ho teor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1279.08.22 – Guarda*]

A carta leuda Dom Joham Soariz comendador de Castel Novo e priol de Sam Oane de Marialva pedio a mim sobredicto tabaliom que lhi desse o teor dela com meu sinal. Eu sobredicto tabaliom a rogo do dicto Joam Soariz este teor de vervo a vervo scrivi e em ele meu signal pugy que tal he [SINAL NOTARIAL]. Fecto foy em Marialva dez e nove dias de junyo Era de mil e trezentos e vinte e nove anos.

500. 1291.07.28 – Lisboa

D. Dinis profere sentença sobre a contenda entre o mestre da Ordem do Templo e o concelho de Penamacor acerca da posse de Bemposta, pela qual determina que o lugar da Bemposta seja entregue à Ordem.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 12, n.º 9 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 98v-99r

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que como contenda fosse perante mim antre o maestre do Temple en meu reyno da huma parte e o concelho de Penamocor per seus procuradores da outra sobrela Benposta eu ouvidas muytas razões da huma parte e da outra e sabuda a verdade por que achey que ante que a mha enquisiçom que eu mandey fazer sobre feyto das onras fosse feyta essa Ordim e o concelho andavam em preyto amte mim sobressa Benposta julgando mandey e mando que essa Ordin do Temple seja tornada sobre feyto dessa Benposta ao estado em que estava ante que esta enquisiçom fose julgada ca eu revogo tod'aquelo que sobre razom desse logar he feyto per essa enquisiçom. E mando que essa enquisiçom quanto en este feyto e non de dano nen prol a nenhuma das partes. E mando que se o concelho alguma cosa filharom da Benposta per razom dessa inquisiçom que o entreguem logo todo ao maestre assy como o filharom e fique salvo a cada huma das partes seu dereyto sobr'esto. Em testimonyo da qual cousa dey ende esta carta ao maestre. Dada em Lixboa XXVIII dias de julho. El rey o mandou per sa corte Ayras Martins a fez Era de mil trezentos viinte nove anos.

501. 1293.03.09 – Repolos (Lamego)

Vicente Domingues, tabelião régio em Lamego, faz publicar carta de composição entre o bispo de Lamego, D. Ega, e o mestre do Templo, D. Martim Nunes, de 1254.03.21.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 231r-232r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 149v-150r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 286v-287v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 145v-146v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 166r-166v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 456-458

Saibham quantos este estormento virem e ouvirem que em presença de mim Vicente Dominguiuz thabaliã de nosso senhor el rey em Lamego e das testemunhas adiante scriptas vi e lii huuma carta de tres seelos seelada per a b c partida humm seelo do bispo de Lamego e ho outro em meyo de dom Martim Nunez que se chamava meestre do Tempre e outro do cabiido de Lamego non rasa nem antrelinhada da qual ho theor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1254.03.21*]

[fl. 231v] [...] Ha qual carta [fl. 232r] leuda frei Estevam Lourenço comendador de Longroiva pedio ende a mym tabaliã ho traslado. Esto foi em Repolos a par de Lamego nove dias de março Era de mil CCC XXXI anos. Hos que presentes foram Joham Dominguiuz. Domingos Dominguiuz de Repolos. Pero Dominguiuz de Ponde. Martim Afomso de Barreiros. Egas Lourenço escudeiro de Viseu e outros. E eu tabaliã de susodicto esta carta trasladei e verbo a verbo e meu sinal hi pus que tal he em testimonyo de verdade.

502. 1293.04.03

*Lopo Peres, juiz por Sancho IV de Castela, em Badajoz, Cáceres, Moura e Serpa, é enviado pelo rei de Castela para se informar acerca de uma contenda entre D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, e D. Teresa Gil, e para fazer um acordo entre os representantes das Ordens do Templo e do Hospital sobre a demarcação dos termos das vilas de Moura, Serpa, Olivença e Monsaraz*⁶⁸³.

ANTT. *Gavetas, Gav. 18, mç. 7, n.º 9*⁶⁸⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 20, mç. 14, n.º 1, fls. 10v-11v*

Publ. *Gavetas (As)*, vol. XI, pp. 168-169 (versão ANTT. *Gavetas, Gav. 20, mç. 14, n.º 1, fls. 10v-11v*); *Comenda (A) de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, n.º 30, pp. 109-112

Sepam quantos este estormento virem como yo Lope Periz juiz d'el rey en Badajoz e en Caçres e en Mora e en Serpa by una carta de mio señor el rey sobre razon de contienda que era entre Dona Tarasa Gil por razon de los terminos en que me mandava que so pena da la sua merced que yo sobiesse verdat de omes bonos de Mora e de Serpa e de otros logares suas vezindades per quantas partes podiesse em como fueran estos terminos partidos entre la Ordem del Temple e el Espital et asinalladamente en como lo partira don Martin Nunez maestre del Temple e don Alfonso Periz Farina comendador de Mora por el Espital que per aly posiese los mojonos e los feziese guardar. Et yo tome omens bonos de Mora e de Serpa e de Amoçom [*sic*] e de Monsaraz e de otras partes quantos yo falle que fueran en aquella particion quando estos don Martim Nuniz maestre del Tenple e don Alfonso Periz los sobredichos partiron. E con estos e con el concejo de Mora e de Serpa e con otros omens bonos muchos fomos a Valença de Monbey que es puebla de la Orden del Tenple e llamamos Joham Periz e frey Nicolas freyres del Teeple e a los alcalles e a los omens bonos desse mismo lugar que visen jurar sobre santos Evangelios aquellos omens bonos que fueron en esta particion sobredicha. E yo dant'ellos tome lles la jura sobre santos Evangelios que bien e lealmente me mostrasen esta particion per u fuera. Et los omens que juraron de Mora som estos Estevam Dominguez Enxato e Domingos Sorriano Pero Negro e Martim Dominguez dicto Bragas Machos Lourenço Domingos Pedre de la Mota Redonda Domingos Alfonso Calvino e Joham Periz Montagraço. E de Serpa Miguel Silvestre. E d'Olivença Vivas Periz. E de Monsaras Martim Delgado e Martim Bardeyra e Domingos Estevanz. E yo Lope Periz juyz

⁶⁸³ A 1 de fevereiro de 1259, Afonso X de Leão e Castela, entregara à Ordem do Hospital as vilas e castelos de Serpa e Moura, e um dos confirmantes é D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo (publ. *Comenda (A) de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, n.º 16, pp. 35-38). O documento ANTT. *Gavetas, Gav. 20, mç. 14, n.º 1, fls. 10v-11v* assinala que Lopo Peres, juiz do rei de Castela, é mandado por Sancho IV, rei de Castela, para se informar acerca de uma contenda entre a Ordem do Templo e D. Teresa Gil e para fazer um acordo entre os representantes das Ordens do Templo e do Hospital por causa da demarcação dos termos das vilas de Moura, Serpa, Olivença e Monsaraz, e o documento está datado de 3 de abril de 1293 (publ. *Comenda (A) de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, n.º 30, pp. 109-112). Também o documento ANTT. *Gavetas, Gav. 18, mç. 4, n.º 4* (de 1455.02.08, publ. *Comenda (A) de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*, n.º 176, pp. 507-511) faz referência a esta contenda.

⁶⁸⁴ Documento em mau estado, rasgado, com orifícios e manchas. A reconstituição do texto em falta foi feita com base em ANTT. *Gavetas, Gav. 20, mç. 14, n.º 1, fls. 10v-11v*.

sobredicto mande de partes d'el rey a estas testimonias ya dictas que fuesen mostrar e apegar por du fueron partidos estos terminos sobredictos e ellos fueron amostrar me los en esta manera a mim e a estos concejos sobreditos e a otros omens bonos muchos de otras partes que yvan y comigo.

Et al primero mojon a que llegamos foy este la cabeça que esta sobre Val de Galiana sobre la fuente de la Juncia e daly m'amostrarom como partirom contra Ardila per el cerro que vay a la cabeça em que esta un piçarral cerca el corral de las Tapias e desta cabeça como se vay per el cerro a enprove a la algua de las Tapias e como entra a la agua de las Tapias en Ardila e daqui tornamos poniendo mojones e cruses per la agua de Val de Galina ayuso ata du entra Galina en no rio del Sas e como va ela agua del Sas entrar en no ryo de Godalliz e como vay Godaliz ayuso ata un vayo que es acima de las porqueras du esta una sesega que fue de acenia o de molino. E a este vayo passado el agua posierom cruses e mojones e daly acima del vale como vay a una cabeça en que estan cruses e marcos de la particion primera e d'agora e daly como vay per lo cierro ata una cabeça traviessa acerca de las casas de don Sancho. E estan y marco e crus e dali por el lonbo veniendo contra Alcarraque a una cabeça du esta un azanbujó entre duas piçarras e estas marco e crus e daqui pasaron Alcarroque e venierom d'Arouche acima de la cabeça de la Mota de Pero Cafanon e estan y marcos e crus de la particion primeira e desta. E daly fuerom poniendo mojones derechamente a unos xexos [sic] blancos que estan acerca de la Torre de Genra Calça e dalli como vay derechamente a la cabeça del Porco e estan y marcos e mojones de la primera particion e desta. E dalli como se vai per lo cerro e dalli decende a un grande vale a unos xexos bracos que estan a so un poço viejo que esta y en ese valle. E dalli a la cabeça de las fontes viellas acerca de las alcarias viejas e esta y una piedra en que sie una cruz e dalli polo cierro a enprove a la agua dos Concos e des y pla agua de Concos al castiello de Concos. E este castiello de Concos que fico por del Espital e por del Tenple a pleito que nunca se poblase. Et estas testimonias sobreditas dixerom per el juramento que fizierom que per estos mojones e per estas divosiones e per este apegamiento aaquell tienpo que partiron don Martim Nuniz meestre del Tenple e don Alfomso Periz los sobredichos que fico la una parte por de Mora e la otra por del Tenple. Et que asi la usarom depois per grandes tienpos. Et a todo esto como passo agora segundo sobredicho es fuerom presentes el concejo de Serpa e omens bonos d'Oliveña e de Monsaras e de Xares e de Sevilla et el concejo de Mora. Et por seer certo e non venir en dubda yo Lope Periz juiz de suso dicho pus en esta carta mio seello pendiente. Fecha tres dias andados de abril era de mil e trezientos e treynta e un ano. Et a todo esto sobredicto como passou eu Stevam Perez notairo publico d'el rey em Serpa fuy presente e pugi a esta carta meu si-[SINAL NOTARIAL] nal por testemoyna. E outrossy eu Pero Fernandez notayro d'el rey em Mourom fuy presente e pugi meu signho [SINAL

NOTARIAL] em testimonyno de verdade. Eu Pedro Gonçallvez notairo d'el rey en Moura a todo esto presente fuy e pugy em esta carta meu sinho que a tal [SINAL NOTARIAL] em testemo[*nho*] de verdade.

503. 1293.06.05 – Lisboa

*D. Martim Gil, mordomo da rainha D. Isabel, institui uma capela⁶⁸⁵ na igreja de Santa Maria do Olival e faz doação de vários bens a D. Lourenço Martins e à Ordem do Templo, para sustento da mesma. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 1, n.º 29 (cuja lição se segue); ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 233, fls. 186r-187r; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 13r-13v e fls. 33r-33v; BNP. Fundo Geral, n.º 736, fls. 23-24 e fls. 60r-61v; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 232, fls. 188r-188v⁶⁸⁶; ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 2, fls. 129r-130v; ADSTR. Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar, liv. 1, fls. 23r-24r
Publ. Costa 1771, n.º 76, pp. 293-294*

Conhoscam todos aqueles que esta carta virem e leer ouvirem que eu dom Martim Gil amo do infante dom Affonso e mayordomo da raynha dou a vos dom Lourenço Martinz maestre da hordem da cavallaria do Tempre e ao voso convento da baylia de Santa Maria de Thomar todolos herdamentos que eu hey e de dereyto devo aver en termo de Ourem no logar que e dicto Tamarel, convem a saber, ha quintaam que foy de Gonçalo Godiinz e tres casaaes que eu hey no julgado de Penacova en lugar que e dito Travanca. Dos quaaes casaes hos dous ouve de Nuno Mendiz e humm de compra com suas entradas e saydas e com montes e com fontes e com todas sas perteenças e dou o<s> a vos com todos seus dereytos. E dou a vos humm caliz de prata de dous marcos e huma vestimenta comprida pera cantar missa. Dou a essa baylia esses herdamentos e todas essas cousas sobreditas so tal preyto e so taes condições que o comendador e os freyres que depoyos forem en esse lugar per tempos tenham hum capelam na sua yglesia de Sancta Maria de Thomar que cante huuma missa de Sancta Maria celebrada cada dia no altar de Sam Martinho pera todo senpre polla alma de meu avoo dom Martim Anes e de meu padre e polo minha e polas almas daqueles donde eu venho specialmente e que diga encima da missa a oraçom de *Fidelium Deus*. E que diga con os freyres e com os outros capelães cada dia em essa yglesia oras canonicas e que vos mantenhades essa capella e o capellam de caliz e de vestimenta e de todas as outras cousas que forem mester pera cantar missa. E que alumeedes de dya e de noyte pera todo senpre huma lanpada de prata que eu ponho ante o altar de Sam Martinho. E se per ventura o comendador e os freyres que en essa baylya forem pello tempo adeante nom quissessem teer esse capellam e comprir

⁶⁸⁵ Chamada Capela dos Tamarais (*Tamarais* segundo Viterbo, ed., 1799, p. 372).

⁶⁸⁶ O sumário que antecede o documento presente na fonte diz o seguinte: «Doaçam da quintã dos Tamares e de Travanca feita a Ordem do Temple cujos beens e dereitos foram pela see apostolica concedidos e applicados a esta Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo que nelles socedeo» (fl. 188r).

e guardar todas estas cousas sobreditas e cada huma delas asi como e de susodito mando e dou poder a meus subcessores que forem pelo tempo ou se eu subcessores nom ouver aos subcessores de Martim Anes meu sobrinho que eles enviem ou vaam ao cabidoo do Tempre e frontem o meestre e o comendador e os freyres de Thomar que thenam [*sic*] esse capellam e compram e guardem todas estas cousas e cada huma dellas assi como e de susodito. E se o fazer nom quiserem entom possam eles filhar esses herdamentos de susoditos sen nenhum perigoo e sen nenhum embargo e den nos en outra Ordim ou en outro lugar hu eles tenerem por bem hu thenham esse capellam e cantem e celebrem polla alma de meu avoo e de meu padre e pola minha e daqueles onde eu venho. E se per ventura estenguissem meus subcessores ou os de Martim Anes meu sobrinho que nom ouvesse y ninhuum dou meu poder comprido ao bispo de Lixbooa que for en aquel tempo e rogo lhi que envye frontar ho maestre e o comendador de Thomar e os freyres no cabidoo que tenham esse capellam e façam e compram todas estas cousas assy como e de susodito. E se o fazer nom quisserem en essa hora dou meu poder a esse bispo de Lixbboa que elle filhe esse herdamento pera a see de Lixbooa sem ninhuum embargo e sem nenhuma contenda per tal preyto e per tal condiçom que faça teer hum capellam en essa see de Lixbooa que cante missa e celebre cada dia pera todo senpre pola alma de meu avoo dom Martim Anes e pola de meu padre e pola minha e daqueles onde eu venho. E eu devo a teer essa herdade de Travanca em todos os dias de mha vida e a mha morte fique livre e quite e en paz aa Ordim de susodita so as condiçoões de susoditas. E se per ventura alguem quisesse demandar todolos herdamentos ou parte deles eu me obrigo por mim e por meus subcessores a defende lo per todos meus beens. E se lhis em alguma rem vencessem devemos lhis entregar outro tanto quanto lhis ende vencessem. E nos dom frey Lourenço Martins per consselho e per outorgamento de nossos freyres no nosso cabidoo geeral que foy feyto em Castelbranco domingo tres dias andados de mayo da era adante scripta outorgamos e louvamos todas estas cousas de suso ditas e recebemos estes herdamentos sobreditos de dom Martinho soo preyto e so todas as condiçoões todas de susoditas. E obligamos por nos e por nossos subcessores a fazer comprir e guardar ao comendador de Thomar e aos freyres que y forem pelo tempo todas estas cousas e cada huma delas. E que isto seja mais firme e nom possa poys viir em duvyda nos dom Martim Gil e nos meestre de susodito mandamos ende fazer duas cartas semelhaviis e dum tenhor seelladas com nossos seellos pendentis. Feyta a carta em Lixboa cinco dias andados do mes de junho Era de mil e trezentos e triinta e huum ano. Que presentes foram frey Gil Fernandez Barreto. Frey Vaasco Fernandez comendador de Sanctarem e frey Ruy Gonçalvez. Frey Afonso capelam. Frey Martinho comendador de Lixboa. Frey Sueyr'Eanes freyres do Tenpre e Ruy Paaez Bugalho. Maestre Juyão. Pero Miguenz. Martim Perez clerigos de dom Martinho.

504. 1293.06.06 – Tomar

Estêvão Martins, público tabelião de Tomar, passa pública-forma da composição estabelecida entre o bispo de Coimbra e a Ordem do Templo sobre o pagamento de 50 cruzados ao prelado de Coimbra pelos Templários sobre as igrejas das vilas de Ega, Redinha e Pombal, em abril de 1206.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 10, mç. 5, n.º 9⁶⁸⁷ (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 15, pp. 68-69

Instrumento de composição entre o bispo de Coimbra mestre do Templo bispo de Lisboa etc. sobre a obrigação que o dito mestre fez de pagar anualmente ao sobredito bispo de Coimbra 50 cruzados percebidos das villas da Ega Redinha e Pombal.

Conhoscam quantos este estromento virem que eu Estevão Martinz publico tabelliom de Thomar prezente o onrado <religioso> frey dom Diago Martinz capelão de Thomar mostrou e fez leer hua composiçom per mim seelada dos seelos dos onrados padres e senhores dom Sancho⁶⁸⁸ [sic] em outro tempo bispo de Lisboa e D. Sancho⁶⁸⁹ [sic] eleito de Evora e meestre Meendo arcediogo de Lisboa e dom João Fernandis maiordomo da corte d'el rey D. Sancho e de dom Juyão chanceler d'el rey da qual composiçom o teor he tal.

[*Insero o traslado do documento de 1206.04*]

E pois que a dita composiçom ly o dito capelão pedio my ende o traslado. Feito sex dias de junho⁶⁹⁰ <Era> de 1331 annos. Testemunhas João Anes João Domingues clerigos. Gonçalo Peres tabeliom e eu Estevão Martinz publico tabeliom de el rey a petiçom do dito capelão a dita composiçom en minha forma publica retorney e en este estromento com minha mão propria escrevi a este meu signal hy puzi em testemunho de verdade. Lugar do sinal publico.

505. 1294.06.22 – Tomar

D. Martinho e seu filho, Martim Gil, declaram deixar, após a sua morte, à Ordem do Templo, o local de Pinheiro de Ázere e Moreira, que lhe estavam emprazados, mas que pertenciam à Ordem.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 17 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 87r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 152v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 292v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 60-61

In Dei nomine amen. Conoscam todos aqueles que esta carta virem e leer ouvirem que nos dom Martinho e Martim Gill seu filho conocemos e outorgamos que aquel emprazamento que teemos da Ordim do Tempre, convem a saber, Pineyro d'Azar e a Moreira cum suas perteenças que depos morte de nos ambos livremente e sem conteenda fique aa dicta Ordim cum todas sas bemfeytorias e cum todos seus direyτος

⁶⁸⁷ Documento ilegível devido à noz-de-galha. Transcrição feita pela cópia setecentista anexa ao documento. No sumário de *Gavetas (As)*, vol. II, p. 599, está datado de «1186, Abril».

⁶⁸⁸ Seria D. Soeiro, bispo de Lisboa.

⁶⁸⁹ Seria D. Soeiro, bispo de Évora.

⁶⁹⁰ Segue-se riscado «de mil».

e que nos que a non possamos dar em casamento a nemhuum homem nem a dona. En testimonio desta coussa damos a vos esta carta aberta seelada de nosos seellos. Datum em Tomar XXII dias andados de Juyno da Era M^a CCC^a XXX^a II^a.

506. 1294.06.25 – Lisboa

Pedro Eanes de Portel, e sua mulher, D. Constança Mendes, afirmam ter recebido da Ordem do Temple umas casas em Leiria, deixando-as à dita Ordem após a sua morte.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 45⁶⁹¹ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 78r-78v

Publ. Gomes 1997, n.º 12, pp. 179-180 (versão do *Livro dos Mestrados*)

Sabham quanto esta carta virem e leer ouvirem que eu Pedr'Eanes de Portel emsembra com [...] [molher Costança] Mendiz conhocemos e outorgamos que aquelas casas da morada que a Ordim do Temple ham em Leyrea que has recebemos por da dicta Ordim do Temple per tal preyto e per tal condiçom que nos has ajamos en nossa vida d'ambos tam solamente. E que aa morte de nos ambos fiquem livremente e sem [conteenda] aa dicta Ordim do Temple com toda a benefeytoria e melhoraça que nos en elas fe[zermos] [...] ainda que non avemos nem devemos a aver poder de as vender nen dar [...] alhear mays aa morte de nos ambos livremente ficarem aa Ordim do Temple [...]. E se pella ventura alguum o alguuns de nosos filhos ou de nossos herees depois de nossas mortes as quisessem ou quisesse embargar aa Ordim do Temple non possam. E mandamos e outorgamos que aquel nosso herel ou herees que as quisessem ou quisesse embargar aa Ordim do Temple que lhy peytem ou lhy peite mil libras da husada moheda velha de Portugal sollamente per temptar de as embargar. En testimonio da qual cousa demos ende esta nosa carta ao maestre da Ordim do Temple en testimonio seelladas dos nossos seellos d'ambos. Feyta em Lixboa XXV dias de junho na Era de mil e trezentos e triinta e dous anos.

507. 1294.09.12 – Lisboa

D. Pedro Eanes de Portel e sua mulher, D. Constança Mendes, doam à Ordem do Temple umas casas em Leiria, junto da ponte de Coimbra.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 13, n.º 11 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fl. 93r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 128v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 244v-245r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 63-64

Publ. Gomes 1997, n.º 13, p. 180 (versão do *Livro dos Mestrados*)

Aos que esta carta virem fazemos saber como nos dom Pedro Anes de Portel e nos donna Costança Mendiz sa molher sen força e sen prema nenhuma maiis de nossas livres voontades e de nosso boom entendimento esguardando ao gallardum de Deus o qual non falece aos seus fiees damos aa Ordim do Temple as nossas casas que

⁶⁹¹ Documento em mau estado. Reconstituição feita com base em ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 78r-78v.

nos avemos en Leyrea aa ponte Coymbraa as quaes casas nos compramos a Pedro Mendiz da Fonseca por Deus e por nossas almas a salvar e por muyto amor que nos sempre fes a Ordim do Temple que essa Ordim as aja des aqui em deante per sempre com sas entradas e con sas saydas em jur e em possissom e en propriadade. E se per ventura des aqui en deante nossos filhos ou provyncos nossos ou outry quem quer ou quaesquer quessessem demandar aa dicta Ordim estas casas per razom de nos ou doutri quem quer nos mandamos e outorgamos que a dicta Ordim as aja confirmadas pella terça de nossas guanhadeas e pello quinto de nossas avoengas. E por esta carta seer mais firme e non viir em duvyda damos ende aa dicta Ordim esta nossa carta aberta e seellada de nossos seelos ambos em testimonio. Dada en Lixboa XII dias de Setembro na Era de mill e trezentos e trinta e dous.

508. 1295.03.15 – Coimbra

D. Gil Fernandes, commendador de Soure, contesta a terça da igreja de Soure, que é pertença do cabido de Coimbra.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 71r-72r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 55v-56v

Cognoscão quantos este estromento virem que na era de mil e trezentos trinta e tres annos feria m^{a692} [sic] quinze dias andados do mes de março na claustra da See de Coimbra em prezença de mim Miguel Ayres publico tabelião d'el rey em Coimbra e das testemunhas subscritas sendo os conegos em cabido no dito dia e hora e loguar em que o cabbido soem fazer o religiozo D. Gil Fernandes commendador de Soure sobre huns artigos que o cabbido demandava a esse commendador segunda huma composiçãõ que dezia o dito cabbido que havia com a Ordem do Temple sobre la terça dessa igreja de Soure que est do dito cabbido ese commendador Gil Fernandes cognosceo e outorgou a dar des entom adeante huma boa caza ao cabbido e bem fechada em que o cabbido possa ter o pam da dita igreja bem guardado e da qual caza nom seja outro poderozo se nom o dito cabbido segundo a composiçãõ que antre elles ha. E que o aluguer que derom este anno por caza em que tevesse que o pasasse o dito commendador. Item conheceo e outorgou que adegua do cabbido em que tem o vinho da terça que a faça bem adubar e a fechadura que hi pozer o cabido que a pagasse o dito commendador. E quanto est que a Ordem deve dar segundo a composiçom que antre elles ha caza convenhavel em que tenham o vinho e o cabbido dizia que aquella adegua era sua. Esto ficou pera falar o dito commendador com o maestre e dar inde resposta ao dito cabbido atee [fl. 71v] calendas juyas. Item cogneceu e outorgou o dito commendador de Soure que nas pedidas do papa e dos seus legados e mensageiros e nas pedidas do bispo que est theudo de pagar segundo a taxaçom que foi feita pelas igrejas do bispado e essa

⁶⁹² O dia 15 de março de 1295 foi uma terça-feira, o que seria «feria IIIª».

de Souri. Item cogneceo e outorgou o dito commendador que na dita igreja de Souri nom deve teer mais dum cappelão religiozo ou segrar. E que em mentre prouguer do cabido de ter hi outros que os tenha e devem ante vir a esse cabido e mostrarem letras desas ordins e de como andão. Item cognosceo e outorgou e dito comendador que as pessoas e aos conegos quando forem per Souri duas vezes no anno lhes fara prouveer e procurar a elles de boo pam e de boo vinho e boas carnes ou pescado per qual dia for bem e compridamente, e adibo e a seus homens como convem, e as bestas cevada e palha. E outorgou e prometeo que quando elle hi nom for que sempre leixara taal homem que se por Soure pessoa ou conego for que lhe provejão e procurem das ditas couzas. Item quanto est sobre las jugadas e eiradeguas de que pedia ao cabbido a terça da dizima e quanto est sobre la terça das dizimas e herdamentos de Souri de que não dão dizima os freires e dos quaes herdamentos pedia o cabbido a terça das dizimas salvo se podessem provar que as ouvessem ante o concelho geral. Sobr'estas duas couzas prostumeiras disse o dito commendador que o falaria com o mestre por mayo que havia [fl. 72r] de ser seu cabbido e que veriam e lhes daria recado sobr'elas atees calendas juyas. Mais totalas outras couzas sobredictas outorgou e prometeo des entom a comprir e a guardar. E pedio o dito commendador ao dito cabbido que o entredito que fizerão poer na igreja de Santa Maria de dentro do castelo e na igreja de Santiago de fora do castello que o relevassem. E o dito cabbido disse que não relevavão mais sospendião atees callendas juyas em taal maneira que se atees callendas junias veer cum certo recado daquillo que deve falar com o mestre e comprir as outras couzas todas se nom disserem a frei Martim Gonsalves capelão de Souri em virtude de obediencia que tee lo dicto dia fizesse teer e guardar o entredito nas ditas igrejas que estaa posto e suspeso atees entom. E eu Miguel Aires sobredito tabelião a rogo do dito cabbido em estas couzas presente fui e este estromento com minha mão propria escrevi e meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal em elle pugi em testimonio de verdade. Aquesto foi feito na era logo mes e dia sobreditos. Que presentes foram João Gomes. Stevão Martins raçoeiros de Coimbra. Rui Rodrigues raçoeiros de Sancta Justa. Afonço Perez filho do dito Pedro Afonso de Camara e commendador da igreja e outros muitos.

509. 1295.04.08 – Santa Maria do Paraíso, Lisboa

D. Martim Gil, aio do infante D. Afonso, doa a D. Vasco Fernandes de Távora, mestre da Ordem do Templo, e aos freires da Ordem, três courelas de terra no lugar chamado Taura (Santarém).

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 187r-187v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 61v-62r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 112r

In nomine Domini amen. Saibam quantos esta carta virem e ouvirem que eu dom Martinho amo do ifante dom Afomso e moordomo da rainha de minha booa e livre vontade dou outorgo e mando aa hordem de Temple do regno de Portugal tres courelas

de herdamento em que haa XVII stiiis que eu comprei em termo de Santarem em logo que chamam Taura a par do alqueydom de Maria Ramirez, convem a saber, que has duas courelas som de seis seis stiiis e ha huuma he de cinco stiiis. Das quaaes courelas hos termos da primeyra som estes. Em oriente dona Bringeyra Ayres. Em occidente Maria Luzes. Em aguyom Tejo. Em avrego paul. E hos termos da segunda courela som estes. Em oriente Maria Luzes. Em occidente Pedro Caramos. Em aguyom Tejo. Em avrego a paul. E hos termos da terceyra courela dos V stiiins som estes. Em oriente Pedro Caramos em occidente Sancta Eyria. Em Aguyom Tejo. Em avrego a paul. Das quaaes courelas sobreditas eu dou a essa hordem que has aja por jur de herdamento pera todo sempre com todas suas entradas e saydas e com todos seus dereytos e [fl. 187v] perteenças que eu hi hei e de direyto e de feyto devo a aver. E dou e outorgo poder comprido per esta carta ao meestre e aos freir<e>s⁶⁹³ dessa Ordem que entrem em possissom corporal desses herdamentos per si ou per outrem quando elles quiserem, sem outorgamento de juiz ou doutro homem qualquer. E esta doaçom destes herdamentos faço eu a essa Ordem por muyto bem que ende sempre fizeram a meu padre e a mym e a meu filho e aaqueles donde nos viimos que pristem e porem por nosas almas. E por esto seer mais firme e mais estavel e nom possa depois viir em duvida dey ende ao meestre e aos freyres desa hordem esta minha carta aberta seellada com meu seello pendiente en testimonho das cousas sobredictas. Feyta foy apres da cidade de Lisboa na casa que foy de Lourenço Scola a par de Santa Maria do Paraiso sexta feyra VIII dias andados d'abril Era de mil CCC XXXIII annos.

510. 1295.04.08 – Lisboa

D. Martim Gil, aio do infante D. Afonso e mordomo da rainha, estabelece como seu procurador Martim Mendes.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 187v (inserto em documento de 1295.04.18 – Taura e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 62r (inserto em documento de 1295.04.18 – Taura); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 112r Publ. Costa 1771, n.º 78, p. 296

Saibham todos que eu dom Martim amo do ifante dom Afomso e moordomo da raynha dou todo meu poder compridamente a Martim Mendiz dicto d'Alverca portador desta carta pera entregar ao mestre e freyres da hordem do Temple do regno de Portugal e do Algarve todolos herdamentos que eu comprey em termo de Santarem em logo que chamam Taaura que hos ajam elles e ha sua hordem por jur de herdamento pera todo sempre asi como compridamente he contheudo em huuma carta de doaçom que lhes ende eu dey. Em testimonio desta cousa dey esta minha carta seellada com meu seelo nas costas ao dicto Martim Mendiz. Data em Lixboa VIII dias d'abril era de M CCC XXX III annos.

⁶⁹³ No documento está «freiras», mas tem um ponto por baixo do «a» assinalando o erro e um «e» por cima.

511. 1295.04.17 – Coimbra

Pedro Martins, chantre, e João Peres, mestre-escola da igreja de Coimbra, proferem sentença em contenda entre o bispo de Coimbra e o comendador de Ega relativa a uma questão entre o cabido e o referido comendador sobre as décimas de certas propriedades.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 30 (inserto em documento de 1297.12.29 – Coimbra)

[...]

Noverint universi quod cum coram nobis Petro Martini cantore et Johanne Petri magistrorum vicariis Ecclesie Colimbriensi Johannes Gomecii porcionarius eidem et rector ecclesie Sancti Juliani de Portuniis Colimbriensi diocesi citasset nomine sui et dicte ecclesie sue per nostras literas ad diem in eisdem contentam religiosum virum Gunsalvum Fernandi comendatore de Ega Ordinis milicie Templariorum super decimis hereditatum de Ademea de Palude de Campo ratione loci qui dicitur vulgariter Olival quas hereditates de Campo consueverunt excolere coloni in ibi commorantes. Quia locus de Olival est parrochiale dicte ecclesie de Portuniis et de dicta citacione nobis extitit facta fides dictus comendator per se per alium in die sibi prefixa nec post hec fuisset diucius expectatus non comperuit dicto Johanne Gomecii comperente et dicti comendatoris contumaciam acusante pluries et instaant petens a nobis dictum comendatorem pronuntiari contumacem et ob eius contumaciam pronuciari per secundum decretum ipsum Johannem Gomecii iure parrochiali nomine ecclesie sue verum possessorem decimarum dictarum hereditatum dicti loci cum iam alias per primum decretum missus fuerit in possessionem earundem per contumaciam viri religiosi Martini Fernandi quondam comendatoris comendarie de Ega et crecente eius contumacia canonica monuicione permissa fuerit gradatim excommunicationis sententia lata in excellentes hereditates dicte comendarie et in parrochianos ecclesie de Ega ut decimas non prestarent et deinde capellano eiusdem extitit demandatum ne super altare ponent Corpus Christi cum tunc temporis esset terra supra sita interdicto. Et licet post hoc domnus Petrus Fernandi qui successit in comendaria predicta fuisset citatus super decimis supradictis et terminum petitum habuerit ad denunciandum omnia supradicto magistro milicie sui Ordinis. Et ad ostendendum privilegia si que habebat vel licteras diocesani seu rectoris dicte ecclesie de Portuniis per que seu quas non tenerentur ad petitas decimas supradictas in termino per eum acceptato per se vel per alium non veniat et privilegia seu licteras non ostendit. De quibus omnibus et singulis per literas olim vicariorum fuit nobis plenarie facta fides. Idcirco visis et inspetis licteras et omnibus supradictis et habito diligenti consilio perictorum. Nos predicti vicarii sedentes pro tribulari proninciavimus in hiis scriptis dictum comendatorem contumacem. Et quia olim vicarii ob contumaciam predecessorum dicto comendatoris precesserunt ad penas iuris ad penas iuris [sic] gradatim et quas procedere debuerunt et hoc fuit a X annos citra decervimus per secundum

decretum dictum Johannem Gomecii iure parrochiali nomine dicte ecclesie de Portuniis iusticia exigere nec vel possessionem decimas dictarum hereditatum loci de Olival superius nominati. Reservantes nobis super hoc si expedieret ius invocandi brachium secularem. In quorum omnium fidem et testimonium concessimus eidem Johanni Gomecii nomine dicte ecclesie sue has nostras patentes literas per manum Johannes Johannis scriptoris iurari confectas et sigillo curie domni Colimbrie episcopi sigillatas. Et ego Johannes Johannis scriptor iuratus ad causas ecclesiasticas in curia dicti domni episcopi conscrebendas de mandato dictorum vicariorum hiis omnibus presens fui et hanc cartam manu propria conscripsi in testimonium veritatis. Actum fui hoc Colimbrie in publica audientia domni episcopi eisdem XV^o kalendas menssis maii Era M^a CCC^a XXXIII^a.

512. 1295.04.18 – Taura, termo de Santarém

Salvador Dias, tabelião de Santarém confirma carta de D. Martim Gil, que estabelece como seu procurador Martim Mendes, dito Alverca.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 187v-188r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 62r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 112v-113r

Saibham todos quantos este estormento virem e leer ouvirem que perante mym Salvador Diaz publico tabeliam de Sanctarem e perante has testemunhas adeante scriptas Martim Meendiz dicto d'Alverca vezino de Sanctarem mostrou e fez leer huuma carta aberta do honrrado barom e sages dom Martim Gil amo do ifante dom Afonso e mayordomo mayor de Nosa Senhora ha raynha seellada nas costas do seello do dicto dom Martim da qual carta ho theor de verbo a verbo tal he.

[*Insere o traslado do documento de 1295.04.08 – Lisboa*]

Da qual carta mostrada e liida [fl. 188r] o dicto Martim d'Alverca pella actoridade a elle do sobredicto dom Martinho na dicta carta dada e outorgada entregou a frey Gonçalo Fernandez em nome do religioso barom dom frey Vaasco Fernandez mestre da cavalaria do Temple no regno de Portugal e a frey Lourenço Estevaez comendador da bailia de Santarem e a frey Martim comendador do Pinheiro e a frey Domingos comendador da Torre da Murta freyres da dicta hordem do Temple pera ha dicta hordem tres herdades que ho dicto dom Martinho avia em termo de Sanctarem em logo que chama Taaura. E logo o dicto Martim d'Alverca pelo poder que avia meteo hos dictos freyres em corporal posissom das ditas herdades pera terra e per pam e per erva que em essas herdades estavam. Das quaaes herdades foram de Maria Dominguiz molher que foy de dom Pias has quaaes ho sobredicto dom Martinho comprou de Bertolameu Dominguiz e de Vicente Juyaez raçoeiros da igreja de Sam Martinho e de Domingos Raudo testementeyros da dita Maria Dominguiz. Da qual entrega hos dictos freyres em nome da dita hordem pedirom a mym dito tabeliam huum

publico estormento. Este foy fecto em Taaura XVIII dias d'abril Era M^a CCC^a XXX^a III^a. Que presentes foram Gil Garcia Malhaquiia cavaleyro. Pero Veegas. Lourenço Rodriguez lavrador. Fernam Dominguis dicto Palmeyro. Miguel Martinz tabaliam. E eu Salvador Diaz publico tabaliam de Sanctarem a rogo dos sobredictos freyres e do sobredicto Martim d'Alverca ao dicto entregamento presente fuy e este estormento ende com minha mão propria screvi e em elle este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal pus em testemunho desta cousa.

513. 1295.06.01 – Coimbra

D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, e o bispo de Coimbra celebram acordo sobre os direitos a dar anualmente aos cónegos e outras pessoas da sé de Coimbra na vila de Soure.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 69v-70v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 55r-55v

Publ. Costa 1771, n.º 77, pp. 294-296

Em nome de Deos amen. Cognoscão quantos esta carta virem que como contenda fosse antre o honrado cabido da See de Coimbra de huma parte e os honrados e religiosos dom Vasquo Fernandes mestre da noble cavallaria da Ordem do Temple no reino de Portugal e dom Gil Fernandes de Souri e os freires do Temple da outra parte sobre lo antigo, digo, sobre lo artigo do comer que se devia fazer e dar aos conegos e as pessoas da See de Coimbra duas vezes em cada hum anno na villa de Souri, o qual artigo esta conteudo na carta de composição feita antre este cabido e os [fl. 70r] freires ⁶⁹⁴ sobre lo dito artigo do comer tal amigavel composiçom declaraçom e difiniçom foi feita antre elles. Que o dito dom Gil Fernandes ou outro qualquer que des aqui adeante seja commendador de Souri deve daar a cada huum conego duas vezes em cada huum anno quando fezer passada polla villa de Souri em cada ves a cada huum conego deve daar huum carneiro communal boom esfolado e sincoenta pes triguos de venda de dous dinheiros do melhor que ouver na villa. E se hi pão não acharem daren lhi dinheiros dos dous paes e seis frangãos communaes boos e huum almude de boom vinho do melhor que acharem a vender na villa de Souri e outro almude de vinho communal pera os sergentes e seis alqueires de boa cevada d'orgo polla medida de Coimbra direitamente medida. E lenha e huum soldo em cada huuma ves pera adubo e o carneiro e frangãos devem daar des Paschoa ate S. Miguel e des S. Miguel ate Entrudo huum quarto de bom porco communal e quatro galinhas communaes boas e duas soldadas de vaqua e palha em mente a ouver na caza. E des que a na caza nom ouver se a ouver nas granjas irem as bestas dos conegos por ella e daren lha. E se as ditas duas vezes ou alguma dellas acaecer em dia de pescado devem dar ao conego des soldos per pescado e no pam vinho sevada lenha palha

⁶⁹⁴ Espaço em branco.

a guardar se ha assi como de suso est dito e de cada huma destas couzas que som ditas que devem daa a cada huum conego duas vezes no anno [fl. 70v] devem daa a cada huma pessoa da dita See do Cabbido. A parte que contra isto veer em alguma das ditas couzas ou em todo per quantas vezes veer em tantas vezes deve peitar a outra parte em nome de pena cem livras. E este feito firme e estavel pera sempre. Sobre isto queremos e outorgamos que todalas couzas que som conteudas na carta de composição feita antre nos sobre la igreja de Souri penas e firmidões hi postos que valhão e hajão firmidoem pera todo sempre. E por esto non venir em duvida fezemos de todas estas couzas ser feitas duas cartas per A B C partidas e cada huma dellas selladas dos sellos de noos sobredito mestre e cabbido sobredito em testimonio de verdade de todalas couzas sobreditas. Aquesto foi feito em Coimbra quarta feira primo dia do mes de junio da era de mil trezentos trinta e tres annos.

514. 1295.09.06

Pedro Pais, público tabelião do rei na Terra de Benviver e Sanfins, torna pública uma procuração de Fr. Lourenço Martins, mestre da Ordem do Templo

ANTT. *Ordem de São Bento, Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela*, mç. 10, n.º 324

Conhoscam todos quantos este instrumento vyrem e ouvyrem que en pressença de mhim [sic] Pero Paez publico tabalhio[m] [sic] de nosso senhor el rey de Portugal e do Algarve en Terra de Benviver e de Sanfiz en a pressença das testimonyas adeante escritas vy e lhii hua procuraçom nom rassa nom gossada non sospeyta da qual o teor tal e. Sabam quantos esta procuraçom vyrem que nos frey Lourenço Martinz maestre da Ordim da Cavalaria do Tenple no reyno de Portugal fazemos e ordinamos e estabelhecemos nosso liidimo procurador e abastante frey Roi Gonçalvit [sic] comendador de Ydanha a Nova pera vender e dar cambhar enpenhorar e partir e demandar e deffender e fazer en nosso nome todalhas cousas que nos fariamos sobre herdamentos e outros bees asi moviis como raiz que el de dereyto deve a aver de parte de Gonçalh'Eanes seu padre e de dona Maria sa madre no Eyrogal e en Rio Jugães e en totalhos outros logares u quer que os dictos beens sejam e damos lhy lecença e conjeyto [sic] pera fazer en seu nome e en nosso todalhas coussa de suso dictas asi como el per bem tener ou aqel a que el der seu poder pera faze lho. E rogamos a qualquer tabalhio[m] da terra que faça en nosso nome e no seu carta ou cartas de venda ou de cambho ou de doaçom ou de partiçom ou de qualquer das cousas de suso dictas aaqel ou aaquelhes que el mandar fazer per si ou per seu procurador e damos lhi comprido poder pera todalhas outras cousas e cada hua delhas que verdadeyro e lhiidimo procurador pode e deve fazer e que nos fariamos se per nossa pesoa pressente fosemos e prometemos a aver por firme e por estavil pera todo senpre [o] que quer que for feyto pelho dicto Roy Gonçalvit ou per seu procurador nas cousas de suso dictas ou en qualquer parte delhas. E por esto seer

firme e nom possa viir en duvhida demos a elhe esta nossa carta aberta seelada com nosso seelho pendente. Testemunhas dom Joham Soarit comendador de Castel Novo. Frey Gil Fernandiz comedador de Castel Blanco. Frey Martim Affonso comedador de Salvaterra e de Segura. Ayras Eanes comendador de Nissa. Dom Gonçalo Gonçalvit comendador de Soury. Esta procuraçom vista e leuda o dicto Roy Gonçalvit mandou a mhim dicto tabalhion que fizesse huu publico instrumento que el dava ao [sic] Sancta Maria de Tarouquelha pera todo senpre huu meyo casal que avya en logo que chamam Eyrugal no qual mora Martim Paez dicto Melloo por outro erdamento que el teeya en sa vida do dicto moesteyro e por outras muytas proffeiitanças que recebera desse dicto moesteyro. E eu tabalhion de suso dicto per mandado do dicto Roy Gonçalvit este instrumento com mha mao propria escrevy e meu sinal hi pugi en testimonyo de verdade que tal parece en este instrumento. Feyto foy este instrumento per mandado do dicto Roy Gonçalvit VI dias andados do mes de setembro. Era M^a CCC^a XXX^a III anos. Pressentes que o vyrom e ouvyrom Lourenço Veegas prelhado de San Crestovam d'Espadanedo e Pero Meendit e Martim Dominguiz crerigus do dicto moesteyro e Lourenço Martinz leygo e outros que hi estavam [SINAL NOTARIAL].

515. 1295.09.09 – Guarda

D. Dinis ordena que os moradores de Tomar não estejam sujeitos ao mestre da Ordem do Templo nem sejam constrangidos a ir à guerra.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 3, n.º 10 (inserto em documento de 1317.12.28 – Tomar e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 11, fls. 277v-278r

Dom Denis pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve a vos Vaasco Fernandes meestre do Temple nos meus regnos saude como aaquel que amo e en que fio. Sabede que os de Thomar mi disserom que eles de foro nem de costume nom devem viir convosco nem aguardar vos com sa signa quando veherem a meu serviço mas dizem que devem y a ir em seu cabo. E dizem que porque se nom quiserom ir agora pera Touro convosco que os feristes e britastes lhi sa sina e guaanhastes de mim huma carta per que fosem convosco estar u lhis vos mandassedes. E meu entendimento nom foi nem he de os en desafforar nem de os tirar de seu uso. Por que vos mando que lhis nom façades mal nem força quanto he por esta razom e leixade os viir perante mim demandar seu dereito e vos enviade logo alguem por vos que defenda o voso dereito e eu ouvirei vos e elles e aguardarei a cada huum o seu dereito. E os homeens de Thomar ou alguem por elles tenham esta carta. Dada na Guarda IX dias de setembro el rey o mandou per Pedro Affonso Ribeiro. Martim Esteveez a fez. Era de mil e trezentos e trinta e tres annos.

516. 1296.05.12

D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, faz aforamento a Fernando Domingues, dito Palmeiro, e a sua mulher, Maria Peres, dos herdamentos que a Ordem tem a par da torre de Alviela com declaração do foro e forma de pagamento.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 27 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 29r

Sabham quantos esta carta virem como nos frey Vaasco Fernandes homildoso maestre da cavalaria da Ordem do Tenple no reino de Portugal per conselho e per outorgamento de nosos freyres asebrados en noso cabidoo geeral que foy feyto en Tomar na era so escrita damos e outorgamos a vos Fernam Domjngues dito Palmeyro e a vosa molher Maria Peres ho noso herdamento que nos avemos a par da Torre d'Alveela asy ho roto como a por aromper salvo ho holival e ho feregeal e a torre e as casas que os rendeyros soem a teer so tal condiçom que metades y doze pobladores que façam casaes de quaes devem a dar aa hordem sobredicta en cada huum anno por la festa de natal II II alqueyres de triigo por fogaça e senhos capões e XII XII ovos na nosa casa de Santarem a pas e em salvo e devem alavrar e achantar ho dicto erdamento de vinhas e d'olivaes e de pam e devedes ende a dar a sesta parte aa hordem. Convem a saber ho pam e a legumha na eyra e as olivas colheyta no holival e o vinho aa bica do lagar e o linho no tendal e devedes a dar a dizima do bem que Deus y der aa nosa ygrellesia de Sancta Maria de Casevel e serdes seus friigeses e devedes a seer vasalos da Ordem e ho dicto herdamento devede lo vos a aver e os vosos sososores e non no devedes a vender nem dar a cavaleyro nem a dona nem a hordem nenhuma senom a vosos semelhavez que seyan vasalos da Ordem e façam os foros sobreditos. E se perventura veerem alguuns que os seus casaes vendam devem dar tal quinhom dos dinheiros por que os derem como dam dos froytos e se perventura alguuns veerem que nos queyram dar embargo sobre o dito herdamento a hordem deve a ser tehuda a vos ajudar e vos defender. Eu Fernam Dominguez de suso dito me oblige a comprir e a fazer comprir todas estas cousas suso ditas e por esta cousa seer mayz firme e nom posa viir en duvida damos ende esta nossa carta a vos Fernam Dominguez de suso dito e aos pobladores que y veerem selada de nosso seelo pendiente em testemunho de verdade. Que presentes foram frey dom Lourenço Martiinz comendador de Poombal. Frey dom Gonçalo Gonçalez comendador de Castel Blanco. Frey Gil Fernandes comendador de Soyry. Frey dom Ioham Soares comendador de Castel Novo. Frey Gonçalo Fernandes comendador de Rio Frio. Frey Ruy Perez comendador de Ega. Frey Estevam Lourenço comendador de Longrovha. Frey Martin Afonso comendador de Lixboa. Frey Afonso capelam do maestre. Era de mill CCC^a XXX^a IIII^a anos e XII andados do mes de mayo.

517. 1296.07.02 – Guarda

Sentença por via de compromisso e composição amigável entre a Ordem do Templo e o cabido da sé da Guarda em seu nome e como procurador dos reitores das igrejas da Covilhã e seu termo, sobre os dízimos das criações, lã e queijos do gado da dita vila.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 89v-90r (cuja lição se segue);

BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 162r-163r

Publ. Costa 1771, n.º 79, p. 297

Noverint universi presentis scripture seriem inspecturi quod orta materia questionis super divisione facienda decimarum de ganatis de Covilliana et terminis suis que videlicet pascuntur per partem anni in locis et terminis seu balliuis Templariorum videlicet de Egitania Velha et Salvaterra de Segura et de Eidainha Nova de Rosmarinhal de Lardosa de Proencia de Castello Branco et de Benposta inter venerabilis viros capitulum Egitaniense nomine suo et rectorum ecclesiarum castri de Covilliana et terminorum ipsius ex parte una et religiosum virum donnum Johannem Sugerii comendatorem de Castello Novo procuratorem legitimum habentem sufficiens et generale mandatum ad hec agenda tractanda et complenda religiosorum virorum donni donni [*sic*] Valasci Fernandi magistri Ordinis militie Templi in regno Portugalie et cuiuslibet commendatorum dictarum balliuarum ex altera coram reverendo patre donno fratre Johanne Egitaniensi episcopi tandem in presentia mei Michaelis Martini publici tabellionis in Guardia et testium subscriptorum dicte partes intendentes parcere laboribus et expensis et amputare sive dirimere materiam huiusmodi questionis compromiserunt hinc inde super dicta controversia in memoratum donnum Egitaniensi episcopum et in venerabiles viros dnum Gundisalvum Roderici decanum et donnum Ascentium Garsie archidiaconum et donnum Petrum Roderici canonicum eiusdem ecclesie Egitaniense tanquam in arbitros arbitratores seu amicabile compositores retinendo sibi nichilominus dictus donnus episcopus ordinariam potestatem promittentes per stipulationem sollemem hinc inde legitime celebratam stare sententie arbitrio ordinationi laudo seu mandato prefatorum donni episcopi et supradictorum decani archidiaconi et Petri Roderici canonici predictorum sub pena mille marabitorum solvenda parti obtemperanti aparte non obtemperare volente sententia ordinatione laudo seu arbitrio dictorum donni episcopi et supradictorum coarbitrorum super hiis promulgatis sine alio obstaculo nichilominus suo robore valituris. Quo quidem compromisso sic habito et suscepto dictus donnus episcopus una cum supradictis consociis audita petitione dicti Johannis Sugerii comendatoris et procuratoris prefati et responsione partis adverse ad eam legitime subsecutam auditis etiam que partes proponere voluerunt examinato negocio diligenter dictus donnus episcopus cum coarbitris supradictis tulerunt sententiam ordinationem laudum seu arbitrium in hunc modum. In nomine Domini amen. Nos frater Johannes Egitaniense episcopus ordinaria quam arbitraria

potestate una cum venerabilibus viris donno Gundisalvo Roderici decano dono Ascentio Garcie archidiacono et donno Petro Roderici canonico Egítaniense nobis comunctis potestate arbitraria in hac causa pronuntiamus ordinamus laudando seu arbitrando mandamus decime fetuum ganatorum de Covelliana et terminis suis quos nasci contingerit in dictis balliuis dividantur per medium ita quod media pars dictarum decimarum remaneat penes ecclesias dictarum balliuarum cetera vero medietas reddeant libera ad ecclesias Castri de Covilliana et terminorum suorum et quibus de jure competierint sine alia contradictione Ordinis Templariorum. Fetus vero ganatorum qui nascuntur antequam intrent terminos dictarum balliuarum non decimentur [fl. 90r] inter eos sed remaneat tota decima integre in Covilliana et terminus suis pro ut inter eos furere comunicanda seu et devidenda. Et super dubio fetuum huiusmodi remaneat in juramento do mayoral ou do conocedor ipsorum ganatorum. Et idem iudicium habendum de ganatis et fetibus eorumdem que transierit de dictus balliuis et terminis eorumdem ad pascendum in terra de Covilliana et terminus eiusdem. Decime vero lane que tondetur in partibus dictarum balliuarum omnia observentur et singula in ganatus fetibus et lana et caseis ganatorum de Gardia et terminos suis et de Celorico. Item per eandem sententiam iudicando mandamus quod decime ganatorum mancipiorum sive sint soltarii sive conjugati dentur ibi ubi date fuerint decime donnorum suorum ita dum taxat quod predictae decime non accipiantur per alteram partem predi<c>tarum sed presentibus procuratoribus partium earundem diebus et locis seu terris assignatis. Et hoc divisio decimarum incipiatur a mediato mense aprilis in antea. Actum Gardie in camara dicto donni episcopi secunda die mensis julii Era M^a CCC^a XXX quarta. Presentibus magistro Alfonso et Petro Mendiz canonicis Egítaniensi. Sueiro Martiniz rectore ecclesie Santi Salvatoris de Covilliana. Fratre Geraldo de Ordine Templi et aliis. Et ego Michael Martiniz predictus tabellio Gardie hiis omnibus interffui adhibitus et rogatus et de primissis hoc instrumentum per alphabetum divisum manu propria scripsi et hoc sig-[SINAL NOTARIAL] num meum ibi feci in testimonium.

518. 1296.10.31 – Chaves

Domingos Domingues e sua mulher, Comba Peres, vendem a Fr. Estêvão Lourenço comendador de Longroiva uma herdade em Lilela e seu termo.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 188r-188v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 163r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 314v

In Dei nomine amen. Conheça quantos esta carta virem como eu Domingo Dominguez e molher minha Coomba Periz fazemos carta de vendiçom et de firmidooem perduravel a vos frey Estevam Lourenço comendador de Longrovya de quanto herdamento casas vinhas arvores feito e por fazer nos avemos em Lilela e em seus termos que a nos ficou da parte de Maria Afomso madre de mym

Coomba Periz sobredicta por precio nomeado que de vos recebemos, convem a saber, CXX morabitinos de leconeses ca a tanto anos e a vos bem aprouve. E dese preço non ficou ne'migalha por dar a pies de vos [fl. 188v] ajades vos e aqueles que aa vossa vontade aprouve este dicto herdamento com todas suas entradas e saidas e perteenças pera todollos tempos do segre. Se alguém contra esta carta quizer viir pera ha britar quanto demandar tanto dobre e de mays peyte aa outra parte quinhentos soldos e ao senhor da terra outro tanto. E a carta de todo em todo seera em sua força firme e perduravel. Feita ha carta em Chaves derradeyro dia do mes de outubro Era de M CCC XXX IIII annos. E nos sobredictos que esta carta encomendamos a fazer de diante homens boons ha roboramos e confirmamos e por roboramos recebemos quatro soldos. Presentes foram Joham Periz. Miguel Annes. Domingo Fernandiz de Chaves. E eu Martim Mendiz tabaliam d'el rey na villa de Chaves a rogo das dictas partes fuy presente e com minha mão propria escrevi e meu signal hi pus que est atal.

519. 1297.02.18

João Vidal e Catarina Durães, sua mulher, recebem da Ordem do Templo em aforamento todas as vinhas que a Ordem tem em Monsanto.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 10, n.º 10 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fl. 128v e fls. 130r-130v

Conoscamos todos quantos este instrumento virem e leer ouvirem como eu Joham Vidal e eu Catalina Duraez molher deste Joham Vidal conocemos e outorgamos e obrigamos nos per quanto que avemos movil e raiz gaanado e por gaanar que devemos adubar e alaurar as vinhas que o Temple a en Monsanto u dizem Monsanto e por tres anos nom avemos a dar renda nem cousa nenhuma e os tres anos primeiros compridos de sy avante darmos cada ano a Ordim do Tenple X libras por dia de San Johane Bautista e darmo lhas aa baylia de Idana a Velha as quaaes vinhas nos avemos a adubare em nossa vida: danbos assy como conta en huma carta que nos emde deu Dom Vaasco Fernandiz mestre do Tenple e a nossa morte d'ambos ficarem as dictas vinhas bem lavradas e bem adubadas a Ordim sen contenda nenhuma com todas sas benfeitorias e com todas sas melhorias. E se perventuyra as vinhas nom ficarem bem adubadas a nossa morte d'ambos que per todos nossos beens movis e rayz s'adubem bem as vinhas de mais averdes L^a libras de pena per todos nossos beens. Fecto XVIII dias de fevereiro da Era M^a CCC^a XXXV^a anos. Testemunhas Joham de Viseu e Martim Anes da Rua. Domingos Johanés alfayate e eu Domingos Periz pubrico tabaliom de Castel Blanqo que a esto presente foy e este instrumento com mha maaoo propia escrevi e meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal y pugy.

520. 1297.05.12 – Castelo Branco

D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, juntamente com os seus freires, em reunião capitular, nomeia seu procurador Fr. Martim Afonso, comendador da bailia de Lisboa, dando-lhe poder para negociar certos bens da Ordem, em Lisboa.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 2, n.º 1 (inserto em documento de 1297.05.23 – Lisboa que está inserto em documento de 1320.02.04 – Lisboa)

[...]

Sabham quantos esta procuraçom viren e leer ouvyren como nos frey don Vaasco Fernandez omildoso meestre da horden da cavalaria do Tempre no reyno de Portugal con consselho e con outorgamento de nossos freyres stando en nosso cabidoo geral fecto en Castel Branco fazemos e estabelecemos e ordinhamos por nosso procurador liidemo e avondoso frey Martin Affonso nosso freyre comendador da baylhia de Lixboa dessa meesma horden que el possa escambhar huma soma de oliveyras espalhadas as quaaes nos avemos en termho de Lixboa em logares os quaaes chamam o Poonbal no Cuchouço e o campo de Lecea e o poço de Ripeles por outras oliveyras asuadas com qualquer pessoa ou pessoas que el vir ou por ben tener. Item damos a el poder d'escambhar huma nossa vinha que nos avemos en termho de Lixboa con seu olival hu chamam a Crux antre as donas de Santa Crara e os fornos da cal. Que el possa escambhar por outra vinha ou por casas ou por outro herdamento qualquer que ele por ben vir com pessoa ou pessoas quaaes el por ben tener so tal condiçom que aquel ou aqueles com que ele os escambhos fezer das cousas davandictas que ajam as dictas oliveyras e a dicta vinha com seu olival por todo senpre. E nos outrossy avemos aqueles herdamentos ou vinhas ou casas que eles ao dicto nosso procurador polas davandictas deren. Outrossy lhi damos poder d'enprazar e dar por renda sabuda en cada hum humas nossas casas as quaaes nos avemos na cidade de Lixboa na Ribeyra ante as casas novas d'el rey e forom banhos so tal condiçom que aquel ou aqueles a que as el enprazar ou por renda sabuda der que as faça boas e sobradadas e faça en elas boas moradas assy como o nosso procurador por ben tener e com eles ordinhar e so tal condiçom que aquel ou aqueles a que as ele enprazar ou por renda sabuda der que as ajam en sa vida e depos sa morte ficaren aa devandicta hordem com todas sas bem feytorias. E rogamos e mandamos a qualquer ou quaaesquer tabelliom ou taballiães da cidade de Lixboa que façam ende carta ou cartas aaquel ou aqueles com que el fezer escambho ou enprazamento das cousas sobredictas. E nos prometemos d'aver por firme e por estavil que quer que polo dicto nosso freyre e nosso procurador for feyto e procurado pera todo senpre nas cousas de susso dictas. En testemuynho da qual cousa nos frey Vaasco Fernandez davandicto meestre ende esta procuraçom fezemos poer nosso seelo nas costas en testemuynho de verdade. Dada en Castel Branco doze dias andados do mes de mayo na Era de mill e trezentos e triinta e cinque anos. Testemunhas que presentes foron frey don Lourenço Martiiz

comendador de Poombal. Frey Gil Fernandez comendador de Soury. Frey Stevam Lourenço comendador de Longrovha. Frey Gonçalo Fernandez comendador de Rio Fryo. Frey Affonso do meestre capelam e outros muytos nossos freyres.
[...]

521. 1297.05.23 – Lisboa

Fr. Martim Afonso, comendador da bailia de Lisboa, por procuração de D. Vasco Fernandes, arrenda umas casas, em Lisboa, a Martim Peres, ferrador, e a sua mulher, Clara Domingues, definindo as respectivas obrigações.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 2, n.º 1 (inserto em documento de 1320.02.04 – Lisboa)

[...]

Em nome de Deus amen. Sabham todos quantos este stromento virem que nos frey Martin Affonso comendador do que aa a Orden do Tempre en Lixboa e en seus termhos per poder e por outeridade que a nos he dado e outorgado per huma carta de procuraçom do honrrado barom dom frey Vaasco Fernandes meestre do que a horden do Tempre ha no reino de Portugal e do Algarve de seu seelo seelada da qual o teor adeante escrita damos e outorgamos a vos Martim Perez ferrador e a vossa molher Crara Dominguis humas casas que a dicta horden do Tempre ha em Lixboa en na Ribeyra ante as casas novas d'el rey as quaaes casas foron banhos das quaaes estes son os termhos ao sul levante Leeça(?) ao poente casas de Domingos Johanis a aguiam casas de Johan'Eanes Palhavaam a aabrego rua puvrega da Ribeyra. As quaaes casas damos e outorgamos a vos de suso dictos que as ajades e as logredes en todolos dias de vida de vos anbos conven a saber per taaes preytos e condições que vos dedes en cada hum ano da renda aa dicta Orden quareenta libras as duas partes por dia de Pascoa de Ressureyçom e a terça por dia de Sam Miguel de setembro e assy en cada hum ano en vyda de vos anbos e vos devedes fazer esas casas ata cinque anos e ata sete anos non seer eyxeo e devem seer feytas de pedra e de cal e seeren sobradadas e devedes en elas fazer quatro moradas en fundo e quatro en cima e a maior de vos anbos as dictas casas devem ficar aa dicta horden com toda sa melhoria sen nenhuma contenda. E nos de suso dictos Martin Perez e Crara Dominguis obrigamos per todos nossos beens movis e de raiz guanhados e por guanhar a fazer as dictas casas assy como dicto he e a dar a dicta renda aa dicta horden en cada hum ano assy como dicto he e polo ben e pola ajuda que de vos recebemos e da dicta horden fazemo nos confreyres essa horden e prometemos que a nossa morte de cada hum de nos leyxemos aa dicta hordem den a terça de todolos nossos beens movis e de raiz das quaaes cousas fizemos ende fazer dous estromentos partydos per abç per mão de Vicente Martiiz publico tabeliom da cidade de Lixboa. E eu tabelliom de suso dicto neste presente foy e a rogo das dictas partes dous stromentos partidos

por abc com mha mão propria scrivii e en cada huum deles puis este meu sinal que tal e en testemuynho. Fecto en Lixboa viinte e tres dias de mayo Era de mill e trezentos e triinta e cinque anos. Testemunhas Rodrigo Symhões tabelliom de Lixboa. Pero Martiiz da Alfama. Gonçalo Gil. Johane Stevez freyre da dicta horden. Martin Fainho(?). Martin Perez carpeteyro. Vicente Nunez. Joham Stevez escolar. Da qual procuraçom de suso dicta o teor a tal he.

[Segue-se o traslado do documento de 1297.05.12]

522. 1297.05.25 – Coimbra

D. Dinis doa à Ordem do Templo o padroado das igrejas de São Mamede de Mogadouro e de Santa Maria de Penas Roias, com suas capelas e ermidas, com todos os seus direitos e pertenças.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 16, n.º 2 (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fls. 137v-138r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 140v-141r; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 25r-25v⁶⁹⁵ (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 157v-158r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 302r-302v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 152r-153r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 172r-172v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 105-107

Publ. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, n.º 534, pp. 536-538

In Dei nomine amen. Quoniam et consuetudine que pro lege suscipitur et legis autoritate didicimus quod aucta regum et principum scripta commendari debeant ut commendata ab hominum memoria non decidant. Idcirco ego domnus Dionisius Dey gratia rex Portugalie et Algarbii una cum uxore mea domna Helisabeth regina et cum filiis nostris infantibus domno Alfonso et domna Constancia volentes facere gratiam et mercedem magistro et Ordini et fratibus Templi facimus sibi cartam perpetue donacionis atque donamus et concedimus perpetuo et irrevocabiliter omne iuspatronatus nostrarum ecclesiarum Sancti Mametis de Mogadouro et Sancte Marie de Pena Royas cum suis capellis et cum suis heremitagiis et cum omnibus iuribus et pertinentiis susi que ecclesie sunt diocese Bracarense. Damus eisdem inquam libere ac sponte supradictum ius patronatus cum omnibus iuribus ac pertinentiis quod in dictis ecclesiis nos habemus et habere debemus prout melius et completius nos habuimus et habere debemus. Et hoc supra dictis facimus pro remissionem peccatorum nostrorum et ut senper habeamus partem in bonis quod in dicto Ordine facta fuerunt et ad hoc nos faciendum inducunt amor et gratia que erga magistrum et Ordinem Templi habemus volentes ut hec donacio nostra maioris obtineat roboris firmitatem requirimus et rogamus archiepiscopum Bracarensem quod huic donacioni et collacioni supradicti iuspatronatus et ecclesiarum supradictarum a nobis facte et

⁶⁹⁵ Datado de 1267: «Facta carta Colimbrie vigesima quinta die maii. Rege mandante. Era millessima tercentessima quinta». O escrivão terá saltado uma palavra, originando erro na data.

concesse suum prebeant assensum et auctoritatem. Quicumque igitur hoc nostrum factum integrum observaverit sit benedictus a Deo et Dominus dirigat vias eius in conspectu eius amen. Qui vero illud infringere acceptaverit iram Dei omnipotentis incurrat et quicquid feciter ipse filius eius et irritum deducat. Facta carta Colinbrie viginti quinque die maii. Rege mandante Era M^a trecentesima tricesima quinta. Infans domnus Alfonsus. Domnus Iohannis Alfonsy maiordomus curie. Domnus Martinus Egidii signifer. Domnus Iohannis Roderici de Briteyros. Domnus Fernandus Petri de Barvosa. Domnus Laurencius Suerii de Valladares. Domnus Petrus Ioannis de Portel. Iohannis Fernandi de Limia. Iohannis Menendi de Briteyros. Iohannis Symeonis. Petrus Alfonsi Ribeyro. Menendus Roderici vice maiordomus confirmant. Domnus Martinus archiepiscopus Bracharensis. Domnus Iohannis episcopus Ulixbonensis. Domnus Sancius episcopus Portugalensis. Domnus Valascus episcopus Lamecensis. Domnus Egeas episcopus Visensis. Domnus frater Iohannis episcopus Egitaniensis. Domnus Petrus episcopus Colimbriensis. Domnus Fernandus Martini episcopus Elborensis. Ecclesie Silvensis vacat confirmant. Stephanus Petri de Ratis. Iohannis Suerii Alanu auditores dicti domni reigis. Silvester Michaelis superiudex. Iohannis de Alpram decanus Visensis. Pelagius Dominici decanus Elborensis testes. Stephanus Iohannis archidiaconus Sanctarensis et domni regis cancellarius. Franciscus Iohannis scribanus curie notavit.

523. 1297.12.29 – Coimbra

Miguel Aires, público tabelião de Coimbra, dá conhecimento da sentença do bispo de Coimbra, de 1295.04.17, relativa a uma questão entre o cabido e o comendador de Ega acerca de um olival pertencente a Ega.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 30

In nomine Domini amen. Noverint universi presentis scripti seriem inspecturi quod ego Michael Arie publicus tabellio civitatis Colimbrie coram testibus infra scriptis vidi legi et deligenter inspexi quandam cartam sigillatam sigillo vero et integro de[...] ⁶⁹⁶pendenti curie domni Colibriensi episcopi cuius tenor tal est.

[*Inserere o traslado do documento de 1295.04.17 – Coimbra*]

Et ego Michael Arie tabellio supradictos predictam cartam in publicam formam redegi et hoc instrumentum ex inde confectum manu propria conscripsi et eidem hoc sig- [SINAL NOTARIAL] num meum apposui in testimonium premissorum. Actum fuit hoc Colimbrie IIII^o kalendas januarii Era M^a CCC^a XXXV^a. Que presentes fuerunt Petrus dictus Cabanas. Martinus Petri carregarius. Gunsalvus Martini filius Martinus Andree fiveleyro testes.

⁶⁹⁶ Dobra no pergaminho.

524. 1298.09.27 – Coimbra

D. Dinis doa a D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, e à Ordem, umas casas no Sabugal, fora da porta do Barroso, freguesia de Santa Maria Madalena.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 16, n.º 2* (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 5v; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 25v-26r (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 151r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 290r-290v

Publ. Costa 1771, n.º 80, pp. 298-299; *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, vol. 1, n.º 40, pp. 110-111

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que eu ensembra com a reynha donna Isabel mha molher filha do muy nobre don Pedro rey d'Aragom e com o infante don Affonso nosso filho primeyro e heredeyro querendo fazer graça e mercee a don Vaasco Fernandiz meestre da Ordim da cavalaria do Tempre nos meus reynos e a essa Ordin outrossy dou e outorgo a esse maestre e a essa Ordim pera todo sempre as mhas casas que eu ey no Savugal fora da villa aa porta que chamam de Barroso na fregesia de Sancta Maria Magdalena com todas sas emtradas e saydas e com seus curraes e com todos seus dereitos e perteenças assy como as eu melhor e mais compridamente ey e poderia aver. E esto lhis dou e outorgo per mha alma e per serviço que mi esse meestre fez. E mando e outorgo que este maestre e a dicta Ordim façam dessas casas e das cousas que a elas pertencem totalas cousas que for sa voontade assy como fariam de qualquer outro seu herdamento proprio. As quaes casas forom do infante dom Pedro e de donna Margarida e de don Sancho seu filho. En testimonyo desto dey a esse maestre a a essa Ordin esta carta seelada do meu seelo do chumbo. Data en Coimbra viinti e sete dias de setembro el rey o mandou per Roy Paez Bugalho. Manuel Eannes a fez Era M^a CCC^a e triinta e sex annos. El rey a vyo.

525. 1299.08.20 – Portalegre

*D. Dinis, a pedido do concelho de Segura, isenta-o de ser aldeia do concelho de Salvaterra do Extremo, com a condição de os moradores construírem aí um castelo. Entretanto, já o mestre da Ordem do Templo solicitara ao rei a revogação da sentença que atribuía Segura ao concelho de Salvaterra pois a Ordem, a quem a aldeia pertencia, não fora consultada nessa questão*⁶⁹⁷.

ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 7v (cuja lição se segue)

Publ. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, vol. 1, n.º 60, pp. 124-125

Carta per que o concelho de Segura foy julgado por aldeya ao concelho de Salvaterra.

Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que sobre contenda que era perdante mim ante os alcaldes e o concelho de Salvaterra da huma parte e os alcaldes e o concelho de Segura da outra sobre demanda que o concelho de Salvaterra fazia ao concelho de Segura dizendo

⁶⁹⁷ Sobre este documento veja-se Melo 1998, pp. 545-575.

que era sa aldeya porque siia en seu termho e que eu que a julgasse por sa aldeya. E foram tanto per preito que eu a julguey por aldeya de Salvaterra. E Lourenço Martinz que era en loge de meestre do Tenpre naquel tenpo que a dita sentença foy dada e depouys dom Vaasco Fernandez que ora he meestre da dicta Ordime querelou se mi senpre e pedindo mi mercee que lhys fizesse correger este juizo pois a Ordime non era chamada cujo era o senhorio e agora os alcaldes e o concelho de Segura m'enviarom dizer que elles moravam na fronteira de Leom e que recebem grandes perdas e danos cada que som as guerras na terra e que serya muy gram proveito meu e de meu reyno de fazer hy forteleza e que elles que a querriam hi fazer se os eu fizesse eisentos assi como eram ante que os eu julgasse por aldeyãaos de Salvaterra. E eu veendo o eixeço e o boliço e as guerras que som per totalas terras e entendendo que esto he serviço de Deus e meu e deffendimento e guarda grande da mha terra e do meu senhorio e avudo conselho con os da mha Corte achey que esto que o podia fazer pelas cousas de suso ditas. E por esto tenho por bem e mando que esses de Segura sejam eisentos d'aldeyãaos e de toda sujeiçom e de termho de Salvaterra e que façam forteleza no dicto logar e husem de seu foro e de seu seelo e de seu termho e façam justiça en totalas cousas assi como faziam ante que os eu julgasse por aldeyãaos de Salvaterra per tal preito que elles façam hy huum castello e que seja feito deste dia de Sam Migueel primeiro que vem ata dous anos. En testemunho desto dey ao dicto concelho de Segura esta carta. Dante no arreal de sobre Portalegre viinte dias d'agosto. El rey o mandou per Stevam Perez de Marvam seu vasalo. Lourenço Affonssso a fez. Era mil e trezentos e triinta e sete anos.

526. 1299.11.07

*Filipe Guilherme e sua mulher, Luzia Afonso, doam à Ordem do Templo certos bens no termo de Santarém*⁶⁹⁸.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 3, n.º 25⁶⁹⁹

[In nomine] Domini amen. Sabiam quantos esta carta virem que eu Filipe Guillelme eu Lucia Affonso sa moler ambos ensembra [...] vontades e de nosos boo placimento damos e outorgamos aa dicta Ordem do Temple por jur d'erdamento pera todo sempre en primera [...] en Monteam que nos complamos do almoxarife e do escrivam d'el rey os quaes foron de Pedro Estevaez e de sa moler [...] herdade estes son os terminos en oriente Alpearça en occidente Teyo e en aguion e en abrego a dicta Ordem. Item damos [...] de herdado no loge de susodicto a qual herdade nos complamos de Vicente Juyaes clerigo raçoeiro de Sant' [...] terminos en oriente nos meysmos compladores

⁶⁹⁸ Veja-se documento 1287.11.02, sobre os mesmos doadores. Segundo o sumário de ANTT. *Gavetas*, Gav. 3, mç. 5, n.º 3, Filipe Guilherme compra cinco estins de terra no termo de Santarém a 28 de janeiro de 1299 (*Gavetas (As)*, vol. II, p. 37).

⁶⁹⁹ Documento mutilado do lado esquerdo, sendo impossível ler o início das frases do documento.

en occidente dona Leogunda en aguion Teyo en avrego Alpearça [...] dous asties de herdade a qual complamos de Estevania Meendez en outro tempo moler de Rodrigo Eannes [...] [h]erdade estes son os terminos en oriente e occidente moler que foy de don Egas en agion Teyo e en [...] aa dicta Ordem no logo de susso dicto dous asties de herdade a qual nos complamos de dona Leo[nor] [...]. A qual herdade estes son os terminos en oriente Alpearça en occidente Teyo e aguion Maria Duraaez en avrego [...]. Et damos aa dicta Ordem no logo de susso dicto VIII asties de herdade os quaes forom de Maria Gonçalviz afreyra [...] casamento. Estes son os terminos en aguion Vicente Juyaes en avrego Duram Çopo. E assy facem per todos XXII asties desta [...]. Et damos aa dicta Ordem duas quaerelas de herdade en Alboya as quaes complamos de Domingo Martinz filho de [...] das quaes quaerelas estes son os terminos en oriente Alpearça en occidente Teyo e en aguion e et avrego [...] doazon fazemos aa dicta Ordem por nosas almas en remimento de nosos peccados e por muyta ajuda [...] [re]cebemos e por algo que delha tevemos e teemos. Et otorgamos aa dicta Ordem que faça dos [...] que le plaza assy comme do seu proprio. E se algunos de nosos filhos ou de nosa parte ou de [...] nossa doaçom non le seya outorgado mays quanto demandar tanto en dobro conpona e ao senhor [...]a nossa maldiçom. Et por que esto seya firme e non possa viir en duvida damos le esta carta [...] os alvazies que possessem hy o seelho do concelho por firmidone. E o dicto alcaide e os alvazies [...] [Gui]llelme e de Luzia Affonso posserom en esta carta o seelho do concelho que tal he. Eu o mehu [...]. En testomnio desta cousa demos aa dicta Ordem as cartas das⁷⁰⁰ herdades que foron [...] de Santarem. Feyta VII dias de novembre Era M^a CCC^a XXX^a VII.

527. 1299.11.22 – Portalegre

*D. Dinis doa a D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, e à Ordem o direito de padroado da igreja de Santa Maria a Grande de Portalegre e as capelas a ela sujeitas*⁷⁰¹.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 16, n.º 2* (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A] e cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fls. 8v-9r; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 26r-26v (inserto em documento de 1318.09.30 – Lisboa [A]); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 98r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 177v-178r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 108-110

Publ. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, vol. 1, n.º 69, pp. 132-134

Aa dicta hordem do Temple outra de doaçam do padroado de Santa Maria a Grande de Portalegre com todas suas pertemças etc.

⁷⁰⁰ No documento está escrito «dictas» mas as letras «ict» estão supontadas assinalando o erro.

⁷⁰¹ Neste mesmo dia e local, a 22 de novembro de 1299, em Portalegre, D. Dinis concede à Ordem do Hospital o direito de padroado das igrejas de Portalegre (Saraiva, ed., 1946, pp. 14-16).

In nome de Deus amen. Sabham quantos esta carta virem que eu don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve ensenbra con a reynha donna Isabela mha molher e con o infante don Affonso nosso filho primeiro e herdeiro sguardando o serviço que a mim dom Vaasco Fernandez meestre do Tempre e a sa Ordim fezerom en Portalegre e nos outros logares cada que mi conpriu e os ouvi mester e a gran custa e o grande afan que hi prendeu o dicto maestre e a Ordim en meu serviço hy e cada hu os ouvi mester eu querendo poren fazer ao dicto maestre e a sa Ordim graça e mercee e en remiimento de meus pecados e por mha alma e en galardom do serviço que mi fez dou lhi pera todo sempre compridamente que nunca se possa revogar todo o padroado e o dereicto d'apresentar que eu ey e de dereicto devo a aver na mha egreja de Sancta Maria a Grande de Portalegre e nas capelas e nos logares que pertencem e son sojeytos aa dicta igreja ou pertecerem ou devem a pertencer ou seer sojeytos a ela da qual eigreja ora e priol Gil Gonçalviz. Outrossi dou e outorgo ainda ao dicto dom Vaasco Fernandez maestre do Tempre e a sa Ordim esse padroado todo e o dereicto dele e a possissom d'apresentar en todos seus dereictos e sas pertenças que pertencem ao padroado da dicta eigreja que eles o ajam pera todo senpre o mais compridamente e o melhor que o eu ey e de dereicto o poderia aver. Dou lhis ainda compridamente poder que a morte do dicto Gil Gonçalviz que ora he priol ou per outra maneira qualquer que seja vaga a egreja desse Gil Gonçalviz possam a ela apresentar logo quem por bem teveren. E eu querendo fazer graça e mercee a esse maestre e a sa Ordim meto logo o dicto maestre e a Ordim corporalmente naquel jur e naquela posse que eu ey e devo aver no jur e na posse do dicto padroado. E mando e outorgo que eu nem nenhuum que de mim decenda nem de mha linhagem possam revogar esta doaçom nen viir contra ella em nenhuma maneyra de dereicto nem de feito. E aquel que contra este feito quiser viir aja a ira e a maldiçom de Deus Padre e a minha e ainda que o queyra fazer non possa nen lhi valha. En testemoyngo da qual cousa dey ao dicto maestre e Ordim esta carta seelada do meu seelo do chumbo. Dante en Portalegre viinti e dous dias de novembro. El rey o mandou. Domingos Johannis a fez. Era mil e trezentos e triinta e sete annos. Infante dom Affonso filho primeyro herdeyro. O conde don Joham Affonso. Don Martim Gil alfferez. Don Joham Rodriguiz de Briteiros. Don Meem Rodriguiz de Briteyros. Do Pedro Eanes Portel. Don Fernam Perez de Barvosa. Joham Periz de Sousa. Johanne Meendiz de Briteyros. Martim Affonso. Joham Fernandiz de Limha. Don Martinho arcebispo de Bragaa. Don Johanne bispo de Lixboa. Don Pedro bispo de Coinbra. Don Sancho bispo do Porto. Don Fernando bispo d'Evora. Don frey Johanne bispo da Guarda. Don Egas bispo de Viseu. Don Vaasco bispo de Lamego. Don Johanne bispo de Silves. Stevam Anes chanceler. Joham Symhom. Roy Paaez Bugalho. Pedro Affonso Ribeiro. Maestre Juyão. Gonçalo Fernandez. Joham d'Acre.

528. 1300.08.28 – Prado

Lourenço Estevez empraza uns bens a Gonçalo Fernandes, comendador de Rio Frio.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 31

Sabham quantos este instrumento virem e leer ouvirem que eu Lourenço Stevam vizinho de Prado devo a dar per todas mhas boas gaanhadas e por ganhar a frey Gonçalo Fernandez comendador de Ryo Frio trinta e dous morabitanos polos dereytos que ele a dos erdamentos na freguissia de Santiago de Tiaens ou a quem este plazo mostrar convem a saber por huum anno comprido de Sam Jhoane a Sam Jhoane [...] devo a ele a dar os dictos morabitanos ata Sam Jhoane primeyro vindoyro ou a quem este plazo mostrar e custas e missoens se as [...] fezer ende mando a dicta divida todas sejam sobre mim e devo aa seer penhorado quando for fora da terra bem como quando y for e pençom todos os dereytos que por mim poderiam aver e preyto e respeyto e vogado e senhor e todolas cousas [...] me poderam ajudar assy en juizo como fora de juizo nem enqueesta nem talhado este plazo. Feyto fuy en Prado XXVIII dias d'agosto. Testemunhas Domingos Perez Longo. Pedro Ferreyro. Joham de Paadim e outros e a par[...]o do dicto comendador onde mostrarem este plazo deve aaseer creuda sinplezmente assy sobre las custas como sobre la divida. E eu Afonso Fernandez tabaliam de Prado a rogo do dicto Lourenço Stevam este plazo scrivy e meu signal pugy que tal est [SINAL NOTARIAL] en testimonio de verdade. Era M^a CCC^a XXX^a VIII^a annos.

529. 1300.10.06 – Pombal

Estêvão Martins, público tabelião em Tomar, redige instrumento público acerca da apelação de Fr. Lourenço Afonso, comendador de Nisa, ao bispo de Lisboa relativamente à igreja de Casével.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 32 (inserto em documento de 1300.10.09 – Santarém)

[...]

Noverint universi hoc instrumentum publicum inspecturi quod sob Era M^a CCC^a XXX^a et VIII^a VI^o die mensis octobris constitutis in presencia mihi Stephani Martini publici tabelionis de Palumbaris testium subscriptorum religiosus vir frater Laurencius Alfonsi commendator de Nissa tenens locum magistri milicie Tenpli in regno Portugalie legi feci e publicari quondam papiri cedula cuius tenor talis est. Cum injuste gravatis appellacionis remedio sucatur idcirco ego frater Laurencius Alfonsi comendador de Nissa tenens locum <magistri> milicie Tenpli in regno Portugalie sciens me et dictum magistrum et Ordinem Tenpli per discretum virum Petrum Iohannis de Ferragenali procuratorem generalem reverendi patris donni Iohannis Dei gratia Ulixbonensi episcopi indebite et injuste exeo quod cum ecclesia de Caseval diocesis Ulixbonensi que pertinet ad Ordinem Tenpli esset in possessionem vel quia percipiendi decimas quarumdam cassalium dictus procurator nome procuratorio

actoritate dicti episcopi dictam ecclesiam et Ordinem Tenpli nulla satisfactione facta vel monicione nec alias iuris ordine observato possessione percipiendi decimas in quatordecim casualibus contra iusticiam spoliavit pendente litere seu questione super dicta ecclesia inter Ordinem Tenpli et episcopum supradictum ordinare(?) a dicto procuratore et gravaminibus per eum illatis infra decem dies exquo ad meam noticiam venit in his scriptis ad sedem apostolicam provoco et appello petens semel secundo et tercio instancia quanto posum ab eadem procuratore vice dicti episcopi appositos mihi dare et ad prosequendam presentem appellacionem presigo dicto procuratori et mihi terminum similis crastinum festivitatis beati Mathie apostoli proximo nementis. Actum apud Palonbarie Era mense et die supradictis. Presentibus Michaele Dominici. Gonsalvo Ihoannis armigero. Martino Stephani. Dominico Martini. Et me Stephano Martini tabellione supradicto qui ad rogatum dicti comendatoris predictis interfui et exinde hoc instrumentum manu propria scripsi et eadem signum meum apossui in testimonium veritatis.

530. 1300.10.09 – Santarém

Silvestre Martins, público tabelião em Santarém, dá a conhecer instrumento de apelação apresentado por Fr. Mateus, comendador de Santarém, de Pedro Eanes, porcionário da igreja de Santa Maria de Marvila de Santarém, e procurador de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 32

Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod in presencia muhi Silvestri Martini publici tabellionis Sanctarene et testium infra scriptorum apud ecclesiam Sancte Marie de Marvila Sanctarene Ulixbonense diocesis frater Matheus comendator domus sive baylie milicie Ordinis Tenpli Sanctarene ostendit ac etiam per me prenomiatum tabelione publicari facti quodam instrumento apelacionis coram viro venerabili Petro Iohannis porcionario dicte ecclesie de Marvila et procuratore reverendis patris I. divina misericordie Ulixbonense episcopi cuius tenor de verbo ad verbum digniscitur esse talis.

[*Insero o traslado do documento de 1300.10.06 – Pombal*]

Quo instrumento perletto predictis procurator dixit quod non erat ille generalis dicto episcopi procurator tamen specialis in villa Sancterene et in terminis eiusdem ville. Item dixit quod nunquam feceret vim nec forciam predicte ecclesie de Casseval nec in rebus suis quibus dictis similiter et ostensis ab utrosque parte et de publicatione dicti instrumenti appellacionis prefate prenomiatum frater Mateus comendator petit inde mihi tabelionis supradicto quodam publicum inscriptum de omnibus supra dictis. Actum fuit apud Sanctarene nona die Obtobris [*sic*] Era M^a CCC^a XXX^a VIII^a. Presentibus Stephano Gomecii tabelione. Michaele Geraldi aurifer. Vincencio Michaelis dicto Çarrafa mercator Sanctareme. Alffonso Martini dicto Cogonbreyro. Et ego prenomiatum tabelio regetus a prefato fratre Matheo publicatio supra dicte

interfui et de dicta publicatione hoc presens inscrivi manu propria meam confeci et in eodem hoc presens signum meum apossui quod tale [SINAL NOTARIAL] est in testimonium primisorum et in hoc instrumento in duobus locis dictoens duas interlinam videlicet prima dicio este magistri secunda gravavi.

531. 1301

D. Dinis ordena inquirições gerais no reino. Aqui encontram-se referências aos bens e direitos da Ordem do Templo no território. Estes inquéritos foram circunscritos ao território Entre Minho e Vouga. Publ. Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones, Nova Série, vol. XII

532. 1301.02.19 – Avô

Fr. Afonso, vigário da igreja de Santiago de Santarém, capelão de D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, pelo mestre e freires da dita Ordem, solicita a D. João, bispo de Lisboa, relativamente à apelação que lhe foi remetida pela Santa Sé, para que tome uma decisão acerca dos direitos da igreja de Santiago de Santarém.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 33 (inserto em documento de 1301.02.20 – Avô)

[...]

Ego frater Alfonsus capellanus magistri milicie Templi Portugalia nomine Ordinis Templi et dicti magistri et fratrum dicti Ordinis et vicarii et porcionariiorum ecclesie Sancti Jacobi Santarenem suplica humiliter et devote vobis reverendo patri donno J. Dei gratia Ulixbonense episcopo ut super appellatione nuper a nobis emissa ad sede appostolicam per me et vicarium et porcionarios supradictos mihi dignemini appelas exhibere prescripti concilias vos I[...] et tempore competentes⁷⁰² duxerim requirendum. Et hoc placeat paternitati vestre super hoc me ulterius fatigare cum de predictam appellationem apud Sanctarenem ubi fuerit facta fides qua per locca prefatus donus episcopus quesivit a predicto frater Alfonso sed habebat mandatum potestatem vel procuracionem a prefato magistro milicie Templi vel alias ab Ordine vel ab aliquibus quibus cumque quorum in[...]sit vel alias sed intererat sua ad publicandum predictam cedulam et ad appelas petendum petens quod si habebat mandatum vel potestatem quod ostenderet ei. Et predictus frater Alfonsus respondit quod quando prefatus episcopus venerit ad ecclesiam Sancti Jacobi Sanctarenem quod ipse erat presens et appellaverit dixit quod ignovaverit appellationem suam et quod petebat appelas ad que respondens predictus episcopus dixit quod non viderat nec audiverat innovacionem alicuius alterius appellacionis nisi quod dictus frater Alfonsus publicavit quandam appellacionem apud dictam ecclesiam Sancti Jacobi pro ut instrumento ex inde confecto per Micahalem Martini publicum tabellionem castri Sanctarene plenius continetur. Dixit etiam prefatus episcopus quod volebat

⁷⁰² Segue-se supontada a palavra «duxerint», mas está supontada assinalando tratar-se de um erro.

deliberare super contentis in dicta cedula et peciit inde copiam ut habita copia poset cum deliberatione habita plenius responderet. Dixit etiam quod facta siby copia et deliberacione habita concederit siby appellacios si et pro ut [...] de iure concedendi. Et statim dixit quod concederet ei appellacios feria tercia prouxima sequenti apud dicutum locum de Avoo ubi coram eo fuerunt petit. Et ego prefatus tabellio in hiis omnibus interfui et ad petitionem dicti fratris Alfonsus hoc instrumentum mea manu propria conscripsi et in eo meum sig-[SINAL NOTARIAL] num aposui in testimonium veritatis. Actum apud Avoo X^a VIII^a die mensis februarii Era M^a CCC^a XXX^a nona. Presentibus magistro Petro Cardinali. Magistro Petro canonico Ulixbonense. Martino Johannis monaco Alcobacie. Donno Egeo de Tavoia. Alfonso Roderici canonico Silvensis et aliis pluribus.

533. 1301.02.20 – Avô

Domingos Martins, público tabelião, a pedido de Fr. Afonso, vigário da igreja de Santiago de Santarém, e capelão de D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, faz publicar documento de 1301.02.19. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mc. 1, n.º 33

Noverint universi quod in presencia mei Dominicus Martini publici tabelionis in caucis domni episcopi Colibriensi et testium infra scriptorum religiosus vir frater Alfonsus Asserense capellanum magistri milicie Tenpli in Portugalia publicavit coram reverenda pater domno donno J. divina miseratione Ulysbonense episcopi quandam cedula cuius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1301.02.19 – Avô*]

Post hec vero insequenti scilicet vicesima die predicti mensis februarii de Era supra dicta prefatus frater Alfonsus constitutus coram donno episcopo pecter ab eodem appellacios ut super petierat. Et tunc dictus donnus episcopus super appellacios petiti per eudem fratrem respondit dicens quod nondeferebat dicte appellatione primo ex eo quod dictos frater nullam fidem fecerit predicto donno episcopo de mandato sed quod habebat seu de aliqua potestate vel quod alias sua intrent re<d>endi dictam appositionem nec appellandi publicandi nec etiam innovandi nec appellacios petendi licet super hoc fuisset per dictum donum episcopus requisitus. Et quia ex falsa tam seu nom vera a dicto episcopo extitit appellacionum. Et presertim cum in causa ortu inter dictum episcopum ex parte una et magistrum milicie Tenpli et fratres eiusdem ex altera super iuribus episcopalibus fuisset loca sententia predicto episcopo contra dicto magistro et fratres que in rem transiit iudicatum. Item quia in primis factam per dictorum magistri et fratrum fuit contumax et etiam contumax pronunciata et iure cavetur quod contumax non auditur appellatis. Item quia dictus donnus episcopus volens et intendens utque iure suo in dicta ecclesia Sancti Jacobi in suo episcopatu situ ad utilitatem et salutem animarum parrochianorum eiusdem volendo talia excercere super quibus predicti magistri et fratres requisit et per dictum episcopum nullam

exempcionem ostenderunt eidem nemini propter hoc gravamine aliquid seu injuriam irrogavit. Propter que dixit quod dicte appositioni non deferebat nec admitebat eadem sed causa pecius refutebat tamquam fieri volam et manem seu nullam appellacios refutatorios predicto frater concedens et premissa et alius responsiones per cum superius propositus loco dictorum appellacionum et tunc dictus frater Alfonsus protestatus fuit se non toto servire in dicto apelacio nisi in quantum pro eo seu ordine sua faciunt alias <vero> munimire. Et ego prefatus tabellio ad instanciam predicti fratris Alfonsi hiis omnibus interfui et eidem hoc instrumentum propria manu conscripsi et in eeo signum meum aposui quod tale est [SINAL NOTARIAL] in testimonium premisorum. Actum fuit hoc apud Avoo vicessima die februarii Era M^a CCC^a XXX^a nona. Presentibus venerabilibus Laurentius Stephani archidiacono Visensis. Magistro Petro Cardinali rectore utrisque iuris. Magistro Petro canonico Ulixbonense. Egea Laurencii de Tavoia. Alfonso Roderici et ali canonico Silvensis pluribus.

534. 1301.05.15 – Leiria

Vicente Eanes, público tabelião de Leiria, a pedido de Pedro Formoso, faz publicar um documento de 1264.06.24, pelo qual o mestre da Ordem do Templo afora a herdade de Cabeça de Freires, junto de Leiria, aos povoadores desse local.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 6, n.º 4 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 91v-92r

Publ. Gomes 1997, n.º 14, pp. 181-182 (versão de *Livro dos Mestrados*)

Sabham todos que perante mim Vicente Anes publico tabelliom de Leyrea e das testemunhas adeante scriptas Pedro Fremoso mostrou e per mim dicto tabelliom fez leer huma carta aberta seelada de hum seelo pendente o qual seelo a mim semelhou do maestre do Temple da qual carta o teor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1264.06.24 – Leiria*]

Item a qual carta perleuda o dicto Pedro Fremoso mandou a mim que dese a copia dela a frey Lourenço comendador em Leyrea do Temple e eu sobredicto tabelliom per mandado do sobredicto este stromento con a copia da dicta carta com mha maa propria escrevy e em ela este meu signal [SINAL NOTARIAL] pusi em testemunho de verdade. Pecto em Leyrea XV dias de mayo Era M^a e trezentos e trinta e nove anos. Presentes Fernam Lourenço tabelliom. Joam Vaytila. Dominicus Johanes.

535. 1301.10.16 – Santarém

D. Martinho, arcebispo de Braga, e D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, celebram acordo sobre a tença pontifical das igrejas de Penas Roias e Mogadouro. É exibida carta de composição feita entre o arcebispo de Braga e D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo⁷⁰³. Este acordo tem duas datas: a primeira, de 1301.10.16 (Santarém), está confirmada por D. Vasco Fernandes, mestre

⁷⁰³ 1227.02, Braga (ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 18r-18v).

da Ordem do Templo, que diz ter tido o apoio do capítulo para realizar este acordo; a segunda, de 1301.12.12 (Braga), em que o arcebispo D. Martinho e o cabido confirmam este acordo.

ADB. *Livro das Cadeias*, n.º 20, fls. 13r-13v (inserto em documento de 1301.12.12 – Braga e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 213r-213v (inserto em documento de 1301.12.12 – Braga); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 159vbis-160r (inserto em documento de 1301.12.12 – Braga); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 307v-308v (inserto em documento de 1301.12.12 – Braga); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 11, fls. 156v-158r⁷⁰⁴; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 175v-176v (inserto em documento de 1301.12.12 – Braga); ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 100-103 (inserto em documento de 1301.12.12 – Braga)

Publ. Costa 1771, n.º 81, pp. 299-300⁷⁰⁵

In nomine Domini amen. Noverint universi presentes litteras inspecturi quod cum inter nos Martinum Dei miseratione sancte Bracarense ecclesie archiepiscopum ex una parte et religiosum virum domnum Valasum Fernandi magistrum Ordinis milicie Templi in regno Portugalie ex altera super tercia pontificali ecclesiarum de Panas [*sic*] Royas et de Mogadoyro nostre Bracarense diocesis et super quibusdam aliis questionis materia verteretur tandem ostensa nobis cartam compositionis per alphabetum divisa facta inter reverendum patrem dominus S. archiepiscopum Bracarensis quondam predecesorem nostrum et domnum Petrum Alviti quondam magistrum Ordinis militie Templi in regno Portugalie sigillata sigillis predicti domni archiepiscopi et doni Petri Alviti magistri supradicti et sigillo nostri capituli Bracarensi et signata signo Pelagii Pelagii primi tabellionis Bracarensi in qua inter alia continebatur quod Bracarensi archiepiscopus esset contentus nomine dictarum ecclesiarum una procuracione semel in anno et quod quinta pars omnium decimarum utriusque ecclesie sine diminutione solveretur eidem archiepiscopo salvis cera et votis que solvenda sunt domno archiepiscopo Bracarensi inter nos et donnum Valasum Fernandi magistrum predictum talis compositio intercesit quod quinta pars omnium decimarum supradictarum ecclesiarum sine diminutione solvantur nobis et successoribus nostris salvis cera et votis que nobis solvi debent de ecclesiis supradictis quia videntes erat ut non reciperemus a dictis ecclesiis nisi unam procuracionem semel in anno quando easdem visitaremus cumquelibet ipsarum ecclesiarum sit satis suficiens ad solvendum procuracionem que ratione visitationis debetur cum semel in anno fuerit visitata de beneplacito et assensu donni Valasci Fernandi magistri predicti mandamus quod de qualibet ecclesiarum supra dictarum de Penas Royas et de Mogadoyro nobis et sucesoribus nostris procuratio que ratione visitationis debetur integre persolvatur cum per nos ac successores nostros quelibet ipsarum ecclesiarum fuerit visitata.

⁷⁰⁴ O texto desta fonte não inclui a confirmação do bispo D. Martinho e do cabido de Braga e termina com a confirmação do mestre da Ordem do Templo, D. Vasco Fernandes e seu capítulo: «Datum Sanctarenæ XVI die mensis octobris anno Domini 1301», fl. 158r.

⁷⁰⁵ Publica o documento com data de 1301.10.16, Santarém.

Heremitagium tamen nostrum quod vocatur Santa Maria de Azinhoso cum omnibus iuribus et pertinentiis suis nobis nichilominus reservamus. Capellanos vero quos dictus magister vel magister qui pro tempore fuerit nobis in dictis ecclesiis presentaverit sive fratres suis Ordini sint sive clerici seculares si eos ydoneos invenerimus debemus in ipsis ecclesiis instituere et in ipsos destituere cum viderimus expedire. Qui capellani tenentur nobis et successoribus nostris obedientiam et reverentiam prestare et jurare debent quod nobis et successoribus nostris obedientiam et reverentiam debitam exhibebunt. Et quod nobis soluent integre jura nostra et nestre ecclesie Bracarensem. Et quod venient ad sinodum nostram semel in anno. De aliis [fl. 13v] vero temporalibus respondebunt magistro suo. Et tam ad hoc quam ad supradicta alia observanda idem magister se et omnes successores suos de consensu fratrum suorum in perpetuum obligavit. Et ut hoc in dubium non venirent nos archiepiscopus supradictus has patentes literas et alias sibi consimiles fecimus sigilli nostri et domni Valasci Fernandi magistri predicti munimine communiri. Et quia dictam compositionem cedere credimus ad utilitatem nostre ecclesie Bracarensem rogamus et capitulum nostrum Bracarense ut dicte compositioni et omnibus singulis supradictis assensum suum prebeat et sigillum suum ducat presentibus apponendum. Et nos Valascus Fernandi magister predictus nomine nostro et successorum nostrorum et omnia et singula supradicta de fratrum nostrorum consilio approbantes ac etiam concedentes has patentes litteras et alias sibi consimiles fecimus sigilli nostri munimine communiri in testimonium premissorum. Datum Sanctarene XVI^a die mensis octobris anno Domini millesimo CCC^o primo. Nos archiepiscopus vidimus.

Et nos dictum capitulum Bracarense attendentes compositionem predictam et omnia et singula supradicta cedere ad utilitatem dicte ecclesie Bracarense eisdem omnibus et singulis assensum nostrum prestamus. In cuius rei testimonium sigillum nostrum duximus presentibus apponendum. Actum Brachare II idus decembris anno Domini millesimo CCC^o primo.

536. 1301.10.26 – Santarém

João Simão, meirinho-mor, e sua mulher, Maria Guilherme, doam a D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo e aos freires da Ordem, uma quintã em Alcoentrinho, termo de Santarém, sendo a Ordem obrigada a dar-lhe, em suas vidas, o usufruto da granja de Odivelas.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 62v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 113v-114r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 111-112. Publ. Costa 1771, n.º 82, pp. 300-302

Saibham quantos este estormento virem e leer ouvirem como nos Joham Symon meyrinho moor de nosso senhor el rey e Maria Guilherme sua molher ambos em seembra de nosso prazimento e livres vontades e aa honrra de Deus e de Sancta Maria sua madre e em remiimento de nossos peccados fazemos carta de doaçom e de

firmidoem perduravel a vos dom Vaasco Fernandez mestre da cavallaria da hordem do Temple e aa dicta nossa Ordem de huuma nossa quintaã ha qual nos aveemos em termo de Sanctarem em logo que he dicto Alcoentrinho de Per'Estevaam em outro tempo almoxarife de Sanctarem. Damos a vos e outorgamos e aa dicta vossa Ordem ha dicta quintaã com todos seus casaaes e casas e vinhas e herdamentos vassalos foros posissoões perteenças com montes fontes pastos rompidos ou por romper com entradas e saidas direitos per direito de herdade aveidoiros e possuidoiros pera sempre que vos e a ha dicta vossa Ordem façades e desponhades da dicta quintaã com suas perteenças que quer que a vos e aa dicta vossa Ordem aprouver livremente em paz pera toso sempre avedoiira e possuidoira. E esta doaçom fazemos nos a vos e a vossa hordem por muyto bem e por muyta ajuda que nos recebemos de vos e de vossa Ordem e entendemos de receber. E polla vossa granja de Odivellas que vos a mym Joham Symon deestes em dia da minha vida e por CC libras da usada moeda velha de Portugal que vos sobredicto mestre devedes a dar a mym Joham Symon ou outro mestre qualquer que depos vos vier em cada huum anno por mayo meado em paz e em salvo pela nossa baylia de Santarem e por XX stiiis de herdade que eu Joham Symon e Maria Guilherme minha molher de vos teemos em Valada em nossa vida. Em testemunho desta cousa mandamos ende fazer dous estormentos antre nos de huum theor per a b c. Dos quaaes nos devemos ateer huum e ho dicto mestre hordem ho outro. Esto foy em Sanctarem a XXVI dias andados de outubro. Era M^a CCC XXXIX annos. Que presentes foram Salvador Diaz. Domingos Annes de Posta tabaliaães. Fernam Martinz do Avellal. Martim Mendez capelam. Airas Rodriguiz e outros que hi estavam. E eu Estevam Gomez publico tabaliam de Santarem a rogo dos ditos Joham Siman e dona Maria a estas cousas presente fui e este estormento semelhavel com outro per a b c com minha mão propria escrevi en cada huum delles este meu sinal hy pus em testemunho de verdade.

537. 1301.11.12 – Coimbra

João Domingues, porcionário da igreja de São Nicolau de Lisboa, apela à intercessão do cabido de Coimbra na resolução de questões entre a Ordem do Templo e o bispo de Lisboa.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mc. 1, n.º 34 (inserto em documento de 1301.11.14 – Coimbra)

[...]

Cum esse Johannes Dominici porcionarius ecclesie Sancti Nicollai Ulixbonensi XII die mensis november de Era M^a CCC^a XXX^a IX coram vobis venerabilibus donnis Petrus Martini cantore et Gunsalvo Menendi thesaurario Colimbrie ecclesie legi publicari ac notificari feceri quoddam publicum instrumentum appellacionis interposite per donnum Petrum Remigii cantorem Ulixbonensi pro ecclesiis de

Acheite et Sancti Vicentii de Caseval Ulixbonensi diocesis et rectoribus ipsarum pro ut in dicta appellacione plenius continetur et ad me predictum Johannem Dominici sequenti die scilicet tercia decima die dicti menssis pervenerit quod nos predicti donni cantor et thesaurarius procedere intendistis contra predictos rectores et ecclesias predictas non obstante dicta appellacione et non obstante termini assignacione per nos predicta die facta in causa seus causis qui vertitur seu vertuntur inter Templarios et donnum Ulixbonensis episcopum cum interim tali termini assignacione facta iurisdicte si quam habehati suspenssa remaneat et cum quiescat et sic pendente dicto termino contra dictos rectores et ecclesias predictas aliquid facere vel procedere non potestis cum iuves et idem negocium censeatur ex quo coram vobis in simul et in eisdem actis tractatur tam dictorum rectorum et ecclesiarum cum causa predicti donni episcopi et per vos una et eadem pronunciatio si pronunciatio dicti potuit in eadem instancia vestri processus in dicta causa conrta eosdem in iuste fuerit prolata et tangat etiam donnum episcopum et ecclesiam Ulixbonensi presertim cum ante dicti termini assignacione per vos ut dicitur factam supradictam XIII^a die menssis predicti nisi homus ex adversso fuerit allegatum propositum seu petitum contra dictos rectores et ecclesias supradictas maxime cum incitacione vestra si citationem dici potuit contra dictos rectores et eorum ecclesias ut dicitur emistis contineatur expresse vel si ipsorum intererat coram vobis in iudicio litigare vel deffendere quasdam decimas comparerent coram vobis apud Colimbria aliud predicta citacio eos non artaret et sic non potestis contra eos procedere propter premissa nec etiam pretextu dicte condicionalis citationis cum non essent astricti adveniendum et comparandum coram vobis. Ideo ego predictus Johannes Dominici timens ne vos predicti cantor et thesaurarius nolentes advertere ad premissa contra dictos rectores et eorum ecclesias ad aliquas sentencias excomunicacionis suspensionis interdicti seu misionis in possessionem rerum ex parte dictorum Templariorum ut dicitur petitatur vel ad alias quascumque penas sub condicione vel in diem simpliciter vel quo quomodo de facto procedere presumatis cum de iure non positis in hiis scriptis ad sedem apostolicam nomine predictorum rectorum et dictarum ecclesiarum et ecclesie Ulixbonensi provoco seu appello ut satisfaciam iuri apelacios semel II^o et tercio instanter instancius et instantissime peto ponens dicto rectores et eorum ecclesias et omnia bona ipsorum tam ecclesiastica quam mundana necnon clericos capellanos et parrochianos omnes dictarum ecclesiarum et omnes decimas et iura ad dictas ecclesias spectancia in quorum possessione existunt dicte ecclesie factorem consiliarios et omnes adherentes eisdem sub protectione dicte sedis apostolice.

538. 1301.11.14 – Coimbra

João Peres, tabelião público em Coimbra, a pedido de João Domingues, porcionário da igreja de São Nicolau de Lisboa, dá a conhecer carta de 12 de novembro de 1301.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 34

In nomine Domini amen. Noverint universi presentis scripti seriem inspecturi quod su Era M^a CCC^a XXX^a IX^a in claustro ecclesie cathedralis civitatis Columbriensi ubi capitulum consuevit celebrari scilicet XIII^a die mensis novembris im [sic] presencia mihi Johannis Petri auctoritate regali publici tabellionis Colimbrie et testium subscriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum Johannes Dominici porcionaius ecclesie Sancti Nicolai civitatis Ulixbonensis procrator rectorum ecclesiarum de Acheyte et de Sancti Vincentii de Caseval Ulixbonensis diocesis ut ipse dicebat legi fecit quondam cedula appellacionis tenorem huiusmodi continentem.

[*Insero o traslado do documento de 1301.11.12 – Coimbra*]

Qua perlecta predicti cantor et thesaurarius dixerunt Johanni Dominici qui fecit legere eam quod venirent deffendere dictos rectores et quod ostenderet procuracione ipsorum rectoreum. Et ipse dixit quod ostenderet ubi deberet decindo valeat illud quod valere posset. Et incontinenti Johannis Stephani procurator militie Templariorum ut ipse dicebat petiit transumptum dicte appellacionis. Qui presentes fuerunt Franciscus Petri canonicus Colimbrie. Dominicus Johannis dcitus Terrom. Salvatus Dominici tabellio Colimbriensi et alii plures testes. Et ego Johannes Petri tabellio supradictos omnibus hiis imterfui et adrogatum predicti Johannis Stephani omnia et singula supradicta pro ut iacent in publicam formam redegem et manu propriis conscripsi inde hoc publicum instrumentum et eidem hec sig-[SINAL NOTARIAL] num meum appoui in testimonium omnium premissorum. Actum fuit hoc Colimbrie Era mense die et loco superius nominatis presentibus testibus supradictis.

539. 1301.12.12 – Braga

O arcebispo de Braga D. Martinho e o cabido confirmam o acordo celebrado entre o arcebispo e D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, sobre a tença pontifical das igrejas de Penas Róias e Mogadouro, realizado em Santarém a 1301.10.16.

ADB. *Livro das Cadeias*, n.º 20, fls. 13r-13v (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 213r-213v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 159vbis-160r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 307v-308v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 739, fls. 175v-176v; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 100-103

[*Insero o traslado do documento 1301.10.16 – Santarém*]

Et nos dictum capitulum Bracarense attendentes compositionem predictam et omnia et singula supradicta cedere ad utilitatem dicte ecclesie Bracarense eisdem omnibus et singulis assensum nostrum prestamus. In cuius rey testimonium sigillum nostrum duximus presentibus appondendum. Actum Brachare II idus decembris anno Domini millesimo CCC^o primo.

540. 1302.06.13

Urraca Fernandes, viúva de Durão Vasques, doa a Gonçalo Fernandes, comendador de Almourol, um casal nas Lezírias, termo de Santarém.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 50r (inserto em documento de 1338.04.06 e cuja lição se segue – Portalegre); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 90v-91r (inserto em documento de 1338.04.06 – Portalegre)

[...]

Saibham quantos este estormento desta doaçom virem e leer ouvirem que eu Orraca Fernandez molher que fuy de Duram Vaasques Çacorinho jaa passado de minha booa vontade e de meu boom prazimento e libre dou e outorgo a vos Gonçalo Fernandez comendador d'Almourol aquelle meu casal que eu hei em has lizirias no termo que he de Santarem assy como parte com ha Cardiga e da outra parte com ho collo e da outra parte com ho rio de Tejo e da outra parte pelo caminho que vay do collo pera Santarem e que parte pello herdamento do Temple. Dou o outorgo a vos dito Gonçalo Fernandez e a todos vossos soccessores ho dito casal pera sempre que vos façades delle e em elle todo aquello que a vos prouver do dito casal jaa de suso nomeado. E esta doaçom deste casal que eu a vos fiz, fiz vo la por muito beem e amor que vos a my fezestes do vosso e muita ajuda. E prometo aa booa fee que nunca venha contra esta doaçom a nenhuum tempo nem outrem por my da minha parte nem doutra parte. E se per ventura alguem quiser viir ou veer componha a vos ho dito casal dobrado com todo seu melhoramento e este estormento seja sempre valioso em sua fortaleza valedoira e duradoira. Em testemunho desta cousa fiz ende dar a vos Gonçalo Fernandez este estormento que tenhades apres de vos. Feito ho estormento XIII dias de junho Era mil XXX XL. Testemunhas Lourenço Annes. Frei Affonso Stevez. Gomez Annes. Marcos Annes clerigo.

541. 1302.09.02 – Coimbra

O cabido da sé de Coimbra, vacanti pastore, apresenta carta monitória contra D. Lourenço Martins, comendador de Pombal, D. Gil Fernandes, comendador de Soure, D. Estêvão Lourenço, comendador de Ega, e Fr. Miguel, comendador da Redinha, impondo-lhes interdito pelo facto de não entregarem à igreja diocesana, como devido, as dízimas dos rendimentos de certas propriedades e aldeias.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.^a incorporação, mç. 86, n.º 3968 (cuja lição se segue); AUC. *Pergaminhos – Sé de Coimbra*, Móvel 1, Gav. I, n.º 10 (ambos documentos são originais)

Publ. Gomes 1999, n.º 17, pp. 70-71

In nomine Domini amen. Ad expellendas cum iure et iusticia notorias iniurias et manifestas offensas factas de novo capitulo Colimbriensi ecclesie vacanti pastore per fratres Ordinis Milicie Templariorum in Colimbriensis diocesis et ad recuperandas decimas subtractas de novo ecclesie et capitulo Colimbriensis ut sequitur per eosdem primo cum religiosus vir domnus Laurencius Martini comendator comendarie de

Polumbari Colimbriensis diocesis de novo occupaverit decimas per se vel per alium de loco qui vulgariter dicitur Palariga qui locus a tempore qui non extat memoria hominum fuit et est parrochialis et etiam decimalis ecclesie de Sauri et terminus eiusdem cuius ecclesie de Sauri tertia decimarum et etiam dicti loci spectat ad Colimbriensem capitulum manifeste de dictis decimis et possessione earum dictum capitulum et dictam ecclesiam spoliando et ipsos detinet spoliatos conseciente immo permictente religioso viro Egidio Fernandi comendatore de Sauri occupari decimas dicti loci licet iuraverit ad sacrosancta Dei evangelia iura dicte ecclesie de Sauri ad Colimbriensem capitulum spectancia integre conservare et fideliter procurare.

Item cum religiosus vir frater Michael comendator comendarie loci qui dicitur vulgariter Arredyam Colimbriensis diocesis contra ius canonicum et divinum decimas specialiter que sunt Dei de loco qui dicitur vulgariter Palayon de Acervo sed prius porcionem iure domnii debitam indecimatam recipit per se vel per alium de dicto loco qui fuit et est parrochialis et decimalis notorius dicte ecclesie de Sauri et terminus eiusdem in periculum anime sue defraudando dictam ecclesiam de Sauri et possessionem ipsius ecclesie et tertiā decimarum Colimbriensi capituli subtrahendo dictam ecclesiam et ipsum capitulum de dictis decimis et earum possessione detinet spoliatos.

Item cum religiosus vir Stephanus Laurencii comendator comendarie de Ega Colimbriensis diocesis spoliaverit per se vel per alium cum hominibus et armis ecclesiam de Portugniis eiusdem diocesis de decimis loci qui dicitur vulgariter Olival et de hereditatibus qui vulgariter dicuntur Redondas et Lagoa dos Freyres. Videlicet ante quam de Acervo decima deducator portionem iure domnii sibi debitam indecimatam recipit p[er]erogativam domini indecimis usurpando et de decimis colonorum medietatem ad opus sui occupat licet dictus locus et hereditates predictae et decime eorundem cum suis antecessoribus comendatoribus fuerint parrochiales et decimales dicte ecclesie de Portugniis per Colimbriensem ecclesiam sentencialiter iudicate ut ex literis sententiarum plenius apparebit de quibus decimis tertia spectat ad ecclesiam et capitulum Colimbriensem et de quibus decimis et earum possessione dictam ecclesiam de Portugniis ecclesiam Colimbriensem et dictum capitulum detinet spoliatos.

Item dictus comendator dicte comendarie de Ega cum hominibus et armis spoliaverit per se vel per alium ecclesiam de Amenali dicte diocesis de decimis hereditatum quas habet dicta comendaria in Amenali et in parrochia ipsius ecclesie accupando prius porcionem indecimatam et de decimis colonorum medietatem de quibus decimis tertia spectat ad episcopum Colimbriensem et de quibus decimis dictam ecclesiam et Colimbriensem ecclesiam detinet spoliatos in preiudicium et lesionem iuris dictarum ecclesiarum et ecclesie Colimbriensi et capituli memorati.

Idcirco nos Colimbriensem capitulum principiis tam obnoxiiis iuxta sapientum consilium obstare volentes ut restitutionis medicina paretur et predictis manifestis

offensis et notoriis iniuriis obviare monemus in hiis scriptis. Primo secundo et tercio. Religiosos viros domnum Laurencium Martini. Domnum Egidium Fernandi. Domnum Stephanum Laurencii et fratrem Micahalem [sic] comandatores predictos et quelibet eorundem pro qualibus monicione eis et eorum cuilibet biduum assignantes ut dictas decimas subtractas integre restituant ecclesiis capitulo et Colimbriensi ecclesie supradictis et quod decetero dictas decimas non presumpmant per se vel per alium obcupare alioquin ecclesias maiores de Palumbari de Sauri de Redyna et de Ega et alias ecclesias seu capellas dictarum vilarum et terminorum eorundem et earum qualibet in hiis scriptis ex nunc ut ex tunc ut ex nunc subponimus ecclesiastico interdicto. Inhibentes clericis scolaribus necnon religiosis parrochianis dictarum ecclesiarum et capellarum monentes eos quocumque nomine nominentur. Primo secundo et tercio. In virtute obediencie et sub pena excomunicacionis pro qualibet monicione dies singulos assignando. Quod dum in dictis ecclesiis et capellis duraverit interdictum in eis non celebrent divina nec faciant celebrari nec administrent ecclesiastica sacramenta preter quam baptisma parvulis penitencias et viaticum infirmis. Et alias quatenus iura permittunt alias in eos excomunicacionis sententiam ferimus in hiis scriptis si contra fecerint quod mandamus reservantes nobis ad alias iuris penas procedere prout meruerit proteruitas comandatorum predictorum. In quorum omnium fidem et testimonium presentes literas sigilli nostri capituli Colimbrie dependentis appensione fecimus sigillari. Actum et datum Colimbrie in capitulo IIII^o nonas mensis septembris loco die et hora quibus consuevit capitulum celebrari anno nativitatís Domini M^o CCC^o secundo.

542. 1302.09.08 – Soure, Ega e Redinha

Afonso Peres, reitor da igreja de Antanol (Coimbra) e procurador do bispado de Coimbra, manda publicar nas igrejas de Soure, Pombal, Ega e Redinha a declaração de interdito decretado pelo cabido diocesano contra os comandadores templários D. Lourenço Martins, comendador de Pombal, D. Gil Fernandes, comendador de Soure, D. Estêvão Lourenço, comendador de Ega, e Fr. Miguel, comendador da Redinha, por causa das dízimas que eram devidas àquela instituição diocesana.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 2.^a incorporação*, mç. 84, n.º 3847 (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 1999, n.º 16, pp. 69-70

En nome [de] Deus amen. Conhoscam quantos esta carta virem que eu Afonso Periz rector da eygreja de Santa Maria de Antanol do bispado de Coymbra recebi letras abertas seeladas do verdadeyro seelo entrego em pendente do onrrado cabidoo da see de Coymbra feytas en cabidoo IIII^{to} nonas do mes de setembro do ano de Nostro Senhor mil e CCC^a e dous anos segundo como en elas he contihudo pelas quaes letras o dicto cabidoo amoestava primeyramente per III vezes os religiosos baroes dom Lourenço Martiinz comendador de Poonbal e dom Gil Fernandiz comendador de Souri e Stevam Lourenço comendador da Ega e frey Migueel comendador da

Redina e cada hum deles que as dizimas dos dictos logares contehudos nas dictas letras entregasem en outra maneyra o dicto cabidoo nas eygrejas mayores de Poo[m]bal de Souri da Ega e da Redina e nas outras eygreias ou capellas das dictas vilas e dos termhos delas e en cada huma delas puyinha enterdicto pelas dictas letras. E eu sobredicto Afonso Periz de mandado do dicto cabidoo lii e publiquey as dictas letras d'amoestaçoens e de interdicto dia de Sancta Maria VIIIº dias andados do mes de setembro do ano sobredicto aa porta da eygreja de Souri presente Gil Fernandiz comendador desse loguar e perdante homeens bons antre os quaes que presentes foram Fernam Giraldiz juyz de Souri e Fernam Stevez tabellion dese loguar Roy Martiinz e Joam Periz homem do dicto cabidoo.

Item depois en esse dia lii e publiquey as dictas letras aa porta da eygreja da Ega perante homeens bons antre os quaes que presentes foram Vicente Eanes capellan da eygreja da Ega. Frey Gonçalo freyre dessa bailia. Domingos Iohanes da Serra da Barca. Joanne Moongio dessa eygreja e natural de Poombal. E Giraldo homem desse comendador e outras muytas testemunhas. E por non viir en duvida de como eu Afonso Periz sobredicto no dicto dia e nos dictos loguares dante testemunhas sobredictas lii e publiquey as dictas letras d'amoestaçoens e de intredicto porende fiz e escrivi esta carta aberta per mha mao e seeley do meu seelo pendente en testimonio de totalas cousas sobredictas. Aquesto foy feyto nos dictos loguares e nas dictas eygrejas de Souri e da Ega no ano no mes no dia sobredictos e diante as testimonynhas susoscriptas.

543. 1302.12.14 – Coimbra

D. Dinis proíbe D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, de vexar o mestre e freires da Ordem do Templo, impondo-lhes tributos indevidos.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 9, n.º 16 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 129r-129v

Universsis Christi fidelibus ad quos presentes littere pervenerint Petrus Martini cantor et Gonsalvus Menendi thesaurarius Colimbrie iudices a sede apostolica delegati salutem in Domine Jhesu Christo. Oblata in iudicio coram nobis ex parte venerabilis viri domni Velasci Fernandi magister et fratrum Ordinis milicie Templi in regno Portugalie peticio continebat quod cum ecclesie de villa de Tomar et de suo termino ac ecclesia Sancti Iacobi Sanctarene sint per privilegia romanorum pontificum ab omni episcopali exempte reverendus pater domnus Johannes Ulixbonensi episcopus in contemptu ditorum privilegiorum in ipsis ecclesiis et in ecclesia de Caseval et de Pinheyro in debitis ex actionibus dictos magistrum et fratres aggravat et molestat petens eidem per nos in hiberi ne super contentis in rescripto apostolico de simplici querela nobis misso et in dicta petitione ipos amplius molestaret prout in dicta petitione plenius continentur eique super ipsis perpetuum silencium poneremus. Et quia procurator domni episcopi promisit in iudicio coram nobis super dicta petitione litere contestari in termino quem

ad hoc sibi duximus assignandum per interlocutoriam de consensu partium per nos promulgatam et eam noluit contestari licet ad hoc plures terminos habuisset. Idcirco ad petitionem religiosi viri fratris Johannis vicarii de villa de Tomar petentis eundem episcopum contumacem pronuntiari et propter ipsius contumaciam eidem episcopo in hiberi ne supercontentis in petitione sua et rescripto apostolico ipsos magistrum et fratres amplius molestares. Et nos iusticia exigente et habito consilio cum peritis pronunciavimus contumacem procuratorem domini episcopi supradicti et propter sui procuratoris contumaciam in hibemus eidem episcopo ne per se vel per alium dictos magistrum et fratres in ecclesiis supradictis in debitis exacionibus aggravare vel molestare presupmat ad aliam penam postea procesuri si dicto procurator domni episcopi in sua contumacia voluerit perdurare. Quare rogamus vos quod postquam vobis facta fuerit fides per nostras litteras de sententia memorata quicquam per dictum episcopum vel eius mandato contra nostram interlocutoriam videritis seu scriveritis esse factum ipsum iritum reputetis quod nos ex nunc et ex tunc et ex tunc ut ex nunc nullum et irritum nunciamus. In cuius rei testimonium presentem cartam fecimus sigillorum nostrorum dependentium munimine communimi. Datum Colimbrie quarta decima die decembri Era M^a CCC^a quadragesima.

544. 1303.09.17 – Lisboa

D. Dinis doa a D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, a vila e castelo de Penha Garcia e seus termos com todos os direitos que nela tinha por serviço do dito mestre e Ordem, esperando que a Ordem aí consiga manter a paz.

ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 28r (cuja lição se segue) e fls. 154v-155r (inserto em documento de 1323.12.19 – Lisboa); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 141v-142r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 101v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 185v-186r; ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 113-114 Publ. Costa 1771, n.º 83, pp. 302-304⁷⁰⁶; *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, liv. II, pp. 113-115⁷⁰⁷; *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, vol. 1, n.º 170, pp. 268-269; *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, vol. 2, n.º 807a, pp. 542-543

Doaçom da vila de Pena Garcia aa Ordim da Cavalaria do Tenpre.

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que eu ensenbra con na raynha donna Isabel mha molher e con no infante don Affonso nosso filho primero herdeiro damos a vos dom Vaasco Fernandiz maestre da Ordim da cavalaria do Tenpre nos nosos reynos e aaqueles que depos vos veerem pera todo senpre a nossa villa de Pena Garcia e o castello e a forteleza desse logo por muyto serviço que nos vos fezestes e fazedes e porque entendemos que e nosso serviço e proveito de nosos reynos e de nosso senhorio damos a vos a dicta

⁷⁰⁶ Datado de 1304 (era de 1342).

⁷⁰⁷ Datado de 1283 («era de mil e trezentos e vinte e huum annos»).

vila de Pena Garcia e o dicto castello con todolos dereitos que agora nos hy avemos e de dereito devemos a aver ou vos aver poderdes per razon do real senhoryo que nos en essa vila e castello avyamos e de dereito a aver deviamos e en todolos termhos que ela avya no tenpo que vo la nos damos e con todolos dereitos e perteenças que a<a> dicta villa e castello perteezem e de dereito perteezer devem e con todos seus termhos novos e velhos e rotos e por ronper e con todolos senhoryos reaaes que nos hy avemos e de dereito aver devemos. Que vos e aqueles que depos vos veerem façades deles e na dicta villa e castello que quer que a vos proger e façades tan solamente por nos e por aqueles que depos nos veerem guerra e paz desse castello. E que nos nen nossos sucessores non possamos aver nen demandar nen guanhar nenhuma outra cousa nen colheita na dicta villa nen castello nen nos seus termhos nen nas cousas que aa dicta villa e castello perteezem e que nunca en nenhuum tenpo se possa mover nen mudar nen alhenar o dicto castello e vila de nosso senhoryo e que recebades nos e aqueles que depos nos veerem en esse castello e vila irados e pagados. E se alguuns dos nossos sucessores ou de alguuns outros quiserem enbargar esta doaçom non lhys seja outorgado mays que se a solamente quiser provar pera a enbargar aja a ira⁷⁰⁸ e a maldiçom de Deus e de Sancta Maria e a nossa pera todo senpre e os que a nos esta doaçom teverem e aguardarem ajam a beençom de Deus e a de Sancta Maria e a nossa. E que esta nossa doaçom seja mays firme e mays estavil e non venha en duvida dou ende a vos sobredicto maestre esta carta seelada do meu seelo do chunbo. Dante en Lixbooa XVII dias de setembro el rey o mandou per Joham Simhom. Domingos Joannis a fez. Era M^a CCC^a XL^a I anos.

545. 1303.12-1304

D. Dinis ordena inquirições gerais no reino. Aqui encontram-se referências aos bens e direitos da Ordem do Templo no território. Estes inquéritos foram dirigidos a certos julgados da Beira, como Viseu e Besteiros.

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Nova Série, vol. XII

546. 1304.02.06 – Latrão

O papa Bento XI⁷⁰⁹, pela bula «Cum a nobis petitur», confirma todos os privilégios, imunidades, liberdades e indulgências concedidas à Ordem do Templo pelos pontífices seus antecessores, bem como todas as doações feitas à milícia por reis e particulares.

⁷⁰⁸ Segue-se supontado e riscado «de Deus».

⁷⁰⁹ No sumário que antecede a transcrição do documento em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 23r, o autor refere-se a Bento II, mas estaria a reportar-se a Bento XI. Segundo o *Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*, tomo IV, p. 175 o papa Bento XI foi eleito a 22 de outubro de 1303 e coroado a 27 desse mês, e morreu a 6 de julho de 1304, tendo durado o seu pontificado 8 meses e 15 dias. Esta bula está sumariada em *Le Registre de Benoit XI. Recueil des bulles de ce pape* 1905, n.º 451, p. 300 (*Libertates et privilegia domus Militie Templi Jerosolimitani simi iter confirmat*).

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 235, 4.^a parte, fl. 23r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 738, fls. 41v-42r
 Publ. Ferreira 1735, pp. 808-809⁷¹⁰

Benedictus episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro et fratribus domus militie Templi Iherosolimitani salutem apostolicam benedictionem. Cum a nobis petitur quod iustum est et honestum tam vigor equitatis quam ordo exigit rationis ut id per solitudinem officii nostri ad debitum perducatur effectum. Ea propter dilecti in Domino filii vestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu omnes libertates et immunitates a predecessoribus nostris romanis pontificibus sive per privilegia aut alias indulgentias vobis et domui vestre concessas necnon libertates et exemptiones secularium exactionum a regibus et principibus et aliis Christi fidelibus rationabiliter vobis et domui predictae indultas sicut eas juste ac pacifice obtinetis vobis et per vos eidem domui auctoritate apostolica ex certa scientia confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursurum. Datum Lateranum VIII^o idus februarii pontificatus nostri anno primo.

547. 1304.05.25 – Pombal

D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, a pedido de D. Lourenço Martins, comendador de Pombal, dá conhecimento de um privilégio do papa Urbano III, «Religiosos viros», à Ordem do Templo datado de [1186-1187].02.10.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 27* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 49v-50r

Iohanes miseratione divina Ulixbonensi episcopus universis prioribus comendatoribus vicariis archipresbiteris procuratoribus et ceteris clericis et laicis civitatis ac diocesis Ulixbonensis ad quos hec littere pervenerint salutem et benedictionem. Noveritis quod religiosus viir domnus Laurentius Martini comendator baiiue de Poombal Ordinis Templi presentavit et legi fecit coram nobis quoddam privilegium apostolicum cuius quidem tenor per omnia talis est.

[*Inserere o traslado do documento de [1186-1187].02.10 – Verona*]

Quoquidem privilegio presentato et lecto coram nobis idem comendator proposuit conquerendo quod nonnulli ex vobis tam clerici quam laici contra predictum privilegium a fratribus dicte baiiue et eorum hominibus de victualibus vestimentis pecudibus et de aliis rebus eorundem fratrum usibus deputatis passagium vendam pedagium et alias consuetudines exigitis et inprobe extorquetis. Unde nobis

⁷¹⁰ O autor refere-se à bula do papa *Benedicto II*, tal como Pedro Álvares Seco no *Livro das Escrituras*, 4.^a parte, fl. 23r (ANNT. *Ordem de Cristo /Convento de Tomar*, liv. 235).

humiliter supplicavit quod nos ab exactione et extorsione huiusmodi cohibere iuxta tenorem dicti privilegii curaremus. Nos vero volentes mandata apostolica executioni debite demandare vobis omnibus et singulis et vestrum cuilibet sub in terminatione anathematis prohibemus ne a fratribus dicte bayliue et eorum hominibus de victualibus vestimentis pecudibus aut de aliis rebus eorundem fratrum usibus deputatis passagium vendam pedagium aut alias consuetudines in debitas exigere vel extorquere aliquatenus presumatis. Nos enim huiusmodi prohibitionis nostre transgressores per excommunicationis et interdicti sententias iuxta tenorem dicti privilegii absque appellationis et more difugio a presumptione sua curabimus cohercere et alias contra ipsos prout iusticia sua serit procedemus in cuius rei testimonium has nostre prohibitionis litteras dicto comendatori concessimus sigilli nostri robore sigillatas. Datum apud Poombal XV^a die madii Era M^a tercentesima quadragesima secunda. Dominicus Martini vidit.

548. 1304.06.01 – Coimbra

D. Estêvão, bispo de Coimbra, por esta sentença, ordena a excomunhão de todas as pessoas do seu bispado que não cumpram os privilégios que o papa dera à Ordem do Templo. Inse a bula do papa Urbano III «Religiosos viros».

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 9, n.º 34 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 31r-31v

Stephanus miseratione divina Colinbriense episcopus universis prioribus comendatoribus et vicariis archipresbiteris procantoribus et ceteris clericis et laicis civitatis ac diocesis Colinbriensi ad quos hec littere pervenerint salutem et benedictionem. Noveritis quod religiosus vir donnus Laurentius Martini comendator bayliue de Poonbal Ordinis Templi presentavit et legi fecit coram nobis quoddam privilegium apostolicum cuius quidem tenor per omnia talis est.

[Inse o traslado do documento de [1186-1187].02.10 – Verona]

Quo quidem privilegio presentato et lecto coram nobis. Item comendator proposuit conquerendo quod nonnulli ex vobis tam clerici quam laici contra predictum privilegium a fratribus dicte bayliue et eorum hominibus de victualibus vestimentis pecudibus et de aliis rebus eorum fratrum usibus deputatis passagium vendam pedagium et alias consuetudines exigatis et in probe extorquetis unde nobis humiliter supplicavit quod nos ab exactione et extorssione huiusmodi cohibere iuxta tenorem dicti privilegii curaremus. Nos vero mandata appostolica volentes execuioni debite demandare vobis omnibus et singulis et vestrum cuilibet sub interminatione anathematis prohibemus ne a fratribus dicte bayliue et eorum hominibus de victualibus vestimentis pecudibus aut de aliis rebus earundem fratribus usibus deputatis pasagium vendam pedagium aut alias consuetudines in debitas exigere vel extorquere aliquatenus presumatis. Nos enim huiusmodi prohibicionis nostre transgressores per excommunicationis

et interdicti sententias iuxta tenorem dicti privilegii absque appellationis et more difugio apresumptione sua curavimus cohercere et alias contra ipsos prout iusticia sua serit procedemus. In cuius rei testimonium has nostre prohibitionis litteras dicto comendatori concessimus sigilli nostri robore sigillatas. Datum Colimbrie prima die junii Era millessima trecentesima quadragesima secunda.

549. 1304.10.03 – Coimbra

D. Dinis, a pedido de D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, manda uma carta ao alcaide do concelho de Castelo Branco, para que os moradores levem as vendas ao açougue da vila, em confirmação de uma carta semelhante que o rei já havia enviado a D. Paio Gomes, mestre do Templo. ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 89r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 161r

Dom Denis pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos alcaides e concelho de Castel Branco saude. Sabede que dom Vaasco Fernandez meestre do Temple me mostrou huma minha carta que eu dei a dom Pay Gomez em que mandei que ho concelho de essa villa levassem todas as vendas ao açougue de essa villa que he no castello asy como sempre usarom e levarom. Por que vos mando que vejades essa carta e ha façades comprir e aguardar assy como em elle he contheudo onde al non façades. E sobre esto mando ao alcaide dessa villa que constranga todos a fazer viir has vendas ao dicto açougue. Em testemunho desto lhe dey esta minha carta. Dada em Coimbra a tres dias de octubro. El fey [*sic*] o mandou Afomso Reymondo ha fez. Era de M CCC XL II annos.

550. 1305.03.05

Miguel Salvado, João Salvado e Martim Salvado, filhos de Salvado Pais, clérigo, vendem a Fr. Gonçalo Fernandes, comendador de Nisa, um lagar de azeite com uma casa e quintal murado, que pertencia ao pai.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 95r (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fl. 172v

In Dei nomine amen. Eu Miguel Salvado e eu Joham Salvado e eu Martim Salvado filhos que fom<os> de Salvado Paaes clerigo vendemos a vos frey Goçalo [*sic*] Fernandez comendador de Nissa a Nova ho lagar do azeite que foy de Salvado Paaez nosso pay que ha ja passado. Ho qual lagar elle avia em Nisa ha Nova com sua cassa e com seu quintal assy como he murado todo d'arredor com todas suas perteenças como parte pellas ruas pulvegas e pella casa da cal por preço que de vos recebemos, convem a saber, XXII morabitanos. E do preço compridamente somos pagados. Porende ajades vos esse lagar pera sempre vos e pera a Ordem do Temple. E se alguem este feito quiser coromper e nos outorga ou deffender non quizeremos ou non podermos ho dicto lagar com seu quintal assy como estaa murado

d'arredor a vos em dubro e componhamos e ou senhor da terra outro tanto. Nos que esta carta mandamos fazer dante boons homens ha revoramos. Testemunhas que presentes foram Martim Dominguiz Terceiro. Martim Correa. Pero Giraldez. Bertolomeu Stevez. Stevam Dominguiz Tuberom. E eu Joham Annes tabeliam de Nissa a Nova a rogo e per mandado das ditas partes esta carta com minha mão propria escrevi e este meu sinal hi pus. Feyta ha carta V dias de março Era de mill CCC XL III annos.

551. 1305.06.23 – Porto

D. Dinis toma posse das vilas e castelos de Ega, Redinha e Soure que lhe foram julgados por sentença de 18 de agosto de 1307. A carta é publicitada a 29 e 30 de junho nas diferentes localidades.

ANTT. *Gavetas, Gav.* 12, mç. 7, n.º 19⁷¹¹ (inserto em documento de 1308.06.29/30 – Ega, Redinha e Soure e cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Reis*, liv. 2, fls. 19v-20r

Publ. Lopes 1962-1963, pp. 80-83

[...]

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Joham d'Amarante meu porteyro saúde. Sabede que sobre contenda que era perdante don Martinho arcebispo de Bragaa e per don Johane bispo de Lixbooa e perdante frey Estevam custodyo e perdante maestre Johane e perdante Ruy Nunis ouvidores en logo da Corte antre mym per Domingos Martiinz meu procurador da huma parte e don Vaasco Fernandyz maestre da [Ordin do Temple] da outra sobrelas vilas e castelos de Soury e de Poombal e sobrela Ega e sobrela Redinha con todos seus termos e dereytos e perteenças pareceo [o dicto meu procurador que] dizia que as dictas vilas e castelos de Soury e de Poombal e da Ega e da Redinha eram meus e deviam a seer de dereyto e que os dictos maestre e freyres [mos tragiã como] non deviam e que como quer que os posuysem per alguum tenpo diziam que os posuyrom e os trouverom per mha soffrença e per meu consentimento soffrendo [os eu porque me servia] deles nas miias fronteyras e nos meus reynos e fora deles hu us eu mandava entendendo o meu procurador que esta mha soffrença [...] que os queryam trager por seus como non devia feze os chamar perdante a mha Corte e deu por ouvidores deste feyto estando os [...] os dictos arcebispo e bispo e custodyo e maestre Johane e Ruy Nuniz o dicto meu procurador fez sa demanda aos dictos maestre e freyres perdante [...] castelos e logares convem a saber das vilas de Soury e de Poonbal e da Ega e da Redinha dizendo lhy que eram meus e deviam a seer de dereyto e que os trouveram ata aquy per mha soffrença e pedia que mos leyxassem dizendo que se negassem que non eram meus e os deviam aa seer de dereyto que el que o querya provar e os dictos maestre e freyres pedirom tempo a que ouvessem

⁷¹¹ Documento em mau estado no canto superior direito. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Reis*, liv. 2, fls. 19v-20r.

concelho e <a> que veessem con seus privilegios e con sas cartas que diziam que tiynham en contrario. Os dictos ouvidores assinaarom lhys e derom lhys tenpo a que veessem responder convem a saber des dez e oto dias do mez d'agosto da Era de M^a e CCC^a XL^a II anos ata nove mezes. Ao qual dia o dicto meu procurador veo perdante os dictos ouvidores contando perdante eles o feyto asy como de suso dicto he e acusando os de revelya dizendo que o tenpo que lhys fora asinaado a que veessem que era ja passado e que os dictos maestre e freyres non pareciam per sy nem outrim por eles pedindo de dereyto e de custume que pois nom pareciam per sy nem por outrym que os julgasem por revees e que en logo de revelya que me mandasem entregar as dictas vilas e castelos e logares com seus termhos e vilas e perteenças. Entonces os dictos ouvidores fezerom chamar perdante Andre Periz que dizia que era seu procurador que os defendesse se quisesse. E enton o dicto Andre Periz veo perdante eles e disse que os non querya defender. E por moor avondamento de dereyto agardando eles o dicto maestre e freyres se veryam per sy ou per seus procuradores o dicto tenpo atenderom nos per huum mes e mays e fezerom nos apregoar pelas mhas audianças assy como e husso e custume da mha Corte. E o dicto maestre e freyres non veerom per sy nem per seus procuradores. E aa petiçom do dicto meu procurador porque non veerom per sy nen por seus procuradores ao dicto tenpo julgaram nos por revees e aa sa revelya mandarom meter o dicto meu procurador en possyçon das dictas vilas e castelos e logares e termhos e perteenças e dereytos de Soury e de Poombal e da Ega e da Redinha e mandarom a vos meu porteyro que as entregasedes ao dicto meu procurador en logo de revelya. Por que vos mando vista esta carta que vaades logo aas dictas vilas e castelos e logares de Soury e de Poombal e da Ega e da Redinha e as entregedes⁷¹² todas a Pero Martiinz meu de cryaçom com seus termhos e sas pertenças e con todos seus dereytos e de como os receberdes por mym e de como lhos entregardes ave de huum testemuynho feyto pelo tabellyom. Unde al non façades senon a vos me tornarya eu por en. En testemuynho desto vos dou esta carta. Dada no Porto XXIII dias de junho el rey a mandou per don Martinho arcebispo de Bragaa e per don Johane bispo de Lisboa e per ho custodyo e per maestre Johane e per Ruy Nuniz ouvidores deste feyto dados pela Corte. Afonso Reymondo a fez na Era de M^a e CCC^a e XL^a III anos. Nos arcebispo a vymos. Episcopus Ulysbonensi. Custos vidyt. Ruy Nuniz. magister Joanes vidit.
[...]

⁷¹² Segue-se rasurado «a Pero».

552. 1306.01.24-1306.05.01 – Lisboa

O procurador de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, apresenta uma súplica ao pontífice contra o mestre e freires do Templo por estes se quererem isentar do pagamento de obrigações episcopais. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, mç. 78, n.º 3⁷¹³

In nomine Domini. Anno a nativitate eiusdem millesimo trecentesimo sexto. Die lunes vigesimo quarto mensis januarii. Indictione quarta. Pontificatus sanctissimi patris domini Clementis pape quinti anno primo. Boninus de Senis domini pape cursor presentavit ex parte domini pape venerabili viro domno Beltramo de Mediolano doctori utriusque venerabile domini pape cappellano eiusque sacri palatii causarum auditorum ac archipresbitero canonicamente decumanorum quandam cedula[m] commissionis seu quandam petitionem presentibus domino Tinge de Tholomeis de Senis et domino Zenzio de Roma domini pape capellano et Giullio de Pirovano de Mediolano tenor vero tal est.

Supplicat S.V. procurator episcopi Ulisbonensi quod olim pro parte magistri et fratrum Milice Templi in regno Portugalie impetrati fuerunt iudices a sede apostolica delegati cantori thesaurarius et Aymericus canonicus Colimbriensi super ex quod dicebant quod idem episcopus ipsos in debitis excutionibus aggravabat quodque pretextu privilegiorum que se habere et que se exemptos dicebant a domino episcopo que ut dicunt ipsa privilegia infringebat eisdem ad sedem apostolicam appellarunt a quibus iudicibus pro parte dicti episcopi ex certis causis fuit ad sedem appostolice legitime appellatum in cuius appellationis causa prior loci predictorum Colimbriensi et archidiaconi de [...]de ecclesia⁷¹⁴ Columbriensi et prefatus [...] iudices deputati a quibus [...] domni magistri [...] ad sedem apostolicam appellatum et mal[...] [...] alicui auditori causam predictae appellationis [...] principalis [...] audiendam et [...] facte videbatur audiat Beltramus de Mediolano [...] et omnia contingentia registrarent in publica strumenta [...] eodem die magister Alfons magister scollarum Silvensis [...] quoddam procurator cum quodam sigillo appenso forme longe cum la[...] rubea [...] quo sigillo erat in medio ymago Beate Marie cum filio suo in brachio [...] Agni Dei tenetis crucem in parte inferiori ad⁷¹⁵ <pedes> Beate Virginis Marie [...] [...] ferentia existentes iudebatur dicere sigillum Johannis Dei gratia episcopi Ulixbonensis amor [...] est.

Noverint universi presentis procurationis litteras inspecturi quod nos Johannes miseratione divina Ulisbonensis episcopi [...] ecclesie nomine facimus constituimus et ordinamus procuratores nostros legitimos et sufficientes discretos viros Alfonsus

⁷¹³ Documento em muito mau estado com rasgões e manchas de água que impedem a correta leitura do documento. Lê-se no verso do documento «Fecto que ouve antre a hordem e o bispo de Lixboa e pende aynda em corte». Inclui procuração de março de 1305.

⁷¹⁴ Segue-se riscado «Collobrien».

⁷¹⁵ Segue-se palavra riscada.

[...] magistrum scollarum Silvensis Dominicum Martini portionarium Portugallensis Ecclesie ac magistrum Bartholomeum portionarium ecclesie Sancte Euffumie [*sic*] de Penella Colimbriensi diocese et quemlibet eorum in solidum ita quod non sit melior condicio occupantis sed quod unus inceperit alter valeat consummare⁷¹⁶. In omnibus et singulis nostris et nostre Ulisbonensis Ecclesie causis et negociis motis et movendis tam pro nobis et ecclesie nostre quam contra nos et eandem super quibuscumque rebus tam spiritualibus quam temporalibus contra quicumque personas coram summo pontifice aut coram auditus seu auditis iudice seu iudicibus deputatis seu deputandis ab ipso et coram quocumque iudice competenti ad impetrandum in Romana Curia litteras simplices seu legendas iusticiam seu gratiam continentes et impetratis seu impetrandis ex adverso contradicendum iudicem seu iudices nunciandum et eligendum et nuncios et electos per partem contrariam recusandum in locum seu loca concordandum et ecclesia discordandum et alias ad agendum defendendum respondendum excipiendum replicandum contradicendum defectus et crimina opponendum beneficium restitutionis in integrum petendum libellum vel libellos dandum litere contestandum de calumpnia et de veritate dicenda et de quocumque alio iuramento quod natura negocii seu cause status exegerit in animam suam nostram iurandum ponendum et posiciones et articulos dandum et positos et datos ex adverso respondendum et impugnandum probandum testes et instrumenta et alias probationes pro producendum et productos ex adverso reprobandum sententiam seu sententias audiendum appellandum et appellacione seu appellaciones prosequendum supplicandum et ad omnia alia et singulam facienda que in omnibus causis et negociis nostris et ecclesie nostre motis et movendis tam pro nobis et ecclesia nostra quam contra nos et ecclesiam nostram et circa ipsos et ipsorum decisionem necessariam videbuntur et que veri et legitimi procuratores facere possent et debent et que nos faceremus et facere possemus si presentes essemus eciam si mandatum speciale exigant et requerant dantes eisdem procurator nostris et eorum cuiuslibet in solidum potestatem substituendi [...] alium vel alios procuratores vel procuratore loco sui et eum vel eos revocandi et post revocationem seu revocationes in se procurationis officium reassumendi quandocumque quocienscumque et quicumque viderint expedire et promittimus nos ratum et firmum perpetuo habituros quicquid per predictos procuratores nostros vel eorum alterum substitutum seu substitutos ab eis vel eorum altero. Actum et procurationis fuerunt fuit gestum in premissis et singulis premissorum et ut dictos procuratores⁷¹⁷ nostros substitutum seu substitutos [...] eis vel eorum altero relevamus ab omni onere satisfaciendi [*sic*] sub ypoteca rerum⁷¹⁸ nostrarum fideiubemus pro eisdem et [...] substituto seu substitutis ab eis

⁷¹⁶ Segue-se riscado «et».

⁷¹⁷ Segue-se riscado «suos».

⁷¹⁸ Segue-se riscado «f».

vel eorum aliter iudicatum solui et iudicio Systi cum suis clausulis [...] testimonium has procurator litteras⁷¹⁹ sigillo nostro pendenti fecimus sigillari. Datum apud Tures Veteres [...] mensis martii Era millesima trecentesima quadragesima tertia.

Eodem die lunem et eodem mane magister Alfons magister scollarum Silvensis et [Dominicus Martini porcionarii] [...] ecclesie procuratore reverendi patris domni Johannis episcopi⁷²⁰ Ulisbonensi ut constat per instrumentum unum publicum sigillati [...] domni episcopi inspectum et lectum per me infrascriptum notarius habentes postestatem alium alios substitutum [...] virum magistrum Johannem de Rocha procurator et nomine ipsius domni episcopi et suo ad agendum et [...] et recipiendum exceptiones dillatorias et declinatoria proponendum et litere contestandum iuramentum de [...] dicenda et cuiuslibet alterius generis sacramentum prestandum ad positiones dandum et positionibus per aliam partem [...] ad articulandum. Testes et instrumenta producendum et alterius partis reprobandum et ad de loco et iuditibus conveniencia [...] vel sentencias tam interlectuoriam quam diffinitivam audiendum ad appellandum et appellationes prosequendum. Et generaliter quod omnis [...] faciendum que habent in mandatis et que ipsi procurator facere possent non intendentes revocare dictum procurator seu substitutum per aliquam compositionem suam promittens ratum et firmum se ac dominum suum habituros quicquid per ipsum procurator substitutum factum fuerit sub obligatione omnium bonorum suorum et manu mei notarii recipientis nomine quorum interest. Actum in maiori ecclesia Lugdunum coram prefato venerabili viro domino Beltramo de Mediolano sacri palatii auditum pro tribunali sedente presentibus magistro Pedro de Laude procurator in Curia et Bonino de Senis domini pape cursore et Giullio de Pirovanno de Mediolano notario predictae domini auditoris testibus vocatis et rogatis⁷²¹. Anno millesimo trecentesimo sexto⁷²² predictis diem lunem vigesimo quarto januarii indictione IIII^{ta}. Pontificatus sanctissimi patris domini Clementis pape VI^{ti} anno primo. Ego Lanzarotus de Madiis de Mediolano imperiali apostolice notario(?)⁷²³ et prefati domini auditum scriba scripsi et in hanc publicam formam reddegi meoque consueto signo signavi rogatus. Eodem die lune retulit⁷²⁴ coram predicto domino auditore pro tribunali sedente Boninus de de [sic] Senis domini pape cursor se citasse de mandato dicti domini auditoris ad instantiam magistrorum [...] Alfonsi et Dominici Martini et Johannis de Rocha procurator predictorum magistrum Bonifacium de Vercellis quem dicebant esse procuratorem adverse partis ut comparere deberet coram domino auditore.

⁷¹⁹ Segue-se riscado «sill».

⁷²⁰ Segue-se riscado «Us».

⁷²¹ Segue-se riscado «dno».

⁷²² Segue-se uma palavra riscada.

⁷²³ Carimbo do Arquivo Nacional que impede a leitura correta do texto.

⁷²⁴ Segue-se riscado «dictus Bonifacius».

Eodem die et mane comparuit dictus Bonifacius coram prefato domino auditum pro tribunali sedente in maiori ecclesia Lugdunum et interrogatus per sacramentum quod prestitit si erat syndiceus et procurator magistri et fratrum millicie Templi in regno Portugalie respondit per sacramentum suum et in fide sua se non esse procurator sed dixit quod quidam frater Petrus de Bononia procurator Ordinis que remansit Perusii erat et est procurator nisi sit revocatus per predictos magistrum et fratres.

Die veneris vigesimo octavo predicti mensis januarii comparuit magister Johannes procurator predicti et exhibuit quandam citationem sigillo audientie publice sigillatam coram prefato domino auditore pro tribunali sedente mane hora causarum et [...]unt contumaciam partis adverse et petiit aliam fieri quam expectatam usque ad horam debitam et non compareant dominus auditum reputavit contumacem et mandavit mihi Lanzarote notario suo ut aliam facerem tenor vero dicte citationis talis est.

Mandat magister Beltramus de Mediolano doctor utriusque iuris domini pape capellanus [...] auditor et cause infrascripte partibus infrascriptis specialiter datus auditor et archipresbiter [...] Mediolano citari primo in audientia publica magistrum et fratres millicie Templi in regno Portugalie [...] compareant per se vel per syndicum seu procurator idoneum si quem habent in curia coram eo [...] iuridica alicquem si fuerit feriata die proxima iuridica tunc sequenti mane hora causarum maiori ecclesia Lugdunum in causa appellationis et negocii principalis et continentium et⁷²⁵ dependentibus [...] que vertitur seu vertuntur inter reverendum patrem dominum episcopum predictum et eius procurator [...] dictos magistrum et fratres et eorum syndicum seu procurator ex alia processum in dicta causa quantum de [...] aliquem eorum absentia seu contumacia non obstante in ipsa causa quantum de iure debuerit [...] XXVIII^o januarii pontifice domini Clementis pape V^{ti} anno primo⁷²⁶.

Die lune ultimo januarii predicti mensis comparuit coram prefato domino auditum in iudicio pro tribunali sedente magister Johannes de Rocha procurator predictus et exhibuit quandam citationem sigillo audientie publice sigillatam et accusavit contumaciam partis adverse et petiit tertiam et peremptoriam fieri quam partem adversam usque ad horam debitam expectatam et non comparentem idem dominus auditor reputavit contumace et mandavit aliam fieri per [...] tenor vero dicte citationis est ut infra sequitur.

[...] magister Beltramus de Mediolano doctor utriusque iuris domini pape capellanus eiusque sacro palatii causarum [...] infrascripte partibus infrascriptis auditor specialiter deputatus et achipresbiter ecclesie Decumanorum Mediolanense citari⁷²⁷ secundo in audientia publica magistrum et fratres millicie Templi in regno Portugalie ad instanciam procurator domini episcopi Ulisbonense quatenus compareant coram

⁷²⁵ Letras rasuradas.

⁷²⁶ Abaixo tem sinal de tabelião na união dos dois pedaços de pergaminho cosidos.

⁷²⁷ Segue-se riscado «primo».

eo per se vel per procurator seu syndicum siquem habet in Curia die lunes proxime si iuridica fuerit aliquem si fuerit non iuridica die proxime iuridica tunc sequenti mane hora causarum in maiori ecclesia Lugdunum in causa appellationis et negocii principalis et contingentium et dependencium ex eisdem que vertuntur et verti sperant inter prefatum dominum reverendis patrem dominum episcopum et eius procurator ex parte una et dictos magistrum et fratres [...] syndicum seu procurator ex alia processuri in dicta causa quantum de iure fuerit procedendi. Alioquem absentia seu contumacia non obstante in ipsa causa pro ut et quantum de iure fuerit precedent. Datum [...] pontificatus Clementis pape V^{ti} anno primo.

Die lunes septimo mensis februarii comparuit magister Johannes de Rocha procurator predictorum in iudicio coram [...] auditore pro tribunali sedente ex exhibuit quandam citationem sigillo audientie publice sigillata [...] partis adverse quam usque ad horam debitam expectatam et nom comparentem prefatus dominus auditor reputavit [...] et mandavit mihi notario ut quartam facerem peremptoriam ad cautellam seu ad malioram convincenda quam dictus procurator [...] fieri tenor vero dicte citationis talis est.

Mandat magister Beltramus de Mediolano doctor utriusque iuris domini pape cappellanus eiusque sacre palatii causarum et cause infra scripte partibus infrascriptis ab eodem domino pape specialiter deputatus auditor et ac archipresbiter ecclesie Decumanorum Mediolano citari tercio et peremptos in audientia publica magistrum et fratres Millitie Templi in regno Portugalie ad petitione seu ad instantiam procurator reverendis patris domini episcopi Ulisbonensi quatenus compareant coram eo per se vel per procurator seu syndicum idoneum si qui habet in Curia die veneris proxime si fuerit iuridica aliquem si extiterit feriata die proxime iuridica ex tunc sequenti mane hora causarum in maiori ecclesia Lugdunum in causa appellationis et negocii principalis et continentium et dependentium ex eisdem que vertuntur et verti sperantur inter prefatum reverendum patrem dominum episcopum et eius procurator ex parte una et dictos dominos magistrum [et fratres] et eorum syndicum et procurator ex alia processuri in causa predicta quantum de iure fuerit procedendi. Alioquem eorum [...] a seu contumacia non obstante in eadem causa secundum de iure fuerit precedent. Datum Lugdunum primo februarii pontificatus domini Cleme[n]tis pape V^{ti} anno primo.

Die veneris XI^o predicti februarii magister Johannes de Rocha procurator predictus comparuit coram prefato domino auditum in iudicio pro tribunali sedente Dominico Martini porcionario⁷²⁸ Portuagallie [sic] Ecclesie presentem et exhibuit quandam citationem sigillo audiencie publice sigillatam et accusavit contumaciam partis adverse et protestatu fuit quod tempora prosequende appellationis et cause sibi nec parti sue

⁷²⁸ Segue-se riscado «Portag».

non curarent cum per eum non staret quod intendebat prosequi statim cum posset a audientia resumerent que ab hodie in antea est suspensa usque ad decimum diem post ingressum domini nostri dominum pape Clementis dum erit in loco in quo debi extivare quam partem adversam expectatam usque ad horam debitam et non comparent dominus auditus reputavit contumacem admisit protestationem predicta dicens quod de iure erat admitte[n]da. Tenor vero citationis talis est ut infra sequitur. Mandat magister Beltramus de Mediolano archipresbiter canonice Decumanorum domini pape cappellanus eiusque [...] causarum auditum et cavem infrascripte partibus infrascriptis specialiter auditus deputatus citari quarto et peremptus ad [cautellam seu ad malioram] convincenda in audientia publica magistrum et fratres militie Templi in regno Portugalie ad instantiam pro[curator domini] episcopi Ulisbonense quatenus compareant coram eo per se vel per sindicum seu per procurator idoneum siquem habent in Curia die veneris proxime si iuridica fuerit aliquem die proxima iuridica ex tunc sequenti mane hora causarum in⁷²⁹ maiori ecclesia Lugdunum in causa appellationis et negotii principalis et contingentium et dependentium ex eisdem que vertuntur et verti sperantur inter prefatum reverendum patrem dominum episcopum et eius procurator ex parte una et dictos magistrum et fratres eorum sindicum vel procurator ex alia processuri in causa predicta quantum de iure fuerit procedendum. Alioquem eorum absentia seu contumacia non obstante in dicta causa pro ut et quantum de iure fuerit procedetur. Datum Lugdunum die VIII^o februarii pontificatus domini Clementis pape V^{ti} anno primo.

Et ego Paulus de Fino camararius(?) dicte publicus imperiali auctoritate notarius predicta omnia pro ut continetur in registro scripto per dictum Lanzarotum scripsi et in publica forma redegem com mandato p[re]fa[to] ditus die veneris decimo octavo predicti mensis comparuit in iudicio coram prefato domino auditus pro tribunali sedente mane hora causarum dominus frater Johannes Stephani⁷³⁰ <vicarius> et procurator magistri et fratrum Ordinis milicie Templi in regno⁷³¹ Portugalie pro causa quam habent dicti magister et fratres contra reverendum patrem dominum episcopum Ulisbonense et dixit et protestatus fuit seperantum assumare et defendere dictam causam et quod de cetero non procederetur in dicta causa in prejudicium suum et partis sue nisi prius eo citato.

In nomine Domini amen. Millesimo trecentesimo sexto die lunes sextodecimo mensis maii indictione quarta penitus sanctissimi in Christo Patris domini Clementis pape V^{ti} anno primo ipso die pape cum sua curia residente Bur [sic] Burdegallie conparuerus in iudicio mane hora causarum in domo fratrum(?) quod dominus pape inhabitat in loco in quo domini auditus sedent ad iura reddeda. Coram venerabili

⁷²⁹ Segue-se riscado «m».

⁷³⁰ Segue-se riscado «miles».

⁷³¹ Segue-se riscado «Por».

viro domino Bertrando de Mediolano auditus prefatus dominus⁷³² frater Johannes Stephani procurator predictorum magistri et fratrum Ordinis milicie Templi in reg [sic] regno Portugalie ex uma parte et magister Johannes de Rocha procurator predicti domini episcopi substitutus a Dominico Martini portionario Ecclesie Portugallense et Alfonso Rodorici procurator ipsius domini episcopi una cum magistro Batholomeo [sic] Johannis dictis Alfonsio et Bartholomeo ibi presentibus et astantibus et tunc dictus dominus auditus mandavit dicto fratri procurator predicto quod exhiberet et produceret procurator suum siquid habet in dicta causa hinc ad diem martes proxime si iuridicam fuerit. Aliquem die proxime iuridica ex tunc sequenti et ulterius ad comparandum et ad procedendum pro ut de iure fuerit terminum predictum assignavit. Die martis decimo octavo mensis predicti comparuit in iudicio coram prefato domino auditore pro tribunali sedente mane hora causarum dominus frater Johannes procurator predictus presentibus predictis Dominico Martini et Bertholameo Johannis procurator predictis et exhibuit dictus frater Johannes quonddam procuratorium [...] quodam sigillo appenso forme rotunde cere croce extrinsecus intus vero ubi littere sunt impresse cere nigre et cum laqueo nigro appenso in quo sigillo.

Et protestatus fuit dictus frater Johannes quod si illud procuratorium in aliquo appareret ini[...]us sufficiens vel sollemne quod paratus esset aliud sufficiens et sollemne dare seu exhibere vel cavere ut iura volunt. Et dominus frater Petrus de Bononia procurator generalis tocius Ordinis milicie Templi in curia Romana obtulit se ad defensione dicte cause vel se constitutum dictum fratrem Johannem procurator legitimum in dicta causa si expediebat. Et in continenti dicti Dominicus Martini et Bertholomeus Johannis procuratores predicti cum protestationem quod non intendebat per aliquam compericionem suam vel per aliquem actum suum revocare magistrum Johannem de Rocha quantum ad istam causam substitutum per eos petierus copiam illius cedule seu litterarum vel scripture illius producte pro instrumento procuratione sue et simpliter dictus frater Johannes peciit copiam illius scripture que producta fuit per predictos Dominicum Martini Alfonsum Rodorici loco instrumenti procurationis et tunc dominus auditor mandavit uterque parti copiam fieri et assignavit terminum ad dicendum contra ipsas scriptas hinc inde ab hodie ab octo dies premporie et interim accipiant dictam copiam si eis placuerit et videbitur expedire tenor vero dicte instrumenti per predictum dominum fratrem Johannem exhibitum talis est.

Noverint universi presentem procurationem inspecturi quod nos frater Valascus Fernandi magistri Ordinis militie Templi in regnis Portugalie et Algabrii [sic] nomine nostro et Ordinis nostri cum consilio et assensu fratrum⁷³³ <nostrorum> in capitulo generali quod fuit die prima augusti sub Era infrascripta apud Thomarium celebratum

⁷³² Segue-se riscado «mag».

⁷³³ Segue-se riscado «ipsorum».

ac in causis appellationum tam pro nobis et nostro nomine⁷³⁴ iterpositam ad Romanam Ecclesiam contra Ulisbonensi episcopum quam ab ipso episcopo contra nos in causis omnibus cuiuscumque generis existant motis et movendis ac etiam principalium a quibuscumque iudicibus constituimus procuratorem nostrum religiosum viro fratrem Johannem Stephani vicarius de Thomar coram summo pontificem seu eius auditore seu auditoribus iudice seu iudicibus deputato seu deputatis ab ipso vel coram quocumque alio iudice seu iudicibus competenti seu competentibus ad proseguendas dictas appellationes et alias ad agendum defendendum excipiendum contradicendum crimina et defectus opponendum iurandum in animabus nostris seu in anima nostra de quolibet genere sacramenti compromittendum beneficium restitutionis petendum appellandum appellationes proseguendum et iuramentum parti alteri defferendum et ad omnia alia et singula facienda que verus et sufficiens procurator facere posset et que mee facere possemus si personaliter presentes essemus si mandatum exigant speciale damus eidem potestatem substituendi alium seu alios procuratores et ipsos revocandi et post revocationem tamen in se⁷³⁵ suscipiendi ratum et firmum habituri quicquid per dictum procuratorem substitutum vel substitutos ab ipso actum fuerit in premissis et quolibet premissorum et ut dictum procurator substitutum seu substitutos ab ipso relevemus ab omni onere satisfaciendi fideiubeamus pro eisdem sub ypotheca rerum nostrarum seu Ordinis nostri solvere iudicatum. In cuius rei testimonium hanc procuracionem fieri fecimus per manum Stephani Johannis tabellionis de Tomar et sigillari sigillo nostro. Et ego supradictus tabellio ad partes et mandatum supradictorum magistri et fratrum hanc procuratorem manu propria cunscripsi et in eam signum meum apposui quod tale est in testimonium premissorum. Presentibus fratre Stephano Laurentii preceptore de Logroncha [*sic*]. Fratre Laurentio Martini preceptore de⁷³⁶ Santarana. Fratre Laurentius⁷³⁷ Fernandi. Fratre Fernando preceptore de Thomar. Fratre Egidio Fernandi preceptore de Sauri. Fratre Aria preceptore da Redina. September Dominici tabellione de⁷³⁸ Tomar et aliis fratribus. Anno primo die augusti Era M CCC XL III. Et ego September Dominici tabellio testis supradictos huic procuracioni interfui et in ea signum meum apposui quod tale est⁷³⁹.

Die mercurii vigesimo quinto mensis maii comparentibus in iudicio mane hora causarum coram prefato domino auditus pro tribunali sendente domino fratre Johanne Stephani vicarius de Thomar syndicus et procurator predictorum magistri et fratrum Ordinis milicie Templi in regnis Portugalie et Algrabii [*sic*] pro parte sua et magister Johannes de Rocha procurator substitutus predicti reverendi patris domini episcopi

⁷³⁴ Segue-se riscado «quam».

⁷³⁵ Segue-se riscado «re».

⁷³⁶ Segue-se riscado «Sam».

⁷³⁷ Segue-se riscado «Ferndi».

⁷³⁸ Segue-se riscado «Th».

⁷³⁹ O sinal do tabelião serve de quirógrafo entre duas partes do pergaminho.

Ulixbonensi presentibus magistris Dominico Martini et Bartholomeo Johannis pro parte predictis ibi astantis dictus dominus fratre Johannes exhibuit quasdam exceptiones contra procurator exhibitum pro parte⁷⁴⁰ dicti magistri Johannis de Rocha. Et tunc dictus dominus auditor quesivit a dictis magistro Johanne⁷⁴¹ et Dominico Martini si volebant aliquod dicte contra procuratorium exhibitum per fratrem Johannem responderunt quod non sed approbabant illud qua nolunt querere dilaciones. Et tunc dictus dominus auditor assignavit terminum dicto magistro Johanni de Rocha hinc ad diem lunes proxime si dies lunes proxime si dies fuerit iuridica aliquod ad diem proxime iuridicam ex tunc sequentem presentibus dictis Dominico Martini et Bartholomeo Johannis ad replicandum contra exceptiones exhibitas per predictum fratrem Johannem et ulterius utrique parti ad comparendum et procedendum de iure. Tenor vero dictarum exceptionum per ipsum dominum fratrem Johannem procuratorem predictum exhibitarum talis est. Infrascriptas exceptiones dat et exhibet procurator magistri et fratrum militie Templi in regno Portugalie contra cedulam loco procuratorii exhibitam pro parte reverendi patris domini episcopi Ulixbonensi in causa que vertitur inter ipsas partes coram vobis domine auditor.

In primis excipiendo dicit dictus procurator quod dictam cedula fidem non facit qua non est publica.

Item posito sine preiudicio quod publicata⁷⁴² esset sicut non est ad huc non debet per eam aliquis <ut> procurator admitti ad agendum qua dictus dominus episcopus in ipsa non constituit procurator de consensu sui capituli sicut fieri debet in causa ardua sicut est ista que coram vobis vertitus ut iram dicunt.

Predicta dat ad presens dictus procurator salvo et reservato iure sibi plura dicendi verbo et in scriptis si fuit necesse.

Die mercurii primo mensis junii. Indictione quarta. Coram predicto domino auditore pro tribunali sedente mane hora causarum domino fratre Johanne Stephani vicario de Thomar syndicus et procurator predictorum magistri et fratrum Ordinis militie Templi. Die mercurii primo mensis junii indictione quarta. Coram predicto domino auditore pro tribunali sedente mane hora causarum dominus fratre Petro de Bononia procurator generali tocius Ordinis Templariorum in Curia Romana et fratre Johanne Stephani vicarius de Thomar procurator magistri et fratrum dicti Ordinis in regno Portugalie pro parte sua et magistri Dominico Martini et Bartholomeo Johannis procuratoribus dicti domini episcopi Ulixbonensi dicti domini Bertholomeus et Dominicus dixerunt et protestati fuerunt coram dicto domino auditore quod litteras receperant a dicto domno episcopo quod inter ipsum et dictos magistrum et fratres concordiam intervenerat et intervenerit et quod a modo super sedebant dicte cause. Revocant magistrum

⁷⁴⁰ Seguem-se duas letras riscadas.

⁷⁴¹ Segue-se riscado um «S».

⁷⁴² Segue-se riscado «et».

Johannem de Rocha procurator substitutum ab eis in hac causa habentes potestatem revocandi. Et similiter dicti fratres dixerunt quod pervenerat ad eos per litteras dicti magistri quod inter ipsum magistrum et fratres ex una parte et prefatum episcopum et alia erat pax et concordia et ideo super sedebant in dicta causa et uterque per se protestata fuit quod sibi et dominus suis nullum preiudicium fieret per huiusmodi super sessionem et quod nullus lapsus temporis preiudicaret eis et de hoc ambe partes concordaverunt in iudicio.

Et ego Paulus de Fino publicus imperiali auctoritate notarius curiam et scriba predicti domini auditoris predicta omnia acta de verbo ad verbum videlicet a principio prime liste usque ad signum et scriptionem in eam superius factam ex registro Lanzaroti de Madiis notarii prefati domini auditoris et de eius mandato extraxi et in publica forma redegí ut supra et predictis omnibus aliis interfui videlicet fatis et scriptis a die veneris XVIII^o predicti mensis maii et circa et finiter in iudicio ex registro mei Pauli notarii extraxi et in publica forma redegí meoque solito signo apposui et scripsi de mandato prefati auditus predicto proximo die [SINAL NOTARIAL].

553. 1306.04.27 – Leiria

D. Martinho, arcebispo de Braga, elabora os termos da concórdia entre D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, e D. João, bispo de Lisboa, acerca das dízimas e direitos das igrejas de Tomar e termo da vila.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 4, n.º 3 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 111r-112r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 109-111⁷⁴³

A quantos esta carta virem. Nos Martinho pela graça de Deus arcebispo de Bragaa fazemos saber que como peça ha fosse contenda antre os onrrados don Goane per essa mesma graça bispo de Lixboa da huma parte e don Vaasco Fernandiz maestre da Ordem da cavalaria do Tempre no reino de Portugal da outra sobre la jurisdiçom dizimas e dereitos das egrejas de Tomar e de seu termho e sobre las dizimas e dereitos que som fora do termho de Tomar e sobre las dizimas e dereitos outrossi do Pinheiro e do Pinheirinho. E outrossi sobre las dizimas que ho dicto bispo limitou aa egreja de Acheite. E outrossi er fosse contenda antre os dictos bispo e maestre sobre cousas que o dicto bispo diziam que lhi enbargava sobre la jurisdiçom da egreja de Sanctiago de Sanctarem e sobre lo britamento do interdicto que o dicto bispo posera en essa egreja o qual diziam que fora britado pelo dicto maestre e pelos seus. E sobre la rectoria da egreja de Caseval em que o dicto bispo tiinha e tem que se non deve a ela apresentar nem confirmar se non clerigo segral. Outrossi sobre danos muitos e perdas que o dicto

⁷⁴³ À frente do sumário que antecede o documento, comentário de outra mão: «Esta carta de amigavel composição feita pelo arcebispo de Braga a prazimento do bispo de Lisboa e mestre da Ordem do Templo nom serve aa Ordem nem se ha de tresladar no livro novo porque foi temporal em vida do mestre G. então era somente e que depois de sua morte ficase o direito resguardado a ambas as partes sobre suas demandas».

bispo dezia que avia recebudos per razom do dicto maestre. E dos preitos que o dicto bispo dezia que lhi esse maestre movia contra razom e contra derecho e sobre los fruitos e renovos e dizimas e da presentaçom que levou dos dictos logares do Pinheiro e do Pinheirinho gram tempo ha os quaaes esse bispo dizia que eram seus nos quaaes montavam ben seis mil libras no que a <ende> Ordem levava dos tempos passados. E sobre todas estas cousas e sobre outras muitas fossem preitos perante juizes delegados da eigreja de Roma ja peça ha en Coimbra na Guarda e en Viseu. E depois fossem tornados todos os preitos per appellações aa eigreja de Roma. E se trautou hi antre hos dictos bispo e maestre aacima por esquivar perlongas e danos e por averem antre si paz e concordia lançarom se de seu prazer en nos sobredito arcebispo come en seu amigo deles ambos pera aviinr los e fazer antre eles avença concordia qual por bem tevessemos como entendessemos que os melhor poderiamos aviinr. E por seer paz e concordia e bem antre eles filhamos a seu rogo e de seu consentimento deles o feito en nos e tivemos por bem de os aviinr en esta guisa. Que ho dicto bispo se sofra en sa vida do dicto maestre das demandas que aa Ordem e a esse maestre fazia as quaaes som na corte de Roma e que por esta sofrença nom se tolha seu derecho aa eigreja de Lixboa de demandar depos a morte do dicto maestre o seu derecho en que hora os preitos som na eigreja de Roma se o quiser demandar ou o entender por sa prol. E sobre todas estas cousas e cada huma demas e sobre todas as outras sobre que he antre eles demanda seja e fique o derecho salvo depos a vida do dicto maestre aa eigreja de Lixboa e que lhi non corra tempo. Outrossi tivemos por bem que a eigreja d'Acheite fique con nas dizimas que lhi o dicto bispo limitou sobre las quaaes o dicto maestre lhi fazia contenda. Outrossi tivemos por bem pera meor paz e concordia antre eles que todas as dizimas da capela do Pinheiro e do Pinheirinho e das liziras que as limite o bispo de Lixboa aa capela do Pinheiro aquelas que non som limitadas a outras eigrejas e que ha meyade dessas dizimas sejam pera sempre da eigreja de Lixboa. E a outra meyade da dita capella de Pinheiro e que o mestre ponha em essa capela taaes clerigos per que ajam os freegueses os sacramentos da sancta eigreja aos quaaes clerigos o dicto bispo e maestre devem aprouver. E que o bispo de Lixboa aja em cada ano sa procuraçom asinaadamente quinze libras por procuraçom. Outrossi ouvemos por bem por paz e concordia aver antre eles que o dicto maestre presente aa eigreja de Caseval freire idoneo dessa Ordem que seja ao bispo de Lixboa rector obediente e que lhi dee o seu derecho compridamente tambem acerca das dizimas que hi ha come a procuraçom e todas as outras cousas que ata aqui dessa eigreja usou e costumou aaver. Outrossi tivemos por bem que na eigreja de Sanctiago de Sanctarem e nos freegueses e nos clerigos dela se guarde e se mantenha no tempo do dicto maestre o uso e o costume qual se ata aqui aguardou. Outrossi tivemos por bem que o dicto maestre de ao dicto bispo polos renovos passados das dizimas e dos direitos que o dicto bispo dezia que esse maestre ouvera dele ata aqui da eigreja do Pinheiro e do Pinheirinho e polos danos e polas perdas que esse bispo recebeu per

razom do dicto maestre duas mil e quinhentas libras. E os dictos bispo e maestre e os freires que presentes eram por si e por seus successores prometerom guardar e teer todas as cousas de suso dictas e cada huma delas. E o dicto maestre protestou por si e por sa Ordem que per esta composiçom non entende a renunciar seus privilegios nem nenhuum deles nem nas composições que a dicta Ordem ha com a dicta eigreja de Lixboa nem nas sentenças que por el ata aqui forom dadas. Outr<o>ssi o dicto bispo er protestou por si e pela eigreja de Lixboa. E nos dicto arcebispo fezemos fazer da aavença como antre eles passou perdante nos duas cartas abertas huma que tevesse o dicto bispo de Lixboa e outra o dicto maestre has quaaes cartas fezemos seelar do nosso seello. E os ditos bispo e maestre poserom en elas seus seus [sic] seelos. E esto todo foy outorgado pelos dictos bispo e maestre. Presentes don Lourenço Martinz comendador de Sanctaren e frey Gonçalo Fernandez comendador de Rio Frio e de Nisa e de Almoyrol e frey Lourenço Fernandez comendador de Font'Arcada. Feita en Leirea viinte e sete dias de abril Era de mil e trezentos e quarenta e quatro annos.

554. 1306.05.01 – Turquel

D. João, bispo de Lisboa, ordena ao vigário de Santarém que limitasse a igreja de Pinheiro à Ordem do Templo.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 1, n.º 11* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fl. 77v*

Iohannes miseratione divina Ulixbonensi episcopus dilecto suo Fernando Iohannis porcionario eiusdem et suo vicario Sanctarene salutem et benedictionem. Cum iam pridem ad nos pervenerit quod ecclesia de Pinheyro non habet pro ut expediebat decimas limitatas pervenerit etiam ad nos quod de Pinheyro et de locis propinquis et convicinis ipsi ecclesie de Pinheyro asportantur decime ad alias ecclesias extra nostram diocesis quod est contra canonicas sanciones et contra nostre diocesis consuetudinem approbatam vobis mandamus et nostram potestatem super hoc impertimur limitandi decimas dicte ecclesie de Pinheyro de terris seu de possessionibus de Pinheyro et de Pineyrio et de liziris eidem ecclesie convicinis et de aliis locis propinquis convicinis de quibus hactenus decime aliis ecclesiis nostre diocesis non fuerunt limitate. In cuius rei testimonium vobis presentes litteras mittimus nostro sigillo sigillatas. Datum apud Turuquel prima die madii Era millessima trecentesima quadragesima quarta.

555. 1306.05.08

Estêvão Eanes, tabelião público de Tomar, a pedido de Fr. Soeiro Eanes, freire da Ordem do Templo e comendador de Ferreira de Aves, faz publicar uma carta de Gomes Martins de 1254.05.13.

ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fl. 148v* (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 285r-285v*

In Dei nomine Domini amen. Conheção quantos este testemunho virem que perante mym Estevão Anes publico tabalião de Tomar e as testemunhas que adiante som escriptas frey Soeiro Anes freyre da Ordem do Templo comendador de Ferreira d'Aavres mostrou e fez lee per mym Stevão Anes tabalião huuma carta seellada de dous sellos pendentes e conta huum dos sellos que he do meestre que foy do Temple em Portugal e o outro seello conta que he do bispo da Guarda segundo como se reconta na dita carta. Da qual carta ho theor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1254.05.13 – Guarda*]

E pois que a dita carta foy mostrada e liida Garcia Dominguez clerigo pedio ende a mym dito tabaliam o theor della. Feito a VIII dias de mayo Era M^a CCC^a XL VIII anos. Testemunhas Stevam Gil tabaliam. Vicente Paiiz de Sea. Domingos Annes clerigo de Sanctiago de Santarem. Stevam Dominguez tabaliam de Dornes. Diogo Fernandez escudeiro. Bento Annes. E eu Stevam Annes tabaliam de suso dito a dita carta vi et lii. E a petição do dito Garcia Dominguez clerigo e per mandado do dito frey Soeiro Annes este theor da dita carta com minha mão propria escrevi. E este meu sinal hi pus em testemunho de verdade.

556. [1306-1309].06.[...]⁷⁴⁴ – Tomar

D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, entrega a Lourenço Peres e a Maria Eanes um herdamento no termo de Abrantes, mediante certas obrigações.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1, n.º 35

Sabham quantos esta carta [virem e] leer ouvirem como nos dom frei Vaasco Fernandiz homildoso meestre do que a a Ordem da cavallaria do Tenpre no regno de Portugal per conselho e per outorgamento de nossos freires juntados en o cabiido geeral que foy feyto en Tomar segundo domingo de junho da Era M^a CCC e [...] [anos] damos e outorgamos a vos Lourenço Perez e a vosa molher Maria Anes hum nosso herdamento e huma foz que avemos en a [...] termho d'Avrantes como parte en [...] e como parte en aguyom com Joham [...] em travessya com Tejo [...] o dicto herdamento e a dicta foz [...] todas suas perteenças pera todo senpre pera vos e pera vossos [...] que depouys de vos foren so tal condiçom que vos dedes do dicto herdamento de VI quinhentos huum do que Deus hi der en cada huum ano. E outrossi devedes dar da dicta [...] a meyadade do que Deus hi der en cada huum ano. [...] devedes dar ao comendador que for d'Almoyrol ou aquel que for en seu logo en paz e en salvo e sen contenda nenhuma. E vos devedes lavrar e frytivyguar o dicto herdamento e a dicta foz do que hi fezer mester bem e fielmente. E se vos non lavrardes e frutivigardes do que hi fezer mester e non

⁷⁴⁴ Documento em mau estado. Data definida com base nos anos em que D. Lourenço Martins aparece referido como comendador de Santarém (desde 1306) até à sua morte, a 1 de maio de 1309. Fr. Gonçalo Fernandes é comendador de Nisa desde 1305. Fr. Gil Fernandes é comendador de Soure desde 1295. Fr. Estêvão Lourenço é comendador de Longroiva desde 1296 e ainda aparece como tal num documento de 1307 (Costa 2019, pp. 152-160).

derdes ao dicto comendador o dicto foro como dicto e o dicto comendador seus poderes de vo los filhar com todas sas melhorias que vos hi fezerdes e fazer del o que quiser. Outrossy non devedes vender nem dar nem doar nem apenhorar a cavaleyro nem a dona nem a clerigo nem a outra Ordem nem outro homem poderoso senom a tal homem que seja vosso semelavel e que faça a nos o dicto foro e tanto por tanto ave lo a dicta Ordem se o quiser. E eu Lourenço Perez en senbra com mha molher obligamo nos a cumprir esto per nos e per nosso aver. E por esto seer mays certo e non viir en duvyda nos sobredicto meestre demos a vos esta nossa carta aberta e seelada com nosso seelo pendiente. Feyta en o dia e na era de suso dicta. Testemunhas que presentes forom frei don Lourenço Martiins comendador de Sanctaren e frei Gil Fernandiz comendador de Soyre e frei Gonçalo Fernandiz comendador de Nisa e frei Stevam Lourenço comendador de Longronha e outros muytos freires que hi forom asenbrados.

557. 1306.06.30 – Leiria

O concelho de Leiria faz escambo com D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, dando à Ordem um casal, herdamentos e quinhão do moinho e vinha em troca de uma vinha que a Ordem tinha à face da vila de Leiria.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. [203v]⁷⁴⁵-204r (cuja lição se segue);

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 129r-129v (cuja lição se segue);

BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 245r-246r

Publ. Gomes 1997, n.º 15, pp. 182-183⁷⁴⁶

[In nomine Domini Amen. Saibham quantos esta carta virem que nos Cristovam Periz alcaide e Joham Periz neto e Andre Dominguez alvaziis de Leirea e Fernão Soairez procurador emsembra com esse concelho de Leirea pera esto especialmente apregoadado daamos e pera todo sempre outorgamos a vos dom frey Vaasco Fernandez homildoso meestre da hordem da cavallaria do Temple do regno de Portugal e a essa dita hordem hos nossos herdamentos que nos aveemos em ho nosso termo de Leyrea no logo que chamam Alcanada scilicet huma herdade que jaz ao Freixeo que parte com Martim d’Ulveira e com seus criados e com carreyras. E outra herdade que parte com vossa herdade do Temple e com Pero Clemente e com esse Martim d’Ulveira e com seus criados e com carreiras. E outra herdade que parte com vossa herdade do Temple e com Pero Clemente e com esse Martim d’Ulveira e com carreira. E outra herdade que parte com herdamento que chamam d’alcaydaria e com herdade d’oniversairo e com carreira. E outra herdade que parte com Joham Branco e com esse Martim d’Ulveyra com seus matos. E outra herdade que parte com Martim d’Ulveira e com seu[s] criados e com filhos do coxo. E outras herdades que foram de Martim d’Ulveira

⁷⁴⁵ Presume-se que o documento comece neste fólio apesar de estar rasgado e não ser legível o início do documento. A reconstituição do texto em falta foi feita com base em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 129r-129v.

⁷⁴⁶ Segundo o autor publica versão de «códice em letra de finais do século XVI» da Biblioteca Nacional de Portugal.

que se teem com estas herdades de susoditas. Has quaaes herdades foram todas em outro tempo de Domingas saida do castello. E outrossy vos daamos huum casal que foy de Martim Goulam como ho avia Abraham judeu da dicta villa jenrro em outro tempo de dona Justa judia. E outrossy vos damos a quarta parte do moynho que foy de Fernam Paez como ho nos aviamos com el rey. Ho qual moynho he na foz de Maceyra. E ha meatade da vinha que jaz tras esse moynho. Ha qual vinha parte com dom Pedro Anes dicto Portel. E outrossy vos daamos outras herdades que foram de Fernam Soairez que jazem em mageira das quaaes ha huuma chamam a cervatia e parte com Domingos Johanes galego e com Boceto tecelam. E a outra herdade parte com Boi⁷⁴⁷ [*sic*] galego e com ryo e com Domingos Fernandes. E ha outra herdade parte com Domingos Longo e com Domingos d'Ourem. E a outra herdade parte com Domingos Fernandez. E a outra herdade parte com Domingos Fernandez [*sic*]. E a outra herdade parte com o Espital e com Joham Juiãaez e com filho de Deus. E a outra herdade parte com Joham Martinz e com filhos da Corvachã. As quaaes herdades esse Fernam Soairez ouve de compra de Mateus Dominguez filho de Abadino. Hos quaes herdamentos e casal e parte de moinho e vinha nos a vos daamos e pera sempre outorgamos com todos seus direitos e perteenças por huuma vosa vinha que vos aveedes em face da dicta villa de Leyrea. Ha qual vinha parte de duas partes com rio. E da outra parte com vinha de Santa Cruz. Da outra parte com vosso olival da costa assy como he vallada do vosso olival a fundo entestando com vinha de Santa Cruz e como vay em direto ao rego da agoa do moinho que chamam do rego que vos a nos deestes em escaimbo pollos sobreditos nossos herdamentos e possissões polla qual cousa ajades vos sobredito mestre e hordem do Temple hos sobreditos nossos herdamentos e casal e parte de moynho e vinha firmemente pera todo sempre e todos vossos soccessores depos vos. E nos sobredito concelho nos obrigamos pera todo sempre a deffender a vos sobredicta hordem os sobreditos herdamentos e ca-[fl. 129v] sal e parte de moynho e vinha de toda demanda que a vos sobre elles nasça ou possa nascer ou a vos for feyta sobellas dictas posissões de qualquer pessoa ou pessoas que ellas ou parte dellas a vos embargarem ou demandem per qualquer razom ou per qualquer maneira assy como he ley de]⁷⁴⁸ nosso senhor el rey e uso e costume da terra e direyto. E por esto nosso feito seer mais certo e mais estavel pera todo sempre e nom poder ao depois viir em duvida damos a vos sobredito meestre do temple e hordem esta nossa carta aberta seellada de seello pendiente de nos sobredito concelho de Leyrea. E eu Vicente Anes publico tabaliom de Leyrea a rogo e per mandado dos sobredictos alcajde e alvaziis e concelho de Leyrea seendo apregoado pera esto a estas cousas presente fuy e esta carta com minha mão propria escrevi e em ella este meu

⁷⁴⁷ Provalvemente seria Rui, um erro de cópia de «Roi».

⁷⁴⁸ Termina a transcrição de ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 129r-129v e começa a transcrição de ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fl. 204r.

signal que tal he pus em testemunho de verdade. Fecto em Leyrea prestumeyro dia de junho. Era de M CCC R IIII annos. Presentes os sobredictos alcayde e alvaziis e procurador. Ayras Lourenço e Domingos Johanes tabeliaães. Rodrigo Anes cavaleiro. Vicente Martinz saído. Stevam Periz. Martim d'Eylaaes. Domingos Vicente e Martim Terrom vogados. Martim Anes e Martim Anes mercadores e outros muytos.

558. 1306.08.06 – Lisboa

*D. Dinis faz escambo com D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo e a Ordem, pelo qual esta entrega ao rei a Lezíria dos Freires, em Santarém, o direito de portagem da cidade de Coimbra e o padroado da igreja de Santiago de Trancoso, e o rei dá à Ordem Vila de Rei, a vila de Ferreira e o padroado da igreja de Alvaiázere*⁷⁴⁹.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios*, mç. 1, n.º 10 (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 11*, mç. 3, n.º 6; ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fls. 60v-61v (inserto em documento de 1306.08.13 – Lisboa); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 233, fls. 142r-143v; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 22r-22v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 106r-107r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 195r-196v Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 50, pp. 162-165

En nome de Deus amen. Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber como contenda fosse perante Martin Perez e Appariço Dominguez ouvidores da mha corte antre mim per Domingos Martiinz meu clerigo e meu procurador avondoso da huma parte e os religiosos don frey Vaasco Fernandez maestre e freyres da Ordin da cavalaria do Tempre nos meus reynos per Andre Perez procurador avondoso do dicto maestre e dos freyres da dicta Ordin da outra sobre a lezira que chamam dos Freyres. A qual troveron a sa mão per tempo don Meendo Affonso e donna Sancha Perez Perez [*sic*] sa molher a qual lezira he en termho de Sanctaren en a testeyra das vinhas de Valada. Da qual lezira estes son os termos, conven a saber, como parte con Tejo contra Valada da aagua que vay pera o Sabugueyro ata so a casa ante que chegue aa lezira de Geia e des hy como parte con outro braço de Tejo contra Monçam como se van contra Sanctaren ata o Sabugueyro e des hy como parte a lezira en derecto pela aagua que vay pera o Sabugueyro en dereicto das vinhas primeyras do ressiõ contra Sanctaren. A qual lezira o dicto meu procurador demandava por mim e en meu nome aos dictos maestre e freyres dizendo que mha tragiã negada e que era minha de dereicto e que eu ha devia aver con os novos e fruytos que dela sayron des aquel tempo que mha trouxeron negada. E o dicto procurador dos dictos maestre e freyres dezia que era sua e que avya grandes tempos que a Ordin do Tempre possuyra come sua sen contenda per si e per aqueles unde a ouveron. E sobr'esto muytas razões

⁷⁴⁹ A carta de posse que foi dada à Ordem do Templo destas vilas encontra-se em ANTT. *Gavetas, Gav. 7*, mç. 2, n.º 5 (documento de 1306.08.16).

razoadas da huma parte e da outra perante os dictos ouvidores ao cima o dicto meu procurador e o dicto procurador dos dictos maestre e freyres e os religiosos frey Gonçalo Fernandez tente o logo do maestre nos meus reynos e frey Lourenço Martiinz comendador do que a Ordin do Tempre ha en Sanctaren e frey Martin Affonso comendador do que a Ordin do Tempre haa en Lixboa con outorgamento dos freyres veron aa tal aveença e amigavil composiçom conven a saber que a dicta Lezira per los termhos de suso dictos como a Ordin do Tempre avya e tinha a sa mão con todos seus dereictos e pertenças e entradas e saydas fique a mim e a todos meus successores des aqui adeante livremente e sen contenda pera todo sempre. Item os dictos frey Gonçalo Fernandez teente o logo do maestre e frey Lourenço Martiinz comendador do que ha o Tempre en Sanctaren e frey Martin Affonso comendador do que ha a Ordin do Tempre em Lixboa con outorgamento dos freyres da dicta Ordin deron e outorgaron a mim e a todos meus successores todo o dereicto que a dita Ordin avya ou devia aver na portagem de Coimbra. E quitaron si mi del pera todo sempre. Outrosi os dictos frey Gonçalo Fernandez tente o logo do maestre comendadores e freyres deron e outorgaron a mim e a todos meus successores pera todo sempre en tal maneyra que nunca o podessem revogar o padroado da igreja de Santiago de Trancoso con toda sa freeguesia e dezimas e con nas casas dessa igreja que estam antêla. E por estas cousas que eles a mim dam de suso dictas en scambho eu ensembra con na raynha donna Isabel mha molher e con o inffante don Affonso nosso filho primeyro e herdeyro dou e outorgo pera todo sempre en scambho aa dicta Ordin o padroado da mha igreja de Alveyazar con todos seus dereictos e dezimas como a eu ey e de dereicto devo aver. Outrosi dou e outorgo en scambho pera todo sempre aa dicta Ordin Vila de Rey e o senhorio dela con todos seus dereictos e pertenças e termhos. Outrosi dou e outorgo en scambho pera todo sempre aa dicta Ordin Villa Ferreyra con o senhorio dela e con todos seus dereictos e termhos e pertenças e con o padroado da igreja desse logar conven a saber en esta maneyra que o spiritual vaa polo spiritual e o temporal vaa pelo temporal. E os dictos frey Gonçalo Fernandez tente o logo do maestre e frey Lourenço Martiinz e frey Martin Affonso comendadores sobredictos e os freyres e o dicto procurador do maestre e da Ordin louvaron e outorgaron totalas cousas sobredictas e cada huma delas e prometeron en nome da dicta Ordin por si e por todos seus successores per juramento de boa fe a ave las firmes e stavis pera todo sempre como de suso dicto he. E pera esto obligaron specialmente todos los beens que a dicta Ordin ha nos meus reynos. E obligaron se a deffender e a emparar totalas dictas cousas e cada huma delas per todos los beens da dicta Ordin. E outrosi obligaron todos los bens da dicta Ordin pera fazer comprir firmar e aguardar e outorgar todas estas cousas de suso dictas e cada huma delas a don Vaasco Fernandez que ora he maestre da dicta Ordin ou a outro qualquer que venha por maestre. E outrosi eu por mim e

por todos meus sucessores ensembra con na raynha e con don Affonso nosso filho louvo e outorgo pera todo sempre totalas cousas de suso dictas e cada huma dela e prometo a booa fe por mim e por meus sucessores a ave las firmes e stavis e a deffende las aa dita Ordin pera todo sempre. E os ditos ouvidores da mha corte de outorgamento e de prazimento das partes julgaron este scambho e esta aveença por firme e por stavil e deron na por sentença defenetiva. E por esto seer mays firme e mays stavil pera todo sempre e non viir poys en dovida eu mandei ende fazer duas cartas semelhaves duum tehor per mão de Lourenço Eanes tabellion de Lixboa e seeladas con meu seelo do chumbo das quaes eu sobredicto el rey devo teer huma e o dicto maestre e Ordin a outra. Fecto foy en Lixboa sex dias andados do mes de agosto. Era M^a CCC^a e quarenta e quatro anos. Testemoynhas que foron presentes don Joham Martiinz chantre de Evora. Gil Eanes Sotil thesoureyro d'el rey. Affonso Martiinz vice chanceler. Roy Vaasquiz. Gonçalo Matheus. Frey Roy Martiinz. Frei Joham Barreto. Frey Johan Stevaez vigayro de Thomar da dicta Ordin. E eu Lourenço Eanes publico tabellion de Lixboa de suso dicto a todas estas cousas de suso dictas e a cada huma delas presente fui e per mandado e per outorgamento das dictas partes ende duas cartas semelhaves dum tehor con mha [mão] propria screvi e en cada huma delas meu sinal pugi que tal [SINAL NOTARIAL] he.

Ego Apparicius Dominici vidit. Ego Martinus Petri vidit.

559. 1306.08.09 – Lisboa

D. Dinis dá posse a Fr. Lourenço Martins, comendador de Santarém, da Ordem do Templo, de Vila de Rei e Ferreira, bem como do padroado da igreja da mesma vila, em virtude de um escambo feito com o monarca.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 2, n.º 5 (inserto em documento de 1306.08.16 – Vila de Rei e Ferreira e cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fl. 62r (inserto em documento de 1306.08.16 – Vila de Rei e Ferreira que está inserto em documento de 1306.08.21 – Lisboa [A]); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 115v-116r (inserto em documento de 1306.08.16 – Vila de Rei e Ferreira)

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 51, p. 166

[...]

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. A todolos tabelliões dos meus regnos que esta carta virem saude. Sabede que eu envyo Andre Perez meu porteyro pera entregar a mha villa de Ferreyra e a de Villa de Rey a frey Lourenço Martinz comendador de Sanctaren por mim e en meu nome que esse comendador a receba en nome e en logo da Ordin do Tenple. Por que vos mando que cada hum daqueles que vos o dicto meu porteyro disser que vaades con el aas dictas villas pera veer ende como as el entrega ao dicto comendador por mim e en meu nome et en como as o dicto porteyro por mim entregar e o dia en que as entregar dade ende

huum testimonho ao dicto meu porteyro en como as entregas foron feytas registado en os vossos registros. Unde al non façades senon a vos me tornaria eu poren e peitar mi ades quinhentos soldos. Dada en Lixboa nove dias de agosto el rey o mandou per Domingos Martinz seu procurador Joham Paez de Coynbra a fez Era de mill e trezentos e quareenta quatro anos. Dominicus Martini vidit.
[...]

560. 1306.08.12

Fr. Estêvão, freire da Ordem do Templo, por autoridade de Fr. Lourenço Martins, comendador da Ordem do Templo em Santarém, e André Peres, procurador da dita Ordem, entregam a Lezíria dos Freires, a que chamavam de D. Sancha, a João Domingues Cabeça e a Afonso Domingues, representantes do rei D. Dinis.

ANTT. Gavetas, Gav. 12, mç. 12, n.º 42 (cuja lição se segue); ANTT. Chancelaria de D. Dinis, liv. 5, fls. 63r-63v (inserto em documento de 1306.08.21 – Lisboa [B])

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 52, p. 169

Sabham quantos este strumento vyrem e leer ouvyrem que eu frey Stevam freyre da Ordem do Tempre e per outuridade e per poder que a mim he dado de frey Lourenço Martinz comendador do que a dicta Ordem ha em Sanctarene e em seu termho e eu Andre Perez procurador da dicta Ordem do Tempre entregamos e metemos em corporal posisom nosso senhor el rey per Joham Dominguz Cabeça scrivam do concelho de Sanctarene e per Afonso Dominguz tabelliom da dicta vila a que nosso senhor el rey mandava que entregassen em seu nome a lezira que foy e he chamada de Dona Sancha a qual lezira era do Tempre. E nos entregamos aos de suso dictos Joham Dominguz e Affonso Dominguz a dicta Lezira assy como a a dicta Orden avya e de deryto melhor podia aver con todos seus dereitos e sas pertenças e assy como parte pela agua de Tejo como se vay pera o Sabugueyro contra o campo de Monçam a fundo ata so a casca como juncta con Tejo e do outro braço de Tejo contra as vinas de Valada como se ven a enfesto contra Sanctaren ao Resio de Valada hu chamam a Porcariça juntar con a outra agua de Tejo que vay pera o Sabugueyro. Entregamos aos de suso dictos a dicta lezira en logo e en nome de nosso senhor el rey pelas dictas devysoes per terra e per erva e per palha e per mata como o a dicta Orden melhor ouve e de dereito deve aver. E nos de suso dictos Joham Dominguz e Affonso Dominguez en logo e en nome e pera nosso senhor el rey recebemos a dicta lezira pelas devisões de suso dictas. E fomos ante o dicto Lourenço Martinz comendador que nos fosse entregar a dicta lezira como el rey mandava na dicta sa carta. E porque el jazia doente de gota fez seu procurador frey Stevam seu freyre e deu lhy comprido poder que nos fosse entregar a dicta lezira e apegar en seu nome. E el daly hu jazia doente nos disse que nos entregava e metia en corporal possisom da dicta lezira pera nosso senhor el rey polas dictas devysões. E desta entrega de suso dicta o dicto Joham Dominguz pedyo

a mim Affonso Dominguez tabellion de suso dicto que lhy desse hum testemuynho pera el rey de como lhy entregaram a dicta lezira.

Fecto foy esto doze dias d'agosto da Era de mil e trezentos e quaraenta e quatro anos. Os que presentes foron Francisco Martiinz tabelliom. Pedro Affonso. Domingos Fernandez. Vicente Martiinz. Joham Movelho. Martin Gil. Johan'Eanes dicto Zangam Ozeymoto. Joham Sivylyhano. Johan Dominguez dicto Gato. Pedro Dominguez. Bartholomeu Dominguez e Ayras Perez filho de Pedro Saraão barqueyros. Miguel Dominguez dicto Baraço. Domingos Longo. Stevam Perez vaqueiros e eu Affonso Dominguez publico tabelliom de Sanctarene a esta entrega presente fuy e este strumento a rogo do dicto Joham Dominguez con mha mão propria scrivy e en el este meu si-[SINAL NOTARIAL] nal pugy en testemuyno de verdade.

E eu Francisco Martiinz tabellion de Sanctarem a rogo dos dictos Joham Dominguez Cabeça escrivam do concelho e de Affonso Dominguez tabellion dessa vila a esta entrega de suso dicta e a toda as outras cousas que en este stromento som contheudas presente fuy e en este stromento este meu si-[SINAL NOTARIAL] nal pugy en testemuynho de verdade e desta cousa.

[...]

561. 1306.08.13 – Lisboa

Lourenço Eanes, tabelião público de Lisboa, a pedido de D. João, bispo de Lisboa, dá a conhecer uma carta de D. Dinis de 1306.08.06, relativa a um escambo com D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo.

ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fls. 60v e 61v (cuja lição se segue)

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 50, pp. 162-165

⁷⁵⁰In Dei nomine amen. Sabham quantos este stromento virem e leer ouvirem que en a Era M^a CCC^a e quarenta e quatro anos conven a saber treze dias de agosto na cidade de Lixboa en presença de mim Lourenço Eanes publico tabellion da dicta cidade e das testemuynhas que adeante son scriptas perante o onrrado padre e senhor don Johane bispo de Lixboa Affonso Martiinz vice chanceler mostrou e fez leer e publicar huma carta aberta e seelada do verdadeyro seelo do chumbo de nosso senhor el rey e facta per mão de mim tabellion sobredicto e de meu sinal assinada da qual carta o tehor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1306.08.06 – Lisboa*]

A qual carta perleuda e publicada o dicto Affonso Martiinz pediu ao dicto bispo que desse a mim tabellion sobredicto sua outoridade ordinhayra de a tornar en publica

⁷⁵⁰Sobre o documento foi acrescentado «Carta per que foy feito scaymbo antre el rei dom Diniz e os religiosos freires da Ordem do Temple da Lezira que chamam dos Freires e direito que os ditos religiosos tinham na portagem de Coimbra e padroado de Santiago de Trancoso que o dito rei ganhou pera si pollo padroado da igreja d'Alvayazer e Villa de Rei e villa Ferreira com os senhorios dellas que os ditos religiosos ganharam pollo dito senhoryo». De outra mão, na margem esquerda «Lezira que chama Freyres».

forma. E eu per mandado e per autoridade ordinhayra do dicto bispo a dicta carta soescrevi e meu sinal en ela pugi que ja suso he posto. Testemunhas Stevam Perez cavaleyro. Affonso Fernandez thesoureyro de Lixboa. Affonso Perez raçoeyro dessa mesma. Stevam Eanes. Meem Rodriguyz clerigos do dicto bispo.

562. 1306.08.16 – Vila de Rei e Ferreira

Estêvão Eanes, público tabelião de Tomar, faz ler uma carta de D. Dinis, de 1306.08.09, pela qual o rei dá posse a D. Lourenço Martins de Vila de Rei e Ferreira, bem como do padroado da igreja da mesma vila, em virtude de um escambo feito com o monarca.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 2, n.º 5 (cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fls. 62r-63r (inserto em documento de 1306.08.21 – Lisboa [A]); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 115v-116r

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 51, pp. 165-168

Conhoscam quantos este testemunho virem que en presença de mim Stevam Eanes publico tabelliom de Thomar e as testemunhas que adeante son escriptas Andreu Perez porteyro de nosso senhor el rey mostrou e leer fes uma carta per mim dicto tabelliom huma carta de nosso senhor el rey na qual antre as outras cousas era contehudo que o dicto Andreu Perez en nome d'el rey fosse aas vilas que el rey a en Riba d'Ozezar as quaes vilas dizem per nome a huma Vila de Rei e a outra Ferreira e que as entregasse por el rey e en seu nome d'el rey a frey don Lourenço Martins comendador do que a a Ordim do Tenple en Sanctaren e que o dicto frey don Lourenço Martinz as recebesse en logo e en nome da Ordim do Tenple assi como era contheudo na carta d'el rey do escambho que el rey fez con na dicta Ordin. Et contava que como lhas entregasse e o dia que lhas entregasse que lhi levasse ende hum testimonho facto per mão duum tabelliom. E conta esta carta que foy dada nove dias d'agosto da era que se segue.

Item o dicto Andre Perez porteyro d'el rey mostrou e fez leer per mim dicto tabelliom outra carta de nosso senhor el rey da qual carta o tenor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1306.08.09 – Lisboa*]

A qual carta leuda e publicada o dicto frey don Lourenço Martinz fez seu procurador avondoso pera receber as dictas vilas con seus termhos e o padroado da ygreja de Ferreyra en seu nome e en seu logo e en nome e en logo da dicta Ordin do Tenple frey Rodrigo Eanes alcayde de Thomar. Et eu senhor aa vossa mercee obedecendo ao vosso mandado fuy con no vosso porteyro e con no dicto alcayde aa vossa villa de Vila de Rey et o dicto vosso porteyro entregou ao dicto alcayde no vosso nome pera don Lourenço Martins comendador de suso dicto e pera a dicta Ordin do Tenple a vila de Vila de Rey con todos seus dereytos e termhos e perteenças e senhorio assi como a vos avyades senhor e assy como e contehudo en huma vossa carta seelada do seelo voso do chumbo. A qual carta eu tabellion de suso dicto vy e ly perante

as testemunhas adeante escriptas cada humas en seu logo. E en esse dia meesmo o dicto alcaide e o dicto vosso porteyro senhor e eu dicto tabellion con eles a vossa merce veemos a Ferreyra. Et o dicto vosso porteyro por vos senhor e en voso nome entregou ao dicto alcaide pera don Lourenço Martins comendador de suso dicto e pera a dicta Ordin do Tenple a vossa vila de Ferreyra con todos seus termhos e dereytos e perteenças e con todo o seu senhorio dela e con no padroado da ygreja da dicta vila assi como a vos aviades senhor. Et esta entrega lhi fez o dicto porteyro senhor ao dicto alcaide pera o dicto frey don Lourenço Martins comendador de Sanctaren e pera a dicta Ordin dos dictos logares e de cada huum deles assi como he conehudo na vosa carta do escambho que con na dicta Ordin fezeistes. E de como esta entrega foy facta e en qual dia o dicto vosso procurador en voso nome senhor e o dicto alcaide en nome do dicto frey don Lourenço Martins comendador de suso dicto e da dicta Ordin pediron a mim tabellion de suso dicto senhos testemunhos partidos per a b c dos quaes testemunhos senhor vos deveades teer ende huum e o dicto frey don Lourenço Martins comendador de Sanctaren e a dicta Ordin o outro. Esto foy dicto e facta e entregado des e sex dias de agosto en Vila de Rey e na vila de Ferreyra Era de mill trezentos e quareenta quatro anos. Testemunhas que foron presentes na entrega de Vila de Rey con seus termhos. Joham Gonçalis tabellion de Thomar. Duram Simhoes de Dornas. Joham Iohannis alvazil de Vila del Rey. Joham Perez dicto Crespo. Joham Perez da Cira. Pedro Perez dicto Grela de Vila de Rey. Antonino Peres clerigo capelam do dicto logo. Martin Dominguis dicto Lobato. Domingos Vicente d'Avrantes. Lourenço Duraãez filho de Duran Simhões de Dornas e outros. Testemunhas os que foron presentes na entrega de Ferreyra e do padroado da ygreia dela e do termho da dicta vila. Martin Dominguis alvazil de Ferreyra. Pedro Affonso capelam do dicto logo. Domingos Martins dicto Rey. Pedro Eanes çapateyro. Joham Affonso hirmaão do dicto capelam. Domingos Dominguis Casadinho. Duram do Rio. Domingos Calvo porteyro da dicta vila. Stevam d'Arouca. Affonso Fernandez de Leyrea. Domingos Perez dicto Cascal. E eu Stevam Eanes publico tabellion de Thomar a esto presente fuy e aa petiçom do dicto Andre Perez porteyro d'el rey e do dicto alcaide fiz ende dous testemunhos partidos per a b c semelhavei huum ao outro e este testemunho con mha mão propria escrevi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hi pugi en testemunho de verdade.

563. 1306.08.21 – Lisboa [A]

Lourenço Eanes, público tabelião de Lisboa, perante D. João, bispo de Lisboa, e a pedido de Afonso Martins, vice-chanceler de D. Dinis, manda publicar duas cartas de 9 e 16 de agosto de 1306, relativas às transações de Vila de Rei e Ferreira do Zêzere, entre o rei e a Ordem do Templo.

ANTT. Chancelaria de D. Dinis, liv. 5, fls. 62r e 63r (cuja lição se segue)

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 51, pp. 165-168

Sabham quantos este stromento virem e leer ouvirem que en a Era M^a CCC^a e quaraenta e quatro anos conven a saber viinti e huum dia do mes de agosto en a cidade de Lixboa perdante o onrrado padre e senhor don Johane bispo de Lixboa e en presença de mim Lourenço Eanes publico tabellion da dicta cidade e das testemoyntas que adeante son scriptas. Affonso Martiinz vice chanceler de nosso senhor el rey mostrou e fez leer e publicar huum stromento partido per a b c factio per mão de Stevam Eanes publico tabellion de Tomar e de seu sinal assinado do qual o tehor tal he.

[*Insere o traslado dos documentos de 1306.08.09 – Lisboa e de 1306.08.16 – Vila de Rei e Ferreira*]

O qual stromento perleudo e publicado o dicto Affonso Martiinz pediu a mim sobredicto tabellion que o traladasse con mha mão e assinaasse de meu sinal d'outoridade ordinhayra do dicto bispo. E eu a sa petiçom e per mandado do dicto bispo e de sua outoridade ordihayra o dicto stromento traladei e meu sinal hy pugj que tal [SINAL NOTARIAL] he. Testemunhas Affonso Fernandez thesoureyro. Affonso Paez maestre scola de Lixboa. Stevam Perez Moço. Joham Martiiz capelam. Affonso Perez e outros.

564. 1306.08.21 – Lisboa [B]

Lourenço Eanes, público tabelião em Lisboa, perante D. João, bispo de Lisboa, e a pedido de Afonso Martins, vice-chanceler de D. Dinis, passa traslado em pública-forma do documento de 12 de agosto, pelo qual a Ordem do Templo entrega a Lezíria dos Freires ao rei.

ANTT. Chancelaria de D. Dinis, liv. 5, fls. 63r-64r (cuja lição se segue)

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 52, pp. 168-170

⁷⁵¹Sabham quantos este stromento virem e leer ouvirem que en a Era M^a CCC^a e quaraenta e quatro anos viinti e hum dia do mes de agosto en a cidade de Lixboa perante o onrrado padre e senhor don Johane bispo de Lixboa en presença de mim Lourenço Eanes publico tabellion da dicta cidade e das testemunhas que adeante son scritas Affonso Martiinz vice chanceler de nosso senhor el rey mostrou e fez leer e publicar per mim tabellion sobredicto huum stromento feyto per mão de Affonso Dominguez tabellion de Sanctaren e de seu sinal assinaado do qual o tehor tal he.

[*Insere o traslado do documento de 1306.08.12*]

A [*sic*] qual stromento perleudo e publicado o dicto Affonso [fl. 64r] Martiinz pediu ao dicto bispo que desse a mim tabellion sobredicto sua outoridade ordinhayra de o soescrever e lhy dar ende huum publico stromento. E eu sobredicto tabellion per mandado do dicto bispo e de sua outoridade ordinhayra e a petiçom do dicto Affonso Martiinz o dicto stromento soescreu e meu sinal en el pugi que tal he [SINAL NOTARIAL]. Testemoyntas que foron presentes Affonso Fernandez thesoureyro. Affonso Paez maestre scola de Lixboa. Stevam Perez Moço. Joham Martiinz capelam. Affonso Perez e outros.

⁷⁵¹ Na margem direita, aparada, lê-se «per que entregaron al rey a lezira dos Freyres e neste stromento se chama de dona Sancha».

565. 1307-1311

D. Dinis ordena inquirições gerais no reino. Aqui encontram-se referências aos bens e direitos da Ordem do Templo no território.

Publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Nova Série, vol. XII

566. 1307.04.17 – Santarém

D. Dinis envia carta a Pedro Eanes, almoxarife em Santarém, para que dê a D. Lourenço Martins, comendador da Ordem do Templo em Santarém, o dízimo da lezíria dos Freires, que houvera da Ordem por escambo.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 10, n.º 20* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 78v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fl. 63; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 114r-114vr; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 49

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Pedro Anes meu almoxariffe e ao meu scrivan de Sanctaren e a todolos outros almoxariffes e scrivaes que y veeren saude. Vos ben sabedes como eu escanbhey con a Orden do Tenpre a lezira que chamam dos Freyres e como essa lezira ficou commigo e agora don Lourenço Martiins comendador de Sanctaren dise mi que eu tevesse por ben que ouvesse ende a Orden o dezimo assy como o avya quando essa lezira era da Orden. E eu tenho o por bem porque vos mando que o dezimo do que Deus der en essa lezira que foy sua que o dedes aa dicta Orden assy como o sempre ouverom ca como quer que eu com eles escanbhasse non se entende per ende que eles porem percam o seu dezimo. Unde al non façades. E a dicta Orden tenha esta carta. Data en Sanctaren dez e sete dias de abril el rey o mandou per Joham Simhon. Lourenço Stevaes da Guarda a fez. Era de mil trezentos quarenta e cinco anos. El rey a vyo.

567. 1307.04.27 – Guarda

Os tabeliães Pedro Rodrigues e, depois, João Nicolau, por doença do primeiro, trasladam documentos relativos à contenda entre o bispo da Guarda e a Ordem do Templo relativamente à posse e direitos de Idanha-a-Velha, Proença, Segura e Rosmaninhal. Inclui dotação de D. Sancho II ao seu chanceler mestre Vicente, deão de Lisboa e depois bispo eleito da Guarda, datada de janeiro de 1229, dando-lhe autoridade para prosseguir com o povoamento de Idanha.

ANTT. *Gavetas, Gav. 1, mç. 2, n.º 7* (cuja lição se segue)

Publ. Pimenta 1940, n.º 7, pp. 47-51

Sabham todos que en presença de mi Peero Roiz pubrico tabalion d'el rey na Guarda e das testemunhas adeante scriptas stando no paaço do onrrado padre e senhor dom Vasco pela graça de Deus bispo da Guarda Afonso Dominguez clerigo de nosso senhor el rey e Gonçalo Dominguez mestrescola da Guarda e Lourenço Martinz prior de Sam Pedro dos Germaelos catarom tres arcas en que jaziam cartayros e escripturas e leerom todos esses escriptos e cartas e estromentos que hy jaziam dizendo esse Afonso

Dominguez que entendia hy achar algumas escripturas ou cartas que pertenciom [a]⁷⁵² nosso senhor el rey per <razom> de Salvaterra e de Ydanha a Velha antr'as quaes cartas acharom huma carta escripta em pergaminho de coyro e seelada de hum seelo pendente de cera vermelha em correya de coyro e o seelo tiinha cinqui escudetes no meego de cada huma das partes e era britado contra hum canto no fundo en maneyra que non pareciam todalas letras dele e as letras que nele pareciam de hua parte dizia 'sigillum dom Sancii' e da outra parte dizia 'regi tugalensis'. Da qual carta o teor de verbo a verbo a tal he⁷⁵³ [...].

A qual carta liuda o dito Afonso Dominguez demandou a mi dito tabalion que lhe desse tralado dela so meu sinal. Feyto foy este traslado na Guarda vinte sete dias de abril Era de mil e trezentos e quarenta e cinqui anos. Testemunhas o dito mestrescola e o dito Lourenço Martins. Antonio Soarez. Johanes Nicolao tabalion. Stevam Salvadores clerigo. Fernam Yoannes escudeyro d'Afonso Dominguez. Et eu Pero Roiz sobredito tabalion que este traslado escrevi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hy fiz.

E de saber que porque Pero Royz tabalyom adoço e nom podia screver o dito Afonso Dominguez e Lourenço Martini mostraram a mi Joham Nycolao tabalyom d'el rey na Guarda huns scriptos en papel os quaes scritos ese Pero Royz dava en seu testemuyo que os acharom e viram sacar das arcas do bispo dos quaes scritos o teor a tal he.

Beento Porra e outros disserom que Dom Payo e os freyres do Tempre disserom que lhes foy dado o Rodão com gram termho gram sazom ha dizendo que em no termho do Rodão jazem Eydanha a Nova e Eydanha a Velha e Salvaterra e Segura e o Rosmarynhal e Proença e Covilhaã e Guarda e des hy el rey poboou e lançou Eydanha a Nova des hy deu a aos freyres com seu termo e os freyres entom pobraram Rosmarinhal e Proença e des hy cuydando que aquele logar en que sta agora Segura que era do termo do Rodão e ssynaadamente de Eydanha a Nova fezerom hy granja en Hyxacana e todo isso faziam porque o meestre dom Martim Martinz avia gram pryvança com el rey dom Sancho Capelo e des hy poboou el rey dom Sancho Capelo Eyddanha a Velha e deu lhy termo [...] metendo eense termho aqueles logares en que som hora pobrados Proença e Rosmarynhal. E des hy quando el rey dom [San]cho Capelo poboou Salvaterra deu lhe termho e meteo en ese termho aquele logar em que e hora Segura. E porque agora el rey dom Dinis achou por essa razom que Segura jazya en termho de Salvaterra provigou a por aldeya de Salvaterra.

Item quando Salvaterra foy poboada de cavaleyros e doutras jentes e os cavaleyros non a queryam morar poboavase poren mal. E porende mandou el rey dom Sancho pobrar esse logar de fogo morto e fycou hy hum herdamento vago que fora duum cavaleyro da Covilhaã que chamavam Soeyro Eanes e des hy partindo o termho da

⁷⁵² Orificio no pergaminho.

⁷⁵³ Insere cópia de documento de janeiro de 1229, que não foi individualizado neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

villa a esa segunda poboança derom o concelho esse herdamento desse cavalevro aos freyres do Tempre per esmola(?) e daly hom agora o que o comendador de Salvaterra lavra e juntarom com esse herdamento outros herdamentos muytos que ganharom de confreyres de compra e de doaçon en guisa que o mays que agora lavram en na folha que chamam de Sam Domingos todo o overom de confreyres e de doações e de conpras.

Item en outro rool andavam scritas estas razoes que aqui som scritas.

Senhor como certo seja en manifesto que en Eydanha hue a ser do noso bispado os bispos e os coonigos que forom ante de nos ouvese hy casas e vinhas almoynhas conchousos e herdades en que lavravam por pam quando era nossa que a ouve poboada el rey dom Sancho vosso tio des que esse rey deu os dereytos que avia en Eydanha aos freyres do Tenpre esses freyres per sa outyrydade entraram e filharam a nossa eygreja e teenha agora contra nosa voontade e teem forçadamente esas casas conchousos almoynhas e vynhas e herdades por que vos pedimos por mercee que nos hergades força desses freyres e que façades aa nossa eygreja entregar as sobreditas cousas ca podese provar pelos homeens boons e pela fama plobyca da terra caes herdades e caes casas vynhas e conchousas almoynhas forom do enleyto de Ydanha dom Pero Ramirez e das pesoas e dos coonigos dessa eygreja nossa.

Item como el rey dom Sancho voso tio ouvesse dado foro aos poboadores d'Eydanha e os bispos nosos antecesores que eram hy vizynhos e herdades e a nos outrosy que entramos en seu logar asy como socesor deles em nome da hygreja e erdeyro e en ese foro seja conteudo que Eydanha e os moradores dela nom seram dados em prestamo nem ajam outro senhor senam rey ou seu filho. Nos asy como vyzynho e procurador do concelho d'Eydanha a Velha pedimos vos por mercee que nos guardedes een esto o foro que nos deu el rey dom Sancho voso tio e que nos ergades e desfaçades a força que nos el fez en dar nos contra o foro dese logar aos freyres do Tempre porque se desprobou a terra e de quem nos recebemos muytas forças.

Item como el rey dom Sancho voso tiio quando poboou a cydade de Eydanha lhe ouvesse dado termo demarcado por certos marcos e dentro deses marcos no termo desa Eydanha o mestre dom Pero Alvitez sen consentimento e contra voontade do concelho de Eydanha ouvese poboado Proença e outrosy dom Stevão de Beumente⁷⁵⁴ [sic] freyre desa Ordin ouvese pobrado Rosmarynhal dentro dos marcos do termho de Eydanha a Velha e tenham ora os freyres esses dous logares contra voontade do concelho da Eydanha a Velha cujus devem seer e que devem servir e fazer reverença come aldeyaães a seus cydadaães onde ham termho e foro pedimos vos por mercee que juigedes aa cydade de Eydanha a Velha Proença e o Rosmarynhal por sas aldeyas poys stam en seu termho segundo que parece pelo foro de Eydanha a Velha.

⁷⁵⁴ Trata-se de D. Estêvão de Belmonte, mestre nos três reinos.

Item como en o foro de Eydanha a Velha seja conteudo que os da Eydanha non possam dar nen vender herdamentos homeens d'Ordin e ese concelho de Eydanha ouvese dado os herdamentos de C[...] a Martim Perna seu vyzyo esse Martim Perna esses herdamentos con a aldeya poboada en eles que fazya foro e serviço con a cydade de Eydanha a el rey e ao reyno deu essa aldeya contra o foro de Eydanha a Ordin do Tempre e enalheou a ao concelho e ao reyno en guysa que macar [*sic*] seja no termho d'Eydanha poboada non ha dela o concelho de Eydanha nenhun serviço nen consentem os freyres que os de Eydanha ajam eensa aldeya herdamentos.

Item como o meestre dom Martim Martinz e os freyres da Orden do Tenpre quando pobraron Segura ouvesem tomado gran parte dos herdamentos do termo de Eydanha a Velha e os ouvesem dado aos de Segura e tenham ora e lavrem esses herdamentos contra a vontade do concelho de Eydanha a Velha pedimos vos mercee que mandedes entregar esses herdamentos ao concelho de Eydanha e que lhes hergades en esto força dos freyres e dos de Segura e que lhe mandedes entregar ao concelho de Eydanha con a pea que ela hy som aaqueles que o alheo filhan per sa autyrydade ou per força. Item Domingos Ramirrez disse que o papa que legytymou os filhos d'el rey dom Afonso revogou totalas doações que el rey dom Sancho fezera das cousas do reyno e teendo el rey o pryvilegio do papa e por ende nan podem os freyres dizer que de dereyto devam aver Eydanha a Velha nem Salvaterra nem podem dizer contra o bispo da Guarda que ajam trastenpado en nenhuas desas doações por tenpo de quarenta anos poys lho deu aquele que non podia enalhear nenhuma cousa do reyno porque avia perdudo o syso.

As quaes cousas leudas o dicto Afonso Dominguez demandou a mim Joham Nicolao sobredito tabalyon o tralado delas so meu synal.

Feyto foi este traslado na Guarda viinte e sete dias de abril na Era de mil e trezentos e quarenta e cinque anos. Testemunhas Pero Roiz Afonso Perez tabalyões. Lourenço Martins clerygo do bispo da Guarda. Stevam Salvadores clerigo do dito Afonso Dominguez. E eu Joham Nycolau sobredito tabalyom que este traslado screvi en este meo sy-[SINAL NOTARIAL] nal hy fyz.

568. 1307.08.18 – Lisboa

D. Martinho de Oliveira, arcebispo de Braga, D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, Fr. Estêvão, custódio dos Franciscanos de Lisboa, mestre João das Leis e Rui Nunes sentenciam a favor de D. Dinis na questão das vilas e castelos da Ordem do Templo de Idanha-a-Velha, Salvaterra, Soure, Pombal, Ega e Redinha.

ANTT. *Gavetas, Gav.* 12, mç. 1, n.º 7 (inserto em documento de 1309.11.27 – Lisboa e cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fl. 104r (inserto em documento de 1309.11.27 – Lisboa, que está inserto em documento de 1315.10.12 – Lisboa [B]); ANTT. *Leitura Nova, Reis*, liv. 2, fl. 3r

Publ. Lopes 1962-1963, pp. 83-85; *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 73, pp. 235-236

Era de mil e trezentos e quarenta e cinque anos dez e oyto dias d'agosto en Lixboa. Dom Martinho arcebispo de Bragaa e dom Johane bispo de Lixboa e o Custodio e maestre Johane e Rui Nuniz juizes dados por el rei antre el per Domingos Martinz seu procurador da huma parte e dom Vaasco Fernandez maestre do Tenpre por si con nos freires da dicta Ordim da outra sobre villas e castellos convem a saber Eydanha a Velha e Salvaterra e Soyre e Poonbal e Ega e a Redinha as quaes villas e castellos dizia o dicto procurador que eram d'el rei e deviam seer de dereyto e o dicto maestre e freires dizendo que nom avyam poder de o meter a preito. E entom os dictos juizes disserom que achavam de custume e de dereyto que o dicto maestre e freires responderam sobre qualquer demanda ata qui perdante a sa corte ou perdante os seus juyzes que el desse e julgarom que respondesem. Et o dicto maestre e freyres pidirom tempo pera aver conselho sobre la dicta demanda e pera tragerem seus privilegios e sas deffensões convem a saber do dia sobredicto que este scripto he fecto a nove meses primeyros que veem. E o dicto maestre por si e polos dictos freires pidiu ho trelado deste scripto e os dictos juizes mandarem lho dar. E eu Affonso Reymondodous scriptos screvi fectos de huum tehor no dicto dia e na dicta era per mandado dos dictos juizes dou ende ho huum scripto a el rei ou ao dicto seu procurador et outro aos dictos maestre e freires. En testemunho de verdade. Nos arcebispo a vimos. Magister Johanis vidit. Episcopus Ulixbone. Custos vidit. Rui Nuniz.
[...]

569. 1307.10.04

D. Estêvão Lourenço, comendador de Longroiva, pede que lhe seja passada cópia do foral de Vila Franca de Numão atribuído por D. Martinho Nunes, mestre da Ordem do Templo, em 1253.05.19. ANTT. Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares, mç. 1, n.º 36

[...]

Esta carta leuda per mim Pero Martinz caballeiro de Longronha pedio me en frey don Stevam Lourenço comendador de Longronha este teor. Testemunhas Joham Paiz. Joham Dominguz e Pedro Garcia. Martim Marcus e Domingos Montesinho. E eu taballiom sobredicto que este teor scrivi de vervo a vervo e meu sinal y pugi que tal [SINAL NOTARIAL] este.

Feito o teor IIIIº dias de Oytubro Era de mil e trezentos e quarenta e cinco anos.

570. 1308.06.29/30 – Ega, Redinha e Soure

Publicação da carta de D. Dinis pela qual toma posse das vilas e castelos de Ega, Redinha e Soure que lhe foram julgados por sentença de 1305.06.23.

ANTT. Gavetas, Gav. 12, mç. 7, n.º 19 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Reis*, liv. 2, fls. 19v-20r

Publ. Lopes 1962-1963, pp. 80-83

Conhoscam todos quantos este testemuynho virem e leer ouvirem que em perçenssa de mym Fernando Esteveez tabelyom de Soury e das testemunhas adeante escritas Joham d'Amarante porteyro de nosso senhor el rey mostrou e leer feez huuma carta aberta seelada do verdadeyro seelo de el rey da qual carta o teor de vervo a vervo tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1305.06.23 – Porto*]

A quall carta leuda e poobrycada o dito Joham d'Amarante porteyro de nosso senhor el rey pediu a Martim Annes almoxarife da Ega que lhy entregrase a dicta Ega en logo de revelya pera el rey com todos seus dereytos e pertenças como mays e millhor senpre ouvera e de dereyto devia a aver. E o dito Martim Anes almoxaryfe da dicta Ega fez entrega e entregou pera rua e per porta e per chaves e per obra ao dicto Joham d'Amarante porteyro de nosso senhor el rey a dicta Ega com todos seus termhos e pertenças e dereytos que a dicta Ega a e des aquy adeante de dereyto deve a aver. E logo prezente essa hora o dicto Joham d'Amarante porteyro de nosso senhor el rey recebeu a dicta Ega por el rey e en nome d'el rey em seu logo e deu se por entrege dela com todos seus termhos e pertenças e dereytos que ela a e daqui adeante millhor deve a aver en logo de revelia. E logo perzente em essa ora o dito porteyro per mandado de nosso senhor el rey assy como he contheudo na dita carta fez en logo e em nome d'el rey fez entrega e entregou a Pedro Martinz da criaçom de nosso senhor el rey a dicta Ega com todos seus termhos e pertenças e dereytos que ela [a] e daquy adeante millhor deve aver. E o dito Pedro Martinz recebeu a en logo e en nome d'el rey a dicta Ega e deu se por entregue della. Feyta foy esta entrega na Ega XXIX dias de junho na Era de M^a e CCC^a X^{La} VI anos. Perzentes Stevam Martinz juiz da Ega e Joham Vivas e Pedr'Eannes e Thome Esteveez e Stev'Eannes tabellyom de Soury.

E ese mesmo dia o dicto porteyro veo a Soury e fez leer a dita carta perdante Martim Piriz alcaide e almoxarife de Soury e pediu lhy o castelo e vila de Soury com todos seus termhos e pertenças e dereytos que ela a e daquy adeante millhor deve a aver que lha desse pera el rey assy como era contheudo na dita carta do dito alcaide e almoxarife. Fez entrega e entregou a dicto porteyro por el rey e en lo nome d'el rey o castelo e a villa de Soury com todos seus termhos e pertenças e dereytos que ela a e de dereyto deve a aver. E o dito porteyro em nome e en logo d'el rey recebeu e deu seu [sic] por entrege do dicto castelo e da vila de Soury e de todolos termhos e pertenças e dereytos que ela a e de dereyto deve a aver. E logo presente essa ora o dito porteyro fez entrega e entregou por el rey en nome e logo d'el rey ao dito Pedro Martinz o castelo e a vila de Soury com todos seus termhos e com todas sas pertenças e com todolos dereytos que a e millhor deve a aver. E o dito Pedro Martinz recebeu por el rey e en nome e logo d'el rey o castelo e a vila de Soury en logo de revelya e deu se por entrege dela assy como de susodicto he. Feytas forom estas entregas no dya e na era de susodicta. Perzentes Duram Martinz e Pero Cibraaos juyzes de Soury. E Martim Gil e Nicolao Gil. Stevam Dominguez e Affonso Johanes tabelyom em Soure e outros omeens boons.

E no outro dia XXX dias dias [sic] de junho da Era M^a CCC^a R^a VI anos o dicto Martim Piriz almoxarife de Soury e da Redinha fez entrega e entregou a Joham d'Amarante porteyro de nosso senhor el rey a Redynha com todos seus termhos e perteenças e dereytos que ea ha e de dereyto devia a aver. E o dicto porteyro deu se por entrege em nome e en logo d'el rey da dita Redinha e de totalas cousas⁷⁵⁵ e direitos que ela a. E logo a essa ora o dito porteyro fez entrega e entregou ao dito Pedro Martinz a dita Redynha por el rey en nome d'el rey en logo de revelia. E o dito Pedro Martinz a recebeu por nosso senhor el rey e deu se por entrege dela. En testemuynho das cousas sobredictas o dicto porteyro pediu a mym davandicto tabelliom este testemuynho. Eu dey o a el so meu synal que tal he [SINAL NOTARIAL] en testemuynho de verdade. Feyto foy este testemuynho na Ega e en Soury e na Redynha. Os que perzentes forom aa entrega a da Redinha Joham Paez juyz da Redinha. Stevam Martinz e Lourenço Eanes e Joham de Barvosa e Stevam Joanes tabelyom de Soury testes.

571. 1308.08.12 – Poitiers [A]

O papa Clemente V, pelas letras «Regnans in celis», dirigidas aos reis de França, Castela, Maiorca, Navarra e Portugal, e arcebispos de Sevilha, Toledo, Tarragona, Compostela e Braga, convoca-os para o Concílio de Vienne, França, designando ainda os prelados que deviam tomar posse nele. Por esta bula decreta a supressão da Ordem do Templo.

AV. Reg. Vat. 55, fls. 237r-239v

Publ. *Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*, tomo IV, pp. 187-192⁷⁵⁶; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, pp. XXIII-XXIV (cuja lição se segue)

Clemens papa quintus. Carissimo in Christo filio Philippo regi Franchorum illustri. Regnans in celis triumphans ecclesia cuius pastor eternus [...] ad apicem summi pontificatus initium etiam antequam Lugduni, ubi recepimus nostre coronationis insignia, veniremus et post tam ibi quam alibi secreta quorumdam nobis insinuatio intimavit quod magister, preceptores et alii fratres dicte militie Templi et etiam ipse ordo qui ad defendendum [...] [fi. 238v] [...] honore poterimus admitteremus. Datum Pictavis, II Idus augusti. [Pontificatus nostri anno tertio. Datum die 12 augusti 1307] In eodem modo Jacobo regi Aragonum illustri. In eodem modo Fernando regi Castelle et Legionis illustri. In eodem modo Ludovico regi Navarre illustri. In eodem modo Dionisio regi Portugalie illustri. [...] [fl. 239v] [...] In eodem modo archiepiscopo Compostellano et episcopis, etc. mandamus quatenus vos fratres archiepiscopo et Salamantine Ulixbonensis et Legionensis episcopi etc. [...] In eodem modo archiepiscopo Bracharensi et episcopis, etc. mandamus quatenus vos fratres archiepiscopo et Portugalensis Colimbriensis et Tudensis episcopi etc.

⁷⁵⁵ Segue-se uma palavra rasurada.

⁷⁵⁶ Datado de 1307.

572. 1308.08.12 – Poitiers [B]

O papa Clemente V, pelas letras «Ad omnium fere notitiam», dirige-se aos arcebispos de Reims, Braga, Sevilha, Compostela e Toledo, sobre a conservação e recuperação dos bens dos Templários.

AV. Reg. Vat. 55, fls. 203-204

Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, pp. XVIII-XIX (cuja lição se segue)

Littere contra ordinem Templi. Ad perpetuam rei memoriam. Ad omnium fere notitiam credimus pervenisse nephanda scelera et crimina abhorrenda, heresim notorie sapientia, quibus ordo et persone Templariorum non levibus argumentis, set manifestis inditiis et violentis presumptionibus diffamati noscuntur [...]. Datum Pictavis II Idus augusti, anno tertio. Venerabili fratri⁷⁵⁷ archiepiscopo Remensi. Cum nos pro recuperandis et integraliter conservandis bonis ordinis et personarum Templariorum diversos processus fecerimus et sententias duxerimus proferendas, prout in litteris nostris confectis super hiis plenius continetur, nos nolentes quod huiusmodi processuum et sententiarum ignorantia quisquam valeat se tueri, fraternitati tue mandamus quatenus litteras ipsas, quas tibi per latorem presentium destinamus, recipere ipsasque per tuam civitatem et diocesim ac provinciam in ecclesiis, dum missarum solempnia celebrantur, et locis aliis, de quibus expedire videris, per te vel alium seu alios loco tui et suffraganeos tuos et tuorum et eorum subditos solempniter publicari et exponi facere in vulgari procures. Datum ut supra, II Idus augusti [...]. In eodem modo archiepiscopo Bracharensi⁷⁵⁸. In eodem modo archiepiscopo Yspalensi⁷⁵⁹. In eodem modo archiepiscopo Compostellano⁷⁶⁰. In eodem modo archiepiscopo Toletano⁷⁶¹.

573. 1308.08.12 – Poitiers [C]

O papa Clemente V, pelas letras «Faciens misericordiam», nomeia comissões a fim de inquirirem sobre os bens dos Templários nas províncias eclesiásticas de Braga, Sevilha, Compostela e Toledo.

AV. Reg. Vat. 55, fls. 204-209

Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, pp. XIX-XX (cuja lição se segue)

Faciens misericordiam cum servo suo [...]. Datum Pictavis, II Idus augusti, pontificatus nostri anno tertio. In eodem modo venerabilibus fratribus⁷⁶² Compostellano et⁷⁶³ Tholetano archiepiscopis et⁷⁶⁴ Palentino ac⁷⁶⁵ Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum ac magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri

⁷⁵⁷ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁵⁸ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁵⁹ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶⁰ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶¹ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶² Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶³ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶⁴ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶⁵ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

Aymerico de Navis ordinis Predicatorum usque ad Toletanam civitatem et diocesim ac provinciam, etc., usque in Ispaniam constitutum, etc. Quod si non omnes septem etc. [fl. 205v] In eodem modo eisdem, usque ad Compostellanam civitatem, diocesim et provinciam, etc., usque in Yspaniam constitutum, etc. In eodem modo eisdem usque ad Ispalensem civitatem et diocesim et provinciam, etc., usque in Yspaniam constitutum [...] [fl. 207v] In eodem modo⁷⁶⁶ Tholetano et⁷⁶⁷ Compostellano archiepiscopis ac⁷⁶⁸ Palentino et Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum et magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis fratrum Predicatorum usque ad civitatem et diocesim ac provinciam Yspalensem personaliter accedentes una cum venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Yspalensi eiusque suffraganeis, quibus vos, etc., usque in Yspaniam constitutum, etc. Testes, etc., invocato, etc. Quod si non omnes, etc. Datum ut supra [...] [fl. 208] [...] In eodem modo episcopo Portugalensi et dilectis filiis magistro Bertrando de Mediolano, archipresbytero canonice Decumanorum, capellano nostro, et Pontio de Rapistagno, sacriste ecclesie sancti Pauli Narbonensis, usque ad Bracharensem civitatem et diocesim ac provinciam, etc., usque degentes, etiam si aliunde venerint vel illuc forsitan, etc., usque in regno Portugalie constitutum, etc. Testes, etc. Inocato, etc. Quod si non omnes, duo, etc. [...] In eodem modo archiepiscopo Compostellano⁷⁶⁹, et⁷⁷⁰ Palentino ac⁷⁷¹ Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum ac magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis fratrum Predicatorum usque ad Toletanam civitatem et diocesim ac provinciam, ut supra, usque dicti ordinis in Yspaniam constitutum, etc. Testes, etc. Inocato, etc. Quod si non omnes, sex, etc., nostre etiam inten[tionis] ex[istit] et vo[lumus] quod idem archiepiscopus una vobiscum aut sex, etc. In eodem modo Toletano et Palentino ac Ulixbonensi et aliis supra proximis usque ad Compostellanam civitatem et diocesim ac provinciam, etc., usque in Yspaniam constitutum, etc., per totum, ut supra proxima [...] [fl. 209] [...] In eodem modo archiepiscopo Bracharensi et eius suffraganeis. Salutem, etc., usque una cum venerabilifratre⁷⁷² episcopo Portugalensi et dilectis filiis magistro Bertrando de Mediolano, archipresbytero canonice Decumanorum Mediolanensi, capellano nostro, ac Pontio de Rapistagno, sacrista ecclesie sancti Pauli Narbonensis, vel duobus, etc., usque in regno Portugalie constitutum, usque presumatis. Datum, etc. In eodem modo

⁷⁶⁶ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶⁷ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶⁸ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁶⁹ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁷⁰ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁷¹ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁷² Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

archiepiscopo Compostellano et eius suffraganeis usque una cum venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Toletano et Palentino ac Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum ac magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis Predicatorum vel sex, quinque, etc., usque in regno Ispanie constitutum, etc., usque presumatis. Datum, etc. In eodem modo⁷⁷³ archiepiscopo Ispalensi et eius suffraganeis usque una cum Tholetano et Compostellano archiepiscopis et Palentino, etc., ut supra proximo, usque vel septem, etc., usque in regno Ispanie constitutum. Datum, etc. In eodem modo archiepiscopo Toletano, etc., ut supra proxima per totum.

574. 1308.08.12 – Poitiers [D]

O papa Clemente V, pelas letras «Deus ultiorum Dominus», dirigidas ao arcebispo de Braga e bispo de Porto, nomeia-os administradores dos bens dos Templários em Portugal.

AV. Reg. Vat. 55, fls. 212r-213r

Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, pp. XX-XXI (cuja lição se segue)

Venerabilibus fratribus⁷⁷⁴ Maguntino [...] archiepiscopis [...] Deus ultionum Dominus [...]. Datum Pictavis, II Idus augusti, anno tertio [...] [fl. 212v] [...]. In eodem modo⁷⁷⁵ Toletano et⁷⁷⁶ Compostellano archiepiscopis ac Palentino et Ulixbonensi episcopis, curatoribus, etc., in regnis Castelle et partibus deputatis, usque in regno Castelle et partibus consistentium, etc., usque Datum [...] [fl. 213] [...]. In eodem modo [...] archiepiscopo Bracharensi et episcopo Portugalensi, curatoribus, etc., in regno Portugalie deputatis a nobis usque in regno Portugalie consistentium in spiritualibus et temporalibus, etc., usque reddere rationem. Preterea cum certos et speciales nuntios, de quorum industria et legalitate confidimus, per inquisitionem in eodem regno Portugalie et partibus contra ordinem prelibatum et singulares personas ipsius ordinis faciendam certis modis, prout in aliis nostris litteris continetur, illuc presentialiter destinemus et unicuique ipsorum certam et distinctam pecunie quantitatem pro suis et ipsorum familie expensis et necessariis per diversas nostras litteras certis modis duxerimus deputandam, volumus ut, cum per eas vel ipsorum certos nuntium sive nuntios in litteris ipsis vobis plene constiterit et super hoc fueritis requisiti, cuilibet ipsorum vel certis nuntio sive nuntiis eorumdem de bonis prefatis ordinatam pecunie quantitatem ac in ipsis expressam litteris, prout vos continget, iuxta ipsarum litterarum tenores solvere ac exhibere curetis in predicta ratione reddendam atque computandam fraternitatem vestram, etc., ut informa, usque Datum, etc.

⁷⁷³ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁷⁴ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁷⁵ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁷⁷⁶ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

575. 1308.08.12 – Poitiers [E]

O papa Clemente V convoca D. Dinis para o Concílio de Vienne (França), que teria lugar em outubro de 1310 (de facto, realizou-se entre outubro de 1311 e maio de 1312) e onde se iriam tomar importantes resoluções acerca da Ordem do Templo. Acrescenta ainda que já convocara diversos prelados para também estarem presentes. Trata-se da bula «Regnans in coeli» que determina a supressão da Ordem dos Templários.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 5, n.º 5⁷⁷⁷ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 1r-3v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 1.ª parte, fls. 7r-9r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 735, fls. 11v-16r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 3-8
Publ. *Gavetas (As)*, vol. II, pp. 439-445⁷⁷⁸

Clemens episcopus servus servorum Del carissimo in Christo filio Dyonisio regi Portugalie illustri salutem et apostolicam benedictionem. Regnans in ecclesis triumphans ecclesia cujus pastor est pater eternus cui sanctorum ministrant agmina et laudis gloriam angelorum chori decantant in terris ad sui similitudinem et representationem constitult ecclesiam militantem unigenito fillo Dei vivi Domino Jhesu Christo ineffabili comercio copulatam in qua idem unigenitus Dei filius a patre progrediens per illustrationem paracliti procedentis pariter ab utroque statuit fidei fundamentum. Sane romana ecclesia mater alma fidellum caput est disponente Domino ecclesiarum aliarum omnium et magistra a qua veluti a primitivo fonte ad singulas alias eiusdem fidei rivuli derivantur ad cuius regimen voluit Christi clementia romanum Pontificem vice sui deputare ministrum ut instructionem et doctrinam ipsius eloquio veritatis evangelice traditam cuncti renati fonte baptismatis tenant et conservent et qui sub hac doctrina cursum vitae recte peregerint salvi fiant cui vero ab ea deviaverint condempnentur. Ipsa nempe romana mater ecclesia iuxta exigentiam possibilitatis ipsius ad cunctas orbis provincias in quibus divini nominis cultus juget fideique catholice observantia rutilat intultum sedule desiderationis extendens ac subjacens ab olim sue considerations examini diuturne calamitatis angustias illius specialis hereditatis dominice videlicet Terre Sancte ab infidelibus miserabiliter conculcare in qua idem Patris eternis fillus nostre carnis indumento contactus salutem humani generis pietate ineffabili extitit operatus quamquam sua ipse voluit corporall insignire presentia et proprii aspersione sanguinis consecrare multa sollicitudine studuit eidem terre retroactis temporibus quibus potuit remediis ut eriperetur ab ipsis impiis subvenire. Et quia inter ceteros quos professio christiane religionis includit milites et fratres domus militie Templi Jerosolimitanensis sicut est tot orbi notorium tanquam speciales ejusdem fidei pugiles et iamdicte terre precipui defensores ipsius terre negotium principaliter gerere videbantur ipsos et eorum ordinem prefata ecclesia specialis favoris plenitudine prosequens es adversus Christi hostes crucis armavit

⁷⁷⁷ Documento com dobras no pergaminho. Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova*, Livro dos Mestrados, fls. 1r-3v.

⁷⁷⁸ Datado de «Pitavia, 1307, Agosto, 12».

signaculo multis exaltavit honoribus ditavit facultatibus et diversis libertatibus et privilegiis communivit. Hii nimirum cum crederentur in Domini servitio sub regulari habitu fideliter militare sibi quasi cunctorum manus fidelium cum multiplici erogatione [bonorum sentiebant multipharie multisque] modis propterea adiutrices. Sed prohdolor nova et calamitosa vox de malignitatis fratrum ipsorum enormitate progrediens nostrum replevit immoverius perturbavit auditum. Haec enim vox nuntia lamentationis et gemitus audientibus horrorem ingerit commovet animos mentes turbat et cunctis fidei christiane cultoribus novae et ineffabilis amaritudinis calicem subministrat et dum facti seriem eius necessitate poscente depromimus noster atenuatur pre angustia spiritus et valitudinis fatigata confractibus membra singula pre nimio dolore tabescunt. Dudum siquidem circa nostrae promotionis ad apicem summi pontificatus initium etiam antequam Lugdunum ubi recepimus nostre coronationis insignia veniremus et post tam ibi quam alibi secreta quorundam nobis insinuatō intīmavit quod⁷⁷⁹ magister praeceptores et alii fratres ordinis dicte Militie Templi et etiam ipse ordo qui ad defensionem patrimonii ipsius Domini Nostri Jesus Christi fuerant in transmarinis partibus deputati contra ipsum Dominum in seclus apostasie nephandum detestabile idolatriae vitium execrabile facinus sodomorum et hereses varias erant lapsi sed quia non erat verisimile nec credibile videbatur quod viri tam religiosi qui praecipue pro Christi nomine suum sepe sanguinem effundere ac personas suas mortis periculis frequenter exponere credebantur quique multa et magna tam in divinis officiis quam in ieiuniis et aliis observantiis devotionis signa frequentius pratendebat sue sic essent salutis immemores quod talia perpretarent huiusmodi insinuationi ac delationi ipsorum eiusdem Domini Nostris exemplis et canonicè scripture doctrinis edocti aures noluimus inclinare. Deinde vero carissimus in Christo filius nostri Philippus francorum rex illustris cui eadem fuerant facinora nuntiata non tipo avaritiae cum de bonis Templariorum nichil sibi vindicare vel appropriare intendebat immo ea nobis et ecclesiae per deputandos a nobis super hoc administranda governanda conservanda et custodienda liberaliter ac devote in regno suo dimisit manum suam exinde totaliter amovendo sed fidei orthodoxe fervore suorum progenitorum vestigia clara sequens accensus de premissis quantum licite potuit se informans ad instruendum et informandum nos super hiis multas et magnas nobis informationes per suos nuntios et licteras destinavit. Infamia vero contra Templarios ipsos increbrescente validius super sceleribus ante dictis et quia etiam quidam miles eiusdem Ordinis magne mobilitatis et qui non levis opinionis in dicto Ordine habebatur coram nobis secreto iuratus deposuit quod in receptione fratrum prefati Ordinis hec consuetudo vel verius corruptela servatur quod ad recipientis vel ab eo deputati suggestionem qui recipitur Christum Jesum negat et super crucem sibi ostensam spuit

⁷⁷⁹ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do mestre.

in vituperium crucifixi et quedam alia faciunt recipiens et receptus que licita non sunt nec humane conveniunt honestati prout ipse tunc confessus extitit coram nobis urgente nos ad id officii nostri debito vitare nequivimus quin tot et tantis clamoribus accomodaremus auditum. Set cum demum fama publica deferente ac clamosa insinuatione dicti regis necnon et ducum comitum et baronum et aliorum nobilium cleri quoque ac populi dicti regni francorum ad nostram propter hoc tam per se quam per procuratores et syndicos presentiam venientium quod dolenter referimus ad nostram audientiam pervenisset quod⁷⁸⁰ magister preceptores et alii fratres dicti Ordinis et ipse ordo prefatis et pluribus aliis erant criminibus irretiti et praemissa per multas confessiones attestaciones et depositiones prefati magistri et plurium praeceptorum et fratrum Ordinis prelibati coram multis prelatis et heretice pravitate inquisitore in regno Francie factas habitas et receptas et in publicam scripturam redactas nobisque et fratribus ostensas probari quodam modo viderentur et ac nichilominus fama et clamores predicti in tantum invaluisse et etiam ascendissent tam contra ipsum Ordinem quam contra personas singulares eiusdem quod sine gravi scandalo prateri non poterant nec absque iminenti periculo tolerari. Nos illius cuius vices licet immeriti in terris gerimus vestigiis inherentes ad inquerendum de predictis ratione previa duximus procedendum multosque de preceptoribus presbiteris militibus et allis fratribus dicti Ordinis reputationis non modice in nostra presentia constitutos prestito ab eis juramento quod super premissis meram et plenam nobis dicerent veritatem super predictis interrogavimus et usque ad numerum septuaginta duorum examinavimus multis et fratribus nostris nobis assistentibus diligenter eorumque confessiones per publicas manus in autenticam scripturam redactas illico in nostra et dictorum fratrum nostrorum presentia ac deinde interposito aliquorum dierum spatio in consistorio legi fecimus coram ipsis et illas in suo vulgari cuilibet eorum exponi qui perseverantes in illis eas expresse ac sponte prout recitate fuerant approbarunt. Postque cum magistro et precipuis praeceptoribus praefati Ordinis intendentes super premissis inquirere per nos ipsos ipsum magistrum ac⁷⁸¹ Franciae⁷⁸² Terrae Ultramarine⁷⁸³ Normanie⁷⁸⁴ Aquitanie⁷⁸⁵ ac⁷⁸⁶ Pictavie praeceptores maiores nobis pictavis existentibus mandavimus presentari. Sed quoniam quidam ex eis si infirmabantur tunc temporis quod equitare non poterant nec ad nostram presentiam quoquo modo adduci. Nos cum eis scire volentes de premissis omnibus veritatem et an vera essent que continebantur in eorum confessionibus et depositionibus quas

⁷⁸⁰ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do mestre.

⁷⁸¹ Segue-se um espaço entre dois pontos.

⁷⁸² Segue-se um espaço entre dois pontos.

⁷⁸³ Segue-se um espaço entre dois pontos.

⁷⁸⁴ Segue-se um espaço entre dois pontos.

⁷⁸⁵ Segue-se um espaço entre dois pontos.

⁷⁸⁶ Segue-se um espaço entre dois pontos.

coram inquisitore pravitatis haeretice in regno Francia presentibus quibusdam notariis publicis et multis allis bonis viris dicebantur fecisse nobis et fratribus nostris per ipsum inquisitorem sub manibus publicis exhibitis et ostensis dilectis filiis nostris Berengario tituli sanctorum Nerei et Achillei et Stephano tituli Sancti Ciriaci in Termis presbiteris ac Landulfo Sancti Angeli diacono cardinalibus de quorum prudentia experientia et fidelitate indubitata fiduciam obtinemus commisimus et mandavimus ut ipsi cum prefatis magistro et preceptoribus inquirerent tam contra ipsos et alias singulares personas dicti Ordinis generaliter quam contra ipsum Ordinem super premissis cum diligentia veritatem et quidquid super hiis invenirent nobis referre ac eorum confessiones et depositiones per manum publicam in scriptis redactas nostro apostolatui deferre ac presentare curarent eisdem magistro et preceptoribus absolutionis beneficium a sententia excommunicationis quam pro premissis si vera erant incurrerant si absolutionem humiliter ac devote peterent ut debebant iuxta formam ecclesiae impensuri cui cardinales ad ipsos magistrum et preceptores personaliter accedentes eis sui adventus causam exposuerunt et quoniam tam persona quam res ipsorum et aliorum Templariorum in regno [Francia consistentium in manibus nostris] erant quod libere absque metu cuiusquam plene ac pure super premissis omnibus ipsis cardinalibus dicerent veritatem eis auctoritate apostolica iniunxerunt qui magister et preceptores Francie Terre Ultramarinae Normanie Aquitanie ac Pictavie coram ipsis tribus cardinalibus presentibus quatuor tabellionibus publicis et multis allis bonis viris ad sancta Dei evangelia ab eis corporaliter tacta prestito iuramento quod super premissis omnibus plenam et meram dicerent veritatem coram ipsis singulariter libere ac sponte absque coactione qualibet et terrore deposuerunt et confessi fuerunt inter cetera Christi abnegationem et spuitionem super crucem cum in Ordine Templi recepti fuerunt et quidam ex eis se sub eadem forma scilicet cum abnegatione Christi et spuitione super crucem fratres multos recepisse sunt etiam quidam ex eis quedam alia horribilia et inhonesta confessi que ut eorum ad presens parcamus verecundie subticemus dixerunt preterea et confessi fuerunt esse vera que in eorum confessionibus et depositionibus continentur quas dudum fecerat coram inquisitore heretice pravitatis que confessiones et depositiones dictorum magistri et praeceptorum in scripturam publicam per quatuor publicos tabelliones redacte in ipsorum magistri et praeceptorum et quorundam aliorum bonorum virorum presentia ac deinde interposito aliquorum dierum spatio coram ipsis eisdem lecte fuerunt de mandato et in presentia cardinalum predictorum et in suo vulgari exposite cuilibet eorundem. Qui perseverantes in illis eas expresse ac sponte prout recitate fuerant approbarunt et post confessiones et depositiones huiusmodi ab ipsis cardinalibus ab excommunicatione quam pro premissis incurrerant absolutionem flexis genibus manibusque complois humiliter et devote ac cum lacrimarum effusione non modica petierunt. Ipsi vero cardinales quia ecclesia non claudit gremium redeunti ab eisdem magistro et preceptoribus heresi abiurata

expresse ipsis secundum formam ecclesie auctoritate nostra absolutionis beneficium impenderunt ac deinde ad nostram presentiam redentes confessiones et depositiones prelibatorum magistri et preceptorum in scripturam publicam per manus publicas ut est dictum redactas nobis presentaverunt et que cum dictis magistro et preceptoribus fecerant retulerunt ex quibus confessionibus et depositionibus ac relatione invenibus sepefatos magistrum et fratres in premissis et circa premissa licet quosdam ex eis in pluribus et alios in paucioribus gravit deliquise. Attendentes autem quod scelera tam horrenda transire incorretta absque Dei omnipotentis et omnium catholicorum iniuria non poterant nec debebant decrevimus de fratrum nostrorum consilio per ordinario locorum ac per alio fideles et sapientes viros ad hoc deputandos a nobis contra singulares personas ipsius ordinis necnon et contra [dictum ordinem per certas discretas personas] quas adhoc duximus deputandas super premissis criminibus et excessibus inquirendum. Hiis nempe que magis flere cogimur quam narrare cor nostrum passione nimia cruciatur et cum tanta proinde nobis immineat gemendi materia fletum non possumus declinare. Quisnam catholicus hec [audiens nimis non] doleat et prorumpat in luctum. Quis fidelis huiusmodi sinistram eventum intelgens amara non emictat suspiria verbaque lamentationis et inestitudinis non eructet cum tota christianitas huius doloris sint particeps et hic casus fideles percutiant universos. Ex hiis etiam dum ministerio debita considerationis nostra mentis presentantur obrutibus ignis in nostris meditationibus exardescit et ad tanta discrimina relevanda suspirat affectus celus accenditur et spiritus anxiatur adquod cum nos sufficeret comode non posset sciamus levamus oculos nostros ad montem montem quidem Dei montem uberem montem pinguem unde oportunum provenire nobis auxilium et humiliter petimus et devote speramus et quia salubre in hiis adhiberi remedium interest generaliter omnium. Nos cum eisdem fratribus nostris aliisque viris prudentibus exacto et frequenti tractatu prae habito prout tanta necessitatis instantia exigebat de ipsorum fratrum consilio universale concilium sicut imitatione digna Sanctorum Patrum consuetudo laudabilis longeve observationis exemplo nos instruit a proximis kalendis octobris ad duo annos immediate sequentes decrevimus congregandum ut in eo tam circa dictum ordinem et personas singulares et bona eiusdem et alia que statum tangunt fidel catholice quam circa recuperationem et subsidium Terra Sancta et reparationem ordinationem et stabilitatem ecclesiarum et ecclesiasticarum personarum et libertatum earum illa Deo auspice communi consilio inveniatur provisio et ejusdem approbatione consilli roboretur per cuius salutiferam executionem virtus altissimi elimatis erroribus roborata fide ad tramitem veritatis reductis errantibus reintegrata eiusdem fidei unitate extirpatis vitiis virtutibusque plantatis correctis excessibus moribus reformatis repressis oppressionibus libertate solida stabilitate munita recuperatis deperditis et eiusdem terre statu prospero reparato occupata restituat vastata restauret et restaurata conserve nobisque viam aperiat idem ipse qui

novit et facultatem tribuat ipse qui potest ut sic in praemissis iuxta intensum animi nostri desiderium sibi ministrare possimus salubriter quod idem verus eiusdem universalis sponsus ecclesie ipsam dilectam suam purgatam maculis munitam virtutum monilibus ac ornatam unam semper habeat et formosam ad sui nominis laudem et gloriam ad animarum profectum robur fidei pacem et exaltationem populi christiani. Quia vero prosecutio tanti propositi tempore indiget ut deductum maturius facilius autore Domino effectum debitum sortiatur predictum tempus ad id duximus deputandum. Unde venerabilibus fratribus nostris⁷⁸⁷ archiepiscopis et episcopis et dilectis filiis electis abbatibus prioribus decanis prepositis archidiaconis archipresbiteris et aliis ecclesiarum prelatis exemptis et non exemptis eorumque capitulis et conventibus per alias nostras litteras precipiendo mandamus ut idem archiepiscopi necnon et ceteri episcopi per ipsorum archiepiscoporum provincias constituti in eisdem litteris nominati reliquis ipsorum episcoporum in dictis provinciis remanentibus ad ea que pontificale officium exigunt tam in suis quam illorum dictarum provinciarum qui ad huiusmodi concilium universale accesserint civitatibus et diocesis exercenda omni negligentia religata cunctis prout talis et tanti negotii qualitas exigit dispositis et paratis sic medio tempore se accingant ad iter quod in huiusmodi decreto termino quem eis et aliis peremptorie assignamus in Viennense civitate nostra idem archiepiscopi et episcopi taliter nominati personaliter alii vero remanentes episcopi electi abbates priores decani prepositi archidiaconi archipresbiteri et prelati capitula et conventus per eosdem archiepiscopos et episcopos ad predictum concilium accessuros quibus ad omnia que in eodem concilio statuentur fient et ordinabuntur fuerint oportuna concedant plenariam potestatem de qua sufficienter constet per publica documenta conspectui representent. Quod si forsitan ipsis archiepiscopis et episcopis accessuris huiusmodi noluerint concedere potestatem eo casu venire vel alios procuratores idoneos cum potestate simul ad idem teneantur concilium destinare non obstantibus quibuslibet privilegiis seu indulgentiis quibusque personis Ordini dignitati seu collegio sub quacunque verborum forma vel expressione a predicta sede concessis per que possit effectus huiusmodi mandati nostri quomodolibet impediri aut idem in aliquo derogari mandavimus insuper ut idem archiepiscopi et prelati per se vel per alios prudentes viros Deum timentes et habentes pre oculis omnia que correctionis et reformationis limam expossunt inquirentes subtiliter et conscribentes fideliter eadem ad ipsius concilli notitiam deferant et nos nichilominus variis modis et viis solera studium et efficacem operam dare proponimus ut omnia talia in examen huiusmodi deducta concilii correctionem et directionem recipiant oportunam hoc etiam in eisdem nostris litteris adiecto ut nullus in obedientie notam et canonicè ultionis acrimoniam vitare desiderans fallacium excusationum velamento se muniat vel ex

⁷⁸⁷ Segue-se um espaço entre dois pontos correspondente à inicial do nome do arcebispo.

impedimentis itinerunt que Domino prava indirecta et in vias planas aspera sua omnipotentia convertente cessabunt frivule allegationis munimenta confingat ut a tam sancti prosecutione operis se subducat sed occurrant singuli voluntarii ad id quod et divine concruit voluntati et salutem animarum et utilitatem respicit singulorum ceterum quia multipliciter expedit ut tam celebre concilium tua et aliorum catholicorum principum decoretur presentia ut salubri concilio et auxilio fulciatur serenitatem regiam rogamus et hortamur attentius in remissione tibi pecaminum suadentes quatenus praescriptis loco et termino in eodem concilio captata interim ad hoc oportunitate studeas personaliter interesse meditatione provida prudenter attendens quod in hoc non solum labor quem ad tam sancti et utilis negotii promotionem assumes tibi cedit ad meritum verum etiam aliorum qui ad veniendum ad idem concillum efficacius tuo inducentur exemplo et nichilominus vota tua nobis poteris familiaris aperire que in omni benevolentia libenter ad exauditionis gratiam quantum cum Deo ac ecclesie honore poterimus admittemus. Datum Pictavis II idus augusti. Pontificatus nostri anno tertio.

576. 1308.12.30 – Toulouse

O papa Clemente V envia a D. Dinis a bula «Callidi serpentis vigil», pela qual ordenava a prisão dos Templários e a sua entrega às autoridades eclesiásticas.

ANTT. *Bulas*, mc. 2, n.º 12 (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 1.ª parte, fls. 9v-10v⁷⁸⁸; BNP. *Fundo Geral*, n.º 735, fls. 16v-18r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 112-115

Clemens episcopus servus servorum Dei. Charissimo in Christo filio Dionisio regi Portugaliae illustri salutem et apostolicam benedictionem. Callidi serpentis vigil circuitus quosdam lupos sub ovilis velleris specie latitantes ad ovile transmittit dominicum ut mactent crudelius et disperdant quos fidei vivificat sacramentum et unit in unum habitantes unius moris in domo indissolubile vinculum caritatis. Quare nos quibus licet immeritis disponente Domino eiusdem gregis est cura commissa eo vigilantius n[oc]tis oportet observare vigiliis temporibus vocati novissimis quo humani generis inimicus in fideles Christi sevit nequius sciens quia modicum tempus habet ad tuam siquidem charissime fili et omnium fere notitiam pervenisse iam credimus qualiter ordo et persone Templariorum qui ad defensionem patrimonii eiusdem Domini Nostri Jhesu Christi in transmarinis partibus faciant deputati a via unitatis prorsus aversi contra ipsum Dominum in scelus apostasie nephandum et hereses varias non levibus argumentis sed violentis presumptionibus non immerito incidisse creduntur. Sicquod infamia contra eos super his excrebescente validius et imminentibus scandalis plurimis que non leviter totam scandalizabant ecclesiam

⁷⁸⁸ Datado de 3 de janeiro.

urgente conscientia Templarios ipsos per totum orbem terrarum iam dudum capi mandavimus et personaliter detineri. Et tandem presentatis nobis certis personis dicti Ordinis grandi quidem numero nec levis sed magne auctoritatis viris olim in Ordine supradicto sacerdotibus preceptoribus militibus et servientibus per eorum confessiones et depositiones spontaneas libere factas coram nobis et non nullis ex fratribus nostris sancte Romane Ecclesie cardinalibus in secreto prius et postmodum coram nobis et toto collegio cardinalium eorundem patuit manifeste quo ad personas ipsas confitentes predicta crimina et scelera esse vera idem quod confitentes omnes et singuli suum humiliter <re>cognoscentes errorem nostram et apostolice sedis non iustitiam sed misericordiam et veniam implorarunt quibus cum omni humilitate et reverentia et proprii eorum recognitione erroris omnino persistentibus pro absolutione ab excommunicationis sententia quam ex huiusmodi heresis reatibus incurrerant ipsis misericorditer impendenda. Nos qui licet indigni vicarii sumus illius cuius miserationes super omnia opera eius existunt et quia Romana mater Ecclesia non claudit prout nec claudere debet gremium redenti facta a supradictis confitentibus cum humilitate et reverentia abiuratione huiusmodi heresis secundum canonicas sanct<iones ipsis iuxta> formam ecclesie fecimus munus absolutionis impendi potestate iniungendi eis propterea salutarem penitentiam nobis et dicte sedi seu quibus id commitendum duxerimus specialiter reservata. Post que cum magistro et preceptoribus precipuis prefati Ordinis intendentes super premissis inquirere per nos ipsos ipsum magistrum et Francie Terre Ultramarine Normannie Aquitanie ac Pictavie preceptores maiores nobis Pictavis existentibus mandavimus presentari sed quoniam quidam ex ipsis sic infirmabantur tunc temporis quod equitare non poterant nec ad nostram presentiam quoquomodo adduci. Nos cum eis de premissis et non nullis confessionibus de depositionibus dictorum fratrum factis coram inquisitoribus heretice pravitatis regni Francie certiorari volentes dilectis filiis nostris Berengario tituli sanctorum Nerei et Achillei et Stephano tituli Sancti Ciriaci in Termis presbiteris et Landulfo Sancti Angeli diacono cardinalibus de quorum prudentia experientia et fidelitate indubitata fiduciam obtinemus commisimus et mandavimus ut ipsi cum prefatis magistro et preceptoribus inquirerent tam contra ipsos et alias singulares personas dicti Ordinis generaliter quam etiam contra ipsum Ordine super premissis deligentius veritatem et nobis quod super hiis invenirent referre ipsorumque confessiones et depositiones sub manu publica deffere et presentare curarent. Impensuri eisdem magistro et preceptoribus iuxta formam ecclesie absolutionis benefitium ab excommunicationis sententia quam propter premissa si vera erant incurrerant si absolutionem humiliter et devote peterent ut debebant dictis autem cardinalibus ad castrum de Cayonone Turonensis diocesis in quo tunc erant ipsi magister et preceptores personaliter accedentibus idem magister et preceptores maiores de mera et plena veritate dicenda ab eis corporaliter prestito

iuramento singulariter libere ac sponte absque coactione qualibet et terrore coram ipsis tribus cardinalibus quatuor tabellionibus publicis et multis aliis probis viris deposuerunt et confessi fuerunt inter cetera Christi abnegationem et spuitionem super crucem cum in Ordine Templi recepti fuerunt. Et quidam ex eis se sub eadem forma, scilicet, cum abnegatione Christi et spuitione super crucem fratres plurimos recepisse sunt etiam quidam ex eis quedam alia horribilia et in honesta confessi que ut eorum ad presens parcamus verecundie subticemus ac deinde in confessionibus et depositionibus factis per ipsos antea coram inquisitore pravitatis predictæ ipsis et eorum cuilibet lectis et expositis de mandato et in presentia cardinalium predictorum firmiter perseverantes et approbantes easdem absolutionem ab excommunicatione predicta petitam ab eis humiliter et devote sibi obtinerunt iuxta premissam formam per cardinales ipsos impendi heresi expresse ac publice abiurata de quibus omnibus per fidelem relationem dictorum cardinalium nobis facta extitit plena fides huiusmodi confessionibus et depositionibus eorundem sub manu publica presentatis ut igitur inimici fidei in suis sceleribus soli pereant nec involvant indamnatæ pestis ruinam simpliciter ambulantes ac tue sinceritatis zelus contra eos tibi ad meritum et ceteris luceat in exemplum. Seremnitatem tuam rogamus et hortamur in Domino Jhesu Christo cuius res agitur in hac parte in remissione tibi peccaminum iniungentes quatenus pro reverentia ipsius Domini Nostri et sedis apostolicæ atque nostræ prefatos Templarios et eorum singulos tanquam de heresi violenter suspectos in terris tue iurisdictioni subiectis siqui sint qui capti non fuerint sine more dispendio capi facias et eos ordinariis locorum singulis eorum videlicet in suis civitate et diocesi sine difficultate qualibet assignari ac tradi facere non postponas si et quancumque ab eisdem ordinariis fueris requisitus vel ad ipsorum ordinariorum requisitionem eosdem Templarios sub fida et tuta custodia <teneas representandos> eisdem ordinariis vel inquisitoribus deputatis seu deputandis a nobis et ipsis tradendos ad eorum requisitionem pro inquisitione seu inquisitionibus huiusmodi faciendis et alias quotiens et quancumque eis videbitur faciendum dictisque ordinariis et inquisitoribus heretice pravitatis qui huiusmodi inquisitioni iuxta mandatum nostrum sub certa forma si voluerint poterunt interesse nec non aliis qui dicte inquisitioni intererunt iuxta mandatum nostrum predictum et cuilibet eorum alias in his que ad executionem et promotionem negotii inquisitionis eiusdem oportuna fuerint potenter assistas auxiliis et consiliis et favoribus oportunis. Ita quod tuo mediante favore idem ordinarii inquisitores et alii libere exequi et perficere valeant iniunctum eis per sedem predictam tam pium ministerium in hac parte et ante dicti ordinarii ipsos Templarios securius custodire tuque ex inde preter nostram et dicte sedis benedictionis gratiam perempnis retributionis gloriam quam Dominus talibus possicetur non immerito consequi merearis. Datum Tholose tertio kalendas januarii pontificatus nostri anno quarto.

577. [1309.05.01]⁷⁸⁹

Cópia da epígrafe da sepultura de D. Lourenço Martins, mestre da Ordem do Templo em Portugal, existente na igreja de Santa Maria do Olival.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fl. 24v⁷⁹⁰ (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fl. 14r⁷⁹¹ e fl. 131r⁷⁹²

Publ. Barroca 2000, vol. 2, tomo 2, n.º 520, p. 1362

Aqui jaz don Lourenço Martins que foy mestre do Temple do reino de Portugal e pasou um dia de mayo da Era de mil e trezentos e corenta e seys [sic].

578. 1309.07.06 – Lisboa

D. Dinis dá quitação de 1926 libras que recebeu do seu tesoureiro Gil Eanes respeitantes às comendas e demais rendas que haviam sido pertença dos Templários.

ADB. *Gaveta das Religiões e Mosteiros*, n.º 121

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que eu recebi per Gil Eanes mey thesoueyro de Egas Lourenço meu crerigo que a de teer as baylias e as outras cousas que forom do Tempre em meus reynos per Joham de Sousa meu home mil e novecentas e viinte sex libras e cinque soldos. Dante en Lixboa sex dias de Julho el rey o mandou pelo moordomo. Manuel Eanes a fez Era de mill e trezentos quarenta e sete annos.

579. 1309.08.12

Estêvão Eanes «Mimoso» e sua mulher, Margarida Savachães, doam à confraria dos clérigos de Tomar duas courelas de terra, com condição de serem recebidos por confrades da confraria e com encargo de duas missas anuais nas datas de suas mortes. Documento inserto em pública-forma de 1326.07.31.

ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1, fls. 49r-49v (inserto em documento de 1326.07.31 – Tomar e cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 157v-158v

[...]

In Dei nomine amen. Conheção quantos esta carta virem que eu Estevão Joannes dito Mimoso e eu Margarida Savachaes sa molher damos e outorgamos a serviço de Deus e da sa madre Santa Maria aa confraria dos clerigos de Tomar duas courelas de herdades rotas e por romper com sas pertenças que nos avemos em termo de Tomar hu chamão Lousã no Val das Vesadas hum chamão O Barro. Estes som seus termos da huma em suão e aguião e a travesya nos ditos que a doação fazemos em avrigo os filhos de Domingos Joannes Longaburiz. Este som os termos da outra em soão a ribeira e em aguião e em avrigo Martim Rodriguez e em travesya erees de Calça Perra

⁷⁸⁹ Data estabelecida com base em Barroca 2000, vol. 2, tomo 2, p. 1362.

⁷⁹⁰ Datado de 1308.

⁷⁹¹ Datado de 1308.

⁷⁹² Datado de 1308.

damos e outorgamos aa dita confraria as ditas courelas por nossas almas e daqueles onde as nos ouvemos que Deus de o galardão aaqueles el sabe cujas as ditas courelas forão onde as nos avemos e investimos logo a dita confraria em corporal possissão nas ditas herdades que aja pera sempre. E por este ser firme e estavel nos Stevão Joannes e Margarida Savachães sa molher mandamos [fl. 49v] e outorgamos a Estevão Gil tabeliom de Tomar que fizese esta carta e a dese aa dita confraria. Feita doze dias d'agosto era de mil e trezentos e corenta e sete annos. Testemunhas Mem Dominguez vogado. Domingos Salvadores. Martim Afonso vigairo de Tomar. Pero Dominguez clerigo. Mateus filho do dito Estevão Joannes e da dita Margarida Savachães. E eu Estevão Gil pubryquo tabalião de Tomar a esto presente fui e per mandado e per outorgamento dos ditos Estevão Joannes e da dita Margarida Savachães esta carta con mha mão propria escrevy e este meu synal hy pusi em testemunho de verdade.

580. 1309.11.27 – Lisboa

Sentença pela qual foi julgado pertencerem a D. Dinis a vila e o concelho de Soure com todos os seus termos, Pombal e Redinha, também no termo da dita vila. Insere documento de 1307.08.18.

ANTT. *Gavetas, Gav. 12, mç. 1, n.º 7* (cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fls. 103v-105v (inserto em documento de 1315.10.12 – Lisboa [B]); ANTT. *Leitura Nova, Reis*, liv. 2, fls. 3v-6r

Publ. Lopes 1962-1963, pp. 83-87; *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 73, pp. 234-239

In nomine Domini amen. Sabham quantos esta carta virem como perante nos dom Martinho pola mercee de Deus arcebispo de Bragaa e dom Johane bispo de Lixboa e frey Stevam Custodio e Rui Nuniz e maestre Johane das Leys juyzes dados a prazer das partes per el rei sobre contenda que era antre el rey per Domingos Martinz seu procurador da huma parte e dom Vaasco Fernandez maestre do Temple e os freires dessa Ordim da outra per razom que o dicto procurador d'el rei dizia que o dicto maestre e freyres tragiam ascondudos e sonegados a el rei e como nom deviam a villa e o castello de Soyre et Poomball e a Ega e a Redinha que eram seus termhos da dicta villa de Soyre a qual sobredicta villa com seus termhos dizia ho dicto procurador que eram d'el rei de dereito e pedia nos que costrang[esemos] per sentença definitiva ho dicto maestre e freires que leyxassem a dicta villa a el rei con nos dictos termhos. E o dicto maestre e freires diziam que non eram teudos a responder nem fazer deryto da dicta villa e logares perdant el rei nem perdante seus juizes e o dicto procurador d'el rei dizia que senpre ho dicto maestre e freyres responderom e fezerom deryto perdante el rei das villas e dos castellos quando lhos ho seu procurador demandava e de taes demandas come estas e de totalas outras senpre o dicto maestre e freires responderom como dicto he perante el rei ou perdante aqueles que ele hi deu e da por juizes e nom solamente ho dicto maestre e freyres mais totalas outras Ordiins da cavallaria responderom e fezerom dereito como dicto he a el rei perdante sa corte

ou perdante aqueles que ele sobresto da por juizes e asy se trouve e costumou senpre e des que reys ouve en Portugal ata este rei dom Denis que ora he e des que este rei foy ata ora senpre se usou outrossy e costumou de responderem os dictos maestres e freires das dictas Ordiins da cavallaria perdante sa Corte ou perdante seus juizes que el sobresto deu. E sobresto muytas razõoes razoadas da huma parte e da outra nos avudo conselho com todolos homeens boons leterados e leygos da corte d'el rei porque achamos que assy fora costumado e usado senpre como o dicto procurador d'el rei dizia julgamos que o dicto maestre e freyres respondessem e fizessem dereito ao dicto procurador d'el rei da dicta villa e castello de Soyre e de seus termhos e dos logares de susodictos e que se defendessem com seu dereito se o por si aviam. E entom o dicto maestre e freires disserom consentindo na dicta sentença que lhis desemos tenpo pera mandarem a alem mar faze lo a saber a seu mayor e que queriam aver conselho com ele e que queriam ala mandar por cartas e por privilegios que diziam que tiinham com que diziam que poderiam deffender o seu dereito. E nos demos lhi praso a que fosem ou enviasem polas dictas scrituras e privilegios que diziam que tiinham e pera averem conselho con seu maestre ou com quem tevesem por ben como allegavam e poinham e demos lhi d'espaco a que veessem e asinaamos lhi praso de nove meses asy come conteudo em huma renembrancha que tal he.

[Insero o traslado do documento de 1307.08.18 – Lisboa]

Ao qual termho lhi posemos a que veessem perdante nos aparelhados pera responder e fazer deryto ao dicto procurador d'el rei da dicta villa de Soyre e castello com seus termhos e logares como dicto he e se cartas ou privilegios ou outras scripturas tiinham de que se entendiam a ajudar que as adusesem se quisesem. Ao qual dia o dicto procurador d'el rei veho perdante nos dizendo e acusando os dictos maestre e freyres que nom viinham eles nem outrem por eles nem pola dicta Ordim assi como lhis fora asinaado per nos. E pidiu que lhi julgasemos o dicto maestre e freires por revees e en logo de revelia que mandasemos meter el rei en pose do dicto castello e villa de Soyre et de Poonbal e da Ega e da Redinha que som seus termhos. E entom nos porque os dictos maestre e freires non enviarom nem parecerom per si nem per outrem nem nenhuum outrem pola dicta Ordim fezemo los apregoar polas audiencias assi come uso e custume da Corte d'el rei e atendemo los per tres dias e mais. E porque nom parecerom nem por si enviaram como dicto he julgamo los por revees. E por sa revelia mandamos meter o dicto procurador em nome d'el rei en pose da dicta villa e castello de Soyre e de Poonbal e da Ega e da Redinha que diziam que eram seus termhos assi come conteudo em huma carta que hi a da sentença que demos quando os julgamos por revees que ende nos vimos. E depois pasado ho anno et o dia que o dicto procurador d'el rei foi entregue da dicta villa e logares ho dicto procurador veho a dizer que julgasemos el rei por verdadeyro posuidor pois ho anno e o dia era pasado que fora entregue da dicta villa e castello e logares como dicto he. E nos

vista a entrega e o processo que fora fecho per razom de revelia e a lei da Corte que foy fecho polos reys que dante foram achamos que a lei o fazia verdadeyro possuidor pois ho anno e o dia era pasado como ho dicto procurador allegava e dizia. E depois desto a noventa dias veho perdante nos o dicto procurador d'el rei a dizer que pois os noventa dias eram pasados de mais que o anno e o dia que el por el rei e en seu nome [*sic*] queria provar ho deryto da propriedade que el rei avia na dicta villa e castello e en seus logares e termhos. E pois ho dicto maestre e freires nom viinham nem pareciam nem outrem por eles nem pola dicta Ordim veho a alegar e dizer pidindo que ley era da Corte que pois os dictos noventa dias eram pasados mais que o anno e o dia que lhi recebesemos ho provo sobrelo deryto da propriedade como dicto he. Et nos querendo sobresto aver conselho vimos a lei da Corte que fora feita per el rei dom Afonso seu padre deste rei que ora he e achamos que tal era a lei qual dizia e allegava ho dicto procurador d'el rei. Et outrossi allegava sobresto costume e uso da Corte dizendo que asi se tragia e aguardava a dicta ley. E por ende pidia que o recebesemos ao provo como dicto he. E nos falando com todolos homeens boons leterados da Corte e avudo conselho com eles e vista a dicta ley como dicto he e sabudo o costume e o uso da Corte achamos segundo a lei e o uso e o costume da Corte que nos pidia deryto. E por mais avondamento de deryto fizemos apregoar ho dicto maestre e freires polas audiencias da Corte assi come d'use e de costume da Corte. E porque eles nom parecerem nem outrem por eles nem pola dicta Ordim recebemos o dicto procurador ao provo do deryto da propriedade e mandamos lhi que veese com seus artigos. E o dicto procurador veho com seus artigos ao dia que lhi foi asinaado e nos examinamos eses artigos e aqueles que achamos que eram pera receber julgamo los por pertencentes e mandamos hi fazer enquiriçom per Vicente Roiz raçoeyro da see de Coynbra e per Gil Martiinz scrivam enqueredores por el rei e per Johane Stevez de Poonbal que era enqueredor polo dicto maestre e freires e polo taballiom de Soyre sobre los dictos artigos e posemos dia a que a dicta enquiriçom veese perdante nos. Ao qual dia o dicto procurador d'el rei veho con na dicta enquiriçom e pidiu nos que a abrisemos e que julgasemos per ela o que fosse de deryto. E ante que se abra a dicta enquiriçom por mais avondamento de deryto fizemos apregoar o dicto maestre e freires polas audiencias da Corte assy come d'use e de costume. E porque eles nom parecerem nem outrem por eles pola dicta Ordim abrimos a dicta enquiriçom. E o dicto procurador d'el rei pidiu que lhi desemos ende o tralado pera aver conselho e nos demos lho e asinaamos lhi dia a que veese perdante nos. Ao qual dia veho perante nos e polo maestre e pola Ordem nenguum nom pareceu e disse que el rei provava sa tençom. E pidia por ende que lhi julgasemos per sentença definitiva a dicta villa e castello de Soyre e Poonbal e a Ega e a Redinha que eram seus termhos con todas sas perteenças e o senhorio ende a el rei por seus. E nos juizes sobredictos vista a dicta enquiriçom e avudo conselho

sobr'ela com muytos homeens boons leterados asinaamos dia a darmos sentença ao qual dia veho o dicto procurador e nenguum nom pareceu polos dictos maestre e freyres e Ordim pero foram apregoados pelas audiencias assi come d'uso e de custume da Corte. E entom pediu ho dicto procurador que desemos ha sentença. E nos porque achamos per esa enquiriçom e per cartas que nos ende vimos que o dicto procurador d'el rei provara compridamente sa tençom con conselho de todolos homeens boons de sa Corte d'el rei. Julgamos per sentença definitiva a dicta villa de Soyre e castello com todo seu senhorio e con seus termhos a el rei e por d'el rei. E porque achamos outrossi provado per essa enquiriçom que Poonbal e a Ega e a Redinha eram termhos da dicta villa de Soyre julgamo los per sentença deffinitiva a el rei por seus e que os aja pera todo sempre com todos seus termhos e sas perteenças e senhorios. E por esto seer firme e stavil pera senpre mandamos a Johane Gonçalviz puvrico taballiom da cidade de Lixboa que fezese ende esta carta de sentença e posese en ela seu sinal en testemunho de verdade e a maior firmiduum. Nos arcebispo e bispo e custodio e maestre Joane e Rui Nuniz juizes sobredictos fizemos seelar esta carta dos nosos seelos pendentes e soscrevemos en ela nosos numes com nosas maahos. Fecta a carta en Lixboa viinte e sete dias do mes de novembro Era de mil e trezentos e quarenta e sete anos. Testemunhas que presentes foram dom Gonçalo Eanes dayam de Braga e don Rui Perez dayam d'Evora e don Johan Martinz chantre d'Evora. Francisco Dominguz priol da Alcaçova de Sanctarem. Appariço Dominguz. Vicente Eanes Cezar. Martim Soarez sobrejuizes. Lourenço Gomez. Martim Botelho vogados. Lourenço Eanes taballiom e outros muytos homeens boons. E eu Johan Gonçalves taballiom sobredicto per mandado do dicto arcebispo e bispo e custodio e maestre Johane e Rui Nuniz juizes sobredictos e a pitiçom do dicto Domingos Martinz procurador d'el rei a dicta carta com mha maaho propria screvi e en ela meu sinal pugi em testemunho de verdade que tal e [SINAL NOTARIAL]. Nos arcebispo a vimos. Episcopus Ulixbone vidit. Custos vidit. Magister Johanis vidit. Ruy Nuniz.

581. 1310.01.07 – Santarém

D. Dinis, no âmbito da contenda com a Ordem do Templo, e perante o tabelião público de Santarém, exhibe carta de D. Sancho II, de 1240.03.10, exigindo aos proprietários o povoamento de Idanha-a-Velha, sob pena de perderem essas terras. O monarca justifica assim a apropriação dessas terras.

ANTT. Gavetas, Gav. 11, mç. 10, n.º 10 (cuja lição se segue)

Publ. Pimenta 1940, n.º 8, pp. 61-62

In nomine Domini amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod in presentia mei Dominici Martini de Sancto Juliano auctoritate regali publici tabellionis Sanctarene et testium infrascriptorum specialiter ad hoc vocatorum et rogatorum illustrissimus dominus domnus Dionisius rex Portugalie et Algarbii ostendit et legi fecit per me Dominicum Martini prenommatum tabellionem quaedam cartam

appertam illustrissimi domini domni Sancii olim regem Portugalie suo sigillo pendenti sigillatam coram reverendo patre domino domno M. archiepiscopo Bracarensi et religioso viro fratre Stephano Custode et venerabili viro magistro Johane clerico domini regi qui se dicebant iudices in causa que vertetur inter dictum dominum regem ex una parte et Ordinem Templariorum ex altera super Egítania Veteri ut ipsi dicebant cuius tenor dicte carte de verbo ad verbum talis est⁷⁹³ [...].

Qua carta ostenta et perlecta predictus domnus rex Dionisius petit ad predictis qui se dicebant iudices in dicta causa qui dictam cartam ex officio et autoritate sua per me memoratum tabellionem in publicam formam redigi facerent sub sigillo meo.

Actum Sanctarene in palatio dicti regis septima die jannuari Era millesima trecentesima quadragesima octava. Presentibus domnus Gonsalvo Johannes decano Bracarensis. Martino Lauredo clerico domni regis. Fernando Pelagii portario maiori domni regis. Johannes Menendi portario domne regine. Vicentie Martini cevatario dicte domne regine. Alffonso Martini scribano domni regis. Alffonso Dominici tabellione Sanctarene. Et ego Dominicus Martini tabellio superdictus ad instantiam domni regis ostensioni lectioni et publicationi dicte carte interfui et de mandato dicti domini archiepiscopi et aliorum predictorum qui se dicunt iudices in dicta terra dictam cartam in publicam formam redegí et hoc instrumentum ex inde propria manu conscripsi et presens sig-[SINAL NOTARIAL] num meum apposui in eodem in testimonium permissorum. Et ego Alffonsus Dominici tabellio supradictus una cum testibus superdictis premissis interfui et hanc subscriptum scripsi et presens sig-[SINAL NOTARIAL] num meum apposui in eadem in testimonium veritatis.

582. 1310.01.19 – Santarém

D. Martinho de Oliveira, arcebispo de Braga, D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, Fr. Estêvão, custódio dos Franciscanos de Lisboa, mestre João das Leis e Rui Nunes sentenciam a favor de D. Dinis, na questão das vilas de Idanha-a-Velha, Salvaterra, Rosmaninhal e Segura contra a Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 13, mç. 4, n.º 7 (cuja lição se segue); ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fls. 106r-108r (inserto em documento de 1315.10.12 – Lisboa [A]); ANTT. *Leitura Nova, Reis*, liv. 2, fls. 6r-8r

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 74, pp. 240-245; Pimenta 1940, n.º 9, pp. 63-67

In nomine Domini amen. Sabham quantos esta carta virem como perdante nos don Martinho pela mercee de Deus arcebispo de Bragaa e don Oane bispo de Lixboa e frey Stevam custodio e maestre Johane das Leys e Ruy Nuniz juyzes dados per el rey sobre contenda que era antre el rey per Domingos Martiinz seu procurador da huma parte e don Vaasco Fernandez meestre do Tenpre e os freyres dessa Ordiin da outra

⁷⁹³ Inserir cópia do documento de 10 de março de 1240 que não se autonomiza no Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

per razom que o dicto procurador del rey dezia que o dicto meestre e freyres tragiam ascondudas e sonegadas e como non deviam a el rey as villas e os castellos de Eydanha a Velha e Salvaterra con todos seus termhos. As quaes sobredictas villas con seus termhos dezia o dicto procurador d'el rey que eram d'el rey de dereyto e pedia a nos que constrengessemos per sentença diffinitiva os dictos meestre e freyres que leyxassem as dictas villas a el rei con nos dictos termhos. E os dictos meestre e freyres deziã que non eram teudos a responder nen a fazer dereyto das dictas vilas e logares perdante el rey nen perdante seus juyzes. E o dicto procurador d'el rey dezia que senpre os dictos meestre e freyres responderom e fezerom dereyto perdante el rey das vilas e dos castelos quando lhys o seu procurador demandava e de taes demandas come estas e de totalas outras senpre os dictos meestre e freyres responderom como dicto he perdante el rey ou perdante aqueles que el hy deu e da por juyzes. E outrosy responderom e respondem perdante o dicto rey ou perdante seus ouvydores de totalas demandas que lhys fezesse quem quer en qual maneyra quer que lhas fezesse tamben sobre movil como sobre rayz. E non solamente os dictos meestre e freyres mayns totalas outras Hordiins de cavalaria responderom e fezerom dereyto como dicto he al rey perdante a sa Corte ou perdante aqueles que el sobr'esto da por juyzes e aos outros quaesquer que o demandavam ca assy se trouxe e acostumeou senpre des que reys ouve en Portugal ata este rey don Denis que hora he. E des que este rey foy ata ora senpre se husou e acostumeou outrosy de responderem os dictos meestre e freyres das dictas Ordiins da cavalaria perdante a sa Corte e perdante seus juyzes que el sobr'esto deu. E sobr'esto muytas razões razoadas da huma parte e da outra nos avydo conselhe [*sic*] con todolos homens bons leterados e leygos da Corte d'el rey porque achamos que assy fora acostumeado e husado senpre como o dicto procurador d'el rey dezia julgamos que os dictos meestre e freyres respondessem e fezessem dereyto ao dicto procurador d'el rey das dictas vilas e castelos de Eydanha a Velha e de Salvaterra e de seus termhos e dos logares de suso dictos e que se deffendessem con seu dereyto se o por si avyam. E entom os dictos meestre e freyres disserom consentindo na dita sentença que lhys dessemos tempo pera mandarem a alem mar fazer lo a saber a seu mayor e que queriam aver conselho con el e que queriam ala mandar por cartas e por privilegios que deziã que tiinham con que deziã que poderiam deffender o seu dereyto. E nos demos lhy prazo a que fossem ou mandassem polas cartas e privilegios que diziam que tiinham e pera averem conselho con seu meestre ou con quem tevessem por ben como allegavam e poyam. E nos demos lhys d'espaco a que veessem e assinaamos lhys prazo de nove meses ao qual termho lhys posemos a que veessem perdante nos aparelhados pera responderem e fazerem dereyto ao dicto procurador d'el rey das dictas [*vilas*] de Eydanha a Velha e de Salvaterra e do Rosmarinhal e de Segura cons seus termhos e logares como dicto he. E se cartas ou privilegios ou outras scripturas tinham de que se entendiam a ajudar que as adussessem

se quisessem. Ao qual dia o dicto procurador d'el rey veo perdante nos e os dictos meestre e freyres non veerom nen outrin por eles. E o dicto procurador dizendo e acusando os dictos meestre e freyres que non viinham eles nen outrin por eles nen pola dicta Ordiin assy como lhys fora assynaado per nos pedio que lhy julgassemos os dictos meestre e freyres por reves e que en logo de revelia mandassemos meter el rey en posse dos dictos castelos e vilas de Eydanha e de Salvaterra con todos seus termhos e perteenças. Entom nos porque os dictos meestre e freyres non envyaron nen parecerom per sy nen per outrin nem nenhuum outri pola dicta Hordiim fezemo los apregoar pelas audiencias assy come husso e costume da Corte d'el rey e mandamo los apregoar per tres dias e mays. E por que non parecerom nen por sy envyaron como dicto e julgamo los por reves e aa sa revelia mandamos meter o dicto procurador d'el rey en nome d'el rey en posse das dictas vilas e castelos de Eydanha a Velha e de Salvaterra con todos seus dereytos e perteenças assy come conteudo en huma carta que hy ha de sentença que demos quando os julgamos por reves que ende nos vimos. E depouys passado o ano e o dia que o dicto procurador d'el rey foy entregue das dictas vilas e logares o dicto procurador veo a dizer que julgassemos el rey por verdadeyro posoydor poys o ano e o dia era passado que fora entregue das dictas vilas e castelos. E nos vista a entrega e o processo que fora feyto per razom da revelia e a ley da Corte que foy feyta pelos reys que dante forom achamos que a ley o fazia verdadeyro posoydor poys o ano e o dia era passado como o dicto procurador allegava e dizia. E depouys desto a noventa dias veo perdante nos o dicto procurador d'el rey a dizer que poys os noventa dias eram passados de mays que o ano e o dia que el por el rey e en seu nome queria provar o dereyto de propiedade que el rey avya nas dictas vilas e castelos e en seus logares e termhos. E poys os dictos meestre e freyres non viinham nen paresciam nen outrin por eles nen pola dicta Hordiim veo allegar e a dizer pedindo que ley era da Corte d'antigo posta pelos reys dante e aguardada sempre que poys os dictos noventa eram passados mays que o ano e dia que lhy recebessemos o provo sobre lo dereyto da propiedade como dicto he. E nos querendo sobr'esto aver conselho vimos a ley da Corte que fora feyta per el rey don Affonso seu padre deste rey que ora he e achamos que tal era a ley a qual dizia e allegava o dicto procurador del rey. E outrosy allegava sobr'esto costume e huso da Corte dizendo que assy se tragia e aguardava a dicta ley. E porem pedia que o recebessemos ao provo como dicto he. E nos falando con todolos homees boons leterados da Corte e avudo conselho con eles e vista a dicta ley como dicto he e sabudo o costume e o huso da Corte achamos segundo a ley e o huso e o costume da Corte que nos pedia dereyto e por mays avondamento de dereyto fezemos apregoar os dictos meestre e freyres pelas audiencias da Corte assy come huso e costume da Corte. E por que eles non parecerom nen outrin por eles nen pola dicta Hordiim recebemos o dicto procurador ao provo do dereyto da propiedade e mandamos lhy que vesse con seus artigos. E o dicto

procurador veho con seus artigos ao dia que lhy foy assinaado. E nos examinamos esses artigos e aqueles que achamos que eram pera receber e julgamo los por pertencentes e mandamos hy fazer enquiriçom per Gonçalo Dominguiz de Celorico e per Lourenç'Eanes de Covylhãa enqueredores por el rey e per Domingos Dominguiz de Salvaterra enqueredor polo meestre e polos freyres que nos hy metemos de nosso officio e per Nicholao Dominguiz tabelliom da Idanha a Velha por anbalas partes sobre los dictos artigos e posemos dia a que a dicta enquiriçom veesse perante nos. Ao qual dia o dicto procurador del rey veo con a dicta enquiriçom e pedio nos que a abrissemos e julgassemos per ela o que fosse dereyto. E ante que se abrisse a dicta enquiriçom por mays avondamento de dereyto fizemos apregoar os dictos meestre e freyres pelas audiencias da corte assy come huso e custume. E por que eles non parecerom nen outrin por eles pola dicta Hordiin pronunciamos que se abrisse a dicta enquiriçom e nos abrimo la. E o dicto procurador d'el rey pedio nos que lhy dessemos ende o tralado pera aver conselho e nos mandamos lho dar e assinaamos lhy dia a que veesse perdante nos. Ao qual dia o dicto procurador veo perdante nos e polo meestre e polos freyres e pola dicta Hordiin nenguum non pareceu e disse que el rey provava sa entençom e pedia por ende que lhy julgassemos per sentença diffinitiva as dictas vilas e castelos de Eydanha a Velha e de Salvaterra con todos seus termhos e perteenças assy come conteudo nas cartas dos foros e o senhorio d'ende a el rey por seus. E nos juyzes sobredictos vista a dicta enquiriçom e avudo conselho sobr'ela con muytos homees boons leterados assinaamos dia pera darmos sentença. Ao qual dia veo o dicto procurador d'el rey e nenhum non pareceu polos dictos meestre e freyres e Hordiin pero forom apregoados pelas audiencias assy come d'usu e de costume da Corte. Entom pedio o dicto procurador que dessemos hy sentença assy como ja ante pedira. E nos por que achamos per essa enquiriçom e per cartas que en[de] vimos que o dicto procurador d'el rey provava compridamente sa entençom con conselho de todolos homees boons de sa Corte d'el rey julgamos per sentença diffinitiva as dictas vilas e castelos de Eydanha a Velha e de Salvaterra con todos seus termhos e senhorios a el rey e por d'el rey e declaramos que son suas. E por que achamos outrossy provado per essa enquiriçom que o Rosmarinhal e Segura e Proença eram termhos das dictas vilas julgamo los per sentença diffinitiva a el rey por seus termhos que os aja pera todo senpre con todos seus termhos perteenças e senhorios e guardamos aos dictos meestre e freyres e aa dicta Hordiin todo o seu dereyto sobre lo enprestado que eles fezerom sobre las dictas vilas e o dicto procurador d'el rey protestou logo polos fruytos que ende o meestre e os freyres receberom e ouverom. E outrossy aguardamos a el rey que se poder provar que os dictos meestre e freyres son e forom pagados do aver que dizem que emprestarom sobre las dictas vilas que tamben el rey come o meestre e os freyres ajam o seu dereyto. E por que esto seja firme e stavil pera todo sempre mandamos a Domingos Martiizn tabelliom de

Sanctaren que fezesse ende esta carta da sentença e possesse en ela seu nome e o seu sinal en testemoyinho de verdade. Feyto foy esto en Sanctaren dez e nove dias de janeyro Era de mil trezentos e quaraenta e oyto anos. Testemoyinhas que presentes foram. Rodrigu'Eaanes Redondo. Gonçal'Eanes dayam de Bragaa. Pedro Steveen que foy meyrinho a Alem Doyro. Martim Perez coonygo de Lixboa. Affonso Eanes coonigo de Bragaa. Lourenço Gomez. Johan'Eanes d'Alanquer. Martim Botelho vogados na corte d'el rey. Francisco Dominguíz priol da Alçaçova de Sanctaren. Vicente Anes Cesar. Pero Paez coonigo d'Evora. Martim Soariz coonigo do Porto. Apariço Dominguíz sobrejuyz. Fernam Vermuyz cavaleyro. Joham Fernandiz guarda d'el rey. Domingos Martiinz dicto da Freyra tabelliom de Sanctaren e outros muytos. E eu Domingos Martinz tabelliom de suso dicto a estas cousas de suso dictas e a cada huma delas presente fuy e a rogo do dicto Domingos Martinz procurador d'el rey e de mandado dos dictos juyzes aquesta carta pola mão propria screvi e presente meu si-[SINAL NOTARIAL] nal meu en ela pugy en testemoyinho de verdade. E a mayor firmidoen nos arcebispo e bispo custodio meestre Johane e Ruy Nuniz juyzes sobredictos fazemos seelar esta carta de nossos selos pendentos e soescrevemos en ela nossos nomes con nossas mãos. E eu Domingos Martinz dicto da Freyra de suso dicto publico tabelliom de Sanctaren a estas cousas de suso dictas e a cada huma delas presente fui e a rogo do dicto procurador d'el rey e de mandado dos dictos juyzes esta soescripcom en esta carta con mha <mão> escrevi e este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal que tal he aqui pugy en testemoyinho de verdade. Nos arcebispo a vimos. Episcopus Ulixbonensis vidit. Custos vidit. Magister Johannes vidit. Ruy Nuniz.

583. 1310.01.21 – Algeciras

D. Fernando IV de Castela envia uma carta a D. Dinis acerca do acordo feito entre ambos não autorizando que o papa dispusesse dos bens da extinta Ordem do Templo nos reinos peninsulares. Segundo este documento, serão feitas duas cartas, uma para cada monarca.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mç. 4, n.º 9 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova*, *Livro dos Mestrados*, fls. 212v-213r⁷⁹⁴; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 1.ª parte, fls. 10v-11r⁷⁹⁵; BNP. *Fundo Geral*, n.º 735, fls. 18v-19r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 106-107⁷⁹⁶ Publ. Brandão 1672, sexta parte, pp. 109-110; *Gavetas (As)*, vol. XII, pp. 461-462

Sepan quantos esta carta vieren como nos don Ferrand por la gracia de Dios rey de Castilla de Leon de Toledo de Gallisia de Sevilla de Cordova de Murcia de Jahen del Algarbe e señor de Molina otorgamos que fasemos e que ponemos pleito e postura conbusco el muy noble e mucho onrrado don Donis por essa misma gracia rey de Portugal por rason que todos los bienes que fueron de la Orden del Tenple assy villas

⁷⁹⁴ Datado de 27 de janeiro: «Dada en la cerca sobre Aljezira veinte e VII dias de Enero. Era de mill e CCC XL VIII annos. E eu Joham Martins la fiz escrever por mandado d'el rey» (fl. 213r).

⁷⁹⁵ Datado de 1302.

⁷⁹⁶ Datado de 1302.

e castillos e logares e heredamientos qualesquiere que la dicha Orden tenia en los nuestros reynos de Castilla e de Leon e en todo el nuestro señorío et otrosi los que avia en el reyno de Portugal e en todo el vuestro señorío fueron de los reyes onde nos venimos e de los otros omes que eran de los nuestros reynos que glos dieron por heredad e dar en que se mantoviesen la cavalleria de la dicha Orden del Temple a servicio de Dios e nuestro e de aquellos que vinieren despues de nos porque si la Orden oviere a seer dessfecha e el papa quisiessse faser o ordenar alguna cossa de todos los dichos bienes assi muebles como rayses pera los querer sacar de nuestros señoríos e de nuestra jurisdiccion que nos e vos que nos paremos a lo enparar e a lo deffender contra todos aquellos que lo demandar quisiere. Et nos el dicho rey don Ferrando que non podemos faser nignun pleito nin abenencia con el papa nin con otros ningunos sobresta rason nin otra compussicion ninguna sin vos el sobredicho rey don Donis nin vos otrosi que non podades faser ningunas destas cossas sin nos e que seamos amos a un acuerdo pera lo aparar e deffender en la manera que dicha es et desto vos fasemos pleito omenaje a bona fe sin mal engaño de lo tener e de lo guardar. Et demas desto otorgamos que si nos non tovieremos e vos non guardaremos todas estas cosas que sobredichas son o qualquiere dellas que vos pechemos por ende dies mill marcos de plata e que nos podades pondrar por ellos en los nuestros reynos e fuera dellos do quier que lo podades faser sin pena e sin calona ninguna. Et desto que sean fechas dos cartas amas en un tenor tal la una como la otra la una nuestra carta que tengades vos el muy noble e mucho onrrado don Donis rey sobredicho de Portugal sellada con nuestro sello de plomo colgado e la otra vuestra que tengamos nos de vos sellada con el vuestro sello de plomo colgado et si el rey de Aragon quisiere seer en esto connosco que nos qual mandedes dar otra tal carta como esta dando nos el otra suya en esta misma manera. Dada en la cerca sobre Aljesira veynte e un dia de Enero era de mil e CCCXLVIII años. Ego Johan Martinez la fis escrevir por mandado del rey.

584. 1310.04.04 – Avignon

O papa Clemente V, pelas letras «Alma mater», dirigidas aos reis de França, Castela, Maiorca, Navarra e Portugal e aos arcebispos de Sevilha, Toledo, Tarragona, Compostela e Braga, adia o Concílio de Vienne.

AV. Reg. Vat. 55, fls. 275v-276v

Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, p. XXIV (cuja lição se segue)

Venerabilibus fratribus archiepiscopo Nicosiensi et eius suffraganeis. Alma mater Ecclesia [...] quod dudum a proximis tunc Kalendis octobris ad duos annos immediate sequentes apud civitatem Viennensem de fratrum nostrorum concilio decrevimus congregandum per nostras [fl. 276] sub certa forma litteras duxerimus evocandos, quia tantum negotium inquisitionum, quas per diversas mundi partes contra ordinem

militie Templi eiusque singulares personas fieri mandavimus, completum non est et quod in brevi compleri valeat non speramus nec videmus ipsum negotium et nonnulla alia que in eodem sunt tractanda concilio posse usque ad prefatum statutum terminum taliter preparari quod ad ipsius examen concilii decenter valeant introduci, eundem terminum usque ad Kalendas octobris predictum primum terminum iam dudum per easdem nostras litteras assignatum immediate sequentes ex premissis et aliis certis iustis et legitimis causis, quas presentibus inseri non oportet, de fratrum eorumdem consilio duximus prorogandum [...] Datum Avinione, ii Nonas aprilis, anno quinto [...]. In eodem modo archiepiscopo Ispalensi et eius suffraganeis. In eodem modo archiepiscopo Terraconensi et eius suffraganeis [...] [fl. 276v] [...]. In eodem modo archiepiscopo Bracharensi et eius suffraganeis [...]. In eodem modo archiepiscopo Compostellano et eius suffraganeis [...]. In eodem modo carissimo in Christo filio Philipo, regi Francie illustri. Alma mater [...]. Datum ut supra in prima forma [...]. In eodem modo Jacobo, regi Aragonum. In eodem modo Fernando, regi Castelle et Legionis. In eodem modo Jacobi, regi Maioricarum. In eodem modo Ludovico, regi Navarre. In eodem modo Dionisio, regi Portugalie.

585. 1310.04.14 – Frielas

D. Dinis envia carta a D. Fernando de Castela no sentido de ambos os monarcas se comprometerem a salvar e a proteger os bens dos Templários em Portugal, perante a decisão do papa Clemente V de querer dispor deles.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.^a incorporação, mç. 43, n.º 1745⁷⁹⁷ (cuja lição se segue)
Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, p. XXXIII

Sabham quantos esta carta virem como nos don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve outorgamos que fazemos e que poemos preito e postura convosco muy noble e muyto honrrado don Fernando per essa meesma graça rei de Castela de Leon de Toledo de Galiza de Sevilha de Cordova de Murça de Jeen e senhor de Molina per razom que todolos beens que foram da hordem do Tempre assi vilas e castelos e logares e herdamentos quaaesquer que a dicta hordem tiinha nos nossos reynos de Portugal e do Algarve e en todo nosso senhorio e outrossi os que avia nos reynos de Castela e de Leom e en todo o vosso senhorio foram dos reys onde nos viimos e dos outros homeens que eram dos nossos reynos que lhos derom por herdade e dal en que se mantevessem a cavalaria da dicta hordem do Tempre a serviço de Deus e nosso e de aquelles que veerem depois de nos. Por que se a dicta hordem ouver a seer desfeyta e o papa quisesse fazer ou hordinhar alguma cousa de todolos beens de suso dictos assi movis come reyzes pera os querer sacar de nossos senhorios e de nossa jurisdiçom que nos e vos que nos paremos ao emparar e ao

⁷⁹⁷ Pergaminho com selo de chumbo em fios de trancelim de cores.

deffender contra todos aqueles que o demandar quiserem. E nos dicto rey don Denis que non possamos fazer nenhum preito nem avença com o papa nem com outros nenhums sobr'esta razom nen outra composiçom nenhuma sen vos sobredito rey don Fernando nem vos outrossi que non possades fazer nenhuma destas cousas sen nos. E que sejamos ambos a hum acordo pera o emparar e deffender na maneira que dicta he. E desto vos fazemos preito e menagem a boa fe sem maa engano de o teer e de o guardar. E de mais desto outorgamos que se nos non tivermos e nos nom guardarmos todas estas cousas que sobredictas son ou qualquer delas que vos peitemos por ende dez mil marcos de prata e que nos possades penhorar por eles nos nossos reynos e fora deles hu quer que o possades fazer sen pea e sen coimha nenhuma. E desto que sejam feitas duas cartas ambas em hum teor tal huma come a otra que tenhades vos muy noble e muyto honrrado don Fernando rey sobredito de Castella seelada com nosso seelo de chumbo colgado e a outra que tenhamos nos de vos seelada com vosso seelo de chumbo colgado e se el rey d'Aragom quiser seer em esto comnosco que vos que lhi mandedes dar outra tal carta com esta dando vos el outra sua em esta meesma maneyra. Dante en Freelas quatorze dias de Abryl el rey o mandou. Stevam da Guarda a fez Era de mill trezentos quarenta e oyto annos.

586. 1310.08.31 – Lisboa

D. Dinis, em carta dirigida ao bispo de Tui, confirma João Mendes clérigo na igreja de São João de Rio Frio, da diocese de Tui. O dito João Mendes mostrara ao rei um instrumento público de Estêvão Martins, notário de Tui, segundo o qual Gonçalo Fernandes, comendador de Rio Frio e Nisa, apresentara o dito João Mendes na igreja de Rio Frio. Mas, João Mendes comunicara ao rei que como os freires da Ordem do Templo já não estavam em posse do lugar, o bispo não o queria confirmar sem a apresentação do rei. D. Dinis confirma assim a referida apresentação de João Mendes na igreja de São João de Rio Frio. Sobre o documento, escrito a vermelho «Escusada» com um risco vermelho ao longo do documento.

ANTT. Gavetas, Gav. 19, mç. 14, n.º 3, fl. 52r (cuja lição se segue)

Publ. Gomes 2013, pp. 26-27

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve. Ao honrrado en Christo dom Oanne per essa meesma graça bispo de Tuy ou aos seus vigayros saude e graça. Sabede que Johane Mendiz clerigo de Rio Frio mi mostrou hum stormente fecto per mão de Stevam Martinz notayro de Tuy en que era conteudo que Gonçalo Fernandiz freyre da hordem do Tenpre comendador de Rio Frio e de Nisa apresentara o dicto Johane Mendiz no tenpo que el tiinha essa baylia aa eygreja de San Oanne de Ryo Frio e enviava nos rogar per sa carta que o confirmassedes a ela. E ora disse mi o dicto Johane Mendiz que porque os freyres non son em posse dos seus logares que vos que non queredes confirmar sem mha presentaçom. E eu tenho por bem que a presentaçom que o dicto comendador fez o dicto Johane Mendiz de a aver por firme e outorgar quanto en mim e rogo vos que o confirmades na dicta eygreja asy como

usavades confirmar en tenpo dos freyres e agradecer vo ley muyto. En testimonyo desto deei ao dicto Johane Mendiz esta mha carta. Dante en Lixboa prestumeyro dia d'agosto. El rey o mandou per Gonçalo Anes dayam de Bragaa <seu clerigo>. Joham Dominguez a fez. Era de mil trezentos quareenta e oyto anos.

587. 1310.12.18 – Valença

João Façanha e Elvira Eanes, sua mulher, vendem a Gonçalo Fernandes, freire da Ordem do Templo, uma casa em Portalegre.

ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.^a parte, fls. 99r-99v (cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 180v-181r

In Dei nomine amne. Eu Joham Façana eu Elvira Johannes molher de Joham Façana a vos Gonçalo Fernandez freire do Tempre facemos carta dhuma casa que nos aviamos em Portallegre assy como parte com Bragina<s> e com dom Giraldo Ovelleiro e entesta convosco comprador e per rua de concelho vendemos esta cassa por preço que de vos recebemos convem a saber trinta e cinco morabitanos de purtuguesses dos quaaes morabitanos nos outor-[fl. 99v] gamos por bem pagados e do preço a vos nada non ficou por dar. E se algem vier que este nosso feyto qiser demandar quanto demandar tanto em dobre e componna e peyte aa senhor da terra cem morabitanos e esta demanda non leva la. E se nos outorgar non podermos ou non qissermos outro tanto. Feyta a carta em Vallença XVIIIº dias de dezembro Era de mill e CCC e XL oyto anos. Reynava em Castella e em Leon rey dom Fernando mestre d'Alcantara dom Garcia Paez comendador de Valença. Dom Vasco Fernandez. Alcalles Joham Dominguez e Teresa Mateus e Gil Martinz e Domingue escrivam. Notuit Fernam Eanes. Testemunhas que forom presentes Martim da Mouca e Joham Paez Asereneyro e Pero Paez d'Arva de Pay Anga e Martim Paez al. [sic] e Pero Feto. Eu Fernam Eanes notairo de Valença a esto presente fuy esta carta fiz escrever em ella este meu sinal pygi que tal ee. Em testimonio de verdade.

588. 1311.10.23 – Caria

D. Vasco Martins de Alvelos, bispo da Guarda, deixa em testamento a D. Vasco Fernandes, mestre da Ordem do Templo, quatro mil libras. Excerpto.

BMV. *Mss. de Viterbo*, 20-I-20, fls. 98v-99

Publ. *Testamenta Ecclesiae Portugaliae*, n.º 4.4., pp. 492-494 (p. 493) (cuja lição se segue)

In nomine Domini nostri Jhesus Christo amen. Noverint universi quod nos Velascus divina miseracione episcopus Egitaniensis in lecto nostre egritudinis constituti t[... ..]otes totius mentis nostre timentis diem mortis nostra facimus et ordinamus testamentum de rebus nostris mobilibus et immobilibus in hunc modum [...] Item domno Velasco Fernando magistro militia Ordinis Templi 4 millium librarum [...]. Actum apud nostram cameram de Cariam X^a Kalendas novembris Era M CCC XLVIII [...].

589. 1312.05.02 – Vienne

O papa Clemente V, pelas letras «Ad providam», com a aprovação do Concílio de Vienne, manda transferir os bens dos Templários para a Ordem do Hospital, com exceção dos bens existentes nos reinos de Castela, Aragão, Maiorca e Portugal.

AV. Reg. Vat. 57, fl. 50v

Publ. *Magnum Bullarium Romanum*, tomus IX, pp. 148-150; *Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*, tomo IV, pp. 226-229; Alberigo 1994, tomo 2, 1.^a parte, pp. 712-719⁷⁹⁸ (cuja lição se segue)

Ad perpetuam rei memoriam. Ad providam Christi vicarii praesidentis in specula apostolicae dignitatis circumspectionem pertinet, vices pensare temporum, emergentium negotiorum causas discutere ac personarum attendere qualitates, ut ad singula debitum dirigens necessariae considerationis intuitum e opportuna manum operationis apponens, de agro Domini sic vitiorum tribulos eruat ut virtutes amplificet, sic praevaricantium spinas tollat ut evellendo plus plante quam destruat, et in loca vacua per eradicationem nocentium tribulorum devota Deo plantaria transferendo, potioem praebeat de provisa et utili eorumdem locorum unione et translatione laetitiam quam vera iustitia, quae compassionem habet doloris, intulerit detrimentum personarum locorum huiusmodi per ruinam; sic enim sufferendo quod officit et subrogando quod proficit, virtutum profectus amplificat et sublata de medio meliori sub rogatione restaurat. Dudum siquidem ordinem domus Militiae Templi Ierosolimitani propter magistrum et fratres ceterasque personas dicti ordinis in quibuslibet mundi partibus consistentes variis et diversis non tam nefandis quam infandis, proh dolor, errorum et scelerum obscenitatibus, pravitatibus, maculis et labe respersos, quae propter tristem et spurcidam eorum memoriam presentibus subticemus eiusque ordinis statum, habitum atque nomen non sine cordis amaritudine et dolore, sacro approbante concilio, non per modum diffinitivae sententiae, cum eam super hoc secundum inquisitiones et processus super hiis habitos non possemus ferre de iure, sed per viam provisionis seu ordinationis apostolicae, irrefragabili et perpetuo valitura substulimus sanctione, ipsum prohibitioni perpetuae supponentes districtius inhibendo, ne quis dictum ordinem de cetero intrare vel eius habitum suscipere vel portare aut pro Templario gerere se praesumeret. Quod si quis contrafaceret, excommunicationis incurreret sententiam ipso facto. Universa etiam bona ordinis praelibati apostolicae sedis ordinationi et dispositioni auctoritate apostolica duximus reservanda, inhibentes [p. 714] districtius ne quis, cuiuscumque conditionis vel status existeret, se de personis vel bonis huiusmodi aliquatenus intromitteret vel circa ea in praeiudicium ordinis seu dispositionis apostolicae per sedem eandem, ut praemittitur faciendae, aliquid faceret, innovaret vel etiam attentaret, decernentes ex tunc irritum et inane, si secus a quoquam scienter vel ignoranter contingeret attentari; ac postmodum ne dicta bona

⁷⁹⁸ Inclui tradução para francês.

quae dudum ad subsidium Terrae sanctae et impugnationem inimicorum fidei christianae a Christi cultoribus data, legata, concessa et acquisita fuerunt, debita gubernatione carentia tamquam vacantia deperirent vel converterentur in usus alios quam in illos ad quos fuerant pia devotione fidelium deputata, vel propter tarditatem ordinationis et dispositionis huiusmodi eorum destructio vel dilapidatio sequeretur, cum fratribus nostri sanctae Romane ecclesiae cardinalibus necnon patriarchis, archiepiscopis, episcopis et praelatis ac etiam cum nonnullis excellentibus et illustribus personis, cum reliquorum quoque absentium praelatorum et etiam capitulorum et conventuum, ecclesiarum et monasteriorum procuratoribus in dicto concilio constitutis, habuimus ardua, morosa et diversa consilia et tractatus, ut per huiusmodi consiliorum et tractatum deliberationem praehabitam diligentem dictorum bonorum ordinatio et dispositio ad honorem Dei, augmentum fidei, exaltationem ecclesiae, dictae Terrae subsidium, salutem quoque fidelium et quietem, salubris et utilis proveniret; postque utique longa, praemeditata, provisa et matura consilia, suadentibus plurimis iustis causis, nostra et dictorum patrum necnon patriarcharum, archiepiscoporum, episcoporum et aliorum praelatorum ac excellentium et illustrium personarum praedictorum in dicto concilio tunc praesentium, deliberationes et consilia in hoc finaliter resederunt, ut praedicta bona ordini Hospitalis sancti Ioannis Ierosolimitani et ipsi Hospitali ac dilectis filiis magistro et fratribus Hospitalis eiusdem, nomine Hospitalis et ordinis eorumdem, qui tamquam athletae Domini pro defensione fidei se periculis mortis iugiter exponentes, onerosa nimis et periculosa dispendia continue perferunt in partibus transmarinis, in perpetuum unirentur. Nos igitur inter cetera mundi loca, in quibus vigere dinoscitur observantia regularis, dictum ordinem Hospitalis et ipsum Hospitale sincere caritatis plenitudine prosequentes ac attendentes, quod sicut evidentia facti docet in eo divinis obsequiis ferventer insistitur, pietatis et misericordiae opera vigilantibus studiis exercentur, fratres Hospitalis ipsius mundanis spretis illecebris devotum impendentes Altissimo famulatum ac pro recuperatione Terra praedictae tamquam intrepidi Christi pugiles ferventibus studiis et desiderii intendentes, quaelibet ducunt humana pericula in contemptum; considerantes quoque quod ex hoc tanto eorumdem magistri et fratrum dictorum ordinis et Hospitalis crescet strenuitas, animorum fervor augebitur et ipsorum roborabitur fortitudo ad propulsandas nostri Redemptoris iniurias et hostes eiusdem fidei conterendos, quanto ipsorum potentia in opulentioribus facultatibus augmentata, onera quae prosecutionis tanti negotii necessitas exigit, levius et facilius poterunt supportare et propterea non indigne vigiles redditi studiisque sollicitis excitati, ut ad sui status augmentum opem et [p. 716] operam impendamus, eodem sacro approbante concilio, ipsam domum Militiae Templi ceterasque domos, ecclesias, capellas, oratoria, civitates, castra, villas, terras, grangias et loca, possessiones, iurisdictiones, redditus atque iura omniaque alia bona immobilia et mobilia vel se moventia, cum omnibus membris, iuribus et

pertinentiis suis, ultra et citra mare ac in universis et quibuslibet mundi partibus consistentia, quae ipse ordo et dicti magister et fratres ipsius ordinis Militiae Templi, tempore quo ipse magister et nonnulli ex eisdem fratribus Militiae Templi in regno Franciae communiter capti fuerunt videlicet anno Domini millesimo trecentesimo octavo mense octobris, per se vel per quoscumque alios habebant, tenebant et possidebant vel ad eosdem domum et ordinem Militiae Templi, et dictos magistrum et fratres ipsius ordinis Militiae Templi quomodolibet pertinebant necnon nomina, actiones et iura, qua praedicto tempore captionis ipsorum eisdem domui, ordini vel personis, ipsius ordini Militiae Templi quocumque modo competebant vel competere poterant contra quoscumque, cuiuscumque dignitatis, status vel conditionis existerent, cum omnibus privilegiis, indulgentis, immunitatibus et libertatibus, quibus praefati magister et fratres dictorum domus et ordinis Militiae Templi et ipsa domus et ordo per sedem apostolicam vel per catholicos imperatores, reges et principes et fideles alios vel quocumque alio modo erant legitime communiti, eidem ordini Hospitalis sancti Ioannis Ierosolimitani et ipsi Hospitali donamus, concedimus, unimus, incorporamus, applicamus et annectimus in perpetuum de apostolica plenitudine potestatis, exceptis bonis quondam dicti ordinis ipsius Militiae Templi consistentibus in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum Castellae, Aragoniae, Portugaliae et Maioricarum regum illustrium extra regnum Franciae, quae a donatione, concessione, unione, applicatione, incorporatione et annexione predictis specialiter excipienda duximus et etiam excludenda, ex nihilominus, dispositioni et ordinationi sedis apostolicae reservantes, inhibitionem dudum per alios processus nostros factam, ne quis videlicet, cuiuscumque conditionis vel status existeret, se de personis et bonis huiusmodi aliquatenus intromitteret vel circa ea in praeiudicium ordinationis seu dispositionis sedis eiusdem faciendae de illis necnon decreti nostri interpositionem, quoad personas et bona, in dictis regnis et terris eorundem regum proxime expressorum consistentia, omnino manere volentes in pleno robore firmitatis, quousque de bonis et rebus praedictis in eisdem regnis et terris consistentibus, per dispositionem sedis eiusdem fuerit aliter ordinatum, occupatores quoque dictorum bonorum aut illicitos, detentores, cuiuscumque status, conditionis, excellentiae vel dignitatis exstiterint, etiam si pontificali, imperiali vel regali praefulgeant dignitate, nisi infra unius mensis spatium, postquam super hoc per dictos magistrum et fratres ipsius Hospitalis vel ipsorum quemlibet aut procuratorem seu procuratores eorum fuerint requisiti, dicta bona dimiserint illaque plene et libere restituerint ordini ipsius Hospitalis et eidem Hospitali aut magistro seu prioribus vel praeceptoribus aut fratribus Hospitalis eiusdem, in quibuscumque partibus et provinciis constitutis eorumque singulis vel procuratori seu procuratoribus eorundem, eiusdem ordinis ipsius Hospitalis nomine, etiamsi dicti priores, preceptores et fratres ipsius Hospitalis et procuratores ipsorum et eorum quilibet a dicto magistro ipsius Hospitalis

mandatum super hoc specialiter non haberent, dummodo procuratores praedicti a dictis prioribus et praeceptoribus vel eorum singulis in provinciis et partibus, in quibus huiusmodi priores et preceptores exstiterint deputati, mandatum super hoc habuerint vel ostenderint speciale. Qui omnes et singuli, videlicet priores et praeceptores et fratres dicto magistro, procuratores vero praedicti eisdem prioribus et praeceptoribus eorumque singulis, a quibus super hiis fuerint deputati, plenum super omnibus, gestis, actis, receptis et procuratis per eos quomodolibet in hac parte computum et rationem ponere et reddere teneantur, necnon omnes qui scienter occupatoribus et detentoribus praelibatis in occupatione vel detentione huiusmodi dederint consilium, auxilium vel favorem, publice vel occulte, excommunicationis, capitula vero collegia seu conventus ecclesiarum et monasteriorum necnon universitates civitatum, castrorum, villarum et aliorum locorum et ipsas civitates, castra, villas et loca, que in his culpabilia exstiterint, ac etiam civitates, castra et loca, in quibus detentores et occupatores huiusmodi dominium obtinuerint temporale, si huiusmodi domini temporales in dimittendo bona praedicta et restituendo illa magistro e fratribus ordinis et Hospitalis eiusdem, nomine Hospitalis ipsius, obstaculum adhibebunt et infra dictum mensem ab huiusmodi praemissis non destiterint, postquam super hoc, ut praemittitur, fuerint requisiti, ipso facto interdicti sententiis decernimus subiacere, a quibus absolvi non possint, donec super hiis plenam et debitam satisfactionem curaverint exhibere et nihilominus occupatores e detentores huiusmodi vel prestantes eisdem, ut praemittitur, auxilium, consilium vel favorem sive singulares personae sive capitula, collegia seu conventus ecclesiarum et monasteriorum ac universitates civitatum, castrorum, terrarum vel aliorum locorum exstiterint, praeter poenas praescriptas, omnibus quae a Romana vel aliis ecclesiis quibuscumque tenent in feudum, ipso facto decernimus fore privatos sive privata, ita quod ad ecclesias, ad quas spectant, illa libere sine contradictione aliqua revertantur earumque ecclesiarum praelati sive rectores de ipsis pro sua voluntate disponant, sicut utilitati ecclesiarum ipsarum viderint expedire. Nulli ergo [...]. Si quis [...]. Dat. Viennae, VI nonas maii, pontificatus nostri anno septimo⁷⁹⁹.

590. 1312.05.16 – Livron

O papa Clemente V, pelas letras «Nuper in concilio», determina a transferência dos bens dos Templários para a Ordem do Hospital, com exceção dos existentes nos reinos de Castela, Aragão, Maiorca e Portugal.

AV. Reg. Vat. 57, fl. 60v

Publ. *Magnum Bullarium Romanum*, tomus IX, pp. 150-151; Alberigo 1994, tomo 2, 1.ª parte, pp. 724-726⁸⁰⁰ (cuja lição se segue)

⁷⁹⁹ «Die 2 Maii 1312» (Alberigo 1994, tomo 2, 1.ª parte, p. 718).

⁸⁰⁰ Inclui tradução em francês.

Universis administratoribus et curatoribus ad administrandum et conservandum bona quondam domus et ordinis Militiae Templi, apostolica et quacumque auctoritate alia deputatis, ubicumque consistentia. Nuper in generali concilio, per nos Viennae, disponente Domino, celebrato, post longam deliberationem praehabitam et maturam, acceptabilius fore credentes Altissimo, magis honorabile fidei orthodoxe cultoribus ac subventioni Terrae Sanctae utilius exstimantes, bona quondam domus et ordinis Militiae Templi ordini Hospitalis sancti Ioannis Ierosolimitani concedere, quam ordini de novo creando unire aut etiam applicare, consilium deliberationis nostrae providit, sed quia tunc aliquibus asserentibus, utilius fore bona ipsa ordini noviter creando conferre, quam dicti Hospitalis ordini applicare, tunc noster affectus speratum effectum super hoc obtinere nequivit. Tandem vero, sic per Dei gratiam actum fore dinoscitur, quod VI nonas praesentis mensis maii, [p. 726] eodem sacro approbante concilio, Hospitali seu ipsius Hospitalis ordini supradictis praefata bona concedenda et applicanda duximus et etiam unienda, bonis eiusdem ordinis Militiae Templi in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum ... Castellae, ... Aragonum, ... Portugaliae et Maioricarum regum illustrium⁸⁰¹, extra regnum Franciae consistentibus, dumtaxat exceptis, que ab unione, concessione et applicatione huiusmodi, ex certis causis excipienda duximus et etiam excludenda, ipsa dispositioni nostrae et sedis apostolicae specialiter reservantes, quosque de illis aliter pro dictae Terrae subsidio, per nostram et dictae sedis providentiam exstiterit ordinatum. Quocirca universitati vestrae per apostolica scripta districte praecipiendo mandamus, quatenus bona praedicta cum redditibus inde perceptis, deductis deducendis expensis, eisdem magistro et fratribus, aut singula eorum singulis dicti Hospitalis prioribus seu praeceptoribus provinciarum aut civitatum vel diocesum seu locorum in quibus bona ipsa consistunt, seu procuratori vel procuratoribus eorundem, sive ipsorum alicuius, prout cuiuslibet vestrum cure et administrationi commissa fuerunt, cum ab eis vel eorum aliquo super hoc fueritis requisiti, infra unum mensem a tempore requisitionis huiusmodi, nomine dictorum Hospitalis et ordinis, integraliter restituere et assignare curetis, ita quod magister et fratres ac priores et praeceptores, seu procurator vel procuratores praedicti de vobis in hac parte digne se valent commendare, nosque in vois devotae oboedientiae promptitudinem merito cognoscamus. Dat. Liverone, Valentin. diocesis, XVII kal. Iunii, anno septimo⁸⁰².

⁸⁰¹ «Ferdinandus IV, Iacobus II, Dionysius, Iacobus» (Alberigo 1994, tomo 2, 1.^a parte, p. 726).

⁸⁰² «Die 16 maii 1312» (Alberigo 1994, tomo 2, 1.^a parte, p. 726).

591. 1312.12.11 – Agueira (julgado de Moreira)

D. Dinis manda fazer uma inquirição pela qual se prova que a quintã do Pinheiro de Ázere era pertença da Ordem do Templo.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 4, n.º 8* (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 84r-85r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 234, 2.ª parte, fls. 152v-153r*; BNP. *Fundo Geral, n.º 736, fls. 292v-294r*; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 7, pp. 56-58*

Saibam todos que omze dias andados de dezenbro Era de mil e trezentos e cincoenta anos en a Agueyra do julgado de Moreyra em presença de mi Martim Piriz tabelliam d'el rey em Viseu e das testemunhas adeante scriptas Afonso d'Armez guarda de nosso senhor el rey mostrou e fez leer per mim huma carta de nosso senhor el rey na qual era conteudo antre as outras cousas que el rey mandava ao dicto Afonso d'Armez que ele possesse a casa de Pinheiro d'Azere a qual tiinha em prestamo o conde en recado pera el rey com totalas <cousas> que em ela avia a qual carta perleuda o dicto Afonso d'Armez dise aos moradores da Mareyra e da Agueyra que el achava por verdade que perteencia todos aa casa de Pinheyro e que forom do Tempre. E os dictos moradores estando todos assentados o dicto Afonso d'Armez fez jurar sobre os sanctos evangelhos⁸⁰³ os milhores quatro homens dos dictos logos que eles disessen verdade daquelo per que os ele preguntasse. E eles jurarom Fernam Dominguiz juiz dos ditos loguos Domingos Martiiz e Fernam Gonçalvez moradores da Agueyra Domingos Dominguiz desse logo. E logo Afonso d'Armez os preguntou pelo juramento que feserom que lhy dissessem quantos moravam nos dictos logos que fizessem foro. E os dictos moradores disserom que eram trinta e quatro que ora faziam foro e destes foreyros creciam e minguavam. Outrosy os preguntou pelo juramento que fezerom que foro faziam daquelo que aviam e eles disserom que davam a octava parte de pam e de vinho e linho e senhos moolhos de linho d'eiradiga e tres teigas de pam d'eiradiga meyo centeo e meyo milho e una quarta de vinho d'eiradiga e senhos almudes de trigo pela sa medida pera fogacias e que estas fogacias se entregam no monte do pam na eyra ante que se parta. Item por Natal humm corrazil de porco e se porco non ouver dar oyto dinheiros e senhos capos e dez ovos em cada anno cada hum deles de foro. Item os preguntou se sabiam onde avia o dicto conde a dicta terra ou se perteecia aa quintaa de Pinheiro e eles disserom que a tiinha da Horden do Tempre e que ouvirom dizer que a tinha emprazada da dicta hordem. Item os preguntou pelo juramento que fezerom se sabiam se tinha y o dicto conde alguma cousa tanben dinheiros como gaados como doutras cousas quaesquer que fosse suas do dicto conde ou se lhe devia alguas dividas na terra unde eles soubessem parte ou fora da terra que dessa terra fossem e eles disserom que non tinha y outras cousas que eles soubessem salvo humm pardeeiro e huuma courela. E que ouvirom dizer que Afonso Martiiz de Canos e Joham Galvam

⁸⁰³ Segue-se supontado «que dissessem verdade», assinalando tratar-se de um erro.

mercador de Viseu deviam dinheiros do ano traspasado da dicta terra. Item disserom que estava rendada a dicta terra desde San Johane Bautista que ora pasou a huum ano por cento viinte libras e por huum carneyro. Item os preguntou se valera ja mais e eles disserom que a tevera Joham Galvam o anno trespasado por cento e quarenta e duas libras. Item os preguntou se sabiam se dera alguem por ela mai en renda ca ora estava e eles disserom que non sabiam mais que o sinavam que estava muy bem rendada. Item os preguntou pelo juramento que fezeram se sabiam quanto renderam as dictas terras antre pan e vinho e eles disserom que rendera aos rendeiros este ano que ora anda sesseenta e quatro moyos e meyo de centeo e de milho. Item quatro moyos e meyo de trigo e treze moyos de vinho pela medida da terra. Preguntados que medida aviam disserom que dous alqueires seus faziam huum de Viseu tanben de pam conme de vinho. Preguntados se sabiam quanto era o pam do centeo em seu cabo e outrossi o do milho disserom que o non sabiam. Preguntados quanto valia ora o alquer do trigo e o do centeo e o do milho e o do vinho pela sa medida disserom que valia o alquer do trigo huum soldo e o alquer do centeo e do milho seys dinheiros e o almud do vinho vinte dinheiros. Item o dicto Afonso d'Armez lhis disse pelo juramento que fezeram que lhi disessem qual era o homem dantr'eles mais rico e mais convenhavel pera goardar e recadar totalas cousas e direyτος d'el rey pera dar deles conto e recado a el rey e eles disserom que era Domingos Martiiz da Aguieyra e o dicto Domingos Martiiz jurou que bem e dereitamente guardasse e recadasse totalas sobredictas cousas pera el rey. E os sobredictos moradores da terra sobredicta lhi ficarom por totalas sobredictas cousas. Item o dicto Afonso d'Armez juramentou o juiz das dictas terras que bem e dereitamente guardasse os direitos d'el rey e que totalas appelações que dele appelassen que appelassen pera el rey. Das quaes cousas o dicto Afonso d'Armez pidio a mim que lhy desse huum testemunho. E eu Martim Perez tabelliom sobredicto per mandado de nosso senhor el rey a esto presente fuy e este testemunho com minha mão screvy e pugi aqui este meu signal em testemunho de verdade que tal [SINAL NOTARIAL] he. Testemunhas Fernam Gonçalvez e Domingos Dominguez e Domingos Juraaez e Pero Giraldez moradores na Aguieyra e Francisco Dominguz homem de Lourenço Anes tabelliom de Viseu e outros muytos.

592. 1313.06.05 – Lisboa

D. Afonso Martins, cónego de Lisboa, faz ler e publicar uma carta de D. Afonso Henriques, de 1169.09, pela qual o rei faz promessa de doação a Godofredo de Fouchier, procurador da Ordem do Templo nas terras de aquém-mar, a Garcia Romeu, superior dos cavaleiros da Ordem nos campos e nos castelos, e a Gualdim Pais, procurador da Ordem do Templo em Portugal, da terça parte de tudo quanto conquistasse na região do Alentejo, com a condição dos proventos serem aplicados no serviço do rei. ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 6 (cuja lição se segue); ANTT. Leitura Nova, Livro dos Mestrados, fls. 50v-51r

In Dei nomine amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub era millessima trecentesima quiquagesima prima videlicet quinta die mensis junii apud civitatem Ulixbonensi venerabilis vir Alfonsus Martini canonicus Ulixbonensi domni Dionisii illustrissimi regis Portugalie et Algarbii vice cancellarius ostendit publicari et legi feci coram venerabili viro donno Apparço Dominici predicti domni regis superiudice in presentia mei Laurentii Johannis publici tabellionis civitatis predictae et testium subscriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum quamdam cartam bone memorie domni Alffonsi quomdam illustrissimi regis Portugalie per alphabetum divisam cum quodam signo predicti domni regis Alffonsi quod signum tale est [SINAL NOTARIAL]. Quod signum prefactus domnus rex Alffonsus in omnibus suis litteris in signum firmitudinis apponebat prout manifeste per plures alias suas litteras tam donacionum quam aliarum firmitudinum apparebant que signum huiusmodi continentes cuius carte tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento 1169.09 – Lafões*]

Qua perlecta predictus vicecancellarius nomine et vice predicti domni Dionisii illustrissimi regis et de mandato eius cum periculosum esset predictam. Cartam ad curiam deferre propter pericula et viarum discrimina petiit a predicto super iudice ut auctoritatem prestaret mihi et assensum ut dictam cartam transcriberem et in publicam formam redigerem. Et tunc dictus super iudex ad petitionem predicti Alffonsi Martini vicecancellarii mihi predicto tabellioni auctoritatem suam prestitit et assensum. Actum Era mense die et loco superius nominatis. Presentibus Johanne Gunsalvi. Roderico Vincentii tabellionibus Ulixbonensis. Roderico Johannis Rotundo. Johanne Fernando militibus. Stephano Petri advocato. Dominico Gunsalvi. Stephano Martini clericis et aliis pluribus. Et ego Laurentius Iohannis tabellio Ulixbonensis prenomatus de mandato et auctoritate ordinaria predicti superiudicis et ad petitionem predicti vicecancellarii predictam cartam in hanc publicam formam redegei et exinde hoc publicum instrumentum propria manu conscripssi meoque signo solito consignavi quod tale [SINAL NOTARIAL] est in testimonium veritatis. Et ego Johannes Gunsalvii publicus tabellio civitatis Ulixbonensis hiis omnibus interfui et signum meum hic apposui in testimonium premissorum quod tale [SINAL NOTARIAL] est. Et ego Rodericus Vincentii publicus tabellio civitatis Ulixbonensis hiis omnibus interfui et signum meum hic apposui in testimonium premissorum quod tale [SINAL NOTARIAL] est.

593. 1314.02.09 – Muge

D. Dinis confirma a Pedro Afonso, seu filho natural, os herdamentos que João Soares, antigo freire da Ordem do Templo, dera a esse seu filho.

ANTT. Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 85r (cuja lição se segue)

Publ. Chancelaria de D. Dinis, liv. III, vol. 2, n.º 439, pp. 55-56

Doaçom a Pedr'Afonso filho d'el rey de todolos herdamentos e possissões que lhy Joham Soarez que foy freire do Tempre outorgou.

Don Denis pela gra[ça] de Deus rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee a Pedro Affonso meu filho tenho por bem e mando que el<e> [a]ja en sa vida pera todo senpree e seus filhos liidimos que dele decenderem de dereita linha todolos herdamentos e possissões que lhy Joham Soarez que foy freyre do Tenpre deu. E se hi filho lii[di]mo non ouver que del decenda de dereita linha tenho por bem e mando que os dictos herdamentos con seus melhoramentos sen contenda nenhuma fiquem aa coroa do reyno. En testemuyngo desto dey ao dicto Pedr'Affonso esta carta. Dante en Muja nove dias de fevereiro el rey o mandou. Affon[so] Martinz a fez Era M^a III^c L^a II anos.

594. 1314.04.08 – Coimbra

D. Dinis manda tirar inquirição com 25 artigos sobre os usos, costumes e jurisdições dos Templários pela qual se demonstra que os reis haviam dado a esta milícia certas vilas, lugares e castelos, contando que apenas tivessem os frutos e rendas delas e os aplicassem no serviço do rei de Portugal.

ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 2, n.º 4* (cuja lição se segue); ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 18, n.º 2*⁸⁰⁴ (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 143v-150r
Publ. Gomes 2011, n.º 1, pp. 100-116 (versão de *Livro dos Mestrados*)

Prima pars. Prime depositiones producte per Joham Pelagii de Souri [sub Era M^a CCC LII^a]⁸⁰⁵ Colimbria.

Duram Canelas cavaleyro preguntado pelo primeyro artigoo disse que ouvira sempre dizer e fora e era fama e creença na terra que o reyno de Portugal fora rejudo per o conde don Anrique assy come condado. E que o dicto conde defendia a terra a mouros e fazia guerra contra eles.

Item disse no II^o arti[go] que ouvira dizer sempre e era fama e creença na terra e que el assy o creia que o dicto conde avendo guerra com mouros que os freyres Tempreyros veerom a el e pedirom lhi por mercee que o queriam servir e que lhis desse em que se mantevessem e de que podessem a mouros fazer guerra.

Item disse no III^o artigo que ouvira dizer e era fama e creença e que assi o criia el por certo que esto meesmo pidirom os Tempreyros al rey don Affonso seu filho e que assi lho fezera o dicto rey.

Item disse no IIII^o que ouvira sempre dizer que o dicto rey e os outros que depos el veerom proveerom aos Tempreyros de muytos logares vilas e castelos en esta maneyra que os Tempreyros recibessem as rendas dos logares e os fruytos e as rendas dos castelos que perteciam aa casa dos reis e que os despendessem en serviço dos reis no reyno de Portugal e em guarda do reyno e pera fazer guerra a mouros. E disse mais

⁸⁰⁴ Trata-se da continuação do documento anterior.

⁸⁰⁵ Reconstituição do texto com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 143v-150r.

que era certo que os Tempreyros serviam el rey contra mouros e contra tod'outro defendimento do seu reyno. E que en esto despendiam as rendas dos castelos e das vilas e logares que aviam no reyno de Portugal. E que esto vira el per muytas vezes. E disse mays que sabia e era certo que nenhuma rendas de vilas nem de castelos que os dictos Templeyros ouvessem no reyno de Portugal que non ousariam ende levar nenhuma cousa ao maestre da alen mar se non per lecença d'el rey de Portugal ca diziam os reis de Portugal que queriam que as dictas rendas e averes se despendessem na sa terra de Portugal e a defendessem a mouros e que assi o faziam.

Item disse no Vº artigo que ouvira dizer de gran tempo aca que os dictos logares vilas e castelos foram dados e cometidos em guarda aos Templeyros e que eles os lavrassem e melhorassem e que fielmente os gardassem pera serviço dos reis. E disse mais que assy vira usar e despender aos Tempreyros as rendas en⁸⁰⁶ serviço dos reis e en defendimento da <sa> terra contra mouros e contra outros logares que fossem a defendimento do reyno de Portugal. E disse mays que vira per muitas vezes aos reis de Portugal filhar pera sy as vilas e os castelos e os outros logares que os Templeyros aviam en Portugal e que metiam hy seus alcaydes e que recebiam as rendas de todo pera el rey e que el rey fazia delas o que lhi prazia.

Item disse no VIº artigo que os logares vilas e castelos que [os dictos] Templeyros avian no reyno de Portugal qu'estavam todos por [d'el rey e pera s]eu serviço e os Tempreyros non os podiam enalhear en outra pessoa mays el rey de Portugal cada que queria lhis filhava os logares que avian e os dava a seus filhos e aaqueles que queria e que tiinha por bem e fazia el rey deles o que tiinha por bem. E quando lhis el rey filhava vilas ou castelos os freyres lhy diziam Senhor voso he quanto nos avemos ca vos e vosos avoos no lo destes e en vos he de no lo dardes ou de no lo filhardes ca de vossa mão teemos nos todo e per vosso o teemos. E as rendas dos logares despendemo las em vosso serviço contra mouros e contra outros logares que sam a defendimento de vossa terra ca vossa he toda a propriedade. E disse mais que era certo que os Tempreyros steverom no Algarve pera defender a terra de Portugal contra mouros e que er steverom per vezes em Chaves per mandado d'el rey pera defenderem a terra de Portugal e en outros muytos logares de fronteyras pera defenderem a terra de Portugal. E que el rey non lhis dava nenhuma cousa pera despendarem senom as rendas das terras vilas e castelos que os dictos Tempreyros avian no reyno de Portugal e que assy o aviam os Tempreyros com os reis d'uso e de custume. E que assy o serviam polas dictas rendas das vilas e dos castelos e que assy o vira el sempre usar e fazer.

⁸⁰⁶ Segue-se riscada uma palavra.

Item disse no VIIº artigo que os reis de Portugal reteverom en sy poder de revogar os dictos castelos e vilas que os dictos Tempreyros aviam no reyno de Portugal e faziam os reis deles aquilo que tinham por bem.

Item disse no VIIIº artigo que ouvira dizer e era fama e creença certa que os freyres Tempreyros e os <seus> maestres que en Portugal viviam fazem menage e juramento aos reis de Portugal polas cousas que tiinham no seu reyno com que o aviam de servir. E disse mays que se alguum maestre viinha pera ser maestre en Portugal que non entraria no reyno de Portugal senon per mandado d'el rey de Portugal. E non seeria maestre se non per sa voontade. E outrossi disse que se o maestre queria hyr pera fora do reyno de Portugal que se non hya se non per lecença d'el rey de Portugal. E se se hya per lecença e avya de leyxar alguem en seu logo non leixava senon qual el rey mandava e tiinha por bem.

Item disse no IXº artigo que ouvira dizer aos freyres Tempreyros e a outras gentes que os Templeyros fezerom sempre menage ao rey de Portugal dos castelos e das vilas e logares que aviam en Portugal des sempre ata que a Ordem foy desfeyta.

Item disse no Xº artigo que sempre os Templeyros foram teudos a servir fielmente polas dictas cousas os reis de Portugal com cavalos e com armas e com todolos seus en sas proprias despesas. E enquanto aos dictos reis prouguesse non lhis determinhando tempo per quanto devessem servir mays serviriam el rey quanto fosse sa vontade e tevesse por bem.

Item disse no XIº artigo que assi servirom sempre os Templeyros el rey cada que lhi foy mester.

Item disse no XIIº artigo que os dictos Tempreyros eram senpre teudos servir os reis tamben en guerra quando fosse come em outra maneyra qualquer que aos dictos reis aprouguesse e que assi os vira el senpre servir.

Item disse no XIIIº artigo que assi servirom sempre os Tempreyros os reis de Portugal cada que lhis fazia mester.

Item disse no XIIIº artigo que os dictos Tempreyros foram sempre teudos proveer aos dictos reis de Portugal e a seus filhos e a sa familia e a toda sa gente avondadamente e honrradamente de cevada e de viandas e de todas outras cousas que ouvesse mester cada que passassem ou acaecessem pelos dictos castelos vilas e possissões que foram cometudas aos dictos Tempreyros e que assi lho vira per muytas vezes dar.

Item no XVº artigo disse que assi foram sempre proveudos os dictos reys e seus filhos com sa familia e con toda sa gente assi como he de suso dicto e que assi lhis vira sempre proveer.

Item disse no XVIº artigo que non sabia se o mestre de Portugal devia receber aa dicta Ordem outro freyre salvo o de Portugal se non mays pero disse que vira fazer muytos freires portugueeses e que nunca en Portugal vira fazer freyre que fosse castelãao nem doutra linguagem senon de Portugal. E se en Portugal avya freyres

doutra linguagem viinham da lo fectos unde eram. E disse que freyre nenhuum non se faria en Portugal contra voontade de nosso senhor el rey e disse que non sabia doutra guisa.

Item disse no XVIII^o⁸⁰⁷ artigo que quando o maestre queria fazer cabidoo pera dar as baylias e as teenças que o non fazia senom per mandado d'el rei e que non sabia en como se davam as baylias e as teenças ca non entrava nenhuum leygo en seu cabidoo. Mays pero disse que quando o cabidoo faziam que el rey mandava hum homem boom ou dous dessa casa pera veer como se as baylias davam e pera os non leyxar pelear. E disse que se el rei queria que se desse baylia alguma a alguem que se lhi dava e que se non fazia o cabidoo se non hu fosse voontade d'el rey.

Item disse no XX^o⁸⁰⁸ artigo que o mestre e os comendadores e os freyres de Portugal eram teudos a non sayrem nem se partirem do dicto reyno salvo se ante pedissem lecença aos reis e a gaanhassem deles e que esto vira el per muytas vezes e que assi ouviu usar e agardar sempre como dicto he.

Item disse no XXI^o artigo que vira aos reis de Portugal filhar os fruytos e as rendas dos beens que o Tempre avia no reyno de Portugal cada que al rey prazia e recebia os a sa mão e fazia os agardar pera seu profeyto. Item disse que assy o vira usar e agardar per muytas vezes como dicto he.

Item disse no XXII^o artigo que os Tempreyros e toda sa familia e toda sa gente fossem da jurisdicçom e do senhorio dos rex de Portugal tambem en fecto de demanda civil come criminal que os reis os podiam muy bem pear nos corpos e nos averes se fezesem porque⁸⁰⁹ e faziam os reis en eles justiça cada que o mereciam. E nenhuum freyre non podia fazer justiça em nenhuum malfeytor en nenhuma terra que tevessem en Portugal mas el rey essas justiças faziam hy dereyto e justiça.

Item disse no XXIII^o artigo que ouvira sempre dizer e era certo que pelo poder que os reis en si gardarom e polos serviços que os dictos reis receberom dos dictos Tempreyros per muytas vezes menagees serviços doens e outras servidões muytas quaes prazia aos dictos reis. E disse mais que ouvira dizer per muytas vezes e era certo que quando ordinhavam dos beens pera fazer pobras e vilas e castelos que se novamente fezerom e outorgando as outras pessoas que vira aos reis de Portugal receber a sa mão as vilas e castelos cada que lhis prazia e lhi fazia mester.

Item disse no XXIII^o artigo que os reis de Portugal conhocerom e julgarom sempre tambem dos fectos ceviis come criminaaes movudos contra os dictos Tempreyros e enqueriam ainda contra eles de seu ofizio das cousas criminaaes e faziam en eles justiça segundo seu merecimento.

⁸⁰⁷ O documento não tem o 17.º artigo, passando do 16.º para o 18.º.

⁸⁰⁸ O documento não tem o 19.º artigo, passando do 18.º para o 20.º.

⁸⁰⁹ Termina aqui o documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 2, n.º 4* e começa o documento ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 18, n.º 2.*

Item disse no XXVº artigo que das cousas de suso dictas e de cada huma delas era voz e fama publica e creença no reyno de Portugal que assi passara e assi se usara sempre. E disse mays que sabia e era certo que os concelhos e os poboos das vilas e castelos e logares que foram cometudos aos Tempreyros que non iriam en serviço dos Tempreyros en hoste nem en fossado nem en castelos fazer senon per carta e per mandado d'el rei de Portugal cujos os concelhos eram e por d'el rey se chamavam sempre e a el rey serviam ca aos freyres non. Item disse que ouvira dizer e era certo per muytos que diziam que o virom que Fernan Meendez homem poderoso tevera gran tempo o castelo e a vila de Souri por d'el rei avendo ja hy os freyres Tempreyros a vila de Souri en que guarecessem e que o dito Fernan Meendez fazia dar rações de comer aos freyres e aa noyte sarrava os freyres dentro no castelo e aa manhaa viinha lhis abrir. E que oyra dizer que fezera esto per gran tempo. E disse ainda que quando el rey ou seus filhos chegava aos castelos e aas vilas e aos outros logares que os Tempreyros avian que logo sende os freyres hyam e os deitavam fora e ficava el rey nos castelos e logares e fazia en eles come de seu.

Item Domingos Paez dicto Borrieyro morador en Souri disse en todolos artigos e em totalas outras cousas assi come o dicto Duram Canelas.

Item Martim da Redinha disse em todolos artigos e em totalas outras cousas come o dicto Duram Canelas salvo que no segundo artigo disse que non sabia <se>⁸¹⁰ os Tempreyros foram ao conde don Amrrique que lhis desse en que se mantevessem. E outrossi disse no terceyro artigo que non ouvira dizer nem sabia se era fama se os Tempreyros pedirom en que se mantevessem al rey dom Affonso filho do dicto conde de que podessem a mouros fazer guerra. E outrossi disse que nunca vira em Portugal fazer freyre doutra linguagem salvo que vira ao mestre dom Joham Fernandez fazer freyre huum seu sobrinho que era gallego. Mays en totalas outras cousas disse come o dicto Duram Canelas.

Item Joham Perez molãao de Souri disse en todolos artigos e cousas como o dicto Duram Canelas salvo que disse que vira ao maestre dom Joham Fernandez fazer hum seu sobrinho freyre que era galego.

Item Andre Gonçalvez de Poonbal disse en todolos artigos e cousas come o dicto Duram Canelas. E disse mays que sabia e era certo e vira per muytas vezes que quando o cabidoo faziam os Tempreyros que o faziam per mandado d'el rey e en outra guisa non. E que sempre el rey enviava aos cabidoo cada que o faziam huum seu crerigo pera receber as responsões pera serviço d'el rey e que estavam per alvaraas do dicto crerigo d'el rey. E que el rey dava aos Tempreyros pera despenderem o que queria e o al filhava pera sy. E se algum serviço levavam ao mestre da alen mar era per lecença e per mandado d'el rey e que se non fazia en outra guisa. E disse mays que ouvira dizer

⁸¹⁰ Escrito sobre a palavra rasurada «que».

e vira aos freyres en Portugal. E que ouvira outrossi dizer aos freyres na vila d'Acri que tiinham el rey por baveca porque lhis dava nenhuma cousa. Ca tod'aquelo em que eles guareciam en Portugal que todo era d'el rey de Portugal e que se maravilhavam porque lhis leyxava nenhuma cousa do seu levar aalen mar. E disse mays que el rey de Portugal recebia menagees dos maestros e dos freyres dos castelos e das vilas e das fortalezas que lhy eles faziam. E quando os el rey queria tolher das fortalezas tolhya lhas e metya hy outros alcaydes segraaes cada que queria. E disse mays que quando algum infante nacia en Portugal que logo o mestre e os freyres lhy hyam beyjar mão e recebe lo por senhor e faziam menage ao infante que depos morte de seu padre lh'entregariam as vilas e os castelos e fortelezas e possissões que aviam cometudos e en que guareciam en Portugal e quanto hy aviam e en que guareciam todo era dos reis de Portugal. E que esto vira el per muytas vezes. E disse mays que se alguuns tesouros aviam os Tempreyros sobrepostos de mays que as despesas que faziam que el rey de Portugal os filhava pera sy.

Item Joam Steveez mercador de Poonbal disse assi compridamente nos dictos artigos e nas dictas cousas come o dicto Andre Gonçalvez. E que fora ben quareenta anos per quareenta cabidoos e que sempre vira fazer o cabidoo per el rey e que sempre hya hy hum seu crerigo ou seu messageyro que recebia por el rey as responsões. Item Miguel Eanes mercador en Poonbal disse compridamente come os dictos Andreu Gonçalvez e Johane Steveez.

Item Affonso Martiinz Cerveyra de Poonbal disse compridamente en todolos artigos e outras cousas come os dictos Andre Gonçalvez e Johane Steveez.

[Item] Paay Meendez da Redinha disse en totalas cousas assy come Andre Gonçalvez de Poonbal salvo que disse que non fora en Acri. E que non ouvira dizer aos freyres come Andre Gonçalvez que fora em Acre⁸¹¹.

Item Joham Louçãao de Souri disse en totalas cousas como o dicto Duram Canelas. Item disse que ouvira dizer e que era certo per fama e per creença que Fernam Meendez que era alcayde por el rey em Souri sendo Souri ja dado en encomenda aos freyres que esse Fernam Meendez dava as razões aos freyres e as cousas per que se mantiinham e que os sarrava aa noyte no castelo e levava as chaves pera sa casa e que lhis abria aa manhaa e os deytava fora. Item disse que quando el rey chagava aas vilas e aos castelos e aas fortalezas dos Tempreyros que os freyres se sayam dos castelos e das vilas e el rey ficava nos castelos e nas fortalezas com sa gente. Item disse que os concelhos e os moradores das vilas e dos castelos e das fortalezas dos Tempreyros que non yriam en hoste nem en fossado nem en anuduva com os freyres se non com el rey ou com seu mandado. Ca os concelhos d'el rey eram e por seus se chamavam e el rey serviam ca non os freyres. Item disse que quando appellavan

⁸¹¹ À frente foi acrescentado, em letra mais pequena e muito leve, «mortuus est».

das vilas dos freyres que hyan as apelações a el rey. Item disse que quando o maestre viinha da alem mar fecto que non entraria en Portugal se non prouguese al rey de o seer. E se lhi prouguesse de o seer que se non deterria esse maestre en nenhum logar ata que non chegasse al rey e lhy beyjasse mão e lhy fizesse vassalagem. Item disse que quando os rex de Portugal filhavam os castelos e as vilas e fortelezas aos Tempreyros que ouvira dizer aos freyres el rey filhe o que quiser filhar e leyxe o que quiser leyxar ca todo he seu e os nossos corpos e os nossos averes seus som e com todo o avemos de servir ca de seus padres e de seus avoos foy todo e non no lo derom se non pera nos manteermos en nel e pera servirmos el rey contra mouros e contra todas outras pessoas que quisessem dar guerra ao seu reyno. Item disse que quando algum infante nacia en Portugal que logo o mestre com os freyres lh'yam beyjar mão e recebiam no por senhor. Item disse que ouvira dizer e era fama e creença na terra que se os maestres tinham alguuns tesouros sobrepostos de mays que as despesas que faziam que el rey os filhava pera sy.

Item Lourenço Riio de Souri disse compridamente en todolos artigos e outras cousas come o dicto Andre Gonçalvez salvo que disse que non fora en Acre e nom ouvira dezer aos freyres come o dicto Andre Gonçalvez que fora en Acre⁸¹².

Item disse Fernand'Esteveez tabeliom de Souri pelo primeyro artigo que ouvira dizer per muytas vezes que o reyno de Portugal fora rejudo pelo conde don Anrrique assi come condado e que o dicto conde defendia a terra a mouros e fazia guerra contra eles. Item disse <no IIº artigo> que ouvira dizer per muytas vezes que o dicto conde avendo guerra com mouros enquamt'el viveo que os freyres Tempreyros lhy veeram pedir por mercee que o queriam servir e que lhi dessem en que se mantevessem e de que podessem fazer guerra a mouros.

Item disse pelo IIIº artigo que ouvira dizer que morto o conde don Anrrique que ficou hy seu filho rey don Affonso e que os Tempreyros veerom a el e que lhi pedirom por mercee que lhi fizesse o que pedirom ao dicto seu padre.

Item disse polo IIIIº artigo que ouvira dizer que o dicto rey don Affonso e os outros rex que depos el veerom proveerom aos dictos Templeyros d'alguns logares assi de vilas come de castelos esta maneyra. Que esses Tempreyros recebessem os fruytos e rendas dos dictos logares vilas e castelos do reyno de Portugal que perteciam aa casa dos reis e que o despendessem en serviço dos rex e en guarda do reyno pera fazer guerra a mouros.

Item disse polo Vº artigo que os logares e vilas e castelos foram dados e cometudos en guarda aos Templeyros e que eles os lavrassem e melhorassem e os gardassem

⁸¹² No documento ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 46v lê-se seguido a frase: «Item hec depositiones duxit Joannes Pelagii de Souri postrenia vice cum venit Sanctarenam in mense martii sub Era quinquagesima secunda». Esta frase parece estar escrita no documento original (ANTT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 18, n.º 2*) no início da terceira peça de pergaminho cosido, mas está totalmente ilegível.

pera serviço dos rex e que assi o ouvira dizer per muytas vezes e que sabia de certo que era pera serviço d'el rey.

Item disse polo VIº artigo que ouvira dizer que os dictos⁸¹³ logares forom dados e cometudos aos dictos Tempreyros so condiçom que eles non fizessem cousa per que os castelos e logares podessem seer alheados per nenhuma razom en nenhuma outra pessoa.

Item disse polo VIIº artigo que ouvira dizer per muytas vezes que os rex de Portugal reteverom en sy poder de revogar os dictos castelos e vilas e logares que pelos dictos freyres fossem alheados.

Item disse no VIIIº artigo que ouvira per muytas vezes dizer que per razom das cousas de suso dictas os dictos Tempreyros eram teudos a fazer menagees e juramento e fieldade aos dictos rex. E disse mays que sabia que ouvira dizer e era certo per alguuns que o ouvirom que don Paay Gomez Barreto seendo comendador de Casteel Branco e teendo o castelo que el rey don Affonso lhy filhou o dicto castelo e o deu a don Fernand'Affonso freyre e don Fernam'Affonso lhy fez menage com outros freyres que o non desse a outrem senon a el ou a quem el mandasse. E que en outra guisa o non sabia.

Item disse polo IXº artigo que era certo e que vira e padecera que os Templeyros eram teudos servir fielmente os rex polas cousas de suso dictas com cavalos e com armas e com todolos seus en sas proprias despesas non lhis dando el rey do seu nada. E que serviam aos rex enquanto aos rex prazia non determinando tempo enquanto ouveessem servir mays enquanto al rey prouguesse e que esto vyo el de sempre.

Item disse pelo Xº artigo que era certo e vira per muytas vezes que os Tempreyros eram teudos servir os rex tambem en guerra come en outra maneyra qualquer que al rey prouguesse. Item disse que assy os vira sempre servir cada que al rey fazia mester. Item disse que des que se acordava aca que vira sempre e era certo que os Tempreyros eram teudos proveer aos dictos rex e a seus filhos e a saas gentes avondadamente de cevada e de viandas e de todas outras cousas que ouvessem mester cada que passassem ou acaessem pelos dictos castelos, vilas e possissões que forom cometudas aos Tempreyros. E diz que sempre assy vira usar e fazer. Item disse que non sabia se o maestre avya de meter outro freyre salvo de Portugal se non. Item disse que o maestre que freyrava alguuns freyres por mandado d'el rey. Item disse que se o maestre tolhia alguama baylia a algum comendador e lha el rey mandava entregar que lha entregavam. Item disse que o maestre e os comendadores e os freyres de Portugal eram teudos a non sayrem nem se partirem do reyno de Portugal salvo per mandado e per lecença d'el rey. E disse que assy o vira sempre usar e custumar. Item disse que ouvira dizer que fora avença e ordinaença antre os

⁸¹³ Segue-se riscado «Tempreyros».

rex e os Tempreyros que todalas rendas dos beens que aviam os Tempreyros em Portugal que stevessem en guarda pera serviço e proveyto dos rex e do seu reyno e que assi se usou. E disse que era certo que nehuma cousa non se devia tirar do reyno do aver dos Tempreyros senom per mandado d'el rey. Ca el rey queria que stevesse no seu reyno pera defendimento do reyno e que que esto que o ouvira dizer a don Lourenço Martiinz que era maestre e a muytos freyres. Item disse que os Tempreyros e toda sa familia e toda sa gente eram de jurisdicom e do senhorio dos rex tambem en demandas civiis come criminaaes. E que os rex faziom justiça nos corpos dos freyres come nos de sa familia se faziam por que. Item disse que ouvira dizer que per muytos serviços e doas que os rex receberam dos Tempreyros que os reys lhy leyxarom fazer pobras e vilas e castelos en que se mantevessem e com que servisem os rex e con que defendessem o reyno de Portugal e que non fizessem delas senom o que el rey mandasse. Item disse que vira e ouvira que o rey de Portugal conocera e julgara tambem dos factos civis come dos criminaaes movidos contra os Tempreyros e que enqueria contra eles de seu ofizio das cousas criminaaes e das outras e fazia a eles justiça segundo seu merecimento. Item disse que desto era fama e creença no reyno de Portugal e que assi se usara e costumara e que assy o vira el per muytas vezes. Item disse que el rey dom Affonso filhara os tesouros que o Tempre tiinha sobrepostos e fezera deles o que quisera. Item disse que el rey don Affonso e el rey dom Denis filharom per vezes ao Tempre os castelos e as vilas e as possissões que aviam no reyno de Portugal dizendo que eram suas e que metya hy alcaydes seus nos castelos alcaydes segraaes e faziam lhi menage dos castelos e logares come de seus logares proprios. E outrosi que metiam hy os rex seus porteyros que tiravam os dereyts todos da terra. Item disse que vira per vezes que os freyres serviam el rey nas fronteyras e hu al rey prazia assi contra mouros come contra outros logares que era defendimento do reyno e que faziam esto cada que al rey prazia ca o avian de fazer de seu e per sas despesas per razom dos beens e logares que avian em Portugal. Item disse que nenhum maestre nom podia seer factio en Portugal salvo se prazia al rey. Item disse que se o maestre da alem mar fizesse alguun maestre en Portugal que non entraria en Portugal nem seeria d'y maestre se al rey non prouguesse. Item disse que ouvira dizer a freyres que tiiam el rey por baveca porque [nom] leyxava ao maestre nem a outros freyres levar nenhuma cousa a alem mar nem a outro logar fora de sa terra ca quanto os freyres aviam em Portugal todo era dos rex e pera seu serviço e pera defendimento de sa terra e que en outra guisa non era dos freyres. Item disse que se el rey ouvesse mester os concelhos das terras dos Tempreyros pera seu serviço que yriam com el de foro e de custume a quaesquer logares que a el rey prouguesse. Item disse que ainda que o mestre e os freyres ouvessem mester os concelhos das terras pera seu serviço que non yriam com eles senon per mandado del rey ca os concelhos todos eram d'el rey e non serviam outrem senon el rey. Item disse que se

os joizes das terras dos freyres julgavam ou davam sentenças que as apelações yam al rey come de seus concelhos. Item disse que os Tempreyros non faziam cabidoo senom per mandado d'el rey e hu el queria e que el rey mandava hy seus de sa casa pera veer como faziam e pera poer as responssões en recado e que esto ouvia el assi dizer e dizia que assi era en del certo.

Item Joham Dominguez dicto Boto que vive en Souri que foy freyre do Tempre disse en todo assy come Fernamd'Estevez.

Item Stevam Dominguz de Souri disse en todo come Fernand'Estevez.

Item Stevam Johanis tabeliom de Souri disse en todo como o dicto Fernand'Estevez.

Item Duram Dominguz de Souri disse assi en todo como o dicto Fernand'Estevez

Item Gomez Perez joiz de Souri disse assi en todo come o dicto Fernand'Estevez.

Item Pedro Cibraez de Souri disse assi en todo como o dicto Fernand'Estevez.

Item Martim Cibraez de Souri disse assi en todo come o dicto Fernand'Estevez.

Item Joham Loução de Souri disse assi en todo come o dicto Fernand'Estevez.

Item Martim Folhoo de Souri disse assi en todo como o dicto Fernand'Estevez.

Item Fernam Giraldez de Souri disse assi en todo come o dicto Fernand'Estevez.

Item Pedro Bisalho frade no Aljazed de disse assi en todo como o dicto Fernand'Estevez.

Item Domingos Andre que chamam da Rua disse en todo assi como o dicto Fernand'Estevez.

Item Pedro Giraldez de Souri disse compridamente en todo assi como o dicto Fernand'Estevez.

Item Martim Reymondo de Souri disse assi en todo compridamente como o dicto Fernand'Estevez.

Item Roy Martiiz de Souri disse assi en todo come o dicto Fernand'Estevez.

Item Matheus Bufo da Ega disse assi en todo como o dicto Fernand'Estevez.

Item Joham Galego de Souri disse assi en todo como o dicto Fernamd'Estevez.

Item Lourenç'Eanes da Redinha disse assi en todo come o dicto Fernand'Estevez.

Item Paay Longo de Souri disse assi en todo come Fernand'Estevez.

Item Joham Dominguz Parayso de Souri disse assi en todo como Fernand'Estevez.

Item Joham Johanis carpenteyro de Souri disse assi en todo como Fernand'Estevez.

Item Gil Eanes de Poombal disse assi come Fernand'Estevez.

Item Joham Mouro de Souri disse assi come o dicto Fernand'Estevez.

Item Has quidem depositiones <testium> que secuntur duxit Arias Petri tribunus de Castel Branco.

Item Perdante mim Martim Anes tabeliom d'el Rey en Castel Branco Johane Andre vio os artigos en qual guisa en eles era conteudo. E disse polos artigos antigos que os sabia per fama e per ouvida compridamente assi como en eles era conteudo. E disse polos outros artigos de lo tempo d'el rey don Affonso aca que o sabia de certo assi como en eles era conteudo. E que vira filhar a baylia de Castel Branco ao

maeste don Beltram e da la a don Paayo. E que vira Paay Garcia aministrador da baylia de Castel Branco e dar hy rações aos freyres per mandado d'el rey.

Item Martim Porcariço da dicta vila de Castel Branco vistos os dictos artigos como en eles era conteudo disse en todo como Johanne Andre.

Item Martim Stevez cavaleyro da dicta vila ouvidos os dictos artigos perdante mim dicto tabeliom disse polos artigos <que eram> antigos que os sabia de fama e d'ouvida come en eles he conteudo. E dos outros artigos do tempo d'el rey don Affonso aca que os sabia de certo como en eles era conteudo.

Item Vaasco Fernandez morador en Nisa disse que sabia os artigos antigos d'ouvida e de fama como em eles he conteudo e dos outros do tempo d'el rey don Affonso aca que os sabia de certo e que o vira assi usar como en eles he conteudo.

Item Roy Martiiz morador em Castel Branco disse que sabia todolos artigos como en eles era conteudo salvo os antigos artigos que os ouvio dizer a don Gonçalo Gonçalvez e a outros homees boons daquel tempo.

Item Martim Bicas disse que sabia bem os artigos salvo os antigos que os non sabia senom d'ouvida. E disse mays que ouvio dizer a Joham Soarez seendo procurador da Ordem que eles avian totalas doações pelos reis e que assi as aviam confirmadas per eles e que eles as ganhavam servindo e defendendo a terra a mouros.

Item Martim Dominguiç da rua Nova disse que sabia todolos artigos como en eles he conteudo salvo os antigos que os sabia d'ouvida.

Item Joam Vidal vistos todolos artigos disse que sabia todolos do tempo de rey don Affonso aca e dos outros antigos que ouvira dizer a don Paayo e a outros daquel tempo. Lopo Perez disse que dos artigos do tempo de rey don Affonso sabia deles a moor parte. E dos outros artigos que non sabia nada.

Item Joham de Viseu disse que sabia os do tempo de rey don Affonso aca. E que dos antigos que non sabia nada.

Item Gil Fernandez Barreto vistos todolos artigos disse que el era criado e mercee d'el rey e quando visse sa carta ou seu recado certo que el diria o que sabia e que sabia mays ca o que era conteudo nos artigos. E que non avia homem no reyno que ende tanto soubesse que fosse a seu serviço.

Item Paay Galego vistos os artigos disse que sabia ende a moor parte dos dictos artigos que eram do tempo d'el rey don Affonso.

Item Pedro Martiiz criado do Tempre vistos os artigos disse que os sabia todos salvo os antigos que sabia a mōor parte deles per ouvida e per fama.

Item Lourenço Soarez que foy tabeliom vistos todolos artigos disse que sabia todolos dictos artigos do tempo de rey don Affonso aca. E dos outros antigos disse que os sabia d'ouvida. E que el fora scrivam das rações que davam naquel tempo aos freyres. E que estava hy de mão d'el rey. Don Pedro Martiiz da Castinheyra que vira fazer as menagees aos freyres daquel tempo.

E estas cousas de suso dictas disserom as dictas pessoas perdante mim dicto tabeliom. E Ayras Perez disse a mym da parte d'el rey que possesse aqui o meu sinal por eser mays certo.

Item perdante mim Joham Martiiz tabeliom de Montalvam aa mercee da infante dona Branca filha do muy nobre rey don Affonso e senhor das Olgas Vicente Martiiz vyo os artigos en qual guisa en eles era conteudo. E disse polos artigos antigos que os sabia per fama e per ouvida compridamente assi como en eles he conteudo. E disse polos outros artigos de lo tempo d'el rey don Affonso aca que o sabia de certo assi como en elles era conteudo.

Item Joam Tiburço alcaide disse outra tal verdade como o dicto Vicente Martiiz. E disse mays que sabia Paay Garcia estar em Montalvam de mão d'el rey.

Item Dominguos da Guarda disse tal verdade come os de suso dictos.

Item⁸¹⁴ Joham Prezado disse tal verdade come os de suso dictos.

Item Martim Canhestro disse tal verdade come Joham Prezado.

Item Paay Stevez disse tal verdade come os de suso dictos.

Item Joham Martiiz dicto tabeliom disse tal verdade come os de suso dictos.

E desta fronta pediu Ayras Perez almoxarife d'el rey hum testemunho fecho foy VI dias d'abril. Era de mil trezentos cinquenta dous anos. E eu Joham Martiiz tabeliom de Montalvom este testemunho com mha mão propria screvi e meu sinal hy pugi en testemunho de verdade.

Sabham todos que en presença de mim Stevam Perez tabeliom de nosso senhor el rey en Nisa a Nova Ayras Perez almoxarife mostrou hum rool en que eram conteudos artigos per que entendia provar o procurador d'el rey pelo qual mi preguntou o dicto Ayras Perez do qual o meu acordo tal he.

Quanto he do tempo do conde don Anrrique e do tempo de seu filho rey don Affonso e da reynha Dona Tareya e dos outros rex ata o tempo d'el rey don Affonso ouvvy assi contar a muytos homens boos assi como contan os artigos. E do tempo d'el rey don Affonso e do tempo d'el rey don Denis que hora he seu filho compridamente todolos artigos que he como en eles he conteudo. E sey e vi que Paay Garcia de cas d'el rey teve a sa mão por el rey a vila de Nisa a Velha e paravam hy oveençaes por el rey. E davam razões e governo aos freyres do Tempre e aas sas gentes. E eles eram manteudos dos beens da Ordem. E que vi a dona Sancha Perez teer do Tempre o Rodan en sa vida.

Item Duram Dominguez de Nisa a Nova disse en todo compridamente como disse o dicto Stevam Perez.

Item Domingos Martiiz que foy freyre do Tempre disse en todo compridamente come os de suso dictos.

⁸¹⁴ Segue-se riscado «Martinho Canhestro».

Item Pero Martiiz que foy tabeliom disse en todo compridamente come os artigos assi come os de suso dictos.

Item Affonso Martiiz que foy freyre do Tempre disse en todo compridamente assi como os dictos Stevam Perez e os outros de suso dictos.

Item Domingos Perez que foy freyre do Tempre disse em todo come os de suso dictos.

Item Joam Pereyro de Nisa a Nova que foy criado da Ordem do Tempre disse en todo compridamente come os de suso dictos.

Item Lopo Gonçalvez disse compridamente en todo como os de suso dictos.

Item Stevam Martiiz vogado que foy criado de don Paay Gomez que foy mestre do Tempre disse en todo compridamente come todos estes de suso dictos.

Item Domingos Paez da Roda disse compridamente en todo como cada huum dos sobre dictos.

Item Martim Coudino disse en todo compridamente como todos os de suso dictos.

Item Gonçalo Fernandez que foy comendador de Nisa a Nova e d'Almoyrol e de Ryo Frio disse que ouvira dizer que a reynha dona Tareyja deu aa Ordem do Tempre Souri e daly se probou Poombal e a Ega e a Redinha. E sey que por esto e por outras terras que ouvemos dos reis serviam e servi os reis com cavalos e com armas e com aves e com pam e com carne <e com cevada> e com outras muytas e muy nobres doas e en guerras aa custa da Ordem cada que aos reis prazia e vi lhis reteer os castelos vilas e outros logares e tiinha os a sa mão com seus fruytos pera seu serviço e entregava no los quando era sa mercee. E a Ordem servia em sa parte quando os reis queriam e as gentes das vilas da Ordem a sa parte quando era mester de servirem assi.

Eu Stevam Perez tabeliom de suso dicto esto com Ayras Perez almoxarife screvi per mha mão propria. VIII^o dias d'abril da Era de mil trezentos cincoenta dous anos.

Estas testemuynhas trouve Vicente Affonso almoxarife de Tomar a Santarem.

Estas som as pessoas per que se podem provar quando mester por estes artigos que aqui som conteudos convem a saber em Tomar primo per

Domingos Paaez Roussado que mora aa porta do castelo.

Martim Sesudo que mora na rua de Maria Dona.

Domingos Lopez que mora na rua de Gil Vicente.

Gil Stevez que mora na Corredoyra.

Stev'Eanes tabeliom que mora no castelo.

Martim Affonso crerigo que mora na rua de Gil Vicente.

Martim Perez clerigo que mora na rua de San Johane.

Domingos do Requeyxo que mora em cima da rua da Corredoyra.

Joham Burges que mora na Corredoyra.

Ayras Perez que mora na Corredoyra.

Domingos Perez messageyro que mora na Corredoyra.

Matheus Martiiz que foy freyre.

Pero Martiiz scudeiro que mora na Çadoeyra.
 Johane Meendez vigayro en Tomar.
 Martim Anes Calçaperra.
 Martim Anes Reganhado que mora na Corredoyra.
 Lourenço Stevez que foy freyre.
 Lourenç'Eanes que foy homem de Joham Picom.
 Joam Fernandez que mora na Corredoyra.
 Stevam Iohannis filho de Johane Stevez mercador.
 Domingos Martiiz scudeyro que mora na Calçada.
 Stevam Lourenço dicto Menay crerigo que mora en Punhete.
 Domingos do Souto que mora na rua de Garcia Rodriguez.
 Pedro [Cheo] que mora na Varzea Pequena.
 Stevam Fernandez que mora na Varzea Pequena.
 Martim Peças que mora na Varzea Pequena.
 Joham Apariço que mora aa porta do castelo.
 Joham Stevez que foy vigayro de Tomar.
 Joham Gonçalvez tabeliom que mora na rua de San Oane.
 Joham de Galiza que mora en Punhete.

E leudos estes artigos e cada hum especificadamente sobre sy ante cada huma das pessoas sobre dictas apartadamente e en gran segredo achamos que os dictos artigos se podem bem provar per eles salvo dous artigos. O primeyro e en que diz que o mestre non poderia receber freyre na dicta Ordem salvo se fosse de Portugal. E o outro em que diz que o mestre non podia fazer nenhum freyre seu oveençal nem aministrador sem lecença dos reis. E en todos os outros artigos se concordavam de fama e de vista e d'ouvida salvo no primeyro que alguuns diziam que se nom acordavam nem ouviram dizer do conde don Anrique porque era de longo tempo e destes eram muy poucos porque eram mancebos mays os mays destes que aqui som scritos s'acordan en todo.

595. 1315.10.12 – Lisboa [A]

Lourenço Eanes, público tabelião de Lisboa, perante D. Estêvão, bispo de Lisboa, a pedido de Afonso Martins, conégo e vice-chanceler de D. Dinis, dá conhecimento de uma carta de 1310.01.19, pela qual o rei sentenciam a seu favor a posse das vilas de Idanha-a-Velha e Salvaterra do Extremo, contra o mestre e freires da Ordem do Templo.

ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fls. 106r-108v (cuja lição se segue)

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 74, pp. 240-246

⁸¹⁵En nome de Deus amen. Sabham todos que na Era de mil trezentos cimquenta e tres anos convem a saber doze dias andados do mes de outubro na cidade de Lixboa en presenza de mim Lourenço Eanes publico tabelliom da dicta cidade e das testemunhas que adeante son scriptas perdante o onrrado padre e senhor don frey Stevam pela mercee de Deus bispo dessa mesma o onrrado don Affonso Martiinz coonigo de Lixboa vice chanceler do muyt' alto e muy noble senhor don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve mostrou e fez leer e publicar huma carta de sentença facta per mão de Domingos Martiinz publico tabelliom de Sanctaren e do seu sinal assinada e outrosi assinaada da letera e do nome e do synal de Domingos Martiinz da Freyra publico tabelliom dessa villa de Sanctaren e seelada e assynaada das letras e dos nomes e dos selos pendentos dos honrados padre e senhores don Martinho en outro tempo arcebispo de Bragaa e don Johane en outro tempo bispo de Lixboa e de don frey Stevam en outro tempo custodio e de maestre Johane das Leys e de Roy Nuniz assy como na dicta carta e seelos parecia da qual carta o tehor tal he. [*Insero o traslado do documento de 1310.01.19 – Santarém*]

[fl. 108r] [...] A qual carta de sentença publicada mostrada e leuda o dicto Affonso Martiinz vice chanceler do dicto senhor rey don Denis pediu ao dicto senhor bispo don frey Stevão de Lixboa que desse a mim tabelliom de suso dicto sa auctoridade ordinhayra que lhy desse o tehor do dicto stromento ou carta en forma publica e que da publicação dela lhy desse ende hum publico stromento. O qual bispo a petiçom do dicto Affonso Martiinz vice chanceler deu a mim Lourenço Anes tabelliom de suso dicto sa auctoridade ordinhayra que desse ao dicto Affonso Martiinz o tehor da dicta carta en forma publica e que desto lhi desse ende hum publico stromento. Fecto foy no dia e na era e no mes e no logo de suso dictos. Testemunhas que a esto foram presentes. Pedro Anes priol de san Nicolaa de Lixboa. Joham Lourosa priol de Santa Justa dessa meesma. Francisco [fl. 108v] Paaez procurador na audiencia dos vigayros. Domingu' Eanes contador d'el rey. Silvestre Paaez ouvidor do bispo no fecto das mandas e outros. Eu Domingos Martiinz scrivam jurado per mandado de Lourenço Eanes tabellion de suso dicto a dicta carta de sentença aqui en estas tres folhas con mha mão screvi. E eu Lourenço Eanes tabelliom de Lixboa de suso dicto per mandado e per outoridade ordinhayra do dicto bispo e a rogo e a petiçom do dicto Affonso Martiinz esta carta da dicta sentença fiz screver per mão de Domingos Martiinz scrivam jurado e pugi en ela meu sinal que tal [SINAL NOTARIAL] he.

⁸¹⁵ Sobre o documento, de mão posterior «A el rey sentença das villas e castellos de Eydanha a Velha e Salvaterra e seus termos, scilicet, o Rosmarinhal Segura e Proença».

596. 1315.10.12 – Lisboa [B]

Lourenço Eanes, tabelião público de Lisboa, perante D. Estêvão, bispo de Lisboa, a pedido de Afonso Martins, cônego e vice-chanceler de D. Dinis, dá conhecimento de uma carta de 1309.11.27, pela qual o rei sentencia a seu favor a posse das vilas de Soure, Pombal, Ega e Redinha, contra o mestre e freires da Ordem do Templo.

ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 5, fls. 103v-105v (cuja lição se segue)

Publ. *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*, n.º 73, pp. 234-240

[fl. 103v] ⁸¹⁶En nome de Deus amen. Sabham todos que na Era de mil e trezentos e cinquenta e tres anos, conven a saber, doze dias andados do mes d' Oytubro en a cidade de Lixboa en presença de mim Lourenço Eanes publico tabelliom da dicta cidade e das testemunhas que adeante son scriptas a esto chamadas specialmente e rogadas perdante o honrado padre e senhor don frey Stevam pela mercee de Deus bispo de Lixboa o honrrado don Affonso Martiinz caonigo dessa meesma e vichechanceler [*sic*] de nosso senhor el rey mostrou e fez leer e publicar huma carta de sentença feita per mão de Joham Gonçalviz tabelliom de Lixboa e de seu sinal asiinada e seelada e asiinada dos nomes e dos seelos dos honrados padres e senhores don Martinho arcebispo de Bragaa e de don Johane entom bispo de Lixboa e de don frey Stevam entom custodio e de maestre Johane das Leys e de Roy Nuniz assi como na dicta carta parecia da qual carta o teor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1309.11.27 – Lisboa*]

[fl. 105v] [...] A qual carta assy mostrada perleuda e publicada Affonssso Martiinz vice chanceler sobredicto pedyu ao dicto senhor don frey Stevam bispo de Lixboa que desse a mim Lourenço Eanes tabelliom sobredicto sa autoridade ordinhayra de tornar a dicta carta en publica forma e que da publicação dela lhi desse hum publico stromento. O qual bispo a petiçom do dicto Affonso Martiinz deu a mim sobredicto tabelliom sa autoridade ordinhayra de tornar a dicta carta en publica forma e que lhi desse hum publico stromento con o teor da dicta carta. Feito foy en Lixboa na era no mes e no dia de suso dictos. Testemunhas que presentes forom. Pedro Eanes priol de San Nicholao de Lixboa. Joham Lourosa priol de Santa Justa dessa mesma. Francisco Paaez procurador na audiencia dos vigairos. Doming' Eanes contador del rey. Silvestre Paaez ouvydor do bispo no feito das mandas. Eu Martin Dominguz scrivam jurado per mandado de Lourenço Eanes tabelliom sobredicto este stromento con o teor da dicta carta screvi e antrelinhey nas cento e cinqui regras duas dições hu diz de todolos e nas cento e onze regras duas dicções hu diz de sentença valha e non empeesca. Ca eu sobredicto scrivam o antrelinhey per mandado do dicto tabelliom. E eu Lourenço Eanes publico tabelliom de Lixboa de suso dicto per mandado e per outoridade ordinhayra do dicto bispo e a rogo e a petiçom do dicto Affonso Martiinz

⁸¹⁶ Na margem superior, sobre o documento foi acrescentado «A el rey sentença da villa e castello de Soure Pombal Ega e Redinha termos da dita villa contra o mestre e freires da Ordem do Templo».

este stromento con o teor da dicta carta fiz screver per maão de Martin Dominguiz scrivam jurado e pugi en el meu sinal que tal [SINAL NOTARIAL] he.

597. 1316.11.01 – Santarém

D. Dinis afora o casal de Alpriate, em Lisboa, a João Domingues seu escrivão, o qual fora de Martim Esteves e sua mulher que o haviam recebido da Ordem do Templo. No documento refere-se a Abril Domingues, responsável por arrecadar os bens que foram da Ordem do Templo em Lisboa.

ANTT. Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fl. 80r

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve a vos Abril Dominguiz que avedes arrecadar os beens que foram do Tenple em Lixboa e a Gil Martinz meu escrivam saude. Sabede que eu querendo fazer graça e mercee a Joham Dominguiz meu scrivam tenho por bem de lhy dar o quarto o casal d'Alperiaty que tiinha Martim Stevez que foy meu almoxarife da madeyra em Lixboa e sa molher que eles tiinham polo terço o qual casal jaz a par da Torre da Granja que foy dos freires do Tempre a par do casal de Dona Elix(?). E ele me deve a dar en cada huum ano o quarto do pam e de todas as cousas que Deus hy der no dicto casal por que vos mando que lhy façades logo antregar o dicto casal compridamente com sas perteenças assi como tragia o dicto Martim Stevez e sa molher en testamento desto dei ao dicto meu scrivam esta carta. Data en Sanctaren primeiro dia de novembro el rey o mandou Affon[so] Martiz a fez Era M^a IIII^c L^a III^o anos. Stevam da Guarda.

598. 1317.07.15 – Avignon

O papa João XXII, pelas letras «Dudum felicitis recordationis», dirigidas a D. Bertrando, cardeal do titulo diaconal de Santa Maria de Aquiro, concede-lhe a igreja de Tomar, alegando estarem os bens da suprimida Ordem do Templo em Portugal dependentes da Santa Sé.

AV. Reg. Aven. 6, fls. 607v-608v; AV. Reg. Vat. 66, fls. 112v-113r

Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, p. XXXIX (cuja lição se segue)

Dilecto filio Bertrando, sancte Marte in Aquiro, diacono cardinali. Salutem, etc. Etsi apostolice sedis benignitas consueta [...]. Dudum felicitis recordationis Clemens papa V, predecessor noster, post reprobationem quondam ordinis Templi in generali concilio Viennensi omnes ecclesias ceteraque loca et bona que fuerant dicti ordinis, in Castelle et Legionis, Aragonum, Portugalie et Algarbii regnis consistentia, dispositioni et ordinationi sedis apostolice specialiter reservavit, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque ecclesia de Tomar, cui cura imminet animarum, Ulixbonensis diocesis, in predicto regno Portugalie constituta, que quondam fuerat ordinis memorati, post reprobationem huiusmodi seu sublationem dicti ordinis penes dispositionem et ordinationem dicte sedis, sicut et alie ecclesie ceteraque bona dicti quondam ordinis in dicto regno Portugalie consistentia remansisse noscatur nullusque

contra huiusmodi reservationem predecessoris eiusdem, preter Romanum pontificem, disponere poterit de eadem, nos attendentes m[ultip]licium tuarum dona virtutum, quibus dicte benignitatis gratia te insigne[m no]scitur reddidisse et propterea decens et debitum arbitantes ut [te proseq]uamur gratia speciali, predictam ecclesiam de Tomar cum omnibus iuribus et pert[inentiis] su]is apostolica tibi auctoritate concedimus, per te quoad vixeris retinendam [fi. 608] et etiam possidendam, sicut fratres dicti ordinis, ante quam prefatus ordo reprobatus seu sublatus fuisset, ipsam tenere consueverant seu etiam possidere [...] Datum Avinione, id[ib]us julii, anno primo. In eundem modum dilectis filiis⁸¹⁷ abbati monasterii Galliacy Albiensis diocesis et Ratterio de Miramonte Albiensis et Petro de Pratis Xanctonensis canonicis ecclesiarum [...].

599. 1317.12.21 – Beja

Gomes Lourenço, procurador do infante D. Afonso, filho do rei D. Dinis, interpôs uma apelação à doação que o papa João XXII fizera ao cardeal Bertrando da vila de Tomar, como sendo uma injustiça feita aos reis de Portugal.

ANTT. *Gavetas*, Gav. 7, mc. 11, n.º 1 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 137v-143v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 4r-9r; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 6r-15v; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 89-103 Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, pp. VIII-XVIII

In nomine Domini amen. Noverint universi presentis instrumenti publici seriem inspecturi vel audituri quod sub era millesima trecentesima quinquagesima quinta videlicet vicesima prima die mensis decembris in nonis in castro quod vulgariter dicitur Begia diocesis Elborensis in domibus in quibus⁸¹⁸ infans dominus Alfonsus magnifici principis domini Dionisii Dei gratia Portugalie et Algarbii regis illustris filius primogenitus et heres tunc hospitabatur me Dominico Iohannis auctoritate regali publico et generali tabellione in regnis Portugalie et Algarbii presente presentibus etiam testibus ad hoc specialiter adhibitis et rogatis nobilibus viris Alfonso Teliz Gonsalo Petri Ribeyro Gonsalvo Menendi de Alvelos Johanne Roderici Reboim Nunio Gonsalvi Camelo Lupo Fernandi Pacheco militibus et discretis viris Laurentio Petri Burgensi Ulixbonensi et Valasco Alfonsi et Matheo Petri tabellionibus infrascriptis. Idem dominus Alfonsus infans fecit et constituit suum verum et legitimum procuratorem et nuntium specialem discretum virum Gometium Laurentii familiarem suum ad proponendum allegandum obiciendum provocandum appellandum supplicandum et protestandum in forma infrascripta et ad iurandum ad sancta Dei evangelia corporaliter per se tacta in animam dicti domini infantis domini sui quod ipse dominus infans et dictus procurator omnia et singula obiecta in ipsa appellatione cuius forma inferius describitur credunt esse vera et ea omnia et singula ipsum dominum

⁸¹⁷ Segue-se um espaço correspondente à inicial do nome.

⁸¹⁸ Segue-se riscado «serenissimus».

infantem et se posse probare et ad intimandum provocationem et appellationem ipsam ubi et coram quibus et quociens et quando videbitur opportunum et circa ea et eius executionem faciendum quicquid iura requirunt et quicquid ipsi procuratori videbitur et placuerit et quicquid ipse dominus infans facere potest et posset etiam si tale quid fuerit quod mandatum exigeret vel exigat speciale promittens prefatus dominus infans michi tabellioni predicto stipulanti nomine omnium quorum inter est vel inter erit se ratum habiturum quicquid per dictum procuratorem factum fuerit in premissis et circa ea. Et in continenti Gomecius Laurentii procurator predictus sponte suscipiens dictum mandatum proposuit allegavit obiecit provocavit appellavit et apostolos peccati supplicavit et alia infrascripta nomine dicti <domini> infantis et iuxta ipsius mandatum sibi factum dixit et egit in hunc modum.

In nomine Domini amen. Cum assertio habeat aliquorum prout ad serenissimum infantem dominum Alfonsum magnifici principis domini Dionisii Portugalie et Algarbii regis illustris filium primogenitum et heredem dominum meum nuper a decem diebus citra pervenit quod sanctissimus pater et dominus dominus Johannes divina providentia papa XXII^{us} reverendo in Christo patri domino Bertrando sancte Marie in Acquiro diacono cardinali de castro seu loco de Thomar diocesis Ulixbonensis cum omnibus eius iuribus et pertinentiis universis iurisdictione districtu honore et emolumento gratiose duxerit providendum idem castrum seu locum ad utendum et fruendum ipso et omnibus fructibus redditibus et proventibus et emolumento ex eo vel ob ipsum provenientibus prefato domino cardinali concedendo seu sibi applicando commendando vel etiam donando et quod idem cardinalis occasione provisionis seu gratie predictae et pro executione ipsius certos fecit fieri processus seu facere fieri intendat mandata monitiones penas et sententias varias continentes. Dico propono allego et obicio ego Gomecius Laurentii procurator predictus nomine dicti domini mei domini infantis quod dicta provisio concessio applicatio commenda sive donatio aut quevis alia dispositio facta de castro seu loco predicto eiusque iuribus pertinentiis iurisdictione districtu honore et emolumento est et fuit surreptitia et surreptitie obtenta nec fieri nec effectum sortiri debuit vel debet dictique processus ac mandata monitiones et sententiae nulle sunt et inique causis et rationibus infrascriptis. In primis quia dictum castrum seu locus de Thomar est et a sui fundatione et citra fuit in et de regno Portugalie et est et fuit de locis et bonis que fratres quondam Ordinis militie Templi tenuerunt in regno predicto et idem castrum seu locus et eadem loca et bona cum iuribus et pertinentiis eorundem ad predictum dominum regem et suos predecessores reges Portugalie et domum et coronam regiam Portugalensem pertinent et ad dictos reges et predecessores eorum per tantum tempus cuius contrarii hominum memoria non existit quoad dominium et possessionem pertinuerunt infrascripto modo fuitque idem rex et dicti regis et predecessores eius fuerunt per tempus predictum in possessione recipiendi habendi exigendi et exercendi honorem

districtum emolumenta iurisdictionem et iura infrascripta in predictis castro et locis et bonis et propter ipsa et hominibus eorundem et ex eis et ratione ipsorum. Et ipse dominus rex tempore dicte provisionis seu concessionis que de dicto castro seu loco prefato domino cardinali facta dicitur erat in possessione predicta preterquam a fratribus supradictis Ordinis post cassationem ordinis eiusdem que etiam sic declaro. Dico enim et assero publicam vocem et famam et oppinionem communem esse et fuisse tempore dicte provisionis et ante apud homines clericos et laycos dicti regni et maiorem partem ipsorum et ita ipsi tenent et sentiunt et a suis maioribus audierunt et perceperunt quod in Portugalia fuit olim quidam comes qui vocabatur dominus Henricus qui regebat terram que appellatur hodie regnum Portugalie sicut comes et dominus et defendebat terram ne sarraceni eam invaderent et impugnabat eosdem et pro domino ipsius terre se gerebat et gessit et ab incolis pro tali habitus et reputatus et ab ipsis ei tamquam domino paritum fuit usque ad mortem suam.

Item quod cum dictus comes regebat dictam terram quidam ex fratribus Ordinis Templariorum venerunt ad eum et supplicaverunt dominationi sue quod cum ipsi nullas habitationes vel loca in eodem regno haberent vellet sibi loca aliqua assignare in quibus possent se receptare et vivere et sibi servire et guerram in devotione fidei sarracenis facere qui in regno predicto christianos cotidie impugnabant.

Item quod mortuo comite predicto dominus Alfonsus eius filius regnavit post eum in dicto regno Portugalie qui fuit rex primus in dicto regno et dicti quondam Templarii venerunt ad eum et supplicaverunt ei sicut supplicaverunt patri suo ut supra proximo articulo continetur.

Item quod dictus dominus Alfonsus et alii reges Portugalie descendentes ab eo ad ipsorum fratrum instantiam et augmentum cultus divini et stabilimentum et defensionem fidei orthodoxe providerunt dictis Templariis de dictis locis villis et castris ad domum et coronam regiam pertinentibus inter que fuit et est castrum seu locus predictus de Thomar quodque eadem loca ville et castra tum temporis pertinebant et ante pertinuerant pleno iure ad domum eandem eaque ipsis commendaverunt et ipsorum custodiam eisdem commiserunt ut ex ipsis impugnarent et guerram facerent contra sarracenos predictos et loca villas et castra eadem manutenerent defenderent et fideliter custodirent pro servitio dictorum regum et regni et eorundem regum et regni nomine sub pactis conditionibus modis omnibus et servitiis infrascriptis videlicet quod ipsi fratres deberent recipere de dictis locis villis et castris fructus redditus et proventus eosque expenderent in regno Portugalie in predictorum regum servitium et in defensionem regni ad expugnandum inimicos fidei christiane circumstantes regno predicto quodque tam ipsa bona quam quecumque alia ad eos imposterum quomodolibet in et de eodem regno proventura de manu sua et successorum suorum regum qui essent pro tempore in regno predicto tenerent et ipsorum regum nomine possiderent.

Item quod ipsi patres dicta loca villas et castra non possent aliis tradere vel cum aliis ipsa permutare seu in alias personas titulo quocumque tacite nec expresse per aliquod eorum factum vel o**b**missum sine consensu et beneplacito expresso regis supradicti et successorum suorum et quod ipsi rex et reges bona predicta possent quandocumque vellent tamquam propria et ad eos pleno iure spectantia capere et intrare et sibi retinere et ea aliis personis dare et tradere et concedere et de eis disponere pro sue beneplacito voluntatis si et quando eisdem regibus expedire videretur.

Item quod ratione predictorum locorum villarum et castrorum dicti quondam Templarii homagium et fidelitatis iuramentum secundum usum et consuetudinem regni in aliis locis et castris prestare et facere dictis regi et regibus tenerentur tam in receptione custodie et comende ac traditione eorumdem quam successive cuilibet novo regi regni eiusdem.

Item quod in dicta provisione ac comenda custodie commissione et traditione bonorum predictorum fuit conventum ordinatum et aprobatum inter dictum dominum Alfonsum regem et magistrum et fratres dicti Ordinis supradictos quod propter usum et emolumentum predictorum locorum villarum et castrorum tenerentur dicti Templarii dicto regi et successoribus suis servire fideliter in eorumdem Templariorum expensis cum equis et armis et de omnibus que haberent seu possiderent in dicto regno quandocumque et quancumque tempore sine aliqua determinatione dictis regibus expediret sive placeret.

Item quod ordinatum fuit et conventum in commissione custodie bonorum predictorum et eorum receptione ut predicatur factis quod dicti quondam Templarii propter commendam dictorum locorum et perceptionem fructuum et reddituum ex eisdem tenerentur ministrare dictis regi et regibus uxoribus et filiis eorum ac prelatibus comitibus baronibus militibus et omnibus aliis de familia sua sufficienter omnia victualia et anonam pro animalibus ac passalagia quotiescumque dicti rex et reges vel alii de sua familia transirent per loca predicta villas et castra predicta in et pro recognitione subiectione et obligatione dictis domino regi et regibus per dictos fratres facienda et in omnibus attendenda.

Item quod auctum conventum et ordinatum fuit inter predictos dominum regem et fratres in dicta provisione seu commissione custodie bonorum predictorum quod quotiens et quando magister vel preceptores regni predicti aliquem in eodem regno recipere vellent ad Ordinem predictum qui in ipso regno habitare debet ipsum pro maiori custodia et securitate dictorum castrorum villarum locorum et regni de assensu dum taxat et beneplacito regis qui pro tempore esset reciperent nec aliquem vel aliquos reciperent et ad habitandum in ibi ponerent nisi iuxta numerum statutum et pretaxatum per reges predictos ut ipsi fratres sufficienter possent servire regie domui cum equis armis expensis et aliis necessariis ad pugnandum contra fidei et regni inimicos et quod si aliquem officialem commendatorem seu administratorem.

Idem magister vel preceptores facere vellent in regno predicto ipsum pro predicta custodia de assensu et beneplacito regum predictorum facerent et eosdem a suis officiis administrationibus vel commendariis amoverent nec ipsos facere vel amovere aliter possent.

Item quod predicti quondam Templarii in commissione custodie et traditione bonorum predictorum voluerunt et consenserunt quod tota familia eorum esset perpetuis temporibus de iurisdictione dictorum regum et quod ipsi reges ipsam familiam ab excessibus compescere secundum leges regni possent ac mulctare sicut alias personas de regno predicto.

Item quod conventum et ordinatum fuit in dicta commissione et traditione quod quodcumque dicti Templarii facere vellent capitula provincialia in regno predicto primo peterent a rege qui esset pro tempore eius assensum.

Item quod si ipsi Templarii servire vellent de aliqua quantitate pecunie magno magistro et conventui Jerosolimitanensi prius peterent licentiam et assensum regis qui pro tempore esset et quod eis sine ipsius regis licentia et assensu dictum servitium facere non liceret.

Item quod quando magnus magister ponere vellet aliquem magistrum preceptorem vel commendatorem in locis villis et castris predictis prius peteret assensum regium et neminem ibidem poneret nisi oriundus esset de dicto regno pro maiori cautela et custodia locoru villarum castrorum et regni predictorum et quod antequam reciperentur in locis predictis facerent et prestarent homagium iuxta consuetudinem et morem regni in aliis castris [que spectant ad regem quo ad proprietatem et possessionem eisdem regibus et promitterent quod]⁸¹⁹ eadem loca fideliter custodirent ad servitium regum et regni predictorum et quod ipsa loca eis reintegrarent et resignarent quodcumque requisiti essent per regem qui pro tempore esset.

Item quod dicti fratres in traditione commenda et commissione custodie villarum castrorum et locorum predictorum eis et dicto Ordini ut premittitur factis ipsa bona receperunt tenenda et gubernanda et custodienda nomine dictorum regis et successorum suorum et ipsius regni iuxta modos condiciones conventiones et pacta superius enarrata scientibus et scire valentibus patientibus et consentientibus generali magistro et capitulo Ordinis supradicti et de eorum licentia et auctoritate. Et predicta sunt illa de quibus ego Gometius Laurentii dictus procurator supra dixi et asserui publicam vocem et famam et communem oppinionem esse et fuisse tempore dicte provisionis facte ut dicitur dicto domino Bertrando cardinali et ante apud homines clericos et laycos dicti regni et maiorem partem ipsorum et ita eos tenere et sentire et a suis maioribus audisse et percepisse.

⁸¹⁹ Dobra no pergaminho. Reconstituição do texto com base na publicação.

Item propono allego et dico ego Gometius Laurentii procurator predictus quod dicti quondam Templarii ratione villarum castrorum et locorum predictorum et etiam propter conventiones modos condiciones et pacta predicta virtute eorum homagium et fidelitatis iuramentum iuxta morem et consuetudinem regni fecerunt et prestiterunt in susceptione custodie et traditione bonorum eorundem prefato domino Alfonso regi et successivis temporibus successoribus eius regibus Portugalie ab eo tempore et citra quo primo eorum Ordo suos fratres habere cepit in regno Portugalie usque ad tempus quo dicti Templarii de mandato sedis apostolice in regno predicto capti fuerunt scientibus et scire valentibus patientibus et non contradicentibus generali magistro et capitulo Ordinis supradicti.

Item quod ipsi Templarii a principio inhabitationis dicti Ordinis in dicto regno et receptionis bonorum predictorum regibus Portugalie qui pro tempore fuerunt servierunt per dictum tempus continue in causis predictis et alias etiam quotiens et quando placuit regibus supradictis et servaverunt et fecerunt sine aliqua contradictione et iuxta modos et conventiones condiciones et pacta predicta scientes et credentes se ad ipsorum observationem et ad premissa faciendum tenere scientibus et scire valentibus patientibus et non contradicentibus generali magistro et capitulo Ordinis predicti.

Item quod ipse dominus rex qui nunc est et omnes alii reges Portugalie predecessores eius qui pro tempore fuerunt a tempore quo incepit esse dictus Ordo in regno predicto et in ibi fratres ipsius Ordinis habitare usque ad tempus quo ipsi Templarii de mandato sedis apostolice capti fuerunt habuerunt et receperunt pro tempore a dictis Templariis qui pro tempore fuerunt in dictis locis villis et castris ex causis predictis victualia passalagia anonam tributa et servitia supradicta etiam iuxta modos conventiones condiciones et pacta predicta necnon etiam iuxta eadem pacta homagia et fidelitatis duramenta iuxta morem et consuetudinem regni scientibus et scire valentibus eorum magistro et capitulo generali et patientibus et non contradicentibus.

Item quod de more usu observantia et consuetudine tanto tempore iam observatis quod memoria hominum in contrarium non existit et etiam pretextu conventionum et pactorum predictorum obtentum est per reges predictos et per eum qui nunc est quod quotiens et quando aliquem officialem seu administratorem vel commendatorem dicti magister et preceptores facere voluerunt et fecerunt in regno predicto ipsum pro predicta custodia de assensu et beneplacito regum predictorum et domini regis qui nunc est fecerunt et a suis officiis administrationibus vel commendariis similiter amoverunt et non aliter.

Item quod quotiens et quando reges predicti voluerunt dicta loca villas et castra que predicti Templarii tenebant auctoritate propria receperunt et eos exinde amoverunt et de illis ordinaverunt et sic sepius et multis vicibus fecerunt sicut placuit eis sine contradictione alicuius tam ex more usu et consuetudine quam ex iuribus supradictis

et iuxta modos conditiones et pacta predicta dando et ipsa bona aliis personis ad faciendum de novo populationem in districtu villarum et castrorum eorundem et ea recipiendo ad manus suas quandocumque eisdem regibus et domino regi qui nunc est expedire videbatur magistro et capitulo generali dicti Ordinis scientibus et scire valentibus patientibus et non contradicentibus.

Item quod dicti reges et dominus rex qui nunc est in familiares quondam Templariorum et totam eorum familiam iurisdictionem exercuerunt ipsosque ab excessibus compescuerunt et mulctaverunt secundum leges regni predicti tam ex more usu observantia et consuetudine supradictis quam ratione bonorum conventionum et pactorum predictorum scientibus scire valentibus magistro et capitulo dicti Ordinis et eis patientibus et non contradicentibus.

Item quod reges qui pro tempore fuerunt in regno predicto intendentes iure suo uti et in signum domini quando contigebat dictos fratres excedere vel errare palam et publice receperunt per suos officiales fructus redditus et proventus iura et iurisdictiones castrorum villarum et locorum predictorum et mandaverunt dictis officialibus suis quod providerent dictis Templariis in necessariis secundum quod sibi placebat ipsis fratribus et eorum magistris scientibus et⁸²⁰ patientibus.

Item quod dicti reges tam ex iure et potestate sibi retentis in dicta commenda quam ex more usu observantia et consuetudine supradictis sine contradictione usi fuerunt et habuerunt quod concilia et populationes dictorum locorum villarum et castrorum que fuerunt commendata predictis Templariis ut dictum est parebant mandatis ipsorum regum qui pro tempore fuerunt in dicto regno sicut mandatis dominorum suorum et sicut faciebant alii de dicto regno scientibus et patientibus dictis fratribus et eorum commendatoribus et magistris etiam generali in signum domini supradicti. Item quod de predictis omnibus et singulis est et fuit publica vox et fama et communis opinio in regno predicto. Et quod maior pars hominum dicti regni ita tenet et sentit et sic a suis maioribus acceperunt et audierunt.

Item quod quando reges predicti et dominus rex qui nunc est movebat et movit guerram contra aliquem vel aliquos mittebant et miserunt pro militibus et peditibus villarum castrorum et locorum predictorum et ipsi statim veniebant et venerunt ad mandatum suum et sibi sicut alii de regno predicto in exercitu serviebant et servierunt nullum assensum vel licentiam a dictis fratribus petentes ex more usu observantia et consuetudine quorum memoria hominum in contrarium non existit.

Item quando reges predicti mittebant pro predictis militibus et peditibus dictorum locorum villarum et castrorum mittebant etiam et miserunt pro iam dictis fratribus ad serviendum eis in frontariis et in aliis locis ubi expediens ipsis regibus videbatur et tunc fratres ibant et iverunt per se et predicti milites et pedites predictorum locorum

⁸²⁰ Segue-se riscado «scire».

per se similiter nec ipsi milites et pedites ibant aliquo tempore simul cum fratribus nisi primo haberent mandatum regis qui pro tempore erat expressum ex more usu observantia et consuetudine supradictis.

Item quod quando fratres et milites supradicti et etiam pedites erant cum predictis regibus in exercitu dicti milites et pedites tantum sequebantur reges et eis serviebant et habebant dictos fratres in servitiis sicut alios quoscumque de regno quibus servire nullatenus tenebant.

Item quod quando reges predicti volebant aliquibus militibus vel dominibus pauperibus vel scolaribus seu aliis quibuscumque aliquam helemosinam facere mittebant eos ad dicta loca villas et castra sicut ad loca sua propria et dicti Templarii ad mandatum predictorum regum predictos pauperes recipiebant et receperunt secundum regium preceptum ad hoc scientes et credentes se teneri et eos in victualibus et aliis necessitatibus procurabant et procuraverunt sicut fratres predicti procurabantur degentes ibidem.

Item quod quandocumque reges predicti mittebant pro predictis militibus et peditibus predictorum locorum villarum [et castrorum ad serviendum sibi in aliqua guerra et ipsi excusabant se per aliquem modum providebant dominis regibus in magna]⁸²¹ quantitate pecunie quando ipsis regibus placebat eos habere excusatos sicut serviebant alii de civitatibus et de regno predicto cum per reges predictos in isto casu excusabantur et etiam si videbatur regibus predictis quod sibi melius serviri posset per milites generosos stipendiarios quam per tales homines populares predictorum locorum villarum et castrorum serviebant eisdem regibus sicut alii de regno suo cum magna summa pecunie prout ipsis regibus placebat scientibus et scire valentibus et patientibus fratribus et preceptoribus seu magistris dicti Ordinis in prefato regno pro tempore existentibus.

Item quod reges predicti dederunt foros populatoribus dictorum locorum villarum [et castrorum sicut aliis populatoribus]⁸²² civitatum et castrorum et locorum regnorum Portugalie et Algarbii dederunt et predicti populares regebantur et gubernabantur et defendebantur reguntur gubernantur et defenduntur in castris villis et locis predictis per foros per predictos reges ipsis popularibus datos et concessos et aprobatos et fuerunt et sunt de mero et misto imperio et iurisdictione dictorum regum et de causis civiliter et criminaliter motis contra eos vel per eos contra alios seculares de regno cognoverunt et recognoscunt iudicaverunt et rex qui nunc est iudicat de criminibus etiam contra eos ex officio suo inquisierunt et inquirunt per se vel per suos officiales et eos punierunt et punit sicut alios laycos de regnis suis ita quod in omnibus iuridicis sunt regibus subiecti.

⁸²¹ Dobra no pergaminho. Reconstituição do texto com base na publicação.

⁸²² Dobra no pergaminho. Reconstituição do texto com base na publicação.

Item quod quandocumque aliquis rex Portugalie hactenus mortuus est quod statim populatores dictorum locorum villarum et castrorum venerunt et venire consueverunt per tempus predictum ad regem novum pro tempore existentem sicut venerunt et veniunt omnes alii de regnis predictis et petierunt et petere consueverunt quod confirmet sibi foros et privilegia que a suis predecessoribus habuerunt et si placuit eidem suis petitionibus satisfacit sicut petitionibus aliorum de regnis predictis.

Item quod de more usu observantia et consuetudine tanto tempore observatis et prescriptis quod memoria hominum in contrarium non existit et in signum subiectionis ratione bonorum predictorum est obtentum per predictos reges in dicto regno quod quandocumque Templarii quondam voluerunt facere et fecerunt in regno predicto capitula provincialia petierunt primo a regibus predictis qui pro tempore erant licentiam et assensum et si ab eis licentia dabatur eisdem tunc solum celebrarunt capitulum et celebrare poterant ne ibidem fieret vel ordinaretur aliquid in preiudicium eorundem regum.

Item quod in signum domini supradicti quando predicta fecerunt capitula dicti fratres reges predicti miserunt et mittere consueverunt ibi suos nuntios videlicet clericum et laycum de domo sua ad recipiendum responsiones pro servitio regni et ipsi fratres tunc publice asseruerunt et asserabant quod quicquid ipsi habebant totum erat regum Portugalie et ita recognoverunt et recognoscebant et quod fratres et commendatores dicti regni eidem regi parebant et paruerunt sicut domino predictorum bonorum scientibus et scire valentibus magistro et capitulo generali dicti Ordinis.

Item quod quando dicti quondam Templarii in regno Portugalie existentes servierunt de aliqua quantitate pecunie magno magistro et conventui Jerosolimitano petierunt et habuerunt prius licentiam et mandatum regum predictorum.

Item quod aliqui fratres dicti Ordinis dixerunt in Portugalia et aliqui in Acone quod reputabant reges Portugalie simplices pro eo quod permittebant dicta servitia fieri magno magistro et conventui Jerosolimitano quia omnia in quibus vivebant in predicto regno Portugalie erant regum Portugalie et quod mirabantur quare dicti reges extra regnum suum portare talia concedebant seu permittebant.

Item quod reges Portugalie qui pro tempore fuerunt intendentes iure suo uti pro eorum voluntate fratres predictos de castris et fortilitiis supradictis sicut de rebus suis ammoveverunt et ammovebant et ponebant et posuerunt ibidem alios preceptores quos voluerunt et volebant et etiam seculares personas de more usu observantia et consuetudine supradictis scientibus et patientibus fratribus et magistris seu commendatoribus eiusdem Ordinis pro tempore in ipso regno existentibus et etiam sciente magno magistro et maiori capitulo dicti Ordinis Templariorum.

Item quod quando filius primogenitus alicuius regis Portugalie nascebatur quod statim magister et preceptores et fratres dicti Ordinis in predicto regno pro tempore existentes veniebant et venerunt ad eum et osculabantur sibi manum et faciebant

sibi homagium seu vassallagium sicut alii de regno quod post mortem patris sui reintegrarent sibi loca villas et castra et fortilitia et possessiones in quibus vivebant in regno predicto que tenebant de manibus predictorum regum ex more usu et consuetudine supradictis.

Item quod quando reges predicti veniebant ad dicta loca villas et castra statim recipiebant et recipere consueverunt fortilitia et dicta loca villas et castra ad manus suas sicut sua propria et fratres predicti ibidem pro tempore existentes exhibant inde et quasi semper hospitabantur rege ibi existente in signum dominii dicti regis et scientes credentes et cognoscentes se ad hec teneri.

Item quod omnes populatores qui morabantur in dictis locis villis et castris que tenebant dicti Templarii de manu regum predictorum ut est dictum tenebantur et erant obligati ad serviendum et servierunt dictis regibus in faciendo villas et castra et alias populationes et in guerris similiter contra omnes sicut alii de regno faciebant quotiens et quandocumque regibus videbatur expediens et dicta obligatio est foralis et fuit observata a populatione dictorum locorum villarum et castrorum scientibus ac patientibus fratribus commendatoribus magistris et preceptoribus dicti Ordinis ibidem pro tempore degentibus.

Item quod tam ex potestate in dicta commenda retenta quam ex more usu et consuetudine supradictis obtentum est per dictos reges in dicto regno quod quociescumque magnus magister volebat ponere magistrum preceptorem vel commendatorem in locis predictis primo petebat assensum regum et de assensu regis qui pro tempore erat ponebat eosdem et debebant esse et erant oriundi de regno predicto pro maiori custodia dictorum castrorum villarum locorum et regni et antequam reciperentur in locis predictis veniebant et venire consueverunt ad predictum regem et faciebant et fecerunt ei homagium secundum morem et consuetudinem regni promictentes quod dicta loca villas et castra ubi debebant esse preceptores vel commendatores fideliter custodirent ad servitium regum et regni predictorum et quod eadem reintegrarent sibi quandocumque et quociescumque per reges dicti regni fuissent super hoc requisiti et ita fuit observatum in predicto regno per dictos fratres a prima inhabitatione predicti Ordinis in predicto regno usque ad cassationem Ordinis supradicti.

Item quod quando magnus magister dicti Ordinis petebat a magistro preceptoribus et fratribus regni predicti responsionem vel responsiones dictorum locorum villarum et castrorum preceptum suum sive mandatum erat nullum et executione carebat et pro nullo et irritum communitur in ipso ordine habebatur nisi assensus regis Portugalie pro tempore existentis vel eius iussio super eo interveniret.

Item quod ante tempus dicte cassationis Ordinis supradicti per tempus centum annorum et amplius et post dictam commendam seu concessionem dictorum bonorum predictis Templariis factam continue reges Portugalie qui pro tempore fuerunt intendentes iure suo uti premissa exercuerunt et fecerunt et habuerunt per se et alios in bonis

et personis predictis et ratione ipsorum eis que per predictos facta fuerunt premissa et paritum et obeditum fuit ut dominis publice et communiter scientibus et scire valentibus et patientibus fratribus et magistris dicti Ordinis in prefato regno pro tempore existentibus et etiam magistro et capitulo generali dicti Ordinis.

Item quod de predictis et quolibet predictorum fuit et est publica vox et fama et communis opinio in civitatibus villis et castris regni Portugalie et Algarbii et quod maior pars hominum dictorum regnorum ita tenet et sentit et sic a suis maioribus et antiquioribus audierunt et acceperunt.

Item dico et assero ego Gometius Laurentii procurator predictus quod cum felicis recordationis dominus Clemens papa ^{V^{us}} in concilio Viennensi dictum Ordinem militie Templi sustulisset et dampnasset et diceretur ipsum dominum Clementem bona universa que dictus Ordo tenuerat et habuerat Ordini Hospitalis sancti Johannis Jerosolomitani velle unire et applicare et alias de ipsis pro suo beneplacito disponere ex parte dicti domini regis eidem domino Clementi extitit supplicatum quod rationes et causas facti et iuris audire et recipere vellet quare ad unionem applicationem et dispositionem predictas faciendas de bonis que dictus Ordo Templi in dicto regno tenuerat non possit nec deberet procedere de iure. Quam supplicationem predictus dominus Clemens reputans iuri et equitati consonam admisit benigne dictoque domino regi et nobilibus viris Vincencio Iohannis et Johanni Laurentii militibus et tunc procuratoribus dicti domini regis certos terminos prefixit et prefici mandavit et fecit infra quos coram ipso domino papa legitime compareret ad dicendum proponendum et in scriptis dandum omnes rationes et causas iuris et facti per quas idem dominus rex dicere proponere et ostendere vellet quare prefatus dominus papa non posset vel non deberet de bonis predictis ordinare vel disponere vel ea dicto Ordini Hospitalis Jerosolomitani unire intra quos quidem terminos sepe dictus dominus rex legitime comparuit in Romana Curia cum dictis rationibus et causis iuxta prefixionem predictam paratus eas ostendere tradere et probare si fuisset qui eas recepisset. Sed domino Clemente papa predicto interim rebus humanis exempto non fuit qui reciperet rationes et causas easdem de quo et quod per eum non stabat quando ipse rationes et causas traderet et dicte prefixioni satisfaceret procurator dicti regis extitit legitime protestatus per que evidenter apparet quod predictus dominus rex per predictum dominum Clementem ad defensionem iuris sui in dictis bonis inter que est et tunc erat dictum castrum seu locus de Thomar extitit admissus ipsaque bona inter que est et tunc erat dictus locus de Thomar fuerant et erant tempore provisionis predictae facte ut dicitur dicto domino Bertrando cardinali in controversiam litem et questionem deducta et eadem controversia lis et questio dicto tempore pendebant et adhuc pendent qua pendente emanare non potuit nec debuit de iure dicta provisio facta ut dicitur domino cardinali prefato nec aliquid debuit innovari circa locum et bona predicta de quibus omnibus in dicta provisione que prefato domino cardinali ut premittitur de dicto loco facta

dicitur non est habita mentio sufficienter sicque apparet eam esse et fuisse surreptitiam et invalidam et iniustam et in iuris dicti domini regis et infantis prefati domini nostri et regnorum predictorum gravamen et preiudicium non modicum emanasse et eam talem dico maxime dicto domino rege vel procuratoribus suis in Romana Curia existentibus super dictorum bonorum negotio specialiter deputatis irrequisitis nec vocatis circa dictam provisionem si provisio dici potest nec confessis nec legitime convitis nec de iure dicti domini regis prius cognito nec discusso et alias iuris ordine non servato et contra ipsam provisionem seu gratiam allego et obicio supradicta. Et sentiens dictum dominum regem regnaque eius et dictum infantem dominum meum ex gratia provisione ac processibus mandatis monitionibus et sententiis supradictis si super hoc emanarunt fuisse et esse gravatos et dubitans in futurum gravari saltem de facto. Idcirco ego Gometius Laurentii procurator predictus contra gratiam provisionem necnon processus mandata monitiones et sententias supradictas si forte ut premititur emanarunt vel imposterum emanabunt et ab omni eo quod ex ipsis vel ob ea in favorem dicti domini cardinalis est secutum. Et ne occasione predictae provisionis seu gratie si provisio dici potest seu qualibet alia executor vel executores dicte provisionis seu gratie vel aliquis alius seu alii de eius seu cuiuslibet ipsorum mandato generali vel speciali ad mictendum seu inducendum dictum dominum cardinalem vel aliquem seu aliquos nomine suo in possessionem dicti castri seu loci de Thomar vel bonorum eiusdem vel alias contra dictos dominos regem et infantem dominum meum seu contra dictum castrum de Thomar vel contra regna et terras Portugalie et Algarbii vel contra civitates castra villas communitates barones milites clericos et familiares dicti domini regis et infantis domini mei seu contra ecclesias vel contra prelatos et clerum et populum dictorum regnorum ad aliquam seu aliquas excommunicationis suspensionis vel interdicti sententiam seu sententias vel ad denunciationem seu denunciations earundem vel ad alias iuris vel facti penas seu alias quoquo modo procedat seu procedant vel procedi faciat seu faciant per se vel per alium seu alios de facto cum de iure fieri non possit nec debeat nomine procuratorio pro dicto infante domino Alfonso domino meo et pro omnibus et singulis dicto regi et eidem domino meo infanti adherentibus seu adherere volentibus et pro omnibus quorum inter est seu inter esse poterit et omnium predictorum nomine ex causis et rationibus supradictis et earum qualibet in hiis scriptis ad sedem apostolicam et sanctissimum patrem dominum Johannem papam predictum provoco et appello et apostolos instanter peto et cum instantia peto si sit qui dare possit ac nichilominus ad cautelam ubi via appellandi non competeret supplico pro iure predicto dicti domini regis et infantis domini mei predicto domino pape et sedi apostolice omni iure et modo quibus melius possum supponens iura ipsorum domini regis et domini infantis domini mei sub protectione dicte sedis protestans quod nichil novi hiis pendentibus attemptetur contra prefatos dominum regem et infantem dominum meum protestor etiam quod hanc appellationem libenter

interponemus coram executore seu executoribus subsequutore seu subsequutoribus si quis vel si qui super huiusmodi negotio datus est seu dati sunt si scirem quis vel qui sunt datus seu dati et eius vel eorum copiam commode habere possem sed quia eum vel eos si quis vel si qui datus est vel dati sunt omnino ignoro et dicto domino meo periculum est in mora ideo hanc appellationem hic publico atque lego coram testibus et tabellionibus suprascriptis protestor etiam quod quam cito eum vel eos vel eius seu eorum nomina scivero et copiam ipsius vel ipsorum commode habere potero huiusmodi appellationem coram eo vel eis seu coram subsequutore vel subsequutoribus eius vel eorum publicabo seu faciam publicari et alia faciam que circa hec fuerint oportuna. Qua constitutione procuratoris per dictum dominum infantem ut premittitur facta et ipsa procuracione per dictum procuratorem sponte recepta. Idem procurator procuratorio nomine dicti domini infantis coram me Dominico Iohannis tabellione supradicto et testibus et tabellionibus suprascriptis proposuit allegavit obiecit provocavit et appellavit in scriptis apostolos petiit supplicavit et protestatus fuit omnia et singula suprascripta expressit in omnibus et per omnia secundum formam procuracionis prescripte ipsa forma in omnibus et per omnia diligenter observata.

Acta fuerunt hec omnia et singula supradicta in dictis castro et domibus et mense die et hora supradictis presentibus etiam ad premissa vocatis et rogatis testibus et tabellionibus suprascriptis. Et ego Dominicus Iohannis tabellio supradictus qui constitutioni procuratoris predicti provocationi appellationi supplicationi apostolorum petitioni et omnibus aliis et singulis suprascriptis una cum testibus et tabellionibus supradictis era mense die hora castro et loco predictis presens interfui ad instantiam et rogatum dicti procuratoris prefati domini infantis exinde hoc publicum instrumentum manu propria conscripsi et in eodem signum meum assuetum apposui quod tale est [SINAL NOTARIAL] in testimonium premissorum.

Et ego Valascus Alfonsi actoritate regali publicus tabellio in castro de Begia qui constitutioni procuratoris predicti provocationi appellationi supplicationi apostolorum petitioni et omnibus aliis et singulis suprascriptis una cum tabellionibus et testibus suprascriptis era mense die hora castro et loco predictis presens interfui ad instantiam et rogatum dicti procuratoris prefati domini infantis exinde huic instrumento manu propria subscripsi et in eodem signum meum assuetum apposui quod tale est [SINAL NOTARIAL] in testimonium premissorum.

Et ego Marcus Petri actoritate regali publicus tabellio in castro de Begia qui constitutioni procuratoris predicti provocationi appellationi supplicationi apostolorum petitioni et omnibus et singulis suprascriptis una cum tabellionibus et testibus suprascriptis era mense die hora castro et loco predictis presens interfui ad instantiam et rogatum dicti procuratoris prefati domini infantis exinde huic instrumento manu propria subscripsi et in eodem signum meum assuetum apposui quod tale est [SINAL NOTARIAL] in testimonium veritatis.

600. 1317.12.23 – Avignon

O papa João XXII, pelas letras «Cum sicut ad nostri», ordena aos seus nuncios em Portugal que exijam a entrega dos rendimentos da igreja de Tomar.

AV. Reg. Aven. 10, fl. 423v, n.º 24

Publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, p. XL (cuja lição se segue)

Dilectis filiis magistris Johanni de Solerio Erfordensis et Guillelmo de Sancto Jorio Colimbriensis ecclesiarum canonicis, apostolice sedis nuntiis. Salutem. Cum sicut ad nostri pervenit apostolatus auditum, quidam, suis finibus non contenti, fructus, redditus et proventus ecclesie de Tomar Ulixbonensis diocesis, ad ordinem olim Templariorum spectantis, ab eo tempore quo idem ordo fuit in concilio Viennensi apostolica auctoritate sublatus, indebite percepisse noscantur, discretioni vestre per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus vos vel alter vestrum per vos vel alium seu alios super hiis de plano, summarie, sine strepitu et figura iudicii diligenter inquirentes, dictos fructus redditus et proventus ab illis quos eos repereritis percepisse, restitui et exhiberi nostro et ecclesie Romane nomine vobis integraliter faciatis, eos ad id, si necesse fuerit, necnon eius contradictores quoslibet vel impedientes, si quiverint, tam clerici quam laici, cuiuscumque conditionis, ordinis, status vel dignitatis existant, etiam si pontificali premineant dignitate, per censuram ecclesiasticam, super quibus plenam vobis, tenore presentium, potestatem concedimus, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus si aliquibus communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam de induito huiusmodi mentionem. Datum Avinione, X kalendas januarii, anno secundo.

601. 1317.12.24 – Tomar

João Peres, tabelião de Tomar, a pedido de Estêvão Peres, juiz da vila, transcreve o documento de 1162.11, pelo qual D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, e os freires da Ordem, concedem foral à vila de Tomar.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 6, n.º 9

Sabham quantos este testimonho virem que en presença de mym Joham Perez tabelliom de nosso senhor el rey en Thomar e as testemunhas so escritas Stevam Perez juiz da dicta villa mostrou e leer fez per mym dicto tabelliom huma escritura sen seelos nenhuum segundo a mym parecia da qual o theor tal he.

[*Insero o traslado do documento de 1162.11 [A]*]

A qual escretura perleuda Stevam Martiiz clerigo do sobredito senhor el rey pediu a mym dicto tabelliom que lhy desse ende o trallado. Fecto en Thomar en o logo que chama o Poombal viinte e quatro dias de dezembro da era de mil e trezentos e cincoenta e cinque anos. Testemunhas Martin Gil vassallo de nosso senhor el rey e companhom do dicto Stevam Martiiz e Airas Perez juiz da dicta villa de Thomar

companhom do dicto Stevam Perez juiz e Joham Perez Burges procurador da dicta villa de Thomar e Petrus Dominguis dicto Poombo e eu Joham Perez tabelliom do dicto senhor en a dicta villa de Thomar aa petiçoom do dicto Stevam Martiiz clerigo do sobredito senhor el rey este testimonho escrevy e meu signall hy pugy que tal [SINAL NOTARIAL] he.

602. 1317.12.27/31 – Tomar

D. Dinis manda tirar inquirição sobre Tomar com objetivo de saber quem fundou e povoou a vila. ANTT. *Gavetas, Gav.* 15, mc. 3, n.º 15⁸²³; ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 93v-95r (cuja lição se segue); ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 2r-3v; BNP. *Fundo Geral*, n.º 736, fls. 3r-5r; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 15v-18v⁸²⁴; ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, pp. 64-68⁸²⁵
Publ. Gomes 2015, n.º 2, pp. 18-20 (publica versão do *Livro dos Mestrados*)

[fl. 93v] [...] Era de mill e tresentos e cinquenta e cinco anos viinte e sete dias do mes de dezembro Gil Stevez morador e vezinho de Tomar jurado sobre os sanctos evangelhos que dissesse a verdade. Perguntado de como a terra de Tomar do primeiro començamento fora pobrada tambem de vista como d'ovida como de creença como de fama disse que ouvira dezer a seu avoo Martim Tinoca que o dicto Martim Tinoca ouvira dezer a dom Menendo da Porta que fora no pobramento de Tomar que el rey de Portugal no sabia qual dera o crasto de Ceras con seus termhos aos freyres que forom do Temple em escambho polas egrejas que os dictos freyres aviam en Sanctarem. E que pobrando eles esse logo que hum beesteiro veo ao mestre dom Gualdim Paaes e disse lhi que lhi mostraria hi hum logar que fora pobrado d'antigo. E que o dicto meestre dom Gualdim Paaiz veo entom pobrar ali u lhi foy mostrado comvem a saber ali hu ora see o castelo de Tomar.

Perguntado se ouvira dizer se avia antes hy castelo disse que o non sabia mais segundo aquilo que ouvira dizer que fora logar d'antigo. Preguntado se sabia per hu partiam os termhos do crasto de Ceras disse que o non sabia.

Perguntado se sabia ahu ora esta a igreja de Sancta Maria de Tomar se ouvera hi castello disse que o non ouvira dizer mais disse que ouvira dizer a muitos velhos e amciaãos que ouvira [sic] hi hua muy nobre cidade de cristaaos que avia nome Nabantia e que ainda avia hi hua igreja era de tempo d'antigo que a nome Sant Firert(?) com

⁸²³ Documento em muito mau estado, grande parte do texto ilegível devido à noz-de-galha. Reconstituição do texto possível com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 93v-95r. Título do documento em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 93v: «A Ordem do Temple inquiriam per que se mostra quem primeiro edificou e obrou o castelo e vila de Tomar e como e por quem lhe foy posto este nome de Tomar etc.».

⁸²⁴ Esta versão (semelhante em ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 68) difere um pouco, no final diz: «Eu Gil Eanes tabeliom de nosso senhor el rey em Tomar esta inquiriçom com Soeirus Martiiz clerigo d'el rey e com Martim Gil vassallo de nosso senhor el rey filhey e escrevi per mandado dos sobreditos e em ella meu sinal lhi pugy que tal hee em testimonho de verdade».

⁸²⁵ Veja-se nota anterior.

seu campanairo. E outrosi disse que ouvira dizer que ali u ora esta a egreja de Sancta Maria de Tomar que fora moesteiro de frades mais non sabia de qual Ordim.

Item preguntado se Thomar fora pobrado antes ca Torres Novas ou Ourem disse que ouvira dizer que antes Tomar.

Outrosi preguntado se Tomar fora pobrado com alguns dos termhos das vias [*sic*] d'arredor disse que o nom sabia.

Era de mil e trezentos e cinquenta e cinqui [*sic*] anos postumeiro dia de desembro Domingos Paais Rousado morador e vezinho de Thomar jurado sobre os sanctos avangelhos assi de vista como d'ouvida [fl. 94r] como de fama como de creença em como Tomar fora pobrado disse que ouviram dizer a muitos homees boos antigos e a seu padre que o crasto de Ceras fora dado aos freyres que forom do Temple per el rey dom Afonso o velho. E que huum monteiro que andava a seu monte matando sa caça com sas linhas dissera ao meestre dom Richaldo que pobrava Ceras que avia boas aguas⁸²⁶ em huum lugar e que avia hy egrejas de tempo antigo que estavam hy feytas. E que o meestre com seus freyres veerom aaquel lugar convem a saber hu ora esta Sancta Maria de Tomar e acharom que fora ja pobrado d'antigo. E que entom dissera o dicto meestre ja aqui foy cidade d'antigo e foy destroyda per mouros. E se pobrasemos aqui seeria fraco logar pera os mouros porque era terra chaa. E que entom o dicto meestre mandara lançar sortes sobre tres cabeças que aalem do rio avia. E lançada las sortes per tres vezes e que per tres vezes caera a sorte naquel monte hu ora see o castelo de Tomar. E que entom s'acordarom que pobrasem em esse monte. E esto o dicto meestre passando pera hir pobrar a dicta cabeça aqueles que hiam am'tel acharom huum porco montes. E que entom começaram de dizer toma lo toma lo. E que entom o meestre chegou e achou o porco morto. E disse que assy ouvese nome a dicta cabeça Tomar. E que emtom o dicto meestre Richaldo começou de pobrar a dicta cabeça. E pobrando se que veo por meestre dom Gualdim Paais e fes o castelo. E depus foro aos probradores.

Perguntado o dicto Domingo Paaiz se ouvira dizer ou se criia se na dicta cabeça hu esta Tomar fora alguma forteleza ou alguum castelo ante que fosse pobrado ou se acharom hi alguum edeficio quando pobravam esa cabeça de Tomar disse que o nom sabia nem o er ouvira dizer mais ouvira dizer que era mata e que ouvira dizer a muitos e boos e criia que ali hu ora esta Sancta Maria de Tomar que fora cidade e forteleza de cristaãos e avia nome Nabamcia. E que ali hu ora esta Sancta Maria de Tomar que fora moesteiro de frades do Ordim dos negrados. E que ouve hy huum abbade que chamavam dom Selho hirmaão da madre de Sancta Eyrea o qual abbade enviou a Roma pera outenticar Sancta Eyrea por sancta despos morte dela. E que a ora hy duas egrejas dese tempo antigo hua a nome Sant Fire e a outra Sancta Eyrea.

⁸²⁶ Em ANTT. *Gavetas, Gav.* 15, mç. 3, n.º 15 lê-se «eguas».

Preguntado se fora pobrado primeiro Torres ca Tomar disse que primeiramente fora pobrado Tomar segundo o que o ouvira e criia.

Preguntado se sabia ou criia ou ouvira dizer se Tomar fora termho dalguma vila d'arredor qunado fora pobrada disse que o non sabia nem no ouvira dizer mais que era terra d'el rey. Mays que ouvira dizer que el rey dera aos freyres que forom do Tempre o castelo de Ceras per termhos asinaados assi como conta esa doaçom que ende os freyres aviam e que Tomar jaz dentro em eses termhos.

Preguntado que se a dicta cidade de Nabancia fora castello disse que ouvira dizer que ouvera hy torres e forteleza mais non sabia nem ouvira dizer que ouvera hy castello. Item preguntado se daqueles logares que Tomar traje por seu termho se fora em algum deses logares do termho das vilas ou dos castelos d'aredor disse que o non sabia nem o er ouvira dizer.

Preguntado se o dicto logar hu see Tomar fora termho da [fl. 94v] dicta cidade de Nabancia disse que non sabia nem no ouvira dizer mais que criia mais ca non que hu esta Tomar fora termho de Nabancia segundo tamanha cidade e tam nobre ouvira dizer que era e segundo odefficios [*sic*] daquel tempo que ora acham aaquem da agua. Era de mill e trezentos e cincoemta e cinqui anos postumeiro dia de dezembro Pedro Poombo morador e vezinho de Tomar jurado sobre os sanctos avangelhos preguntado tambem de vista como d'ouvida como de creença como de sabedoria en como fora probado Tomar disse que ouvira dizer que huun rey de Portugal non sabia qual dera o crasto de Ceras aos freyres que forom do Tempre e que os freyres leyxarom o dicto crasto e veherom pobrar Tomar porque deziã que era melhor cabeça e de milhores aguas. Preguntado se sabia ou ouvira dizer quem poboara o castello de Tomar disse que ouvira dizer que o mestre dom Gualdim Paaiz e que asi o contava no foro seu que el lhis dera ese foro.

Preguntado se na dicta cabeça hu see Tomar fora castello ou forteleza ou algum edefficio antigo ou se achavam hi alguuns edefficios antigos quando o pobravam. Disse que o nom sabia nem no ouvira dizer. E que ouvira dizer que era gram mata hu ora see o castello de Tomar mais que ouvira dizer a muitos e a boos que aalem da ponte des a igreja que chamam Sancta Eyrea ata hu esta ora Sancta Maria de Tomar eses olivaaes que esta[m] a par dela que avia hi huuma muy gram cidade de cristaãos que avia nome Nabancia mais que non ouvira dizer nem sabia se ouvera hi forteleça ou castello. E que criia segundo os adefficios que hi acharom e achavam que ouvera hy a dicta cidade. E que outrosi ouvira dizer que a igreja de Sancta Eyrea que esta apres da ponte e a ygreja de San Fiit que forom d'antigo da dicta cidade. E que ouvira dizer que na dicta cidade ouvera moesteiro dos frades negrados de que fora abade dom Selho tio de Sancta Eyrea e que soyam a chamar a Sancta Maria de Tomar Sancta Maria do Selho. Preguntado se sabia ou ouvira dizer se aquel logo em que ora see Tomar se fora termho de Tores Novas ou dalgua das vilas ou dos castellos d'aredor disse que non

sabia ende rem. Mais disse que ouvira dizer que jazia Tomar dentro nos termos per hu fora dado o crasto de Ceras aos freyres que foram do Tempre segundo como conta em seu privilegio que lhis fora dado.

Preguntado se alguuns dos logares que ora traje Tomar per seus termos se fora do termo de Tores Novas ou dalguuma das outras vilas e castellos que jazem d'aredor disse que non sabia nem no ouvira dizer.

Preguntado se sabia ou ouvira dizer se fora pobrado Tores Novas primeiro que Tomar disse que ouvira que primeiro fora pobrado Tomar.

Item preguntado se o dicto logar hu see Tomar fora termo da dicta cidade de Nabança disse que non no sabia nem ouvira dizer mais que criia mais que nom que hu esta Tomar fora termo de Nabancia segundo tamanha cidade e tam nobre ouvira dizer que era segundo os adefficios daquel tempo que ora acham aaquem d'agua.

Eu Gil Eanes tabeliom de nosso senhor el rey em Tomar esta inquiriçom com Stevam Martinz creligo d'el rey e com Martim Gil vassalo de nosso senhor [fl. 95r] el rey filhei e escrevi per mandado dos sobredictos. E em ela meu sinal⁸²⁷ hi pusi que tal he e em testimonho de verdade.

603. 1317.12.28 – Tomar

Gil Eanes, tabelião de Tomar, a pedido do procurador do concelho, passa certidão com o teor de uma carta de D. Dinis, de 1295.09.09, pela qual ordenava que os moradores de Tomar não estivessem sujeitos ao mestre do Templo nem fossem constrangidos a irem à guerra.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 3, n.º 10 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 11, fls. 277v-278r

Sabham quanto este testimonho virem que perante Ayras Peres e Stevam Peres juizes de Thomar e presente mim Gil Eanes tabaliom de nosso senhor el rei na dicta vila e as testimonhas que adeante som escritas Joham Peres dicto Borges procurador do concelho de Thomar mostrou e per mim dicto tabaliom leer fez huma carta de nosso senhor el rei e seelada do seu seelo verdadeiro redondo nas costas da qual carta o teor de vervo a vervo tal e.

[*Insere o traslado do documento de 1295.09.09 – Guarda*]

A qual carta perleuda e mostrada Stevam Martins creligo d'el rei que se dizia seu procurador pediu aos dictos juizes que vissem a dicta carta e o seelo dela e porque era escrita em papel e se compçava de danar per razom de couça. E outrosi por que se temia do seelo dela de se desfazer que mandassem a mim dicto taballiom e mim dessem sa autoridade que a tornasse a dicta carta de vervo a vervo em pobrica forma. E rogou mim dicto tabaliom que de mandado e de autoridade dos dictos juizes tornasse a dicta carta em probica forma. E os dictos juizes a petiçom do dicto Stevam Martins

⁸²⁷ O documento ANTT. *Gavetas, Gav. 15, mç. 3, n.º 15* tem o sinal do tabelião.

vista e esguardada com diligencia a dicta carta e o seelo della mandarom a mim dicto tabaliom e derom a mim sa outoridade que lha tornasse em probica forma. Fecto foi esto na dicta villa de Thomar no logu que chamam o Poombal viinte e oyto dias do mes de dezembro Era de mll e trezentos e cinquenta e cinco annos. Testemunhas que a esto presentes foram chamados e rogados Martim Gil vassalo d'el rei. Petrus Poombo vezino de Thomar. Ayras Peres taballiom de Thomar. E eu Gil Eanes suso dicto tabaliom que a estas cousas com as dictas testemonhas presente foi e a petiçom e a rogo do dicto Stevam Martins de mandado e d'outoridade dos dictos juizes a dicta carta de vervo a vervo traladei nom adendo nem miguando nenhuma cousa por que se o sisso dela possa desvayrar e em esta probrica forma a torney estas cousas e este estormento com minha mão propria escrevi e el este meu sig-[SINAL NOTARIAL] nal hi pusi em testemunho de verdade.

604. 1318.08.14 – Lisboa [A]

D. Dinis nomeia como seus procuradores João Lourenço e Pedro Peres para intercederem junto do pontífice no processo de criação da nova milícia, a Ordem de Cristo.

ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 5, n.º 2* (inserto em documento de 1319.03.14 – Avignon [A] e cuja lição se segue); ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 8, n.º 6* (inserto em documento de 1319.05.05 – Santarém); ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 8, n.º 5* (inserto em documento de 1319.03.14 – Avignon [B] que está inserto em documento de 1320.05.11 – Santarém); ANNT. *Gavetas, Gav. 7, mç. 8, n.º 8* (inserto em documento de 1322.09.10 – Lisboa); ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 234, 1.ª parte, fls. 34v-35r (inserto em documento de 1319.03.14 – Avignon [A] que está inserto em documento de 1319.05.05 – Santarém e cuja lição se segue); BNP. *Fundo Geral*, n.º 735, fls. 53r-53v (inserto em documento de 1319.03.14 – Avignon [A] que está inserto em documento de 1319.05.05 – Santarém); ANNT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 7, p. 15 (inserto em documento de 1319.03.14 – Avignon [A] que está inserto em documento de 1319.05.05 – Santarém); ANNT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297, pp. 1129-1131 (inserto em documento de 1319.05.05 – Santarém) Publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 58, pp. 88-89

Noverint universi presentis procurationis litteras inspecturi quod nos Dyonisius Dei gratia rex Portugalie et Algarbii constituimus facimus ac etiam ordinamus procuratores nostros veros legitimos et sufficientes ac nuntios speciales nobilem virum Johannem Laurentii militem et discretum virum Petrum Petri Colimbriensem canonicum familiares nostros latorem seu latores presentium utrumque ipsorum in solidum. Ita quod non sit melior condicio ocupantis sed quod unus inceperit alter mediare valeat et finire super quibuscumque gratiis pro nobis et dictis regnis nostris a sanctissimo patre ac domino dominus Johanne divina providentia sacrosancte romane ac universalis ecclesie summo pontifice impetrandis necnon ad tractandum ordinandum et compositionem faciendum seu componendum cum dicto domino summo pontifice et cum aliis quibuscumque qui sua crediderint interesse super omnibus et singulis bonis que a fratribus Ordinis quondam Templariorum

in regnis nostris tenebantur et super omnibus aliis bonis que in eisdem regnis nostris a quolibet alio ordine militari tenentur seu teneri consueverunt et super ponendis seu ordinandis magistro seu magistris in omnibus prefatis bonis prout dictis procuratoribus nostris et cuilibet eorum videbitur expedire concedentes sibi et utrique ipsorum plenam generalem et liberam administrationem super negotiis predictis et quodlibet eorumdem et generaliter ad omnia alia et singula faciendum et exercendum que circa premissa seu premissorum quodlibet fuerint necessaria seu etiam opportuna et que nos facere possemus si personaliter presentes essemus etiam si mandatum exigant speciale promittentes nos ratum et firmum perpetuo habituros quicquid per dictos procuratores nostros seu per alterum ipsorum actum seu procuratum fuerit in premissis et in quolibet premissorum sub ypotheca et obligatione omnium bonorum nostrorum. In cuius rei testimonium has nostre procuracionis litteras sigilo nostro dependenti facimus communiri. Datum Ulixbone quartadecima die mensis augusti. Rege mandante. Dominicus Johannis notavit. Era millesima trecentesima quinquagesima sexta.

605. 1318.08.14 – Lisboa [B]

D. Dinis nomeia como seus procuradores João Lourenço e Pedro Peres para intercederem junto do pontífice no processo de criação da nova milícia, a Ordem de Cristo. Documento em português.

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 123v-124r (em português; inserto em documento de 1319.03.14 – Avignon [B] que está inserto em documento de 1320.05.11 – Santarém).

[fl. 123v] [...] Sabham [fl. 124r] quantos as leteras desta presente procuraçom virem que nos Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve stabelecemos fazemos e ordinhamos nossos procuradores verdadeyros liidemos e avondosos e sepeciaaes messageyros e nobre barom Joham Lourenço cavaleiro e o sages barom Pero Perez coonigo de Coymbra nossos familiayres portador ou portadores das presentes letras e cada huum polo todo assi que a condiçom du huum non seja melhor que a do outro mays o que huum começar o outro o possa meyar e acabar pera ganhar por nos e pelos dictos nossos reynos graças do muy santo padre senhor dom Joane pela provisom de Deus papa da santa egreja de Roma e pera trautar ordinar e compoer com o dicto senhor papa e com outros quaesquer que cream que lhis perteece d'aver dereyto sobre todolos beens e cada huum deles que os freyres do Temple em outro tempo tiinham nos nossos reynos e sobre todolos outros beens que outra Ordem de cavalaria qualquer tem ou que costumou teer em esses reynos e pera poer e ordinar maestre ou maestre en todolos dictos beens assi como aos dictos nossos procuradores e a cada huum deles parecer que mester he outorgando a ambos e a cada huum deles geeral livre e comprido poder sobre os dictos negocios e sobre cada huum deles. E geeralmente pera fazerem e usarem nas dictas cousas e em cada huuma delas totalas cousas e cada huma delas que virem que comprir e que he mester de se fazerem e que

nos fariamos se em nossa pessoa presentes fossemos ainda que demandem special mandado prometendo nos a aver firme e stavel pera sempre so oblição de todos nossos beens que quer que pelos dictos nossos procuradores ou per cada huum deles for facta e procurado nas dictas cousas e em cada huma delas. Em testemuynho desto mandamos seelar estas leteras de nossa procuração de nosso seelo pendente. Dante em Lixboa quatorze do mes d'agosto. El rey o mandou. Domingu'Eanes a fez. Era de mil e trezentos e cinquenta e sex anos.

606. 1318.09.30 – Lisboa [A]

Lourenço Eanes, tabelião público em Lisboa, perante D. Estêvão, bispo de Lisboa, e Vasco Fernandes, que fora mestre da Ordem do Templo, dá a conhecer treze cartas dirigidas à Ordem do Templo. Antes de cada carta faz uma apresentação do teor da mesma.

ANTT. Gavetas, Gav. 7, mç. 16, n.º 2 (cuja lição se segue); ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 23r-28v

A Ordem do Temple estromento com o theor de certas doações privilegios e liberdades que lhe foram dadas e comcedidas per el rey e pelo papa as quaaes particularmente vão rubricadas per seus titulos etc.

In nomine Domini amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub era millesima trecentesima quinquagesima sexta videlicet ultima die menssis septembris apud civitatem Ulixbonensi in presentia mei Laurentii Iohannis auctoritate regali publici tabellionis civitatis predictae et testium infrascriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum coram reverendo patre ac domno domno fratre Stephano miseratione divina episcopo Ulixbonensi tamquam loci ordinario presentibus etiam reverendis in Christo patribus domnis G. Elborensi et M. Visensi episcopis presentibus etiam nobilibus viris Velasco Fernandiz olim magistro in regno Portugalie et Gonsalvo Fernandi fratre suo et Laurentio Stephani fratribus quondam Ordinis Templi Iherosolimitani in dicto regno venerabilis vir Stephanus Arie clericus illustrissimi principis ac domni domni Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii de mandato eiusdem domni regis ostendit publicari et legi fecit quandam patentem cartam illustrissimi principis domni Sancii regis Portugalie et eius sigillo dependenti sigillatam ut prima facie apparebat verba sequentia continentem.

<A Ordem do Temple exempçam per que foy julgado que os moradores de Cyra nam paguem colheyta a el rey como os de Povos etc.>

[*Insero o traslado do documento [1200 junho-agosto]*⁸²⁸]

Item in continenti prefectus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit aliam cartam excellentissime principis domni Alffonsi olim regis Portugalie iam deffuncti

⁸²⁸ Documento não incluído neste Cartulário por não referir especificamente a Ordem do Templo. Trata-se do documento segundo o qual D. Sancho I, em carta dirigida à população de Monsalude, dá a conhecer que doara essa terra a D. Pedro Afonso (publ. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 136, p. 207).

et comitis Bolonie et eius sigillo dependenti sigillatam ut prima facie videbatur cuius tenor dignoscitur esse talis.

[*Inserere o traslado do documento de 1259.03.16 – Santarém*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra per que lhe el rey quytou a lenha que era obrigada a dar ao dicto sennhor quamdo estevese em Sanctarem e a colheyta da herdade de Moreyras e esto em escaymbo da herdade de Codeseyro com sua igreja que lhe a dicta hordem deu etc.>

Deinde inde continenti prefatus Stephanus Arie ostendit publicari et legi feci alteram cartam predicti domni domni Alfonsi regis Portugalie et comitis Bolonie et eius sigillo dependenti sigillatam ut prima facie apparabat cuius tenor sequitur in hunc modum.

[*Inserere o traslado do documento de 1254.04.10 – Lisboa*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra de confirmaçam per el rey don Dynys de todos seus privilegios husos etc.>

Consequenter prefatus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit aliam patentem cartam magnifici principis domni Dionisii regis predicti cuius vero sigillo plumbeo dependenti fillis sericis croceis rubeis veridis et albis sigillatam ut prima facie videbatur tenorem huiusmodi continentem.

[*Inserere o traslado do documento de 1285.05.31 – Lisboa*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra de sentença per que foy detrimynado que a dicta hordem tenha e faça os lagares do azeite e o comcelho da vila de Tomar nam porem que os vizinhos da dicta vila posam fazer cada huum em as testadas de suas herdades moynhos e esto nos regatos e nam no ryo grande e que assy tenha a dicta hordem os fornos da dita vila e nam o comcelho e mais etc.>

Item in eodem instanti predictus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit alteram patentem cartam domni Dionisii regis predicti eius vero sigillo dependenti sigillatam tenor continens in hunc modum.

[*Inserere o traslado do documento de 1285.07.13 – Montemor-o-Velho*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra per que he mandado que husem das alçadas como damtes usavam antes de lhe ser mandado que se tomassem pera el rey etc.>

Pretera antedictus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit aliam patentem cartam excellentissimi domni domni Dionisii regis predicti eius vero sigillo dependenti sigillatam ut prima facie apparebat cuius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1286.07.10 – Lisboa*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra de doaçam do padroado das ygrejas de Sam Mamede de Mogadoiro e de Samta Maria de Pennas Royas com suas capellas e hermidas e todos seus dereytos etc.>

Rursum prenotatus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit quasdam patentes litteras magnifici domni domni Dionisii regis prefati eius vero sigillo plumbeo

dependenti fillis sericis rubeis et albis sigillatas ut prima facie apparebat tenorem qui sequitur continentes.

[*Insero o traslado do documento de 1297.05.25 – Coimbra*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra de doaçam de humas casas no Sabugall fora da vila aa porta que chama de Barroso com todos etc.>

Revera sepe dictus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit aliam patentem cartam domni Dio<n>isii⁸²⁹ regis predicti eius vero sigillo plumbeo dependenti fillis sericis rubeis et albis sigillatam ut prima facie videbatur cuius tenor sequitur sub hac forma.

[*Insero o traslado do documento de 1298.09.27 – Coimbra*]

<Aa dicta hordem do Temple outra de doaçam do padroado de Samta Maria a Gramde de Portalegre com todas suas perteenças etc.>

Ceterum sepe dictus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit aliam patentem cartam domni Dionisii regis supradicti eius vero sigillo plumbeo dependenti fillis sericis rubeis et albis sigillatam ut prima facie apparebat verba sequentia continentem.

[*Insero o traslado do documento de 1299.11.22 – Portalegre*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra do papa que poem sentença d'escumunham a todolos da dicta Ordem que per rogos de reix ou principes proverem algum da dicta Ordem d'igreja emcomenda ou provyncia>

Post hec inde eodem instanti prenotatus Stephanus Arie ostendit publicari et legi fecit quasdam patentes litteras venerabilis ac religiosi viri fratris N. de Ordine Predicatorum permissione divina sacrosancte Iherosolimitane ecclesie patriarche Acconensi ecclesie ministri et apostolice sedis legati eius vero sigillo dependenti sigillatas ut prima facie apparebat tenorem qui sequuntur continentes.

[*Insero o traslado do documento de 1290.11.04 – Acre que insero o documento de 1267.11.22 – Viterbo*]

<Aa dicta Ordem do Temple outra de compra de huuma herdade de apresuria na vila que se chama Pinheiro que lhe vemdeo Aires Paez e sua molher etc.>

Quibus cartis et qualibet ipsarum coram prefato domno Ulixbonensi episcopi ostensis perlectis et ut premittitur publicatis prenotatus Stephanus Arie de mandato prefati domni regis ostendit publicari et legi fecit me Laurentio Iohannis tabellione Ulixbonensi cum testibus infrascriptis adhibito et presente coram dicto domno Ulixbonensi episcopo presentibus episcopis supradictis et prefatis Velasco Fernandi et fratribus quondam dicti Ordinis Templi quandam cartam seu litteram venditionis facte ut prima facie apparebat per Ariam Pelagii et uxorem suam Gontrode Menendi de quadam possessione seu hereditate quam habebant in loco qui dicitur Pinheyro que carta seu littera nullo signo nec sigillo munitur cuius littere seu carte tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1158*]

⁸²⁹ Palavra corrigida.

<Aos moradores de povoadores de Villa Ferreiro carta de foro que sam obrigados pagar pela dicta terra que lhe foy dada a foro per Pero Ferreiro e sua molher Maria Vasquez etc.>

De inde idem Stephanus Arie legi et publicari fecit quamdam cartam Petri Ferreyro continentem quod idem Petrus Ferreyro dedit populatoribus possessionem seu locum qui dicitur Villa Ferreyro que carta nullo signo signatur nec sigillo munitur cuius littere tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1222.09*⁸³⁰]

<Aa dicta Ordem do Temple outra de doaçam de toda a herdade que a rainha dona Mafalda tynha em a villa de Britiamde do bispado de Lamego com todas suas casas e termos etc.>

Consequenter prefactus Stephanus Arie ostendit legi et publicari feci quamdam cartam seu litteram illustrissime domne domne Mafalde quondam regine Portugalie habentem cordam nigram de serico et in qua modicum de cera appenssum est veri similiter habentem ex una parte figuram seu speciem cuiusdam domne et ex altera signum cuiusdam castri seu figura videbatur fuisse depicta cuius littere seu carte tenor dignoscitur esse talis.

[*Inserere o traslado do documento de 1230.09 – Bouças*]

Quibus omnibus litteris ostensis lectis et ut premittitur publicatis predictus Velascus Fernandi quondam magister dicti Ordinis Templi recognovit asseruit et confessus fuit universas predictas cartas seu litteras fore sub eadem substantia forma qualitate figuris seu signis et in omni integritate sub quibus penes dictum domnum regem et reginam eodem littere fuerunt deposite et signate. Et tunc prefactus Stephanus Arie petiit a dicto domno Ulixbonensi episcopo loci ordinario humiliter et instanter quod idem domnus Ulixbonensi episcopus prestaret mihi Laurentio Iohannis tabellioni predicto suam actoritate ordinariam reddigendi predictas cartas in publicam formam quiquidem domnus Ulixbonensi episcopus ad instantiam prefati Stephani Arie michi michi [*sic*] Laurentio Ioannis tabellioni predicto suam auctoritatem ordinariam prestitit pariter et assenssum redigendi predictas cartas in publicam formam et quod cum tenore earumdem darem predicto Stephano Arie publicum seu publicam instrumenta. Actum fuit hoc Ulixbone Era mense die et loco superius in prima linea primi rotuli nominatis. Presentibus testibus ad hec vocatis specialiter et rogatis venerabilibus viris domnis Alfonsi Martini vicechancellorio. Magistro Stephano Mafaldo canonicis Ulixbonensi et nobilibus viris donno Fernando Roderici pretore Ulixbonensi. Petro Dominici portario maiore domni regis. Dominico Martini. Johanne Gunsalvi tabellionibus Ulixbonensi. Johanne Dominici procuratore et aliis.

⁸³⁰ Trata-se do documento segundo o qual Pedro Ferreiro e sua mulher, Maria Vasques, concedem foral aos moradores da vila de Ferreira, bem como a Atalaia. Este documento não foi transcrito neste Cartulário por não fazer qualquer referência à Ordem do Templo (publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 591-592).

Ego Martinus Dominici scriptor iuratus de mandato Laurentii Iohannis tabellionis Ulixbonensi predicti hoc instrumentum cum tenore predictarum cartarum in istis tribus rotulis scripsi et rasi in tricesima quinta linea quandam dictionem ubi dicitur demandas. Et addidi in trigessima sexta linea in principio eiusdem aliam dictionem ubi dicitur desaveenças. Et hoc fuit in primo rotulo et in eodem rotulo interlineam in sexagesima quarta linea eiusdem rotuli tres dictiones ubi dicitur que se garde. Valeat et non noceat quia ego predictus scriptor rasi addidi emendavi et interlineavi ut in eisdem continetur et scripsi.

Et ego Laurentius Ihoannis publicus tabellio Ulixbonensi prenominate mandato illustrissimi principis domni Dionisii regis predicti de publicatione predictarum cartarum per dictum Stephanum Arie ut premittitur facienda et auctoritate predicti domni Ulixbonensi episcopi michi tradita et concessa et ad petitionem et instantiam predicti Stephani Arie ostensioni lectioni et publicationi predictarum cartarum et asertioni seu confessioni de predictis litteris per dictum Valasum Fernandi quondam magistrum Ordinis Templi ut premittitur facte una cum predictis testibus presens fui et in hoc instrumentum cum tenore earumdem in istis tribus rotulis scribi feci per manum Martini Dominici scriptoris iurati et signum meum in convinctioe predictorum rotulorum et hic apposui quod tale [SINAL NOTARIAL] est.

Et ego Joannes Gunsalvi publicus tabellio civitatis Ulixbonensi mandato dicti domini regis de publicatione dictarum cartarum coram dicto domno Ulixbonensi episcopi facienda ostensioni lectioni et publicationi per dictum Stephanum Arie dicti domni regis clericum coram eodem episcopo facte et asertioni seu confessioni de predictis litteris vel cartis per donum Valasum Fernandi quondam magistrum Ordinis Templi ut premittitur facte et auctoritati ordinarie per prefectum domnum Ulixbonensi episcopum nobis tabellionibus tradite et concessa una cum predictis testibus presens fui et inde hic in hoc instrumento me in testem subscripsi et signum meum ibi apposui in testimonium premissorum quod tale [SINAL NOTARIAL] est.

Et ego Dominicus Martini publicus tabellio civitate Ulixbonensi prenominate mandato dicti domini regis de publicatione dictarum cartarum [coram]⁸³¹ dicto domno Ulixbonensi episcopo facienda ostensioni lectioni et publicationi per dictum Stephanum Arie dicti domni regis [clerici et asert]ioni seu confessioni de predictis litteris vel cartis per donum Valasum Fernandi quondam magistrum Ordinis Templi coram eodem [domno] episcopo ut premittitur facte et auctoritati ordinarie per prefectum domnum Ulixbonensi episcopum nobis tabellionibus supradictis tradite et concessa una cum predictis testibus presens fui et in hic in isto instrumento me in testem subscripsi et signum meum ibi apposui in testimonium premissorum quod tale [SINAL NOTARIAL] est.

⁸³¹ Pergaminho rasgado. Reconstituição com base em ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 28v.

607. 1318.09.30 – Lisboa [B]

Domingos Martins, tabelião público em Lisboa, perante D. Estêvão, bispo de Lisboa, e Vasco Fernandes, que fora mestre da Ordem do Templo, dá a conhecer o teor de trinta e duas cartas dirigidas à Ordem do Templo. Antes de cada carta faz uma apresentação do teor da mesma, fazendo também considerações e comparações entre aquelas com mais do que uma versão.

ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 51v-77v

[fl. 51v] **A Ordem do Temple doaçam do castelo de Cera pelos termos decrarados e da ygreja de Santiago da villa de Santarem**

In nomine Domini amen. Noverint universsi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub Era millessima tercentessima quinquagesima sexta videlicet die sabbati ultima die mensis septembris apud civitatem Ulixbonensi in presentia mei Dominici Martini publici tabellionis auctoritate regali civitatis predictae et testium subscriptorum ad hoc specialiter rogatorum et vocatorum coram reverendo patre ac domno domino [fl. 52r] fratre Stephano Dei gratia episcopo Ulixbonense presentibus etiam reverendis in Christo patribus dominis Geraldo Elborensis et Martino Visensis episcopis presentibus etiam Valasco Fernandi olim magistro in regno Portugalie ac Gundisalvo Fernandi fratre suo et Laurentio Stephani fratribus quondam Ordinis Templi Iherosolimitani in dicto regno de speciali mandato magnifici principis domini Dionisii Dei gratia Portugalie et Algarbii regis illustris ut de dicto mandato per instrumentum publicum ex inde confectum manu Dominici Iohannis tabellionis publici generalis in regnis Portugalie et Algarbii michi prefato tabellioni constitit evidenter per venerabilem et discretum virum Stephanum Arie dicti domini regis clericum exhibite lecte et publicate fuerunt tres carte qui petiit dictas cartas diligenter inspici informa qualitate substancia integritate certis litteris et signis et cum diverssitatibus oppositionibus et aliis omnibus supra et infrascriptis confici et sibi dari publicum instrumentum et ut in ipsis continebatur apparebant domini Alffonsi primi regis Portugalie que locuntur de pace et concordia quam fecit dominus rex predictus inter episcopum Ulixbonensi et fratres militie Templi Iherosolimitani concedendo castrum de Cera cum terminis assignatis ibidem pro ecclesiis de Sanctarena quarum una que habet faciem pergameni quasi novam scripta de littera grossa et ut videtur moderna habet nise duo signa quorum unum ut continebatur in predicta littera videtur dicti domini regis Alffonsi habens lineam longam portatem in fine verbi fecimus scilicet inter V. et S. habens etiam quatuor lineas transverssales grossiores factas ad modum I. capitulatim. Aliud vero signum continebat quatuor circulos magnos et inter primos duos superiores circulos erat crux parva de incausto nigro et in utroque latere habens tria puncta et a dextris erat scriptum rex Alffonsus. Inter alios vero duos inferiores circulos erant tres littere facte ad modum O. parvulini directe subtus crucem predictam et hec verba scilicet cum filiis suis. In medio vero interioris et ultimi circuli erat scriptum per modum crucis Portugal habet etiam in se predicta carta in decima linea quodam interlineare

de littera parva et causto dissimili super verbo utatur scilicet de Sanctarene. Habet etiam in duo decima linea ubi describitur Era inter M. designantem millessima et LX^a designantes nonagessima unum C. deminori et diverssa forma et diversso in causto centum ut videbatur designans cuius carte tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1159.02 [A]*]

[fl. 52v] [...] Qua ostensa lecta et publicata prefactus Valascus Fernandi asseruit ac recognovit quod prefacta carta originalis et auctentica cum ordo prefactus defficere incipisset per eumdem Valascum Fernandi in eisdem forma qualitate substantia ac integritate cartis et signis in quibus apparebat fuit deposita cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia serenissime domine Helisabet Portugalie et Algarbii regine.

Outra de doaçam do dicto castello de Cera pelas demarcações declaradas

Alia vero carta que sui facie apparet antiquam que scripta est in quodam rotulo et de littera parva habet duo signa diverssimo de tamen ab alia precedente carta quorum unum ut mea continetur videbatur dicti domini regis Alffonsi habens unam lineam longam positam inter verbum signum et verbum fecimus quod est in fine illius linee habens etiam tres lineas transversa<les> [fl. 53r] ad modum I capitulatum factas videbatur etiam habere nomina tam episcoporum et archiepiscoporum confirmantium et testium subscribentium diverssi mode ordinata ab illis que in predicta littera ordinantur cum in ista sint dicta nomina posita quasi in ordinatione littere in superiori vero sint nomina unum post aliud gradatim posita. Videbatur etiam habere variationem cum in prima carta inter nomina confirmantium ponatur Ego Petrus Portugalensis episcopus etc. In ista vero continetur Ego Portugalensis etc. Aliud vero signum continet tres circulos et inter primum superiorem et medium est quedam cruz habens ex utroque latere singula puncta inter quos videtur de scribi rex Alffonsus tamen non bene apparet prima littera illius verbi rex necisti circuli et littere sunt ita magni nec pulcri seu laudabiliter formati ut in prima carta figurantur. In medio vero secundo et tertii circulorum videntur contineri hec verba cum filiis suis et aliud quod intellegi non potest. In medio vero interioris et ultimi circuli continetur per modum crucis istud nomen Portugal cuius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1159.02 [A]*]

[fl. 54r] [...] Quibus cartis sic ostensis publicatis et perlectis dictus Valascus Fernandi quomdam magister Templi asseruit acrecognovit quod prefacte carte originalis et autentice cum ordo prefactus defficere cepisset per eumdem Valascum Fernandi in eidem forma qualitate sustantia ac integritate cartis litteris signis et figuris in quibus apparebant fuerunt deposite sub fidelitate et custodia illustrissimi ac magnifici principis domini D. Portugalie et Algarbii regis illustris. Et tunc prefactus Stephanus Arie propter casus fortuitos et pericula que possent contingere evitanda petiit prefactas literas de auctoritate predicti domini Ulixbonensi episcopi tamquam loci ordinarii per me prefactum tabellionem exemplari et in publicam formam redigi seu transcribi in

predictis forma qualitate substantia integritate certis litteris et signis. Et in continenti Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis suprascriptas litteras diligenter inspiciens et advertens ne postmodum dignitati regie seu corone regni Portugalie ex premissis posset in posterum aliquod preiudicium generari et ipse forsitam de defectu vel negligentia reprehendi dixit et prop[er]o]suit quod preffacte carte multipliciter erant suspecte et opponendo multifariam contra eas proposuit in hunc modum.

Apparent tres [fl. 54v] carte eiusdem tenoris donationis seu cambii pro quibusdam ecclesiis de Sanctarene ut videtur facte de castro de Cera cum suis terminis ut in eisdem continetur quarum una antiquior scripta est in principio cuiusdam rotuli alia est scripta in quadam carta pre se separata continens primam lineam de magna littera quod in aliis non habetur. Alia vero tertia videbatur de novo facta. Cum igitur sint diversse littere eiusdem tenoris et super eadem re et ab eodem rege eiusdemque signi non tamen uniformiter in omnibus confecti et ab eodem notario dicantur conscripte predictae tamen littere non sint eiusdem forme cum appareant per diversos scriptores seu notarios facte nec eiusdem temporis ut in eisdem apparere poterit cuiuslibet intuenti circuncernendo naturam et faciem utriusque. Maxime quia in eisdem litteris contineatur eadem data et idcirco verissimiliter est preffactas litteras ex hoc fore suspectas.

Item presumitur suspitio ex eo quod in duabus earum videlicet in antiquiori et in alia habente primam lineam de magna littera inter prelatos et alios officiales confirmantes predicta contineatur Ego Memenendus [sic] Lamegocensis episcopus. In tertia vero littera que sui facie apparet de novo vel quasi conscripta idem episcopus Lamegocensis non continetur.

Item apparent suspecte in eo quod in illa prima que dicitur magis antiqua continetur inter prelatos confirmantes Ego Portugalensis episcopus tantum omisso proprio nomine quod quidem proprium nomen in aliis duabus litteris describitur videlicet Ego Petrus Portugalensis episcopus etc.

Item videntur suspecte in eo quod signum rotundum appositum in dictis litteris non per omnia uniformiter in predictis litteris conscribitur cum in duabus litteris earundem videlicet in habenti primam lineam de magna littera et in aliqua quasi de novo facta habet in se quatuor lineas ducentes circumferentiam in rotundum inter se tres circulos cum quibusdam litteris includentes. Alia vero littera antiquior contenta in rotulo predictum signum ostendit cum tribus lineis tantum et duobus circulis.

Item presumitur suspicio ex eo quod predictum signum rotundum scriptum in littera habenti primam lineam de magna littera habet et includit in se quasdam litteras in circulo et in medio laudabiliter formatas et subtiliter conscriptas. In aliis vero duabus cartis prefacti signi littere rudem formam continent seu figuram preter ea videntur suspecte in eo quod due carte earundem videlicet habens primam lineam de magna littera et alia que quasi de novo facta dicitur habent in primo circulo ubi

signum crucis depingitur ex utroque latere dicte crucis tria puncta et in tertio circulo inferiori subtus crucem habent tria puncta quasi rotundos circulos parvulinos. Tertia vero littera quae sui facie apparet antiquior omissis predictis punctis dum taxat singula puncta continet ex utroque latere iuxta crucem.

Item presumitur suspicio quod in duabus cartis videlicet in habenti primam lineam de magna littera et in alia quae quasi de novo facta videtur figuratur signum regis ibidem positum quedam scilicet linea ducta per longum habens per se quatuor grossas lineas ex transversso. Tertia vero quae antiquior apparet tres tantum lineas continet ex transversso.

Item presumitur contra eas [fl. 55r] ex eo quod in predictis cartis preffacti regis signum super dicta forma conscriptum in aliis litteris ab eodem rege confectis multipliciter variatur. Apparet in quam quedam littera dicti regis in qua depingitur signum regis preffacti quedam videlicet linea dicta perlongum habens in medio sui tres grossas lineas aliquam tulum separatas inter quas lineas intus et extra supradictam longam lineam et infra singula continentur puncta et in una extremitate eiusdem lineae quedam subtilis linea extraversso habetur in alia vero extremitate ad modum floris duo continentur parvulini ramuli revoluti.

Item in duabus cartis scilicet in illa quae apparet antiquior et in alia cuius prima linea est de grossa littera signum regis depingitur inter illud verbum scilicet signum et aliud verbum fecimus. In carta vero quae nova videtur in fine illorum verborum scilicet signum fecimus depingitur excepta littera S. quae in fine ponitur.

Item quia in predicta carte quae quasi de novo confecta videtur fuit era conscripta a principio ut evidenter apparet M^a nonagessima VII^a. Postea quicumque fuerit ille falsarius fabricator. Considerans quod illis temporibus rex christianus in regno Portugaliae non dum erat volens falsitatem celare in spacio quod erat inter magnum M. annum millesimum denotante et inter nonagessimum annum designantem quoddam magnum C. minoris tamen forme et alterius in causti et penitus diversae figure composuit.

Item idem signum ad huc viciatur in aliis ut bene intuenti poterit apparere.

Item donatio seu concambium castrum de Cera cum suis terminis non valet et nulla et irrita est censenda cum detur dictum castrum quod dicitur Cera cum suis terminis pro ecclesiis de Sanctarena scilicet temporale pro spirituali et sic expresse continet simoniacam pravitatem contra canonicas et legitimas sanctionis.

Aa dicta Ordem outra de doaçam dos castelos d'Ozezar Cardiga e Tomar pelos termos declarados etc.

Deinde incontinenti in eodem die et hora preffactus Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit coram predicto domino Ulixbonensis episcopo me prenominate tabellione cum testibus infra scriptis adhibito et presente duas cartas quae ut videntur continent donationem factam de castro de Tomar et de Ozezar et de Cardiga per dominum Alfomsum regem Portugaliae fratribus millitie Templi quarum una quae

videtur antiqua continens signum habens in se septem lunelunas ductas pergirum et in extremitatibus coniunctas intra quod signum depingitur quedam crux nigra supra cuius crucis menbra describitur rex Allfomsus et subtus menbra cricus describitus rex Santius continens in se septem testes predicta confirmantes scilicet tres ab una parte et quatuor ab alia cuius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1169.10 – Lafões*]

[fl. 55v] [...] Qua ostensa lecta et publicata preffactus Valascus Fernandi asseruit ac recognovit quod prefacta carta originalis et auctentica cum ordo prefactus defficere incepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma qualitate substantia ac integritate figuris et signis in quibus apparebat fuit deposita cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia serenissime domine Helisabeht Dei gratia Portugalie et Algarbii regine supradicte.

Outra tall de doaçam dos dictos castelos d’Ozezar Cardiga e Tomar pelos termos decrarados.

Alia vero carta que videtur et apparet magis nova habet signum continens in se undecim lunelunas ductas pergirum et in extremitatibus coniunctas. Intra quod signum depingitur quedam crux nigra supra cuius crucis menbra describitur rex Allfomsus et subtus menbra crucis describitur rex Sancius. Continens in se septem testes predicta comfirmantes ab alia cuius carte tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1169.10 – Lafões*]

[fl. 56r] [...] Qua carta sic ostensa publicata et perlecta prenomminatus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacta carta originalis et auctentica cum ordo prefactus defficere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma qualitate substantia ac integritate certis litteris et signis in quibus apparebat fuit deposita cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domni domini Dionisii Dei gratia regis Portugalis et Algarbii. Et incontinenti prenomminatus Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis suprascriptas litteras diligenter inspiciens et advertens ne post modum dignitati regie seu corone regni Portugalie expremisiss posset in posterum aliquod preiudicium generari et ipse forsitam de defectu vel negligencia reprehendi dixit et proposuit quod prefacte carte multipliciter erant suspecte et opponendo multifariam contra eas proposuit in hunc modum.

Item apparet alia carta ubi fit mentio de donatione facta de castro de Tomar contra [fl. 56v] quam presumitur suspicio ex eo quod dicta carta ut mea continetur apparet fuisse facta sub Era millessima ducentessima septima. Ex quo presumitur antiquitas dicti actus. Et prefacta carta in se ipsa sui facte et in litteris in ea contentis apparet a Deo noviter facta quod non est verissimile quod a decem annis mantea fuisset conscripta. Item est suspecta ex eo quod apparet quoddam signum habens undecim lunelunas pergirum et circumferentiam inductas et in extremitatibus coniunctas habens in sui medio quamdam crucem nigram intra quod signum super menbra crucis describitur rex

Alffomsus et infra rex Sancius cuius signi actor nullus in dicta carta existit proptertquod presumitur suspicio manifesta quia si est signum notarii alicuius nomen eiusdem notarii ibidem describi debuit dicentes ut moris est Ego talis notarius huic facto interfui et signum meum appoui quod tale est etc. Hoc enim est exconsuetudine rationabili introductum cuius in contrarium memoria hominum non existit sic enim consueverunt notarii in suis actibus subscribere eisdem temporibus et ante quod evidenter per antiquiores littera dictorum Templariorum eius regis poterit apparere et si forte dicatur dictum signum fuisse prefacti regis Alffomsi de quo ut de actore donationis predictae in dicta carta fit mentio colligitur suspicio manifesta cum in aliis cartis eiusdem regis signum ut meis subponitur omnimodo varietur et formaliter sit deversum.

Item presumitur suspecta cum quedam era in lapide descripta ad hostium dicti castrum de Tomar apparet videlicet Era millessima centesima LX^a VIII^a in qua continetur quod magister Galdinus Portugalensium militum Templi cum fratribus suis cepit edificare dictum castrum prima die martii quod dicebat oblatum esse militibus Templi et in ista predicta littera expresse dicitur donationem dicti castrum fuisse factam per dictum regem sub Era millessima CC^a VII^a.

Item presumitur suspitio in actibus Templariorum cum in predicta era lapidea scilicet Era M C [sic] LX^a VIII^a dicatur magistrum Galdinus Portugalensium militum Templi inchoasse primo edificium dicti castrum.

Item apparet alia era lapidea ad hostium ecclesie Sancti Thome eiusdem castrum dicens Era M^a II^c nona Magister Gualdinus secularem miliciam annegavit et miles dicti Ordinis Templariorum effectus est ex quibus presumitur suspitio manifesta cum illa era que dicit dictum magistrum Gualdinum inchoasse edificium dicit castrum supponat et dicat expresse dictum Gualdinum iam fuisse magistrum militum Templi et in alia Era scilicet millesima ducentesima nona contineatur dictum magistrum Galdinum abnegasse militiam secularem et militem Templi ut premititur effectum fuisse et sic per undecim annos ultra a tempore prime ere iam dicte.

Item apparet alia carta eiusdem date et eiusdem regis domini Alffomsi primi super donatione castrorum de Thomar et de Ozezar et de Cardiga et ambe propter rationes predictas sunt suspecte multiplici ratione. Primo quia sunt diversarum litterarum in forma et in apparencia videlicet cum una appareat antiqua. Alia vero noviter presumitur facta. Secundo quia cum sint confecte super donationem earundem rerum tenorem diversum in quibusdam continent et diversos terminos pretendunt ut meis potest [fl. 57r] liquido comprehendi. Tertio videntur suspecte quia in antiqua carta est signum quod habet septem lunelunas in circumferentia per girum ductas et in extremitatibus coniunctas includens in se crucem nigram supra cuius crucis membra scriptum est rex Alffomsus et infra rex Santius et in alia carta que nova apparet idem signum depingitur diversissimo de fabricatum cum undecim lunellis aliqualem diversitatem continens in forma lunellarum et crucis. Quarto presumitur contra eas cum in subscriptione

testium antiqua littera contineat primo ut sequitur. Petrus Faisom notarius regis confirmo. Et hic est primus insubscipcione et tertio subscribitur Gunsalvus Visiensis episcopus. In alia littera que videtur nova predicti testes e contrario describuntur quia primo subscribitur in eadem Petrus Portucalensis episcopus comfirma. Cum in antiqua secundo fuerit subscriptus et in dicta carta nova secundo describitus Gunsalvus Visensis episcopus. Cum in antiqua locum tertium teneret et tertio ponitur Petrus Fasiom notarius regis comfirma. Qui primus subscribitur in antiqua. Quinto presumitur contra eas cum nulla ipsarum cartarum contineat tale signum regis sicut in aliis predictis litteris eiusdem regis asseritur contineri.

Aa dicta Ordem outra de doaçam do padroado da igreja de Soure etc.

Post hec in supradicto die et era idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit coram predicto domino Ulixbonensi et allis episcopis et personis superius et inferius nominatis alias duas cartas diversorum temporum et locorum sigillatas sigillis cereis pendentibus in cordis siricis que videntur domini regis Sancii super donatione iuris patronatus ecclesie de Souri quarum una continet in se prelatos et barones seu nobiles confirmantes et quosdam alios testes testificantes que in alia que est scripta in minori forma minime continentur quarum litterarum unius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1223.05 – Lisboa*]

[fl. 57v] [...] **Outra tal de doaçam do padroado da dicta ygreja de Soure etc.**

Item tenor alterius carte de minori forma dignoscitur esse talis.

[*Inserere o traslado do documento de 1245.01.20 – Tomar*]

[fl. 57v] [...] Quibus litteris sic ostensis publicatis et perlectis supradictis Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacte carte originalis et autentice cum ordo prefactus deficere incepisse per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substantia ac integritate cartis litteris et signis in quibus apparebant sub fidelitate et custodia supradicti domini domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Et incontinenti Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis superscriptas litteras diligenter inspiciens et advertens nepost modum dignitati regie seu corone regni Portugalie expremissis posset imposterum aliquod prejudicium generari et ipse forsitan de defectu vel negligencia reprehendi ut supra iam dictum est dixit et proposuit quod prefacte carte multipliciter erant suspecte et opponendo multipharina contra eas proposuit in hunc modum. Apparent due littere regis Santii secundi super donatione iurispatronatus ecclesie de Souri que multipliciter suspecte videntur. Primo cum una sit antiquior alia et utraque est simplicis donationis quod fieri non deberet quia ex quo semel fuit donatum amplius donari non potuit. Item cum stillus antiquioris litere sit penitus diverssus ab stillo alterius litere. Primo cum in veteri dicatur Ego donus Santius in alia dicitur Ego Santius. Item quia in antiqua non continetur signum dicti regis nec subscriptiones testium nec nomen scriptoris in alia omnia continentur. Item apparent ambe suspecte ex eo quod sigilla ipsarum sint penitus diverssa in forma tam longitudinis quam amplitudinis.

A Pedro Ferreyro comfirmaçam [fl. 58r] de doaçam de huuma herdade de Ordiales pelos termos declarados

Item eodem die dictus Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit coram supradicto domino Ulixbonensi episcopo et aliis episcopis et personis superius et inferius nominatis aliam cartam domini Alffomsi regis Portugalie sigillatam ut videtur sigillo plumbeo eiusdem domini regis pendenti in cordis siricis in qua idem dominus rex videtur comfirmare donationem factam Petro Ferario per dominum Santium patrem suum de possessione de Ordiales continentem quosdam prelatos et barones seu nobiles confirmantes et alios testes testificantes cuius littere tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento [1211-1223] que insero o documento de 1191.07.15*⁸³²] [fl. 58r] [...] Qua carta sic ostensa publicata et perlecta idem [fl. 58v] Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacta carta originalis et auctentica cum ordo prefactus defficere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substancia ac integritate certis litteris et signis in quibus apparebant fuerit deposita cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii regis Portugalie et Algarbii. Et incontinenti Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis supradictam cartam diligenter inspiciens et advertens ne post modum dignitati regie seu corone regni Portugalie ex premissis posset in posterum aliquod prejudicium generari et ipse forsitam de deffectu vel negligentia reprehendi ut supra iam dictum est dixit et proposuit quod prefacta carta erat multipliciter suspecta et opponendo multifariam contra eam proposuit sub hiis verbis.

Item apparet quedam carta comfirmationis Petri Ferrarii super donatione facta dicto Petro Ferrario que presumitur valde suspecta cum mea non contineatur Era nec dies nec mensis nec locus in quo fuisset facta cum in litteris patris sui quarum tenorem ponit et maliis litteris eiusdem regis Alffomsi et aliorum regum ponantur et poni consueverunt predicta.

Item quia sigillum plumbeum appositum in ipsis litteris Petri Ferrarii differt ab alio sigillo plumbeo appenso in litteris comfirmationis eiusdem regis Alffomsi de donatione facta per domnum Santium patrem suum de Cira in longitudine latitudine et litteris. Et cum sint diverssa sigilla eiusdem regis apparet quod littere sunt suspecte.

A dicta hordem de Christos outra de comfirmaçam d'el rey dom Affomssso a doaçam da Ydanha a Velha feyta per el rey dom Sancho

Post hec idem Stephanus Arie eodem die supradicto legi et publicari fecit quamdam aliam cartam seu litteram domni Alffomso secundi regis continentem tenorem alterius

⁸³² Não copiados neste Cartulário por não mencionarem a Ordem do Templo. Segundo o documento de 15 de julho de 1191, D. Sancho I doara a Pedro Ferreiro, seu criado, a herdade de Vale de Orjães, no termo de Tomar, o qual está inserto num documento de [1211-1223], segundo o qual D. Afonso II confirma a Pedro Ferreiro a doação da herdade de Orjães, termo de Tomar, que lhe havia sido feita por seu pai (publ. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, n.º 53, pp. 85-86).

littere domini regis Santii patris sui super donatione ut videtur facta per eundem domini regem Santium Ordini Templariorum de civitate Egitanie per quam litteram predicti domini regis Alffonsi confirmatio per eundem regem predictae donationis facte de Egitania de notarii videtur cui quidem carte seu littere sigillum in cera rubea in corrigia appensum est in qua carta super donatione predicta et super confirmationis secuta sigillatum tamen in unaquaque describuntur prelati barones et nobiles confirmantes actus predictos et alii testes testificantes eosdem cuius carte seu littere tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1218.04 – Santarém que copia o documento de 1206.01.23 – Coimbra*]

[fl. 59v] [...] Qua littera seu carta sic ostensa publicata et publicata et perlecta supradictus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacta carta originalis et auctentica cum ordo prefactus defficere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substancia et integritate certis litteris et signis in quibus apparebat fuit deposita cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Et in continenti Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis supradictam cartam deligenter inspiciens et advertens nepost modum dignitati regis seu corone regni Portugalie expremissis posset in posterum aliquod prejudicium generari et ipse forsitam de defectu vel negligentia reprehendi ut supra iam dictum est. Dixit et proposuit quod prefacta carta multipliciter erat suspecta et opponendo multifariam contra eam proposuit in hunc modum.

Item apparet una carta domini Alffonsi secundi regis in qua continetur tenor alterius carte domini regis Santii patris sui in qua contineri videtur quod donus Santius primus rex dedit Fernando Didaci et universsis fratribus militie Templi civitatem Egiptaniense et dictus filius suus dominus rex Alffonsus concessit et confirmavit donationem dicte civitatis supradictis fratribus. Et apparet transumptum alterius littere domini regis Sancii secundi in qua continetur quod dicta civitas postea fuit capta ab hostibus et omnino destructa et quod ipse postea mandavit eam rehedificari et populari auctoritate domini Iohannis episcopi Sabinense sedis apostolice legati et cum consensu episcoporum et procerum suorum et sic donatio si qua fuit facta primo dictus Templariis fuit finita et evanuit per occupationem dicte civitatis a sarracenis factam et ipsa civitas est reducta secundum consuetudines generales Hyspanie ad dominium dicti regis Santii qui eam recuperavit et qui dedit forum populatoribus eiusdem civitatis maxime cum constet per litteras domini Sancii secundi quod inpignoravit eam postea magistro Vincentio Egiptanie electo. Postea a vero compertum est per testes quod de mandato dicto domini regis dictus magister Vincentius eam inpignoravit dictis fratribus Templi.

Item apparet suspectum transumptum originalis domini regis Santii quod continetur in littera confirmationis domini Alffonsi regis secundi et eius filii pro eo quod [fl. 60r] signum dicti domini regis Santii in dicto transumpto positum est diversum ab ab [*sic*]

aliis in litteris donationis de Cira facte domine Fruilhy quia in signo in dictis litteris domini Alfonsi secundi posito est linea nigra in longum protensa habens decem lineas transversales coniunctim. In aliis vero litteris donationis dicti domini regis Santii est linea nigra protensa in longum habens decem lineas combinatas habentes spacium competens inter se.

A dicta hordem outra per que lhe couta e confirma totalas ygrejas vilas e lugares e privilegia a todos seus homees etc.

Subsequenter idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit coram supradicto domino Ulixbonensi episcopo et aliis episcopis et personis superius et infra scriptis duas litteras illustrissimi domini Alfonsus regis primi eiusdem tenoris et date continentes exemptiones et libertates eidem Templariorum Ordini concessas que nullum continent signum nec aliquo muniuntur sigillo substribuntur tamen in qualibet earundem quidam testes et in super prelati et quidam barones seu nobiles confirmantes. Quarum tenor unius talis est.

[Insero o traslado do documento de 1158.04.05]

[fl. 60v] [...] **Outra tall per que lhe couta e confirma todollos ygrejas villas e lugares e privilegia todolos seus homeens.**

Item tenor alterius littere talis est.

[Insero o traslado do documento de 1158.04.05]

[fl. 61v] [...] Quibus litteris sic ostensis publicatis et perlectis prefectus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacte carte seu littere originales et auctentice cum ordo prefectus deficere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substantia ac integritate certis litteris signis et figuris in quibus apparebant fuerunt deposite una cum quibusdam aliis sub fidelitate supradicti domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Et in continenti Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis supradictas litteras diligenter inspiciens et advertens ne postmodum dignitati regie seu corone regni Portugalie ex premissis posset inposterum aliquos prejudicium generari et ipse forsitam defectu vel negligentia reprehendi ut supra dictum est. Dixit et proposuit quod prefacte suspecte et opponendo multifariam contra eas proposuit in hunc modum. Item apparet due littere regis Alfonsi primi eiusdem date et tenoris in quibus videtur predicto ordini et hominibus seu colonis suis habitantibus in locis dicti ordinis concedere libertates et exemptiones que multipliciter videtur suspecte. Primo cum in aliis litteris ipsius regis que dicuntur eidem ordini concessas signum dicti regis et scriptoris contineatur quod in istis non continetur.

Item teste suscripti sunt diversi mode cum in una dicatur Ego Petrus Portucalensis episcopus confirmo. In alia dicantur Petrus etc.

Item una contineat illud verbum Confirmo sigillatum in una quaque testium. Alia vero continet dictum verbum confirmo respiciens testes in simul perlineas que cum verbo predicto in uno angulo coniunguntur.

Item cum una contineat nomen notarii diversi mode ab alia cum in sua sit in loco subscriptionis in alia sit in fine ultima linee.

Item videntur esse suspecte quia in una illarum litterarum in subscriptione ponuntur episcopi per se in alia ponitur Santius Moniz cum episcopis.

Item alia secunda subscriptione in una ponitur Santius Moniz cum aliis quatuor confirmantibus in alia littera ponuntur quinque sine Sanctio Moniz confirmantibus. Similiter in subscriptione testium variatur numerus in una illarum ponuntur duo testes et in alia tres. Et cum dicte littere sint sine sigillis et sine signis predictis et diversificate in pluribus videntur penitus esse nulle.

A dicta hordem do Temple outra de doaçam de todo ecclesiastico da villa de Sanctarem feyta per el rey don Afonso primeiro etc.

Post hec prefectus Stephanus Arie legi et publicari fecit alias duas litteras seu cartas donationis ecclesiarum de Sanctarena facte dicto Templariorum Ordini per⁸³³ domini Alfonsum regem illustrem eiusdem tenoris et date in antiquitate aliaquamtulium discrepantes et in subscriptionibus testes habentes signum continentes rotundum cum [fl. 62r] quibusdam circumferentiis non sigillum quarum unus tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1147.04*]

Outra tall como esta de cima de doaçam de todo ecclesiastico da villa de Sanctarem per o dicto rey dom Afonso etc.

Item tenor alterius carte talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1147.04*]

[fl. 62v] [...] Quibus licteris sic ostensis publicatis et perlectis predictus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacte carte originales et auctentice cum ordo prefectus deficere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substantia ac integritate litteris figuris et signis in quibus apparebant fuerunt deposite unam videlicet cum quibusdam aliis sub fidelitate et cum custodia supradicti domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Alia ver fuerat deposita una cum quibusdam aliis sub custodia et fidelitate supradicte domine regine. Et in continenti Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis suprascriptas licteras diligenter inspiciens et advertens ne postmodum dignitati regie seu corone regni Portugalie ex premissis posset in posterum aliquod prejudicium generari et ipse forsitam de defectu vel negligentia reprehendi ut supra iam dictum est dixit et proposuit quod prefacte carte multipliciter erant suspecte et opponendo multifariam contra eas proposuit in hunc modum.

Item apparet due carte que dicuntur donationis ecclesiarum de Santarena eiusdem tenoris et super eadem re et eiusdem date et eiusdem regis Alfonsi primis et una videtur antiqua et alia nova que multipliciter videntur suspecte. Primo cum utraque

⁸³³ Segue-se um espaço em branco.

istarum cartarum contineatur signum quod dicitur eiusdem regis diverssum a signo posito maliis litteris que dicuntur esse eiudem regis videlicet in cartis per mutationis de Cera pro ecclesiis de Sanctarene scilicet cum insigno in dictis litteris posito contineatur una linea longa et quatuor grosse transverssales sine punctis nec in fine sui habet figuram floris et in istis duabus est in signo una linea longa et habet tres lineas grossas transverssales et in principio longe linee est una subtilis et minima transversalis et in fine protrahitur ad modum floris.

Item utraque istarum apparet suspecta cum signum positum in utraque sit in forma diversum ab alio sicut patere poterit cuilibet intuenti.

Item sunt suspecte cum sit in utraque latinitas falsa ibi ubi dicitur [fl. 63r] Vimarensis et ibi ubi ponitur notuit. Et ubi in secunda linea unius ponitur propositum feci etc. in in alia littera habetur propositum feci etc.

Item ambe sunt suspecte cum signum rotundum positum in utraque sit diversum unum ab alio primo cum dictum signum habeat duas rotas et in prima rota que est in antiqua littera in quatuor locis eiusdem rote sunt tres tres linee transverssales in quolibet loco. In alia vero que apparet nova in prima rota in duobus locis superioribus sunt tres tres linee et in inferiori in duobus locis sunt due et due linee transverse.

Item in secunda rota que est in antiqua littera sunt in quatuor locis tres tres linee transversales et in alia que apparet nova sunt iste tres tres linee in duobus locis tantum. Item sunt suspecte cum forma sgni positi in antiqua ubi sunt nomina episcopi et archiepiscopi sic diversa a forma posita in nova scilicet cum unum signum scilicet veteris carte sit magnum et aliud sit minimum.

Item sunt suspecte cum utraque contineat nomen eiusdem scriptoris et sit forma litterarum penitus diversa una ab alia.

Item cum sit eiusdem temporis non debet esse una magis antiqua quam alia sed tamen sunt in apparentia nimium discrepantes ut patere poterit cuilibet intuenti.

Item apparent suspecte cum sit quedam sententia in fine utriusque littere ibi ubi dicit vos autem etc. totaliter aliena a materia donationis.

A dicta Ordem outra de doaçam da ygreja de Santiago da villa de Santarem feyta pelo bispo de Lixboa e per que confirma e roboras as ygrejas que a dicta Ordem fez e tem em Tomar e nus [sic] lugares nomeados.

Consequenter idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit duas litteras eiusdem tenoris reverendi patris domini Guiliberti quondam Ulixbonensi episcopi super donatione se exemptione facta per eum de ecclesia Sancti Iacobi Santarene dictis fratribus Templi in quibus subscribuntur testes et quidam prelati et alii confirmantes et signum rotundum habens crucem nigram in medio cum quibusdam circumferenciis per girum depingitur quarum tenor unius talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1159.02 [C]*]

[fl. 63v] [...] **Outra tal como esta de cima de doaçam da ygreja de Santiago da villa de Sanctarem e mays etc.**

Item tenor alterius littere dignoscitur esse talis.

[*Inserere o traslado do documento de 1159.02 [C]*]

[fl. 64r] [...] Quibus litteris sic ostensis publicatis et perlectis predictus Valascus Fernandi aseruit et recognovit quod prefacte carte seu littere originales et autentice cum ordo prefactus decipere cepisset per ipsum Valascum Fernandi in eisdem forma substantia ac integritate litteris figuris et signis in quibus apparebant fuerunt deposite una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Et in continenti Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis suprascriptas litteras diligenter inspiciens proponendo et protestando ut supra contra istas litteras opposuit in hunc modum.

Item apparent due littere eiusdem tenoris ubi videtur contineri donacio Guiliberti Ulixbonensi episcopi facta fratribus Templariorum de ecclesia Sancti Iacobi Santarene et una illarum apparet antiqua et alia videtur esse nova et sunt ut videtur de diversis manibus conscripte signum vero est diversificatum tam in forma quam in magnitudine quam etiam in cruce et nichilominus in litteris intus in signo positus [fl. 64v] que non sunt eiusdem forme nec eiusdem manus scripte.

Item videntur esse suspecte quia in una est Petrus Silva notuit et in alia Petrus Salva testis.

A dicta Ordem de Christos outra de doaçam do castello de Soure feyta pela reyna donna Tareyja etc.

Deinde in continenti prefactus Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit coram dicto domino Ulixbonensi episcopo duas litteras serenissime domine regine Tarasie donationem castri de Saurio dictis militibus Templi continentes nullo sigillo munitas quarum una continet quoddam signum habens quatuor lunelunas per circumferenciam ductas et inter se coniunctas et inter unam et aliam anguli ab exterius diversi mode depinguntur quidam maiores et alii parvulini. Intra quod signum crux quedam nigra depingitur et infra quidam subscribuntur testes et officiales confirmantes predicta non omnino idem nec eomodo ut in alia littera describuntur cuius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1128.03.19 – Braga*]

[fl. 64v] [...] **Outra tall de doaçam do dicto castelo de Soure feyta pela dicta reyna etc.**

Alia vero littera habet quamdam crucem nigram in extremitatibus sui ipsius in totum et in medio albam inter cuius crucis membra divisim litteris describitur Portugal subscritis quibusdam officialibus et nobiles ac Bernaldo Colimbriense episcopo confirmantibus cuius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1128.03.29 – Braga*]

[fl. 65r] [...] Quibus litteris sic ostendis publicatis et perlectis idem Valascus Fernandi aseruit et recognovit quod prefacte carte seu littere originale et auctentice cum ordo prefactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substantia ac integritate litteris signis et figuris in quibus apparebant fuerunt deposite una cum quibusdam aliis unam videlicet sub fidelitate et custodia supradicti domini regis aliam vero sub custodia et fidelitate memorate domine regine Portugalie et Algarbii. Et in continenti Dominicus Pelagii procurator predicti domini regis suprascriptis litteras diligenter inspiciens et advertens nepost modum dignitati regie seu corone regni Portugalie ex premissis posset imposterum aliquod prejudicium generari et ipse forsitam de defectu vel negligentiam reprehendi ut supra iam dictum est. Dixit et proposuit quod prefacte carte multipliciter erant suspecte et opponendo multifariam contra easdem pro-[fl. 65v] posuit sub his verbis.

Item apparet una carta donationis de Souri regine Tarasie que in sui dictamine videtur suspecte ex eo quod dicta Tarasia donavit illud castrum de Souri militibus Templi et inferius subsequitur donatio comitis Fernandi de eodem castro sibi a dicta Tarasia donato facta per eum dictis militibus Templi.

Item cum in dicta littera contineatur testis 'Alfonsus Legionis rex' et sit in ista littera 'Dante Era M C LX VI^a' in qua erat ut continetur inronicis dictus Alfonsus erat iam defunctus nam defunctus fuit in era M^a C XVII.

Item apparet alia littera que dicitur donationis de Souri regine Tarasie supradicte que multipliciter videtur suspecta eo quod signum suum non ponitur in ea. Cum in alia littere eiusdem regine et eiusdem donationis signum domine Tarasie inveniantur nec nomen notarii in ista invenitur ut in alia reperitur.

Item presumitur suspicio cum alia littera donationis ab eadem domina regina facta simpliciter precesserit ista. Cum dicatur in illa anteriori 'Facta cartulam testamenti XIII kalendas aprilis' et in ista inveniantur 'VIII kalendas aprilis'.

A dicta Ordem outra de doaçam do dicto castelo de Soure feyta per el rey dom Afonso primeyro etc.

Post hec idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit quandam litteram ut videbatur domini Alfonsus infantis filii dicti domine Tarasie regine super donatione facta per eum de dicto castro de Saurio dictis militibus Templi nullum sigillum habentem continebat tamen quamdam crucem nigram supra cuius menbra et infra describitus divisio litteris Portugal. In qua littera quidam officiales et nobiles Acberaldus Colimbriense episcopus confirmantes describuntur. Cuius littere tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1130.03.14 – Guimarães*]

[fl. 66r] [...] Qua littera sic ostensa publicata et perlecta memoratus Valascus Fernandi aseruit et recognovit quod prefacta littera originalis et auctentica cum ordo prefactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernando in eisdem forma substantia ac integritate litteris signis et figuris in quibus apparebat fuit deposite una

cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Et tunc Dominicus Pelagii procurator predicti domini regis supradictam litteram diligenter inspiciens et advertens nepostmodum dignitati regie seu corone regni Portugalie expremisissis posset inposterum aliquod prejudicium generari et ipse forsitam de defectu vel negligentia reprehendi ut supra iam dictum est. Dixit et proposuit contra predictam litteram in hunc modum.

Item apparet alia carta donationis castri de Souri domini Alfonsi filii dicte domine Tarasie que similiter videtur esse suspecta ex eo quod donacio dicte domine Tarasie simpliciter facta militibus Templi precessit donationem dicti Alfonso et sic non valebat dicta donacio dicti infantis Alfonsi ex quo iam semel antea per aliam personam fuerat dictum castellum donatum.

Item apparet suspecta ex eo quod in ista littera non est signum dicti infantis Alfonsi ut ipse idem Alfonsus consuevit ponere in suis cartis ut potuit apparere in certis scambiis de Cera pro ecclesiis de Santarem.

Item ex eo quod in dicta littera vocat infantem tempore illo in quo iam ut rex regiabat et se regem nominabat nam ut in libris cronicarum contineatur quod iste Alfonsus cepit regnare Era millessima C LX VI^a et in littera ista ubi se nominat infantem contineatur Era M C LX^a VIII^a.

Outra de doaçam de huumas casas e herdades em a vila de Sintra feyta per el rey don Afonso o primeyro.

Continuo idem Stephnaus Arie ostendit legi et publicari fecit quamdam litteram domini regis Alfonsi primi in qua videtur donare magistro Galdino Ordinis militie Templi domos et possessiones quas idem rex habebat apud Sintriam que littera nullo sigillo munitur. Continet tamen quoddam magnum signum rotundum habens duas circumferentias per tres lineas ductas in girum et in prima circumferentia describitur rex Alfonsus et regina Mahalda et in secunda circumferentia describitur cum filiis suis 'fiat pax'. In medio vero eiusdem signi habetur quedam cruz nigra in cuius menbris litteris cardinalibus describitur Portugal. In quaquidem littera describuntur barones seu nobiles et quidam alii officiales curie confirmantes cuius littere tenor talis est. [fl. 66v]

[*Inserere o traslado do documento de [1152-1157]*]

[fl. 66v] [...] Qua littera sic ostenta publicata et perlecta memoratus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacta littera originalis et auctentica cum ordo prefactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eadem forma substantia ac integritate certis litteris et signis et figuris in qua apparebat fuit deposita una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Et tunc Dominicus Pelagii procurator predictus proponendo et protestando ut supra contra dictam litteram opposuit ut sequitur.

Item apparet alia littera regis Alfonso primi donationis cuiusdam hereditatis de Sintra que apparet suspecta eo quod dictus rex in litteris aliis que inveniuntur inter litteras

dictorum Templariorum et dicuntur eiusdem regis sit signum dicti regis ut in carta permutationis de Cera et in aliis continetur in ista vero nullum signum eiusdem regis continetur.

A Martim Fernandez et a dona Estevanyinha sua molher doaçam [fl. 67r] d'albergaria de Mazas antre Murta e Penela pelas divisoes decraradas.

Pos hec eadem die dictus Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit quamdam litteram regis domini Santii illustris que donationem albergarie de Maças cum suis terminis continere videtur in qua nullum sigillum apponitur in ea tamen describitur quodam magnum signum rotundum habens unam ciconferentiam per duas lineas ductus in girum. In cuius medio signi figuratur quedam crux alba que per quatuor transversales lineas nigras que ex lateribus dicte crucis pergirum ad circonferentiam ducuntur ad modum lune depingitur et inter eas meluditur et in superiori membro crucis in albo describitur rex donnus Alfonsus in inferiori describitur regina dona Santia. In menbris transversalibus describuntur videlicet in uno inffans donus Fernandus in alio regina donna Blanca. Inter menbra vero crucis ab una parte describitur inffans donnus Petrus et ab alia regina donna Berengaria et ab alia regina donna Mahalda. In quarta vero parte describitur regina donna Tarasia. In hac autem littera plures prelati barones seu nobiles subscribuntur confirmantes predicta cuius litteres tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de [1208].09 – Coimbra*]

[fl. 67v] [...] Qua littera sic ostenta publicata et perlecta predictus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefata littera originalis et auctentica cum ordo prefactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eadem forma substantia ac integritate certis litteris signis et figuris in quibus apparebat fuit deposita una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii Dei gratia regis Portugalie et Algarbii. Et tunc Dominicus Pelagii procurator predicti dominis regis proponendo et protestando ut supra contra dictam litteram opposuit ut sequitur.

Item apparet alia littera regis Sancii primi de Maças que videtur suspecta ex eo quod dictus rex sigillum habuerit et in ista sigillum non continetur ut in testamento eiusdem regis visibiliter apparet et michi dicto tabelioni constitit presentanea visione. Iten [*sic*] quia signum eiusdem regis positum in ista littera diversificaretur a signo eiusdem regis posito in aliis litteris eo quod hic sit quedam linea ducta per longum habens septem lineas transversales continentes inter se distanciam equalem ad invicem in aliis vero signis positis in cartis donationis de Cyra que nunc vocatur Cornagaa contineatur quedam linea ducta per longum habens decem lineas transversales binas et binas coniunctas distantes inter se equali spacio habet etiam linea ducta perlongum in principio et in fine sui admodum baculi que videtur designativa littere.

Item est suspecta cum in signo magno rotundo posito ibidem sit diversitas in nominibus regum et reginis ibidem positis ab aliis nominibus que ponuntur in consimili signo in litteris donationis de Cira maxime cum in ista littera non sit nomen notarii.

Aa dicta Ordem do Temple outra de doaçam da terça parte que el rey aquirir e poborar alen Tejo com condiçam etc.

Deinde incontinenti ostendit predictus Stephanus Arie et legi seu publicari fecit quamdam litteram domini Alfonsi quondam Portugalie regis illustris super donatione tertie partis omnium que ipse rex a sarracenis posset capere seu lucrari Ordini Templi facta nullum tamen continentem sigillum sed habentem signum rotundum denotans unam circonfrentiam per duas lineas ductas in girum et in medio eiusdem signi quedam crux nigra depingitur habens in medio membrorum duas subtiles lineas albas ad modum figurate crucis et supra membrum dicte crucis nigre describitur rex Alfonsus et infra membra rex Santius. Hec autem predicta littera officiales quosdam continet confirmantes predicta. In inferiori vero extremitate eiusdem carte videntur describi litere alphabeti scise per medium ac si habuisset [fl. 68r] aliam cartam sororem et sibi similem a qua fuisset divisa scripsura quadam facta per medium litterarum cuius tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1169.09 – Lafões*]

[fl. 68r] [...] Qua littera sic ostenta publicata et perlecta memoratus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacta littera originalis et auctentica cum ordo prefactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eadem forma substantia ac integritate certis litteris et figuris ac etiam figu[r]is in quibus apparebat fuit deposita una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii regis predicti. Et incontinenti Dominicus Pelagii procurator predicti dominis regis proponendo et protestando ut supra contra istam litteram opposuit ut sequitur. Item apparuit suspecta alia littera domini Alfonsi donationis tertie partis eorum que ipse posset lucrari a sarracenis ultra Tagum eo quod signum dicti regis non ponitur in ea ut in aliis litteris que dicuntur dicti regis ut in carta permutationis de Cera invenitur. Item cum nomen notarii ut in aliis litteris minime inveniatur.

Iten quia apparet diversitas temporis in confectione litterarum eiusdem carte ut videtur cum littere posite in primis quinque lineis et principio sexte sui facie ut ex vetustate videtur antiqua. In aliis vero partibus eiusdem carte apparet littera quasi noviter fabricata.

A donna Froyle Hyrmige doaçam de toda a erança que el rey tinha em Cira e todos seus [fl. 68v] termos feyta per el rey dom Sancho.

Iten in eodem die idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit duas litteras domini Sancii primi regis super donatione facta per eum de loco qui dicebatur Cira donne Fruyli et videntur quasi eiusdem tenoris et date. In quibus idem prelati et officiales et nobiles confirmantes subscribunt et idem testes testificantur et in quibus idem signum depingitur in hunc modum videlicet est signum rotundum habens unam circonfrentiam per duas lineas ductas in girum in cuius medio quedam crux figuratur alba ex natura carte que per quatuor transversales lineas nigras que ex lateribus dicte

crucis per girum ducuntur ad circonfrentiam ad modum lune depingitur et inter eas includitur. Et in superiori membro crucis in albo describitur rex donnus Santius et in inferiori describitur regina donna Tarasia. In transversalibus vero menbris in uno scilicet describitur infans donnus Petrus in alio regina donna Blanca supra menbra vero crucis ab una parte describitur rex donnus Alfonsus ab alia parte regina donna Mahalda. Et subtus menbra ab una parte infans donnus Fernandus et ab alia regina donna Sancia quarum unius tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1206.04*⁸³⁴]

[fl. 68v] [...] **Aa dicta donna Froyla Hermyge outra tall de doaçam de toda a erança que el rey tynha em Cyra e todos seus termos etc.**

[fl. 69r] Iten tenor alterius littere dignoscitur esse talis.

[*Insero o traslado do documento de 1206.04*⁸³⁵]

[fl. 69r] [...] Quibus litteris sic ostentis publicatis et perlectis sepredictus [*sic*] Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefecta littera originalis et auctentica cum ordo prefectus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substantia ac integritate certis litteris figuris et signis in quibus apparebant deposite fuerunt una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicte Helisabeth regine Portugalie et Algarbii. Et tunc Dominicus Pelagii procurator predicti dominis regis proponendo et protestanto ut supra contra istas litteras opposuit in hunc modum. Item apparent due littere que dicuntur domini regis Santii primi donationis de Cira facte donne Fruyli que multipliciter suspecte videntur ex eo quod utraque litterarum est eiusdem date et eorumdem testium et eodem modo est series donationis in una sicut in alia tamen additur in illa que habet litteram grossam 'et concedimus vobis matam' etc. propter quod presumitur dictas litteras manifeste fore suspectas.

Item utraque ipsarum presumitur suspecta in signo dicti regis quod diversidicatur a signo eiusdem regis posito in aliis cartis ut pote in carta donationis de Maçaas⁸³⁶ cum signum harum litterarum habeat lineam longam habentem in prin-[fl. 69v] cipio et in fnie revoluciones ad modum baculi designantem litteram scilicet et habeat decem lineas transversales binas binas coniunctas equaliter inter se distantes et in littera eiusdem regis donationis de Maçaas contineatur in signo eiusdem littere quedam linea longa habens septem lineas transversales et inter se equaliter distantes propter quod presumitur dictas litteras fore suspectas.

Item sunt suspecte quia signa rotunda notarii que sunt in dictis litteris sunt in forma adinvicem in equalia cum in littera habentem litteram grosam dictum signum sit respectu alterius satis parvum.

⁸³⁴ Documento não copiado neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

⁸³⁵ Documento não copiado neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

⁸³⁶ Segue-se à frente um espaço em branco.

Item utraque presumitur suspecta cum in una scilicet in habente litteram minorem que videtur antiquior sit nomen cancellarii in alia vero habente litteram grossiorem non contineatur nomen cancellarii nec notarii.

Item utraque videtur suspecta ex eo quod dictus rex habuit sigillum ut in testamento eiusdem apparet ut idem procurator dicebat et michi tabellioni per exhibicionem eiusdem in publicum constitit evidenter. In istis vero litteris nullum sigillum continetur.

Aa dicta donna Froyle Hermige outra tall doaçam da dicta villa de Cira.

Pretera incontinenti idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit quandam litteram domini Alfonsi regis secundi confirmatoriam donationis facte per dominum Sancium patrem suum donne Fruylhy de dicto logo de Cira in cuius littere principio tenor donationis predictae describitur et nomina prelatorum et officialium seu nobilium confirmantium et testium sub secuntur et post confirmationem predictam prelati confirmantes eandem et officiales et nobiles et alii testes inferius describuntur que quidem littera sigillo plunbeo eiusdem regis domini Alfonsi pendenti in corda sirica comunitur. Cuius littere tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1206.04*⁸³⁷]

[fl. 70r] [...] **Aa dicta donna Froyla Hermyge outra de confirmaçam de doaçam da dicta villa de Cira feyta per el rey dom Afonso o segundo etc.**

[...] [*Insero o traslado do documento de 1218.04*⁸³⁸]

[fl. 70r] [...] Qua littera sic ostensa publicata et perlecta supra dictus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefecta littera originalis et auctentica cum ordo preffactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eadem forma substancia ac integritate certis litteris figuris et signis in quibus apparebat fuit deposita una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia predictae donne regine. Et tunc Dominicus Pelagii procurator prenominati domini regis proponendo et protestando ut supra contra istam litteram opposuit in hunc modum.

Iten apparet alia littera domini Alfonsi secundo confirmatoria donationis loci de Cira domine Fruilhy facte a patre suo Santio que multipliciter videtur suspecte eo quod signum positum ibidem domini Sancii sit diversum penitus a signo eiusdem regis posito in litteris donationis predicti [fl. 70v] loci de Cira. Cum signum hic positum habeat lineam protensam in longum et decem lineas transversales inter se valde coniunctas et in litteris donationis eiusdem regis de Cira sit quedam linea protensa in longum habens in principio et fine revolutiones admodum bachuli habens decem lineas transversales binas et binas coniunctas.

Iten apparet suspicio in eo quod signum notarii non invenitur hic ut in litteris predictae donationis.

⁸³⁷ Documento não copiado neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

⁸³⁸ Documento não copiado neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

Item apparet suspectum sigillum plumbeum domini Alfonso eo quod sit satis diverssum in sui quantitate et qualitate a sigillo eiusdem regis posito in carta confirmationis donationis facte Petro Ferrario propter que littera concessa per dictam dominam Fruylhy super foro habitatoribus eiusdem et donationis facte per eum de dicta villa Ordini Templariorum que littere satim inferius describuntur. Nulle sunt cum a primis litteris quibus per reges eidem donne Fruylhy donatio dicitur esse facta iam reprobatis et ut premititur suspectis dependeant et sint accessorie ad easdem et si principale non tenet etc.

Aos moradores da terra e vila de Cira carta de foro do que ham de pagar feyta per donna Froylhy Hermyge senhora da dicta terra etc.

Consequenter idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit quandam litteram fori concessi ut videbatur per dominam Fruylhy populatoribus de Cira que littera nullum continet sigillum habet tamen signum videlicet unam lineam nigram in longum aliquamtulum protensam continentem in se tres lineas ex transverso in extremitatibus diversi mode revolutas. Cuius littere tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1212.11*⁸³⁹]

[fl. 72r] [...] **Aa dicta Ordem do Temple outra de doaçam da eramça de Cira com todos seus termos e paciguos etc. feyta per donna Froylla Hermige.**

Item prenominate Stephanus Arie ostendit legi et publicari feci quandam aliam litteram dicte domine Fruylhys donationis facte per eam fratribus militie Templi de dicto logo de Cira nullum continentem sigillum depingitur tamen ibidem quedam parva crux nigra inter menbra omnia singula continens puncta quorum unum ex parte superior protensius aliis punctis apparet et iuxta crucem ante admodum trianguli quoddam figuratur parvum signum scilicet ut videtur sunt quedam linee parvule revolute et in extremitatibus coniuncte inter se denotantes tria modica spacia albi in equalia tamen et inter se distincta duo a parte superiori et unum infra quod signum retro crucem quasi sub eadem forma iterato depingi videtur. Cuius littere tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1228.05 – Castelo Branco*]

[fl. 72v] [...] Quibus litteris sic ostensis publicatis et perlectis prefactus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacte carte seu littere originales et auctentice cum ordo prefactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substancia ac integritate certis litteris figuris fuerunt deposite unam videlicet de foro de Cira una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicte domine regine. Aliam vero de donatione facta per dictam donnam Fruylhy Ordini Templi una cum quibusdam aliis sub custodia et fidelitate domini regis supradicti. Et tunc Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis proponendo et protestanto ut supra contra

⁸³⁹ Documento não transcrito neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo. Segundo o dito documento, D. Froila Ermiges doa foral aos moradores de Vila Franca de Xira e uma mata e herdades que tinham nessa vila (publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*, vol. I, pp. 562-565).

istas litteras opponendo dixit scilicet quod ex quo principales littere quibus donatio et confirmatio dicitur facta dicte sonne Fruylhy non obtinent firmitatem ex rationibus superius allegatis. Per consequens et dicte littere scilicet fori et donationis facte per donnam Fruylhy militibus Templi. Cum a primis dependeant nullius sunt valoris maxime cum in hiis litteris donne Fruylhy nullum contineatur sigillum nec signum notarii et signum eiusdem donne Fruylhs in dictis litteris omnimode varietur.

Aa dicta hordem do Temple outra de doaçam de Açaфа pelas ygrejas de Penna Royas e de Mogadoyro pelos termos de crarados etc.

Et post pauca idem Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit duas litteras eiusdem tenoris inclite memorie domini Sancii quondam regis Portugalie per mutationem loci de Açaфа pro ecclesiis de Mogadoyro et de Penis Rubeis ut in eis apparuit continentes nullo sigillo munitas in quibus nomina prelatorum et nobilium et officialium confirmantium et quorundam testium subscribuntur et quoddam signum rotundum depingitur habens unam circumferentia per duas lineas ductas in girum in cuius medio quedam crux figuratur alba quibusdam lineis ductis per girum ad circumferentiam distincta ut de eodem signo in aliis litteris dicti regis videlicet in littera de [fl. 73r] Maçaas et in litteris de Cira fuit per me plenarie et est facta fides in cuius circumferentia in utraque littera describitur rex donnus Petrus rex donnus Fernandus Deus misereatur nostri et benedicat nos. Et inter menbra dicte crucis describitur rex donnus Alfonsus rex donnus Santius variatur tamen in una in qua non inter menbra sed in uno membro describitur rex donnus cum alia verba inter menbra crucis in utraque fuerunt descripta. Quarum tenor unius dignoscitur esse talis. *[Insero o traslado do documento de 1199.07.05 – Covilhã [A]]*

[fl. 73v] [...] **Aa dicta Ordem outra tall de doaçam de Açaфа pelas ygrejas de Penna Royas e Mogadoyro etc.**

Item tenor alterius littere sequitur in hunc modum.

[Insero o traslado do documento de 1199.07.05 – Covilhã [A]]

[fl. 74r] [...] Quibus litteris sic ostensis lectis ac etiam publicatis prenominatus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefacte carte seu littere originales et auctentice cum ordo prefactus decipere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eisdem forma substancia ac integritate certis litteris signis et figuris in quibus apparebant fuerunt deposite una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia domine Helisabeth regine supradicte. Et tunc Dominicus Pelagii procurator domini regis supradicti proponendo et protestando ut supra contra istas litteras opponendo opposuit in modum qui sequitur.

Iten apparent due littere domini Santii primi permutationis de Açaфа eundem tenorem continentes et eosdem testes tantum diversi mode sunt testes ordinati eiusdem etiam notarii. Littera tamen non videtur esse de eadem manu et licet concordent in die mense variantur tamen in era. Cum in una contineatur 'Era M^a CC XXX VI'.

Iten sunt suspecte cum contineant idem signum tamen una carta videlicet que habet litteram magis grossam habet rotunditates et circonferentias rubeas et maiores quam alia littera que habet nigras rotunditates et minores circonferentias.

Iten quia predicta carta habens grossam litteram lineas que intra circonferentiam ad eandem ducte per girum crucen [*sic*] distingunt continet duplicatas unam videlicet nigram et aliam rubeam que <in ista> singulariter posite nigre reperiuntur in alia.

Iten nomina regum intus in signis posita sunt vario modo in dictis signis interius ordinata.

Iten presumitur suspitio cum [fl. 74v] dictus rex habuit sigillum sicut superius est iam dictum et in istis litteris non sit sigillum.

A dom Pedro Affonso doaçam do regengo de Mafalude pelas demarcações decraradas feyta per el rey don Sancho etc.

Pretera incontinenti predictus Stephanus Arie ostendit legi et publicari fecit quandam litteram domini Santii regis donationis facte per eum de Monfalude in qua nullum sigillum apponitur sed mea quoddam signum depingitur videlicet quedam linea nigra in longum aliquantulum protensa habens in se quatuor aliquialiter distantes lineas ex transversso. Et in dicta littera reges et regine quedam videntur suscribi et prelati barones officiales et nobiles confirmantes. Cuius littere tenor talis est.

[*Insero o traslado do documento de 1200.06*⁸⁴⁰]

[fl. 74v] [...] Qua littera sic ostensa publicata et perlecta sepe dictus Valascus [fl. 75r] Fernandi asseruit et recognovit quod predictae littera originalis et auctentica cum ordo prefectus defficere cepisset per eundem Valascum Fernandi in eadem forma substancia ac integritate certis litteris signis in qua seu quibus apparebat deposita fuerat una cum quibusdam aliis sub custodia et fidelitate domine regine memorate. Et tunc Dominicus Pelagii dicti domini regis procurator proponendo et protestanto ut supra contra istam litteram opponendo opposuit ut sequitur.

Iten apparet alia littera domini regis Santii donationis de Monfalude que multipliciter videtur suspecta cum signum ibi positum sit diverssum ab alio signo posito in aliis litteris que sunt eiusdem regis ut pote in cartis donationis de Cira facte donne Fruylhy nam hic continetur linea ducta in longum habens quatuor lineas transverssales aliaquantulum inter se distantes. In aliis vero contineatur linea ducta per longum habens in principio et fine revolutiones ad modum baculi et decem lineas transverssales binas et binas coniunctas inter se aliquantulum distantes maxime cum in littera ista non sit signum scriptoris et in aliis ab eodem rege factis sit signum scriptoris et maxime cum sit rasa ibi in signo et in litteris ut ex inspectione apparet.

Item presumitur suspitio cum dictus rex sigillum habuerit ut in premissis dicitur. In ista vero littera sigillum eiusdem regis minime reperiatur.

⁸⁴⁰ Documento não copiado neste Cartulário por não ter referência à Ordem do Templo.

Aa dicta Ordem outra de doaçam da herdade que se chama a da Cardosa pellos termos declarados feyta per el rey dom Afonso etc.

Post hec dictus Stephanus Arie ostendit legi ac etiam publicari fecit quandam litteram domini Alfonsi regis in quodam rotulo scriptam super donatione ut dicitur facta de Cardosa nullum habentem sigillum continet tamen signum quoddam rotundum habens unam circumferentiam per duas lineas ductas in girum intra quam circumferentiam quedam crux alba per quatuor lineas ex transversso ductas per girum ad circumferentiam distincta figuratur. In cuius crucis membro superiori describitur rex donnus Alfonsus et in inferiori infans donnus Santius. In transverssalibus vero ab una parte describitur regina donna Urraca et ab alia infans donnus Alfonsus et ab uno latere inferiori infra menbra crucis describitur infans donna Alionor. In qua littera prelati et nobiles confirmantes et testes alii describuntur. Cuius littere tenor talis est.

[*Inserere o traslado do documento de 1214.11.01 – Covilhã*]

[fl. 76r] [...] Qua littera sic ostensa publicata et perlecta supradictus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod predicta littera originalis et auctentica cum ordo prefectus deficere incepisset per ipsum Valascum Fernandi in eadem forma substancia ac integritate certis litteris signis et figuris in quibus apparebat deposita fuit una cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia domini Dioniss regis antedicti. Et tunc Dominicus Pelagii procurator supradicti domini regis nomine procuratorio opponendo et protestando ut supra contra istam litteram opposuit sub hiis verbis.

Iten apparet quedam carta que ut in ipsa continetur videtur donationis facte de Cardosa Ordini Templariorum a domino Alfonso rege Portugalie que nullomodo vim auctoritatis continere videtur cum non valet ut originale nec ut trasumptum ut originale non cum dicatur verssus finem eisudem nostro sigillo plunbeo fecimus communiri et dicta carta nullum sigillum contineat. Nec valet ut trasumptum cum ad hoc ut trasumpta obtineant firmitatem de iure requiritur quod fiat auctoritate ordinaria et vocatis quorum interest et quod faciat mentionem de originali quorum neutrum in dicta carta poterit inveniri.

Opponendo contra omnes predictas litteras seu cartas generaliter idem procurator proposuit in hunc modum. Presumuntur omnes supradicte littere sue carte suspecte ex eo quod inter easdem predictas cartas seu litteras quidam liber fuit inventus in quo fere omnes predictae littere cum eisdem signis et figuris ibidem depictis et describe ab eisdem notariis continentur ex quibus verissimiliter apparet predictum librum per dictos Templarios seu eorundem mandato facto fuisse compositum seu etiam fabricatum propter quod rationabiliter presumendum est predictas litteras seu cartas per eos falso fuisse fabricatas quia qui in uno peccavit factus est omnium reus et qui semel malus est semper presumitur esse malus.

Quibus litteris seu cartis ex mandato serenissimi principis ac domini domini Dionisii Dei gracia Portugalie et Algarbii regis illustris per predictum Stephanum Arie eiusdem

domini regis clericum coram reverendo patre ac domino domino fratre Stephano Ulixbonense episcopo tanquam diocesano ac loci ordinario sic ut premititur ostensis lectis et publicatis assertione et confessione de dictis litteris per predictum Valascum Fernandi facta et aliis per Dominicum Pelagii procuratorem domini regis iam dictum allegatis propositis et obiectis ut iam dicitur subsecutis. Idem Stephanus Arie iuxta mandatum sibi a prefato domino rege in iunctum volens eidem domino suo regi ut dicebat salubriter providere propter casus fortuitos qui multifariam contingit dictum dominum Ulixbonensem episcopum requisivet et nomine dicti domini regis instanter petiit ab eodem quod idem dominus episcopus tanquam diocesanus et loci ordinarius michi dicto tabellioni suum assensum et auctoritatem prestaret redigendi in publicam formam dictas litteras seu cartas per eum publicatas cuiuscumque nature existant. Et de assertione et confessione dictum Valascum Fernandi de dictis litteris seu carte facta una cum predictis et universsis propositis et allegatis sibi conficiendi publicum instrumentum. Et [fl. 76v] in continenti prefatus Dominicus Pelagii dicti domini regis procurator protestatus fuit et a me dicto tabellione instanter petiit quod omnia et singula per eum contra predictas cartas seu litteras allegata proposita et obiecta in dictam publicam formam reducerem et in isto instrumentum per dictum Stephanum Arie petito vel per quencumque alium imposterum peti contingat iuxta modum prenotatum distinguendo rationes et loca in quibus per eum fuerunt proposita et obiecta insererem universsa. Et tunc predictus dominus Ulixbonensi episcopus tanquam ordinarius loci michi prenominato tabellioni suam auctoritatem ordinariam prestitit et assensum ut prefatas cartas seu litteras cuiuscumque nature existerent per iam dictum Stephanum Arie publicatas in formam publicam redigerem et ex inde cum tenore earundem una cum assertione et confessione per dictum Valascum Fernandi facta et de allegatis per dictum procuratorem domini regis contra dictas litteras seu cartas propositis et obiectis sibi conficerem et darem publicum seu publica instrumenta.

Actum fuit hoc Era die mense et loco superius imprimo rotulo positus. Presentibus reverendis patribus ac dominis dominis Geraldo Elborensi et Martino Visensi miseratione divina episcopis supradictis. Laurentio Ioannis. Joanne Gundisalvi publicis tabellionibus civitatis Ulixbonensi. Et nobilibus viris dominis Fernando Reoderici pretore eiusdem. Petro Dominici militibus. Gundisalvo Fernando fratre dicti Valasci Fernandi. Laurentio Stephani quondam fratribus militie Templi. Magistro Stephano Maffaldo. Alfonso Martini predicti domini regis vicecancellario canonicis Ulixbonensi et aliis.

Ego vero Dominicus Martini tabellio publicus supradictus de mandato dicti dominis regis predictarum litterarum seu cartarum ostensioni lectioni et publicationi per dictum Stephanum Arie et assertioni ac confessioni per dictum Valascum Fernandi coram dicto domino episcopo factis ac omnibus aliis et singulis contradictas litteras

seu cartas per predictum Dominicum Pelagii propositis et obiectis una cum predictis testibus interfui et ad instantiam dicti Stephani Arie et auctoritate dicti domini episcopi michi tradita et concessa predictas litteras seu cartas sub modo et forma propria unius cuiusque una cum assertione et confessione predicti Valasci Fernandi tam facta in publicam formam redegit. Et ad petitionem dicti procuratoris domini regis ac auctoritate predicta et ut meo incunbebat officio. Allegata et obiecta per eum locis distinctis ut fuerunt proposita ibidem inserui. Et de predictarum litterarum seu cartarum ostensione lectione et publicatione per dictum Stephanum Arie assertione et confessione per Valascum Fernandi quondam magistrum Ordinis Templi factis et de propositis obiectis et allegatis per Dominicum Pelagii procuratorem predictum ac de omnibus aliis et singulis gestis et actis hoc publicum instrumentum in duodecim rotulis cum isto dinidio manu propria conscripsi. Et perhibeo testimonium ego prenomatus tabellio quod prefactas litteras seu cartas sic publicatas quod mandatum dictum domini episcopi et dicto procurator domini regis petitionem cum signis sigillis figuris et aliis circumstantiis in eis contentis diligenter inspexi et fideliter [fl. 77r] examinavi una cum predictis testibus et in quantum humane conditionis fragilitas animadvertere potuit. Assero proposita et obiecta per Dominicum Pelagii procuratorem predictum contra dictas litteras et cartas iuxta naturam facti verissimiliter procedere et veritatem plenarie continere. Porro ego iam dictus tabellio interlineavi in secundo rotulo in vicessima quinta linea dictiones ibi ubi dicitur 'Ego Menendus'. Iten in tertio rotulo in XXVIII^a linea interlineavi unam dictionem ibi ubi dicitur 'militum'.

Iten in ipso rotulo interlenavi decem septem dictiones ibi ubi dicitur 'quod habeo in ecclesia Sancte Marie de Sauri ipsi Ordini Militie Templi ut habent ipsum ius patronatus' in quinquagesima tertia linea.

Iten subpontavi in quarto rotulo unam dictionem ibi ubi dicitur describuntur in XXVIII^a linea.

Iten interlineavi in ipso quarto rotulo unam dictionem ibi ubi dicitur 'concessionis' in tricessima linea.

Iten interlineavi in ipso quarto rotulo in L^a VII^a linea octo dictiones ibi dicitur 'quod continetur in littera confirmationis domini Alfonsi regis'.

Iten in quinto rotulo in decima linea interlineavi quatuor dictiones ibi ubi dicitur 'in suo robore etc'.

Iten rasi in ipso quinto rotulo unam dictionem ibi ubi dicitur 'donnus' in XIII^a linea.

Iten in septimo rotulo rasi duas dictiones in parte ibi ubi dicitur 'liber' et ubi dicitur 'firmitatis' in tricessima nona linea.

Iten in nono rotulo interlienavi unam dictionem ibi ubi dicitur 'vobis' in secunda linea.

Iten in ipso rotulo interlineavi in tricessima sexta linea novem dictiones ibi ubi dicitur 'facte donne Fruylhi que multipliciter suspecte videntur ex eo'.

Iten in decimo rotulo subpontavi una dictionem in tricesima quinta linea ibi ubi dicitur 'non' quia ita inveni in originali.

Iten in eodem rotulo in carta donationis facte per donnam Fruylhi dictis militibus Templi de loco de Cira non subscribuntur testes eo ordine quo in originali fuit scriptum quia testes qui sunt in dicto rotulo ultimi iuxta ordinem originalis debuerunt primo subscribi et illi qui sunt primi in ipso rotulo secundum locum tenent in originali. Secundo vero ordine positi in dicto rotulo in originali tertio ordine subscribuntur. Iten in duodecimo rotulo in quinta decima linea interlineavi unam dictionem ibi ubi dicitur 'coniunctas'.

Valeant et non noceant quia ego predictus tabellio rasi interlineavi scripssi et subpontavi ut in eisdem rotulis continetur. Et in coniunctione dictorum rotulorum et hic ego predictus tabellio una cum aliis tabellionibus signa nostra apposuimus in testimonium veritatis et signum meum tale est.

Et ego Johannes Gonsalvi civitatis Ulixbonensi tabellio publicis de mandato dicti domini regis harum cartarum seu litterarum ostensioni lectioni publicationis per Stephanum Arie clericum dicti regis et assertioni ac confessioni per donum Valasum Fernandi quondam magistrum Ordinis Templi coram reverendo patre ac domino donno fratre S. Ulixbonensi episcopo factis. Et reprobationibus per Dominicum Pelagii domi regis procuratorem contra predictas cartas seu litteras allegatas universsisque per eum propositis et obiectis ac etiam auctoritati ordinarie per dictum dominum <Martinum> Ulixbonensi episcopum dicto Dominico.

Tabellioni et michi inpremissis tradite et concesse et omnibus aliis et singulis ibi actis [fl. 77v] et gestis una cum predictis testibus presens et inde in hoc instrumento confecto in duodecim rotulis cum dinidio in coniunctione dictorem rotulorum et hic ego una cum dictis Laurentio Ioannis et Domincio Martino tabellionibus signa nostra apposuimus in testimonium veritatis et signum meum tales est.

Et ego Laurentius Iohannis civitatis Ulixbonensi tabellio publicus de mandato dicti domni regis harum cartarum seu litterarum ostenssioni lectioni et publicationi per Stephanum Arie clericum dicti regis et assertioni ac confessioni per donnum Valasum Fernandi quondam magistrum Ordinis Templi coram reverendo patre ac domino donno fratre Stephano Ulixbonensi episcopo factis et reprobationibus per Dominicum Pelagii dicti domini regis procuratorem contra preditas cartas seu litteras allegatis universsisque per eum propositis et obiectis ac etiam auctoritati ordinarie per dictum dominum Ulixbonensi episcopum dicto Dominico Martini tabellioni et michi inpremissis tradite et concesse et omnibus aliis et singulis ibi actis et gestis una cum predictis testibus presens fui et inde in hoc instrumento confecto in duodecim rotulis cum dinidio inconiunctione predictorum rotulorum et hic ego una cum dictis Johane Gonsalvi et Dominico Ma[r]tini tabellionibus signa nostra apposuimus in testimonium veritatis et signum meum tales est.

608. 1318.12.27 – Avignon

O papa João XXII, pelas letras «Quod hoc libenter», dirigidas ao clero em geral, dá instruções sobre o modo como os ex-Templários podem vestir como homens da lei.

ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 2.ª incorporação, mç. 47, n.º 1850 (inserto em documento de 1323.08.10⁸⁴¹)*

[...]

Johannes episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus universis patriarchis archiepiscopis et episcopis ad quos littere presentes pervenerint salutem et apostolicam benedictionem. Quod hoc libenter intendimus et vigilis sollicitudinis et solícite vigilancie studium adhibemus ut in personis ecclesiasticis et presentim jugo regularis professionis astrictis vite mundicia et honestas vigeat pulcritudo. Sane ad audienciam apelatus nostri pervenit quod non nulli fratres Ordinis quondam militie Templi Jerosolimitani post sublacionem Ordinis memorati inconsulto mentis affectu se in devium retorquentes vestes presumunt induere laycales seque gerunt pro laycis et tamquam layci in animarum suarum periculum conservantur. Quidam etiam eorumdem se amplius mundi voluptatibus immergentes de facto matrimonia contrahunt que petius contubernia dici debent et publice ducunt uxores cum illis publice habitantes. Non attendentes quod per professionem quam in ingressu dicti Ordinis emiserunt ad continenciam et alia religionis substancialia sic se perpetuo obligarunt quod per sublacionem dicti Ordini factam in generali concilio Viennensi ne quaquam fuerunt a votorum observancia absoluti. Volentes igitur tante insolencie ac dampnabilis presumpcionis audacie de fratrum nostrorum consilio salubriter ac saluti eorum de sceleri et opportuno remedio providere. Fraternitate vestre per apostolica scriptura districte precipiendo mandamus quatinus vos et vestrum singuli in singulis civitatibus et diocesis vestris ubi aliqui vel aliquis ex dictis fratribus commorantur infra menssem post receptionem presencium eosdem ad vestram presenciam convecetis ipsosque diligenter monere et salubiter inducere studeatis quod infra tres menses a monicionis vestre tempore computandos ad aliquam transeant de religionibus aprobatis ibidem domno perpetuo servituri prelatum quoque et fratres domus seu monasterii ad que transsire voluerint cum diligencia inducatis ut ipsos in socios recipiant et in fratres clericos tamen ut clericos laycos ut conversos et sincera in Domino caritate pertractent. Quod si forte prelati seu fratres omnino id facere recusarint ut eosdem quondam Templarios et si non ut fratres saltim in domibus et monasteriis suis recipiant ut in eisdem domno iuxta votorum suorum observanciam famulentur cum diligencia moneatis et necesse fuerit actoritate nostra per censuram ecclesiastica compellatis easdem. Si vero dicti fratres quondam milicie Templi infra predictorum menssium spacium post monicionem et inducionem huiusmodi et aliquam de religionibus aprobatis non elegerint vel

⁸⁴¹ Segundo Linehan 2013, vol. 1, p. 627. Documento sumariado em Linehan 2013, vol. 1, p. 609.

ad illam non transierint cum effectu in ea secundum modum perpetuo moratur predictum stipendia ipsis pro vite sustentatione deputanda et quibus ex tunc ipsos fore privatos decernimus auctoritate nostra eisdem subtrahi faciatis domos mansiones seu loca quecumque eiusdem quondam Ordinis Templi seu Ordinis Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani eis pro huiusmodi stipendiis assignata vel quocumque modo concessa nichilominus auferendo. Ne autem prefati fratres quondam milicie Templi domibus seu monasteriis aut locis aliis ad que transierint onerosi reddantur volumus et ordinamus quod ipsis in prefatis domibus seu monasteriis commorantibus stipenda que per alias nostras literas eis taxari mandamus et etiam assignari faciatis quam diu iuxerint ministrari. Insuper volumus et etiam ordinamus quod dicti fratres quondam Templi prelati illorum monasteriorum seu domorum ad que transierint sive ut fratres sive ut penitentes omnino pareant ipsique prelati in eosdem fratres sicut in alios regulares domorum et monasteriorum suam iurisdictionem et correctionem valeant exercere. Ita tamen quod per prelatos religionum quos dicti fratres quondam Templi duxerint eligendos per singulas domos et loca seu monasteria et obediencias eis subiecta taliter dividantur quod ultra duos fratres in eadem domo vel loco aut monasterio seu obediencia non ponantur domibus dicti Ordinis Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani exceptis. Ceterum fratres illos qui ut premittitur defecto matrimonia contraxerunt singuli vestrum in singulis vestris civitatibus et diocesis ubi talia congerunt ad dimittendas uxores et ad transeundum ut de aliis premittitur ad aliquam de religionibus aprobatis per subtractionem stipendiorum predictorum et alias distractiones qua convenit compellatis. Inuocato ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis. Non obstantibus de certo fratrum seu regularium aut monachorum numero et quibuslibet aliis statutis et consuetudinibus domorum monasteriorum et religionum iuramento confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis. Seu si aliqui auctoritate litterarum nostrarum in dictis domibus seu monasteriis in fratres seu monachos vel regulares alios quocumque censeantur nomine sint recepti vel ut recipiantur insistant aut si prelati seu conventibus aut fratribus domorum et monasteriorum predictorum communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod ad receptionem vel provisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interditi suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mencionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali cuiuscumque tenoris existat per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus presencium impediri valeat quomodolibet vel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis. Volumus autem quod de hiis que super premissis duxeritis faciendum nos reddatis per vestras litteras certiores. Datum Avinioni VI kalendas januarii. Pontificatus nostri anno tercio.

[...]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga

- ADB. *Gaveta 1.ª das Igrejas*, doc. 191.
 ADB. *Gaveta 1.ª das Propriedades do Cabido*, doc. 98 e doc. 99.
 ADB. *Gaveta das Propriedades Particulares*, n.º 195.
 ADB. *Gaveta das Religiões e Mosteiros*, n.º 121
 ADB. *Gaveta das Rendas da Mitra*, n.º 10; n.º 25.
 ADB. *Gaveta dos Testamentos*, n.º 11.
 ADB. *Livro das Cadeias*, n.º 20; n.º 62; n.º 111.
 ADB. *Livro I dos Testamentos*, n.º 23.
 ADB. *Mitra Arquiepiscopal de Braga, Cartulários, Liber Fidei* (C – G Cartulários).
 ADB. *Mitra Arquiepiscopal de Braga, Cartulários, Livro das Cadeias* (K-4/B/3).

Arquivo Distrital do Porto

- ADP. *Cabido da Sé do Porto, Censual do Cabido* (K/26/4/6 – 136.1656).

Arquivo Distrital de Santarém

- ADSTR. *Diocesanos, Colegiada de Santa Maria dos Olivais de Tomar*, liv. 1.

Arquivo da Sé de Évora

- ASE. *Cabido da Sé de Évora*, CEC-3-III (PT/ASE/CSE/A/004/Lv001); CEC-3-IV (PT/ASE/CSE/A/004/Lv002); CEC-3-V (PT/ASE/CSE/A/004/Lv003).
 ASE. *Cabido da Sé de Évora. A/Constituição e Regulamentação*, SR:004-Composições, doc. 3 (PT/ASE/CSE/A/004/Maço004-1200-1816-doc3).

Arquivo Nacional Torre do Tombo

- ANTT. *Bulas*, mç. 2; mç. 27; mç. 35.
 ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Eclesiásticos*, mç. 1.
 ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 1.ª incorporação, Documentos Particulares*, mç. 8; mç. 9; mç. 18; mç. 20.
 ANTT. *Cabido da Sé de Coimbra, 2.ª incorporação*, mç. 40; mç. 43; mç. 47; mç. 84; mç. 86; mç. 100.
 ANTT. *Cabido da Sé de Viseu*, mç. III
 ANTT. *Cabido da Sé de Viseu, Régios*, mç. 1
 ANTT. *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1; liv. 3.
 ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2; liv. 3; liv. 4; liv. 5.
 ANTT. *Colecção Especial*, cx. 1; cx. 2; cx. 3; cx. 4.
 ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Documentos Reais*, mç. 1.
 ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 42; liv. 101 (Livro de D. João Teotónio).
 ANTT. *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Documentos Particulares*, mç. 14; mç. 20.
 ANTT. *Corpo Cronológico*, parte III, mç. 1.
 ANTT. *Documentos Particulares do Núcleo Antigo 201*.
 ANTT. *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo* 349; 351; 362; 363; 426; 429; 430; 431.
 ANTT. *Gavetas, Gav.* 1-20.
 ANTT. *Instrumentos de Descrição*, Índice da Chancelaria de D. Afonso III: próprios e comuns, liv. 24

- ANTT. *Leitura Nova, Beira*, liv. 3.
ANTT. *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 11; liv. 12.
ANTT. *Leitura Nova, Direitos Reais*, liv. 2.
ANTT. *Leitura Nova*, liv. 37 (*Livro dos Extras*).
ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Forais Velhos*.
ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Forais Novos da Estremadura*.
ANTT. *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*.
ANTT. *Leitura Nova, Reis*, liv. 2.
ANTT. *Manuscritos da Livraria*, n.º 1050.
ANTT. *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 297.
ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 1; mç. 2; mç. 5; mç. 8; mç. 9.
ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, Documentos Régios*, mç. 1.
ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 2; liv. 7; liv. 11; liv. 35; liv. 232; liv. 233; liv. 234; liv. 235.
ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, mç. 51; mç. 78.
ANTT. *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3.
ANTT. *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Seiça*, mç. 3.
ANTT. *Ordem de São Bento, Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela*, mç. 10, n.º 324.
ANTT. *Sé de Lamego, Breves*, cx. 1, mç. 1.

Arquivo da Universidade de Coimbra

- AUC. *Cofre*, n.º 51A.
AUC. *Pergaminhos – Sé de Coimbra, Móvel I, Gav. I*, n.º 10.

Arquivo do Vaticano

- AV. *Reg. Vat.* 9, 55, 57 e 66
AV. *Reg. Aven.* 6 e 10

Biblioteca Nacional de Portugal

- BNP. *Fundo Geral*, n.º 735, n.º 736, n.º 737, n.º 738, n.º 739.

Biblioteca Municipal de Viseu

- BMV. *Mss. de Viterbo*, cod. 20-I-17, cod. 20-I-20

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Joaquim dos Santos, ed., 1895. *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez*. Coimbra: Editor F. França Amado. Vol. I: *Summa do Bullario Portuguez*.
ALBERIGO, Giuseppe, 1994. *Les conciles oecuméniques*. Paris: Éditions du Cerf. 3 vols.
AZEVEDO, Rui, 1967. O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221). *Anuario de Estudios Medievales*. Barcelona. 4, 35-74.
BAIÃO, António, 2008 [1918]. A vila e concelho de Ferreira do Zêzere – Apontamentos para a sua história documentada. 2.ª reimpres. da 2.ª ed. Ferreira do Zêzere: Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. Separata do *Archeologo Português*, 1918.
BARROCA, Mário Jorge, 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério da Ciência e Tecnologia. 3 Vols.
BERNARDINO, Sandra, 2003. *Sancius Secundus Rex Portugalsis. A chancelaria de D. Sancho II: 1223-1248*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- BRANDÃO, Fr. António, 1632. *Monarchia Lusytana que contem as historias de Portugal desde tempo del rey D. Sancho primeiro até todo o reynado del rey D. Afonso III*. Lisboa: Impressão de Pedro Craesbeeck. Quarta Parte.
- BRANDÃO, Fr. António, ed., 1973. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Parte Terceira.
- BRANDÃO, Fr. Francisco, 1672. *Monarchia Lusytana que contem as historias dos ultimos 23 annos d'el rey D. Dinis*. Lisboa: Officina de Joam da Costa. Sexta Parte.
- BRANDÃO, Fr. Francisco, 1650. *Monarchia Lusytana que contem as historias dos primeiros 23 annos del rey D. Dinis*. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck. Quinta Parte.
- Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*. Edição de Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria F. MARQUES. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1989.
- Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*. Edição de D. Ignacio Jose ORTEGA Y COTES, D. Juan Francisco ALVAREZ DE BAQUEDANO e D. Pedro de Ortega ZUÑIGA Y ARANDA. Madrid: Typographia de Antonio Marin, 1761.
- Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*. [S.l.]:Augustae Taurinorum, 1858. Tomo III [consult. 2024-02-08]. Disponível em: <https://archive.org/stream/bullarumdiplomato3cath#page/n7/mode/2up>.
- Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*. [S.l.]: Augustae Taurinorum, 1859. Tomo IV.
- CARRAZ, Damien, e Marie-Anna CHEVALIER, 2012. Le marquis d'Albon (1866-1912) et son Cartulaire général de l'ordre du Temple. *Hereditas monasteriorum*. Laboratoire de Recherches sur l'Histoire des Congregations et Ordres Religieux (LARHCOR). 1, 107-128.
- Cartulaire Général de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100 – 1310)*, Documentos publicados por Jean Delaville LE ROULX. Paris: Ernst Leroux, Éditeur, 1894-1906. 4 Vols. [consult. 2024-02-08]. Disponível em: <https://purl.pt/28965/4/>.
- Cartulaire Général de l'Ordre du Temple 1119?-1150: recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple*. Edição de Marquis D'ALBON. Paris: H. Champion, 1913-1922 [consult. 2024-02-08]. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k91414v/f424.image>.
- Cartulário de D. Maior Martins. Século XIII*. Estudo introdutório, edição diplomática e índices de Filomeno Amaro Soares da SILVA. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001.
- CARVALHO, J. G. Herculano [s.d.]. Porque se fala dialecto leonês em terra de Miranda? Em: *Estudos Linguísticos*. I (B.N.: L. 34618-19 V). Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/leones_miranda.pdf.
- Censual do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Edição de João GRAVE. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1924.
- Censual do Cabido: Cartulário medieval da Sé do Porto*. Edição de Maria João Oliveira e SILVA e Joana LENCART. Lisboa: CEHR-UCP, 2024.
- Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, livro I, 2006. 2 vols.
- Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, livros II e III, 2011.
- Chancelaria de D. Dinis*. Edição de Rosa MARREIROS. Coimbra: Palimage, livro II, 2012.
- Chancelaria de D. Dinis*. Edição de Rosa MARREIROS. Coimbra: Palimage, livro III, 2019. 2 Vols.
- Comenda (A) de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)*. Edição de Joana LENCART, Luís Adão da FONSECA, Maria Cristina PIMENTA. Porto: CEPESE, 2013. *Militarium Ordinum Analecta*,

- vol. 14. ISBN 978-989-8434-24-1 [consult. 2024-02-08]. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n-o-14>.
- CONDE, Manuel Sílvio, 1996a. *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*. Cascais: Patrimonia Historica.
- CONDE, Manuel Sílvio, 1996b. Os forais tomarenses de 1162 e 1174. *Revista de Guimarães*. (106), 193-249.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1993. *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- COSTA, Fr. Bernardo da, 1771. *Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra: Oficina de Pedro Ginioux.
- COSTA, Paula Pinto, 2019. *Templários em Portugal. Homens de Religião e de Guerra*. Lisboa: Manuscrito Editora.
- COSTA, Paula Pinto, 2013. Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da Ordem: o caso de Braga no início do século XII. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. XII, 231-243 [consult. 2024-02-08]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11799.pdf>.
- DIAS, João José, 1989. *Paio de Pele (A vila e a região do século XII ao XVI)*. Vila Nova da Barquinha: Câmara Municipal; Santarém: Assembleia Distrital de Santarém.
- Diplomatario Andaluz de Alfonso X*. Edição de Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ. Sevilha: El Monte, 1991.
- Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coordenação de Leontina VENTURA e João da Cunha MATOS. Coimbra: Instituto de Estudos Medievais (IEM); Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC); Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC), 2010.
- Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Edição de Rui de AZEVEDO. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979. Vol. 1.
- Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. Edição de José António Souto CABO. A Coruña: Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística da Universidade da Coruña, 2008. Monografia, vol. 5.
- Documentos Medievais Portugueses*. Edição de Rui de AZEVEDO. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958. Vol. I, tomo I: *Documentos Régios*.
- ERDMANN, Carl, 2009 [1927]. *Papsturkunden in Portugal (Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen Phil.-Hist. Kl. Neue Folge 20)*. Göttingen: Akademie der Wissenschaften zu Göttingen [consult. 2024-02-08]. Disponível em: https://adw-goe.de/fileadmin/forschungsprojekte/papsturkunden_fruehes_hohes_mittelalter/dokumente/Erdmann_PUU_in_Portugal.pdf.
- FERNANDES, Maria Cristina, 2009. *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERREIRA, Alexandre, 1735. *Supplemento Historico ou Memorias e Noticias da Celebre Ordem dos Templarios para a Historia da Admiravel Ordem de N. S. Jesu Christo*. Lisboa Occidental: Oficina de Joseph Antonio da Sylva. Tomo 2.
- Fragmenta Historica. História, Paleografia e Diplomática* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – UNL, 2022. (10), 95-96 [consult. 2024-02-08]. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/146988>.
- Gavetas (As) da Torre do Tombo*. Coordenação de António da Silva REGO. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. Vol. I.
- Gavetas (As) da Torre do Tombo*. Coordenação de António da Silva REGO. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. Vol. II.
- Gavetas (As) da Torre do Tombo*. Coordenação de António da Silva REGO. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1975. Vol. XI.

- Gavetas (As) da Torre do Tombo*. Coordenação de António da Silva REGO. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1977. Vol. XII.
- GOMES, Saul António, 2015. D. Gualdim Pais (c.1118/20-1195). *População e Sociedade* [Em linha]. Porto: CEPES. **23**, 11-23. [consult. 2024-02-08]. Disponível em: [https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-23/d-gualdim-pais-c-1118-20-1195/d-gualdim-pais-c-1118-20-1195/@@display-file/file/20-1195\).pdf](https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-23/d-gualdim-pais-c-1118-20-1195/d-gualdim-pais-c-1118-20-1195/@@display-file/file/20-1195).pdf).
- GOMES, Saul António, 2013. A chancelaria regia de D. Dinis: breves observações diplomáticas. *Fragmenta Historica*. (1), 9-38.
- GOMES, Saul António, 2011. A Extinção da Ordem do Templo em Portugal. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. **11**, 75-116.
- GOMES, Saul António, 2009. Observações em torno da Chancelaria da Ordem do Templo em Portugal. Em: Isabel Cristina FERNANDES, ed. *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, pp. 121-139.
- GOMES, Saul António, 2005. Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal, na Idade Média. Em: Isabel Cristina FERNANDES, ed. *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 111-167.
- GOMES, Saul António, 1999. As Ordens Militares e Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo. Em: Isabel Cristina FERNANDES, ed. *Ordens Militares: Guerra, Religião Poder e Cultura*. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal de Palmela, vol. II, pp. 43-72.
- GOMES, Saul António, 1997. A presença das Ordens Militares na região de Leiria (séc. XII-XV). Em: Isabel Cristina FERNANDES, e Paulo PACHECO, eds. *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 143-204.
- LEITÃO, Ana Santos, 2008. *Arez da Idade Média à Idade Moderna*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Le Registre de Benoit XI. Recueil des bulles de ce pape*. Paris: Albert Fontemoing, 1905. [consult. 2024-02-08] Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k857668q>.
- Liber Fidei: Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Reedição de José MARQUES. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016. 2 tomos.
- LINEHAN, Peter, 2013. *Portugalia Pontificia: Materials for the History of Portugal and the Papacy (1198-1417)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols.
- Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*. Edição de Bernardo de Sá NOGUEIRA. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.
- Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII*. Edição de Anselmo Braamcamp FREIRE e Pedro de AZEVEDO. Lisboa: Colibri, 2003. Fac-símile da edição de 1906-1910.
- LOPES, Fernando Félix, 1962-1963. Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Centro de Estudo de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa. Série I, tomo VI, 25-90.
- Magnum Bullarium Romanum seu eiusdem continuatio, Pars Tertia et Pars Quarta*. Luxemburgo: Gosse, 1741. Tomus IX.
- MARQUES, Maria Alegria, 1986. O litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das igrejas de Ega, Redinha e Pombal. Em: *Jornadas sobre Portugal Medieval. Actas*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 349-366.
- MARQUES, Maria Alegria, 2010. *Espaços e Poderes. Mogadouro: Forais, Concelhos e Senhores (séculos XII a XVI)*. Mogadouro: Câmara Municipal de Mogadouro.

- MARTÍNEZ DíEZ, Gonzalo, 2010. Los Templarios en los reynos de León y de Castilla. Em: Vicente Ángel ÁLVAREZ PALENZUELA, ed. *El mundo de los castillos – Ponferrada: Templarios, Peregrinos y Señores*. Junta de Castilla y León, pp. 17-37.
- MELO, Arnaldo, 1998. Relações interconcelhias no reinado de D. Dinis. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: FLUP. Série II. XV(I), 545-575.
- Monumenta Henricina*. Edição de António Joaquim Dias DINIS. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. Vol. I.
- Monumenta Portugaliae Vaticana. Súplicas dos Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX (1378-1418)*. Edição de António Domingues de Sousa COSTA. Porto; Braga: Editorial Franciscana, 1970. Vol. II.
- NOBRE, Rui, 2022. *A Ordem do Templo em Portugal: homens, património e poderes*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, 2023. L'Ordre du Temple au Portugal (XII^e-XIII^e siècles). Em: Arnaud BAUDAIN, e Philippe JOSSERAND, eds. *D'Orient en Occident. Les Templiers des origines à la fin du XII^e siècle*. Gante: Snoeck, pp. 270-285.
- PIMENTA, Alfredo, 1940. *Alguns documentos para a história de Idanha-a-Velha*. Lisboa: Junta Provincial da Beira Baixa.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo Post Christum usque ad quintumdecimum : Inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Academia das Ciências, 1888-1971. 9 vols.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo Post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones: Inquirições gerais de D. Diniz de 1284*. Introdução, leitura e índices de José Augusto SOTTOMAYOR-PIZARRO. Lisboa: Academia das Ciências, 2007. Nova Série, vol. III.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo Post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones: Inquirições gerais de D. Diniz de 1288, sentenças de 1290 e execuções de 1291*. Introdução, leitura e índices de José Augusto SOTTOMAYOR-PIZARRO. Lisboa: Academia das Ciências: 2012. Nova série, vol. IV, t. 1.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo Post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones: Inquirições de D. Afonso II (1220)*. Ed. crítica de Amélia Aguiar ANDRADE. Lisboa: Academia das Ciências [no prelo]. Nova série, vol. XIII.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo Post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones: Inquirições Gerais de D. Dinis de 1301, 1303-1304 e 1307-1311*. Introdução, leitura e índices de José Augusto SOTTOMAYOR PIZARRO. Lisboa: Academia das Ciências [no prelo]. Nova série, vol. XII.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Leges et consuetudines*, 1856. Vol. 1. Lisboa: Tipografia Academia das Ciências.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Leges et consuetudines. Forais e Cartas de Povoamento II^a parte 1050-1248*. Ed. crítica de António Matos REIS. Lisboa: Academia das Ciências, 2019. Nova Série, vol. IX/I.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Leges et consuetudines. Forais e Cartas de Povoamento II^a parte 1245-1385*. Ed. crítica de António Matos REIS. Lisboa: Academia das Ciências, 2019-2020. Nova Série, vol. IX/II.
- Portugaliae Monumenta Historica. Corpus epigraphicum portugalensium. Pars prima: IX-XII saecula*. Edição crítica de Mário Jorge BARROCA; Tradução do latim medieval de Manuel RAMOS. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2017. Nova série, vol. VIII/I.
- Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Edição de D. António Caetano de SOUSA. Reedição de M. Lopes de ALMEIDA e César PEGADO. Coimbra: Atlântida Editora, 1946. Tomo 1.

- Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal* [...]. Edição de Visconde de SANTARÉM, e José da Silva Mendes LEAL. Paris: J.P. Aillaud, 1842-1869. 18 vols.
- REUTER, Abiah Elisabeth, 1938. *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*. Coimbra: Coimbra Editora.
- RIBEIRO, João Pedro, 1815. *Memória para a História das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*. Lisboa: Impressão Régia.
- ROSA, Amorim, 1965. *História de Tomar*. Tomar: Gabinete de Estudos Tomarenses. Vol. 1: *Tomar*.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de, 2005. *Portugaliae Tabellionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. I: 1214-1234.
- SARAIVA, José Mendes da Cunha, ed., 1946. *Livro dos forais, escripturas, doações, privilegios e inquirições - Subsídios para a História da Ordem de Malta*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Tomo II, vol. I.
- SOARES, Torcato de Sousa, org., 1942. *Alguns Diplomas Particulares dos séculos XI-XIII*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- TAROUCA, Carlos da Silva, 1946. Os mais antigos documentos do Arquivo do Cabido de Évora. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*. 7/8, 53-83.
- Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Coordenação de Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: CEHR-UCP, 2010.
- Valdevez medieval: Documentos*. Coordenação de Amélia AGUIAR e Luís KRUS. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2000. Vol. 1.
- VARGAS, José Manuel, 1999. O Património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II. Em: Isabel Cristina FERNANDES, ed. *Ordens Militares: Guerra, Religião Poder e Cultura*. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 105-129.
- VELOSO, Maria Teresa, 1988. *D. Afonso II: Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu Reinado*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VELOSO, Maria Teresa, 1980. A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção de direitos senhoriais. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 18, 197-229.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, ed., 1799. *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente em Portugal se usaram*. Lisboa: Typographia Regia Silviana. Vol. 2.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, ed., 1798. *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente em Portugal se usaram*. Lisboa: Typographia Regia Silviana. Vol. 1.



COLEÇÃO «FONTES», N.º 15

CARTULÁRIO DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL MEMÓRIA EM ARQUIVO

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA,
EDIÇÃO E TRANSCRIÇÃO
PAULA PINTO COSTA
JOANA LENCART